

A map of Brazil with a white outline highlighting the border region. The map is set against a dark green background with a subtle pattern of lighter green shapes. The white outline follows the coast and inland borders of the highlighted area.

SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS

**Diagnóstico Socioeconômico
e Demográfico**



Ministério da Justiça e Cidadania
Secretaria Nacional de Segurança Pública

SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS

DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E DEMOGRÁFICO

Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON)

Organização:
Alex Jorge das Neves, Gustavo Camilo Baptista,
Cíntia Liara Engel, Lia Osorio Machado

MJ
Brasília – DF
2016

PRESIDENTE DA REPÚBLICA INTERINO

Michel Temer

MINISTRO DA JUSTIÇA E CIDADANIA

Alexandre de Moraes

SECRETÁRIO EXECUTIVO

José Levi Mello do Amaral Junior

SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Celso Peroli

**DEPARTAMENTO DE ENSINO, PESQUISA, ANÁLISE DA INFORMAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL EM SEGURANÇA PÚBLICA**

Rogério Bernardes Carneiro

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS

Anael Aymoré Jacob

COORDENADOR-GERAL DE PESQUISA E ANÁLISE DA INFORMAÇÃO

Gustavo Camilo Baptista

**COORDENADOR-GERAL DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM SEGURANÇA
PÚBLICA, PROGRAMA E PROJETOS ESPECIAIS**

Alex Jorge das Neves



Ministério da Justiça e Cidadania
Secretaria Nacional de Segurança Pública

SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS

DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E DEMOGRÁFICO

Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON)

Organização:
Alex Jorge das Neves, Gustavo Camilo Baptista,
Cíntia Liara Engel, Lia Osorio Machado

MJ
Brasília – DF
2016

2016@ Secretaria Nacional de Segurança Pública

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução total ou parcial desta obra, desde que seja citada a fonte e não seja para a venda ou qualquer fim comercial. As pesquisas apresentadas refletem as opiniões dos seus autores e não do Ministério da Justiça e Cidadania.

Esplanada dos Ministérios, Bloco "T", Palácio da Justiça Raymundo Faoro, Edifício Sede, 5º andar, sala 500, Brasília, DF, CEP 70.064-900.

Disponível em http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/acervo/pagina_outraspublicacoes

Segurança Pública nas Fronteiras – Diagnóstico Socioeconômico e Demográfico

Ministério da Justiça e Cidadania – Secretaria Nacional de Segurança Pública

Organização:

Alex Jorge das Neves, Gustavo Camilo Baptista, Cíntia Liara Engel, Lia Osorio Machado

Equipe responsável da Secretaria Nacional de Segurança Pública

Direção Geral:

Rogério Bernardes Carneiro, Isabel Seixas de Figueiredo, Anael Aymoré Jacob e Cristina Gross Villanova

Coordenação:

Gustavo Camilo Baptista, Cristina Neme, Cíntia Liara Engel, Alex Jorge das Neves e Cristiane Torizu

Equipe de Apoio:

Ana Carolina Cambeses Pareschi, Cléverson Luis Muller, Daniel Garcia, Daniel Pedroso de Lima, Edivaldo Fortunato Pereira, Gileno Euzébio da Silva, Gustavo de Souza Rocha, Hernany Bueno de Araújo, José Camilo da Silva, Julia Loures Nunes, Laíza Mara Neves Spagna, Patrícia Moellmann, Rodolfo Farah Vicente Filho

Diagramação:

AGCOM

363.1
S456p Segurança pública nas fronteiras, diagnóstico socioeconômico e demográfico : Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) / organização, Alex Jorge das Neves ... [et al.]. – Brasília : Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016.
591 p. : il. color.

ISBN : 978-85-5506-052-6

1. Segurança pública - Brasil. 2. Política de fronteiras – aspectos socioeconômicos – Brasil. 3. Política demográfica – Brasil. 4. Conflitos de fronteira – Brasil. 5. Criminalidade – controle – Brasil. I. Neves, Alex Jorge das, org. II. Brasil. Ministério da Justiça e Cidadania. Secretaria Nacional de Segurança Pública.

CDD

Equipe Responsável pela Pesquisa

**Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Departamento de Geografia,
Grupo Retis**

Coordenadora Técnico-Científica

Lia Osorio Machado – PPGG/UFRJ

Coordenadora Operacional

Rebeca Steiman – Geografia/UFRJ

Supervisor da Pesquisa

Licio Caetano do Rego Monteiro – Geografia/UFF-Angra

Pesquisadores Plenos

Paulo Cesar Peiter – FIOCRUZ

Andre Reyes Novaes – Geografia/UERJ

Leticia Parente Ribeiro – Geografia/UFRJ

Flavia Lins de Barros – Geografia/UFRRJ

Pesquisadores Juniores

Luis Paulo Batista da Silva – Doutorando, PPGG/UFRJ

Tomas Paoliello Pacheco de Oliveira – Doutorando, PPGG/UFRJ

Camilla da Rocha Oliveira – Mestranda, PPGG/UFRJ

Eric Borges de Carvalho Nogueira – Geografo

Bolsistas de Iniciação Científica

Pedro Aguiar Tinoco do Amaral – Graduando, Geografia/UFRJ

Renata Duarte Marques – Graduanda, Geografia/UFRJ

Matheus Barroso Manthel – Graduando, Geografia/UFRJ

Leticia Nascimento Vimeney – Graduanda, Geografia/UFRJ

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
METODOLOGIA	27
Conceitos Operacionais	27
Levantamento de variáveis e construção de indicadores	28
Disponibilidade e acesso aos dados.....	30
DINÂMICA DEMOGRÁFICA	44
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO	44
Densidade Demográfica.....	44
População Urbana e Rural.....	47
CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO.....	56
POPULAÇÃO INDÍGENA E TERRAS INDÍGENAS	59
DENSIDADE INSTITUCIONAL DE SEGURANÇA	71
SEGURANÇA – INSTITUIÇÕES FEDERAIS	73
Forças Armadas.....	73
Departamento de Polícia Federal	80
Receita Federal do Brasil	84
Polícia Rodoviária Federal	87
Força Nacional de Segurança Pública (operações na fronteira).....	89
SEGURANÇA – INSTITUIÇÕES ESTADUAIS	91
Polícia Militar.....	91
Polícia Civil.....	94
Corpo de Bombeiros.....	98
Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) e Câmaras Temáticas (CT)	101
SEGURANÇA – INSTITUIÇÕES MUNICIPAIS	104
Gestão municipal da segurança	104
Guarda Municipal	108
SEGURANÇA CIDADÃ – REDES INSTITUCIONAIS DE PROTEÇÃO A SEGMENTOS VULNERÁVEIS DA POPULAÇÃO ...	117
Rede de Proteção a Crianças e Adolescentes	117
Rede de Proteção a Mulheres.....	120
Rede de Proteção a Idosos.....	122
SEGURANÇA PRIVADA.....	125

DENSIDADE INSTITUCIONAL – TRANSFERÊNCIAS DO GOVERNO FEDERAL.....	131
CONVÊNIOS FEDERAIS: INCIDÊNCIA ESPACIAL POR ARCOS FRONTEIRIÇOS E UNIDADES DA FEDERAÇÃO (2010 – 2012)	133
Convênios Federais: Incidência Espacial por Pasta Ministerial (2010 – 2012).....	137
TRANSFERÊNCIAS DO TESOURO E PROGRAMAS SOCIAIS ATIVOS DO GOVERNO FEDERAL	158
 DENSIDADE SOCIOTÉCNICA	 172
CONNECTIVIDADE	173
Meios de Difusão de Informação – Telecomunicações.....	173
Infraestrutura dos transportes terrestres.....	181
Infraestrutura aeroportuárias	193
Consumo de gasolina.....	199
CONSUMO DE ENERGIA DOMICILIAR.....	209
MEIOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.....	211
Ensino Médio	212
Ensino Médio-Profissional	217
Ensino Superior.....	221
 DENSIDADE SOCIOECONÔMICA.....	 225
MERCADO DE TRABALHO FORMAL.....	225
Estabilidade do Mercado de Trabalho Formal.....	225
Setor Principal do Mercado de Trabalho Formal	235
Setor Dominante do Mercado de Trabalho Formal	241
COMÉRCIO EXTERIOR	247
Importação.....	248
Exportação	255
SERVIÇOS À PRODUÇÃO.....	262
Agências Bancárias	262
Operações de crédito	267
RECEITA MUNICIPAL	272
Receita Orçamentária municipal – valor total.....	272
PRODUTO INTERNO BRUTO	277
Produto Interno Bruto total	277
PIB per capita	281

Crescimento Relativo do PIB	285
VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA	289
ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA MUNICIPAL	289
Pobreza	290
Desigualdade e precariedade do mercado de trabalho	290
Vulnerabilidade da população jovem	291
DESIGUALDADE DE RENDA	291
Concentração de renda: razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres	291
Índice de Concentração de renda domiciliar per capita	295
Chefes de domicílio abaixo da linha de pobreza – menos de ¼ do salário mínimo	299
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA	308
População Economicamente Ativa Desocupada	309
População Ocupada–Empregados com carteira assinada	314
Aposentadoria e Pensão.....	320
Trabalho Infantil	323
DENSIDADE SOCIAL	326
REDE DE ATENDIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)	326
DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE NA FAIXA DE FRONTEIRA E ARCOS.....	328
Recursos Humanos de Saúde	328
Hospitais e Leitos	339
Serviços de Atenção à saúde por nível de complexidade e tipo de estabelecimento	346
Serviços de Urgência e Emergência	351
Serviços de atenção especializada.....	354
Equipamentos de Saúde Selecionados	363
Transferências do SUS para os municípios da faixa de fronteira.....	363
SITUAÇÃO DE SAÚDE E PERFIL DE MORBIDADE DA POPULAÇÃO	367
Doenças relacionadas às condições de vida e vulnerabilidade (institucional, programática e social)	367
ESCOLARIDADE	388
População Alfabetizada	388
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Dimensão Educação.....	392
CRIMINALIDADE, VIOLÊNCIA E CONFLITOS	396
HOMICÍDIOS.....	396
Homicídios na Faixa de Fronteira	399

Homicídios por Arco	403
Análise dos homicídios por tamanho de população municipal.....	408
Taxas de Homicídios por armas de fogo	411
Homicídios na população jovem	416
VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	418
Exploração sexual de crianças e adolescentes (Denúncias do Disque 100)	418
Violência contra crianças e adolescentes (Dados do SINAN/DATASUS).....	423
VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES.....	424
Homicídios femininos	425
Violência sexual e agressões físicas (Dados do SINAN/DATASUS)	426
VIOLÊNCIA CONTRA INDÍGENAS.....	427
Povos indígenas isolados e de pouco contato.....	436
TRABALHO ESCRAVO	437
CONFLITOS DE TERRA	443
PRESSÕES E AMEAÇAS NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	448
Distribuição Espacial	448
Pressões e Ameaças às Unidades de Conservação	452
Crimes Ambientais.....	455
Ocupação Humana.....	457
Aspectos operacionais.....	458
ÁREAS CRÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NA FAIXA DE FRONTEIRA.....	464
METODOLOGIA	464
O modelo	465
ANÁLISE DAS ÁREAS CRÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA	465
Incidência de homicídios.....	465
Rede de proteção: efetivo policial e gestão municipal de segurança	468
Vulnerabilidade socioeconômica.....	479
Áreas Críticas de Segurança Pública: resultado final.....	482
Padrão espacial dos municípios críticos.....	502
SEGMENTOS VULNERÁVEIS DA POPULAÇÃO.....	502
CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	503
Registro de violência.....	503
Rede de proteção	506

Vulnerabilidade socioeconômica.....	508
IRV Crianças e Adolescentes	509
MULHERES.....	512
Incidência de homicídios femininos e violência contra a mulher.....	512
Rede de proteção	517
Vulnerabilidade socioeconômica.....	518
INDÍGENAS.....	523
Presença de população indígena.....	523
Rede de proteção	524
Incidência da violência contra indígenas.....	525
Indígenas: Áreas Críticas de segurança pública	526
TESTES DE CORRELAÇÃO	528
Conclusão sobre os testes de correlação	533
APREENSÕES DE ILÍCITOS NA FAIXA DE FRONTEIRA.....	533
Mudança de paradigma	534
Apreensões de ilícitos e território	535
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA FEDERAL (DPF)	535
Apreensão de cocaína e precursores químicos.....	535
Apreensões de cannabis sativa (maconha).....	541
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL (DPRF) – APREENSÕES DE DROGAS	542
POLÍCIAS ESTADUAIS (PEs): APREENSÕES DE DROGAS	548
Arco Norte.....	548
Arco Central	551
Arco Sul.....	558
APREENSÕES DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÕES (DPRF E POLÍCIAS ESTADUAIS).....	561
APREENSÕES DE CONTRABANDO (DPRF).....	569
SÍNTESE DAS ÁREAS CRÍTICAS DE TRÁFICO DE DROGAS E HOMICÍDIOS POR ARMAS DE FOGO.....	573
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	581
OUTROS PARTICIPANTES	587

MAPAS

Mapa I.1 Brasil: Densidade Demográfica, 2010.....	44
Mapa I.2 Arco Norte: Densidade Demográfica, 2010.....	45
Mapa I.3 Arco Central: Densidade Demográfica, 2010.....	45
Mapa I.4 Arco Sul: Densidade Demográfica, 2010.....	46
Mapa I.5 Faixa de Fronteira: População Urbana e Rural, 2010.....	48
Mapa I.6 Arco Norte: População Urbana e Rural, 2010.....	49
Mapa I.7 Arco Norte: Grau de Urbanização, 2010.....	49
Mapa I.8 Faixa de Fronteira: Acesso ao Registro Civil de Nascimento, 2010.....	50
Mapa I.9 Arco Central: População Urbana e Rural, 2010.....	51
Mapa I.10 Arco Central: Grau de Urbanização, 2010.....	52
Mapa I.11 Arco Sul: População Urbana e Densidade Rural, 2010.....	54
Mapa I.12 Arco Sul: Grau de Urbanização, 2010.....	55
Mapa I.13 Arco Central: Crescimento Relativo da População Urbana e Rural, 2000 a 2010.....	57
Mapa I.14 Arco Sul: Crescimento Relativo da População Urbana e Rural, 2000 a 2010.....	58
Mapa I.15 Arco Norte: Crescimento Relativo da População Urbana e Rural, 2000 a 2010.....	59
Mapa I.16 Faixa de Fronteira: Terras Indígenas, 2010.....	63
Mapa I.17 Faixa de Fronteira: População Indígena, 2010.....	64
Mapa I.18 Faixa de Fronteira: População Indígena (%) e Terras Indígenas, 2010.....	65
Mapa I.19 Arco Norte: População Indígena, 2010.....	66
Mapa I.20 Arco Norte: População Indígena (%) e Terras Indígenas, 2010.....	67
Mapa I.21 Arco Central: População Indígena, 2010.....	68
Mapa I.22 Arco Central: População Indígena (%) e Terras Indígenas, 2010.....	69
Mapa I.23 Arco Sul: População Indígena, 2010.....	70
Mapa I.24 Arco Sul: População Indígena (%) e Terras Indígenas, 2010.....	71
Mapa II.1 Hierarquia do Exército e área das Operações Ágata (2011-2012).....	75
Mapa II.2 Hierarquia da Marinha e área das Operações Ágata (2011-2012).....	77
Mapa II.3 Hierarquia da Aeronáutica e área das Operações Ágata (2011-2012).....	78
Mapa II.4 Presença das Forças Armadas e Operações Ágata (2011-2012).....	79
Mapa II.5 Hierarquia da Polícia Federal (2012).....	81
Mapa II.6 Operações da Polícia Federal, participações por município (2012).....	82
Mapa II.7 Faixa de Fronteira: unidades da Receita Federal (2013).....	85
Mapa II.8 Arco Sul: unidades da Receita Federal (2013).....	86
Mapa II.9 Faixa de Fronteira: efetivo da Polícia Rodoviária Federal, por delegacia e por Unidade da Federação (2013).....	88
Mapa II.10 Faixa de Fronteira: operações da Força Nacional de Segurança Pública, por número de meses e finalidade (2009-2013).....	90
Mapa II.11 Arco Norte: Efetivo total da Polícia Militar, por 1.000 habitantes (2013).....	92
Mapa II.12 Arco Central: Efetivo total da Polícia Militar, por 1.000 habitantes (2013).....	93
Mapa II.13 Arco Sul: Efetivo total da Polícia Militar, por 1.000 habitantes (2013).....	94
Mapa II.14 Arco Norte: Efetivo total da Polícia Civil, por 1.000 habitantes (2013).....	95
Mapa II.15 Arco Central: Efetivo total da Polícia Civil, por 1.000 habitantes (2013).....	96
Mapa II.16 Arco Sul: Efetivo total da Polícia Civil, por 1.000 habitantes (2013).....	97
Mapa II.17 Arco Norte: Efetivo total do Corpo de Bombeiros, por 1.000 habitantes (2013).....	98
Mapa II.18 Arco Central: Efetivo total do Corpo de Bombeiros, por 1.000 habitantes (2013).....	99
Mapa II.19 Arco Sul: Efetivo total do Corpo de Bombeiros, por 1.000 habitantes, (2013).....	100
Mapa II.20 Faixa de Fronteira: número de reuniões dos GGIF e CTF, por local de reunião (2011-2013).....	104
Mapa II.21 Arco Norte: gestão municipal da segurança (2012).....	106
Mapa II.22 Arco Central: gestão municipal da segurança (2012).....	107

Mapa II.23 Arco Sul: gestão municipal da segurança (2012)	108
Mapa II.24 Faixa de Fronteira: Efetivo total da Guarda Municipal e uso de armas letais e não-letais (2012)	110
Mapa II.25 Arco Norte: Efetivo total da Guarda Municipal e uso de armas letais e não-letais (2012)	112
Mapa II.26 Arco Central: Efetivo total da Guarda Municipal e uso de armas letais e não-letais (2012)	113
Mapa II.27 Arco Sul: Efetivo total da Guarda Municipal e uso de armas letais e não-letais (2012)	114
Mapa II.28 Faixa de Fronteira: Rede de Proteção a Crianças e Adolescentes (2012)	119
Mapa II.29 Faixa de Fronteira: Rede de Proteção às Mulheres (2012)	122
Mapa II.30 Faixa de Fronteira: Rede de Proteção aos Idosos (2012)	125
Mapa II.31 Faixa de Fronteira: Vigilantes Particulares Cadastrados no DPF, média anual (2000-2012)	128
Mapa II.32 Arco Sul: Vigilantes Particulares Cadastrados no DPF, média anual (2000-2012)	129
Mapa II.33 Faixa de Fronteira: Empresas de Vigilância Privada Cadastradas no DPF, (2000-2012)	130
Mapa III.1 Faixa de Fronteira: Valor Total dos Convênios Federais, 2010-2012	134
Mapa III.2 Faixa de Fronteira: Convênios com o Ministério da Defesa, 2010 a 2012	138
Mapa III.3 Faixa de Fronteira: Convênios com o Ministério da Justiça, 2010 2012	140
Mapa III.4 Arco Norte: Convênios com o Ministério da Educação, 2010 2012	141
Mapa III.5 Arco Central: Convênios com o Ministério da Educação, 2010 2012	142
Mapa III.6 Arco Sul: Convênios com o Ministério da Educação, 2010 2012	143
Mapa III.7 Arco Norte: Convênios com o Ministério da Saúde, 2010 2012	144
Mapa III.8 Arco Central: Convênios com o Ministério da Saúde, 2010 2012	145
Mapa III.9 Arco Sul: Convênios com o Ministério da Saúde, 2010 2012	147
Mapa III.10 Arco Norte: Convênios com o Ministério das Cidades, 2010 2012	149
Mapa III.11 Arco Central: Convênios com o Ministério das Cidades, 2010 2012	150
Mapa III.12 Arco Sul: Convênios com o Ministério das Cidades, 2010 2012	151
Mapa III.13 Arco Norte: Convênios com o Ministério da Integração Nacional, 2010 2012	152
Mapa III.14 Arco Central: Convênios com o Ministério da Integração Nacional, 2010 2012	153
Mapa III.15 Arco Sul: Convênios com o Ministério da Integração Nacional, 2010 2012	154
Mapa III.16 Arco Norte: Convênios com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010-2012	155
Mapa III.17 Arco Central: Convênios com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010 2012	156
Mapa III.18 Arco Sul: Convênios com o Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010-2012	157
Mapa III.19 Faixa de Fronteira: Transferências do Tesouro Nacional, 2012	159
Mapa III.20 Transferências do Bolsa Família, 2012	161
Mapa III.21 Faixa de Fronteira: Pessoas no Cadastro Único com Renda Mensal inferior a ½ Salário Mínimo, 2012	163
Mapa III.22 Arco Norte: Total de Pessoas no Cadastro Único e Transferências do Tesouro Nacional, 2012	165
Mapa III.23 Arco Central: Total de Pessoas no Cadastro Único e Transferências do Tesouro Nacional, 2012	166
Mapa III.24 Arco Sul: Total de Pessoas no Cadastro Único e Transferências do Tesouro Nacional, 2012	167
Mapa III.25 Arco Norte: Total de Pessoas no Cadastro Único e Valores do Bolsa Família, 2012	168
Mapa III.26 Arco Central: Total de Pessoas no Cadastro Único e Valores do Bolsa Família, 2012	170
Mapa III.27 Arco Sul: Total de Pessoas no Cadastro Único e Valores do Bolsa Família, 2012	171
Mapa IV.1 Faixa de Fronteira: índice de conectividade de telecomunicações	174
Mapa IV.2 Arco Norte: Grau de Conectividade das Telecomunicações	175
Mapa IV.3 Arco Central: Grau de Conectividade das Telecomunicações	177
Mapa IV.4 Arco Sul: Grau de Conectividade das Telecomunicações	179
Mapa IV.5 Faixa de Fronteira: Densidade de Estradas, 2012	183
Mapa IV.6 Arco Sul: Densidade de Estradas, 2012	184
Mapa IV.7 Faixa de Fronteira: Frota de Motos, 2012	186
Mapa IV.8 Faixa de Fronteira: Proporção de motos sobre o total de veículos, 2012	188
Mapa IV.9 Faixa de Fronteira: Frota de Automóveis, 2012	190
Mapa IV.10 Faixa de Fronteira: Frota de Caminhões, 2012	191

Mapa IV.11 Arco Norte: Hierarquia dos Aeroportos, 2013.....	194
Mapa IV.12 Arco Central: Hierarquia dos Aeroportos, 2013	195
Mapa IV.13 Arco Sul: Hierarquia dos Aeroportos, 2013.....	196
Mapa IV.14 Voos Diretos Semanais da Faixa de Fronteira, dezembro de 2012.....	198
Mapa IV.15 Faixa de Fronteira: Consumo de Gasolina, 2012.....	199
Mapa IV.16 Arco Norte: Consumo de Gasolina, 2012.....	200
Mapa IV.17 Arco Central: Consumo de Gasolina, 2012.....	201
Mapa IV.18 Arco Sul: Consumo de Gasolina, 2012.....	203
Mapa IV.19 Faixa de Fronteira: Domicílios com Energia Elétrica, 2010.....	210
Mapa IV.20 Arco Norte: Domicílios com Energia Elétrica, 2010.....	211
Mapa IV.21 Faixa de Fronteira: Estabelecimentos de Ensino Médio, 2010.....	212
Mapa IV.22 Arco Norte: Estabelecimentos do Ensino Médio, 2010.....	213
Mapa IV.23 Arco Central: Estabelecimentos de Ensino Médio, 2010.....	214
Mapa IV.24 Arco Sul: Estabelecimentos de Ensino Médio, 2010.....	215
Mapa IV.25 Faixa de Fronteira: Estabelecimentos de Ensino Médio Profissional, 2010.....	217
Mapa IV.26 Arco Norte: Estabelecimentos de Ensino Médio Profissional, 2010.....	218
Mapa IV.27 Arco Central: Estabelecimentos de Ensino Médio Profissional, 2010.....	219
Mapa IV.28 Arco Sul: Estabelecimentos de Ensino Médio Profissional, 2010.....	220
Mapa IV.29 Faixa de Fronteira: Instituições de Ensino Superior, 2010.....	221
Mapa IV.30 Arco Norte: Instituições de Ensino Superior, 2010.....	222
Mapa IV.31 Arco Central : Instituições de Ensino Superior, 2010.....	223
Mapa IV.32 Arco Sul: Instituições de Ensino Superior, 2010.....	224
Mapa V.1 Faixa de Fronteira: Estabilidade do Mercado de Trabalho.....	228
Mapa V.2 Arco Norte: Estabilidade do Mercado de Trabalho Formal.....	230
Mapa V.3 Arco Central: Estabilidade do Mercado de Trabalho Formal.....	232
Mapa V.4 Arco Sul: Estabilidade do Mercado de Trabalho Formal.....	234
Mapa V.5 Faixa de Fronteira: Principais Setores do Mercado de Trabalho Formal, 2000-2011.....	237
Mapa V.6 Arco Norte: Principais Setores do Mercado de Trabalho Formal, 2000-2011.....	238
Mapa V.7 Arco Central: Principais Setores do Mercado de Trabalho Formal, 2000-2011.....	239
Mapa V.8 Arco Sul: Principais Setores do Mercado de Trabalho Formal, 2000-2011.....	240
Mapa V.9 Arco Norte: Setores Dominantes do Mercado de Trabalho Formal, 2000-2011.....	242
Mapa V.10 Arco Central: Setores Dominantes do Mercado de Trabalho Formal, 2000-2011.....	244
Mapa V.11 Arco Sul: Setores Dominantes do Mercado de Trabalho Formal, 2000-2011.....	245
Mapa V.12 Faixa de Fronteira: Principais Produtos Importados, 2012.....	249
Mapa V.13 Arco Norte: Principais Produtos Importados, 2012.....	250
Mapa V.14 Arco Central: Principais Produtos Importados, 2012.....	252
Mapa V.15 Arco Sul: Principais Produtos Importados, 2012.....	254
Mapa V.16 Faixa de Fronteira: Principais Produtos Exportados 2012.....	256
Mapa V.17 Arco Norte: Principais Produtos Exportados, 2012.....	257
Mapa V.18 Arco Central: Principais Produtos Exportados, 2012.....	259
Mapa V.19 Arco Sul: Principais Produtos Exportados 2012.....	260
Mapa V.20 Faixa de Fronteira: Agências Bancárias, 2012.....	263
Mapa V.21 Arco Norte: Agências Bancárias, 2012.....	264
Mapa V.22 Arco Central: Agências Bancárias, 2012.....	265
Mapa V.23 Arco Sul: Agências Bancárias, 2012.....	266
Mapa V.24 Arco Norte: Operações de Crédito, 2012.....	268
Mapa V.25 Arco Central: Operações de Crédito, 2012.....	270
Mapa V.26 Arco Sul: Operações de Crédito, 2012.....	272

Mapa V.27 Faixa de Fronteira: Receita Orçamentária Municipal Total, 2010.....	273
Mapa V.28 Arco Norte: Receita Orçamentária Municipal Total, 2010.....	274
Mapa V.29 Arco Central: Receita Orçamentária Municipal Total, 2010.....	275
Mapa V.30 Arco Sul: Receita Orçamentária Municipal Total, 2010.....	276
Mapa V.31 Faixa de Fronteira: PIB municipal, 2010.....	277
Mapa V.32 Arco Norte: Produto Interno Bruto, 2010.....	278
Mapa V.33 Arco Central: Produto Interno Bruto, 2010.....	279
Mapa V.34 Arco Sul: Produto Interno Bruto, 2010.....	280
Mapa V.35 Arco Norte: Produto Interno Bruto per capita, 2010.....	282
Mapa V.36 Arco Central: Produto Interno Bruto per capita, 2010.....	283
Mapa V.37 Arco Sul: Produto Interno Bruto per capita, 2010.....	284
Mapa V.38 Arco Norte: Crescimento Relativo do Produto Interno Bruto, 2006-2010.....	286
Mapa V.39 Arco Central: Crescimento Relativo do Produto Interno Bruto, 2006-2010.....	287
Mapa V.40 Arco Sul: Crescimento Relativo do Produto Interno Bruto, 2006-2010.....	288
Mapa VI.1 Faixa de Fronteira: Razão dos 10% mais ricos sobre os 40% mais pobres, 2010.....	292
Mapa VI.2 Arco Norte: Razão dos 10% mais ricos sobre os 40% mais pobres, 2010.....	293
Mapa VI.3 Arco Central: Razão dos 10% mais ricos sobre os 40% mais pobres, 2010.....	294
Mapa VI.4 Arco Sul: Razão dos 10% mais ricos sobre os 40% mais pobres, 2010.....	295
Mapa VI.5 Faixa de Fronteira: Grau de Concentração de Renda Domiciliar per capita, 2010.....	296
Mapa VI.6 Arco Norte: Grau de Concentração de Renda Domiciliar per capita, 2010.....	297
Mapa VI.7 Arco Central: Grau de Concentração de Renda Domiciliar per capita, 2010.....	298
Mapa VI.8 Arco Sul: Grau de Concentração de Renda Domiciliar per capita, 2010.....	299
Mapa VI.9 Arco Norte: Chefes de Domicílio abaixo da Linha da Pobreza, 2010.....	300
Mapa VI.10 Arco Central: Chefes de Domicílio abaixo da Linha da Pobreza, 2010.....	302
Mapa VI.11 Arco Sul: Chefes de Domicílio abaixo da Linha da Pobreza, 2010.....	304
Mapa VI.12 Faixa de Fronteira: População com renda até 3 salários mínimos / população economicamente ativa (%), 2010.....	305
Mapa VI.13 Faixa de Fronteira: População com renda acima de 3 salários mínimos / população economicamente ativa (%), 2010.....	306
Mapa VI.14 Faixa de Fronteira: População sem Renda / PEA, 2010.....	307
Mapa VI.15 Arco Norte: População sem Renda / PEA, 2010.....	308
Mapa VI.16 Faixa de Fronteira: População Economicamente Ativa Desocupada, 2010.....	310
Mapa VI.17 Arco Norte: População Economicamente Ativa Desocupada, 2010.....	311
Mapa VI.18 Arco Central: População Economicamente Ativa Desocupada, 2010.....	312
Mapa VI.19 Arco Sul: População Economicamente Ativa Desocupada, 2010.....	313
Mapa VI.20 Faixa de Fronteira: Empregados com Carteira Assinada, 2010.....	315
Mapa VI.21 Arco Norte: Empregados com Carteira Assinada, 2010.....	316
Mapa VI.22 Arco Central: Empregados com Carteira Assinada, 2010.....	318
Mapa VI.23 Arco Sul: Empregados com Carteira Assinada, 2010.....	319
Mapa VI.24 Faixa de Fronteira: População com Aposentadoria e Pensão/ População Municipal (%), 2010.....	321
Mapa VI.25 Faixa de Fronteira: População com Aposentadoria e Pensão, 2010.....	322
Mapa VI.26 Faixa de Fronteira: nível de ocupação infantil, 2010.....	324
Mapa VI.27 Arco Sul: nível de ocupação infantil, 2010.....	325
Mapa VII.1 Arco Norte: número de médicos, 2010.....	329
Mapa VII.2 Arco Central: número de médicos, 2010.....	330
Mapa VII.3 Arco Sul: número de médicos, 2010.....	331
Mapa VIII.4 Arco Norte: número de enfermeiros, 2010.....	333
Mapa VII.5 Arco Central: número de enfermeiros, 2010.....	334
Mapa VII.6 Arco Sul: número de enfermeiros, 2010.....	335
Mapa VII.7 Arco Norte: número de odontólogos, 2010.....	336

Mapa VII.8 Arco Central: número de odontólogos, 2010.....	337
Mapa VII.9 Arco Sul: número de odontólogos, 2010.....	338
Mapa VII.10 Arco Norte: número de hospitais, 2013.....	340
Mapa VII.11 Arco Central: número de hospitais, 2013.....	341
Mapa VII.12 Arco Sul: número de hospitais, 2013.....	342
Mapa VII.13 Arco Norte: número de leitos no SUS, 2010.....	343
Mapa VII.14 Arco Central: número de leitos no SUS, 2010.....	344
Mapa VII.15 Arco Sul: número de leitos no SUS, 2010.....	345
Mapa VII.16 Faixa de Fronteira: Unidades de Atenção Primária, 2013.....	347
Mapa VII.17 Arco Norte: Unidades de Atenção Primária, 2013.....	348
Mapa VII.18 Arco Central: Unidades de Atenção Primária, 2013.....	349
Mapa VII.19 Arco Sul: Unidades de Atenção Primária, 2013.....	350
Mapa VII.20 Arco Norte: Unidades de Urgência e Emergência, 2013.....	351
Mapa VII.21 Arco Central: Unidades de Urgência e Emergência, 2013.....	352
Mapa VII.22 Arco Sul: Unidades de Urgência e Emergência, 2013.....	353
Mapa VII.23 Faixa de Fronteira: Unidades de Atenção Especializada, 2013.....	355
Mapa VII.24 Arco Norte: Unidades de Atenção Especializada, 2013.....	356
Mapa VII.25 Arco Central: Unidades de Atenção Especializada, 2013.....	357
Mapa VII.26 Arco Sul: Unidades de Atenção Especializada, 2013.....	358
Mapa VII.27 Arco Norte: Unidades de Vigilância em Saúde, 2013.....	360
Mapa VII.28 Arco Central: Unidades de Vigilância em Saúde, 2013.....	361
Mapa VII.29 Arco Sul: Unidades de Vigilância em Saúde, 2013.....	362
Mapa VII.30 Arco Norte: Transferências do SUS, 2010.....	364
Mapa VII.31 Arco Central: Transferências do SUS, 2010.....	365
Mapa VII.32 Arco Sul: Transferências do SUS, 2010.....	366
Mapa VII.33 Faixa de Fronteira: Taxa de Incidência de AIDS, 2010.....	368
Mapa VII.34 Arco Norte: Taxa de Incidência de AIDS, 2010.....	369
Mapa VII.35 Arco Central: Taxa de Incidência de AIDS, 2010.....	370
Mapa VII.36 Arco Sul: Taxa de Incidência de AIDS, 2010.....	371
Mapa VII.37 Faixa de Fronteira: Incidência de Tuberculose, 2010-2012.....	374
Mapa VII.38 Arco Norte: Incidência de Tuberculose, 2010-2012.....	375
Mapa VII.39 Arco Central: Incidência de Tuberculose, 2010-2012.....	376
Mapa VII.40 Arco Sul: Incidência de Tuberculose, 2010-2012.....	377
Mapa VII.41 Faixa de Fronteira: Taxa de Detecção de Hepatite B, 2008-2012.....	379
Mapa VII.42 Arco Norte: Taxa de Detecção de Hepatite B, 2008-2012.....	380
Mapa VII.43 Arco Central: Taxa de Detecção de Hepatite B, 2008-2012.....	381
Mapa VII.44 Arco Sul: Taxa de Detecção de Hepatite B, 2008-2012.....	382
Mapa VII.45 Faixa de Fronteira: Taxa de Detecção de Hepatite C, 2008-2012.....	384
Mapa VII.46 Arco Norte: Taxa de Detecção de Hepatite C, 2008-2012.....	385
Mapa VII.47 Arco Central: Taxa de Detecção de Hepatite C, 2008-2012.....	386
Mapa VII.48 Arco Sul: Taxa de Detecção de Hepatite C, 2008-2012.....	387
Mapa VII.49 Arco Norte: População Alfabetizada, 2010.....	389
Mapa VII.50 Arco Central: População Alfabetizada, 2010.....	390
Mapa VII.51 Arco Sul: População Alfabetizada, 2010.....	391
Mapa VII.52 Arco Norte: Índice de Desenvolvimento Municipal Educação, 2010.....	392
Mapa VII.53 Arco Central: Índice de Desenvolvimento Municipal Educação, 2010.....	393
Mapa VII.54 Arco Sul: Índice de Desenvolvimento Municipal Educação, 2010.....	395

Mapa VIII.1 Faixa de Fronteira: Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, 2009 - 2011	401
Mapa VIII.2 Faixa de Fronteira: Taxa de Homicídios com o Método Bayesiano Empírico Local, 2009 - 2011	402
Mapa VIII.3 Arco Norte: Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, 2009 - 2011	404
Mapa VIII.4 Arco Norte: Taxa de Homicídios com o Método Bayesiano Empírico Local, 2009 - 2011	404
Mapa VIII.5 Arco Central: Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, 2009 - 2011	405
Mapa VIII.6 Arco Central: Taxa de Homicídios com o Método Bayesiano Empírico local, 2009 - 2011	406
Mapa VIII.7 Arco Sul: Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, 2009-2011	407
Mapa VIII.8 Arco Sul: Taxa de Homicídios com o Método Bayesiano Empírico Local, 2009 - 2011	408
Mapa VIII.9 Faixa de Fronteira: Taxa de Homicídios por Armas de Fogo, 2008 - 2010	412
Mapa VIII.10 Arco Norte: Taxa de Homicídios por Armas de Fogo, 2008 - 2010	413
Mapa VIII.11 Arco Central: Taxa de Homicídios por Armas de Fogo, 2008 - 2010	414
Mapa VIII.12 Arco Sul: Taxa de Homicídios por Armas de Fogo, 2008 - 2010	415
Mapa VIII.13 Faixa de Fronteira: Homicídios da população jovem, 2009-2011	417
Mapa VIII.14 Faixa de Fronteira: Registros de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Disque 100, 2005 - 2010	419
Mapa VIII.15 Arco Norte: Registros de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Disque 100, 2005-2010	420
Mapa VIII.16 Arco Central: Registros de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Disque 100 2005-2010	421
Mapa VIII.17 Arco Sul: Registros de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Disque 100 2005-2010	422
Mapa VIII.18 Faixa de Fronteira: incidência de violência contra pessoas entre 0 e 19 anos, 2010	424
Mapa VIII.19 Faixa de Fronteira: incidência de homicídios na população feminina, 2008-2010	425
Mapa VIII.20 Faixa de Fronteira: incidência de violência contra mulheres, 2009-2011	426
Mapa VIII.21 Faixa de Fronteira: Violência contra o patrimônio, 2012	434
Mapa VIII.22 Faixa de Fronteira: Violência contra a pessoa, 2012	435
Mapa VIII.23 Faixa de Fronteira: Violências provocadas por omissão do poder público, 2012	436
Mapa VIII.24 Faixa de Fronteira: Povos Indígenas Isolados, 2012	437
Mapa VIII.25 Faixa de Fronteira: Resgate de Trabalhadores em Condições Análogas à escravidão, 2003 - 2012	439
Mapa VIII.26 Faixa de Fronteira: Fiscalizações e Trabalhadores Resgatados em Condições Análogas à Escravidão, 2003 - 2012	440
Mapa VIII.27 Arco Central: Resgate de Trabalhadores em Condições Análogas à escravidão, 2013 2012	442
Mapa VIII.28 Faixa de Fronteira: Conflitos por Terra, 2000 - 2011	444
Mapa VIII.29 Arco Norte: Conflitos por Terra, 2000 - 2011	445
Mapa VIII.30 Arco Central: Conflitos por Terra, 2000 - 2011	446
Mapa VIII.31 Arco Sul: Conflitos por Terra, 2000 - 2011	447
Mapa IX.1 Faixa de Fronteira: incidência de homicídios, 2009-2011	467
Mapa IX.2 Faixa de Fronteira: Efetivo da Polícia Militar e da Guarda Municipal, 2013	475
Mapa IX.3 Faixa de Fronteira: Efetivo da Polícia Civil, 2013	477
Mapa IX.4 Faixa de Fronteira: Gestão Municipal de Segurança, 2012	479
Mapa IX.5 Faixa de Fronteira: Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica, 2010	481
Mapa IX.6 Faixa de Fronteira: Áreas Críticas de Segurança Pública (IRV)	501
Mapa X.1 Faixa de Fronteira: Exploração sexual de crianças e adolescentes, 2005-2010	504
Mapa X.2 Faixa de Fronteira: incidência de violência contra pessoas entre 0 e 19 anos, 2010	505
Mapa X.3 Faixa de Fronteira: rede municipal de proteção a crianças e adolescentes, 2012	507
Mapa X.4 Faixa de Fronteira: índice de vulnerabilidade socioeconômica crianças e adolescentes, 2010	509
Mapa X.5 Faixa de Fronteira: IRV Crianças e Adolescentes (mapa síntese)	511
Mapa X.6 Faixa de Fronteira: incidência de homicídios na população feminina, 2008-2010	514
Mapa X.7 Faixa de Fronteira: incidência de violência contra mulheres, 2009-2011	516
Mapa X.8 Faixa de Fronteira: rede de proteção à mulher, 2012	518
Mapa X.9 Índice de vulnerabilidade socioeconômica Mulheres, 2010	520
Mapa X.10 Faixa de Fronteira: IRV Mulheres (mapa síntese)	522
Mapa X.11 Faixa de Fronteira: Índice de Criticidade Indígenas	527

Mapa XII.1 Bacias cocaleiras no Trapézio Amazônico	537
Mapa XII.2 Apreensões de produtos químicos pelo DPF, 2004-2012	538
Mapa XII.3 Apreensões de cocaína pelo DPF, 2000-2012	539
Mapa XII.4 Apreensões de maconha (kg) pelo DPF, 2000-2012	541
Mapa XII.5 Arco Norte: ocorrências de apreensão de drogas pelo DPRF, 2012- 1º sem. 2013	543
Mapa XII.6 Fronteira Acre (BR) Departamento de Ucayali (Peru).....	545
Mapa XII.7 Arco Central: ocorrências de apreensões de drogas pelo DPRF, 2012-1º sem. 2013	546
Mapa XII.8 Arco Sul: ocorrências de apreensões de drogas pelo DPRF, 2012-1º sem. 2013	547
Mapa XII.9 Arco Norte: apreensões de pasta base pelas Polícias Estaduais, 2008-2013	549
Mapa XII.10 -Arco Norte: apreensões de cocaína pelas Polícias Estaduais, 2008-2013.....	550
Mapa XII.11 Arco Norte: apreensões de crack e opi pelas Polícias Estaduais, 2008-2013.....	550
Mapa XII.12 Arco Norte: apreensões de maconha e haxixe pelas Polícias Estaduais, 2008-2013.....	551
Mapa XII.13 Arco Central: apreensões de pasta base pelas Polícias Estaduais, 2008-2013.....	553
Mapa XII.14 Arco Central: apreensões de cocaína pelas Polícias Estaduais, 2008-2013.....	554
Mapa XII.15 Arco Central: apreensões de crack pelas Polícias Estaduais, 2008-2013.....	556
Mapa XII.16 Paraguai e Sudeste do Brasil: produção de cannabis e rotas de tráfico.....	557
Mapa XII.17 Arco Central: apreensões de maconha e haxixe pelas Polícias Estaduais, 2008-2013.....	558
Mapa XII.18 Arco Sul: Apreensões de Cocaína pelas Polícias Estaduais, 2008-2013	559
Mapa XII.19 Arco Sul: apreensões de Crack pelas Polícias Estaduais, 2008-2013.....	560
Mapa XII.20 Arco Sul apreensões de maconha e haxixe pelas Polícias Estaduais, 2008-2013	561
Mapa XII.21 Arco Norte: ocorrências de apreensões de armas e munições pelo DPRF, 2012-1º sem. 2013.....	562
Mapa XII.22 Arco Norte: ocorrências de apreensões de armas pelas Polícias Estaduais, 2008-2013	562
Mapa XII.23 Arco Central: ocorrências de apreensões de armas e munições pelo DPRF, 2008-2013.....	564
Mapa XII.24 Arco Central: apreensões de armas pelas Polícias Estaduais, 2008-2013	565
Mapa XII.25 Ocorrências de apreensão de armas e munições pelo DPRF, 2012-1º sem. 2013	567
Mapa XII.26 Arco Sul: Apreensões de armas de fogo pelas Polícias Estaduais, 2008-2013.....	568
Mapa XII.27 Faixa de Fronteira: número de ocorrências de apreensões de contrabando pela DPRF, 2012-1º sem. 2013.....	571
Mapa XII.28 Arco Sul: ocorrências de apreensões de contrabando pelo DPRF, 2012 a 1º sem. 2013	572
Mapa XII.29 Arco Central: áreas críticas do tráfico de drogas e de homicídios por arma de fogo.....	577
Mapa XII.30 Arco Sul: áreas críticas do tráfico de drogas e de homicídios por arma de fogo	578

GRÁFICOS

Gráfico I.1 Faixa de Fronteira: Repartição da População Urbana, 2010.....	47
Gráfico I.2 Faixa de Fronteira: Evolução da população total, 1970-2010.....	56
Gráfico II.2 Número de municípios com Guarda Municipal (2004-2012).....	111
Gráfico II.1 Proporção de municípios com Guarda Municipal sobre o total de municípios (2004-2012).....	111
Gráfico II.3 Efetivo de Guarda Municipal, por Arco (2004-2012).....	115
Gráfico II.4 Número de funções exercidas pela Guarda Municipal, média por município, por Arco (2004-2012).....	115
Gráfico II.6 Percentual de municípios com uso de arma de fogo pela Guarda Municipal, por Arco (2004-2012).....	116
Gráfico II.5 Percentual de municípios com uso de arma não-letal pela Guarda Municipal, por Arco (2009-2012).....	116
Gráfico III.1 Proporção dos recursos de Convênios Federais segundo Arcos, 2010-2012.....	133
Gráfico III.2 Proporção dos recursos dos Convênios Federais segundo Unidades da Federação, 2010-2012.....	136
Gráfico III.3 Valor dos Convênios Federais segundo Ministérios, 2010-2012.....	137
Gráfico IV.1 Faixa de Fronteira: municípios por grau de conectividade de telecomunicações.....	173
Gráfico IV.2 Municípios por grau de conectividade das telecomunicações da Faixa de Fronteira.....	175
Gráfico IV.3 Arco Norte: municípios por grau de conectividade das telecomunicações.....	176
Gráfico IV.4 Arco Central: municípios por grau de conectividade das telecomunicações.....	178
Gráfico IV.5 Arco Sul: municípios por grau de conectividade das telecomunicações.....	180
Gráfico IV.6 Proporção média de motocicletas sobre o total de veículos registrados em relação ao grau de urbanização.....	189
Gráfico IV.7 Relação entre o número de veículos e o consumo de gasolina para os municípios com mais de 100 mil habitantes.....	205
Gráfico IV.8 Relação entre o número de veículos e o consumo de gasolina para os municípios entre 50 e 100 mil habitantes.....	205
Gráfico IV.9 Relação entre o número de veículos e o consumo de gasolina para os municípios entre 25 e 50 mil habitantes.....	206
Gráfico IV.10 Relação entre o número de veículos e o consumo de gasolina para os municípios entre 10 e 25 mil habitantes.....	206
Gráfico IV.11 Relação entre o número de veículos e o consumo de gasolina para os municípios entre 10 e 5 mil habitantes.....	207
Gráfico IV.12 Relação entre o número de veículos e o consumo de gasolina para os municípios entre 5 e 2,5 mil habitantes.....	207
Gráfico IV.13 Relação entre o número de veículos e o consumo de gasolina para os municípios com menos de 2,5 mil habitantes.....	208
Gráfico V.1 Foz do Iguaçu (PR): Evolução do Mercado de Trabalho Formal, 2000-2011 (Total).....	226
Gráfico V.2 Glória D'Oeste (MT): Evolução do Mercado de Trabalho Formal, 2000-2011 (Total).....	226
Gráfico V.3 Cantá (RR): Evolução do Mercado de Trabalho Formal, 2000-2011 (Total).....	227
Gráfico V.4 Senador Guiomard (AC): Evolução do Mercado de Trabalho Formal, 2000-2011 (Setores).....	231
Gráfico V.5 Jordão (AC): Evolução do Mercado de Trabalho Formal, 2000-2011 (Setores).....	231
Gráfico V.6 Primavera de Rondônia (RO): Evolução do Mercado de Trabalho Formal, 2000-2011 (Setores).....	233
Gráfico V.7 Amaturá (AM): Evolução do Mercado de Trabalho Formal, 2000-2011 (Setores).....	243
Gráfico V.8 Águas de Chapecó (SC): Evolução do Mercado de Trabalho Formal, 2000-2011 (Setores).....	246
Gráfico V.9 Faixa de Fronteira: Evolução do PIB, 2006-2010 (Base 100 = 2006).....	285
Gráfico VIII.1 Faixa de Fronteira: Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes por tamanho de população municipal 2009 a 2011.....	410
Gráfico VIII.2 Faixa de Fronteira: Grupos das Unidades de Conservação.....	449
Gráfico VIII.3 Linha de Fronteira: Grupos das Unidades de Conservação.....	449
Gráfico VIII.4 Faixa de Fronteira: categorias das Unidades de Conservação.....	450
Gráfico VIII.5 Faixa de Fronteira: Distribuição Espacial das UCs.....	450
Gráfico VIII.6 Pressões às Unidades de Conservação na Faixa de Fronteira.....	453
Gráfico VIII.7 UCs na Faixa de Fronteira com Plano de Manejo.....	459
Gráfico VIII.8 UCs com Plano de Manejo por Arco da Faixa de Fronteira.....	459
Gráfico VIII.9 Situação Fundiária das UCs na Faixa de Fronteira.....	461
Gráfico XII.1 Apreensões de cocaína (cloridrato, crack e pasta-base) pelo DPF, 2000-2012.....	540
Gráfico XII.2 Apreensões de maconha (Kg) pelo DPF, 2000-2012.....	542
Gráfico XII.3 Faixa de Fronteira: número de ocorrências de apreensão de contrabando pelo DPRF, 2012-1º sem. 2013.....	569
Gráfico XII.4 Faixa de Fronteira: ocorrências de apreensão de contrabando pelo DPRF por tipo de mercadoria, 2012-1º sem. 2013.....	570

TABELAS

Tabela 1	Lista de órgãos consultados para coleta de dados.....	28
Tabela 2	Informações que devem ser replicadas na fase de coleta de dados.....	30
Tabela I.1	População Indígena na Faixa de Fronteira, por Arcos, total e percentual, 2010.....	61
Tabela I.2	Terras Indígenas na Faixa de Fronteira (número absoluto e extensão), por Arcos, total e percentual, 2013.....	61
Tabela II.1	Faixa de Fronteira: Municípios acima de 50 mil habitantes e uso de armas pela Guarda Municipal, 2012.....	116
Tabela II.2	Percentual de municípios com incidência dos itens da Rede de Proteção a Crianças e Adolescentes, por Arco.....	118
Tabela II.3	Percentual de municípios com incidência dos itens da Rede de Proteção às Mulheres, por Arco, 2012.....	121
Tabela II.4	Percentual de municípios com incidência dos itens da Rede de Proteção aos Idosos, por Arco.....	124
Tabela IV.1	Arco Sul: Municípios com mais de 10 mil habitantes por unidade de ensino médio (UEM), em ordem decrescente, 2010.....	216
Tabela V.1	Faixa de Fronteira: Distribuição do PIB e da população total por arcos, 2010.....	278
Tabela VI.1	Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica (IVSE-M): dimensões e variáveis.....	289
Tabela VII.1	Equipamentos de diagnóstico selecionados disponíveis no SUS segundo tipo e localização nos Arcos da Fronteira em 2010.....	363
Tabela VIII.1	Faixa de Fronteira municípios por classe de risco de homicídios, 2009-2011.....	400
Tabela VIII.2	Faixa de Fronteira: Homicídios, 2009-2011.....	403
Tabela VIII.4	Distribuição por Grupos das UCs nos Arcos.....	451
Tabela VIII.5	Categorias de UCs por Arco da Faixa de Fronteira.....	451
Tabela VIII.6	Pressões e Ameaças por Arcos da Faixa de Fronteira.....	454
Tabela VIII.7	Pressões e Crimes contra o Meio-Ambiente por Arco da Faixa de Fronteira.....	455
Tabela VIII.8	Pressões e Crimes contra o Meio-Ambiente.....	456
Tabela VIII.9	Ocupação Humana por Arco da Faixa de Fronteira.....	458
Tabela VIII.10	Existência de Conselhos Gestores pelas Categorias.....	460
Tabela VIII.11	Existência de Conselhos Gestores por Arco.....	461
Tabela VIII.12	Situação Fundiária das UCs na Faixa de Fronteira por Arco.....	461
Tabela IX.1	Faixa de Fronteira: População Total, Homicídios e Homicídios por arma de fogo, nos 25 municípios com maior número de homicídios no triênio.....	466
Tabela IX.2	Faixa de Fronteira: População, Efetivo policial e Homicídios, por estados.....	468
Tabela IX.3	Faixa de Fronteira: População, Homicídios e Efetivo Policial nas Cidades Gêmeas.....	469
Tabela IX.4	Faixa de Fronteira do Mato Grosso do Sul: População, Homicídios e Efetivo Policial nos municípios com taxas de homicídio superiores a 10 por 100 mil habitantes.....	471
Tabela IX.5	Faixa de Fronteira do Paraná: População, Homicídios e Efetivo Policial nos municípios com taxas de homicídio superiores a 10 por 100 mil habitantes.....	472
Tabela IX.6	Faixa de Fronteira: População, Efetivo da polícia civil e Homicídios, por estados.....	476
Tabela IX.7	Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica (IVSE-M): dimensões e variáveis.....	480
Tabela IX.8	Áreas Críticas de Segurança Pública: indicadores e limiares.....	482
Tabela IX.9	Faixa de Fronteira: Indicadores de Criticidade e Áreas Críticas.....	483
Tabela IX.10	Síntese das áreas críticas de segurança pública, por Arco e UF.....	502
Tabela X.1	Síntese das áreas críticas de violência contra crianças e adolescentes, por Arco e Unidade da Federação.....	512
Tabela X.2	Síntese das áreas críticas de violência contra mulheres, por Arco e UF.....	523
Tabela X.3	Faixa de Fronteira: Classes e notas para as variáveis da população indígena.....	524
Tabela X.4	Faixa de Fronteira: Classes e notas para as variáveis de registro de violência.....	525
Tabela X.5	Faixa de Fronteira: Classes e notas para as variáveis de povos isolados.....	526
Tabela X.6	Definição de faixas e classes do índice de criticidade.....	526
Tabela XI.1	Faixa de Fronteira: Coeficiente de correlação (R^2) com a taxa média de homicídios por 100 mil habitantes, 2009-2011.....	529
Tabela XI.2	Arco Norte: Coeficiente de correlação (R^2) com a taxa média de homicídios, 2009-2011.....	530
Tabela XI.3	Arco Central: Coeficiente de correlação (R^2) com a taxa média de homicídios, 2009-2011.....	531
Tabela XI.4	Arco Sul: Coeficiente de correlação (R^2) com a taxa média de homicídios, 2009-2011.....	532
Tabela XII.1	Dados recebidos das Polícias Estaduais e do DPRF em janeiro de 2014.....	574
Tabela XII.2	Síntese das áreas críticas de homicídio por arma de fogo e tráfico de drogas, por Arco e UF.....	580

FIGURA

Figura IV.1 “Linha” que conecta o Brasil à Bolívia em Capixaba (AC). Ao fundo podemos ver as bandeiras dos dois países no povoado de Villa Rapirran .	182
Figura IV.2 Travessia de motocicletas pelo limite internacional na hora da saída de escola localizada em Ponta Porã (MS). Boa parte dos estudantes eram paraguaios, residentes de Pedro Juan Caballero	185
Figura XII.1 Cocaína apreendida em Jutáí (rio Solimões) em 2012	549



Pesquisa Segurança Pública nas Fronteiras – SENASP/MJ

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O Diagnóstico Socioeconômico e Demográfico da Faixa de Fronteira relacionado a criminalidade e violência é parte da pesquisa desenvolvida para o Ministério da Justiça-SENASP/Programa ENAFRON (Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras), cujo objetivo geral é intensificar o controle e a fiscalização na fronteira continental brasileira, especialmente a prevenção, controle e repressão de delitos transfronteiriços. O objetivo específico da pesquisa é subsidiar as ações do Governo Federal no âmbito do Programa ENAFRON.

A Parte I consiste num **relatório analítico** que apresenta aspectos demográficos, socioeconômicos e de criminalidade na faixa de fronteira, utilizando como base espacial os Arcos Norte, Central e Sul.

Ressalta-se que a *prevenção* de delitos transfronteiriços depende, em grande medida, da situação econômica, social, técnica e institucional dos municípios de fronteira. Por esse motivo foram escolhidas variáveis que permitam avaliar essas situações.

De modo geral, a comparação entre os arcos para as diversas variáveis mostra que o Arco Sul se encontra em melhor situação, tanto no que se refere à infraestrutura como às condições socioeconômicas. No outro extremo, o Arco Norte, apesar de ter a mais extensa linha de fronteira, é o que apresenta o pior cenário. Contudo, em todos os arcos aparece uma considerável diferenciação interna quanto à incidência espacial das variáveis. Essa diferenciação deverá ser levada em conta nas decisões envolvendo políticas públicas.

A Parte II do Diagnóstico Socioeconômico e Demográfico da Faixa de Fronteira consiste num **relatório de síntese**, denominado de **Áreas Críticas**. No decorrer da pesquisa foi se tornando claro que era insuficiente analisar apenas as variáveis socioeconômicas e demográficas. A elas foi relacionada a questão da criminalidade e da violência. A Parte II busca integrar o levantamento socioeconômico e demográfico e os dados secundários sobre criminalidade e violência disponíveis para os 588 municípios da Faixa de Fronteira. Como abarca uma vasta área do território nacional, a análise dos dados secundários se mostra insuficiente para a identificação e a caracterização dos aspectos singulares e particulares das realidades locais. Essa abordagem quantitativa desenvolvida a partir de dados secundários se distingue da abordagem realizada pelo Diagnóstico da Segurança Pública na Faixa de Fronteira (NECVU, 2014) pela abrangência e pelo método, uma vez que o Diagnóstico da Segurança envolve pesquisa qualitativa em 55 municípios e levantamento de dados primários em 178 municípios pré-definidos pela SENASP e contribui para uma análise mais detalhada de uma parte considerável desses 588 municípios.

Convém destacar que são bastante desiguais a quantidade e a qualidade das informações encaminhadas pelos municípios e aquelas produzidas pelos órgãos encarregados da Segurança Pública na Faixa de Fronteira. De um modo geral, os municípios do Arco Norte apresentaram uma base de dados mais incompleta se comparada com a dos outros Arcos.

Apesar da subnotificação, da disparidade e da indisponibilidade de dados, a pesquisa evidencia o êxito parcial do recente esforço da SENASP no levantamento e na sistematização de dados antes inéditos ou inacessíveis, como os dados de apreensões de drogas e de efetivos policiais desagregados por município (polícias estaduais), além dos dados de apreensões do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (por município, 2012 e 1º semestre de 2013) e da Polícia Federal (por estado, 2000 a 2012). A tendência é que haja uma melhora na obtenção e na sistematização dos dados a partir da implementação da Lei 12.681/2012, que institui o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (SINESP).

O esforço da SENASP é complementado por outros órgãos governamentais, como o IBGE, que introduziu levantamento de dados de segurança pública em sua pesquisa do Perfil Municipal, e também organizações não governamentais, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), com dados sobre conflitos de terra e violência contra a população indígena. Para um pesquisador os dados quase sempre são insuficientes ou deficientes, mas é precisamente o ato de trabalhar com as informações disponíveis que mostra ao gestor público onde estão as lacunas e as deficiências.

A Parte II apresenta os resultados da análise dos 588 municípios da Faixa de Fronteira, utilizando como base espacial os Arcos Norte, Central e Sul e tendo como eixo a identificação de **Áreas Críticas**. A identificação de Áreas Críticas é uma forma inovadora de orientar políticas públicas no espaço geográfico e, ao mesmo tempo, privilegiar a ação na escala local. Fundamenta-se numa metodologia que faz um uso mais elaborado dos recursos oferecidos pelo Sistema de Informações Geográficas, explicitada no corpo do trabalho. E constitui também uma forma viável de atuação no espaço local.

As **Áreas Críticas** correspondem aos municípios com problemas mais graves quanto a: incidência de homicídios/registro de violência; rede de proteção (infraestrutura de gestão) e vulnerabilidade socioeconômica. As Áreas Críticas foram definidas para a segurança pública de um modo geral, para os segmentos vulneráveis da população (indígenas, mulheres, crianças e adolescentes) e para o tráfico ilícito de drogas.

Apesar de não ser um levantamento exaustivo, o presente diagnóstico oferece um retrato bastante completo, que permite uma visão geral sobre as diferenças macrorregionais na Faixa de Fronteira e a identificação de situações críticas nos municípios fronteiriços. Esse diagnóstico pode servir de ponto de partida para orientar a melhoria da produção de dados e o monitoramento periódico da evolução de variáveis e indicadores, com a finalidade de avaliar os resultados das políticas públicas relacionadas à segurança pública na fronteira.

METODOLOGIA

Conceitos Operacionais

A metodologia se fundamenta em dois componentes principais. O primeiro componente é a seleção de variáveis, agrupadas segundo *densidades geográficas*.

Utilizada em diversos ramos da ciência, na geografia o conceito de *densidade* tem sido usualmente utilizado para medir a densidade demográfica, ou seja, o número de indivíduos distribuído em uma quantidade fixa de área. Porém quando se analisa o espaço geográfico, observa-se que este mostra diferenças de densidade quanto a objetos e indivíduos, ao movimento de coisas e indivíduos, a informações, recursos, dinheiro, presença institucional e também ações¹. Acrescenta-se a esses elementos, as diferenças de densidade quanto a problemas existentes (concentração de renda, criminalidade, conflitos, etc.).

Como número, as densidades são *indicadores* do que é denso ou do que é rarefeito, dependendo do grau de incidência das variáveis. Assim, é possível se calcular para cada um dos tópicos da pesquisa—social, sócio-técnica, econômica, informacional, normativa, comunicacional,—a densidade no território em cada uma de suas divisões (município, estado, região, país), tanto em função da superfície como da população presente na unidade de área selecionada.

O segundo componente da metodologia é o uso da cartografia como ferramenta de visualização das diferenças e dos problemas incidentes no espaço geográfico. O uso da cartografia parte da noção de que, mais do que um meio de representação ou de ilustração, as cartas geográficas constituem um meio de explicação visual de processos espaciais². Nesse sentido, reiteramos aqui, os mapas temáticos são produzidos como elemento analítico e não como ilustração.

¹ Ver M.Santos, M.L.Silveira, O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 2001, p. 260

² Ver E. Tufte, The visual display of quantitative information. 1999.

Os resultados apresentados na Parte II do Diagnóstico são resultantes dos procedimentos de busca, coleta, tratamento e análise de dados estatísticos e espaciais realizados na Parte I, acrescidos de novas variáveis.

A coleta de dados manteve o mesmo padrão nas duas etapas (Partes I e II), com a adequação das bases de dados encontradas a um formato padrão para facilitar os procedimentos de consulta e análise espacial. Com este intuito foi definido um modelo padrão de tabulação dos dados, no qual especial atenção foi dada às informações da situação geográfica do município em relação ao limite internacional.

O tratamento dos dados estatísticos é a etapa preparatória para a análise dos dados e da construção de indicadores. A Parte I apresentou a coleta de 2.228 variáveis, reduzidas para 729 após seleção e tratamento. A Parte II exigiu o levantamento de mais algumas dezenas de variáveis. Agregamos nessa metodologia um comentário sobre cada uma das fontes de dados utilizadas especificamente na identificação das áreas críticas.

Levantamento de variáveis e construção de indicadores

Os resultados apresentados nesta pesquisa resultaram dos procedimentos de busca, coleta, tratamento e análise de dados estatísticos e espaciais.

A busca dos dados se baseou na consulta a diversos órgãos governamentais e não governamentais, que produzem dados na escala municipal para a Faixa de Fronteira. Em casos específicos, quando não existiam dados municipais para temas julgados de grande relevância para a pesquisa, foram utilizados dados na escala seguinte de agregação possível, geralmente o nível estadual. Adiante apresentamos a lista dos 27 órgãos consultados.

Tabela 1–Lista de órgãos consultados para coleta de dados.

CÓDIGO DA ENTIDADE	NOME DA ENTIDADE
ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil
ANATEL	Agência Nacional de Telefonia
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP	Agência Nacional do Petróleo
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ATLAS	Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil
BC	Banco Central do Brasil
CEBELA	Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CPT	Comissão Pastoral da Terra

DENATRAM	Departamento Nacional de Trânsito
EXEMIL	Exército Brasileiro
FABMIL	Força Aérea Brasileira
FIRJAN	Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GGIF ou CT	Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira ou Câmaras Técnicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISA	Instituto Socioambiental
LISTA	Lista Suja do Trabalho Escravo
MARMIL	Marinha Brasileira
MATRIZ	Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes
MD	Ministério da Defesa
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MS	Ministério da Saúde
PANROTAS	Editora PanRotas
PE	Polícias Estaduais
PF	Polícia Federal
PT	Portal da Transparência do Governo Federal
RFB	Receita Federal do Brasil
ROTAER	Manual Auxiliar de Rotas Aéreas
SISTEMA S	Sistema S
SIVAM/SIPAM	Sistema de Vigilância da Amazônia/Sistema de Proteção da Amazônia
TESOURO	Tesouro Nacional
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

A coleta consistiu na adequação das bases de dados encontradas a um formato padrão para facilitar os procedimentos de consulta e análise espacial. Com este intuito foi definido um modelo padrão de tabulação dos dados, no qual especial atenção foi dada às informações da situação geográfica do município em relação ao limite internacional.

Tabela 2–Informações que devem ser replicadas na fase de coleta de dados

COD	DENOMINAÇÃO	FONTE	PERÍODO
CUGN	Código de unidade geográfica (formato número)	IBGE	
CUGT	Código de unidade geográfica (formato texto)	IBGE	
CUGN6	Código de unidade geográfica (formato número)	IBGE	
CUGT6	Código de unidade geográfica (formato texto)	IBGE	
MUN	Município	IBGE	
UF	Unidade da federação	IBGE	
FFSITGEO	Faixa de Fronteira (1-cidade gêmea; 2-na linha de fronteira; 3-na faixa de fronteira)	IBGE–Cadastro de Cidades da FF	
AREA2010	Área municipal 2010	IBGE	2010
DENSD2010	Densidade demográfica 2010	IBGE	2010
POPTOT2010	População total 2010	IBGE	2010
POPURB2010	População urbana 2010	IBGE	2010

O tratamento dos dados estatísticos é a etapa preparatória para a análise dos dados e da construção de indicadores. Depois da coleta de 2.228 variáveis, a seleção e tratamento das tabelas reduziram este número para 729.

A análise, com a apresentação dos primeiros resultados e dos primeiros indicadores desenvolvidos, será feita na seção seguinte deste relatório. Contudo, antes faremos uma rápida apresentação da disponibilidade das variáveis com a fonte da publicação.

Disponibilidade e acesso aos dados

- **Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)**

Os dados ANAC detalham as características dos aeródromos brasileiros. Aeródromos são definidos pela ANAC como qualquer área onde são permitidas operações de pouso, decolagem e manobra de aeronaves. Algumas das características que podem diferenciar os aeródromos são a extensão e o pavimento da pista. Essas diferenças podem ser utilizadas para identificar municípios que tem possibilidade de receber aeronaves de maior porte, assim aumentando a sua capacidade de conexão com outras regiões. Por sua vez, os aeródromos que recebem aeronaves de menor porte também podem ser utilizados para o tráfico ilegal de mercadorias.

- **Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)**

A ANATEL disponibiliza dados municipais da rede de telefonia móvel nacional e da cobertura de radiodifusão. Mesmo que o número de estações de telefonia móvel (torres de celular) não indique a qualidade do serviço, este número permite inferir a densidade de cobertura do serviço.

Os dados de cobertura da rede de rádio e teledifusão são compostos pelo número de emissoras de diferentes meios de comunicação, se outorgadas ou não. Essa informação pode nos indicar os centros de produção e difusão de informações.

- **Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)**

A ANEEL foi consultada para averiguar a disponibilidade de informações sobre o consumo de energia elétrica municipal, consumo total e por tipo de consumo (residencial, agrícola, industrial). Esses dados são utilizados como indicador do desenvolvimento econômico municipal e da composição da sua base produtiva. Outro uso a ser feito com este dado é a indicação do nível de desenvolvimento social através da quantidade de energia consumida por residências.

- **Agência Nacional do Petróleo (ANP)**

Os dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP) de consumo de combustíveis (etanol, gasolina e diesel) eram anteriormente disponibilizados livremente no website do órgão. Contudo, para este projeto, foi necessário requerer por e-mail à agência os dados referentes ao período 2007-2012. As tabelas foram enviadas em duas semanas.

Chama a atenção o baixo consumo do etanol, chegando à zero em diversos municípios, especialmente no Arco Norte. O combustível com uso mais difundido é o diesel, que pode ser usado tanto para caminhões, como para embarcações e termoelétricas. Os dados apresentam erros em alguns anos, pois mostram consumo zero de combustíveis, discrepante com anos anteriores e posteriores.

- **Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)**

O site da ANVISA foi consultado para localizar as unidades de fiscalização desse órgão. Esta agência é uma das responsáveis pela fiscalização de entrada e saída de produtos controlados, como medicamentos e agrotóxicos, no território nacional. Além disso, ela atua no controle de surtos e epidemias que possam entrar pela fronteira internacional. Sendo assim, ela tem um papel fundamental na área da segurança, ao controlar os crimes de contrabando e descaminho, e na área social e de saúde, ao manter o controle sanitário.

- **Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil**

A publicação 'Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil', organizada em conjunto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pela Fundação João Pinheiro (FJP), disponibiliza em seu site as variáveis e os indicadores que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). O IDHM é uma adaptação do Índice de Desenvolvimento Humano, um índice bastante difundido no mundo, cujo objetivo é avaliar o nível da qualidade de vida das pessoas. Ele é baseado em três pilares: saúde, educação e renda.

Nesta pesquisa utilizamos alguns dos indicadores de renda para subsidiar a nossa análise de densidade social e socioeconômica da Faixa de Fronteira. Os indicadores foram:

- Índice de GINI
- Razão entre a renda média dos 10% mais ricos da população sobre a renda média dos 40% mais pobres.
- Percentual de pobres (proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais)
- Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade
- Percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal
- Percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza
- Razão entre as crianças de 6 a 14 anos que não frequentam a escola e o total de crianças nesta faixa etária multiplicado por 100.
- Razão entre as pessoas de 10 a 14 anos de idade que eram economicamente ativas, ou seja, que estavam ocupadas ou desocupadas na semana de referência do Censo e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100. Considera-se desocupada a pessoa que, não estando ocupada na semana de referência, havia procurado trabalho no mês anterior a essa pesquisa.

Razão entre as mulheres de 15 a 17 anos de idade que tiveram filhos e o total de mulheres nesta faixa etária multiplicado por 100.

Razão entre o número de mulheres que são responsáveis pelo domicílio, não têm o ensino fundamental completo e têm pelo menos 1 filho de idade inferior a 15 anos morando no domicílio e o número total de mulheres chefes de família multiplicado por 100. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.

O Índice de Gini e a razão entre a renda média dos 10% mais ricos da população sobre a renda média dos 40% mais pobres são utilizados para medir a desigualdade na distribuição de renda. O Índice de Gini já é bastante conhecido e permite uma comparação em uma série histórica maior. Ele mede a concentração da distribuição de uma variável, cujo valor pode variar de 0 (que significa perfeita igualdade na distribuição) a 1 (a desigualdade máxima). A razão entre a renda dos estratos mais ricos e mais pobres da população, conhecido como Índice de Palma, é um indicador que está cada vez mais sendo utilizado para medir a concentração de renda. A sua vantagem, comparada ao Índice de Gini, é o cálculo simplificado e o seu foco nos extremos da distribuição de renda na sociedade, o que facilita a formulação de políticas públicas voltadas aos estratos mais pobres da população.

Os demais indicadores foram utilizados para gerar o índice de vulnerabilidade socioeconômica na metodologia de definição de áreas críticas.

- **Banco Central do Brasil (BCB)**

O Banco Central do Brasil foi consultado, por meio da publicação “Estatísticas bancárias”, para a obtenção do dado do número de agências bancárias por município. Este dado está dividido em agências esperadas e agências processadas. A primeira informa o número de agências em trâmite para serem abertas e, a segunda, informa quais agências já receberam liberação para abrir e executar suas atividades. A análise preliminar dos dados mostra que a diferença entre as agências já processadas e as esperadas é mínima, portanto, não existe uma intensa abertura de agências bancárias na faixa de fronteira, o que pode indicar a estabilidade da economia municipal, porém sem crescimento.

Outros dados encontrados na publicação do BCB são os saldos dos balancetes do sistema bancário brasileiro, por município. Estes dados poderão ser utilizados no futuro, pois talvez contribuam para o entendimento dos fluxos de dinheiro entre os bancos, através de variáveis que informam o volume de financiamentos, a disponibilidade de crédito, as aplicações de empresas e pessoas físicas e a emissão e recebimento de dinheiro entre agências.

- **Receita Federal do Brasil (RFB)**

Por meio do site do órgão, localizamos os municípios que possuem escritório da Receita Federal. A RFB atua diretamente na fronteira ao fiscalizar a entradas de todos os produtos que importados e exportados do Brasil. Portanto, este órgão influencia diretamente o movimento do comércio entre as cidades gêmeas, ao coibir o trânsito de mercadorias entre as cidades localizadas na zona de fronteira, e o comércio internacional entre os países vizinhos, quando estipula taxas específicas para cada mercadoria. Essas medidas adotadas pela RFB podem ter efeito direto na economia local e na incidência de crimes como contrabando.

- **Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (CEBELA)**

O Cebela e a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) publicam periodicamente diversos estudos sobre a violência no Brasil. Estes estudos são intitulados ‘Mapa da Violência’. Uma das principais vantagens da consulta a este material é a continuidade temporal dos estudos, o que permite uma análise evolutiva da dinâmica da violência, e o detalhamento por classes populacionais (idade, gênero e cor) e tipos de violência (violência por armas de fogo e homicídios). Neste relatório a classe populacional analisada será a das mulheres e o tipo de violência a de homicídios por armas de fogo.

- **Comissão Pastoral da Terra (CPT)**

A partir de dados disponibilizados pela CPT para o período entre 2000 e 2011 três tabelas foram confeccionadas: conflitos no campo, conflitos por conta de acesso à água e número de trabalhadores escravos. Em razão da dificuldade do acesso às áreas de conflito e à escassez de dados do governo sobre o assunto, a CPT avalia que os casos de morte em conflitos e de trabalho escravo estejam subnotificados. Todos os dados sobre os conflitos apresentam informações acerca do local do conflito, número de trabalhadores feridos ou mortos e trabalhadores libertos (quando em regime de escravidão).

- **Conselho Indigenista Missionário (CIMI)**

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) publica anualmente o relatório “Violência contra os Povos Indígenas no Brasil”. Trabalhamos com os dados referentes ao ano de 2012. O relatório traz um levantamento detalhado de ocorrência de diversos tipos de violência contra a população indígena em todo o Brasil. Aqui utilizamos o relatório do CIMI para as variáveis que compuseram as áreas críticas do segmento indígena.

- **Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)**

A frota nacional de veículos é divulgada anualmente pelo DENATRAN. Apesar de conter uma grande variedade de veículos utilizaremos para apenas as informações da frota de carros, motos e caminhões, pois são os veículos mais utilizados nos municípios da Faixa de Fronteira.

- **Forças Armadas e Ministério da Defesa (Exército, Marinha e Aeronáutica)**

Por meio dos websites do Ministério da Defesa e das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), foram identificadas as organizações militares de acordo com sua caracterização e nível hierárquico (Comando, Brigada, Batalhão, etc.). Os pelotões de fronteira foram identificados a partir de pesquisa anterior (Monteiro 2009)³. O objetivo é sintetizar os dados das Forças Armadas identificando uma hierarquia de lugares para representação em um mapa. As informações da infraestrutura física instalada são complementadas com dados sobre as áreas de atuação das operações especiais e seus resultados.

- **Fundação Nacional do Índio (FUNAI)**

Os dados produzidos sobre população indígena pela FUNAI são exclusivos de populações que habitam Terra Indígena já demarcada. A unidade do levantamento estatístico são Terras Indígenas e o levantamento não é feito regularmente. Isto dificulta a comparação com outros dados, que estão disponibilizadas na escala municipal, e impede a comparação entre Terras Indígenas. Outra informação extraída foi a presença institucional da FUNAI, por municípios da Faixa de Fronteira, segundo sua distinção de nível administrativo (local e regional).

³ Rego Monteiro, Licio C. Políticas territoriais do Estado brasileiro na Amazônia e seus efeitos na zona de fronteira Brasil-Colômbia: controle estatal e ameaças transnacionais. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em geografia, 2009.

A FUNAI também disponibiliza as bases vetoriais georreferenciadas das Terras Indígenas. Estes últimos foram organizados e contêm informações específicas sobre todas as 294 Terras Indígenas situadas nos municípios da Faixa de Fronteira, tais como: extensão, situação do processo de demarcação (17% ainda estão em estudo, e 71% já estão homologadas/regularizadas), documento de referência da situação, municípios e unidades da federação abrangidos, grupos étnicos habitantes, unidade administrativa da FUNAI responsável, e outras observações.

A limitação das bases espaciais é a ausência de data de referência da produção do dado, pois são referidos como sendo produzidos através de acesso direto ao banco de dados do órgão, o qual oferecerá sempre, automaticamente, as informações mais atualizadas. Portanto, apesar dos dados obtidos na FUNAI sobre as Terras Indígenas serem bem específicos e georreferenciados (possibilitando a confecção de mapas sobre todas as variáveis acima enumeradas), não permitem uma maior padronização sobre a população indígena por municípios. O dado que permite uma análise da população indígena na escala municipal é o disponibilizado pelo IBGE, no Censo Demográfico, que identifica a população indígena municipal.

- **Gabinetes de Gestão Integrada da Fronteira ou Câmara Técnica (GGIF ou CT)**

Os GGIF's ou CT's são estruturas administrativas das secretarias de segurança pública estaduais. Elas foram construídas para articular as políticas da área de segurança pública dos estados da Faixa de Fronteira e com o auxílio da SENASP. Cada estado possui peculiaridades na construção do GGIF ou CT, em razão de diferenças estatutárias. A SENASP organiza periodicamente encontros entre os representantes dos grupos estaduais para discutir a sua atuação estadual e articular a troca de experiências entre os membros do GGIF/CT. Para avaliar a frequência de reuniões reunimos as atas das reuniões dos membros dos gabinetes e câmaras técnicas e mapeamos os locais onde as reuniões foram realizadas.

- **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**

O IBGE é a principal fonte de dados estatísticos disponíveis. Entre os temas consultados estão: população, migração, deslocamentos, renda, escolaridade, condições domiciliares, produto interno bruto, etc.

No tema população foi dada relevância à sua dinâmica e situação geográfica. Como o Censo é uma publicação decenal, os dados extraídos sobre a dinâmica da população são referentes aos anos de 2000 e 2010. A situação geográfica é a distribuição da população entre áreas urbanas e rurais.

As migrações podem ser consultadas por unidade da federação de origem do residente que não nasceu no município; contudo, utilizamos apenas o dado da região

geográfica de origem do imigrante. Os deslocamentos são divididos em deslocamentos para estudo e deslocamentos para trabalho.

Os temas renda e escolaridade são os com menor disponibilidade gratuita. Os dados de escolaridade como número de pessoas matriculadas no ensino público e número de estabelecimentos escolares, puderam ser substituídos pelos dados do Censo Escolar, do MEC.

Outra publicação importante do IBGE é o Perfil Municipal, com dados sobre administração pública municipal, infraestrutura e serviços municipais. Neste relatório utilizamos os dados do Perfil Municipal 2012 referentes à gestão municipal de segurança, às guardas municipais e à rede de proteção de segmentos vulneráveis da população.

- **Instituto Socioambiental (ISA)**

As análises sobre a situação das Unidades de Conservação (UC), especialmente sobre a sua distribuição espacial e as dificuldades para que essas alcancem os objetivos de preservação ambiental na Faixa de Fronteira, foram baseadas nos dados disponíveis na base do ISA e no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC).

O ISA é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que se dedica às questões socioambientais desde 1994, estas questões envolvem a defesa de bens e direitos sociais relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural e aos direitos dos povos. Dentre seus trabalhos de pesquisa e estudos destacam-se aqueles relativos ao monitoramento de Terras Indígenas e Unidades de Conservação. A partir desses dados disponibilizados no endereço eletrônico <www.socioambiental.org> tivemos acesso a variáveis como a localização geográfica das UC, bem como os documentos relativos aos Conselhos Gestores e Planos de Manejo dessas Unidades. Além disso, o levantamento das pressões e ameaças às áreas protegidas foi baseado no *clipping* de notícias realizado pelo ISA.

- **Lista Suja do Trabalho Escravo**

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência são os responsáveis por manter e atualizar a 'Lista Suja do Trabalho Escravo', que contém dados de empresas flagradas com trabalhadores em condições análogas à escravidão. A ONG Repórter Brasil desenvolveu o sistema de consulta simplificada desde dados, onde é possível consultar os casos de empregadores da Faixa de Fronteira incluídos na lista suja.

Vale destacar que as empresas incluídas na lista são aquelas em houve a acusação ao empresário e o direito de defesa já foi cumprido. Depois de dois anos de permanência na lista, os nomes dos empresários são retirados.

Outra dificuldade para o mapeamento das ocorrências de trabalho em situação análoga à escravidão é o caso de empresas situadas em mais de um município, geralmente empresas rurais. Nestes casos procuramos associar a ocorrência registrada na Lista Suja com o município onde está situada a sede da empresa.

- **Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (MATRIZ)**

O grupo que compõe a Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes é presidido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Ela organiza as estratégias de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes em todo o país e articulada com outros órgãos governamentais, como a Câmara dos Deputados e universidades. A principal política de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes é a manutenção do Disque 100, para denúncias de exploração sexual. Os relatórios da MATRIZ contêm os dados de denúncias de por meio do Disque 100, por município. Ao mapear estes dados podemos indicar alguns pontos críticos relacionados a este tipo de delito.

A limitação deste dado é a impossibilidade de avaliar se os casos denunciados foram investigados, e, caso fossem, se a denúncia era de fato um caso de abuso contra crianças e adolescentes. Contudo, este foi o modo mais preciso que encontramos para avaliar as condições de segurança deste grupo da população e que continha os 588 municípios da Faixa de Fronteira.

- **Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC)**

O MDIC publica, mensalmente, os dados de importações e exportações dos municípios brasileiros. Este dado pode nos indicar o grau de interações da economia formal municipal com o exterior. Para saber se esta relação comercial é constante ou, se é ligada a algum “surto” econômico conjuntural, consultamos os dados dos anos 2000, 2010 e 2012 e os dados dos 3 principais produtos importados e exportados por cada município. Em todos os casos em que aparecem precursores químicos para o beneficiamento de drogas ilícitas, estes produtos serão considerados, mesmo que não estejam no grupo dos três principais produtos.

- **Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)**

O MDS disponibiliza em seu site um banco de dados com as informações de valores e pessoas atendidas pelos seus programas sociais. A consulta pode ser feita por diversos recortes geográficos e por programa, contemplando os três principais programas de atuação do ministério: Brasil Sem Miséria, Bolsa Família, Programa de Segurança Alimentar e Assistência Social.

- **Ministério da Educação (MEC)**

A publicação Censo Escolar é disponibilizada eletronicamente pelo MEC sob a forma de microdados divididos em quatro bases, cada uma com uma unidade: escolas, docentes, turmas e matrículas. Para extração destes dados foi necessária a utilização do programa SPSS (Statistical Package for Social Sciences, da IBM). Neste aplicativo foram recortadas as informações que se relacionavam aos estados fronteiriços e aos municípios na faixa de fronteira, construindo um banco de dados que permite o cruzamento e produção de tabelas contendo qualquer variável selecionada. Esta escolha é feita a partir do documento que descreve as variáveis dentre as bases disponíveis.

Cada base contém centenas de variáveis, que se referem individualmente a todo o universo de escolas, docentes, turmas ou matrículas do Brasil, o que totaliza uma imensa massa de dados, dificultando sobremaneira o seu tratamento.

Em relação ao Censo da Educação Superior, foi utilizada somente a base das Instituições da Educação Superior – IES. Esta também teve o mesmo tratamento do Censo Escolar, realizado no programa SPSS. Como produto final, por enquanto, foi produzida uma tabela contendo o número total de IES, por tipo.

- **Ministério do Meio Ambiente (MMA)**

A organização do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) foi previsto na Lei nº 9985 (SNUC) e a sua manutenção e divulgação é responsabilidade do MMA com auxílio do IBAMA e órgãos estaduais e municipais competentes. A partir do CNUC foi possível termos acesso aos dados relativos à presença humana nas UCs, às variáveis referentes à infraestrutura, assim como a validação de dados acessados na base do ISA.

- **Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)**

O MTE divulga por meio do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) informações sobre o trabalho formal no Brasil. Os dados que utilizamos foram os de vínculos empregatícios e estabelecimentos para o período de 2000 a 2011. Eles foram agregados pela classificação dos setores de atividade do IBGE, de 1992, para manter o padrão utilizado em pesquisas anteriores do Grupo Retis. As categorias de atividade econômica definidas foram: mineração, indústria, comércio, profissionais técnicos e administração pública.

A RAIS, em razão da sua periodicidade anual é fundamental para analisar a estabilidade da economia formal do município, medir a sua evolução e a sua diversidade. Contudo, por conter apenas os estabelecimentos e vínculos empregatícios formais, esta fonte não é suficiente para fazer conclusões sobre o tamanho da economia do município, que em muitos casos tem grande participação da economia informal.

- **Ministério da Saúde (MS)**

O DATASUS é o instrumento utilizado pelo Ministério da Saúde para coletar e divulgar dados da infraestrutura do sistema de saúde brasileiro, por meio de várias publicações. Os dados consultados no DATASUS são os de estabelecimentos de saúde (número de unidades, leitos e equipamentos), os de recursos humanos, (número de médicos por especialidade e enfermeiros), e a taxa de homicídios por município. Este último é o dado mais utilizado como indicador da segurança pública, pois é produzido diretamente pelos hospitais ou centros de saúde e enviados para o MS. Também foram levantados dados sobre as transferências de recursos do SUS para os municípios.

- **PANROTAS**

A editora PanRotas produz, mensalmente, publicação onde especifica as linhas aéreas em operação no mês de referência. Para cada aeroporto em uso por empresas de aviação comercial é apresentada uma listagem de voos regulares, com as seguintes informações: destino, empresa aérea responsável, tipo de aeronave, frequência semanal do voo e número de escalas.

Para a análise da conectividade foram somados os voos diretos e voos indiretos, com origem/destino nos aeroportos da faixa de fronteira. Uma observação preliminar é que os municípios da faixa de fronteira têm poucas conexões aéreas entre si. As conexões são feitas com escalas em aeroportos fora da faixa de fronteira.

O PanRotas também é uma das fontes para a classificação dos aeroportos (municipal, regional, nacional, internacional).

- **Polícias Estaduais (PE)**

Os dados sobre os efetivos das Polícias Estaduais (Polícia Militar, Polícia Civil e Perícia) por município foram fornecidos pela SENASP, a partir de uma pesquisa realizada em 2011 junto às secretarias estaduais de segurança. O único problema é a indisponibilidade de dados para o estado do Paraná. O levantamento do diagnóstico da segurança na faixa de fronteira, que está sendo realizado pelo NECVU, pode complementar as informações de 2011, incluindo outras variáveis além do efetivo militar.

- **Polícia Federal (PF)**

O Relatório Anual do Departamento da Polícia Federal (DPF) de 2008, último ano disponível no site da DPF, além dos Relatórios de Prestação de Contas da Polícia Federal (por estado) constituem uma das fontes de dados sobre apreensões de drogas ilícitas, armas, munições e contrabando. A maior parte dos dados disponíveis através dos relatórios anuais da Polícia Federal é apresentada em nível nacional, regional ou estadual, o que dificulta sua correlação com os dados do nível municipal, que é a escala adotada nesta pesquisa. Esse problema também pode ser verificado nos dados enviados pela SENASP, que contém os

convênios firmados com os estados e as apreensões realizadas pelas polícias federal, militar e civil, porém sem a necessária localização geográfica (município ou estrada onde feita a apreensão). Contudo, mesmo que os dados não estejam disponíveis na escala municipal, os relatórios permitiram saber quais dados são produzidos. Com isso elaboramos uma lista com as variáveis que podem ser relevantes para a pesquisa no nível municipal. Esta lista foi enviada para a SENASP e para a Polícia Federal.

A resposta gerada a partir da demanda da pesquisa foi bastante satisfatória ao oferecer: 1) apreensões de drogas, armas e produtos químicos, por estado; 2) trânsito de estrangeiros, por ponto de entrada/saída; inquéritos policiais de lavagem de dinheiro, por estado; 4) vigilantes e empresas privadas, cadastradas no DPF, por município; 5) ocorrência de crimes contra os direitos humanos, por município; 6) operações do DPF na faixa de fronteira; 7) operações do DPF de combate a tráfico de entorpecentes e em áreas indígenas. Alguns desses dados ainda carecem de detalhamento por município, mas já é um considerável avanço em relação à indisponibilidade anterior dos dados.

- **Portal da Transparência do Governo Federal**

O Portal da Transparência do Governo Federal, organizado pela Controladoria Geral da União (CGU), disponibiliza dados das receitas, despesas e convênios do governo federal. Utilizamos os dados dos convênios dos ministérios com os municípios para dimensionar a atuação do governo em cada município da faixa de fronteira.

- **Manual Auxiliar de Rotas Aéreas (ROTAER)**

O ROTAER é uma publicação periódica da Aeronáutica, por meio do Departamento de Controle Aéreo (DECEA). Ela fornece informações sobre os aeródromos do país, com dados sobre qualidade da pista, condições de infraestruturas, entre outras. Neste projeto, os dados do ROTAER foram úteis para avaliar a infraestrutura de transportes aeroviários ao nível municipal. Os aeródromos públicos foram classificados em 5 categorias: 1 – Aeródromos Internacionais públicos administrados pela INFRAERO; 2 – Aeródromos Nacionais públicos administrados pela INFRAERO; 3 – Aeródromos públicos administrados pelo governo estadual; 4 – Aeródromos administrados pelo governo municipal, e 5 – Aeródromos administrados pelas Forças Armadas. Os aeródromos públicos são aqueles que podem ser utilizados pela aviação civil.

- **Sistema S**

O site das instituições do Sistema S, como são chamadas as 11 instituições de interesse de categorias profissionais, foram consultados para analisar a sua distribuição na Faixa de Fronteira. Estas instituições são responsáveis por importantes iniciativas de desenvolvimento econômico, especialmente de micro e pequenas empresas e capacitação do capital humano. Desta forma, o mapeamento das unidades do Sistema S pode nos indicar a presença de estruturas de fortalecimento da base técnica e educacional na escala local.

- **Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP)**

Os dados sobre os efetivos das Polícias Estaduais (Polícia Militar, Polícia Civil e Perícia Criminal) por município foram fornecidos pela SENASP. Eles foram coletados em uma pesquisa realizada em 2011 junto às secretarias estaduais de segurança. A base de dados de 2011 era incompleta, com ausência de dados para diversos municípios e diferentes níveis de detalhamento para cada Estado (o estado do Paraná, por exemplo, só apresenta os dados agregados do total de efetivo policial). Essa base foi atualizada em 2013 e nos foi enviada em setembro de 2013 pela SENASP. Os dados sobre os efetivos dos órgãos estaduais de segurança pública (Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros) são válidos para todos os 588 municípios da Faixa de Fronteira. Nessa segunda pesquisa não constava o efetivo das Perícias Criminais.

O contato com a SENASP, por meio do convênio para a execução deste projeto, também nos permitiu coletar e processar dados fundamentais para a análise da estrutura e da atuação dos órgãos de segurança pública na Faixa de Fronteira. As informações sobre os repasses de recursos do governo federal para o aparelhamento e ampliação do efetivo nos permitiram definir um quadro mais amplo das prioridades de investimento no setor de segurança pública. Os resultados das operações conjuntas das forças de segurança, como nos casos das Operações Sentinela e Ágata, mostraram onde a atuação tem sido focada, mas também buscar outras áreas que são pouco priorizadas na estratégia de segurança.

De grande ajuda para a identificação dos principais ilícitos transfronteiriços que ocorrem na Faixa de Fronteira foram os dados cedidos pelos órgãos de segurança pública, especialmente a Receita Federal e a Polícia Rodoviária Federal. Os dados de apreensões e ocorrências possibilitaram o mapeamento dos principais postos de entrada de drogas, armas e mercadorias contrabandeadas. Acrescenta-se ainda os dados das operações da Força Nacional de Segurança Pública por localização e duração, que permitiu mapear a atuação da Força Nacional na Faixa de Fronteira.

- **DATASUS**

Dois sistemas de informação foram consultados no DATASUS: o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), para os dados de homicídios, e o Sistema de Agravos de Notificação (SINAN), para os dados de violência contra mulheres e crianças e adolescentes. No caso do SINAN, há muitos municípios sem dados ou com baixíssima notificação, o que dificulta análises mais aprofundadas. No caso dos homicídios, existe uma discussão sobre o problema da subnotificação dos dados do DATASUS, se comparado com os dados do registro policial. Como a atual base de dados de registros de homicídios pela Polícia Civil só está disponível para municípios com grandes populações, só pudemos trabalhar com os dados do DATASUS. Cabe destacar que o levantamento de dados para os 178 municípios da Faixa de Fronteira, realizado pelo NECVU, permite uma análise mais detalhada dos dados de homicídio desses municípios.

- **Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF)**

Os dados da Polícia Rodoviária Federal foram enviados pela SENASP. Eles permitem identificar o efetivo do DPRF por município (superintendência) e as ocorrências de apreensões (drogas, armas, contrabando, etc.) e outros ilícitos registrados pelo DPRF ao longo das rodovias federais. Entre os dados da incidência de ilícitos, os do DPRF se destacam como os mais detalhados.

- **Sistema de vigilância da Amazônia (SIVAM), Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM)**

O Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) e o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) foram desenvolvidos ao longo da década de 1990 e entraram em operação em 2002. A finalidade do SIVAM/SIPAM é a produção e o processamento de informações através de instrumentos de detecção remota, capazes de subsidiarem a atuação militar (SIVAM) e civil (SIPAM) do Estado brasileiro. Para nosso diagnóstico utilizaremos somente a informação sobre os municípios com infraestrutura instalada do SIVAM/SIPAM: as Unidades de Telecomunicações (UT) – rede primária -, as Unidades de Vigilância (UV) – rede secundária–e as Unidades de Vigilância e Telecomunicações ou Unidades de Vigilância Transportáveis (UVT), que participam das duas redes.

- **Tesouro Nacional (Tesouro)**

O Tesouro Nacional dispõe na sua página os dados sobre a execução orçamentária (receitas e despesas por função e subfunção) e da posição patrimonial (ativo e passivo) dos municípios brasileiros para vários anos fiscais. Esta informação é útil para analisar quais são as prioridades de investimentos dos municípios e quais são as principais fontes dos recursos.

- **Tribunal Superior Eleitoral (TSE)**

A partir de dados do TSE foram produzidas tabelas sobre o número de eleitores por município entre o período de 2008 a 2011. Foi possível constatar o aumento no número de eleitores em quase todos os municípios dos estados onde houve levantamento de dados. Segundo informações do TSE este aumento do número de eleitores é fruto de investimentos para a retirada e legalização do título de eleitor, principalmente em áreas afastadas dos centros urbanos.

Pesquisa Segurança Pública nas Fronteiras – SENASP/MJ

PARTE I

RELATÓRIO ANALÍTICO

DINÂMICA DEMOGRÁFICA

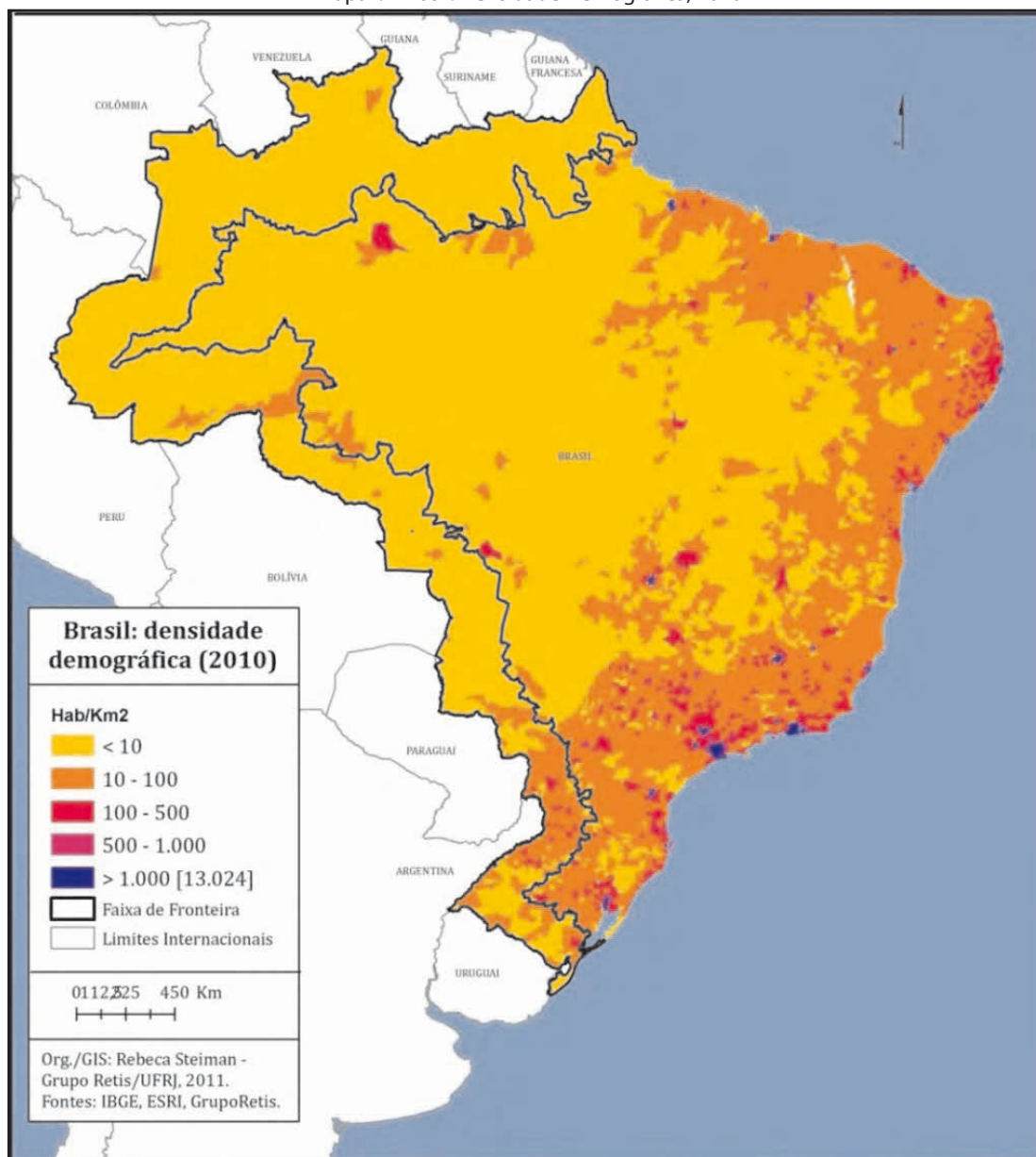
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO

Densidade Demográfica

Cerca de 11 milhões de pessoas vivem hoje na Faixa de Fronteira brasileira, distribuídas desigualmente ao longo dos mais de dezesseis mil quilômetros do limite político internacional (Mapa I.1).

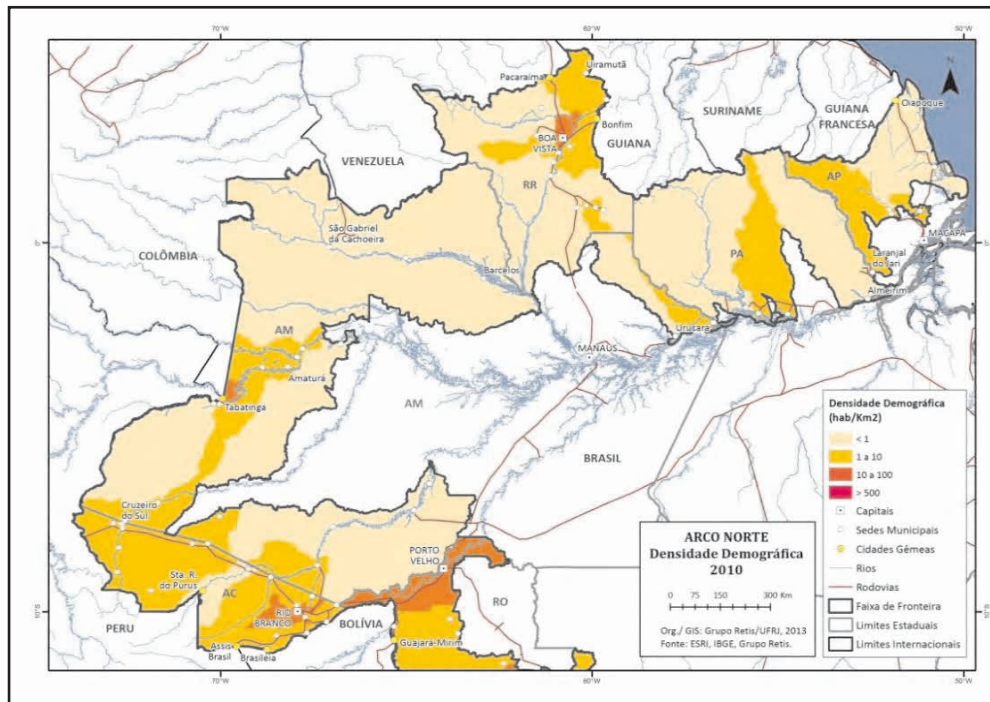
Em contraste com o padrão concentrado do povoamento da costa atlântica, a Faixa de Fronteira continental é esparsamente povoada, o que tem sido tratado do ponto de vista geopolítico como um fator de vulnerabilidade a ameaças externas.

Mapa I.1 Brasil: Densidade Demográfica, 2010

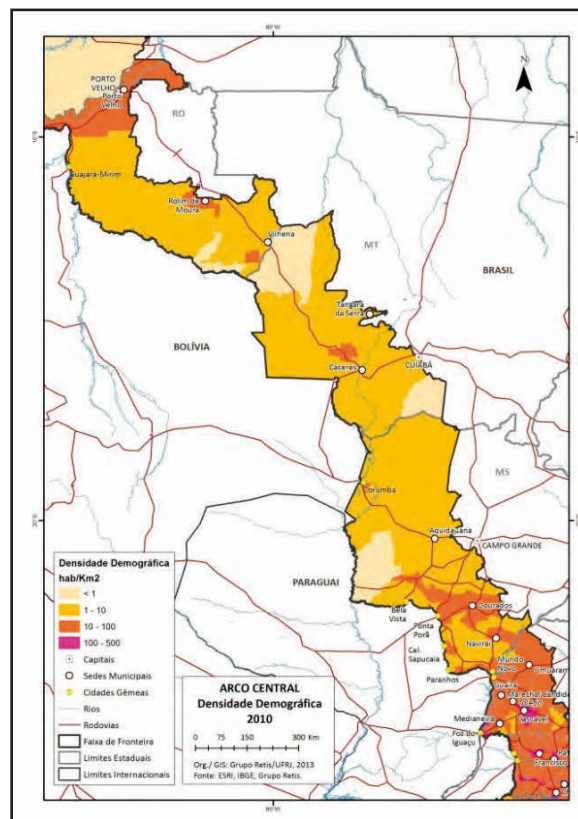


Enquanto a média nacional é de aproximadamente 23 hab./Km², a densidade demográfica da Faixa de Fronteira raras vezes se eleva acima de 10 hab./Km². No Arco Norte, esse é o caso apenas de Boa Vista (RR) e Rio Branco (AC), as duas capitais estaduais ali presentes, e de Tabatinga (AM), cidade gêmea de Letícia na Colômbia (Mapa I.1).

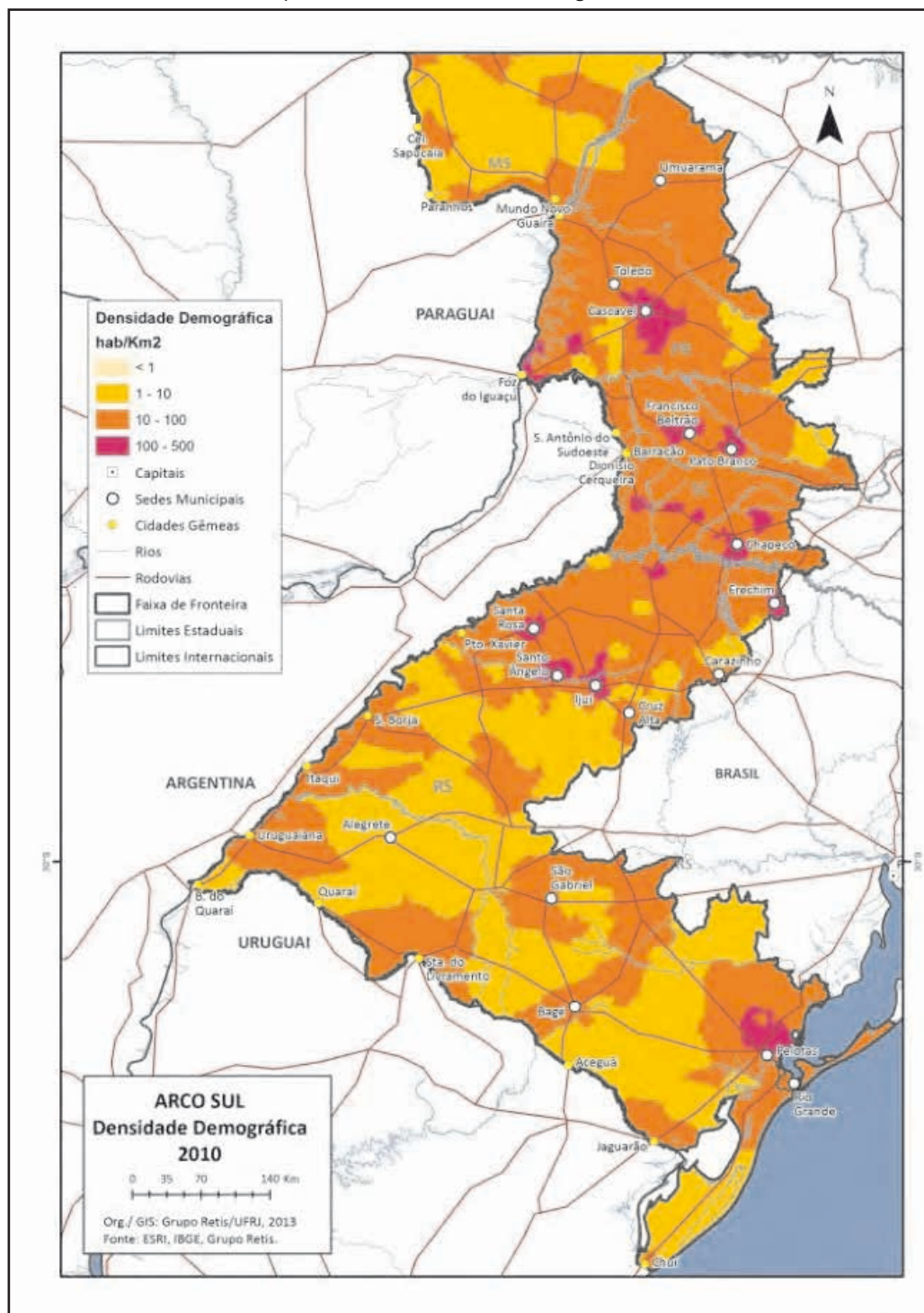
Mapa I.2 Arco Norte: Densidade Demográfica, 2010



Mapa I.3 Arco Central: Densidade Demográfica, 2010



Mapa I.4 Arco Sul: Densidade Demográfica, 2010



No Arco Central (Mapa I.3), o município de Dourados (MS) e seu entorno respondem pelas taxas mais altas de densidade demográfica do Arco, que variam de 20,2 hab./Km² em Glória de Dourados (MS) até 60,4 hab./Km² em Fátima do Sul (MS).

As cidades do limite político internacional também apresentam relativo destaque. Em Ponta Porã (MS) e Coronel Sapucaia (MS), ambas cidades gêmeas, a densidade demográfica é de 14,6 hab./Km² e 13,6 hab./Km² respectivamente. Já o imenso município

de Corumbá (MS) apresenta densidade demográfica de apenas 1,6 hab./Km², enquanto Ladário (MS), situado dentro deste, apresenta a segunda mais alta densidade demográfica do arco – 57,6 hab./Km² – em função da alta concentração de militares da Marinha numa área pouco extensa.

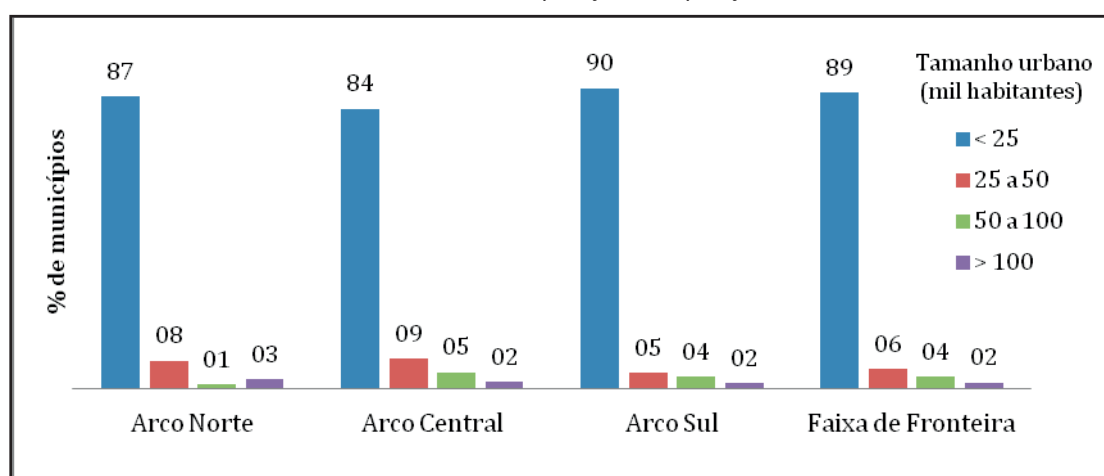
Com mais de 400 mil habitantes, o município de Porto Velho (RO) apresenta densidade demográfica relativamente modesta, de 12,6 hab./Km². Porto Velho é a única capital estadual do Arco Central.

No Arco Sul, o padrão é visivelmente diferente (Mapa I.4). Não há um único município com menos de 1 hab./Km² como é a regra no Arco Norte. A maior parte dos municípios (83%) incide na classe intermediária de densidades demográficas entre 10 e 100 hab./Km². É o caso dos municípios dos altos vales coloniais sulinos no Paraná e em Santa Catarina e também de várias das cidades situadas no limite político internacional. Esse é também o único Arco que apresenta municípios com mais de 100 hab./Km². São ao todo 16 municípios, muitos dos quais situados em entroncamentos rodoviários, desempenhando função de centros regionais, como Chapecó (SC), Pelotas (RS) e Cascavel (PR). O município mais populoso da linha de fronteira é também o mais povoado. Com cerca de 250 mil habitantes, Foz do Iguaçu (PR) apresenta a mais elevada densidade demográfica de toda a Faixa de Fronteira, 414 hab./Km².

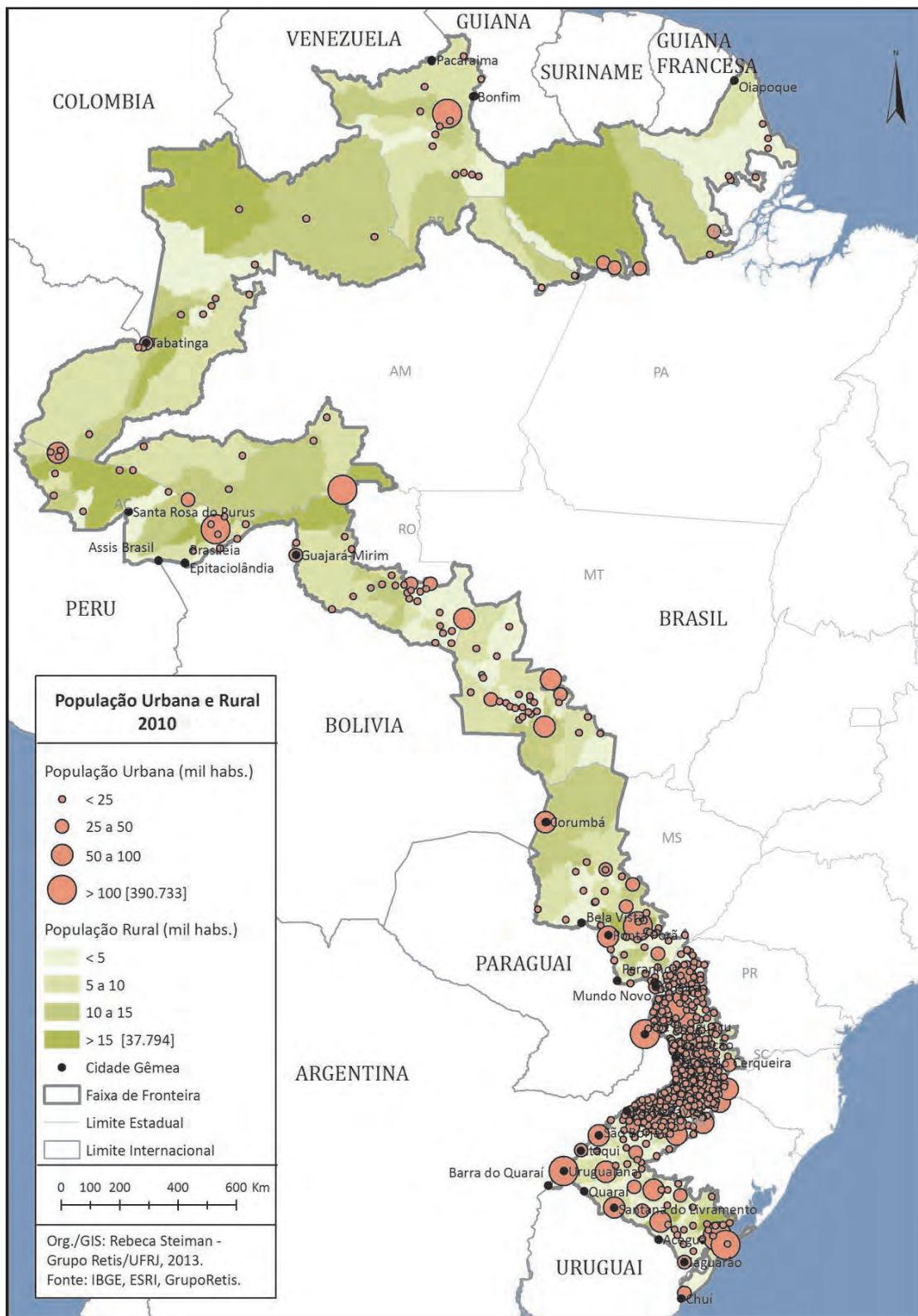
População Urbana e Rural

Conforme é possível observar no Gráfico I.1 a quase totalidade das 588 sedes municipais da Faixa de Fronteira tem população inferior a 25 mil habitantes (88,6%). E mais da metade dos municípios é constituída de centros elementares, que não ultrapassam cinco mil habitantes - 54,3% dos municípios (Mapa I.5).

Gráfico I.1 Faixa de Fronteira: Repartição da População Urbana, 2010



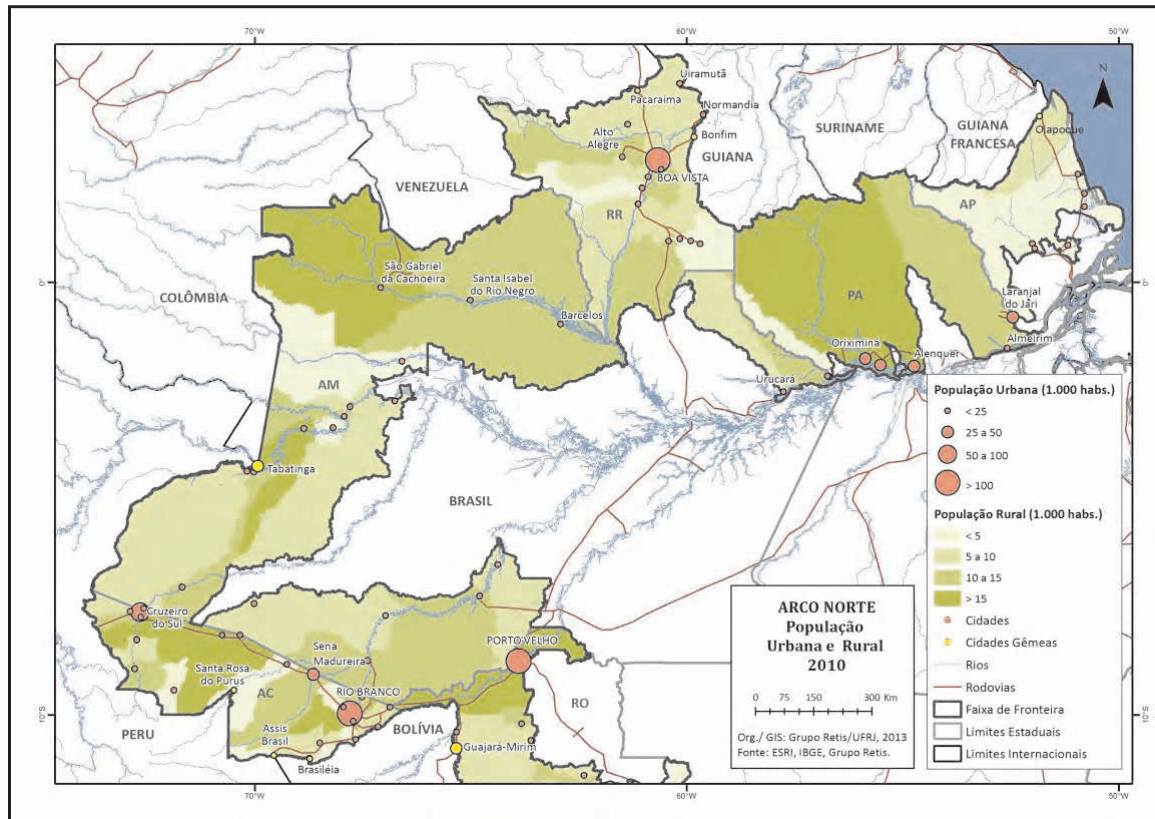
Mapa I.5 Faixa de Fronteira: População Urbana e Rural, 2010



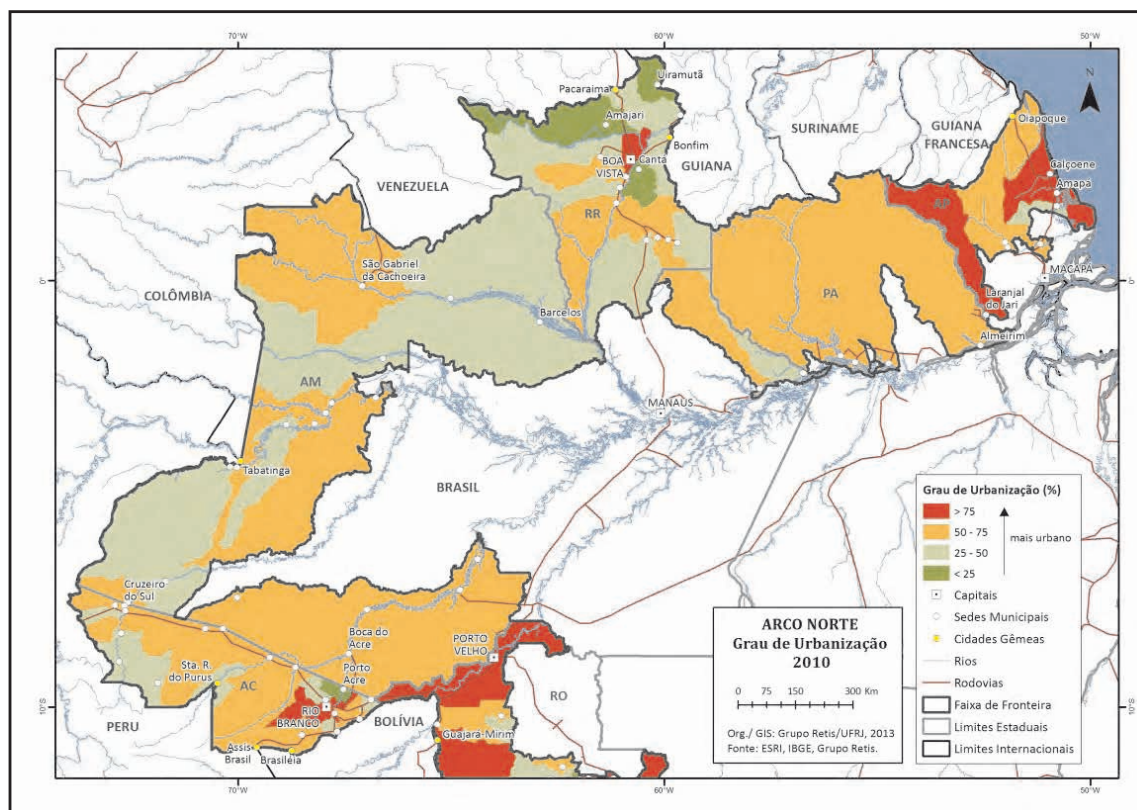
São escassos os centros urbanos de nível intermediário. No Arco Norte (Mapa I.6), apenas seis cidades têm população entre 25 e 50 mil habitantes e uma tem população entre 50 e 100 mil habitantes – Cruzeiro do Sul (AC). As únicas cidades com população superior a 100 mil habitantes são Rio Branco (AC) e Boa Vista (RR), que absorvem juntas um quarto da população do Arco Norte. Estas três cidades concentram ao redor de

si um pequeno número de centros urbanos formando adensamentos moderados. As demais aglomerações urbanas situam-se ao longo dos principais rios e estradas, a longas distâncias umas das outras.

Mapa I.6 Arco Norte: População Urbana e Rural, 2010



Mapa I.7 Arco Norte: Grau de Urbanização, 2010

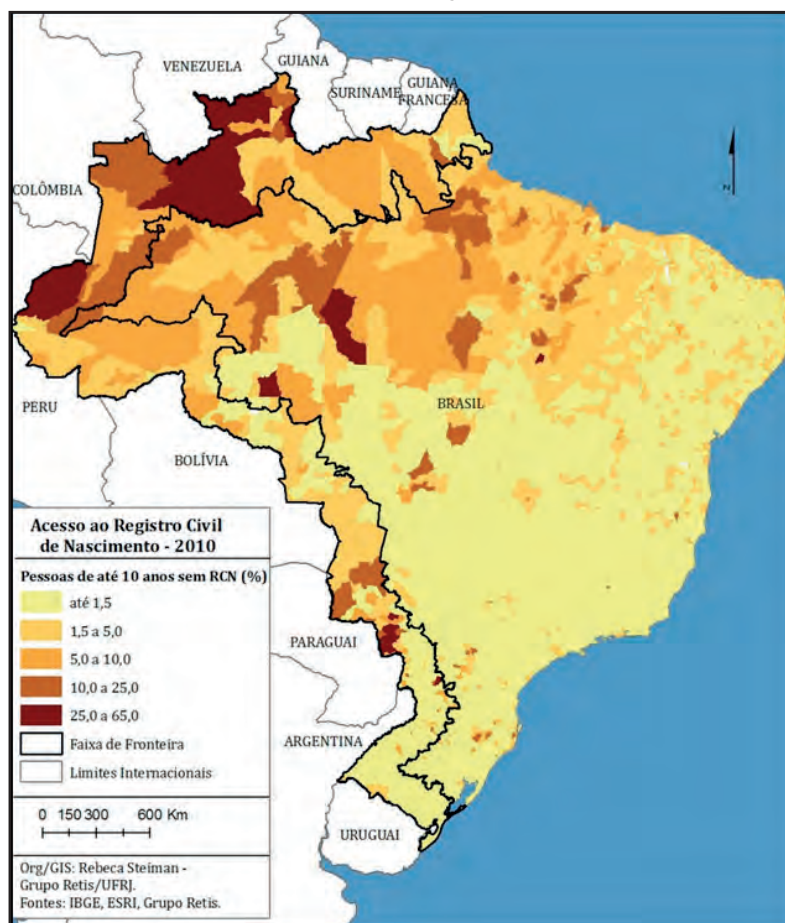


Não obstante a elevada participação relativa de pequenas aglomerações urbanas no quadro populacional da região fronteira, *o padrão de distribuição da população é predominantemente urbano*. No Arco Norte, mais de 67% da população total concentra-se nas sedes municipais e 62% dos municípios apresenta grau de urbanização acima de 50%. Entre os cinco municípios com mais elevado grau de urbanização, é possível encontrar tanto municípios com mais de 250 mil habitantes como Boa Vista (98%) e Rio Branco (92%), quanto pequenos municípios de sete mil habitantes como Amapá (86%) e Calçoene (81%), no estado do Amapá. Em Laranjal do Jari (AP), 95% dos quase 40 mil habitantes vive em situação urbana.

A população rural do Arco Norte encontra-se esparsamente distribuída. Sua participação relativa é maior nos municípios onde a proporção de indígenas sobre a população total é mais expressiva, como os municípios ao longo do Rio Negro e do Javari (Mapa I.7), mas sobretudo naqueles onde também há elevado número de projetos e famílias assentadas, tais como os municípios de Uiramutã, Amajari e Cantá, no norte do estado de Roraima.

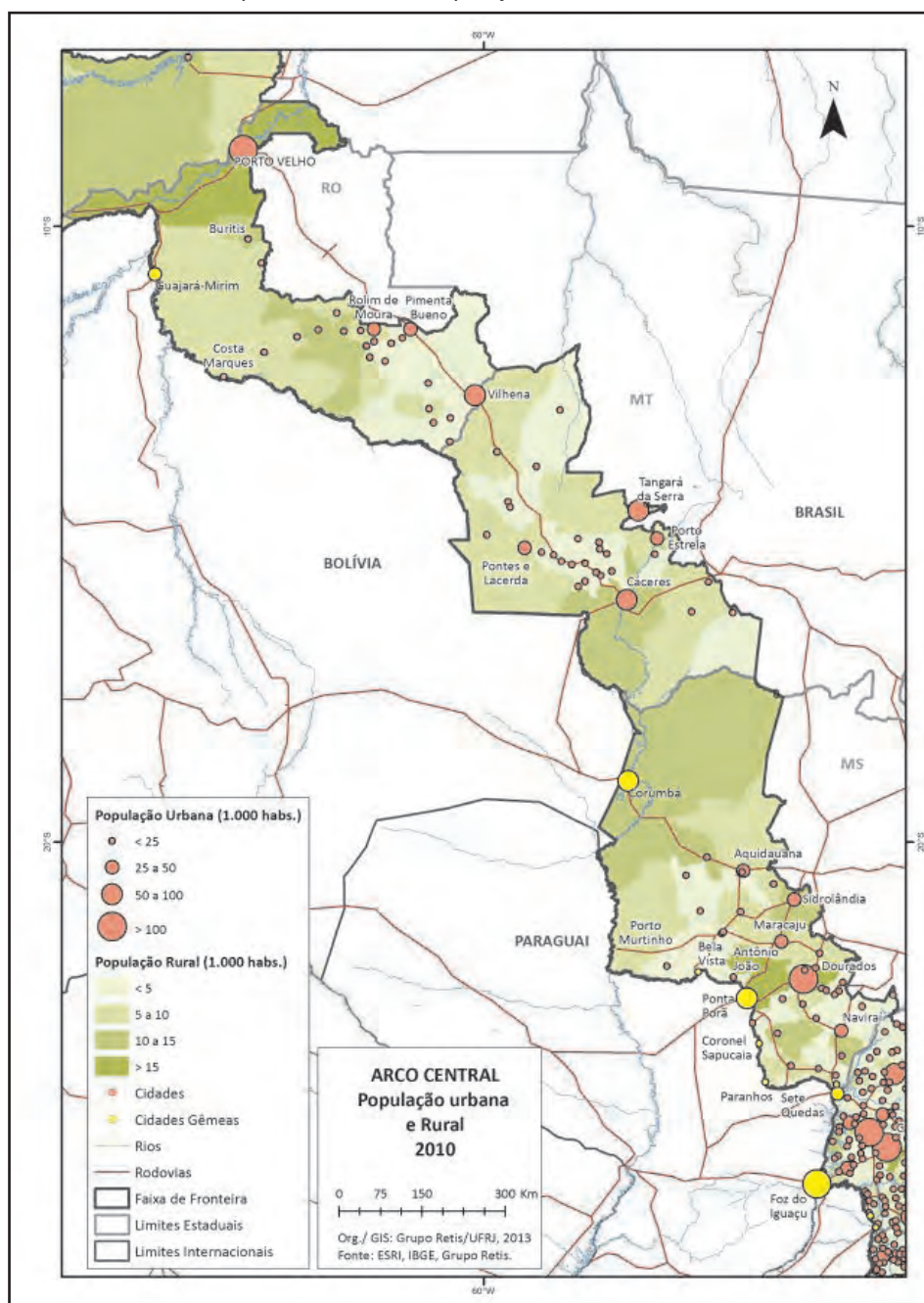
Tais municípios se destacam negativamente pelo baixo acesso de pessoas de até 10 anos sem Registro Civil de Nascimento (Mapa I.8). O registro civil é essencial para a emissão da Certidão de Nascimento e de outros documentos que oficializam a existência do indivíduo e garantem seu acesso à escola, à vacinação e a benefícios governamentais.

Mapa I.8 Faixa de Fronteira: Acesso ao Registro Civil de Nascimento, 2010



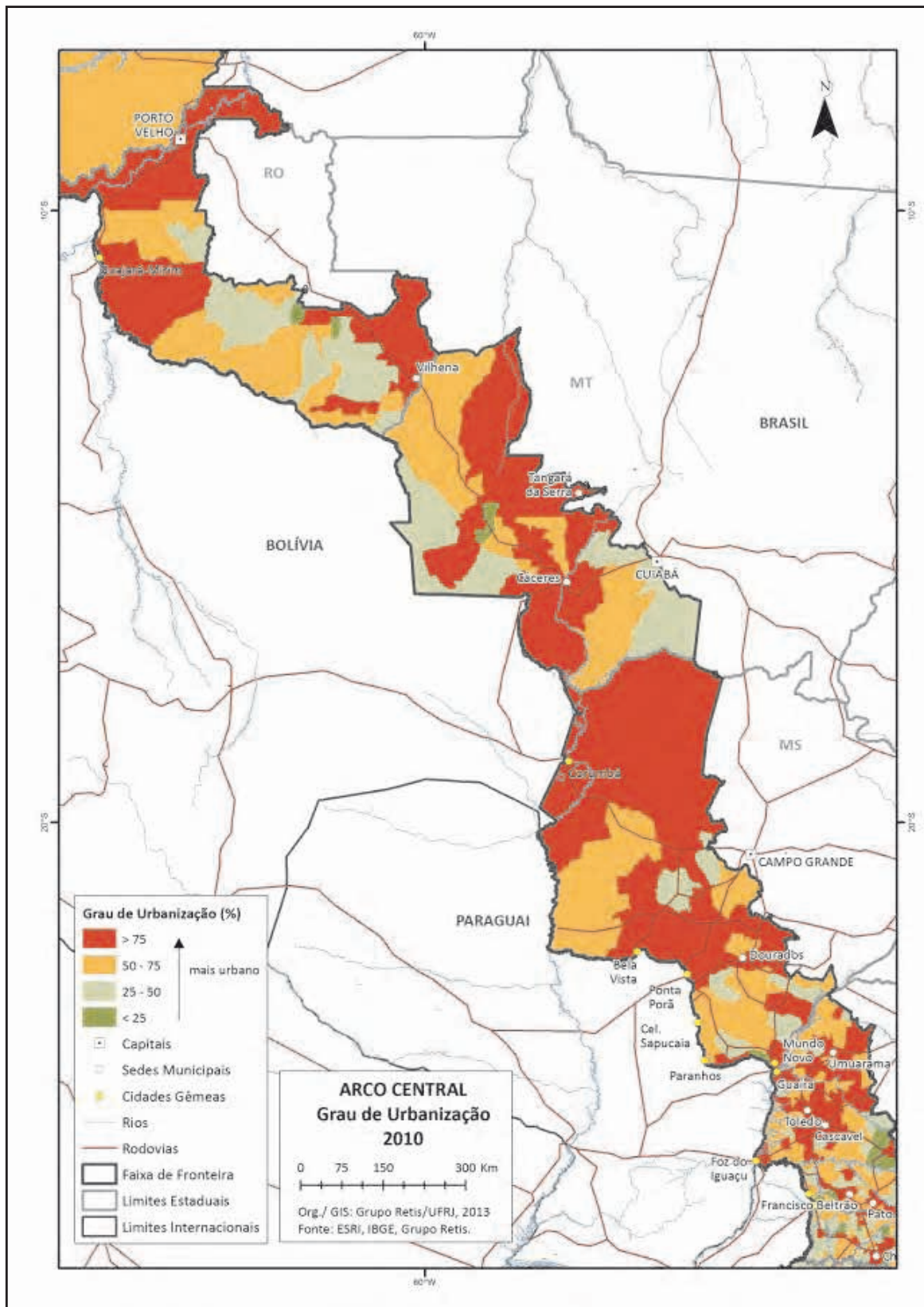
Nos demais arcos, a heterogeneidade da estrutura hierárquica das cidades é apenas ligeiramente maior. Nos estratos intermediários do Arco Central encontram-se 14 cidades: nove com população entre 25 e 50 mil habitantes e cinco com população entre 50 e 100 mil habitantes: Vilhena, (RO), Cáceres (MT), Tangará da Serra (MT), Corumbá (MS) e Ponta Porã (MS). No topo da hierarquia urbana, destacam-se Dourados (MS), importante centro regional do agronegócio no Mato Grosso do Sul, e Porto Velho (RO), capital de Rondônia.

Mapa I.9 Arco Central: População Urbana e Rural, 2010



Em Rondônia e Mato Grosso, as aglomerações urbanas concentram-se mormente ao longo da BR-364 e de estradas vicinais que se conectam à rodovia. No Mato Grosso do Sul, os centros urbanos dispõem-se no entorno de Dourados (MS) e ao longo das diversas rodovias estaduais e federais que conectam o sul do estado à capital Campo Grande (MS) e ao Paraguai.

Mapa I.10 Arco Central: Grau de Urbanização, 2010

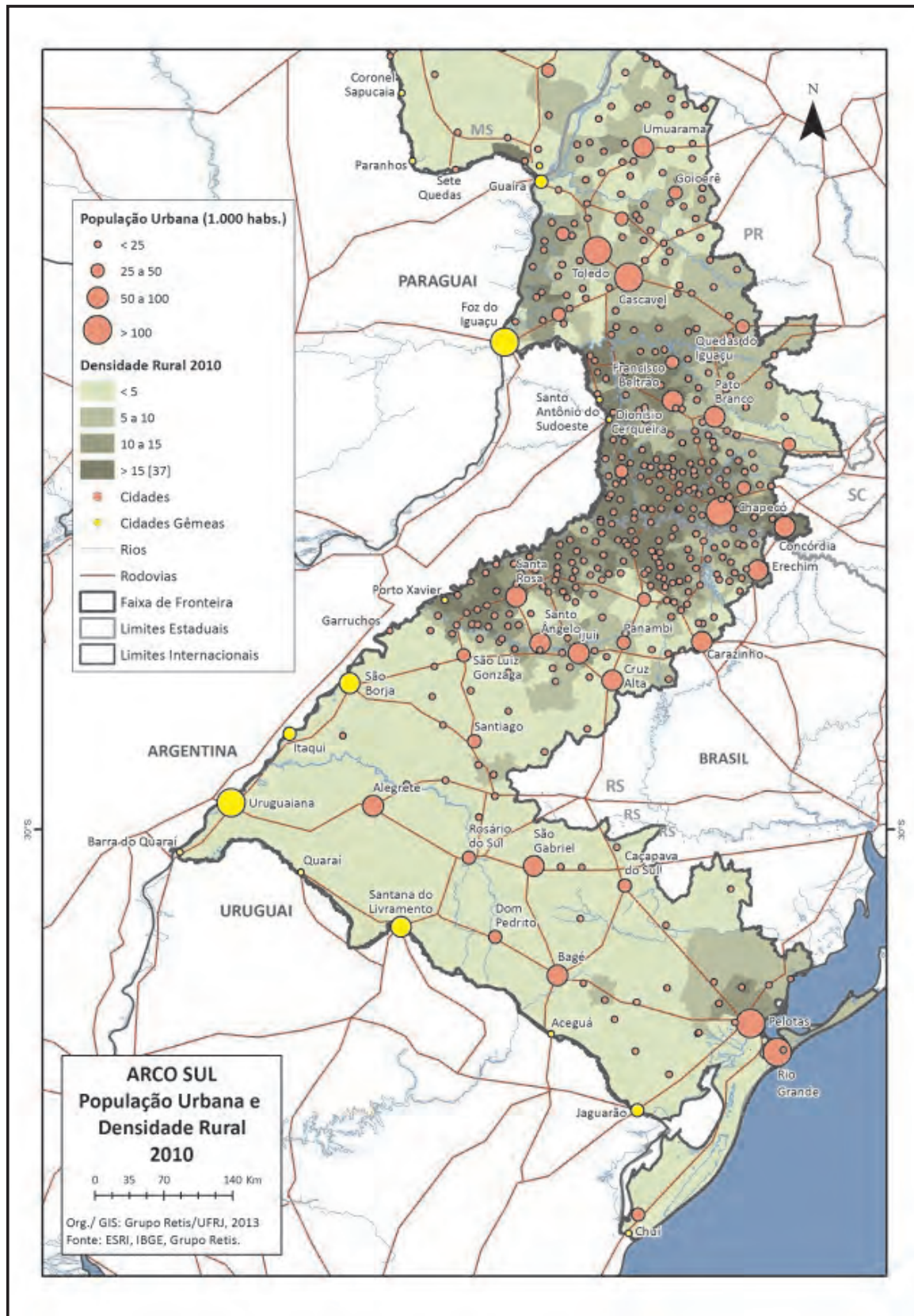


A despeito da importância das atividades agropecuárias no Arco Central (soja, gado, etc), a maior parte da população (78%) é urbana e a maior parte dos municípios (75%) apresenta elevado grau de urbanização (Mapa I.10). Os quatro municípios com maior participação relativa da população rural são municípios pequenos com população total igual ou inferior a dez mil habitantes, como São Felipe D'Oeste (RO), Novo Horizonte do Oeste (RO), Japorã (MS) e Vale de São Domingos (MT).

No Arco Sul, onde a rede urbana é bem mais desenvolvida, há 20 cidades na classe entre 25 e 50 mil habitantes e 15 na classe entre 50 e 100 mil habitantes. Seis cidades possuem mais de 100 mil habitantes: Cascavel (PR), Toledo (PR) e Foz do Iguaçu (PR), no Paraná; Chapecó (SC), em Santa Catarina; Pelotas (RS), Rio Grande (RS) e Uruguaiana (RS), no Rio Grande do Sul.

Os municípios com elevada densidade rural da população situam-se nos vales coloniais sulinos, no entorno de Chapecó (SC) e Santa Rosa (RS), mas também ao longo da linha de fronteira do Paraná com o Paraguai e na região de Pelotas (RS). Muitos desses municípios apresentam também expressiva participação da população urbana, como é possível observar nos Mapas I.11 e I.12. No Arco Sul, os pequenos centros elementares mantêm fortes conexões entre si, muitas vezes mais significativas do que com o exterior da região, formando manchas de adensamento urbano.

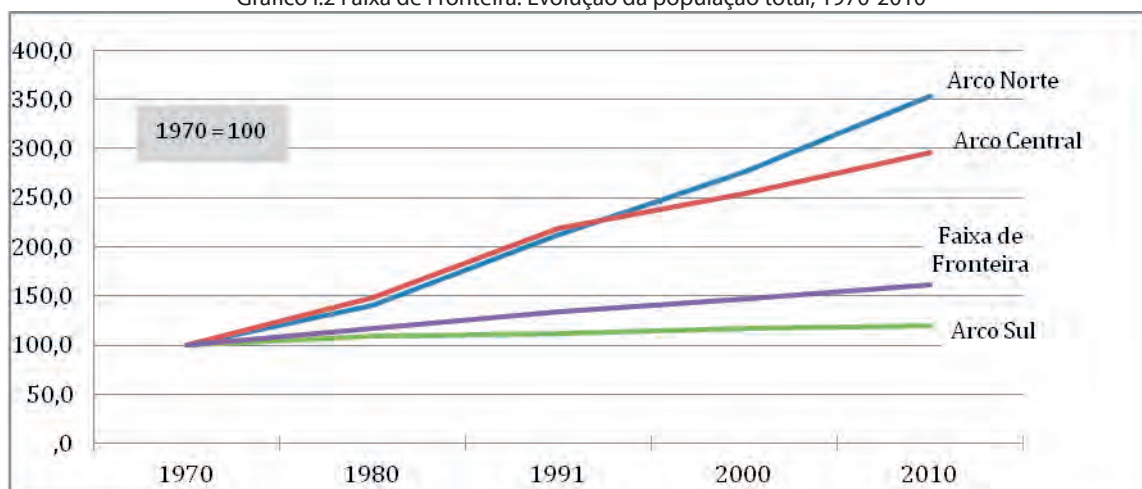
Mapa I.11 Arco Sul: População Urbana e Densidade Rural, 2010



CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO

O Arco Sul concentra a maior parte dos municípios (71%) e da população da Faixa de Fronteira (59%). É compreensível, portanto, o seu peso no comportamento evolutivo da população do conjunto da faixa. Note-se, no Gráfico I.2, como as duas trajetórias são semelhantes.

Gráfico I.2 Faixa de Fronteira: Evolução da população total, 1970-2010

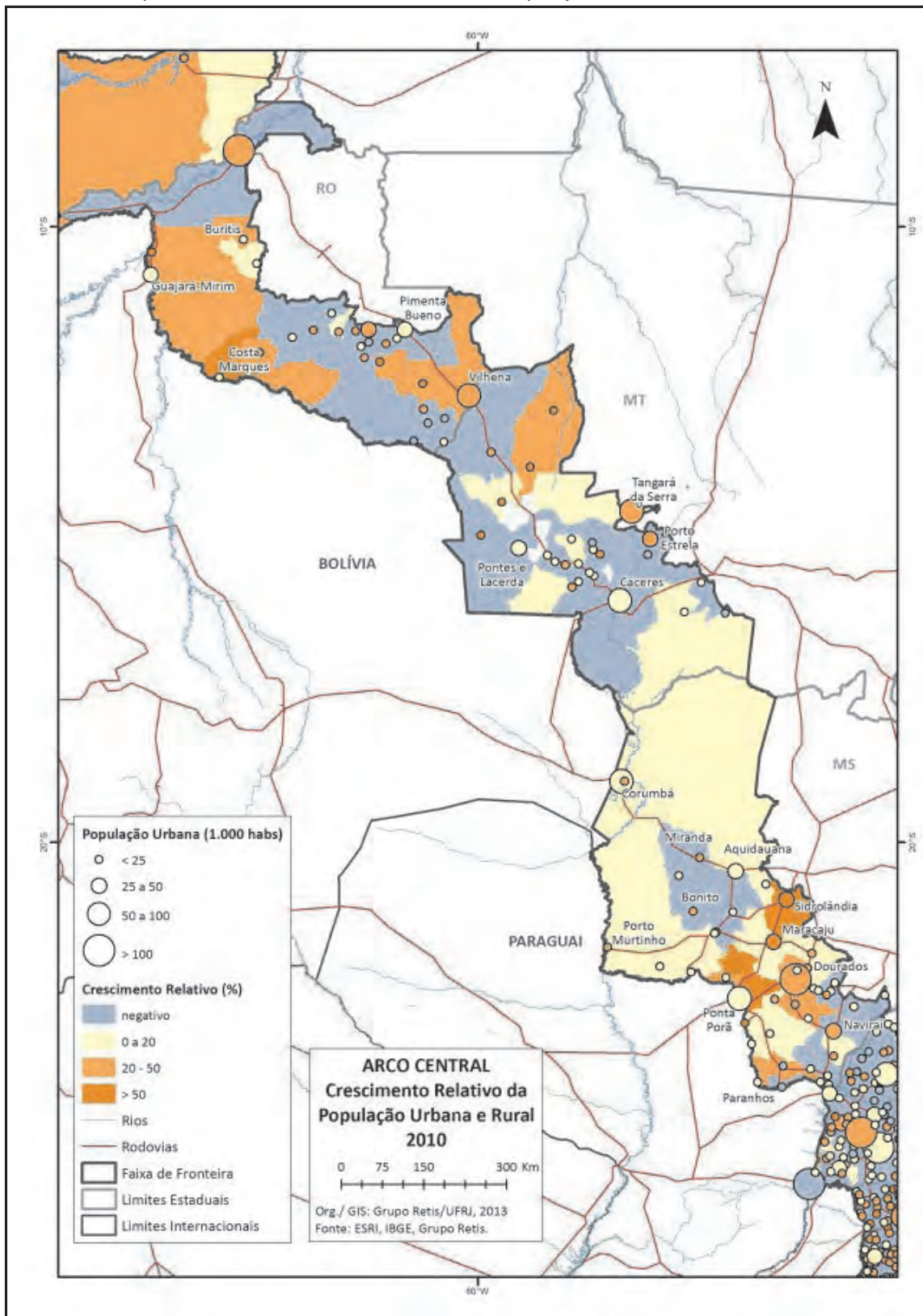


Fonte: IBGE – Censos Demográficos, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

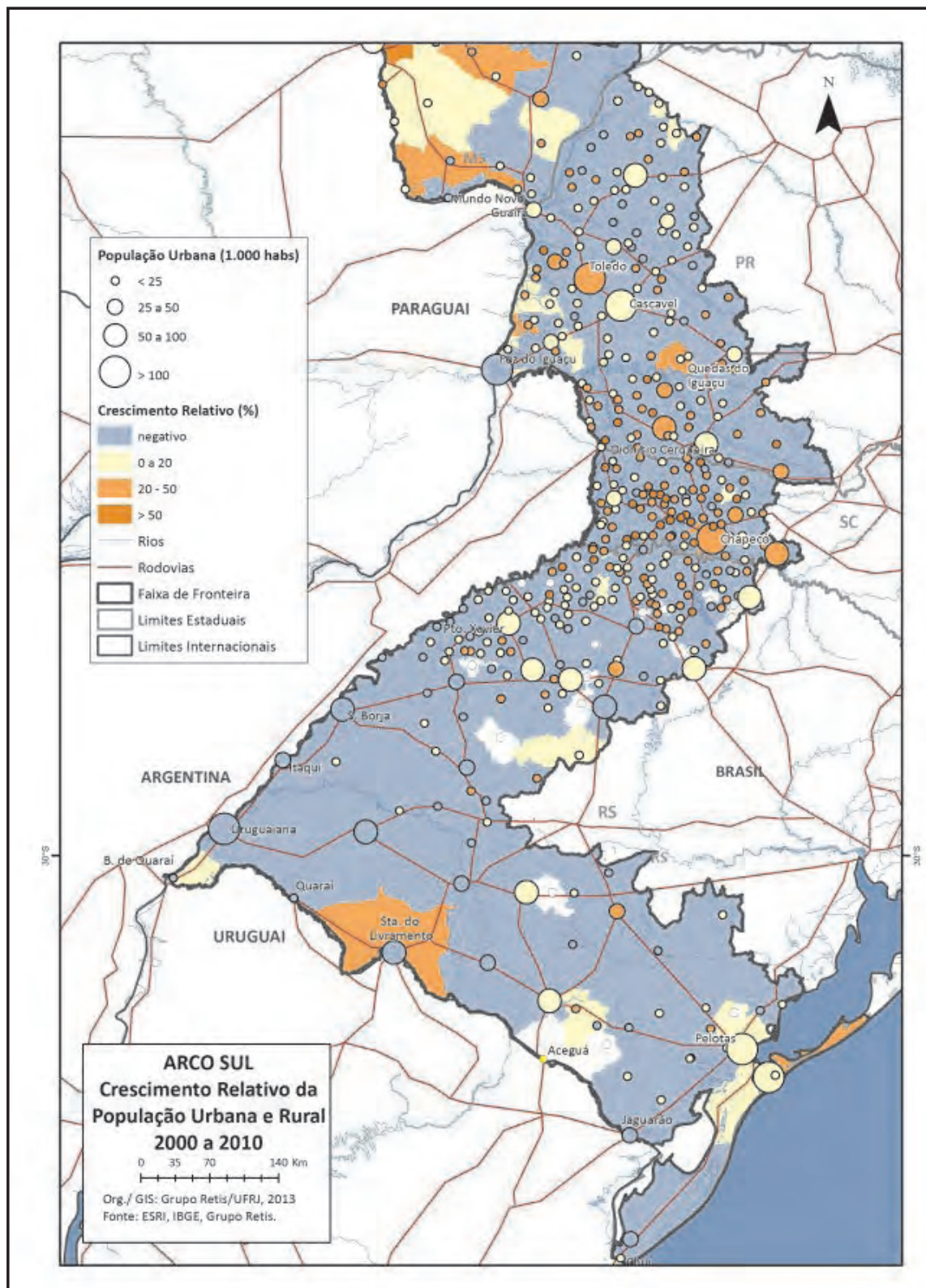
Rondônia e Mato Grosso, no Arco Central, também experimentaram redução da população rural, mas o vigoroso crescimento da população urbana (32% e 27% respectivamente) aponta para a urbanização do território (Mapa I.13). O Mato Grosso do Sul, que concentra quase metade da população do Arco Central, apresentou crescimento positivo da população, tanto em situação urbana (19%), quanto rural (9%).

Além de ser o mais populoso e povoado, o Arco Sul é também o arco da Faixa de Fronteira que mais tem perdido população. Nos últimos dez anos, a acentuada diminuição da população rural (-17%) não foi acompanhada por um crescimento proporcional da população urbana (10%), o que sugere mobilidade extra-regional. As perdas foram semelhantes nas três unidades da federação — Paraná (-17%), Santa Catarina (-19%) e Rio Grande do Sul (-16%), mas os ganhos populacionais diferem sensivelmente. Em Santa Catarina, a população urbana cresceu 25% ao passo que no Rio Grande do Sul, apenas 3%.

Mapa I.13 Arco Central: Crescimento Relativo da População Urbana e Rural, 2000 a 2010



Mapa I.14 Arco Sul: Crescimento Relativo da População Urbana e Rural, 2000 a 2010

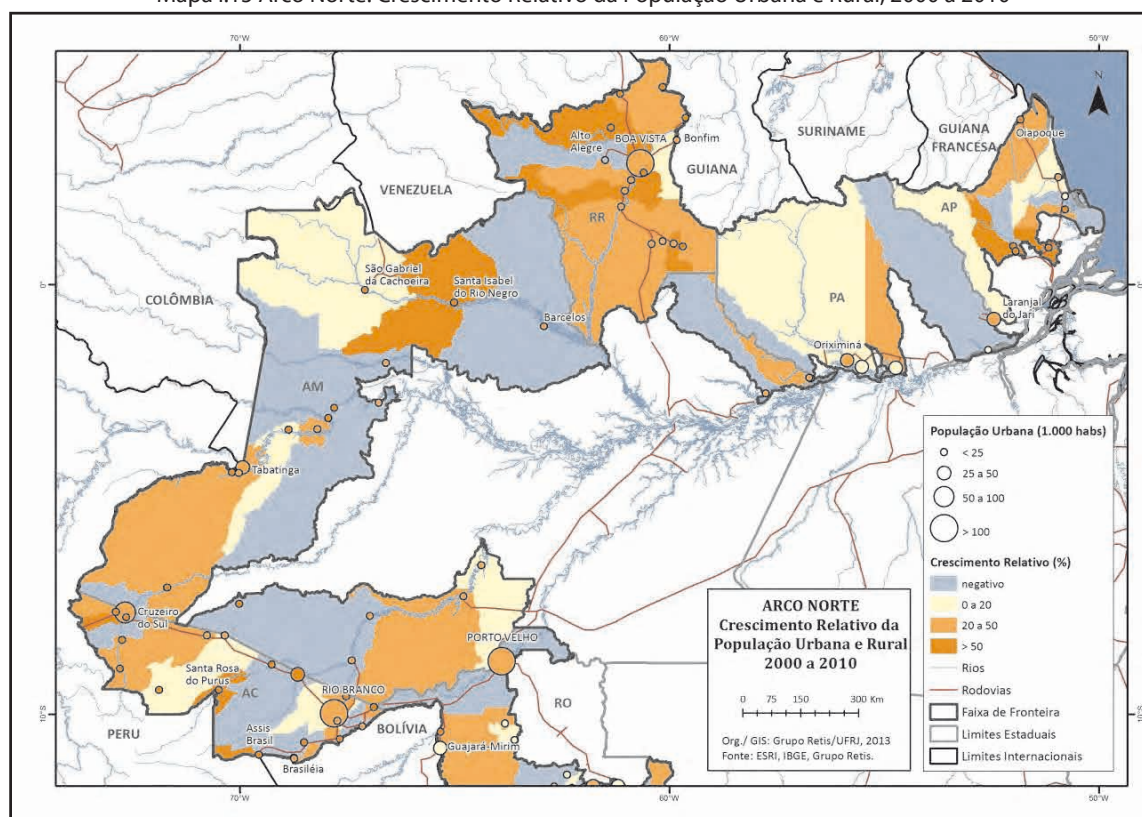


A população do Arco Norte teve crescimento estável nas últimas décadas (Gráfico I.2). Entre 2000 e 2010, quase todos os estados apresentaram crescimento da população urbana superior a 40%. Amapá e Roraima foram os estados com maior crescimento populacional, enquanto o Amazonas foi o único a apresentar diminuição

da população rural (-2%). Tais percentuais perdem algum relevo frente à reduzida população do Arco Norte: menos de dois milhões de habitantes, o que representa 18% do total da população fronteiriça.

O crescimento relativo da população também varia em função do tamanho urbano das cidades e da situação geográfica dos municípios (Mapa I.15). No Arco Norte, houve crescimento tanto no topo quanto na base da hierarquia urbana, mas as pequenas aglomerações, com população inferior a 25.000 habitantes, cresceram relativamente mais (> 50%).

Mapa I.15 Arco Norte: Crescimento Relativo da População Urbana e Rural, 2000 a 2010



Nos demais Arcos, são também os pequenos centros urbanos os que mais cresceram, porém não há um padrão de comportamento discernível para as demais classes. Observe-se, por exemplo, a metade sul do Rio Grande do Sul onde centros urbanos de todos os tamanhos, independentemente da distância ao limite político internacional, sofreram perda populacional. Nas demais porções do Arco Sul e do Arco Central, o comportamento é bastante variado.

POPULAÇÃO INDÍGENA E TERRAS INDÍGENAS

Para tratar da presença da população indígena na Faixa de Fronteira optou-se por utilizar os dados do Censo do IBGE (2010)⁴. Para analisar as Terras Indígenas (TIs), foram utilizadas as bases espaciais disponibilizadas recentemente pela FUNAI.

⁴ "O IBGE fez a pesquisa censitária, através da qual virtualmente toda a população pode se autodeclarar no quesito 'raça/cor' em cinco categorias: branco, preto, pardo, indígena e amarelo" e "referem-se ao sentimento de pertencimento individual, muito mais próximo a uma condição identitária étnica. "

O primeiro ponto a ser enfrentado é a divergência entre tais dados, o que é esperado uma vez que são produzidos por instituições diferentes com objetivos e critérios distintos. Portanto, para relacioná-los utilizou-se o instrumental teórico sobre território e territorialidade.

Os dois conceitos, centrais na ciência geográfica, são objeto de inúmeros debates. Para o propósito desta análise, definiu-se o território basicamente como uma área sob controle, e territorialidade como a relação de pessoas/grupos com determinados territórios. Como princípio norteador, partiu-se do entendimento de que as TIs representam a instituição de territórios específicos, e a territorialidade simboliza a presença indígena, verificada através da autodeclaração censitária oficial.

É importante esclarecer que o processo que institui estes territórios (as TIs) é regulado constitucionalmente, passando por diferentes etapas até seu registro final. Tal situação é iniciada pelo reconhecimento das terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas:

São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, CAPÍTULO VIII, Art. 231, § 1º).

Essa verificação é realizada pela FUNAI através de pesquisas e laudos técnicos. Quando findo o processo demarcatório, a área é reconhecida como de posse permanente indígena, “cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes” (CF 1988, CAPÍTULO VIII, Art. 231, § 2º). Apesar da posse e usufruto serem indígenas, as TIs permanecem como bens da União (CF 1988, Art. 20), sendo “inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis” (CF 1988, Art. 231, § 4º).

A Constituição também fixou prazo de cinco anos para a conclusão da demarcação das terras indígenas pela União, mas estes processos são socialmente complexos e ainda nos dias de hoje há povos indígenas sem território demarcado. Neste sentido, o estudo sobre os indígenas demanda dados não somente sobre as TIs mas também sobre a localização de tais povos.

Os dados gerais sobre a população indígena e sua presença na Faixa de Fronteira são apresentados e relacionados com os dados totais do Brasil na Tabela I.1.

Tabela I.1 População Indígena na Faixa de Fronteira, por Arcos, total e percentual, 2010

Arco da Fronteira	População Indígena Total	% População Indígena/ População Total (Arco)	% População Indígena/ População Total (FF)
Arco Norte	197.463	10	64
Arco Central	79.751	3,2	26
Arco Sul	33.545	0,5	11
Total Faixa de Fronteira	310.759	2,884	100
Total Brasil	821.501	0,431	-

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Uma breve análise da tabela torna patente que *a questão indígena se impõe na Faixa de Fronteira*, pois nesta região, a participação relativa da população indígena é mais de seis vezes a média nacional (2,8% e 0,4%, respectivamente). Também isto se confirma em termos absolutos, pois os indígenas da Faixa de Fronteira (310.759) correspondem a 38% do total da população indígena do Brasil.

No interior da Faixa de Fronteira, a população indígena está desigualmente distribuída. Ao contrário da população total da Faixa de Fronteira, que se concentra no Arco Sul (59%), mais da metade dos indígenas está no Arco Norte (64%). O Arco Central possui 26% (ou 79.751) e o Arco Sul apenas 11% (33.545) dos habitantes indígenas da Faixa de Fronteira.

Em relação à participação relativa da população indígena sobre a população total, todos os Arcos estão acima da média nacional, porém, como esperado, o Arco Sul tem o menor índice (0,5%). Já o Arco Central tem 3,2% de população autodeclarada indígena. O maior índice é encontrado no Arco Norte, que possui 10% do total de sua população autodeclarada indígena.

Como pode ser visto na Tabela I.2, existem 294 Terras Indígenas na Faixa de Fronteira, das quais 70% já foram homologadas/regularizadas e 30% ainda se encontram em fases anteriores do processo demarcatório (em estudo, delimitada, declarada ou encaminhada). Estas quase trezentas TIs totalizam 64.478.044,45 hectares, excetuando-se 50 TIs que não apresentam informação sobre a área por se encontrarem 'em estudo'. Tal área corresponde a 28% da superfície total dos 588 municípios na Faixa de Fronteira.

Tabela I.2 Terras Indígenas na Faixa de Fronteira (número absoluto e extensão), por Arcos, total e percentual, 2013

Arco da Fronteira	TIs (número)	TIs (extensão, km ²)	% TIs / Área Total (FF)	% TIs / Área Total (Arco)
Arco Norte	158 ¹	567.943,84	87,9	37,4
Arco Central	103	77.505,26	12,0	14,7
Arco Sul	34	790,26	0,1	0,3
Total Faixa de Fronteira	294	646.239,36	100	28%

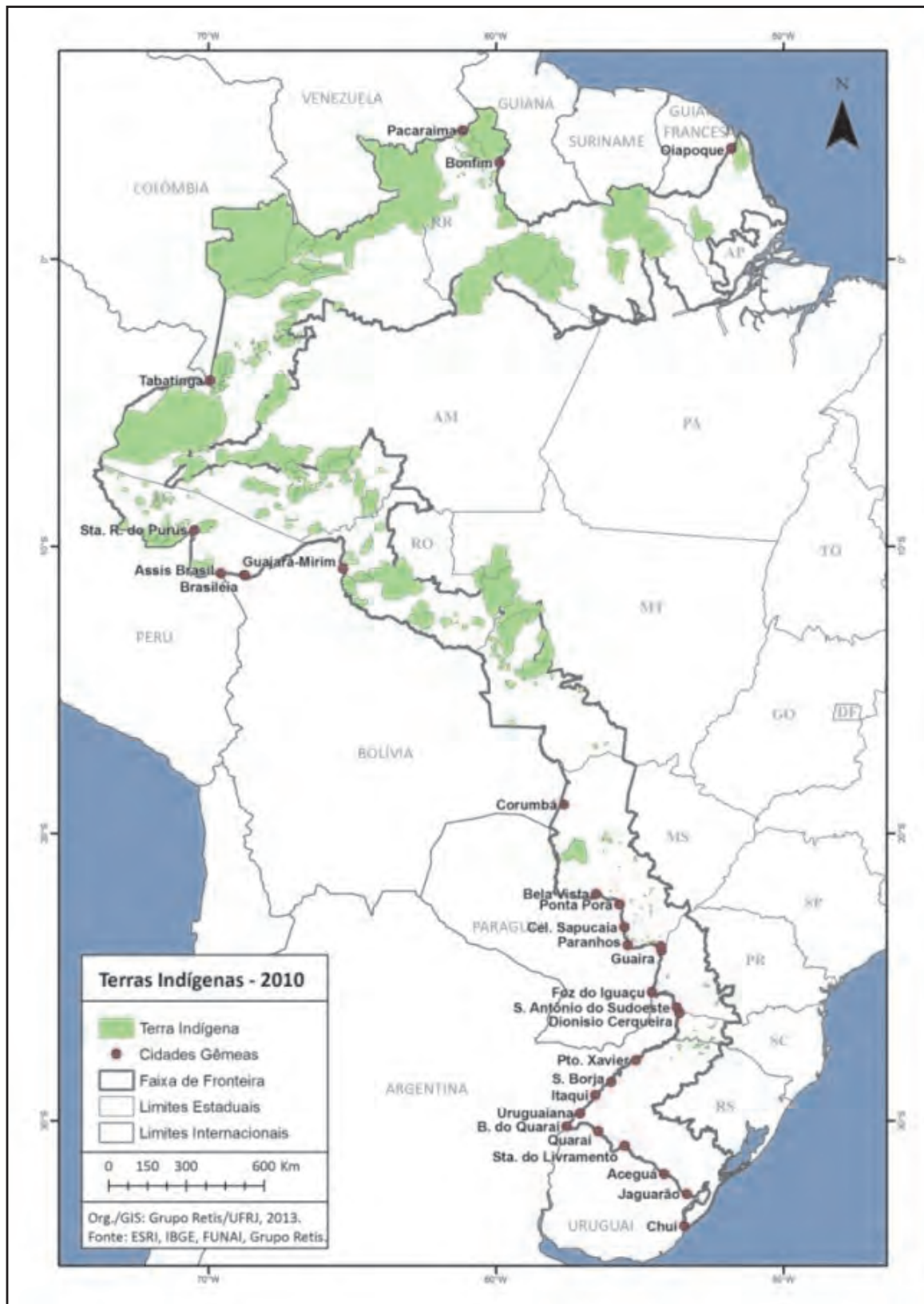
Fonte: FUNAI 2013 e IBGE.

A desigualdade na distribuição da população indígena pela Faixa de Fronteira se repete em relação às TIs: 54% das TIs está no Arco Norte, 35% no Central, e 12% no Sul. No entanto, essa desigualdade é mais significativa, quando a área das terras demarcadas é considerada: 87,9% de toda a área de TIs na Faixa de Fronteira está no Arco Norte, ao passo que 12% localiza-se no Arco Central e apenas 0,1%, no Arco Sul.

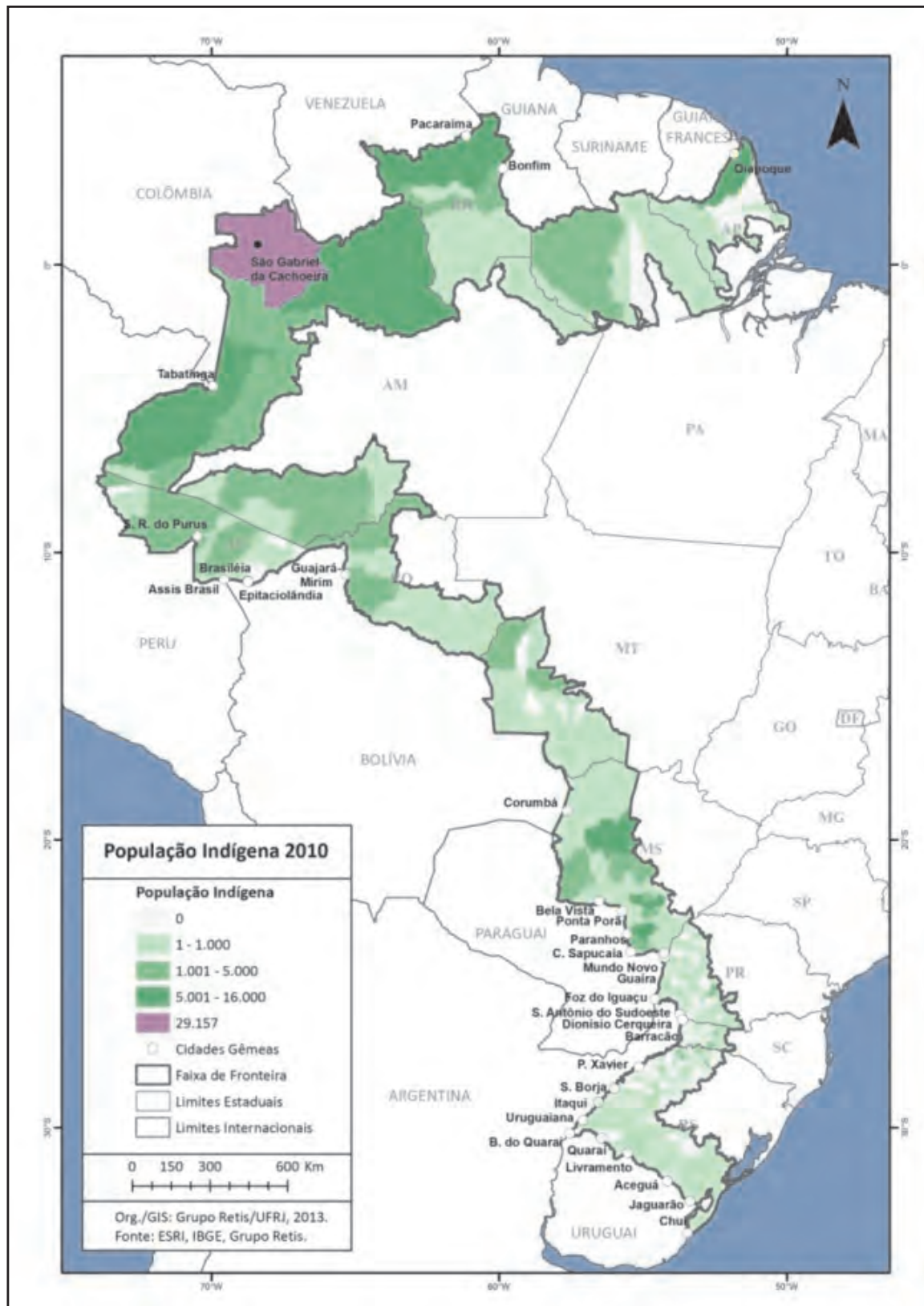
O peso relativo da área total das TIs sobre a área total também varia em cada Arco da fronteira: 37,4% no Arco Norte; 14,7%, no Arco Central e 0,3% no Arco Sul.

Comparando-se a territorialidade indígena (os dados populacionais apresentados na Tabela I.1, no e no Mapa I.17) com os territórios indígenas (dados de TIs apresentados na Tabela I.2, no Mapa I.16 e no Mapa I.18) percebe-se a recorrência do mesmo padrão espacial, com o Arco Norte predominante, seguido do Arco Central, e da baixa presença indígena no Arco Sul. Entretanto deve-se notar que o Arco Norte tem 64% de toda a população indígena da Faixa de Fronteira, mas possui 87,9% da extensão total das TIs. Já o Arco Central tem 26% da população indígena, mas apenas 12% da área demarcada, enquanto no Arco Sul, que tem 11% da população indígena da Faixa de Fronteira, está localizada apenas 0,1% das TIs.

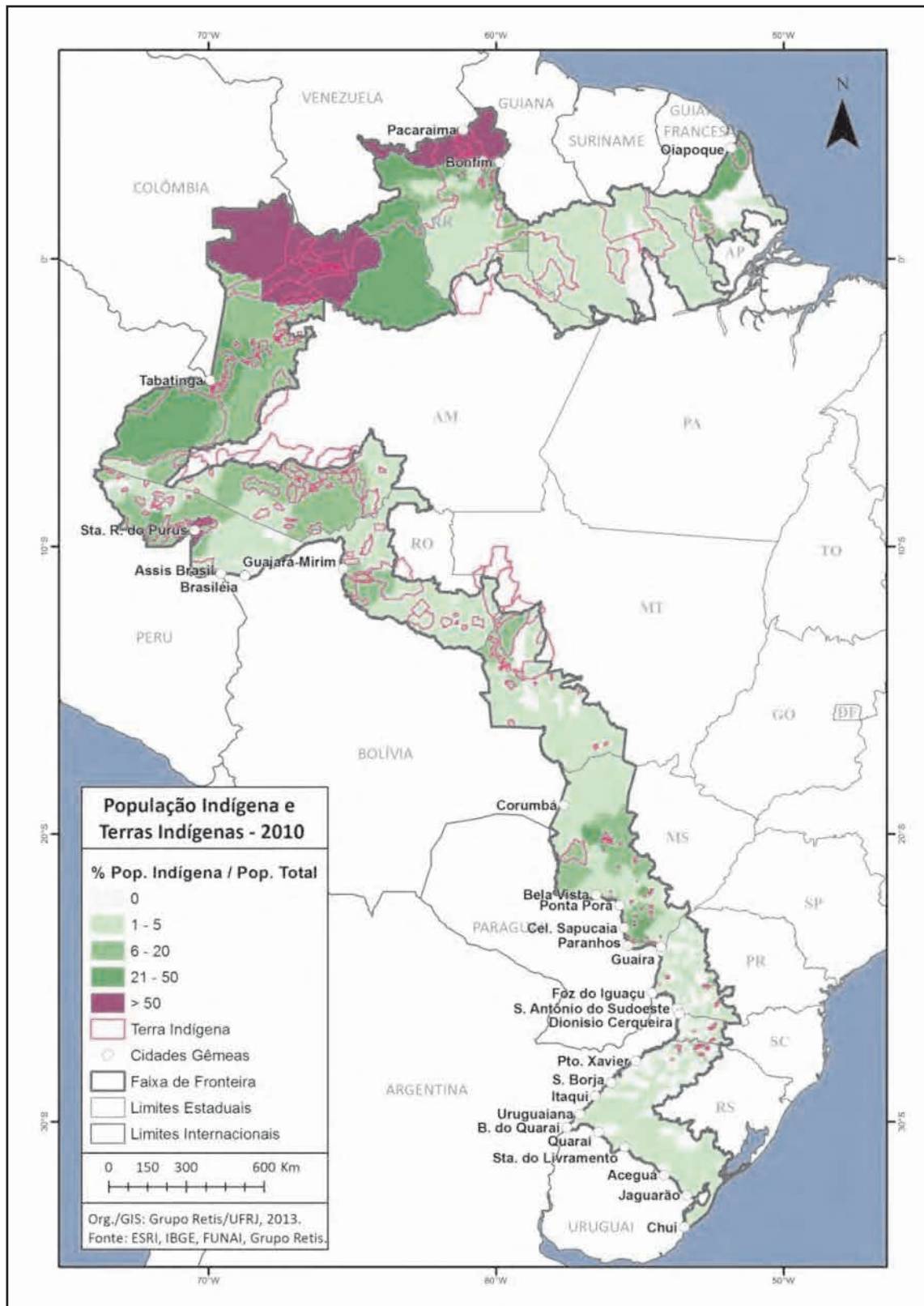
Mapa I.16 Faixa de Fronteira: Terras Indígenas, 2010



Mapa I.17 Faixa de Fronteira: População Indígena, 2010



Mapa I.18 Faixa de Fronteira: População Indígena (%) e Terras Indígenas, 2010



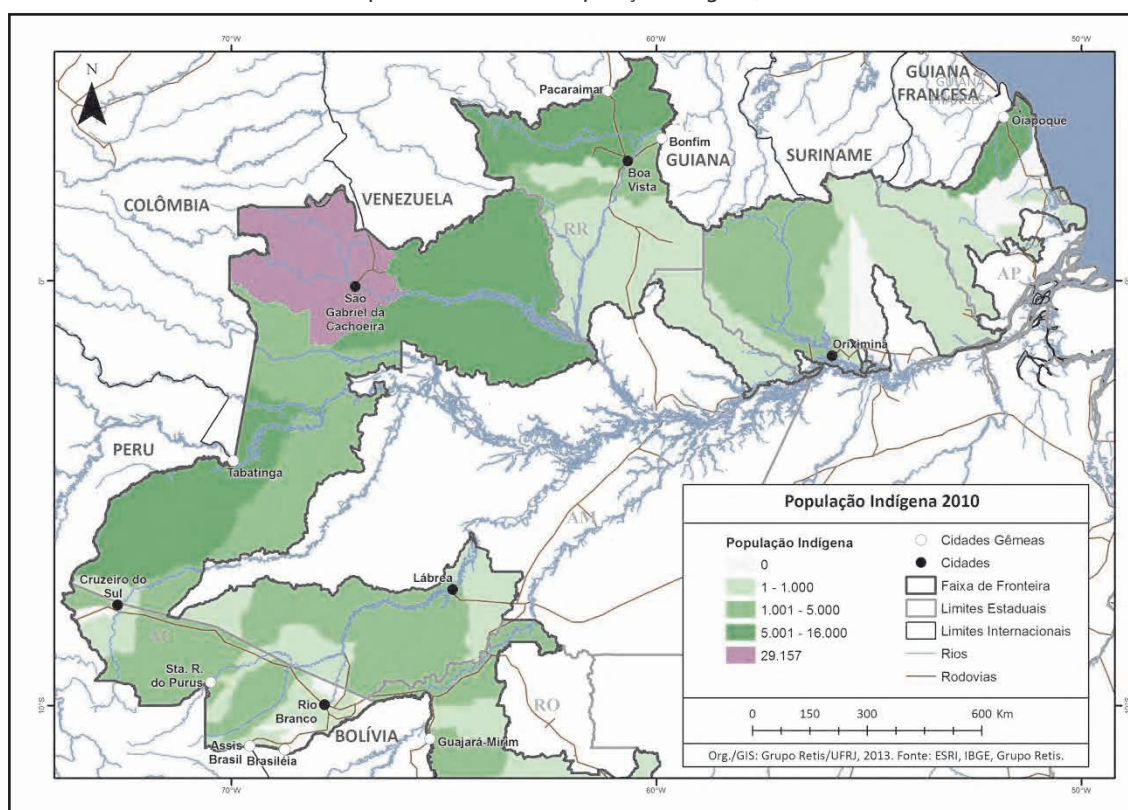
Observe-se no Mapa I.19, a distribuição espacial da população indígena no Arco Norte da Faixa de Fronteira. Esta região pode ser considerada a de maior presença indígena do Brasil, com destaque para a sua porção no estado do Amazonas. Nesta unidade da federação estão os três municípios com maior número de indígenas da Faixa de Fronteira e também do Brasil: São Gabriel da Cachoeira (AM), São Paulo de Olivença

(AM) e Tabatinga (AM). Sete dos dez municípios com mais índios do Brasil estão no Arco Norte, sendo cinco deles no Amazonas (além dos três já citados, Santa Isabel do Rio Negro e Benjamin Constant) e dois em Roraima: Boa Vista e Alto Alegre.

Como o número de indígenas (29.157) em São Gabriel da Cachoeira (AM) é muito superior ao de todos os outros municípios do país, foi criada uma classe somente para representá-lo no Mapa I.19.

A segunda maior classe apresentada (entre 5 e 16 mil indígenas) abarca 14 municípios desse Arco, que totalizam 115.856 indígenas. Destes, a metade está no estado do Amazonas (além dos já citados, Santo Antônio do Içá e Atalaia do Norte), seis em Roraima (além dos já citados, Uiramutã, Pacairama, Normandia, e Amajari) e um apenas um no Amapá (Oiapoque). Note-se a importância relativa dos municípios situados ao longo do limite político internacional, onde é intensa e ancestral a mobilidade transfronteiriça indígena dos povos que se situam em ambos os lados da zona de fronteira do Brasil com os países vizinhos.

Mapa I.19 Arco Norte: População Indígena, 2010

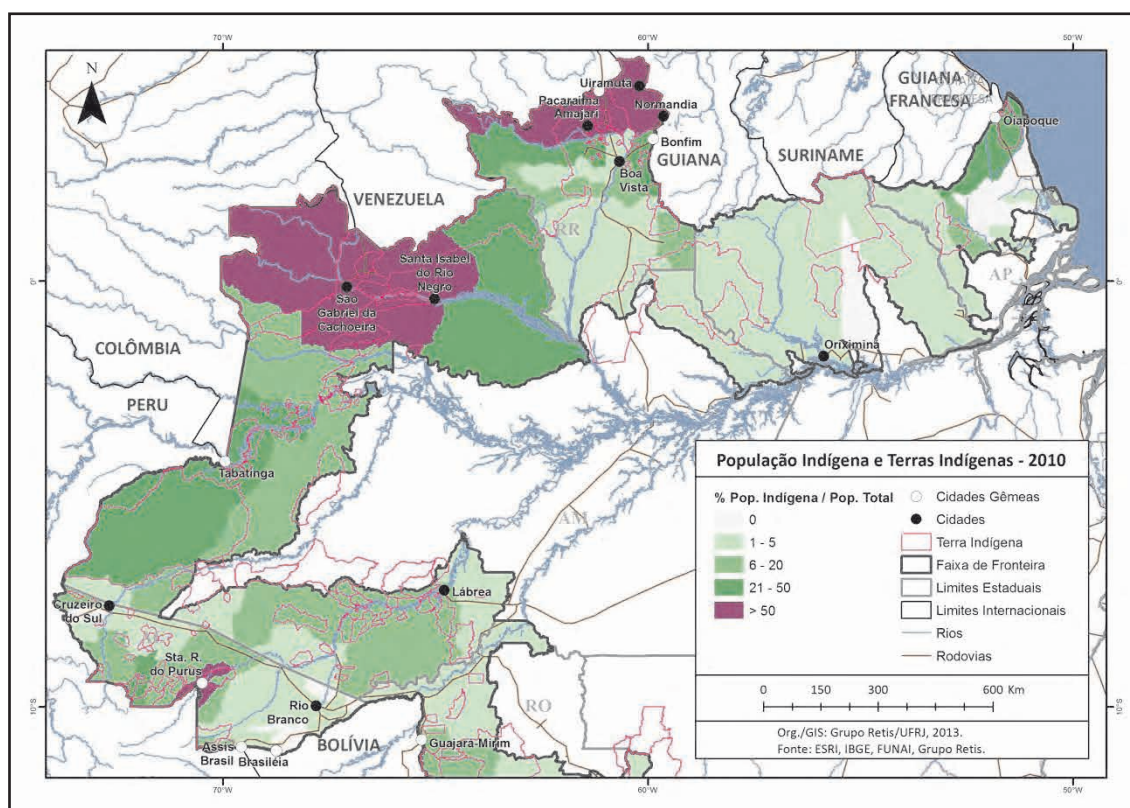


Na terceira classe (entre 1 e 5 mil habitantes) existem 18 municípios no Arco Norte, totalizando 41.738 indígenas, e na seguinte (até mil habitantes), 29 municípios, que somam 10.712 índios. Em nove municípios desse Arco não foram contabilizados indígenas, sendo cinco no Acre, três no Amapá e um no Pará.

A participação relativa da população indígena sobre a população municipal total é apresentada no Mapa I.20, que confirma a importância da presença indígena nos estados do Amazonas e de Roraima. Ali são encontrados seis dos sete municípios com mais de 50% de seus habitantes indígenas. O primeiro, Uiramutã (RR), tem 89% de população indígena, seguido por São Gabriel da Cachoeira (AM) e Santa Isabel do Rio Negro (AM). Em seguida encontram-se três municípios do norte de Roraima: Normandia, Amajari e Pacaraima. Também em Santa Rosa do Purus (AC) mais da metade da população municipal é de indígenas.

Na classe entre 21 e 50% de participação indígena na população existem 11 municípios no Arco Norte. Outros 15 estão na classe de 6 a 20% e 29 municípios tem menos de 5% de sua população autodeclarada indígena.

Mapa I.20 Arco Norte: População Indígena (%) e Terras Indígenas, 2010



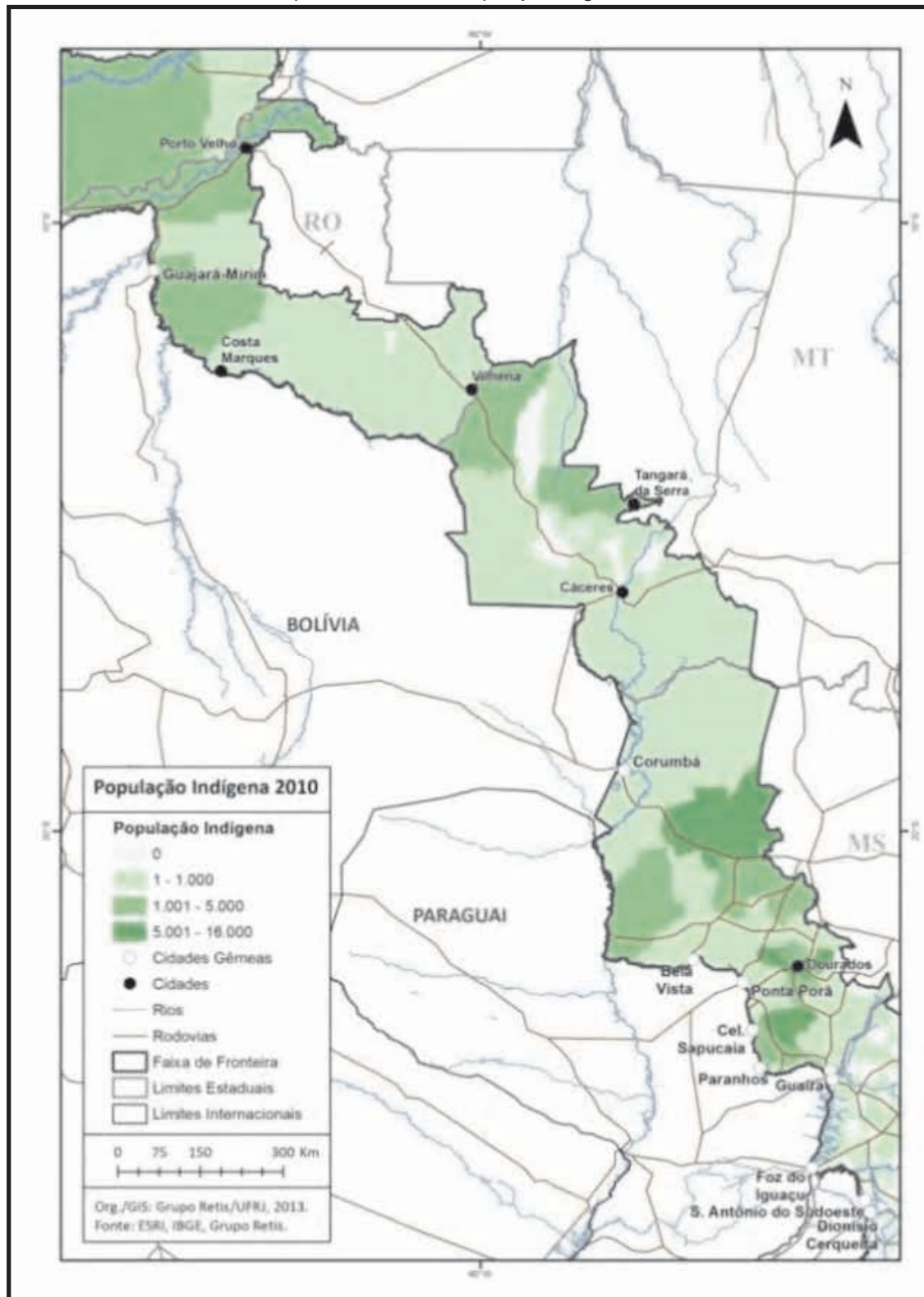
A presença indígena também é significativa no Arco Central. Seus quase 80.000 indígenas representam 3,2% da população total do Arco e as 103 TIs ali presentes abrangem aproximadamente 15% da superfície total. Quatro municípios têm mais de cinco mil índios cada, todos no Mato Grosso do Sul (Mapa I.22), estado onde as tensões entre indígenas e não-indígenas é cada vez mais tensa: Amambai (7.252), Dourados (6.631), Aquidauana (5.963), e Miranda (5.927).

Metade dos indígenas do Arco Central se distribui em 15 municípios na classe entre 1 mil e 5 mil indígenas cada. Destes, 11 estão no Mato Grosso do Sul (Itaporã, Caarapó, Paranhos, Japorã, Tacuru, Coronel Sapucaia, Sidrolândia, Dois Irmãos do Buriti, Anastácio,

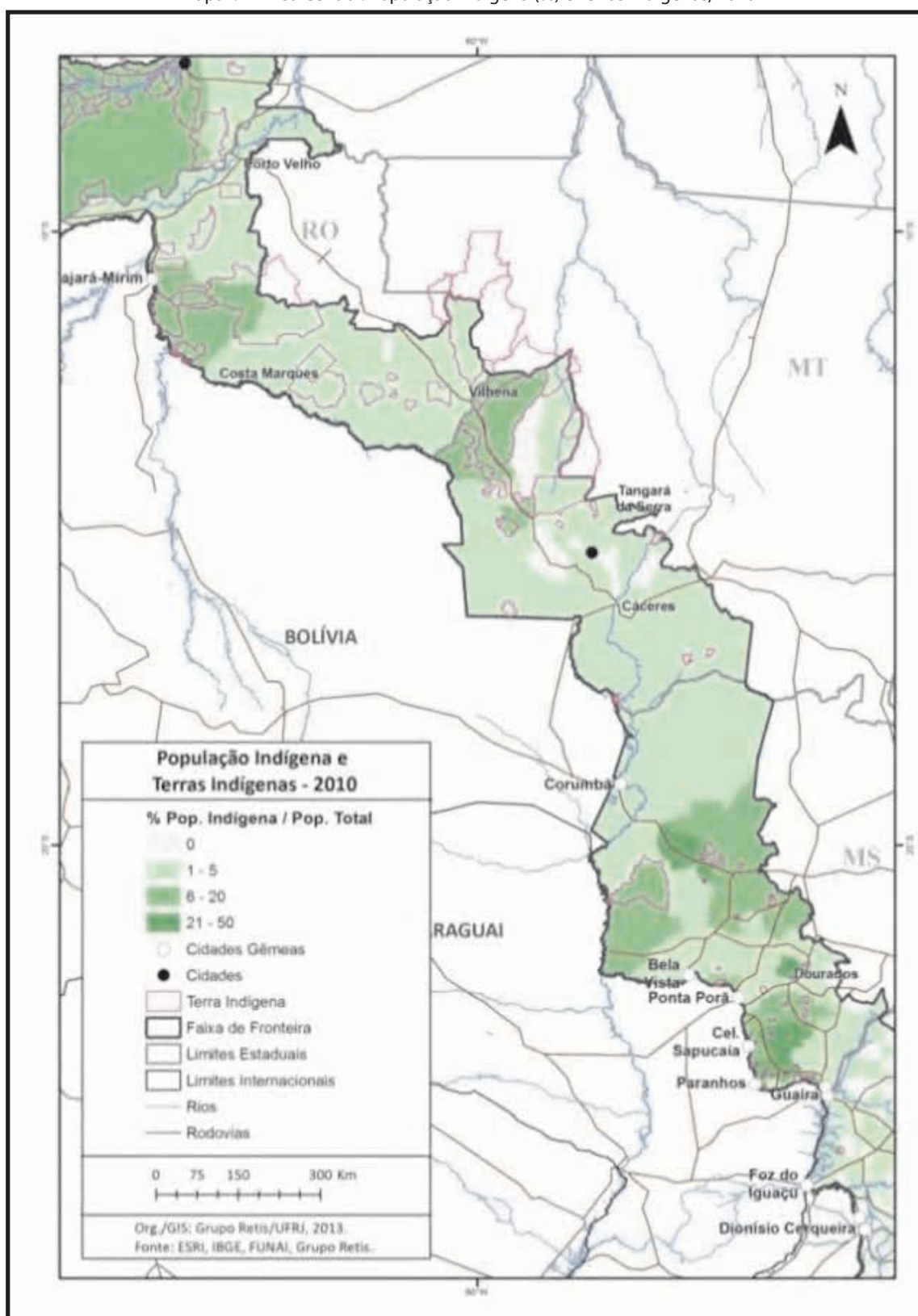
Porto Murtinho, e Nioaque), dois em Rondônia (Guajará-Mirim e Porto Velho) e dois no Mato Grosso (Tangará da Serra e Comodoro).

Outros 69 municípios do Arco Central possuem entre 1 e 1.000 indígenas, dos quais 27 são no Mato Grosso do Sul, 24 em Rondônia, e 18 no Mato Grosso. Este Arco apresenta ainda 11 municípios sem presença indígena, sobretudo no Mato Grosso (8 municípios).

Mapa I.21 Arco Central: População Indígena, 2010



Mapa I.22 Arco Central: População Indígena (%) e Terras Indígenas, 2010



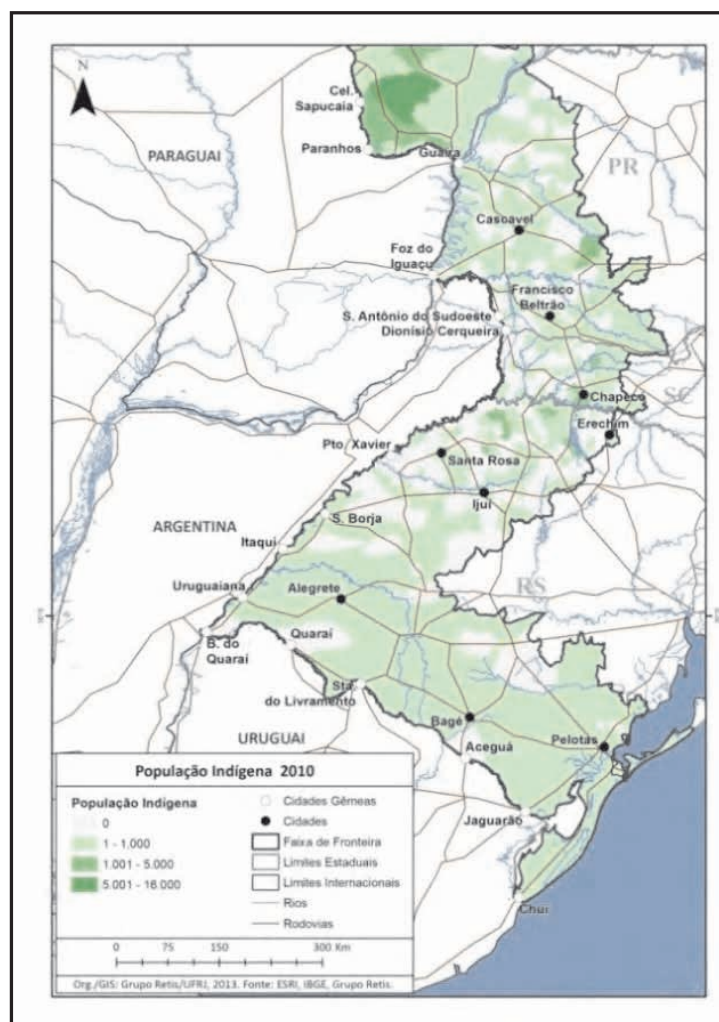
O município do Arco Central que possui maior proporção de indígenas em sua população total é Japorã (MS), com 49,6%. Pode-se observar no Mapa I.21, que também nesta classe de 21 a 50% há mais quatro municípios no Mato Grosso do Sul: Paranhos, Tacuru, Itaporã e Miranda, além dos já citados. Na classe de 6 a 20% são 16 municípios. Outros 67 municípios têm entre 1 e 5% de indígenas.

O Arco Sul é o Arco da Faixa de Fronteira com menor população indígena: são 33.545 pessoas, representando 0,5% da população total do arco e 11% da população indígena da Faixa. No que tange às TIs, o Arco Sul também é minoritário: são 34, somando 790,26 Km², que representam 0,3% do total do seu território e 0,1% do total de TIs da Faixa.

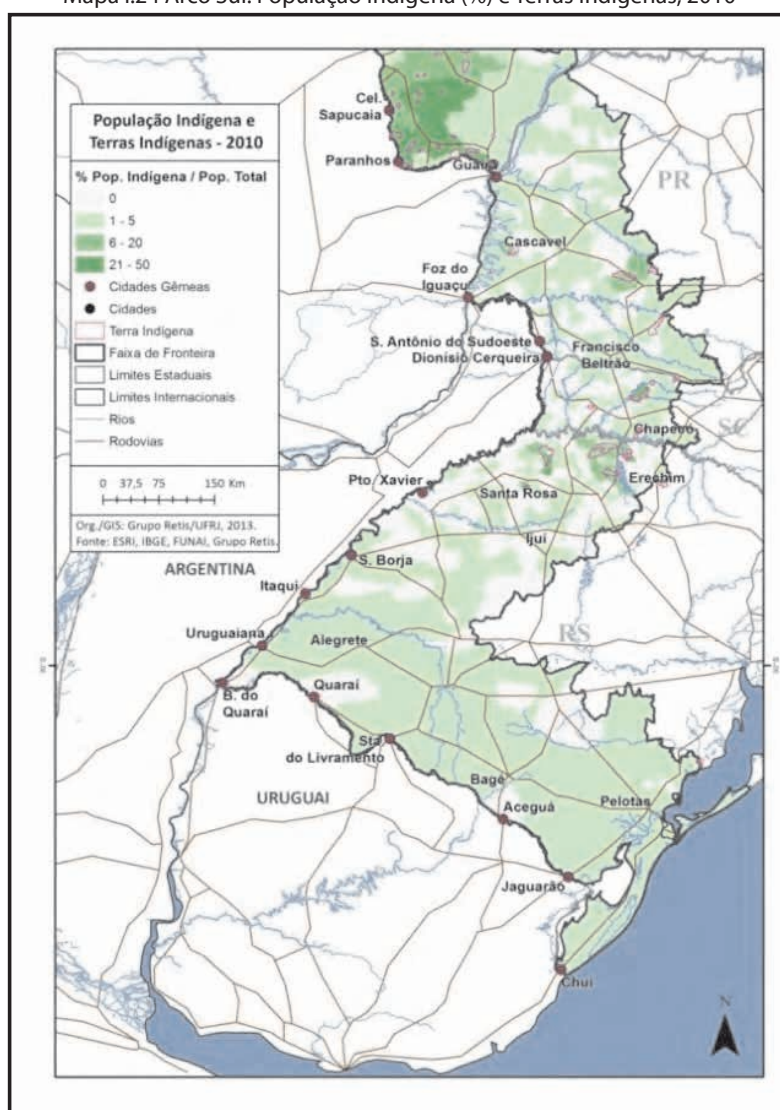
Quase a metade (47%) dos 418 municípios do Arco não tiveram autodeclarados indígenas. Por outro lado, oito municípios têm entre 1.000 e 5.000 indígenas e somam mais de 16 mil índios: Redentora (RS), Ipuacu (SC), Nova Laranjeiras (PR), Tenente Portela (RS), Chapecó (SC), Ronda Alta (RS), São Valério do Sul (RS), e Planalto (RS). Outros 11 municípios têm entre 500 e 1.000 índios, sendo cinco no Rio Grande do Sul e no Paraná, e um em Santa Catarina. Outros 202 municípios têm entre 1 e 500 índios.

O município com maior participação indígena em sua população total é Ipuacu (SC), com 48%, seguido de Benjamin Constant do Sul (RS), com 42%, São Valério do Sul (RS) também com 42%, Redentora (RS), com, 40%, Engenho Velho (RS), com 30%), e Entre Rios (SC) com 21%. Outros 12 municípios têm entre 6 e 20% de população indígena. Na classe de menor participação indígena frente à população total existem 203 municípios (Mapa I.23).

Mapa I.23 Arco Sul: População Indígena, 2010



Mapa I.24 Arco Sul: População Indígena (%) e Terras Indígenas, 2010



DENSIDADE INSTITUCIONAL DE SEGURANÇA

A Constituição Federal define que a “segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (Art. 144). Os órgãos responsáveis pela segurança pública são: a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Ferroviária Federal, as Polícias Cíveis, as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares (Art. 144).

A Constituição de 1988 ratificou a largura de 150 km, no art. 20, § 2º: “A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei. ” A especificidade da faixa de fronteira aparece no Artigo 91 da Constituição, no qual o Conselho de Defesa Nacional é designado como responsável por “propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso,

especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo". Em ambas as referências a faixa de fronteira aparece como lugar prioritário para a segurança e a defesa do Estado brasileiro.

A Política de Defesa Nacional (2005) apresenta uma conceituação de segurança em que a segurança transita do âmbito da "confrontação entre Estados", associada à defesa externa para um conceito ampliado de segurança, "abrangendo os campos político, militar, econômico, social, ambiental e outros", cujo foco pode se dar "a partir do indivíduo, da sociedade e do Estado, do que resultam definições com diferentes perspectivas".

A PDN/2005 estabelece a seguinte distinção entre segurança e defesa:

- I - Segurança é a condição que permite ao País a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais;
- II - Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas.

Tradicionalmente, os domínios da segurança interna e da segurança externa eram vistos como separados e exclusivos, o interno como campo de atuação da polícia—a segurança pública propriamente dita—e o externo, responsabilidade das Forças Armadas—a segurança do Estado, associada à defesa nacional. Um dos dilemas contemporâneos sobre a segurança é justamente a interpenetração entre esses dois domínios (BIGO, 2006; MACHADO, 2011).

Na fronteira, esse vínculo entre segurança interna e externa aparece de maneira mais sensível e evidente. As implicações da emergência desse novo paradigma da segurança podem ser verificadas nas atribuições subsidiárias das Forças Armadas, definidas pela *Lei Complementar Nº 97, modificada em 2004*, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Dentre as atribuições estão a atuação no combate a delitos e as ações preventivas e repressoras na faixa de fronteira terrestre. No território nacional, os delitos considerados são os de "repercussão nacional e internacional" e a forma de atuação é cooperativa e de apoio. Na faixa de fronteira terrestre, os delitos considerados são os crimes transfronteiriços e ambientais, enquanto a forma de atuação se dá através de ações preventivas e repressivas isoladas ou coordenadas (REGO MONTEIRO, 2009).

A leitura de legislações e documentos sobre a questão da segurança nas fronteiras aponta para o uso recorrente de termos como “delitos transfronteiriços” (Lei Complementar 117, 2004) “crimes transfronteiriços”, “ilícitos característicos da região de fronteira” (Portaria n. 12, 2012), “crimes transnacionais fronteiriços” (END, 2008). Mas quais são esses crimes fronteiriços ou transfronteiriços? A apresentação da ENAFRON à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara Federal (CREDN) apresenta sete vulnerabilidades típicas da região de fronteira: 1) tráfico ilícito de entorpecentes; 2) tráfico internacional de armas de fogo, munições e explosivos; 3) contrabando, pirataria e descaminho; 4) evasão de divisas; 5) exportação ilegal de veículos; 6) imigração ilegal de estrangeiros pela fronteira seca do Brasil e tráfico de pessoas e 7) crimes ambientais e desmatamento ilegal nos estados amazônicos fronteiriços do Brasil.

Todas essas vulnerabilidades podem ser abordadas como temas emergentes da agenda da segurança internacional e, ao mesmo tempo, como desafios atuais da segurança pública. A segurança fronteiriça deve equacionar esses dois lados da segurança.

A densidade institucional de segurança corresponde a um amplo espectro de organizações e instituições que atuam na faixa de fronteira, não se restringindo às forças de repressão, como as polícias estaduais e federais. Nosso esforço de análise buscou mapear as diversas organizações para as quais havia dados disponíveis. Em primeiro lugar os órgãos federais: Polícia Federal, Receita Federal, Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional de Segurança. As Forças Armadas foram incluídas devido às atribuições subsidiárias já descritas. Em segundo lugar, as forças estaduais: Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, além da localização das reuniões dos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF). Em terceiro lugar, as instituições municipais: Guarda Municipal e a presença de Conselho Municipal de Segurança, Plano Municipal de Segurança e Fundo Municipal de Segurança. Em quarto lugar, consideramos as redes de proteção de segmentos vulneráveis da população (mulheres, idosos, crianças e adolescentes, indígenas). Por fim, número de vigilantes e empresas de vigilância privada regularizadas na Polícia Federal.

SEGURANÇA – INSTITUIÇÕES FEDERAIS

Forças Armadas

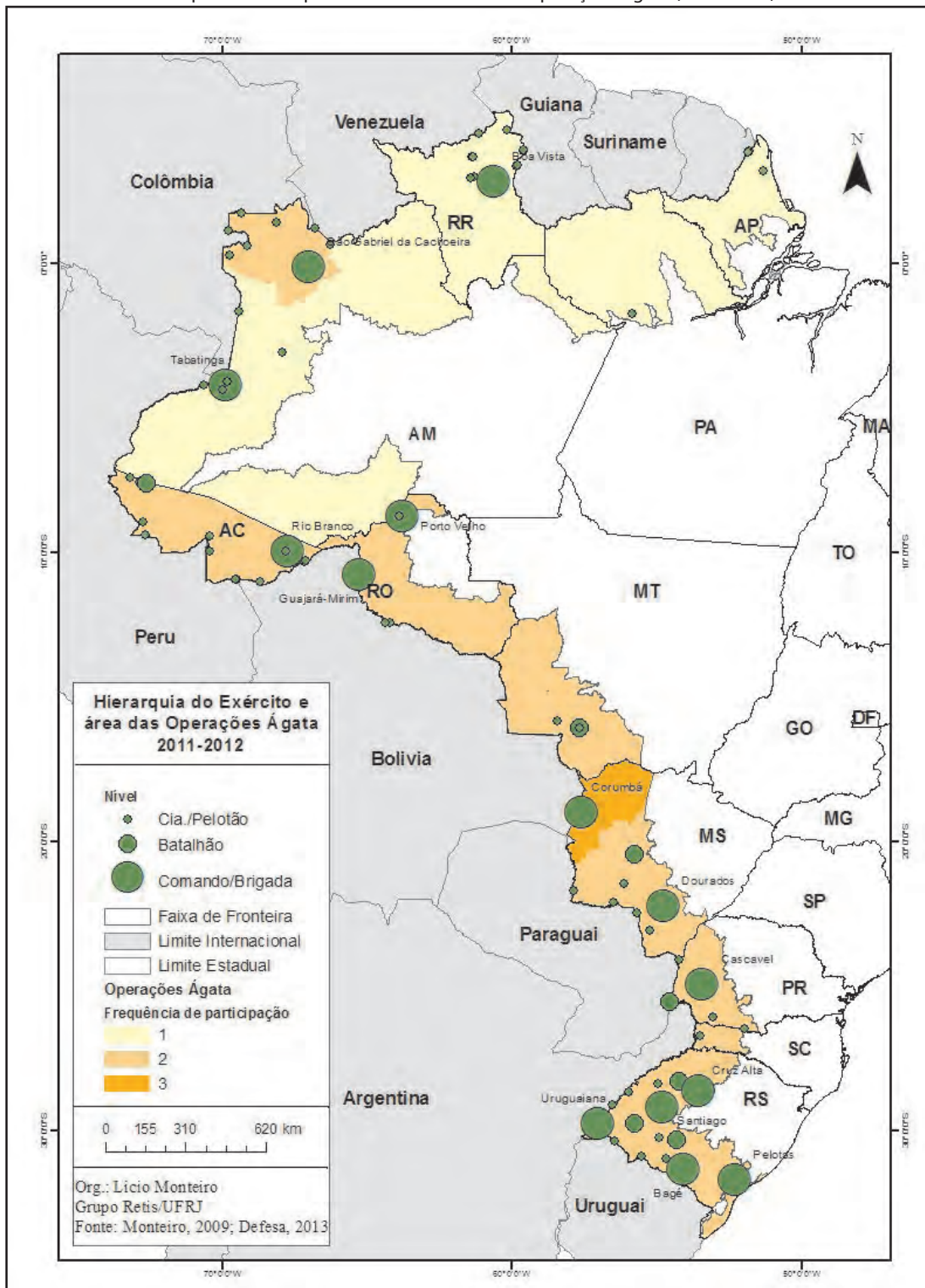
Os dados da distribuição das organizações militares das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) foram obtidos a partir de levantamentos nas páginas institucionais de cada força e de pesquisa realizada no âmbito do Grupo Retis (Rego Monteiro, 2009), com dados sobre a localização dos pelotões de fronteira fora de sedes municipais.

No caso do Exército, consideramos os Comandos de Fronteira como o nível 1, os Batalhões e Brigadas como nível 2 e os pelotões, destacamentos e companhias como nível 3, desconsiderando as demais organizações militares (tiros-de-guerra, delegacias, etc.). No caso da Marinha, consideramos como o nível 1 os Comandos Navais (Rio Grande (RS) e Ladário (MS)) e como nível 2 os municípios onde se localizam as Agências e Capitancias Fluviais da Marinha. No caso da Aeronáutica, não há nenhum comando aéreo localizado na faixa de fronteira. Consideramos então como nível 1 a existência de bases aéreas (Porto Velho (RO) e São Gabriel da Cachoeira (AM)) e como nível 2 a existência de destacamentos aéreos: DTCEA (controle do espaço aéreo) e DPVDT (proteção ao voo, detecção e telecomunicações).

No Mapa II.1 podemos verificar a maior concentração de organizações militares do Exército no Arco Sul, em especial o Rio Grande do Sul, principalmente nos níveis hierárquicos superiores. Essa distribuição se explica pela história de formação do Exército brasileiro que se concentrou na região sul, na fronteira com Uruguai e Argentina. Até a década de 1970 a principal hipótese de guerra externa do Brasil ainda era na bacia do Prata.

A partir dos anos 1980, as preocupações com a região amazônica e os novos desafios de segurança internacional, como o tráfico de drogas e as questões ambientais, deslocaram o foco do incremento militar do Exército brasileiro para a fronteira norte, com a instalação de novos pelotões de fronteira no final da década de 1980, no âmbito do Programa Calha Norte, e a transferência de organizações militares do Sul e do Sudeste para a fronteira norte. Na década de 1990, a 1ª Brigada de Infantaria foi transferida de Petrópolis (RJ) para Boa Vista (RR) e a 16ª Brigada de Infantaria foi transferida de Santo Ângelo (RS) para Tefé (AM), o que resultou na transferência do 17º e do 61º Batalhões de Infantaria de Santo Ângelo (RS) e Cruz Azul (RS) para Tefé (AM) e Cruzeiro do Sul (AC), respectivamente. Mais recentemente, em 2004, a 2ª Brigada de Infantaria foi transferida do Rio de Janeiro (RJ) para São Gabriel da Cachoeira (AM) (Rego Monteiro 2009, p. 65).

Mapa II.1 Hierarquia do Exército e área das Operações Ágata (2011-2012)

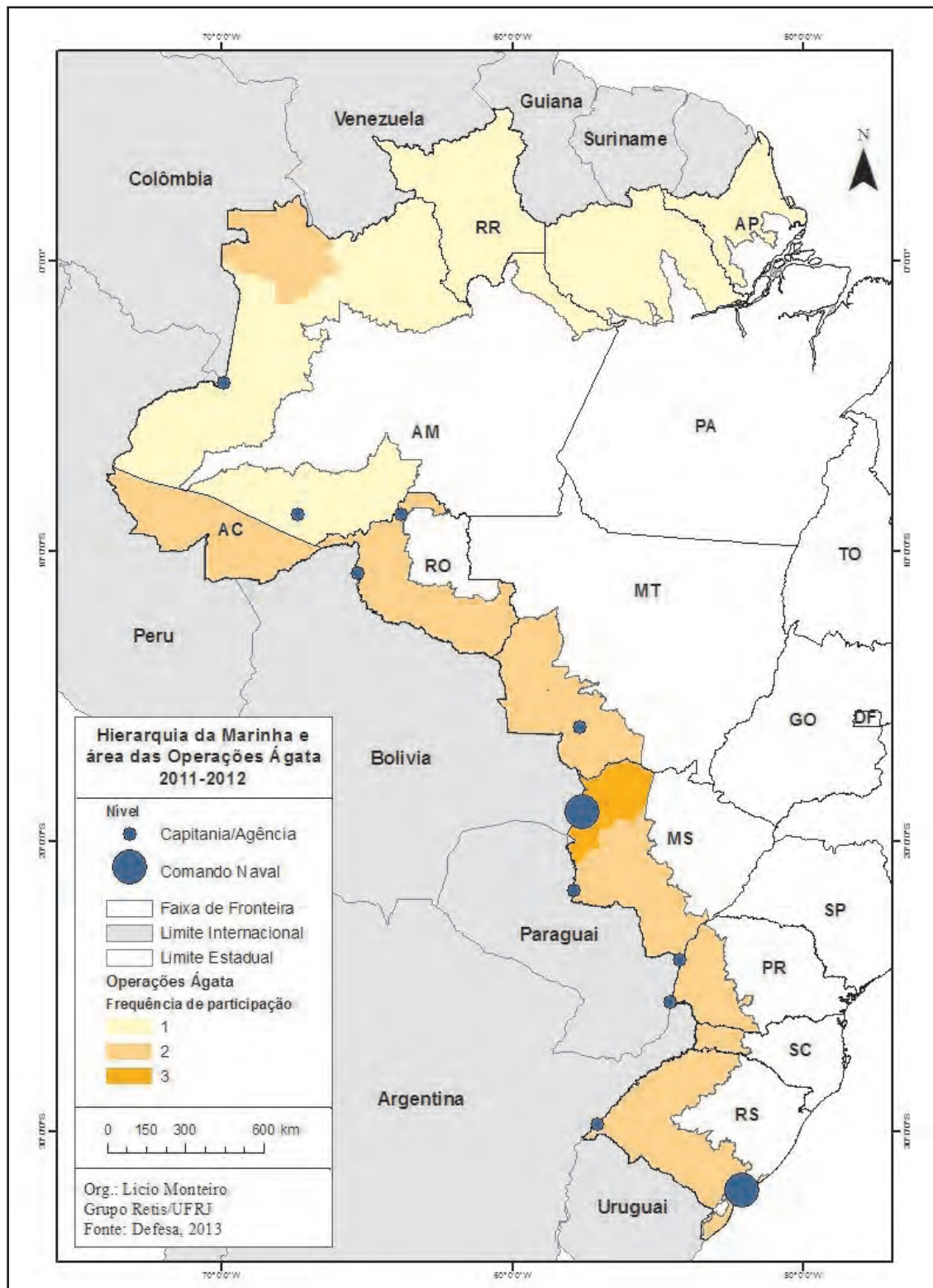


A estrutura organizacional do Exército no Arco Norte tem por característica a centralização das funções de comando e administrativas nas capitais dos Estados e em São Gabriel da Cachoeira (AM) e Tabatinga (AM) e a dispersão de pelotões de fronteira ao longo da linha de fronteira, principalmente na confluência dos rios da bacia amazônica, vias de trânsito nas áreas de baixa densidade da floresta amazônica. As maiores concentrações de pelotões de fronteira ocorrem na fronteira Acre-Peru, na região da Cabeça do Cachorro (fronteira com a Colômbia) e em Roraima, próximo à tríplice fronteira com Venezuela e Guiana.

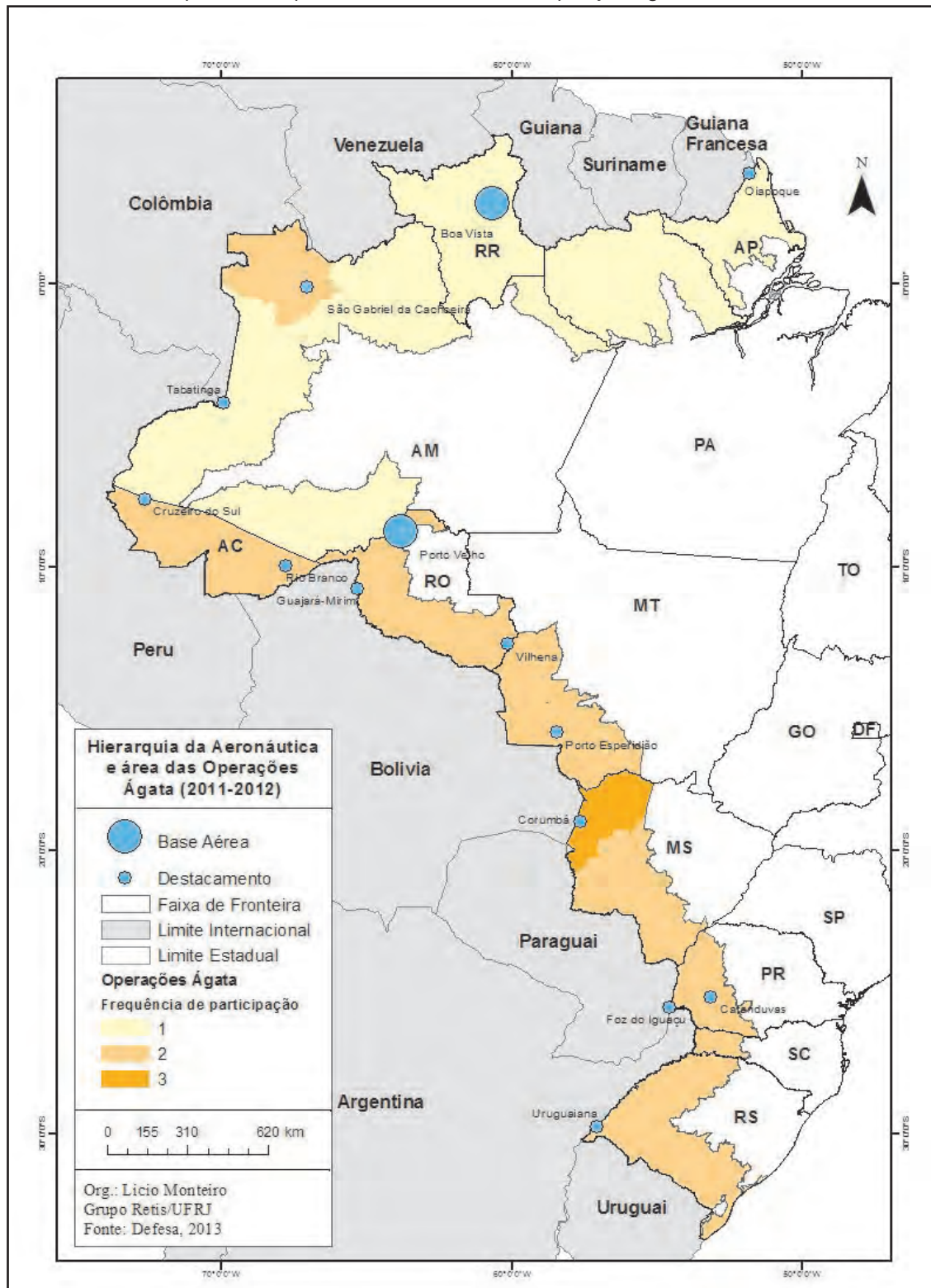
Nos mapas seguintes (Mapa II.2 e Mapa II.3), é possível observar a distribuição das outras duas forças (Marinha e Aeronáutica), considerando somente dois níveis hierárquicos. A menor densidade de organizações militares da Marinha e da Aeronáutica reflete a estrutura organizacional das Forças Armadas brasileiras, com ênfase na força terrestre. Dois Comandos Navais estão situados na Faixa de Fronteira (Ladário (MS) e Rio Grande (RS)) e a maior parte das organizações da Marinha se concentram nos Arcos Sul e Central. Já a Força Aérea tem maior incidência nos Arco Norte e Central, com as bases aéreas de Porto Velho (RO) e Boa Vista (RR), que possuem esquadrões recentemente equipados com aviões Super Tucano. A instalação de um destacamento em São Gabriel da Cachoeira (AM), em 2005, e a projeção de mais dois destacamentos, em Vilhena (RO) e Eirunepé (AM) buscam reforçar essa presença da Força Aérea numa área com grandes distâncias a serem percorridas e baixa infraestrutura de transportes, principalmente no Arco Norte. O Mapa II.4 sintetiza a distribuição espacial das três forças.

No caso da Operação Ágata, seguimos a página institucional das operações militares do Brasil e as notícias veiculadas em suas sete edições como meio de identificar as áreas de abrangência de cada operação. Entre 2011 e 2012 foram seis edições, com suas áreas de abrangência definidas de modo muito amplo (geralmente um segmento da faixa de fronteira formado por vários Estados). Desconsideramos a Operação Ágata 7, a única de 2013, porque abrangia toda a faixa de fronteira, o que não possibilita uma diferenciação regional. O que podemos destacar é uma alternância das operações entre os Arcos, com predominância dos Arcos Sul e Central, além do Acre e de São Gabriel da Cachoeira-AM. O município com maior incidência de operações é Corumbá-MS.

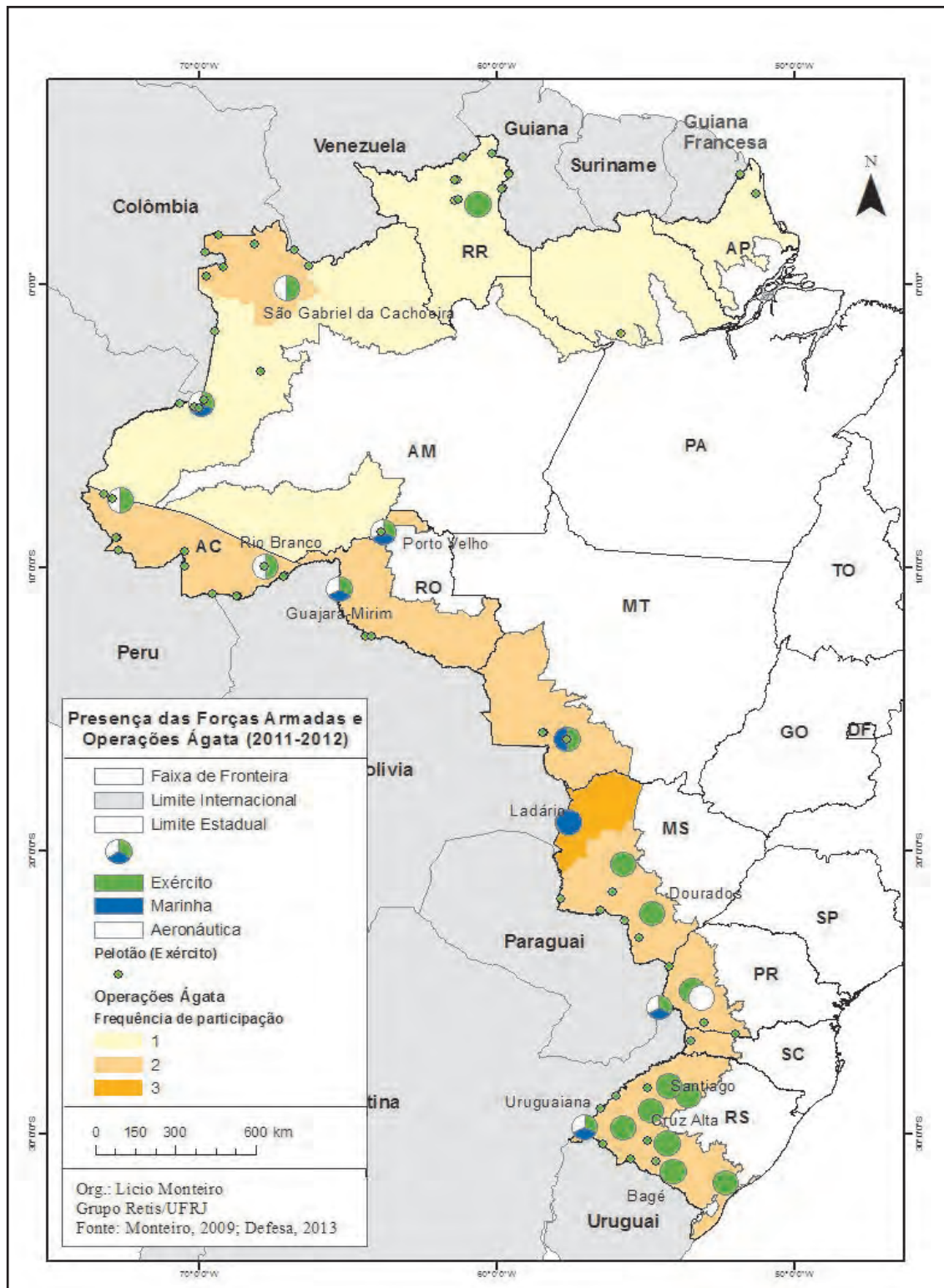
Mapa II.2 Hierarquia da Marinha e área das Operações Ágata (2011-2012)



Mapa II.3 Hierarquia da Aeronáutica e área das Operações Ágata (2011-2012)



Mapa II.4 Presença das Forças Armadas e Operações Ágata (2011-2012)



Departamento de Polícia Federal

Hierarquia da Polícia Federal

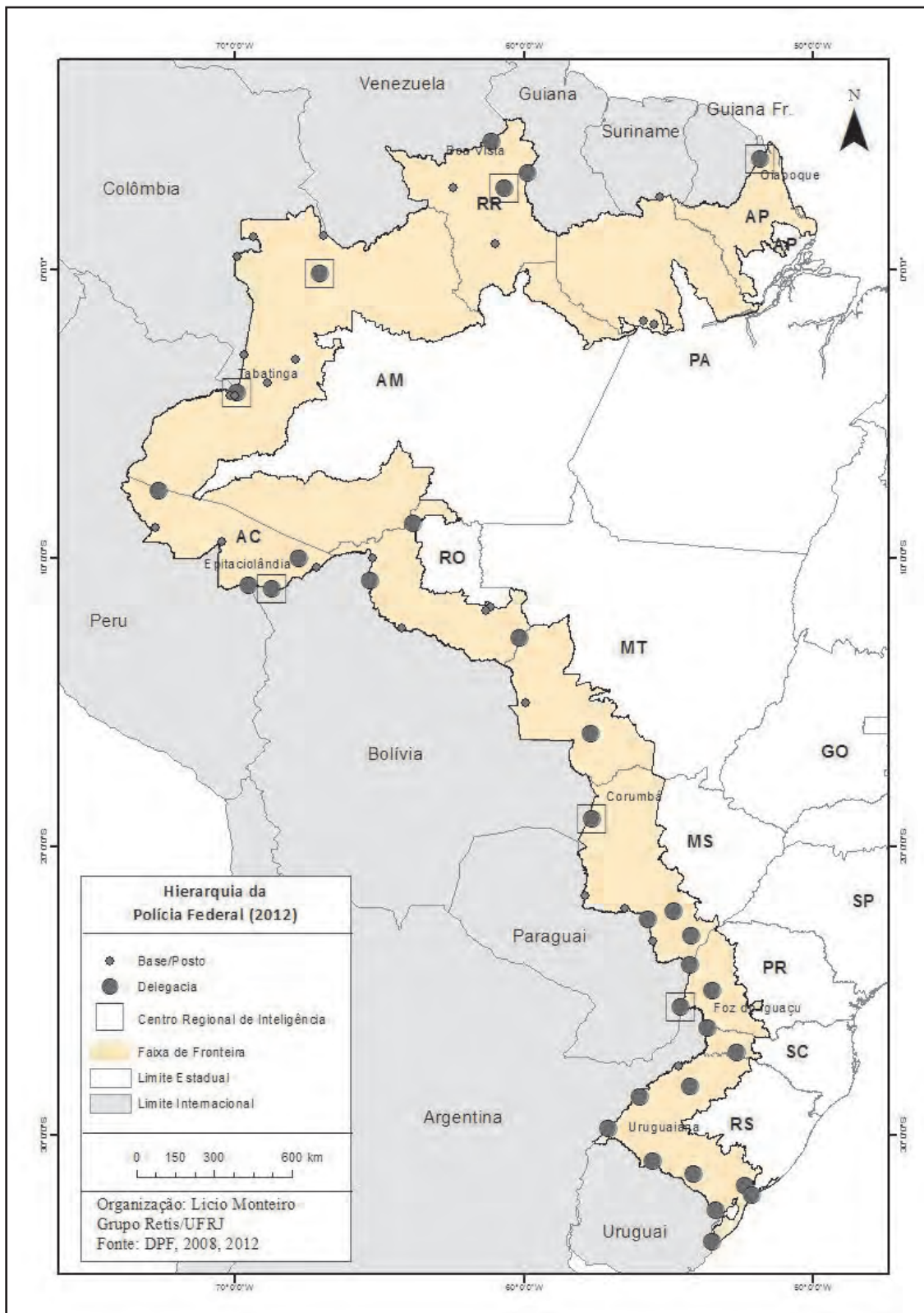
Os dados sobre a distribuição geográfica da Delegacia de Polícia Federal (DPF) foram obtidos na página institucional e nos mapas obtidos em relatórios públicos da DPF. No caso da Polícia Federal, consideramos três níveis hierárquicos: o nível 1 compreende os Centros Regionais de Inteligência, o nível 2 as delegacias e o nível 3 as bases operacionais e postos avançados.

Os Centros Regionais de Inteligência (CRI) estão todos situados em cidades gêmeas, com exceção de Boa Vista-RR. A maior incidência dos CRI é no Arco Norte. No Arco Sul, só existe CRI em Foz do Iguaçu (PR) e no Arco Central só em Corumbá (MS). Já as delegacias (nível 2) predominam no Arco Sul (12), ficando o Arco Central com 7 delegacias e o Arco Norte com apenas 5 delegacias. As organizações complementares – postos avançados e bases operacionais – são predominantes no Arco Norte. O que caracteriza a estrutura organizacional da DPF no Arco Norte é a combinação entre Centros de Inteligência, concentrados nas cidades gêmeas, e postos e bases operacionais distribuídas em localidades de mais difícil acesso, muitas vezes com aparato móvel para deslocamento nos rios. Nos Arcos Sul e Central a estrutura da DPF é formada principalmente pelas delegacias nas cidades gêmeas e ao longo dos municípios da faixa de fronteira de maneira distribuída, com maior densidade no Arco Sul.

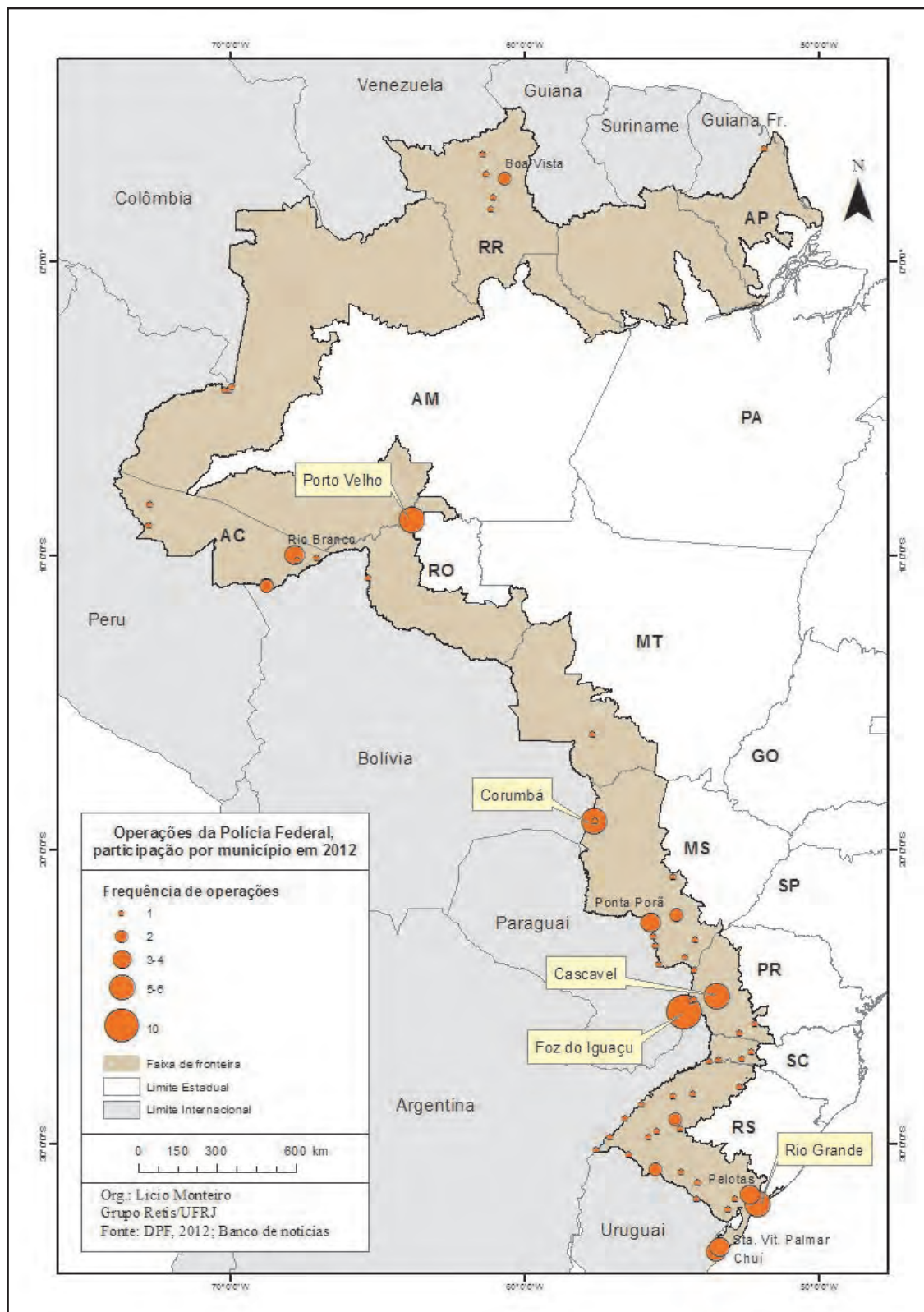
Incidência das Operações de Fronteira da Polícia Federal

Para complementar o mapeamento da infraestrutura física da Polícia Federal, levantamos as áreas de abrangência das principais operações realizadas Faixa de Fronteira, reforçadas pelo lançamento do Plano Estratégico de Fronteiras, em 2011. Não se trata de mapear a incidência dos delitos identificados pelos órgãos de segurança, mas a densidade da presença e da atuação das instituições que exercem o controle territorial da faixa de fronteira em toda sua extensão.

Mapa II.5 Hierarquia da Polícia Federal (2012)



Mapa II.6 Operações da Polícia Federal, participações por município (2012)



Em relação à Operação Sentinela, por ser uma operação permanente com área de abrangência invariável, o mapeamento teria que representar alguns dados referentes aos resultados obtidos desde o lançamento da Operação Sentinela, como Veículos, Embarcações, Aeronaves e Pessoas Vistoriadas, desagregados por Unidade da Federação

e, se possível, por município. Esses dados, no entanto, ainda estão indisponíveis, só recebemos a tabela com os números totais para todo o Brasil, com detalhamento mensal desde março de 2010, mas sem qualquer referência de localização das ações.

Para considerar a concentração de ações da Polícia Federal em determinadas áreas da fronteira, contabilizamos o total de operações realizadas em 2012 (289 no total) com as Unidades da Federação indicadas na tabela do DPF. A partir do número total referente às Unidades da Federação, identificamos na descrição existente na página institucional da DPF a área de abrangência de cada operação das Unidades da Federação fronteiriças (145 operações no total), de modo a refinar a área de abrangência para diferenciar entre ações na faixa de fronteira e ações no restante do território de cada UF.

O Arco Sul concentra a maior parte das operações da Polícia Federal na faixa de fronteira, não só em número de municípios como em número de operações. Os municípios que se destacam com mais de cinco operações no Arco Sul aparecem não só como foco de operações, mas também como nós de operações focalizadas em outros municípios, inclusive de outros Estados. É o caso de Foz do Iguaçu (PR), principalmente, Cascavel (PR), Pelotas (RS), Rio Grande (RS) e Chuí (RS), sendo que a dinâmica dos dois últimos não está relacionada somente à fronteira terrestre, mas também à marítima (três operações de combate à pesca ilegal). Das 38 operações, mais da metade se refere ao combate ao tráfico de drogas (20) e oito ao combate ao contrabando (principalmente de cigarros, agrotóxicos e DVDs).

No Arco Central verificamos um padrão mais concentrado das operações em Porto Velho (RO), Corumbá (MS) e Ponta Porã (MS). No Mato Grosso do Sul, o padrão mais disperso envolve um maior número de municípios, similar ao Arco Sul. Foram 14 operações, sendo cinco referentes ao combate a tráfico de drogas e 4 a crimes de corrupção.

No Arco Norte as operações estão concentradas em Roraima (em torno de Boa Vista) e no leste do Acre, com a inexistência ou baixíssima ocorrência de operações nos segmentos de fronteira do Amazonas, Pará e Amapá. Também no Arco Norte, entre as 10 operações predominam aquelas referentes ao tráfico de drogas (3) e corrupção (2), mas há uma diversificação maior de crimes, tais como desmatamento, pesca ilegal, garimpo, terras ilegais e contrabando.

O quadro obtido pelo mapeamento das operações em 2012 poderia ser enriquecido por um recorte temporal mais extenso e pela incorporação de resultados das operações de rotina da Polícia Federal (apreensões, prisões efetuadas, etc.), bem como das operações conjuntas com outros órgãos (Força Nacional, Forças Armadas, Polícias Civil e Militar, etc.).

Receita Federal do Brasil

A Receita Federal do Brasil (RFB) está incluída no Plano Estratégico de Fronteiras (2011) com o objetivo de execução de ações conjuntas e trocas de informações com os órgãos de segurança pública e as Forças Armadas. Nesse contexto, a Receita Federal lançou a Operação Fronteira Blindada como ação permanente de combate ao contrabando, descaminho e pirataria nas fronteiras do Brasil.

O Mapa II.7 apresenta as unidades da Receita Federal diferenciadas por Alfândega, Inspetoria, Delegacia e Unidades de Atendimento (unificadas; para impostos e contribuições federais; e exclusivamente para tributos do comércio exterior).

As Inspetorias, responsáveis pela cobrança do tributo externo, se localizam preferencialmente nos pontos de entrada situados em cidades na linha de fronteira, principalmente cidades gêmeas. A única Alfândega, segundo a página da RFB, está localizada no município de Rio Grande (RS), onde há um porto de grande movimentação de cargas, considerado como zona primária.

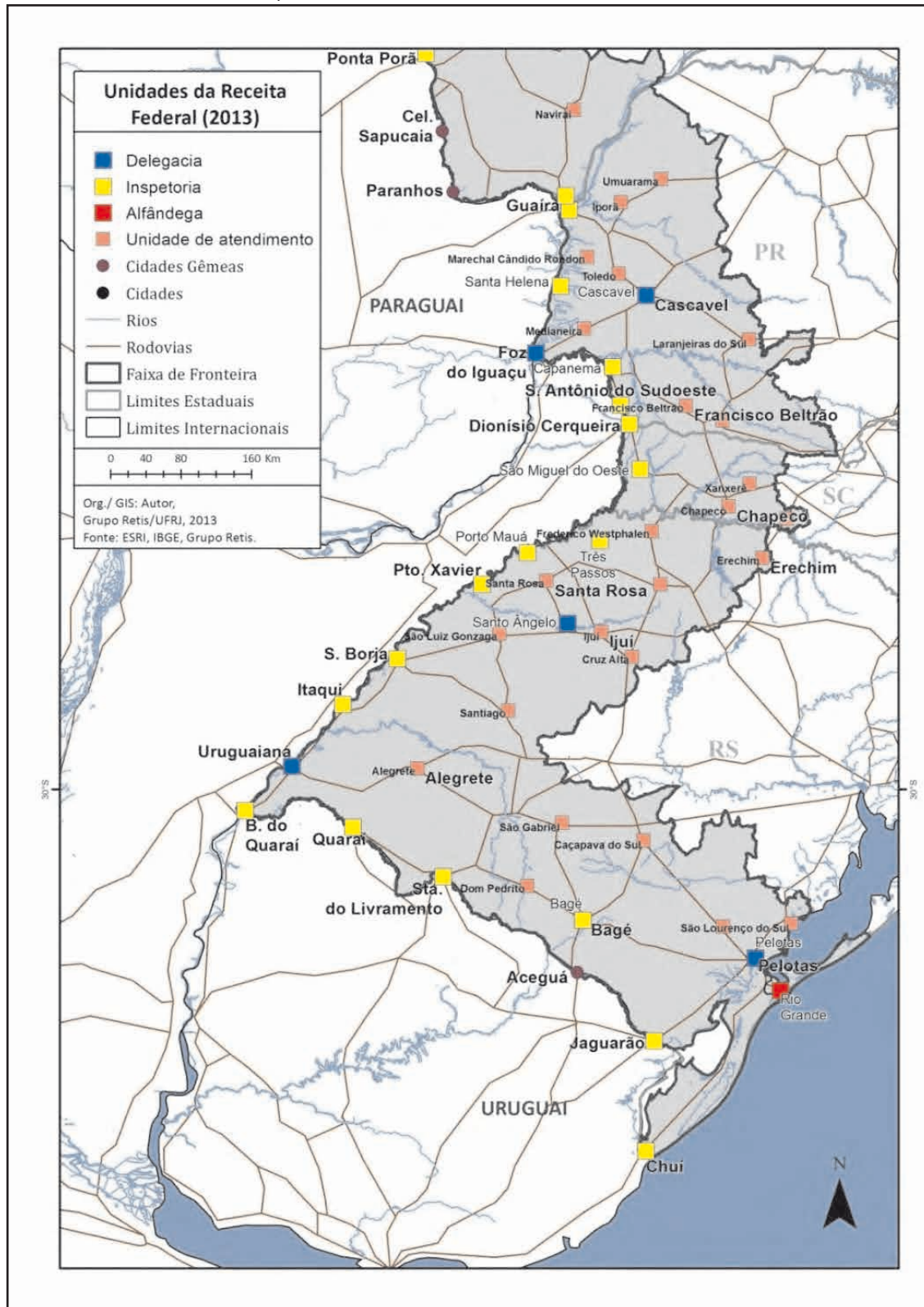
As Delegacias estão localizadas em capitais e cidades de maior porte, elas são responsáveis pela cobrança do tributo interno. As Unidades de Atendimento aparecem na maioria dos municípios com Delegacia e Inspetoria – no mapa a representação colocou em primeiro plano as unidades mais importantes – mas também em cidades menores. Isso porque sua função não se restringe ao comércio exterior, mas inclui principalmente recolhimento de impostos e contribuições internas.

No Arco Norte, Santa Rosa do Purus é a única cidade gêmea sem qualquer unidade da Receita Federal. As Inspetorias estão presentes em todas as demais cidades gêmeas – Brasília (AC), Assis Brasil (AC), Tabatinga (AM), Pacaraima (RR), Bonfim (RR) e Oiapoque (AP) –, além de Plácido de Castro (AC) e Cruzeiro do Sul (AC). As Delegacias estão somente nas capitais estaduais: Rio Branco (AC) e Boa Vista (RR). Embora tenham muito menos unidades do que os demais Arcos, a distribuição espacial das unidades cobre as principais vias de entrada e saída de mercadorias. O fluxo do comércio exterior no Arco Norte é bem menor do que o dos demais Arcos.

No Arco Central, as únicas Delegacias estão em Porto Velho (RO) e Dourados (MS) e as Inspetorias cobrem as cidades gêmeas, menos Paranhos (MS) e Coronel Sapucaia (MS).

No Arco Sul (Mapa II.8), onde se concentra o fluxo de comércio exterior com Uruguai, Argentina e Paraguai, estão localizadas uma Alfândega, em Rio Grande (RS), e cinco Delegacias – Cascavel (PR), Foz do Iguaçu (PR), Uruguaiana (RS) Pelotas (RS) e Santo

Mapa II.8 Arco Sul: unidades da Receita Federal (2013)



Polícia Rodoviária Federal

O efetivo do Departamento de Polícia Rodoviária Federal se encontra distribuído nas Delegacias em municípios cortados por rodovias federais. A tendência é que a maior concentração de policiais rodoviários esteja localizada nas regiões com maior densidade de rodovias federais.

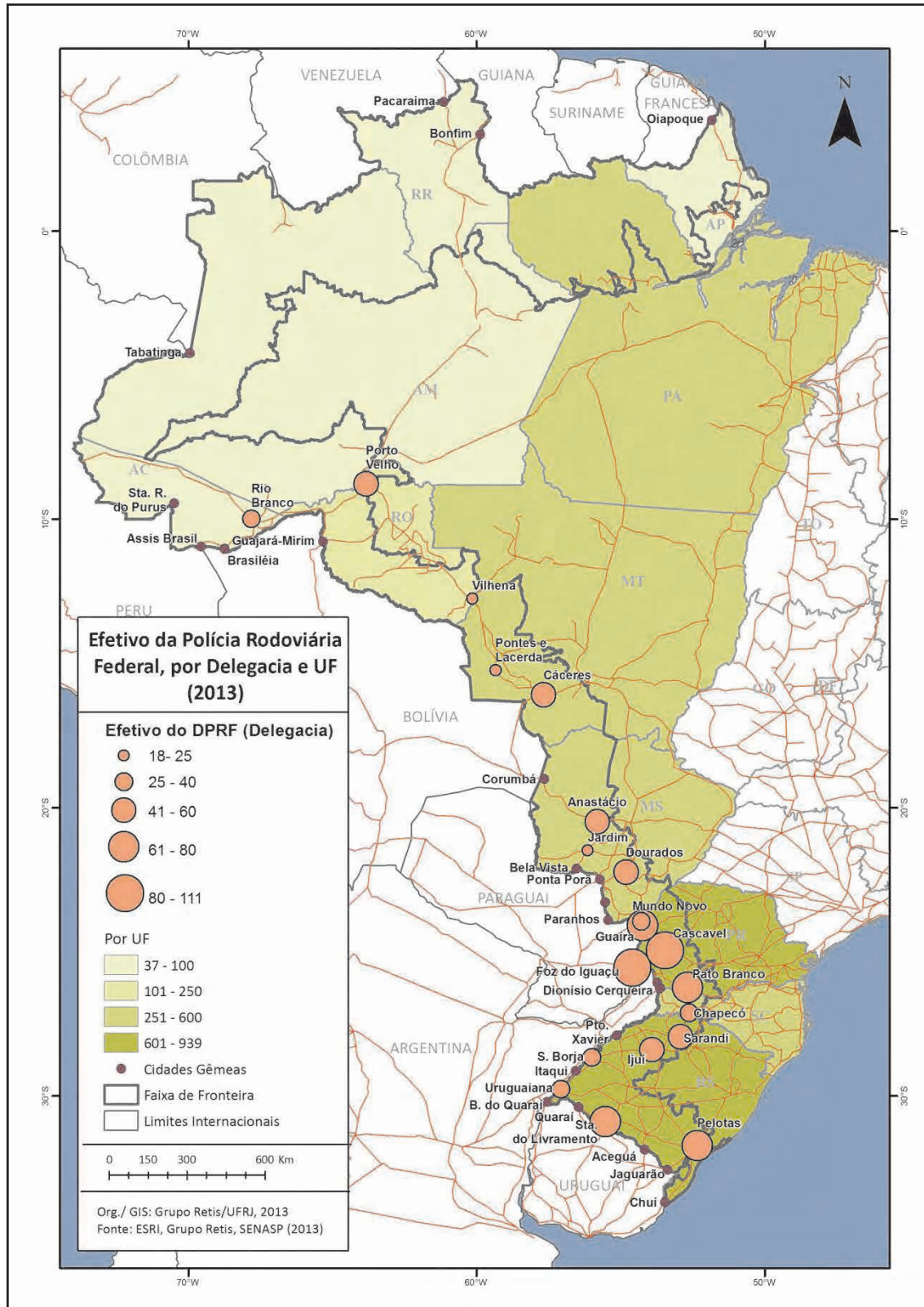
No Arco Norte, a malha rodoviária é bastante precária, daí a pequena quantidade de policiais nos estados e a pouca existência de delegacias da PRF. O Pará apresenta um efetivo maior do que o dos demais estados, mas não na Faixa de Fronteira. Já o Acre possui uma delegacia em Rio Branco (AC), com efetivo de 36 policiais rodoviários, mas a estrutura administrativa da PRF fica sediada em Porto Velho (RO).

No Arco Central, Rondônia possui uma malha rodoviária desenvolvida, mas o efetivo estadual é inferior ao dos demais estados e fica ainda mais sobrecarregado por concentrar as funções administrativas da PRF do Acre. Mato Grosso e Mato Grosso do Sul aparecem ambos com efetivos estaduais altos, mas na Faixa de Fronteira o efetivo sul-matogrossense é maior, com as principais concentrações em Anastácio (MS) e Dourados (MS).

O Arco Sul possui a malha rodoviária mais densa da Faixa da Fronteira e a presença da PRF acompanha essa maior densidade de estradas. Paraná e Rio Grande do Sul apresentam os maiores efetivos estaduais e os maiores também em seus respectivos segmentos da Faixa de Fronteira. No Paraná, Cascavel (PR) e Foz do Iguaçu (PR) são os únicos de toda a Faixa acima de 100 policiais rodoviários federais e Pato Branco (PR) e Guaíra (PR) se destacam num segundo nível. Em Santa Catarina, somente Chapecó (SC) possui delegacia, enquanto no Rio Grande do Sul o efetivo está distribuído Sarandi (RS), Ijuí (RS), São Borja (RS), Uruguaiana (RS), Sant'ana do Livramento (RS) e Pelotas (RS), os dois últimos apresentando os maiores números.

Embora os policiais rodoviários federais estejam concentrados em algumas poucas delegacias ao longo da Faixa de Fronteira, a área de abrangência de cada uma das unidades vai muito além do município em que estão instaladas. Não é incomum que uma viatura da PRF percorra milhares de quilômetros no intervalo de uma semana. Para melhor avaliar as condições de operação de cada delegacia da PRF seria preciso agregar informações sobre a densidade de estradas por município, a área de abrangência de cada delegacia, a localização dos pontos de controle e o número de viaturas disponíveis.

Mapa II.9 Faixa de Fronteira: efetivo da Polícia Rodoviária Federal, por delegacia e por Unidade da Federação (2013)



Força Nacional de Segurança Pública (operações na fronteira)

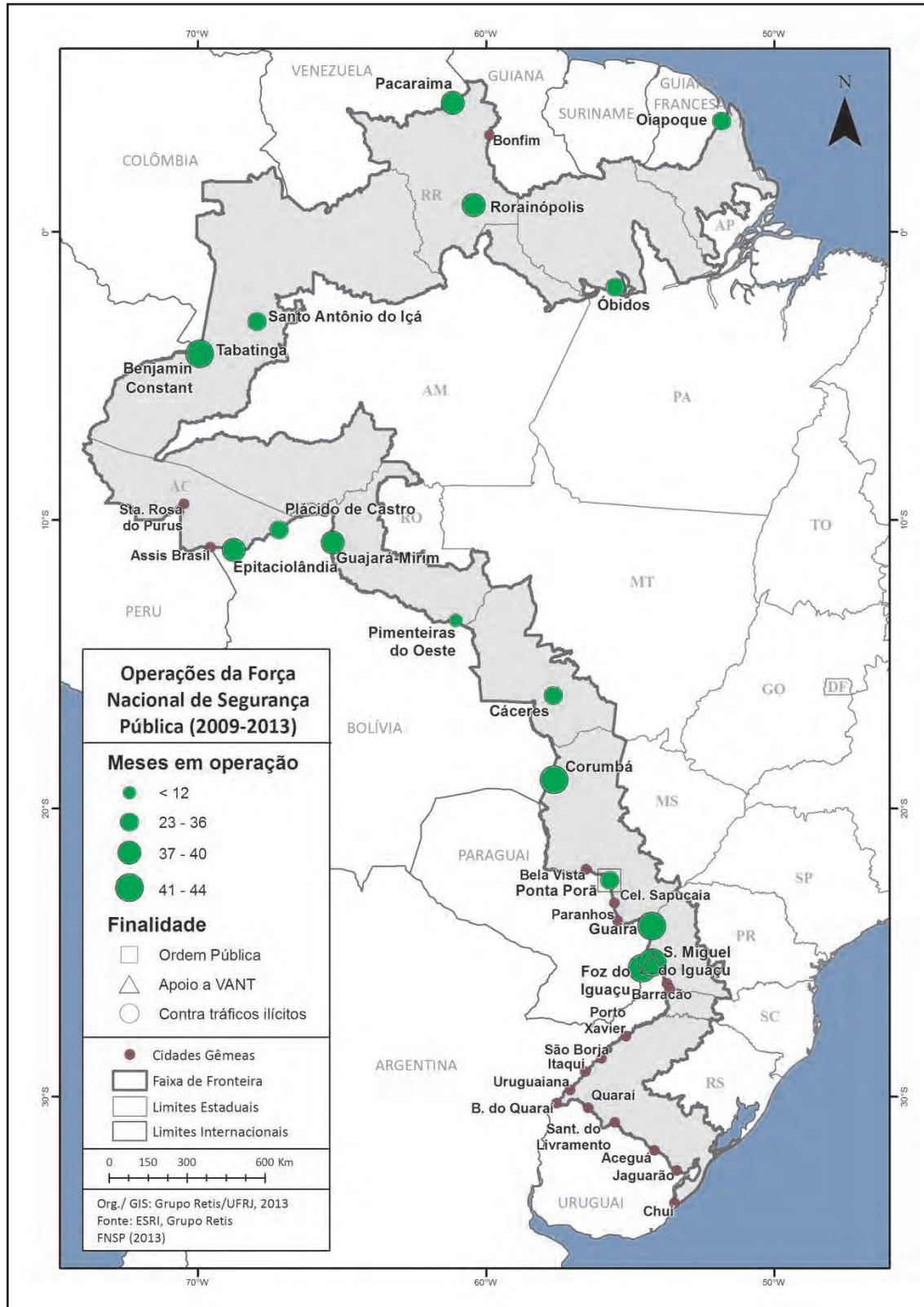
A Força Nacional de Segurança Pública foi criada em 2004 como um “programa de cooperação federativa” que reúne policiais cedidos pelos órgãos estaduais através de convênio com treinamento específico na sede localizada em Luziânia-DF.

Na Faixa de Fronteira, a Força Nacional tem mantido uma presença constante, através de operações que, apesar do caráter provisório, podem se estender por mais de três anos. Reunimos informações sobre as operações realizadas entre 2009 e 2013. A maioria das operações tem por finalidade apoio ao Departamento de Polícia Federal (DPF) e aos governos estaduais “no combate ao tráfico de drogas, armas e munições, e entrada de produtos ilícitos, saída de riquezas e crimes conexos nas fronteiras do Brasil”. Somente nos casos de Ponta Porã (MS) e São Miguel do Iguaçu (PR) as operações tiveram outra finalidade. Em Ponta Porã (MS), a operação, iniciada em julho de 2011 e ainda em andamento, teve a finalidade de “preservação da ordem pública”. Em São Miguel do Iguaçu (PR), a Força Nacional atuou entre 2012 e 2013 em apoio ao DPF na “segurança orgânica das instalações do aeródromo do Veículo Aéreo Não Tripulado (VANT) e escolta de estrangeiros envolvidos no programa”. Na lista de operações enviada pelo Departamento da Força Nacional de Segurança Pública constavam operações de repressão a crimes ambientais em apoio ao Ministério do Meio Ambiente em Mato Grosso, Pará e Rondônia, mas nenhuma delas se localizava na Faixa de Fronteira.

O Mapa II.10 indica uma intensa atuação da Força Nacional no Arco Norte, com operações em todos os estados, todas elas com a finalidade de combate aos tráficos ilícitos. Tabatinga (AM), com três operações, e Eptaciolândia (AC), com duas operações, se destacam por serem os únicos municípios da Faixa com mais de uma operação. Nos demais municípios, mesmo naqueles que apresentam longa duração, a atuação da Força Nacional se refere a uma única operação continuada.

No Arco Central, os três estados foram contemplados com operações da Força Nacional. Já no Arco Sul, as operações se concentraram no estado do Paraná, em Foz do Iguaçu (PR) e Guaíra (PR), com a finalidade de combate a tráficos ilícitos, e em São Miguel do Iguaçu, em apoio à operação de VANTs.

Mapa II.10 Faixa de Fronteira: operações da Força Nacional de Segurança Pública, por número de meses e finalidade (2009-2013)



SEGURANÇA – INSTITUIÇÕES ESTADUAIS

Inicialmente, a fonte dos dados sobre as Polícias Estaduais (Polícia Civil, Polícia Militar e Perícia Criminal) foi o levantamento realizado pelo Departamento de Políticas, Programas e Projetos da SENASP em 2011. Com esses dados geramos os primeiros mapas analisados no 1º Relatório Parcial. No entanto, a indisponibilidade de informações sobre diversos municípios da faixa de fronteira levou à requisição de um novo levantamento, direcionado pela SENASP às secretarias estaduais de segurança pública. A nova tabela, enviada em setembro de 2013, apresenta dados atualizados de todos os municípios de fronteira para os itens Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar. O levantamento sobre a Perícia Criminal ficou prejudicado por não haver ainda dados sistematizados sobre todos os municípios, por isso descartamos esse item.

Entre as três instituições estaduais analisadas, as Polícias Militares são as que possuem maior efetivo (21.030 policiais), com o índice de 1,95 policiais por 1.000 habitantes. As Polícias Cíveis somam um efetivo total de 7.320, com o índice de 0,68 por 1.000 habitantes. O Corpo de Bombeiros tem um efetivo total de 3.403 bombeiros, o índice de 0,32 por 1.000 habitantes.

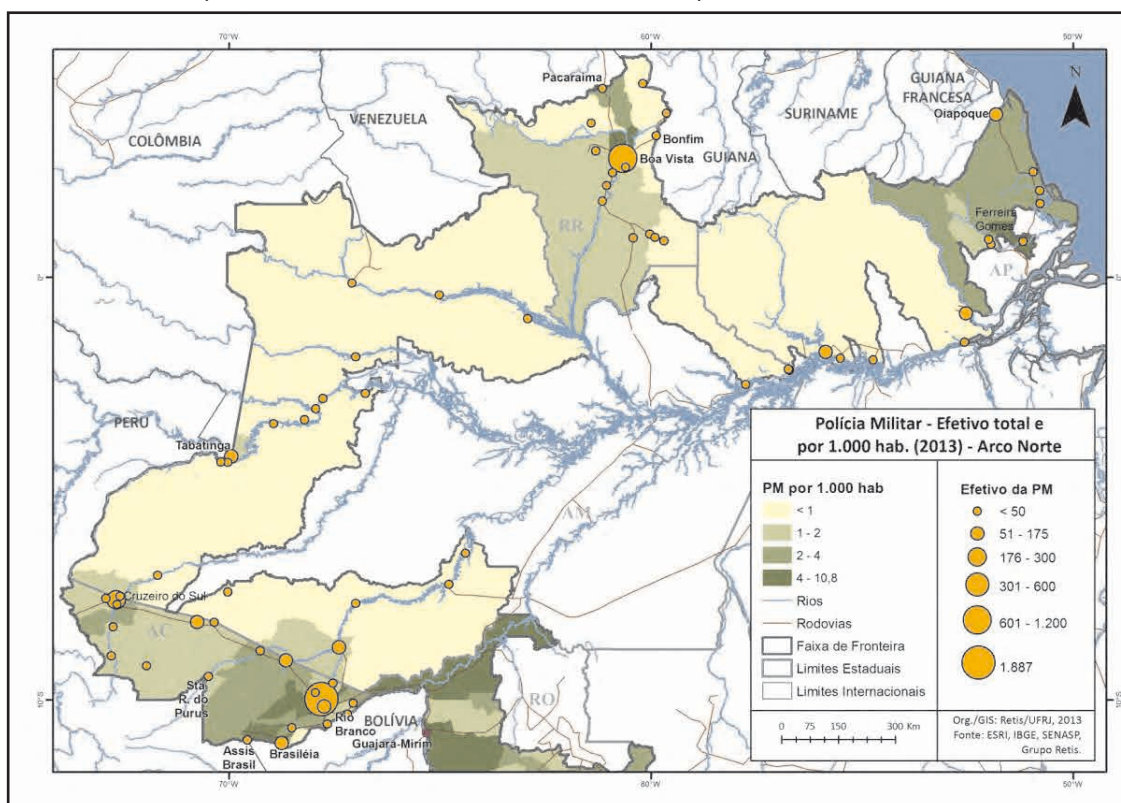
Nessa situação, todos os 588 municípios possuem efetivo da Polícia Militar, com exceção de Epitaciolândia (AC), cujo efetivo está somado ao da cidade vizinha, Brasília (AC). Já a Polícia Civil está em 475 municípios na Faixa de Fronteira e o Corpo de Bombeiros somente em 106 municípios.

Polícia Militar

Podemos verificar no Mapa II.11 que o maior efetivo policial está localizado nas capitais de estado (Boa Vista (RR), Rio Branco (AC) e Porto Velho (RO)), não só pela maior concentração populacional, mas também pelas funções administrativas centralizadas nas capitais – o que explica o destaque das capitais também na densidade de policiais por 1.000 habitantes. A tendência é encontrar os maiores efetivos policiais nas cidades mais populosas.

No Arco Norte, os maiores efetivos estão no Acre e em Roraima, pois nesses estados a capital estadual está situada na Faixa de Fronteira. Mas a maior densidade de policiais por habitantes se encontra no Acre e no Amapá. Além de Rio Branco (AC) e Boa Vista (RR), o município de Ferreira Gomes (AP) se destaca com alta densidade de policiais militares por habitante e Cruzeiro do Sul (AC) se destaca em números absolutos.

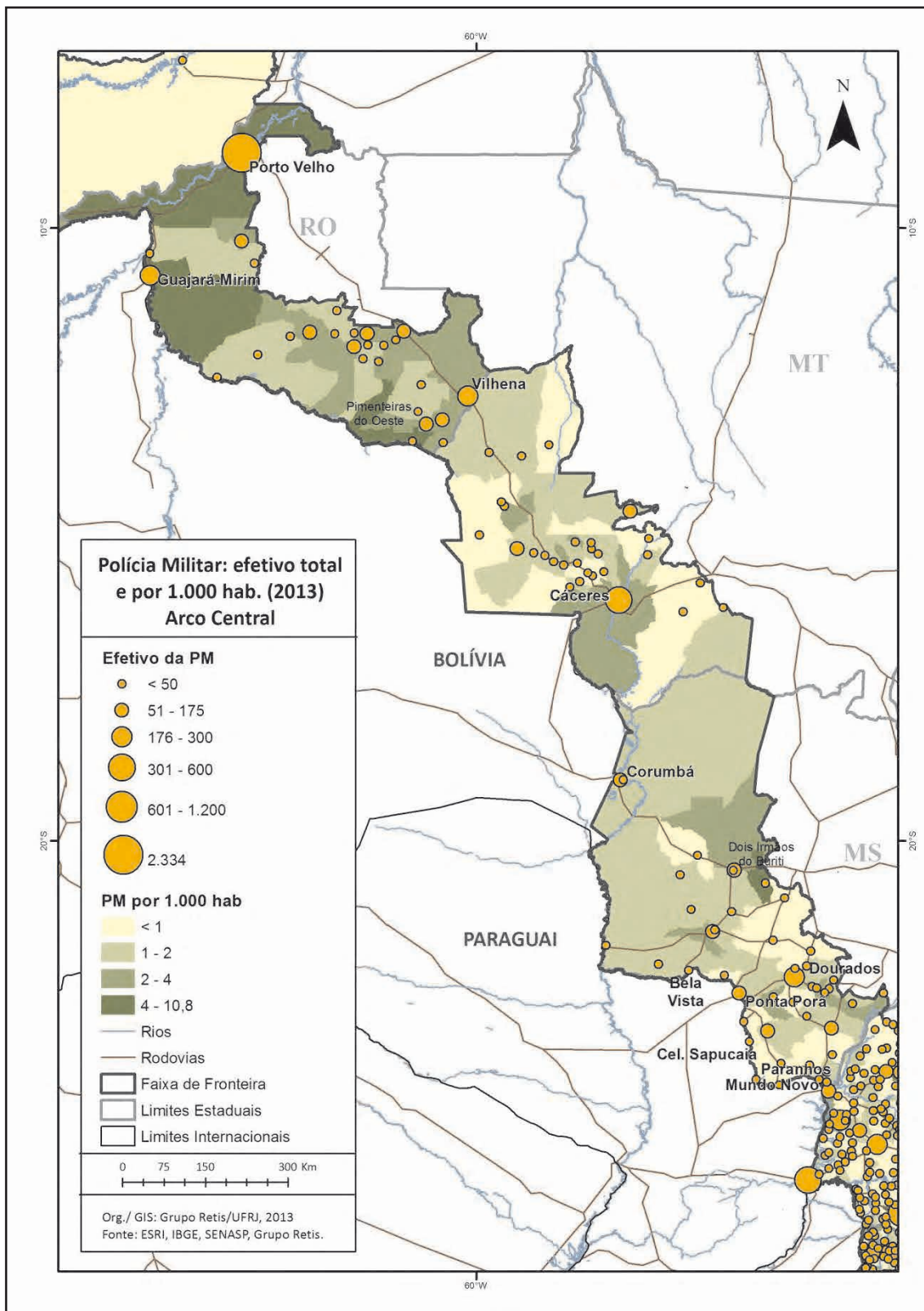
Mapa II.11 Arco Norte: Efetivo total da Polícia Militar, por 1.000 habitantes (2013)



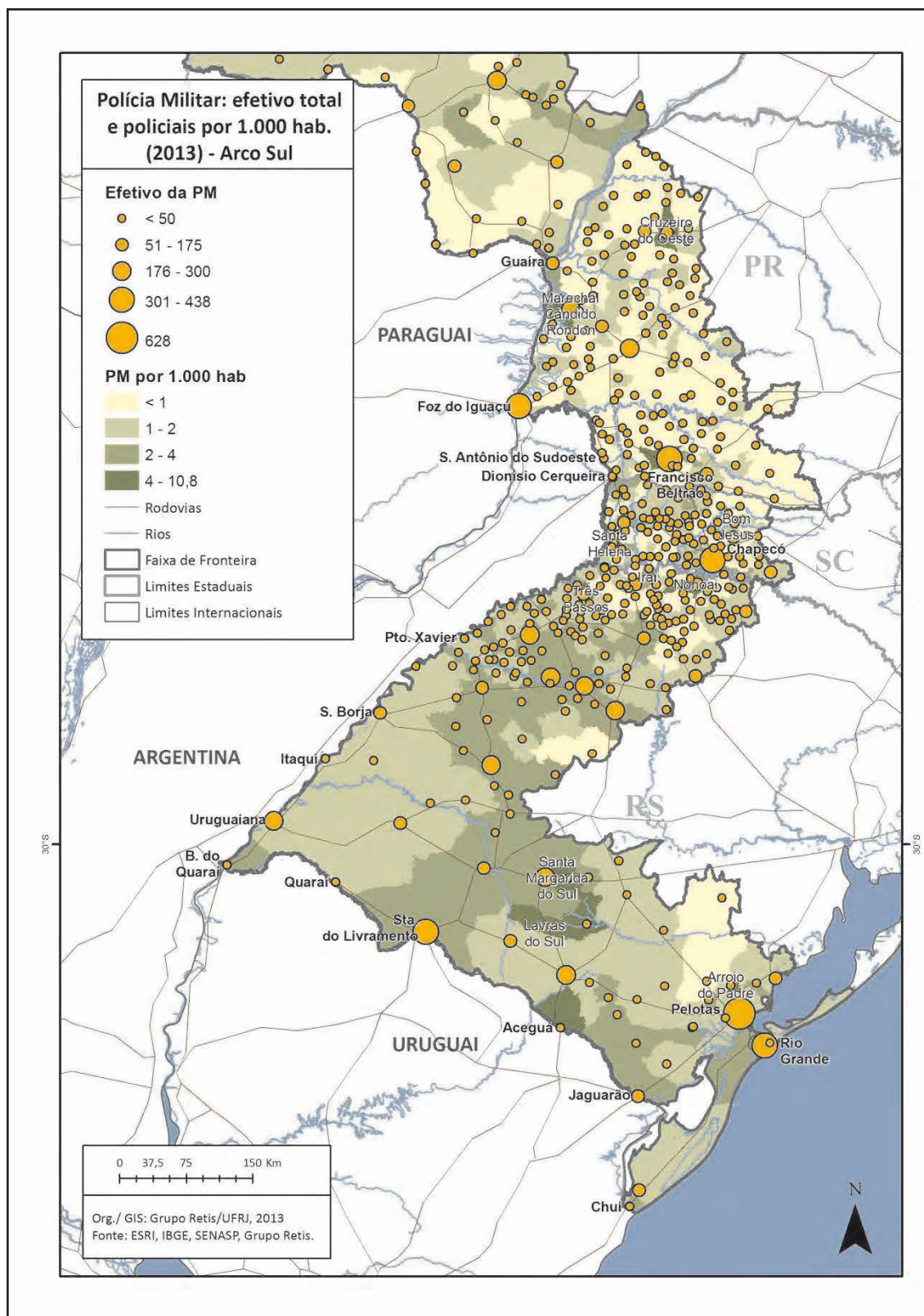
No Arco Central, há uma presença maior da Polícia Militar do que no Arco Norte. O município de Porto Velho, capital de Rondônia, concentra o maior efetivo de policiais militares da Faixa de Fronteira. O estado de Rondônia apresenta uma grande concentração de policiais militares, nenhum município desse estado tem menos de 1 PM por mil habitantes. Vilhena (RO), Cáceres (MT) e Dourados (MS) possuem altos efetivos em números absolutos, mas em relação à população, o destaque fica por conta de Pimenteiras D'Oeste (RO) e Dois Irmãos do Buriti (MS). Além de Porto Velho (RO), somente Guajará-Mirim (RO) apresenta números altos do efetivo total e por 1.000 habitantes.

No Arco Sul, o único efetivo acima de 600 policiais militares está situado em Pelotas (RS), cidade mais populosa do Arco. No segundo estrato (entre 300 e 600 policiais) se encontram Francisco Beltrão (PR), Rio Grande (RS), Foz do Iguaçu (PR), Chapecó (SC), e Santana do Livramento (RS). Em termos relativos, Bom Jesus (SC) e Santa Margarida do Sul (RS) aparecem com mais de 5 policiais por 1.000 habitantes, mas esse índice se explica mais pelo baixo número de habitantes do que pelo alto número de policiais. Entre os maiores municípios, é Francisco Beltrão (PR) que se destaca com números altos tanto no efetivo total quanto por 1.000 habitantes.

Mapa II.12 Arco Central: Efetivo total da Polícia Militar, por 1.000 habitantes (2013)



Mapa II.13 Arco Sul: Efetivo total da Polícia Militar, por 1.000 habitantes (2013)



Polícia Civil

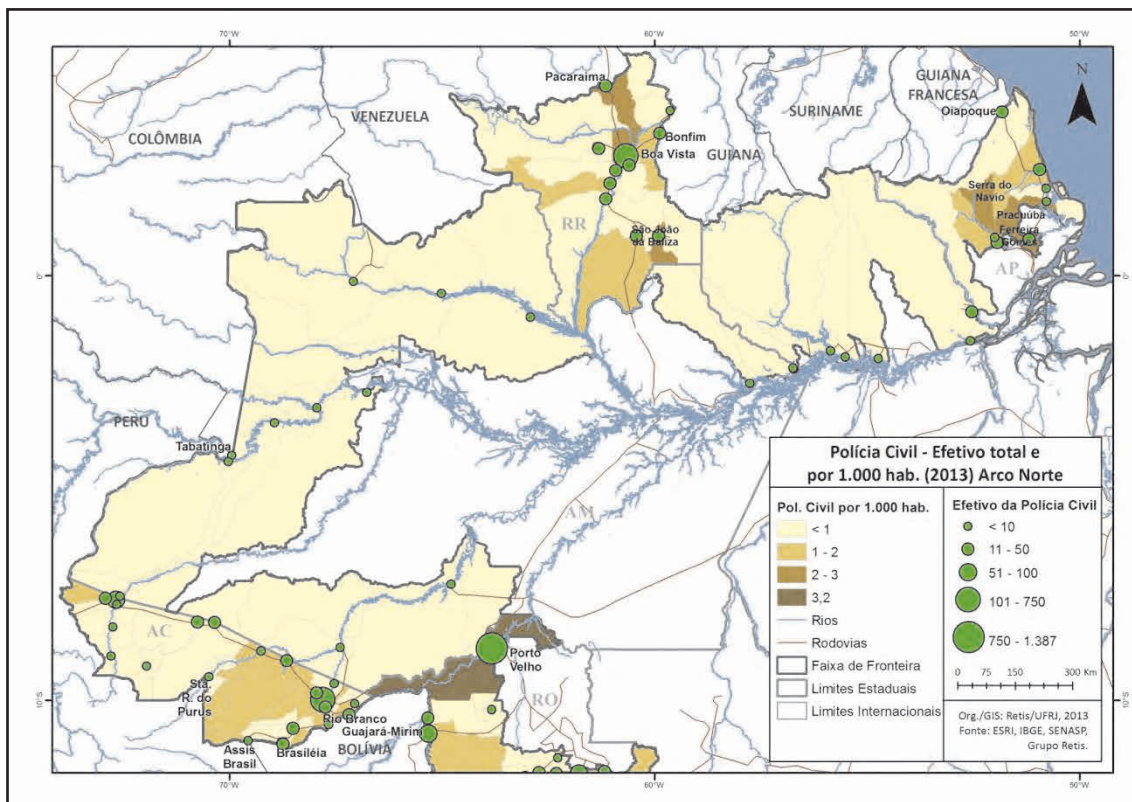
No Arco Norte, o efetivo da Polícia Civil segue um padrão similar ao da Polícia Militar, no qual os estados do Acre e Roraima apresentam os maiores efetivos, principalmente nas capitais Rio Branco (AC) e Boa Vista (RR). Em relação ao tamanho da população, Amapá e

Roraima se destacam com as maiores concentrações de policiais civis por habitante, nos municípios de Serra do Navio (AP), Pracuúba (AP) Ferreira Gomes (AP), Pacaraima (RR) e São João da Baliza (RR). No Amazonas e no Pará, a presença da Polícia Civil é bastante rarefeita, com baixos efetivos em todos os municípios.

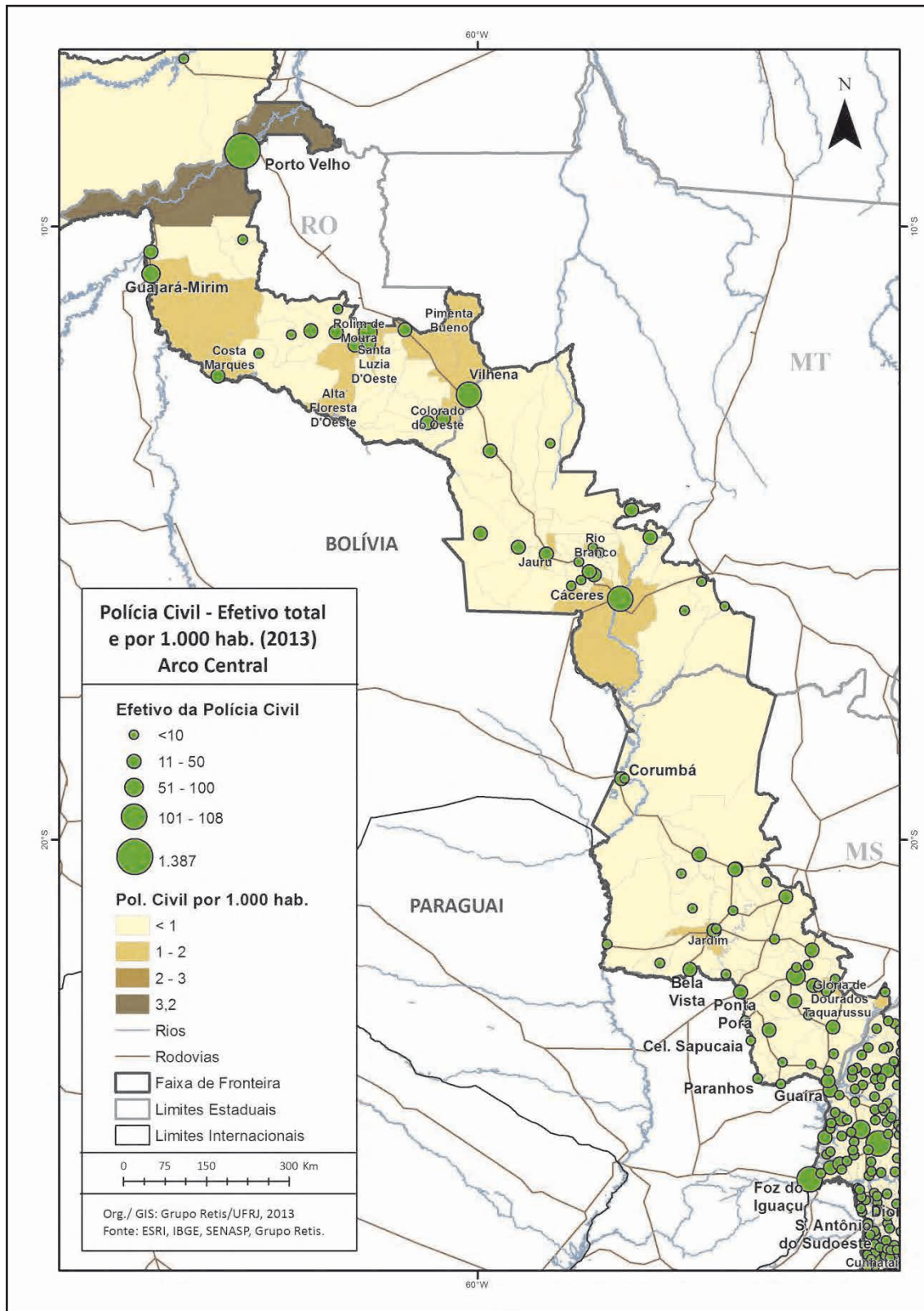
No Arco Central, Porto Velho (RO) aparece com o maior efetivo e a maior concentração de policiais civis por habitante em relação a toda a Faixa de Fronteira. Vilhena (RO) e Cáceres (MT) aparecem também com grande presença da Polícia Civil. No sul de Rondônia, nota-se um pequeno efetivo de Polícia Civil comparado com uma presença significativa de policiais militares. O Mato Grosso apresenta uma baixa densidade de policiais civis, concentrados principalmente em Cáceres (MT). Já no Mato Grosso do Sul, o pequeno efetivo de Polícia Civil se encontra mais disperso.

No Arco Sul, os maiores efetivos estão nos municípios mais populosos: Pelotas (RS), Cascavel (PR), Foz do Iguaçu (PR), Rio Grande (RS) e Chapecó (SC). Considerando o número relativo de policiais civis, não há nenhum município com mais de 2 policiais civis por 1.000 habitantes.

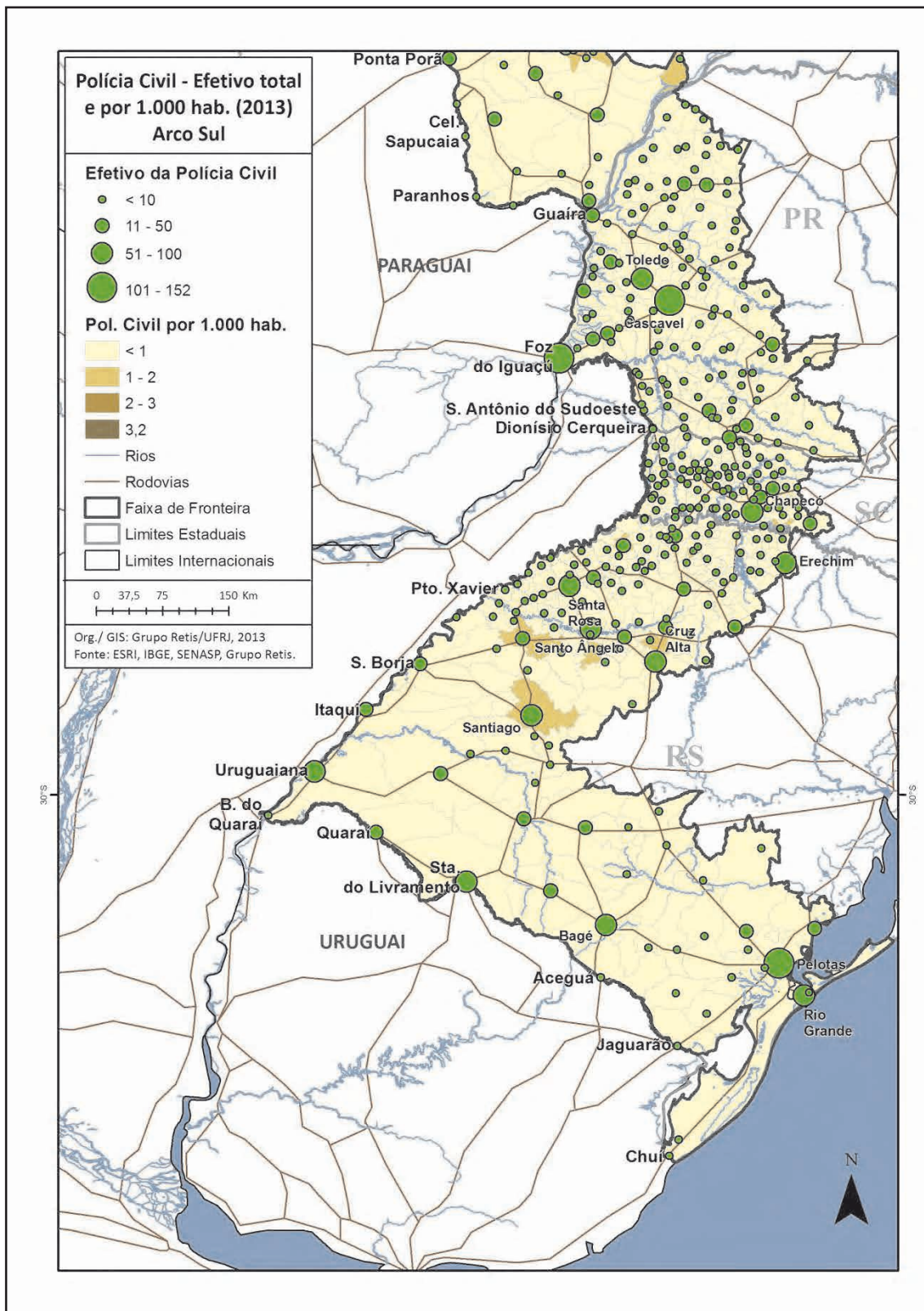
Mapa II.14 Arco Norte: Efetivo total da Polícia Civil, por 1.000 habitantes (2013)



Mapa II.15 Arco Central: Efetivo total da Polícia Civil, por 1.000 habitantes (2013)



Mapa II.16 Arco Sul: Efetivo total da Polícia Civil, por 1.000 habitantes (2013)

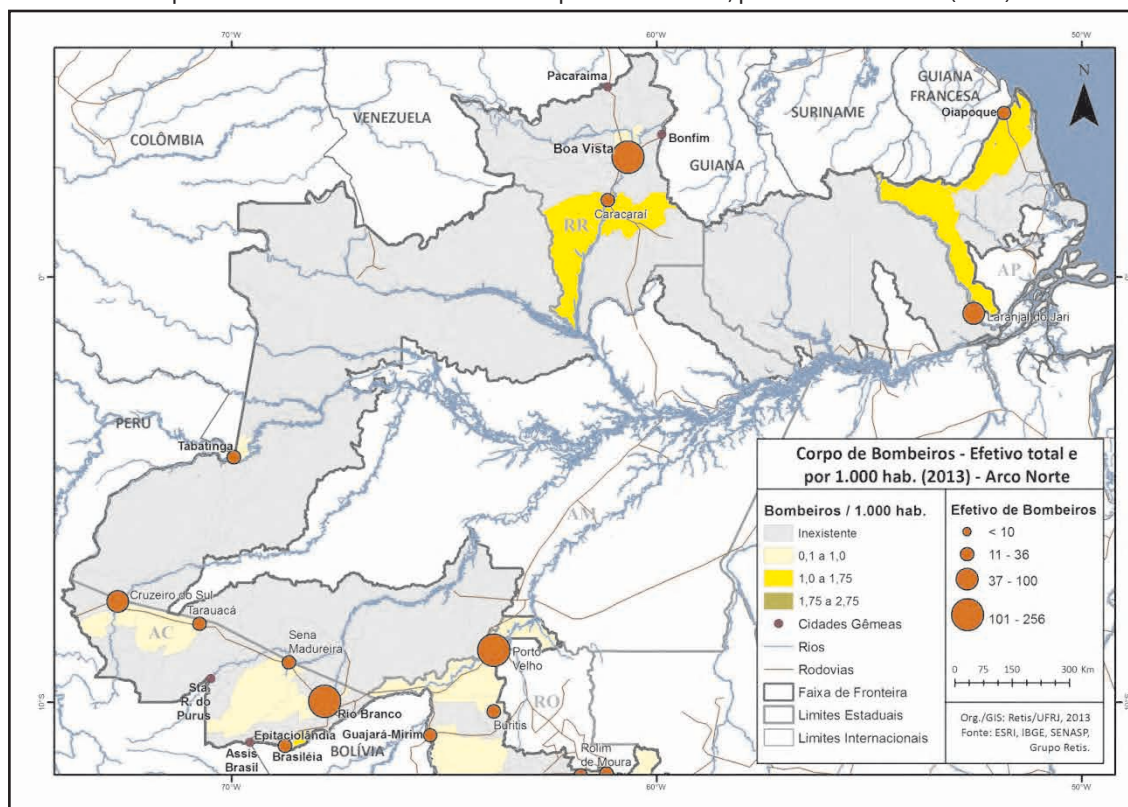


Corpo de Bombeiros

O Corpo de Bombeiros possui, em toda a Faixa de Fronteira, uma presença menos constante do que a das Polícias Militar e Civil.

No Arco Norte, a grande maioria dos municípios não possui Corpo de Bombeiros. O Acre apresenta a situação mais equilibrada com efetivo de bombeiros em cinco municípios. Os maiores efetivos de bombeiros estão em Rio Branco (AC) e Boa Vista (RR), mas a maior proporção de bombeiros por habitante aparece em Oiapoque (AP), Laranjal do Jari (AP), Caracará (RR) e Epitaciolândia (AC).

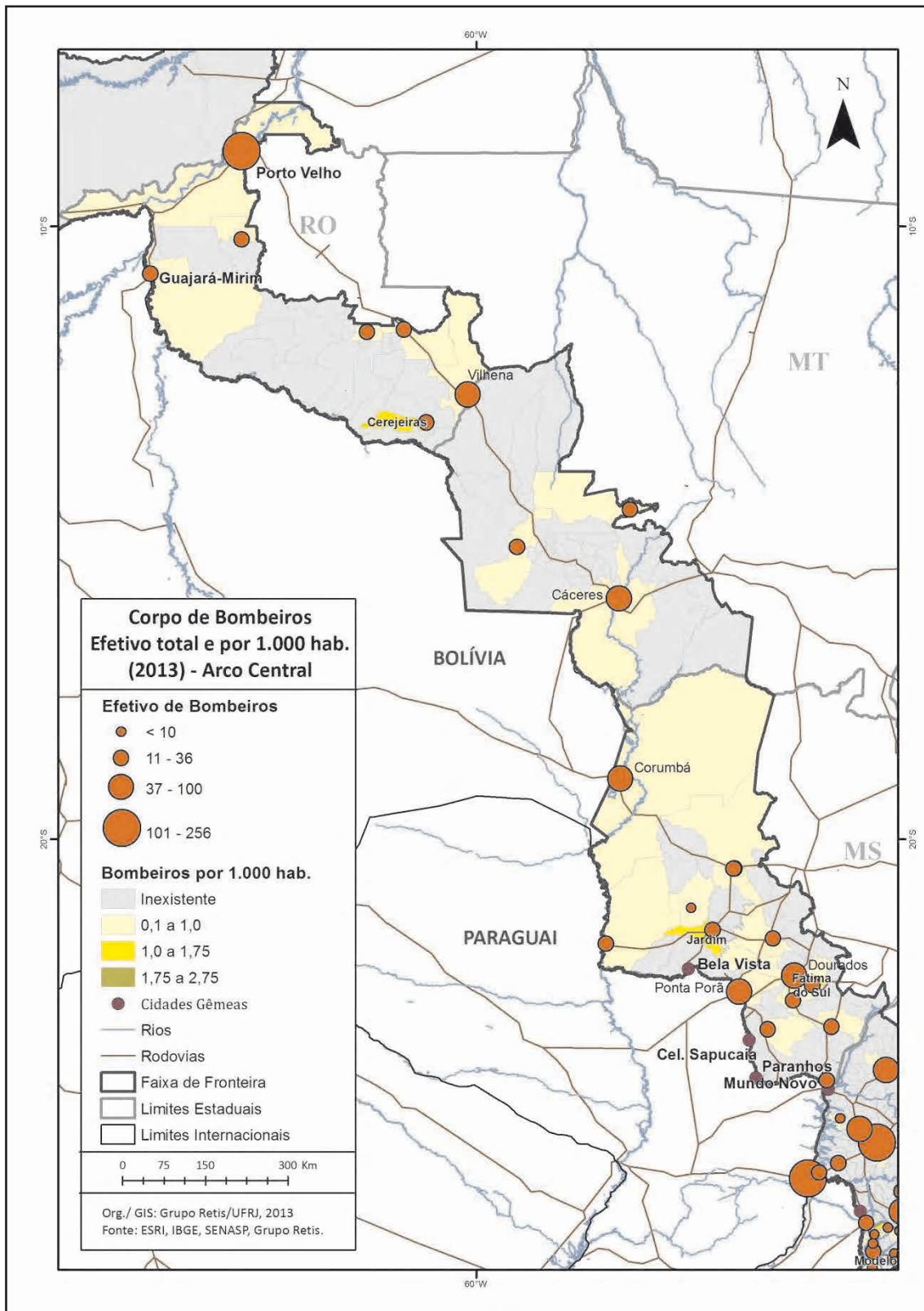
Mapa II.17 Arco Norte: Efetivo total do Corpo de Bombeiros, por 1.000 habitantes (2013)



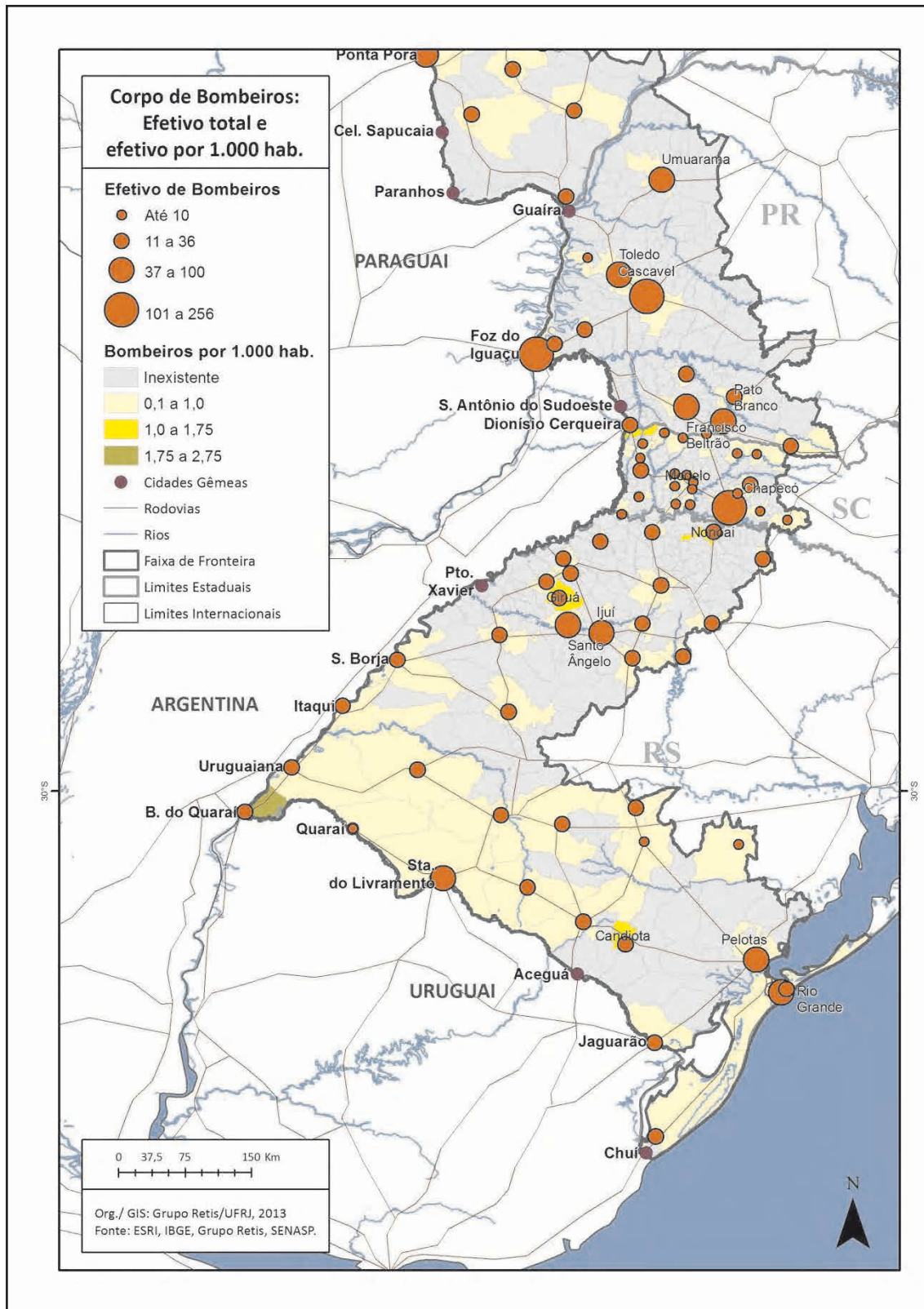
No Arco Central, o Corpo de Bombeiros possui uma distribuição mais equilibrada, principalmente em Rondônia e Mato Grosso do Sul. O maior efetivo de Bombeiros está em Porto Velho (RO), seguido de Vilhena (RO), Cáceres (MT), Corumbá (MS), Ponta Porã (MS) e Dourados (MS). Os municípios de Cerejeiras (RO), Jardim (MS) e Fátima do Sul (MS) se destacam pela alta proporção de bombeiros por habitante.

No Arco Sul, a cobertura do Corpo de Bombeiros é bem distribuída nos três estados. Foz do Iguaçu (PR), Cascavel (PR) e Chapecó (SC) apresentam efetivos acima de 100 bombeiros. O município de Barra do Quaraí (RS) se destaca com a maior proporção de bombeiros por habitante de toda a Faixa de Fronteira.

Mapa II.18 Arco Central: Efetivo total do Corpo de Bombeiros, por 1.000 habitantes (2013)



Mapa II.19 Arco Sul: Efetivo total do Corpo de Bombeiros, por 1.000 habitantes, (2013)



Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) e Câmaras Temáticas (CT)

O Gabinete de Gestão Integrada (GGI) é uma iniciativa lançada em 2003, quando da formação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), como uma agência operacional, “um fórum executivo que reuniria as polícias, de todas as instâncias e, mediante convite, as demais instituições da Justiça criminal”, com decisões sempre tomadas por consenso (SOARES 2007, pp. 88-89). O modelo de GGI funcionou em diversos estados, em caráter permanente ou episódico, como um instrumento de integração entre os órgãos de segurança, geralmente marcadas por um alto grau de autonomia operacional e baixo incentivo ao diálogo interinstitucional. No Brasil, as experiências de GGI em nível estadual renderam resultados imediatos abaixo da expectativa inicial, como se nota pela leitura dos relatórios estaduais, disponíveis na página do Ministério da Justiça⁵, mas algumas iniciativas foram aprimoradas. Com o Pronasci (2007), foi incentivada a criação dos Gabinetes de Gestão Integrada municipais (GGIM). Em ambas as experiências, havia a previsão de criação de Câmaras Temáticas (CT) no âmbito do GGI.

Os Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF ou GGI-Fron) foram instituídos pelo Plano Estratégico de Fronteiras (Decreto 7.496/2011, Art. 5º, 6º e 7º), que definiu que cada estado deveria criar um GGIF, que se tornaria o principal ambiente de integração interagências para a execução das políticas de segurança pública na faixa de fronteira. Até o final de 2011, todos os estados da fronteira já haviam criado seus respectivos GGIF, sendo que alguns dos estados optaram por criar, no âmbito do GGI Estadual, uma Câmara Temática de Fronteira (CT/GGIE).

Art. 6º: Os Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira terão como objetivo a integração e a articulação das ações da União previstas no art. 1º com as ações dos estados e municípios, cabendo a eles:

I - propor e coordenar a integração das ações; II - tornar ágil e eficaz a comunicação entre os seus órgãos; III - apoiar as secretarias e polícias estaduais, a polícia federal e os órgãos de fiscalização municipais; IV - analisar dados estatísticos e realizar estudos sobre as infrações criminais e administrativas; V - propor ações integradas de fiscalização e segurança urbana no âmbito dos municípios situados na faixa de fronteira; VI - incentivar a criação de Gabinetes de Gestão Integrada Municipal; e VII - definir as áreas prioritárias de sua atuação.

§ 1º Não haverá hierarquia entre os órgãos que compõem os GGIF e suas decisões serão tomadas por consenso.

§ 2º Cada GGIF será constituído por ato do Governo Estadual e será

⁵ <http://portal.mj.gov.br/m>

composto pelas autoridades federais e estaduais que atuem nos termos do art. 1º e por representantes dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipal da região de fronteira.

Desde 2011, diversas reuniões de GGIF e de CT/GGIE ocorreram nos estados de fronteira. Através das atas enviadas à SENASP, foi feito um levantamento sobre os locais de reunião dos GGIF e dos CT/GGIE com o objetivo de comparar o desempenho de cada estado em relação ao número de reuniões e à concentração/dispersão das reuniões nos municípios da fronteira⁶.

No Arco Norte, os estados do Amazonas e do Pará realizaram a maior parte das reuniões nas capitais estaduais Manaus (AM) e Belém (PA), que não estão localizadas na Faixa de Fronteira. Nos dois casos, são Câmaras Temáticas de Fronteira (CTF) dos Gabinetes de Gestão Integrada de Segurança Pública Estaduais (GGIE), logo, os locais de reunião do CTF acompanham os locais das reuniões do GGIE, nas quais são discutidos assuntos sobre a segurança de todo o estado. No caso de Roraima, ocorre a mesma situação, mas a capital estadual Boa Vista (RR) está situada na Faixa de Fronteira.

Os casos do Acre e do Amapá se diferem dos demais. Embora sejam também Câmaras Temáticas de Fronteira, subordinadas aos GGIE de cada estado, existe uma autonomia maior em relação às reuniões gerais dos GGIE, o que permite a alternância das sedes das reuniões. A maior parte delas ocorre nas capitais estaduais, no entanto outros municípios também foram abarcados. No Acre, os municípios de Plácido de Castro, Sena Madureira, Cruzeiro do Sul, Brasiléia e Epitaciolândia. No Amapá, os municípios de Laranjal do Jari, Amapá, Calçoene e Oiapoque.

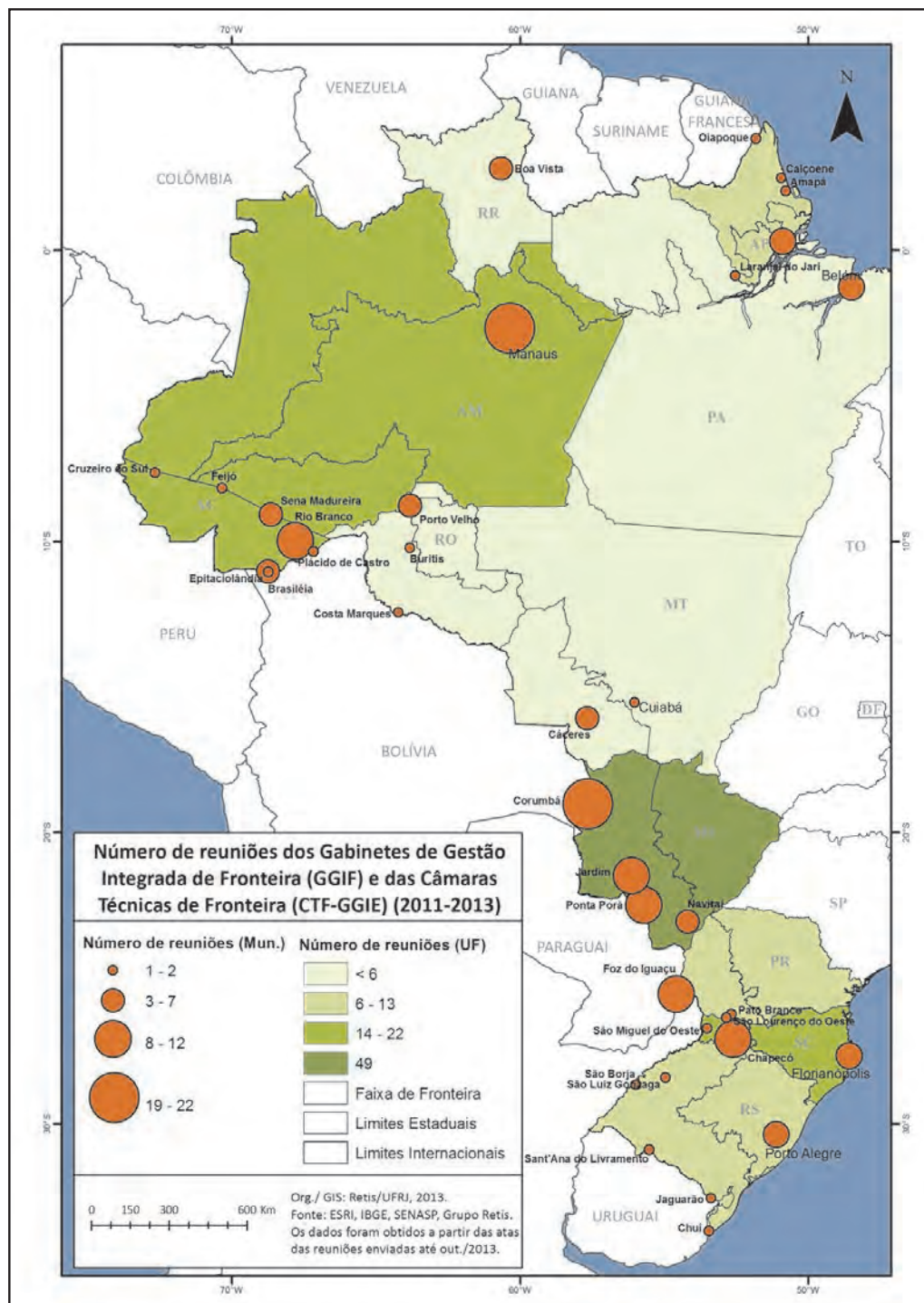
No Arco Central, podemos notar uma grande diferença entre os estados. Rondônia possui uma Câmara Temática de Fronteira no GGIE, com a maioria das reuniões realizadas em Porto Velho (RO), capital estadual, mas também em Buritis (RO) e Costa Marques (RO). No caso de Mato Grosso, foi formado um Gabinete de Gestão Integrado de Fronteira, o que tende a facilitar a ocorrência de reuniões fora da capital estadual. Mas pela falta de algumas atas não foi possível verificar de modo consistente a experiência do GGIF de Mato Grosso. De acordo com as atas disponíveis, foram três reuniões em Cáceres (MT) e uma reunião de criação do GGIF, em Cuiabá (MT). Já o Mato Grosso do Sul foi o estado com o maior número de reuniões realizadas, todas elas distribuídas em quatro municípios: Corumbá, Jardim, Ponta Porã e Naviraí. Essa distribuição segue a divisão regional que o GGIF de Mato Grosso do Sul estabeleceu, na qual cada uma dessas sedes corresponde a centros operacionais.

⁶ O levantamento através das atas é limitado às atas que foram entregues à SENASP e às que constavam o lugar de realização da ata.

No Arco Sul, cada estado também apresenta situações particulares. O Paraná organizou um GGIF autônomo e todas as reuniões foram realizadas em Foz do Iguaçu (PR), o que denota, por um lado, uma maior proximidade à fronteira, mas, por outro lado, uma concentração num único município.

Em Santa Catarina e Rio Grande do Sul a distribuição das reuniões segue um padrão parecido, embora Santa Catarina tenha formado uma Câmara Temática e Rio Grande do Sul tenha optado pelo GGIF. Nos dois casos há uma alternância entre reuniões em suas respectivas capitais estaduais e as cidades da Faixa de Fronteira. No caso de Santa Catarina, a maioria das reuniões foi realizada em Chapecó (RS) e as demais distribuídas entre São Lourenço do Oeste (SC), São Miguel do Oeste (SC) e Pato Branco (SC). No Rio Grande do Sul, os municípios que sediaram reuniões, além de Porto Alegre (RS), foram Chuí, Jaguarão, Sant'Ana do Livramento, São Borja e São Luiz Gonzaga.

Mapa II.20 Faixa de Fronteira: número de reuniões dos GGIF e CTF, por local de reunião (2011-2013)



SEGURANÇA – INSTITUIÇÕES MUNICIPAIS

Gestão municipal da segurança

A partir da Constituição de 1988, a esfera municipal ganhou importância em praticamente todos os setores da gestão pública, com o reconhecimento do município como ente federativo e a descentralização de recursos dos estados e da União em favor da gestão municipal. O setor da segurança pública seguiu a mesma tendência, embora

de modo mais lento do que outros setores, devido à manutenção da estrutura policial civil e militar na esfera estadual.

O Plano Nacional de Segurança Pública (2003) dedica um capítulo inteiro à Gestão Municipal da Segurança, com um detalhamento dos diversos instrumentos legais existentes no âmbito dos municípios para se efetivar essa gestão. O PNSP também coloca como principais indicadores da gestão da segurança pública municipal os seguintes itens:

- Plano Municipal de Segurança;
- Conselho Municipal de Segurança e
- Fundo Municipal de Segurança

Esses três itens constam eventualmente no Perfil Municipal do IBGE, publicado de ano em ano. Consideramos os dados referentes ao ano de 2012 e fizemos um índice de gestão municipal da segurança composto pela incidência dos três itens (cada um com peso 1). Na classificação utilizada, a incidência dos três itens caracteriza uma gestão “Consolidada”, a incidência de dois itens indica gestão “Em Desenvolvimento”, apenas um item é “Incipiente” e nenhum item é “Inexistente”.

O Arco Norte se caracteriza, de modo geral, por uma baixa institucionalização municipal da segurança. Somente Tabatinga (AM) e São Paulo de Olivença (AM) apresentam a incidência dos três itens. Tabatinga ainda se destaca por possuir Guarda Municipal (Mapa II.21). Pauini (AM) e Lábrea (AM) apresentam dois itens, o que os classifica como municípios cuja gestão municipal da segurança está Em Desenvolvimento. O estado do Amazonas é o que aparece melhor posicionado no Arco Norte, enquanto o estado de Roraima está em pior situação, com quatro municípios (Alto Alegre, Amajari, Caroebe e Uiramutã) sem qualquer instrumento de gestão municipal da segurança. Como pode ser visto nos Mapas II.21 e II.24 e no Gráfico II.1, o Arco Norte apresenta um aumento recente no número de municípios com Guardas Municipais. No entanto, na maioria deles a gestão municipal da segurança é apenas incipiente.

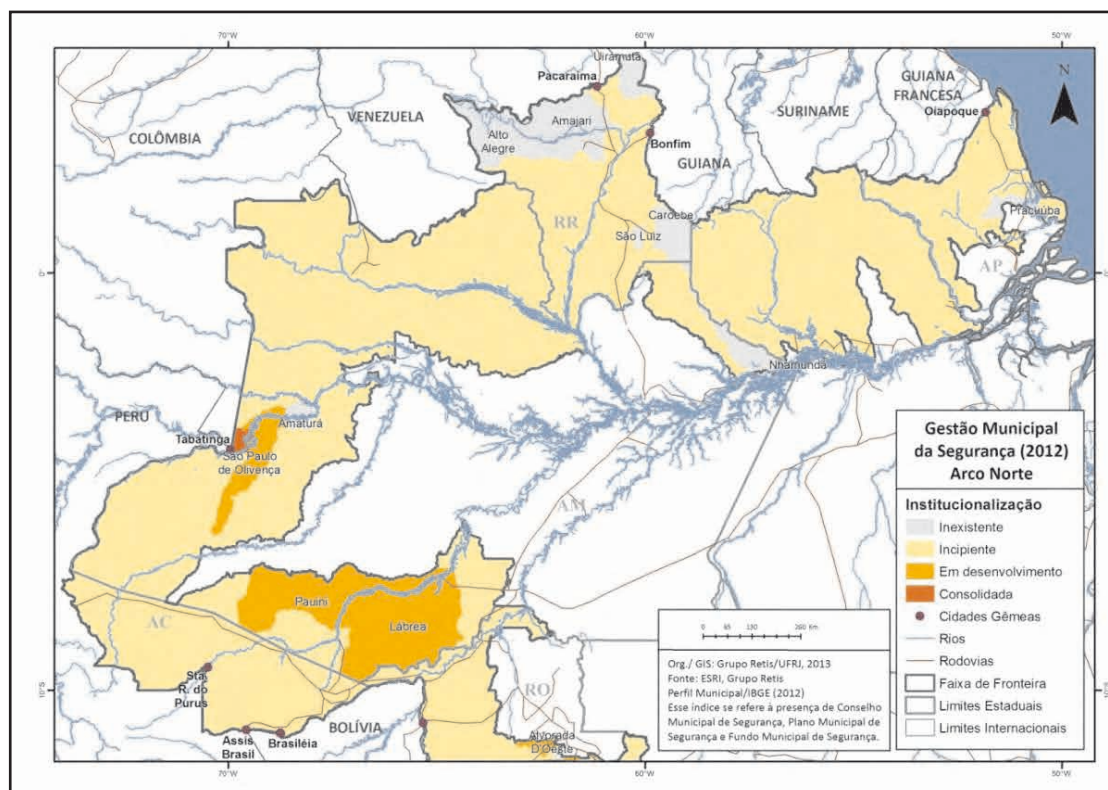
Seguindo o comportamento geral da Faixa de Fronteira, o Arco Central apresenta uma baixa institucionalização da segurança municipal, com poucos municípios recorrendo aos instrumentos de gestão usados como indicadores. Somente Comodoro (MT), Assis Chateaubriand (MS) e Toledo (MS) são caracterizados como gestão “Consolidada”, enquanto Alvorada d’Oeste (RO), Rolim de Moura (RO), Sapezal (MT), Tangará da Serra (MT), Bela Vista (MS) e Dourados (MS) têm sua gestão “Em Desenvolvimento”. Apesar de ter somente dois municípios “Em Desenvolvimento”, sem nenhum na classe “Consolidada”, o Mato Grosso do Sul se destaca por não ter também nenhum município desprovido de instrumento de gestão (classe “Inexistente”).

O Arco Sul é o que apresenta maior tendência à institucionalização da segurança municipal, embora ainda prevaleça a situação “Incipiente” como predominante. Assis Chateaubriand (PR), Toledo (PR), Candói (PR), Marmeleiro (PR), Pirapó (RS), Coronel Bicaco (RS), Santa Vitória do Palmar (RS) e Rio Grande (RS) são os municípios que apresentam gestão “Consolidada”, sendo que Rio Grande é o único destes que possui Guarda Municipal.

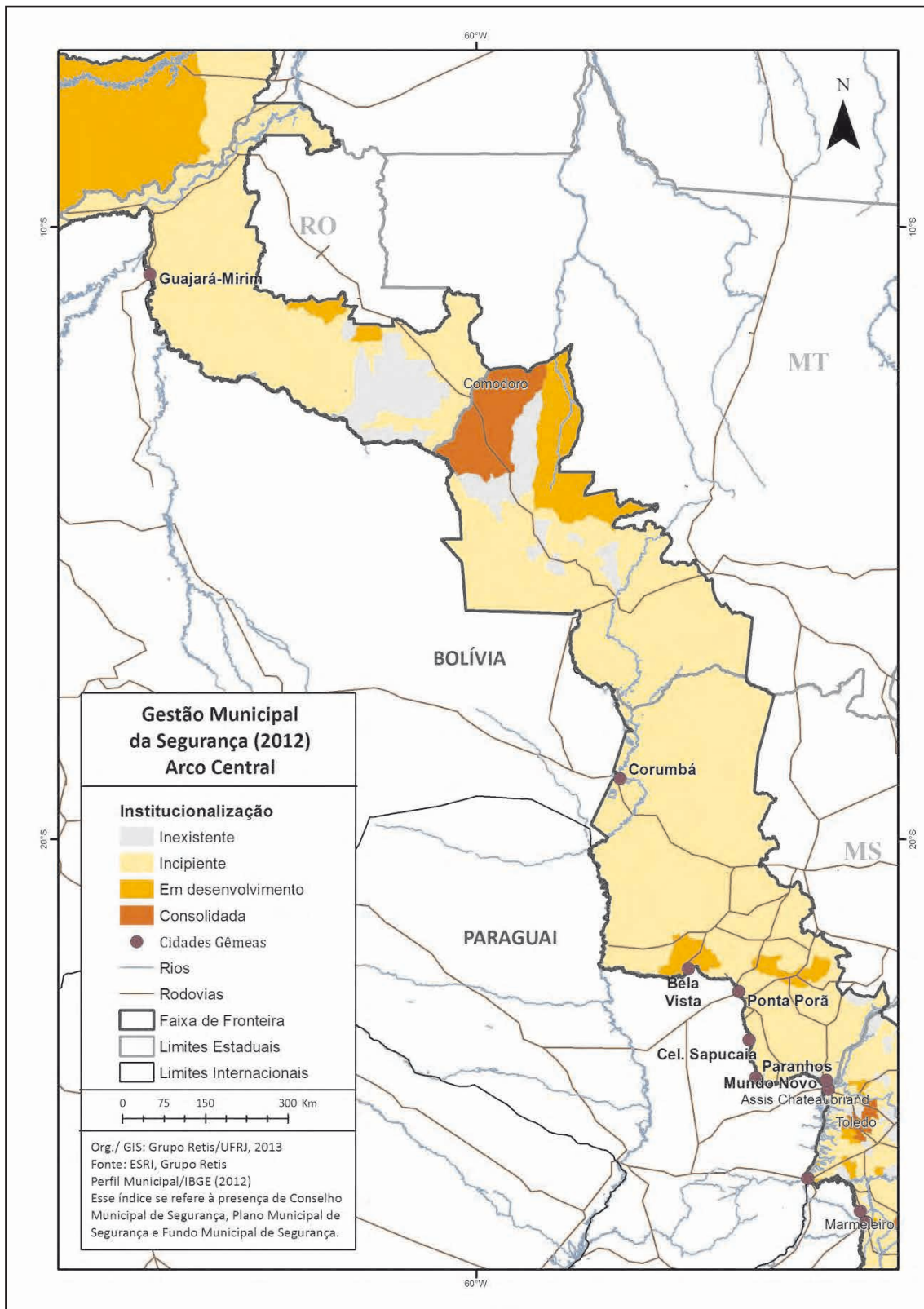
Cabe destacar que a institucionalização de uma gestão municipal de segurança pública através da adoção dos instrumentos existentes na legislação não deve ser vista como uma regra geral a ser adotada por todos os municípios. Diante da complexidade de problemas enfrentados pela gestão municipal, a segurança pública em diversas situações pode ficar em segundo plano. A tendência é que as iniciativas para a criação de Fundo, Conselho ou Plano Municipal de Segurança acompanhem o incremento da institucionalização de outros setores da gestão municipal. Difícilmente o caminho é inverso, isto é, os instrumentos de gestão da segurança não antecedem nem servem como indutores de institucionalização de outros setores. Isso porque a segurança pública ainda é vista como função atribuída à esfera estadual, enquanto outras questões prioritárias, como a educação fundamental e o saneamento básico, por exemplo, são reconhecidamente atribuições da esfera municipal.

É recomendável, no entanto, que os municípios que adotem o uso de Guarda Municipal tenham em vista o desenvolvimento dos instrumentos da gestão municipal de segurança pública para melhor direcionar e regular as atividades da Guarda Municipal e fazer com que a atuação da Guarda Municipal seja convergente e complementar aos demais órgãos de segurança pública, evitando possíveis conflitos de atribuições.

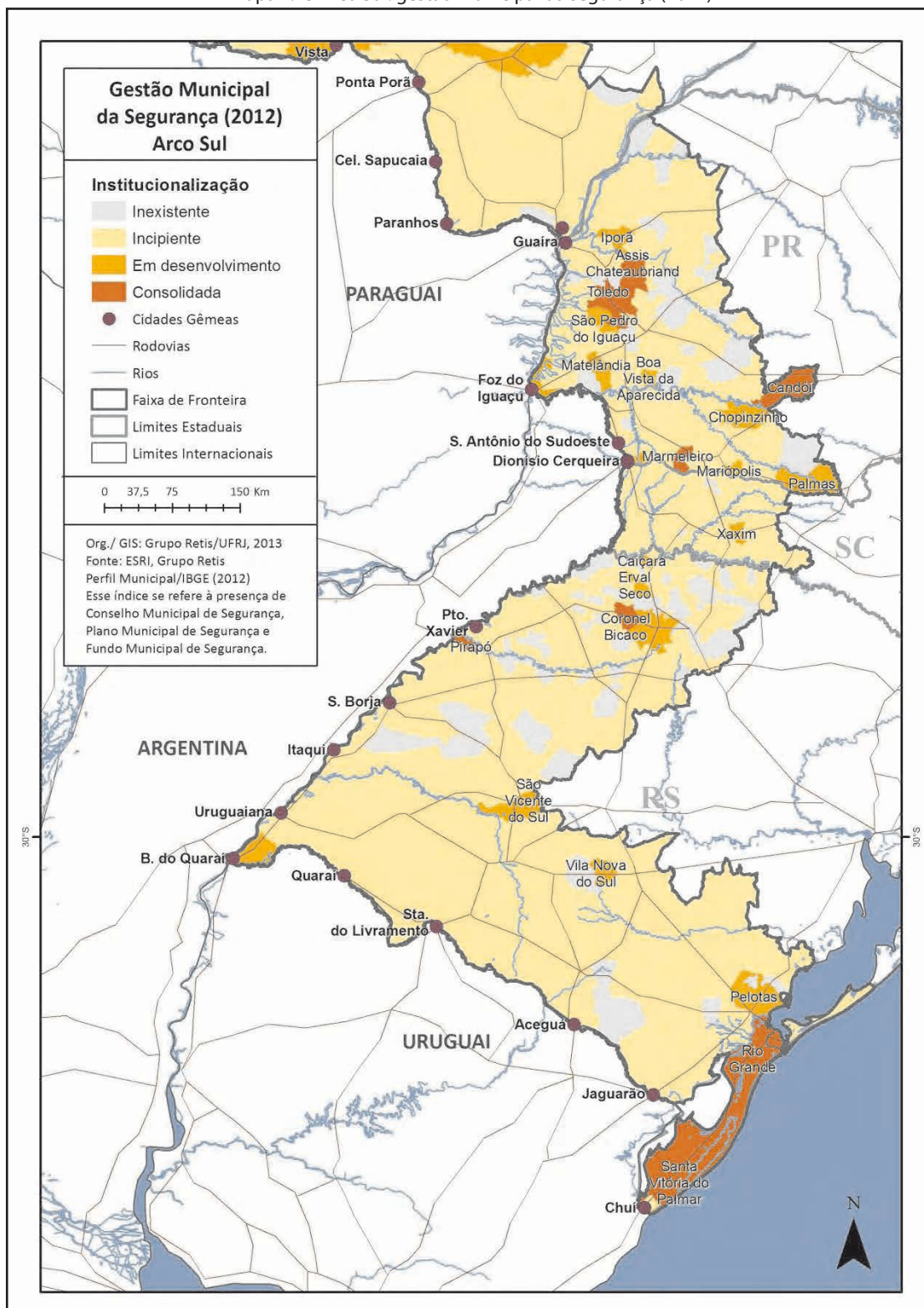
Mapa II.21 Arco Norte: gestão municipal da segurança (2012)



Mapa II.22 Arco Central: gestão municipal da segurança (2012)



Mapa II.23 Arco Sul: gestão municipal da segurança (2012)



Guarda Municipal

A Constituição Federal (Art. 144, § 8º) define que “os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei”. O porte e o uso de armas de fogo são normatizados pelas Leis 10.826/2003

e 10.867/2004, que restringem o porte de armas para os integrantes das Guardas Municipais dos municípios acima de 50 mil habitantes, quando em serviço (Art. 6º, IV), e o condicionam à formação funcional dos integrantes da Guarda Municipal e à existência de fiscalização e controle interno (Art. 6º, XI, § 3º).

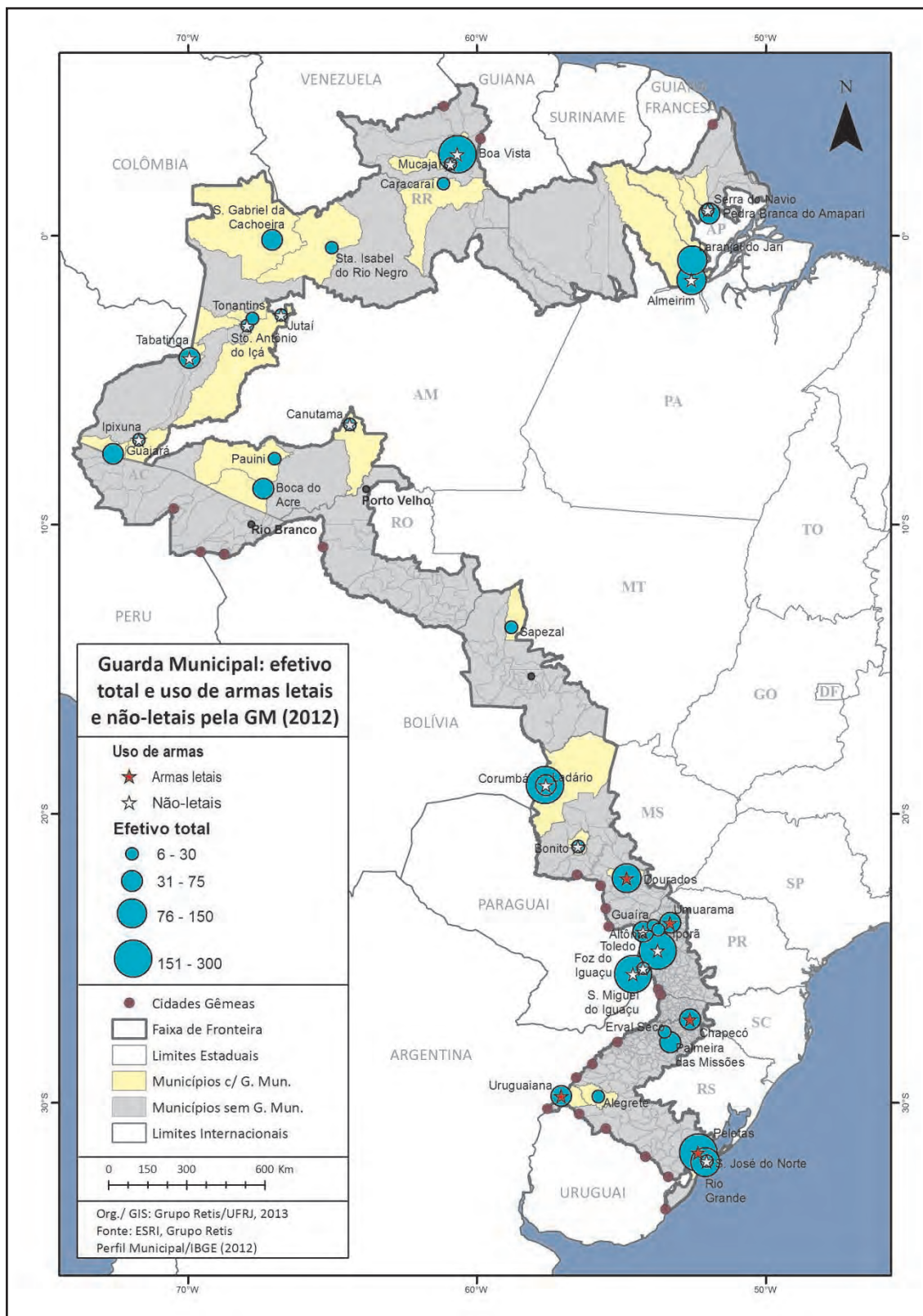
A Portaria da SENASP Nº 16, de 27 de maio de 2011, instituiu um Grupo de Trabalho para elaborar a regulamentação do Art. 144, § 8º, estabelecendo as competências de atuação dos profissionais das guardas municipais, no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública, bem como propondo diretrizes para temas relacionados à atuação da Guarda Municipal. Os resultados do Grupo de Trabalho podem ser acompanhados em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=121411>.

Os dados sobre Guarda Municipal foram obtidos a partir do Perfil Municipal 2012 (IBGE). Existem dados disponíveis para os anos de 2004, 2006, 2009 e 2012, o que permite fazer uma análise evolutiva para o total de municípios com Guarda Municipal, o total do efetivo de Guarda Municipal e o número de atividades e funções exercidas pela Guarda Municipal. O mapeamento será feito somente com os dados de 2012.

Entre 2004 e 2012 houve uma redução do número de municípios com Guarda Municipal, ocorrida principalmente no Arco Sul, onde caiu de 30 para 15 o número de municípios nessa condição. Essa redução, porém, pode expressar um aprimoramento na forma de registro do Perfil Municipal do IBGE, uma vez que havia anteriormente uma confusão entre Guarda Patrimonial e Guarda Civil Municipal, como foi citado no Plano Nacional de Segurança Pública (2003):

A Confederação Nacional das Guardas Municipais declara que existem, hoje [2003], no país, cerca de 60 mil guardas civis, lotados nas mais de 300 Guardas Municipais, as quais atuam sem parâmetros mínimos e comuns de estrutura e funcionamento. A SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública – criou um banco de dados sobre as Guardas Municipais, tendo como base pesquisa realizada em 2002 e dados do IBGE. Contudo, as informações estão sendo revistas, pois muitos municípios nivelaram, na mesma categoria funcional, guardas civis e vigilantes patrimoniais, distorcendo, nesse sentido, o quadro atual das Guardas Municipais. Portanto, inexistente, atualmente [em 2003], um sistema de informações fidedignas que nos possibilite mapear a realidade das Guardas Civis no Brasil.

Mapa II.24 Faixa de Fronteira: Efetivo total da Guarda Municipal e uso de armas letais e não-letais (2012)



Somente 17,8% dos municípios no Brasil possuem Guarda Municipal enquanto na Faixa de Fronteira esse percentual cai para 6,4%.

Gráfico II.2 Número de municípios com Guarda Municipal (2004-2012)

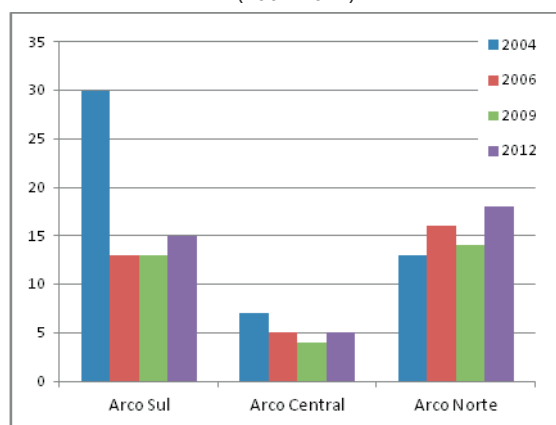
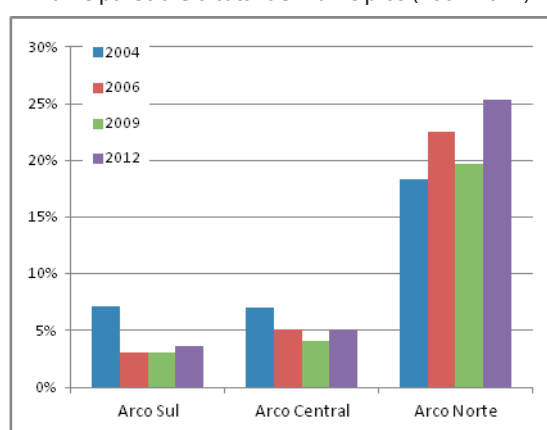


Gráfico II.1 Proporção de municípios com Guarda Municipal sobre o total de municípios (2004-2012)



O Arco Norte se destaca com o maior número de municípios com Guarda Municipal, tanto em termos absolutos quanto proporcionalmente ao número total de municípios. O Arco Norte apresenta 25% de municípios com Guarda Municipal (2012), enquanto os Arcos Sul e Central se mantêm abaixo dos 5%.

O Amazonas é o estado com maior número de municípios com Guarda Municipal, 11 no total. Considerando a baixíssima densidade de policiais militares e civis nos municípios do Amazonas (menos de 1%), podemos concluir que a Guarda Municipal tem sido um recurso para suprir a deficiência estrutural dos órgãos estaduais. O Acre, por sua vez, não possui Guarda Municipal em nenhum município. Os maiores efetivos estão em Boa Vista (RR), Laranjal do Jari (AP) e Almeirim (PA). Em nenhum município a Guarda Municipal utiliza armas letais, embora as armas não-letais sejam utilizadas em nove dos dezoito municípios com Guarda Municipal.

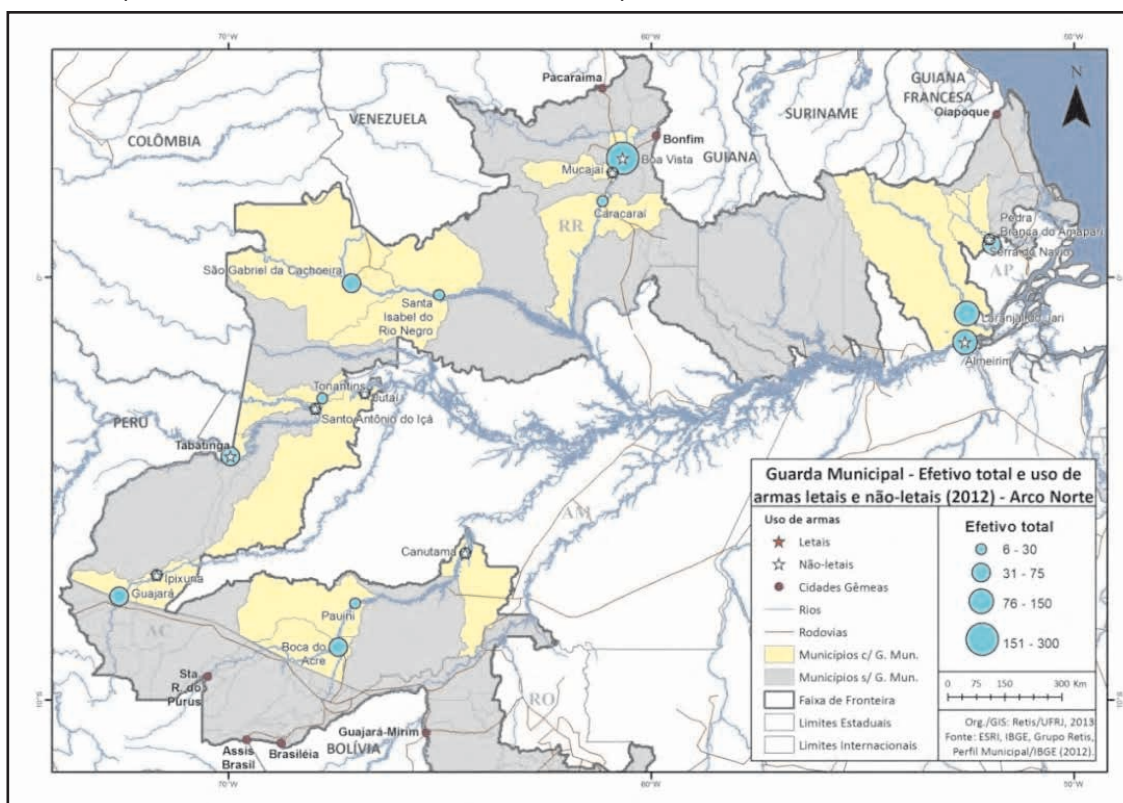
No Arco Central, somente seis municípios possuem Guarda Municipal: Sapezal (MT), Corumbá (MS), Ladário (MS), Bonito (MS), Dourados (MS) e Mundo Novo (MS). O estado de Rondônia não possui Guarda Municipal em nenhum município, o que talvez se explique pela alta densidade de policiais militares por habitante em todo o estado. Apesar do baixo número em todo o Arco Central, podemos destacar Mato Grosso do Sul o estado com a maior quantidade de Guardas Municipais, em número de municípios (cinco ao todo) e em efetivo, principalmente em Corumbá (MS) e Dourados (MS). O município de Ponta Porã (MS) tem a previsão para criar sua Guarda Municipal em 2014⁷.

O Arco Sul possui relativamente poucos municípios com Guarda Municipal. Os maiores efetivos estão localizados em Toledo (PR), Foz do Iguaçu (PR) e Pelotas (RS). O uso de armas letais ocorre em quatro municípios: Umuarama (PR), Chapecó (SC), Uruguaiana (RS) e Pelotas (RS)

⁷ Relatório de campo do Diagnóstico Socioeconômico e Demográfico (Retis, 2013).

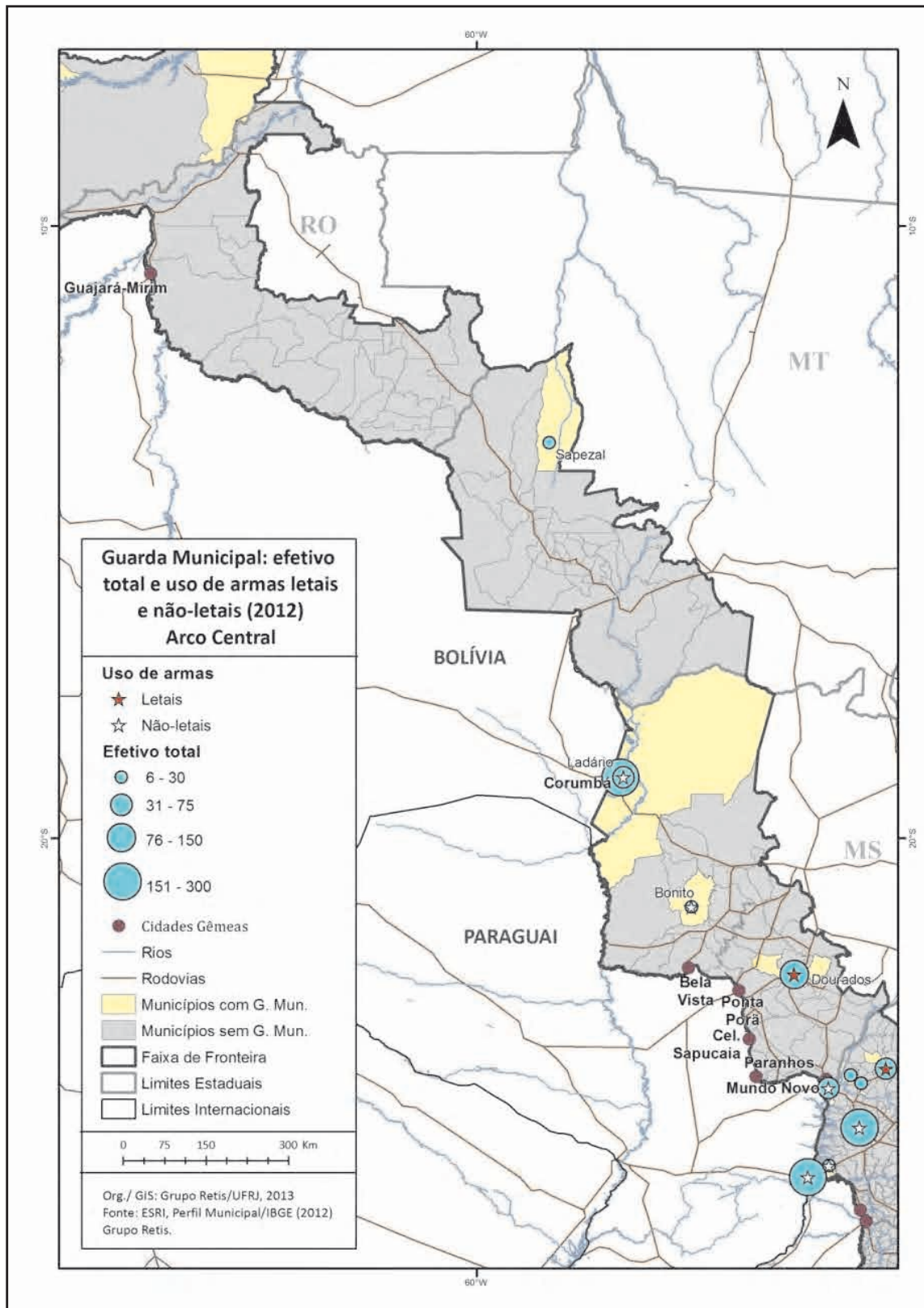
Dos 14 municípios acima de 100 mil habitantes, 10 possuem Guarda Municipal – Porto Velho (RO), Rio Branco (AC), Cascavel (PR) e Bagé (RS) são os que não possuem. De modo que a alta concentração populacional é um fator que explica a existência da Guarda Municipal no Paraná e no Mato Grosso do Sul, uma vez que as maiores cidades na faixa de fronteira desses estados apresentam Guarda Municipal. Cascavel (PR) a Guarda Municipal foi criada em 2005, mas foi transformada em Guarda Patrimonial dois anos depois⁸, enquanto Ponta Porã (MS) está em pleno processo de criação de sua Guarda Municipal.

Mapa II.25 Arco Norte: Efetivo total da Guarda Municipal e uso de armas letais e não-letais (2012)

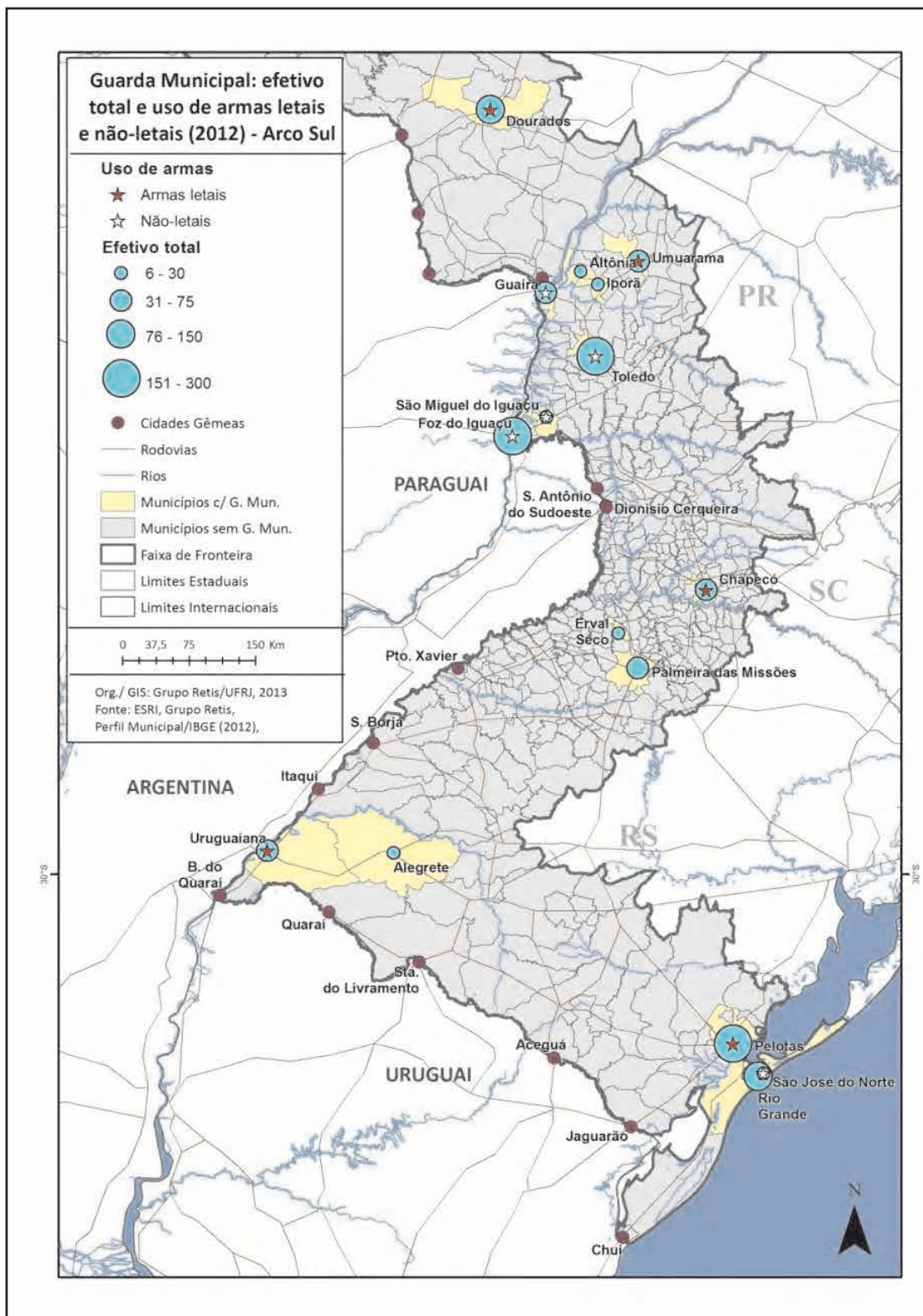


⁸ Informações por e-mail enviado à Prefeitura de Cascavel (2013).

Mapa II.26 Arco Central: Efetivo total da Guarda Municipal e uso de armas letais e não-letais (2012)



Mapa II.27 Arco Sul: Efetivo total da Guarda Municipal e uso de armas letais e não-letais (2012)



O efetivo de Guarda Municipal aumentou em toda a Faixa de Fronteira, de 2.000 para 2.500 pessoas. Diferentemente do índice anterior, aqui é o Arco Sul que se destaca com o maior efetivo de Guarda Municipal, apesar do baixo crescimento entre 2004 e 2012. O Arco Norte, no entanto, foi o que apresentou o maior crescimento de efetivo, 64% entre 2004 e 2012.

Gráfico II.3 Efetivo de Guarda Municipal, por Arco (2004-2012)

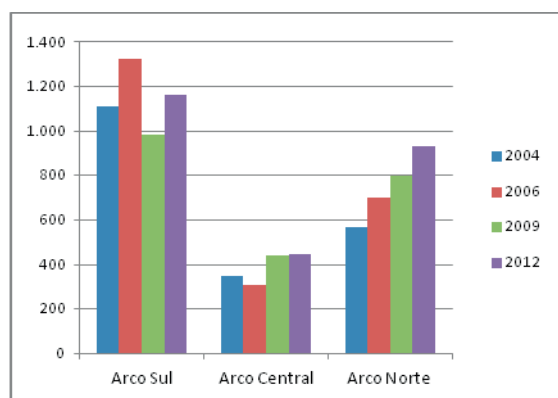
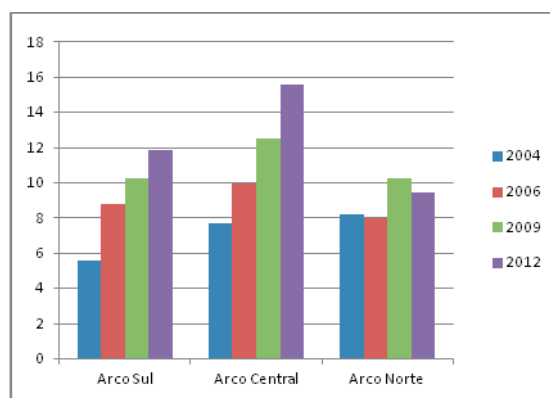


Gráfico II.4 Número de funções exercidas pela Guarda Municipal, média por município, por Arco (2004-2012)



O Perfil Municipal (IBGE, 2012) apresenta dados sobre as seguintes funções e atividades realizadas pela Guarda Municipal: 1) Segurança e/ou proteção do prefeito e/ou outras autoridades; 2) Ronda escolar; 3) Proteção de bens, serviços e instalações do município; 4) Posto de guarda (bairros, entrada da cidade, etc.); 5) Patrulhamento ostensivo a pé, motorizado ou montado; 6) Atividades da defesa civil; 7) Atendimento de ocorrências policiais; 8) Proteção ambiental; 9) Auxílio no ordenamento do trânsito; 10) Controle e fiscalização de comércio de ambulantes; 11) Auxílio à Polícia Militar; 12) Ações educativas junto à população; 13) Auxílio à Polícia Civil; 14) Patrulhamento de vias públicas; 15) Auxílio ao público; 16) Auxílio no atendimento do Conselho Tutelar; 17) Segurança em eventos/comemorações; 18) Atendimentos sociais (partos, assistência social, dentre outros); 19) Serviços administrativos (serviço burocrático, secretariar autoridades); 20) Assistência ao judiciário; 21) Programas sociais de prevenção ao crime e violência e 22) Barreira física ou cancelas (bairros, entradas de cidades, etc).

Os dados mostram que há uma tendência à maior diversificação de funções exercidas. Nesse quesito, o Arco Central é o que apresenta a maior média de diversificação de funções da Guarda Municipal – acima de 15⁹.

Quanto ao uso de armas letais e não-letais, a legislação só permite o porte de armas pela Guarda Municipal em exercício da função e em municípios com mais 50 mil habitantes. Entre os municípios que possuem Guarda Municipal, somente 12 possuem esse tamanho populacional. Entre estes, Umuarama (PR), Uruguaiana (RS), Chapecó (SC), Dourados (MS) e Pelotas (RS) são os únicos com uso de armas de fogo, sendo que Uruguaiana e Dourados possuem as duas modalidades de arma. No Arco Norte, nenhuma Guarda Municipal atua com arma de fogo. O aumento do uso de arma de fogo ocorreu principalmente de 2004 a 2006. Desde então, os números se estabilizaram

⁹ Devido ao erro nas tabelas originais do IBGE não é possível identificar quais são as funções mais recorrentes, mas somente uma valoração quantitativa sobre o número de funções que as Guardas Municipais exercem em cada município.

em torno de 25% do total de municípios com Guarda Municipal. Além do alto custo de aquisição, manutenção e proteção das armas de fogo, a regulamentação instituída em 2004 pode ser um fator inibidor à disseminação de seu uso pelas Guardas Municipais, uma vez que condiciona a autorização de porte à “formação funcional de seus integrantes em estabelecimentos de ensino de atividade policial, à existência de mecanismos de fiscalização e de controle interno” (Lei 10.867, Art. 6º, XI, § 3º).

Gráfico II.6 Percentual de municípios com uso de arma de fogo pela Guarda Municipal, por Arco (2004-2012)

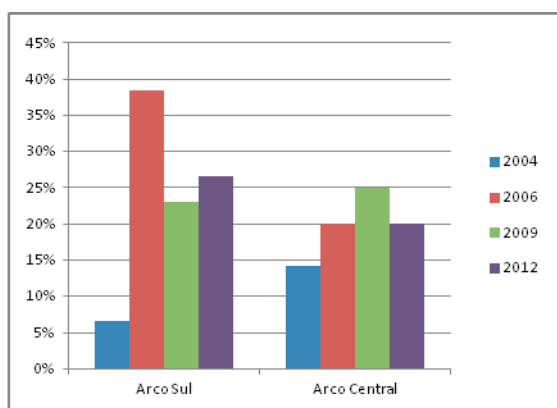
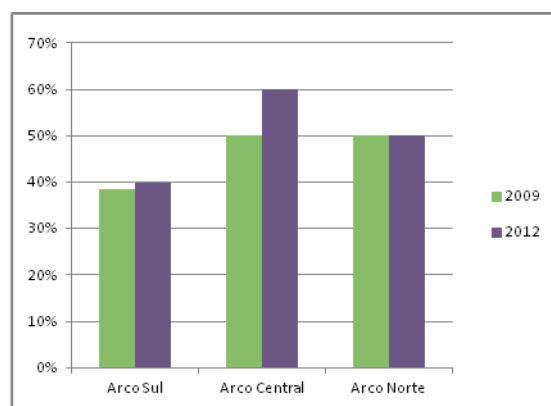


Gráfico II.5 Percentual de municípios com uso de arma não-letal pela Guarda Municipal, por Arco (2009-2012)



No caso dos dados sobre uso de armas não-letais, (disponíveis somente para 2009 e 2012), é possível notar uma maior incidência, em torno de 50% do total de municípios com Guarda Municipal, incluindo municípios do Arco Norte. Essa tendência é condizente com a proposta do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (MJ, 2007), que preconiza o “emprego de tecnologias não-letais no combate ao crime, garantindo a integridade física dos cidadãos e do próprio policial”.

Tabela II.1 Faixa de Fronteira: Municípios acima de 50 mil habitantes e uso de armas pela Guarda Municipal, 2012

Município	UF	População em 2010	Armas de fogo	Armas não-letais
Tabatinga	AM	52.272		X
Alegrete	RS	77.653		
Umuarama	PR	100.676	X	
Corumbá	MS	103.703		
Toledo	PR	119.313		X
Uruguaiana	RS	125.435	X	X
Chapecó	SC	183.530	X	
Dourados	MS	196.035	X	X
Rio Grande	RS	197.228		
Foz do Iguaçu	PR	256.088		X
Boa Vista	RR	284.313		X
Pelotas	RS	328.275	X	

SEGURANÇA CIDADÃ – REDES INSTITUCIONAIS DE PROTEÇÃO A SEGMENTOS VULNERÁVEIS DA POPULAÇÃO

Apesar de direcionar o foco dos delitos fronteiriços aos tráficos ilícitos, é preciso colocar em evidência outras dimensões da segurança pública, principalmente aquelas que afetam diretamente a proteção estatal às populações mais vulneráveis, de modo a garantir o acesso à justiça e aumentar a capacidade de as instituições públicas enfrentarem situações de violência e conflito relacionados a esses segmentos. Daí considerarmos a inclusão das Redes de Proteção a Segmentos Vulneráveis da População em nossa pesquisa. Destacamos os seguintes casos: Crianças e Adolescentes; Mulheres; Idosos; Populações Indígenas; e Conflitos de Terra. Os conflitos e pressões ambientais, embora não se refiram a um segmento específico da população, podem também ser incluídos no levantamento das redes institucionais de proteção ao meio ambiente, que será tratada separadamente.

Embora as situações de vulnerabilidade descritas não sejam específicas da Faixa de Fronteira, elas podem ser agravadas pela baixa densidade institucional de certos segmentos fronteiriços ou por ficarem em segundo plano devido à ênfase dos órgãos de segurança no combate a delitos de maior destaque nacional – como o tráfico de drogas e o contrabando.

A condição fronteiriça coloca desafios específicos para cada uma dessas vulnerabilidades. A inserção da fronteira nas redes de tráfico de pessoas e de exploração sexual afeta de modo preferencial as mulheres. Para as populações indígenas, a demarcação de terras e a garantia dos direitos indígenas são muitas vezes vistas como “ameaça à segurança nacional” ou “entrave ao desenvolvimento econômico”.

Utilizamos na pesquisa os dados municipais disponíveis no Perfil Municipal (2012), publicado pelo IBGE para todos os municípios do Brasil.

Rede de Proteção a Crianças e Adolescentes

Para compor o índice da Rede de Proteção a Crianças e Adolescentes, definimos as seguintes instituições:

- Conselho Tutelar;
- Delegacias de Proteção a Crianças e Adolescentes;
- Juizado de Menores;
- Núcleo de Defensoria Pública específico;
- Conselho Municipal de Direitos de Criança e Adolescente.

Foi verificado que todos os 588 municípios da Faixa de Fronteira possuíam Conselho Tutelar, por isso descartamos esse dado para a composição final do índice. As outras quatro variáveis foram somadas, cada uma com peso 1. A classificação posterior identificou a qualidade da rede de proteção em cada município com as seguintes classes: 4 ou 3 = Consolidada; 2 = Em Desenvolvimento; 1 = Incipiente e 0 = Só Conselho Tutelar.

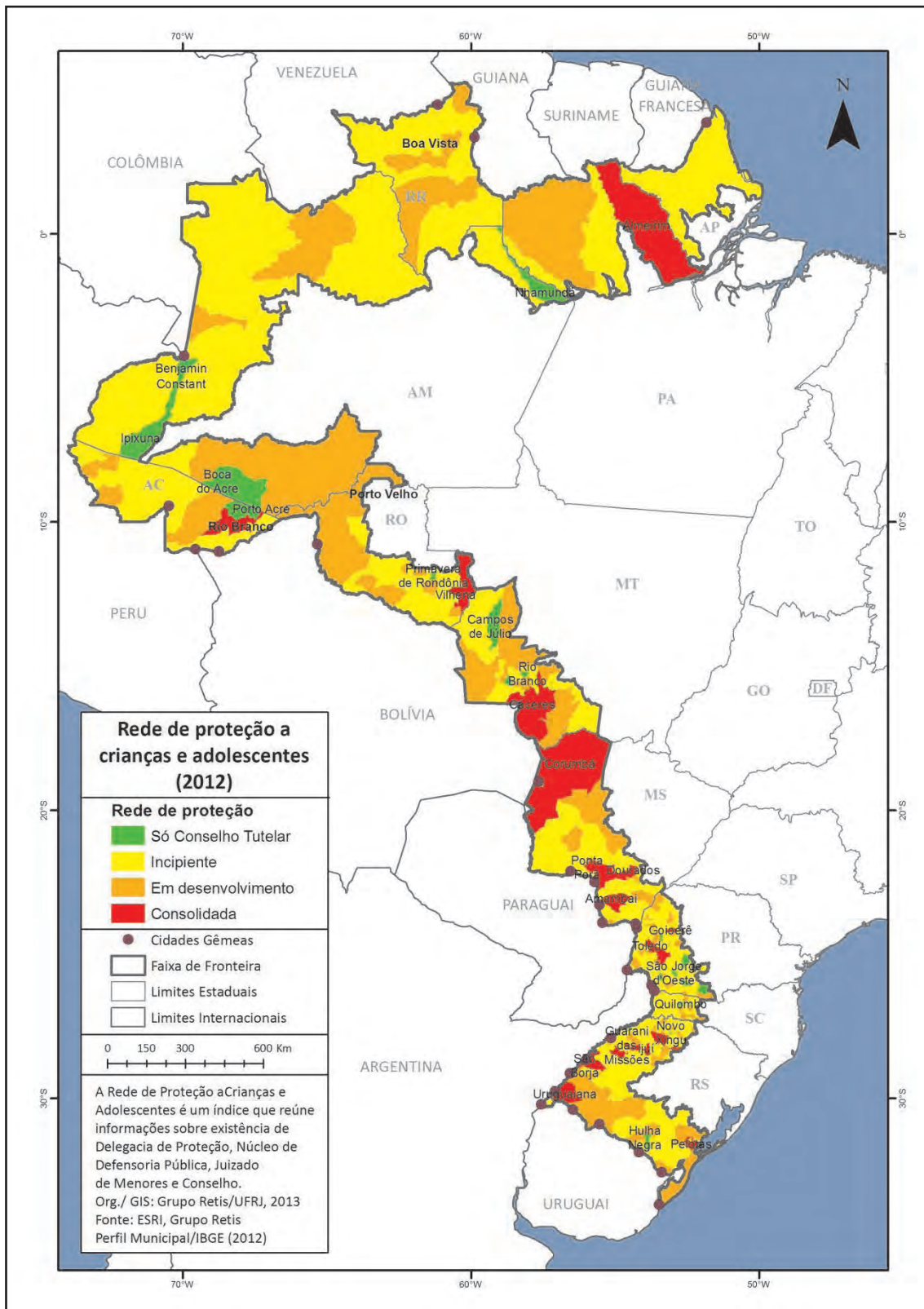
Entre as quatro variáveis, o Conselho Municipal de Direitos de Criança e Adolescente é o mais ubíquo. Somente 23 municípios em toda Faixa de Fronteira não possuem Conselho Municipal, dentre os quais 21 não possuem qualquer outra instituição de proteção a criança e adolescente além do Conselho Tutelar. Já a incidência de Delegacia, Juizado e Núcleo de Defensoria Pública orientados para Crianças e Adolescentes é mais rara. Dos 588 municípios da Faixa de Fronteira, somente 15 municípios possuem Delegacia de Proteção a Criança e Adolescente, 55 possuem Núcleos de Defensoria Pública específicos e 73 municípios possuem Juizado de Menores. Nos Arcos, o percentual de municípios que possuem esses itens está descrito na Tabela II.2.

Tabela II.2 Percentual de municípios com incidência dos itens da Rede de Proteção a Crianças e Adolescentes, por Arco

	Conselho Municipal	Juizado de Menores	Núcleo de Def. Pública	Delegacia de Prot. C. A.
Arco Norte	91,5%	12,7%	5,6%	5,6%
Arco Central	96,0%	19,2%	18,2%	4,0%
Arco Sul	96,9%	10,8%	7,9%	1,7%
Total	96,1%	12,4%	9,4%	2,6%

O Mapa II.28 apresenta uma situação heterogênea no interior de cada um dos Arcos. Foram nomeados os municípios que apresentam a rede mais consolidada (em vermelho) e as que só possuem Conselho Tutelar (em verde). Na classe “Consolidada”, somente Vilhena (RO), Cáceres (MT), Corumbá (MS), Santo Ângelo (RS) e Pelotas (RS) apresentam todas as variáveis, os demais carecem pelo menos de uma delas. Entre os 21 municípios na classe “Só Conselho Tutelar”, todos têm população inferior a 50.000 habitantes (12 deles inferior a 10.000); quatro estão no Arco Central, seis no Arco Norte e 11 no Arco Sul.

Mapa II.28 Faixa de Fronteira: Rede de Proteção a Crianças e Adolescentes (2012)



Rede de Proteção a Mulheres

A Rede de Proteção a Mulheres inclui a existência das seguintes instituições:

- Delegacia da Mulher;
- Juizado de Mulheres;
- Núcleo de Defensoria Pública específico;
- Organizações cadastradas na Secretaria Especial de Políticas para Mulheres/ Presidência da República (SPM/PR).

Estas variáveis foram selecionadas por apresentarem dados por município, através do Perfil Municipal (IBGE 2012) e da página da SPM. A Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres¹⁰ compreende diversas outras medidas e instituições de diferentes níveis, que atuam para o atendimento às mulheres em situação de risco e violência. Essa rede tem tido um avanço na última década, principalmente após a criação da Central de Atendimento à Mulher (Disque 180), em 2005, a aprovação da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), em 2006 e o lançamento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, em 2007.

As quatro variáveis selecionadas foram somadas, cada uma com peso 1. No caso das organizações, consideramos a existência de pelo menos uma organização como 1 e de nenhuma como 0. A maioria das organizações cadastradas corresponde a secretarias, coordenadorias ou conselhos municipais. Algumas poucas organizações não-governamentais e núcleos universitários aparecem também, mas muito raramente.

A classificação identificou a qualidade da rede de proteção em cada município com as seguintes classes: 3 = Avançada; 2 = Em Desenvolvimento; 1 = Incipiente e 0 = Inexistente.

Os dados apontam que a cobertura da rede de proteção a mulheres ainda é bastante deficiente de um modo geral na Faixa de Fronteira. A maioria dos municípios (88,9%) não possui nenhuma instituição especializada de proteção a mulheres. Nenhum município apresenta simultaneamente os quatro itens selecionados, por isso consideramos a melhor classe como “Avançada” e não “Consolidada”. Entre as quatro variáveis, o Núcleo de Defensoria Pública de Mulheres é o mais presente, mas cobre somente em 35 municípios da Faixa (6,0% dos 588). Em pior situação está a Delegacia da Mulher, com apenas duas incidências – em Tabatinga (AM) e Santo Ângelo (RS) – o que representa 0,3% do total de municípios da Faixa. Nos Arcos, o percentual de municípios que possuem cada um dos itens está descrito na Tabela II.3.

¹⁰ SPM/PR. Rede de Enfrentamento à Violência contra Mulheres. Brasília, 2011. Disponível em <http://spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/rede-de-enfrentamento>

Tabela II.3 Percentual de municípios com incidência dos itens da Rede de Proteção às Mulheres, por Arco, 2012

	Delegacia da Mulher	Juizado de Mulheres	Núcleo de Def. Pública	Organizações Cadastro SEPM
Arco Norte	1,4%	8,5%	7,0%	2,8%
Arco Central	0,0%	3,0%	9,1%	4,0%
Arco Sul	0,2%	2,6%	5,0%	3,8%
Total	0,3%	3,4%	6,0%	3,7%

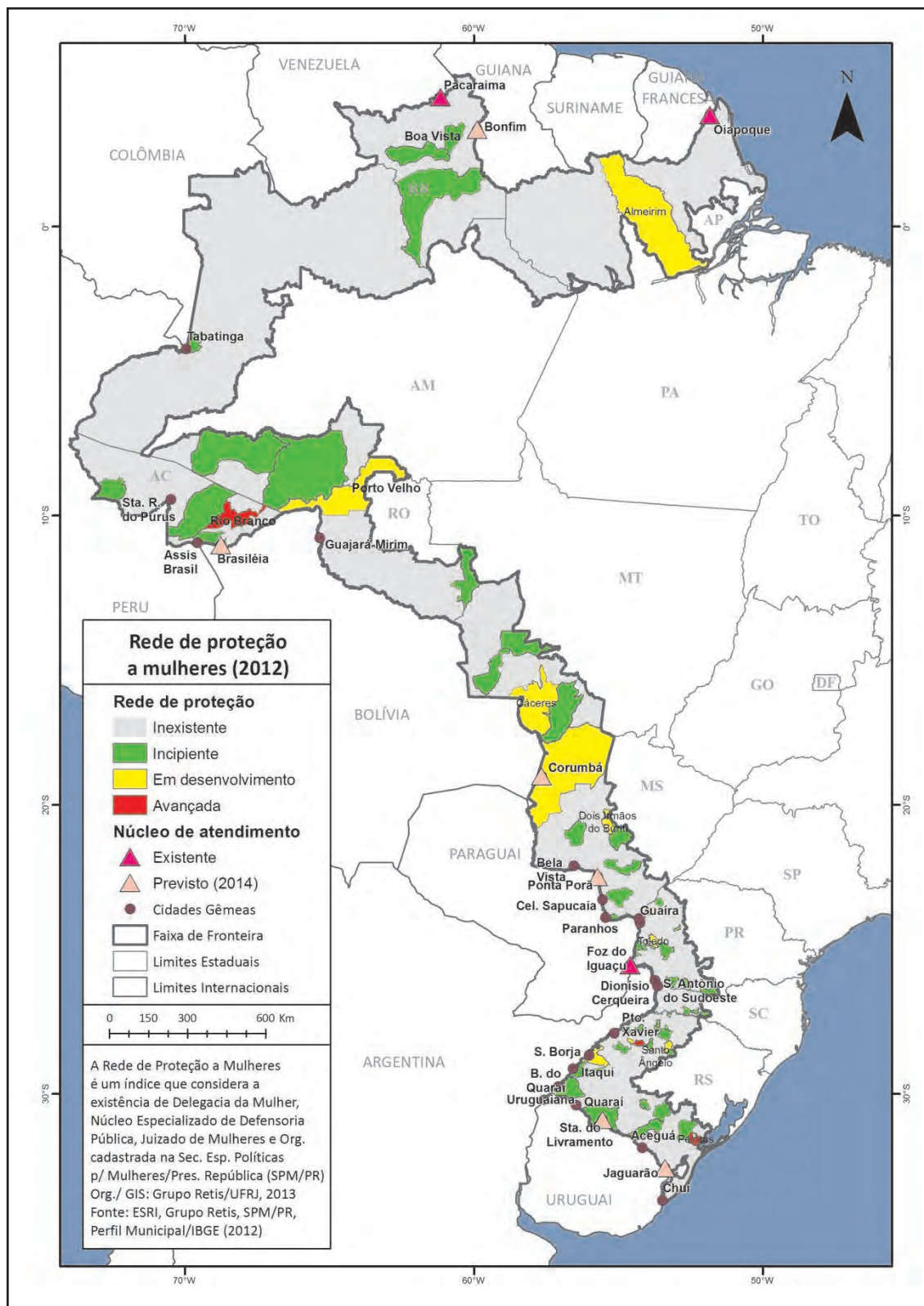
O Mapa II.29 apresenta uma situação de precário atendimento em todos os Arcos. Foram nomeados os municípios agrupados nas classes “Em Desenvolvimento” (amarelo) e “Avançada” (vermelho). No Arco Norte, podemos notar uma maior incidência da rede de proteção nos municípios próximos à capital acreana Rio Branco (AC), único com uma rede avançada. No Arco Central, Porto Velho (RO), Cáceres (MT), Dois Irmãos de Buriti (MS) e Corumbá (MS) são os municípios que se destacam, mas todos eles em situação intermediária (Em desenvolvimento). No Arco Sul, observamos um padrão disperso de municípios com rede de proteção incipiente. Além de Santo Ângelo (RS), na classe “Avançada”, somente quatro municípios – Toledo (PR), Guarani das Missões (RS), Santa Bárbara do Sul (RS) e São Borja (RS) – possuem duas instituições simultaneamente.

Em 2013, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres lançou o programa *Mulher, Viver Sem Violência*¹¹ com o objetivo de ampliar e reforçar as redes institucionais de proteção a mulheres, através da integração de serviços públicos de segurança, justiça, saúde, assistência social, acolhimento, abrigo e orientação para trabalho, emprego e renda.

Um dos focos desse novo programa é justamente o reforço do atendimento nos municípios fronteiriços, uma vez que estes apresentam uma condição específica em relação à migração e ao tráfico de mulheres. A atuação do programa na fronteira se dará através dos núcleos de atendimento a mulheres em situação de violência. São três núcleos já existentes – em Oiapoque (AP), Pacaraima (RR) e Foz do Iguaçu (PR) – e seis projetados para 2014: Bonfim (RR), Brasiléia (AC), Corumbá (MS), Ponta Porã (MS), Jaguarão (RS) e Santana do Livramento (RS), todos eles situados em cidades gêmeas. O programa *Mulher, Viver Sem Violência* prevê também o funcionamento de unidades móveis para atender áreas rurais e de difícil acesso.

¹¹ <http://www.mulheres.gov.br/mulher-viver-sem-violencia/>

Mapa II.29 Faixa de Fronteira: Rede de Proteção às Mulheres (2012)



Rede de Proteção a Idosos

Considerando o crescimento da população de idosos no Brasil, é de se esperar uma maior visibilidade institucional aos problemas enfrentados por este segmento vulnerável da população. A tipificação da violência contra o idoso é recente no Brasil. Nos registros

do SUS, é possível identificar o número de mortes de idosos causadas por acidentes e violência. Os dados do DATASUS (2004) indicam que acidentes e violência (principalmente acidentes de trânsito e quedas) foi a sétima principal causa de morte de idosos no Brasil naquele ano, representando 2,8% do total (SEDH/PR 2007).

Dentre as categorias de violência contra o idoso incluem-se: a) abuso físico, maus tratos físicos, violência física; b) abuso psicológico, maus tratos psicológicos, violência psicológica; c) abuso sexual, violência sexual; d) abandono; e) negligência; f) abuso financeiro e econômico; g) auto-negligência. Essa classificação é adotada oficialmente no Brasil desde 2001, quando foi lançada a Política Nacional de Redução de Acidentes e Violências.

Em 2003, a aprovação do Estatuto do Idoso colocou em evidência a necessidade de políticas específicas para garantir os direitos dos idosos. No âmbito da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, vinculada à Presidência da República (SDH/PR), foi criado o Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa, para o quadriênio de 2007/2010. O Plano previa a criação de Centros Integrados de Atenção e Prevenção à Violência contra a Pessoa Idosa (CIAPVI) em todos os estados. Esse objetivo não se concretizou, somente 18 Centros foram ativados, sem qualquer impacto na Faixa de Fronteira, com exceção do Centro criado em Rio Branco (AC).

Acompanhando as informações na página da SDH/PR e no Observatório Nacional do Idoso (FIOCRUZ/ENSP/CLAVES), concluímos que não houve qualquer desdobramento dessa política desde 2009. No entanto, os dados do Perfil Municipal do IBGE (2009) indicam que quatro municípios da Faixa de Fronteira possuíam Centros Integrados (CIAPVI): Ponta Porã (MS), Glória de Dourados (MS); Horizontina (RS) e Porto Mauá (RS). Por outro lado, os estudos de monitoramento dos Centros Integrados indicavam a existência de um CIAPVI em Rio Branco (AC), mas este não consta nos dados do Perfil Municipal do IBGE (2009).

Para compor o índice da Rede de Proteção a Crianças e Adolescentes, definimos as seguintes variáveis, considerando a presença como 1 e ausência como 0:

- Conselho Municipal de Direitos do Idoso;
- Delegacias de Proteção ao Idoso;
- Juizado especializado no atendimento ao Idoso;
- Núcleo de Defensoria Pública Especializado para Idoso;
- Centro Integrado de Atenção e Prevenção à Violência contra a Pessoa Idosa ou Instituição Especializada em Atendimento a Idoso Vítima de Violência.

Somente o município de Rio Branco (AC) apresentou presença de todos os itens. Alguns poucos conseguiram atingir a incidência de três itens, constituindo a classe “Avançada”. Consideramos índice 2 = “Em Desenvolvimento”; 1 = “Incipiente” e 0 = “Inexistente”.

Entre as quatro variáveis, o Conselho Municipal de Direitos do Idoso é o mais frequente, pois atinge 324 municípios (55,1% do total), sem grandes variações entre os Arcos. Já as Delegacias, Juizados, Núcleos de Defensoria Pública e Centros/Instituições são mais raros. Dos 588 municípios da Faixa de Fronteira, somente 31 possuem Núcleos de Defensoria Pública específicos para Idosos, 14 possuem Juizado especializado, 14 possuem Centros ou Instituições e 13 possuem Delegacia de Proteção ao Idoso. Nos Arcos, o percentual de municípios que possuem esses itens está descrito na Tabela II.4.

Tabela II.4 Percentual de municípios com incidência dos itens da Rede de Proteção aos Idosos, por Arco

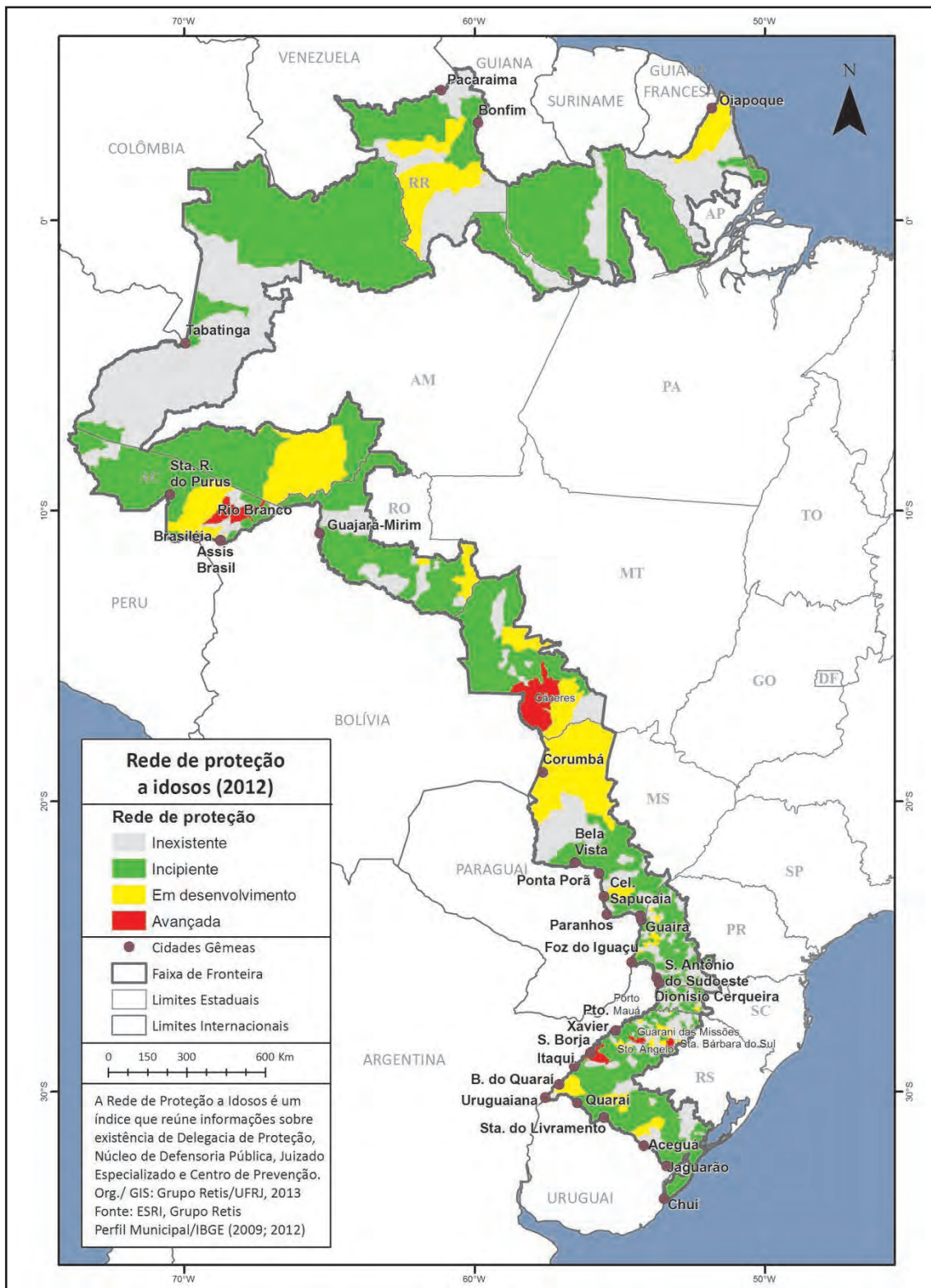
	Conselho Municipal	Delegacia do Idoso	Centro ou Instituição	Núcleo da Def. Pública	Juizado Especializado
Arco Norte	54,9%	5,6%	1,4%	7,0%	8,5%
Arco Central	61,6%	3,0%	4,0%	6,1%	1,0%
Arco Sul	53,6%	1,4%	2,2%	4,8%	1,7%
Total	55,1%	2,2%	2,4%	5,3%	2,4%

O Mapa II.30 apresenta uma situação de predomínio da classe “Incipiente” nos três Arcos. Foram nomeados os municípios incluídos na classe “Avançada” (em vermelho), dentre os quais se destacam Cáceres (MT), Santo Ângelo (RS), Santa Bárbara do Sul (RS) e Guarani das Missões (RS). Rio Branco (AC) é o único que poderia ser destacado como uma rede de proteção consolidada, pois apresenta todas as variáveis, enquanto os demais carecem pelo menos de duas delas.

Comparando-se as três redes de proteção analisadas – Crianças e Adolescente, Mulheres e Idosos – podemos concluir que a rede de proteção a Crianças e Adolescentes possui a cobertura mais difundida ao longo da Faixa de Fronteira, enquanto a de Mulheres é a mais precária. Os municípios de Rio Branco (AC), Cáceres (MT) e São Borja (RS) são os que se destacam positivamente nos três índices nas classes “Avançada” ou “Consolidada”, de modo que podem ser escolhidos como centros de referência em seus respectivos Arcos para a avaliação de experiências em curso e difusão de modelos de proteção social.

O destaque negativo fica por conta de 21 municípios que só possuem Conselho Tutelar na rede de proteção a crianças e adolescentes e que também não apresentam incidência de nenhum outro item nas demais redes. No Arco Norte, os municípios são Bujari (AC), Benjamin Constant (AM), Ipixuna (AM), Nhamundá (AM); no Arco Central, Primavera de Rondônia (RO), Campos de Júlio (MT), Figueirópolis D’Oeste (MT) e Rio Branco (MT); e no Arco Sul, Coronel Domingos Soares (PR), Coronel Vivida (PR), Jesuítas (PR), Nova Laranjeiras (PR), Bom Jesus (SC), Quilombo (SC), Hulha Negra (RS) e Novo Xingu (RS).

Mapa II.30 Faixa de Fronteira: Rede de Proteção aos Idosos (2012)



SEGURANÇA PRIVADA

Segundo consta na página do Ministério da Justiça “as atividades de segurança privada serão reguladas, autorizadas e fiscalizadas pelo Departamento de Polícia Federal – DPF e serão complementares às atividades de segurança pública nos termos da legislação específica”.

A Lei 7.102/1983 (regulamentada pelo Decreto 89.056/1983) institui a obrigatoriedade de que os estabelecimentos financeiros possuam sistema de segurança aprovado pelo Ministério da Justiça e indica as regras para o transporte de valores. A Lei 8.863/1994 altera a anterior e a amplia como um guarda-chuva para incluir outras atividades de segurança privada, além daquelas relacionadas aos estabelecimentos financeiros. Segundo a lei, segurança privada se refere a atividades de prestação de serviços com fins de:

I–proceder à vigilância patrimonial das instituições financeiras e de outros estabelecimentos, públicos ou privados, bem como a segurança de pessoas físicas;

II–realizar o transporte de valores ou garantir o transporte de qualquer outro tipo de carga. (...)

§ 2º As empresas especializadas em prestação de serviços de segurança, vigilância e transporte de valores, constituídas sob a forma de empresas privadas (...) poderão se prestar ao exercício das atividades de segurança privada a pessoas; a estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviços e residências; a entidades sem fins lucrativos; e órgãos e empresas públicas.

A Portaria 3.233/2012 do DPF apresenta uma regulamentação mais atualizada e detalhada, que separa as atividades de segurança privada em a) vigilância patrimonial; b) transporte de valores; c) escolta armada; d) segurança pessoal e e) cursos de formação. Cada uma dessas atividades possui obrigações específicas junto ao DPF.

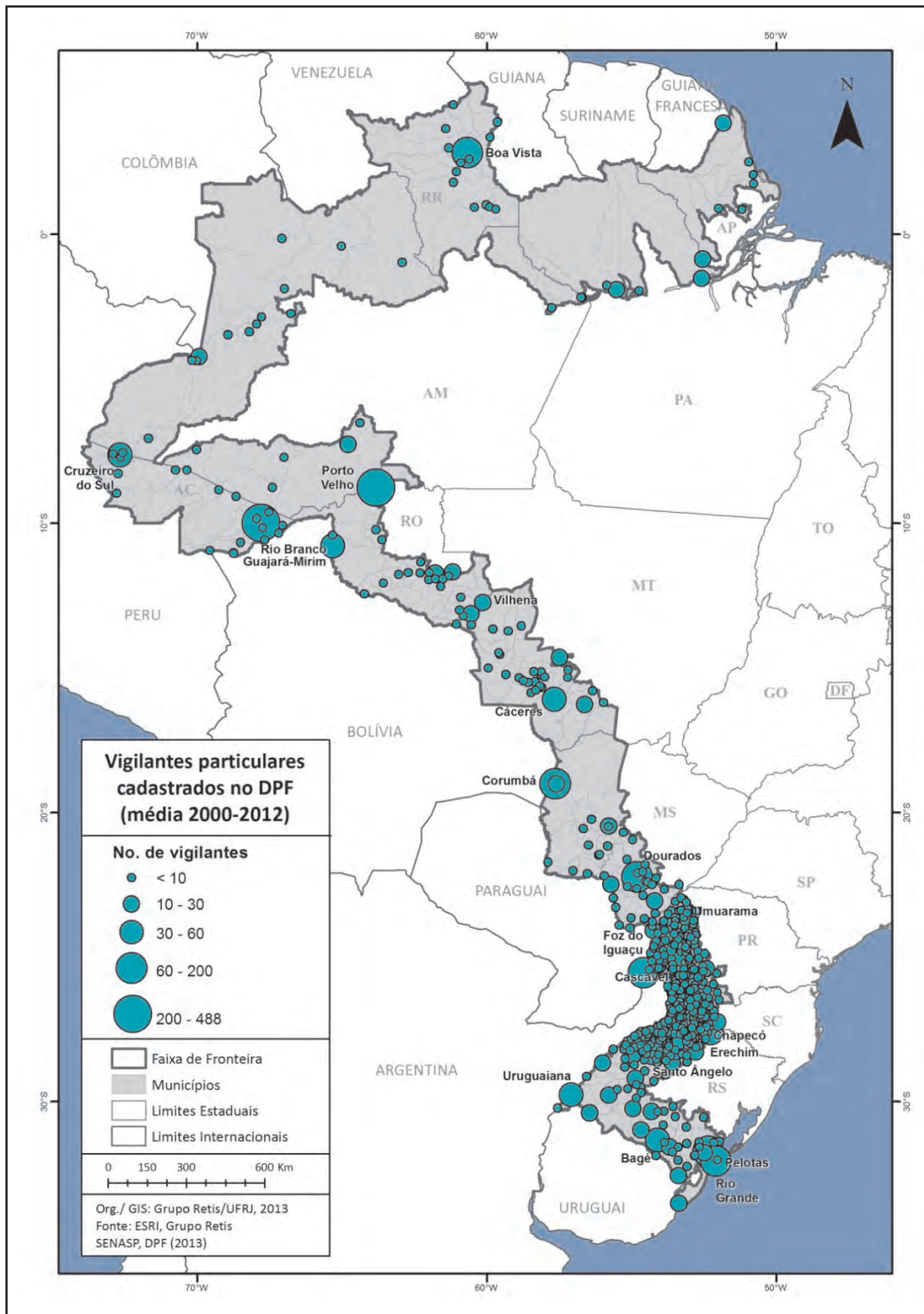
Os dados de Vigilância Privada disponibilizados pelo DPF se referem ao número de empresas e de vigilantes ativos no sistema de controle do DPF, com a data de início do vínculo, mas sem referências a possíveis termos. Esses números devem ser analisados em termos comparativos, pois não há uma referência à quantidade de vínculos que permanecem regularizados na data em que os dados foram gerados (2013). No caso do número de vigilantes privados, a solução foi fazer uma média anual entre 2000 e 2012 para chegar a um número mais verossímil. No caso das empresas, consideramos a soma dos registros entre 2000 e 2012, o que pode tornar os dados superestimados, pois desconsiderariam a possível desativação de empresas ao longo dos anos. Os registros de vigilantes e de empresas de vigilância são independentes, o fato de coexistirem empresa e vigilantes cadastrados num município não implica nenhuma vinculação entre um e outro. Por isso é possível existirem municípios com vigilantes e sem empresas, e vice-versa.

A distribuição do número de vigilantes ao longo da Faixa de Fronteira é correlata à distribuição da população. A maior concentração de vigilantes está no Arco Sul, no Paraná, entre Umuarama (PR), Guaíra (PR), Foz do Iguaçu (PR) e Cascavel (PR), em Santa Catarina, em torno de Chapecó (SC), e no Rio Grande do Sul, de modo mais disperso. No Arco Central, Porto Velho (RO), Guajará-Mirim (RO), Vilhena (RO), Cáceres (MT), Corumbá (MS) e Dourados (MS) são os municípios com maior concentração. No Arco Norte, Boa Vista (RR), Rio Branco (AC) e Cruzeiro do Sul (AC) se destacam. Dos 588 municípios da Faixa de Fronteira, somente 38 não apresentam registro de nenhum vigilante.

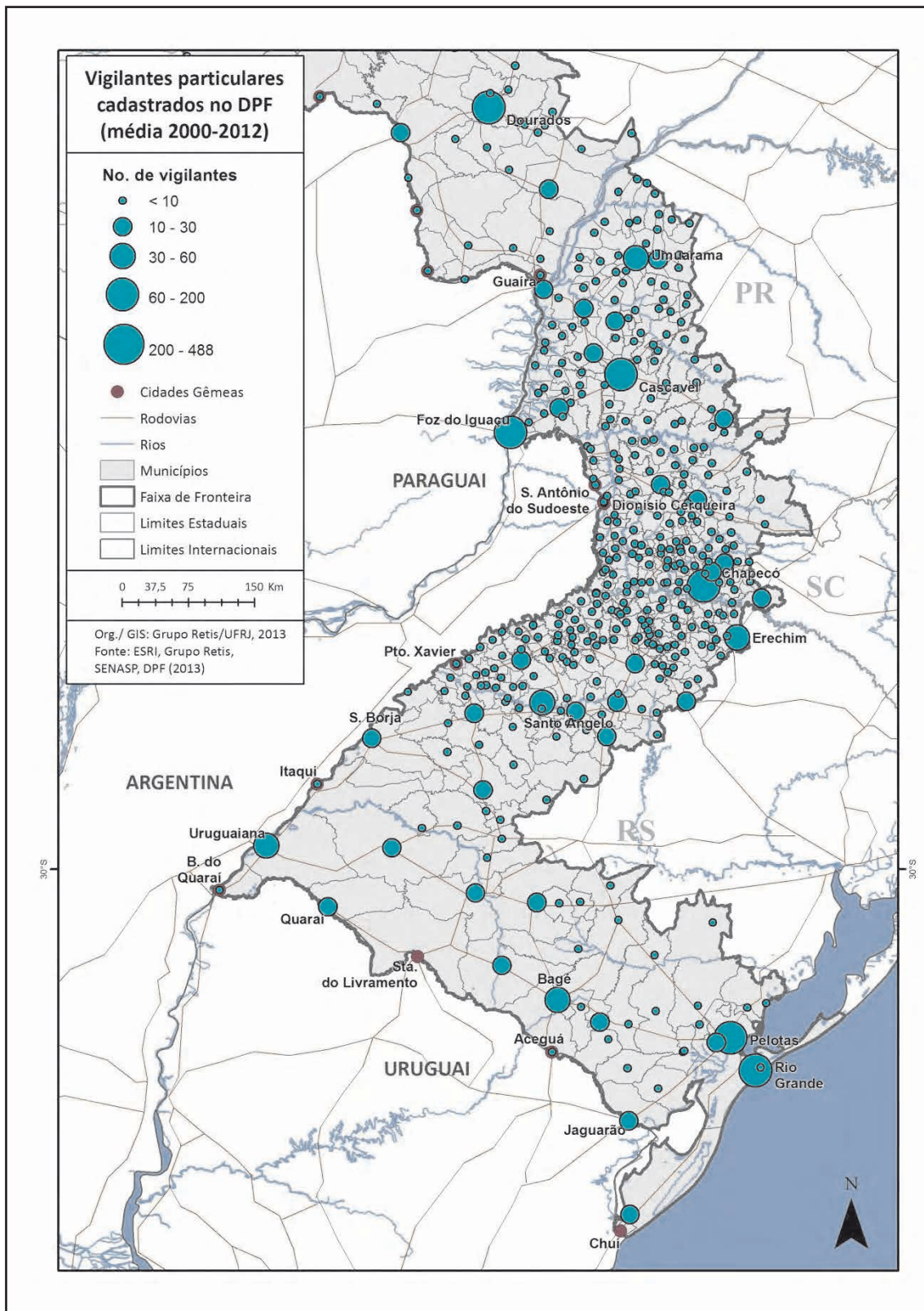
A incidência das empresas de vigilância privada é bem mais seletiva, somente 58 municípios apresentam empresas registradas. A maioria deles com mais de um vigilante (média anual de registros entre 2000 e 2012) por empresa. Somente Cantá (RR), Acrelândia (AC), Iporã do Oeste (SC) e Barra Funda (RS) apresentam uma empresa para um número médio de menos de um vigilante. Sant'Ana do Livramento é o único caso que aparece com registro de empresa, mas sem nenhum vigilante registrado.

Entre os municípios que apresentam um alto número de vigilantes registrados e poucas empresas destacamos Corumbá (MS) (média anual de 64 vigilantes, com uma única empresa) e Guajará-Mirim (RO) (com média de 31 vigilantes, sem nenhuma empresa).

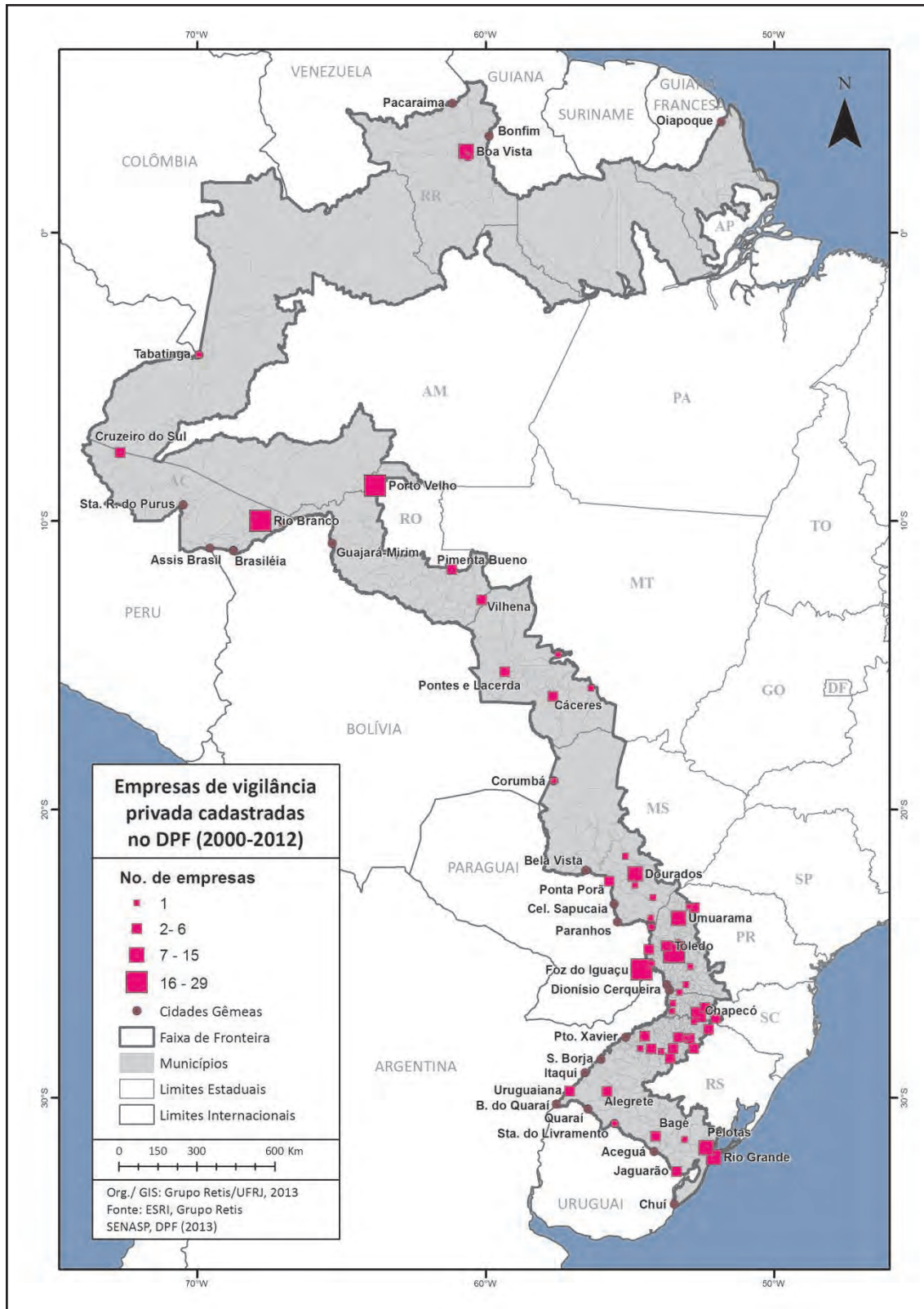
Mapa II.31 Faixa de Fronteira: Vigilantes Particulares Cadastrados no DPF, média anual (2000-2012)



Mapa II.32 Arco Sul: Vigilantes Particulares Cadastrados no DPF, média anual (2000-2012)



Mapa II.33 Faixa de Fronteira: Empresas de Vigilância Privada Cadastradas no DPF, (2000-2012)



DENSIDADE INSTITUCIONAL – TRANSFERÊNCIAS DO GOVERNO FEDERAL

A densidade institucional da Faixa de Fronteira foi analisada por meio de variáveis relativas à aplicação de recursos federais na escala municipal. Ao analisar o tipo e a intensidade dos investimentos federais nos municípios fronteiriços é possível identificar tendências na atuação dos programas federais. Três importantes formas de transferência de recursos federais foram analisadas: i) as transferências voluntárias, que tem nos convênios sua principal forma de operação; ii) as transferências constitucionais, também denominadas de obrigatórias; e iii) as transferências de renda, feitas diretamente na conta do beneficiário.

Tendo em vista estas formas distintas de transferência, foram selecionadas quatro variáveis para a análise da densidade institucional: i) os convênios federais com os municípios (2010 – 2012); ii) as transferências do tesouro nacional (2012); iii) os repasses realizados pelo programa bolsa família (2012); iv) a quantidade de pessoas inscritas no cadastro único do governo federal com renda inferior a meio salário mínimo (2012).

Segundo a Controladoria Geral da União¹², os convênios são instrumentos que disciplinam os compromissos que devem reger as relações de dois ou mais participantes. No caso do presente relatório, foram selecionados os convênios entre instituições municipais atuantes na Faixa de Fronteira e os Ministérios da Defesa, Justiça, Educação, Saúde, Integração Nacional, Cidades e Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Por um lado, estes repasses financeiros podem indicar as prioridades do Governo Federal no investimento na Faixa de Fronteira. Por outro, os convênios também evidenciam a própria capacidade de organização e articulação das instituições locais, que podem ter maior ou menor habilidade para atrair estes investimentos.

De acordo com a definição da Câmara dos Deputados¹³, o conveniente pode ser qualquer órgão da administração direta, autárquica ou fundacional, empresa pública ou sociedade de economia mista, de qualquer esfera de governo, ou organização particular com a qual a administração federal pactua a execução de programa, projeto, atividade ou evento mediante a celebração de convênio. Basicamente o conveniente é aquele que recebe os recursos do Governo Federal e na grande maioria dos casos estudados na Faixa de Fronteira esta parceria foi estabelecida com as prefeituras municipais. Como as parcerias dependem da mobilização de agentes locais, sua distribuição espacial pode gerar informação sobre as variações na densidade institucional.

¹² Controladoria Geral da União. Disponível em <http://www.cgu.gov.br/acessoinformacao/convencios.asp>. Acesso em 12 de Setembro de 2013.

¹³ Câmara dos Deputados. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/busca/?q=conveniente&x=-946&y=-4>. Acesso em 10 de Outubro de 2013.

Apesar de causarem importantes impactos locais, as transferências voluntárias geralmente representam pouco na receita total dos municípios. Nos estados, por exemplo, este percentual é muito baixo e os convênios geralmente representam menos de 1% dos orçamentos¹⁴. Com o objetivo de complementar as informações sobre os investimentos federais nos municípios também foram analisados dados referentes as Transferências do Tesouro Nacional e sua distribuição nos municípios da Faixa de Fronteira.

As transferências constitucionais são feitas a partir de mecanismos diversificados que foram aqui somados para possibilitar uma visão mais abrangente dos valores aplicados. Sendo assim, os recursos do Fundo De Participação Municipal (FPM), Do Imposto Sobre Propriedade Territorial Rural (ITR), do Imposto Sobre Operações Relativas aos Metais como Ativos Financeiros (IOF), das Leis Complementares (LC 87/96), relativo às atividades de importação ou comercialização de combustíveis (CIDE) e do Fundo De Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB e FUNDEF), foram considerados em seu conjunto para representar o total de transferências do governo federal para os municípios. Por meio da análise da distribuição espacial destes recursos, pode-se considerar como o Tesouro Nacional investe de forma diferenciada ao longo da Faixa de Fronteira.

Se os convênios federais e as transferências do tesouro nacional nos oferecem informações bastante generalizadas sobre os investimentos na Faixa de Fronteira, a alocação de recursos do programa Bolsa Família serviu aqui como um dado bastante pertinente sobre a aplicação específica de recursos no combate à pobreza extrema. As transferências de renda trazem a especificidade de não passarem pela conta das prefeituras locais, indo direto para a família que ganha o benefício. Os dados aqui utilizados somaram as distintas formas de repasse existentes no programa, como o Benefício Variável Jovem (BVJ), o Benefício Variável Nutriz (BVN), o Benefício Variável a Gestante (BVG) e o Benefício para Superação da Extrema Pobreza (BSP), considerando o total de recursos aplicados pelo programa em cada município fronteiro.

Por fim, com o objetivo de relacionar os investimentos federais com a situação socioeconômica dos municípios foi feita uma análise da distribuição espacial das pessoas inscritas no Cadastro Único do Governo Federal com renda inferior a meio salário mínimo. O Cadastro Único é um banco de dados centralizado na Caixa Econômica Federal, que tem como objetivo cadastrar as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Uma vez cadastradas, essas famílias podem ser beneficiadas por programas federais, recebendo recursos diretamente na rede bancária. Se as demais variáveis evidenciam as transferências dos recursos do Governo Federal para os municípios, os dados do cadastro único permitem averiguar se estes investimentos estão sendo direcionados para áreas com maior carência de desenvolvimento socioeconômico.

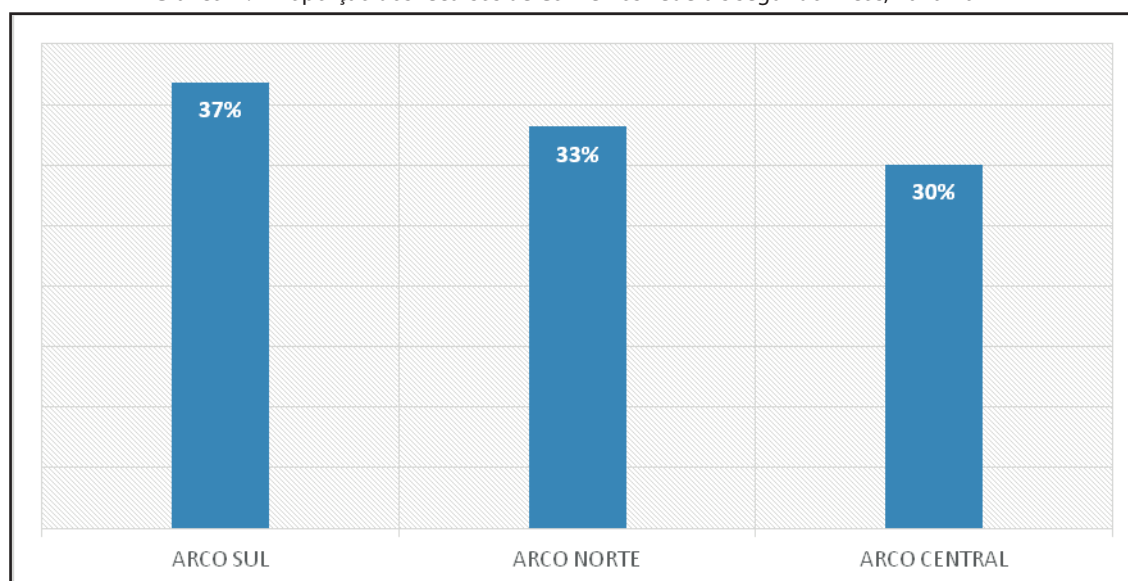
¹⁴ LOUSADA, José Ricardo Tavares. As Transferências Governamentais Obrigatórias da União para os Estados, Distrito Federal e Municípios. Fontes, Aplicação e Fiscalização. Revista Organização Sistêmica | vol.2 n.1 | jul- dez. 2012.

As sessões que seguem buscam analisar a distribuição espacial destas distintas formas de transferência de renda pelo Governo Federal. Primeiramente, serão consideradas as transferências voluntárias, destacando a distribuição geral dos convênios por arcos e estados fronteiriços. Em seguida, enfoca-se a distribuição dos investimentos por município através da seleção de algumas pastas ministeriais mais significativas para as quais foram produzidos mapas com a proporção dos recursos dos Convênios Federais. Por fim, a análise recai sobre as demais variáveis, buscando estabelecer correlações espaciais entre as transferências constitucionais, as transferências de renda e a distribuição das famílias cadastradas com menos de meio salário mínimo.

CONVÊNIOS FEDERAIS: INCIDÊNCIA ESPACIAL POR ARCOS FRONTEIRIÇOS E UNIDADES DA FEDERAÇÃO (2010 – 2012)

Através de dados disponibilizados pelo Portal da Transparência do Governo Federal, foi possível observar alguns padrões gerais de distribuição dos investimentos realizados pelos convênios. A distribuição dos recursos através dos arcos fronteiriços aparece de forma relativamente equilibrada quando se observa o montante aplicado nos convênios federais nestas regiões. O Arco Sul apresenta uma ligeira vantagem, contando com 36,8% dos investimentos. No entanto, este valor não se diferencia muito do Arco Norte (33,2%) e do Arco Central (30%), evidenciando como a quantidade de recursos aplicados nos convênios possui certa homogeneidade ao longo da faixa.

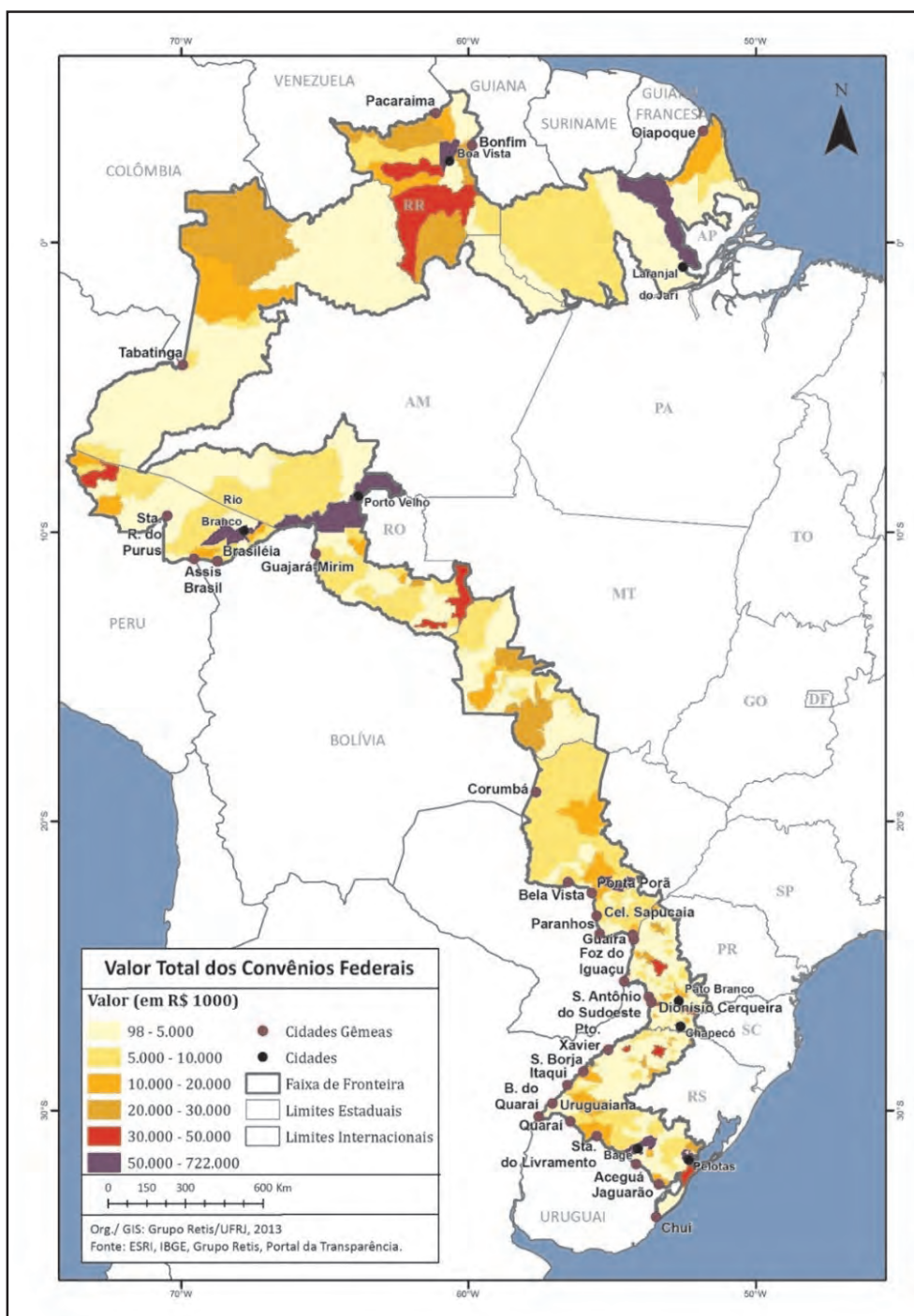
Gráfico III.1 Proporção dos recursos de Convênios Federais segundo Arcos, 2010-2012



Constata-se que os convênios federais não são aplicados de forma concentrada em locais com maior desenvolvimento social e econômico, mas estão distribuídos de forma equânime pelos arcos fronteiriços. No Mapa III.1 são representados os valores totais de convênios do Governo Federal com os municípios, somando-se todas as

pastas, e pode-se notar uma distribuição pulverizada ao longo da faixa, com uma certa concentração de investimentos no Arco Norte. Sempre que uma análise comparativa por arcos estiver sendo feita em um mapa com toda a Faixa de Fronteira, deve-se considerar que o tamanho dos municípios influencia na visualização diferenciada da variável sendo representada. A variável tende a ganhar mais destaque no Arco Norte devido ao tamanho da área ocupada. Observa-se como a maioria dos convênios institucionalizados com municípios fronteiriços estão abaixo de R\$ 15.000.000, mas, embora raros, os municípios que captaram um montante acima de R\$ 50.000.000 aparecem nos três arcos estudados, evidenciando novamente a dispersão dos investimentos.

Mapa III.1 Faixa de Fronteira: Valor Total dos Convênios Federais, 2010-2012



O Arco Norte aparece destacado no mapa com investimentos de convênios em algumas capitais, como as capitais Boa Vista (RR), Rio Branco (AC) e Porto Velho (RO), e municípios como Laranjal do Jari (AP) que apresenta investimentos superiores a 50 milhões de Reais em convênios com o Governo Federal. Os tipos de convênio podem variar bastante, pois enquanto as capitais apresentam grande parte do repasse direcionado a projetos de infraestrutura, como é o caso de Boa Vista que tem mais de 43% dos seus convênios ligados ao Ministério dos Transportes, outros municípios apresentam grandes repasses de ministérios ligados a assistência social, como é o caso de Laranjal do Jari, onde o Ministério da Saúde investiu mais de 30 milhões em convênios. De qualquer forma o Arco Norte tem áreas com investimentos importantes, mesmo quando consideramos alguns municípios mais afastados das capitais como São Gabriel da Cachoeira (AM) e Cruzeiro do Sul (AC).

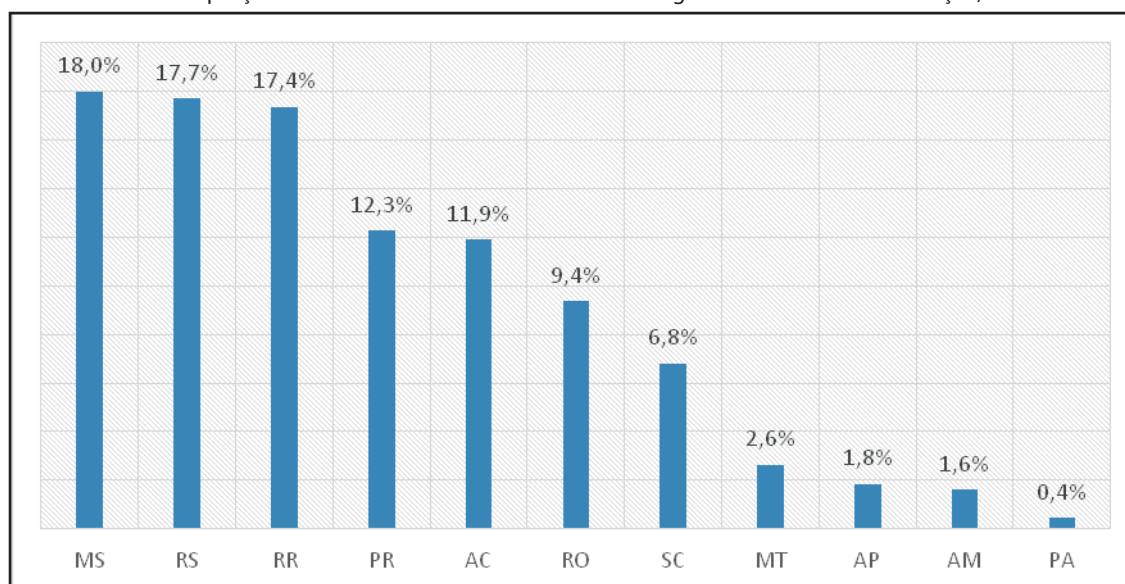
Mesmo não aparecendo com muito destaque no mapa, o Arco Central também conta com importantes investimentos, que se concentram em cidades médias como Dourados (MS) e Pato Branco (PR). O Ministério da Saúde investiu mais de 600 milhões em Dourados (MS) no período estudado o que correspondeu a mais de 91% dos convênios institucionalizados no município, que se tornou aquele que mais capitou recursos através de convênios federais entre 2010 e 2012. Já Pato Branco também aparece com investimentos acima dos 50 milhões de Reais, principalmente devido aos convênios que conseguiu instituir com o Ministério das Cidades, que investiu mais de 25 milhões no município. Enquanto no Arco Norte as capitais parecem concentrar mais os investimentos, no Arco Central algumas cidades médias conseguiram atrair investimentos significativos.

Por fim, os investimentos também aparecem com intensidade no Arco Sul, onde cidades como Chapecó (SC), Pelotas (RS) e Bagé (RS) aparecem com investimentos que superam os 50 milhões de Reais. A diferença de visualização no mapa também evidencia o quanto que o investimento no Arco Sul tende a gerar um efeito maior devido a menor área de abrangência na qual os recursos devem ser utilizados. Embora apareça com destaque no mapa, os mais de 68 milhões de Reais investidos principalmente pelo Ministério da Saúde em Laranjal do Jari (AP) devem ser utilizados para uma área muito maior do que os mais de 90 milhões investidos em convênios no pequeno município de Chapecó (SC), por exemplo. Neste caso, quando observamos grandes áreas coloridas no mapa devemos considerar as dificuldades de aplicação dos recursos no território.

Assim como no Arco Norte, o Arco Sul também apresenta grande variedade nos investimentos dos convênios. Enquanto o Ministério dos Transportes se destaca em Chapecó (SC), o Ministério da Integração Nacional apresenta grande impacto nos convênios relativos ao município de Bagé (RS). Já Pelotas (RS) apresenta maior impacto do Ministério da Educação. Considerando esta diversidade na atuação dos ministérios nos municípios fronteiriços, buscou-se produzir uma análise mais individualizada da participação dos Estados e das pastas na quantidade total de convênios.

A distribuição dos investimentos por unidade da federação (U) também demonstra uma relativa dispersão, mas fica evidente a existência de contrastes entre os recursos disponibilizados. O estado do Pará, por exemplo, conta com 0,44% dos investimentos enquanto o Mato Grosso do Sul apresentou o maior orçamento relativo aos convênios, concentrando 18,01% dos investimentos. Apesar desta variação extrema, é interessante observar como há todos os arcos estão representados entre os três primeiros estados que receberam mais recursos (MS, RS, RR). Logo atrás do Mato Grosso do Sul, situado no Arco Central, está o Rio Grande do Sul concentrando 17,72% e Roraima, que está situada no Arco Norte e teve 17,37% dos investimentos.

Gráfico III.2 Proporção dos recursos dos Convênios Federais segundo Unidades da Federação, 2010-2012



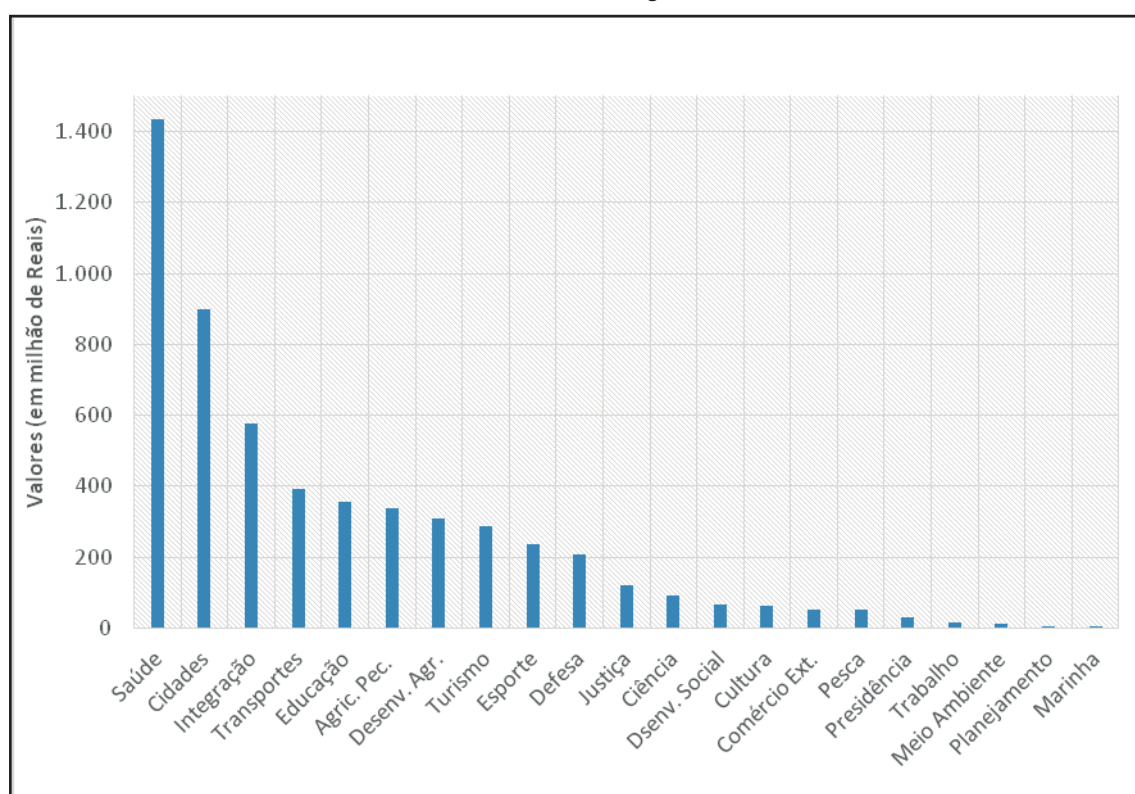
A análise específica de cada caso certamente auxilia na compreensão da distribuição dos recursos representada acima. No caso de Roraima, por exemplo, 31,61% do orçamento dos convênios estavam relacionados ao Ministério dos Transportes, e foi provavelmente o financiamento da construção de estradas que elevou os gastos dos convênios neste estado. Já o estado de Mato Grosso do Sul apresentou 69,14% do orçamento dos seus convênios vinculados ao Ministério da Saúde. Este tipo de informação evidencia como a análise dos convênios não pode considerar apenas a quantidade de recursos distribuídos, mas também os tipos de ministérios e projetos associados a cada região.

No intuito de observar estas concentrações foram construídas tabelas que identificavam a proporção do orçamento dos convênios de cada ministério com os municípios fronteiriços. Como os dados obtidos estavam segmentados em 21 ministérios e comandos do Exército, ficou difícil fazer uma análise geral da distribuição e decidiu-se selecionar alguns ministérios com maior expressão nos investimentos.

Convênios Federais: Incidência Espacial por Pasta Ministerial (2010 – 2012)

A escolha dos convênios federais a serem considerados foi feita com base tanto nos tipos de ministérios como na importância relativa de cada pasta no total de convênios estabelecidos com os municípios fronteiriços. A partir dos dados de gastos absolutos por pasta ministerial, obtidos através do Portal da Transparência, foi possível observar quais ministérios gastavam mais com convênios na Faixa de Fronteira. Considerando o Gráfico III.3, é possível identificar os ministérios mais atuantes no estabelecimento de convênios.

Gráfico III.3 Valor dos Convênios Federais segundo Ministérios, 2010-2012



O Ministério da Saúde destaca-se no gráfico com mais de 1 bilhão e quatrocentos milhões de Reais investidos em convênios com os municípios fronteiriços. Com uma diferença significativa, o Ministério das Cidades ocupa o segundo lugar investindo menos de 900 milhões de Reais. O Ministério da Integração Nacional aparece em seguida, com um orçamento inferior a 600 milhões gastos em convênios com os municípios fronteiriços. Além de serem pastas importantes para se considerar o desenvolvimento social na fronteira, a intensidade na participação total dos convênios estimulou o mapeamento dos dados destes Ministérios. O Ministério da Educação ocupa o quinto lugar na quantidade de gastos e também foi incluído por ser considerado importante na representação da densidade institucional na fronteira.

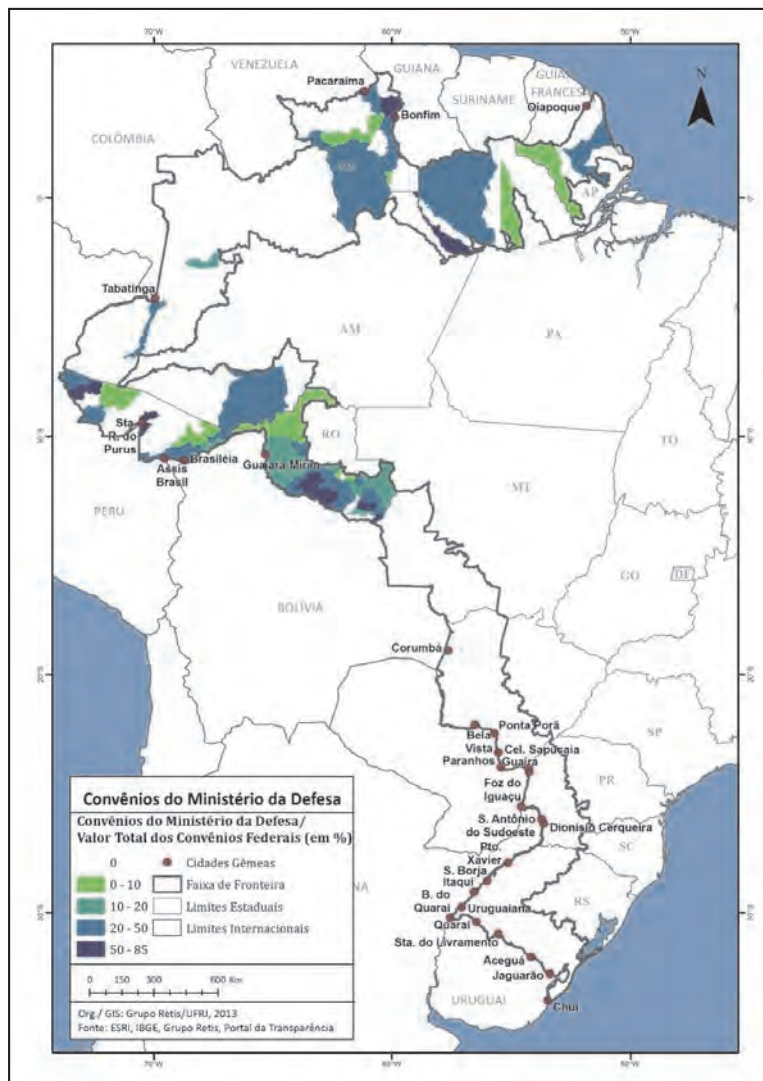
Os Ministérios da Defesa e da Justiça claramente não têm nos convênios a sua forma principal de atuação. Porém, mesmo sem apresentarem gastos muito significativos, estas pastas foram incluídas por sua importância na atuação em questões que envolvem a segurança pública nas fronteiras. Por fim, foram selecionados dados do Ministério do

Desenvolvimento Social e Combate à Fome, pois embora os seus gastos sejam inferiores a 70 milhões, trata-se de uma pasta com importância peculiar para se considerar a presença de programas federais nos municípios fronteiriços, principalmente quando consideramos a população de baixa renda.

Ministério da Defesa

Se a presença de convênios com o Governo Federal é relativamente bem distribuída ao longo da Faixa de Fronteira o mesmo não se pode dizer quando consideramos os convênios institucionalizados com o Ministério da Defesa. Este foi o ministério com maior concentração dos seus investimentos, que ocorreram apenas em municípios localizados no Arco Norte. Embora não tenha uma distribuição homogênea pelo arco, estando ausente em muitos municípios, o Ministério da Defesa apresenta uma presença marcante principalmente devido a atuação do seu Departamento de Administração Interna e da vertente civil do Projeto Calha Norte. No Mapa III.2, abaixo, pode-se observar a referida concentração dos convênios com o Ministério da Defesa.

Mapa III.2 Faixa de Fronteira: Convênios com o Ministério da Defesa, 2010 a 2012



À primeira vista, pode-se pensar que a concentração de convênios com o Ministério da Defesa no Arco Norte revela a prioridade atribuída à segurança na região. Porém, é importante reconhecer que a retomada do Projeto Calha Norte nos anos 2000 teve como objetivo atuar a partir do binômio segurança e desenvolvimento social. A vertente civil do projeto atuou com o objetivo de promover o desenvolvimento regional, investindo em áreas como infraestrutura social, econômica e de transporte, compra de viaturas, máquinas e equipamentos, além de ações sociais relacionadas ao esporte, educação e saúde. Os convênios com o Ministério da Defesa direcionados para a área de infraestrutura são mais importantes em municípios onde há pouca capacidade de captação de recursos por outras vias institucionais¹⁵.

Este fato fica evidente quando observamos que a distribuição dos convênios com o Ministério da Defesa não é concentrada nas capitais, mas sim em localidades com um número mais reduzido de habitantes e com menos densidade institucional. Em localidades como São Francisco do Guaporé (RO), Rodrigues Alves (AC) e Normandia (RR) os convênios com o Ministério da Defesa representam mais de 50% do total de convênios estabelecidos com o Governo Federal. O município com maior peso relativo dos investimentos do Ministério da Defesa é Nhamundá (AM) com mais de 80% dos seus convênios associados a esta pasta. Basicamente estes investimentos foram relacionados as duas etapas de urbanização da Ilha do Papagaio, que foi realizada por meio de dois convênios com o valor de 1 milhão de Reais cada um.

Por um lado, o destaque dado a estes municípios no mapa (Mapa III.2) revela o investimento do Ministério da Defesa na região. Por outro, a necessidade de recorrer a este ministério para obter financiamento para obras de infraestrutura evidencia a ausência de outras instituições disponíveis para a captação de recursos pelos municípios, revelando uma baixa densidade institucional.

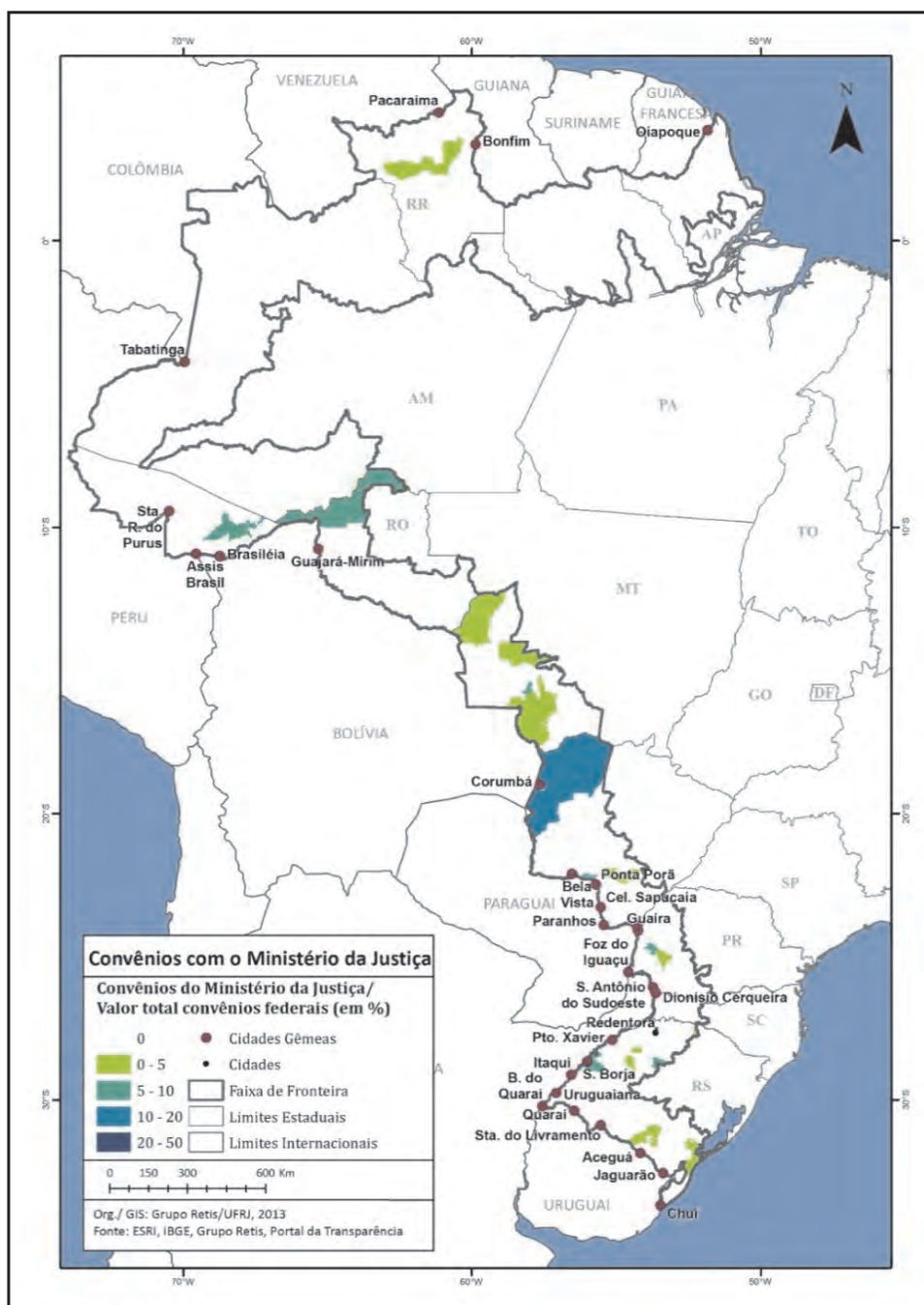
Ministério da Justiça

O Ministério da Justiça apresenta uma concentração menor de seus convênios atuando de forma pontual nos três arcos fronteiriços. Fica evidente que os convênios não são a principal forma de atuação do ministério nos municípios fronteiriços, pois o Mapa III.3 é repleto de áreas em branco. Ao analisar a natureza dos convênios estabelecidos, fica evidente como a captação dos recursos se relaciona mais com a existência de instituições locais que conseguem se articular para pleitear a verba do que com uma política do Ministério da Justiça no intuito de ofertar e estimular a distribuição de recursos por meio de convênios.

¹⁵ MONTEIRO, Lício Caetano. O programa Calha Norte. Redefinição das Políticas de Segurança e Defesa nas Fronteiras Internacionais da Amazônia Brasileira. Estudos Urbanos e Regionais. V.13, N.2. 2012.

A grande maioria dos convênios é relacionada direta ou indiretamente à questão da segurança pública e a diversidade das ações parece ser mais reduzida se comparada àquela observada nos convênios com o Ministério da Defesa. Muitos convênios são relacionados ao aparelhamento e a capacitação dos órgãos de segurança pública e instalação de câmeras de vigilância. No entanto, algumas iniciativas de instituições locais também conseguem captar verbas do ministério para outras finalidades. Este foi o caso do município de Redentora (RS), o único que apresentou mais de 20% dos seus convênios institucionalizados com o Ministério da Justiça. Estes convênios foram pleiteados pela Associação Indígena de Agricultores e pela Cooperativa de Habitação Indígena da Região Sul e foram aplicados na construção de casas para moradia indígena.

Mapa III.3 Faixa de Fronteira: Convênios com o Ministério da Justiça, 2010–2012.

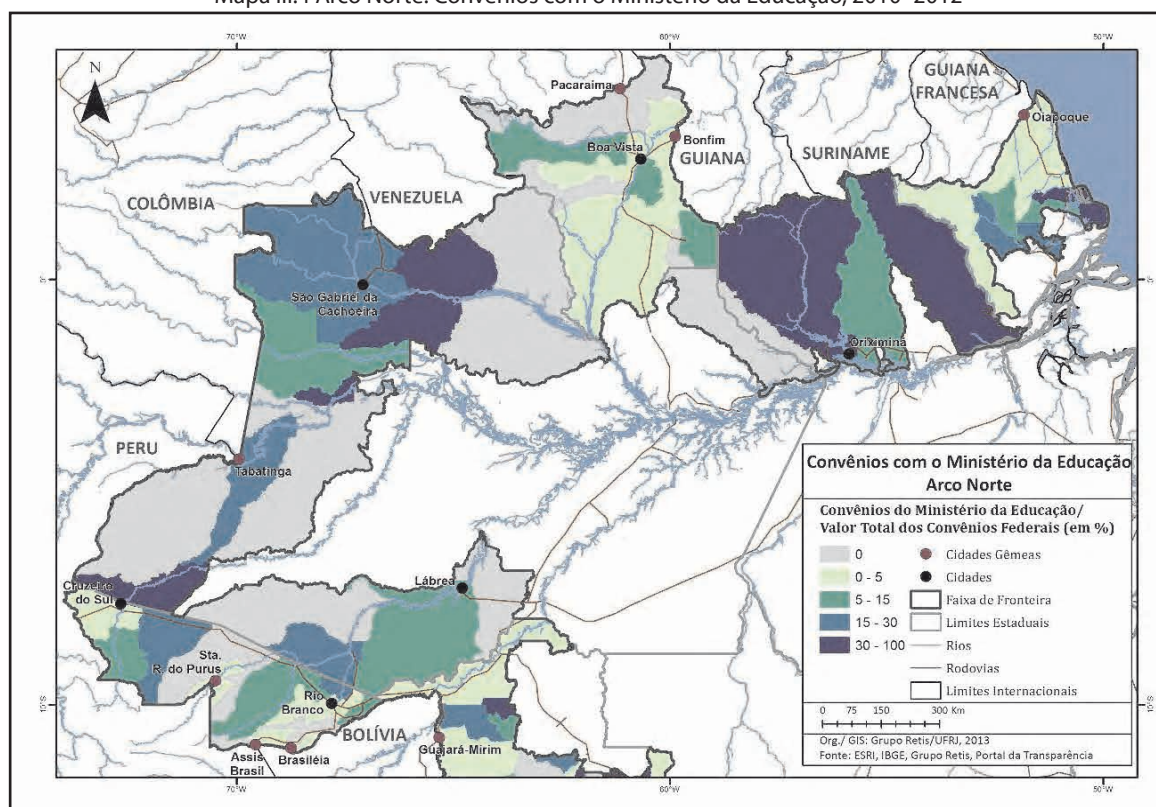


Outro município que se destaca no mapa é Corumbá (MS), que tem mais de 10% do orçamento de seus convênios associado ao Ministério da Justiça. Neste caso, trata-se da reestruturação da guarda municipal associada a um projeto de teatro de fantoches para conscientizar sobre a violência e a criminalidade. De qualquer forma, estas iniciativas isoladas deixam claro como os convênios com o Ministério da Justiça são esporádicos e dependem consideravelmente nas iniciativas do convenente. Como podemos observar nas classes do Mapa III.3 em nenhum município fronteiriço os convênios com o Ministério da Justiça representam mais de 50% do total de convênios com o Governo Federal.

Ministério da Educação

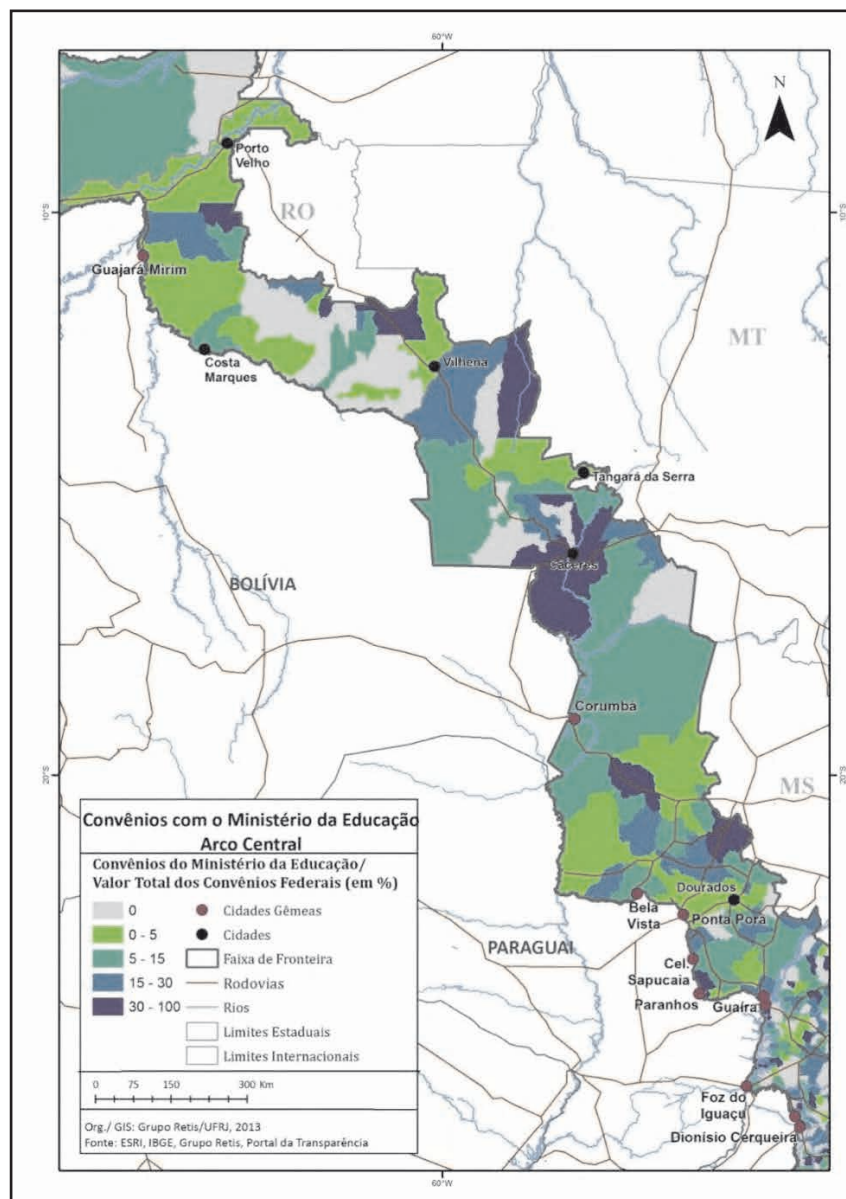
Contrastando com os ministérios mais diretamente ligados a segurança – Defesa e Justiça – os ministérios relacionados ao desenvolvimento social apresentaram uma presença mais homogênea e constante nos convênios institucionalizados com os municípios fronteiriços. O Ministério da Educação, por exemplo, aparece com presença importante nos três arcos, sendo muitas vezes responsável pelo repasse de mais de 30% dos recursos adquiridos pelos municípios a partir de convênios com o Governo Federal. No Mapa III.4, observamos a participação do Ministério da Educação nos convênios do Arco Norte, evidenciando uma maior intensidade em municípios com baixa densidade populacional como Guajará (AM), Ipixuna (AM) e Santa Isabel do Rio Negro (AM). O peso proporcional dos convênios com o Ministério da Educação é claramente mais reduzido nas capitais dos estados situados no Arco Norte. Além disso, mesmo com uma presença marcante, observamos que muitos municípios seguem sem apresentar nenhum convênio com o Ministério da Educação.

Mapa III.4 Arco Norte: Convênios com o Ministério da Educação, 2010–2012



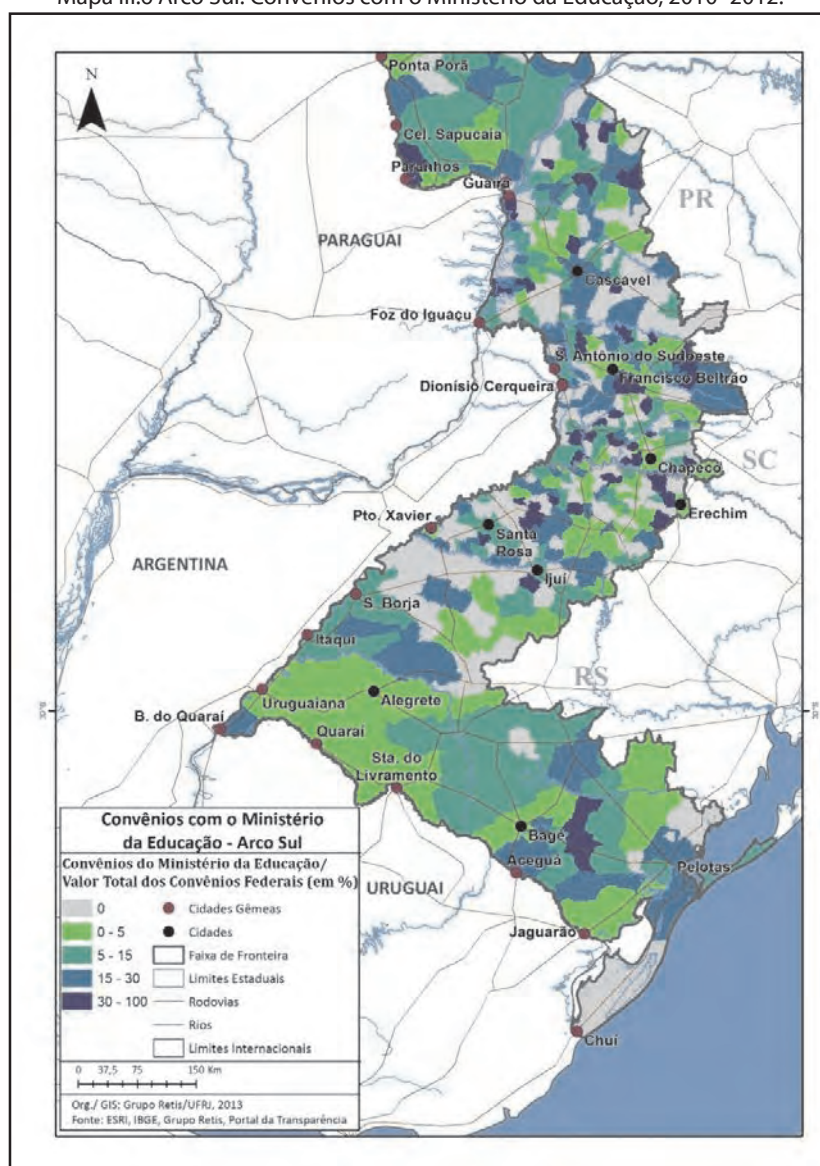
Seguindo o mesmo padrão do Arco Norte, o Arco Central (Mapa III.5) também apresenta uma presença importante do Ministério da Educação e o peso relativo deste ministério não coincide necessariamente com as áreas mais urbanizadas. No Arco Central observamos extensões territoriais menos significativas sem nenhum tipo de convênio com o Ministério da Educação, mas o destaque segue nas localidades pequenas como Burititis (RO), Sapezal (MT) e Miranda (MS), que apresentam menos de 30 mil habitantes, e pouco mais de 50% de sua população vivendo em cidades. A grande maioria dos convênios é realizado para financiar a construção de escolas e comprar equipamentos, sendo institucionalizado através de requerimentos majoritariamente feitos pelas prefeituras para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Não há um padrão de distribuição que pareça se relacionar com o limite internacional, o que sugere que o Ministério da Educação não tem editais ou orçamentos especificamente direcionados para os municípios limítrofes.

Mapa III.5 Arco Central: Convênios com o Ministério da Educação, 2010–2012



Os editais e as possibilidades de estabelecimento de convênios geralmente não seguem uma lógica específica ou pontual para a Faixa de Fronteira e os municípios solicitam convênios da mesma forma que os demais convenientes distribuídos pelo território brasileiro. Por isso, encontramos uma maior concentração de convenientes no Arco Sul, onde embora os municípios sejam menores a pareçam reduzidos no Mapa III.6, também fica claro que o número de municípios com mais de 30% do valor dos seus convênios associados ao Ministério da Educação é consideravelmente mais elevado. A Faixa de Fronteira que segue os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a chamada zona de colonização, apresentam grande parte dos seus municípios coloridos de azul, representando ao menos um peso de mais de 15% do Ministério da Educação nos convênios. Estes municípios apresentam um importante crescimento urbano e muitas vezes tem mais de 60% da sua população concentrada nas cidades. Na área mais rural, localizada na fronteira com o Uruguai, a participação do Ministério da Educação nos convênios é um pouco mais reduzida.

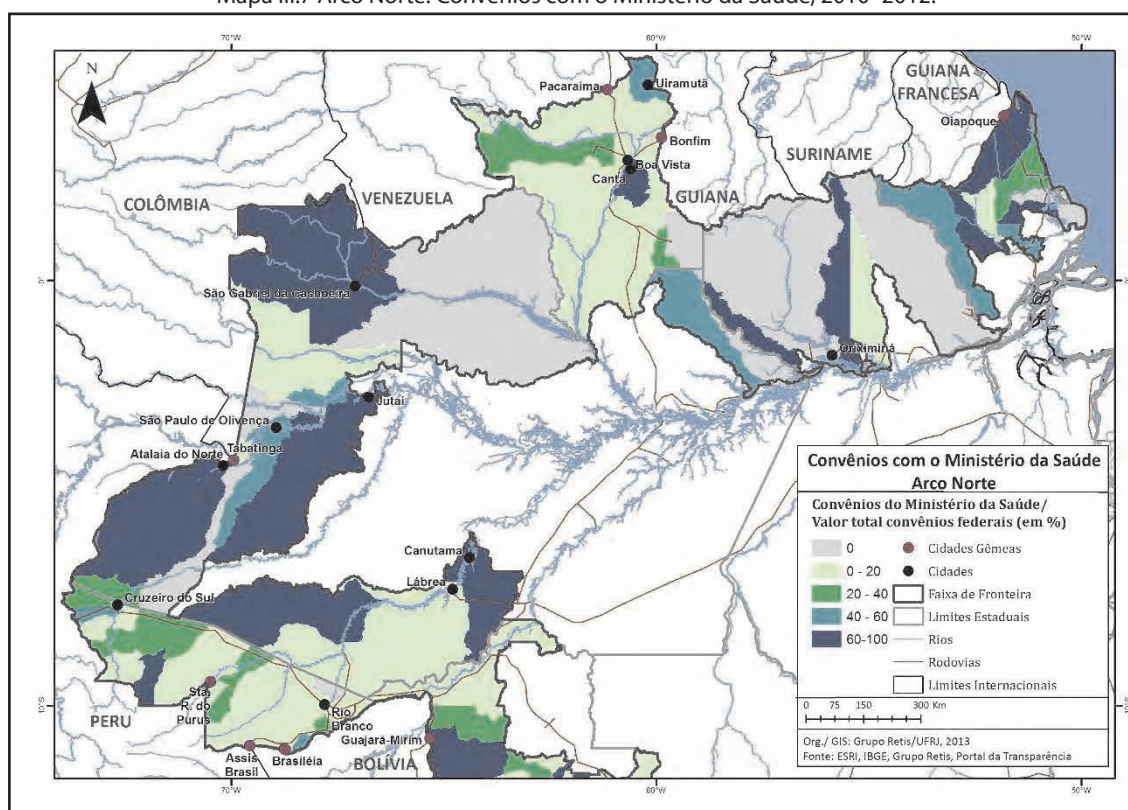
Mapa III.6 Arco Sul: Convênios com o Ministério da Educação, 2010–2012.



Ministério da Saúde

Como foi observado no primeiro gráfico apresentado neste capítulo (Gráfico III.1), o Ministério da Saúde é de longe o que mais investe através de convênios nos municípios fronteiriços. Este seria o único Ministério a investir mais de 1 bilhão de Reais e isso se deve a sua forma de funcionamento, que prioriza os convênios como forma de investimento não só na Faixa de Fronteira, mas em todo o Brasil. Os convenientes aqui também são geralmente as prefeituras e os recursos distribuídos são majoritariamente do Fundo Nacional de Saúde. Como há um investimento grande e pulverizado, nota-se uma diversidade grande no objetivo dos convênios, que podem ser associados a compra de construção de unidades hospitalares, saneamento básico, caminhões de lixo, ou aquisição de medicamentos, item mais recorrente entre os convênios analisados.

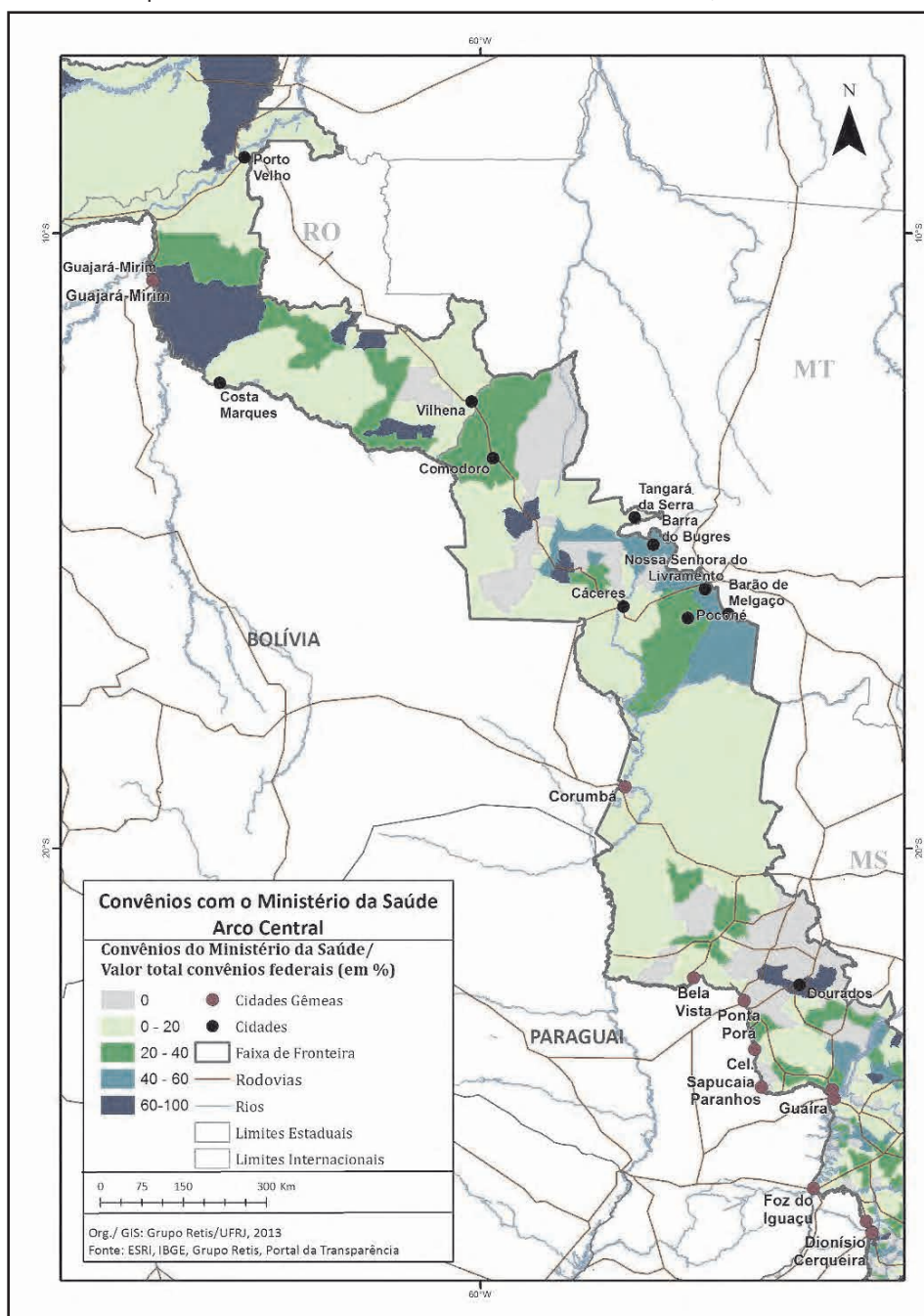
Mapa III.7 Arco Norte: Convênios com o Ministério da Saúde, 2010–2012.



A primeira observação evidente na distribuição destes convênios no Arco Norte (Mapa III.7) é que existem poucos municípios sem nenhuma participação do Ministério da Saúde. No Estado do Amazonas, por exemplo, apenas quatro municípios, Santa Isabel do Rio Negro (AM), Barcelos (AM), Benjamin Constant (AM) e Ipixuna (AM) não apresentaram um número de convênios significativos com esta pasta. Muitos municípios apresentam mais de 20% do valor dos seus convênios nesta área e existem casos extremos, como o município de Faro (PA), que embora não possa ser destacado de forma diferenciada no mapa, apresenta 100% dos seus convênios com o Ministério da Saúde.

Assim como foi ponderado para o Ministério da Defesa, vale a pena lembrar que uma concentração muito grande de convênios com o um único Ministério pode também ser associada a uma baixa densidade institucional, pois evidencia a dificuldade do município de acessar outras fontes de financiamento. Observa-se que as capitais e maiores centros urbanos dificilmente apresentam uma concentração tão grande dos convênios em apenas uma pasta, tanto que Rio Branco (Ac), Porto Velho (RO) e Boa Vista (RR) apresentam valores inferiores a 10% da participação do Ministério da Saúde em seus convênios. De qualquer forma, trata-se de uma pasta com grande peso em municípios menos urbanizados e muitas localidades apresentam de 60 à 100% de seus convênios vinculados a saúde.

Mapa III.8 Arco Central: Convênios com o Ministério da Saúde, 2010–2012



No Arco Central (Mapa III.8) também observamos uma participação significativa do Ministério da Saúde e poucos municípios cortados pelos limites internacionais não apresentam convênios com esta pasta. Guajará-Mirim (RO) se destaca pelo tamanho do município que tem mais de 70% do valor dos seus convênios associados a área de saúde, sendo a maior parte deste recurso investido na construção de um sistema de esgotamento sanitário. Já o município de Comodoro (MT) tem pouco mais 30% dos seus convênios na área de saúde.

Os dois municípios citados apresentam grande concentração de população nas cidades (84% e 69% respectivamente) e curiosamente este é um padrão comum na maioria dos municípios com maior densidade institucional nos Arcos Norte e Central. Uma das hipóteses possíveis é que para atrair investimentos relativos a construção de hospitais ou instalação de saneamento básico, estas localidades já devem possuir uma certa concentração populacional, que destes dois arcos geralmente está ligada a um crescimento das cidades.

Outro caso exemplar desta relação é o município de Poconé, que apresenta mais de 70% de sua população na cidade e tem mais de 30% dos seus convênios com o Ministério da Saúde. Já Dourados (MS) é um caso peculiar, mas que reforça as relações estabelecidas. O Município apresenta mais 90% de sua população nas cidades, porém, os mais de 600 milhões captados pelo município através do Ministério da Saúde são majoritariamente associados a investimentos na saúde indígena. São raros os municípios com alto grau de população rural que tem acesso a este tipo de investimento, simplesmente pela dificuldade de captação.

da Saúde através de convênios específicos. O Município de Princesa (SC), por exemplo, tem apenas 36% de sua população morando em área urbana, mas conseguiu atrair mais de 2 milhões e meio de Reais do Ministério da Saúde para investir em esgotamento sanitário, o que significou quase 90% dos seus convênios instituídos com estes municípios.

Outro caso similar é Pedras Altas (RS), que possui apenas 34% de população urbana, mas conseguiu um financiamento de mais de quase 3 milhões de Reais para construir um sistema de distribuição de água. Considerando a participação ativa de municípios com graus variados de urbanização nos convênios com o Ministério da Saúde institucionalizados no Arco Sul, constata-se uma maior densidade institucional neste arco, expressa pelas variadas áreas coloridas de azul no Mapa III.9. Apesar de ser um arco mais urbanizado, o Arco Sul não depende de taxas mais elevadas de urbanização para atrair recursos de distintos ministérios do Governo Federal.

Ministério das Cidades

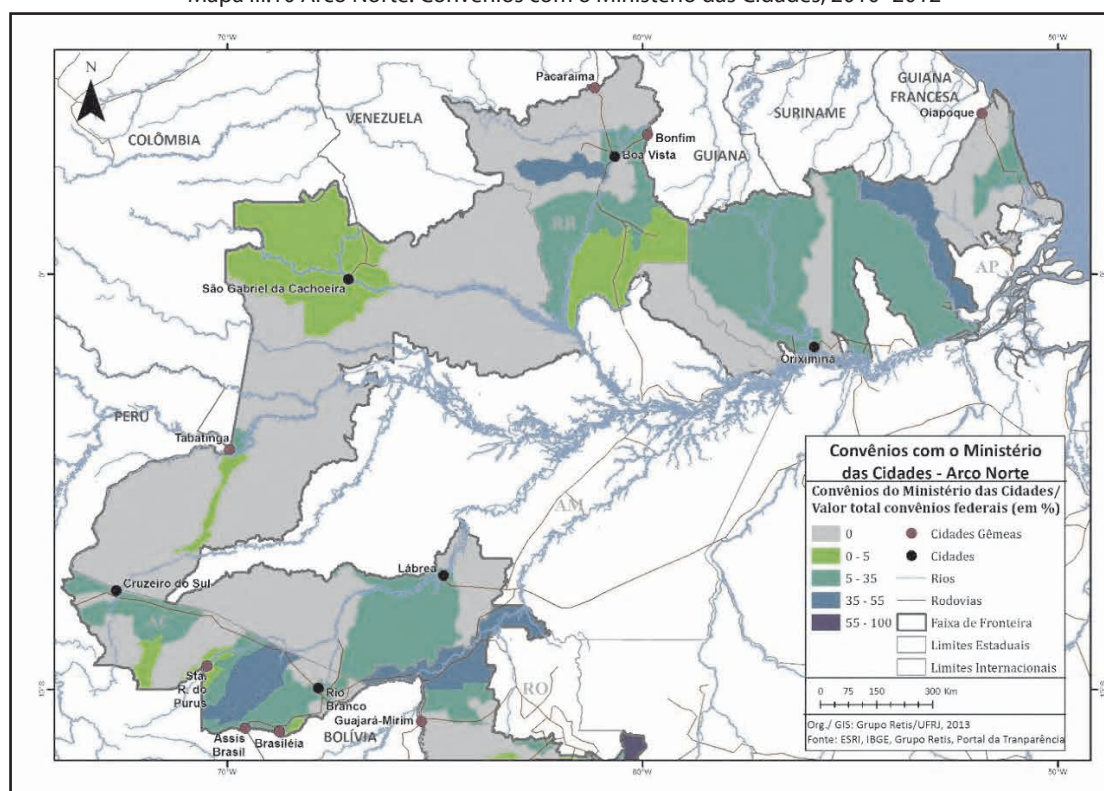
O Ministério das Cidades também é uma pasta interessante para se analisar as relações entre o grau de urbanização dos municípios e os tipos e intensidades dos convênios instituídos entre os municípios e o Governo Federal. Este Ministério foi incluído principalmente por ser o segundo que mais investe na Faixa de Fronteira através de convênios. No entanto, os seus investimentos se encontram espacialmente mais concentrados se comparados aqueles realizados pelos Ministérios da Educação e da Saúde.

O Mapa III.10 representando o peso do Ministério das Cidades no Arco Norte já demonstra claramente a ausência de convênios realizados com grande parte dos municípios, pois extensões consideráveis da Faixa de Fronteira aparecem sem dados sobre esta pasta. De fato, grande parte dos recursos destinados por este ministério se refere a melhoramento da estrutura urbana, pavimentação asfáltica e questões de moradia urbana, que aparecem com maior intensidade em cidades de maior porte. Mesmo nas localidades sem muita concentração populacional, o grau de urbanização parece ser um elemento importante, já que os quatro municípios que apresentaram mais de 35% do seu orçamento de convênios vinculado ao Ministério das Cidades apresentam uma população urbana acima dos 60%.

O município de Laranjal do Jari (AP), por exemplo, apresenta mais de 95% de sua população vivendo nas cidades e a participação do Ministério das Cidades nos convênios municipais é de 41%. Já os municípios de Mucajaí (RR) e Sena Madureira (AC) apresentam uma população urbana superior a 60% e também apresentaram uma participação importante do Ministério das Cidades em seus convênios. O destaque ficou por conta da única capital incluída na classe mais elevada de participação da pasta, Porto Velho (RO)

que tem 91% de sua população morando na cidade e recebeu mais de 100 milhões de Reais em convênios que significaram 44% do que este município recebeu em convênios com o Governo Federal.

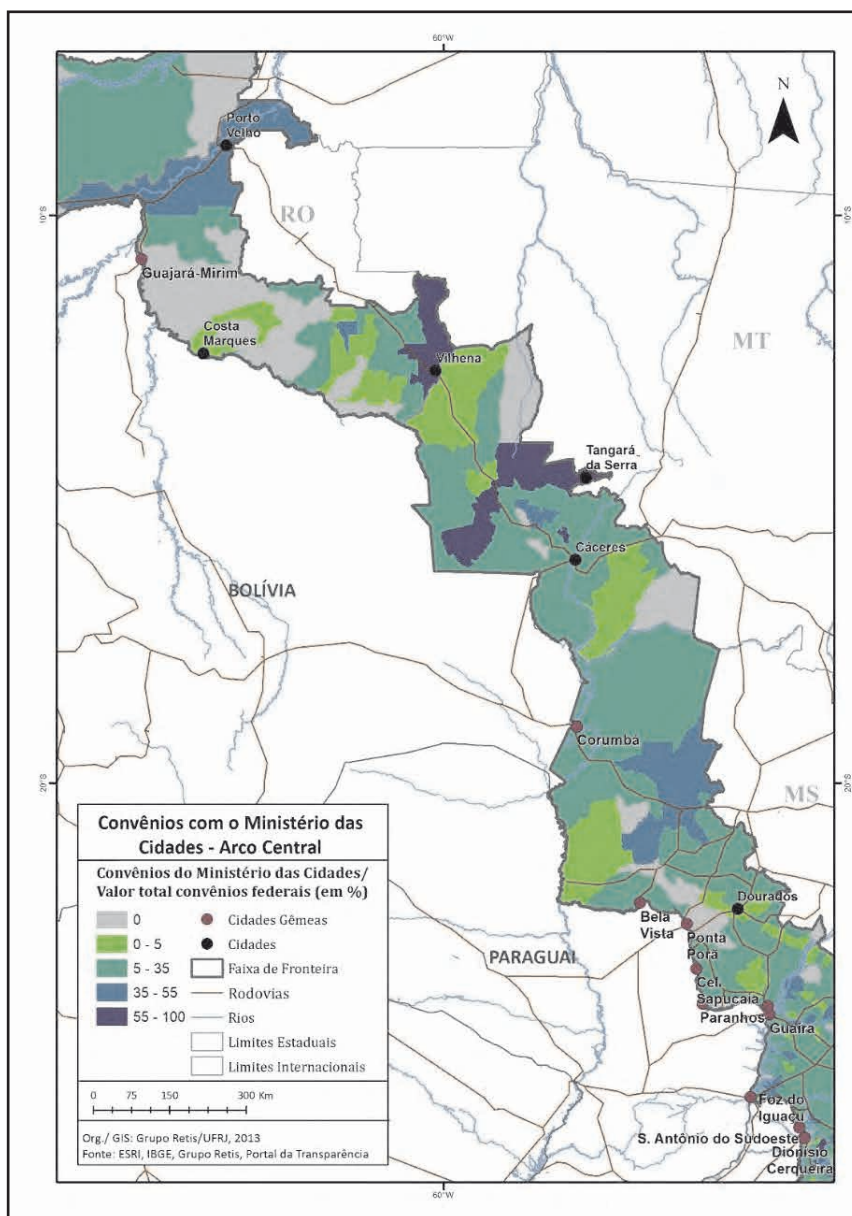
Mapa III.10 Arco Norte: Convênios com o Ministério das Cidades, 2010–2012



Se comparado ao Arco Norte, o Arco Central parece ter uma participação mais significativa dos convênios com o Ministério das Cidades (Mapa III.11). Neste arco alguns municípios chegam a ter mais de 50% dos seus convênios associados a esta pasta, o que não ocorreu com nenhum município situado ao norte. O município de Vilhena (RO), por exemplo, apresentou 76% de seus convênios voltados para este ministério e apresenta quase 95% de sua população vivendo em ambiente urbano. Os quase 20 milhões captados por Vilhena foram praticamente inteiramente aplicados em pavimentação asfáltica e drenagem pluvial, ações importantes para garantir o crescimento da cidade.

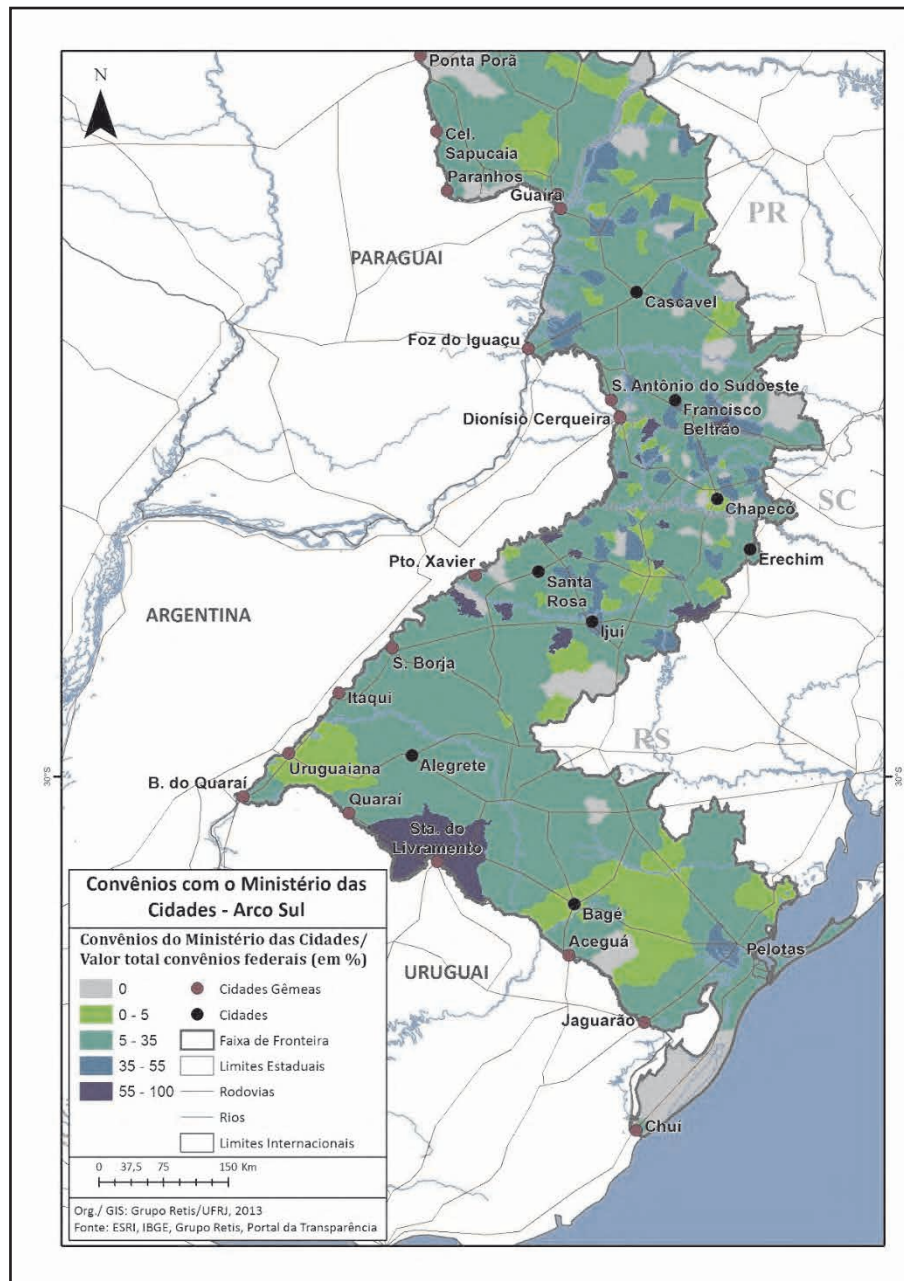
Outros três municípios que se destacaram se situaram em uma região relativamente próxima no Mato Grosso: Tangará da Serra (MT), Pontes e Lacerda (MT) e Curvelândia (MT). Os dois primeiros municípios apresentam altos índices de urbanização, 90% e 83% respectivamente e o último apresentou crescimento urbano expressivo nos últimos anos, tendo 59% de sua população habitando a cidade. Não por acaso, mesmo com um montante de recursos inferior aos outros municípios citados, Curvelândia tem 74% do recurso dos seus convênios provenientes do Ministério das Cidades, pois devido ao seu rápido crescimento recebeu verbas para reestruturar a circulação de veículos na cidade para minimizar os altos índices de acidente.

Mapa III.11 Arco Central: Convênios com o Ministério das Cidades, 2010–2012



Se nos arcos anteriormente analisados o Ministério das Cidades parece atuar de forma mais pontual, em localidades com alto grau de urbanização ou que tiveram crescimento recente, no Arco Sul este ministério tem uma distribuição espacial mais homogênea dos convênios, estando ausente em poucos municípios apesar do variado grau de urbanização na região. No Mapa III.12, observa-se uma mancha verde escura contínua, evidenciando como poucos municípios apresentam uma participação de menos de 5% do valor dos convênios associados ao Ministério das Cidades. Novamente os municípios com maior participação desta pasta apresentam graus elevados de urbanização, como é o caso de Santana do Livramento (RS), com pouco mais de 90% de sua população morando na cidade. Mas o que mais impressiona no Arco Sul não são os casos pontuais, mas sim a constância e a homogeneidade dos investimentos na região.

Mapa III.12 Arco Sul: Convênios com o Ministério das Cidades, 2010–2012

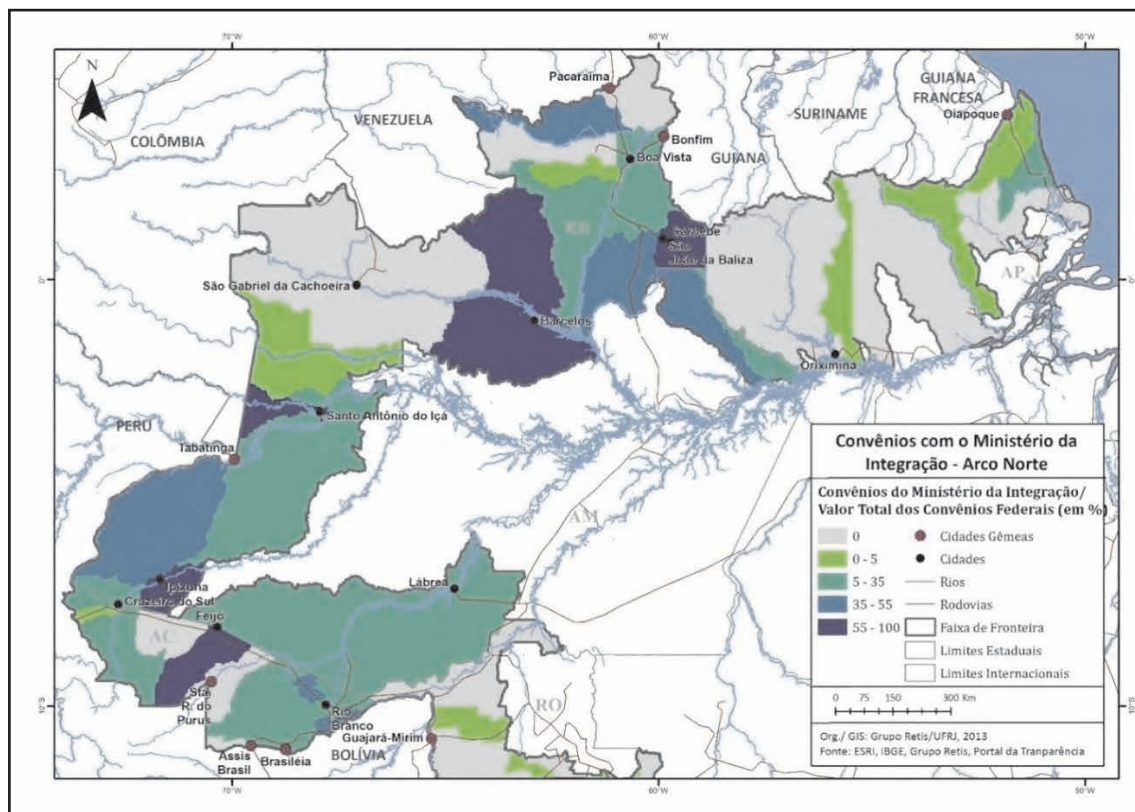


Ministério da Integração Nacional

Uma das questões interessantes ao se analisar a atuação de ministérios distintos através de convênios com os municípios fronteiriços é identificar a existência de sobreposições nas funções exercidas pelos mesmos, considerando em que contextos ou regiões as distintas pastas são acionadas. O Ministério da Integração, por exemplo, atua em investimentos que também podem ser realizados por outros ministérios. Pavimentação asfáltica, infraestrutura conectiva, e drenagem pluvial, por exemplo, são investimentos para onde converge grande parte dos recursos do Ministério das Cidades e do Ministério da Integração, respectivamente o segundo e o terceiro ministérios que mais investem

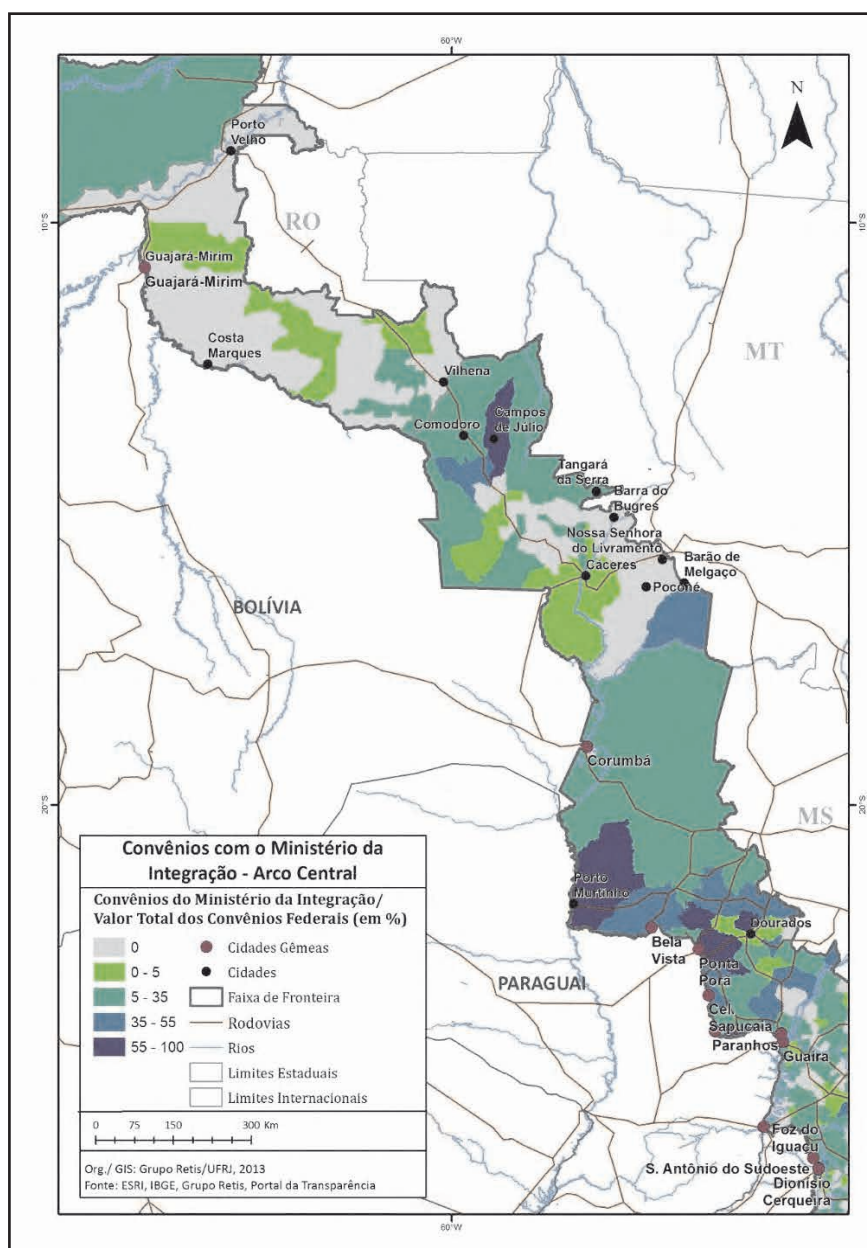
recursos a partir dos convênios com os municípios. Apesar da similaridade em alguns investimentos realizados por estes ministérios, ao observar o mapa da participação do Ministério da Integração no Arco Norte (Mapa III.13), fica evidente uma participação mais intensa e menos atrelada ao grau de urbanização dos municípios.

Mapa III.13 Arco Norte: Convênios com o Ministério da Integração Nacional, 2010–2012



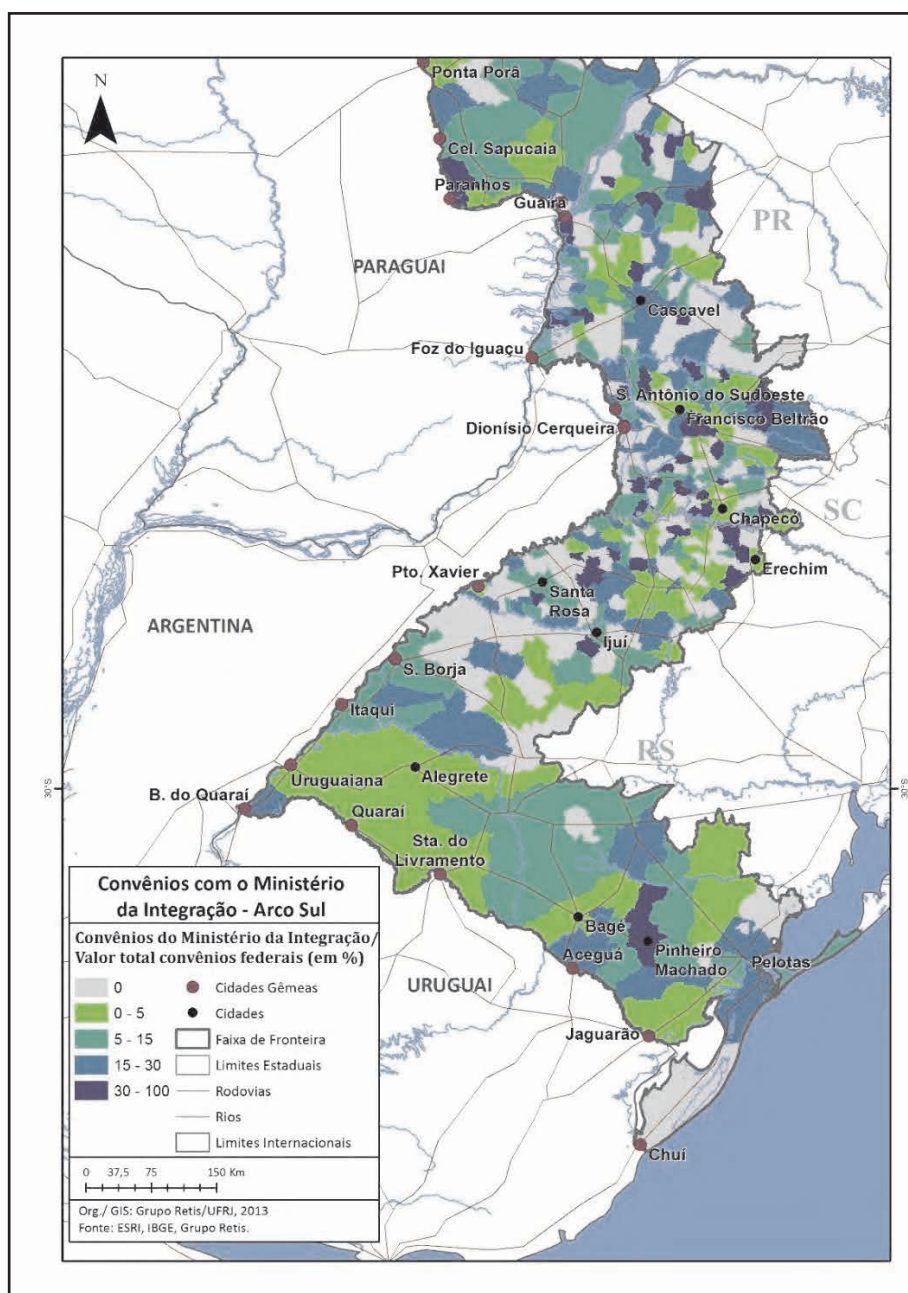
Nota-se claramente que nenhuma capital do Arco Norte apresenta um peso muito significativo dos convênios com o Ministério da Integração Nacional. Além disso, localidades como Barcelos (AM), que apresentam uma população rural maior do que urbana (56% de população rural) ganham bastante destaque no Mapa III.13, pois 100% dos convênios institucionalizados no município foram realizados com este ministério. No caso deste município, evidencia-se a sua baixa densidade institucional, pois os convênios foram institucionalizados com a Secretaria Nacional de Defesa Civil no intuito de realizar ações de socorro assistência e reestabelecimento de serviços. Se não fosse uma situação de emergência que ocorreu no município em 2012, o município talvez fosse seguir sem estabelecer convênio com nenhuma pasta. Em situação bastante similar encontra-se Santo Antônio do Içá (AM), que tem uma população urbana ligeiramente maior do que a rural (53%) e também tem 100% dos seus convênios associados ao Ministério da Integração Nacional.

Mapa III.14 Arco Central: Convênios com o Ministério da Integração Nacional, 2010–2012



No Arco Central também pode-se observar uma atuação relevante deste ministério e o padrão de atuar em áreas menos urbanizadas parece seguir pertinente (Mapa III.14). Municípios destacados nos exemplos do Ministério das Cidades, como Guajará Mirim (RO) aparecem aqui sem nenhum convênio com a pasta relativa a Integração Nacional. Já localidades como Porto Murtinho (MS) e Campos de Júlio (MT) se sobressaem com mais de 55% do valor de seus convênios vinculados a este ministério. É interessante observar que mesmo nos municípios situados no limite internacional, como é o caso de Porto Murtinho (MS), o conteúdo dos convênios geralmente não cita possíveis dinâmicas e investimentos que integrem o país vizinho e as obras são geralmente solicitadas e concebidas a partir da ótica de atuação exclusiva no território nacional.

Mapa III.15 Arco Sul: Convênios com o Ministério da Integração Nacional, 2010–2012



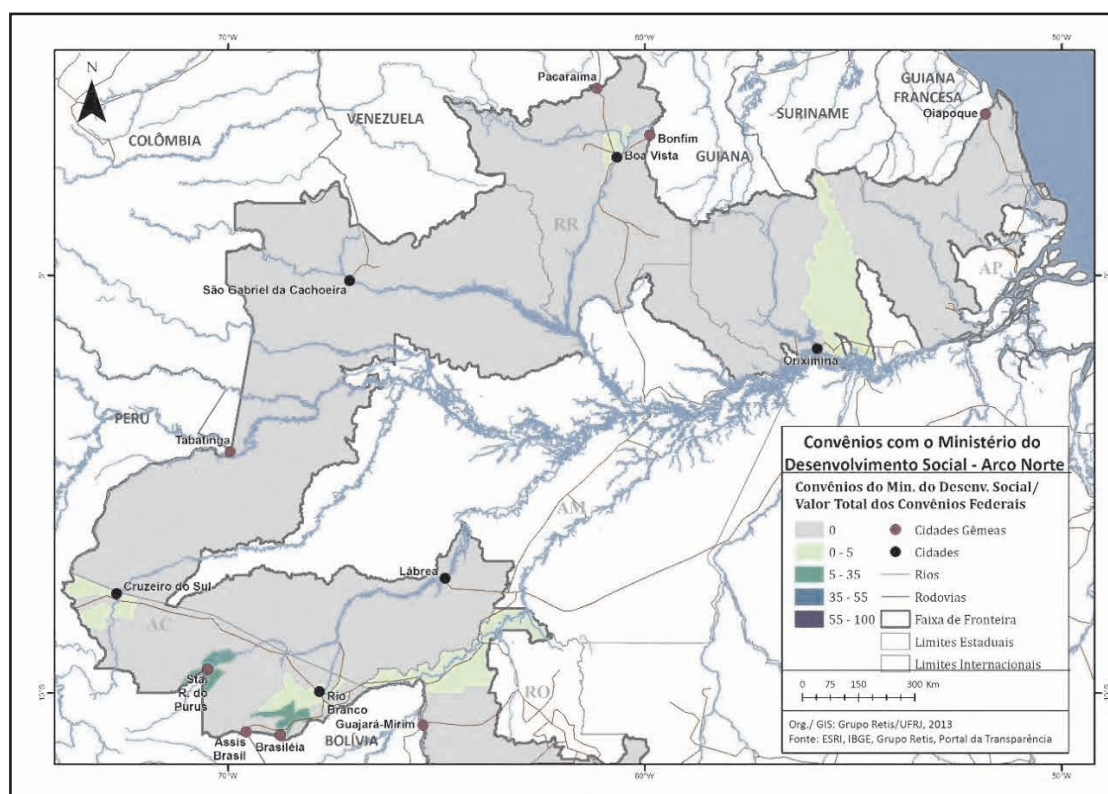
O Arco Sul segue o padrão de captar investimentos significativos, porém o peso do Ministério da Integração parece ser relativamente mais reduzido. A última classe do Mapa III.15 foi inclusive alterada, pois poucos municípios tinham mais de 50 % dos seus convênios associados a esta pasta. Alguns locais, como Arroio do Padre (RS) receberam investimentos consideráveis mesmo tendo uma população urbana de pouco mais de 16%, o que corrobora com a lógica diferenciada de investimento do Ministério da Integração Nacional. Outro exemplo interessante é o município de Cruzaltense (RS), que possui uma população urbana de pouco mais de 22% e recebeu 2 milhões de Reais em convênios para a construção de uma ponte sobre o rio Erechim. Estes casos específicos evidenciam as lógicas de atuação variadas dos convênios dependendo das pastas que levarmos em consideração.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

O último ministério a ser considerado foi aquele ligado ao Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que claramente não prioriza os convênios municipais como forma de atuação e repasse de recursos para realizar investimentos. Na realidade este ministério atua de forma extremamente pontual ao longo da Faixa de Fronteira e seu peso é quase insignificante ao longo dos três arcos. Dos poucos municípios que estabeleceram convênios com esta pasta, a grande maioria tem seu orçamento de convênios com maior peso para outras áreas, pois o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome representa menos que 2% do valor dos convênios.

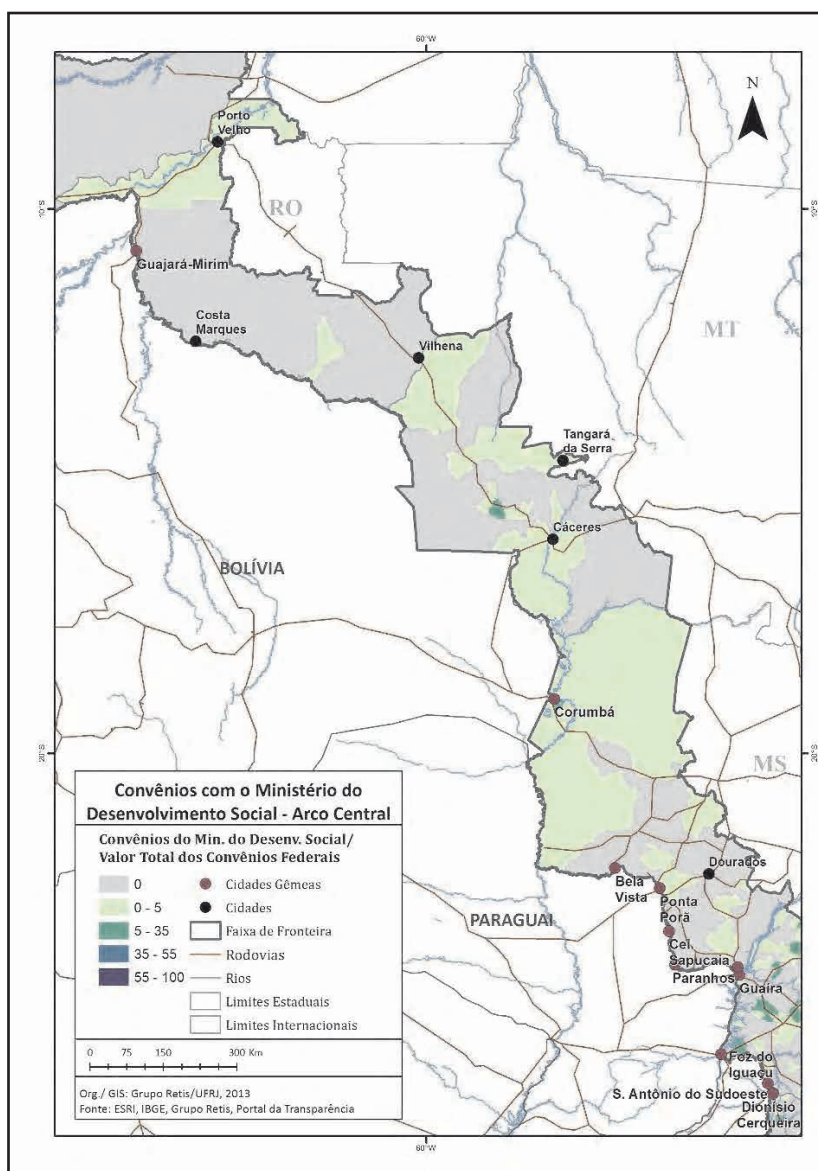
Em nenhum município da Faixa de Fronteira o peso desta pasta excede os 40% do valor dos convênios e este ministério está presente em apenas 114 localidades ao longo de toda a fronteira. A maioria dos investimentos se relaciona com a construção de infraestrutura física para o funcionamento de outros projetos do ministério como é o caso do Programa Fome Zero e a construção de um Cadastro Único das famílias em situação de pobreza. A construção de CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social) parecem dominar grande parte dos convênios estabelecidos. No Mapa III.16 já fica evidente esta atuação escassa.

Mapa III.16 Arco Norte: Convênios com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010-2012



No Arco Norte observa-se que poucos municípios estabeleceram convênios, com destaque para as capitais Porto Velho (RO), Boa Vista (RR) e Rio Branco (AC). Os municípios do Acre, Xapuri (AC) e Santa Rosa do Purus (AC) são os únicos a apresentar mais de 35% dos seus convênios com este ministério, pois receberam financiamento para construção de horta comunitária e um centro de atenção aos idosos. Embora os valores sejam reduzidos, apresentam um impacto relativo alto frente aos escassos convênios feitos com estes municípios. Os convênios com este ministério dependem da articulação local para a solicitação, com a exceção de muitos convênios realizados para a construção de CREAS, como em Alenquer (PA) e Óbidos (PA).

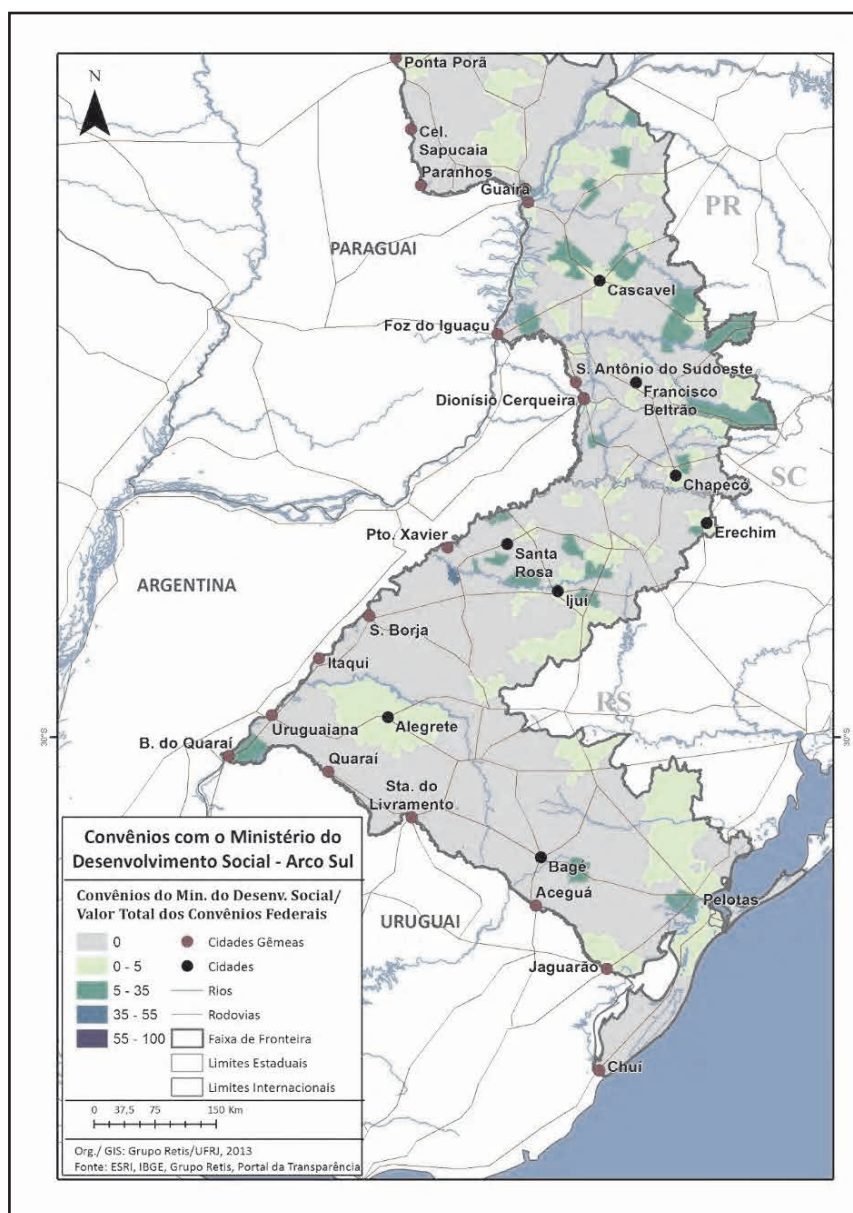
Mapa III.17 Arco Central: Convênios com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010–2012



No Arco Central (Mapa III.17) a ausência da atuação do Ministério do Desenvolvimento Social por meio de convênios voluntários segue bastante evidente. Poucos municípios estabeleceram convênios e a maioria tem menos de 5% dos seus convênios associados a esta pasta. A exceção aqui fica por conta de Figueirópolis D’oeste (MT), que teve mais

de 5% do seus convênios associado ao Ministério do Desenvolvimento Social. No mais, se destacam municípios como Corumbá (MS) e Comodoro (MT) que possuem mais de 2% dos convênios associados a esta pasta.

Mapa III.18 Arco Sul: Convênios com o Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010-2012



No Arco Sul (Mapa III.18) observa-se uma presença mais intensa dos convênios com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o que confirma a maior capacidade de captação de recursos nesta região. Muitos municípios pequenos como Barra do Quaraí (RS) e Dezesseis de Novembro (RS) foram contemplados com recursos. Este último município foi o que teve maior peso proporcional do ministério em questão, com mais de 37% dos seus convênios a ele associados através de um projeto de fortalecimento da agricultura familiar.

É interessante notar que muitos destes municípios possuem grande peso da população rural, como é o caso de Dezesseis de Novembro, com mais de 76% da sua população vivendo no campo. No entanto, esta não é uma regra constante, pois Barra do Quaraí ocupou o terceiro lugar em termos de participação do Ministério do Desenvolvimento Social nos convênios, mas tem mais de 70% de sua população nas cidades. Esta falta de direcionamento evidencia como a distribuição destes recursos depende muito das iniciativas locais e não está disponível de forma similar ao longo da Faixa de Fronteira.

TRANSFERÊNCIAS DO TESOURO E PROGRAMAS SOCIAIS ATIVOS DO GOVERNO FEDERAL

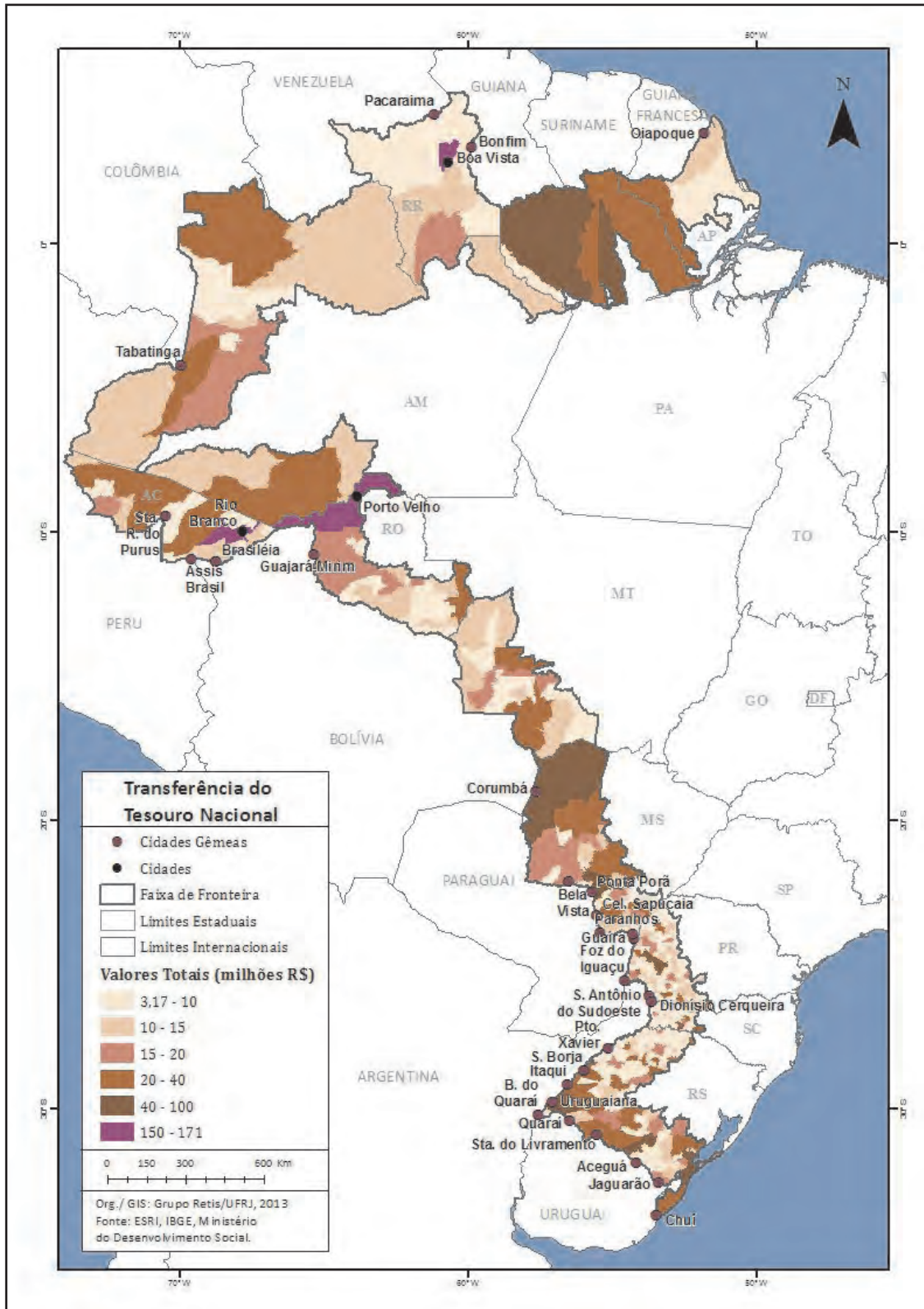
Como foi explicitado no início deste capítulo, as Transferências do Tesouro Nacional foram consideradas em seu conjunto, somando todos os tipos de transferência realizadas para os municípios situados na Faixa de Fronteira. Este dado tem uma natureza diferenciada daquele relacionado aos convênios, pois como os repasses aqui são feitos diretamente pela União, sem que haja necessidade de formulação de projetos ou submissão de propostas, não se pode considerar a iniciativa das instituições locais para a atração destes recursos. Estas são as chamadas transferências constitucionais, definidas por lei e realizadas obrigatoriamente em todos os municípios.

No entanto, os critérios de distribuição destes recursos não deixam de se relacionar com as características de cada município. Alguns repasses dependem dos tipos de atividades e arrecadação do município, como é o caso do ITR e do IOF. Outros estão relacionados com o número de alunos matriculados na educação básica pública, como ocorre com os recursos do FUNDEB por exemplo. Já o FPM, responsável por valores significativos é calculado pelo TCU com base em dados fornecidos pelo IBGE relativos a quantidade de população e a renda *per capita* de cada município. A análise aqui apresentada não buscará diferenciar estas formas de transferências, mas apenas observar o padrão de distribuição geral destes recursos e relaciona-lo com algumas características dos municípios da Faixa de Fronteira. Segue abaixo um mapa com a distribuição geral dos recursos (Mapa III.19).

Observa-se inicialmente que as Transferências do Tesouro são, em linhas gerais, mais elevadas nos municípios com maior concentração populacional. As capitais do Arco Norte, por exemplo, Rio Branco (AC), Porto Velho (RO) e Boa Vista (RR) aparecem com grande destaque, sendo as únicas localidades com transferências acima de 150 milhões de Reais. Outros municípios que se destacam no Arco Norte são Oriximiná (PA) e Alenquer (PA).

Ambos contam com transferências significativas do FUNDEB e do Fundo de Participação Municipal, assim como da arrecadação de Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto sobre Renda (IR). Estes municípios evidenciam como a quantidade populacional não é o critério necessariamente definidor da distribuição dos recursos.

Mapa III.19 Faixa de Fronteira: Transferências do Tesouro Nacional, 2012



No Arco Central o grande destaque aparece para o município de Corumbá (MS), que recebeu mais de 40 milhões de Reais em transferências, com importantes repasses do Fundo de Participação Municipal. Com mais de 100 mil habitantes, Corumbá (MS) também recebe contribuições significativas do FUNDEB, que corresponde a mais da metade dos recursos recebidos pelo município. Além de Corumbá (MS) poucos municípios do Arco Central se destacam recebendo mais de 40 milhões de Reais em transferências. Este é o caso de Cáceres (MT) e Dourados (MS), ambos com mais de 80 mil habitantes.

É interessante observar como o Arco Sul, que possui municípios com extensão mais reduzida, parece ter uma intensidade de investimentos menor no mapa. A faixa que percorre os estados do Paraná e Santa Catarina – área de colonização – forma claramente uma área mais clara, com menor intensidade de investimento por município. Como já foi lembrado anteriormente é importante relativizar a comparação dos dados considerando o tamanho dos municípios analisados, pois alguns municípios do Arco Norte, por exemplo, recebem um valor igual aqueles do Arco Sul para investir em uma área muito mais abrangente. A concentração populacional por município também é muitas vezes inferior devido ao tamanho dos municípios no Arco Sul, o que faz com que o recurso possa ser aplicado de forma mais concentrada.

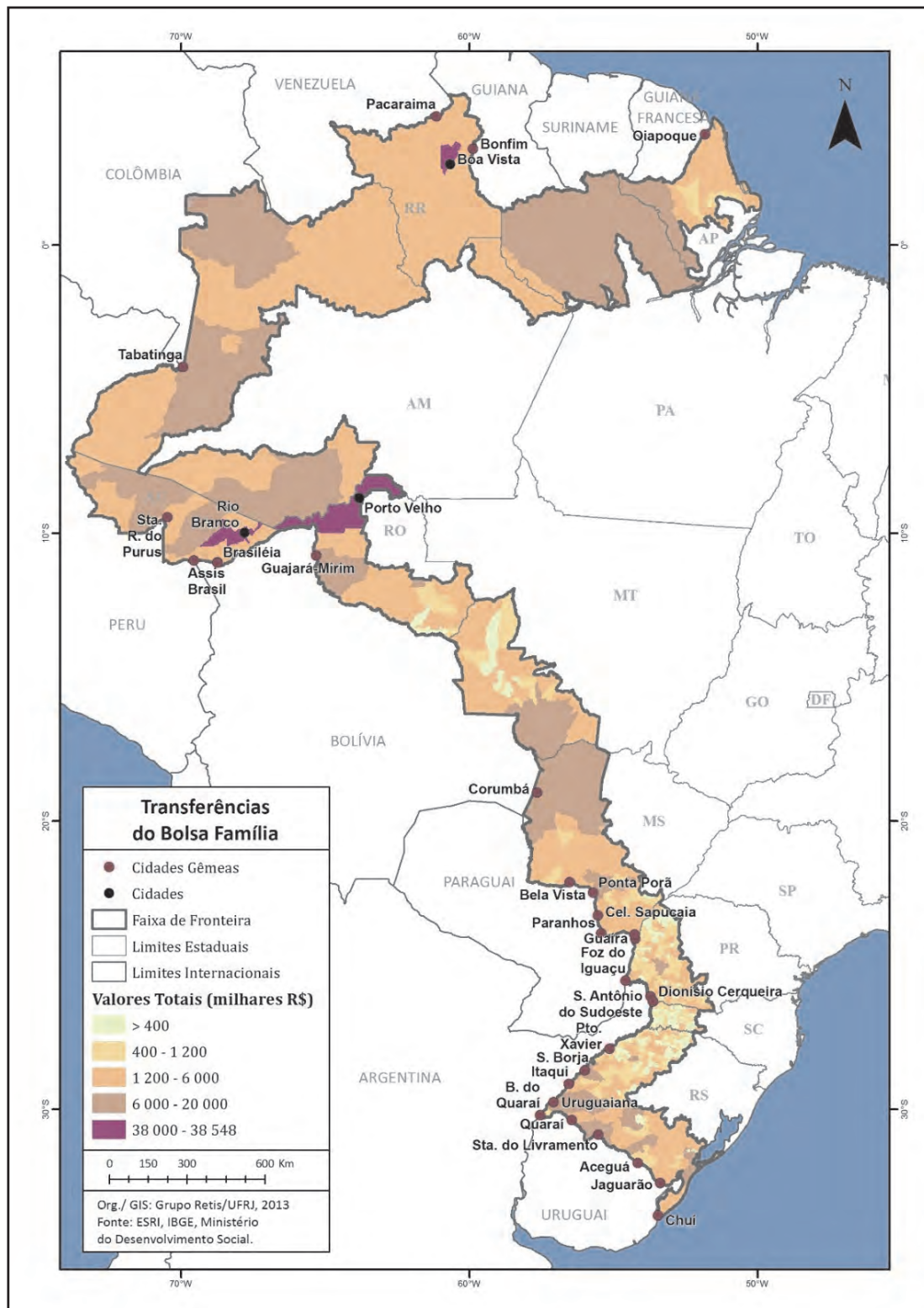
Apesar de formar uma área mais clara no mapa, alguns municípios se destacam pela grande concentração populacional, recebendo transferências significativas do Governo Federal. Este é o caso de Pelotas (RS), que ocupa o segundo lugar em termos de concentração populacional na Faixa de Fronteira, com mais de 300 mil habitantes, e recebe mais de 40 milhões de Reais em transferências. Outros municípios situados principalmente na Faixa de Fronteira do Rio Grande do Sul, como Santana do Livramento (RS) e Chuí (RS) também recebem repasses importantes.

Observamos, portanto, que embora não seja o único fator determinante, a população municipal apresenta influência significativa sobre os padrões espaciais das Transferências do Tesouro Nacional. Algo bastante similar ocorreu com a distribuição de outro tipo de transferência, o Bolsa Família. Este programa de transferência de renda cresceu muito de importância na última década e seu padrão de distribuição espacial parece ser muito similar ao das transferências constitucionais do tesouro. O Mapa III.20 evidencia esta similaridade.

A coincidência nas áreas destacadas nos mapas (Mapa III.19 e Mapa III.20) fica bastante evidente no Arco Norte, no qual observamos o mesmo destaque dado as capitais. Novamente Porto Velho (RO), Rio Branco (AC) e Boa Vista (RR) aparecem com transferências significativas, assim como outros municípios anteriormente destacados como Oriximiná (PA) e Óbidos (PA). Identifica-se ainda um padrão com valores de transferência menos intensa no Arco Central, onde novamente se destacam os municípios

de Corumbá (MS) e Guajará Mirim (RO). No Arco Sul também se mantém um investimento menor por município quando se trata do Bolsa Família, como podemos ver pela área clara nos estados de Santa Catarina e Paraná. Já na fronteira do Rio Grande do Sul, observa-se uma elevação nos valores disponibilizados principalmente em municípios como Santana do Livramento (RS) e Pelotas (RS).

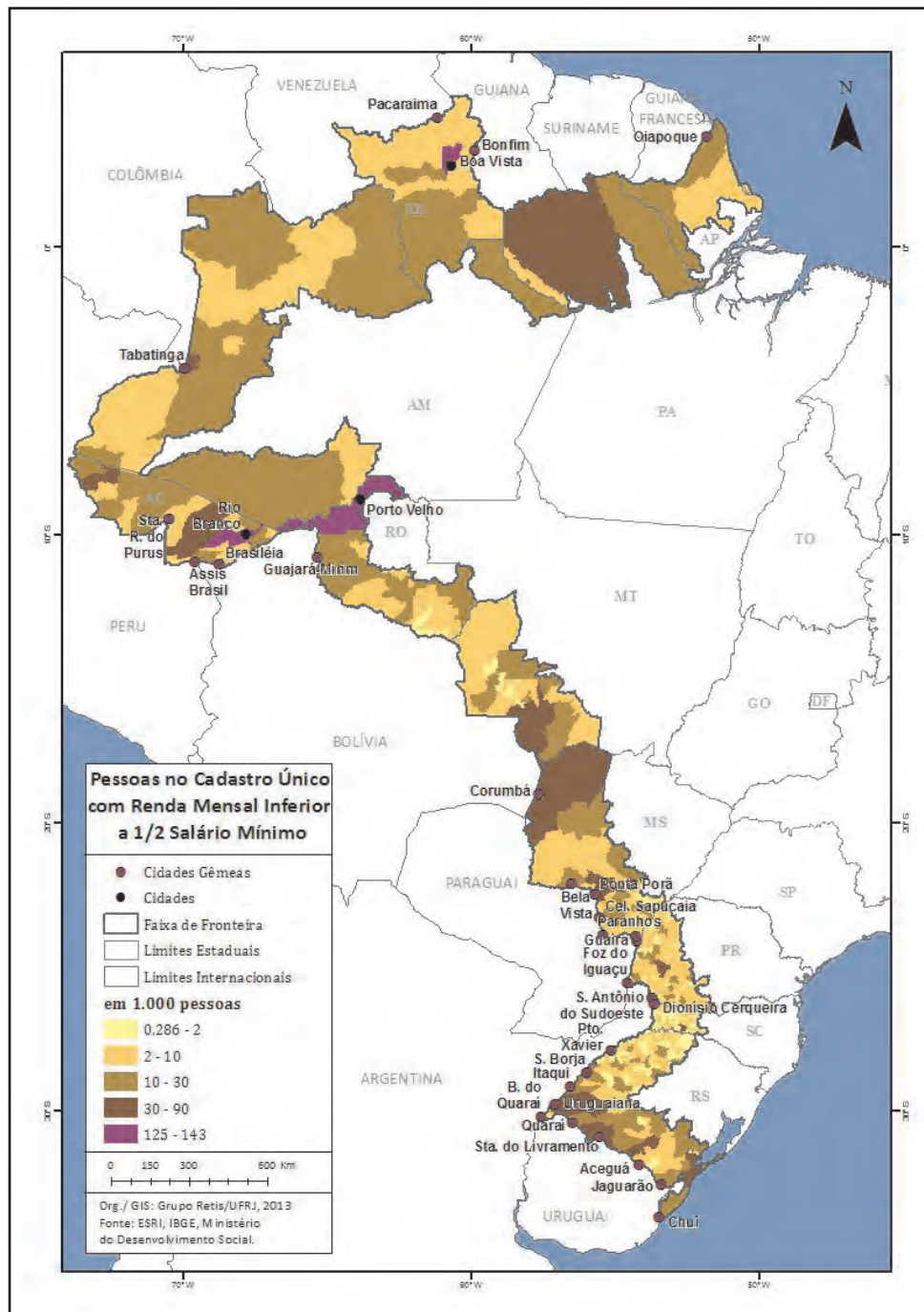
Mapa III.20 Transferências do Bolsa Família, 2012



Embora apareçam com um padrão espacial bastante similar existe uma diferença básica entre os recursos provenientes das Transferências do Tesouro Nacional e do Bolsa Família. Enquanto no primeiro caso os recursos são disponibilizados nas contas dos Estados e Prefeituras, no segundo a recepção é feita de forma direta na conta do beneficiário, que através de cartão magnético pode sacar o recurso sem passar pela mediação das prefeituras locais. A seleção das famílias a serem beneficiadas é feita a partir dos dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, coletados a partir da atuação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). O registro é feito preferencialmente em nome da mulher e o valor repassado depende do tamanho da família, da idade dos seus membros e da sua renda. Qualquer família com renda mensal inferior à 70 Reais está apta a receber o benefício.

Caberia então indagar se a aplicação dos recursos do Tesouro Nacional e do Bolsa Família estariam seguindo critérios associados a maior concentração de pobreza na faixa de fronteira. Ou seja, se realmente a maior parte dos recursos são aplicados em localidades onde se registra uma quantidade maior de famílias com renda inferior a meio salário mínimo. O Mapa III.21 foi construído a partir dos dados do Cadastro Único e evidencia a existência de uma correlação espacial entre a distribuição dos recursos e a identificação de locais com mais famílias registradas em situação de pobreza.

Mapa III.21 Faixa de Fronteira: Pessoas no Cadastro Único com Renda Mensal inferior a 1/2 Salário Mínimo, 2012



O padrão espacial de distribuição das famílias com renda inferior a meio salário mínimo apresenta pontos de coincidência evidentes com as Transferências do Governo Federal. Novamente este fato fica evidente no destaque dado as capitais do Arco Norte, que apresentam mais de 120 mil pessoas cadastradas em situação de pobreza. Rio Branco (AC) é a capital com maior concentração de pessoas cadastradas no Cadastro Único do Governo Federal, contando com mais de 140 mil pessoas cadastradas. Algumas localidades como Tabatinga (AM) e Rodrigues Alves (AC) aparecem aqui de forma mais individualizadas, se destacando mais dos municípios vizinhos, mas em linhas gerais os padrões espaciais seguem significativamente concomitantes.

O mesmo ocorre no Arco Central, com uma concentração das pessoas cadastradas em cidades como Cáceres (MT) e Corumbá (MS). Grande parte da Faixa de Fronteira entre o Mato Grosso, Rondônia e a Bolívia aparece com valores mais baixos devido ao decréscimo populacional, mas este número é mais elevado nas cidades mais importantes, como no recorrente destaque dado a Guajará-Mirim (RO).

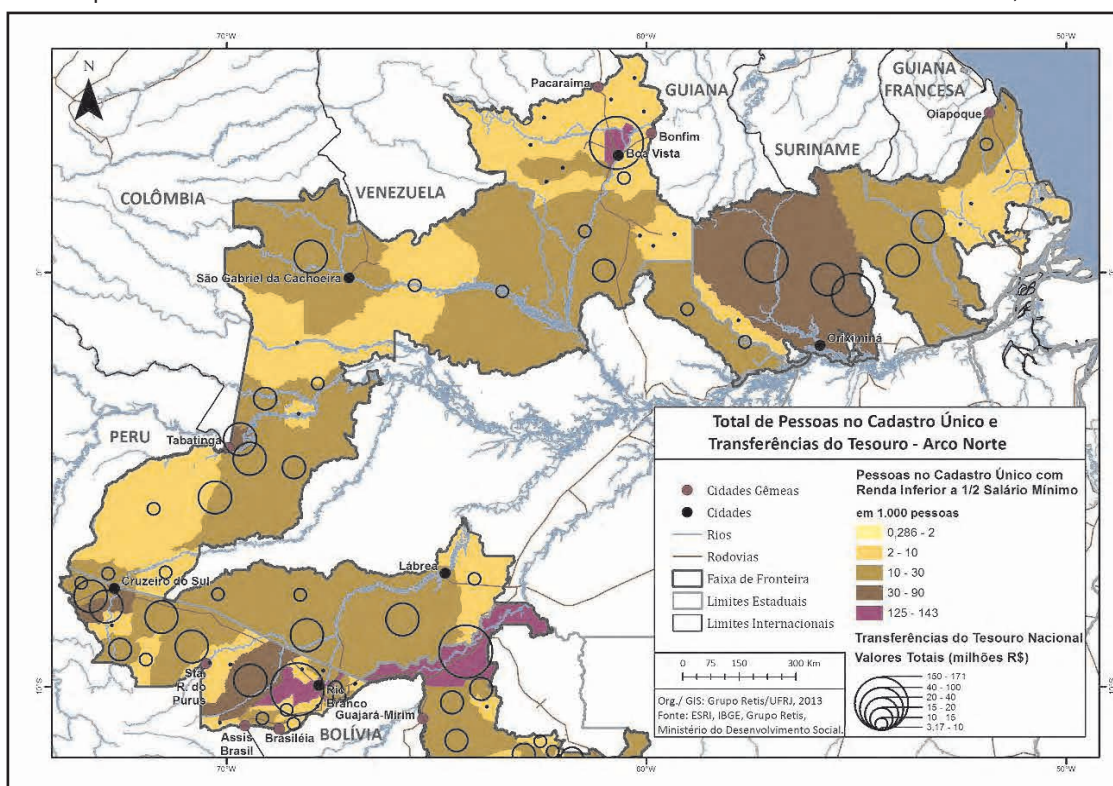
Já no Arco Sul, embora seja possível observar uma diminuição da quantidade de famílias cadastradas nas fronteiras do Paraná e Santa Catarina o tamanho dos municípios influencia diretamente na coloração do mapa, pois há uma quantidade menor de famílias por unidade de representação. De qualquer forma, o Arco Sul também apresenta importantes concentrações de famílias cadastradas, principalmente em cidades como Pelotas (RS) e Foz do Iguaçu (PR), que ocupam relativamente o quarto e o quinto lugares no quadro geral de número de famílias cadastradas.

A maioria dos municípios aqui destacados tanto nas transferências quanto nos cadastros possuem uma concentração populacional e um grau de urbanização relativamente elevado. Por um lado, esta constatação poderia nos conduzir a associar a distribuição espacial da pobreza e dos investimentos federais ao grau de urbanização dos municípios fronteiriços. Por outro, estes dados podem indicar, acima de tudo, uma maior densidade institucional nestas localidades. Ou seja, os municípios com menor concentração populacional e nível de urbanização podem ter uma concentração de famílias pobres, porém estas teriam maiores dificuldades de se inscreverem no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal pela escassez de CRAS nestas localidades.

Os municípios com menos de 20 mil habitantes só podem receber uma CRAS que, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social, terá a capacidade de atendimento anual de 500 famílias. Neste sentido, é importante reconhecer que para além de indicar a concentração da pobreza ou dos investimentos, os dados aqui apresentados evidenciam as formas diferenciadas de coleta destas informações, revelando diferenças na densidade institucional ao longo da Faixa de Fronteira.

No intuito de aprofundar a análise das variáveis aqui selecionadas foram criados mapas de correlação entre as Transferências do Governo Federal e a distribuição de pessoas no Cadastro Único com renda inferior a meio salário mínimo. Desta forma, além de aprofundar uma análise mais específica através dos arcos fronteiriços, busca-se também confirmar com mais clareza algumas correlações espaciais já esboçadas. No Mapa IV.22, observamos o total de pessoas registradas no Cadastro Único, através das áreas municipais, e os valores de transferência do Tesouro Nacional, por meio de círculos concêntricos.

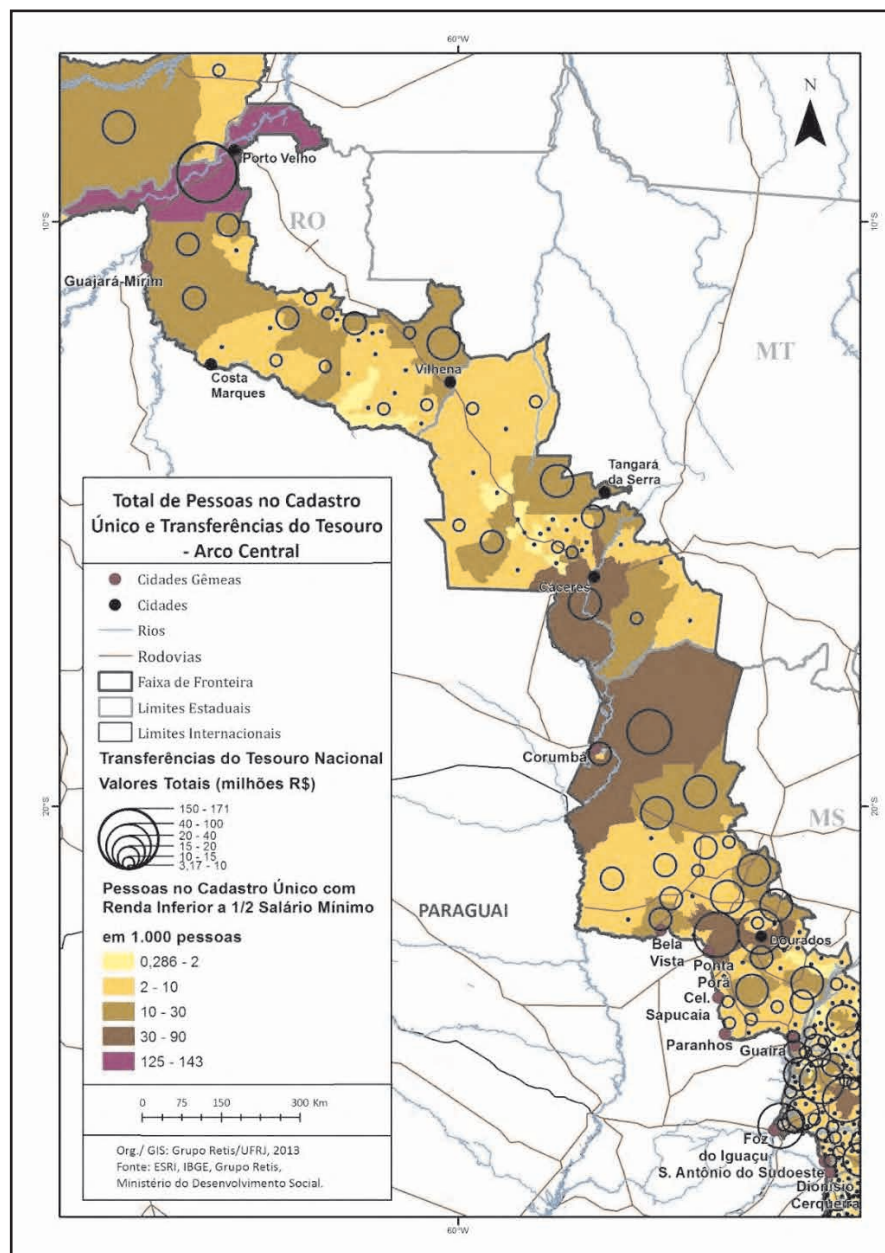
Mapa III.22 Arco Norte: Total de Pessoas no Cadastro Único e Transferências do Tesouro Nacional, 2012



A relação entre os círculos concêntricos e a cor dos municípios aparece de forma bastante evidente no mapa. De forma geral, os municípios com maior concentração de pessoas registradas no Cadastro Único são aqueles que recebem os maiores valores de Transferência do Tesouro Nacional. As capitais se destacam como locais com grande densidade institucional, com mais de 125 mil pessoas cadastradas com renda inferior a meio salário mínimo e Transferências do Tesouro Nacional acima de 150 milhões de Reais.

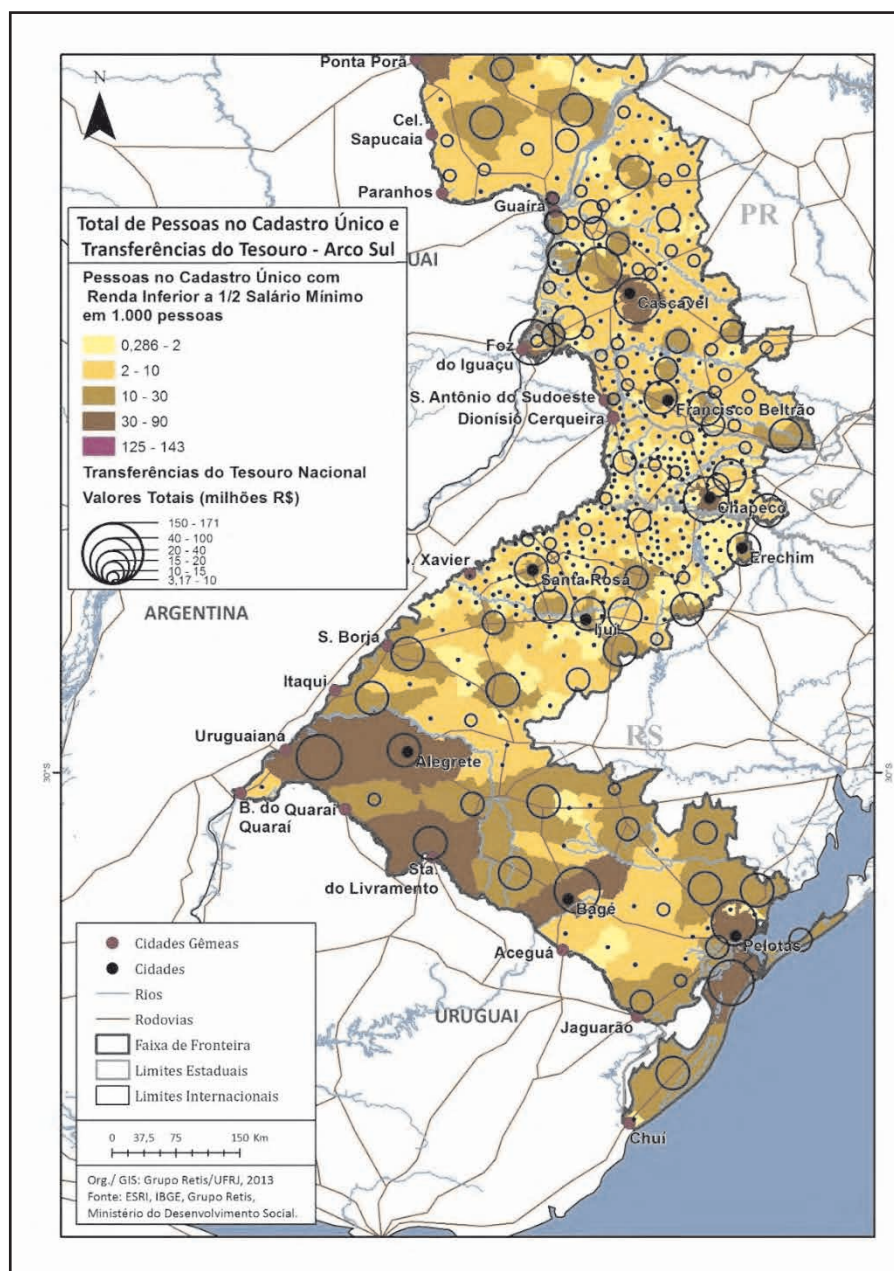
A correlação entre as classes é bastante evidente também nos valores mais baixos representados no mapa. Observa-se como o estado de Roraima, por exemplo, tem uma concentração considerável de municípios com menos de 2 mil famílias cadastradas recebendo menos de 10 milhões de Reais de transferências. No entanto, existem algumas variações neste padrão como no estado do Amazonas, onde apenas Amaturá (AM) e Japurá (AM) aparecem com as duas classes inferiores das variáveis que compõe o mapa. Todos os outros municípios com menos de 10 mil pessoas cadastradas contam com transferências mais altas, acima de 10 milhões de Reais. Este seria o caso de Atalaia do Norte (AM) e Canutama (AM).

Mapa III.23 Arco Central: Total de Pessoas no Cadastro Único e Transferências do Tesouro Nacional, 2012



No Arco Central (Mapa IV.23), não observamos municípios com mais de 125 mil pessoas registradas no Cadastro Único, mas também é possível identificar uma correlação entre as variáveis selecionadas. Neste arco há mais exemplos de municípios com poucas pessoas cadastradas e uma quantidade significativa de Transferências do Tesouro Nacional. Este é o caso de Porto Murtinho (MS), que tem menos de 2 mil pessoas cadastradas com renda inferior a meio salário mínimo e recebe mais de 15 milhões de Transferências do Tesouro Nacional. O destaque na correlação entre as variáveis fica por conta de Dourados (MS), que ocupa o quinto lugar nos valores transferidos para os municípios fronteiriços e quase 60 mil pessoas registradas no Cadastro Único do Governo Federal.

Mapa III.24 Arco Sul: Total de Pessoas no Cadastro Único e Transferências do Tesouro Nacional, 2012

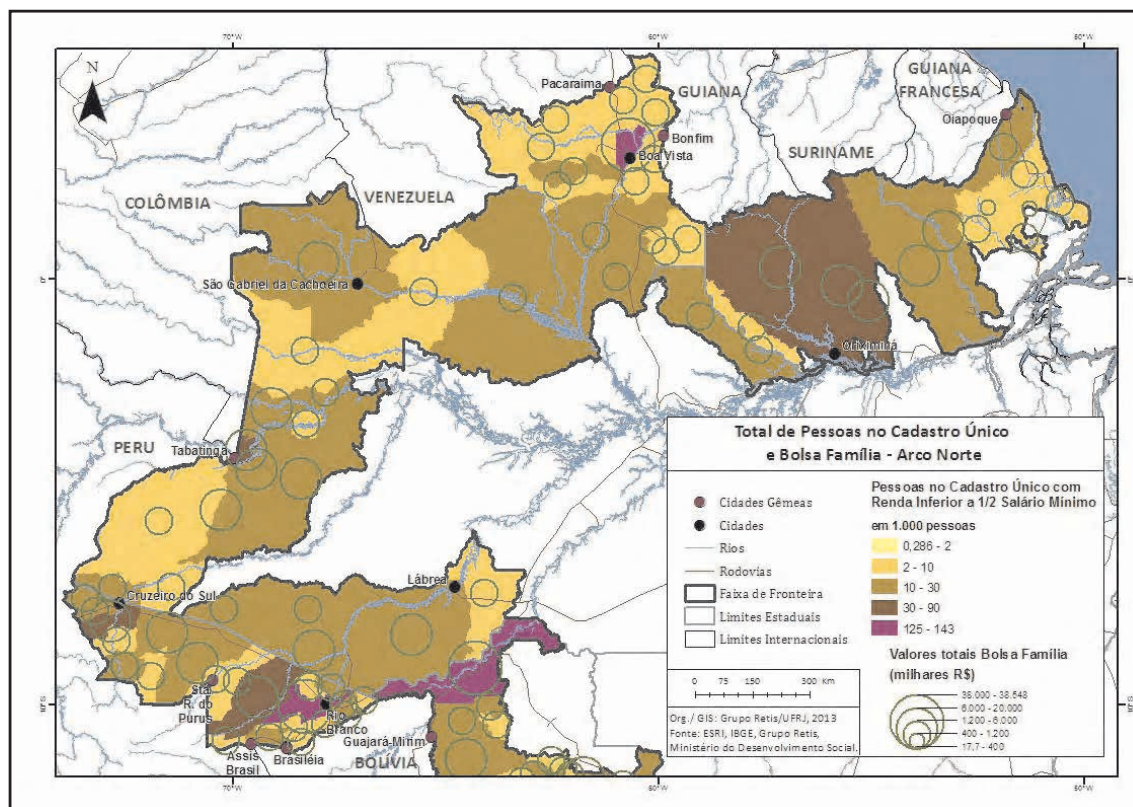


No Arco Sul (Mapa III.24), observa-se um padrão bastante evidente de uma área mais clara na zona de colonização nas fronteiras entre Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e uma área com maior intensidade ao sul da fronteira com o Uruguai e a Argentina. Mais ao norte se destacam os municípios de Cascavel (PR), Foz do Iguaçu (PR) e Chapecó (SC), com mais de 30 mil pessoas no Cadastro Único e mais de 40 milhões em transferências do Governo Federal. O município de Cascavel chama a atenção, pois registrou mais de 70 mil pessoas pertencentes a famílias com renda inferior a meio salário mínimo. Por outro lado, o município recebeu mais de 90 milhões de transferências. O destaque dado a Cascavel (PR) evidencia a importância de municípios fronteiriços que não estão no limite internacional, mas que sofrem influência de dinâmicas provenientes da fronteira.

Muitas das entrevistas coletadas no trabalho de campo realizado em julho deste ano por pesquisadores do projeto, destacam o papel de Cascavel nas dinâmicas legais e ilegais que envolvem a cidade de Foz do Iguaçu. Segundo alguns relatos, esta importância econômica gerou um perceptível crescimento da pobreza no município, que acabou se destacando no mapa. Já mais ao sul, os principais municípios destacados estão no limite internacional, como é o caso de Uruguaiana (RS) e Santana do Livramento (RS). Pelotas (RS) como sempre aparece em destaque, cercada por municípios com mais de 10 mil pessoas cadastradas e transferências vaiadas de recursos. Jaguarão (RS) e Arroio Grande (RS), por exemplo, são vizinho e foram classificados com a mesma quantidade de famílias com renda inferior a meio salário mínimo, mas tiveram valores distintos de transferência do Governo Federal.

Para complementar a relação entre densidade institucional e concentração da pobreza também foi mapeada a correlação espacial entre a quantidade de famílias cadastradas com menos de meio salário mínimo e os gastos por municípios associados ao bolsa família. Neste caso, a correlação espacial deve ser ainda mais evidente, já que a distribuição destes recursos é uma das funções principais da criação de um Cadastro Único pelo Governo Federal. No Mapa III.25, observamos esta correlação no Arco Norte, com os círculos concêntricos representando os investimentos do bolsa família.

Mapa III.25 Arco Norte: Total de Pessoas no Cadastro Único e Valores do Bolsa Família, 2012

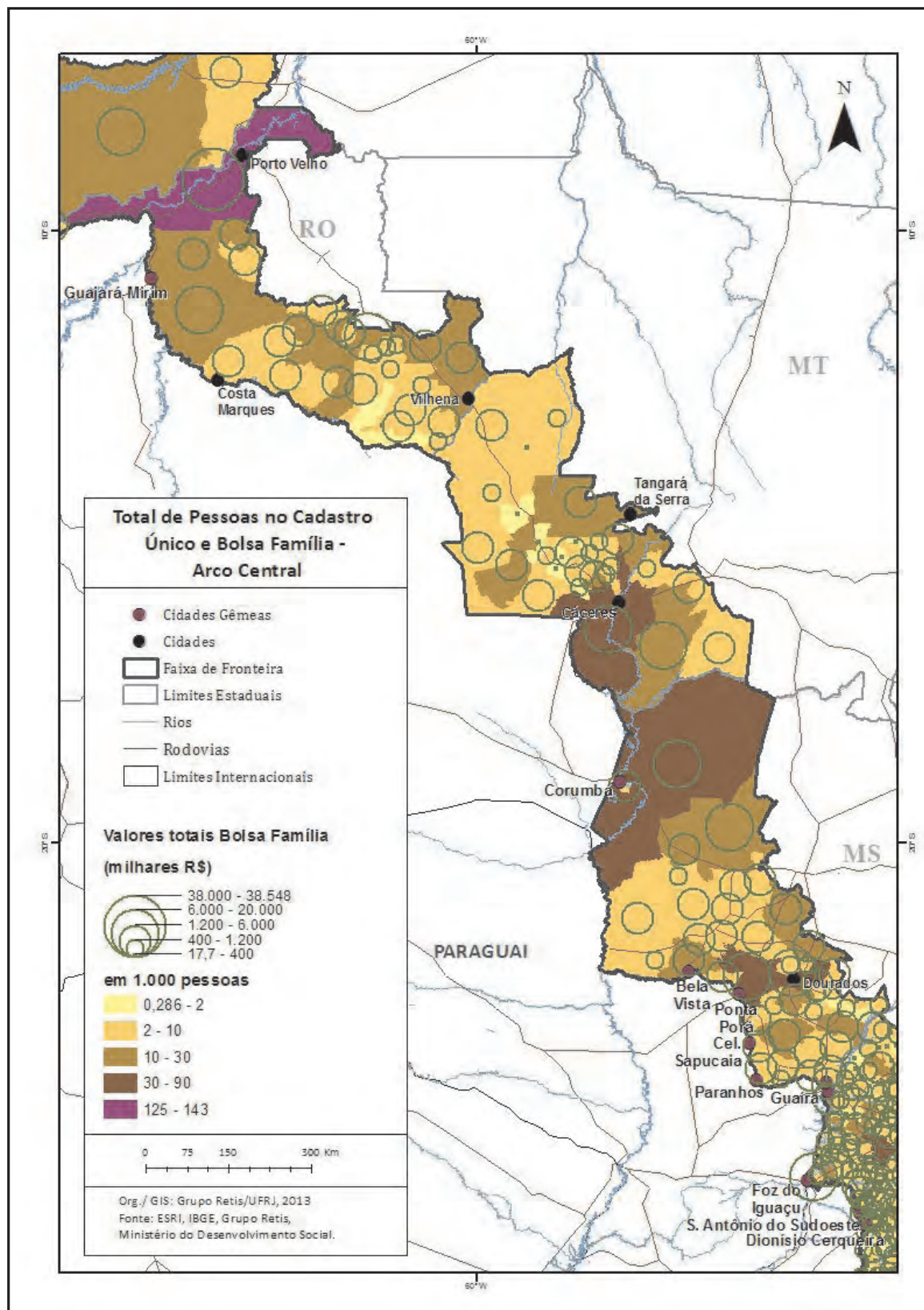


Observa-se no mapa que há muitos municípios que recebem menos de 6 milhões de Reais, mesmo que sua condição varie bastante com relação ao número de pessoas cadastradas. Um exemplo interessante de comparação são os municípios vizinhos Santa Isabel (AM) e Barcelos (AM). Embora tenha uma população menor, de 17.342, Barcelos cadastrou mais famílias com menos de meio salário mínimo do que Santa Isabel do Rio Negro, com 17.702. As quase 8 mil pessoas cadastradas em Santa Isabel do Rio Negro não chegaram a receber 4 milhões de Reais em benefícios, já os mais de 10 mil cadastrados em Barcelos contaram com mais de 4 milhões e meio de Reais para os programas sociais do Bolsa Família. É interessante notar como a pobreza não acompanha necessariamente a ordem populacional, pois existem locais com menos população e maior quantidade proporcional de pobres.

As capitais dos estados seguiram sendo bastante destacadas no mapa. Todas as capitais de estado têm mais de 125 mil pessoas cadastradas e recebem mais de 38 milhões de Reais nos repasses do Bolsa Família, evidenciando a concentração da pobreza e dos investimentos nestas localidades. É interessante também observar algumas manchas com grande concentração de pessoas cadastradas, como foi o caso de alguns municípios no Pará, como Oriximiná (PA), Óbidos (PA) e Alenquer (PA). Formando uma mancha marrom escura no mapa estes municípios apresentaram mais de 30 mil pessoas cadastradas e receberam mais de 6 milhões em repasses do Bolsa Família. A comparação entre estes municípios também é interessante, pois embora Oriximiná tenha uma população maior, de pouco mais de 60 mil pessoas, Alenquer, mesmo com aproximadamente 10 mil pessoas a menos, registrou maior número de cadastrados com renda inferior a meio salário mínimo. Alenquer recebeu mais de 16 milhões do Bolsa Família e teve pouco mais de 40 mil pessoas cadastradas. Já Oriximiná mesmo com uma população maior, teve 37 mil pessoas cadastradas e ficou atrás nos recursos repassados pelo Governo Federal.

No Arco Central (Mapa III.26) a correlação entre as variáveis também se fez evidente, sendo tanto a pobreza quanto os investimentos distribuídos com maior intensidade em cidades como Corumbá (MS), Cáceres (MT) e Dourados (MS). No entanto, pode-se observar algumas exceções, principalmente com a discrepância de municípios que apresentam quantidades próximas de pessoas cadastradas mas contam com uma diferença significativa no recebimento dos benefícios. Este é o caso, por exemplo, dos municípios de Sapezal (MT) e Campos de Júlio (MT), que estão na mesma classe em termos de pessoas cadastradas, entre 2 e 10 mil pessoas, mas enquanto um o primeiro município recebeu mais de 13 milhões o segundo obteve pouco mais de 6 milhões. Esta distribuição é feita com base nas solicitações do cadastro, mas as classes aqui escolhidas ajudam a identificar variações na correlação entre as variáveis.

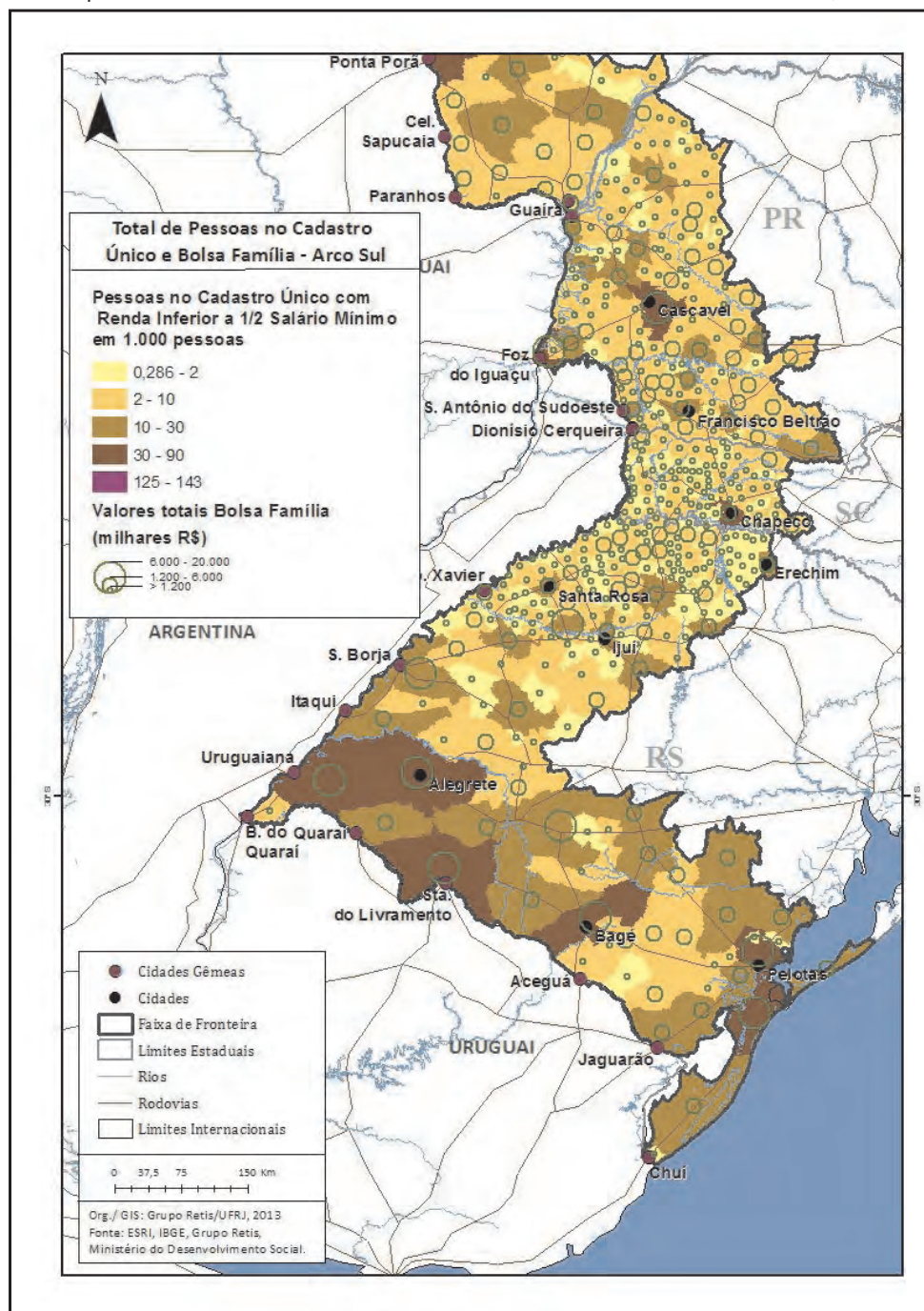
Mapa III.26 Arco Central: Total de Pessoas no Cadastro Único e Valores do Bolsa Família, 2012



Por fim, o Arco Sul (Mapa III.27) mantém seu padrão de distribuição pulverizado na zona de colonização, onde muitos municípios aparecem com pequena quantidade de pessoas em situação de pobreza e reduzidos repasses do Bolsa Família. A quantidade de municípios e a concentração dos repasses nos obrigou a fundir algumas classes de

investimento do Bolsa Família para não prejudicar a representação. Observamos uma grande quantidade de repasses menores que 1 milhão e duzentos mil Reais, embora mesmo na chamada zona de colonização existam repasses significativamente maiores. Este segue sendo o caso de Cascavel (PR) e Chapecó (SC), ambos com mais de 30 mil pessoas cadastradas com renda inferior a meio salário mínimo. Mas enquanto Cascavel (PR) recebeu mais de 6 milhões de Reais, Chapecó (SC) teve pouco mais de 5 milhões. Na parte sul da fronteira, repete-se o padrão de municípios com mais concentração de pobreza e de repasses do Governo Federal, como é o caso de Santana do Livramento (RS) e Uruguaiana (RS).

Mapa III.27 Arco Sul: Total de Pessoas no Cadastro Único e Valores do Bolsa Família, 2012



De forma geral, existe uma recorrente correlação espacial entre as transferências constitucionais e de renda e a situação de pobreza dos municípios. As exceções são muitas, mas os locais com maior grau de urbanização tendem a concentrar tanto o registro das famílias pobres quanto a captação de recursos para o seu beneficiamento. Por meio da correlação entre as distintas variáveis aqui analisadas, foi possível identificar locais de maior e menor concentração de densidade institucional.

DENSIDADE SOCIOTÉCNICA

A densidade sociotécnica aponta para a incidência espacial de infraestruturas, informações, técnicas e recursos humanos que melhorem as condições de vida nos municípios. A escolha das variáveis apresentadas nesta seção parte do pressuposto de que a condição para a melhoria da qualidade de vida da população fronteiriça está relacionada com boas condições de circulação de pessoas, informações e recursos. A circulação de pessoas e informações, a princípio, tem efeitos positivos na escala local, pois incentiva o desenvolvimento das forças produtivas e difunde novas práticas profissionais e conhecimentos, mas a circulação também pode ter um efeito negativo, ao quebrar estruturas econômicas e sociais locais e ser fonte de desigualdades regionais.

Outro fator de grande relevância da densidade sociotécnica é que a sua presença é fundamental para a efetividade dos dispositivos de controle do território. A facilitação dos deslocamentos de pessoas, informações e mercadorias é muito importante para exercer o controle de fato sobre o território. Contudo, o exercício do poder sobre o território não é realizado apenas por meio dos dispositivos de controle e segurança, mas também com políticas de desenvolvimento regional de médio e longo prazo. Por este motivo, as variáveis de formação de capital humano são fundamentais se quisermos pensar no controle do território e no desenvolvimento regional para o futuro.

As variáveis contidas neste índice abarcam uma grande diversidade de fontes e indicadores, que podem ser divididas em cinco grupos:

1. O primeiro grupo de variáveis destaca a importância da infraestrutura de telecomunicações, via celular e internet.
2. O segundo grupo de variáveis indica a estrutura de transportes municipal, por meio de variáveis como a hierarquia dos aeroportos, o número de conexões aéreas e a densidade de estradas.
3. O terceiro grupo busca detalhar o uso desta infraestrutura de transportes instalada, por meio da análise da frota de veículos: carros, caminhões e motos.

4. O quarto analisa o consumo de energia secundária, considerando o uso de combustíveis, como a gasolina, e a energia elétrica. A energia tem uma grande importância para a dinâmica social e econômica de um município, pois é um recurso imprescindível para o desenvolvimento de atividades produtivas, para melhoria da qualidade de vida das pessoas e para a efetivação dos deslocamentos de pessoas e mercadorias.
5. O último grupo de variáveis se volta para a questão do capital humano na faixa de fronteira, para esta análise utilizamos dados das unidades de ensino técnico, técnico-profissionalizante e universitário, que servem como produtores e difusores de recursos humanos e conhecimento na faixa de fronteira.

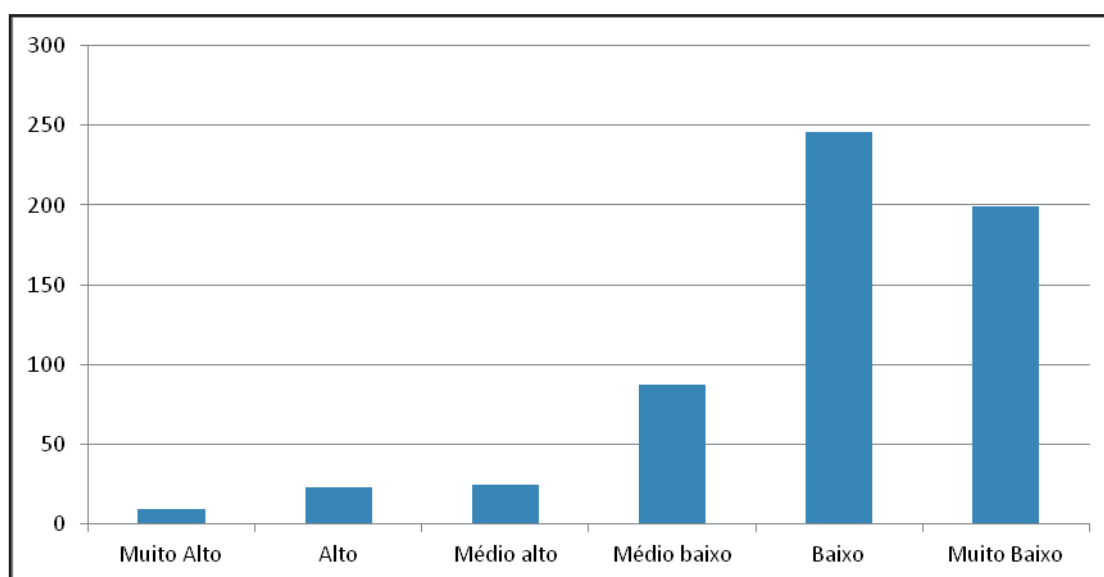
CONECTIVIDADE

Meios de Difusão de Informação – Telecomunicações

Utilizando dados de infraestrutura da telefonia móvel, das instalações públicas de Internet Wi-Fi e dados de domicílios com celulares e computadores com acesso à Internet, os 588 municípios da Faixa de Fronteira foram classificados em seis níveis de conectividade: muito alto, alto, médio alto, médio baixo, baixo e muito baixo.

A distribuição dos municípios pelas seis classes mostra que a Faixa de Fronteira é na sua maior parte mal conectada às redes de telecomunicações. Dos 588 municípios da Faixa, 199 foram classificados com muito baixo grau de conectividade, ou seja, 34%, 246 municípios como baixo (42%), 87 como médio baixo (14%), 24 como médio alto (4%), 22 como alto (4%) e 10 como muito alto (1%).

Gráfico IV.1 Faixa de Fronteira: municípios por grau de conectividade de telecomunicações



Mapa IV.1 Faixa de Fronteira: índice de conectividade de telecomunicações

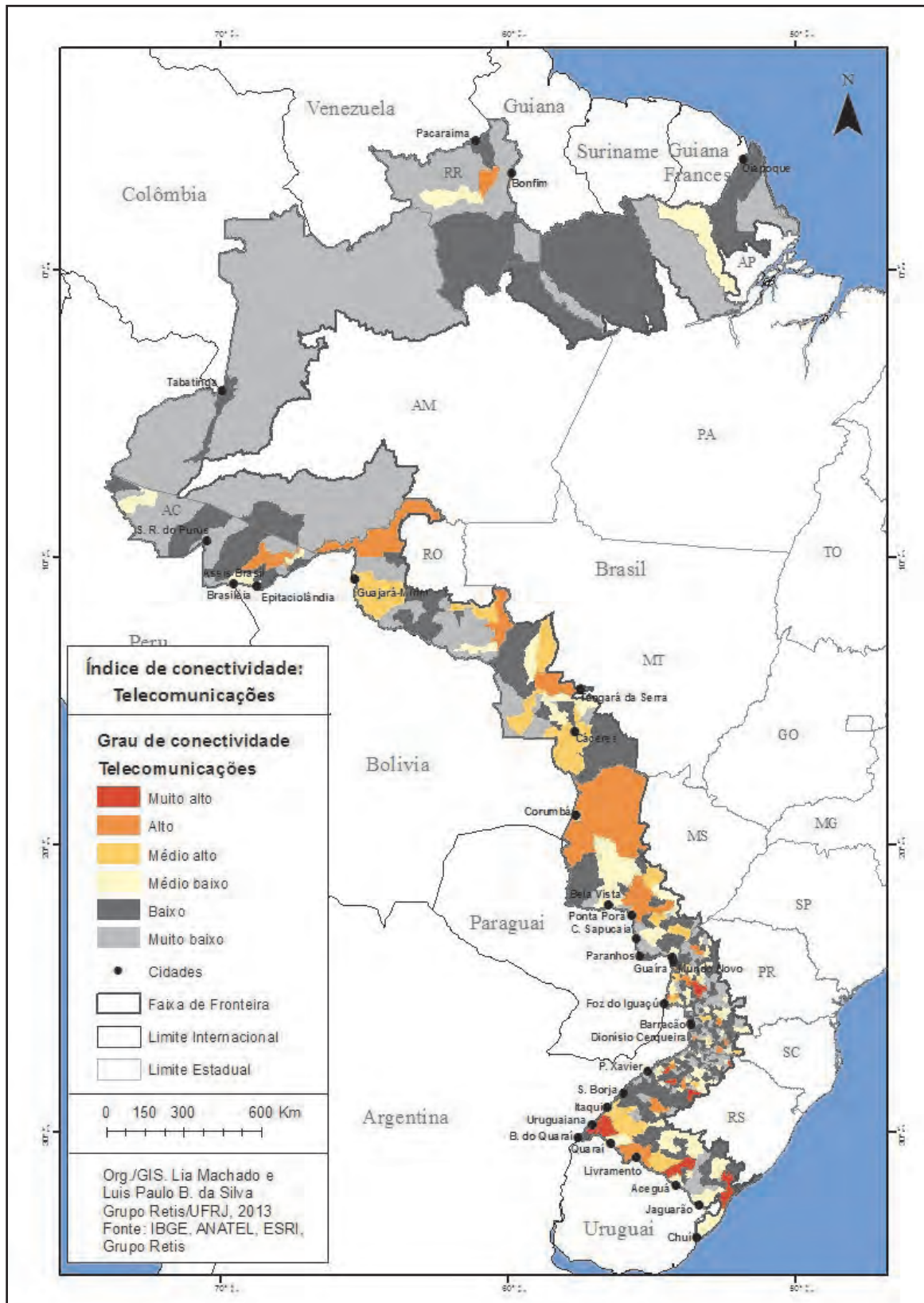
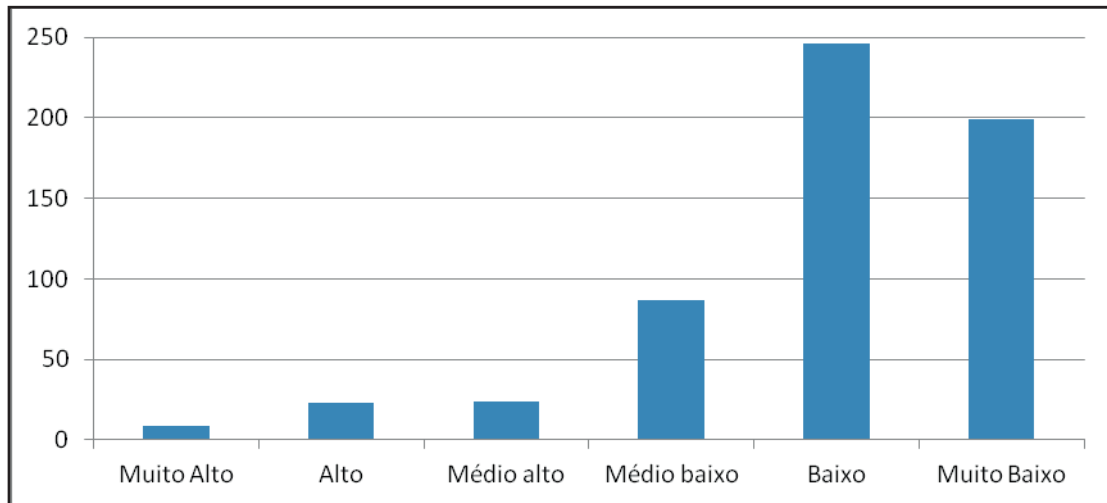
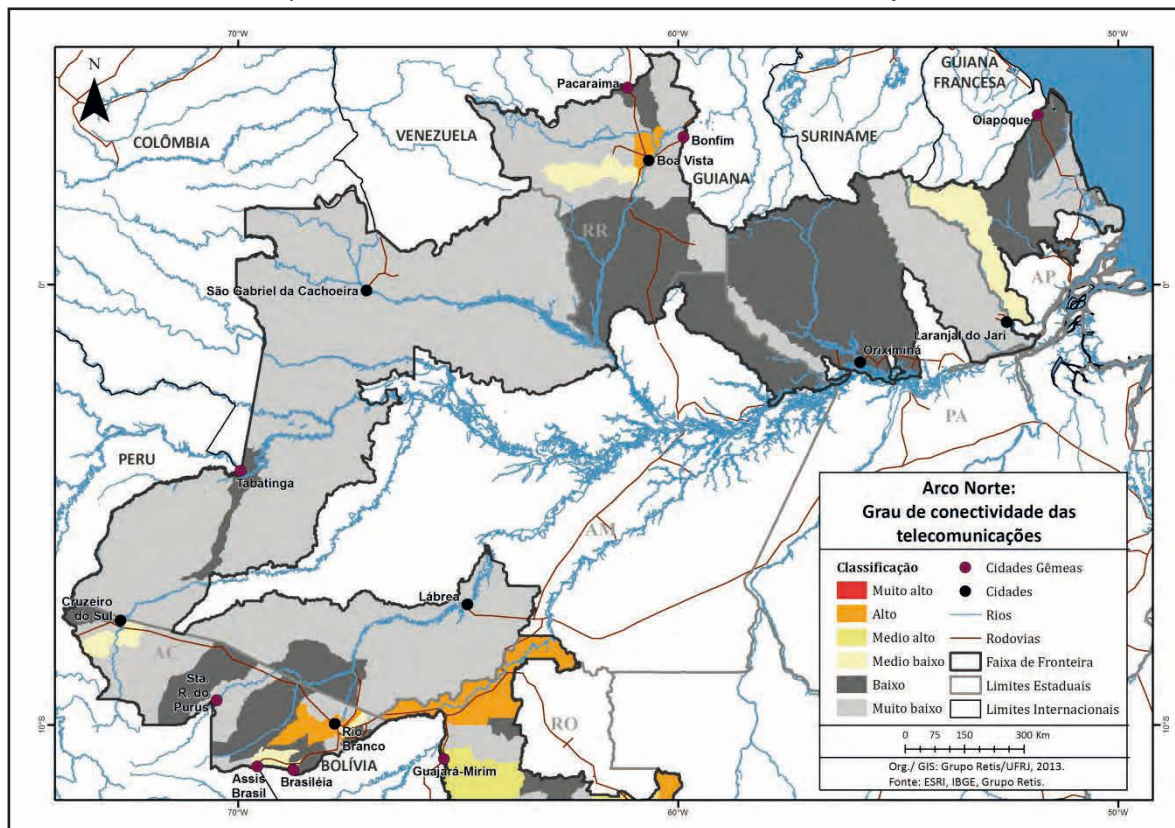


Gráfico IV.2 Municípios por grau de conectividade das telecomunicações da Faixa de Fronteira



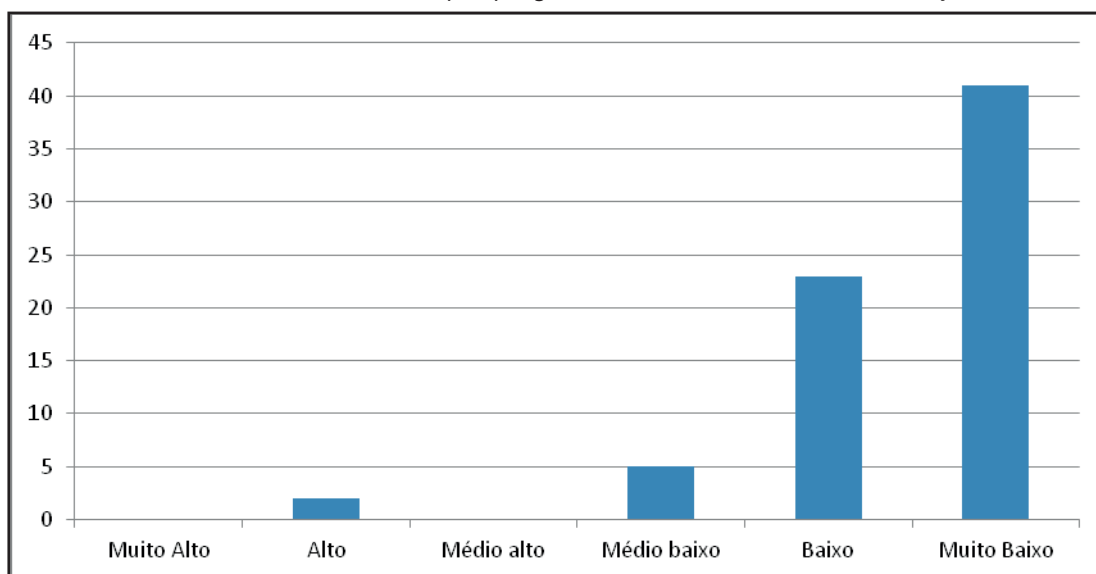
A inexistência de uma densa rede de cobertura de informações na Faixa de Fronteira é um fator impeditivo da conexão desta região com o restante do território nacional. Contudo esta situação é diferenciada para cada um dos três arcos. Os diferentes processos de expansão da fronteira de povoamento para o Centro-Oeste e, posteriormente, para a Amazônia estavam associados com a expansão da rede de telecomunicações. Enquanto o Arco Sul possui cidades fortemente conectadas, tanto com o território nacional como com o exterior, como Foz do Iguaçu (RS), Pelotas (RS) e Rio Grande (RS); o Arco Norte tem forte dependência dos investimentos Estatais para melhorar as condições de cobertura nas telecomunicações. Por este motivo, neste arco as melhores avaliações do grau de conectividade foram dadas para as capitais estaduais, onde estão localizadas as infraestruturas governamentais.

Mapa IV.2 Arco Norte: Grau de Conectividade das Telecomunicações



No Arco Norte os únicos municípios que receberam a classificação de alta conectividade foram as 2 capitais estaduais: Boa Vista (RR) e Rio Branco (AC). Os demais municípios receberam a classificação de médio baixo (7%), baixo (32%) e muito baixo (57%). Vale destacar que a classificação média baixa em cinco municípios se deve à forte presença de telefonia móvel, se comparada com o restante do Arco Norte, possuindo mais de 80% dos domicílios com celulares e mais de quatro torres de celular por município.

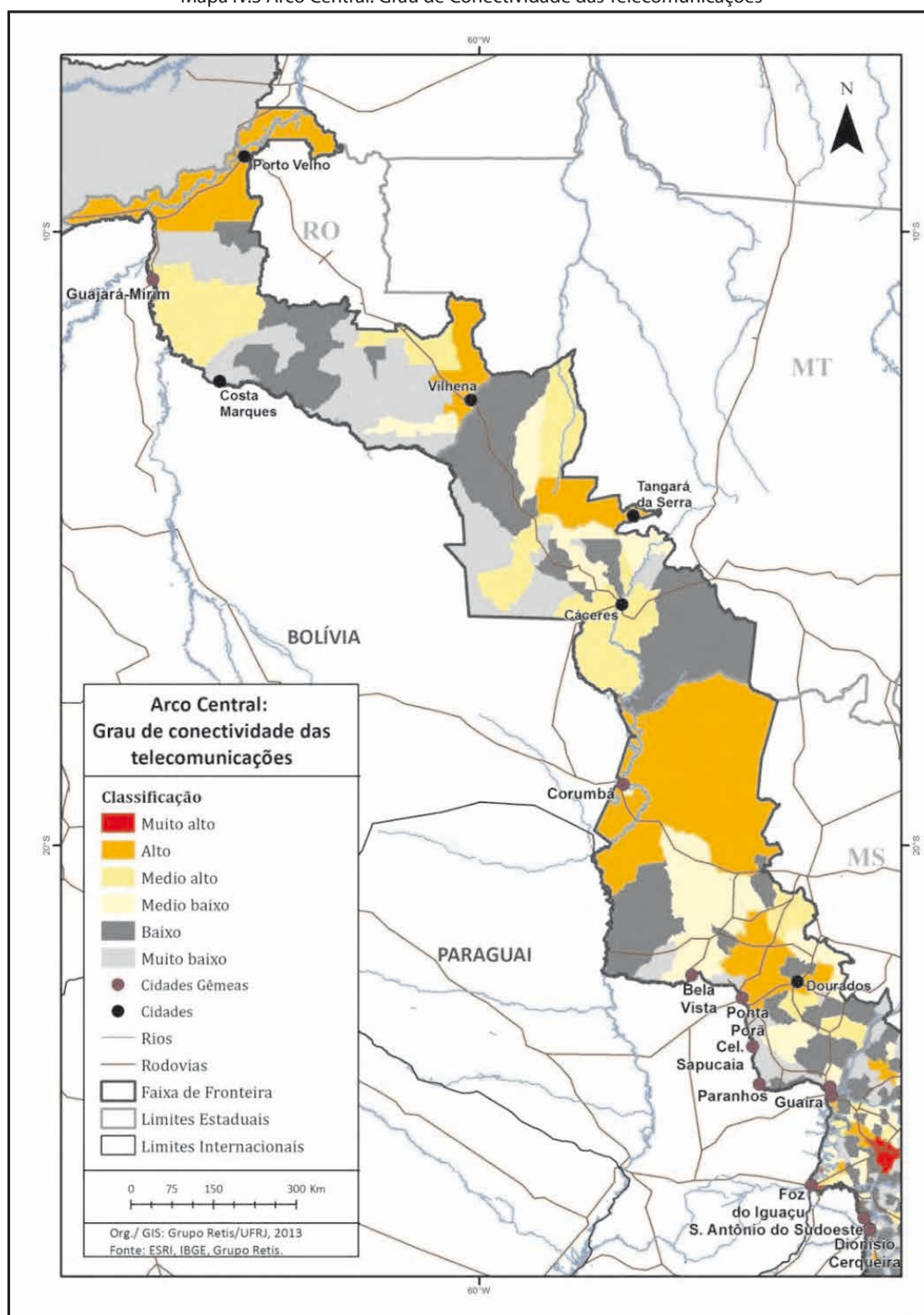
Gráfico IV.3–Arco Norte: municípios por grau de conectividade das telecomunicações



Neste arco também chama a atenção outros municípios com médio baixo grau de conectividade, o que para a região é um grau elevado. A cidade de Laranjal do Jari (AP) possui mais de 84% dos domicílios com celulares e a proximidade com o distrito de Monte Dourado, que pertence ao município de Almeirim (PA), adiciona um total de aproximadamente 14 torres de celulares nas proximidades da cidade amapaense, um valor considerável para o Arco Norte.

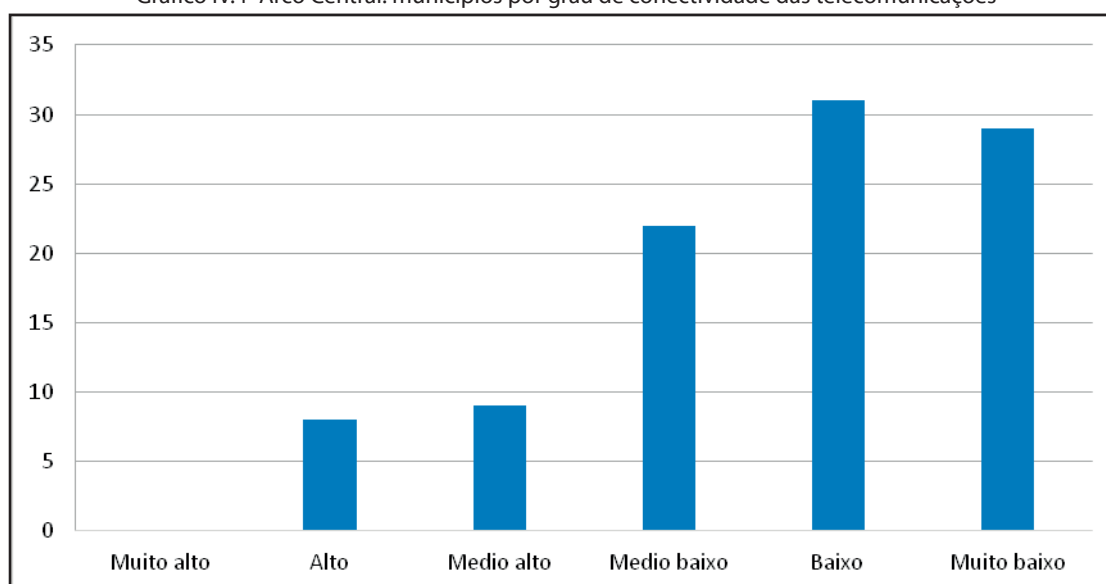
As capitais estaduais também catalisam a infraestrutura de comunicações das suas cidades ao redor. Este fato pode ser demonstrado pelas cidades ao redor de Rio Branco (AC) e que tem um o grau de conectividade médio baixo, como Senador Guimard (AC) e Brasília (AC). A cidade de Mucajaí (RR), localizada a aproximadamente 50 km de Boa Vista (RR), também é um exemplo do efeito das capitais estaduais na rede de telecomunicações do Arco Norte.

Mapa IV.3 Arco Central: Grau de Conectividade das Telecomunicações



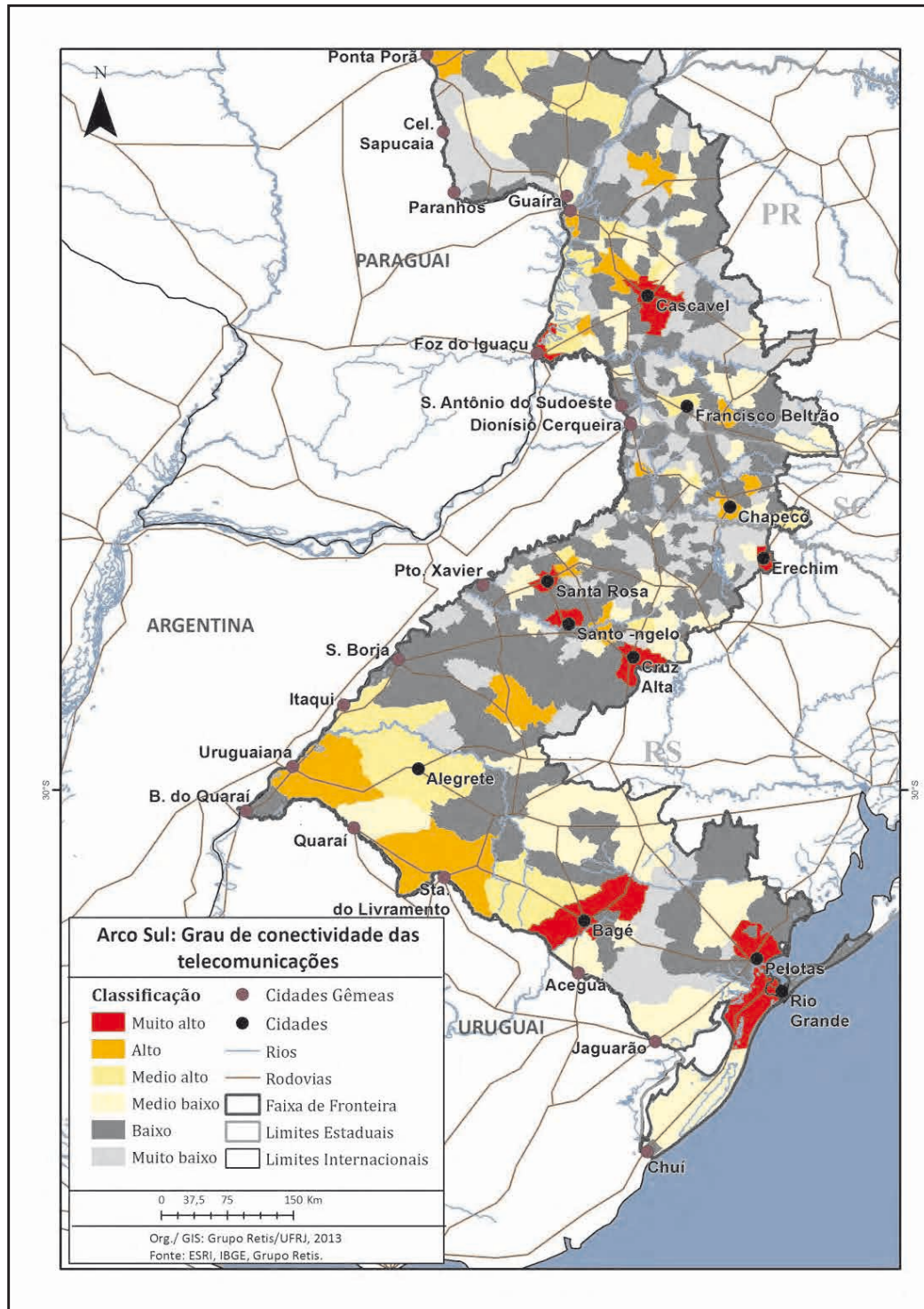
O Arco Central apresenta melhores condições de conectividade do que o Arco Norte, com 17 municípios (17%) classificados com alto e médio alto grau de conectividade. Entre os municípios se destacam aqueles ligados à cadeia do agronegócio, como Vilhena (RO), Dourados (MS), Maracaju (MS) e Tangará da Serra (MT) e as duas maiores cidades gêmeas do Arco Central: Corumbá (MS) e Ponta Porã (MS).

Gráfico IV.4–Arco Central: municípios por grau de conectividade das telecomunicações



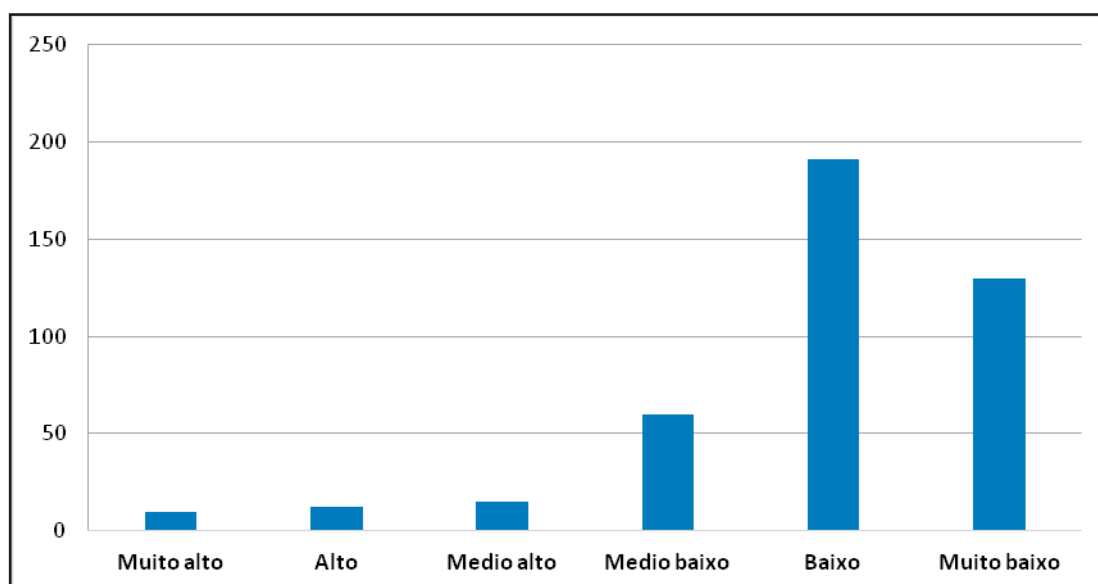
As duas regiões que se destacam com as melhores condições do Arco Central são, exatamente, aquelas ligadas à atividade agrícola. A região da Chapada dos Parecis, entre o Mato Grosso e Rondônia, e atravessada pela BR-364 é marcada pelas boas condições de infraestrutura de telecomunicações; desta forma ela se destaca no Arco Central não só pela conexão das telecomunicações, mas também pela conectividade dos transportes. Outra região importante e bem conectada é a do sul do estado do Mato Grosso do Sul, cuja cidade central é Dourados (MS). Esta região é bem articulada com o território nacional, especialmente com os estados de São Paulo e Paraná, mas também mantém fortes laços com o Paraguai, por meio da cidade de Ponta Porã (MS), que recebe com frequência um grande volume de turistas de compras. Esta infraestrutura concentrada em Dourados (MS) faz com que ela seja um bom centro para a instalação de empresas e prestadoras de serviços na região Centro-Oeste.

Mapa IV.4 Arco Sul: Grau de Conectividade das Telecomunicações



No Arco Sul estão localizados os 10 municípios categorizados com grau de conectividade muito alto, sendo dois no estado do Paraná e oito no Rio Grande do Sul. Estes municípios apresentam mais de 85% de domicílios com celular, mais de 30% com computadores conectados à Internet e mais de 20 torres de celular. Notamos que três regiões se destacam com a maior concentração de municípios com alto grau de conectividade: o noroeste do Rio Grande do Sul, com quatro municípios; o sul do Rio Grande do Sul, com 4 municípios; e o oeste do Paraná, com dois municípios.

Gráfico IV.5–Arco Sul: municípios por grau de conectividade das telecomunicações



A cidade de Cascavel (PR) também exerce uma forte centralidade no Arco Sul. Ligada à fronteira do Paraguai por Foz do Iguaçu (PR) e Guaíra (PR), Cascavel tem uma boa infraestrutura de telecomunicações, com estações retransmissoras de televisão e rádio que atingem todo o oeste paranaense. Sendo assim, ela é um importante nó das telecomunicações da Faixa de Fronteira.

As cidades de Pelotas (RS) e Rio Grande (RS) têm uma alta conectividade, em razão de serem, historicamente, importantes entrepostos de comércio do Rio Grande do Sul. Até hoje, o porto de Rio Grande é um dos mais importantes da região Sul do Brasil. Portanto, além de articular densas redes de telecomunicações no território nacional, estas cidades se conectam com cidades de outros países, especialmente da América do Sul.

Levando em consideração o tamanho da população urbana do Arco Sul, as melhores condições das redes de telecomunicações estão nos municípios com maior população urbana. No Arco Norte, somente os dois municípios com mais de 100 mil habitantes, as duas capitais estaduais (Rio Branco [AC] e Boa Vista [RR]), foram classificadas na classe alto. Todos os outros municípios da faixa de fronteira amazônica foram classificados como baixo e muito baixo, e entre os municípios com menos de 25 mil habitantes, 66% estão na classe muito baixo.

O Arco Central tem municípios com menos de 50 mil habitantes na categoria alto, exatamente os municípios ligados ao agronegócio, localizados no estado do Mato Grosso do Sul. Porém, no conjunto dos municípios com população abaixo de 25 mil habitantes predomina a condição de precariedade das telecomunicações, pois 72% deles foram incluídos nas categorias baixo e muito baixo.

O Arco Sul apresenta uma alta correlação das condições das redes de telecomunicações com o tamanho urbano. Dos sete municípios do Arco Sul com população urbana maior que 100 mil habitantes, todos foram classificados nas categorias alto ou muito alto grau de conectividade. Na faixa de população urbana entre 50 mil e 100 mil habitantes, que contém 15 municípios, 12 deles foram classificadas nas classes correspondentes a média alta, alta ou muito alta. Somente entre os municípios com menos de 25 mil habitantes predominam condições precárias das redes de telecomunicações. Nesta faixa, 85% dos municípios foram incluídos nas categorias baixos ou muito baixos.

Portanto, os dados de infraestrutura e acesso à rede de telecomunicações na faixa de fronteira mostram que nestes municípios predominam um baixo grau de conectividade. O celular é o aparelho de telecomunicação mais bem difundido ao longo da faixa de fronteira, porém a cobertura por torres transmissoras do sinal de telefonia móvel é precária, muitos municípios possuem apenas uma torre, ou utilizam torres de municípios vizinhos. O computador com acesso à Internet ainda é pouco difundido, a média dos domicílios com esse serviço é de 18%.

Outra conclusão a que chegamos é que, entre os municípios da faixa de fronteira, a infraestrutura e o acesso às redes de telecomunicações são desiguais. Enquanto a média dos domicílios com acesso à Internet na faixa de fronteira do Paraná é de 22%, em Roraima este valor é de 4,5%. Outro dado que confirma esta conclusão é que os *hot spots* de acesso à rede de Internet Wi-Fi, instalados com incentivos do governo federal e da ANATEL, são fortemente concentradas em poucos municípios da faixa, especialmente do Arco Sul. Por fim, a distribuição de telefones celulares por município também mostra este padrão, mesmo o celular sendo um bem com grande dispersão. No Arco Norte a média de domicílios com celular é de 50%, já nos Arcos Central e Sul as médias são de 81% e 82%, respectivamente.

Infraestrutura dos transportes terrestres

A infraestrutura dos transportes, composta por estruturas físicas e veículos utilizados para efetivar o deslocamento de pessoas e de mercadorias é um elemento necessário para o desenvolvimento territorial. Nesta seção analisamos os dados da disponibilidade de rodovias, aeroportos, veículos e linhas aéreas, ou seja, os dispositivos que garantem a integração da Faixa de Fronteira com o restante do território nacional. A Faixa de Fronteira tem a sua rede de transportes distribuída de forma desigual, já que os principais aeroportos e a maior parte da malha rodoviária estão concentrados no Centro-Sul.

- **Densidade de estradas**

O Mapa IV.5 mostra a distribuição da densidade de estradas da Faixa de Fronteira. Esta variável é medida pela divisão da extensão de rodovias pela área municipal e é usada comumente para diferenciar as condições de acessibilidade dos municípios. O

cálculo foi feito baseado nas bases espaciais de rodovias, do ano de 2012, e da malha municipal, do ano de 2010, ambas produzidas pelo IBGE. O resultado da distribuição da densidade de estradas na Faixa de Fronteira confirma a concentração de rodovias em um pequeno trecho desta área. Ela tem uma densidade de estradas média de 0,29 km/km². A densidade de estradas média do Brasil é de 0,2 km/km². Portanto, a faixa de fronteira está um pouco acima da média nacional.

No entanto, se analisarmos a distribuição desta variável por arcos vemos que o Arco Norte tem 0,03 km/km², o Arco Central 0,15 km/km² e o Arco Sul 0,33 km/km². Portanto, a diferença entre o Arco Norte e o Arco Sul é de mais de 1.000%.

Os Arcos Norte e Central apresentam uma grande homogeneidade na distribuição desta variável. Contudo, algumas áreas concentram maior quantidade de estradas, em razão do povoamento mais denso e da pequena área municipal. Entre essas áreas estão o leste acreano, no entorno de Rio Branco (AC), onde se destaca o município de Senador Guimard (AC) e Acrelândia (AC). Esta região tem uma grande densidade de estradas vicinais, geralmente de calçamento de terra, e chamadas localmente de “linhas” (Figura IV.1). Na sua maior parte estas estradas foram abertas por iniciativa dos governos estaduais ou municipais. Elas são a principal forma de acessar diversos assentamentos rurais e pequenos povoados, inclusive da Bolívia.

Figura IV.1 “Linha” que conecta o Brasil à Bolívia em Capixaba (AC). Ao fundo podemos ver as bandeiras dos dois países no povoado de Villa Rapirran

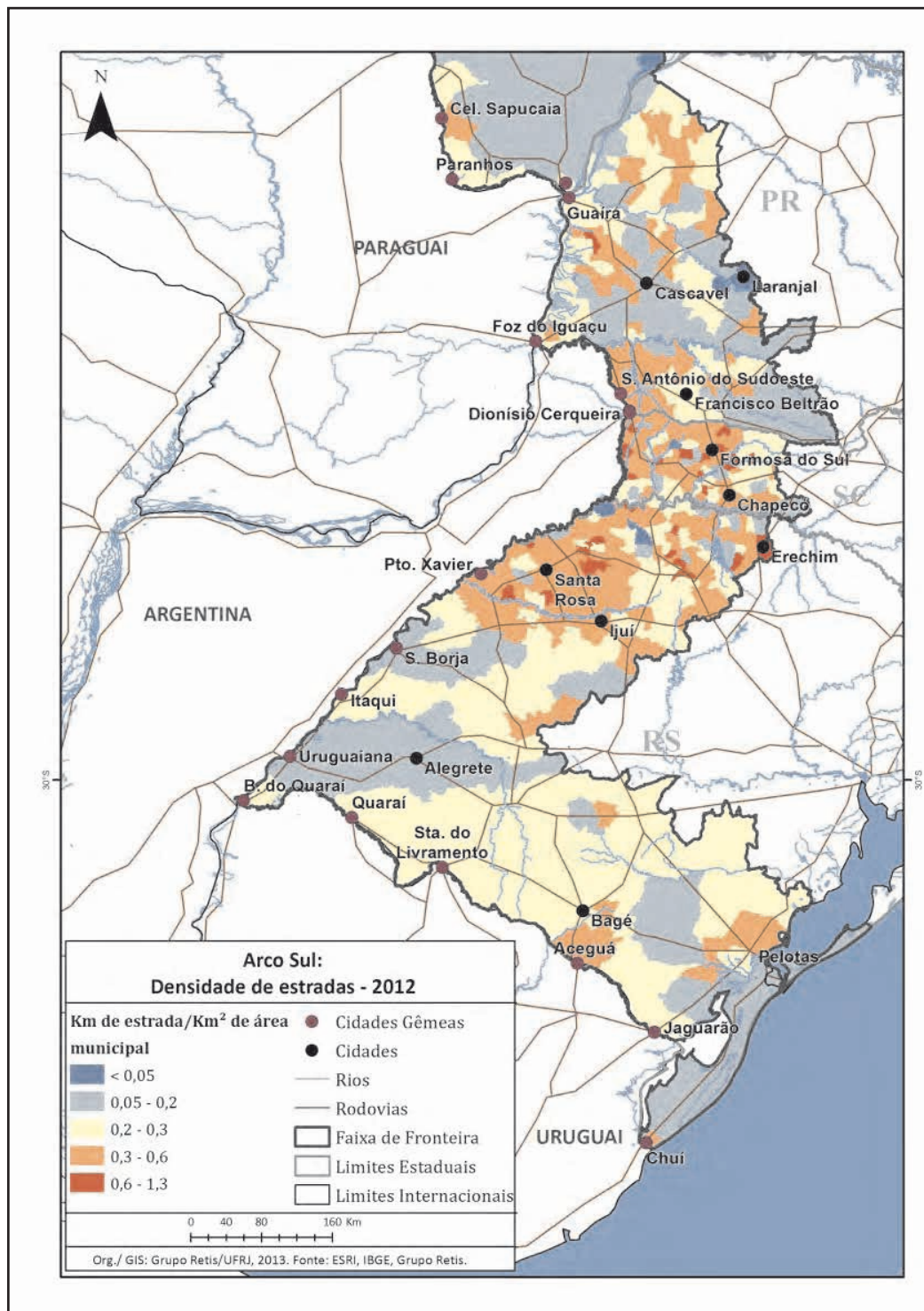


Fonte: Trabalho de campo Grupo Retis, 2012.

No Arco Central as áreas com maior densidade de estradas também estão localizadas em áreas onde foram realizados projetos de colonização com abertura de estradas vicinais. Entre estas regiões podemos citar o centro-sul de Rondônia, em municípios como Novo Horizonte do Oeste (RO) e Rolim de Moura (RO). Na região sul do estado do Mato Grosso

Outra região de destaque pelas condições de conexão rodoviária é o noroeste gaúcho. Cidades como Erechim (RS), Santa Rosa (RS) e Santo Ângelo (RS) são importantes entroncamentos rodoviários, com importantes vias de acesso à Argentina e ao Centro Sul do Brasil. A pequena área municipal também é um fator que explica o alto valor da densidade de estradas. Ao contrário de outras regiões, como a Campanha Gaúcha, no extremo sul do estado do Rio Grande do Sul, os municípios do Noroeste Gaúcho possuem uma pequena extensão.

Mapa IV.6 Arco Sul: Densidade de Estradas, 2012



- **Frota de veículos**

Do Mapa IV.7 ao Mapa IV.10 analisaremos a distribuição da frota de veículos motorizados na Faixa de Fronteira. Esta análise foi feita a partir de dados disponibilizados pelo Denatran, que publica mensalmente o número de veículos licenciados para todos os municípios do Brasil. A frota de veículos é um bom indicador da conexão das cidades da faixa de fronteira, pois é uma condição básica para a materialização do transporte de pessoas e mercadorias a diferentes distâncias.

O Mapa IV.7 mostra a distribuição da frota de motocicletas. Nos últimos anos as motocicletas têm aumentado a sua frota no Brasil, algumas das razões são o menor preço e as condições de financiamento e parcelamento, se comparadas aos automóveis, e as motos não exigem condições de vias muito boas para trafegar. Portanto, é uma alternativa de transporte de pessoas a baixo custo em cidades com más condições de renda, rede rodoviária e transporte público.

O Arco Sul concentra a maior proporção de motocicletas da Faixa de Fronteira (57%), similar à proporção da sua população total no ano de 2010 (59%). A maior diferença entre a proporção de motocicletas e população total está entre o Arco Central e o Sul que possuem, respectivamente, 29% e 13% da frota de motocicletas e, 23% e 18% da população total.

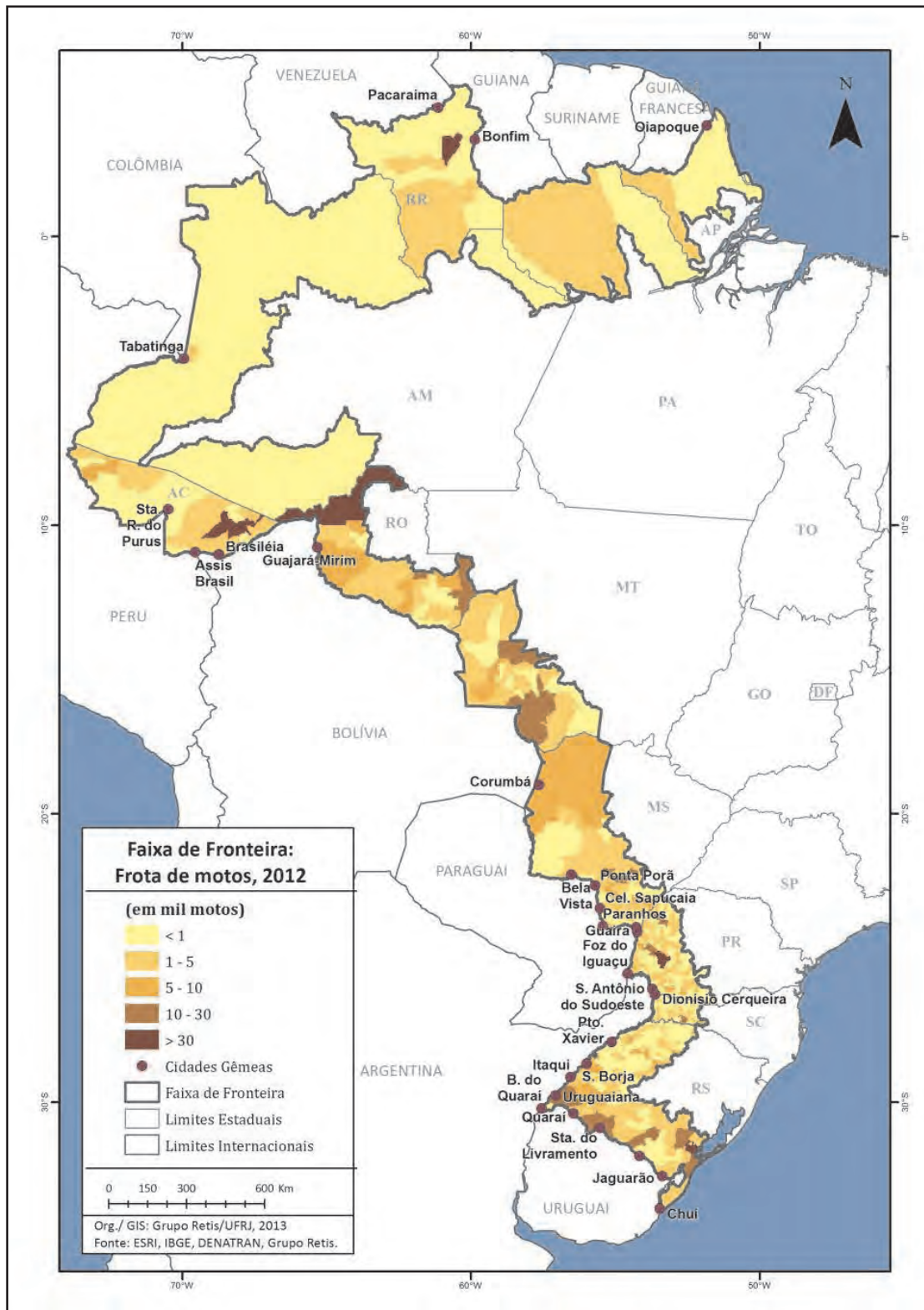
Contudo, as motocicletas são um elemento integrante da dinâmica dos transportes e da paisagem, especialmente nas pequenas cidades de fronteira e nas cidades gêmeas; onde, por meio delas, são feitas a circulação de bens entre áreas distantes e entre o comércio cotidiano das cidades gêmeas.

Figura IV.2 Travessia de motocicletas pelo limite internacional na hora da saída de escola localizada em Ponta Porã (MS). Boa parte dos estudantes eram paraguaios, residentes de Pedro Juan Caballero



Fonte: Trabalho de campo Grupo Retis, 2013.

Mapa IV.7 Faixa de Fronteira: Frota de Motos, 2012



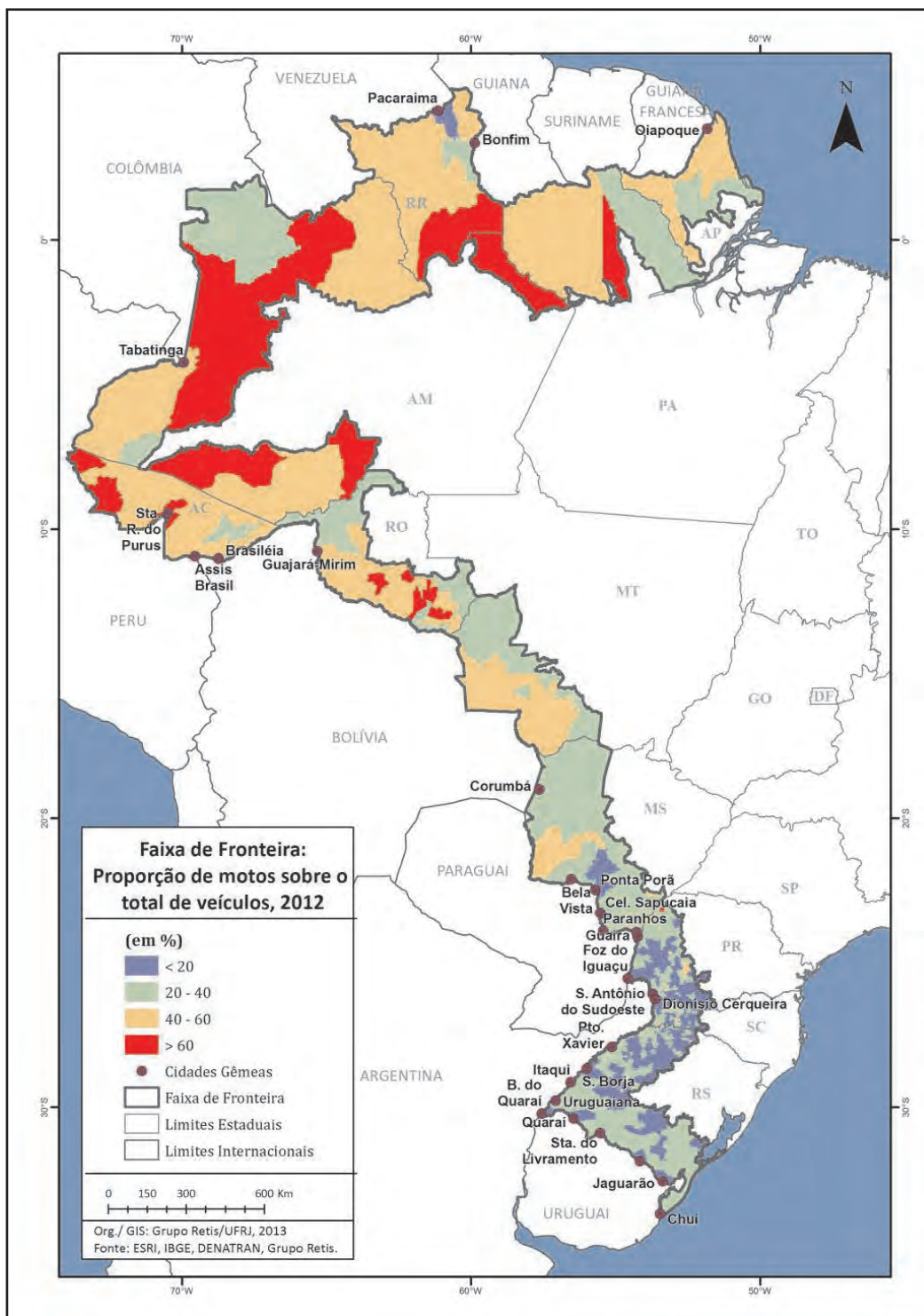
O Mapa IV.8 mostra a proporção de motocicletas sobre o total de veículos na Faixa de Fronteira. Ele mostra que as motos são um importante meio de transporte especialmente no Arco Norte, onde chegam a ser mais de 60% dos veículos registrados pelo DENATRAN. Porém, o número de motos pode ser ainda maior, já que muitas motos não são registradas, sobretudo nas cidades gêmeas. Nos países vizinhos ao Brasil as motos costumam ser ainda mais baratas e os trâmites de legalização de veículos importados em território nacional, com taxas de importação, emplacamento, entre outros, inviabilizariam a compra do veículo. Este fato foi observado em Ponta Porã (MS), onde motos podem ser compradas na cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero por menos de R\$ 1 mil e circular pela área urbana de Ponta Porã.

Este alto número de motocicletas é uma grande preocupação para os órgãos de segurança pública em razão da segurança no trânsito. A fiscalização das condições de segurança dos veículos e dos seus condutores, como o uso de capacetes, é uma tarefa que necessita da articulação de diversos órgãos de segurança. No exemplo de Ponta Porã (MS), a fiscalização da circulação de motocicletas envolvia a PM, o DETRAN-MS, o DPRF e a Polícia Paraguaia. Outro fato importante relacionado ao número de motocicletas é a criação de Guardas Municipais em diversos municípios, notadamente do Arco Norte, voltados à fiscalização do trânsito.

Outro setor afetado pela insegurança no trânsito é o da saúde, especialmente os especialistas em ortopedia e traumatologia. O número de acidentes com motocicletas aumenta a exigência destes profissionais e muitos municípios não têm condições de lidar com cirurgias de alta complexidade.

Como dito anteriormente, as motocicletas são importantes meios de transportes para a população de baixa renda, em cidades com transporte público e rede rodoviária precária. Por este motivo, as preocupações com a segurança e saúde no trânsito relacionado ao aumento do uso de motocicletas é mais acentuado nos municípios do Arco Norte da Faixa de Fronteira e nos municípios menos urbanizados.

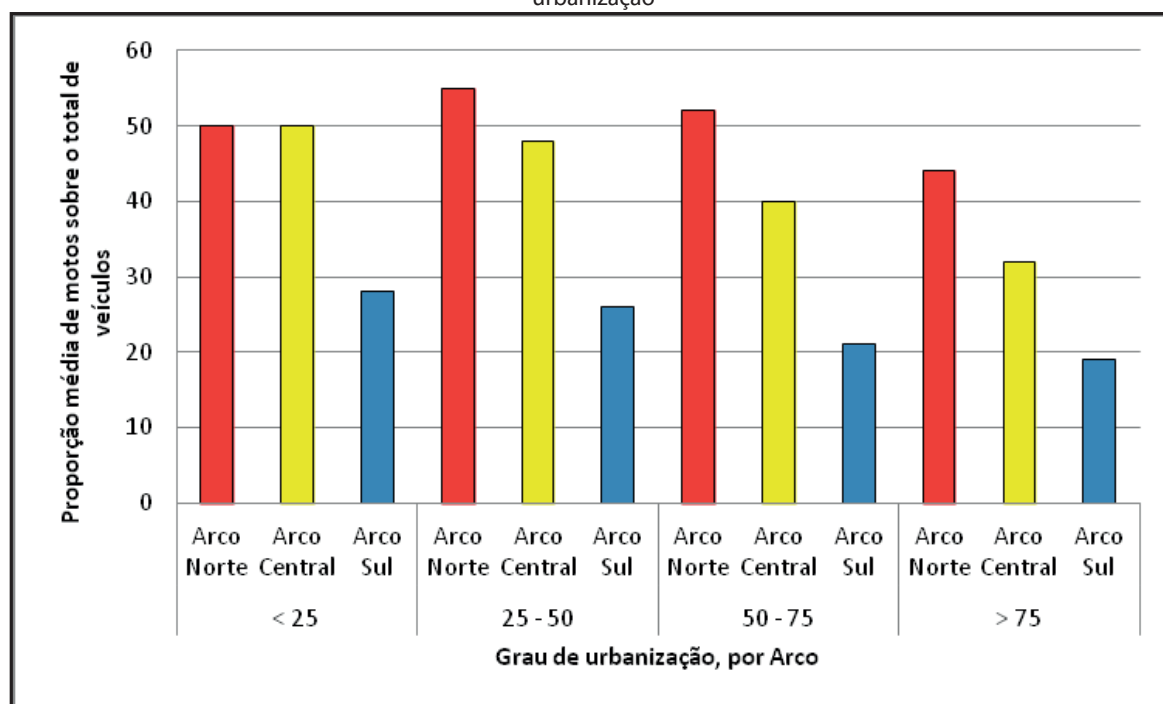
Mapa IV.8 Faixa de Fronteira: Proporção de motos sobre o total de veículos, 2012



O Gráfico IV.6 relaciona a proporção média de motocicletas sobre o total de veículos registrados com o grau de urbanização municipal, por arco. Ele nos mostra que as motocicletas são mais utilizadas, proporcionalmente, nos municípios do Arco Norte com grau de urbanização entre 25% e 50%. Nesta categoria mais de 50% dos veículos registrados são motocicletas. No geral, em todos os arcos da Faixa de Fronteira a proporção de motocicletas diminui quando aumenta o grau de urbanização. Este dado nos indica que as motocicletas podem estar sendo usadas na sua maior parte como

alternativa de transportes para as áreas rurais dos pequenos municípios da Faixa de Fronteira. Isto impõe um desafio para a segurança e saúde no trânsito destes municípios, pois estes municípios estão agora começando a estruturar suas Guardas Municipais para atuar na fiscalização do trânsito e possuem poucos, ou nenhum, médico especializado na área de ortopedia e traumatologia.

Gráfico IV.6 Proporção média de motocicletas sobre o total de veículos registrados em relação ao grau de urbanização

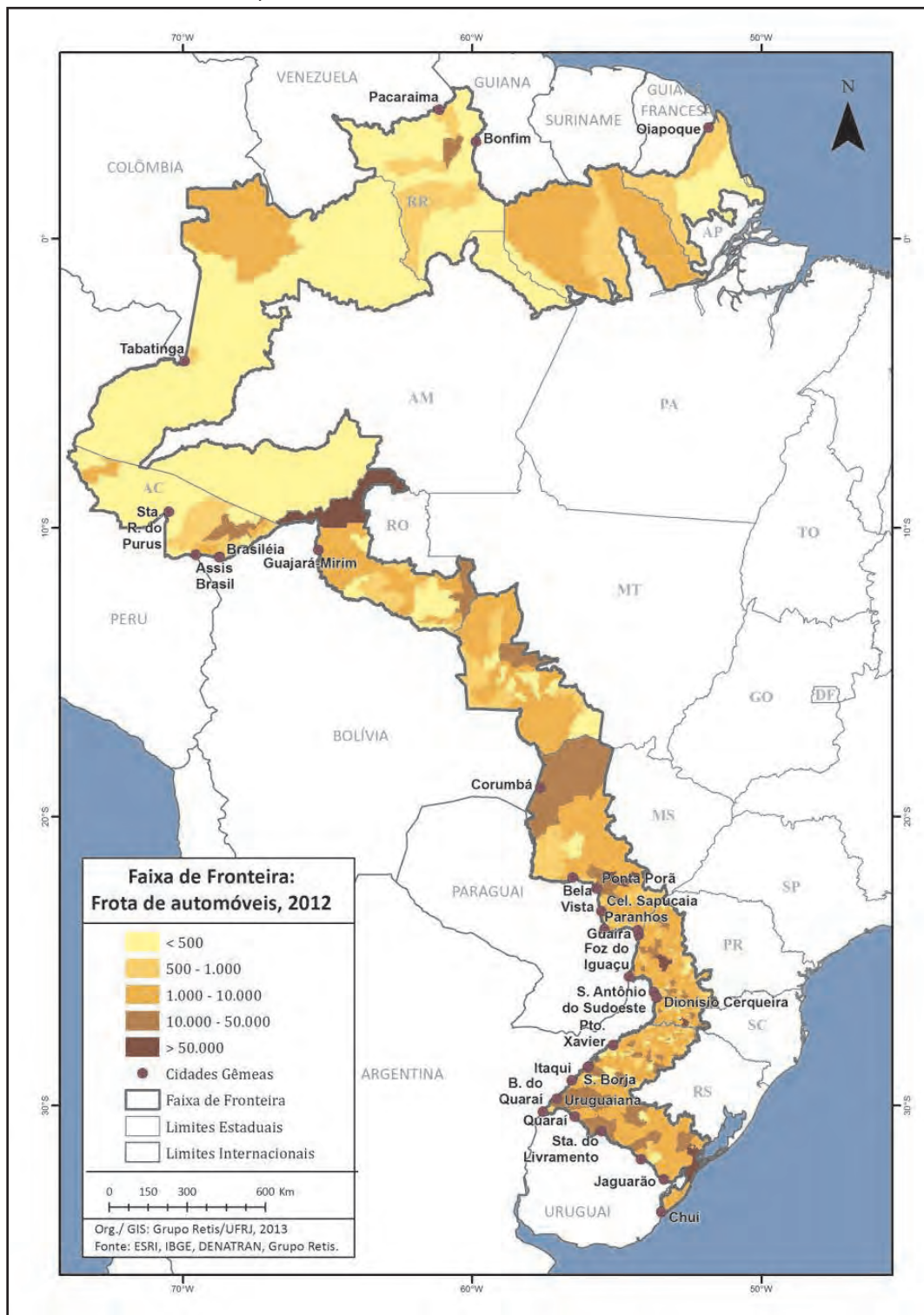


Fonte: DENATRAN, 2012 e IBGE, 2012.

O Mapa IV.9 mostra a distribuição da frota de automóveis na Faixa de Fronteira. O tamanho da frota de automóveis, ao contrário da frota de motocicletas, está ligado mais fortemente com o tamanho da população, com a renda e com a condição das vias de disponíveis. Por este motivo, as maiores frotas de automóveis, tanto no valor absoluto como relativo, estão nos municípios e regiões com alta densidade de estradas e alta renda. Os municípios com maiores frotas são os do Noroeste Gaúcho e Oeste Catarinense, onde mais de 50% da frota é composta de automóveis.

As cidades com maiores frotas de automóveis são Cascavel (PR), Pelotas (RS) e Foz do Iguaçu (PR), todos com mais de 50% de automóveis sobre o total de veículos. Porém, o município mais populoso da Faixa de Fronteira, Porto Velho (RO), com mais de 430 mil habitantes, tem apenas 42% da sua frota composta por automóveis. Isto confirma a afirmativa que fizemos de que a frota de automóveis está relacionada com as condições de renda e de infraestrutura viária regional, e não só com o tamanho populacional do município.

Mapa IV.9 Faixa de Fronteira: Frota de Automóveis, 2012

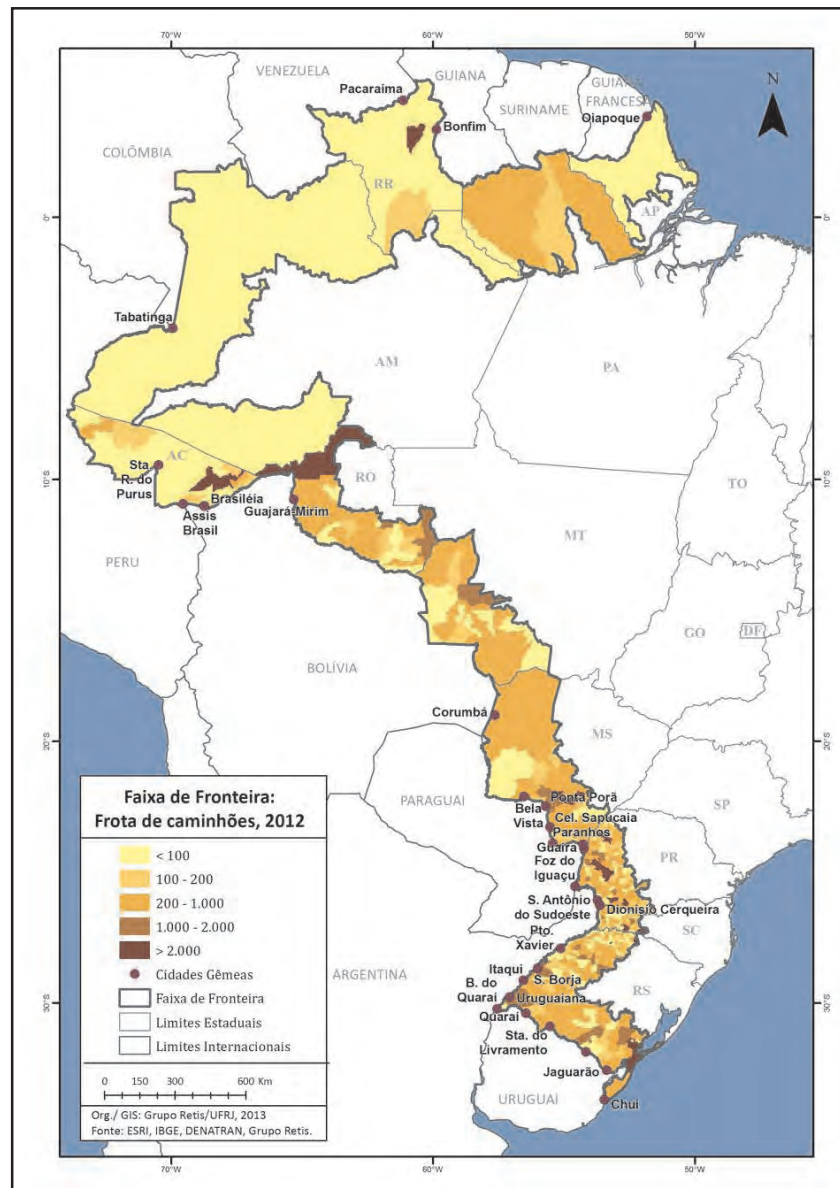


Outra frota importante para a caracterização da conectividade dos transportes na Faixa de Fronteira é a frota de caminhões (Mapa IV.10). Os caminhões transportam a maior parte dos bens e mercadorias do país. Desta forma, identificar os municípios que concentram esta frota é fundamental para mostrar os principais entrepostos comerciais da Faixa de Fronteira, que efetuam o deslocamento de produtos tanto para o interior do território nacional, quanto para outros países da América do Sul.

Portanto, os municípios com maior frota de caminhões estão localizados em importantes entroncamentos rodoviários ou em municípios com importante produção, industrial ou agrícola. Os municípios com maior frota de caminhões da Faixa de Fronteira são, em ordem decrescente, Cascavel (PR), Porto Velho (RO) e Pelotas (RS). Estes três municípios estão em situações geográficas muito distintas, mas são casos interessantes para se avaliar as conexões da Faixa de Fronteira.

A cidade de Cascavel (PR) é um importante nó da rede rodoviária da região sul do Brasil, pois se encontra no cruzamento das rodovias BR-277, BR-163 e BR-369. A BR-277 é uma importante via de conexão do estado do Paraná, pois liga o porto de Paranaguá com a fronteira do Paraguai, em Foz do Iguaçu (PR). Sendo assim, é o principal percurso das cargas importadas pelo Paraguai e que tem passagem livre pelo território brasileiro. Além disso, esta rodovia é a conexão do oeste paranaense com a capital Curitiba (PR).

Mapa IV.10 Faixa de Fronteira: Frota de Caminhões, 2012



A BR-163 é a rodovia que cruza o estado do Paraná no sentido norte-sul, articulando importantes áreas produtoras agrícolas do Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Por este motivo, o tráfego de caminhões nesta rodovia é mais intenso no período da safra da soja e do milho. Ela também é a principal articulação das outras cidades gêmeas localizadas no estado do Paraná: Guaíra, Santo Antônio do Sudoeste e Barracão.

Por fim, a BR-369 é a rodovia que conecta o Paraná com os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, passando por importantes cidades, como Londrina (PR). Sendo assim, ela é uma rota muito utilizada para o turismo de compras nas cidades paraguaias, especialmente pelas excursões de “sacoleiros” paulistas, cariocas e mineiros. Em razão destas boas condições de conexão rodoviária, Cascavel (PR) é um importante centro para as instalações dos órgãos de segurança pública na Faixa de Fronteira paranaense.

A cidade de Porto Velho (RO) é a maior cidade da Faixa de Fronteira brasileira e um dos principais centros urbanos da região norte do Brasil. Ela é conectada por via rodoviária pela BR-364, por onde é feito o transporte de mercadorias das regiões sul e sudeste para os estados de Rondônia e Acre. Esta rodovia ganhou destaque no cenário logístico brasileiro com a abertura da Estrada do Pacífico, que liga a fronteira brasileira com os portos do Peru e do Chile. Além disso, em Porto Velho (RO) pode ser feita a integração entre os modais rodoviário e hidroviário, no Rio Madeira. Sendo assim, a cidade de Porto Velho (RO) passou a ser vista como uma boa possibilidade para o escoamento da produção agrícola do cerrado brasileiro, mas as condições tanto da BR-364 em território brasileiro, como dos portos e da hidrovía do Rio Madeira impedem o aproveitamento desta possibilidade logística.

As últimas cidades analisadas são a de Pelotas (RS) e a sua cidade vizinha de Rio Grande (RS). A cidade de Rio Grande (RS) possui o único porto marítimo da Faixa de Fronteira, que atende a toda região meridional do Rio Grande do Sul e que tem a quarta maior movimentação de cargas do país. A cidade de Pelotas (RS) possui um porto fluvial-lacustre que, por meio da Lagoa Mirim, tem acesso ao território uruguaio. Estas duas cidades podem ser vistas como um complexo portuário que conecta o sul do Rio Grande do Sul com o Brasil, Uruguai e Argentina, por meio de acessos nas redes ferroviárias e rodoviárias destes países.

Estes três exemplos mostram algumas das cidades mais bem conectadas da Faixa de Fronteira. As ligações rodoviárias, que ainda são as mais utilizadas no Brasil, são pouco conectadas com outras redes de transportes, como a de navegação marítima, fluvial e ferroviária. A cidade de Cascavel (PR), por exemplo, exerce a sua centralidade por meio da sua posição na confluência de diversas rodovias brasileiras, já as cidades de Porto Velho (RO), Pelotas (RS) e Rio Grande (RS) se destacam pelo acesso a outras redes de transportes.

Porém, deve ser destacado, que estas conexões geralmente não são influenciadas pela proximidade da fronteira brasileira. A maior parte dos fluxos é destinada para o interior do Brasil ou para terceiros países, como no caso dos portos. No caso analisado da distribuição de caminhões na Faixa de Fronteira, as cidades gêmeas apresentam pouco destaque.

Infraestrutura aeroportuárias

Avaliamos a infraestrutura aeroportuária com o objetivo de identificar as condições de acessibilidade da Faixa de Fronteira à rede de aviação civil. O transporte aéreo é de grande importância para o deslocamento de pessoas e cargas, especialmente nas regiões mais isoladas, como a região amazônica. Desta forma, utilizamos dados da aeronáutica para mostrar a presença de aeródromos, ou seja, pistas de pouso e decolagem que possam ser utilizadas pela aviação civil, e dados das companhias aéreas para demonstrar as conexões já existentes na Faixa de Fronteira.

- **Hierarquia dos aeroportos**

O CATAER, publicação contínua da Aeronáutica, contém as informações necessárias para a navegação das aeronaves em território nacional. Nesta publicação, consultamos a seção que apresenta as informações sobre os aeródromos registrados no Brasil. Os aeródromos são definidos como qualquer área com infraestrutura necessária para o pouso, decolagem e manobra de aeronaves. Os aeródromos podem ser divididos entre aeródromos públicos e privados. Os aeródromos públicos que possuem instalações para embarque e desembarque de voos operados por empresas de aviação civil são chamados de aeroportos. Desta forma, mapeamos e analisamos apenas a distribuição dos aeroportos, pois os aeródromos privados não são relevantes para a aviação comercial. Contudo, vale destacar, que os aeródromos privados, além dos ilegais, são de grande relevância para o estudo de rotas de redes ilegais, como tráfico de drogas e de armas.

A hierarquia dos aeroportos foi definida de acordo com o órgão que administra os aeródromos públicos. Dividimos os aeródromos públicos em 5 categorias: administrados pela INFRAERO (internacionais e nacionais), administrados pelos governos estaduais, municipais ou pelas Forças Armadas. A diferença entre os aeroportos internacionais e nacionais administrados pela INFRAERO é a presença de instalações competentes para efetuar os trâmites de migração (PF) e de alfândega (RFB). Vale destacar que, exceto os aeroportos administrados pela INFRAERO, a posição de um aeroporto entre os outros níveis da hierarquia não significa maior ou menor movimento de pessoas ou cargas, mas somente o órgão administrador. A movimentação de aeronaves, cargas e pessoas dos aeroportos só poderão ser indicadas naqueles que são administrados pela INFRAERO, pois são os únicos com dados disponíveis.

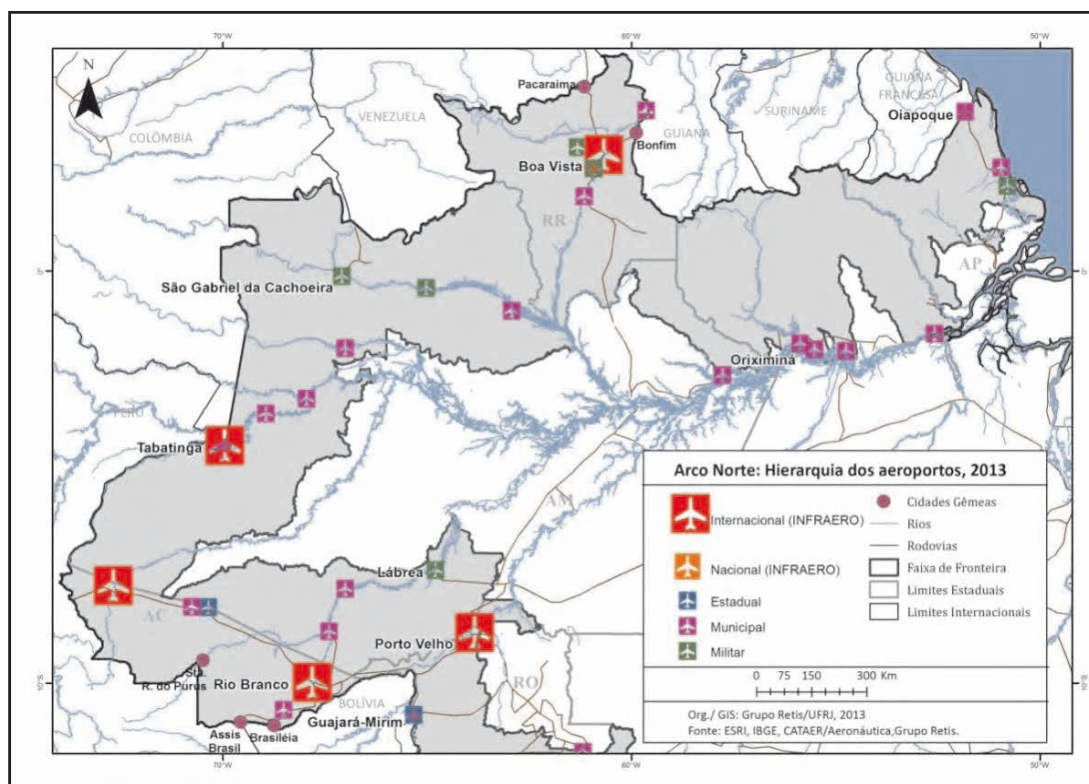
O Mapa IV.11 mostra a distribuição dos aeroportos, segundo a sua hierarquia, no Arco Norte. À exceção das capitais estaduais, Rio Branco (AC) e Boa Vista (RR), dois

outros aeroportos se destacam pela estrutura para a realização de voos internacionais: os aeroportos internacionais de Cruzeiro do Sul (AC) e Tabatinga (AM).

Em 2012, em ordem decrescente, os aeroportos internacionais do Arco Norte com maior movimentação de aeronaves foram o de Rio Branco (AC) com 12.732 aeronaves, o de Boa Vista (RR) com 11.521, o de Cruzeiro do Sul (AC) com 6.264 e Tabatinga (AM) com 2.451. Apesar da pequena movimentação os dois aeroportos nas últimas colocações são de grande importância para o acesso à Amazônia ocidental, já que Cruzeiro do Sul (AC) só pode ser acessado por via rodoviária por meio da BR-364 e Tabatinga não tem acesso por rodovias, apenas pelo rio Solimões.

O Arco Norte se diferencia dos outros arcos da Faixa de Fronteira, pois é o único em que os aeroportos militares são usados pela aviação civil. Três deles se destacam, em razão do uso constante para esse fim: os aeroportos de São Gabriel da Cachoeira (AM), Santa Isabel do Rio Negro (AM) e Lábrea (AM). Os dois primeiros aeroportos são as principais vias de acesso do alto vale do rio Negro, com exceção do próprio rio.

Mapa IV.11 Arco Norte: Hierarquia dos Aeroportos, 2013

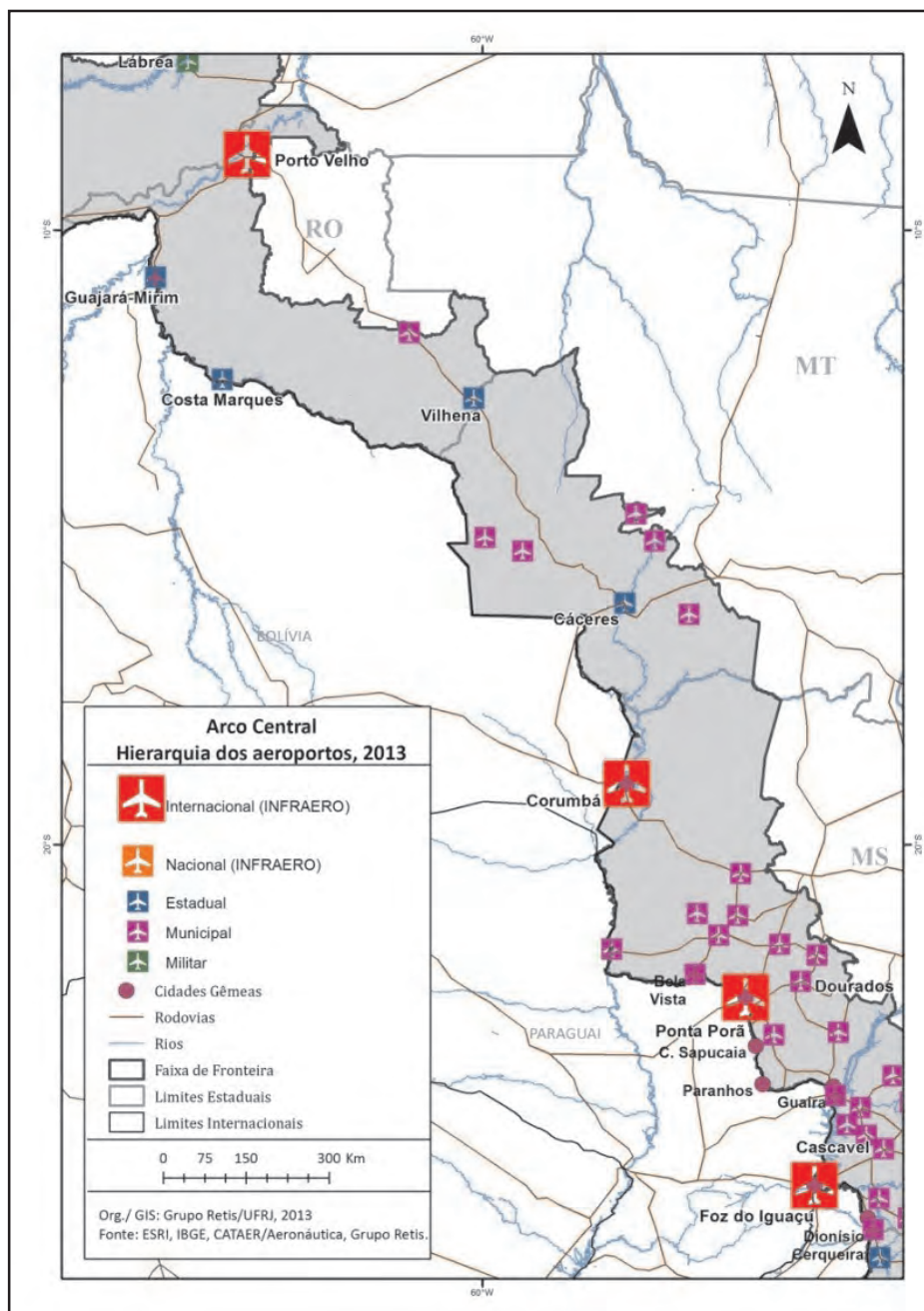


O Mapa IV.12 apresenta a hierarquia do Arco Central. Este arco, que possui a densidade de estradas muito superior ao do Arco Norte, tem poucos aeroportos com voos comerciais regulares e apenas 2 aeroportos internacionais que operam plenamente: o aeroporto de Porto Velho (RO) e o de Corumbá (MS). Em Porto Velho (RO) trafegaram, em 2012, 20.868 aviões, em Corumbá (MS) este número foi de apenas 2.601.

O aeroporto de Ponta Porã (MS), que está na categoria de aeroporto internacional e tem as infraestruturas necessárias para isso, é o único aeroporto operado pela INFRAERO que não opera voos comerciais. Em 2012 passaram por este aeroporto apenas 1.618 aeronaves. Este fato se deve à centralidade exercida pelo aeroporto de Dourados (MS), que é administrado pela prefeitura municipal, mas que atende a toda região sul do estado do Mato Grosso do Sul.

Outros aeroportos importantes regionalmente são os de Vilhena (RO) e Bonito (MS). O primeiro em função da centralidade que esta cidade exerce sobre as regiões sul de Rondônia e noroeste do Mato Grosso. O segundo em razão da atração turística que este município possui.

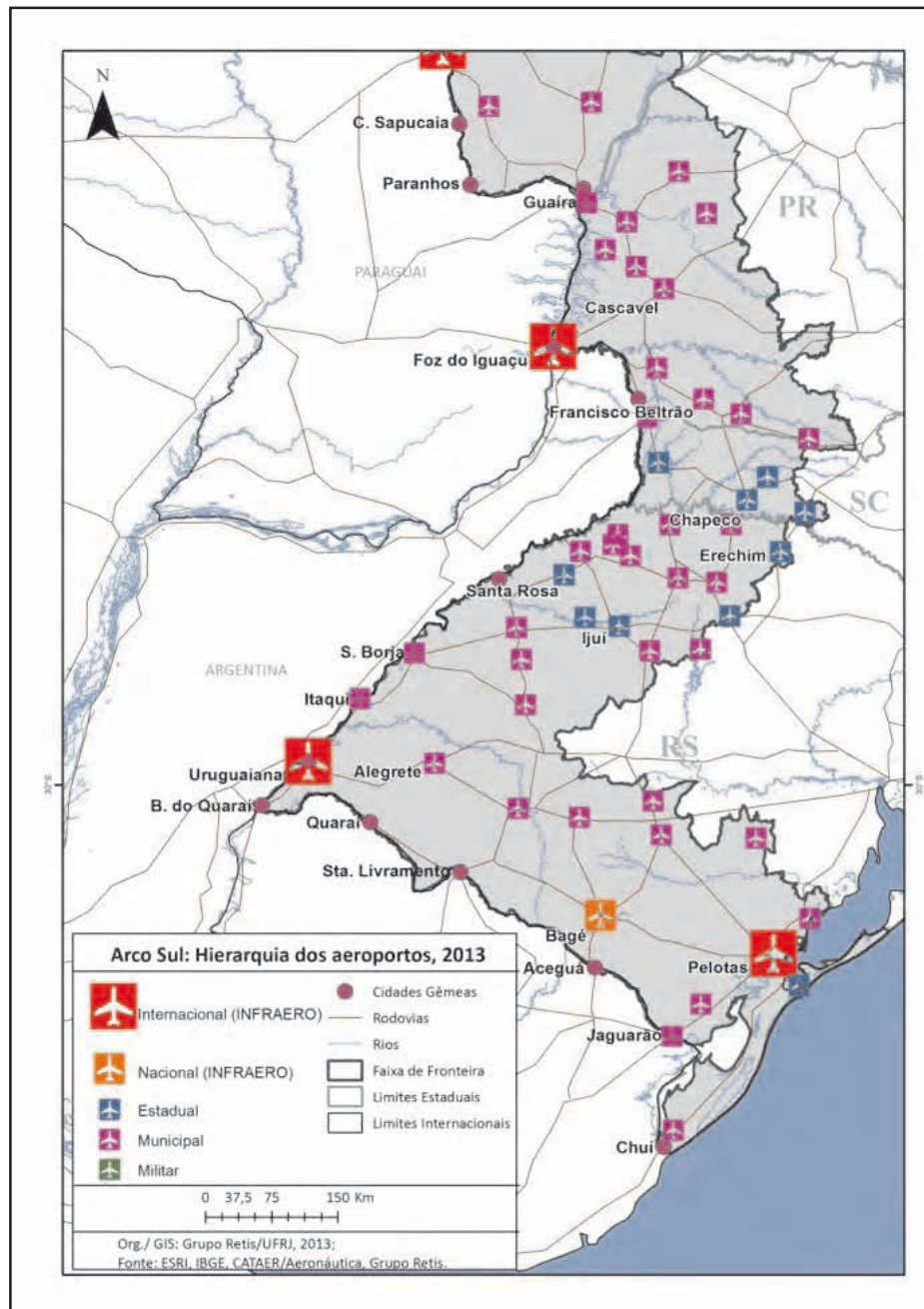
Mapa IV.12 Arco Central: Hierarquia dos Aeroportos, 2013



O Arco Sul apresenta as melhores condições de transporte aeroviário (Mapa IV.13). Possui 3 aeroportos internacionais: o de Foz do Iguaçu (PR), que teve um movimento de 18.108 aeronaves em 2012, o de Pelotas (RS), com 3.664 aeronaves e o Uruguaiana (RS) com apenas 755 aeronaves. Além desses aeroportos internacionais, o Arco Sul tem o único aeroporto na Faixa de Fronteira que tem a categoria de internacional, o aeroporto de Bagé (RS), que teve um movimento de apenas 320 aeronaves.

Além desses aeroportos, o Arco Sul tem aeroportos estaduais e municipais com linhas aéreas regulares importantes. Os mais importantes deles são o de Cascavel (PR) e o de Chapecó (SC). Este último atende uma ampla região, como o oeste catarinense e o oeste gaúcho.

Mapa IV.13 Arco Sul: Hierarquia dos Aeroportos, 2013



- **Conexões aéreas**

Os dados da Editora PanRotas, que publica mensalmente o inventário das rotas aéreas brasileiras, foi utilizado para analisar a existência e a frequência de conexões aéreas das cidades da Faixa de Fronteira com outras cidades. Com este objetivo, listamos todas as conexões aéreas diretas das cidades da Faixa de Fronteira, o seu destino e a frequência de voos no período de uma semana. Os dados utilizados são referentes ao mês de dezembro de 2012. Listamos apenas os voos diretos, ou seja, os voos entre duas cidades sem escalas, pois avaliamos que eles demonstram de forma satisfatória o grau de conexão entre duas cidades.

O Mapa IV.14 apresenta duas informações sobre as conexões aéreas diretas na Faixa de Fronteira: (1) as linhas indicam o número de voos semanais entre duas cidades, no período de uma semana, e (2) os círculos mostram a soma dos voos diretos recebidos e emitidos para cidades na Faixa de Fronteira.

Entre as linhas de voos diretos entre duas cidades podemos destacar dois grupos de cidades fortemente conectadas. A primeira é a linha entre Manaus (AM) e Porto Velho (RO): entre elas são realizados 62 voos diretos semanais, demonstrando uma alta conexão entre estas duas capitais estaduais. O segundo são as linhas entre Foz do Iguaçu (PR) – Curitiba (PR) e Chapecó (SC) – Florianópolis (SC), essas duas linhas têm mais de 40 voos diretos semanais entre elas.

Destas três cidades da Faixa de Fronteira devemos destacar a forte centralidade regional exercida pelas cidades de Porto Velho (RO) e Chapecó (SC). Na primeira, converge uma grande quantidade de voos de toda a porção sul da região amazônica, dos estados de Rondônia, Acre e Amazonas; a partir daí os voos são feitos para cidades maiores como Manaus (AM) ou Brasília (DF). A cidade de Chapecó (SC) exerce centralidade em uma região mais restrita, o oeste catarinense e o noroeste gaúcho; posteriormente, os voos a partir de Chapecó (SC) são direcionados para Florianópolis (SC). Por fim, Foz do Iguaçu (PR) é um caso diferenciado na Faixa de Fronteira, em razão da diversidade de voos diretos com destino a esta cidade. Foz do Iguaçu (PR) é a única cidade da Faixa de Fronteira com voos diretos para São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ) e a única com voo direto internacional, para Lima (Peru). Isto se deve ao fato desta cidade ser o principal destino turístico da Faixa de Fronteira e um dos principais do país. Em 2012, segundo dados da INFRAERO, o aeroporto de Foz do Iguaçu (PR) teve o maior movimento de passageiros entre os aeroportos da Faixa de Fronteira, com 1.668.906 passageiros.

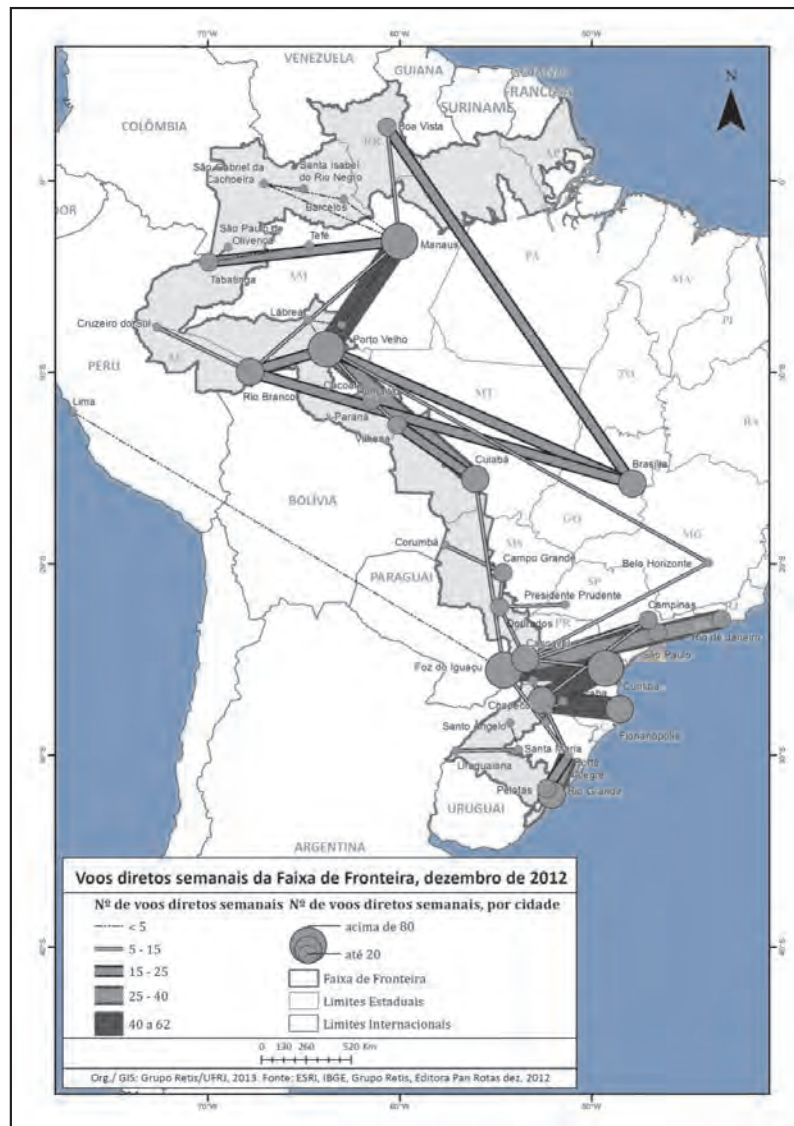
Também devemos aqui destacar os aeroportos fora da Faixa de Fronteira que concentram voos diretos desta região. No Arco Norte o aeroporto de Manaus (AM) é o destino exclusivo dos voos oriundos dos vales do rio Negro e do rio Solimões. Do Vale do Rio Negro convergem os voos de uma pequena rede de voos locais que compreendem

as cidades de Barcelos (AM), Santa Isabel do Rio Negro (AM) e São Gabriel da Cachoeira (AM). Do Vale do Rio Solimões, os voos locais convergem de Tefé (AM) e São Paulo de Olivença (AM) para Tabatinga (AM) e daí para Manaus (AM).

Brasília (DF) é um dos mais importantes hubs de voos dos Arcos Norte e Central. Ela concentra os voos das capitais estaduais: Boa Vista (RR), Rio Branco (AC) e Porto Velho (RO) de onde pode ser feita a conexão com voos para outros aeroportos do Brasil ou do exterior.

No Arco Sul os voos da Faixa de Fronteira são divididos entre os aeroportos de Curitiba (PR), Florianópolis (SC) e Porto Alegre (RS), cada um recebendo voos de outros aeroportos do mesmo estado. O estado do Rio Grande do Sul é o estado que tem a rede de voos locais com maior número de conexões. Por exemplo, as cidades de Uruguaiana (RS) e Santo Ângelo (RS) têm voos diretos para a cidade de Santa Maria (RS), de onde saem voos para o aeroporto internacional de Porto Alegre (RS).

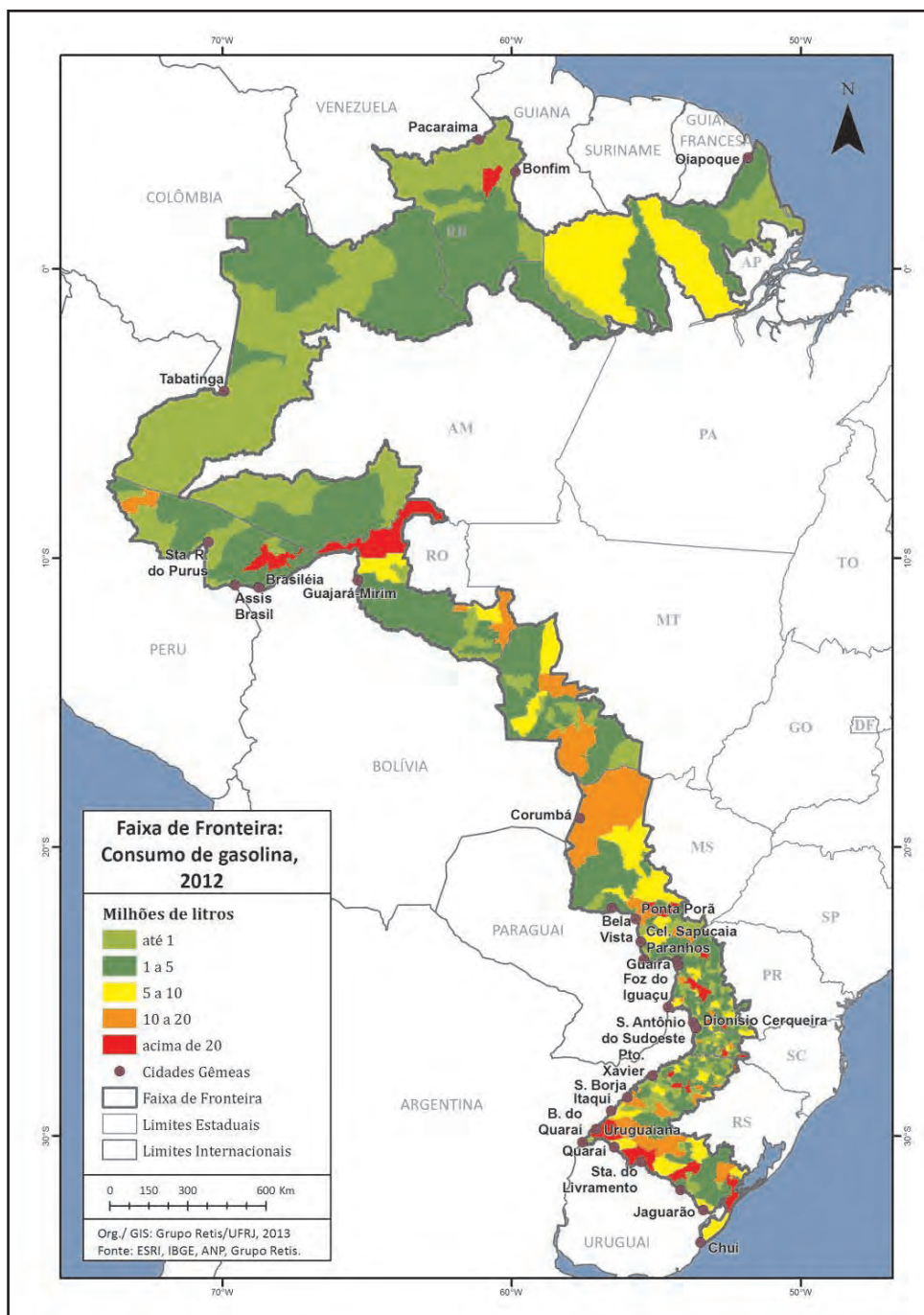
Mapa IV.14 Voos Diretos Semanais da Faixa de Fronteira, dezembro de 2012



Consumo de gasolina

O consumo de combustíveis é um importante indicador do dinamismo econômico de uma região. Ele é um recurso indispensável para o deslocamento das pessoas e dos bens pelo território. Nos mapas a seguir analisamos a distribuição do consumo de gasolina para a Faixa de Fronteira no ano de 2012, baseados nos dados disponibilizados pela ANP. Não analisamos o consumo de outros combustíveis, como diesel e etanol, pois estes combustíveis têm usos menos diversos que a gasolina. A gasolina pode ser usada para diferentes fins, como combustíveis de automóveis, para gerar energia elétrica, mas também como insumo para o refino de pasta base de cocaína.

Mapa IV.15 Faixa de Fronteira: Consumo de Gasolina, 2012

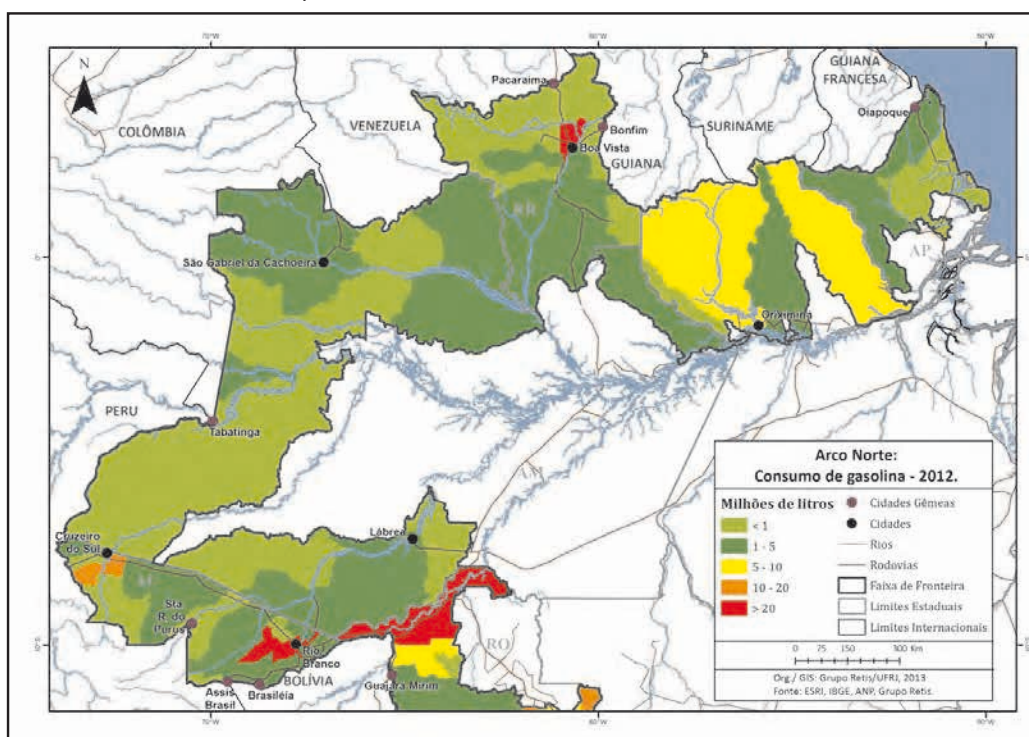


O Mapa IV.15 mostra o consumo de gasolina para a Faixa de Fronteira. Vemos que o maior consumo de gasolina é observado nas maiores cidades da região. O consumo está diretamente relacionado com o tamanho da população do município e com o nível de atividades econômicas. Os municípios com os três maiores consumos de gasolina são, em ordem decrescente: Porto Velho (RO), 138 milhões de litros; Cascavel (PR), 100 milhões e Pelotas, 83 milhões. Desta forma, podemos afirmar que o consumo de gasolina está fortemente relacionado com as condições de conectividades dos transportes, como analisado na seção anterior.

No Mapa IV.16 está apresentado o consumo de gasolina no Arco Norte. Este é o arco com menor consumo de combustíveis da Faixa de Fronteira. A média do consumo de gasolina neste arco é de 3.8 milhões de litros. A ausência de rodovias é um fator que explica o baixo consumo de gasolina. Como analisado na seção anterior, as motocicletas são um dos principais meios de transportes nas cidades com baixo grau de urbanização e baixa densidade de estradas e, comumente, as motocicletas consomem menos combustíveis que os automóveis. Outro meio de transporte muito utilizado no Arco Norte são os barcos, muitos deles com motores de popa. Muitos destes barcos se locomovem com diferentes tipos de combustíveis, como gasolina e diesel.

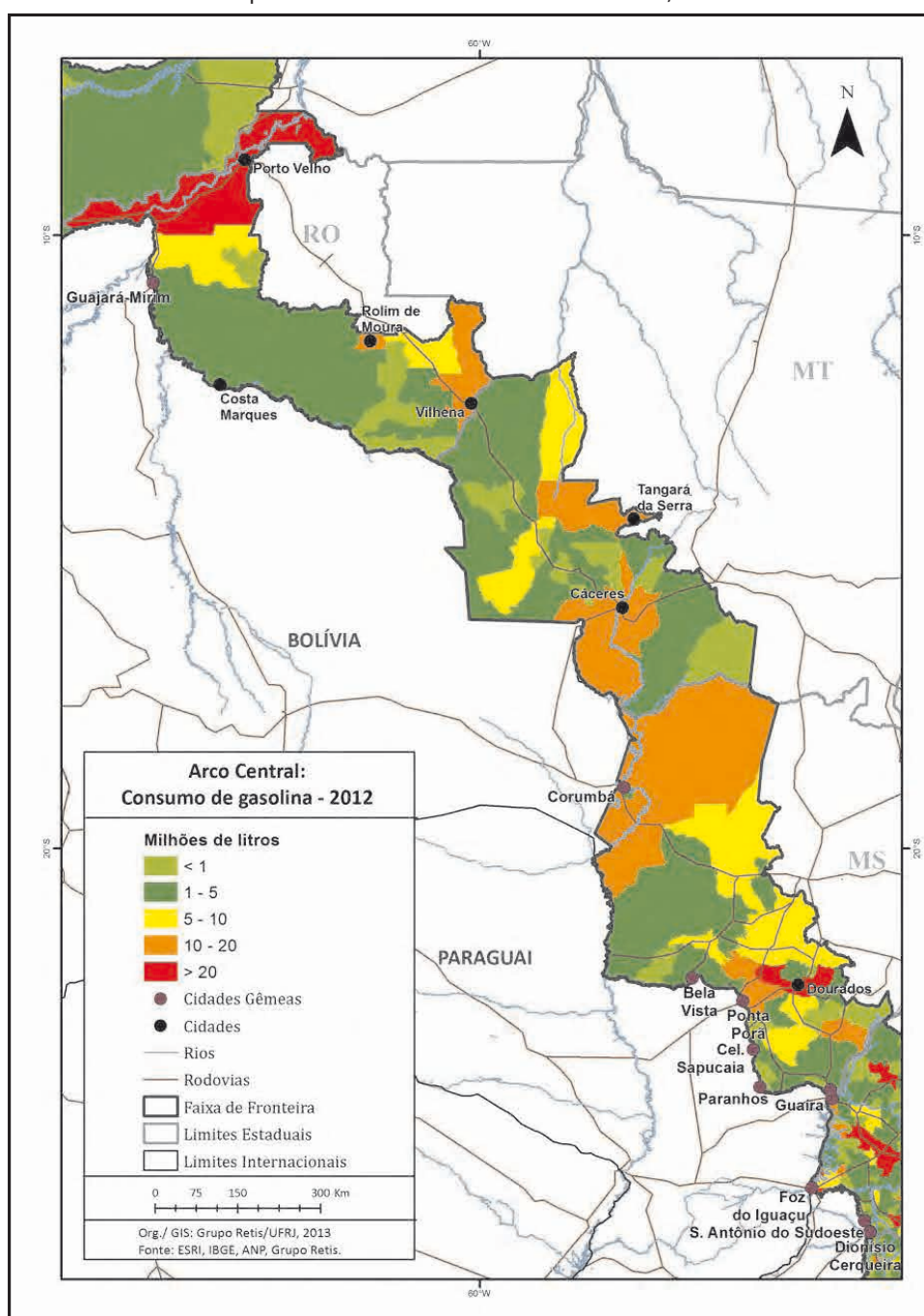
O consumo de gasolina é mais significativo nos municípios que possuem alguma atividade industrial. Com exceção das capitais, Rio Branco (AC) e Boa Vista (RR), os municípios com maior consumo de gasolina são Cruzeiro do Sul (AC), com o consumo de 12.4 milhões de litros, onde a indústria madeireira é a principal atividade; Almeirim (PA), com 6.1 milhões, cuja principal atividade econômica é a indústria de laticínios e celulose; e Oriximiná (PA), com 5.1 milhões de litros, onde estão localizadas as minas de bauxita de Porto Trombetas.

Mapa IV.16 Arco Norte: Consumo de Gasolina, 2012



O Arco Central, apresentado no Mapa IV.17, tem um consumo maior de gasolina nas regiões ligadas ao agronegócio, como a Chapada dos Parecis, em Mato Grosso, onde e destacam Vilhena (RO), que consumiu 17.2 milhões de litros e Tangará da Serra (MT), com o consumo de 14.5 milhões de litros. Outra região de destaque é o sul do Mato Grosso do Sul, como Dourados (MS), que consumiu, em 2012, 66.3 milhões de litros de gasolina. Nestas regiões o alto consumo de gasolina, provavelmente, é explicado pela grande quantidade de automóveis, já que as máquinas agrícolas são, geralmente, movidas com diesel. Após os municípios ligados ao agronegócio, podemos destacar o consumo de duas cidades gêmeas: Corumbá (MS), que consumiu 18.8 milhões de litros, e Ponta Porã (MS), com 17.1 milhões.

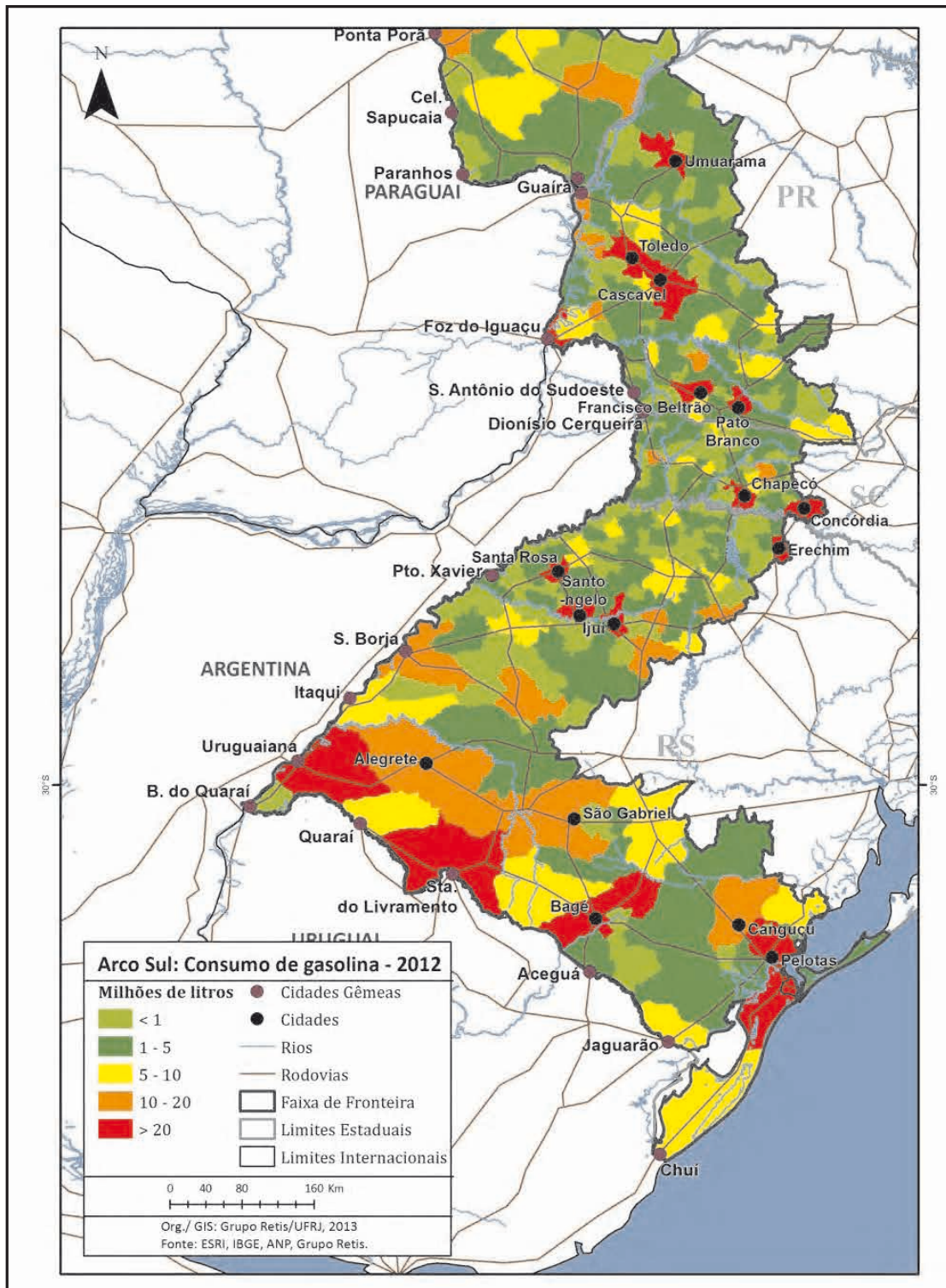
Mapa IV.17 Arco Central: Consumo de Gasolina, 2012



O Arco Sul tem a maior concentração de municípios que consomem grandes volumes de gasolina (Mapa IV.18). Os casos que se destacam são as cidades industriais, localizadas em entroncamentos rodoviários e algumas cidades gêmeas, notadamente aquelas por onde circulam as mercadorias importadas e exportadas com os países do MERCOSUL. No primeiro caso, os dois maiores consumidores de gasolina são Cascavel (PR), que consumiu 100 milhões de litros, e Pelotas (RS), com 83 milhões de litros. No segundo caso os municípios que mais consumiram gasolina foram Foz do Iguaçu (PR), com 81.5 milhões de litros, e Sant'Ana do Livramento (RS), 25 milhões de litros.

Outros municípios do Arco Sul também se destacaram no mapa em razão do grande consumo de gasolina, mas chamaram mais atenção ao compararmos o valor do consumo com o da população municipal. Municípios com população total entre 50 e 100 mil habitantes, mas que tem uma importante indústria, ligada principalmente com o beneficiamento da produção agrícola e da pecuária, além de possuir uma importante base industrial de maquinário e metal-mecânico. Alguns dos casos mais significativos são o de Erechim (RS) e Ijuí (RS), que são importantes centros industriais do norte e noroeste gaúcho. O primeiro município consumiu 34 milhões de litros de gasolina, o segundo 28 milhões. O município de Concórdia (SC) se destaca no quadro do Arco Sul, pois possui uma população de 68 mil habitantes e consumiu 23 milhões de litros de gasolina. Esse município se destaca por ser a sede da companhia Sadia, além de estar inserida em uma região central na cadeia avícola do sul do país.

Mapa IV.18 Arco Sul: Consumo de Gasolina, 2012



Além do valor absoluto do consumo de gasolina, outra forma de analisar o uso de combustíveis como indicador de desenvolvimento sociotécnico é por meio do cruzamento do consumo de combustíveis com outras variáveis. Geralmente, para avaliar o desenvolvimento técnico e social de uma região o indicador utilizado é o de intensidade energética. Ele é usado para avaliar a eficiência energética e o grau de desenvolvimento técnico, pois associa o consumo de energia com alguma variável econômica ou social, como o PIB ou a população.

Para este relatório correlacionamos o consumo de gasolina com o número de veículos registrados. Esta correlação nos indicará quais municípios, comparando uns com os outros, consomem mais gasolina do que seria esperado dado a sua frota de veículos. Esta correlação pode nos indicar as seguintes hipóteses: municípios que estão localizados em entroncamentos rodoviários, portanto, o seu consumo de combustíveis não atende apenas aos veículos locais, mas a todos que trafegam por suas rodovias, desta forma este é um bom indicador de conectividade; municípios que possuem em sua base produtiva instalações que necessitam de grandes volumes de gasolina; ou, na mesma direção da hipótese anterior, a gasolina é um importante precursor para o refino de pasta base de cocaína, o que aumenta o consumo de gasolina municipal.

Para auxiliar a leitura dos gráficos, fizemos a análise por classes de população total municipal e inserimos em cada gráfico a informação do coeficiente de determinação (R^2). Quanto mais próximo o R^2 estiver de 1 indica que a determinação entre as variáveis é positiva; quanto mais próximo de 0, as variáveis têm uma baixa determinação entre si.

Portanto, considerando o grau de determinação para cada classe populacional, a primeira afirmação que podemos fazer a partir dos gráficos é que a correlação entre consumo de combustíveis e a frota de veículos é mais forte quanto maior for a população do município. O R^2 para os municípios da Faixa de Fronteira é muito forte, 0,93, nos municípios com mais de 100 mil habitantes e decresce continuamente, até o valor de 0,21 para os municípios com menos de 2.500 habitantes. Este dado pode ser relacionado com a estabilidade municipal, pois, quanto maior o município o consumo de combustíveis está mais próximo do esperado na média.

Outra consideração que pode ser feita a partir da análise do conjunto de gráficos é que, no geral, a diferença entre os arcos da Faixa de Fronteira se torna mais acentuada quanto menor a classe populacional. Isto pode nos indicar que, no Arco Norte, a densidade sociotécnica está muito mais concentrada nos municípios maiores, que concentram as instalações industriais, veículos, entre outros dispositivos que consomem combustíveis. Por outro lado, no Arco Sul, os pequenos municípios também possuem instalações que consomem gasolina, mantendo-as em uma média de consumo superior aos do Arco Norte.

Agora, analisando especificamente cada gráfico, o Gráfico IV.7 apresenta os dados dos municípios com mais de 100 mil habitantes e o maior coeficiente de determinação. Além da correlação entre consumo de gasolina e frota de combustíveis, este gráfico apresenta uma alta correlação com a população dos municípios dessa faixa populacional. Os municípios mais populosos são aqueles que possuem maior frota e consumo, e todos eles acompanham a linha de tendência do gráfico.

O Gráfico IV.7 contém os municípios na faixa populacional de 50 a 100 mil habitantes. Nesta faixa é possível ver a diferença mais clara entre os municípios do Arco Norte, Central e Sul. O alto consumo de combustíveis, como Erechim (RS), Ijuí (RS) já foi discutido anteriormente, mas com o gráfico podemos observar como eles se diferenciam de outros municípios da mesma faixa populacional. Também devemos chamar atenção para o fato de Cruzeiro do Sul (AC) ser o município com a menor frota de veículos e um dos menores consumos de gasolina, o que demonstra a diferenciação das condições de conexão do Arco Norte.

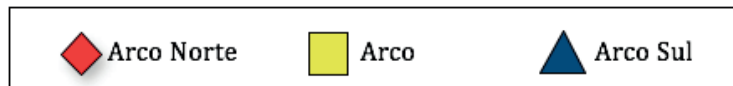


Gráfico IV.7 Relação entre o número de veículos e o consumo de gasolina para os municípios com mais de 100 mil habitantes

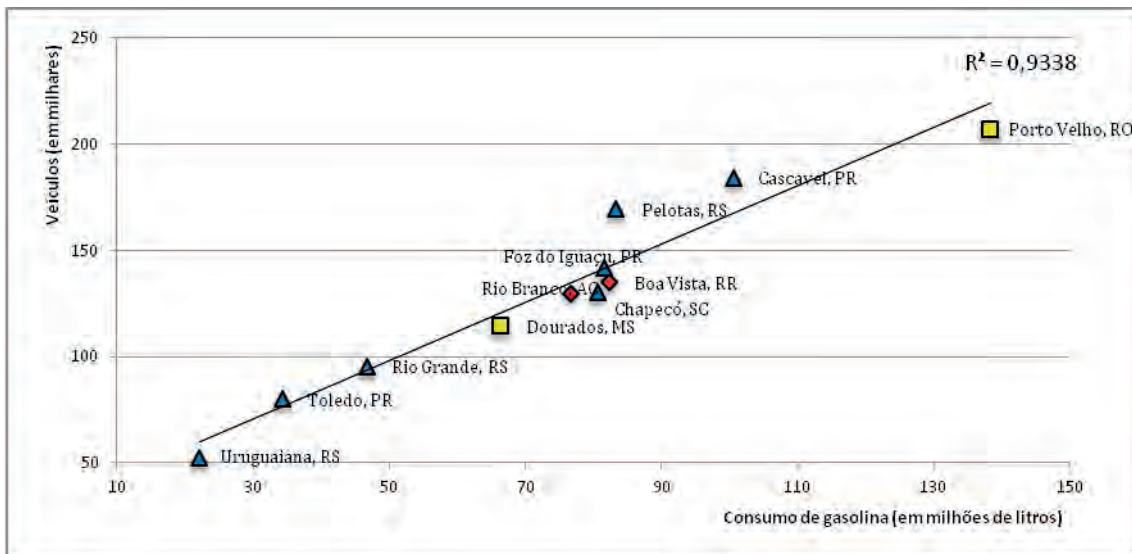
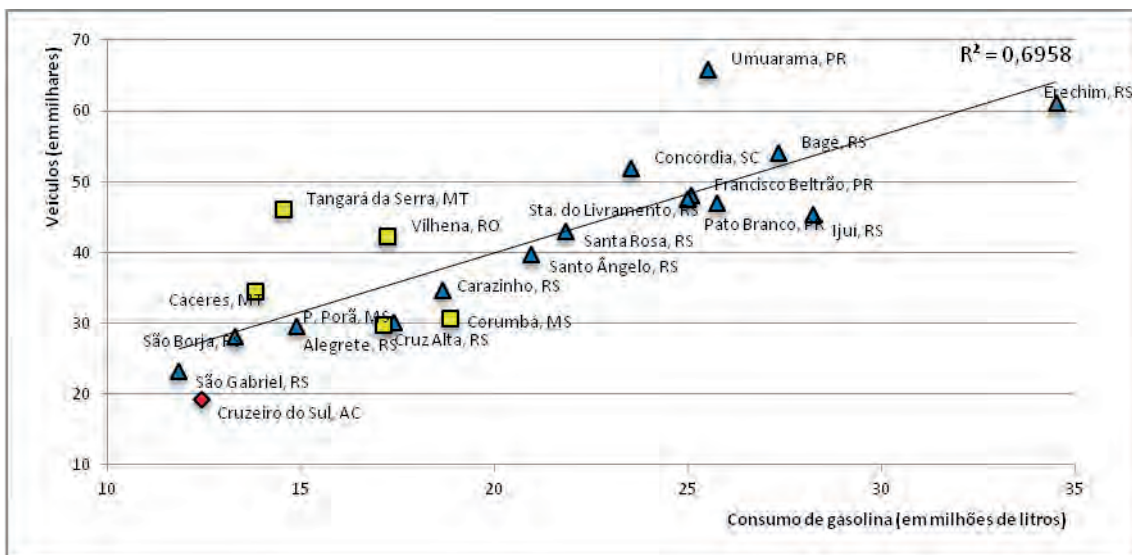


Gráfico IV.8 Relação entre o número de veículos e o consumo de gasolina para os municípios entre 50 e 100 mil habitantes



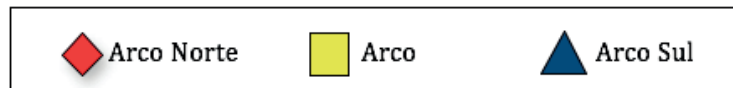


Gráfico IV.9 Relação entre o número de veículos e o consumo de gasolina para os municípios entre 25 e 50 mil habitantes

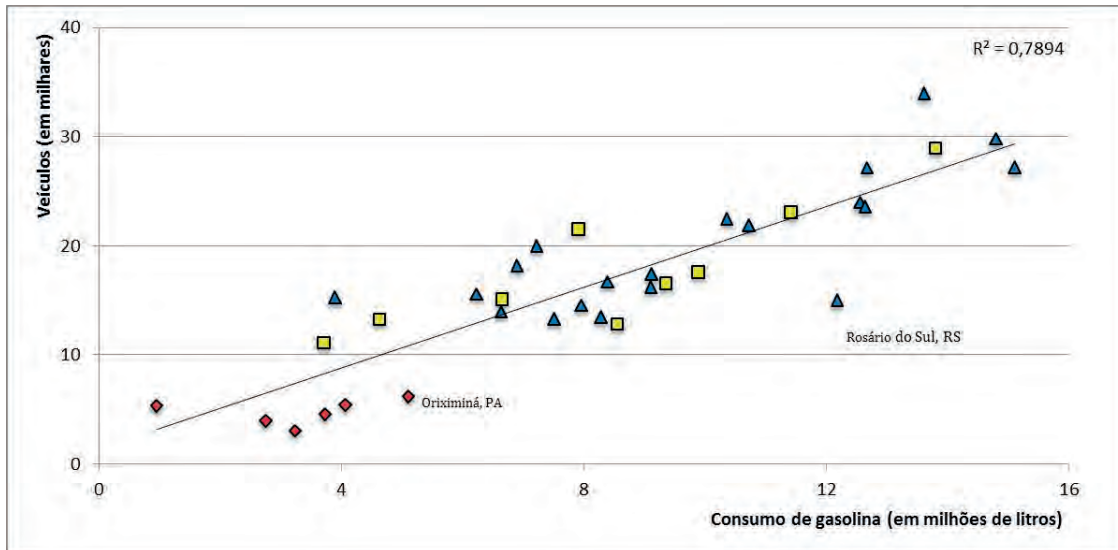
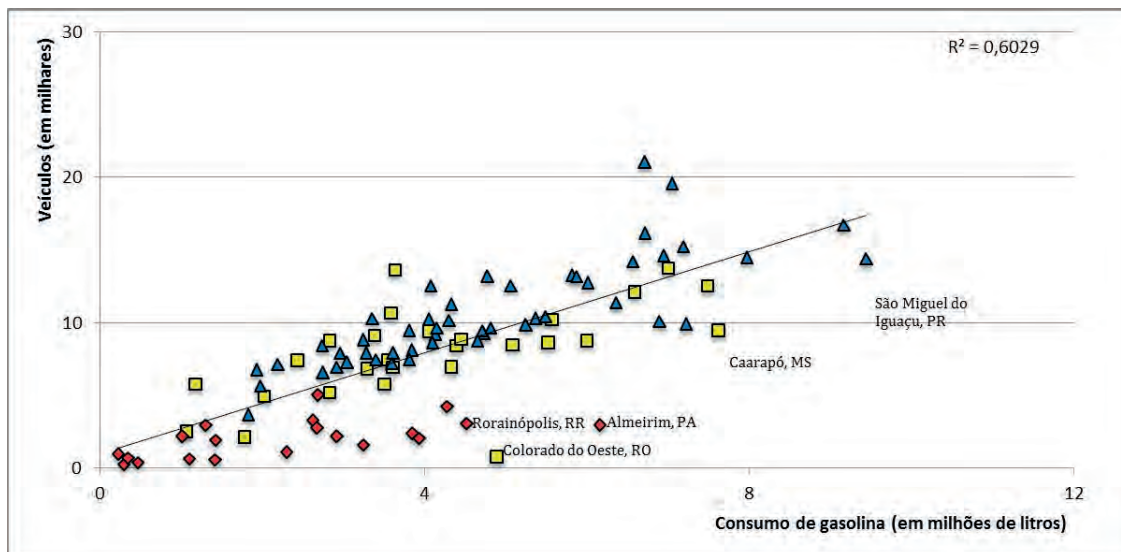


Gráfico IV.10 Relação entre o número de veículos e o consumo de gasolina para os municípios entre 10 e 25 mil habitantes



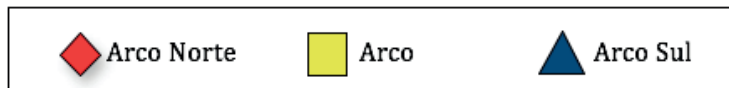


Gráfico IV.11 Relação entre o número de veículos e o consumo de gasolina para os municípios entre 10 e 5 mil habitantes

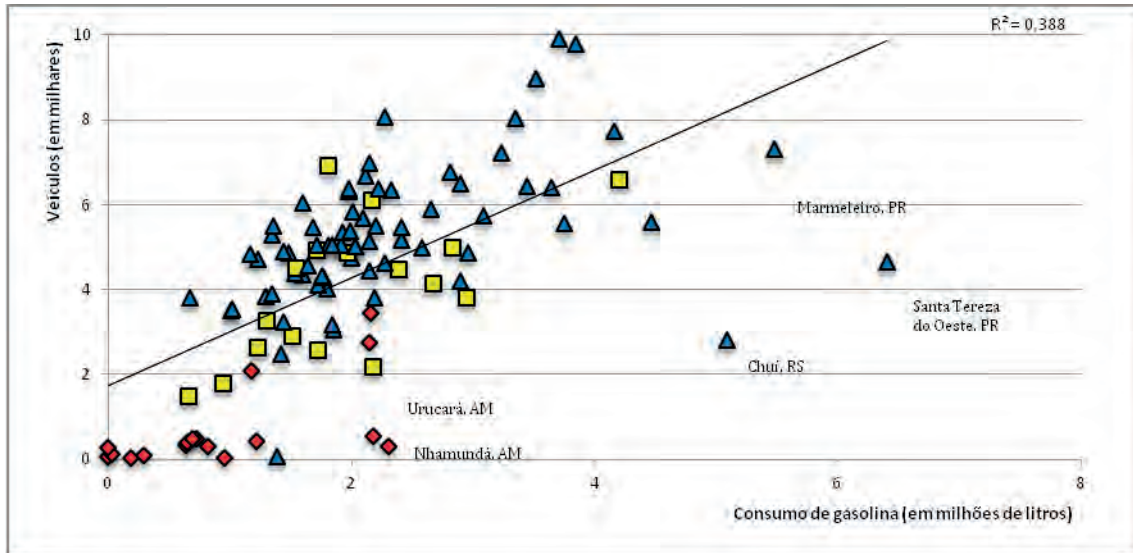
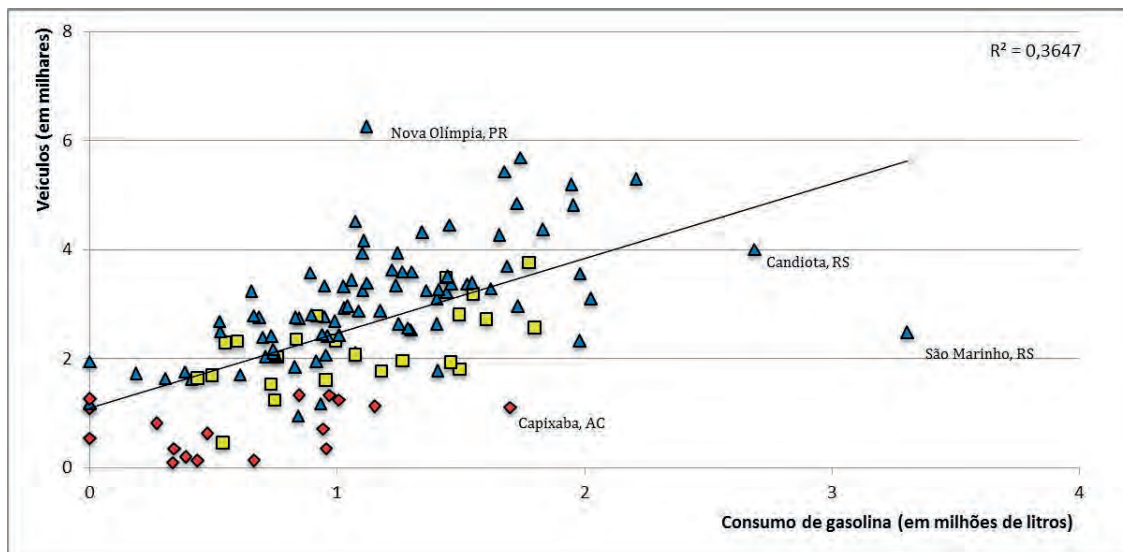


Gráfico IV.12 Relação entre o número de veículos e o consumo de gasolina para os municípios entre 5 e 2,5 mil habitantes



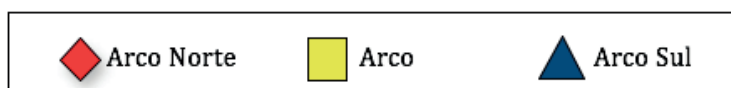
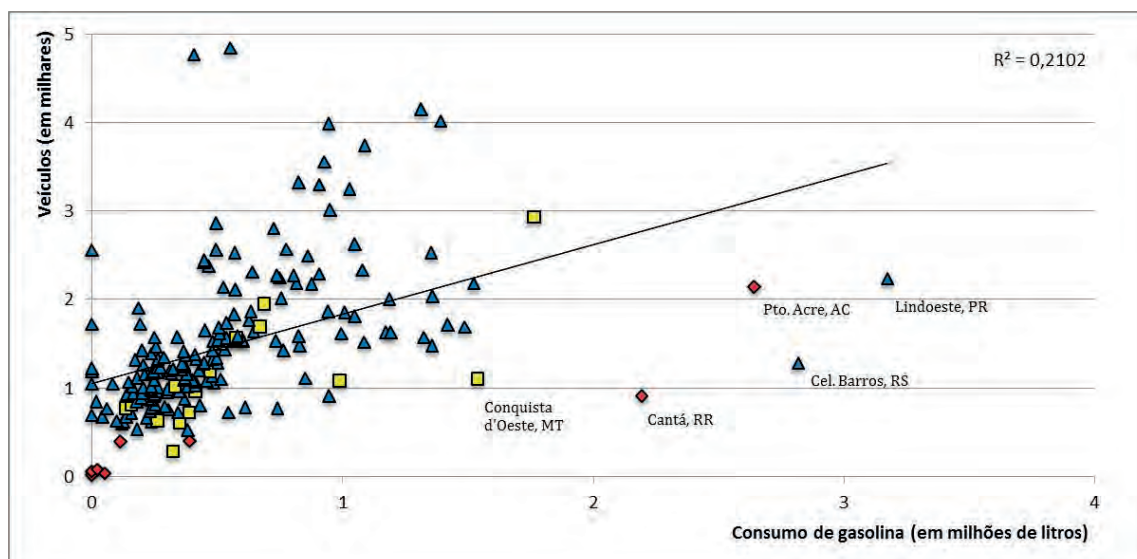


Gráfico IV.13 Relação entre o número de veículos e o consumo de gasolina para os municípios com menos de 2,5 mil habitantes



O Gráfico IV.9, que apresenta os municípios na faixa populacional de 25 a 50 mil habitantes, destaca alguns municípios que têm consumo de gasolina acima da linha de tendência, dado o número da frota de veículos. Os dois casos de destaque são Rosário do Sul (RS), que está situado no entroncamento de duas rodovias do sul do Rio Grande do Sul, a BR – 158, uma das principais vias articulação com o Uruguai, e a BR – 290, a principal ligação rodoviária com a Argentina, por Uruguaiana. O outro caso de destaque é Oriximiná (PA), onde a frota de veículos é pequena, mas o consumo de gasolina é considerável. Este fato pode estar relacionado com a frota de embarcações do município e a atividade mineradora. No Arco Central tem destaque o município de Rolim de Moura (RO), que está muito acima dos outros municípios do mesmo arco, tanto em consumo de gasolina quanto na frota de veículos.

O Gráfico IV.10, com população entre 10 e 25 mil habitantes, são destacados importantes municípios dos estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul. O município de São Miguel do Iguazu (PR) é um dos municípios às margens do Lago de Itaipu e está distante apenas 50 km de Foz do Iguazu (PR), conseqüentemente com a fronteira do Paraguai. Esta posição aumenta consideravelmente o fluxo de veículos no município. Outro município que teve destaque, em razão do consumo de gasolina acima do esperado dado o tamanho da sua frota de veículos foi Caarapó (MS). Este município está situado em uma importante confluência do sul do Mato Grosso do Sul, onde se cruzam a BR – 163, que liga o Mato Grosso do Sul com o Paraná, com a MS – 156, rodovia estadual que liga este município à fronteira do Paraguai, na altura de Coronel Sapucaia (MS).

No Gráfico IV.11 também devem ser destacados dois municípios do Paraná. Neste gráfico são mostrados os municípios com população entre 5 e 10 mil habitantes. O município de Santa Tereza do Oeste (PR), assim como São Miguel do Iguaçu (PR), está situado no eixo da BR – 277, principal acesso à fronteira do Paraguai nas cidades gêmeas de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este (PY). Além disso, Santa Tereza do Oeste (PR) é vizinha de Cascavel (PR), principal cidade industrial do oeste paranaense. Este fato é um dos elementos que explica o alto consumo de combustível neste município. Outros dois municípios que chamam a atenção são Marmeleiro (PR) e Chuí (RS). O primeiro está localizado no sul do estado do Paraná, vizinho a uma das maiores cidades da região, Francisco Beltrão (PR), que possui uma grande indústria de beneficiamento agrícola. O segundo é a cidade gêmea de Chuí (RS), que apesar da pequena população, pouco mais de 5 mil habitantes, é uma das principais rotas de comércio do Cone Sul sul-americano.

O Gráfico IV.12 e o Gráfico IV.13 mostram os municípios com população até 5 mil habitantes. Estes municípios, no geral, apresentam pouca atividade econômica que justifique o consumo de gasolina acima do esperado. Alguns dos casos destacados nos gráficos podem ser identificados com a hipótese da posição geográfica junto a entroncamentos rodoviários, como Lindoeste (PR), Candiota (RS), Cantá (RR) e Conquista d'Oeste (MT). Enquanto outros municípios estão situados em pontas de linha de estradas, como Porto Acre (AC), com intensa atividade de extração de madeira.

CONSUMO DE ENERGIA DOMICILIAR

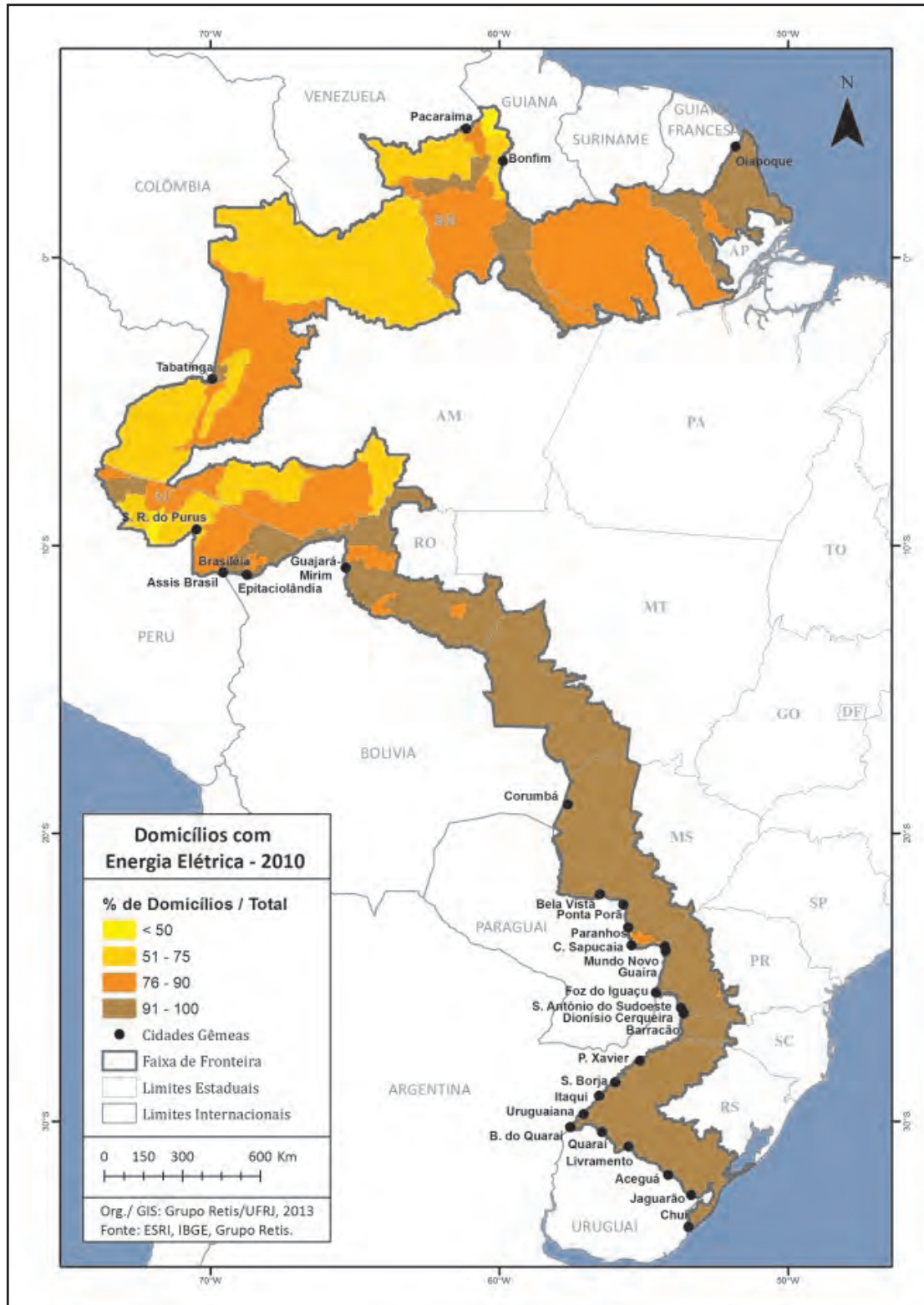
A importância da energia para o desenvolvimento social e técnico do território não está restrito ao seu uso econômico, como insumo para as atividades produtivas e de deslocamento de mercadorias. A energia é um elemento fundamental para o bem-estar da população, para ampliação da sensação de segurança, além de ser um insumo para a troca de informações entre pessoas, especialmente na média e longa distância.

Nesta seção apresentamos a cobertura do atendimento da energia elétrica para os domicílios da Faixa de Fronteira, por meio dos dados do Censo Demográfico 2010. O Mapa IV.19 mostra a percentagem dos domicílios com energia elétrica em 2010. Podemos observar que os Arcos Sul e Central da Faixa de Fronteira atingiram praticamente a cobertura total das residências, pois estão na categoria entre 91 e 100% das residências com energia elétrica.

Apenas 4 municípios, todos do Arco Central, têm cobertura abaixo de 85%: Tacuru (MS), com 84%; Campo Novo de Rondônia (RO), com 83%; Paranhos (MS), com 78%; e, Japorã (MS), com 76%. Vale destacar que os três municípios do Mato Grosso do Sul são vizinhos e aqueles com a maior população indígena da Faixa de Fronteira deste estado, junto à linha de fronteira do Paraguai. Em Japorã (MS), 50% da população são indígenas; em Paranhos

(MS), 36%; e Tacuru (MS), 35%. Este dado pode ser uma evidência das desigualdades no acesso às redes técnicas que caracterizam as áreas indígenas da Faixa de Fronteira.

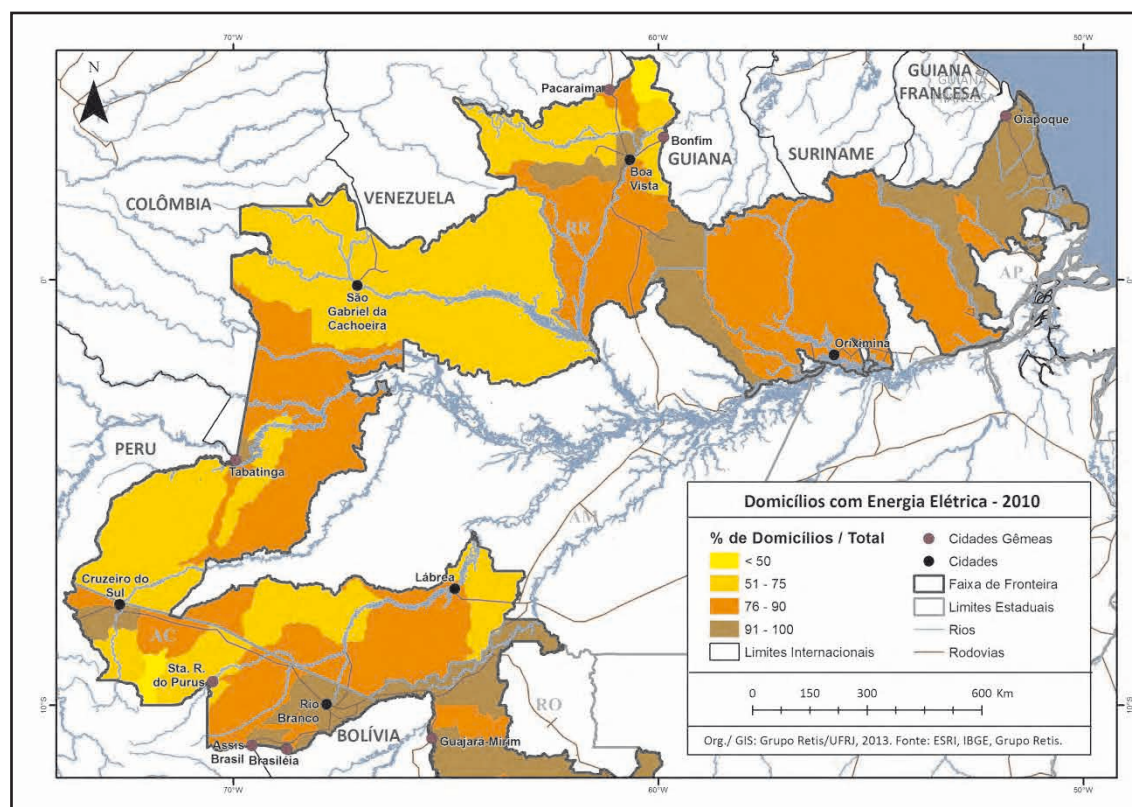
Mapa IV.19 Faixa de Fronteira: Domicílios com Energia Elétrica, 2010



No Mapa IV.20 destacamos o Arco Norte, onde os municípios têm a menor proporção de residências com energia elétrica. A cobertura de residências com energia elétrica está diretamente relacionada com o grau de urbanização. As duas capitais deste arco, Rio

Branco (AC) e Boa Vista (RR), possuem, respectivamente, 99,4 e 99,2% de domicílios com energia elétrica. Outras regiões com boa cobertura de energia elétrica residencial são a Faixa de Fronteira amapaense e paraense e o leste acreano, onde a população está concentrada nos centros urbanos. Por outro lado, os únicos municípios com menos de 50% de domicílios cobertos com energia elétrica, Uiramutã (RR) e Jordão (AC), possuem apenas 13 e 34% da população urbana, respectivamente. Confirmando a afirmação feita para o Arco Central, Uiramutã (RR) é o município com maior proporção de população indígena da Faixa de Fronteira, 88,5%.

Mapa IV.20 Arco Norte: Domicílios com Energia Elétrica, 2010



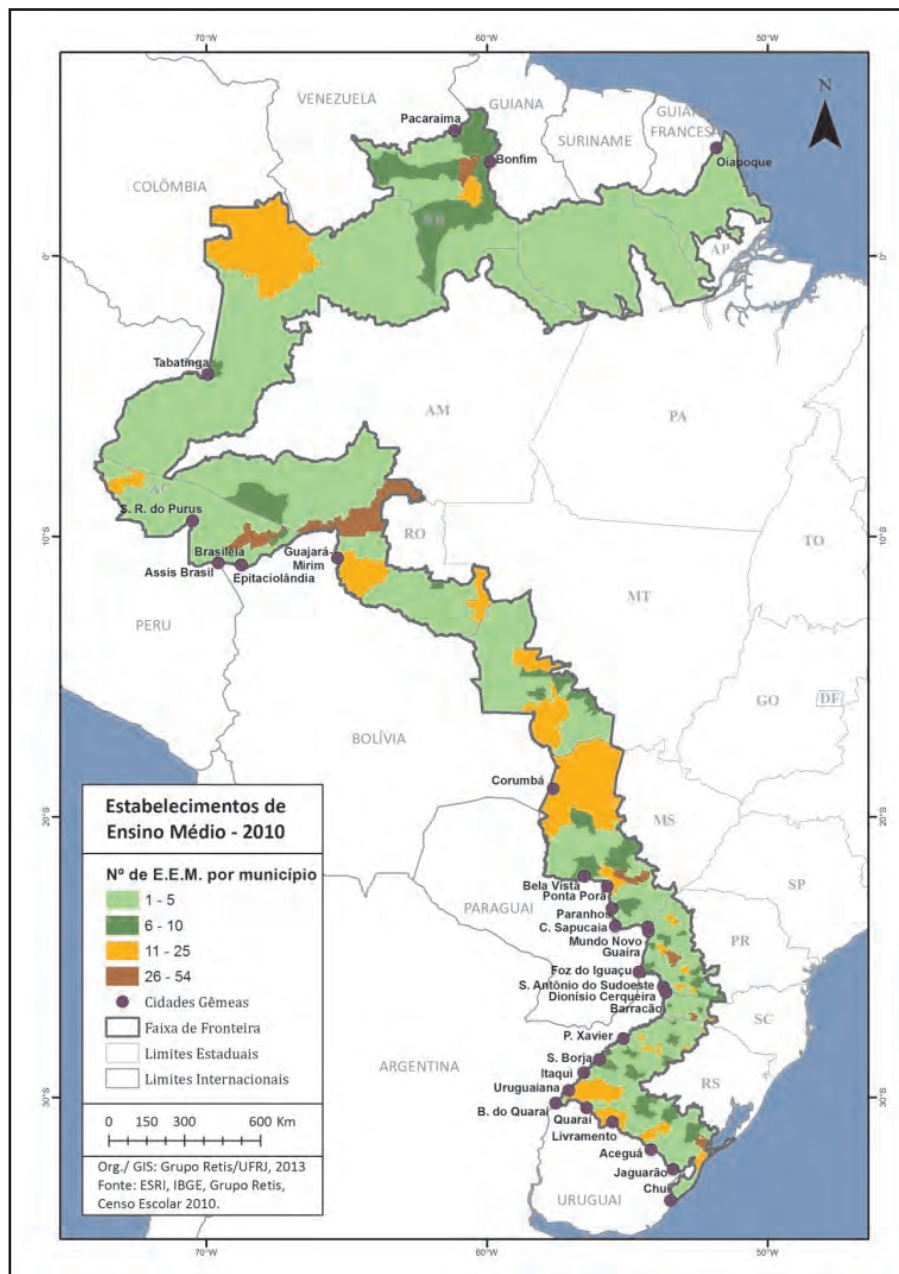
MEIOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Para analisar a situação do ensino médio e ensino médio profissional na Faixa de Fronteira foram utilizados os dados do Censo Escolar 2010, publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira–INEP. Os dados sobre o ensino superior são do Censo da Educação Superior 2010, do mesmo editor. Como hipóteses gerais as áreas mais urbanizadas tendem a ter maior número de unidades de qualificação profissional, em todas as variáveis aqui pesquisadas: ensino médio, ensino médio profissional, ensino superior e unidades componentes do Sistema S.

Ensino Médio

Todos os municípios da Faixa de Fronteira possuem unidades de ensino de nível médio. Em termos gerais a Faixa de Fronteira apresenta baixos números de escolas de ensino médio. Destacam-se, como se vê no Mapa IV.21 através dos municípios em marrom, as capitais e as principais cidades, com maiores populações.

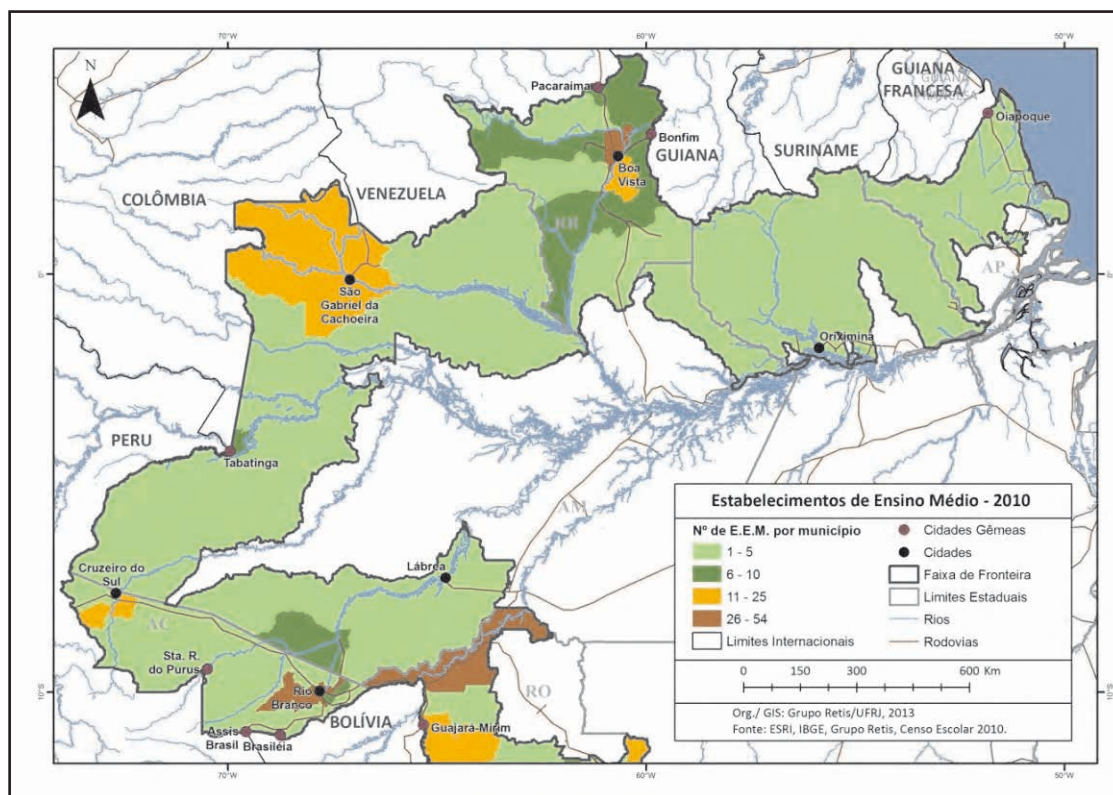
Mapa IV.21 Faixa de Fronteira: Estabelecimentos de Ensino Médio, 2010



Uma comparação possível entre os três arcos da fronteira em relação a esta variável é a distribuição das classes em cada arco. Esta distribuição é aproximadamente similar, principalmente entre os Arcos Norte e Central. O Arco Sul acompanha esta distribuição nas duas maiores classes (11-25 e 26-54), mas na menor classe (1-5) tem maior participação que nos outros Arcos, e na classe entre 6 e 11 escolas tem menor participação.

Quatorze municípios (ou 20%) do Arco Norte possuem mais de cinco unidades de ensino médio. As capitais Rio Branco (AC) e Boa Vista (RR) são as únicas na maior classe de escolas, como pode-se notar no Mapa IV.22. Na classe imediatamente inferior existem três municípios no Arco Norte: Cruzeiro Sul (AC), São Gabriel da Cachoeira (AM) e Cantá (RR). Os dois últimos, e especialmente o último, municípios devem ser destacados, pois verificamos que estes têm menores taxas de habitantes por escola.

Mapa IV.22 Arco Norte: Estabelecimentos do Ensino Médio, 2010



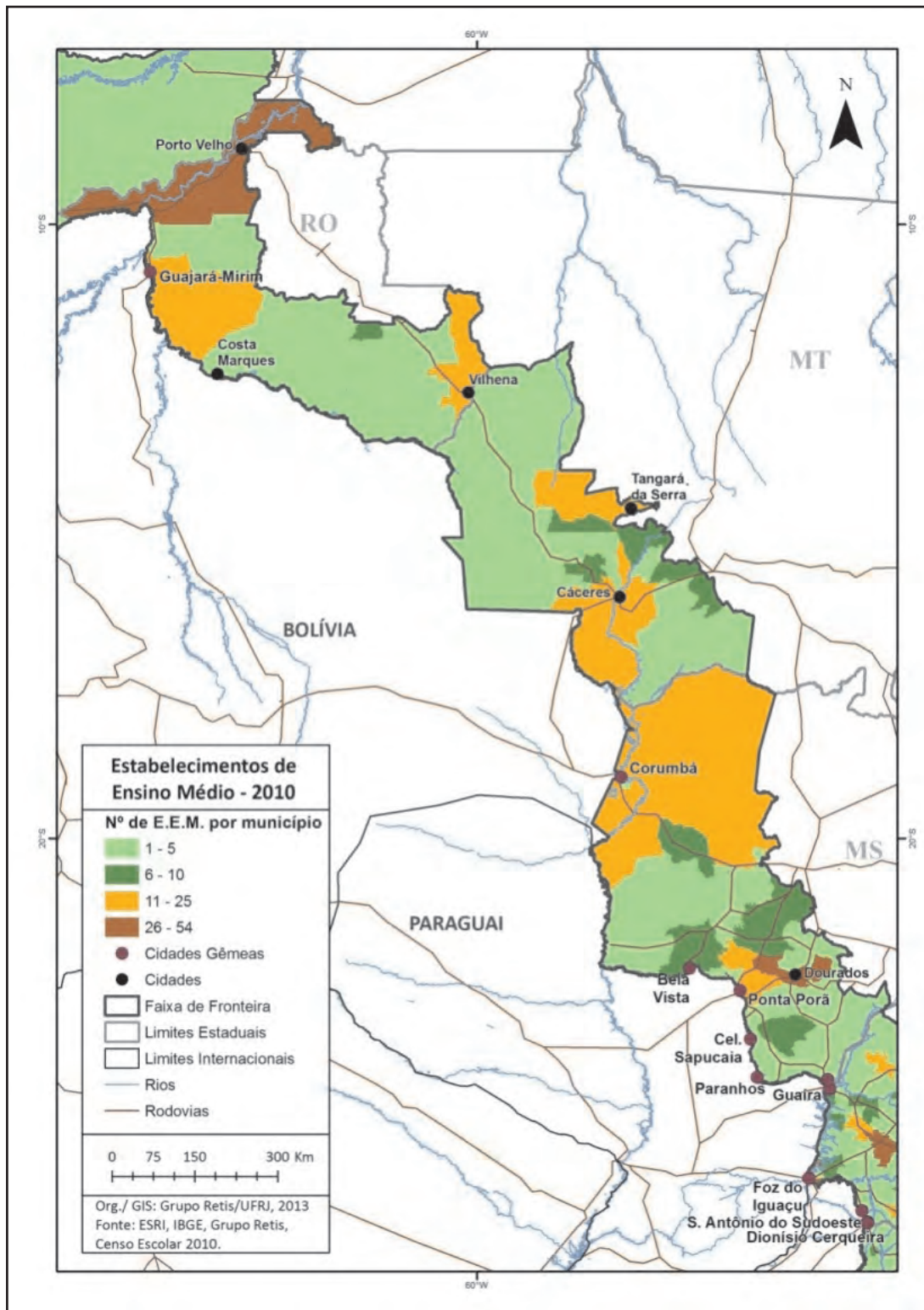
Tanto em números absolutos quanto em relação ao número de habitantes por município o estado de Roraima sobressai-se no Arco Norte, apresentando maiores valores de unidades de ensino médio.

Por outro lado, temos muitos municípios em situação bastante ruim em termos de número de escolas relacionado à sua população. Identificamos nove municípios, com média de população em 40 mil habitantes, que têm mais de 10 mil pessoas por escola de ensino médio: Brasiléia (AC), Tarauacá (AC), Laranjal do Jari (AP), Envira (AM), Alenquer (PA), Sena Madureira (AC), Oriximiná (PA), Óbidos (PA) e Feijó (AC). Neste sentido o destaque negativo é o estado do Pará.

Tal como no Arco Norte, 20% dos municípios do Arco Central têm mais de cinco escolas. O município com maior número de unidades do ensino médio é a capital Porto Velho (RO), com 50. Em seguida, ainda na primeira classe, como visto no Mapa IV.23,

aparece o município de Dourados, com 26. Temos ainda sete municípios na classe entre 11-25, com destaque positivo para Aquidauana (MS) e Guajará-Mirim (RO) com menores taxas de habitantes por escola.

Mapa IV.23 Arco Central: Estabelecimentos de Ensino Médio, 2010

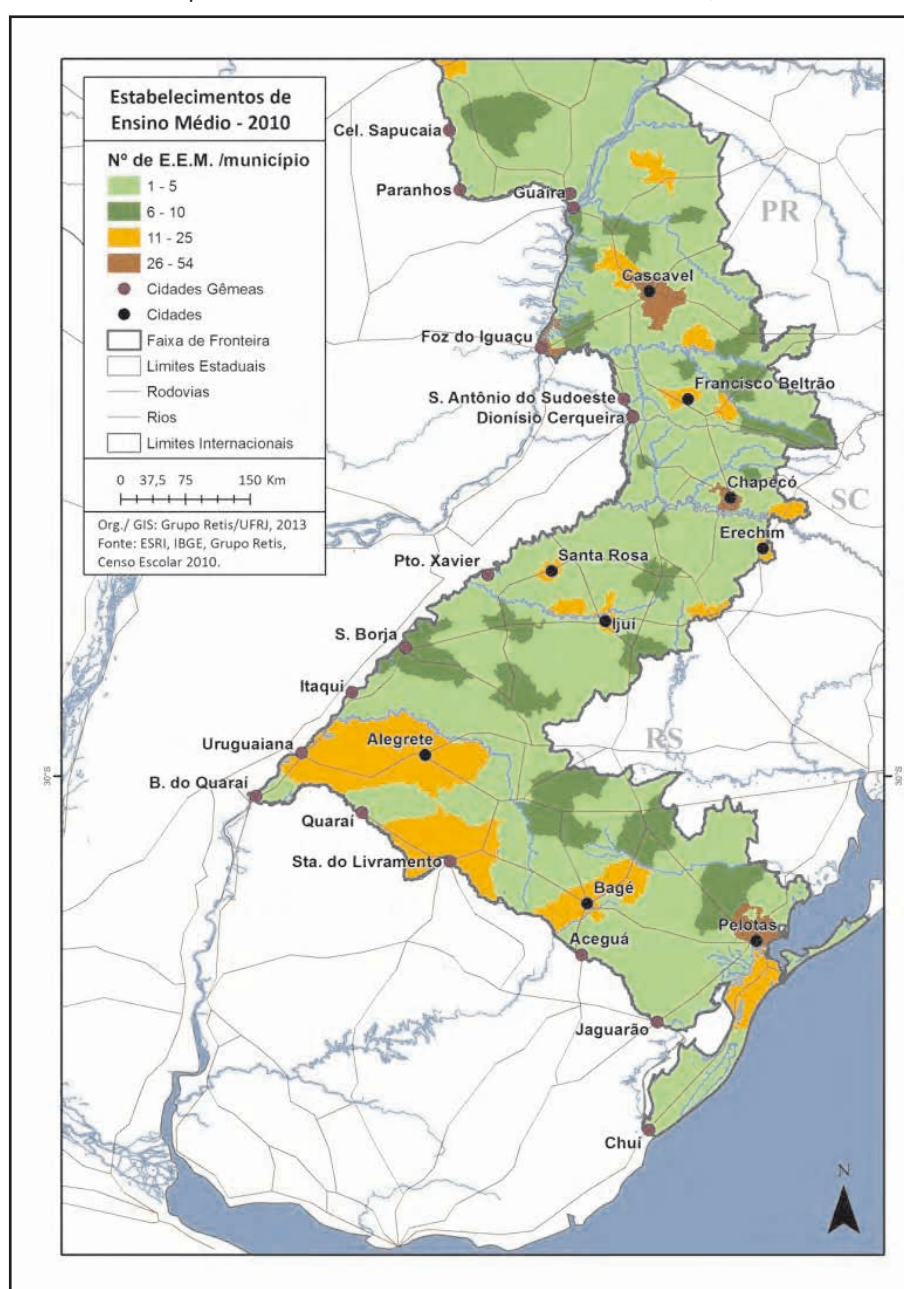


Em outro extremo existem dez municípios nos quais essa taxa é superior a 10 mil pessoas, com destaque negativo para o estado de Rondônia, que apresenta quatro

municípios nesta lista. São eles, em ordem decrescente: São Miguel do Guaporé (RO), Nova Brasilândia D'Oeste (RO), Vila Bela da Santíssima Trindade (MT), Pontes e Lacerda (MT), Alto Alegre dos Parecis (RO), Paranhos (MS), Alta Floresta D'Oeste (RO), Seringueiras (RO), Rio Brillhante (MS), e Tacuru (MS).

O Arco Sul apresenta comportamento diferente dos outros dois em relação ao percentual de municípios com mais de cinco escolas, tendo apenas 10% nesta situação (metade do índice dos outros arcos) (Mapa IV.24). Isto deve ser relativizado devido ao grande número de municípios desse Arco, sobretudo de pequeno tamanho urbano.

Mapa IV.24 Arco Sul: Estabelecimentos de Ensino Médio, 2010



Os quatro municípios com mais de 26 unidades de ensino médio são, em ordem decrescente, Cascavel (PR), Foz do Iguaçu (PR), Pelotas (RS), e Chapecó (SC).

O Arco Sul tem menor proporção de municípios com taxas de habitantes por escola maiores que 10 mil pessoas, em relação aos outros dois arcos, porém em números absolutos tem 31 municípios nessa situação (Tabela IV.1).

Tabela IV.1 Arco Sul: Municípios com mais de 10 mil habitantes por unidade de ensino médio (UEM), em ordem decrescente, 2010

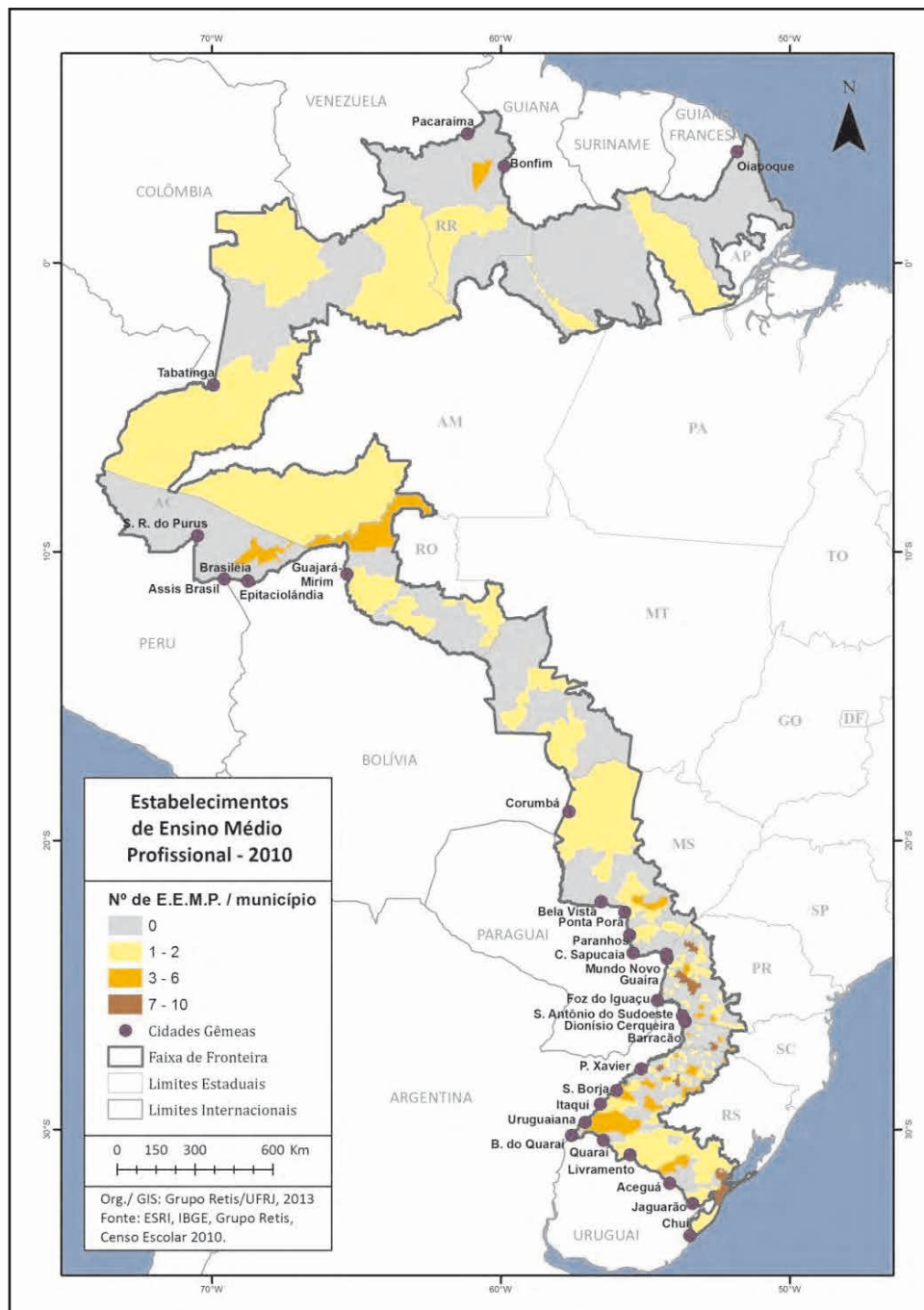
Município	UF	População	UEM	Pop./UEM
Capão do Leão	RS	24.298	1	24.298
Santo Antônio do Sudoeste	PR	18.893	1	18.893
Arroio Grande	RS	18.470	1	18.470
Tapejara	PR	14.598	1	14.598
Santo Cristo	RS	14.378	1	14.378
Salto do Lontra	PR	13.689	1	13.689
Santa Izabel do Oeste	PR	13.132	1	13.132
Pinheiro Machado	RS	12.780	1	12.780
São José do Norte	RS	25.503	2	12.752
Três Barras do Paraná	PR	11.824	1	11.824
Quaraí	RS	23.021	2	11.511
Seberi	RS	10.897	1	10.897
São Lourenço do Sul	RS	43.111	4	10.778
Sarandi	RS	21.285	2	10.643
Cunha Porã	SC	10.613	1	10.613
Itapejara d'Oeste	PR	10.531	1	10.531
Planalto	RS	10.524	1	10.524
Guaraciaba	SC	10.498	1	10.498
Rio Grande	RS	197.228	19	10.380
Nova Prata do Iguaçu	PR	10.377	1	10.377
Santa Tereza do Oeste	PR	10.332	1	10.332
Pelotas	RS	328.275	32	10.259
Altônia	PR	20.516	2	10.258
Quilombo	SC	10.248	1	10.248
Mondaí	SC	10.231	1	10.231
Mariluz	PR	10.224	1	10.224
Ronda Alta	RS	10.221	1	10.221
Coronel Freitas	SC	10.213	1	10.213
Cruzeiro do Oeste	PR	20.416	2	10.208
Pérola	PR	10.208	1	10.208
Alto Piquiri	PR	10.179	1	10.179

Fonte: Censo Escolar, 2010.

Ensino Médio-Profissional

Existem 308 unidades de ensino médio profissional em toda a Faixa de Fronteira brasileira. Como pode-se visualizar no Mapa IV.25 elas estão extensamente concentradas no Arco Sul: 80% ou 245 de todas as unidades. Outros 11% (ou 35) estão localizadas no Arco Central, e o restante (28) no Arco Norte.

Mapa IV.25 Faixa de Fronteira: Estabelecimentos de Ensino Médio Profissional, 2010



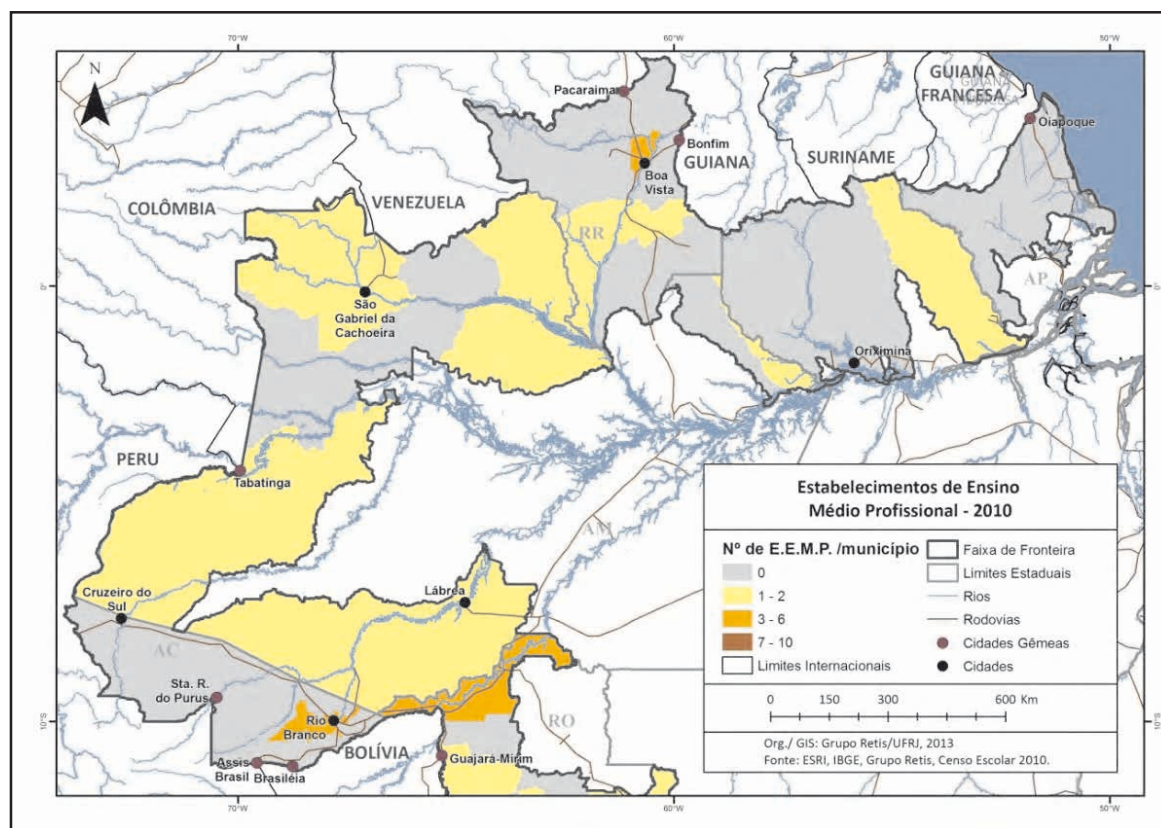
Também em relação à população total de cada arco tem-se que o Arco Sul é o que mais oferece unidades, tendo uma para cada 25 mil pessoas. Os Arcos Norte e Central tem uma unidade a cada 70 mil pessoas.

Entretanto o alcance em percentual de municípios das unidades de ensino médio profissional em cada arco da Faixa de Fronteira não é muito diferente entre eles. Os Arcos Sul e Norte têm estas unidades de ensino em 27% de seus municípios, e o Arco Central em 23%. Como se pode observar no Mapa IV.25, o tamanho dos municípios, muito maiores no Arco Norte, e maiores no Arco Central, do que no Arco Sul, também influencia estes valores.

Dezenove municípios do Arco Norte possuem, no total, 28 unidades de ensino médio profissional. Como visto no Mapa IV.26 as duas capitais localizadas na Faixa de Fronteira – Boa Vista (RR) e Rio Branco (AC) – concentram 36% das unidades do Arco Norte, tendo cada uma, respectivamente seis e quatro.

Além destes, o município de Lábrea (AM) é o único com mais de uma unidade, tendo duas. As outras 16 unidades estão espalhadas em 16 municípios, sendo 14 no estado do Amazonas, além de Caracarái (RR) e Almeirim (PA).

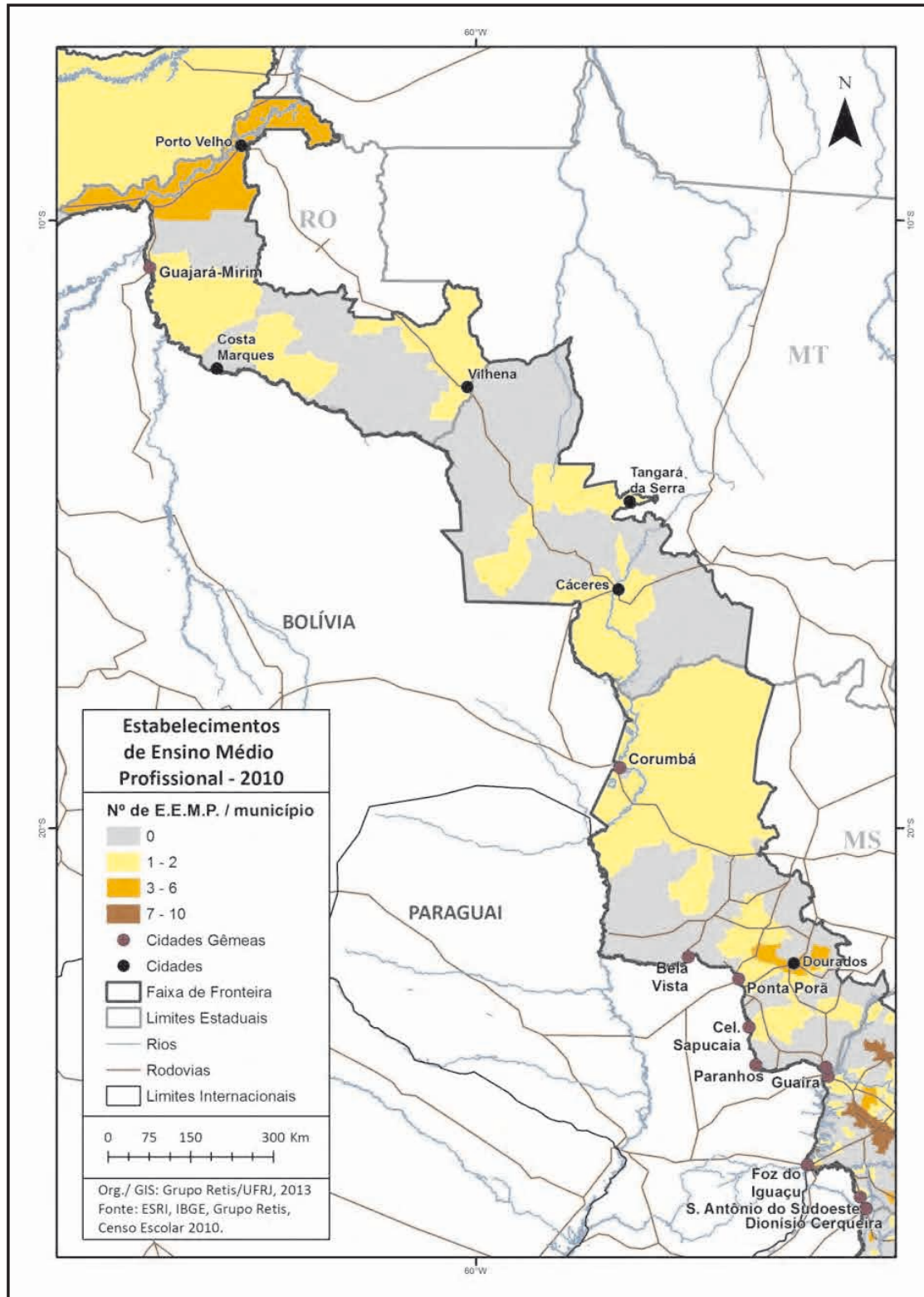
Mapa IV.26 Arco Norte: Estabelecimentos de Ensino Médio Profissional, 2010



O Arco Central tem 35 unidades de ensino médio profissional, distribuídas em 23 municípios. Como vê-se no Mapa IV.27, dois municípios concentram 29% das unidades: a capital Porto Velho (RO) e Dourados, cada um com cinco unidades.

Existem ainda quatro municípios que possuem duas unidades cada, sendo dois em Rondônia e dois no Mato Grosso do Sul: Pimenta Bueno (RO), Rolim de Moura (RO), Naviraí (MS), e Ponta Porã (MS). As outras 17 unidades estão em 17 municípios, sendo nove em Mato Grosso do Sul, cinco em Rondônia e três em Mato Grosso.

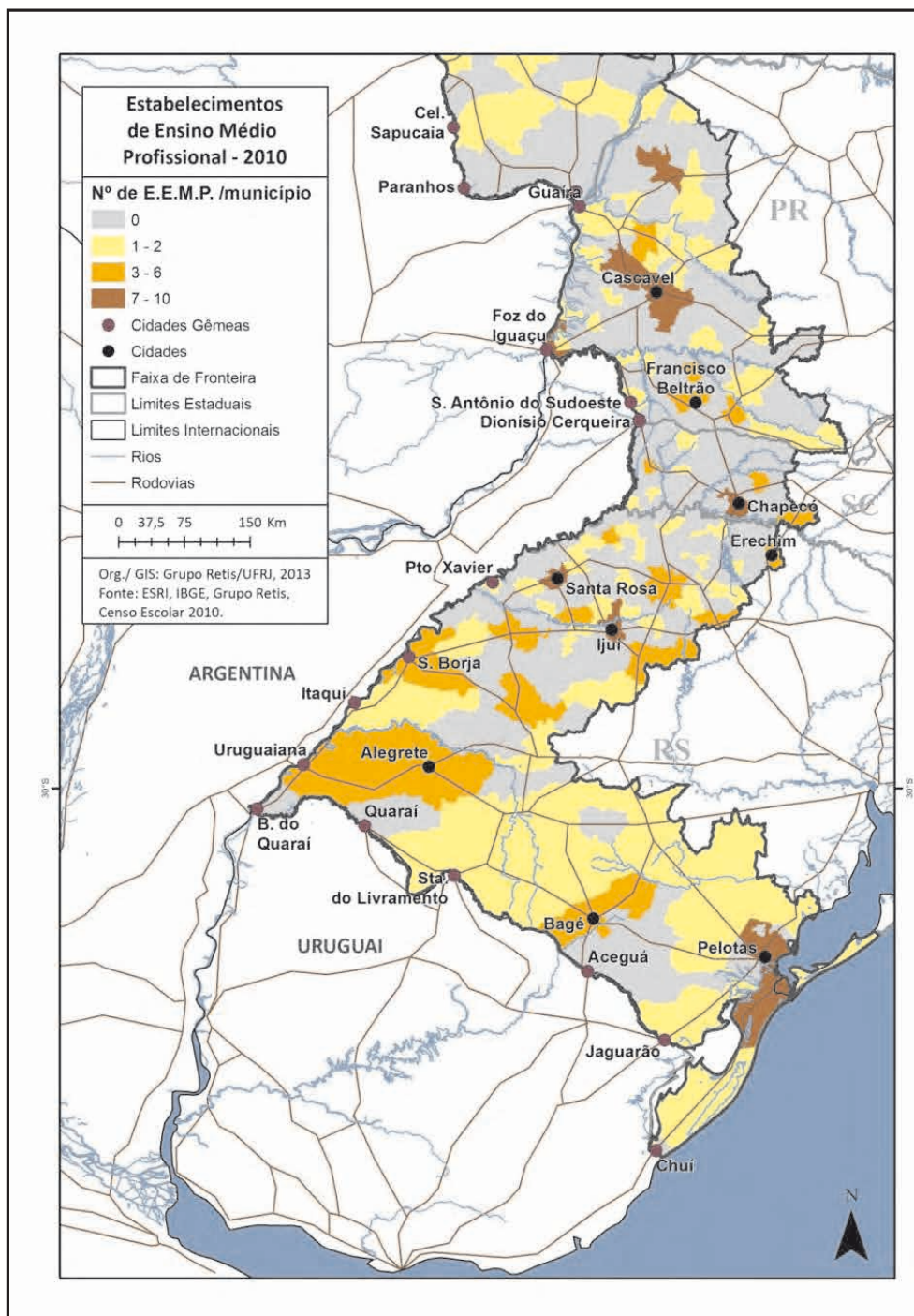
Mapa IV.27 Arco Central: Estabelecimentos de Ensino Médio Profissional, 2010



Destaca-se, assim, o estado de Mato Grosso do Sul, com mais da metade (18) das unidades de ensino médio profissional do Arco Central.

O Arco Sul apresenta 245 unidades de ensino médio profissional distribuídas em 113 municípios. Como visto no Mapa IV.28 em dez municípios há mais de sete unidades: Foz do Iguaçu (PR, com 10 unidades), Cascavel (PR, 10), Chapecó (SC, 9), Santa Rosa (RS, 8), Toledo (PR, 8), Pelotas (RS, 8), Ijuí (RS, 7), Umuarama (PR, 7), e Rio Grande (RS, 7). Todas essas representam 30% das unidades do Arco Sul.

Mapa IV.28 Arco Sul: Estabelecimentos de Ensino Médio Profissional, 2010



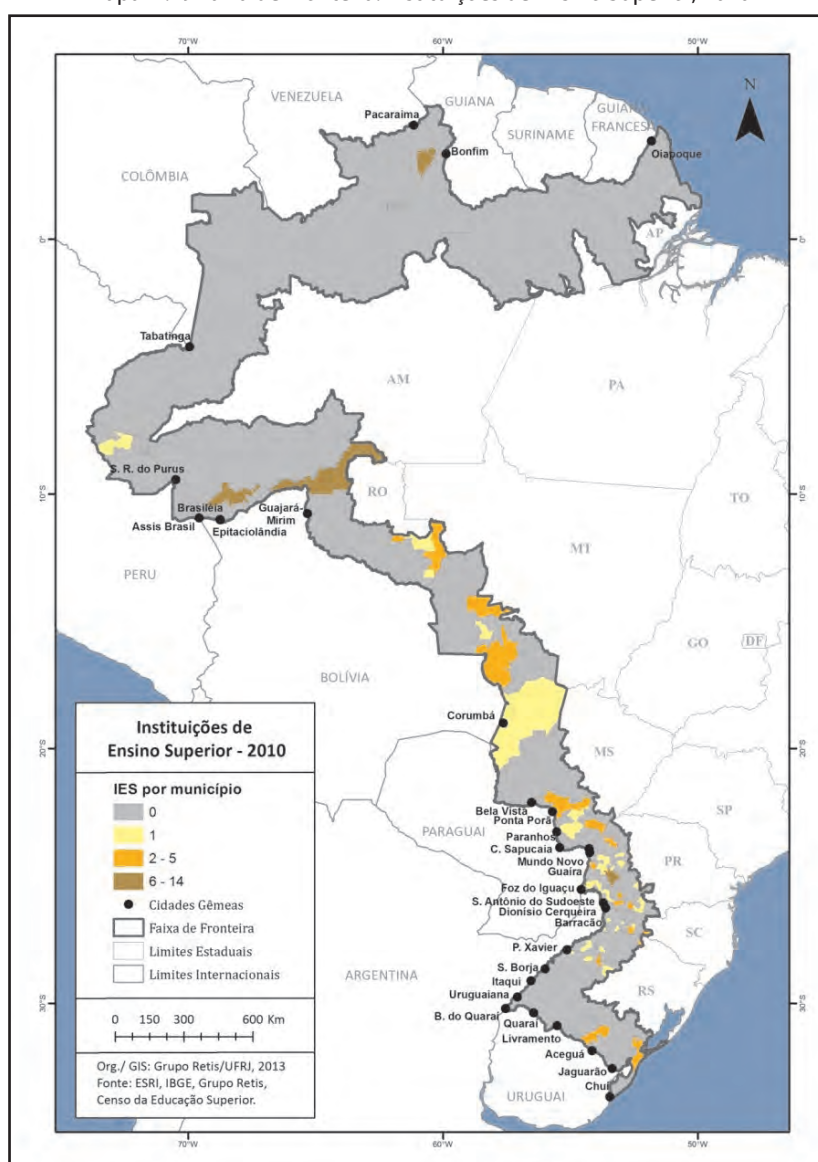
Na faixa de três a seis unidades existem 20 municípios, totalizando também 30% das unidades desse Arco. Destes 20 municípios 13 estão no Rio Grande do Sul, quatro no Paraná e três em Santa Catarina. As outras unidades de ensino médio profissional do Arco Sul estão em 14 municípios com duas unidades cada, e em outros 70 municípios com uma unidade cada.

Em relação ao total de unidades (245) 56% estão no Rio Grande do Sul. 35% estão no Paraná e o restante em Santa Catarina.

Ensino Superior

Os dados que podem ser visualizados no Mapa IV.29 incluem as instituições de ensino superior públicas e privadas. Entretanto deve ser destacado que das 144 unidades existentes na Faixa de Fronteira 87% são de natureza privada. Dessas 53% são instituições privadas com fins lucrativos, e 47% sem fins lucrativos.

Mapa IV.29 Faixa de Fronteira: Instituições de Ensino Superior, 2010



Entre as instituições públicas (19) a maioria é de filiação federal (12), todavia existem quatro estaduais e três municipais.

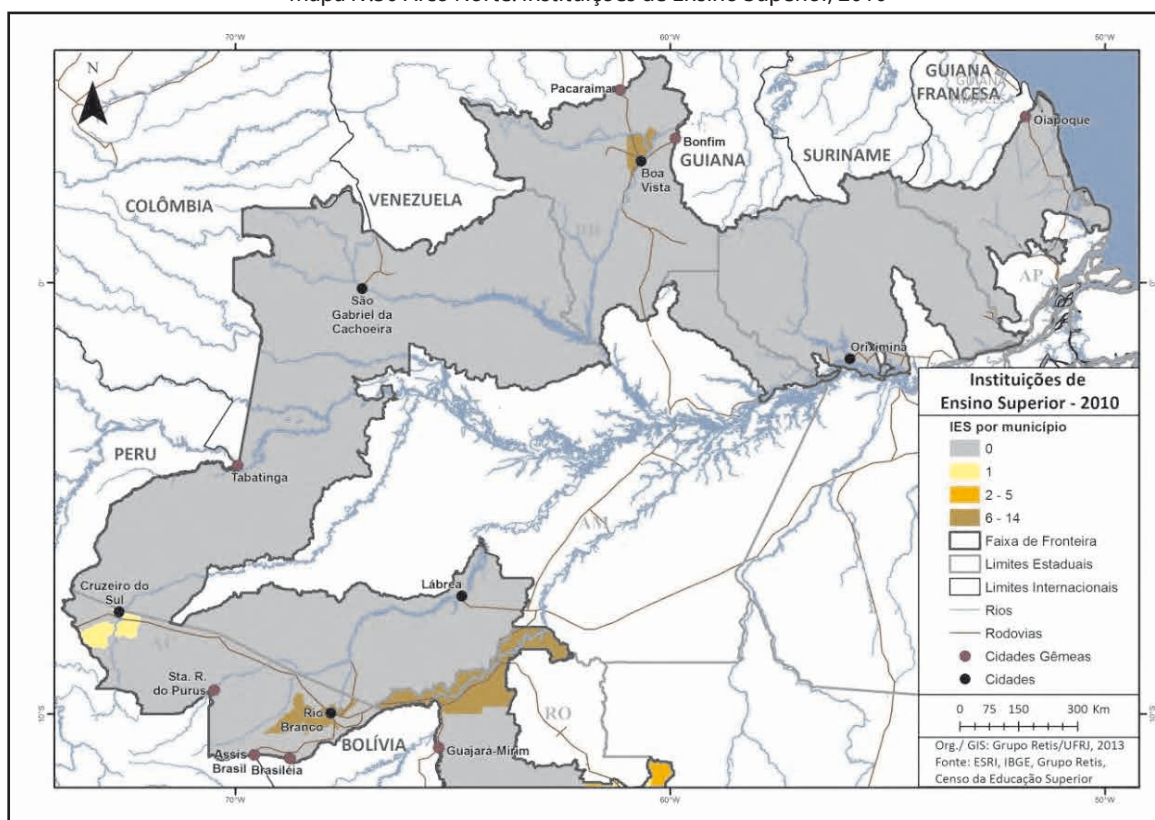
Outra observação importante em relação ao número total de instituições de ensino superior na Faixa de Fronteira é a sua concentração em apenas 61 municípios. Considerando-se apenas as instituições públicas essa concentração acentua-se muito, pois apenas 16 municípios as possuem.

O Arco Sul tem 57% das instituições de ensino superior da Faixa de Fronteira, seguido pelo Arco Central, com 31%, e o Arco Norte com 12%.

No Arco Norte, como pode se ver no Mapa IV.30 existem apenas três municípios com instituições de ensino superior, totalizando 17 unidades. Além das capitais Rio Branco (AC, com nove unidades) e Boa Vista (RR, com sete unidades), o município de Cruzeiro do Sul (AC) tem uma unidade.

A grande maioria destas instituições é privada, porém existem três públicas em Boa Vista (RR, sendo duas federais e uma estadual), e uma federal em Rio Branco (AC).

Mapa IV.30 Arco Norte: Instituições de Ensino Superior, 2010

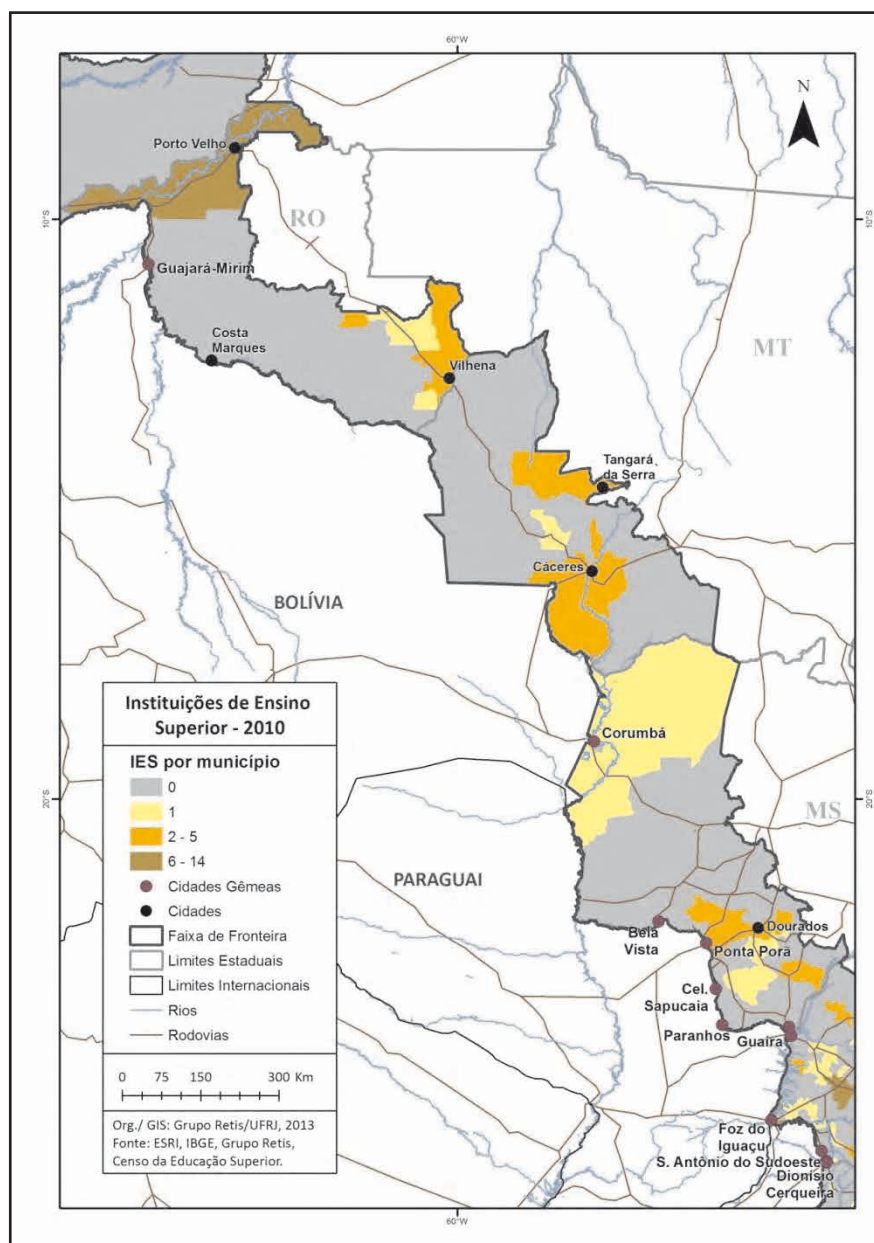


O Arco Central tem 16 municípios com instituições de ensino superior, totalizando 45 unidades. Como visto no Mapa IV.31, essas são ligeiramente concentradas em oito municípios que possuem 82% das unidades do Arco Central: Porto Velho (RO, com 14

unidades), Dourados (MS, 5), Ponta Porã (MS, 5), Tangará da Serra (MT, 4), Vilhena (RO, 3), Rolim de Moura (RO, 2), Naviraí (MS, 2), e Cáceres (MT, 2). Outros oito municípios têm, cada um, uma instituição de ensino superior.

O estado de Rondônia destaca-se novamente, com 47% das unidades do Arco Central, seguido do Mato Grosso do Sul, com 36% e o Mato Grosso, com 18%.

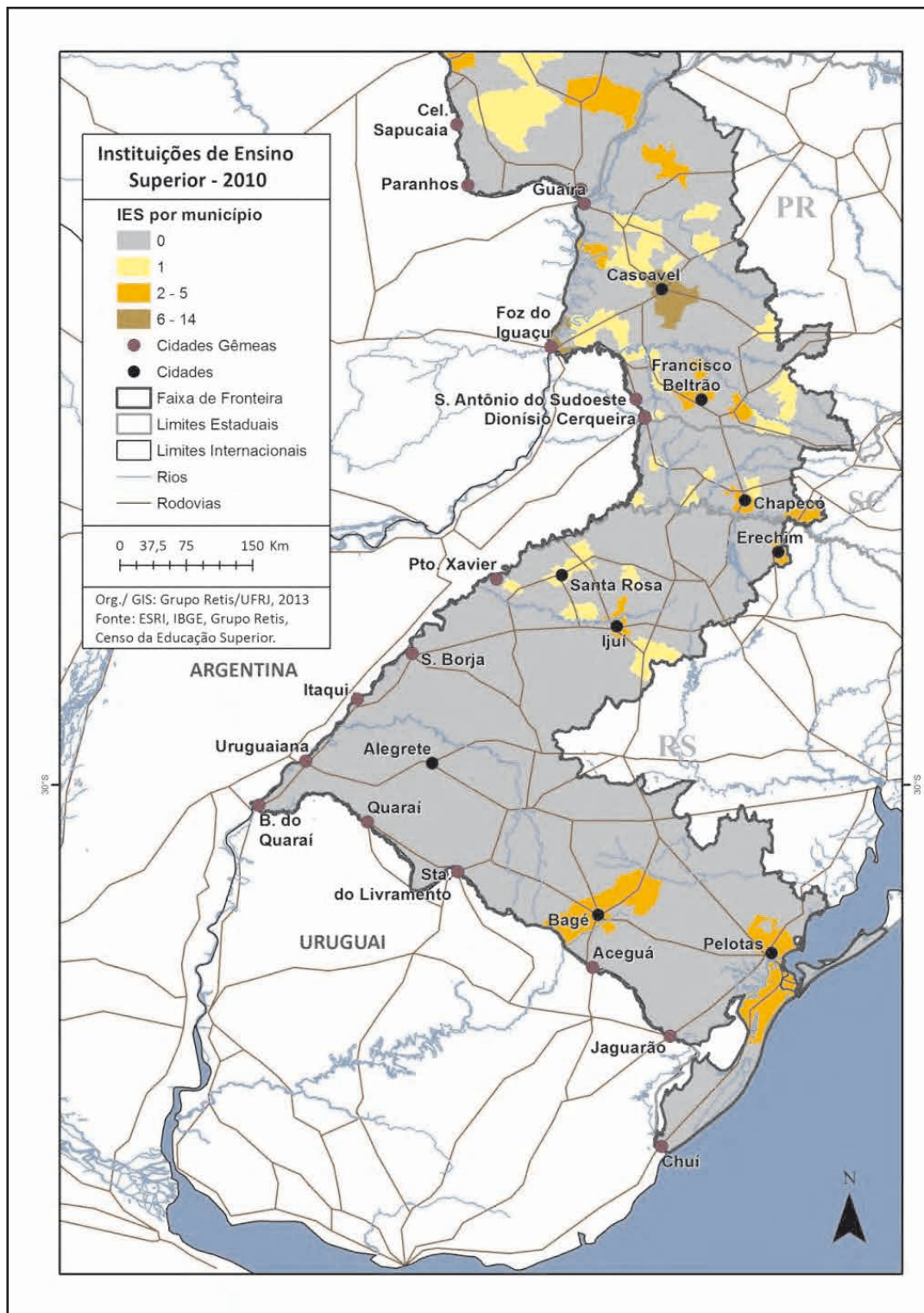
Mapa IV.31 Arco Central : Instituições de Ensino Superior, 2010



No Arco Sul, há 82 instituições de ensino superior, distribuídas em 42 municípios. Como pode-se notar no Mapa IV.32 sete deles concentram 49% destas unidades: Foz do Iguaçu (PR, com 12), Cascavel (PR, 9), Chapecó (SC, 5), Pelotas (RS, 5), Umuarama (PR, 3), Concórdia (SC, 3), e Ijuí (RS). Além destes sete municípios tem duas unidades cada, e outros 28 municípios tem uma instituição cada.

O estado do Paraná se destaca, com 59% das 82 instituições de ensino superior do Arco Sul, distribuídas em 23 municípios. Em seguida o Rio Grande do Sul, com 26% das unidades, em 12 municípios, e Santa Catarina, com 16% das unidades em sete municípios.

Mapa IV.32 Arco Sul: Instituições de Ensino Superior, 2010



DENSIDADE SOCIOECONÔMICA

MERCADO DE TRABALHO FORMAL

A análise do mercado de trabalho formal na faixa de fronteira foi feita a partir de dados disponibilizados pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do período de 2000 a 2011, por não ter havido mudanças na malha municipal nesse período. Foram considerados dados relativos aos vínculos empregatícios e aos estabelecimentos situados em municípios fronteiriços. A partir destas variáveis, buscou-se construir indicadores para mensurar a estabilidade da economia formal e sua distribuição por setores econômicos.

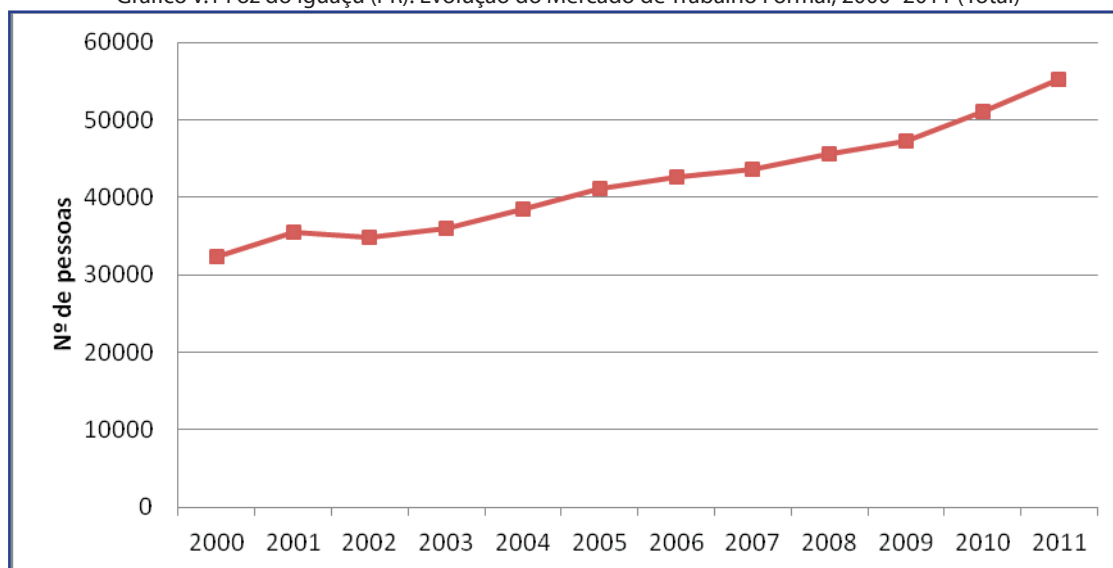
O mercado de trabalho é uma variável de grande importância para o entendimento das características socioeconômicas dos municípios. Para isso serão feitas duas formas de análises: 1) uma sobre a estabilidade do mercado de trabalho, indicando as mudanças nos números de vínculos empregatícios, o que pode ser resultado de dinâmicas econômicas, urbanas e/ou populacionais específicas ao município; 2) outra será a análise da diversidade dos setores empregadores.

Estabilidade do Mercado de Trabalho Formal

Para medir as estabilidades foram analisados os gráficos de evolução dos totais de vínculos empregatícios de cada município. Foram determinados três tipos de classificações: Alta, Média e Baixa estabilidade. Ao considerar a localização e o tamanho dos municípios, busca-se revelar padrões distintos na evolução do mercado de trabalho formal.

A alta estabilidade foi determinada quando houve poucas oscilações dentro do período de 2000 a 2011, seguindo um mesmo padrão evolutivo. O Gráfico V.1 é um caso claro de alta estabilidade do mercado de trabalho formal. O município de Foz do Iguaçu (PR) não teve nenhuma grande oscilação de seus vínculos empregatícios e por isso foi classificado como alto grau de estabilidade do mercado de trabalho formal.

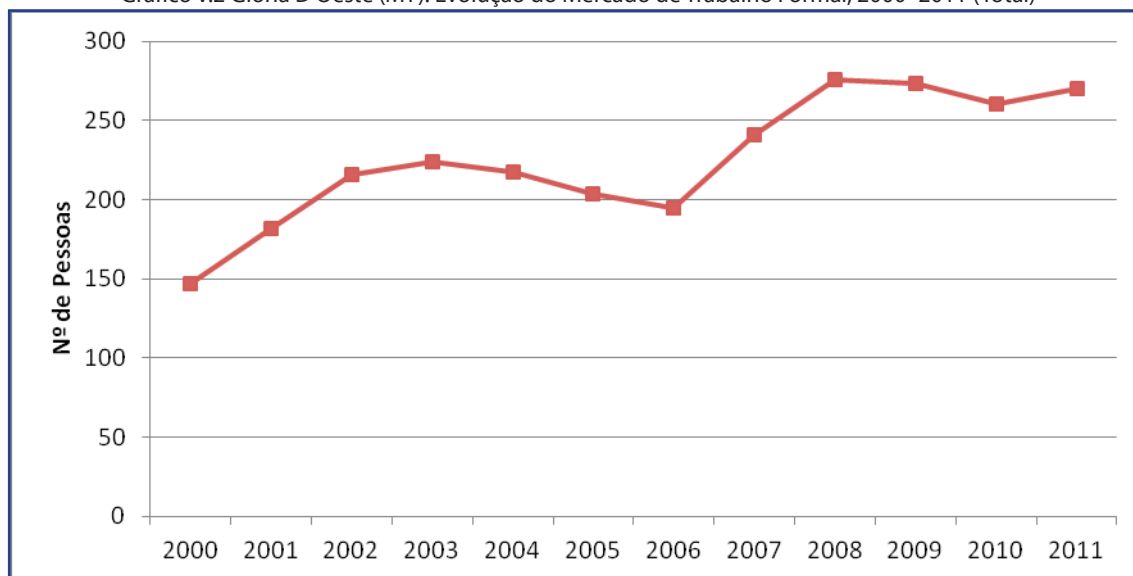
Gráfico V.1 Foz do Iguaçu (PR): Evolução do Mercado de Trabalho Formal, 2000–2011 (Total)



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS, 2000-2011.

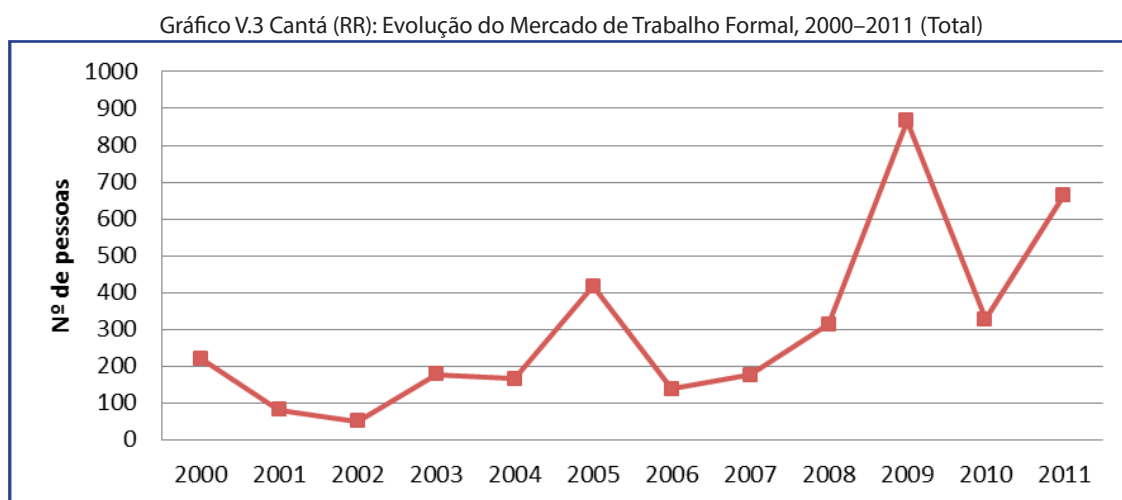
A média estabilidade foi determinada quando houve pouca oscilação dos vínculos empregatícios nesse período, demonstrando mudanças nos setores do município, mas não de forma brusca, ou em muitos anos. O Gráfico V.2 Glória D'Oeste (MT): Evolução do Mercado de Trabalho Formal, 2000–2011 (Total) ilustra a evolução dos vínculos empregatícios do município de Glória D'Oeste (MT), que apresentou algumas oscilações, sendo assim classificado como média estabilidade.

Gráfico V.2 Glória D'Oeste (MT): Evolução do Mercado de Trabalho Formal, 2000–2011 (Total)



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS, 2000-2011.

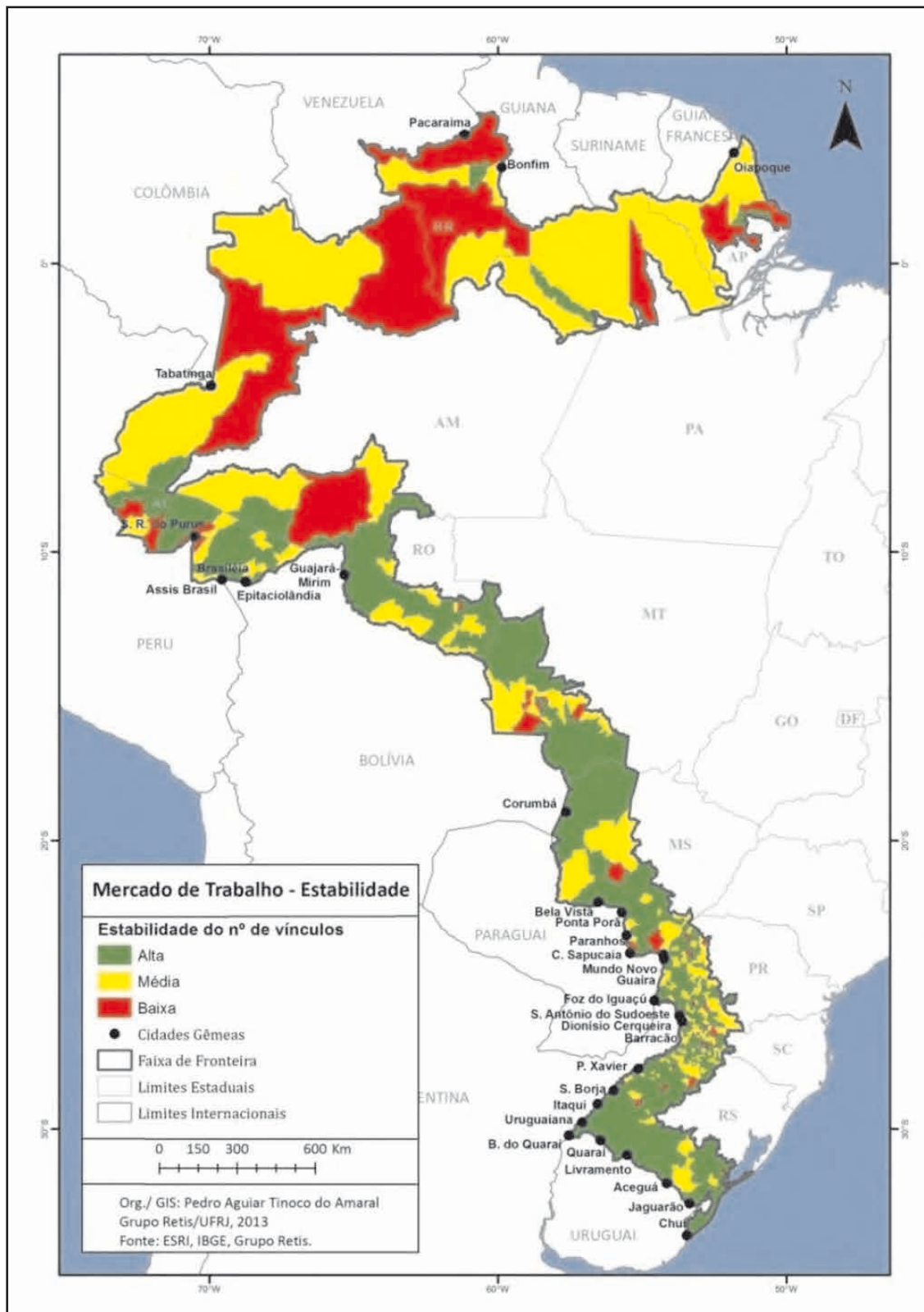
Já os municípios cujos mercados de trabalho formal foram classificados como de baixa estabilidade são aqueles que tiveram grandes mudanças no número de vínculos empregatícios, com grandes crescimentos e/ou quedas ao longo dos anos. Como pode ser visto claramente no Gráfico V.3 Cantá (RR): Evolução do Mercado de Trabalho Formal, 2000–2011 (Total), houve muita oscilação na evolução dos vínculos empregatícios de Cantá (RR), sendo assim classificado como de baixa estabilidade.



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS, 2000-2011.

É importante observar que a estabilidade do mercado de trabalho formal não é necessariamente favorável ou desfavorável. Um caso de alto grau de estabilidade pode significar uma capacidade do município em manter seus vínculos empregatícios numa situação de crise, o que seria favorável. Entretanto, seria desfavorável se representasse um quadro de estagnação, sem ganhos de vínculos empregatícios. Por outro lado, um mercado de trabalho formal de baixa estabilidade pode representar um processo de perdas de vínculos – o que seria desfavorável; ou uma mudança no quadro, um rearranjo do mercado de trabalho, tornando-o mais dinâmico e passando a atrair novos vínculos–favorável, portanto.

Mapa V.1 Faixa de Fronteira: Estabilidade do Mercado de Trabalho



Em geral, na Faixa de Fronteira os municípios apresentaram alta estabilidade. Dos 588 municípios, 54,6% tiveram alto grau de estabilidade, sendo o Arco Sul o principal responsável por isso. De média estabilidade foram 36,1%, e para baixa estabilidade apenas 9,3% dos municípios, tendo maior ocorrência no Arco Norte.

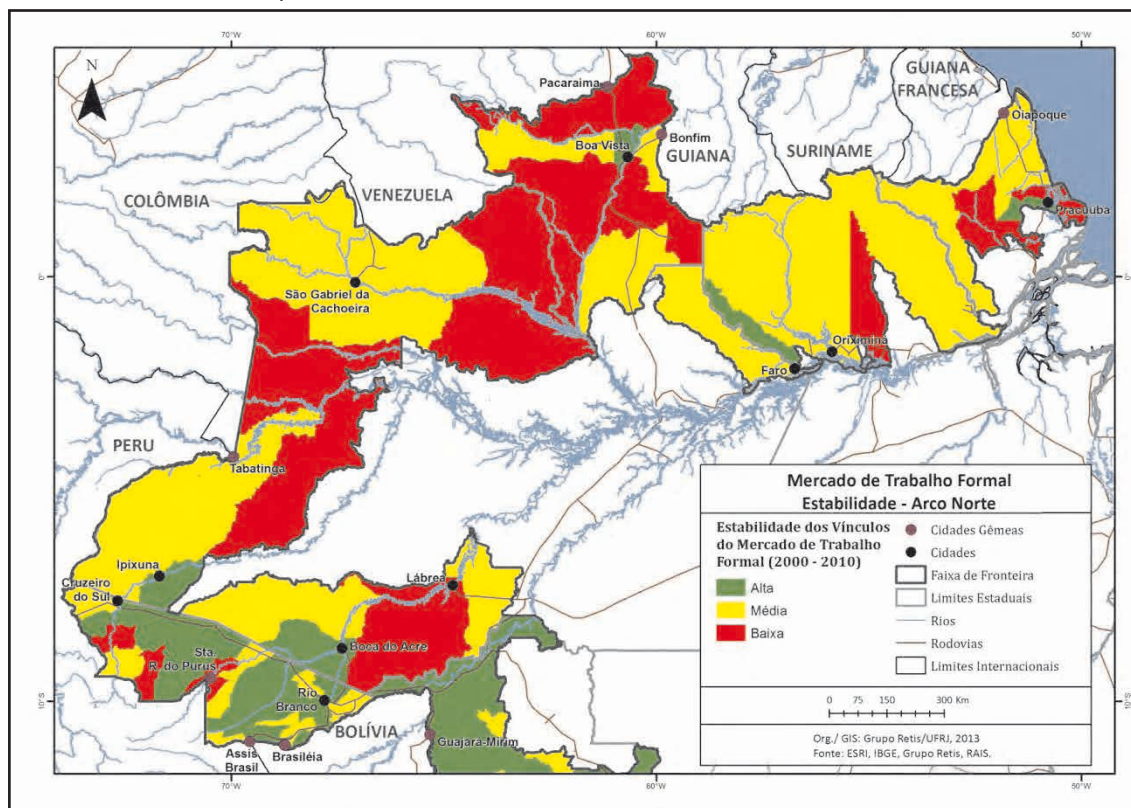
No Arco Norte, apenas 19,7% dos municípios obteve uma estabilidade alta no mercado de trabalho formal ao longo do período analisado. A maior parte dos municípios apresentou uma estabilidade média (49,3%) e a quantidade de localidades com estabilidade baixa foi bastante significativa (31%). Já no Arco Central, a quantidade de municípios com alta estabilidade sobe para 54,5% e apenas 10,1% apresentaram estabilidade baixa no período. Como era previsto, o Arco Sul apresentou a maior quantidade de municípios com alta estabilidade no mercado de trabalho (60,5%) e apenas 5,3% apresentaram uma estabilidade baixa.

Este resultado evidencia como a economia formal apresenta uma dinâmica mais estável nos municípios fronteiriços situados ao sul e mais instável ao norte, sendo o Arco Central uma zona de transição entre estes dois comportamentos. Embora este padrão seja bastante evidente quando os dados são agregados por arco, é importante observar que existe uma diversidade considerável entre os municípios fronteiriços situados em unidades da federação de um mesmo Arco.

O grau de estabilidade dos mercados de trabalho dos municípios da Faixa apresentou certo padrão na escala dos Arcos. É possível observar no Mapa V.1 um grande número de municípios com baixa estabilidade no Arco Norte da faixa, principalmente no estado de Roraima; e poucos apresentaram alta estabilidade, que estão mais concentrados no Acre. Já os Arcos Sul e Central apresentam a maior parte dos municípios com alta estabilidade e pouquíssimos com baixa estabilidade, como será mais detalhado a seguir.

Além de considerar o comportamento da estabilidade do mercado de trabalho a partir da localização geográfica dos municípios, é importante destacar como o tamanho populacional influencia na dinâmica dos vínculos empregatícios. Como era de se esperar, os municípios com maiores contingentes populacionais apresentaram maior estabilidade. Todos os municípios com população acima de 50 mil habitantes foram classificados com alta estabilidade e, com exceção de alguns municípios situados no Arco Norte, as localidades classificadas como estabilidade fraca geralmente correspondem a uma faixa populacional inferior a 25 mil habitantes. De fato, o tamanho da população municipal apresenta uma forte relação com a estabilidade do mercado de trabalho, pois nas cidades maiores a economia formal tende a ser mais consolidada e apresentar um grau de estabilidade mais consistente. Por isso o padrão do Arco Norte é mais instável do que os outros arcos.

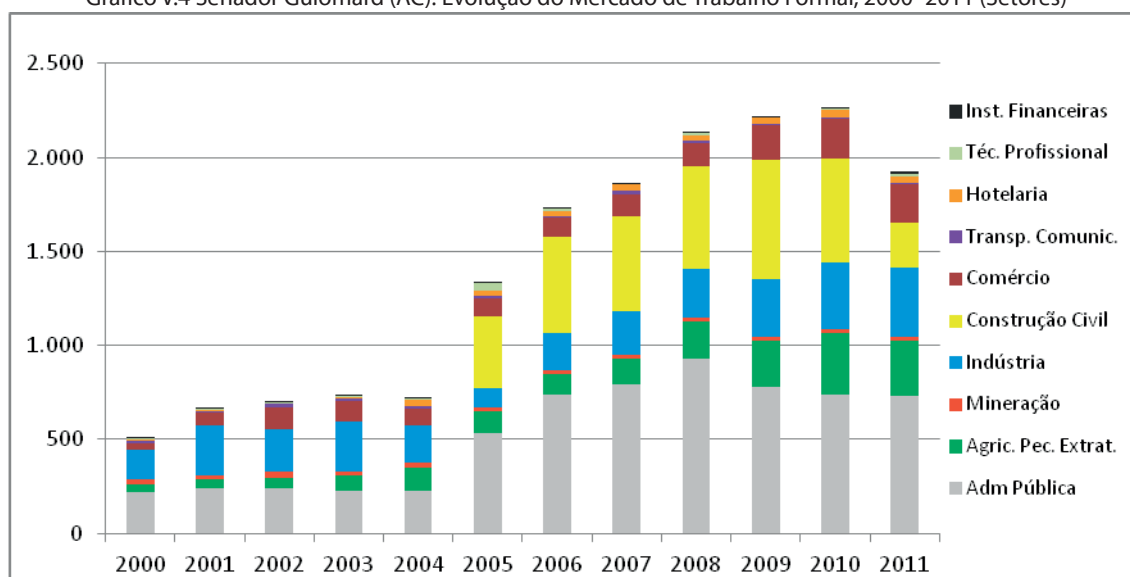
Mapa V.2 Arco Norte: Estabilidade do Mercado de Trabalho Formal



Como destacado anteriormente, o Arco Norte apresentou baixa estabilidade em geral. Poucos municípios apresentaram alta estabilidade, representam apenas 19,7%, que seriam 14 de um total de 71 municípios. Tais municípios estão localizados, na sua maioria, no Acre, com poucas exceções espalhadas pelos outros estados, que seriam: Faro (PA), Pracuúba (AP), Boa Vista (RR), Ipixúna (AM) e Boca do Acre (AM). Ao inverso disso, foram identificados 23 municípios de baixa estabilidade, representando 32,4% do total dos municípios do Arco Norte. A maioria desses municípios de baixa estabilidade está localizada no estado de Roraima.

Essa baixa estabilidade em geral dos municípios poderia ser explicada por grandes mudanças causadas por migrações, grandes empreendimentos, surgimento de novos setores ou desaparecimento de outros.

Gráfico V.4 Senador Guiomard (AC): Evolução do Mercado de Trabalho Formal, 2000–2011 (Setores)

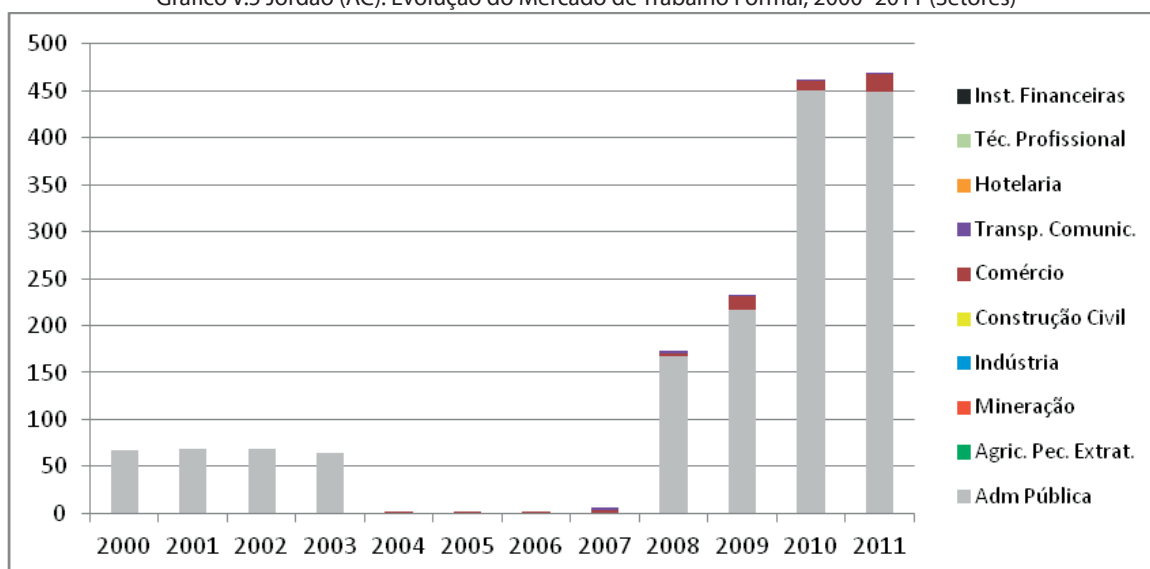


Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS, 2000-2011.

O Gráfico V.4 ilustra o caso de Senador Guiomard (AC), que é um exemplo de média estabilidade em que ocorreu o surgimento de um setor, no caso o de construção civil, o que fez mudar a estabilidade dos vínculos daquele município. Nesse caso a mudança foi positiva, pelo fato de que provavelmente houve alguma obra no município que fez aumentar o número de vínculos empregatícios.

Além disso, outra razão que pode explicar a baixa estabilidade é a subnotificação dos dados de vínculos da administração pública, o que altera o número de vínculos empregatícios. Isso provavelmente se deve ao fato de que muitas prefeituras ou outros órgãos públicos desses municípios, que são os responsáveis pela notificação desses vínculos, tiveram negligência ou por motivos de corrupção.

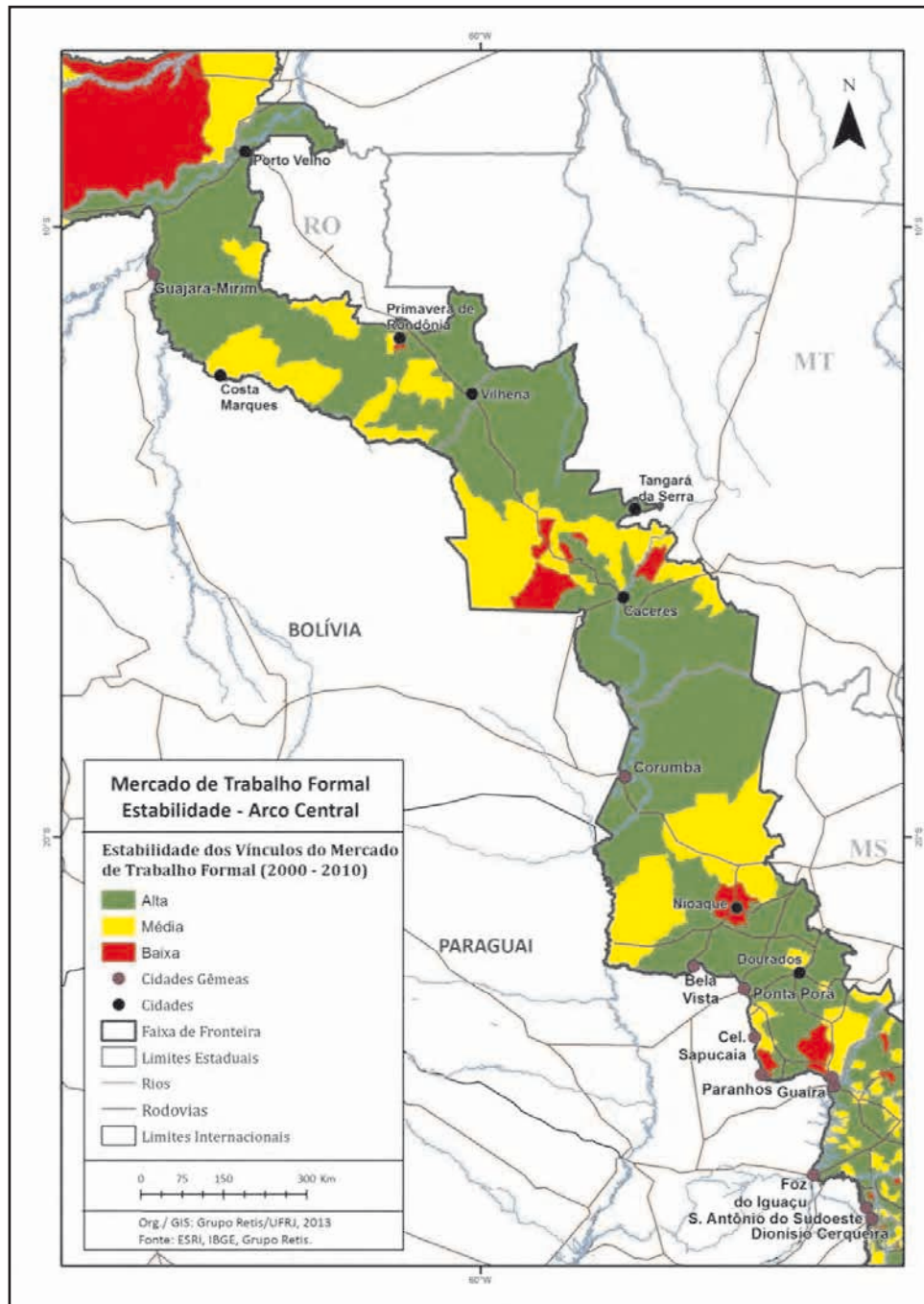
Gráfico V.5 Jordão (AC): Evolução do Mercado de Trabalho Formal, 2000–2011 (Setores)



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS, 2000-2011.

O município de Jordão (AC) foi um exemplo de município que apresentou baixa estabilidade pelo fato de provavelmente apresentar casos de subnotificação, entre 2004 e 2007 isso fica bem claro, pois é pouco provável que o município não tenha apresentado nenhum caso de empregados vinculados ao setor de administração pública.

Mapa V.3 Arco Central: Estabilidade do Mercado de Trabalho Formal



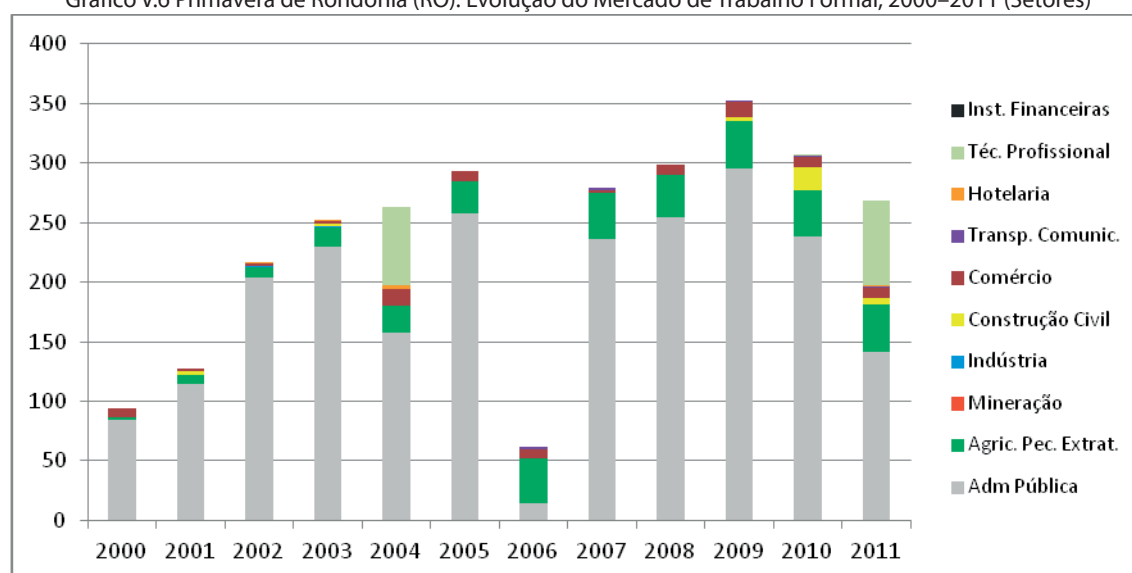
O padrão de estabilidade do Arco Central se apresentou bem diferenciado do observado no Arco Norte. A maioria dos municípios teve alta estabilidade durante o período analisado, foram 54 dos 99 municípios, sendo Rondônia e Mato Grosso do Sul os estados com mais alta estabilidade do mercado de trabalho formal. No Arco Central as variações foram menos bruscas, mas os municípios situados no Mato Grosso acabaram

apresentando dinâmicas mais instáveis do que os demais. Este foi o único estado do arco em que os municípios classificados com estabilidade média (42,9%) superaram aqueles com estabilidade alta (39,3%), e ainda há cinco municípios de baixa estabilidade, representando 17,9% dos municípios do estado.

Embora seja o estado do Arco Central mais próximo dos municípios do Arco Norte, o que poderia indicar que ele teria um padrão mais semelhante, Rondônia apresentou uma estabilidade considerável na evolução do mercado de trabalho, sendo o segundo estado de toda a faixa de fronteira com a maior quantidade de municípios classificados com alta estabilidade (63%), o que mostra que o estado possuiu uma maior consistência no seu mercado de trabalho.

Apenas no município de Primavera de Rondônia (ver Gráfico V.6), que possui pouco mais de 3.500 habitantes, sendo, desses, apenas 1.284 vivendo em área urbana, teve uma baixa estabilidade. Essa baixa estabilidade foi causada pela oscilação no setor de administração pública, setor que domina o mercado de trabalho nesse município.

Gráfico V.6 Primavera de Rondônia (RO): Evolução do Mercado de Trabalho Formal, 2000–2011 (Setores)



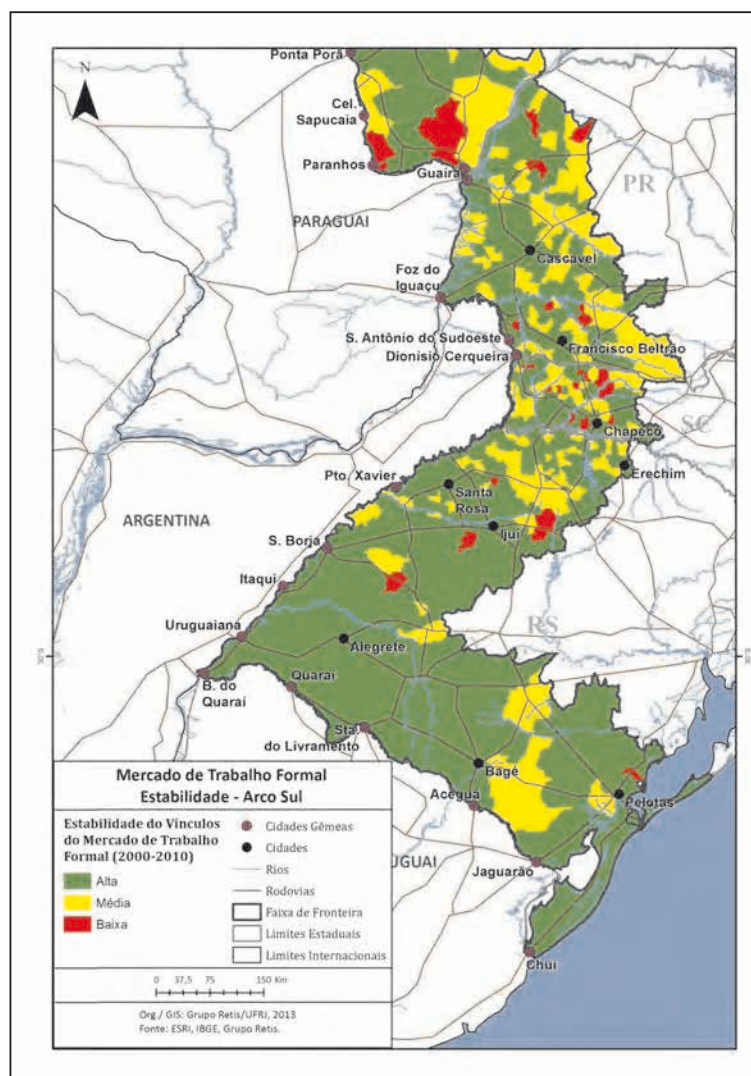
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS, 2000-2011.

Como é possível observar no gráfico, a baixa estabilidade se deu a partir das quedas no número de vínculos empregatícios do setor de administração pública. Essas grandes oscilações vão ocorrer devido ao fato de o município possuir uma população muito pequena, o que significa que uma mudança no tipo de administração no município pode causar uma queda, por mudanças na prefeitura, como foi o caso do ano de 2004. Já a grande mudança ocorrida em 2006, pode ter sido causada por um período de instabilidade política dentro do município, ou por ser mais um caso de subnotificação.

O Mato Grosso do Sul também apresentou uma alta estabilidade no geral, com 59,1% dos municípios de um total de 44 municípios. Apenas quatro municípios tiveram baixa estabilidade: Nioaque, Iguatemi, Japorã e a cidade gêmea de Paranhos; a explicação para este resultado nos dois primeiros municípios são as mudanças ocorridas no setor da indústria, que podem ter ocorrido pelo fato de terem aberto ou fechamento de novos estabelecimentos industriais ou a mudanças na tecnologia dessas indústrias, causando demissões. Os outros dois municípios tiveram baixa estabilidade no setor de administração pública, que podem ser justificados, nesses casos, por fortes mudanças nas secretarias públicas, ou nos órgãos municipais.

Já o estado de Mato Grosso foi o que teve mais municípios com baixo e principalmente médio grau estabilidade dos mercados de trabalho. Porém, ainda se destaca com um padrão de alta estabilidade se comparado com os casos do Arco Norte, embora seja o estado com maior ocorrência de baixa estabilidade no Arco Central. Nesse sentido, os que mais se destacaram foram os casos de média estabilidade, 12 dos 28 municípios,

Mapa V.4 Arco Sul: Estabilidade do Mercado de Trabalho Formal



O Mapa V.4 detalha o quadro de predominância de alto grau de estabilidade do mercado de trabalho formal no Arco Sul. Destaca-se a Campanha Gaúcha, com padrão mais contínuo de alto grau de estabilidade, enquanto as faixas do Paraná e Santa Catarina têm maior variação, mas ainda predomina a alta estabilidade. Além disso, é importante observar que todos os municípios com cidade gêmea obtiveram alto grau de estabilidade de seus mercados de trabalho formal. Há ainda uma grande ocorrência de alta estabilidade do mercado de trabalho formal dos municípios na linha do limite internacional.

Os dados de estabilidade foram cruzados com outras variáveis geográficas: situação em relação ao limite internacional, UF e tamanho urbano. Os resultados apontam que a proximidade geográfica do limite internacional pode contribuir para a alta estabilidade do mercado de trabalho formal, como é o caso de 100% das cidades gêmeas e de 63% dos municípios lindeiros do Arco Sul da Faixa de Fronteira. No mesmo sentido, o tamanho urbano tem se mostrado como uma importante variável relacionada à estabilidade do mercado de trabalho formal, o que se verifica com a comparação entre os municípios de diferentes classes de tamanho urbano. O percentual de municípios com alta estabilidade no mercado de trabalho formal é de 58% entre os de população urbana até 25 mil habitantes, de 70% nos municípios de 25 e 50 mil e de 100% entre os municípios de população urbana a cima de 50 mil habitantes.

No Rio Grande do Sul, 71,1% dos municípios tiveram poucas variações bruscas na evolução do mercado de trabalho e apenas 2,5% dos municípios tiveram uma estabilidade baixa ao longo do período analisado. Este padrão de estabilidade não se repete com tamanha intensidade nos demais estados do Arco Sul, mas tanto em Santa Catarina como no Paraná a maior parte dos municípios foi classificada com estabilidade alta.

Setor Principal do Mercado de Trabalho Formal

A distribuição dos setores econômicos da economia formal também foi mensurada através da construção de gráficos municipais relativos aos vínculos e estabelecimentos entre os anos de 2000 e 2011. Neste caso, a análise dos gráficos e tabelas buscou identificar em quais setores se concentram as atividades econômicas dos municípios fronteiriços. Foi selecionada a classificação da RAIS em dez setores da economia (setores definidos pelo Grupo Retis baseado nos subsetores do IBGE e agregados de forma mais adequada a nossas necessidades). Este nível de agregação da informação foi importante para identificar padrões de concentração a partir da localização geográfica e tamanho da população dos municípios.

Os dados produzidos serão analisados no intuito de oferecer um diagnóstico sobre a economia formal nos municípios da faixa de fronteira. Esta análise pode nos proporcionar tanto uma ideia da força da economia formal nas localidades como apontar possíveis áreas onde a economia informal/ilegal esteja agindo com intensidade suficiente para dinamizar o mercado de trabalho formal.

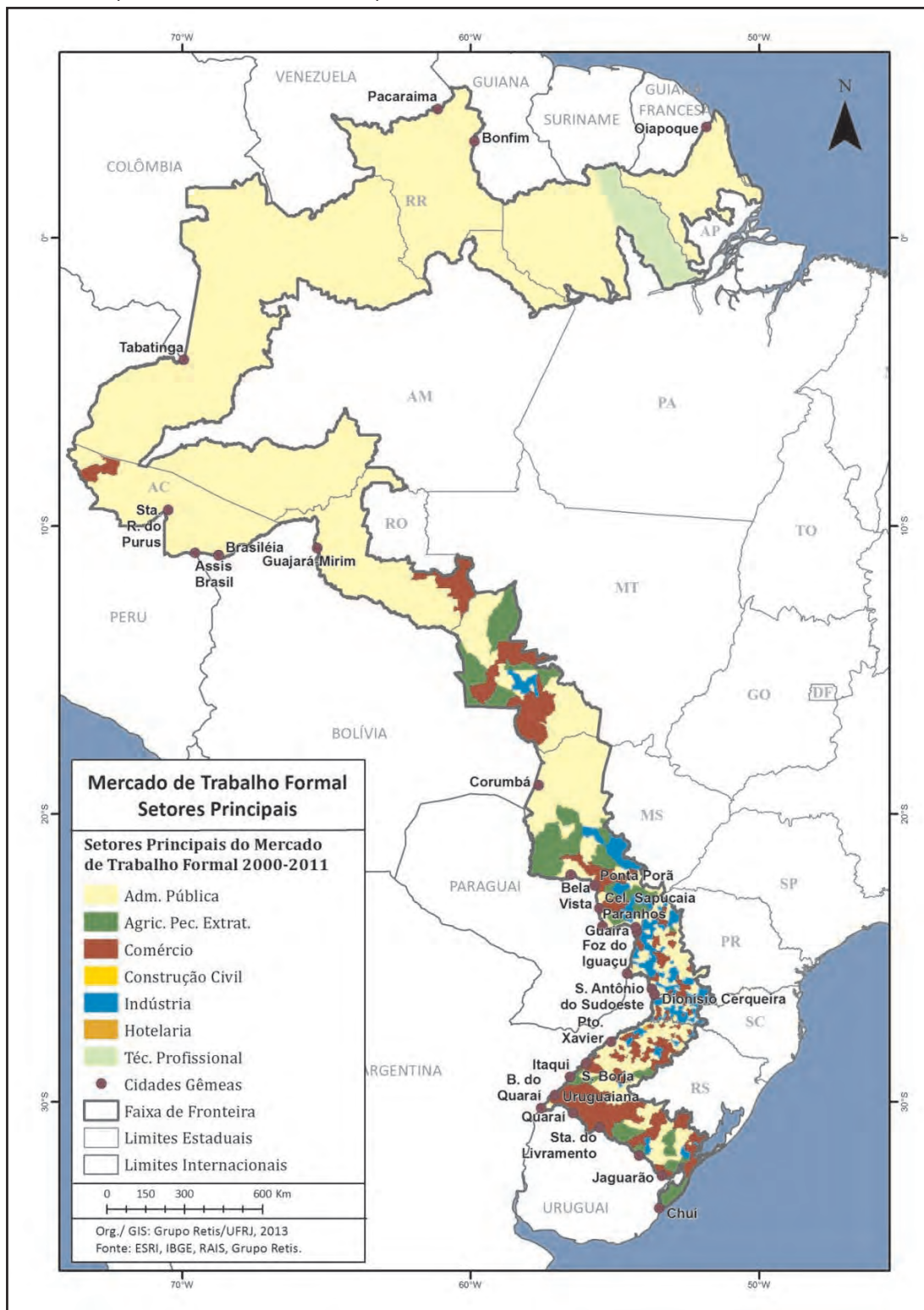
Para caracterizar os municípios foram denominadas duas categorias: Setores principais, quando o setor empregava a maior parte dos trabalhadores do mercado de trabalho formal; e setores dominantes, quando o setor empregava mais de 50% do mercado de trabalho formal de todo o município.

Primeiramente foram mapeados os setores principais, não distinguindo se era dominante ou não. Nesse mapa da Faixa de Fronteira observamos que grande parte dos municípios teve a administração pública como setor principal—375 casos dos 588, 63,8% do total da faixa.

Esse setor foi considerado principal na maioria dos municípios do Arco Norte, onde apenas dois municípios apresentaram setores diferentes, em um foi o comércio em outro o de técnicos profissionais. O Arco Central segue tendo a maioria em administração pública, porém existem municípios com setor principal de indústria, comércio e principalmente o setor de agricultura, pecuária e extração vegetal, muito devido à produção de soja. Já o Arco Sul foi o que apresentou maior diversidade, municípios com setor principal de hotelaria, construção civil, comércio, técnicos profissionais, indústria; porém a maior parte dos municípios teve a administração pública como principal.

É possível identificar uma tendência de maior diversidade na distribuição dos vínculos empregatícios e estabelecimentos nas cidades acima de 50 mil habitantes, que recorrentemente tem o comércio como atividade predominante. Por outro lado, as cidades com menos de 25 mil pessoas tendem a ser mais dependentes da administração pública ou de atividades específicas que se destacam em casos pontuais, como a mineração.

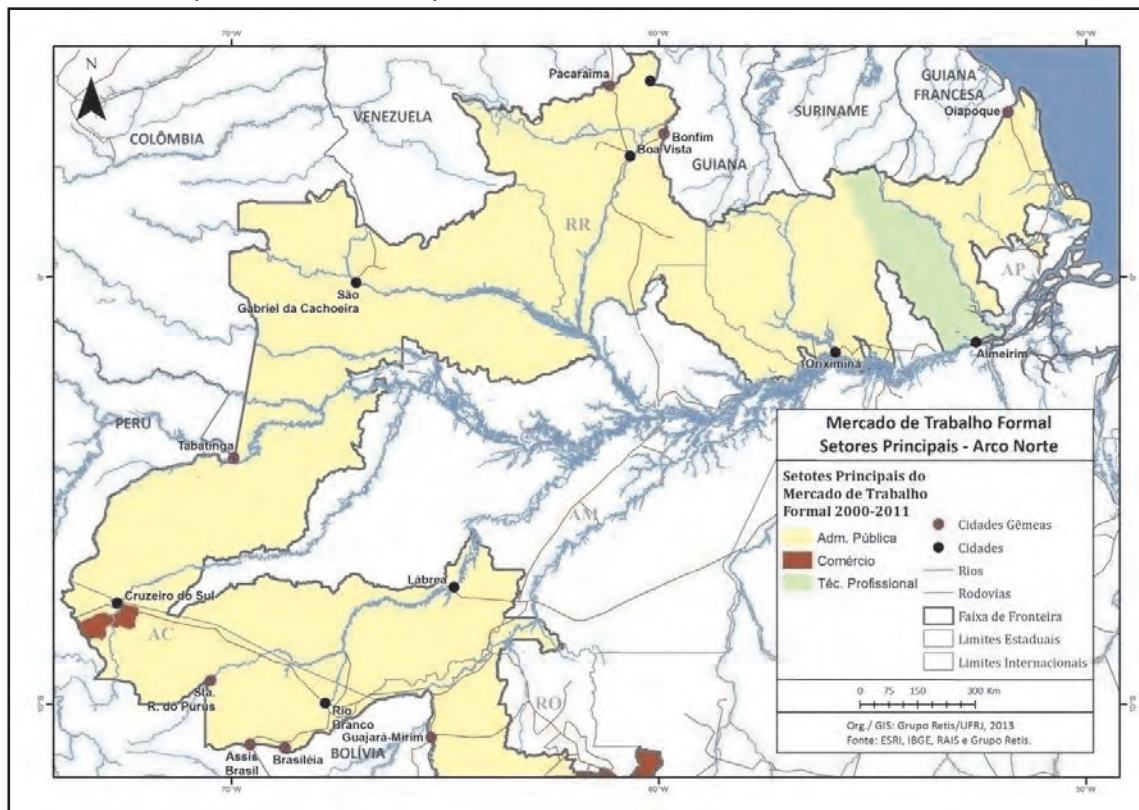
Mapa V.5 Faixa de Fronteira: Principais Setores do Mercado de Trabalho Formal, 2000–2011



O predomínio de municípios em administração pública demonstra que a maior parte dos vínculos está em um setor não produtivo da economia, um setor que serve apenas para a gestão do território, o que pode ser um indício de que há um mercado de trabalho informal muito forte nesses municípios da Faixa de Fronteira.

O Mapa V.6 representa com clareza como a maioria dos municípios do Arco Norte tem a administração pública como setor principal do mercado de trabalho formal. Apenas dois municípios tiveram setores diferentes. Em Cruzeiro do Sul (AC), uma das maiores cidades do Acre, destacou-se o setor de comércio, e em Almeirim (PA), onde há forte produção de celulose, fruto do projeto Jari, destacou-se o setor técnico-profissional.

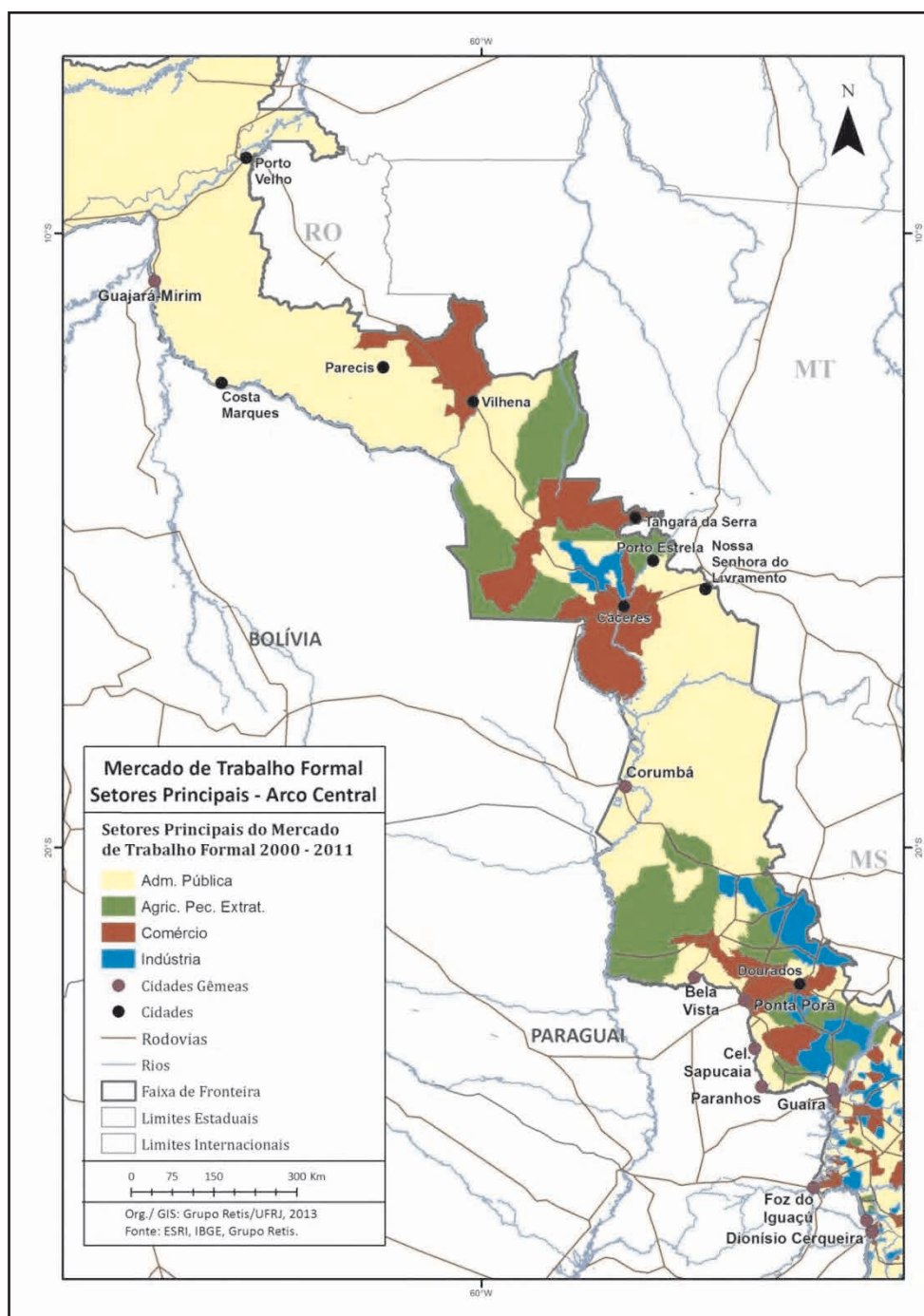
Mapa V.6 Arco Norte: Principais Setores do Mercado de Trabalho Formal, 2000–2011



Como destacado anteriormente, esse predomínio de municípios com o setor de administração pública como setor principal serve como um indicativo de que haveria um forte mercado informal. Os municípios com grande população urbana, com mais de 100.000 habitantes, Rio Branco (AC) e Boa Vista (RR), apresentaram o setor de administração pública como setor principal, o que é justificado pelo fato de serem as capitais estaduais, pois tem nesse setor função de grande importância, por possuir secretarias e órgãos do governo do estado.

Os municípios do Arco Central tiveram como característica uma maior diversificação em relação ao Arco Norte, mas ainda pequena, com maior participação da administração pública. Dos 99 municípios do Arco Central, 61 deles têm como setor principal a administração pública, o que mostra como é ainda o setor mais forte dentro da faixa. Os outros setores foram os de agricultura, pecuária e extrativismo vegetal, com 17 municípios, indústria, com 11, e o de comércio, com 10 municípios.

Mapa V.7 Arco Central: Principais Setores do Mercado de Trabalho Formal, 2000–2011

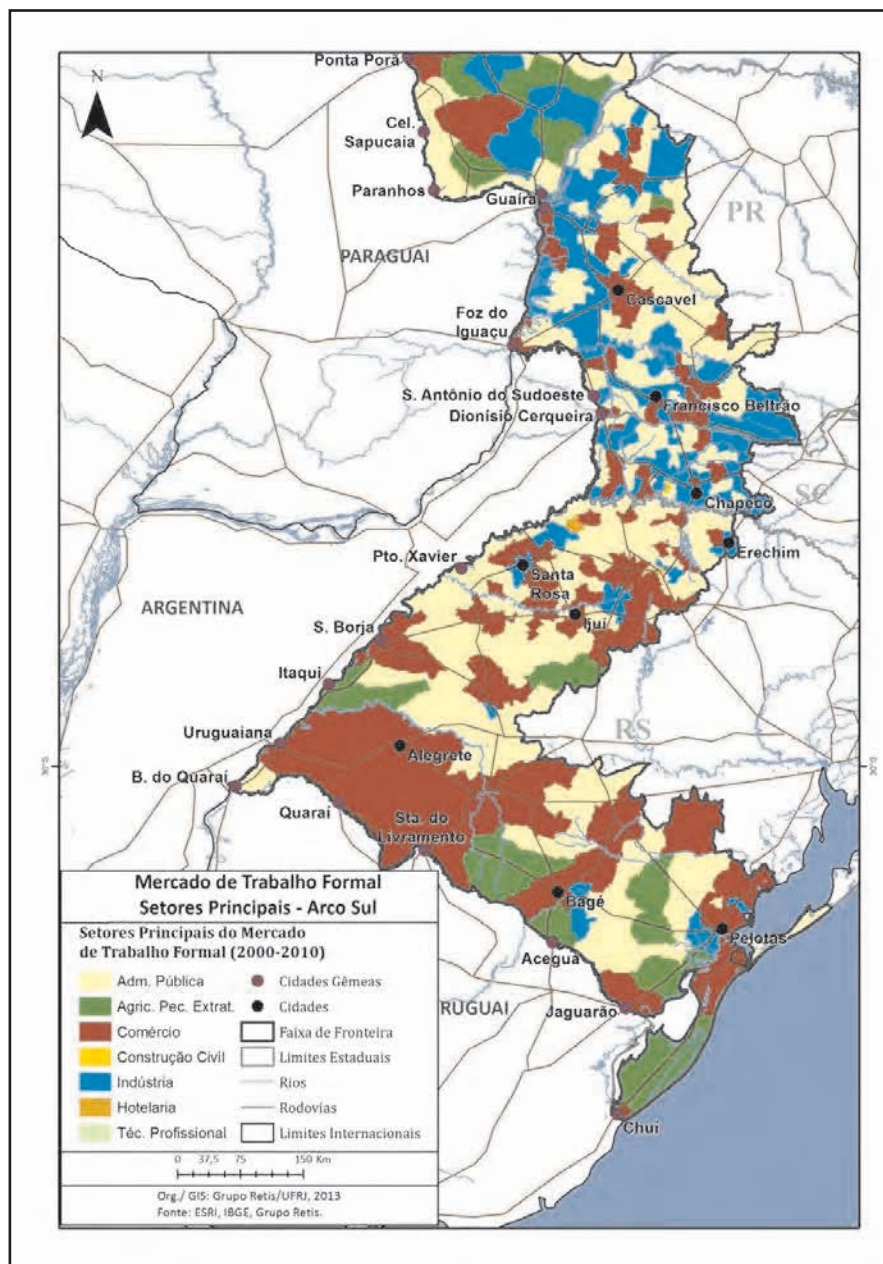


Se desconsiderarmos os municípios que tiveram a administração pública como principal setor empregador, o setor de agricultura e pecuária foi o que mais se destacou no Arco Central, provavelmente devido ao fato de que a maioria desses municípios está incluída dentro da região do agronegócio. É possível observar diversos agrupamentos de municípios com o setor de indústria mais forte. Essas indústrias seriam em sua maioria de tratamento e processamento de grãos e de corte e têm se beneficiado nos últimos anos pelo crescente investimento feito por multinacionais (RETIS/MI, 2005).

Os municípios onde predominou o setor de administração pública foram, em sua maioria, aqueles com menos de 25 mil habitantes em situação urbana, e sem uma malha rodoviária federal ou estadual muito desenvolvida, sendo assim com uma baixa conectividade, com algumas exceções como as cidades gêmeas de Guajará-Mirim (RO), Corumbá (MT) e a capital, Porto Velho (RO).

Já os municípios que apresentaram o setor de comércio como principal foram aqueles com uma população urbana um pouco maior, 8 dos 10 de setor principal de comércio, possuíam mais de 25 mil habitantes, além disso, ocorriam em áreas de nódulos rodoviários ou em municípios vizinhos, sendo assim com maior conectividade, o que pode explicar esse setor de comércio mais desenvolvido.

Mapa V.8 Arco Sul: Principais Setores do Mercado de Trabalho Formal, 2000–2011



O Mapa V.8 mostra uma situação de maior diversidade em relação ao restante da Faixa de Fronteira. Vemos que embora o setor de administração pública seja o principal empregador na maioria dos municípios pelo arco, há uma grande ocorrência do setor industrial como principal empregador na faixa do Paraná e de Santa Catarina. Nesta área há grande atividade de indústrias de processamento de alimento, beneficiamento de madeira e indústria moveleira. Além disso, o comércio se mostrou como principal empregador em muitos casos. Destacam-se aqueles que são nódulos rodoviários, onde há grande movimentação de pessoas e mercadorias, além de entrepostos comerciais. É importante observar que a maior parte dos municípios com cidade gêmea teve o comércio como principal empregador. Este setor é um dos principais meios de interação entre os países vizinhos e há uma grande importância dos *freeshops* nessa atividade, atraindo consumidores do interior dos dois lados da fronteira. Além disso, a ocorrência do setor de agricultura, pecuária e extrativismo como principal empregador em alguns municípios ao sul do Rio Grande do Sul registra a importância dessa atividade na área.

Os dados dos principais setores empregadores também foram cruzados com outras variáveis, semelhante ao feito para o grau de estabilidade do mercado de trabalho formal. A respeito da situação geográfica em relação ao limite internacional, em torno de 60% dos municípios na linha e na faixa tiveram administração pública como principal setor empregador. Entretanto, é interessante observar que 64% dos municípios com cidade gêmea tiveram o comércio como principal setor empregador. O tamanho urbano apresentou forte relação com a diversidade do mercado de trabalho da área de estudo. Para os municípios de até 25 mil habitantes urbanos, 65% deles tiveram administração pública como principal empregador. Entretanto, nenhum dos municípios logo acima dessa classe, com mais de 25 mil habitantes urbanos, tiveram administração pública como principal empregador. A maioria desse grupo teve o comércio como principal empregador, sendo 65% dos municípios de 25 a 50 mil habitantes urbanos, 73% dos que têm entre 50 e 100 mil habitantes urbanos, e 71% daqueles acima dos 100 mil habitantes urbanos dentro dessa situação.

Setor Dominante do Mercado de Trabalho Formal

Além da análise dos principais setores empregadores, realizou-se uma abordagem específica para os casos em que havia grande concentração dos vínculos empregatícios em um único setor, identificando-se assim os casos em que um setor era responsável por mais de 50% dos vínculos. Esses setores foram denominados como dominantes, pois são os principais empregadores. Essa diferenciação se faz necessária porque evidencia um quadro de mercado de trabalho formal pouco diverso, de dependência de um único setor de atividade, podendo acarretar uma economia municipal mais frágil.

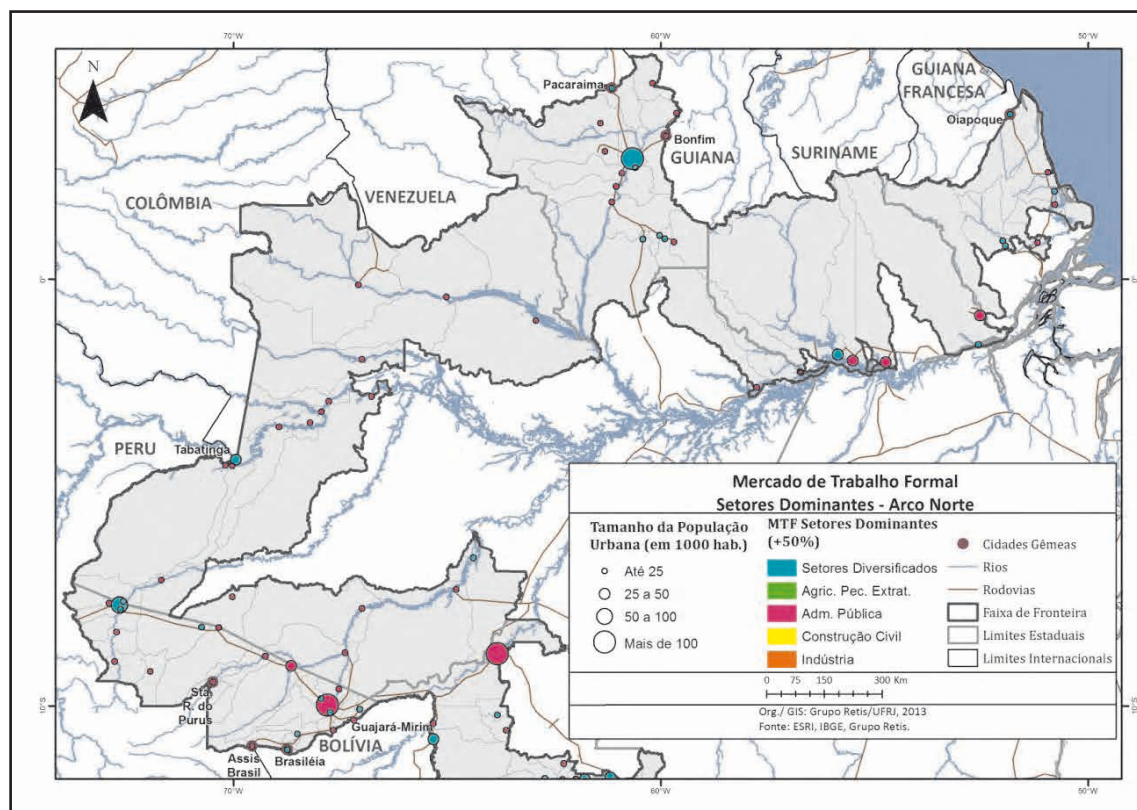
Um grande quantitativo de municípios apresentou um setor dominante em seu mercado de trabalho formal. Foram no total 239 municípios com setor dominante,

representando 40,7% dos 588 municípios da Faixa de Fronteira. Esse alto número de municípios com setores dominantes indicam uma baixa diversidade do mercado de trabalho formal numa forma geral, ou seja, muitos ficam restritos a um único setor.

Assim como para os setores principais, a administração pública foi o setor que apresentou maior dominância dos mercados de trabalho formal. 200 dos 588 (34%) municípios da Faixa estão nessa situação, demonstrando que boa parte da Faixa de Fronteira, em especial no Arco Norte, teve, além da baixa diversidade, uma concentração muito forte nesse setor. Sendo assim, constata-se uma economia formal pouco desenvolvida, visto que a administração pública não é um setor produtivo, voltado apenas à administração e gestão do território.

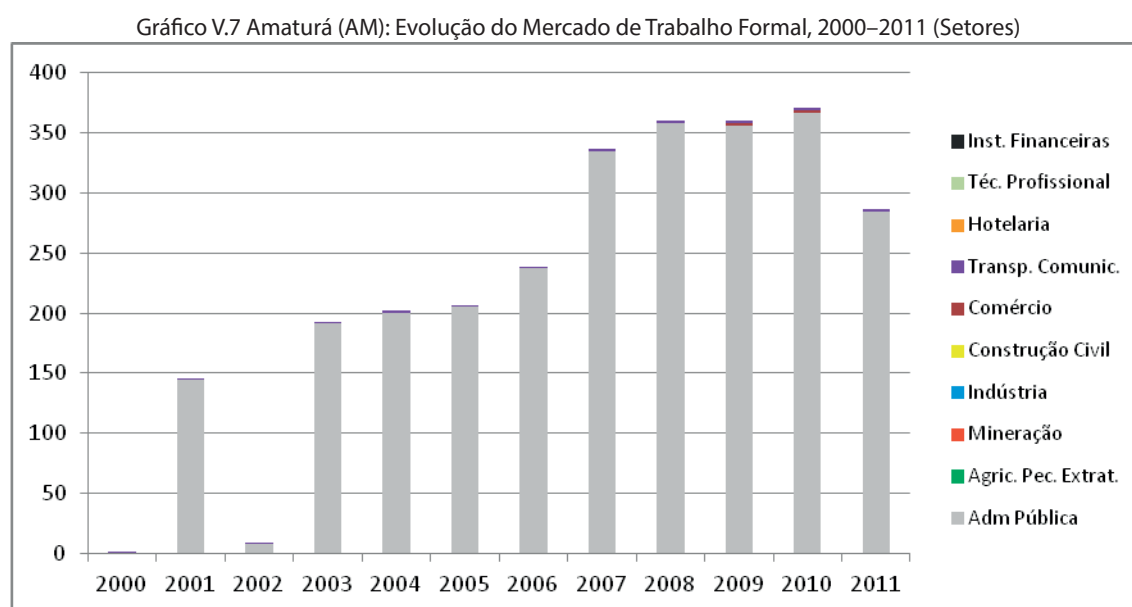
Os outros 39 municípios que apresentaram setores dominantes estão divididos entre o setor de Indústria, com 31 municípios localizados no Arco Sul da Faixa de Fronteira, evidenciando a grande força e importância desse setor naquela área; o setor de agricultura, pecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca, com cinco municípios do Arco Central, mais uma vez indicando a importância do agronegócio para o mercado de trabalho formal dessa área; um único município cujo setor dominante foi a construção civil, o que pode indicar que durante grande parte do período analisado ocorreram grandes obras no município, ocupando uma grande parcela do mercado de trabalho formal, mas por outro lado, demonstrou ter poucos vínculos durante o período sem obras.

Mapa V.9 Arco Norte: Setores Dominantes do Mercado de Trabalho Formal, 2000–2011



No Arco Norte há um predomínio de municípios com o setor de administração pública como setor dominante, sendo 42 dos 71 municípios. Isso mostra que além do fato de que a maioria dos municípios já ter esse setor como o principal empregador, ele ainda é dominante, sendo, portanto, o mercado de trabalho formal muito pouco diversificado em todo o arco e extremamente dependente desse setor. Como já foi ressaltado anteriormente, esse não é um setor produtivo, é voltado apenas para gestão do território, ou seja, onde ele é dominante, provavelmente há um quadro de economia formal pouco consistente.

Em alguns casos o setor era quase que o único empregador de todo município. É possível observar no Gráfico V.7, que apresenta o município de Amaturá (AM), na maioria dos anos valores próximos, ou até maiores que, 99% do mercado de trabalho formal empregado somente no setor de administração pública.

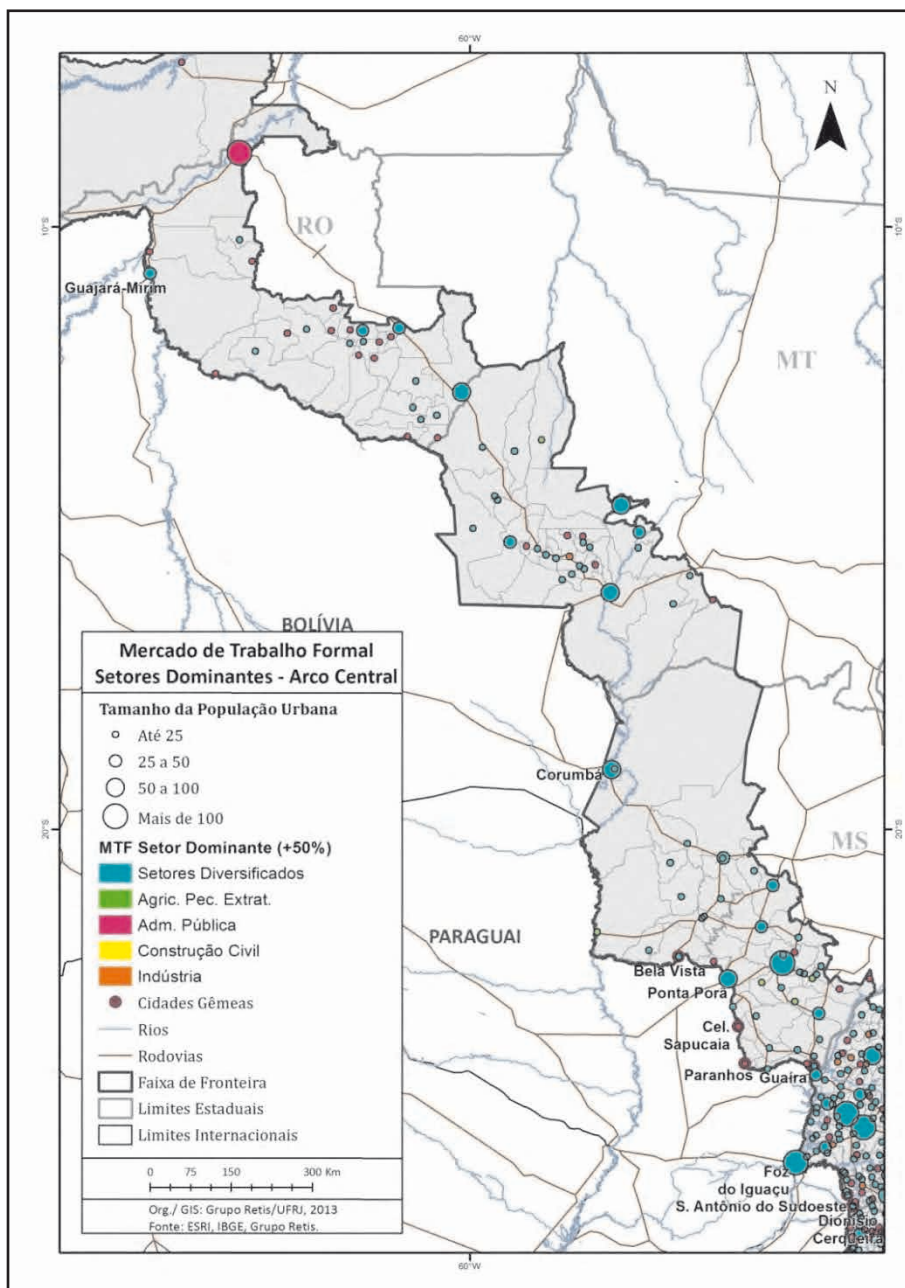


Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS, 2000-2011.

Os estados do Amazonas e do Acre foram os casos mais graves, em questão de diversidade do mercado. Poucos municípios não tiveram o setor de administração pública dominante. No Acre foram 8 dos 22 municípios e no Amazonas apenas 2 dos 21 municípios sem esse setor dominante ao restante do mercado de trabalho formal.

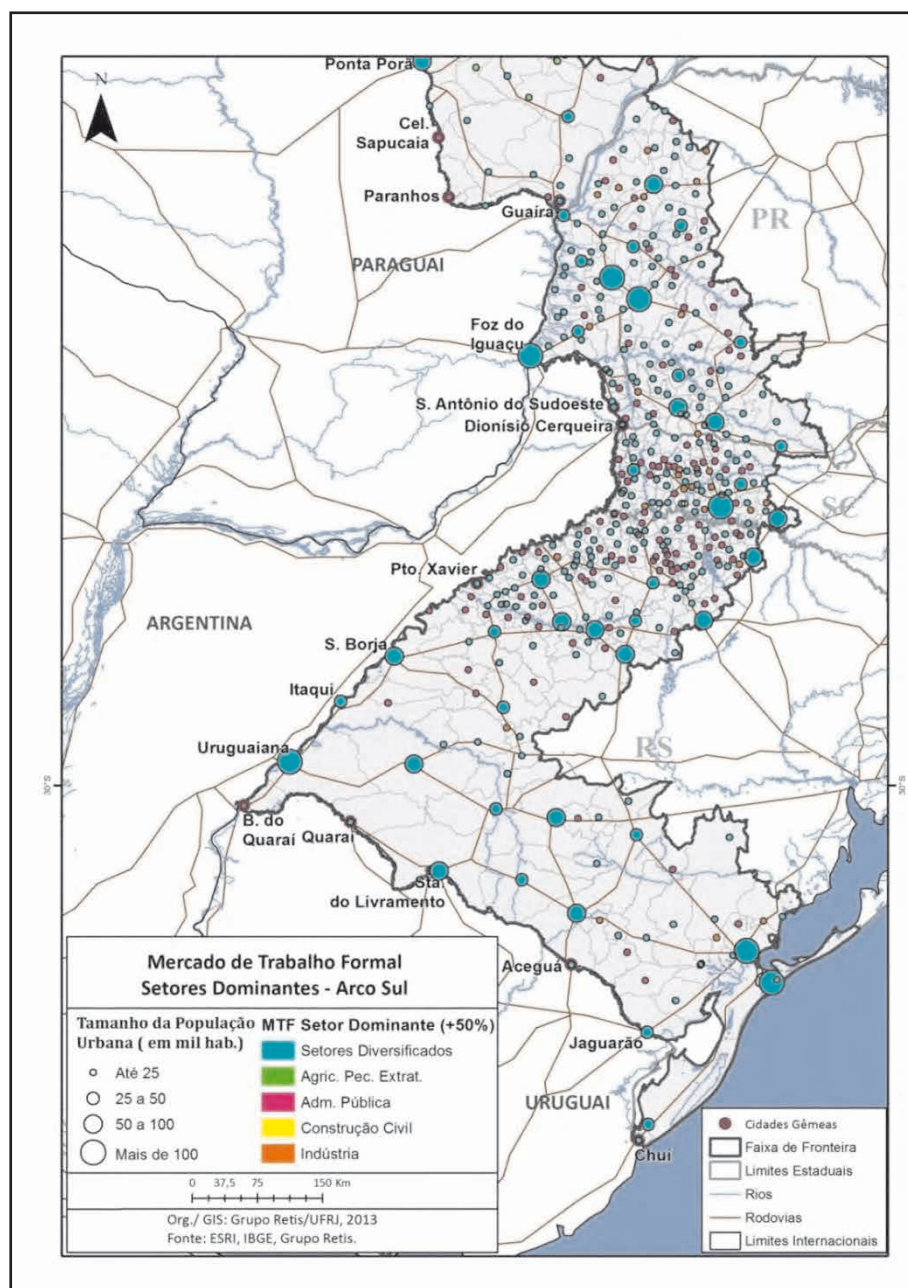
O Arco Central da Faixa de Fronteira apresenta um número menor de municípios com setores dominantes. Foram 67 municípios, dos 99, com setores diversificados, os 32 restantes apresentaram setores dominantes, onde 27 deles são de administração pública, estando, em sua maioria, no estado de Rondônia, com 14 municípios, e os outros divididos, proporcionalmente, no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul.

Mapa V.10 Arco Central: Setores Dominantes do Mercado de Trabalho Formal, 2000–2011



Os outros cinco municípios com setor dominante foram do setor de agricultura e pecuária, ressaltando a importância, já destacada anteriormente, do agronegócio na região. Desta forma os municípios de Sapezal (MT), Porto Murtinho (MS), Laguna Carapã (MS), Juti (MS) e Jateí (MS) tiveram um alto índice de vínculos dentro deste setor, sendo assim o agronegócio fundamental para a economia desses municípios.

Mapa V.11 Arco Sul: Setores Dominantes do Mercado de Trabalho Formal, 2000–2011



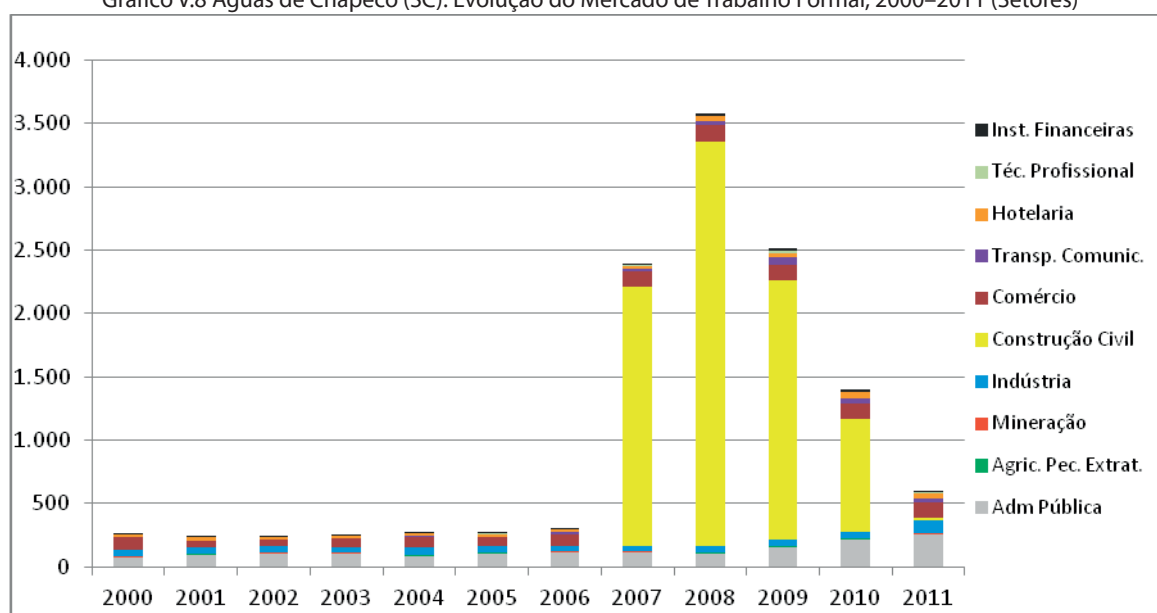
O Arco Sul da Faixa de Fronteira apresentou um quadro de mercados de trabalho formal mais diversificado, principalmente se comparado ao restante da Faixa. Entre os 418 municípios do Arco, apenas 39% apresentaram algum setor empregador dominante; sendo 31,3% deles com a administração pública, 7,4% a indústria, e um único caso com a construção civil, o município de Águas do Chapecó (SC), correspondendo a 0,3%. Os municípios que não tiveram setor dominante estão representados no mapa como *Setores Diversificados*. Somam 255 municípios, ou 71%—a grande maioria. O Mapa V.11 nos permite observar que os municípios de maior tamanho urbano têm mercado de trabalho mais diversificado. Soma-se a isso o fato de vários casos de cidades maiores e de mercado de trabalho mais diversificado serem nódulos rodoviários, que geralmente abarcam entrepostos comerciais, consolidam nós de diversos fluxos, fator que garante maior

dinamismo de atividades da economia. No sentido oposto, nota-se que os municípios cujo mercado de trabalho formal é dominado pelo setor de administração pública são aqueles de menor tamanho urbano (até 25 mil habitantes urbanos).

É importante destacar a concentração das atividades de indústria como setor empregador dominante nas faixas do Paraná e Santa Catarina. Nessa região há forte atividade das indústrias de processamento de alimentos, madeireira e moveleira.

O caso de Águas de Chapecó (SC) merece especial atenção. O gráfico abaixo se refere ao volume de vínculos empregatícios em cada ano, por setor de atividade econômica. Nota-se que no início do período estudado, de 2000 a 2006, o mercado de trabalho formal do município era muito pequeno, em torno de 250 vínculos. Em 2007 há o incrível surgimento de trabalhadores da construção civil. Esse grupo aumenta em 2008 – chegando a compor um mercado de trabalho formal maior do que a população urbana inferida em 2010, e passa a diminuir em 2009 e 2010. Em 2011, voltamos a um mercado de trabalho formal pequeno, embora maior do que a situação inicial.

Gráfico V.8 Águas de Chapecó (SC): Evolução do Mercado de Trabalho Formal, 2000–2011 (Setores)



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS, 2000-2011.

Essa violenta variação dos vínculos empregatícios foi causada pela construção da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó, situada do rio Uruguai, entre os municípios de Águas do Chapecó (SC) e Alpestre (RS). As obras começaram em março de 2007 e foram concluídas em outubro de 2010¹⁶.

A comparação entre o início e o final desse processo (2006 e 2011) mostra um grande crescimento dos vínculos empregatícios em todos os setores da economia. Destacam-

¹⁶ FURNAS. **Usina hidrelétrica Foz do Chapecó**. Furnas System. 2013. Disponível em: www.furnas.com.br/hotsites/sistemafurnas/usina_hidr_fozchapeco.asp. Acesso em 2 de Nov. 2013.

se a administração pública, que salta de 112 vínculos em 2006, para 250 em 2011 – um crescimento de 123%. O setor de transporte e comunicação teve alta semelhante de 153%, saltando de 13 vínculos formais em 2006 para 33 em 2011. E o comércio, com 90 vínculos em 2006, passando a 124 em 2011, uma alta de 38%. Diante disto, este caso evidencia a dominância de um setor e a dependência do mercado de trabalho formal, e consequentemente da economia, ao setor empregador dominante.

COMÉRCIO EXTERIOR

A análise do comércio exterior brasileiro na Faixa de Fronteira se baseia nos dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

O sistema utilizado pelo MDIC é denominado de AliceWeb e visa disseminar as estatísticas brasileiras de exportações e importações. A base de dados do sistema corresponde ao banco de informações do Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX) que é o órgão responsável pela administração do comércio exterior brasileiro.

Os dados da balança comercial brasileira (2012) revelam que o país ainda exporta pouco, se comparado a países como a China (1º lugar no ranking) e os Estados Unidos (2º) ou mesmo comparativamente ao México (17º) e a Índia (19º). Apesar disso, o volume de exportações brasileiras, colocava o país, no ano de 2011, na 22ª posição mundial, com a participação de 1,4% das transações comerciais de exportação mundiais. A produção brasileira anteriormente restrita à exportação de produtos primários se tornou mais diversificada e complexa sendo exportados produtos industrializados e semimanufaturados, produtos químicos, calçados, veículos, entre tantos outros.

Números semelhantes caracterizam as importações brasileiras. No ano de 2011, o Brasil ocupava a 21ª posição no ranking das importações mundiais. A participação percentual do país em âmbito mundial também é bem similar com 1,3% das transações de importação. Em relação ao volume das importações e exportações brasileiras, os valores corresponderam a US\$ 237 e US\$ 256 bilhões, respectivamente. Ou seja, houve um pequeno superávit comercial que se manteve em 2012, com as exportações equivalendo a US\$ 242,6 bilhões e as importações a US\$ 223,1 bilhões.

No ranking dos *estados exportadores*, disponibilizada pelo SECEX/MDIC, para o ano de 2012, o Paraná é o estado da Faixa de Fronteira melhor posicionado, pois ocupa a quarta posição. Na sequência estão os estados do Rio Grande do Sul, Pará e Mato Grosso. No outro extremo, sem participação percentual na exportação de produtos estava o Acre, e o estado de Roraima, este último com participação de apenas 0,01% do total brasileiro. É importante frisar que esses dados se referem ao total estadual, sem diferenciar os municípios fronteiriços.

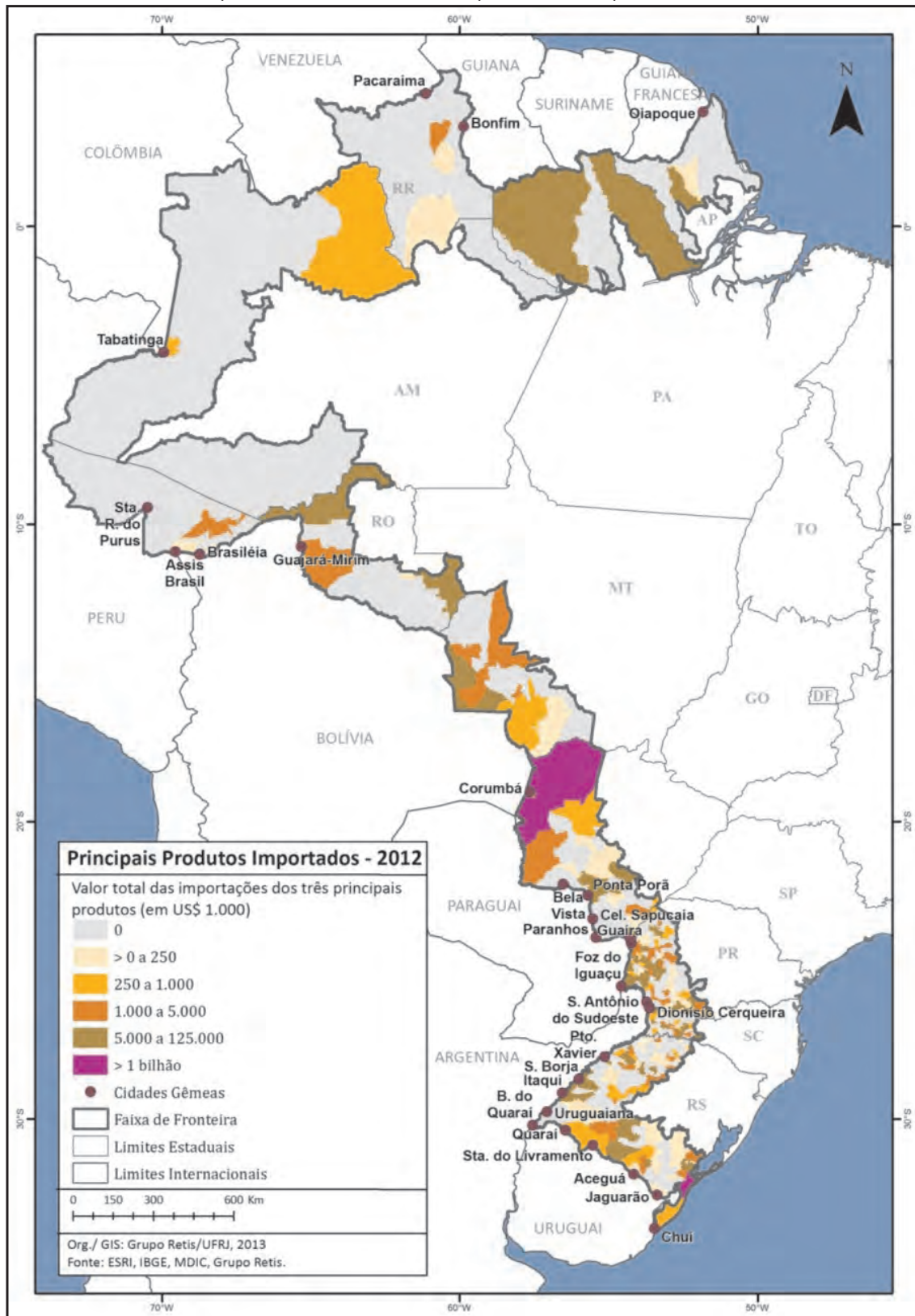
A inserção dos municípios da Faixa de Fronteira no comércio internacional de mercadorias foi trabalhada a partir das informações do ano de 2012. Constata-se uma grande variação nos valores de exportação e importação dos municípios fronteiriços, além de uma variedade de produtos. Decidiu-se por uma avaliação dos valores das transações dos *três principais produtos* da balança comercial de importação e exportação. Em todos os mapas do comércio exterior os valores das transações são expressos por convenção internacional em dólares na condição de venda FOB (*Free on Board*).

O levantamento do valor somado dos três principais produtos comercializados nos leva a hipótese que quanto mais desenvolvido for o município mais alto é o valor de suas exportações e importações. O grande número de municípios que não mantêm relações comerciais com outros países ou cujas relações comerciais externas são muito incipientes sugere um insulamento comercial da maior parte dos municípios da fronteira em relação às interações externas.

Importação

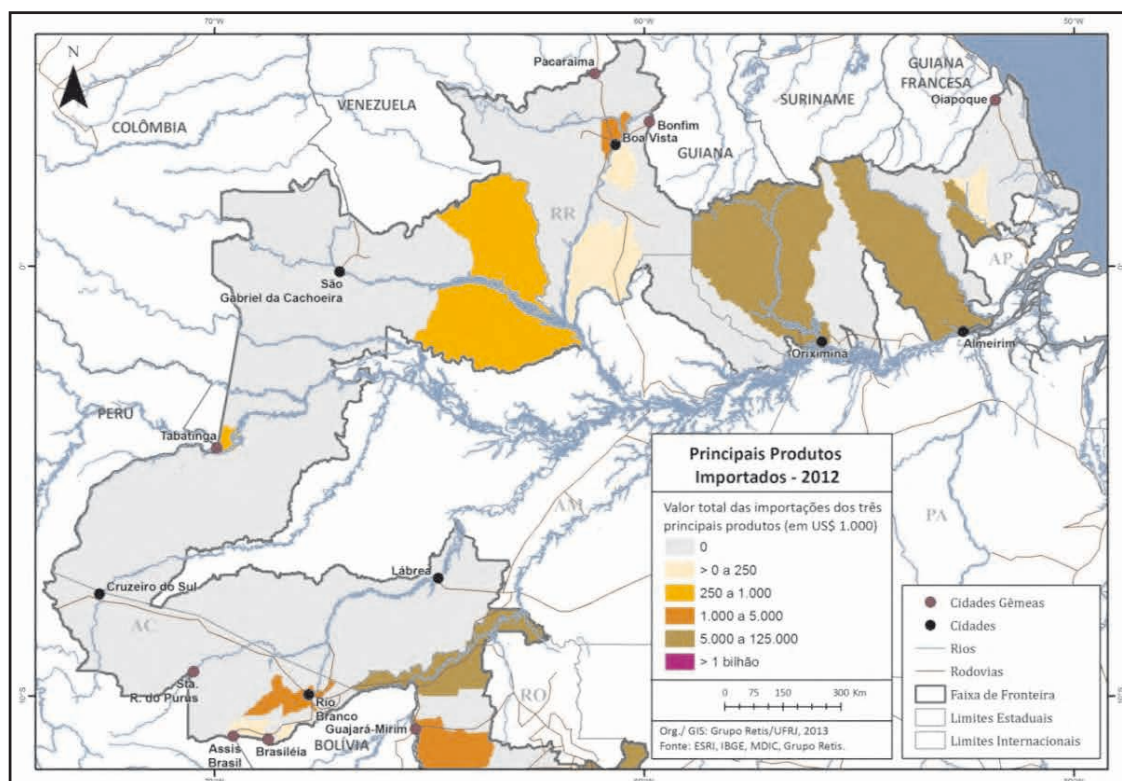
O Arco Norte é o único que apresenta a maioria dos municípios sem registros de importações. Entretanto o percentual de municípios de cada arco que não compram produtos do exterior é bastante alto, não sendo algo restrito a apenas um dos arcos. Nos três arcos o percentual é de mais de 50% dos municípios sem entrada de produtos do exterior: 83,09% dos municípios do Arco Norte; 67,67% do Arco Central; e 57,89% do Arco Sul como visto no Mapa V.12.

Mapa V.12 Faixa de Fronteira: Principais Produtos Importados, 2012



Enquanto o Arco Central superou os US\$ 3,5 bilhões, o Arco Sul ficou na segunda posição entre os arcos da faixa de fronteira no que diz respeito ao volume total da comercialização dos três principais produtos da balança comercial, US\$ 2,4 bilhões.

Mapa V.13 Arco Norte: Principais Produtos Importados, 2012



O Arco Norte apresenta grandes vazios em relação à importação. Este vazio demonstra que muitos municípios estão excluídos das vantagens econômicas que a importação pode trazer à economia municipal. Evidencia que eles não se inserem no mercado internacional, seja por desconhecimento e/ou falta de competência para lidar com os aspectos burocráticos da importação ou, como é mais provável, por não ter capital suficiente para realizar essa transação internacional.

Dos 71 municípios que compõem o Arco Norte apenas doze (17% dos municípios) realizam transações comerciais de importação: Rorainópolis (RR), Serra do Navio (AP), Cantá (RR), Epitaciolândia (AC), Brasiléia (AC), Barcelos (AM), Tabatinga (AM), Boa Vista (RR), Rio Branco (AC), Oriximiná (PA), Almeirim (PA) e Pedra Branca do Amapari (AP). Apesar disso todos os estados do Arco Norte têm ao menos um município que participa da importação de mercadorias.

As únicas capitais de estados situadas na faixa de fronteira estão no Arco Norte – Boa Vista (RR) e Rio Branco (AC) – mas, surpreendentemente, não foram as localidades que realizam as maiores transações comerciais do arco. As capitais supracitadas ocupam apenas a terceira classe, correspondendo a valores entre US\$ 1 e US\$ 5 milhões. Porém registram-se diferenças entre essas cidades: os valores despendidos na compra dos três principais produtos importados pela cidade de Rio Branco (AC) foram quase o dobro da cidade de Boa Vista (RR), US\$ 2.813.372 e US\$ 1.549.645, respectivamente. Rio Branco

(AC) concentrou boa parte de sua balança comercial de importação em um só produto: aviões turboélice, que representou 54,33% do total da comercialização. Já a cidade de Boa Vista (RR) apresentou uma distribuição mais equitativa entre os produtos que importou. Os três primeiros: apresentaram porcentagens de 11,67%; 7,64% e 7,7% e se referem respectivamente a farinha de trigo, aparelhos de ar condicionado e máquinas para processamento de dados.

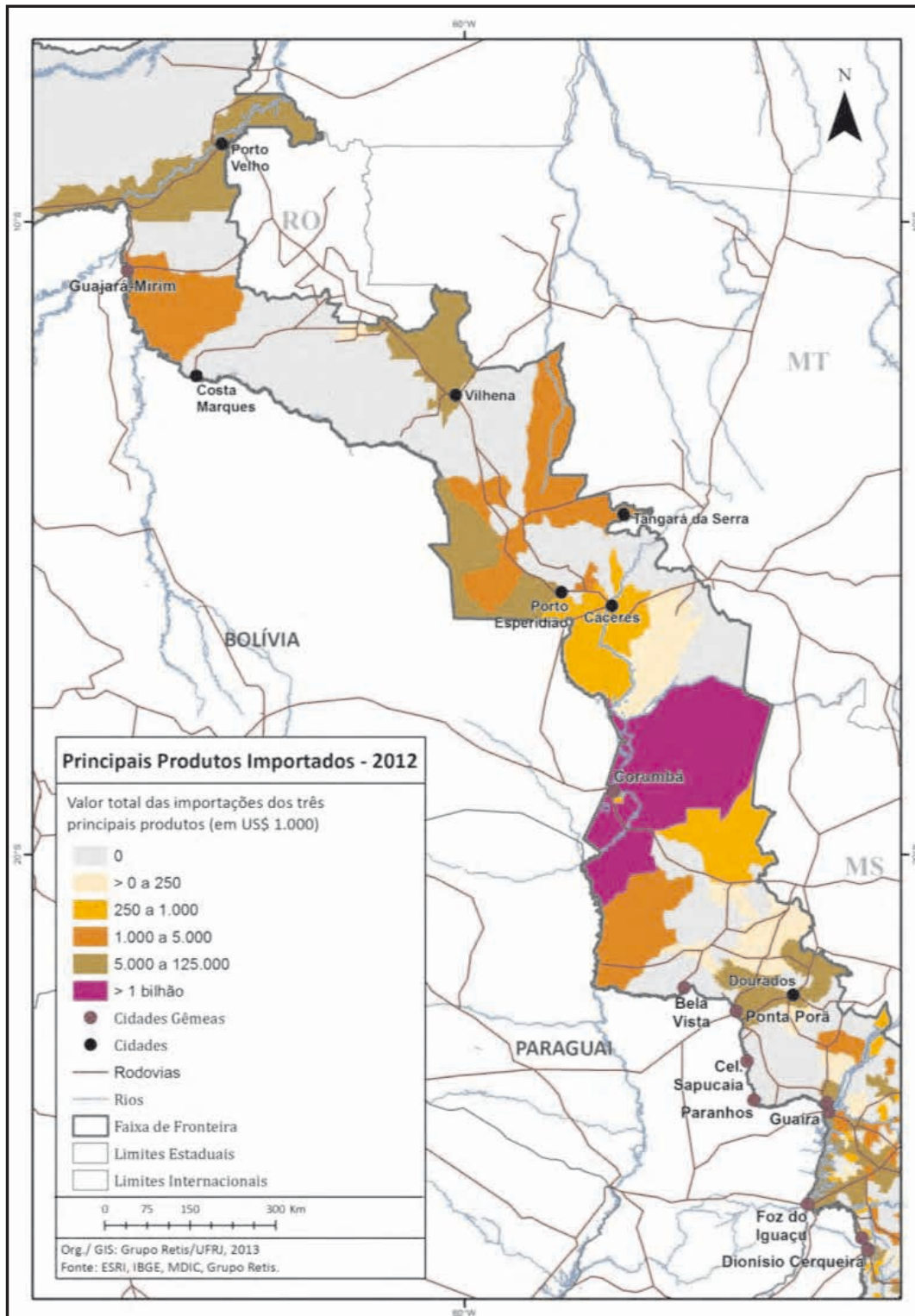
Os três municípios que registraram os maiores valores de importação de mercadorias do Arco Norte encontram-se em sua porção leste. O município de Pedra Branca do Amapari (AP), localizado no centro-oeste do estado do Amapá, destacou-se por ser o que mais gastou com a aquisição de produtos importados de todo o arco. Os três principais produtos da importação fizeram circular aproximadamente 20 milhões de dólares. Os produtos estão ligados à ampliação da exploração mineral e a ferrovia Santana/Serra do Navio. São eles: 1) *dumpers* espécie de veículo para transporte de mercadorias para ser utilizado fora de rodovias; 2) equipamentos e máquinas para selecionar minerais e 3) escavadoras.

No estado do Pará estão os outros dois municípios Almeirim (2ª posição) e Oriximiná (3ª posição) que se destacaram como municípios com alto poderio econômico. Almeirim (PA) importou produtos químicos (hidróxido de sódio e cloratos de sódio) e hulhas, ou como é mais conhecido como carvão betuminoso. Em Oriximiná (PA), como em Pedra Branca do Amapari (AP), houve um predomínio de importação de máquinas. São elas: *bulldozers* e os *angledozers*, que são espécies de aparelhos muito utilizados para nivelar o solo e limpá-los e equipamentos e máquinas para selecionar minerais. Estas importações vêm reforçar as bases econômicas desses municípios com máquinas e insumos. As importações realizadas por Almeirim (PA) estão relacionadas à indústria de celulose e de transformação. No caso de Oriximiná (PA) que tem sua economia ligada ao extrativismo, vegetal, mas majoritariamente ao setor extrativista mineral (extração da bauxita).

O principal destaque na balança comercial de importação do Arco Central é o município de Corumbá (MS) (Mapa V.14) O valor das importações feitas por Corumbá (MS) é o maior do arco e também o maior de toda a faixa de fronteira. O valor desta transação mercantil é bastante significativo superando US\$ 3 bilhões. A mercadoria que ingressa por esta fronteira e que apresenta o maior valor de importação é o gás natural representando 99,62% da balança comercial municipal. Os outros dois principais produtos importados por Corumbá são: máquinas de sondagem/perfuração autopropulsoras e carregadoras subterrâneas. Estes maquinários atendem aos setores agrícola, de mineração e de construção, mas também podem ser utilizados para auxiliar na instalação de dutos de gás. Estes setores têm crescido no Arco Central e podemos considerá-los os responsáveis pelo aquecimento dessa importação.

O gás natural importado da Bolívia tem a cidade de Corumbá como uma de suas entradas. A parceria entre os dois países – Brasil e Bolívia – se efetivou em 1997, com a implantação do gasoduto Bolívia-Brasil, o maior gasoduto da América Latina. O gasoduto tem início nas proximidades de *Santa Cruz de la Sierra* (Bolívia) e se desdobra até *Porto Suarez* na fronteira com o Brasil. O gás entra no Brasil por Corumbá (MS), atravessando mais quatro estados brasileiros – São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Mapa V.14 Arco Central: Principais Produtos Importados, 2012

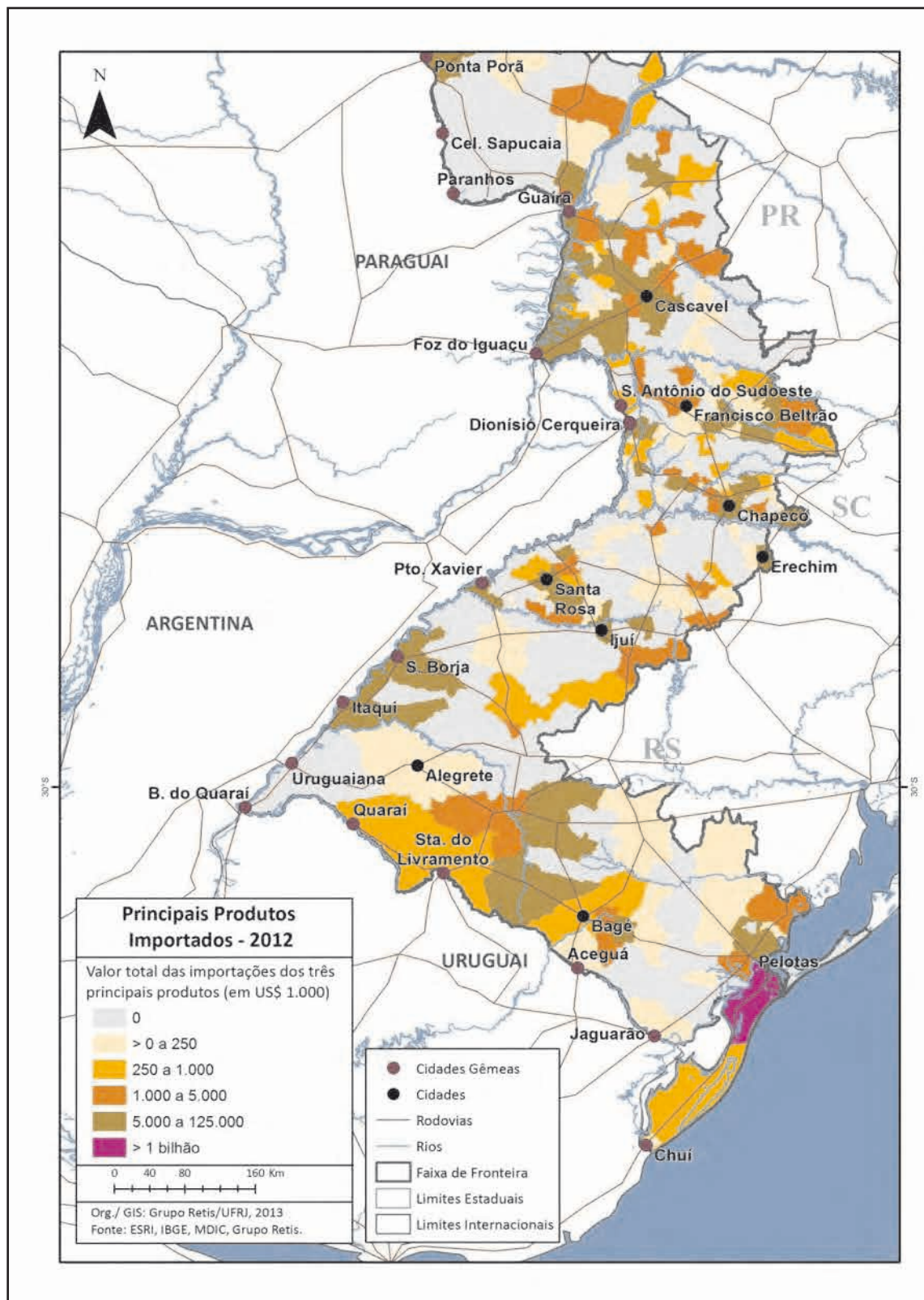


O município de Porto Velho (RO), capital do estado de Rondônia, aparece na 2ª posição no Arco Central, quanto à importação (classe de US\$ 5 milhões a US\$ 125 milhões). A importação realizada pela capital de Rondônia não é tão concentrada como a apresentada em Corumbá (MS), o primeiro produto da balança comercial municipal concentra 10,05% da importação total da mesma. O material importado vem equipar as hidrelétricas do rio Madeira, Jirau e Santo Antônio.

Outras três áreas se destacam: a primeira composta por Pimenta Bueno (RO) e Vilhena (RO) na região da Chapada dos Parecis; a segunda área, os municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade (MT) e Porto Esperidião (MT); finalmente a terceira na região da Grande Dourados inclui os municípios de Rio Brillhante (MS), Ponta Porã (MS), Eldorado (MS) e Dourados (MS). Na primeira área, Pimenta Bueno (RO) e Vilhena (RO), sobressai a importação de pneus, no primeiro caso, pneus novos para motocicletas, e no segundo pneus novos para ônibus ou caminhões. Na segunda área, Vila Bela da Santíssima Trindade (MT) importou o produto químico cianeto e oxicianeto de sódio, enquanto Porto Esperidião (MT), máquinas de sondagem e ou perfuração autopropulsoras. Já na terceira área os municípios de Rio Brillhante (MS), Ponta Porã (MS), Eldorado (MS) e Dourados (MS) importaram cloretos de potássio, soja, partes de calçados e seus componentes.

Dos 99 municípios que compõem o Arco Central, somente 32,33% registram importações do exterior em 2012.

Mapa V.15 Arco Sul: Principais Produtos Importados, 2012



No Arco Sul não existe um padrão espacial claro, em relação à importação (Mapa V.15). Em três faixas mapeadas (acima de US\$ 1 bilhão; entre US\$ 5 e US\$ 125 milhões; entre US\$ 1 e US\$ 5 milhões) estão 44 municípios. O estado do Paraná apresenta 45,45% das importações, seguido pelo Rio Grande do Sul, com 34,09%, e por Santa Catarina, com 20,45%.

A cidade de Rio Grande (RS), localizada no extremo sul do estado do Rio Grande do Sul se destaca, somando um montante de aproximadamente US\$ 2 bilhões. Isso se explica pela presença do Porto de Rio Grande, que se consolidou como porto do Cone Sul, e a presença da Refinaria de Petróleo Riograndense. Os dois principais tipos de produtos importados por Rio Grande (RS) são diferentes tipos de automóveis com motor à explosão e o terceiro produto é o cloreto de potássio (fertilizante).

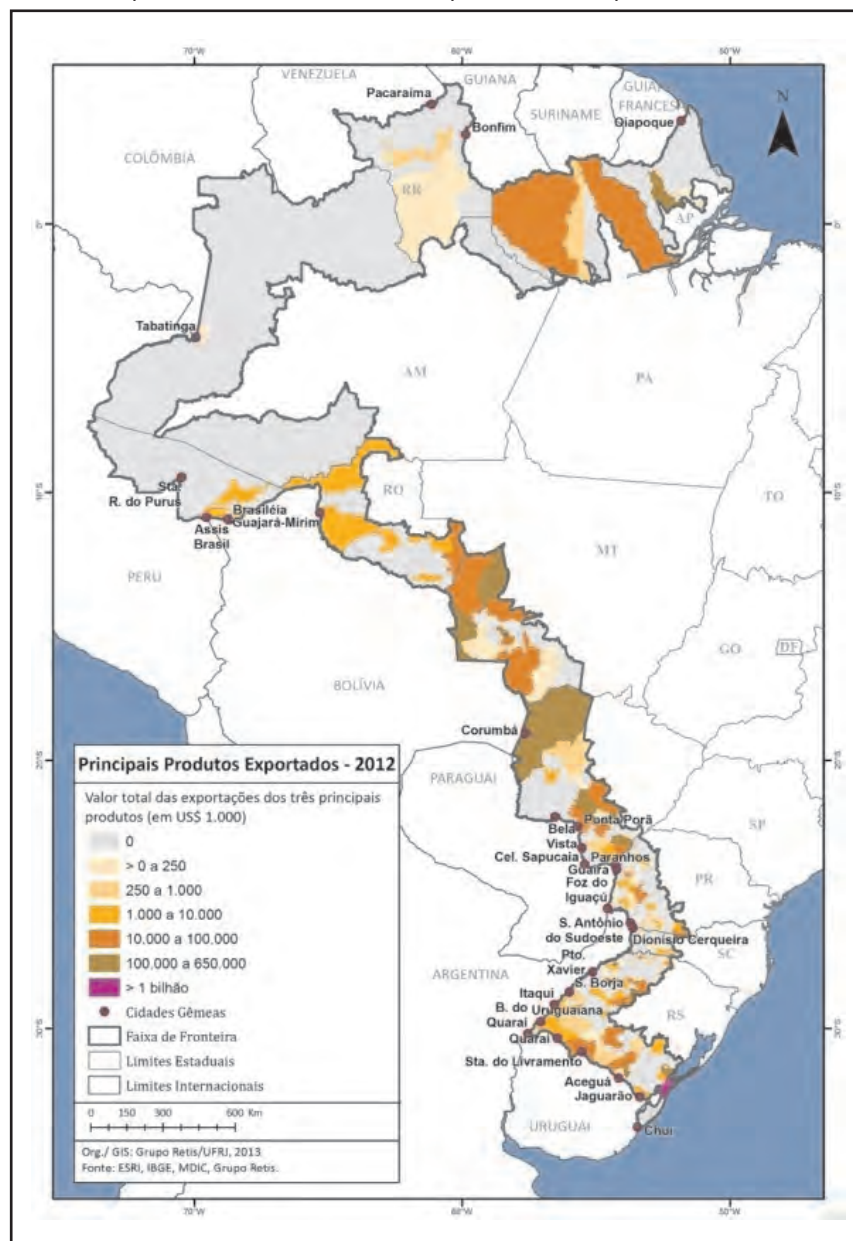
A maioria dos municípios importadores gastou menos de US\$ 250 mil. A próxima classe em número de municípios é a 5ª classe com 51 municípios. Entre os 5 municípios com valor mais alto estão: Cascavel (PR), Barracão (PR)¹⁷, Pelotas (RS), Foz do Iguaçu (PR) e Horizontina (RS). Os principais produtos importados por esses municípios são: trigos e misturas de trigo com centeio exceto para semeadura; feijões comuns, em grãos; ureia com teor de nitrogênio >45% (um tipo de adubo / fertilizante); feijões comuns, em grãos; partes de máquinas e aparelhos para a colheita e debulha. Ou seja, todos os principais produtos importados por esses municípios estão ligados à indústria alimentícia e ao agronegócio.

Exportação

O número de municípios da Faixa de Fronteira que não enviam produtos para o exterior é alto. As porcentagens de municípios, em cada arco, que realizam comércio exterior são baixas: 19,72% dos municípios do Arco Norte, 29,46% do Arco Sul e 38,39% do Arco Central (Mapa V.16).

¹⁷ Localizada nas proximidades da cidade de Dionísio Cerqueira (SC).

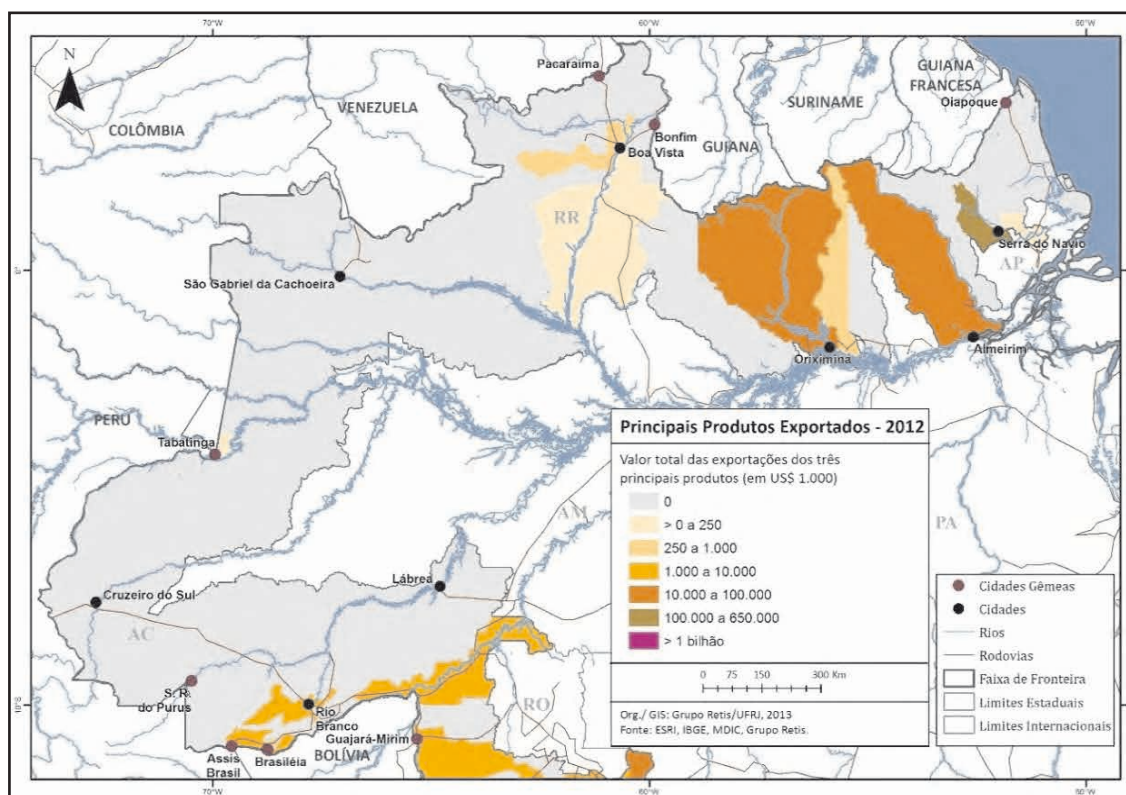
Mapa V.16 Faixa de Fronteira: Principais Produtos Exportados – 2012



Por outro lado, a receita gerada pela exportação dos três principais produtos da balança comercial municipal foi maior no Arco Sul atingindo mais de US\$ 3 bilhões. O Arco Norte teve uma participação pequena na exportação de mercadorias, somando um montante de US\$ 387 milhões. E por fim, o Arco Central ultrapassou os US\$ 2,6 bilhões.

Apesar da diferença entre a importação e a exportação ser de um pouco mais de US\$ 99 milhões, a balança comercial dos municípios da faixa de fronteira brasileira referente aos três principais produtos registrou um pequeno superávit. As transações de mercadorias na faixa de fronteira relativas aos três principais bens importados atingiram US\$ 6,01 bilhões enquanto a exportação destes bens chegou a US\$ 6,11 bilhões.

Mapa V.17 Arco Norte: Principais Produtos Exportados, 2012



O Arco Norte apresenta poucos municípios exportadores (19,71% do total dos municípios do Arco), como também acontecia com a importação (Mapa V.17). Na parte ocidental da faixa de fronteira do Arco Norte existe um vazio em relação à exportação. Tal fato evidencia a não inserção destes municípios no comércio internacional, já que praticamente são as mesmas localidades que também não participavam da importação.

No outro extremo, na porção oriental do arco há uma concentração espacial dos municípios com maior faturamento em dólar das exportações do Arco Norte para os três principais produtos da balança comercial. A concentração se dá nos municípios da porção leste da Faixa de Fronteira do arco abrangendo os municípios de Cantá (RR), Rorainópolis (RR), Caracará (RR), Mucajaí (RR), Boa Vista (RR), Óbidos (PA), Almeirim (PA), Oriximiná (PA), Ferreira Gomes (AP) e Pedra Branca do Amapari (AP). Em síntese, o Arco Norte é claramente dividido em relação à saída de mercadorias para o exterior: na porção leste é praticamente inexistente a exportação e na porção oeste se concentram prioritariamente as exportações de produtos ligados ao setor mineral e à indústria madeireira.

No estado do Acre somente os municípios de sua parte sudeste realizam algum tipo de exportação, são eles: Rio Branco (AC), Epitaciolândia (AC) e Brasiléia (AC). Rio Branco (AC) apesar de ser a capital do estado ficou em 2º lugar no ranking da exportação municipal do estado. Em 2012, Brasiléia (AC) foi o município que mais exportou ficando na 4ª faixa do mapa (US\$ 1 a US\$ 10 milhões), com um valor aproximado de US\$ 3 milhões e 750 mil. Em relação aos produtos comercializados, o que ocupou a primeira colocação

na exportação foi a castanha-do-pará, fresca ou seca representando 60,66% da balança comercial municipal seguida da exportação de arroz e de cascalhos e pedras britadas para concreto. Na cidade de Rio Branco (AC) os três produtos envolviam a cadeia produtiva da madeira e representavam diferentes espécies de madeiras e formas distintas de trabalho como serradas, cortadas em folhas, etc.

Já no estado do Amazonas somente Tabatinga (AM), município fronteiriço com Letícia (Colômbia) registra uma pequena exportação de produtos, com predomínio de pescado. O que variou foram as espécies comercializadas e o modo diferenciado de apresentação do produto, entre fresco ou refrigerado.

O município de Pedra Branca do Amapari (AP) foi o campeão tanto de exportações como de importação de mercadorias (3 principais produtos) do Arco Norte, apesar do valor ser baixo (US\$ 341 milhões). A exportação foi concentrada em um único produto (100% da balança comercial): minério de ferro não aglomerado e seus concentrados.

Os municípios que estão em segundo e terceiro lugar na lista de exportação do Arco Norte são: Oriximiná (PA) e Almeirim (PA). Oriximiná (PA) exportou pouco menos de US\$ 27 milhões. O produto majoritário da balança comercial de exportação deste município foi a bauxita não calcinada (minério de alumínio) chegando a um percentual de 98,73%. A exploração da bauxita é um elemento central na composição da receita deste município desde a instalação do Projeto Trombetas, da Mineração Rio do Norte S/A (MRN) na década de 1970. O segundo produto exportado por Oriximiná (PA) foi a castanha-do-pará (frescas ou secas), apenas 1,27% da exportação municipal.

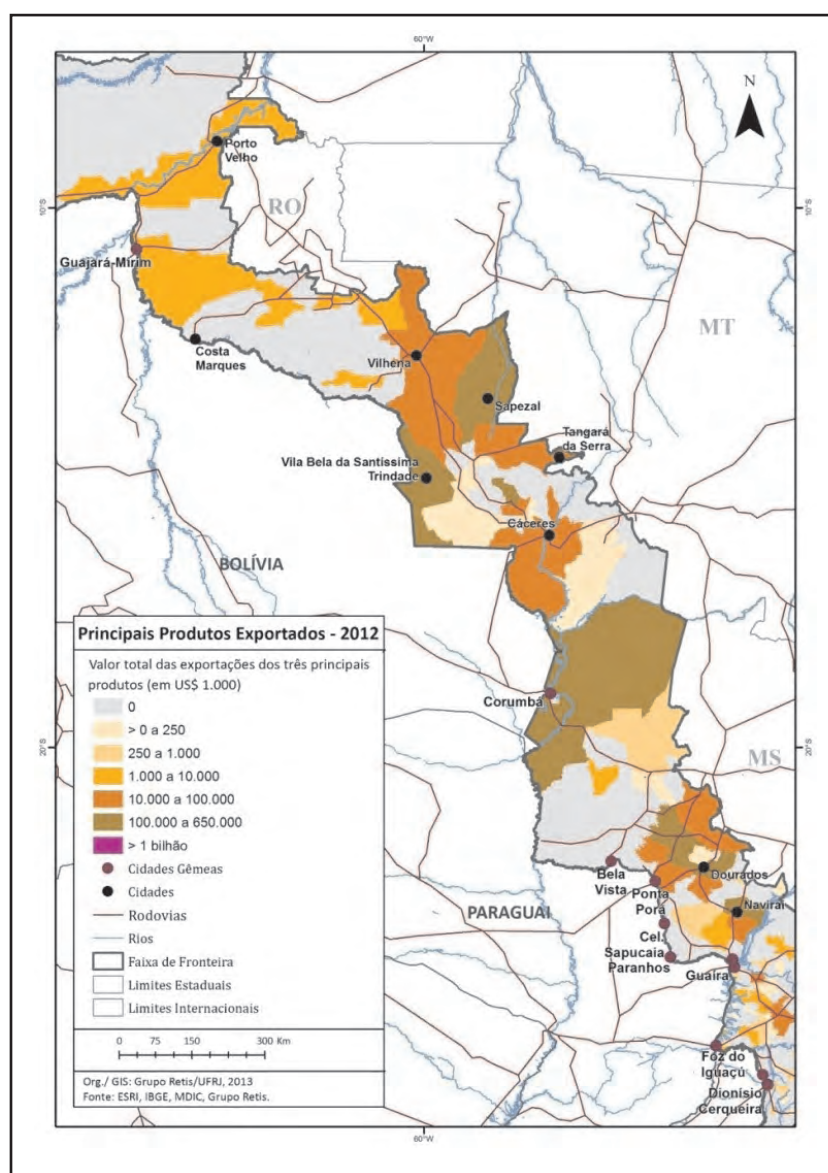
Já em Almeirim (PA) o volume exportado foi acima de US\$ 10 milhões. Os três principais produtos exportados foram: caulim (55,35%), pasta química de madeira (43,49%) e madeiras serradas e cortadas em folhas (0,84%). O caulim é bastante versátil, sendo utilizado em diversas indústrias enquanto o segundo (pasta química de madeira) é o material mais comumente utilizado para a fabricação de papel. O município de Almeirim (PA) tem um grande potencial de produção florestal que ainda precisa ser mais bem explorado. Os três produtos estão ligados à produção de papel e celulose sendo o grupo Orsa/Jari o grande responsável pela verticalização econômica.

No Arco Central, as exportações estão concentradas nos Estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul tanto no valor das exportações quanto no quantitativo de municípios. Sapezal (MT), localizado na Chapada dos Parecis reflete a importância da atividade agropecuária no estado de Mato Grosso, sendo o município que mais exportou do Arco Central (na 5ª faixa do mapa), e o segundo de toda a faixa de fronteira com destaque na balança comercial municipal para a soja (53,95% do total dos produtos comercializados), algodão (16,97%) e milho (15,6%). O valor faturado com a exportação

dessas *commodities* agrícolas chegou a quase US\$ 630 milhões. Essa produção em larga escala para exportação, se por um lado é vantajosa, pois seus preços são negociados em dólares, por outro apresenta desvantagens, pois seus preços são negociados nas bolsas de valores, o que torna a produção dependente das altas e quedas dos preços internacionais.

O município de Campos de Júlio (MT), limítrofe a Sapezal (MT), ficou em 3ª lugar no ranking do Arco Central. A soja é o principal produto exportado. As outras mercadorias exportadas foram o milho (exceto para semeadura), os bagaços e resíduos da extração do óleo de soja. Este último produto tem sido cada vez mais comercializado, pois vem sendo utilizado para a produção de rações e a produção agroenergética com o emprego da biomassa residual.

Mapa V.18 Arco Central: Principais Produtos Exportados, 2012



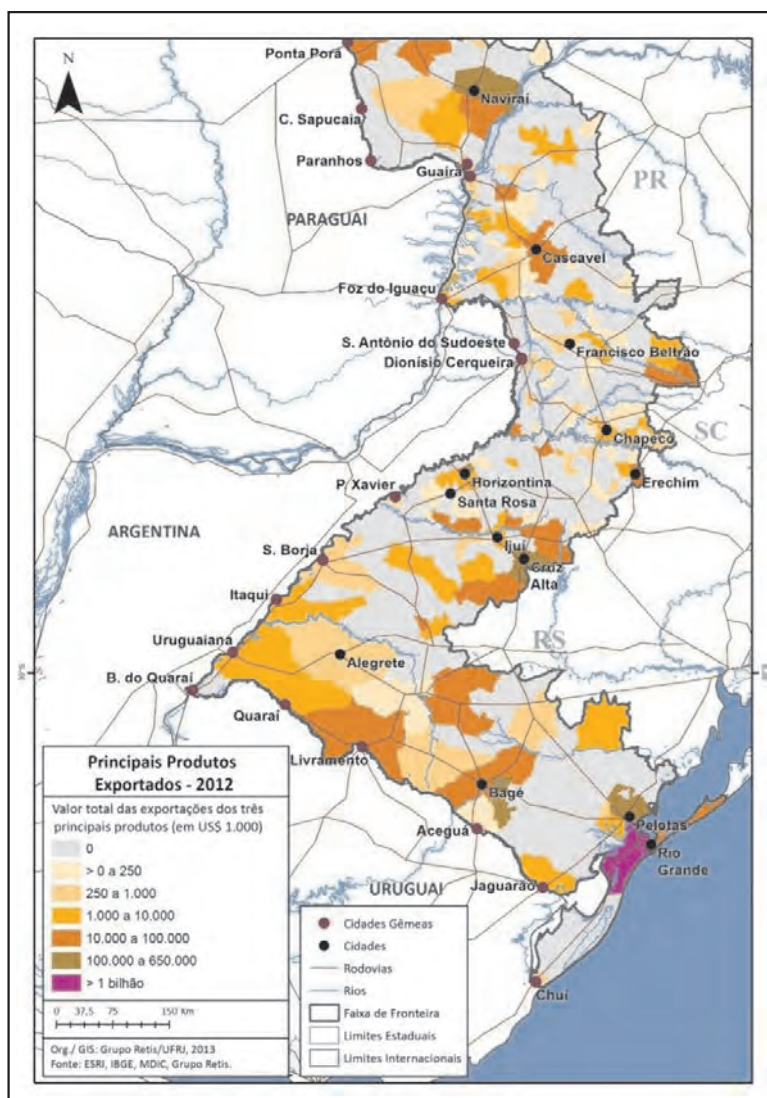
Porto Velho (RO) exportou cerca de US\$ 1,6 milhão. Entre os três principais produtos exportados por este município, o óleo diesel representa 33,54% da balança comercial municipal.

Outro destaque no Arco Central é o município de Corumbá (MS). Ele é o 2º município do Arco Central em valor gerado com a exportação (81,71% de minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados; minérios de manganês (4,23%) e cimentos não pulverizados “clinkers” (1,2%), ultrapassando a casa dos US\$ 348 milhões.

Os municípios de Dourados (MS), Maracaju (MS) e Naviraí (MS) estão alinhados na porção sudeste do arco e ocupam respectivamente a 4ª, 5ª e 6ª posição no ranking dos municípios exportadores do Arco Central. O principal produto é o açúcar; no caso de Dourados (MS) e Maracaju (MS) os outros dois produtos são soja e milho (exceto para semeadura). Essas *commodities* agrícolas vêm apresentando um bom retorno econômico e números animadores (Mapa V.18).

O Arco Sul foi o que mais exportou na Faixa de Fronteira brasileira, ultrapassando a marca dos US\$ 3 bilhões (Mapa V.19). Do total de municípios do arco, 70,57% não exportaram nenhum produto.

Mapa V.19 Arco Sul: Principais Produtos Exportados – 2012



Entre os municípios que mais exportaram do Arco Sul, a maior concentração encontra-se no estado do Rio Grande do Sul, cerca de 80% dos maiores exportadores do arco.

Rio Grande (RS) é o município que mais exportou no Arco Sul, devido a sua atividade portuária. O Porto de Rio Grande vem ganhando relevo, já sendo considerado o terceiro porto brasileiro em movimentação de cargas. Somente Rio Grande (RS) movimentou mais de U\$S 1,4 bilhão. Suas exportações envolveram *commodities* da soja e do petróleo: bagaços e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja (29,18% do total da balança municipal), plataformas de perfuração e exploração (16,93%) e óleo de soja (15,95%).

Outros municípios a serem destacados (na classe de 100 a 650 milhões de dólares) estão Hulha Negra (RS), município vizinho a Bagé (RS); Horizontina (RS), no noroeste Rio Grandense; Pelotas (RS), localizado no extremo sul do Rio Grande do Sul; e Cruz Alta (RS), na região centro-norte do estado do Rio Grande do Sul. Percebemos que há a formação de pequenos polos exportadores em torno desses municípios, nos quais, os municípios fronteiriços a estes apresentam de maneira geral algum tipo de exportação.

Horizontina (RS) vem se consolidando através da indústria de automotores, tratores e plantadeiras. As suas exportações não fugiram a esse padrão de máquinas agrícolas: ceifeiras-debulhadoras, etc. Com a gama cada vez mais variada de maquinários o município pode atender as necessidades de mecanização de diferentes culturas. Já em Pelotas (RS) se sobressaíram o cultivo do arroz (a soma dos dois tipos de arroz ultrapassa os 57% da balança comercial municipal) como também o comércio de bovinos. O município de Hulha Negra (RS) apresentou uma variabilidade maior de bens exportados, desde preparações alimentícias e conservas de bovinos, até extratos e sucos de peixes e crustáceos, latas de ferro e aço. Cruz Alta (RS) ocupa a terceira posição nas exportações da faixa de fronteira, graças à comercialização predominantemente de grãos: soja (exceto para semeadura) que ocupa a 1ª posição, seguida de trigo e misturas de trigo com centeio (exceto para semeadura), e enfim o arroz.

O predomínio do estado do Rio Grande do Sul no valor agregado com a exportação dos principais produtos na Faixa de Fronteira é absoluto. Os municípios do estado que compõem a faixa são responsáveis por mais de U\$S 2,9 bilhões, com a saída de mercadorias do Brasil, enquanto os municípios da faixa dos estados do Paraná e de Santa Catarina respondem por um pouco mais de US\$ 96 milhões e US\$ 35 milhões, respectivamente.

O principal destaque do estado do Paraná é o município de Cascavel (PR), que gerou sozinho mais de U\$S 19 milhões em exportações. O agronegócio impulsionou as exportações de Cascavel com a venda de insumos e alimentos processados: 1) adubos ou fertilizantes com nitrogênio, fósforo e potássio (34,6% da balança municipal de Cascavel), 2) pedaços e miudezas, de galos e galinhas (33,71%) e 3) carnes de outros animais, salgadas, secas, etc. (7,47%).

Já o principal destaque do estado de Santa Catarina é o município de Itapiranga (SC), localizado no extremo oeste do estado e fronteiro ao estado do Paraná. Este ocupa a 20ª posição das exportações da faixa. Os três principais produtos exportados por Itapiranga (SC) atendem ao agronegócio envolvendo mais especificamente a cadeia produtiva da carne, com destaque para a avicultura e suinocultura: pedaços e miudezas, de galos e galinhas (72,69% da balança municipal de Itapiranga), outras carnes de suínos (15,67%) e cortes cozidos de galos e galinhas (9,15%).

SERVIÇOS À PRODUÇÃO

As atividades produtivas dependem de diversos serviços para serem efetivadas, entre elas, as principais é o acesso ao sistema bancário-financeiro, o acesso às linhas de crédito, entre outras atividades de apoio à produção. Duas variáveis foram utilizadas para avaliar a disponibilidade de serviços à produção na Faixa de Fronteira: o número de agências bancárias e o valor das operações crédito realizadas em cada município, ambas as variáveis foram produzidas pelo BCB. Vale destacar que este tipo de serviços não precisa estar presente em todos os municípios da Faixa de Fronteira. Naqueles municípios que contam com uma satisfatória rede de telecomunicações e de transportes a demanda por serviços à produção pode ser atendida por instituições instaladas em cidades maiores ou por redes remotas de atendimento, como o *Internet Banking*.

Agências Bancárias

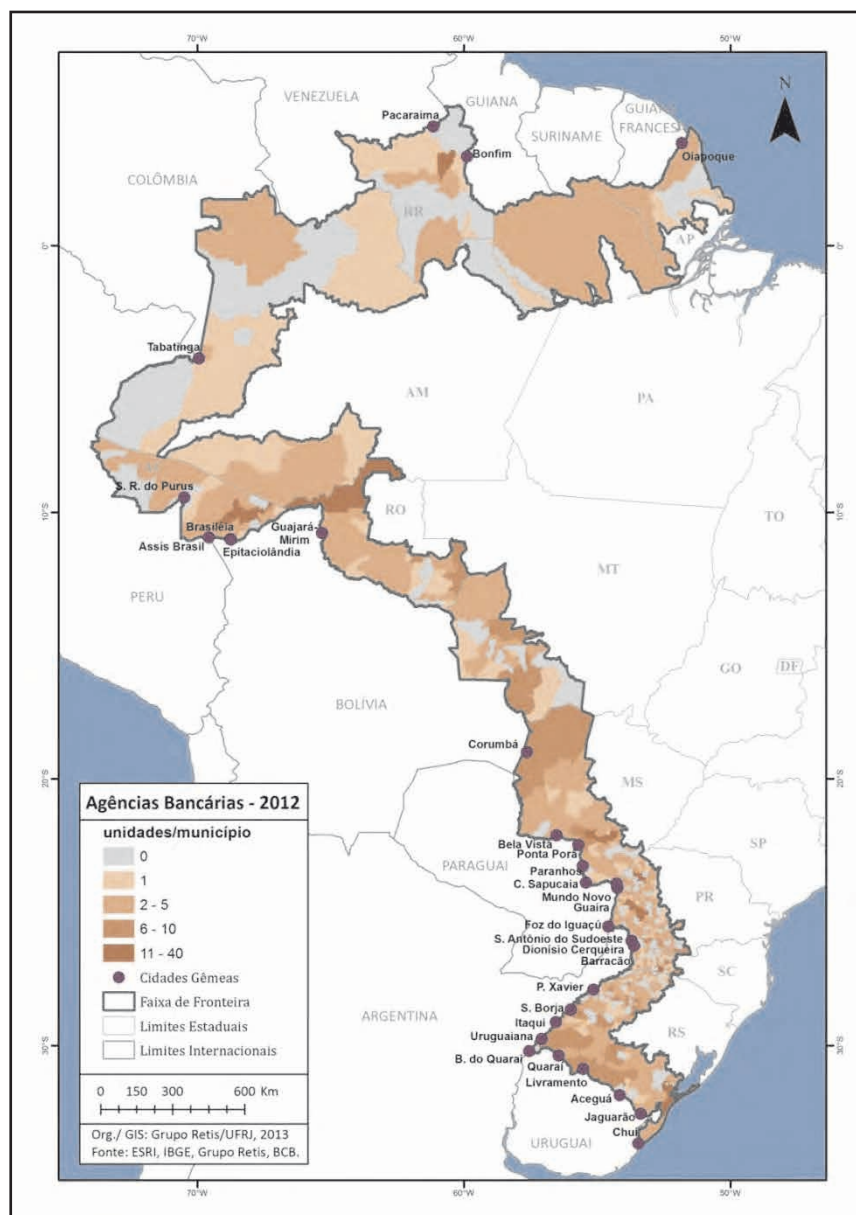
Nos últimos anos, o número de agências bancárias no Brasil tem crescido continuamente, muito em razão da ampliação da rede dos bancos públicos. Apesar do aumento da importância da Internet, como meio para realizar transações bancárias, a agência bancária ainda é de grande relevância para a execução de transações mais complexas, como operações de crédito para pessoas físicas e jurídicas, financiamentos, etc.

Na Faixa de Fronteira, dos 588 municípios, 196 não possuem nenhuma agência bancária, ou seja, uma cobertura de 67% dos municípios (Mapa V.20). Relacionando os municípios que não possuem agências bancárias com a sua situação geográfica vemos que nas cidades gêmeas, apenas 5 não possuem bancos. Nas cidades gêmeas as instituições bancárias são de grande importância, pois podem realizar as transações cambiais entre diferentes moedas. As cidades gêmeas sem agências bancárias são Aceguá (RS), Barra do Quaraí (RS), Coronel Sapucaia (MS), Santa Rosa do Purus (AC) e Pacaraima (RR).

Como dito anteriormente, a proximidade de outras cidades com instituições bancárias pode suprir a demanda por estes serviços. No caso das cidades gêmeas citadas acima, a demanda das cidades gêmeas de Aceguá (RS), Barra do Quaraí (RS) e Coronel Sapucaia (MS) pode ser atendida por cidades próximas que possuem uma grande diversidade de serviços bancários, respectivamente, Bagé (RS), Uruguaiana (RS)

e Dourados (MS). Porém, no caso de cidades gêmeas do Arco Norte, como Santa Rosa do Purus (AC) e Pacaraima (RR) não existem alternativas próximas para atendimento de serviços bancários.

Mapa V.20 Faixa de Fronteira: Agências Bancárias, 2012

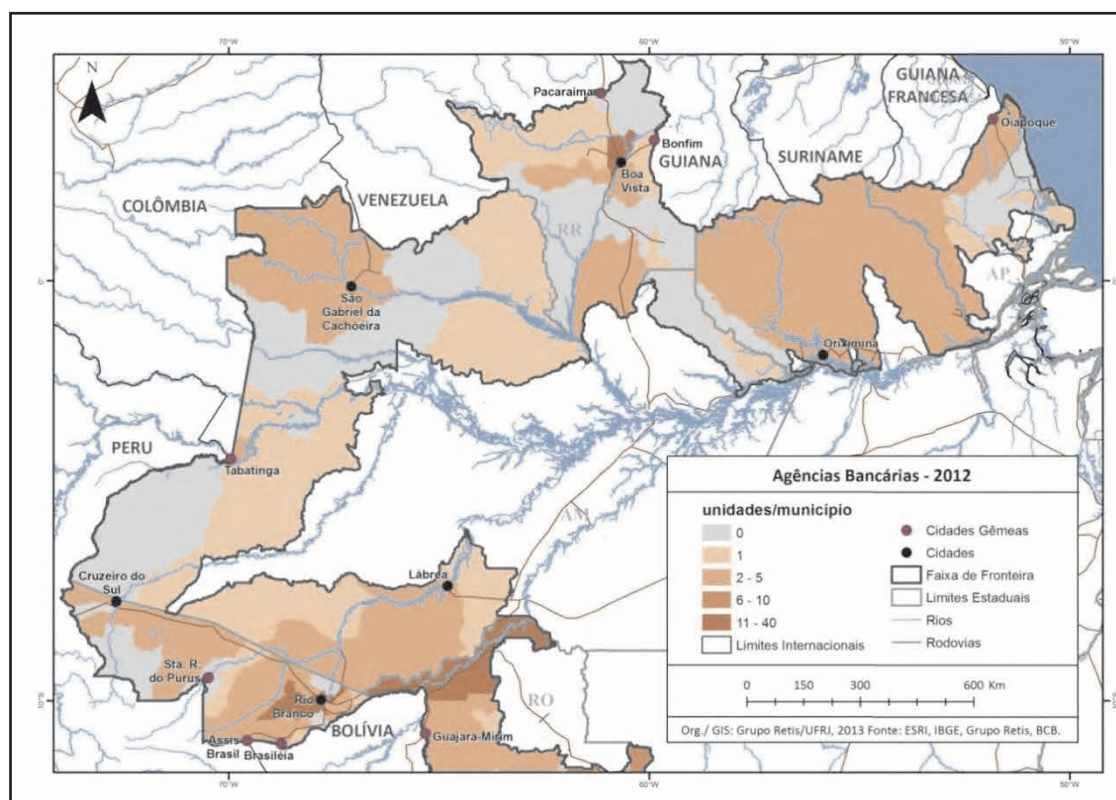


No Mapa V.21 são apresentadas as agências bancárias do Arco Norte. As agências estão fortemente concentradas nas regiões mais povoadas deste arco. As capitais, Rio Branco (AC) e Boa Vista (RR), têm respectivamente, 25 e 23 agências bancárias. Todos os municípios do entorno das capitais têm um bom número de agências, como Cantá (RR), com 4 agências, apesar de ter apenas 14 mil habitantes, e Mucajaí (RR) com 2 agências e população de 15 mil habitantes. No leste acreano, outros municípios com pequena população também possuem boa estrutura bancária, como Senador Guimard (AC), com 3 agências.

O número de agências também é um indicador da centralidade de alguns municípios do Arco Norte. O município de Cruzeiro do Sul (AC) tem 4 agências e atende à demanda dos municípios de Mâncio Lima (AC), que tem 4 agências, e de Rodrigues Alves (AC) e Guajará (AM), que não tem nenhuma agência bancária. Outro exemplo de centralidade financeira é o município de Tabatinga (AM), com 3 agências, que atende o público de Benjamim Constant (AM), com 1 agência, e Atalaia do Norte (AM), sem nenhuma.

Todos os municípios da Faixa de Fronteira paraenses têm um bom número de agências bancárias, o município com maior número de agências é Almeirim (PA), com 5. Oriximiná (PA), Alenquer (PA) e Óbidos (PA) possuem 4 agências cada. Esta distribuição pode ser um indicador da maior autonomia e nível de desenvolvimento destes municípios.

Mapa V.21 Arco Norte: Agências Bancárias, 2012

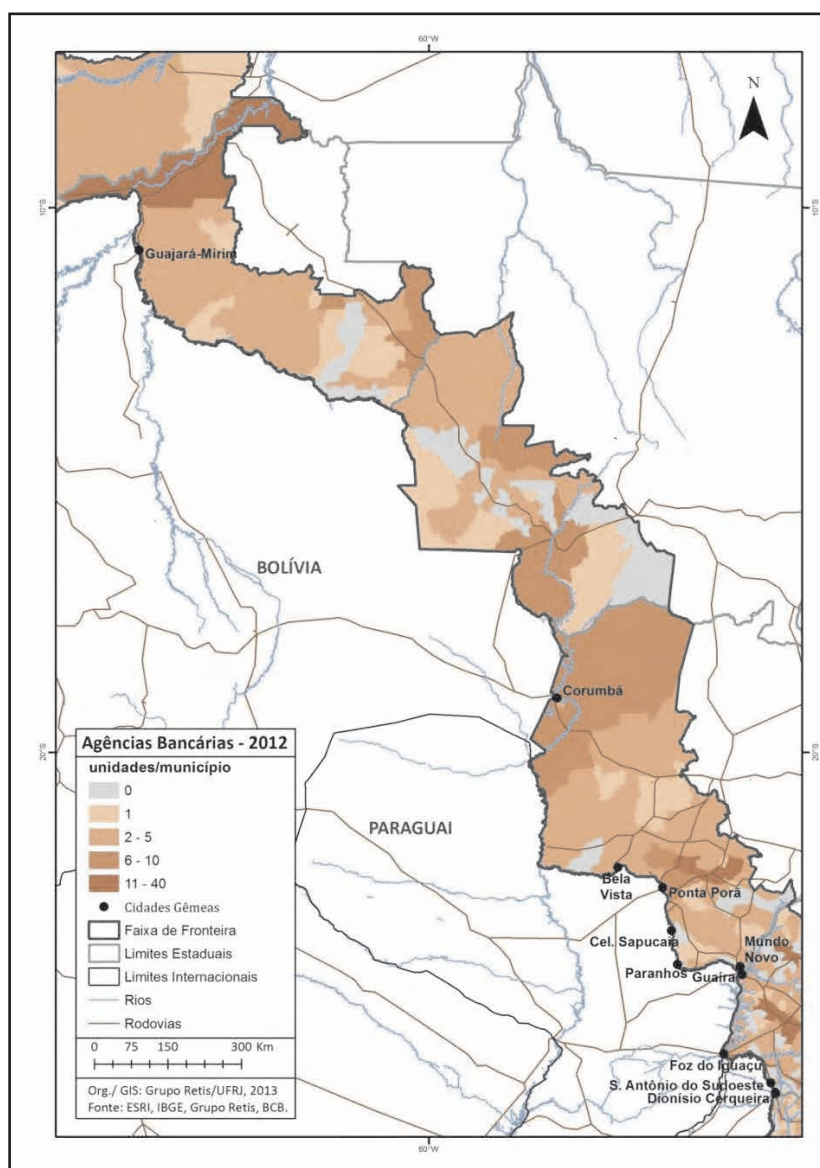


O Mapa V.22 mostra os municípios do Arco Central. A capital de Rondônia, Porto Velho (RO), possui 39 agências bancárias, o que é mais do que o dobro do número de agências da segunda colocada, Dourados (MS), que tem 17 agências.

O município de Tangará da Serra (MT) exerce a sua centralidade sobre outros municípios da região por meio da sua rede bancária. Ele possui 9 agências, uma população de 83 mil habitantes e atende um grande número de municípios que não possuem nenhuma agência, como Reserva do Cabaçal (MT) e Lambari D'Oeste (MT) que tem população menor que 10 mil habitantes.

O número de agências de Tangará da Serra (MT) é maior do que de outros municípios com população maior, como Corumbá (MS), que tem 8 agências e população total de 103 mil habitantes, e Cáceres (MT), que tem 6 agências e população de 87 mil habitantes. A diferença fundamental é que estes dois municípios não exercem uma influência regional tão forte quanto Tangará da Serra (MT).

Mapa V.22 Arco Central: Agências Bancárias, 2012

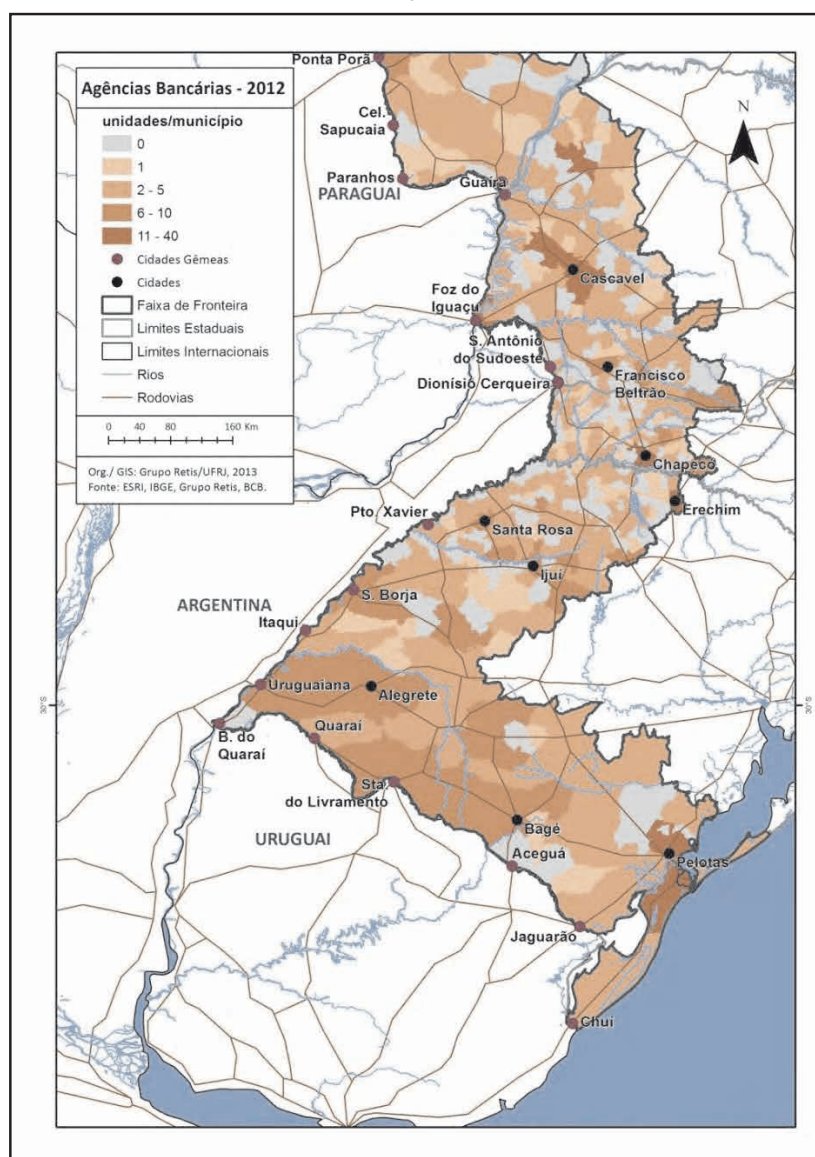


O Arco Sul (Mapa V.23) tem o maior número de municípios sem nenhum banco, 196 municípios. Este fato está relacionado com a pequena extensão dos municípios e com a facilidade de deslocamento entre municípios próximos. Os municípios sem nenhum banco, em geral, têm população menor que 10 mil habitantes e estão próximos de centros regionais. A exceção deste padrão é a região da Campanha Gaúcha, onde os municípios têm uma extensão maior, o que dificulta os deslocamentos para acessar os serviços bancários.

Os municípios com maior número de agências bancárias no Arco Sul são Cascavel (PR), com 40 agências; Pelotas (RS), com 33; e Chapecó (SC), com 24. Esta distribuição está diretamente relacionada com as variáveis de conectividade municipais. Vale destacar alguns municípios que têm o número de agências bancárias maiores do que o esperado, dado a sua população, entre estes citamos Erechim (RS) e Ijuí (RS). O primeiro tem 12 agências e uma população total de 96 mil habitantes. O segundo tem 10 agências e 78 mil habitantes.

As cidades gêmeas do Arco Sul possuem um bom número de agências, como Foz do Iguaçu (PR), que tem 23, e Uruguaiana (RS), com 9. Além de serem as maiores cidades gêmeas deste arco, estas cidades também são as que estabelecem interações mais fortes com o outro lado da fronteira, em razão do comércio transfronteiriço em escala local e nacional. Este comércio depende da existência da rede bancária para a execução de serviços cambiais nas cidades gêmeas.

Mapa V.23 Arco Sul: Agências Bancárias, 2012



Após analisar a variável do número de agências bancárias podemos concluir que esta variável está diretamente relacionada com a infraestrutura de conectividade dos transportes e das telecomunicações, porque boas condições de transporte são uma condição necessária para que o centro urbano atenda a demanda de uma ampla região com serviços bancários e as telecomunicações são uma condição para a existência dos serviços bancários na atualidade, pois eles dependem de transferência de dados de forma instantânea.

Operações de crédito

As operações de crédito realizados pelos bancos comerciais podem ser um bom indicador de dinamismo da economia municipal. De acordo com o BCB, as operações de crédito podem ser diferenciadas em três categorias: empréstimos, desconto de títulos e financiamentos. O valor adquirido em cada uma dessas operações pode ter significados distintos. Os empréstimos são realizados sem a exigência de especificação da destinação do dinheiro emprestado, dessa forma os empréstimos são mais utilizados por pessoas físicas para a aquisição de bens de consumo, mas também para o aporte de capital de giro para pequenas empresas. O desconto de títulos é o adiantamento de recursos feito pelos bancos em razão de títulos e duplicadas a vencer, ele também pode ser utilizado para aportar recursos para empresas. Por último, os financiamentos são recursos que estão vinculados a uma destinação específica, seja a compra de máquinas para indústrias ou de automóveis e imóveis para pessoas físicas.

Nos mapas a seguir apresentamos o total das operações de crédito dos municípios da Faixa de Fronteira, que totalizaram, em 2012, um movimento de crédito um pouco maior do que R\$ 57 bilhões. Ao longo das análises buscaremos qualificar a natureza das operações de crédito realizada.

O Mapa V.24 mostra o total das operações do Arco Norte. Os municípios com maior valor de operações de crédito realizadas, em 2012, foram os municípios de Boa Vista (RR), Rio Branco (AC) e Cruzeiro do Sul (AC). Apesar da capital acreana ter uma população 15% maior do que a capital de Roraima, os valores das operações de crédito em Boa Vista (RR) são 40% maiores do que em Rio Branco (AC). Outra peculiaridade da capital roraimense é que a maior parte do crédito é adquirido para financiamento imobiliários 54%, o que corresponde a mais de R\$ 1,2 bilhão que é adquirido nesta cidade. Em todas as outras cidades do Arco Norte a maior parte das operações de crédito ocorre na modalidade empréstimos e títulos descontados. Os municípios de Rio Branco (AC) e Manoel Urbano (AC) também tiveram um alta participação de financiamentos imobiliários no total de crédito, chegando a 25% do valor total.

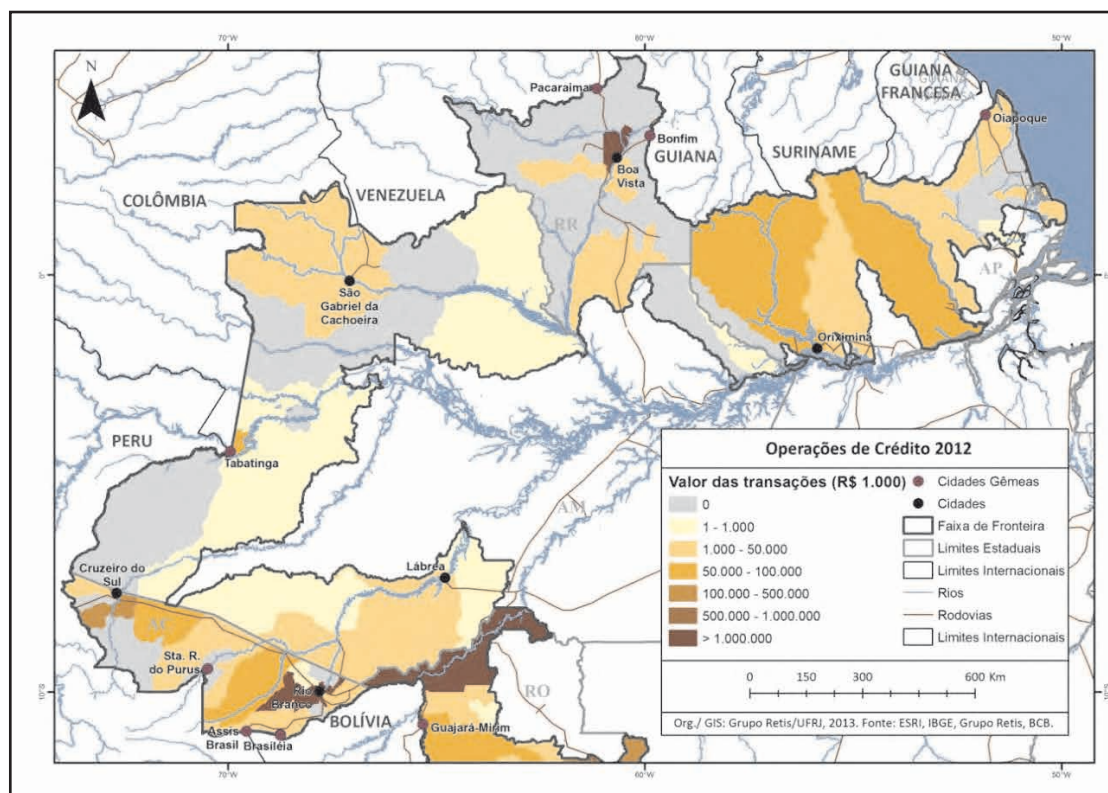
Sobre o uso dos créditos adquiridos no Arco Norte, a maior parte do crédito adquirido está na categoria de empréstimos e títulos descontados. Em 33 municípios, dos

44 que realizaram operações de crédito em 2012, as operações nesta categoria passaram de 70% do total. Esta proporção aumenta quanto menor for a população municipal. Na Faixa de Fronteira do estado do Amazonas chama a atenção a concentração dos municípios que tiveram 100% das suas operações na categoria de empréstimo, são eles: Santo Antônio do Içá (AM), Envira (AM), Barcelos (AM), Canutama (AM) e Ipixuna (AM). Este crédito pode ter sido utilizado para compra de bens, mas também pode ser para compra de material em pequenas lojas e para aumentar o capital de giro no comércio.

Outra finalidade do crédito são as atividades agrícola e pecuária, que nos dados do BCB ainda são divididos para custeio/investimento ou comercialização. No Arco Norte, os municípios que adquiriram crédito para estas atividades foram exclusivamente na rubrica custeio/investimento. A região que se destaca por este tipo de financiamento é o leste acreano, onde os municípios de Plácido de Castro (AC) e Senador Guimard (AC) têm 41% do seus financiamentos emitidos para o custeio da pecuária. Outro município que teve uma grande proporção nesta categoria foi São João da Baliza (RR), com 30%.

No Arco Norte apenas 3 municípios que possuem agências bancárias não realizaram nenhuma operação de crédito : Amajari (RR), Alto Alegre (RR) e Bonfim (RR). Os dados de movimentação bancária indicam que, no ano de 2012, estes municípios tiveram as suas únicas agências bancárias fechadas, pois os balancetes apresentaram apenas contas no passivo destes municípios.

Mapa V.24 Arco Norte: Operações de Crédito, 2012

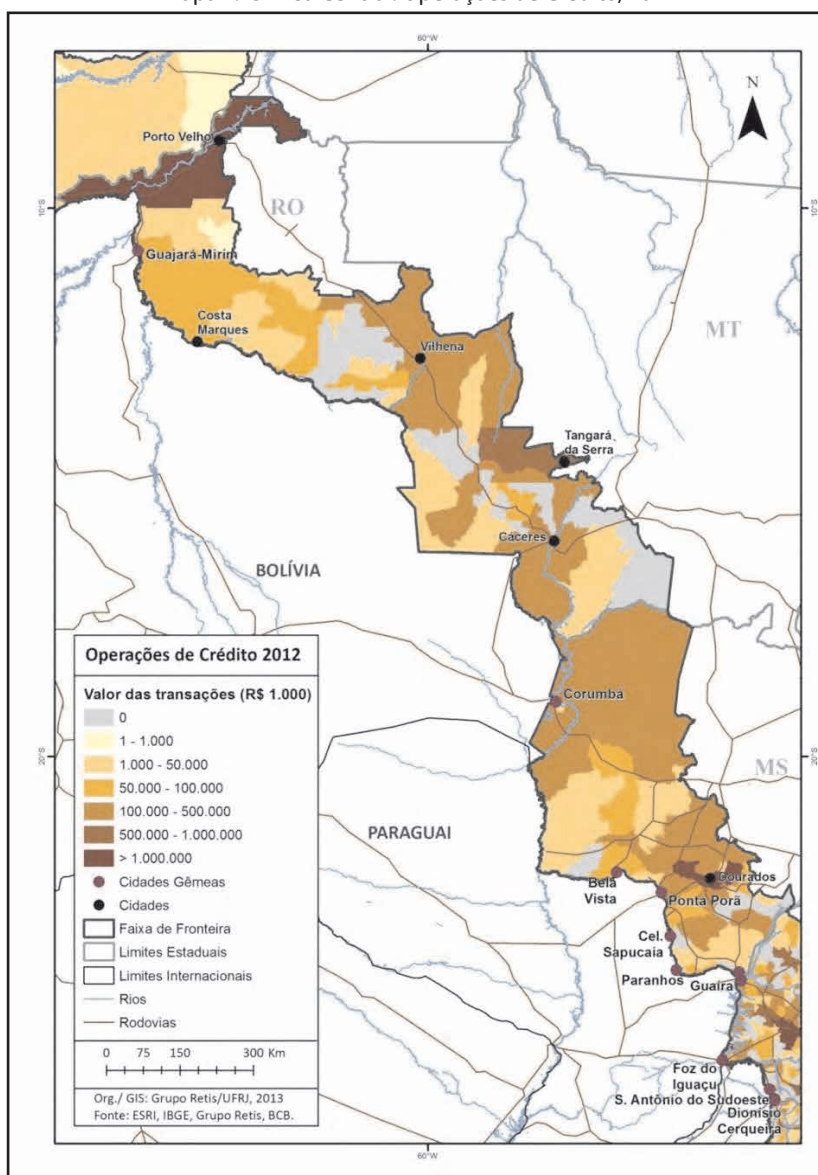


O Arco Central (Mapa V.25), tem um volume de operações de crédito maior do que o Arco Norte e mais bem distribuídos por seus municípios. Seguindo a tendência de outras variáveis socioeconômicas, as duas principais cidades do arco concentram a maior parte do crédito: em Porto Velho (RO) foram alocados R\$ 2,3 bilhões de diferentes formas de crédito e em Dourados (MS) foram R\$ 1,7 bilhão. A terceira colocada Tangará da Serra (MT) aparecem bem abaixo das duas primeiras, com R\$ 740 milhões de créditos cedidos.

Nos três municípios com os valores mais altos de operações de créditos os destinos também foram variados. Em Porto Velho (RO) 40% foram destinados à empréstimos, 20% aos financiamentos compensação de títulos e 23% para financiamentos imobiliários. Dourados (MS) teve a distribuição de 29% para empréstimos, 10% para financiamentos e compensação de títulos, 19% para financiamento do custeio da produção agrícola e 24% para financiamentos imobiliários. Por fim, em Tangará da Serra (MT) 23% foram alocados em empréstimos, 15% em financiamentos e compensação de títulos, 33% para financiamento do custeio da produção agrícola e 18% para financiamentos imobiliários. Essa distribuição evidencia a importância da economia urbana da cidade de Porto Velho (RO) no total de operações de crédito e o peso da agricultura com financiamentos em municípios como Dourados (MS) e Tangará da Serra (MT).

Em municípios menores do Arco Central a participação do crédito para o custeio das atividades agrícolas e da pecuária é muito mais significativa do que nas grandes cidades. Em Maracaju (MS) o crédito para a produção agrícola ultrapassa o valor de R\$ 280 milhões e corresponde a 63% do total de créditos. Aral Moreira (MS) recebeu mais de R\$ 41 milhões em créditos agrícolas, o que correspondeu a 71% do total municipal e Laguna Carapã (MS) recebeu R\$ 49 milhões, ou seja, 70% do crédito municipal.

Mapa V.25 Arco Central: Operações de Crédito, 2012



O crédito para a produção pecuária está mais concentrada nos estados de Rondônia e Mato Grosso. Em Pontes e Lacerda (MT) foram cedidas mais de R\$ 120 milhões para a pecuária, o que correspondeu a 59% do crédito municipal. Novo Horizonte do Oeste (RO) recebeu R\$ 33 milhões em créditos para esta produção, ou seja, 80% do crédito municipal.

No Arco Central alguns municípios também obtiveram crédito para a comercialização da produção agrícola, o que demonstra uma participação maior em outras etapas da cadeia produtiva, da produção à comercialização. Em volume de recursos, Dourados (MS) recebeu o maior montante, com R\$ 26 milhões. Proporcionalmente, o município de Sapezal (MT) teve 13% de seus financiamentos para a comercialização da produção agrícola, o que corresponde a uma volume de R\$ 17 milhões.

O Arco Sul tem a maior participação nas operações de crédito realizadas na Faixa de Fronteira. Dos seus 418 municípios, 268 realizaram operações de crédito no ano de 2012, totalizando mais de R\$ 41 bilhões, ou seja, o Arco Sul representou 72% das operações de crédito de toda a faixa. Neste arco, 4 municípios tiveram mais de R\$ 1 bilhão de créditos emitidos: Cascavel (PR), com R\$ 3,6 bilhões; Chapecó (SC), com R\$ 2,6 bilhões; Pelotas (RS), com R\$ 2,1 bilhões; e Foz do Iguaçu (PR), com R\$ 1 bilhão. Na distribuição dos recursos alocados nestes municípios a maior parte é de empréstimos e desconto de títulos. Em Chapecó (SC) os financiamentos apresentam uma participação um pouco maior do que nos outros municípios, com 18% do total, uma das maiores proporções de todo o arco.

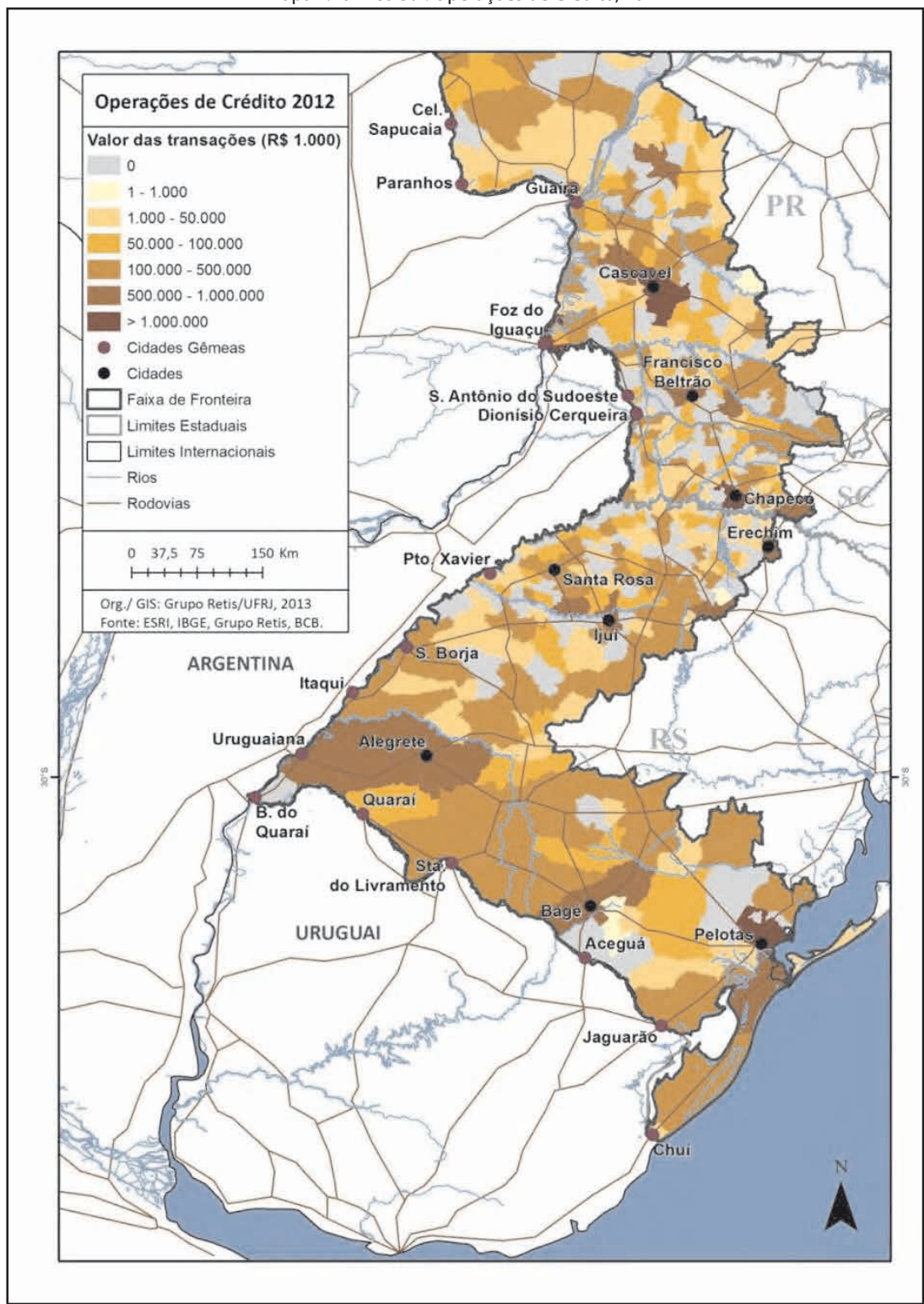
Os grandes municípios do Arco Sul também têm grande volume de crédito investido no setor agroindustrial. Cascavel (PR) e Chapecó (SC) aplicaram neste setor mais de R\$ 100 milhões. Toledo (PR) e Bagé (RS) aplicaram em torno de R\$ 10 milhões. Estes valores são muito maiores do que qualquer outro apresentado na Faixa de Fronteira.

No setor pecuário, a Campanha Gaúcha tem um grande investimento de crédito. Municípios como Alegrete (RS), Sant'Ana do Livramento (RS) e Bagé (RS) tomaram créditos acima de R\$ 100 milhões para esta atividade.

Nos pequenos municípios, o crédito agrícola tem uma grande importância na participação do crédito total nos municípios do Paraná e do Rio Grande do Sul. Em Mariópolis (PR), município com apenas 6 mil habitantes, 83% das operações de crédito foram utilizadas para financiar a produção agrícola. Em Abelardo Luz (SC), município com 17 mil habitantes, o volume de crédito para esta atividade ultrapassou os R\$ 109 milhões.

O setor imobiliário, que indica maior dinamismo da economia urbana, apresentou grande participação nas cidades de porte médio do Arco Sul. Nas cidades de Erechim (RS), Bagé (RS) e Umuarama (PR), que tem em torno de 100 mil habitantes foram encontradas as maiores participações do setor imobiliário, respectivamente, 14%, 19% e 21%. O volume destes recursos corresponde a um valor entre R\$ 120 e R\$ 180 milhões. Vale destacar que apesar da expressividade dos créditos disponibilizados para o setor imobiliário, estes municípios, no período entre 2000 e 2010 tiveram um pequeno crescimento populacional, sendo o maior deles o de Umuarama (RS), de 11%, e o menor o de Bagé (RS), de 1,6%. Desta forma podemos ver que os investimentos no setor imobiliário não estão relacionados com o crescimento da população.

Mapa V.26 Arco Sul: Operações de Crédito, 2012



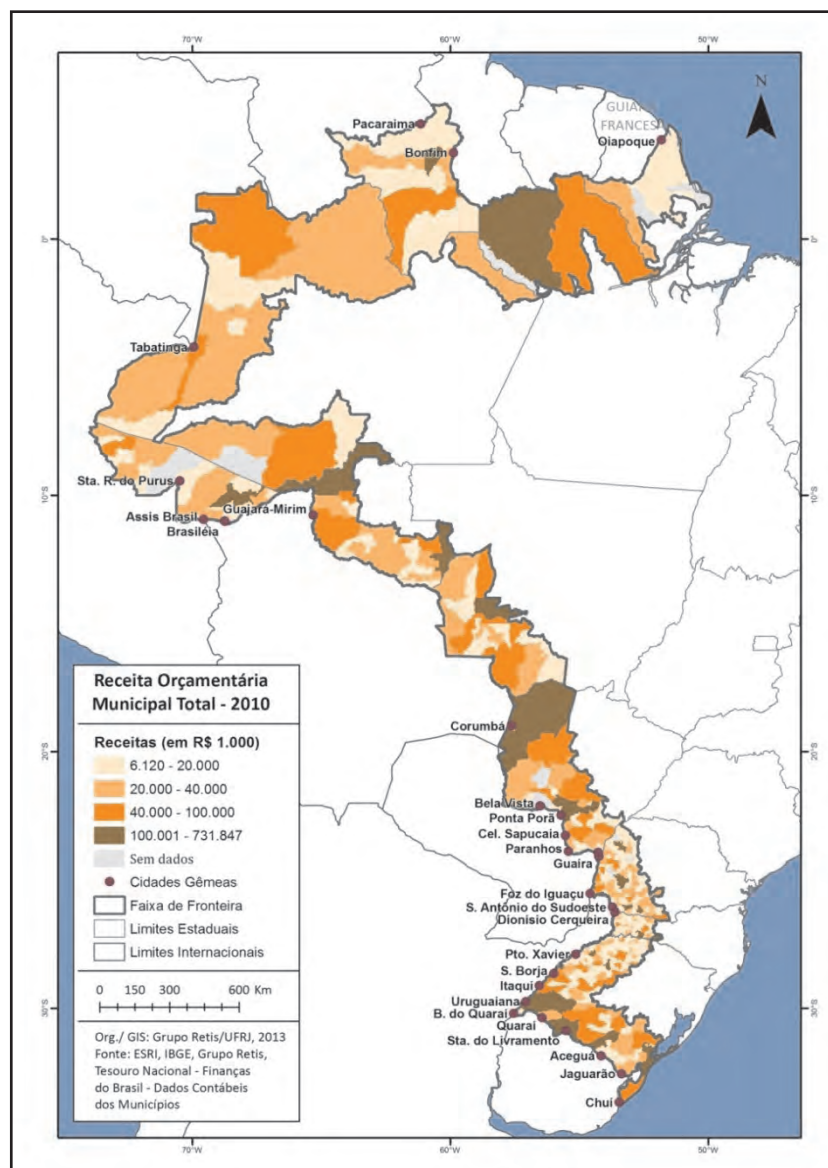
RECEITA MUNICIPAL

Receita Orçamentária municipal – valor total

Como se visualiza no Mapa V.27, a maior parte da Faixa de Fronteira tem baixos valores de receita municipal. Em 85% dos municípios (ou 497) a receita municipal não ultrapassa R\$ 40 milhões. Destes municípios, 122 tem receita de menos de R\$ 20 milhões.

Por outro lado, existem 56 municípios (ou 10% da Faixa de Fronteira) com receita entre R\$ 40 e R\$ 100 milhões e outros 25 (ou 4% da Faixa) com mais de R\$ 100 milhões.

Mapa V.27 Faixa de Fronteira: Receita Orçamentária Municipal Total, 2010

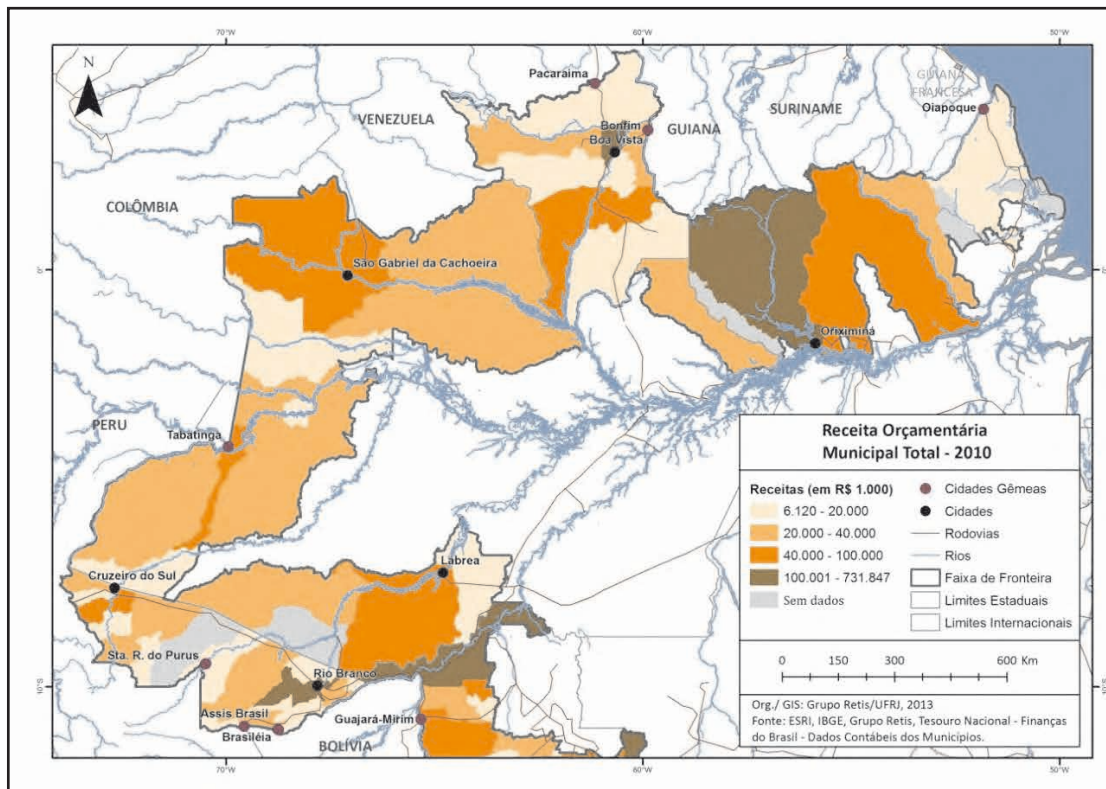


De maneira geral, os dados da receita municipal acompanham diretamente os quantitativos populacionais e a presença de atividades produtivas. Neste sentido, como previsto, o Arco Sul da Faixa de Fronteira concentra 64% dos municípios classificados na classe de maior receita (acima de R\$ 100 milhões) e 54% dos municípios da classe entre R\$ 40 e R\$ 100 milhões de receita.

Por outro lado, os Arcos Norte e Central possuem maior participação de municípios nesta última classe em relação ao total de municípios do arco (respectivamente 13 e 17%), do que o Arco Sul, com 7%. Esta distribuição sinaliza uma presença significativa de municípios com receita municipal mediana nos Arcos Norte e Central, que serão especificados a seguir.

No Arco Norte observa-se (Mapa V.28) a predominância dos municípios com baixas receitas. A menor classe totaliza 33 municípios (ou 46% dos municípios do Arco Norte), e a imediatamente superior (entre R\$ 20 e R\$ 40 milhões) tem 21 municípios.

Mapa V.28 Arco Norte: Receita Orçamentária Municipal Total, 2010



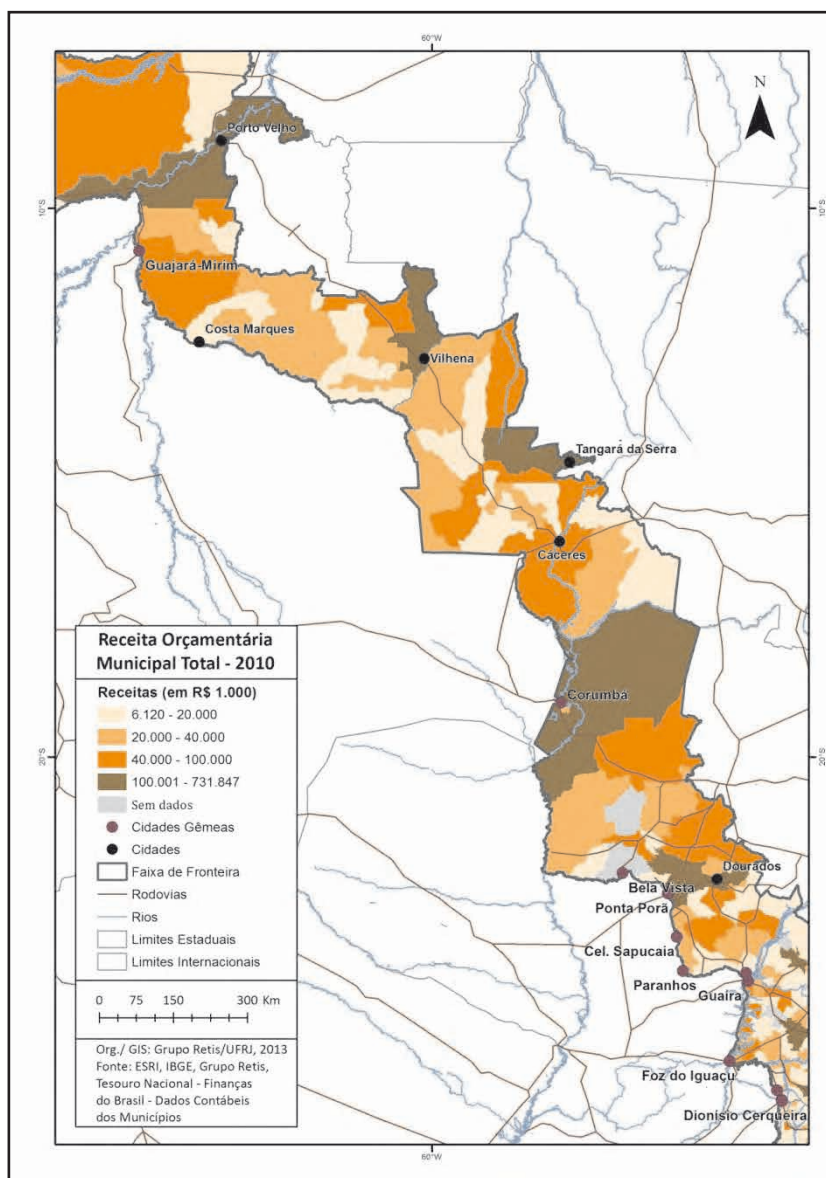
As duas classes de maiores receitas municipais somam 17% dos municípios do Arco Norte. A classe entre 40 e 100 milhões tem nove municípios, sendo eles, em ordem decrescente de valor: Tabatinga (AM), Cruzeiro do Sul (AC), Almeirim (PA), Óbidos (PA), Alenquer (PA), São Gabriel da Cachoeira (AM), Benjamin Constant (AM), Lábrea (AM) e Caracará (RR). Na classe dos maiores valores de receita existem somente três municípios, sendo duas capitais estaduais: Boa Vista (RR), Rio Branco (AC) e Oriximiná (PA).

Este último município destaca-se com alta receita pela presença da mineração de bauxita, a maior do Brasil (e a terceira maior reserva do mundo), realizada pela Empresa de Mineração Rio do Norte, composta pela Companhia Vale do Rio Doce e outras empresas transnacionais e nacionais. Tal mineral compõe a importante cadeia do alumínio no Pará, e assim 63% da produção é destinada ao mercado interno e o restante é exportado, conforme dados de 2011, expostos na página eletrônica da empresa mineradora.

Existem ainda cinco municípios (representados em cinza no Mapa V.28) nos quais a fonte não disponibilizou dados.

O Arco Central apresenta valores de receita municipal superiores aos do Arco Norte. Como pode-se ver no Mapa V.29. Além do município com maior receita da Faixa de Fronteira (Porto Velho, RO), existem outros cinco na classe das grandes receitas: Dourados (MS), Corumbá (MS), Ponta Porã (MS), Vilhena (RO), e Tangará da Serra (MT).

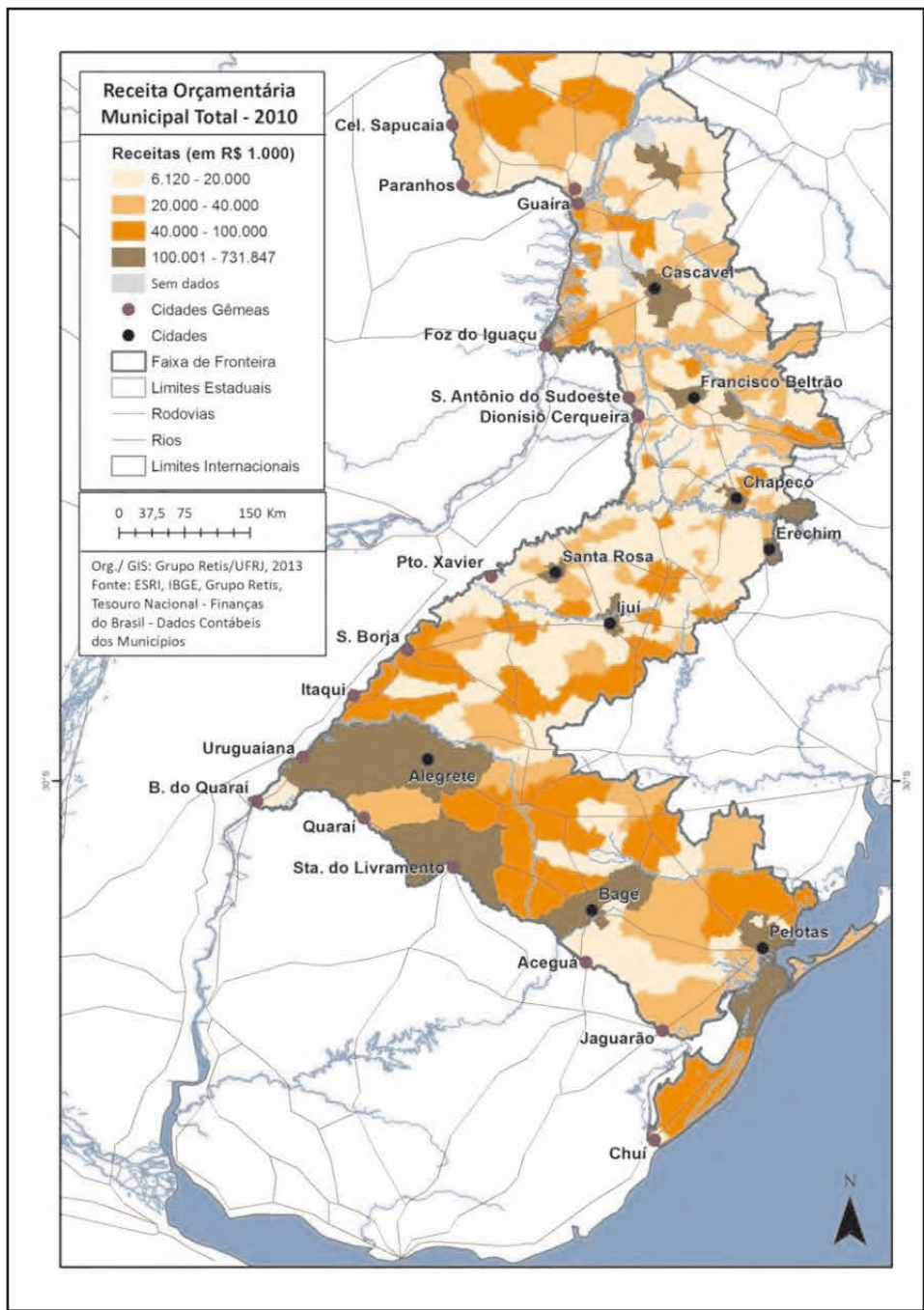
Mapa V.29 Arco Central: Receita Orçamentária Municipal Total, 2010



Dezessete municípios (17% do total do Arco) encontram-se na classe de R\$ 40 a R\$ 100 milhões de receita municipal. Existem ainda dois municípios (representados em cinza no Mapa V.29) nos quais a fonte não disponibilizou dados.

Como já era esperado o Arco Sul tem mais municípios com altas receitas. Porém, através da distribuição relativa ao número total de municípios do Arco verifica-se (Mapa V.30) que as duas classes mais baixas de receita (até R\$ 20 e até R\$ 40 milhões) abrangem 89% (ou 369) destes municípios, dado que também deve ser relativizado pelo maior número de municípios deste Arco em relação aos outros dois.

Mapa V.30 Arco Sul: Receita Orçamentária Municipal Total, 2010



A classe de receita mais alta foi verificada em 16 municípios (ou 4% dos municípios deste Arco), sendo eles, em ordem decrescente do valor: Foz do Iguaçu (PR), Pelotas (RS), Cascavel (PR), Chapecó (SC), Rio Grande (RS), Bagé (RS), Ijuí (RS), Umuarama (PR), Uruguaiana (RS), Santa Rosa (RS), Concórdia (SC), Erechim (RS), Pato Branco (PR), Sant'Ana do Livramento (RS), Alegrete (RS), e Francisco Beltrão (PR).

Outros 30 municípios (ou 7%) tiveram receita entre R\$ 40 e R\$ 100 milhões. Existem ainda três municípios (representados em cinza no Mapa V.30) nos quais a fonte não disponibilizou dados.

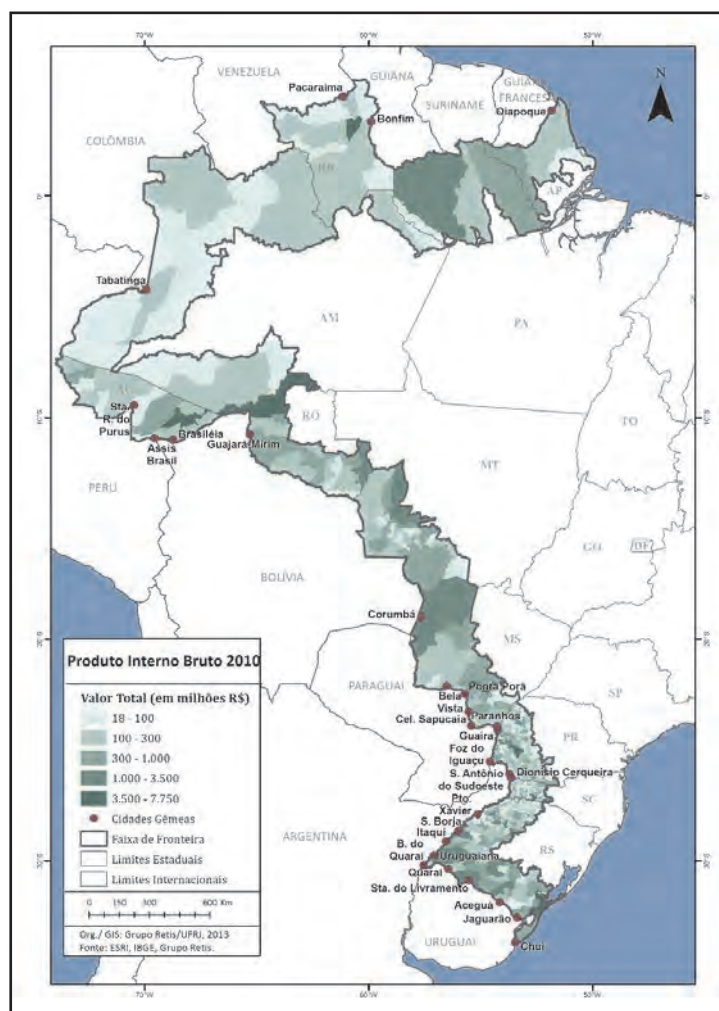
PRODUTO INTERNO BRUTO

O Produto Interno Bruto Municipal, que é a soma das riquezas produzidas em um município no período de um ano, é uma das variáveis mais utilizadas para avaliar a atividade econômica de uma unidade territorial. Nesta seção avaliamos o total, a evolução e a distribuição das riquezas produzidas nos municípios da Faixa de Fronteira, no período entre 2006 e 2010. O período começa no ano de 2006, em razão das mudanças no método de cálculo do PIB, o que não permitiria uma comparação com os dados anteriores a 2006. O ano de 2010 foi o último com dados divulgados pelo IBGE, até o momento.

Produto Interno Bruto total

O Mapa V.31 mostra a o valor total do PIB municipal da Faixa de Fronteira. Em 2010, o PIB brasileiro foi calculado em R\$ 3,7 trilhões, contudo a participação dos municípios da Faixa de Fronteira foi de 4,8%, ou seja, um valor de R\$ 179 bilhões. O que está próxima da proporção da população brasileira que reside na Faixa de Fronteira, 5,6% da população brasileira ou mais de 10 milhões de pessoas. No entanto, se comparada com a proporção da população por arcos da Faixa de Fronteira, vemos que há uma grande desigualdade na geração de riquezas da Faixa de Fronteira.

Mapa V.31 Faixa de Fronteira: PIB municipal, 2010



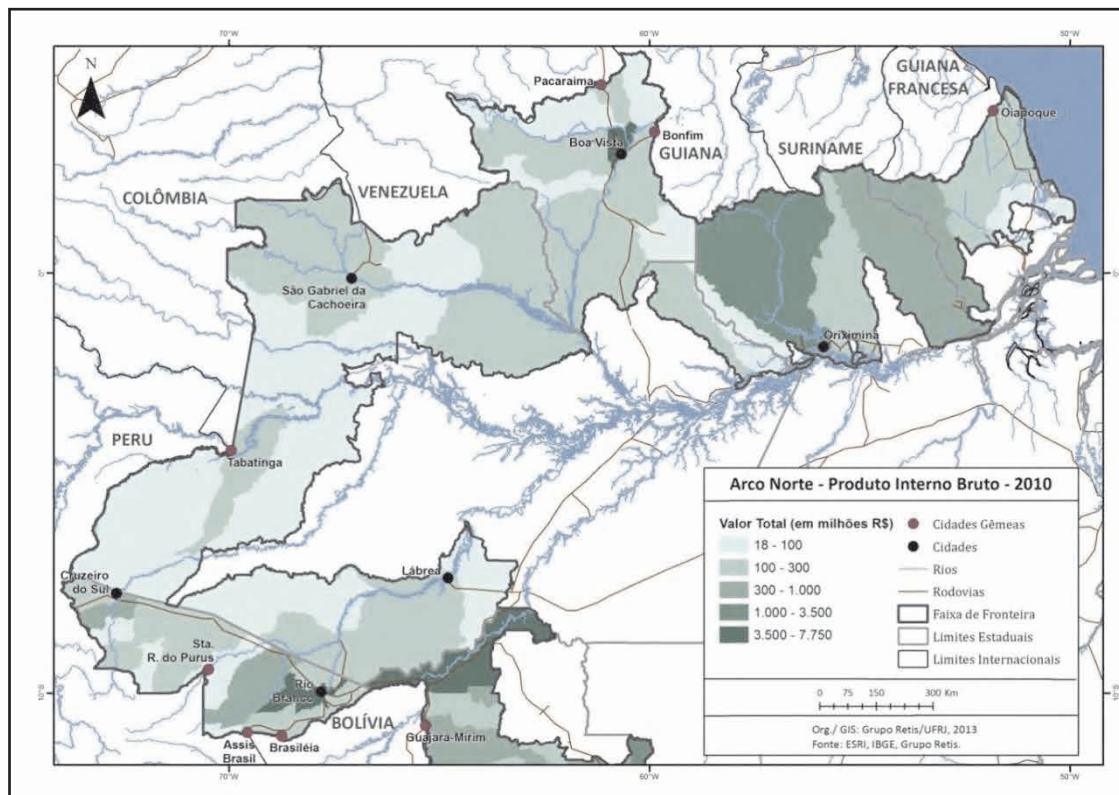
A Tabela V.1 mostra que o Arco Norte tem a maior discrepância entre valor do PIB e número da população total, enquanto o PIB do Arco Norte corresponde a 11,4% do total nacional, este arco participa com 18,3% da população. No Arco Central as percentagens são muito similares. E a discrepância da distribuição do PIB favorece o Arco Sul, que detém 66,2% da produção de riquezas da Faixa de Fronteira e 58,7% da população.

Tabela V.1 Faixa de Fronteira: Distribuição do PIB e da população total por arcos, 2010

	PIB 2010		População 2010	
	Valor Total do PIB (em R\$ 1 mil)	PIB do Arco / PIB total da FF (em %)	População total 2010	População do Arco / Pop. total da FF (%)
Arco Norte	20.472.153	11,4	1.970.387	18,3
Arco Central	40.298.638	22,4	2.483.955	23,1
Arco Sul	118.989.430	66,2	6.321.394	58,7
Total	179.760.221	100	10.775.736	100

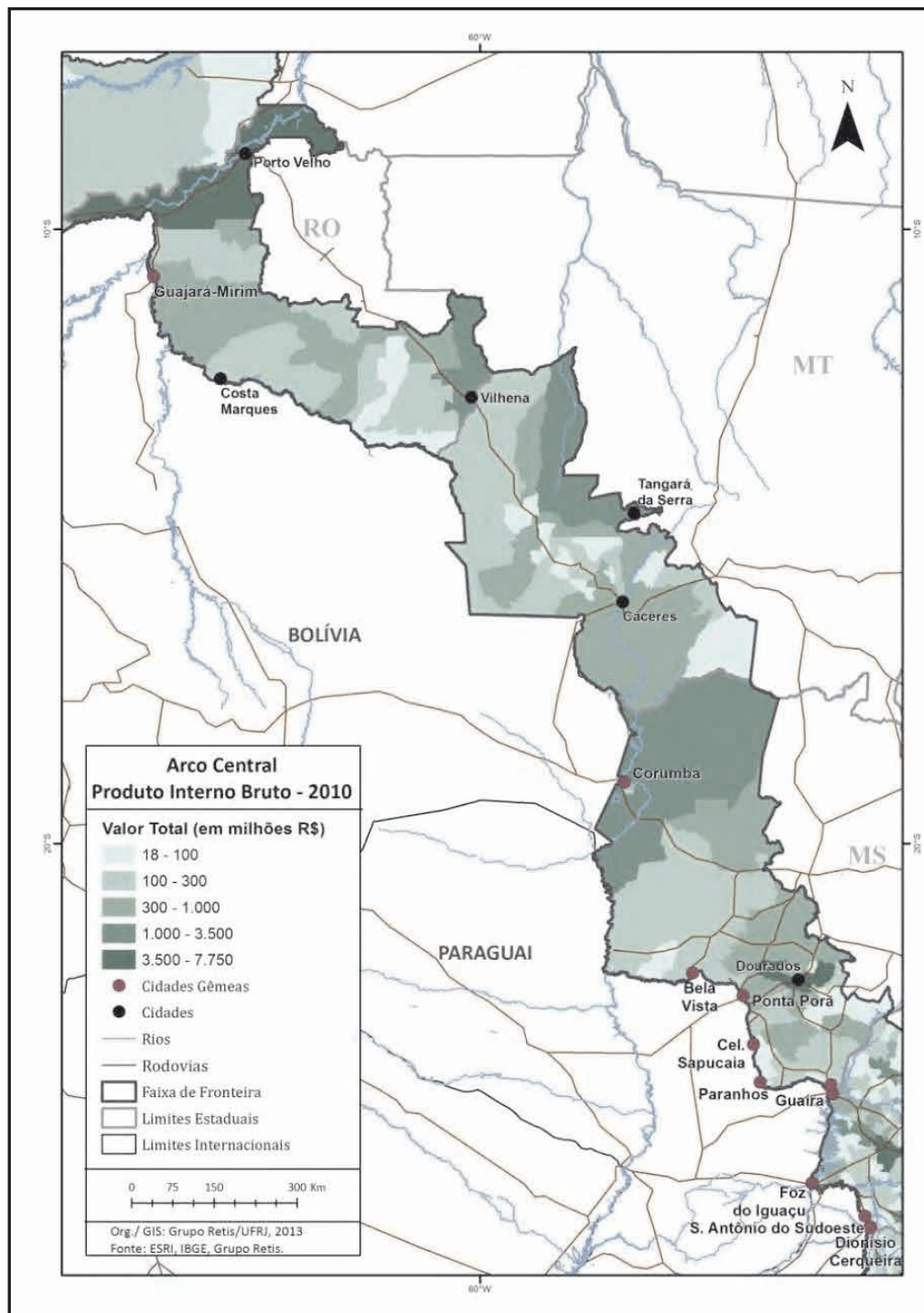
O Mapa V.32 mostra a distribuição do PIB nos municípios do Arco Norte. As capitais estaduais de Roraima e do Acre são as cidades que possuem o maior PIB deste arco. Boa Vista (RR) teve a produção de R\$ 4,6 bilhões e Rio Branco (AC) obteve o valor de R\$ 4,3 bilhões, mesmo a população do segundo município sendo maior do que a do primeiro.

Mapa V.32 Arco Norte: Produto Interno Bruto, 2010



A inversão na relação entre população e PIB também é vista entre os municípios com o terceiro e quarto maior PIB do Arco Norte. O município de Oriximiná (PA) teve um PIB de R\$ 1,2 bilhão, com a população de 47 mil habitantes. Em seguida, o município de Cruzeiro do Sul (AC) que teve o PIB de R\$ 834 milhões, com uma população de 60 mil habitantes. Os municípios de Oriximiná (PA) e Almeirim (PA) são alguns dos poucos municípios do Arco Norte em que a atividade industrial é a que mais contribui no PIB, onde a indústria está ligada à extração mineral e à produção de laticínios.

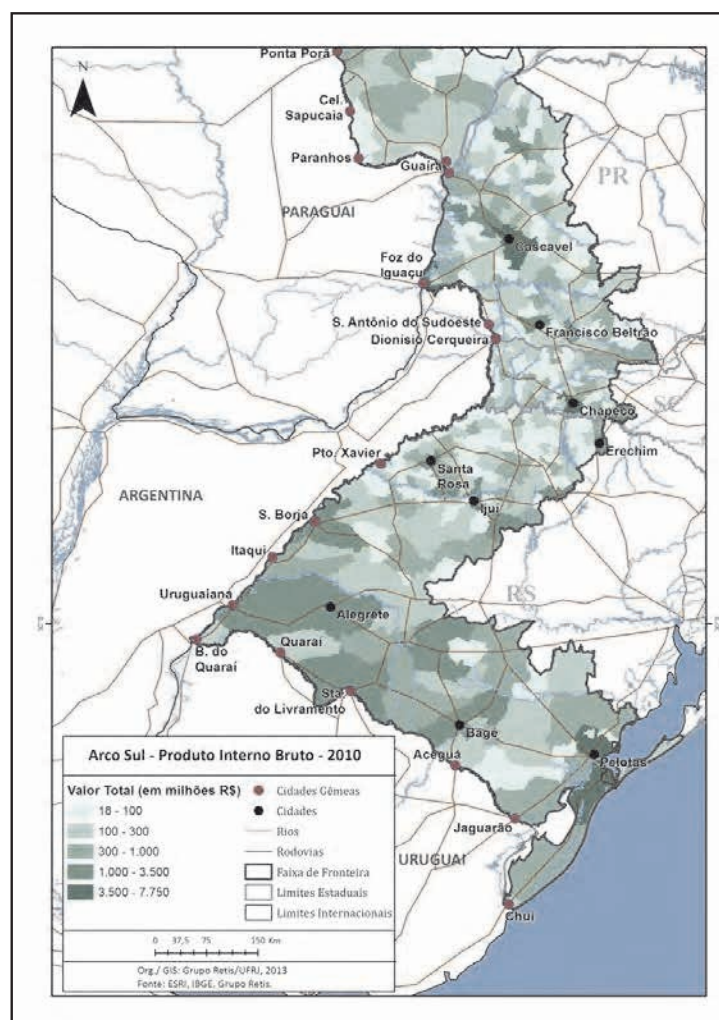
Mapa V.33 Arco Central: Produto Interno Bruto, 2010



No Arco Central, mostrado no Mapa V.33, 6 municípios tiveram o PIB superior a R\$ 1 bilhão. O PIB dos municípios com os 3 maiores valores é predominantemente oriundo do setor de serviços, são eles: Porto Velho (RO), com R\$ 7,5 bilhões; Dourados (MS), com R\$ 3,5 bilhões e Corumbá (MS), com R\$ 3,2 bilhões. Nos municípios que estão situados da quarta à sexta posição na lista do PIB a participação dos setores de agricultura e indústria são maiores, são eles: Vilhena (RO), com R\$ 1,4 bilhão; Tangará da Serra (MT), com R\$ 1,3 bilhão e Sapezal (MT), com R\$ 1,2 bilhão. Essa participação de cada setor na composição do PIB pode nos indicar que, apesar da grande importância do setor agropecuário para o Arco Central, cidades como Dourados (MS) e Porto Velho (RO) se tornaram importantes centros de prestação de serviços para esta atividade, por este motivo grande porção do seu PIB é originada neste setor.

Os municípios com o menor PIB apresentam uma forte concentração no sudoeste do estado do Mato Grosso. Alguns destes municípios, como Reserva do Cabaçal (MT), Vale de São Domingos (MT) e Glória d'Oeste (MT) tem produção menor do que R\$ 45 milhões e população inferior a 5 mil habitantes. A distribuição dos setores na composição do PIB é praticamente igual entre serviços e agropecuária.

Mapa V.34 Arco Sul: Produto Interno Bruto, 2010



No Arco Sul 23 municípios ultrapassam a marca de R\$ 1 bilhão de PIB. Os serviços, especialmente o comércio, assumem maior importância na composição do produto. Os três valores mais altos são os de Rio Grande (RS), com R\$ 7,7 bilhões; Foz do Iguaçu, com R\$ 6,7 bilhões e Cascavel, com R\$ 5,1 bilhões. Vale destacar que o primeiro município é o principal porto marítimo da Faixa de Fronteira e um dos maiores do Brasil e o segundo tem um comércio pujante e é uma das principais atrações turísticas do país, ambas as atividades diretamente relacionadas com a cidade gêmea paraguaia de Ciudad del Este.

Outros municípios do Arco Sul se destacam pela participação industrial na composição do PIB. Concórdia (SC), com R\$ 1,8 bilhões; Chapecó (SC), com R\$ 4,1 bilhões e Erechim (RS), com R\$ 2,4 bilhões são bons exemplos desta situação. Concórdia (SC) possui mais de 50% do seu PIB produzido pela indústria local, principalmente a de beneficiamento de alimentos. Chapecó (SC) tem uma proporção menor, mas com grande expressividade. E Erechim (RS) tem uma importante participação da indústria metal-mecânica.

PIB per capita

A divisão do PIB municipal pela população residente, o que é chamado de PIB *per capita*, é um indicador utilizado para comparar a produção de riquezas entre diferentes unidades geográficas. É importante destacar que a análise do PIB *per capita* não permite avaliar a distribuição de riquezas, mas somente a riqueza produzida dada a população residente que produziu esta riqueza.

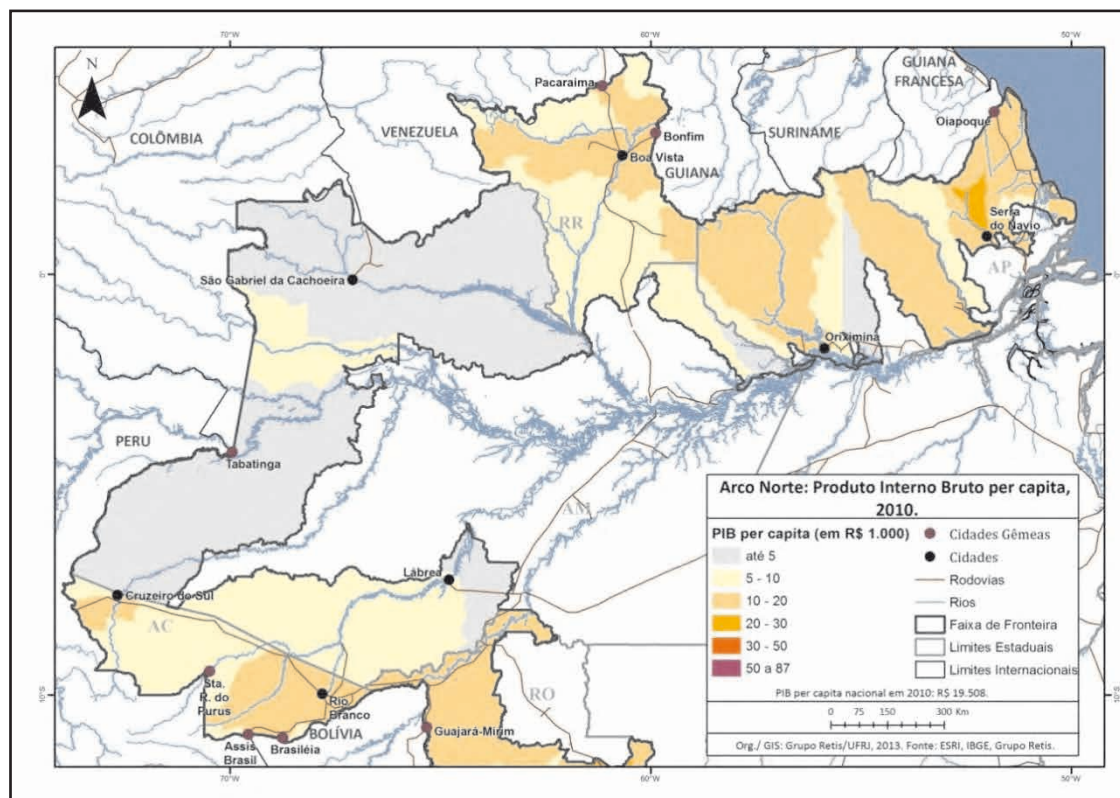
No ano 2010, o PIB *per capita* na Faixa de Fronteira não foi muito menor do que o valor para todo o Brasil. Se o Brasil apresentou um PIB *per capita* de R\$ 17,5 mil por habitante, a Faixa de Fronteira atingiu o valor de R\$ 16,1. Novamente, a distribuição da produção entre os arcos da Faixa de Fronteira é extremamente desigual. O Mapa V.35 mostra o PIB *per capita* para o Arco Norte. Neste arco apenas 5 municípios atingem um valor maior do que a média de toda a faixa. O pequeno município de Serra do Navio (AP) teve o melhor desempenho nesta variável, com R\$ 29,2 mil e uma população de apenas 3 mil habitantes. Este município teve no passado uma grande exploração mineral, que passa por uma tentativa de reativação.

A mineração também é a explicação para o PIB *per capita* do segundo maior valor do Arco Norte, Oriximiná (PA), com R\$ 19,2 mil. Vale destacar que tradicionalmente a produção mineral reverte uma pequena parte das suas receitas para os municípios onde estão instaladas, sendo a maior parte proveniente dos *royalties*. Sendo assim, a mineração é uma atividade que tem mostrado pequeno potencial para transformar de forma significativa a vida econômica da população local.

O estado do Amazonas é o que apresenta o pior desempenho nesta variável. Quase todos os seus municípios têm menos de R\$ 5 mil, o que mostra uma grande fragilidade das economias destes municípios, que são fortemente dependentes de repasses dos governos estadual e federal para fazer circular as suas economias.

O Mapa V.36 mostra a distribuição do PIB *per capita* para o Arco Central. Os maiores valores são encontrados nos municípios que passaram recentemente pelo processo de expansão da fronteira agrícola do Centro-Oeste, o que causou um rápido aumento do PIB e que estes municípios ainda possuem uma população relativamente pequena. Muito à frente dos outros municípios do Arco Central estão Campos de Júlio (MT) e Sapezal (MT), ambas as cidades foram criadas a partir de projetos de colonização dirigida no cerrado brasileiro, o que controlou por certo tempo o crescimento populacional das cidades. Campos de Júlio (MT) teve um PIB *per capita* calculado em R\$ 78,7 mil e Sapezal (MT) R\$ 67,2 mil.

Mapa V.35 Arco Norte: Produto Interno Bruto *per capita*, 2010

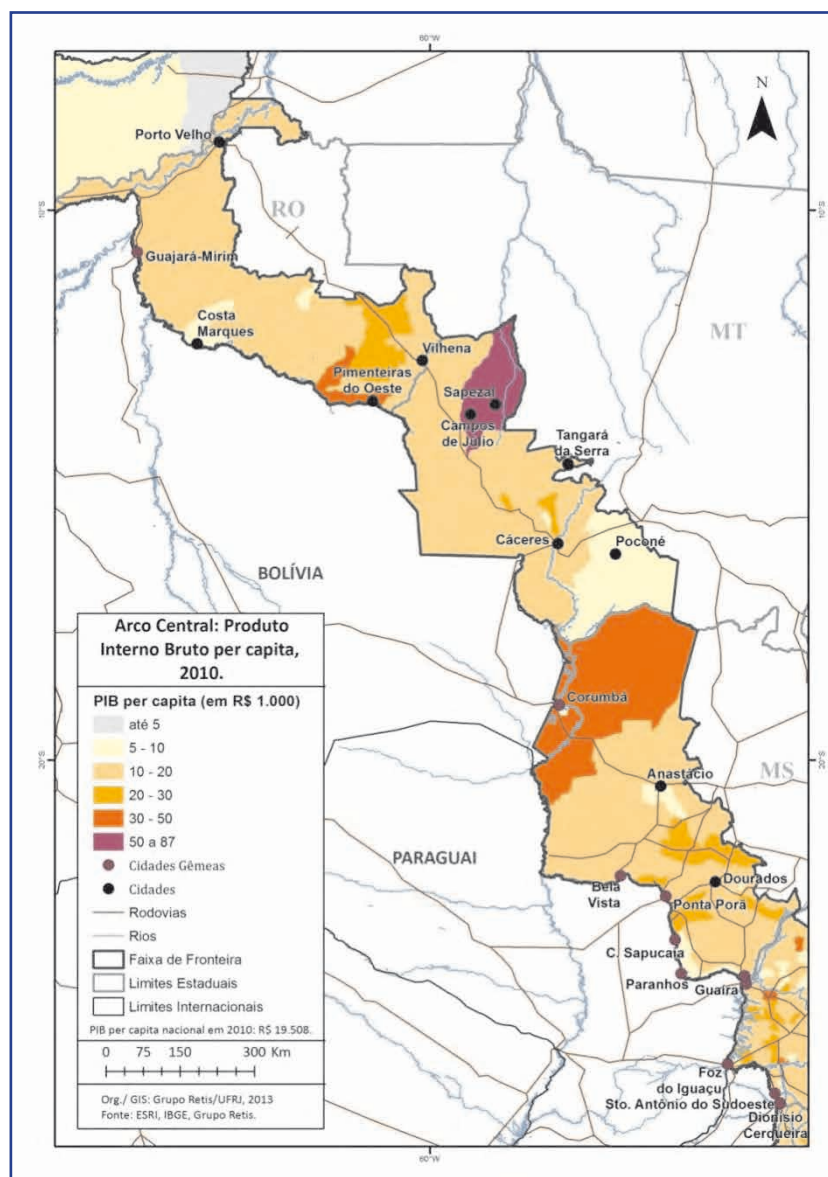


Os municípios localizados em regiões de colonização mais antiga, mas que também estão envolvidas na cadeia produtiva do agronegócio, como Maracaju (MS) e Rio Brillhante (MS) tem PIB *per capita* em torno de R\$ 20 mil. Uma possível razão para esta diferença é que nestas cidades o aumento da população causou o crescimento das desigualdades e na distribuição das riquezas geradas.

O sul do estado do Mato Grosso do Sul concentra os municípios com menor PIB *per capita* do Arco Central. Estes municípios são também aqueles com a maior proporção de

população indígena. Japorã (MS) tem o PIB *per capita* de R\$ 6 mil e 50% da sua população de origem indígena. Paranhos (MS) apresentou o valor de R\$ 6,5 mil e tem 35,7% da população indígena. Como dito anteriormente, o PIB *per capita* é um indicador que permite avaliar a geração de riquezas, mas não a sua qualidade e a sua distribuição. Para refinar a análise dos efeitos sociais da produção de riqueza dos municípios deve-se ter em vista os resultados apresentados pela análise das variáveis de desigualdade de renda.

Mapa V.36 Arco Central: Produto Interno Bruto per capita, 2010

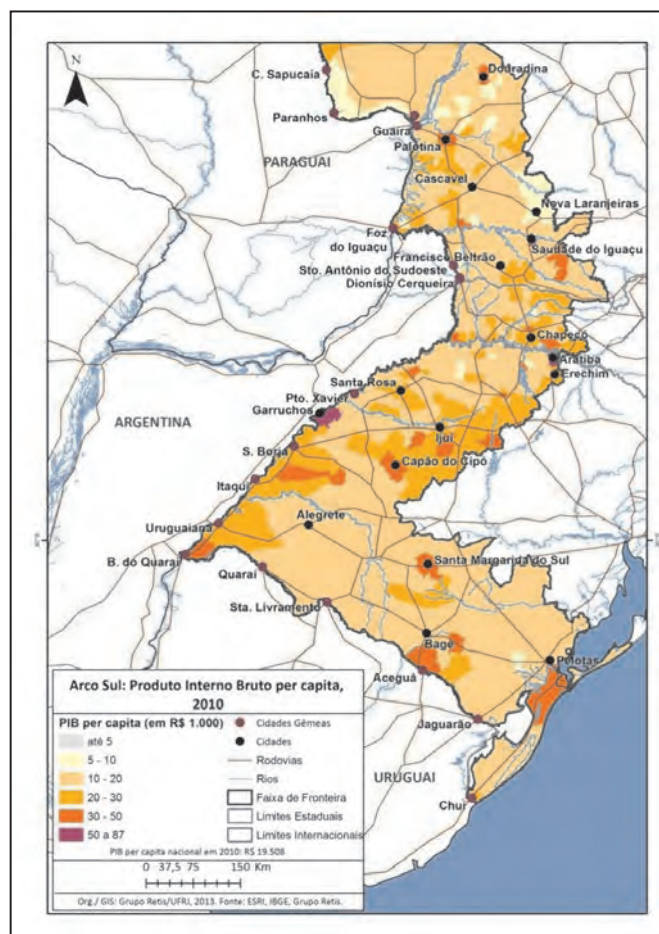


O Mapa V.37 mostra a distribuição do PIB *per capita* para o Arco Sul. Este arco tem uma média maior do que a média de toda a Faixa de Fronteira e um pouco menor do que a média brasileira, R\$ 17,4 mil. Algumas regiões se notabilizam por concentrar municípios com alto valor do PIB *per capita*, as principais são: a região no entorno de Cascavel (PR) e o oeste do Rio Grande do Sul, com destaque para os municípios lindeiros com a Argentina.

Os três maiores valores para esta variável foram Saudades do Iguaçu (PR), com R\$ 87,8 mil; Garruchos (RS), com R\$ 68,6 mil e Aratiba (RS), com R\$ 59,5 mil. Todos estes municípios têm população muito pequena, menor do que 6 mil habitantes, e os altos valores estão relacionados com riquezas geradas com pouco efeito direto na vida cotidiana das populações. Em Saudades do Iguaçu (RS) e em Aratiba (RS) estão localizadas importantes hidrelétricas. No primeiro município há a Unidade Hidrelétrica (UHE) de Salto Santiago, localizada no rio Iguaçu. No segundo está localizado a UHE de Itá, sobre o rio Uruguai. A contabilidade da energia gerada pelas UHEs é feita no município em que está instalada a usina geradora, mas isso não garante que a riqueza seja utilizada no local. No Arco Sul esta situação se repete em diversos municípios da Faixa de Fronteira, como Entre Rios do Sul (RS) e Candiota (RS). Assim como a mineração no Arco Norte, a produção de energia é um fator que deve ser relativizado na análise do PIB *per capita*.

A região central do estado do Rio Grande do Sul, nas proximidades de Erechim (RS) e Ijuí (RS) tem uma grande concentração de municípios com mais de R\$ 20 mil de PIB *per capita*. Nesta região existem atividades industriais e agrícolas que justifiquem os altos valores. Nos pequenos municípios, como Capão do Cipó (RS), com 2 mil habitantes, os cultivos de trigo e soja representam 60% do PIB gerado no município. Desta forma, o PIB *per capita* deste município atingiu o patamar de R\$ 36,7 mil.

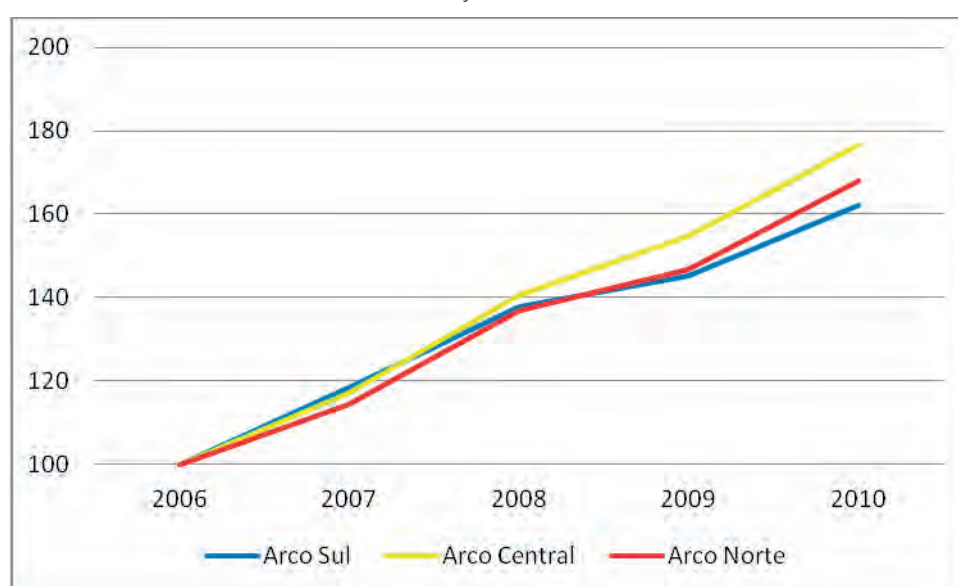
Mapa V.37 Arco Sul: Produto Interno Bruto *per capita*, 2010



Crescimento Relativo do PIB

Outra forma de medir a dinâmica econômica dos municípios é avaliando o crescimento do Produto Interno Bruto dentro de um período de referência. O Gráfico V.9 permite avaliar a tendência de crescimento no período 2006-2010 por arcos da Faixa de Fronteira. Como pode ser observado, o PIB teve um crescimento similar no período em questão. O Arco Central foi o que teve o maior crescimento, 76,4%, saindo de R\$ 22,8 bilhões para R\$ 40,2 bilhões. O Arco Norte cresceu 67,8%, em 2006 o PIB deste arco era de R\$ 12,1 bilhões e, em 2010, atingiu o valor de R\$ 20,4 bilhões. O Arco Sul teve o menor crescimento, 62,1%, em 2006 o PIB deste arco era de R\$ 73,3 bilhões e, em 2010, chegou ao valor de R\$ 118,9 bilhões.

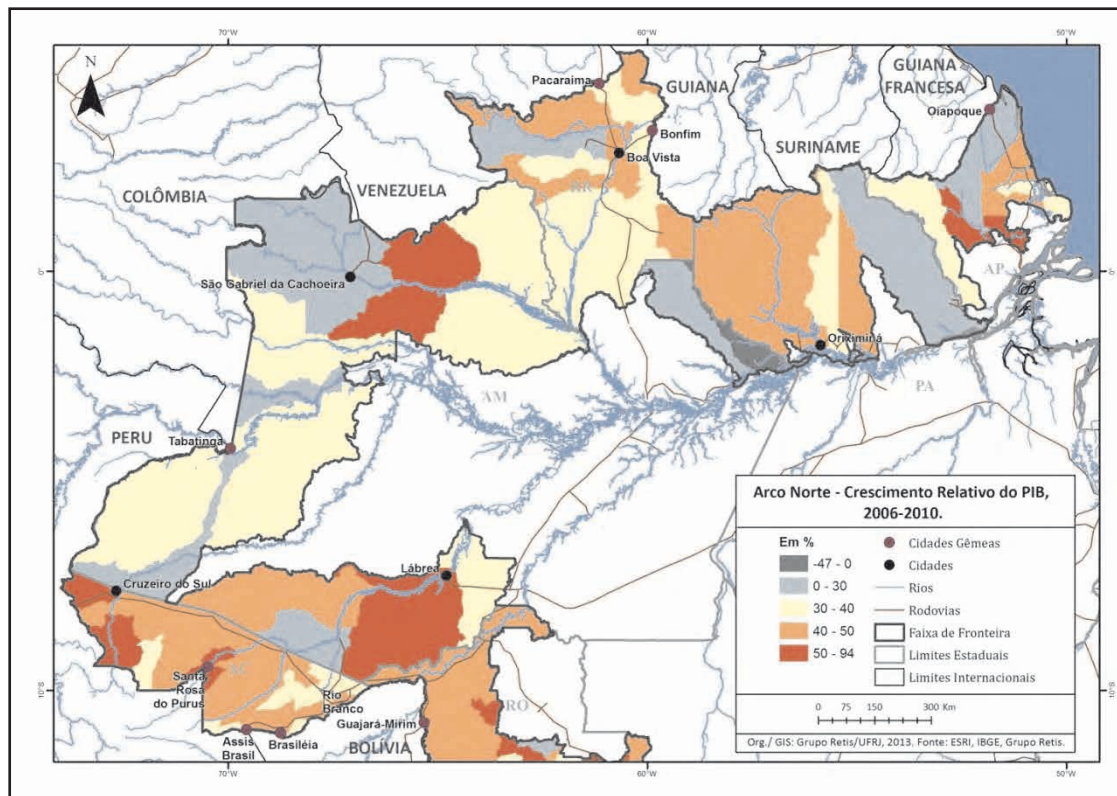
Gráfico V.9 Faixa de Fronteira: Evolução do PIB, 2006 – 2010 (Base 100 = 2006)



O Mapa V.38 mostra o crescimento do PIB para os municípios do Arco Norte. Dos 9 municípios que tiveram o crescimento do PIB acima de 50%, 5 estão localizados no estado do Acre, 2 no Amapá e 2 no Amazonas. Dos municípios acreanos com forte crescimento do PIB nenhum deles está localizado no entorno de Rio Branco (AC), capital do estado e região mais dinâmica, mas sim na porção ocidental do estado, próximos a Cruzeiro do Sul (AC). Esta região vem passando, nos últimos anos, por um forte crescimento da exploração madeireira, com tentativas de efetivação de um polo de beneficiamento da indústria madeireira, mas que até o momento tem obtido pequeno sucesso.

O Arco Norte tem um dos dois municípios com decréscimo do PIB da Faixa de Fronteira. Em Nhamundá (AM), no período 2006-2010, a produção de riquezas diminuiu 13,6%, saindo de R\$ 82,1 milhões, em 2006, para R\$ 72,2 milhões, em 2010. Outros dois municípios tiveram o PIB em relativa estagnação no período, Almeirim (PA) e Boca do Acre (AM), com, respectivamente, 1,1% e 3,1% de crescimento.

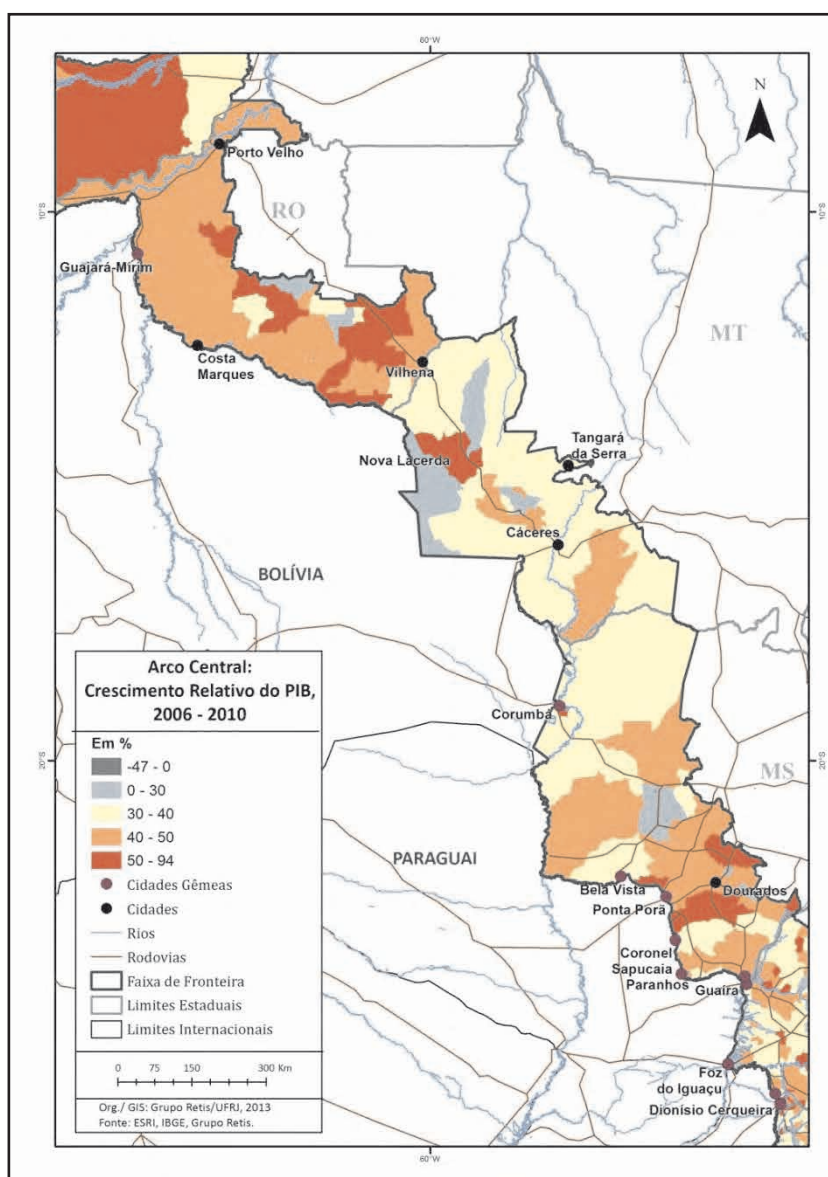
Mapa V.38 Arco Norte: Crescimento Relativo do Produto Interno Bruto, 2006–2010



O Arco Central teve o maior crescimento do PIB da Faixa de Fronteira. O crescimento do PIB neste arco está fortemente concentrado em duas regiões: o centro-sul de Rondônia e o centro-sul do Mato Grosso do Sul. Dos 18 municípios com crescimento maior do que 50%, 10 estão localizados no estado do Mato Grosso do Sul e 6 no estado de Rondônia.

No Mapa V.39 podemos observar a concentração de municípios com forte crescimento do PIB no entorno de importantes centros regionais do Arco Central: Dourados (MS) e Vilhena (RO). Estes municípios que tiveram crescimento de 45% do PIB podem ser analisados como centros de organização da produção agropecuária das suas regiões, polarizando os serviços e as atividades ligadas à produção de grãos e gado no Arco Central.

Mapa V.39 Arco Central: Crescimento Relativo do Produto Interno Bruto, 2006–2010



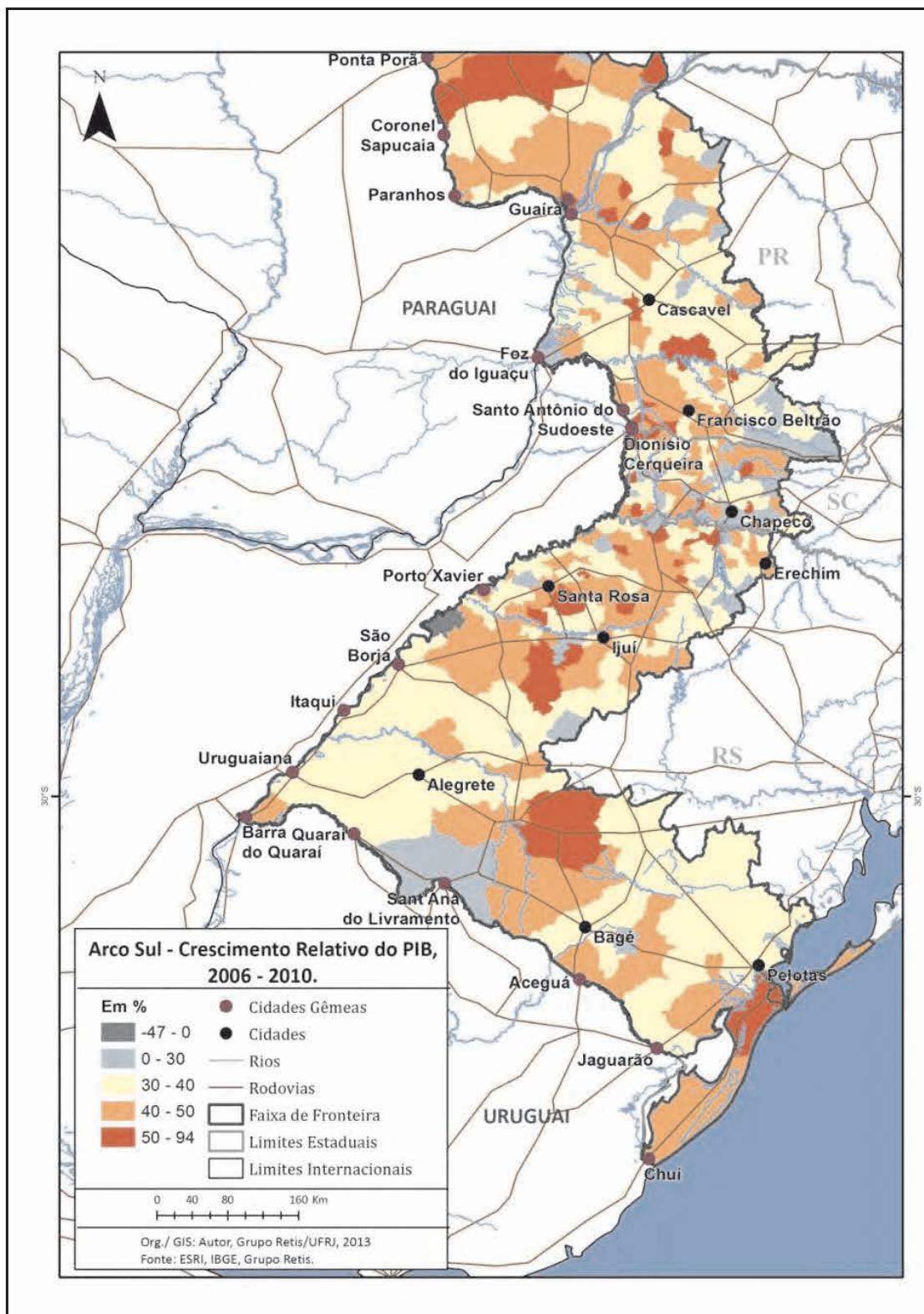
O Arco Sul teve o crescimento do PIB concentrado na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Como dito anteriormente, esta região concentra uma forte base industrial dos setores alimentício, metal-mecânico e agropecuário.

Outros municípios tiveram forte crescimento do PIB em razão de atividades econômicas específicas e especializadas, como Rio Grande (RS), com as atividades portuárias, que teve um crescimento de 55%. Saudades do Iguaçu (PR) teve o maior crescimento do PIB da Faixa de Fronteira, 93,8%, valor ligado à atividade de produção de energia hidrelétrica no rio Iguaçu.

Os menores crescimentos do PIB também estão concentrados no sul do estado do Paraná e em municípios próximos a Chapecó (SC). Municípios como Seara (SC) e Saudades (SC) tiveram crescimento menor do que 15%, o que na Faixa de Fronteira é

um crescimento baixo. O município com maior decréscimo no PIB está localizado no Arco Sul: Garruchos (RS). Este município ainda possui um alto PIB *per capita*, R\$ 68,6 mil; porém, entre 2006 e 2010 o seu PIB diminuiu 47,5%, saindo de R\$ 327 milhões para R\$ 222 milhões. O decréscimo se deve a queda nos valores adicionados pela indústria e pelos serviços ao PIB municipal. A razão desta queda talvez esteja ligada às dificuldades na efetivação do projeto de implementação da UHE Garabi, localizada no rio Uruguai.

Mapa V.40 Arco Sul: Crescimento Relativo do Produto Interno Bruto, 2006–2010



VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA

A pesquisa sobre vulnerabilidade socioeconômica apresenta como resultados a análise de variáveis e indicadores relacionados ao tema e a seleção de variáveis para a composição de um índice, o Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica Municipal (IVSE-M), incluído como critério para a definição das Áreas Críticas de Segurança Pública (Parte II). Algumas das variáveis do IVSE-M estão detalhadas neste capítulo, outras, no entanto, só foram incorporadas na composição do índice. Por outro lado, a análise da desigualdade de renda e da população ocupada detalha ainda algumas variáveis e indicadores que não foram incorporados ao IVSE-M.

ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA MUNICIPAL

Para estimar o papel da vulnerabilidade socioeconômica na definição das Áreas Críticas de segurança pública partimos de dois pressupostos básicos. O primeiro é de que a vulnerabilidade da população à violência constitui uma condição multicausal. O segundo é de que certos segmentos da população são mais suscetíveis à violência. Considerando estes dois pressupostos, foi elaborado um *Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica Municipal* (IVSE-M) a partir das seguintes dimensões e variáveis:

Tabela VI.1 Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica (IVSE-M): dimensões e variáveis

DIMENSÃO	VARIÁVEL	ANO
Pobreza	Percentual de pobres (proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 127,50 mensais)	2010
Desigualdade	Razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres da população total	2010
Ocupação	Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade	2010
	Percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	2010
Vulnerabilidade da população jovem	Percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza	2010

Também foram criados índices de vulnerabilidade social relacionados aos segmentos vulneráveis da população. No caso das crianças e adolescentes, as duas variáveis selecionadas foram *crianças fora da escola* (razão entre as crianças de 6 a 14 anos que não frequentam a escola e o total de crianças nesta faixa etária multiplicado por 100) e *trabalho infantil* (razão entre as pessoas de 10 a 13 anos de idade que eram economicamente ativas, ou seja, que estavam ocupadas ou desocupadas na semana de referência do Censo e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100). Somente a variável de trabalho infantil foi aprofundada neste capítulo.

A Vulnerabilidade Socioeconômica específica de mulheres foi obtida a partir dos dados do Censo do IBGE (2010) referentes ao percentual de mulheres de 15 a 17 anos de idade que tiveram filhos e ao percentual de mães chefes de família, sem fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade. O número de mulheres em ambas as situações é muito pequeno.

Os mapas resultantes dos Índices de Vulnerabilidade Socioeconômica, tanto o municipal quanto o dos segmentos específicos, bem como as análises correspondentes, estão apresentadas na Parte II (Capítulos IX e X). Por ora, cabe destacar a justificativa das escolhas de cada variável.

Pobreza

Embora a associação entre pobreza e criminalidade faça parte do senso comum, a maior parte dos estudos sobre o tema não logra estabelecer uma relação de causalidade entre os dois fenômenos. Entretanto, em relação aos crimes violentos, os dados apontam para altas taxas de vitimização nos segmentos populacionais que apresentam maiores “desvantagens concentradas” (Beato, 2012), desvantagens estas fortemente associadas à pobreza. Outras condições comumente incorporadas aos índices de “desvantagens concentradas” são o analfabetismo, a mortalidade infantil, bem como certas características das estruturas familiares (p.ex. mães adolescentes). Trata-se de segmentos populacionais que, além de dispor de proteção rarefeita do Estado e acesso precário aos instrumentos de mitigação dos efeitos da violência, são fortemente estigmatizados pela justiça criminal (Beato, 2012). Portanto, para a composição do IVSE-M, foi incluída a variável *percentual de pobres*, ou seja, a proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 127,50 mensais (1/4 do salário mínimo), em 2010.

Desigualdade e precariedade do mercado de trabalho

A relação entre desigualdade, desemprego e criminalidade também é frequente nos estudos sobre a temática da violência. O argumento principal atribui os altos índices de violência e criminalidade a fatores de ordem socioeconômica, concentrados no plano macroestrutural (Beato, 2012). Entretanto, os estudos empíricos sobre o tema apresentam resultados discrepantes. Segundo o mesmo autor (2012: 125), “boa parte da discrepância está nas dificuldades decorrentes da explicitação dos mecanismos causais mediante os quais o desemprego [e a desigualdade] levariam ao crime”. Portanto, neste relatório, não se pretende estabelecer qualquer relação causal entre esses fatores. Assume-se apenas, de forma aproximativa, que altos índices de desigualdade de renda bem como a precariedade das condições de trabalho tornam certos segmentos populacionais ou grupos sociais mais vulneráveis à violência e seus efeitos. A dimensão da desigualdade foi analisada a partir da variável *razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres*. Já a temática da ocupação foi incluída no índice a partir de duas variáveis: a *taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade* e o *percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal*.

Vulnerabilidade da população jovem

Em relação aos aspectos demográficos vinculados à criminalidade e à violência, destaca-se o aumento da vitimização juvenil, tendência observada para todo o país, sobretudo a partir da década de 1980. Como está detalhado no Capítulo VIII.A, os jovens são “um dos grupos mais vulneráveis à violência, seja como agressor, seja como vítima” (Beato, 2012). Segundo o mapa da violência elaborado especificamente para a faixa etária de 15 a 29 anos mostra que, em 2011, a taxa de homicídios entre os jovens no Brasil foi de 53 por 100 mil habitantes, e chegou a 57,6 em 2012 (Waiselfisz, 2014).

Na Faixa de Fronteira, destacam-se os municípios do sul do Mato Grosso do Sul e do oeste do Paraná, no segmento de fronteira com o Paraguai, muitos dos quais apresentam incidência de homicídios de jovens (de 15 a 24 anos)¹⁸ acima de 100 por 100 mil habitantes. É importante destacar que não são os municípios da Faixa de Fronteira que se destacam no quadro geral do país em termos de homicídios de jovens.

Tendo em vista o alto grau de vitimização juvenil nos padrões de criminalidade violenta observados na Faixa de Fronteira (ver VIII.A), consideramos oportuno adotar um indicador capaz de estimar a vulnerabilidade socioeconômica deste segmento populacional. Para tanto adotamos o cruzamento de variáveis disponível no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2014), que calcula o *percentual de jovens (entre 15 e 24 anos) que não trabalham nem estudam e são vulneráveis à pobreza*¹⁹.

DESIGUALDADE DE RENDA

Concentração de renda: razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres

A variável razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres foi obtida no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013²⁰, onde é definida como a:

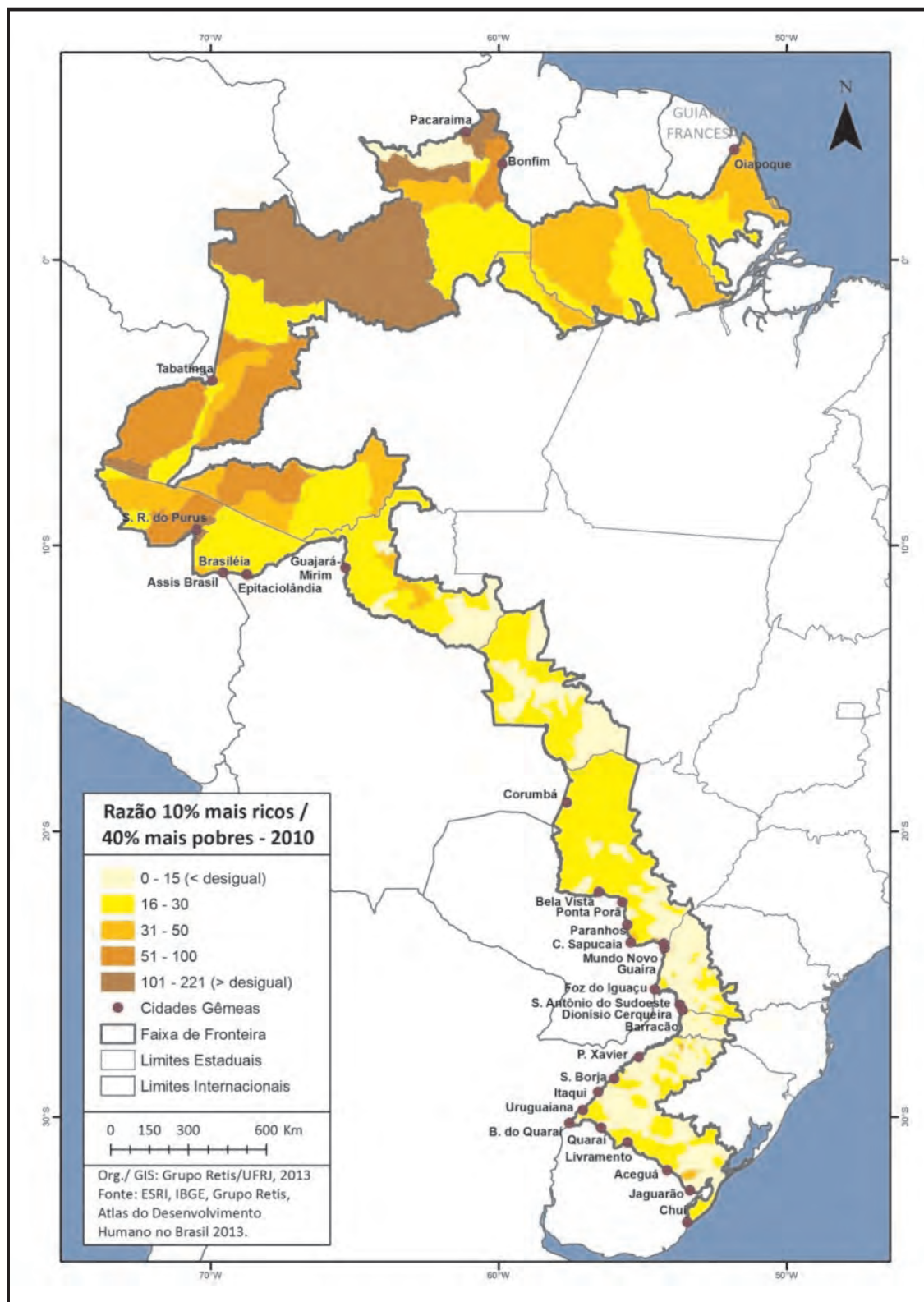
Medida do grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Compara a renda *per capita* média dos indivíduos pertencentes ao décimo mais rico dessa distribuição com a renda *per capita* média dos indivíduos pertencentes aos dois quintos mais pobres. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

¹⁸ Para este relatório, consideramos a população jovem como o segmento etário compreendido entre 15 e 24 anos. Esta escolha foi feita para permitir a comparação com os dados de vulnerabilidade socioeconômica do Atlas do Desenvolvimento Humano (2013).

¹⁹ O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2014) define como vulneráveis à pobreza as pessoas que moravam em domicílios com renda *per capita* inferior a 1/2 salário mínimo em agosto de 2010.

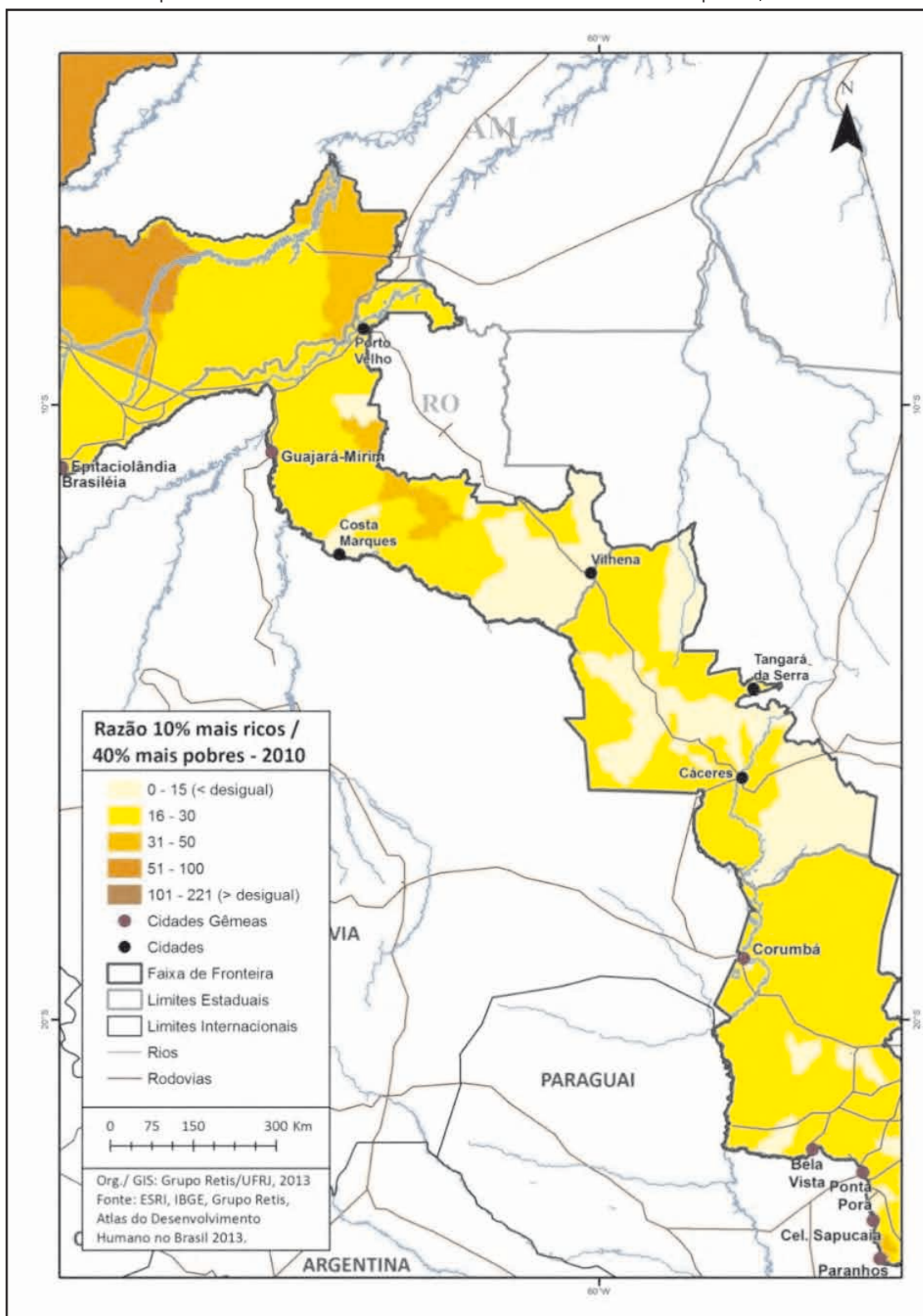
²⁰ Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/download/>>.

Mapa VI.1 Faixa de Fronteira: Razão dos 10% mais ricos sobre os 40% mais pobres, 2010.



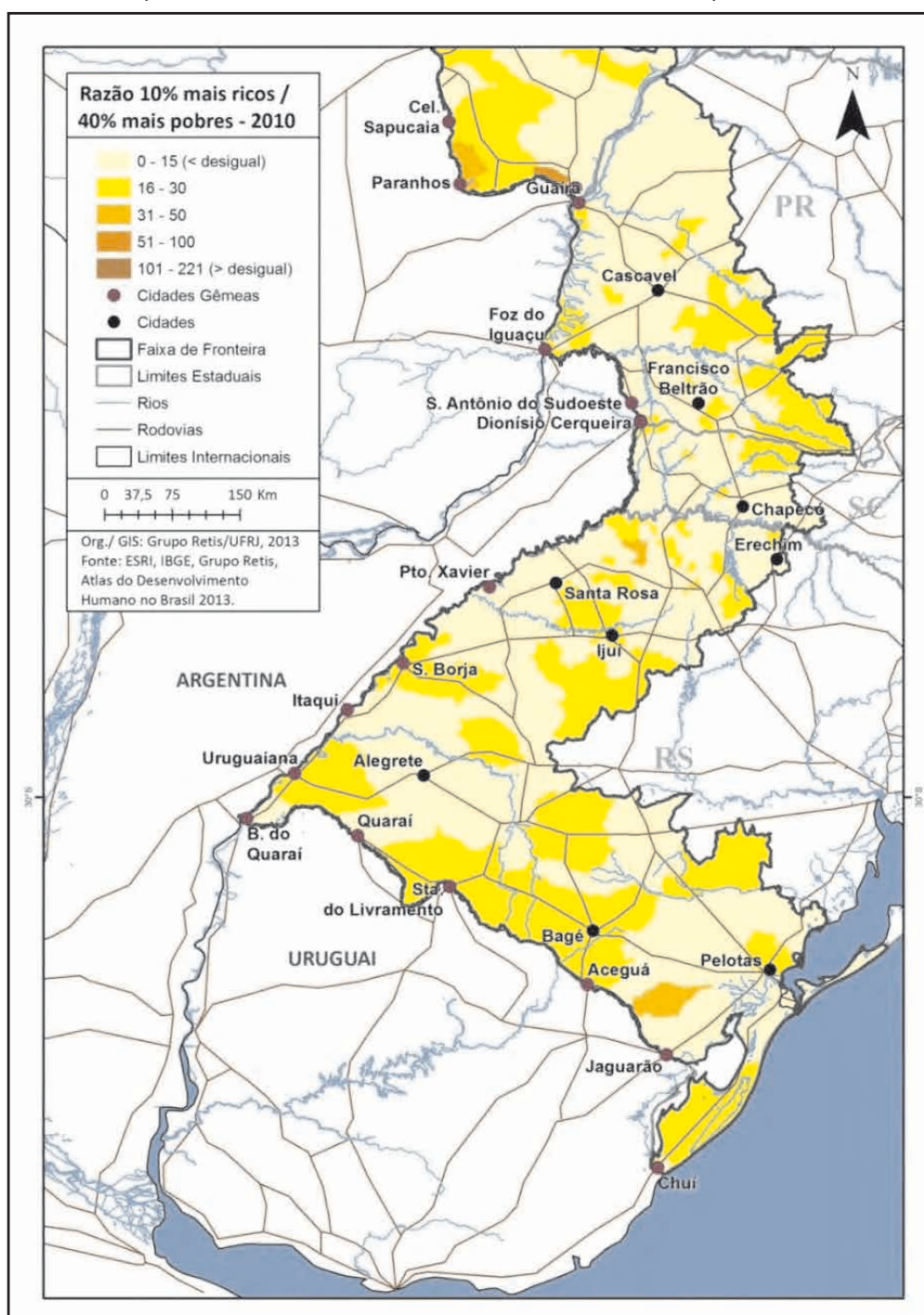
Repete-se aqui o padrão recorrente de desigualdade entre os arcos. Todos os 12 municípios com maior desigualdade entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres estão no Arco Norte. Mais além, dentre os 25 mais desiguais apenas um não está no Arco Norte. Inversamente os municípios que apresentam menor desigualdade na renda predominam

Mapa VI.3 Arco Central: Razão dos 10% mais ricos sobre os 40% mais pobres, 2010



Somente três municípios do Arco Sul – Redentora (RS), Herval (RS), e Miraguai (RS) – têm índices acima de 30 (e menores do que 41). Outros 56, ou seja, 13% dos municípios deste arco estão com índices variando entre 16 e 30. Todavia 86% dos municípios estão na classe menos desigual (Mapa VI.4).

Mapa VI.4 Arco Sul: Razão dos 10% mais ricos sobre os 40% mais pobres, 2010



Índice de Concentração de renda domiciliar per capita

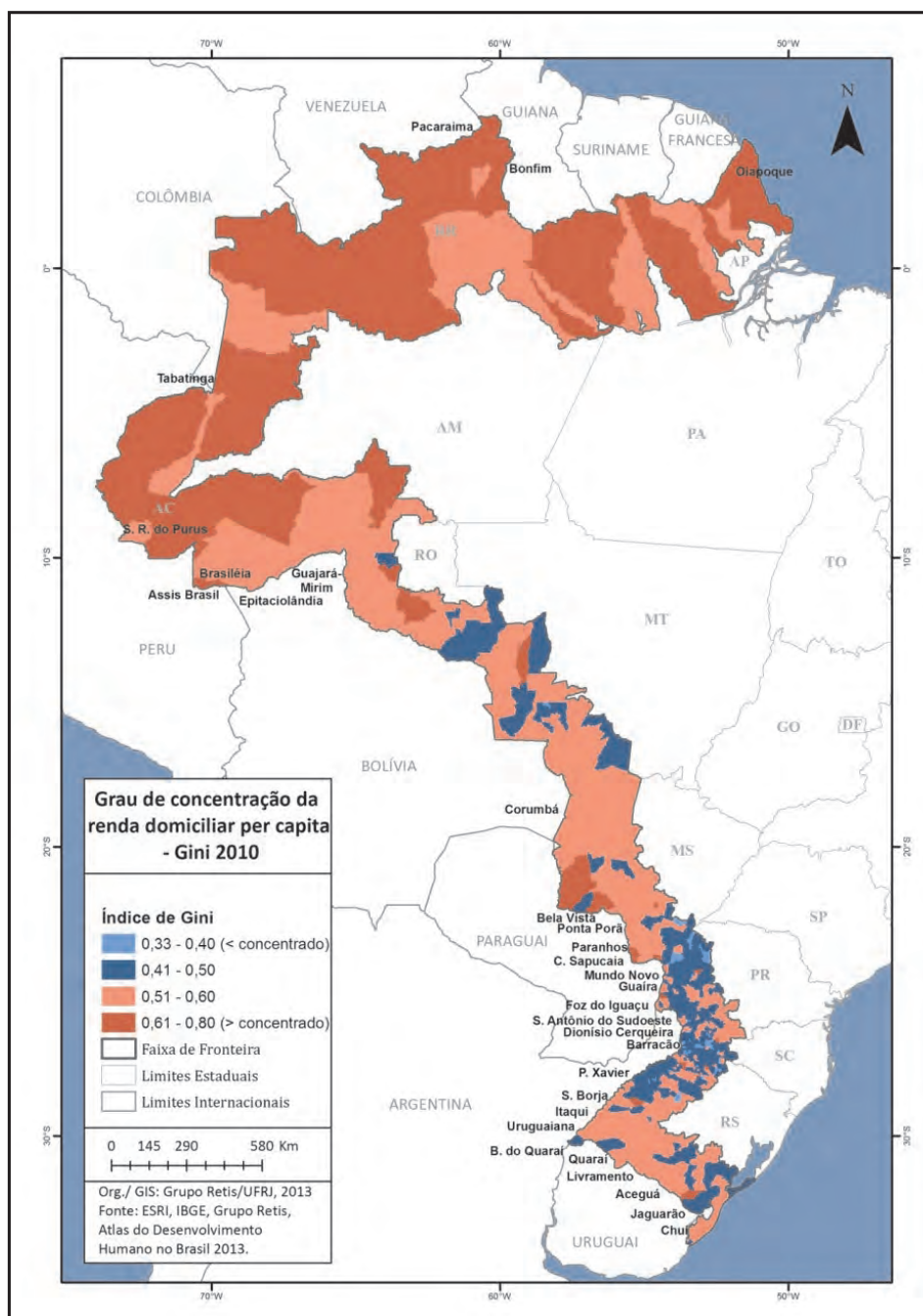
Esta variável é assim definida no Atlas do Desenvolvimento Humano:

Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda domiciliar *per capita* de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda). O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

Ao observar o Mapa VI.5 facilmente nota-se a imensa diferença entre os arcos da Faixa de Fronteira. Enquanto no Arco Norte somente existem municípios com índice acima de 0,5, no Arco Sul a predominância é dos municípios com índices abaixo de 0,5. O Arco Central apresenta uma situação intermediária.

Setenta por cento dos 58 municípios da Faixa de Fronteira com índice acima de 0,6 são do Arco Norte. Os 30% restantes dividem-se igualmente entre os dois outros arcos. Por outro lado, 95% dos 41 municípios com índice menor do que 0,4 estão no Arco Sul. Apenas dois municípios dessa classe encontram-se no Arco Central. Os 17 municípios com maior índice da Faixa de Fronteira estão todos no Arco Norte, sendo 13 com índice maior que 0,7.

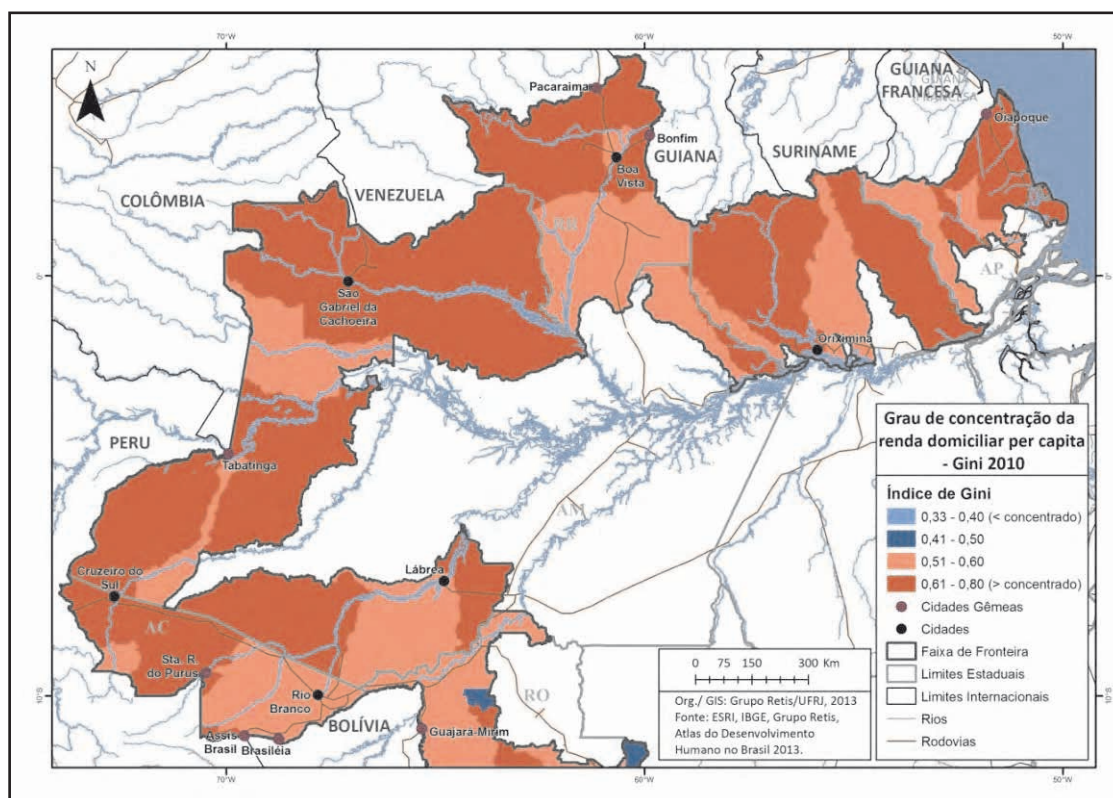
Mapa VI.5 Faixa de Fronteira: Grau de Concentração de Renda Domiciliar per capita, 2010



No Aro Norte, conforme ilustra o Mapa VI.6, 56% dos municípios estão na mais alta classe de desigualdade (0,61-0,80), e os restantes (34 municípios, ou 44%) incluem-se na faixa imediatamente inferior (0,51-0,60). O Amazonas é o estado com a maior desigualdade, pois 71% de seus municípios apresentam índices acima de 0,6.

Destacamos os treze municípios com índice maior do que 0,7, e que também são os com os maiores índices de toda a Faixa de Fronteira. Em ordem decrescente são eles: São Gabriel da Cachoeira (AM), Santa Rosa do Purus (AC), Uiramutã (RR), Amajari (RR), Barcelos (AM), Pacaraima (RR), Guajará (AM), Alto Alegre (RR), Santa Isabel do Rio Negro (AM), Pauini (AM), Bonfim (RR), Jordão (AC), e Mucajaí (RR). Já os municípios com menores índices de desigualdade deste Arco são Sena Madureira (AC), Acrelândia (AC), Tonantins (AM), e São João da Baliza (RR).

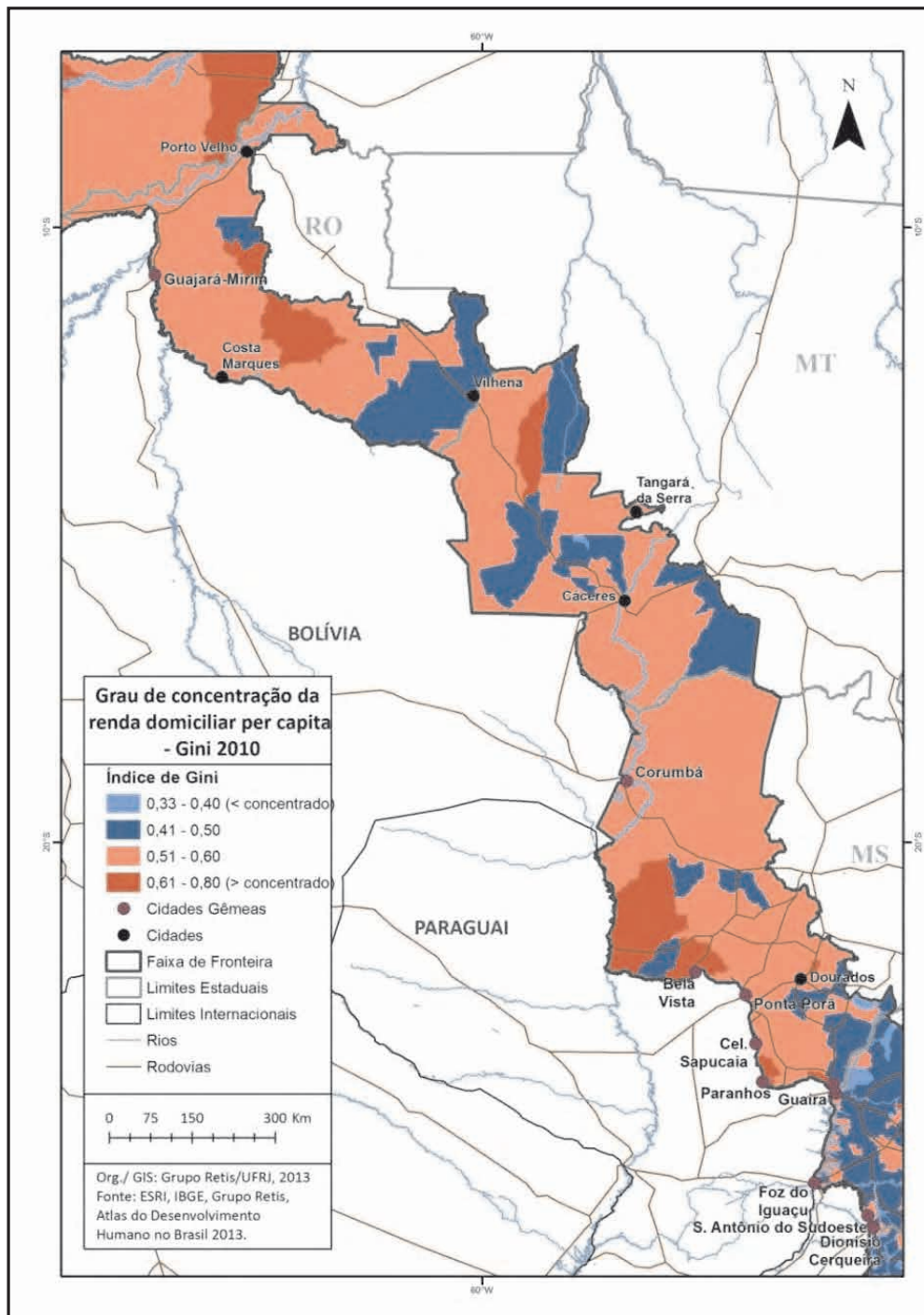
Mapa VI.6 Arco Norte: Grau de Concentração de Renda Domiciliar per capita-2010



Oitenta e nove por cento dos municípios deste Arco está nas classes intermediárias de desigualdade de renda domiciliar. Na classe entre 0,41 e 0,50 são 36% dos municípios da Faixa de Fronteira. Na classe entre 0,51-0,60 são 54% (Mapa VI.7).

Além destes existem nove municípios com índice maior que 0,6: Campo Novo de Rondônia (RO), Japorã (MS), Paranhos (MS), Seringueiras (RO), São Miguel do Guaporé (RO), Campos de Júlio (MT), Porto Murtinho (MS), Bela Vista (MS), e Douradina (MS). E dois com índice menor que 0,4: Reserva do Cabaçal (MT) e Novo Horizonte do Sul (MS).

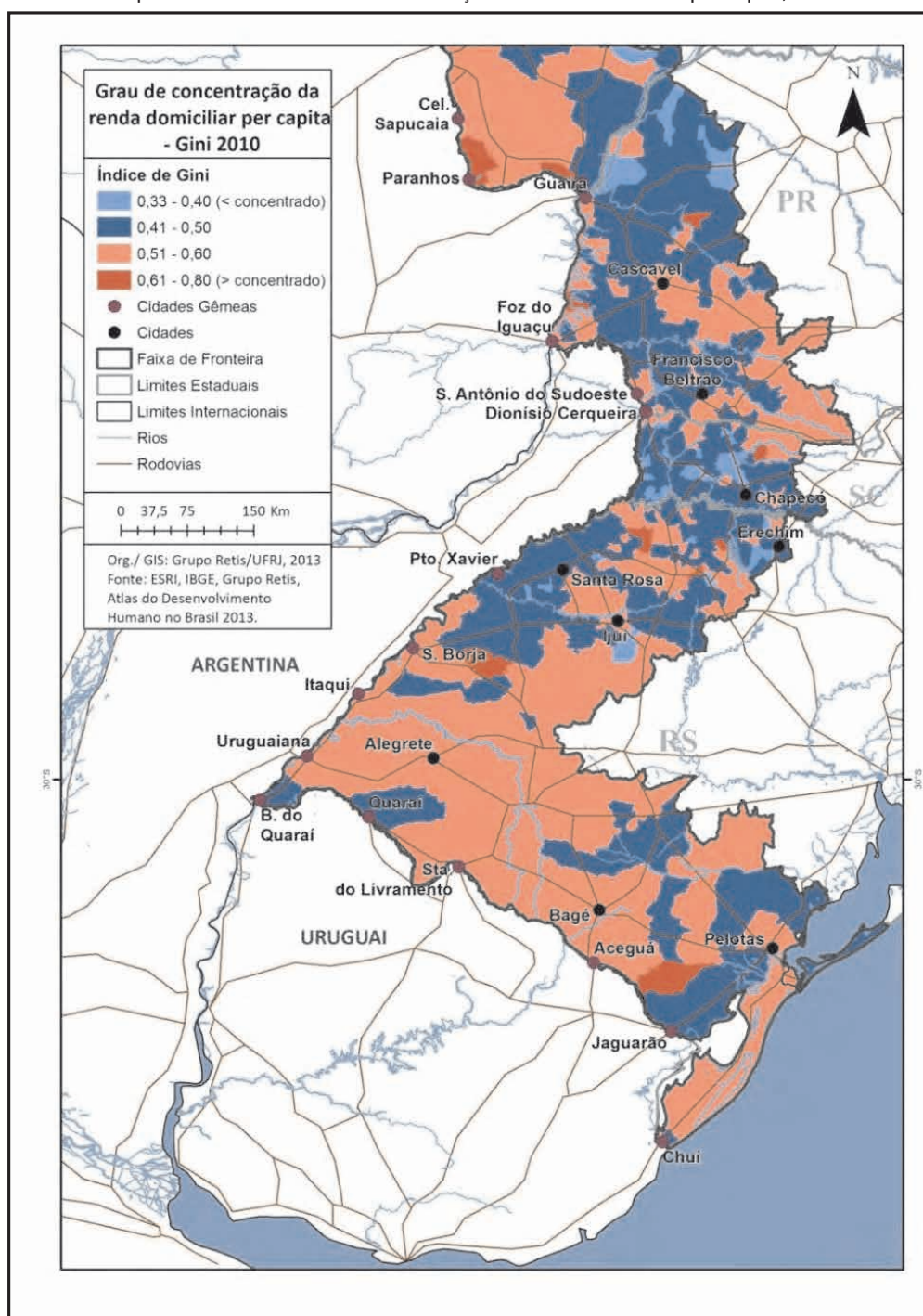
Mapa VI.7 Arco Central: Grau de Concentração de Renda Domiciliar per capita–2010



No Arco Sul, à semelhança do Arco Central, 89% dos municípios estão nas duas classes intermediárias de desigualdade de renda domiciliar (Mapa VI.8). Porém aqui a situação se inverte, pois, a classe entre 0,41-0,50 teve 62% de participação e a classe entre 0,51-0,60 teve 27%.

Além destes existem nove municípios (ou 2%) na classe de maior desigualdade: Herval (RS), Miraguá (RS), Redentora (RS), Itaipulândia (PR), Novo Barreiro (RS), Ipuacu (SC), Três Palmeiras (RS), Itacurubi (RS), e Quarto Centenário (PR). E 39 municípios (ou 9%) na classe de menor desigualdade de renda domiciliar.

Mapa VI.8 Arco Sul: Grau de Concentração de Renda Domiciliar per capita, 2010



Chefes de domicílio abaixo da linha de pobreza – menos de 1/4 do salário mínimo

A variável “chefes de domicílio abaixo da linha de pobreza” é uma das variáveis que compõe o quadro das condições socioeconômicas na Faixa de Fronteira. Sua denominação foi alterada no Censo Demográfico de 2010 para “responsáveis pelos domicílios particulares”. Para obtê-la foi necessário realizar o somatório dos valores de outras três classes: responsáveis pelos domicílios particulares com até 1/8 de salário mínimo, com 1/8 a 1/4 de salário mínimo e sem rendimento.

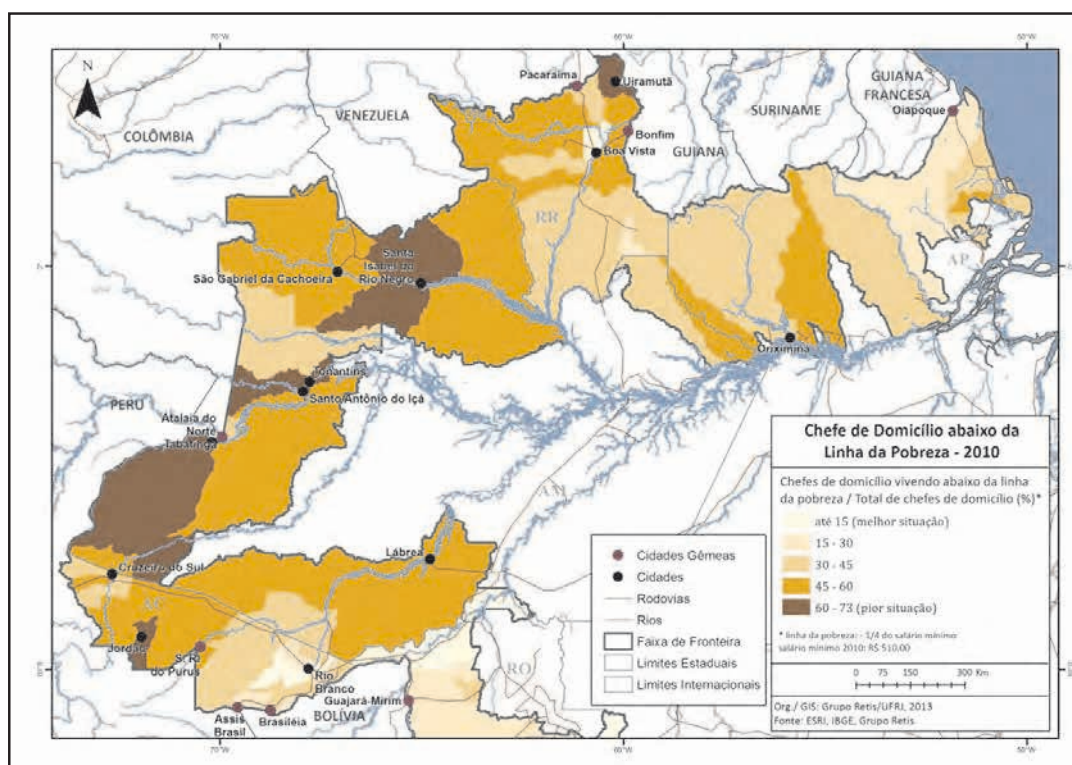
Como em 2010 o salário mínimo era de R\$ 510,00, foram considerados como chefes de domicílio vivendo abaixo da linha da pobreza aqueles que tinham menos de cento e vinte e sete reais e cinquenta centavos (R\$ 127,50) de renda para sustentar os gastos da família.

A linha de pobreza, no entanto, não é consenso. O programa “Brasil sem Miséria”, lançado pelo Governo Federal, em 2011, tem como público-alvo a camada mais pauperizada da população brasileira. Sua metodologia define que as pessoas que vivem em condição de extrema pobreza são as que apresentam rendimento nominal mensal domiciliar de R\$ 70,00. Outras variáveis de natureza distinta são consideradas pelo programa mas não serão tratadas aqui.

Para o Banco Mundial, o limiar da linha da pobreza corresponde a US\$ 2 *per capita*, por dia, e o da indigência a US\$ 1 *per capita*, por dia. Em reais, segundo essa classificação, estariam abaixo da pobreza as pessoas que obtêm rendimento inferior a cento e um reais e noventa e oito centavos (R\$101,98) e da indigência, os que obtêm menos de cinquenta reais e noventa e nove centavos (R\$50,99).

Para este diagnóstico optamos pelos cálculos já consagrados pelo IBGE. Um complicador adicional no Brasil advém do fato de que boa parte dos cálculos sobre a renda são baseados na renda familiar e não na renda *per capita*. Também não nos fixamos numa conceituação de miséria, pois consideramos que a sobrevivência de uma família com menos de ¼ do que é considerado o mínimo necessário para se atender as necessidades básicas de um cidadão no Brasil já seria grave o suficiente para indicar os municípios mais críticos da Faixa de Fronteira.

Mapa VI.9 Arco Norte: Chefes de Domicílio abaixo da Linha da Pobreza, 2010



A desigualdade entre os arcos da Faixa de Fronteira é mais uma vez observada. As piores condições estão nos municípios do Arco Norte, onde 34 municípios concentram as piores taxas de renda dos chefes de domicílio. Esse número impressiona ainda mais se considerados os 100 municípios com os índices mais baixos de renda, pois 69 estão no Arco Norte.

O município de Uiramutã (RR) apresenta a pior situação, com a mais alta taxa de chefes de domicílio vivendo abaixo da linha da pobreza (72,96%) de toda a Faixa de Fronteira. Podemos levantar como hipóteses para o mal desempenho desse município a área ter uma intensa mineração de ouro e diamantes com mão de obra desqualificada e os conflitos decorrentes da desocupação para a implantação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

O estado do Amazonas tem, comparativamente aos demais estados do arco, o pior desempenho em relação à renda dos chefes de domicílio destacando-se os municípios de Ipixuna (AM), Tonantins (AM), Santa Isabel do Rio Negro (AM), Santo Antônio do Içá (AM) e Atalaia do Norte (AM). Em compensação a nordeste do Arco Norte e em parte do estado de Roraima a situação dos chefes de domicílio apresenta um melhor desempenho no que diz respeito à renda.

As capitais estaduais apresnetam os municípios com as taxas percentuais mais baixas (na faixa de < 15%), ou seja, percentualmente existem menos chefes de domicílio no município vivendo abaixo da linha da pobreza. O entorno de Rio Branco (AC) também merece destaque, uma vez que um percentual baixo de chefes de domicílio está em situação de fragilidade econômica.

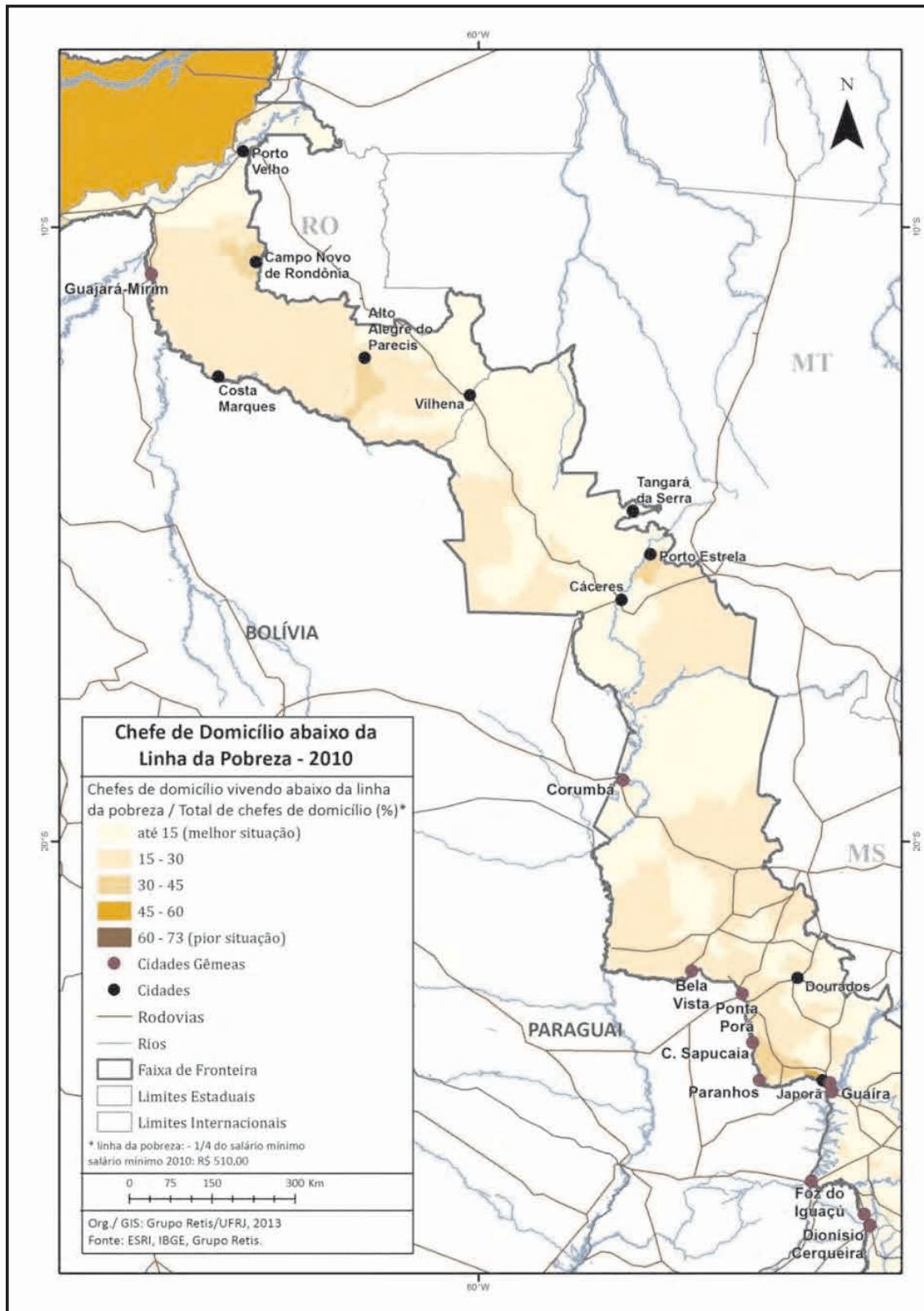
No Arco Central há uma melhora relativa. Os municípios do Arco Central concentram-se nas três primeiras faixas representadas no Mapa VI.10: < 15%; 15% a 30% e 30% a 45%, exceto Japorã (MS) com 45,07% dos chefes dos domicílios vivendo abaixo da linha da pobreza.

A região da Chapada dos Parecis tem municípios nas duas primeiras faixas 4,97% – 10% e 10% – 15%, com destaque para os municípios de Pimenta Bueno (RO), Vilhena (RO), Campos de Júlio (MT), Sapezal (MT) e Tangará da Serra (MT); e a região de Dourados (MS), no extremo sul do Arco Central, conjuntamente com os municípios de Naviraí (MS) e Bonito (MS) apresentam a melhor situação dos chefes de domicílio do arco central (Mapa VI.10).

No outro extremo, Japorã (MS), município bem próximo à cidade gêmea de Guaíra (PR) tem o pior percentual sobre a renda dos “responsáveis pelo domicílio” com 45,07% destes vivendo abaixo da linha da pobreza.

A capital Porto Velho (RO) está situada na segunda faixa (10 a 15%) dos chefes de domicílio abaixo da linha da pobreza, a despeito de ser uma capital de estado.

Mapa VI.10 Arco Central: Chefes de Domicílio abaixo da Linha da Pobreza, 2010



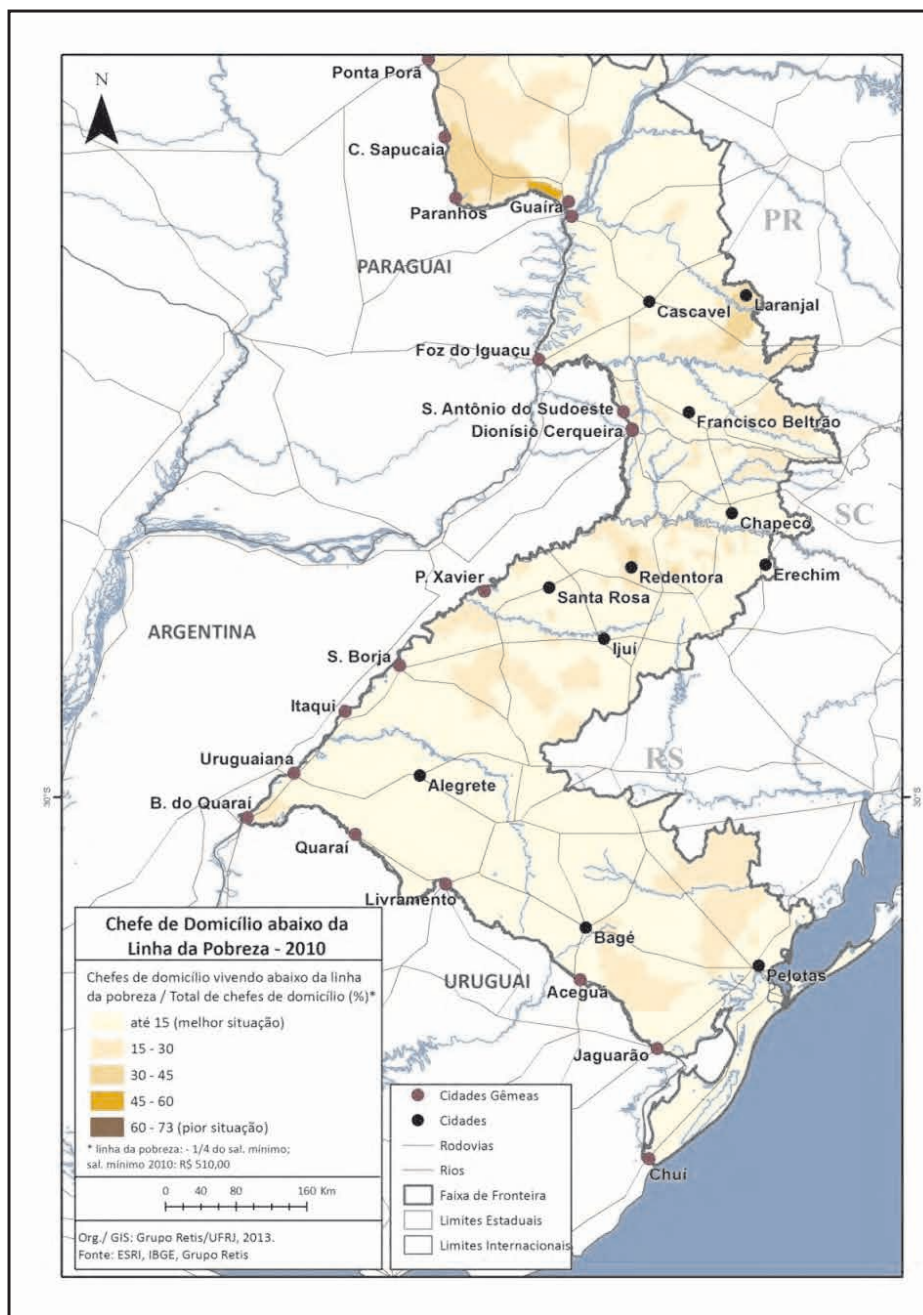
Os melhores percentuais municipais da Faixa de Fronteira estão no Arco Sul. Comparando com os outros arcos, os chefes de domicílio dos municípios do Arco Sul têm uma renda superior. Os municípios do Arco Sul, deste modo, concentram-se também nas três primeiras faixas (< 15%; 15% a 30% e 30% a 45%). Para se demonstrar tal diferença a pior situação do Arco Sul encontra-se no município de Redentora (RS) que apresentou 36,80% dos chefes de domicílio abaixo da linha da pobreza.

O Arco Sul apresenta a melhor situação da faixa de fronteira brasileira no quesito chefes de domicílio vivendo abaixo da linha da pobreza. Comparativamente, enquanto no Arco Norte e Central os maiores percentuais são de 72,96% e 45,07%, no Arco Sul o maior percentual é de 36,80% no município de Redentora (RS) (Mapa VI.11).

Para termos uma ideia mais clara do quanto melhor está a situação dos “responsáveis pelos domicílios particulares vivendo abaixo da linha da pobreza” no Arco Sul, observamos que dos 417 municípios que compõem esse arco um total de 338 municípios estão compreendidos entre as duas primeiras faixas. Ou seja, 76,25% de todos os municípios da faixa estão contidos nas primeiras faixas que correspondem a no máximo 15% do total municipal dos chefes vivendo abaixo da linha da pobreza.

O extremo sul do arco apresenta a maioria dos seus municípios na segunda faixa (5% a 15%). Outras duas localidades a serem destacadas são os vales Coloniais Sulinos no sudoeste do Paraná e os municípios no entorno de Guaíra (PR) onde há também o predomínio na faixa dos 15%. No entanto, nessas duas localidades, diversos municípios encontram-se na primeira faixa com até 5% dos responsáveis pelo domicílio vivendo abaixo da linha da pobreza.

Mapa VI.11 Arco Sul: Chefes de Domicílio abaixo da Linha da Pobreza, 2010



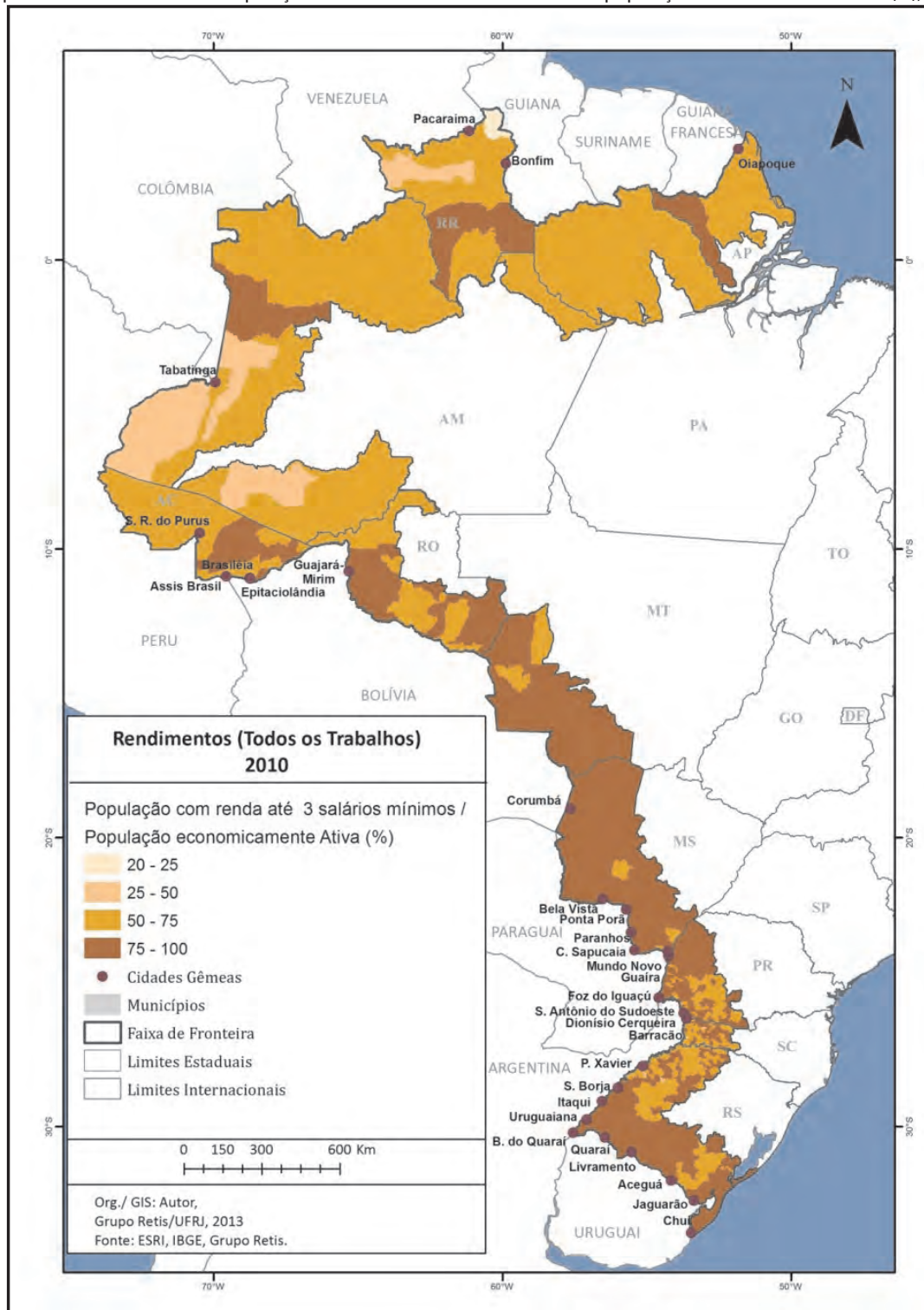
Classes de Renda da População Ocupada

Considerou-se o rendimento bruto do trabalho recebido em dinheiro, produtos ou mercadorias, não sendo computado o valor da remuneração recebida em benefícios que não foram ganhos ou reembolsados em dinheiro, tais como: cessão ou pagamento, diretamente pelo empregador, de moradia, roupas, vale-alimentação, vale-transporte, treinamento ou aprendizado no trabalho, educação ou creche paga diretamente pelo empregador etc.

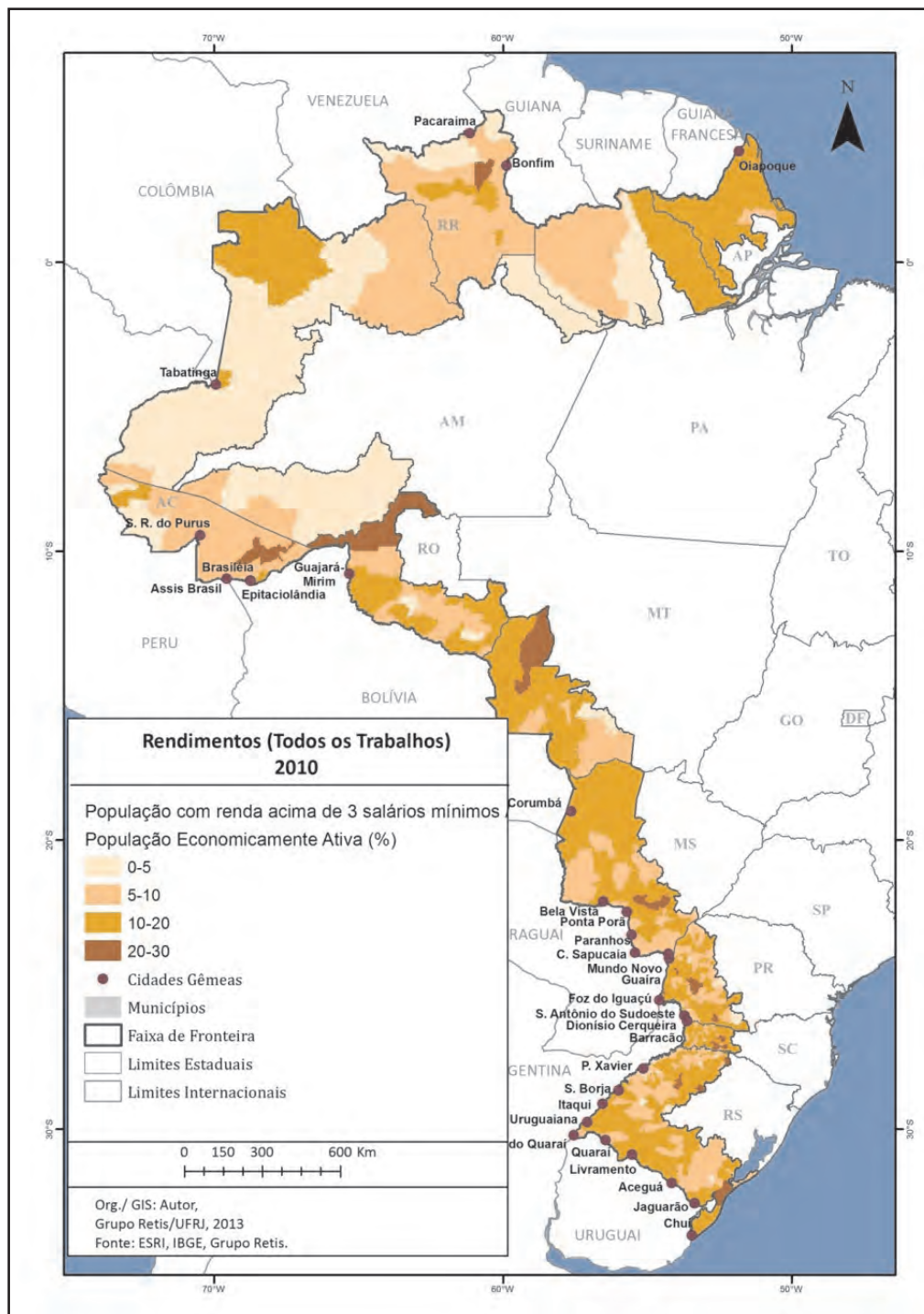
Analisando as tabelas e o mapeamento destas variáveis se constatou que a maioria da população dos municípios da Faixa de Fronteira recebe até três salários mínimos. Observando o Mapa VI.12 percebe-se que tal faixa salarial é recebida por mais de 75% da

população economicamente ativa em grande parte dos estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Os dados revelaram ainda que nenhum município apresenta mais de 26% da população economicamente ativa com renda superior a três salários mínimos. No mapeamento da população com renda acima de 3 salários mínimos (Mapa VI.13) nota-se que os municípios que apresentam maior proporção da população economicamente ativa nesta faixa salarial encontram-se dispersos ao longo da Faixa de Fronteira, sem apresentar qualquer padrão espacial.

Mapa VI.12 Faixa de Fronteira: População com renda até 3 salários mínimos / população economicamente ativa (%), 2010



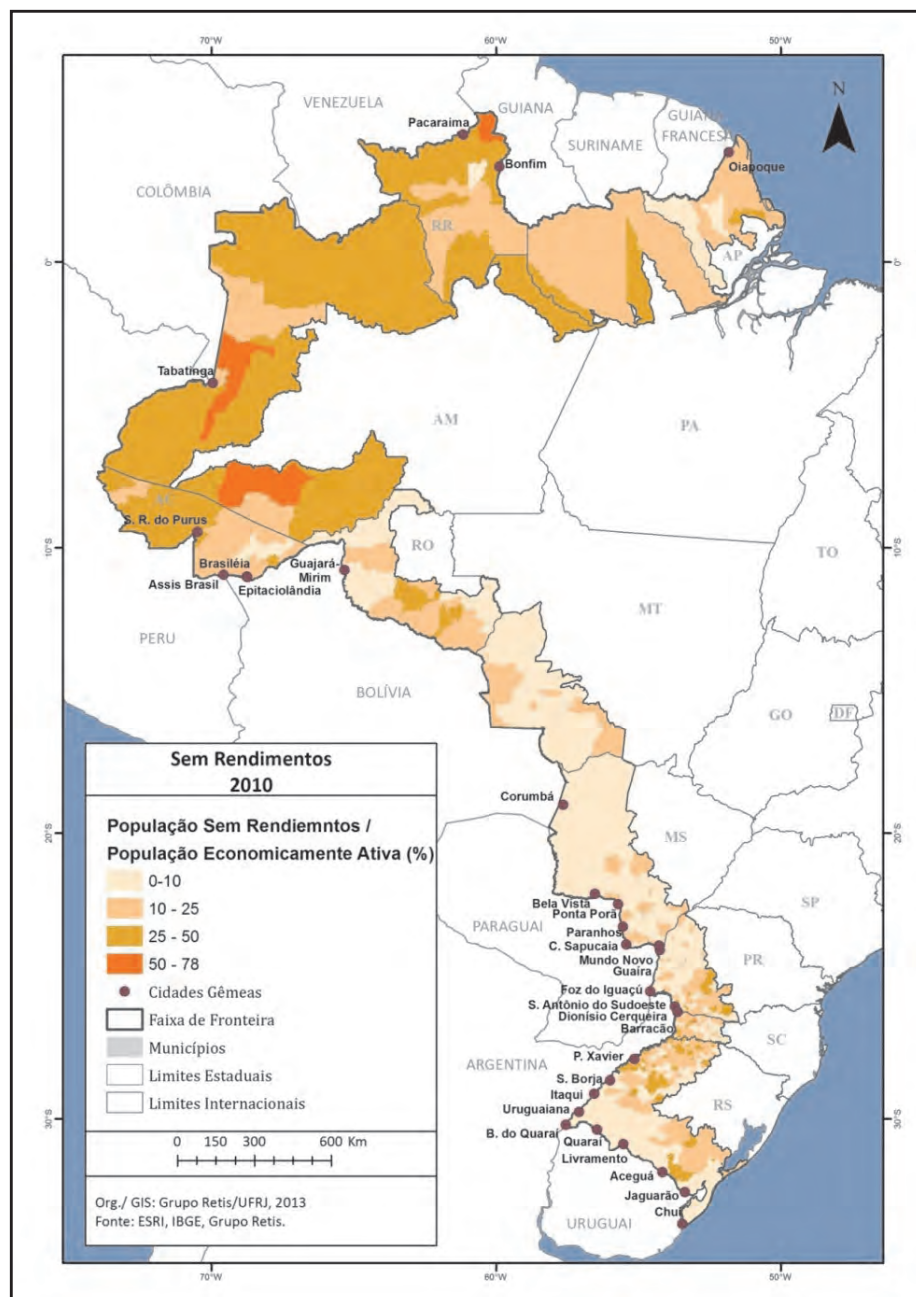
Mapa VI.13 Faixa de Fronteira: População com renda acima de 3 salários mínimos / população economicamente ativa (%), 2010



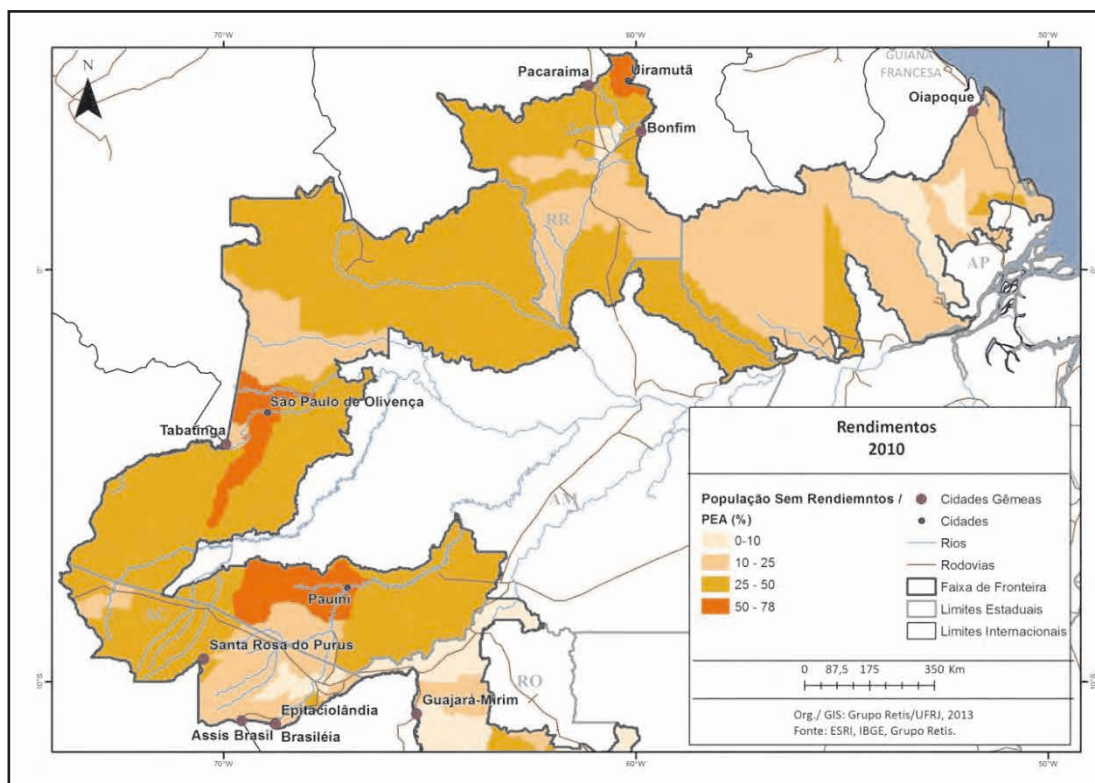
Nos estados do Arco Norte a percentagem da população com rendimentos até 3 salários mínimos é relativamente mais baixa do que no restante da Faixa de Fronteira e tal fato se explica pelo elevado número de pessoas sem rendimento, ultrapassando 50% da população economicamente ativa em alguns municípios (Mapa VI.14). Em relação aos municípios com elevada proporção de pessoas sem rendimentos, destaca-se o município de Uiramutã (RR), com aproximadamente 78% da população economicamente ativa sem rendimentos. São Paulo de Olivença (AM), Santo Antônio do Içá (AM) e Pauini (AM) também apresentam pouco mais de metade da população economicamente ativa sem

rendimentos. O município de Saltinho (SC) é o único município do Arco Sul da Faixa de Fronteira com mais da metade da população economicamente ativa nestas condições. Ainda assim, o Arco Sul apresenta grande número de municípios onde mais de 25% da população economicamente ativa sem rendimentos. Os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul são os que apresentam as menores proporções. Em termos absolutos, os municípios com maior número de pessoas sem rendimentos foram São Paulo de Olivença (AM), com pouco mais de 7.000 pessoas; Canguçu (RS), com 6.900 pessoas; Porto Velho (RR), com 6.800 pessoas; Pelotas (RS), com 5.400 pessoas e Rio Branco (AC), com aproximadamente 5.200 pessoas. São Paulo de Olivença (AM) e Canguçu (RS) merecem destaque, pois estes valores representam grande parcela da população economicamente ativa destes municípios, chegando a pouco mais de 50% no primeiro e 32% no segundo.

Mapa VI.14 Faixa de Fronteira: População sem Renda / PEA, 2010



Mapa VI.15 Arco Norte: População sem Renda / PEA, 2010



No outro extremo, o número de pessoas com rendimentos muito elevados, acima de 10 salários mínimos, destaca-se Porto Velho (RO), com aproximadamente 8.000 pessoas nestas condições, seguido por Cascavel (PR), Boa Vista (RR) e Pelotas (RS), estes últimos com aproximadamente 5.000 pessoas. No entanto, o valor percentual referente à população economicamente ativa com mais de 10 salários mínimos nestes municípios não ultrapassa os 3%.

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

A análise feita sobre a População Economicamente Ativa (PEA) tem grande valor para o entendimento dos valores socioeconômicos de cada município. Ela irá ajudar a compreender a estrutura do mercado de trabalho como um todo, a sua capacidade de empregar a população e o tipo de economia base, formal ou informal. Para esse diagnóstico foram vistos os dados do IBGE relacionados à PEA, sobre população desocupada, empregados com carteira assinada e aposentados e pensionistas. Para o IVSE-M, foram utilizados os dados de taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade, o percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal e o percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham.

A PEA seria o potencial de mão de obra com a qual pode contar o setor produtivo. Ela se divide em duas categorias: os ocupados e os desocupados. Ocupados são aqueles que, dentro da semana de referência, exerceram atividade remunerada. Os desocupados são aqueles que não trabalharam na semana de referência da pesquisa, mas que estavam dispostos a trabalhar ou que estão à procura de emprego²².

Dentro da PEA ocupada existem diferentes categorias para classificar a forma de emprego, indicando assim qual são as formas de ocupação predominantes daquele município. Essas categorias são: Empregados (com carteira assinada, sem carteira assinada, militares e funcionários públicos) e empregadores (por conta própria, não remunerados em ajuda a membros do domicílio e de produção para próprio consumo).

Outra relação feita pelo IBGE a partir dos dados, não necessariamente relacionados aos da PEA, é a de aposentados ou pensionistas. Essa relação se encontra nesta parte por estar relacionado aos trabalhadores que já fizeram parte da PEA e incluídos no mercado formal, ou por ventura ainda fazem parte, entrando novamente no mercado de trabalho, mesmo já aposentados, desde que não por invalidez.

População Economicamente Ativa Desocupada

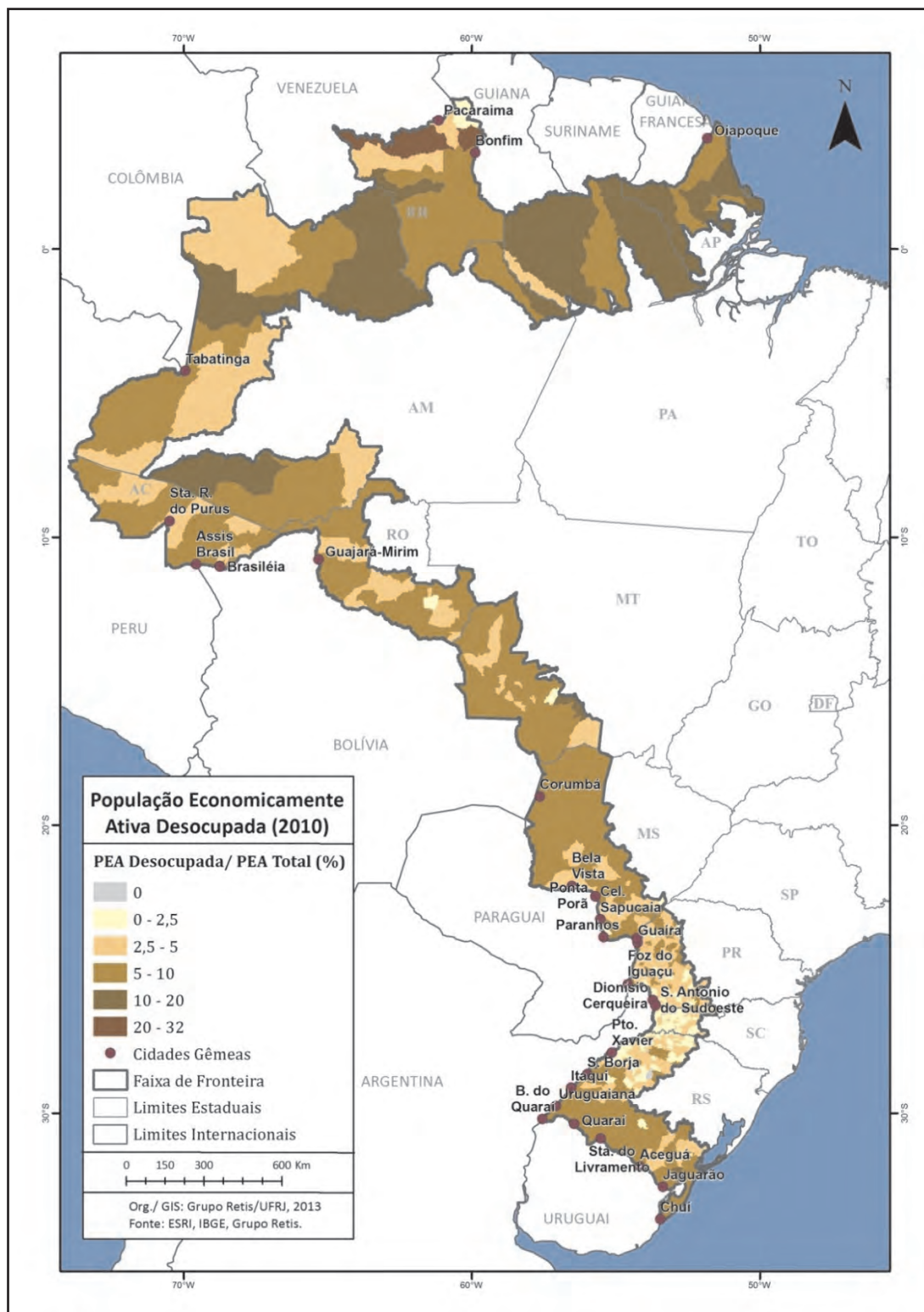
A análise feita sobre a PEA desocupada irá servir para entender o nível de disponibilidade de empregos dentro do município ou do seu entorno, compreendendo assim o quão desenvolvido e disponível é o seu mercado de trabalho.

As taxas referentes à população economicamente ativa desocupada foram relativamente baixas na Faixa de Fronteira, o que indica um alto índice de ocupação da população, isto é, pouco desemprego. Cerca de um terço dos municípios se encontra na faixa entre 2,5% a 5% de PEA desocupada, sobretudo no Arco Sul. A classe acima (5% a 10%) abrange igualmente um grupo significativo de municípios (171), 29,1% do total. Desta forma é possível observar uma concentração dentro dessas faixas, que são relativamente baixas (Mapa VI.16).

Houve quatro casos de municípios, todos eles localizados no Arco Sul, que apresentaram taxa igual a 0% de PEA desocupada, o que significa que durante aquela semana de referência houve uma ocupação de toda a PEA daquele município, indicando assim que ele possui uma alta oferta de empregos. Já as maiores taxas de desocupação estão localizadas no Arco Norte, com muitos municípios na classe de 10 a 20% e os únicos casos com mais de 20% da PEA desocupada.

²² Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010.

Mapa VI.16 Faixa de Fronteira: População Economicamente Ativa Desocupada, 2010

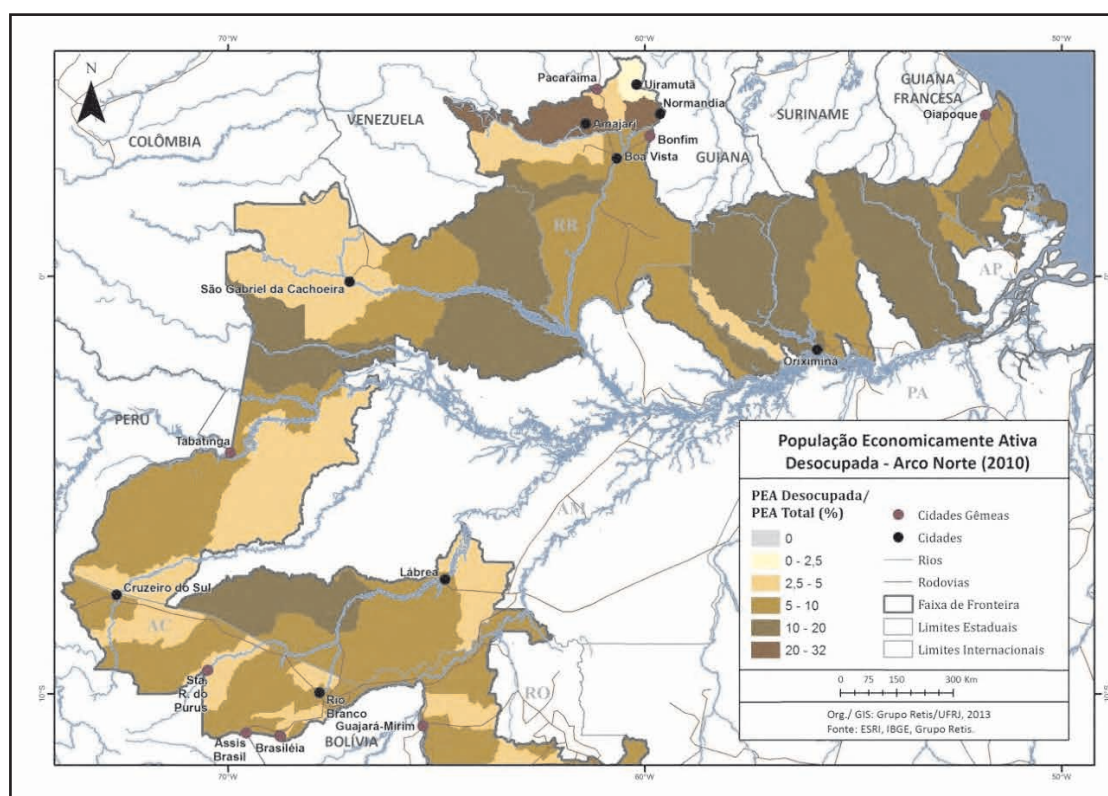


O Arco Norte tem as maiores taxas de desocupação de toda a Faixa de Fronteira. Este fato se faz perceptível devido à grande concentração das maiores classes (Mapa VI.17). Dentro da classe entre 5 e 10% estão 38 municípios do Arco Norte e ainda mais 13 na classe de 10 a 20%, somando assim 51 dos 71 municípios concentrados nessas duas classes. Os dois municípios que se encaixaram na última classe estão localizados em Roraima, sendo eles Amajari (RR) e Normandia (RR), tendo esse último a maior taxa

da Faixa de Fronteira, com 31,7% de PEA desocupada, muito pelo fato de mais de 60% da sua população ser indígena, não estando em um mercado de trabalho. De forma contrastante, o município de Uiramutã (RR), que, assim como Normandia (RR), fica localizado na reserva indígena Raposa Serra do Sol e foi o município com menor taxa, com apenas 1,5% de desocupação, o que significa que a população indígena no local estaria em grande parte empregada no mercado de trabalho, que pelo tipo de economia local, predominantemente rural, seria na atividade extrativista não madeireira e no garimpo, fonte de polemicas na região por serem ilegais e pelas disputas de terras indígenas.

Essas taxas mostram uma forte desocupação dentro do Arco Norte, o que pode indicar uma baixa oferta de emprego, o que poderia estar relacionado à baixa estabilidade, verificada anteriormente, dentro do mercado de trabalho formal.

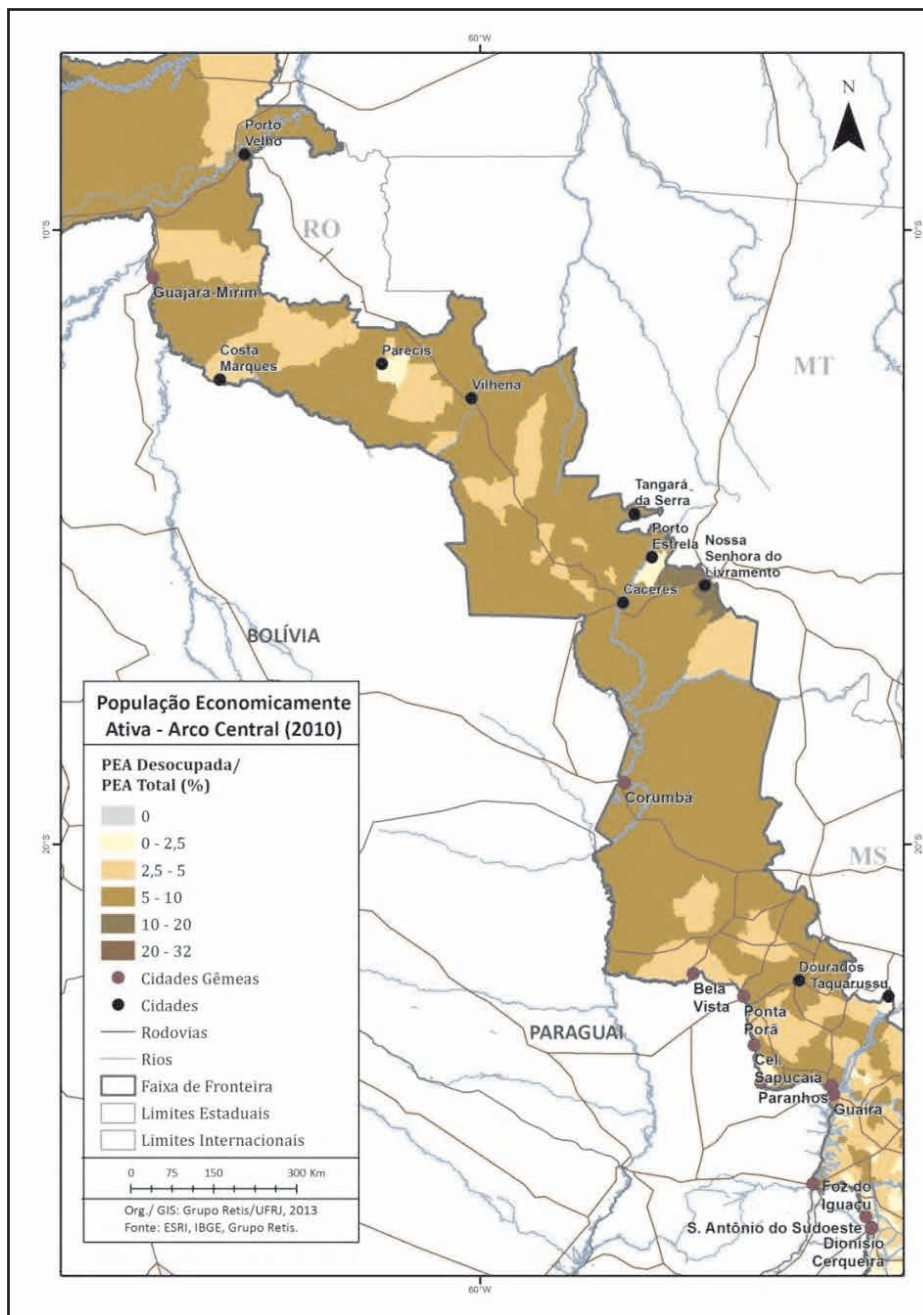
Mapa VI.17 Arco Norte: População Economicamente Ativa Desocupada, 2010



Em contraste com o Arco Norte, o Arco Central apresenta uma grande homogeneidade. A maior parte dos municípios (61,6%) pertence à classe de 5 a 10% da PEA desocupada (Mapa VI.18).

Neste arco, quatro municípios que apresentaram taxas muito baixas de desocupação (menos de 2,5% da PEA desocupada): Parecis (RO), Porto Estrela (MT), Paranhos (MS) e Taquarussu (MS), no limite com o estado do Paraná. Isso mostra uma boa oferta de emprego. Vale destacar o caso de Paranhos (MS), cidade gêmea na fronteira com o Paraguai que apresenta uma alta taxa de deslocamento para trabalho em outro país – com 203 pessoas.

Mapa VI.18 Arco Central: População Economicamente Ativa Desocupada, 2010

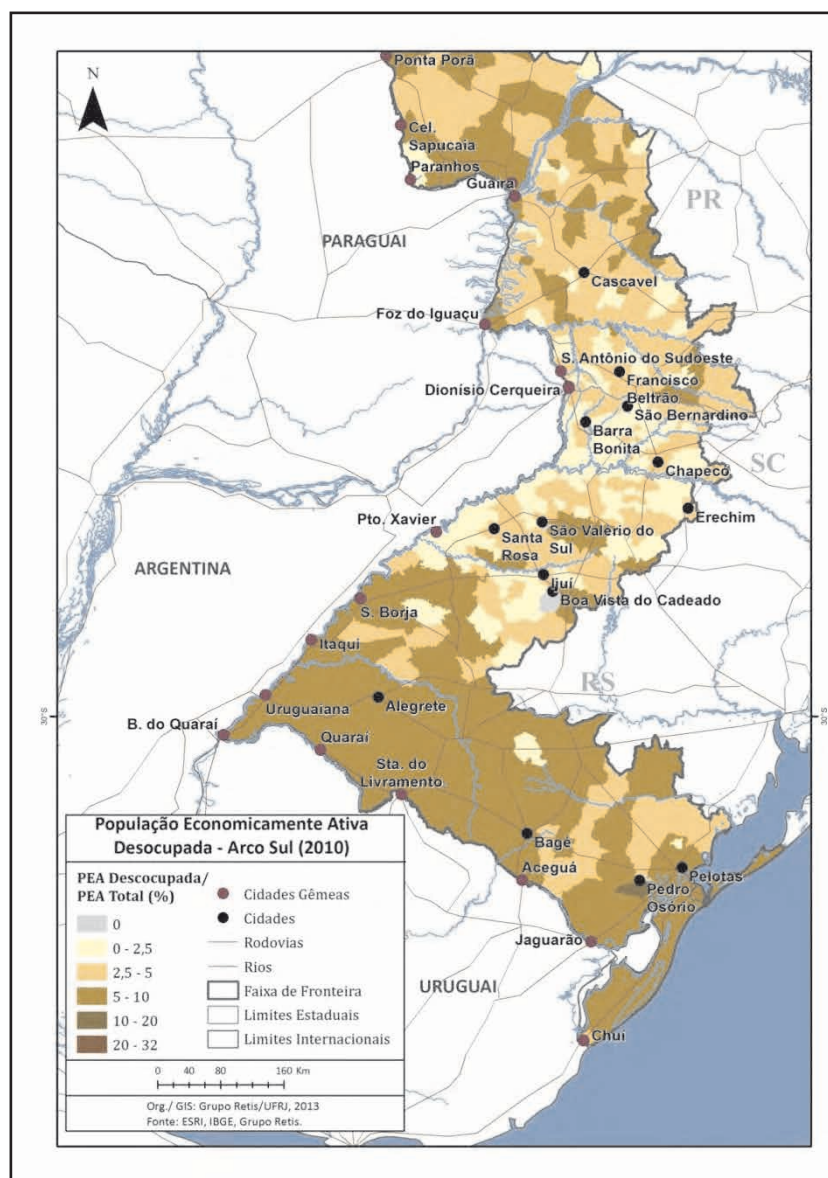


Já em Nossa Senhora do Livramento (MT), município vizinho de Porto Estrela (MT), acima mencionado, apresentou a maior taxa de desocupação dentro do Arco Central, com cerca de 10 a 20% de PEA desocupada. É possível que isso se deva ao baixo grau de urbanização e à importância das atividades agropecuárias no município. O setor agropecuário é o maior empregador, depois do setor de administração pública, ainda que empregue muito pouco. É expressivo também o afluxo causado pelo deslocamento para trabalho em outro município. De 10% a 20% da população ocupada se desloca com este fim, possivelmente para Cuiabá (MT), por estar dentro da sua região metropolitana, ou Cáceres (MT), município vizinho que possui uma melhor situação em termos econômicos e estruturais.

Em comparação aos outros arcos o Arco Sul foi o que apresentou as menores taxas de desocupação de modo geral. Abrangendo as três menores classes, correspondente aos valores com até 5% da PEA desocupada, onde se concentram 345 dos 418 municípios do Arco Sul, portanto 82,5% do total (Mapa VI.19). Esses municípios estão concentrados em sua maioria nos Vales Coloniais Sulinos, que possuem uma grande concentração no setor industrial, tendo uma alta oferta de empregos para a população.

Houve também uma concentração das maiores taxas de desocupação no Arco Sul. A classe de 5% a 10% da PEA desocupada está concentrada na metade sul do Rio Grande do Sul, que tem como setores principais do seu mercado de trabalho formal o comércio e a agropecuária. Esta região também apresentou a maior concentração da renda familiar de todo o Arco Sul, o que pode indicar que o chefe de família é o único indivíduo a exercer atividades remuneradas e sustenta o domicílio.

Mapa VI.19 Arco Sul: População Economicamente Ativa Desocupada, 2010



O extremo sul também apresentou o município com a maior taxa de desocupação de todo o Arco Sul, que foi Pedro Osório (RS), com 10,9% da sua PEA desocupada. Esse município apresentou características semelhantes ao de Nossa Senhora do Livramento (MT), no caso do Arco Central, em que grande parte da população ocupada se desloca para trabalhar (16,7%), o que indicaria um mercado de trabalho de baixa oferta de emprego dentro do município.

Outro dado a ser destacado no Arco Sul é o de que quatro municípios apresentaram um valor de 0% da PEA desocupada, isso é, uma situação de pleno emprego. Foi o caso de Barra Bonita (SC), São Bernardino (SC), Boa Vista do Cadeado (RS) e São Valério do Sul (RS). Esses municípios possuem pouca população, todos com menos de três mil habitantes, e a sua PEA não passa de dois mil indivíduos, o que pode explicar essa maior facilidade em empregar todos eles.

População Ocupada–Empregados com carteira assinada

No conjunto da população ocupada será analisado o subconjunto da população empregada com carteira assinada. Este subconjunto é importante para se entender o nível de formalidade do mercado de trabalho gerador da economia para os municípios, pois estaria excluindo a classe dos trabalhadores informais e dos que servem como forma de gestão e controle do território.

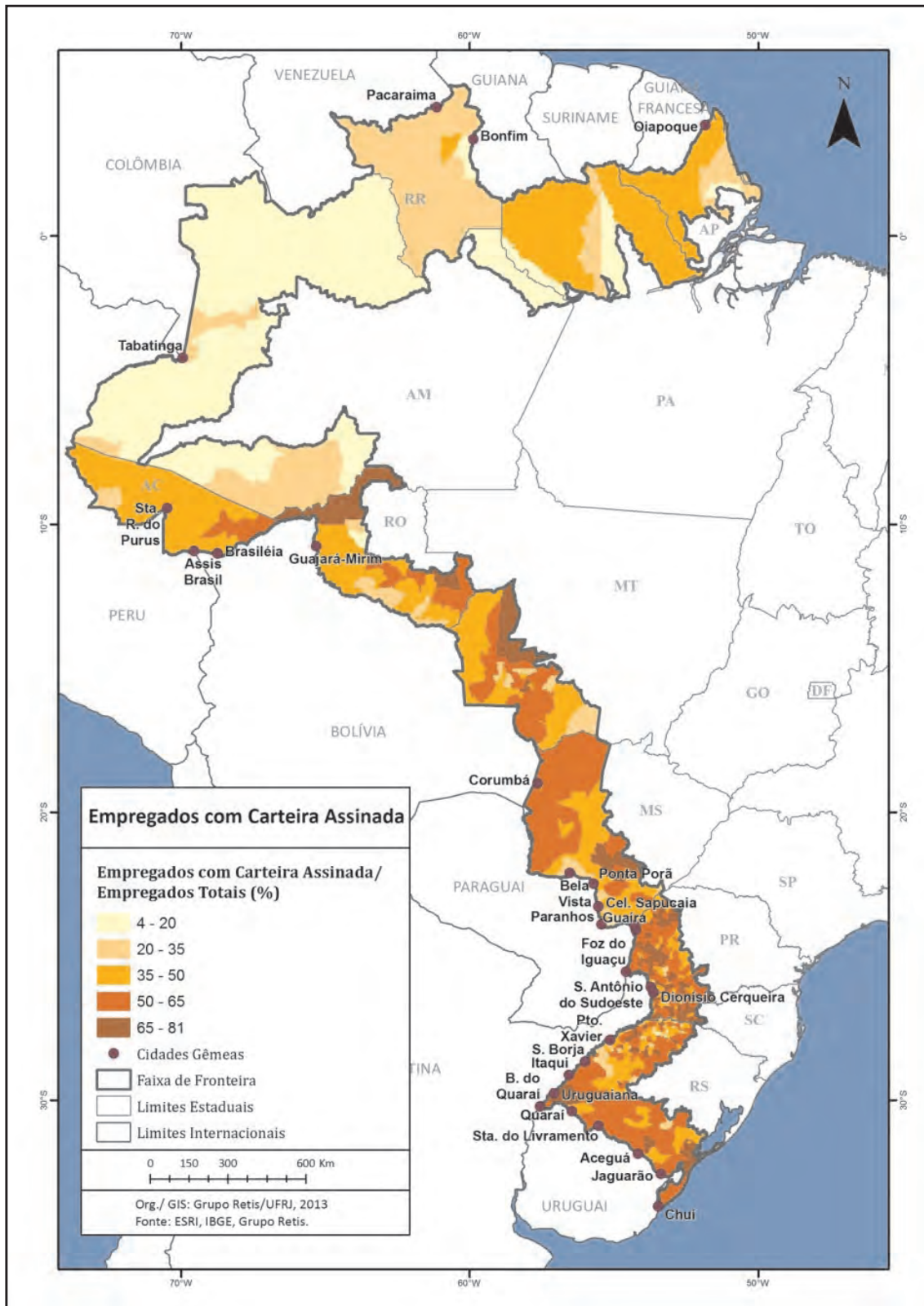
O que é possível de se observar a partir dos resultados encontrados é que no geral da Faixa de Fronteira os municípios possuem uma proporção média de trabalhadores com carteira assinada, isso é, ela varia, em grande parte entorno de 50% do total de trabalhadores empregados. Somando os municípios dentro da classe de 35% a 50% e os da classe de 50% a 65% chega-se a um total de 406 municípios o que representa 69% do total de municípios da Faixa (Mapa VI.20).

Houve uma grande concentração das maiores taxas no Arco Sul, 77 dos 85 resultados na classe de 65% a 81% estavam nesse arco. No Arco Norte da Faixa de Fronteira, por outro lado, aparecem 66 dos 71 municípios nas classes menores de 50% de empregados com carteira assinada e nenhum caso com mais de 65%, mostrando assim que poucos são os empregados com carteira assinada. O Arco Central se mostrou, mais uma vez, como o arco de transição, isto é, que apresenta uma transição entre o Arco Norte e o Arco Sul, com a maioria dos seus municípios se encontrando nas classes com taxas médias de formalidade, foram 72% dos casos nas classes entre 35% a 50% e 50% a 65%.

Algo que é possível de se perceber, se comparado aos dados de aposentados e pensionistas, é o aumento da formalidade do mercado de trabalho, principalmente nos Arcos Norte e Central; pois os pensionistas, que se referem a uma população que já trabalhou com carteira assinada, dentro do mercado formal, é um valor muito baixo se

comparado à proporção que se tem hoje de empregados com carteira assinada. O que se pode concluir é que houve um grande aumento da formalidade nesses locais nos últimos anos, pois os pensionistas correspondem aos antigos trabalhadores formais, enquanto que esse dado corresponde aos atuais empregados com carteira assinada.

Mapa VI.20 Faixa de Fronteira: Empregados com Carteira Assinada, 2010

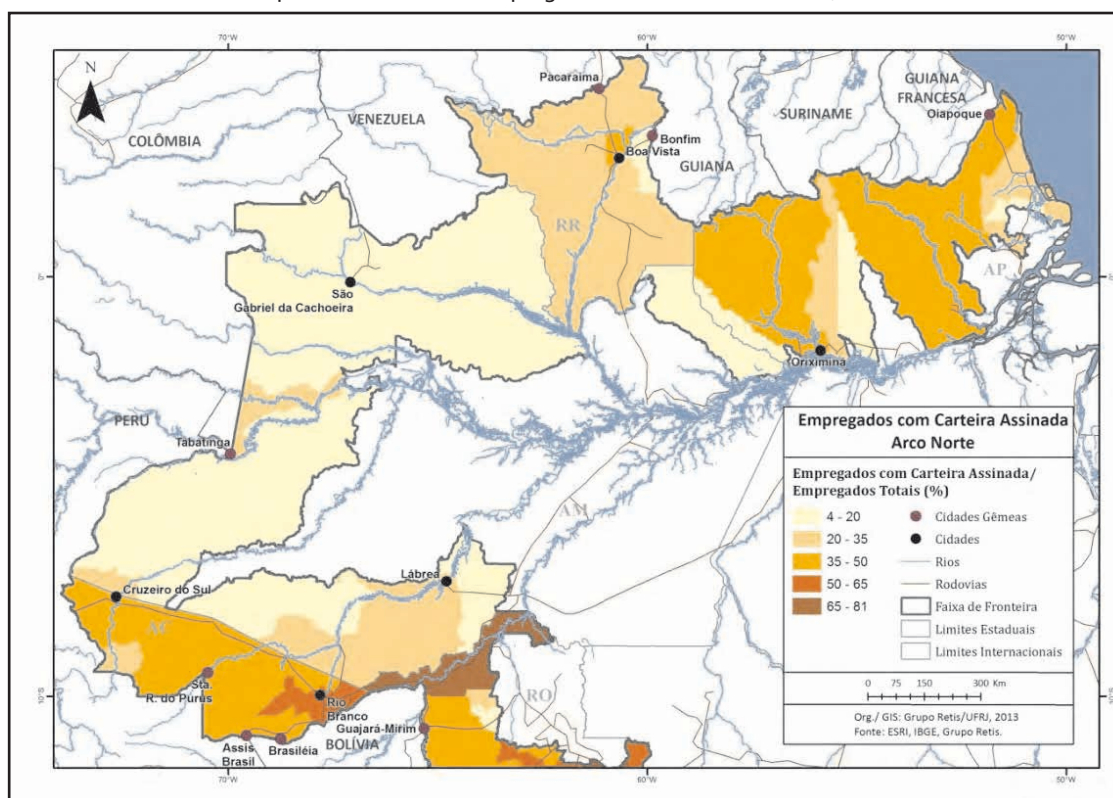


O Arco Norte foi o arco que apresentou as taxas mais baixas de empregados com carteira assinada (Mapa VI.21). Isso pode estar relacionado ao fato de que grande parte do seu mercado de trabalho formal, como foi visto nos dados do RAIS, estar concentrado no setor de administração pública, sendo assim incluídos na classificação de funcionários públicos. Outro ponto é a grande informalidade que deve se apresentar nesses municípios.

O estado que apresentou a menor taxa de empregados com carteira assinada foi o Amazonas, onde nenhum dos seus municípios apresentou mais do que 35%; além disso, 15 dos 21 municípios estão na classe de 4 a 20%, incluindo o caso mais baixo, Jutai (AM), com apenas 4% dos empregados com carteira assinada, onde o setor de administração pública foi dominante e teve um baixo deslocamento para trabalho, indicando que dentro do município não há uma economia desenvolvida pelo mercado formal.

Por outro lado, o Acre foi onde se teve as maiores taxas de empregados com carteira assinada em todo o Arco Norte. A grande maioria dos municípios do estado – 21 dos 22 – possui mais de 35% dos seus empregados com carteira assinada, a única exceção é em de Marechal Thaumaturgo (AC), com 32,5%. Isso indica que o estado possui uma maior formalidade da economia, frente aos outros estados do Arco Norte, principalmente na microrregião de Rio Branco, que justamente por essa proximidade com a capital justificaria esse maior número de empregados com carteira assinada.

Mapa VI.21 Arco Norte: Empregados com Carteira Assinada, 2010

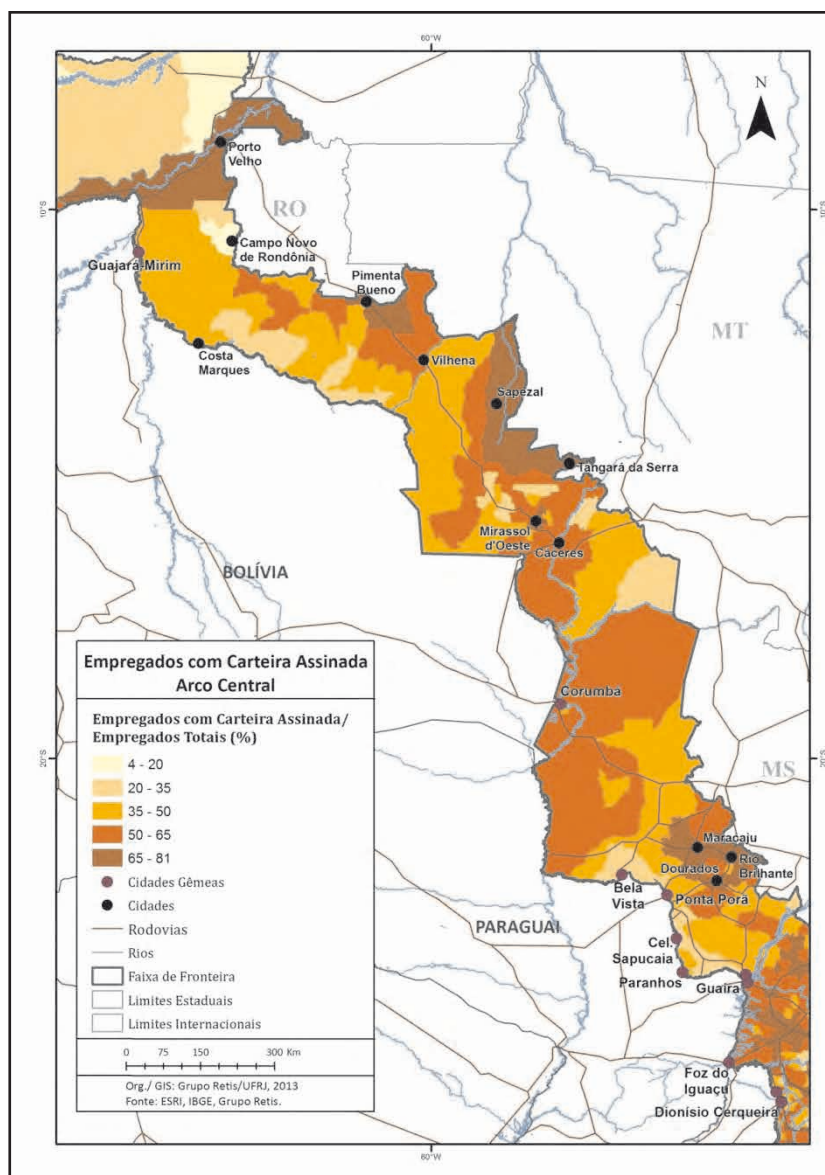


O Arco Central, se comparado com o Arco Norte, tem um maior percentual da sua população empregada com carteira assinada, apesar de que 67 municípios, do total de 99, terem uma taxa abaixo de 50%. A grande maioria se encontra com 35% a 50%, sendo 48 municípios, e com 50% a 65% de empregados com carteira assinada, 24 municípios, significando um índice de formalidade médio, girando no entorno de 50%.

A grande exceção é o município de Campo Novo de Rondônia (RO), com uma taxa de 17,7%, sendo assim menos de um quinto do mercado de trabalho, gerador de economia, enquadrado no setor formal. Esse valor pode ser atribuído ao fato de que, pelos dados do RAIS, os vínculos do mercado de trabalho eram dominantes no setor de administração pública, que como visto antes, não se enquadraria nessa categoria, além de que apenas 13,2% da população ocupada total estão incluídos no mercado de trabalho formal do RAIS, indicando que boa parte da sua população estaria dentro do mercado informal da economia.

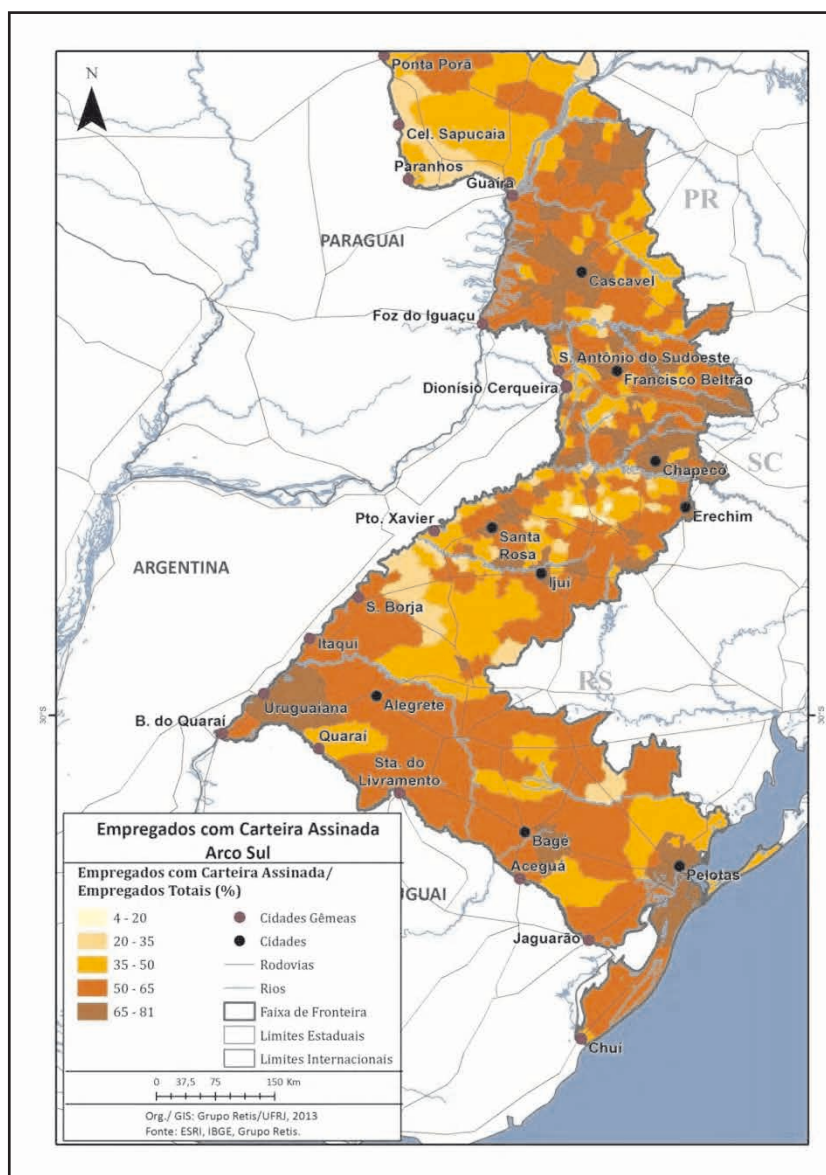
Por outro lado, alguns municípios irão apresentar uma alta taxa de empregados com carteira assinada, com mais de 65%. Porto Velho (RO), por ser capital tente a possuir um melhor desenvolvimento do seu mercado e empregar um maior percentual da sua população em setores formais. Os outros casos, Pimenta Bueno (RO), Sapezal (MT), Tangará da Serra (MT), Dourados (MS), Maracaju (MS) e Rio Brilhante (MS), apresentaram uma diversidade do seu mercado de trabalho formal e tiveram setores, que não a administração pública, predominando no seu mercado de trabalho formal, entre eles comércio, agropecuária e extração vegetal e indústria, tendo, dessa forma, uma maior amplitude de vínculos formais.

Mapa VI.22 Arco Central: Empregados com Carteira Assinada, 2010



O Arco Sul apresentou uma grande diversificação dos municípios em relação às classes de empregados com carteira assinada, há casos de municípios entre as classes mais altas até as mais baixas, porém um número muito maior do primeiro do que do segundo (Mapa VI.23). Assim como no Arco Central, a maior parte dos municípios tem uma taxa que gira em torno dos 50% (Nas classes de 35% a 50% e de 50% a 65%), com 306 municípios dos 418 municípios, o que significa 73,2% do total. O que diferencia o Arco Sul do Arco Central é o grande número de municípios que se encontram acima dessas classes, com mais de 65% dos empregados com carteira assinada, inclusive o maior valor percentual de toda a faixa, com 80,9% que foi o caso de Ipumirim (SC), caracterizado por ter um forte setor industrial, principalmente de empresas de fabricação de imóveis e de alimentos granjeiros, propiciando assim um grande setor empregatício com carteira assinada.

Mapa VI.23 Arco Sul: Empregados com Carteira Assinada, 2010



Seguindo a mesma lógica, aplicada ao município de Ipumirim (SC), outros municípios – que apresentaram o setor industrial como o principal – tiveram um alto valor de empregados com carteira assinada. Foram 48 municípios, dos 90 em que a indústria possuía o maior número de vínculos empregatícios, com mais de 65% dos empregados com carteira assinada; outros 36 dentro da classe de 50% a 65%; o restante ficou na classe de 35 a 50%. Desses casos, uma parte considerável deles, 31%, foi de municípios onde a indústria era dominante, isso demonstra que o município que tem sua economia baseada no setor industrial tende a possuir uma maior formalidade no seu mercado de trabalho, pois ela irá empregar grande parte dos trabalhadores e terá como base o trabalho de carteira assinada.

Os municípios onde o comércio foi o setor principal apresentaram resultados semelhantes, porém levemente abaixo. Dos 72 municípios, a maior parte – 43 deles –

está na classe de 50% a 65%; 20 na classe de 65 a 81%, e apenas nove na classe de 35 a 50%. Essa média abaixo dos municípios de indústria pode ser justificada pelo fato de não apresentou nenhum município com setor dominante, por tanto essa maior diversidade, e numa menor oferta de emprego nesse setor, se comparado ao industrial dos outros municípios, implicaria na maior possibilidade de o empregado estar em um setor informal da economia ou no setor de gestão territorial.

Já aqueles municípios que apresentaram os menores valores do Arco Sul, nas classes de 4% a 20% e de 20 a 35%, foram os de uma economia menos desenvolvida nos setores de produção. Em todos os 32 casos de municípios inseridos na classe de 20% a 35% e nos três casos de menos de 20% dos empregados com carteira assinada, o setor principal, indicado pelo levantamento do RAIS foi o de administração pública; em apenas dois casos esse setor não foi o dominante.

Aposentadoria e Pensão

A avaliação do número de pessoas com aposentadoria e pensão teve como fonte de dados o Censo 2010 do IBGE. O IBGE considerou para tal levantamento a pessoa que tinha rendimento mensal habitual de aposentadoria ou pensão (deixada por pessoa da qual era beneficiária) de instituto de previdência oficial, que fosse proveniente de: Forças Armadas, jubilação, reforma, Plano de Seguridade Social da União ou de instituto de previdência social federal (Instituto Nacional de Seguridade Social–INSS), estadual ou municipal, inclusive pelo Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL)²³.

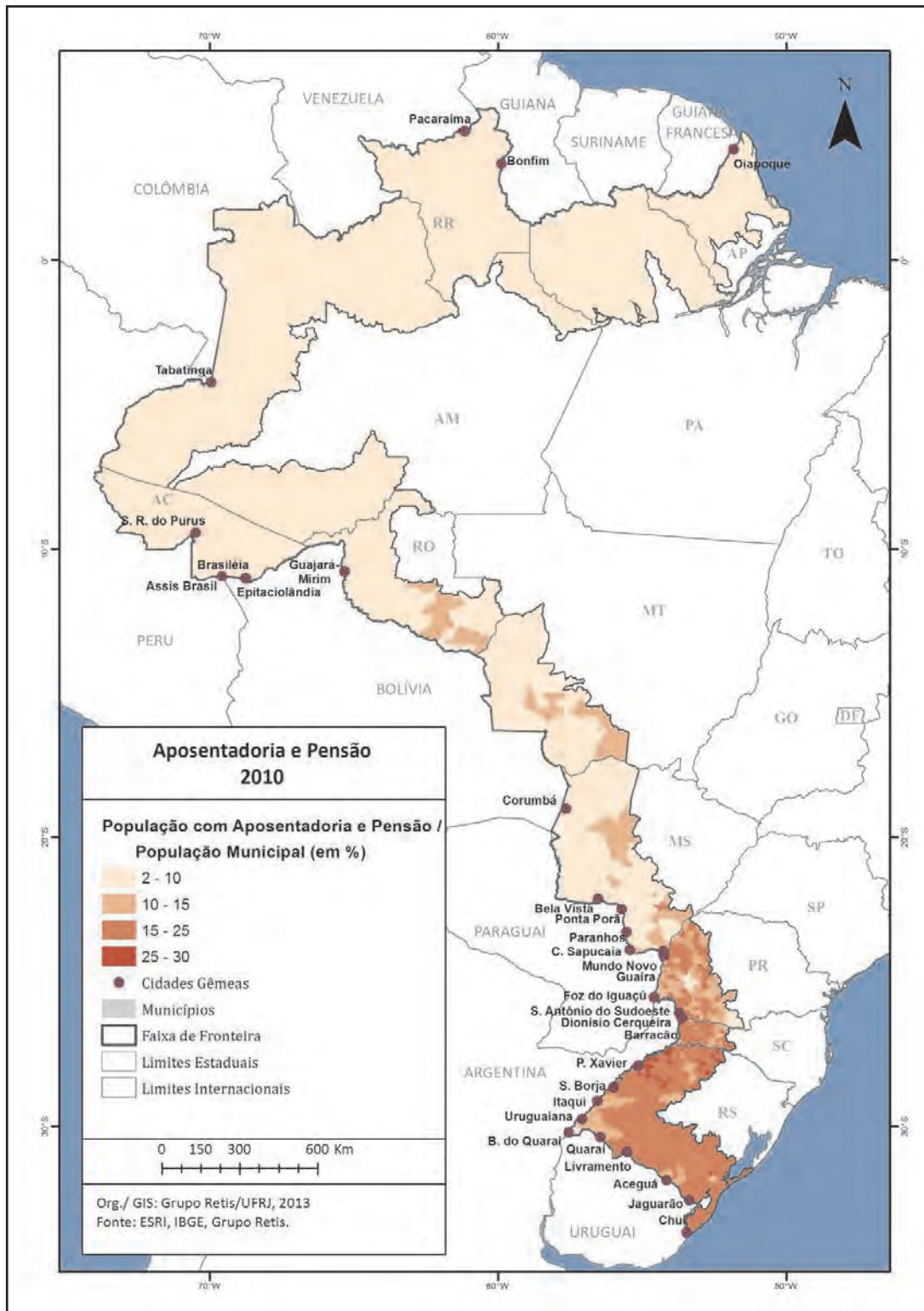
A distribuição espacial observada no mapeamento revela claramente uma maior proporção de aposentados ou pensionistas no Arco Sul da Faixa de Fronteira (Mapa VI.24). O estado do Rio Grande do Sul reúne todos os municípios (37) com mais de 25% da população total do município recebendo aposentadoria ou pensão. No outro extremo da faixa de fronteira, nos estados do Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá nenhum município apresenta mais que 10% da população municipal total com aposentadoria ou pensão.

Observando o mapeamento do número absoluto de aposentados e pensionistas (Mapa VI.25) nota-se alguns valores elevados no Arco Norte da fronteira em algumas capitais de estado. Destacam-se os municípios de Rio Branco (AC) e Porto Velho (RO), ambos com mais de 26.000 pessoas recebendo tal tipo de rendimento. O município de Boa Vista (RR), também apresenta número relativamente elevado para o contexto da região (aproximadamente 18.000 pessoas). O município de Pelotas (RS) é o que possui maior número de aposentados ou pensionistas, com 58.906 pessoas nesta condição. O município de Rio Grande (RS), que faz fronteira com Pelotas, também apresenta elevado

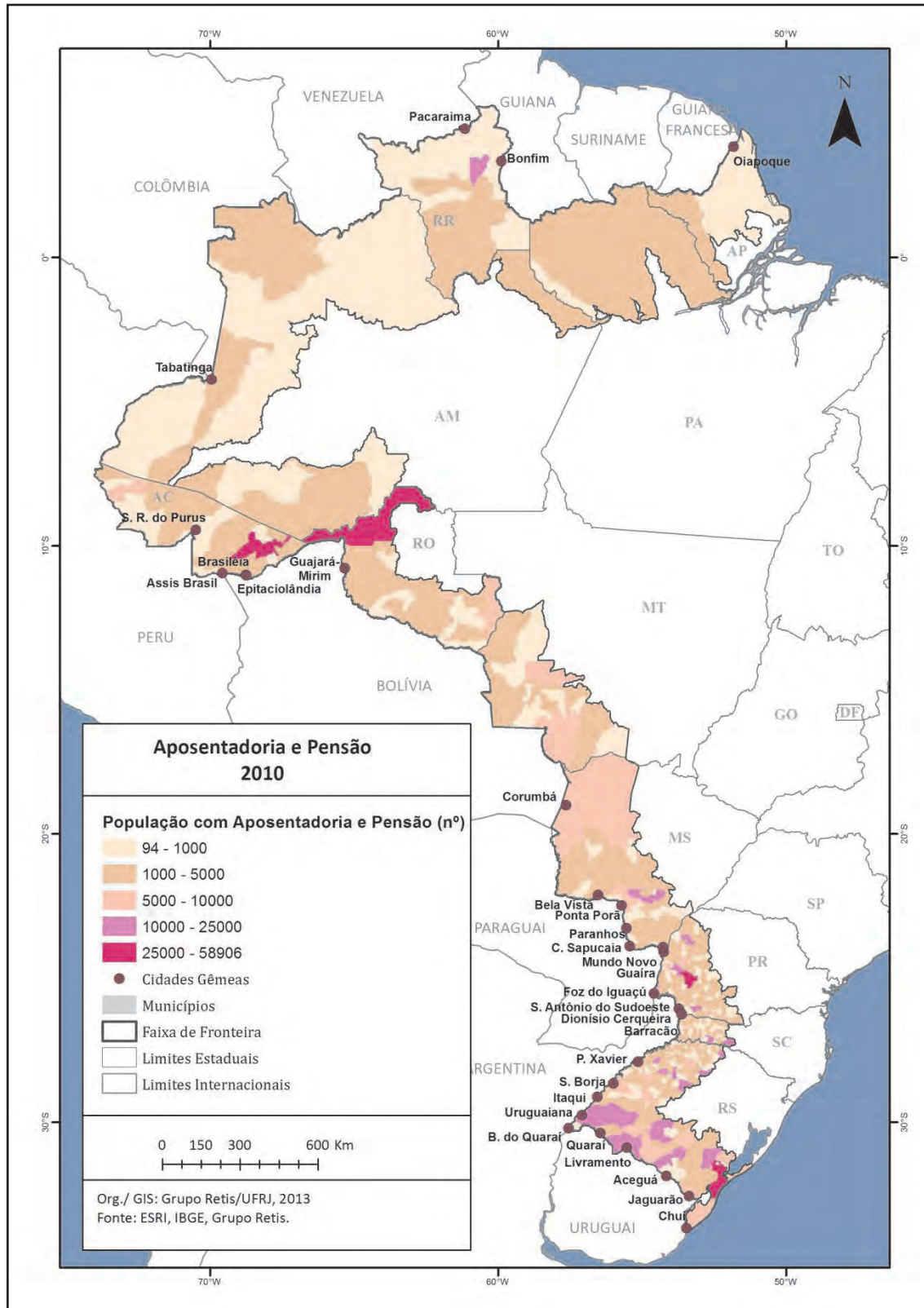
²³ Fonte: BME/IBGE, 2010.

número de pessoas com aposentadoria e pensão, chegando a mais de 35.000 pessoas. Finalmente, destaca-se o município de Cascavel (PR), onde este valor chega a quase 30.000 pessoas.

Mapa VI.24 Faixa de Fronteira: População com Aposentadoria e Pensão/ População Municipal (%), 2010



Mapa VI.25 Faixa de Fronteira: População com Aposentadoria e Pensão, 2010



Trabalho Infantil

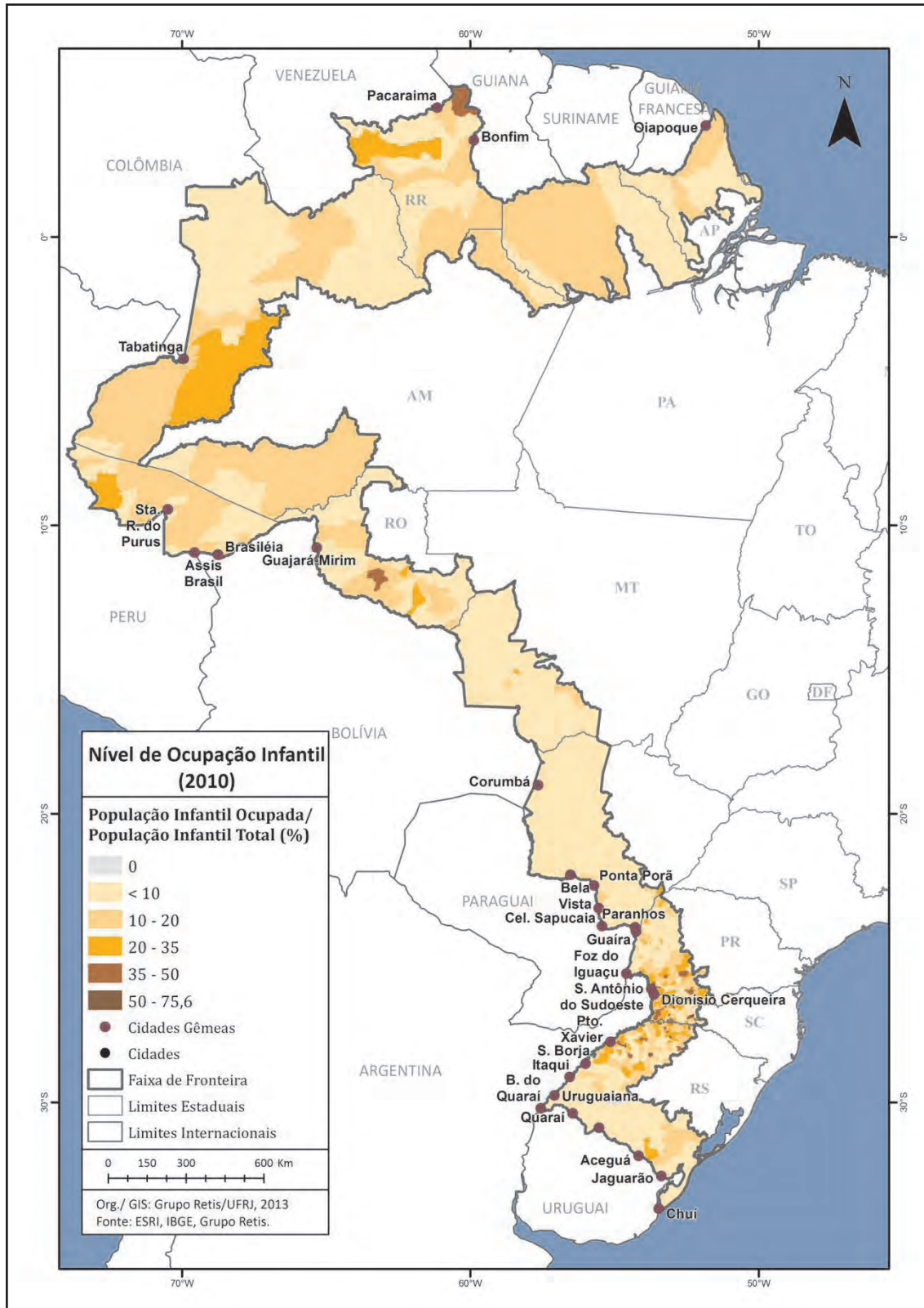
A análise do Trabalho Infantil utilizou os dados do Censo de 2010 do IBGE, referente à população infantil ocupada, dentro da faixa etária de 10 a 13 anos. Essa faixa foi escolhida por estar, totalmente, enquadrada no Art. 7º parágrafo XXXIII, que proíbe o trabalho de menores de 14 anos. Para melhor comparação entre os diversos municípios da Faixa fizemos uso de um dado relativo: o *Nível de Ocupação da População Infantil*. Ele é obtido a partir da razão entre a população de 10 a 13 anos ocupada e o total da população de 10 a 13 anos. Isso oferece um dado percentual em relação à situação de cada município, ou seja, qual parcela da população infantil do município está trabalhando.

O panorama geral da Faixa de Fronteira apresenta um quadro em que uma pequena parcela dos municípios apresenta situação crítica em relação ao trabalho infantil. Cerca de 46% dos municípios da Faixa têm menos de 10% de sua população infantil trabalhando. O Mapa VI.26 deixa clara essa baixa ocorrência do trabalho infantil na maior parte da fronteira. Por outro lado, existem 8 municípios que ultrapassam os 50%, podendo ser indicados como casos graves.

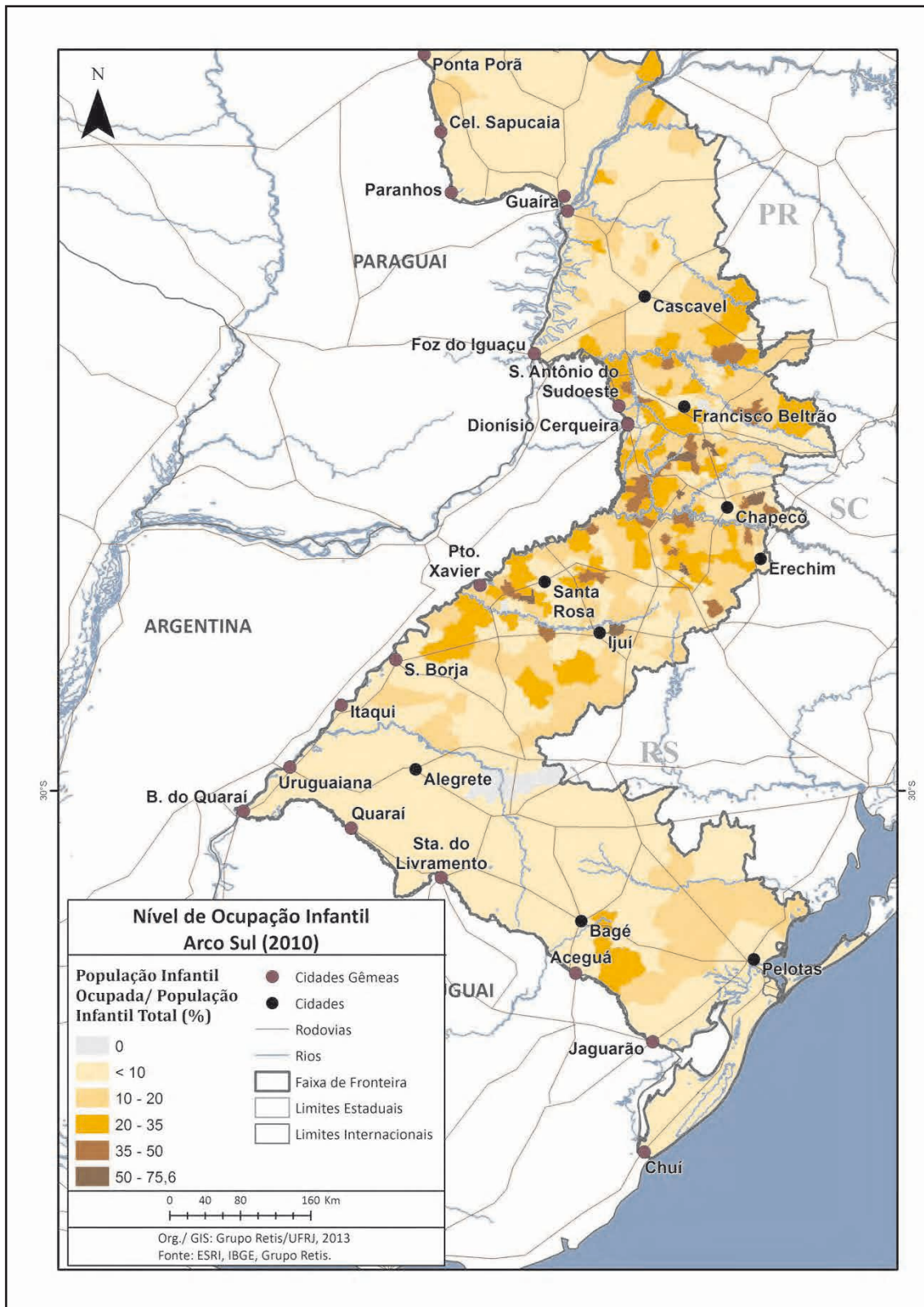
A região dos Vales Coloniais Sulinos (no Arco Sul) foi onde concentrou a maioria dos casos de alta incidência de trabalho infantil. Muitos dos municípios dessa área tiveram parte da população infantil com alguma ocupação. O Mapa VI.27 representa essa situação em melhores detalhes. É possível observar uma clara concentração desses casos desde o sul do Paraná até o noroeste do Rio Grande do Sul. É importante ressaltar que é uma região onde boa parte da população vive em áreas rurais e muitos municípios com setor de agropecuária como o principal. Nesses locais, muitas vezes, há uma maior exploração do trabalho infantil usada em afazeres da produção agropecuária ou para a composição de renda.

Outro fator que se destaca é de que todos os municípios com mais de 40% da população infantil ocupada têm pequena população total, abaixo de 25 mil habitantes [inclusive os casos isolados de Uiramutã (RR) e Seringueiras (RO)]. No sentido oposto, os municípios de maior população estão entre aqueles de menor Nível de Ocupação da População Infantil, na maioria sendo com menos de 10%.

Mapa VI.26 Faixa de Fronteira: nível de ocupação infantil, 2010



Mapa VI.27 Arco Sul: nível de ocupação infantil, 2010



DENSIDADE SOCIAL

REDE DE ATENDIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

A concepção do Sistema Único de Saúde (SUS), tendo como princípios a universalidade, a equidade, a descentralização, a regionalização e o financiamento público, representou uma grande mudança na saúde pública do país. Desde o início de sua implantação em 1990 (Lei 8.080 de 19/09/1990) o SUS experimentou avanços e retrocessos. Dentre os avanços obtidos destacam-se a ampliação do acesso à atenção básica, a cobertura universal de vacinação e da assistência pré-natal.

A descentralização significou o aporte de recursos federais para a saúde em municípios que historicamente viviam à margem desse tipo de recursos. Para se ter uma ideia da sua magnitude o conjunto dos municípios brasileiros receberam, em 2010, a título de transferências do SUS, recursos da ordem de R\$ 32 bilhões, sendo R\$ 1,6 bilhão para os municípios da faixa de fronteira.

Houve melhora na situação de saúde da população com a redução da mortalidade infantil, que passou de 45,22 em 1990 para 19 em 2007; o aumento da expectativa de vida de 66,6 para 72,8 anos, a ampliação da cobertura do Programa de Saúde da Família de 29,6% para 60,4% (população atendida por agentes comunitários de saúde) e o aumento da população atendida por equipes de saúde da família, que alcança o patamar de 50% da população brasileira em 2010²⁴.

Por outro lado, sabe-se que é grande a heterogeneidade entre os 5.632 municípios brasileiros, e que uma parte significativa deles, particularmente os menores, tem dificuldades de cumprir as metas estabelecidas pelo SUS (Pacto pela Saúde), seja pela falta de profissionais qualificados, seja pela descontinuidade das ações de saúde locais.

Do ponto de vista político e da gestão do sistema as dificuldades são inúmeras a começar pelo baixo nível de financiamento do setor público de saúde e a complexidade atual da rede de prestadores e compradores de serviços que competem entre si (o subsetor público, o privado e o de saúde suplementar) por subsídios fiscais. São múltiplos e distintos interesses em jogo a serem considerados quando da implementação de políticas públicas de saúde no país.

²⁴ PAIM, J. S. 2011. O Sistema de Saúde Brasileiro. In: Cesar Gomes Victora; Maria do Carmo Leal; Maurício Lima Barreto; Maria Inês Schmidt; Carlos Augusto Monteiro. (Org.). Saúde no Brasil a série The Lancet, 2011. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 36-69.

Neste sentido, privilegiou-se para o diagnóstico da saúde nas fronteiras um conjunto de indicadores clássicos disponíveis ao público via internet em sites oficiais, particularmente do Departamento de Informática do SUS – DATASUS, que é integrante da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (Decreto Nº 7.530 de 21 de julho de 2011).

O DATASUS tem como atribuições disponibilizar informações referentes ao SUS e aos diversos bancos de dados da saúde como o Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), o Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC), o Sistema de Informação de Agravos de Notificação Compulsória (SINAN), o Sistema de Internações Hospitalares (SIH) entre outros. Estes grandes sistemas de informação de abrangência nacional reúnem e consolidam os dados de saúde provenientes dos municípios e estados da federação.

Os indicadores selecionados para a visão geral da saúde na faixa de fronteira neste primeiro relatório foram divididos em dois temas: a situação da atenção à saúde na fronteira e o perfil de morbimortalidade da população fronteiriça.

O primeiro é abordado através de indicadores de oferta de recursos humanos, estabelecimentos de saúde, equipamentos e financiamento aos municípios do sistema único de saúde; o segundo, por meio da análise da situação da AIDS, hepatites virais e da tuberculose na faixa de fronteira, por serem doenças que revelam vulnerabilidades dessas populações e demandam organização e recursos do sistema de saúde em todos os níveis, mas principalmente no nível local.

Essas doenças envolvem elementos do comportamento individual e coletivo, a estrutura e organização dos serviços de saúde, educação e informação em saúde, atuação dos programas de promoção e prevenção, em suma revelam vulnerabilidades e fortalezas sociais, programáticas e institucionais nos distintos territórios.

O diagnóstico em foco visa analisar a distribuição geográfica dos serviços de saúde na fronteira partindo-se do pressuposto que:

Uma vez que o objetivo principal dos serviços de saúde é a melhoria das condições de vida e a redução do sofrimento, espera-se que a oferta de serviços de saúde siga o perfil das necessidades da população. Os serviços de saúde devem estar disponíveis em quantidade e qualidade suficientes para o atendimento da população que deles necessite. Porém é comum observar-se que estes serviços variam entre áreas geográficas, e tais variações geralmente não estão relacionadas com diferenças nas condições de saúde das populações residentes.²⁵

²⁵ PINHEIRO, R.S. & ESCOSTEGUY, C.C. 2009. Epidemiologia e serviços de saúde. In: Epidemiologia. Medronho R.A. (editor). São Paulo: Editora Atheneu, 2ª edição, p.515-24.

Os indicadores analisados representam uma aproximação do acesso aos serviços de saúde na fronteira, “[...] considerando-se que o acesso aos serviços de saúde é condição fundamental para que se dê o uso dos recursos de saúde”²⁶.

Sabe-se, entretanto, que não só a disponibilidade de recursos garante o acesso aos serviços de saúde, mas também a distância, as barreiras geográficas, o tempo de transporte ou mesmo o tempo gasto em salas de espera ou em filas, além da disponibilidade de horários. A acessibilidade é, portanto, multidimensional incorporando aspectos geográficos, econômicos, culturais e funcionais.

Cabe mencionar que a radiografia dos serviços de saúde do presente relatório é uma primeira aproximação à questão da acessibilidade aos serviços de saúde, mas que permite visualizar, ainda que de forma parcial, as diferenças intra-regionais do acesso a saúde na faixa de fronteira do Brasil.

DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE NA FAIXA DE FRONTEIRA E ARCOS

Recursos Humanos de Saúde

Na última década houve um significativo crescimento da razão entre número de médicos, enfermeiros e odontólogos por mil habitantes em todas as regiões do país. Observa-se maior concentração de médicos e odontólogos na região Sudeste, seguida pela região Sul e Centro-Oeste, enquanto que a distribuição de enfermeiros é mais uniforme. Em todas as regiões, o número de médicos por mil habitantes é muito superior ao de enfermeiros, quase três vezes a média nacional.

Disponibilidade de médicos

Os municípios da faixa de fronteira contabilizaram em 2010 um total de 10.989 médicos (público, privado, filantrópico), representando cerca de 5% do total brasileiro (a população da faixa corresponde a 5,6% da população nacional). Estes se concentram nas maiores cidades da fronteira e no Arco Sul, como Pelotas, Porto Velho e Cascavel com 900, 652 e 586 médicos, respectivamente.

A razão médicos por mil habitantes nos 588 municípios da faixa de fronteira em 2010 varia de zero (em 48 municípios) a 2,9 médicos por mil habitantes, no município de Arroio do Padre (RS). A média da faixa de 1,01 médicos por mil habitantes foi inferior a nacional de 1,86.

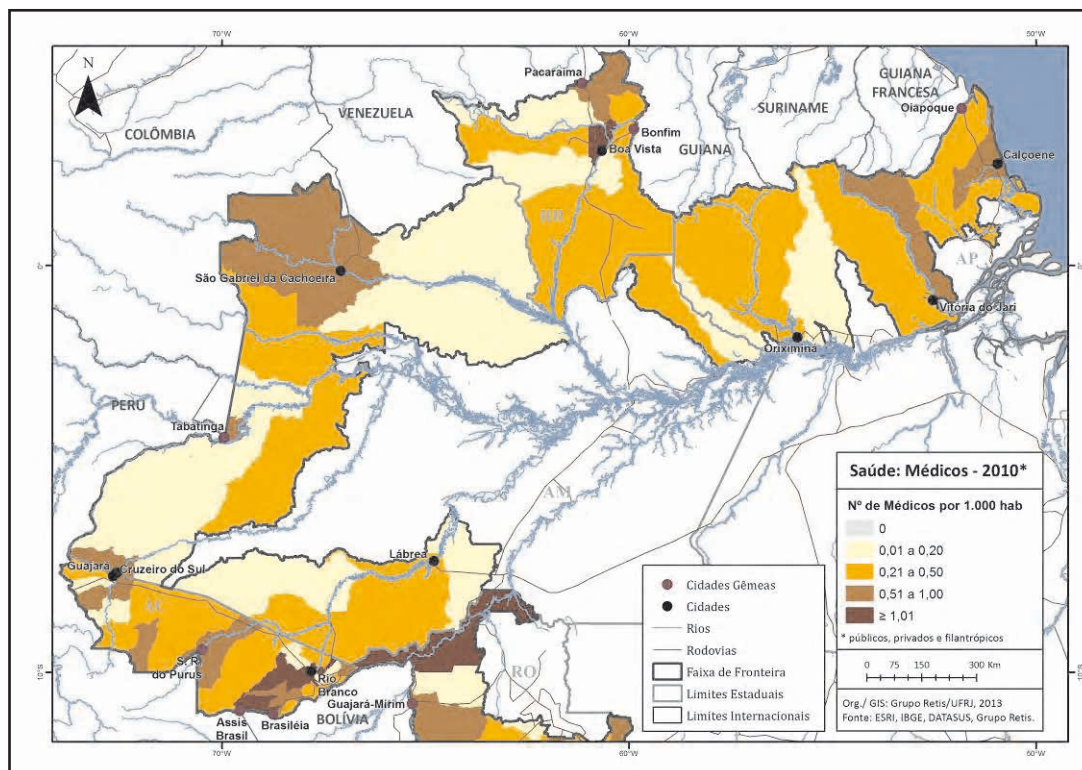
²⁶ PINHEIRO, R.S. & ESCOSTEGUY, C.C., *op. Cit.*

A disponibilidade de médicos por mil habitantes na faixa de fronteira é em geral baixa, sendo que 58,7% dos seus municípios situam-se abaixo do patamar de 0,5 médicos por mil habitantes (a metade do preconizado pela Organização Mundial da Saúde, OMS). Outros 39,3% têm entre 0,5 e 1,0 médico por mil habitantes, enquanto que apenas 16% têm valores superiores ao preconizado pela OMS. Somente 1,5% dos municípios da fronteira estão acima da média da nacional de 1,86 médicos por mil habitantes em 2010.

O Arco Norte tem o menor efetivo de médicos (1.483 médicos) e índice de 0,73 médicos por mil habitantes. Neste Arco somente os municípios das capitais estaduais, Rio Branco, com 482 médicos, e Boa Vista, com 437 médicos, atingem ou superam a meta da OMS de 1,0 médico por mil habitantes, tendo 1,54 e 1,43 médicos por mil habitantes, respectivamente.

Destacam-se ainda os municípios de Cruzeiro do Sul no Acre com 71 médicos (0,90 médicos por mil habitantes), Laranjal do Jarí no Amapá com 32 médicos (0,80 por mil habitantes) e Tabatinga no Amazonas com 30 médicos (0,57 por mil habitantes). Os mais carentes são os municípios de Faro no Pará e Pracuúba no Amapá com apenas 1 médico cada. (Mapa VII.1)

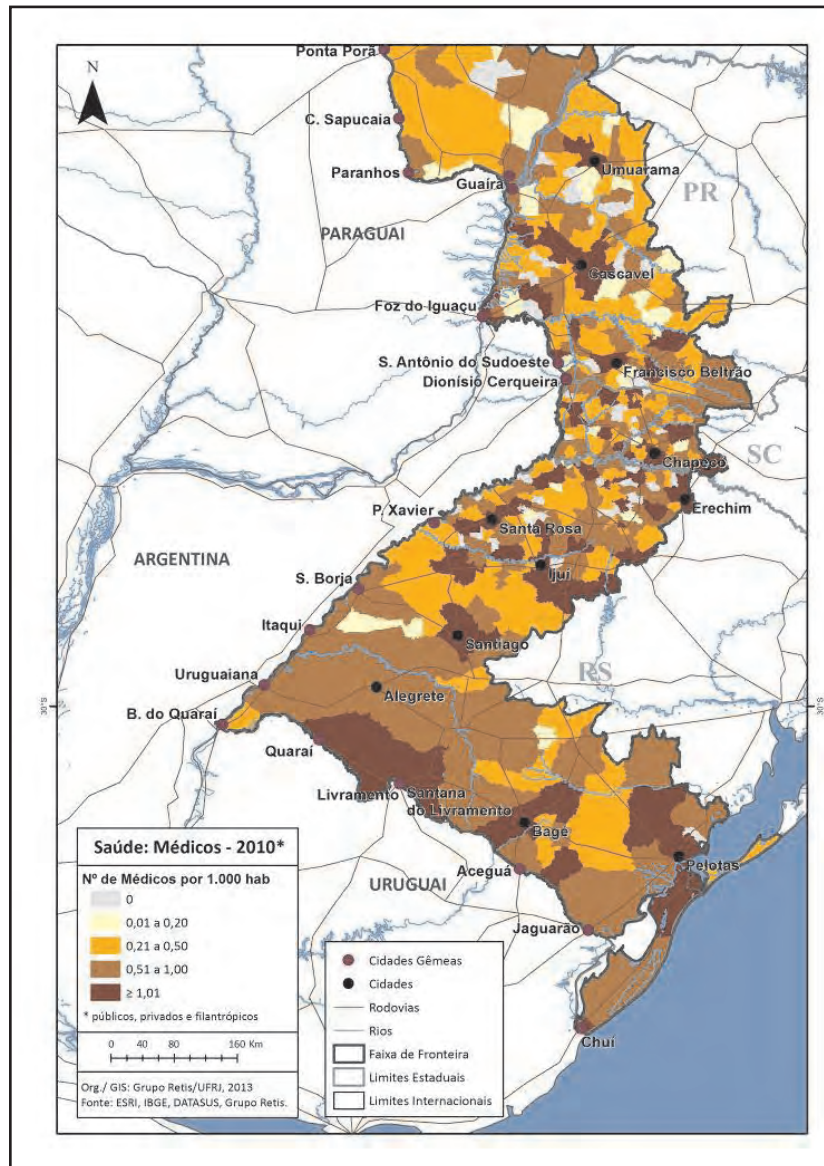
Mapa VII.1 Arco Norte: número de médicos, 2010



O Arco Central tem situação intermediária com 2.177 médicos e 0,88 por mil habitantes. O maior número de médicos está no município da capital Porto Velho (652 médicos e 1,5 por mil habitantes), seguido por Dourados no Mato Grosso do Sul, com

Quando se trata de médicos anestesiistas esse número cai pela metade, ou seja, 814 no total, sendo que somente 240 municípios contavam com esse tipo de profissional (40,81% do total), mais uma vez concentrados no Arco Sul. No Norte somente há esse tipo de profissionais nas capitais estaduais da fronteira.

Mapa VII.3 Arco Sul: número de médicos, 2010



Quando se trata do atendimento de vítimas de violência e tentativas de homicídio uma especialidade importante é a do médico traumatologista. Estes profissionais são em número ainda mais reduzido na faixa de fronteira, totalizando apenas 174 médicos. No Arco Norte, Porto Velho é o município com maior quantidade de traumatologistas, 23 no total, seguido de Rio Branco com 15, Boa Vista 14. No Arco Sul, Cascavel, Erechim, Foz do Iguaçu e Rio Grande registram maior oferta com 12, 10, 8 e 7 médicos traumatologistas, respectivamente.

O quadro descrito acima mostra que os municípios da faixa de fronteira têm poucos recursos humanos para lidar com vítimas de agressões que necessitem de intervenção cirúrgica e atenção médica especializada.

Disponibilidade de Enfermeiros

Em 2010 eram 6.198 enfermeiros na Faixa de Fronteira. Uma média de 0,57 enfermeiros por mil habitantes, ficando abaixo da média nacional de 1,51. A distribuição de enfermeiros mostrou-se mais equilibrada entre os três Arcos da fronteira, mas o quantitativo é muito baixo de modo geral.

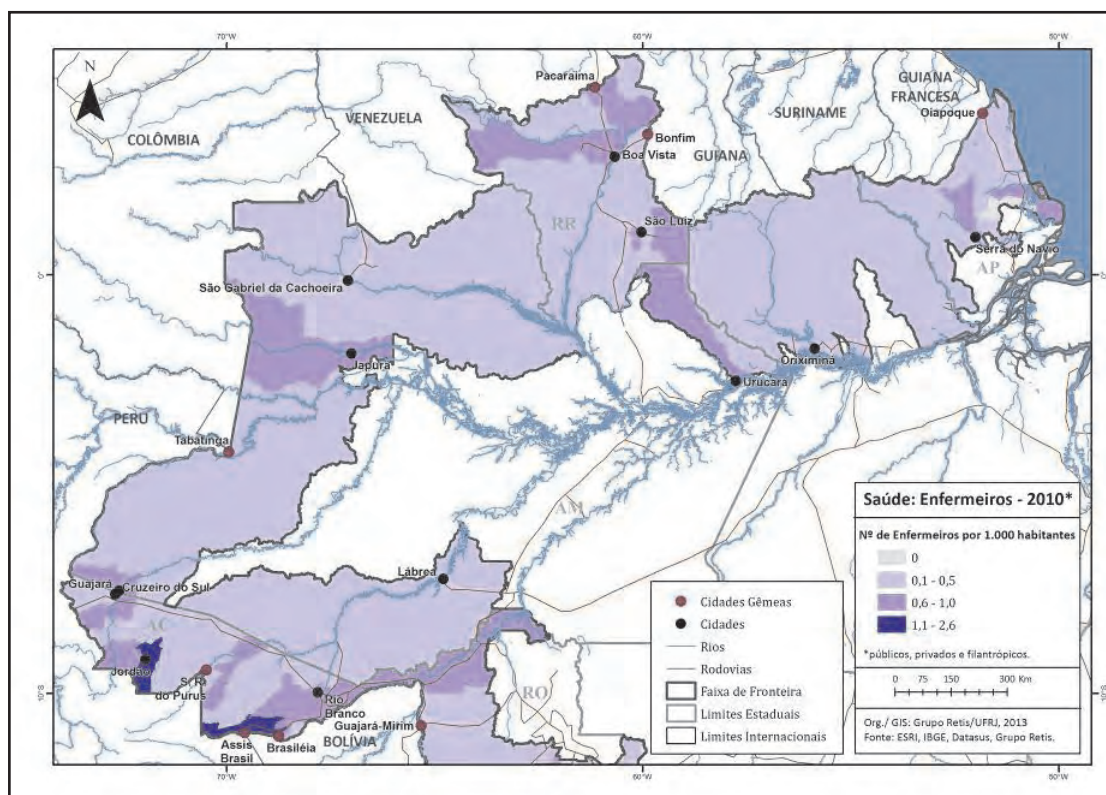
O melhor indicador é observado no município de Engenho Velho (RS) com 2,6 enfermeiros por 1.000 habitantes, seguido de Chopinzinho (PR) e Esperança Nova (PR) com 1,5 enfermeiros por 1.000 habitantes cada.

Em números absolutos, a capital Rio Branco (AC) seguida por Porto Velho (RO) e Pelotas (RS) se destacam com 348, 320 e 301 enfermeiros, respectivamente. Boa Vista (RR), Cascavel (PR), Rio Grande (RS) e Foz do Iguaçu (PR) seguem com 215, 213, 156 e 154 enfermeiros, respectivamente.

No outro extremo encontram-se os municípios de Pracuúba (AP) e Ouro Verde (SC) que não possuíam enfermeiros cadastrados no sistema nesta data. O caso do Amapá é mais preocupante dada a grande dimensão dos seus municípios com grandes distancias a serem percorridas em busca de atendimento.

O Arco Norte contava com 1.165 enfermeiros ou 0,59 por mil habitantes, sendo os municípios de Brasiléia (AC), Assis Brasil (AC) e Jordão (AC) os de melhores índices com 1,3; 1,2 e 1,1 enfermeiros por mil habitantes, respectivamente (Mapa VIII.4).

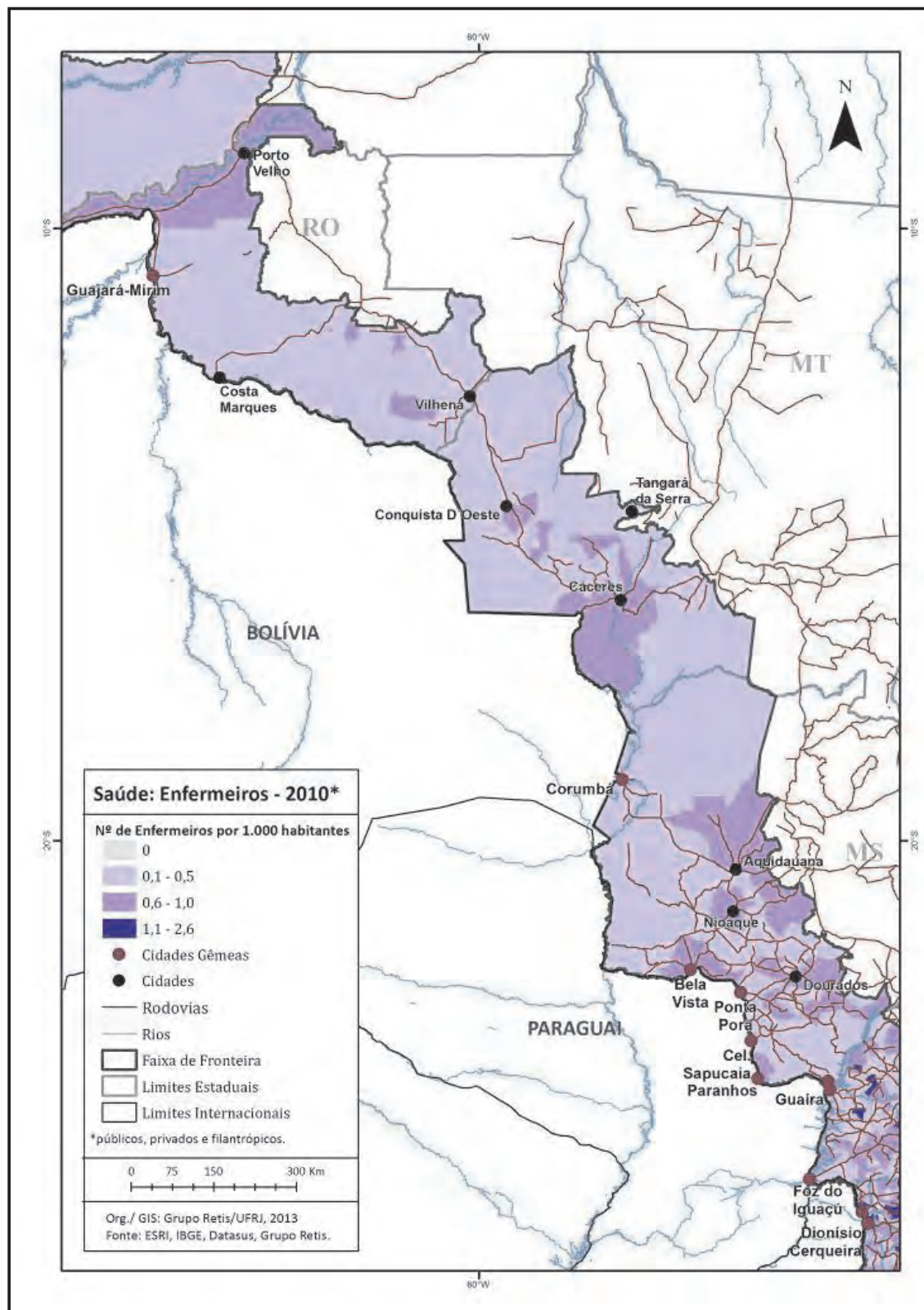
Mapa VIII.4 Arco Norte: número de enfermeiros, 2010



O Arco Central contava com 1.294 enfermeiros ou 0,52 por mil habitantes. Os municípios de Porto Velho, Dourados e Cáceres com 320, 144 e 61 enfermeiros, respectivamente concentravam 40,6% do total de enfermeiros deste Arco.

Em termos de índice de enfermeiros por mil habitantes destacam-se os municípios de Jateí, Juti e Aquidauana com cerca de 1 enfermeiro por mil habitantes, respectivamente (Mapa VII.5).

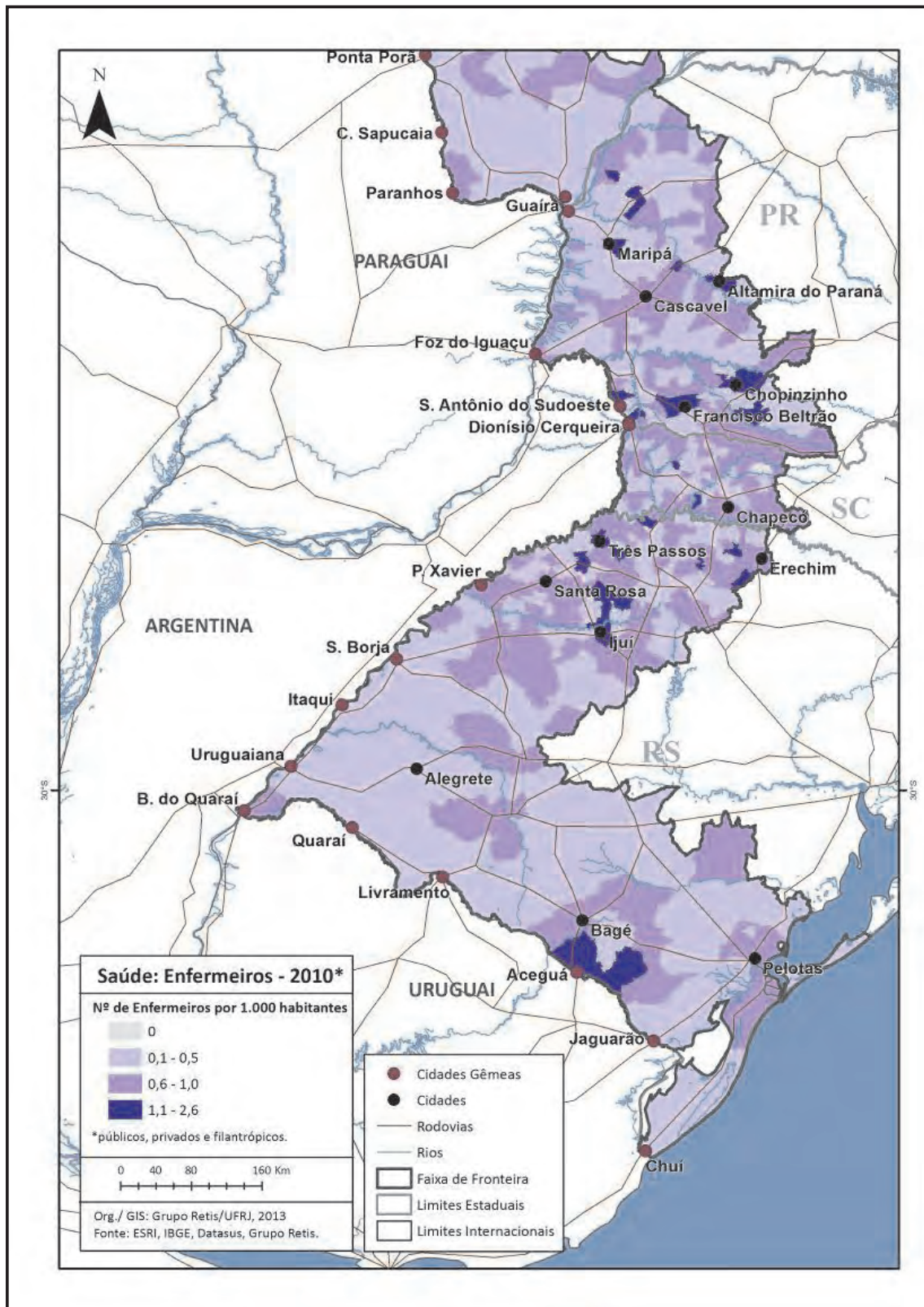
Mapa VII.5 Arco Central: número de enfermeiros, 2010



O Arco Sul apresentava 3.739 enfermeiros em 2010 (0,59 por 1.000 habitantes). Os municípios de Pelotas (RS), Cascavel (PR) e Rio Grande (RS) são os que possuem mais enfermeiros 301, 213 e 154, respectivamente.

Em termos de índice de enfermeiros por mil habitantes destacam-se os municípios de Engenho do Padre (RS), Chopinzinho (PR) e Esperança Nova (PR) com 2,6; 1,5 e 1,5, respectivamente (Mapa VII.6).

Mapa VII.6 Arco Sul: número de enfermeiros, 2010



Disponibilidade de Odontólogos

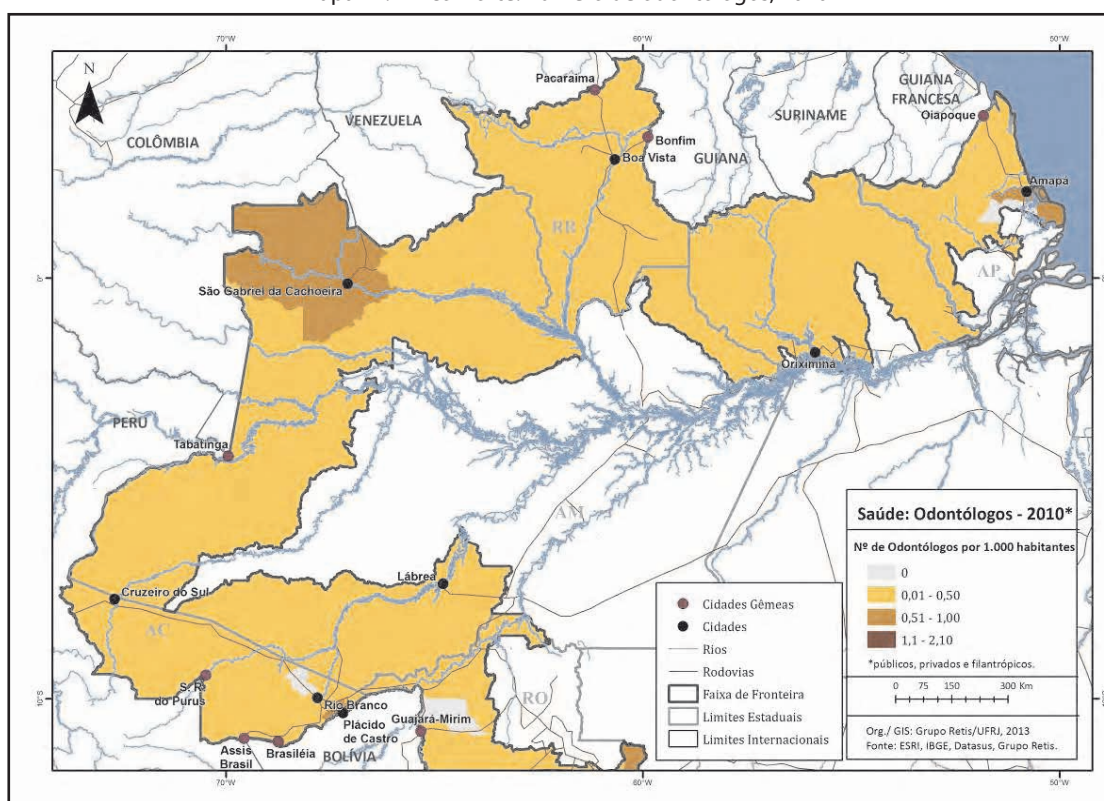
O total de odontólogos na Faixa de Fronteira era de 5.276 odontólogos, em 2010, apenas 14 municípios (2,3% da Faixa) não tinham odontólogos (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, 2013).

O índice de odontólogos por mil habitantes era 0,49, abaixo do índice nacional de 1,27 por mil habitantes e da recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS) de no mínimo de 1 odontólogo para cada mil habitantes.

Os municípios da Faixa de Fronteira com mais de 5 odontólogos correspondem a 36,9% do total de municípios da Faixa (117 municípios). No outro extremo encontram-se 92 municípios (15,6% do total) com apenas um odontólogo.

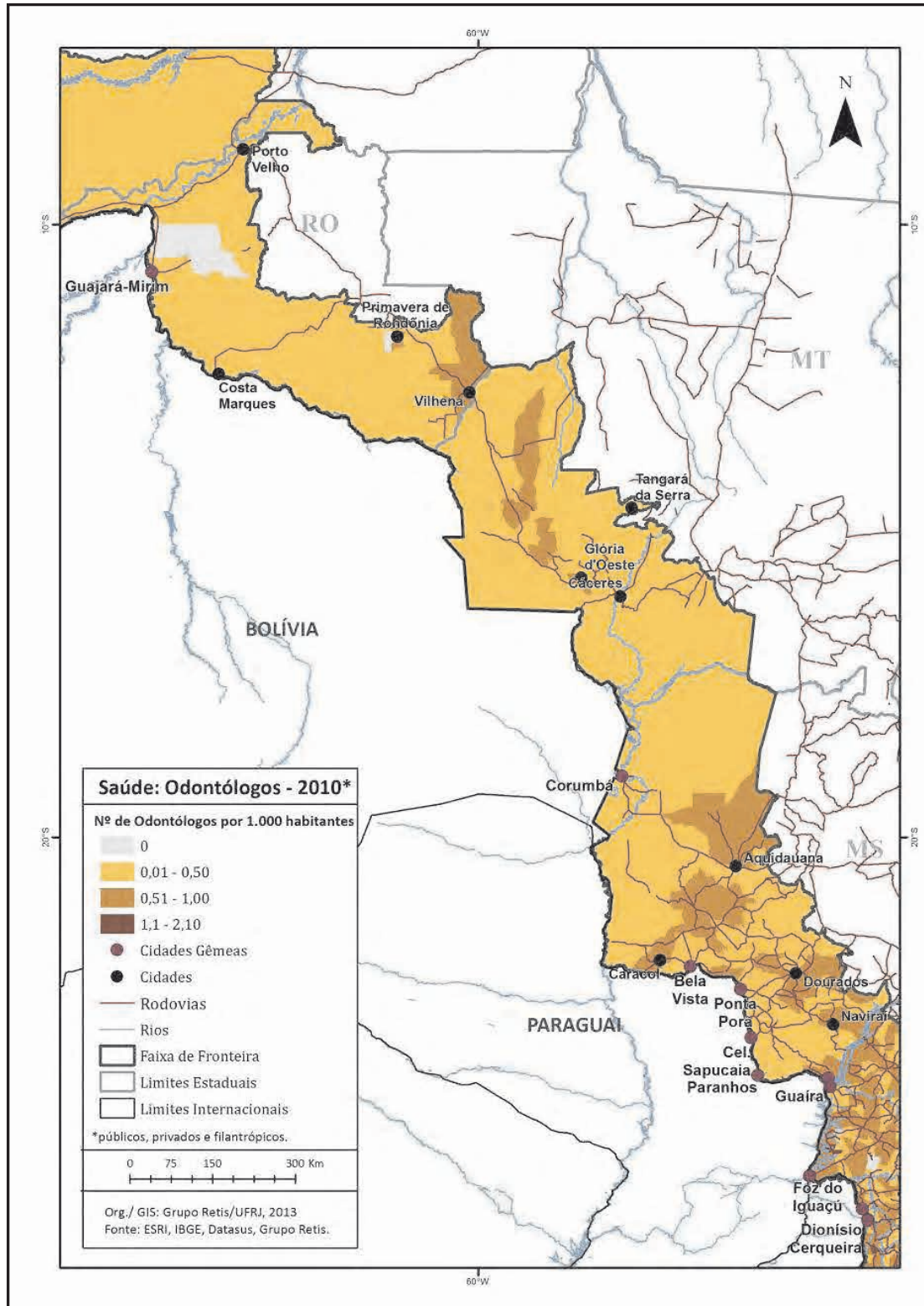
O Arco Norte contava com 617 odontólogos ou 0,31 por mil habitantes, sendo os municípios de Rio Branco e Boa Vista com 163 e 129 odontólogos respectivamente concentravam 47% do total do Arco. Por outro lado os municípios com os melhores índices de odontólogos por mil habitantes eram São Gabriel da Cachoeira (AM) com 1 por mil, Plácido de Castro e Amapá com 0,6. Rio Branco, Brasília e Boa Vista vêm em seguida com 0,5 cada (Mapa VII.7).

Mapa VII.7 Arco Norte: número de odontólogos, 2010



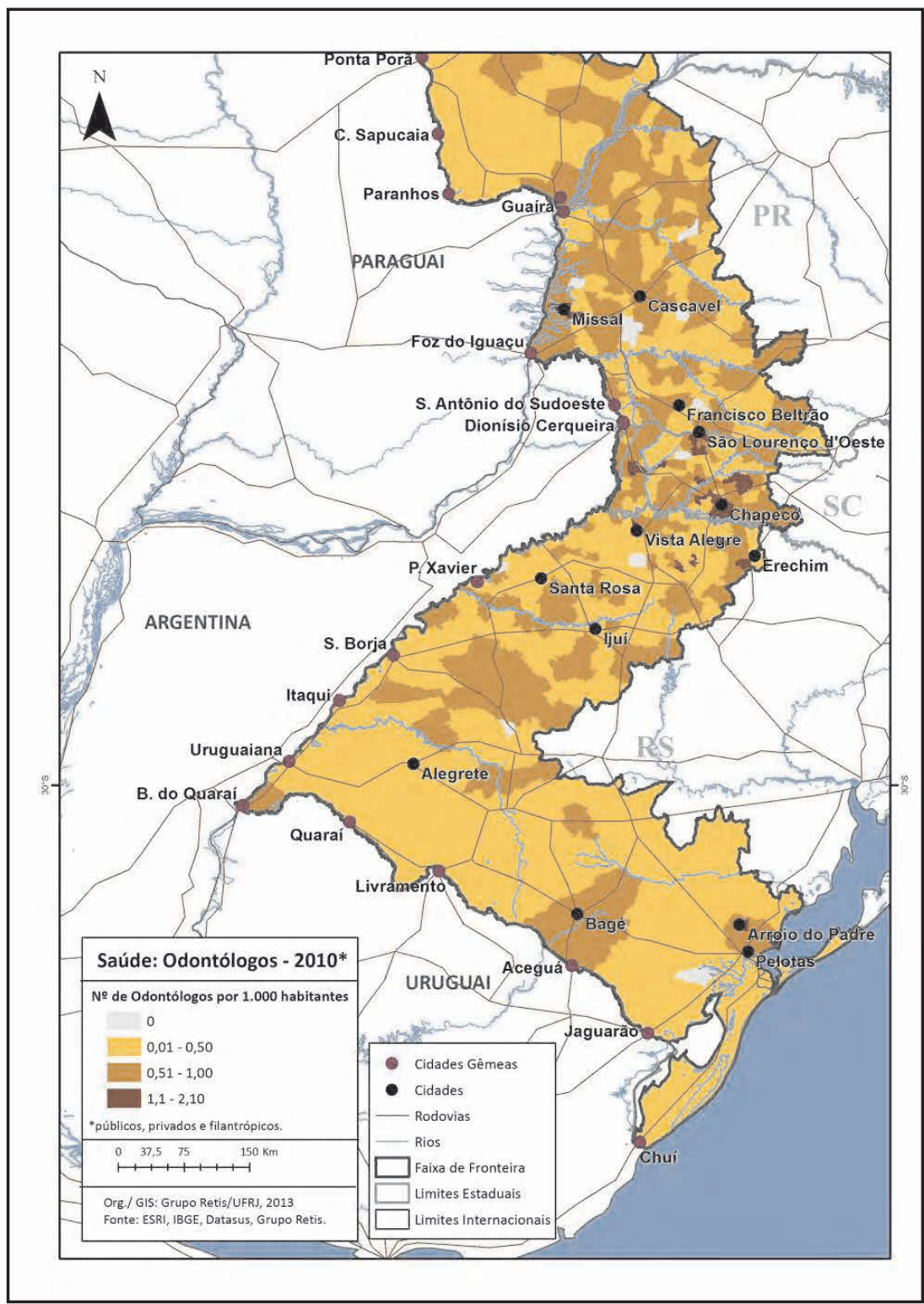
O Arco Central contava com um contingente de 1.027 odontólogos ou 0,41 por mil habitantes. A melhor situação no Arco foi encontrada nos municípios de Campos de Júlio com 1 odontólogo para cada mil habitantes, a pior em Nova Mamoré e São Felipe do Oeste que não tinham odontólogos (Mapa VII.8).

Mapa VII.8 Arco Central: número de odontólogos, 2010



No Arco Sul localizam-se os municípios com melhores índices de odontólogos por mil habitantes (nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Estes índices chegam a alcançar 2,0 odontólogos por mil habitantes em Lajeado Grande (SC) e Engenho Velho (SC). O município com maior contingente é Cascavel com 213 odontólogos seguido por Pelotas com 201, e Foz do Iguaçu com 197 (Mapa VII.9).

Mapa VII.9 Arco Sul: número de odontólogos, 2010



Hospitais e Leitos

A atenção terciária no SUS inclui alguns procedimentos de alto custo, realizados predominantemente por prestadores privados contratados e hospitais públicos de ensino.

A probabilidade de um paciente ser internado em um hospital aumenta com a disponibilidade de leitos e de unidades de atenção básica e diminui com a distância entre o município onde vive o paciente e o local onde o serviço está disponível.²⁷

Uma em cada cinco internações hospitalares no SUS ocorre em hospitais de municípios diferentes daqueles onde o paciente vive. Assim, habitantes de municípios pobres tem menos possibilidade de obter internação que habitantes de municípios mais ricos, o que exige política não somente para regionalizar e assegurar o transporte de pacientes ao hospital e políticas de redução das desigualdades no acesso. Esse aspecto é observável na faixa de fronteira com o Arco Sul melhor provido de hospitais que os Arcos Norte e Central.

O Brasil tem 6.384 hospitais, dos quais 69,1% privados e apenas 35,4% dos leitos hospitalares se encontram no setor público; 38,7% dos leitos do setor privado são disponibilizados para o SUS mediante contratos.

A densidade de leitos hospitalares no Brasil era de 3,3 leitos por 1.000 habitantes, indicador que caiu para 1,9 por 1.000 habitantes em 2009.

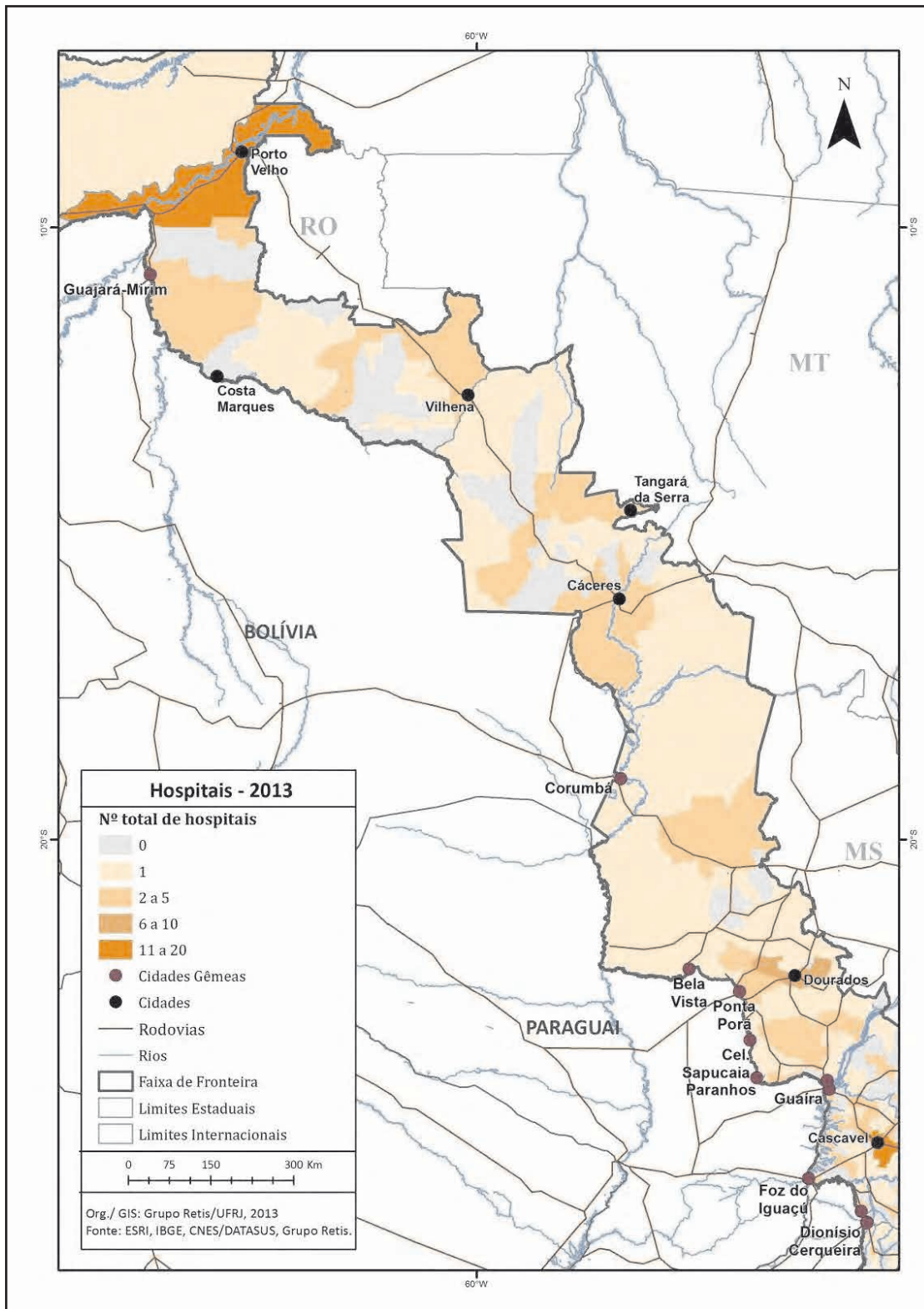
Havia 512 hospitais e 1.902 leitos de urgência na faixa de fronteira em 2010, sendo que 251 municípios não possuíam hospitais (42,7%).

O Arco Norte possuía 45 hospitais (Mapa VII.10), o Central 123 (Mapa VII.11) e o Sul 344 (Mapa VII.12), sendo que a fronteira dos estados do Amapá e do Amazonas são as mais desprovidas de hospitais com apenas 1 e 4 respectivamente.

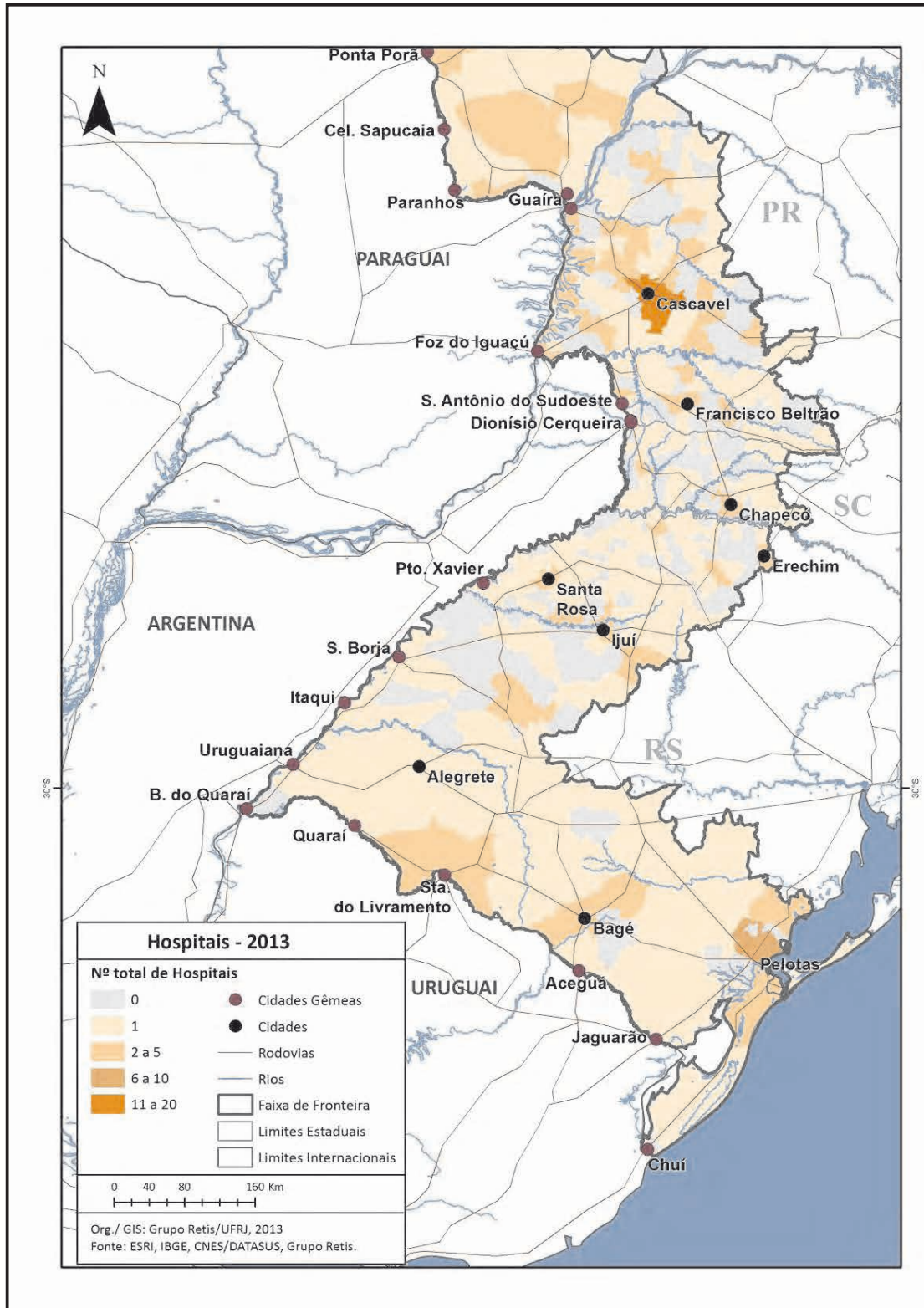
O município com o maior número de hospitais é Porto Velho (20 hospitais), seguido de Cascavel (PR) (16 hospitais), Rio Branco (AC) (9 hospitais), Dourados (MS) (8 hospitais) e Foz do Iguaçu (PR) (7 hospitais).

²⁷ PAIM, J. S. 2011. O Sistema de Saúde Brasileiro. In: Cesar Gomes Victora; Maria do Carmo Leal; Maurício Lima Barreto; Maria Inês Schmidt; Carlos Augusto Monteiro. (Org.). Saúde no Brasil a série The Lancet, 2011. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 36-69.

Mapa VII.11 Arco Central: número de hospitais, 2013



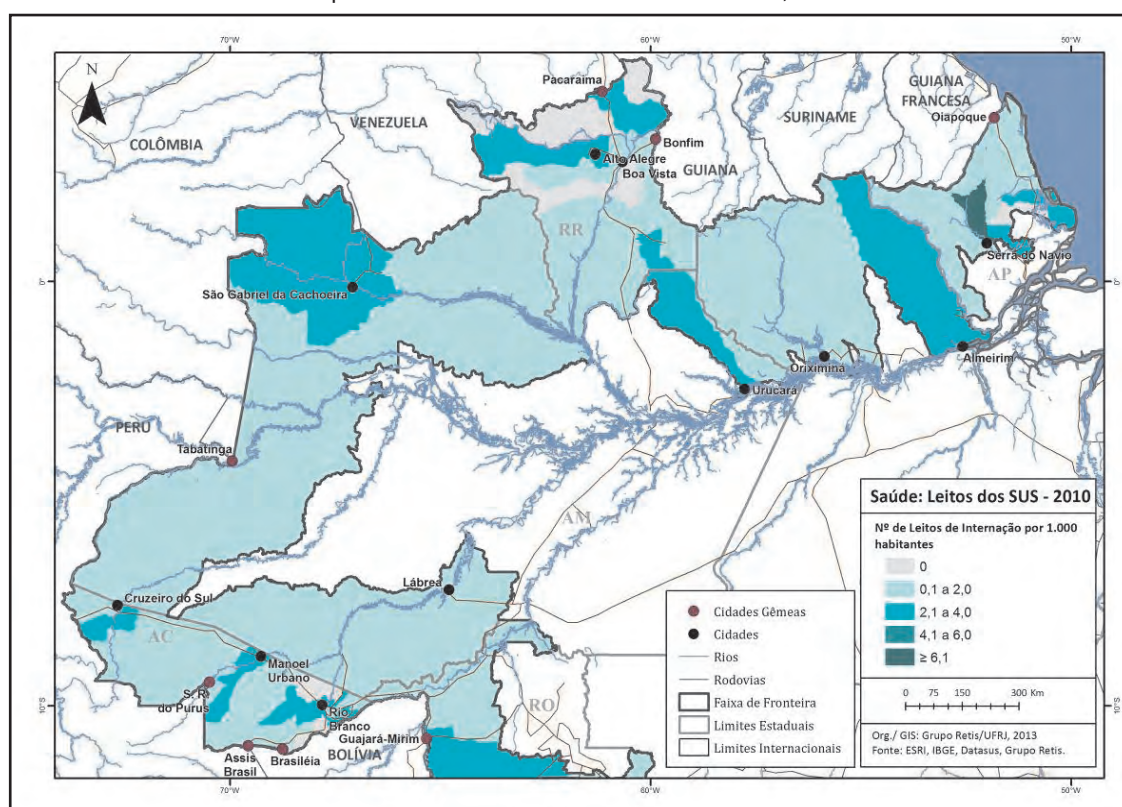
Mapa VII.12 Arco Sul: número de hospitais, 2013



A Faixa de Fronteira tem em média 1,9 leitos para internação pelo SUS. As maiores ofertas de leitos estão em Porto Velho (RO) 836; Rio Branco (AC) 727 e Pelotas (RS) 721.

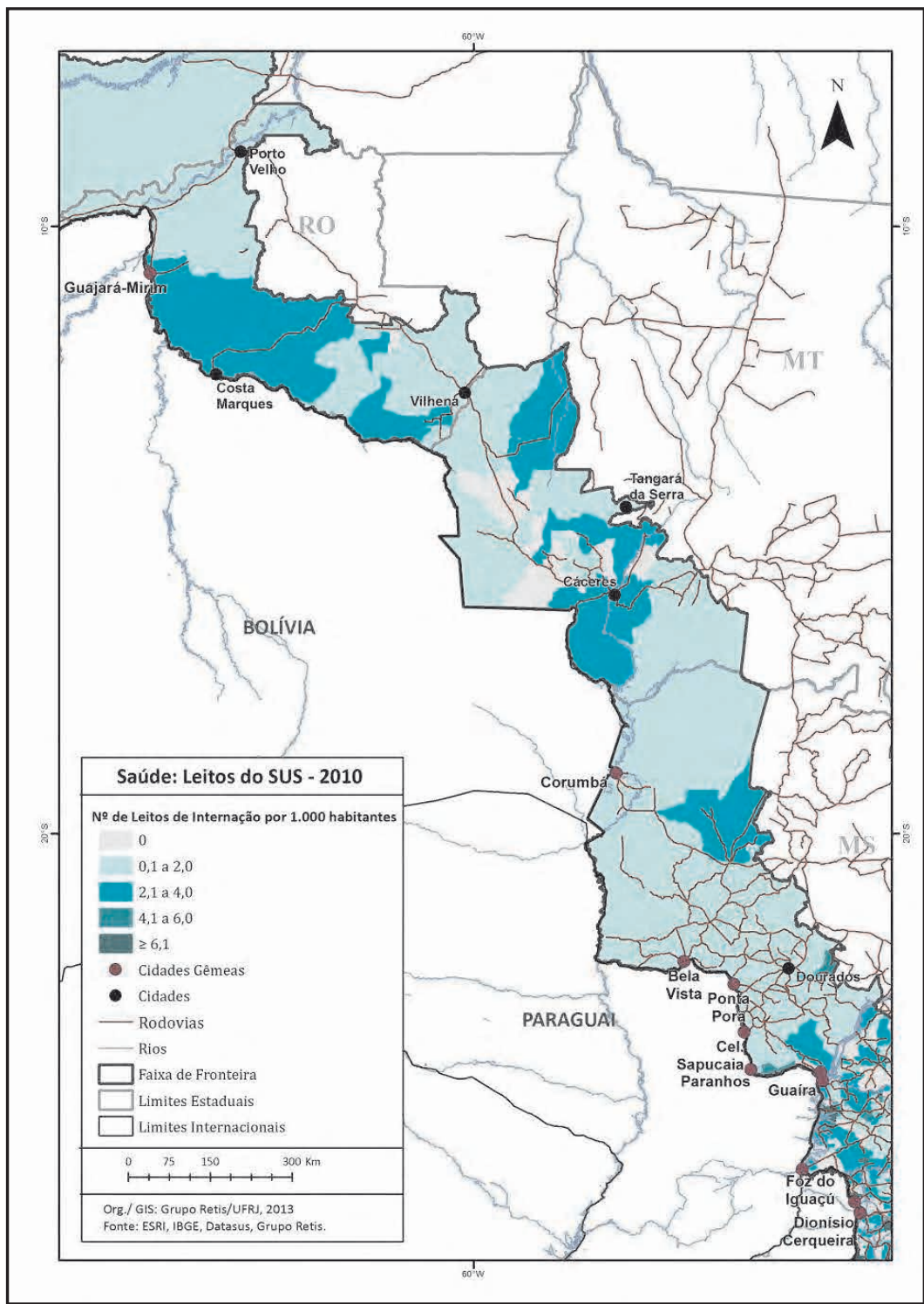
No Arco Norte a oferta de leitos (SUS) em 2010 era de 3.311 leitos correspondendo a um índice de 1,7 leitos por mil habitantes. Os municípios com melhores índices são Serra do Navio (AP) 6,8 leitos por mil habitantes; Amapá (AP) e Almeirim (PA) com 3,3 e Cruzeiro do Sul (AC) com 3,2 (Mapa VII.13).

Mapa VII.13 Arco Norte: número de leitos no SUS, 2010



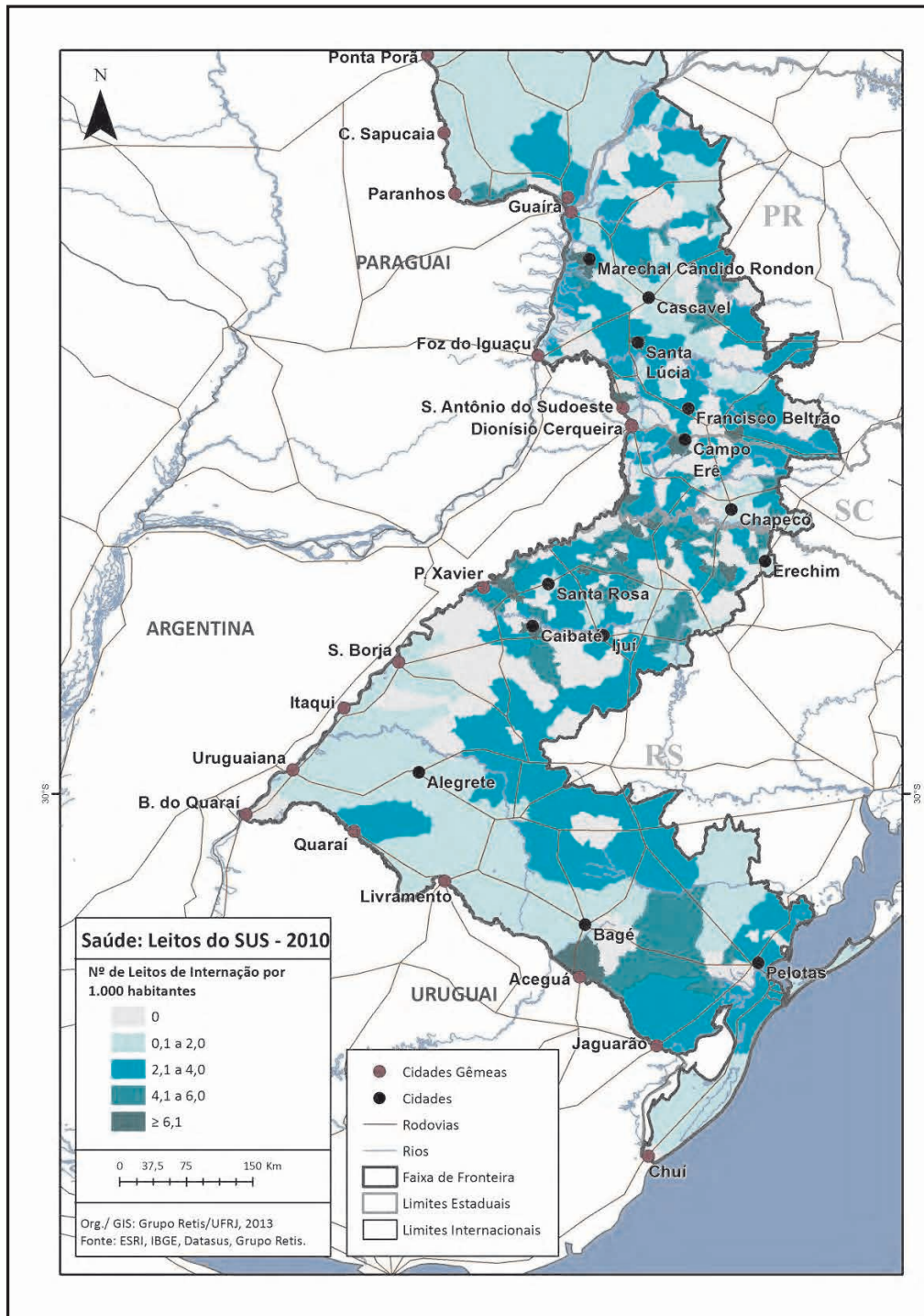
A oferta de leitos do SUS no Arco Central em 2010 era de 4.090 leitos, o que corresponde a 1,6 leitos por mil habitantes. Os municípios com maior oferta são Porto Velho (RO) com 836; Dourados (MS) com 312 e Cáceres (MT) com 180. Em termos de leitos por mil habitantes os melhores índices foram encontrados em Sete Quedas (MS) 4,5; Deodápolis (MS) 4,1 e Rio Branco (MT) 3,9 (Mapa VII.14)

Mapa VII.14 Arco Central: número de leitos no SUS, 2010



No Arco Sul a oferta total de leitos de internação do SUS era de 13.456 leitos, correspondendo a 2,1 por mil habitantes o maior de todos os Arcos. Os municípios com maior oferta eram Pelotas (RS) 721, Rio Grande (RS) 677 e Cascavel (PR) 455. Em termos de índice por mil habitantes os melhores municípios eram, em 2010, Pranchita (PR) com 11,2; Engenho Velho (RS) 11,1 e Caiçara (RS) 10,1 (Mapa VII.15).

Mapa VII.15 Arco Sul: número de leitos no SUS, 2010



A Faixa de Fronteira tem uma média de 0,18 leitos de urgência por 1.000 habitantes. Os municípios com maior quantidade de leitos de urgência são Porto Velho, Rio Branco, Cascavel, Pelotas e Foz do Iguaçu. Entretanto se classificarmos os municípios por leitos por mil habitantes estes municípios caem mais de 60 posições, com Porto Velho ocupando a 68ª posição, Rio Branco a 72ª, Cascavel a 112ª, Pelotas 161ª e por fim, Foz do Iguaçu cai para 136ª posição. O Arco Norte contava com 350 leitos de urgência (18,4% do total), o Arco Central 487 (25,5%) e o Sul 1065 (56% do total).

Serviços de Atenção à saúde por nível de complexidade e tipo de estabelecimento

Unidades de Atenção Básica em Saúde

A Atenção Básica definida pela Portaria no 648/GM de 28 de março de 2006 (Política Nacional de Atenção Básica) caracteriza-se por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrangem a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde.

Internacionalmente é denominada de 'Atenção Primária à Saúde' (APS) sendo considerada como:

[...] uma estratégia de organização da atenção à saúde voltada para responder de forma regionalizada, contínua e sistematizada à maior parte das necessidades de saúde de uma população, integrando ações preventivas e curativas, bem como a atenção a indivíduos e comunidades²⁸.

No Brasil, com a instituição do SUS (Brasil, 1988) adotou-se a designação Atenção Básica à Saúde (ABS) para enfatizar que esse segmento se tornava o contato prioritário da população com o sistema de saúde, marcando a mudança em relação ao modelo anterior "hospitalocêntrico". A principal estratégia de configuração da ABS no Brasil passa a ser a Estratégia de Saúde da Família (ESF).

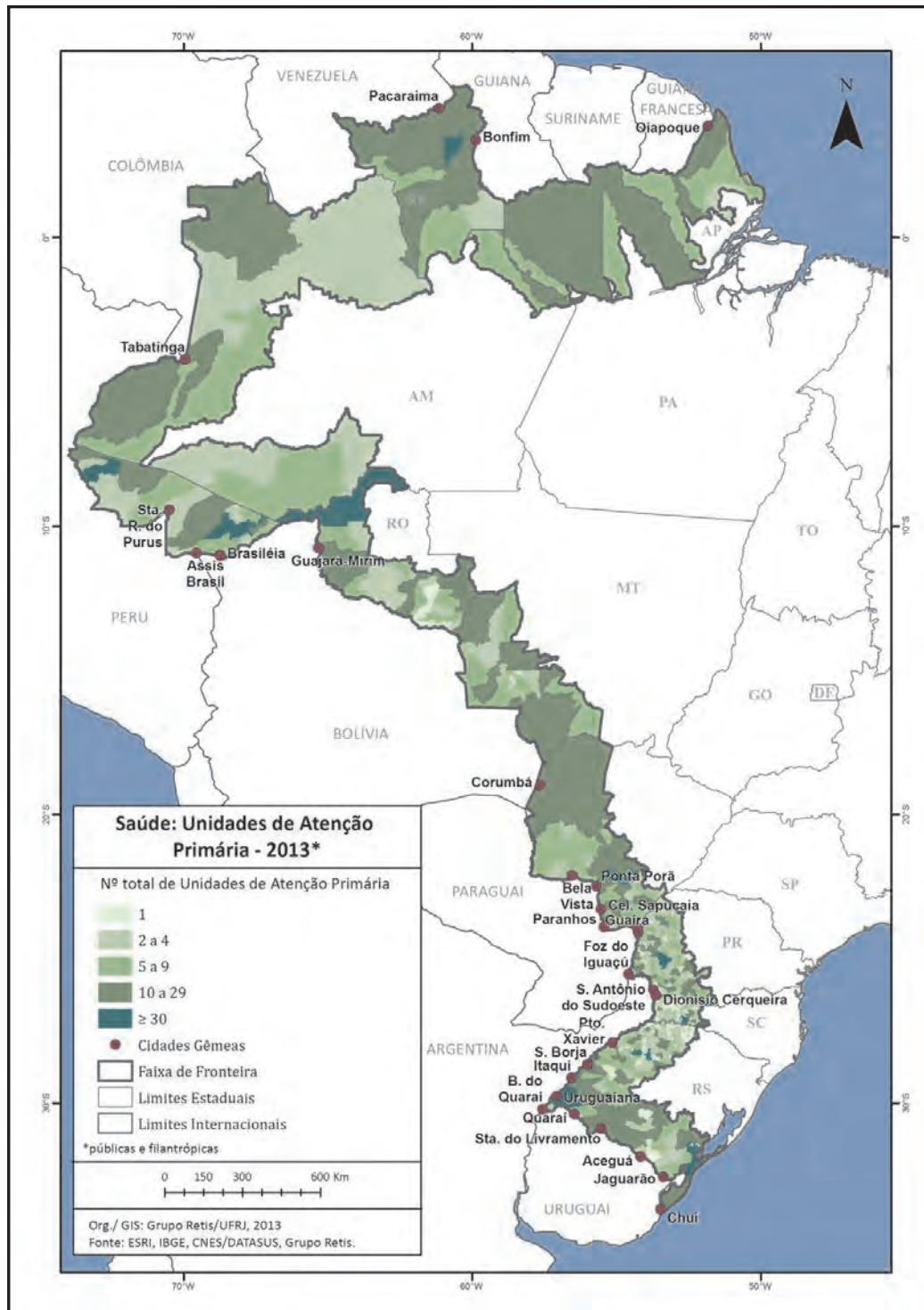
Para fins deste relatório consideraram-se unidades de atenção básica de saúde os seguintes tipos de estabelecimentos/serviços: Academia de Saúde, Centro de Apoio a Saúde da Família (CASF), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Centro de Parto Normal, Centro de Saúde e/ou Unidade Básica de Saúde, Farmácia, Posto de Saúde e Pronto Atendimento (CNES/DATASUS, 2013).

Considerando-se somente as Unidades Básicas de Saúde e os Postos de Saúde existentes nos municípios que são em geral a principal porta de entrada do sistema de saúde, a Faixa de Fronteira contava em 2013 com 3.391 unidades. Em termos de índice de habitantes por unidade de atenção representa cerca de 3.300 habitantes por unidade, um número razoável dado que o parâmetro do Ministério da Saúde para o Programa de Saúde da Família é de no máximo 3 mil pessoas por equipe.²⁹

²⁸ Matta GC, Morosini MVG, 2009. Atenção Primária à Saúde. Dicionário da Educação Profissional em Saúde. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ.

²⁹ Para a Unidade Básica de Saúde (UBS) sem Saúde da Família em grandes centros urbanos, recomenda-se o parâmetro de uma UBS para até 30 mil habitantes, localizada dentro do território pelo qual tem responsabilidade sanitária. Para uma UBS com Saúde da Família em grandes centros urbanos, recomenda-se o parâmetro de uma UBS para até 12 mil habitantes, localizada dentro do território pelo qual tem responsabilidade sanitária, garantindo os princípios da Atenção Básica (Portaria GM 648/2006).

Mapa VII.16 Faixa de Fronteira: Unidades de Atenção Primária, 2013

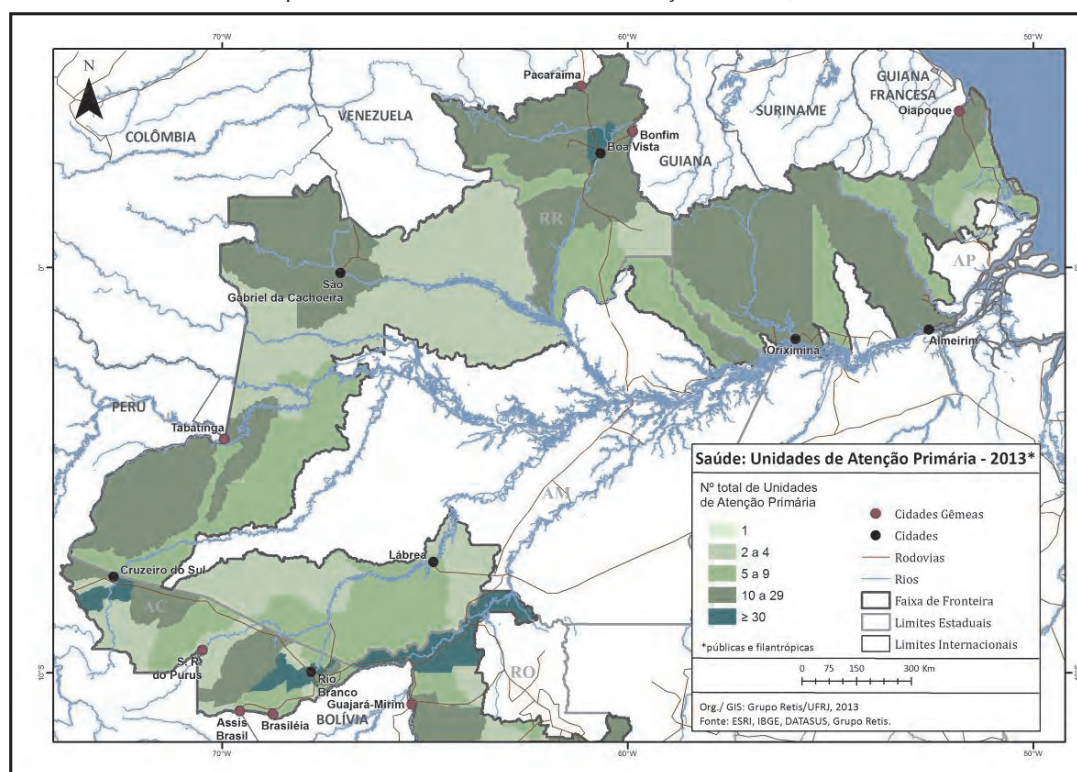


Os Postos de Saúde correspondem ao modelo assistencial antigo (anterior à implantação da ESF), bem como o Pronto Atendimento. As Academias de Saúde, o Centro de Apoio a Saúde da Família, o Centro de Apoio Psicossocial e a Farmácia são serviços geralmente oferecidos nas Unidades de Saúde da Família, a sua contagem no total das Unidades de Atenção Básica refere-se mais a uma densidade de serviços prestados à população em um determinado município do que instalações físicas propriamente ditas, uma vez que podem funcionar dentro das instalações de um Posto de Saúde ou de uma Unidade de Saúde da Família (uma Unidade Básica de Saúde–UBS ou Centro de Saúde).

Nos 588 municípios da Faixa de Fronteira existem somente 154 Centros de Atenção Psicossocial, 111 farmácias populares 41 Academias de Saúde, 32 unidades de Pronto Atendimento e 22 Centros de Apoio à saúde da Família em toda a Faixa de Fronteira, o que aponta para uma situação de pouca consolidação da Estratégia da Saúde da Família na fronteira (Mapa VII.16).

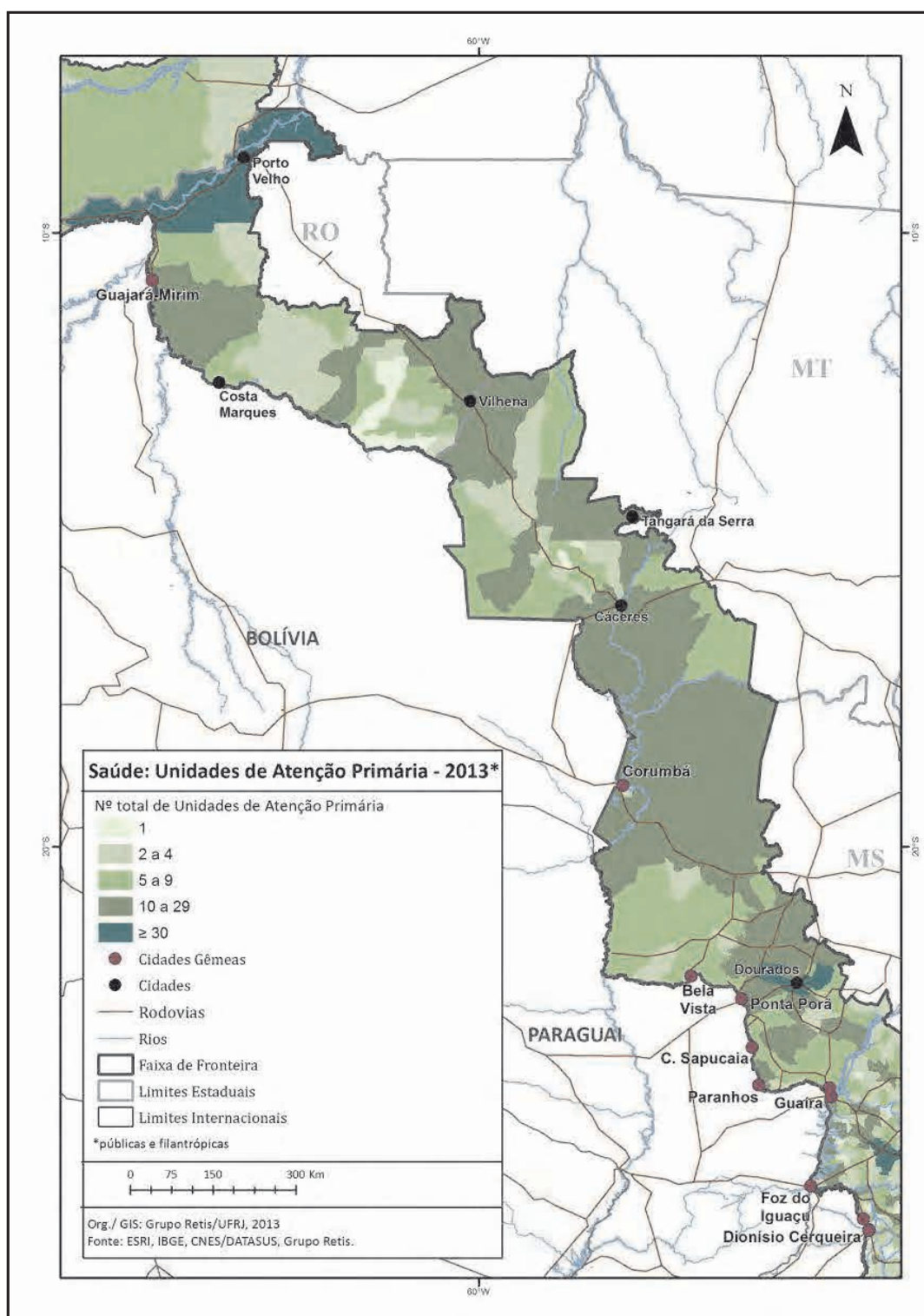
No Arco Norte são 649 unidades/serviços de atenção básica (situação em agosto de 2013, segundo o CNES/DATASUS). Os municípios com maior número de unidades/serviços de atenção básica são Rio Branco (AC) com 85 unidades, Boa Vista (RR) com 50 unidades e Cruzeiro do Sul (AC) com 28 unidades. Em termos de Postos de Saúde e Unidades Básicas de Saúde/Centros de Saúde 57,8% dos municípios têm mais de 3 mil habitantes por unidade de atendimento de atenção básica. No Arco Norte as piores coberturas do Programa de Saúde da Família (PSF) (abaixo de 20% da população) ocorrem em Faro (PA) 1,8%; Barcelos (AM) 15,5%, Alenquer (PA) 16,3% e Atalaia do Norte (AM) 19,8% (Mapa VII.17).

Mapa VII.17 Arco Norte: Unidades de Atenção Primária, 2013



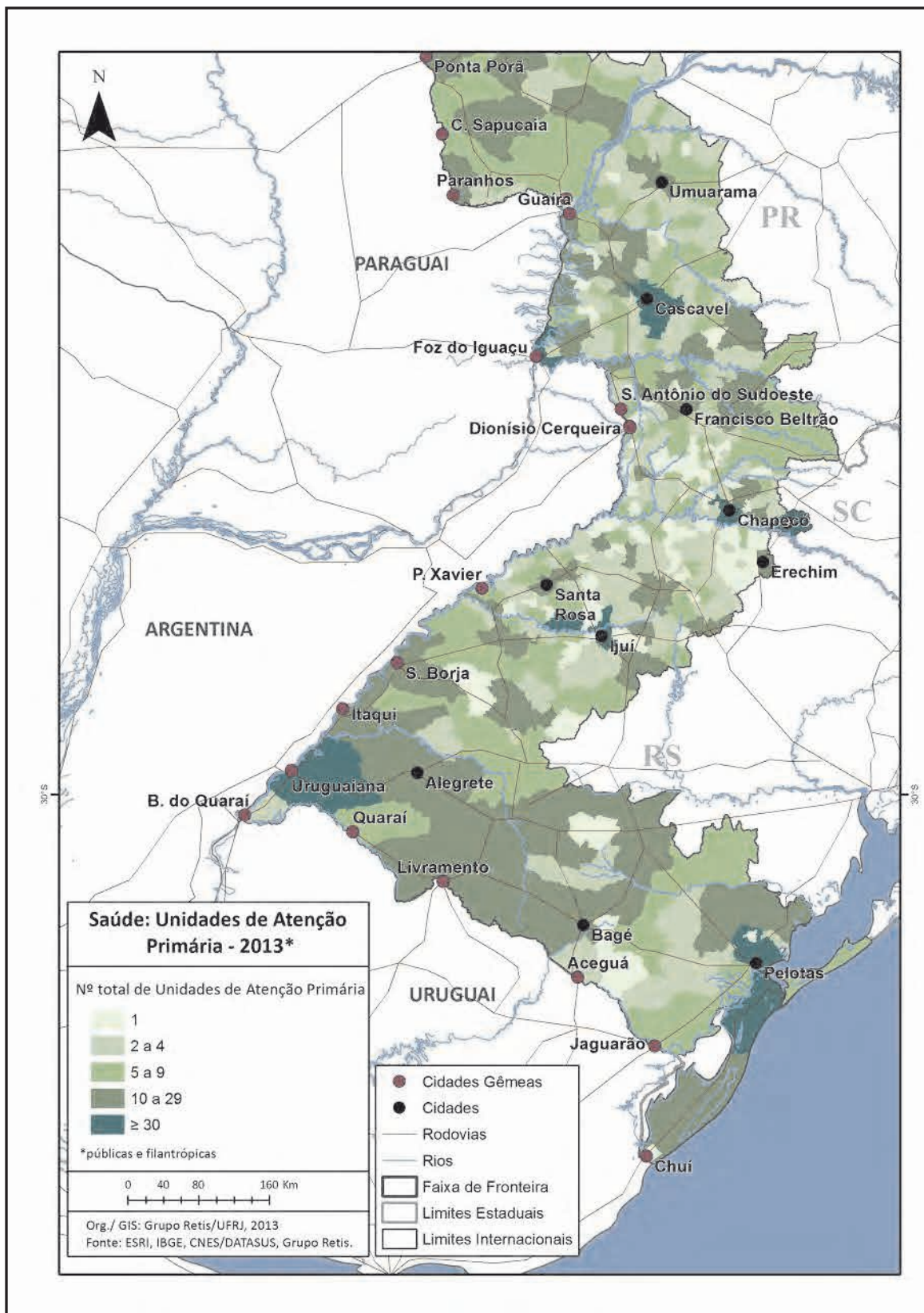
No Arco Central são 751 unidades/serviços sendo que Porto Velho é o município com maior quantidade 74 unidades, seguido por Dourados com 33 unidades, Corumbá com 25, Tangará da Serra com 22 e Cáceres com 20. Em termos de Postos de Saúde e Unidades Básicas de Saúde/Centros de Saúde 46,5% dos municípios têm mais de 3 mil habitantes por unidade de atendimento de atenção básica. No Arco Central a pior cobertura (abaixo de 20%) do PSF ocorre em Miranda 12,4%, os demais municípios têm cobertura acima de 40% da população (Mapa VII.18).

Mapa VII.18 Arco Central: Unidades de Atenção Primária, 2013



No Arco Sul são 2.351 unidades, sendo que os municípios de Cascavel com 43, Foz do Iguaçu com 41, Chapecó com 39 e Rio Grande com 38 unidades são os melhor atendidos. Em termos de Postos de Saúde e Unidades Básicas de Saúde/Centros de Saúde 37,7% dos municípios têm mais de 3 mil habitantes por unidade de atendimento de atenção básica. No Arco Sul as piores coberturas (abaixo de 20% da população) ocorrem nos municípios de Arroio Grande (RS) com 7,0%, Marechal Cândido Rondon (PR) 18,8% (Mapa VII.19).

Mapa VII.19 Arco Sul: Unidades de Atenção Primária, 2013



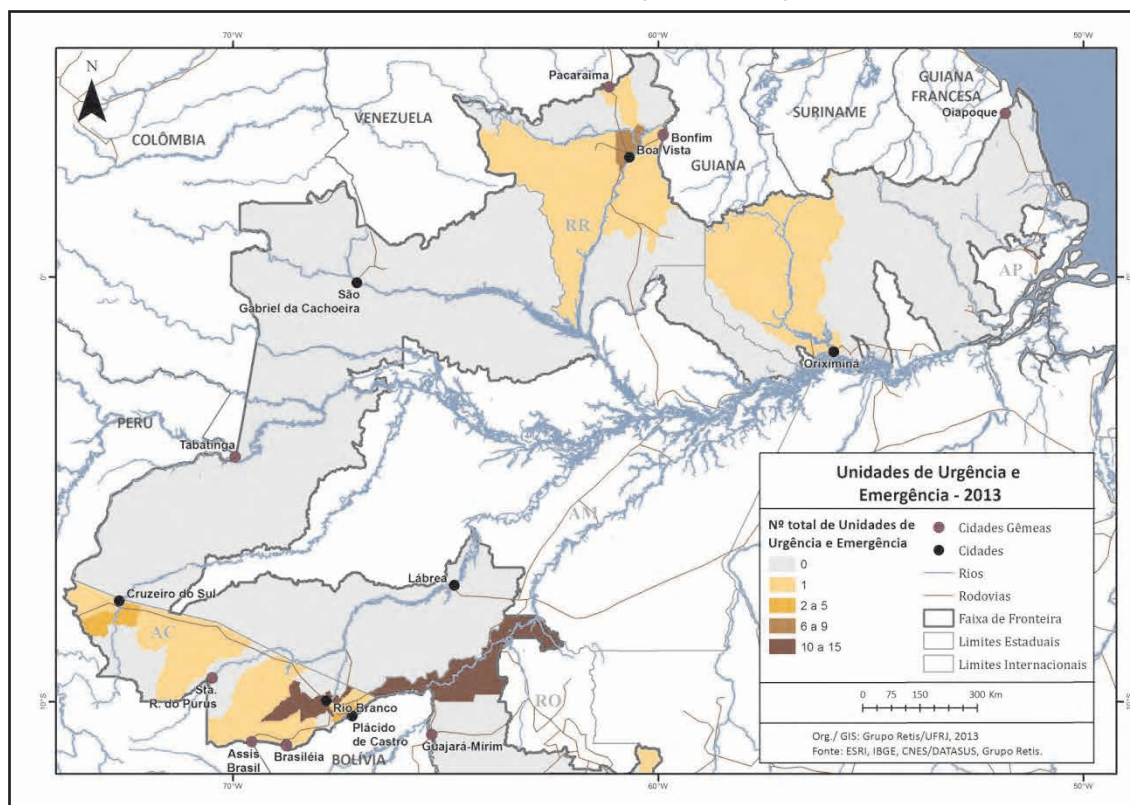
Serviços de Urgência e Emergência

Para este relatório foram definidas como unidades de urgência e emergência as seguintes categorias: pronto socorro especializado, pronto socorro geral, unidade móvel pré-hospitalar urgência/emergência, Central de regulação de urgências.

Ao longo da Faixa de Fronteira existem 229 unidades de urgência e emergência distribuídas em apenas 130 municípios (22,1% dos municípios da Faixa de Fronteira). O município com o maior número é Rio Branco com 15 unidades, seguido por Porto Velho e Foz do Iguaçu com 10 cada, Cascavel com 8 e Boa Vista com 7 unidades.

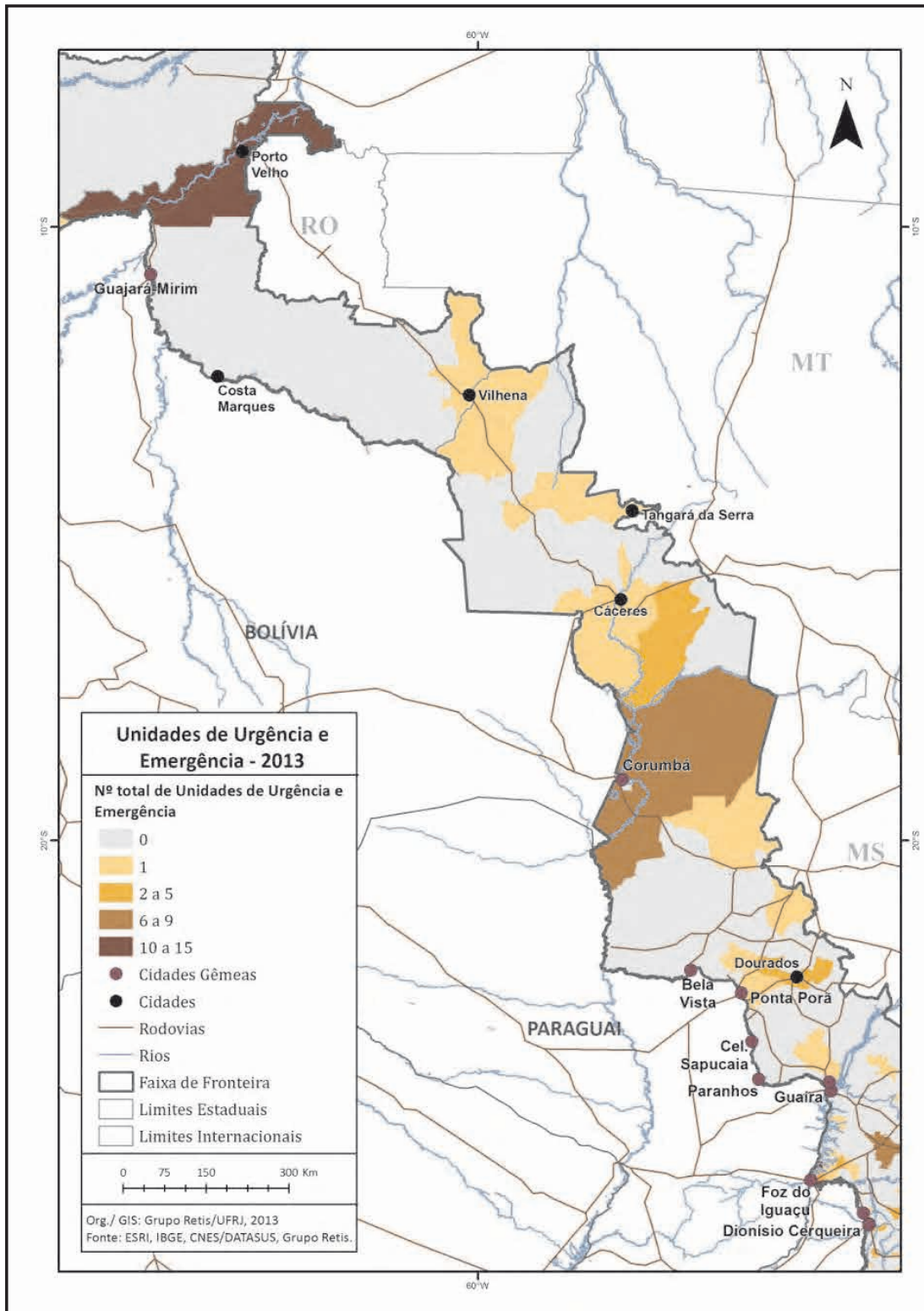
O Arco Norte conta com 47 unidades distribuídas em apenas 25 municípios (34,7% do total de municípios do Arco). Neste Arco, 46 municípios não dispõem desse tipo de serviço, a população tem de buscar atendimento nos municípios vizinhos (Mapa VII.20).

Mapa VII.20 Arco Norte: Unidades de Urgência e Emergência, 2013



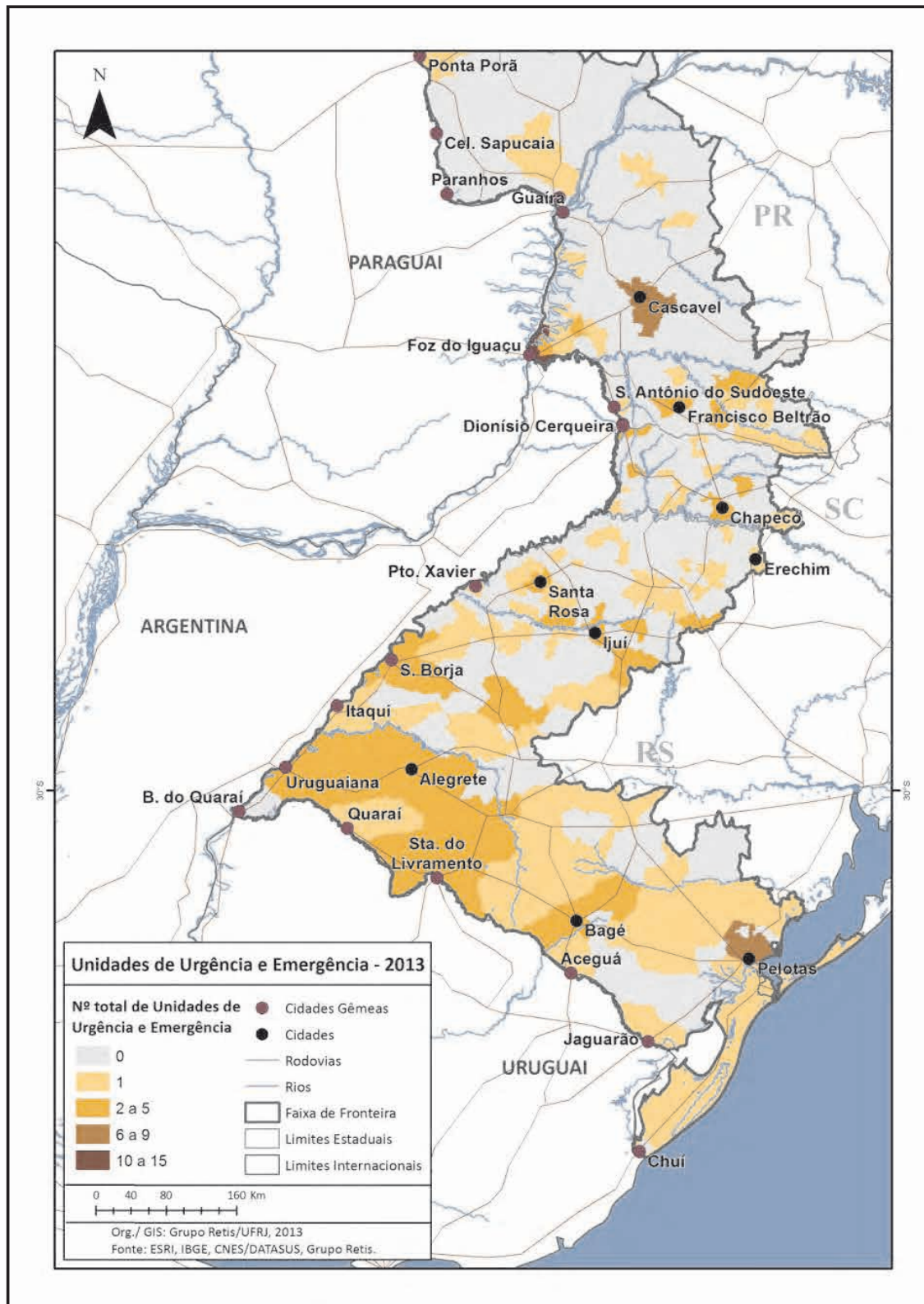
No Arco Central há somente 33 unidades destacando-se os municípios de Porto Velho, Corumbá e Dourados com 10, 6 e 5 unidades de urgência/emergência, respectivamente. Dos 99 municípios do Arco somente 15 possuem unidades de urgência/emergência, ou seja, 14,2% dos municípios do Arco (Mapa VII.21).

Mapa VII.21 Arco Central: Unidades de Urgência e Emergência, 2013



O Arco Sul tem 149 unidades de urgência/emergência distribuídos em 92 municípios, o que representa apenas 22% dos municípios do Arco. Foz do Iguaçu com 10 unidades, Cascavel com 8 e Pelotas com 6 unidades são os melhor atendidos, mas acabam servindo de referência para vários municípios do entorno o que deve sobrecarregar o serviço (Mapa VII.22).

Mapa VII.22 Arco Sul: Unidades de Urgência e Emergência, 2013



A faixa de fronteira tem uma média de 0,18 leitos de urgência por 1.000 habitantes.

Os municípios com maior quantidade de leitos de urgência são Porto Velho (RO), Rio Branco (AC), Cascavel (PR), Pelotas (RS) e Foz do Iguaçu (PR). Entretanto se classificarmos os municípios por leitos por mil habitantes estes municípios caem mais de 60 posições, com Porto Velho ocupando a 68ª posição, Rio Branco a 72ª, Cascavel a 112ª, Pelotas 161ª e por fim, Foz do Iguaçu cai para 136ª posição.

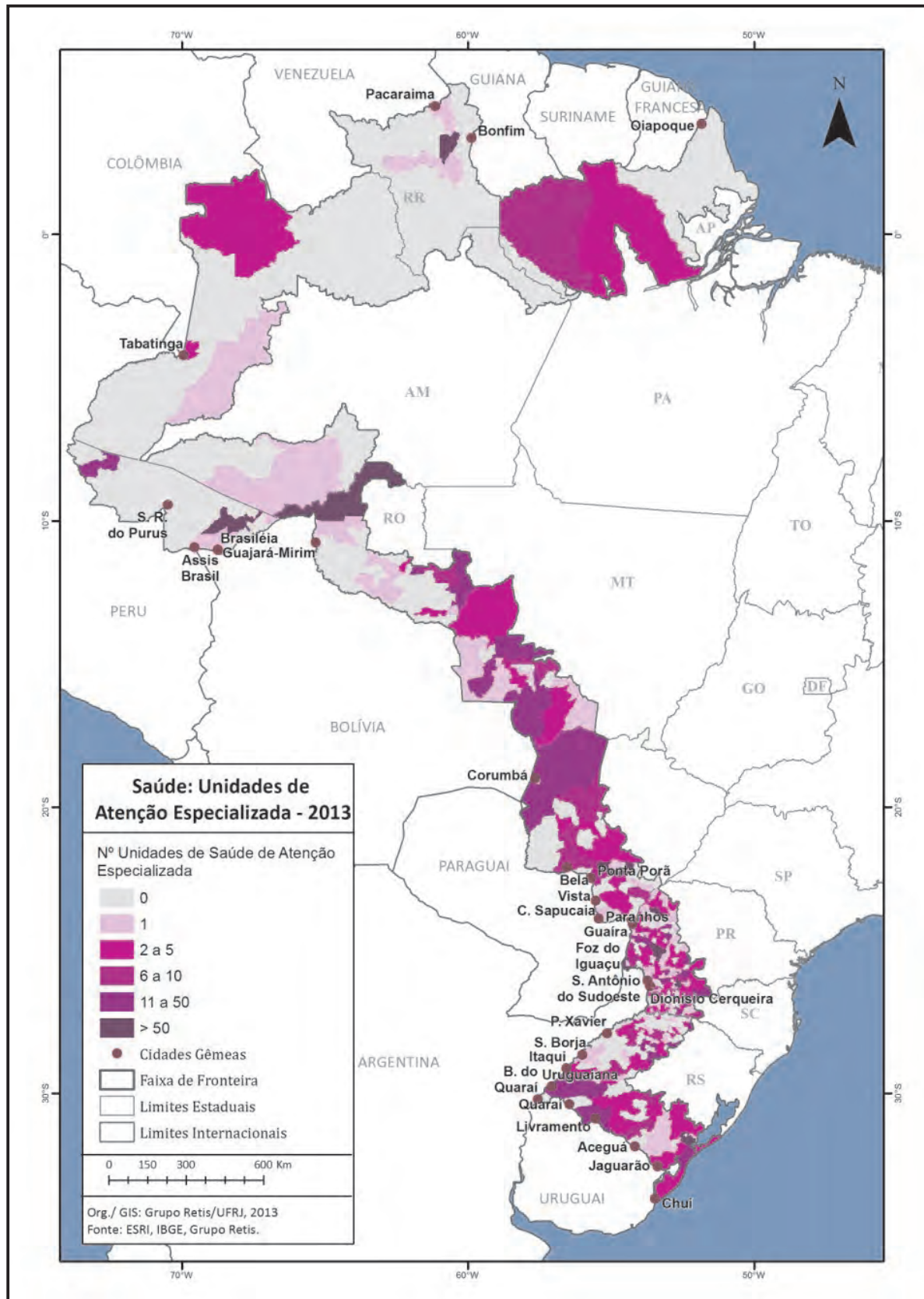
O Arco Norte contava com 350 leitos de urgência (18,4% do total), o Arco Central 487 (25,5%) e o Sul 1065 (56% do total).

Serviços de atenção especializada

Entende-se como Atenção Especializada os Centros de Atenção Hemoterápica (Hemodiálise), as Clínicas Especializadas ou Ambulatórios Especializados, os Hospitais Especializados, as Policlínicas, as Oficinas Ortopédicas e os Pronto Socorros Especializados.

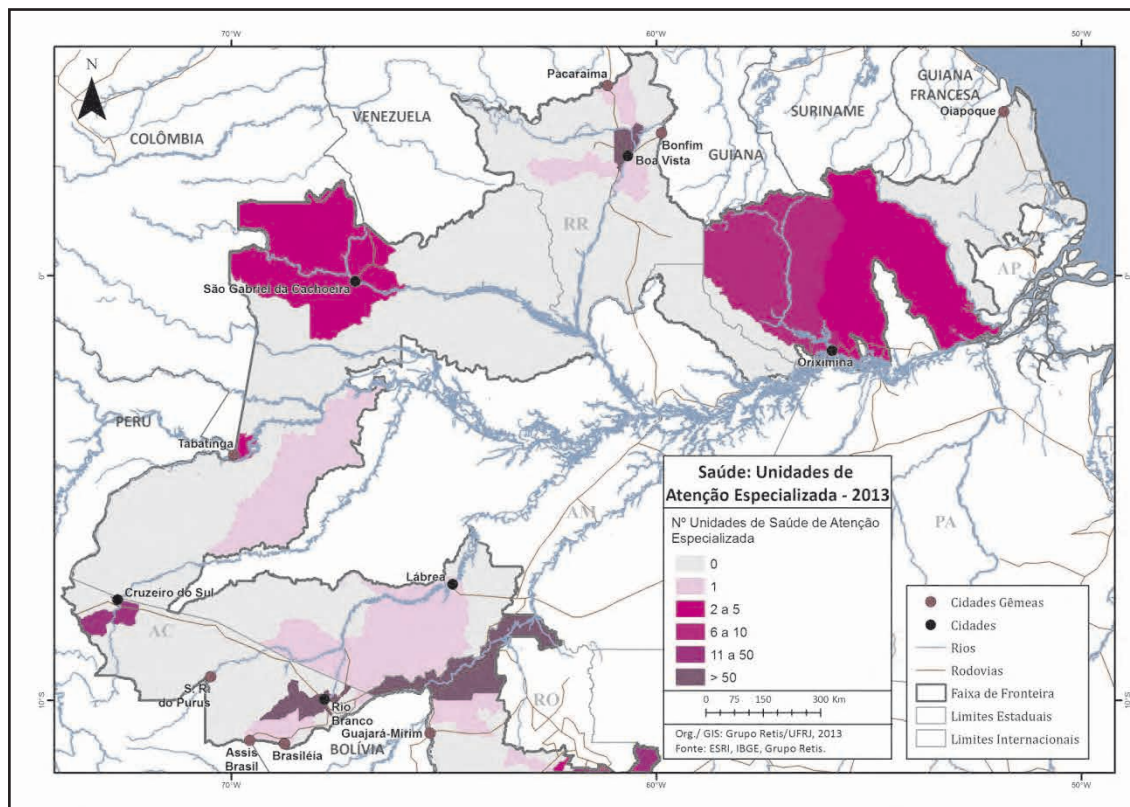
Em agosto de 2013 (último dado disponível) a faixa de fronteira possuía 2.045 unidades de atenção especializada (Mapa VII.23).

Mapa VII.23 Faixa de Fronteira: Unidades de Atenção Especializada, 2013



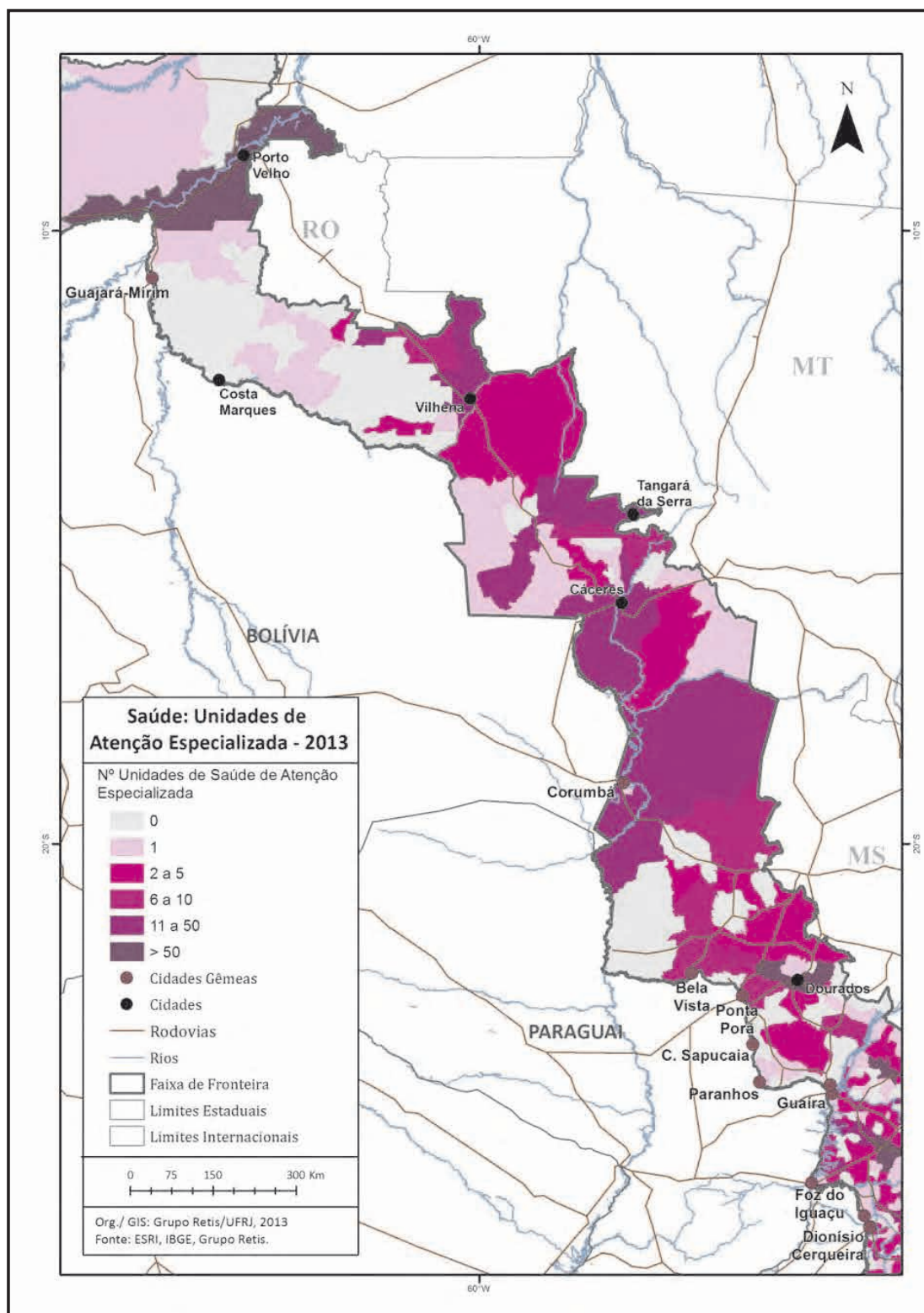
No Arco Norte eram 154 unidades (7,5% do total). O maior número de unidades concentrava-se no município de Boa Vista (RR) com 66 unidades, seguido por Rio Branco (AC) com 51, Cruzeiro do Sul (AC) com 11 e Oriximiná (PA) com 6. Por outro lado, 52 (73,2% dos municípios do Arco) não tinham nenhuma unidade especializada (Mapa VII.24).

Mapa VII.24 Arco Norte: Unidades de Atenção Especializada, 2013



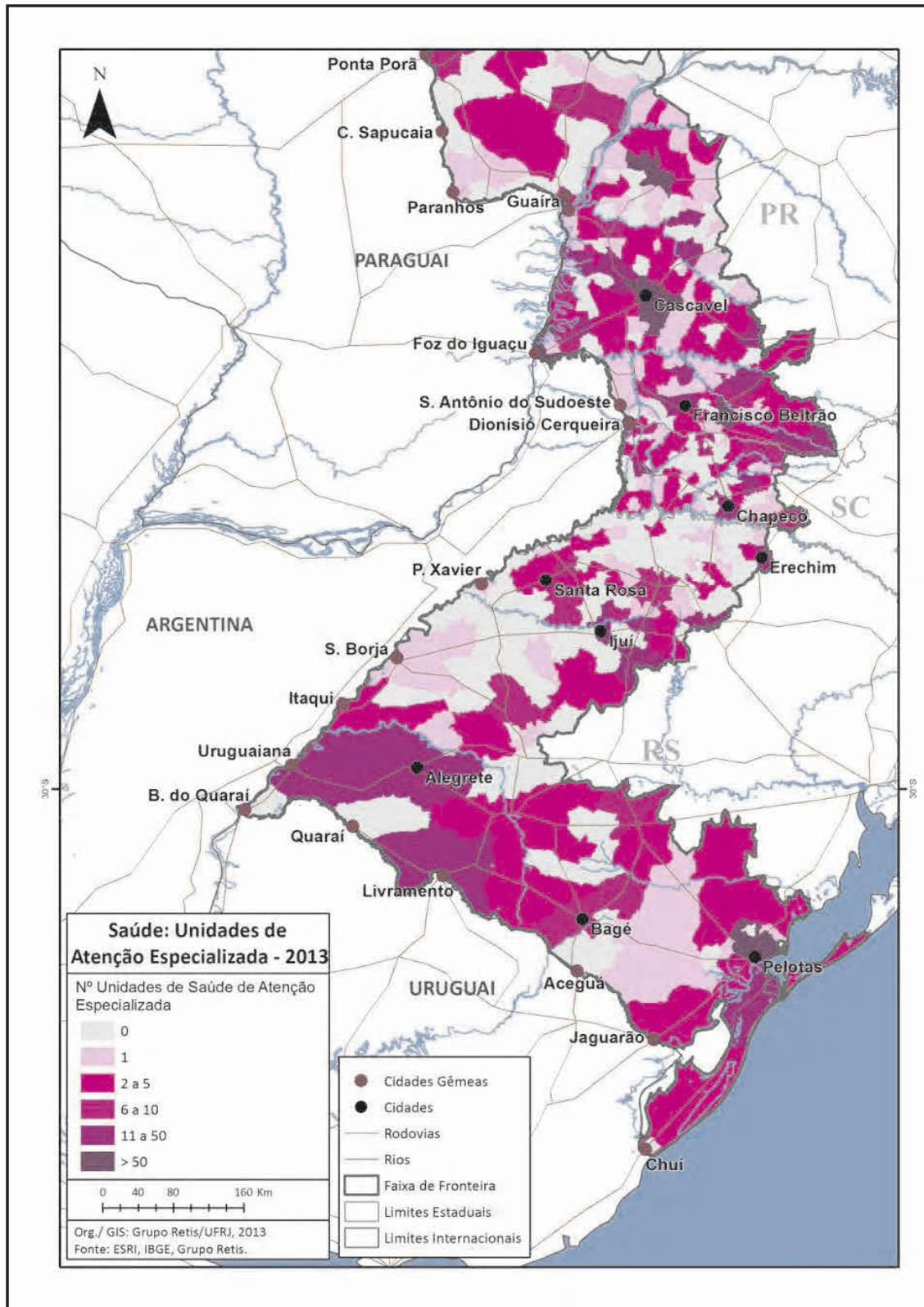
No Arco Central a situação era diferente, com um total de 520 unidades de atenção especializada. 39% dos municípios não possuem esse tipo de unidade. A concentração espacial é forte, somente Porto Velho dispõe de 159 unidades, Dourados 75, Vilhena 39, Corumbá 34 e Tangará da Serra 30 (Mapa VII.25).

Mapa VII.25 Arco Central: Unidades de Atenção Especializada, 2013



No Arco Sul há um número maior de unidades especializadas que totalizam 1.371 unidades. Cascavel (PR) com 124, Pato Branco (PR) com 75, Umuarama (PR) com 69, Pelotas com 63 e Foz do Iguaçu com 60 são os municípios com maior disponibilidade de unidades de saúde especializadas. Ainda assim, são 186 os municípios sem esse tipo de unidades de saúde (44% dos municípios do Arco) (Mapa VII.26).

Mapa VII.26 Arco Sul: Unidades de Atenção Especializada, 2013



Unidades de vigilância em saúde

Tradicionalmente a vigilância em saúde é definida como

[...] a observação contínua e sistemática da distribuição e tendências da incidência de doenças mediante a coleta sistemática, consolidação e avaliação de informes de morbidade e mortalidade, assim como de outros dados relevantes, e a regular disseminação dessas informações a todos os que necessitem conhecê-la.³⁰

O trabalho da vigilância em saúde requer, portanto, expertise técnica de pessoal especializado, capacidade e velocidade de coleta e análise de informações, e um trabalho bem estruturado, organizado e ininterrupto, além de um elevado grau de entrosamento e comunicação entre as diferentes equipes de saúde municipais e os demais entes do nível estadual. Sabe-se, entretanto que estas condições não são comumente encontradas nos municípios brasileiros, especialmente naqueles mais periféricos, com carência de profissionais graduados ou técnicos capacitados nas áreas de epidemiologia, fiscalização sanitária, controle ambiental e de sistemas de informação. Estes requisitos só são encontrados nos municípios maiores e nas capitais estaduais. Nesse sentido é importante mapear a distribuição das unidades de vigilância em saúde nos municípios da Faixa de Fronteira em seus distintos Arcos para a visualização da presença ou ausência destas unidades, tomando-se em conta, por outro lado, que a sua simples existência física não represente o funcionamento do serviço de forma satisfatória.

Neste relatório adotou-se a definição de Unidade de Vigilância em Saúde do CNES-DATASUS segundo a qual é:

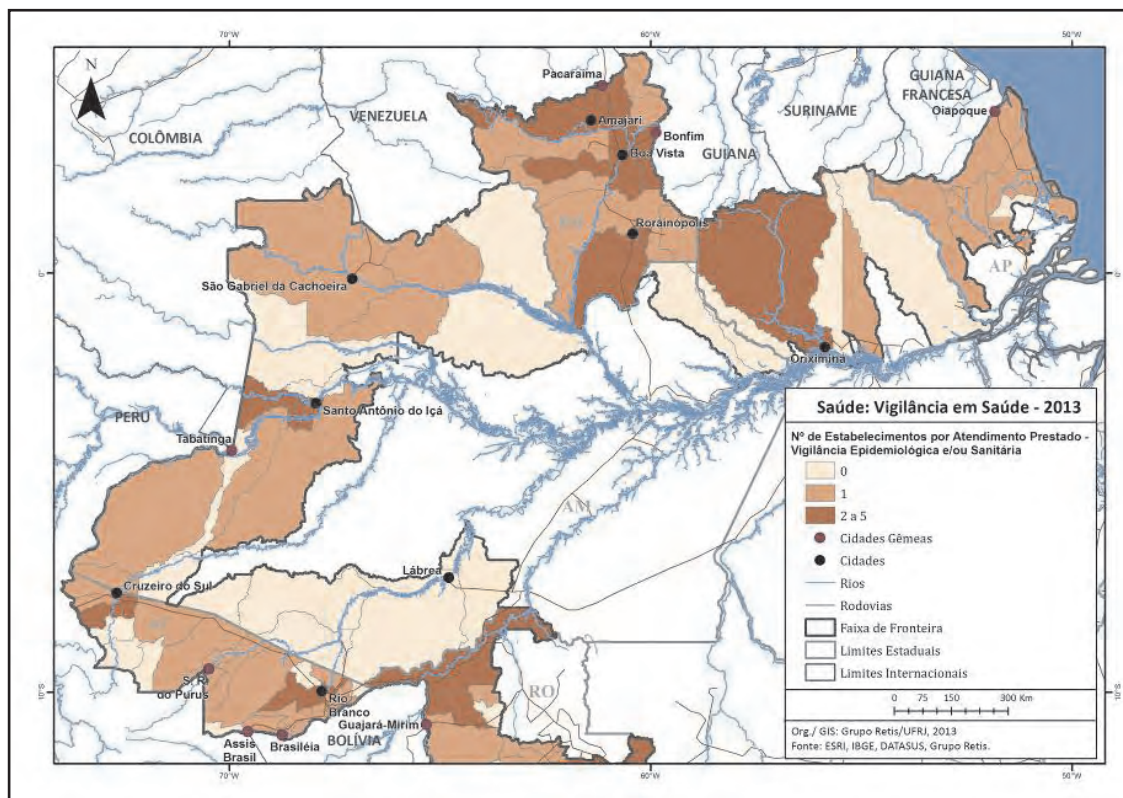
[...] estabelecimento isolado que realiza trabalho de campo a partir de casos notificados e seus contatos, tendo como objetivos: identificar fontes e modo de transmissão; grupos expostos a maior risco; fatores determinantes; confirmar o diagnóstico e determinar as principais características epidemiológicas, orientando medidas de prevenção e controle a fim de impedir a ocorrência de novos eventos e/ou o estabelecimento de saúde isolado responsável pela execução de um conjunto de ações, capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde.³¹

³⁰ Monken M. e Batistella C. Vigilância em Saúde. In: Pereira IB. Dicionário da educação profissional em saúde/Isabel Brasil Pereira e Júlio César França Lima.–2.ed.rev. ampl.- Rio de Janeiro: EPSJV;2009.

³¹ DATASUS, 2013. Disponível em: http://siops-asp.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?siops\siops_indic\municipio\anual\prvbr.def, Acesso em 9/06/13.

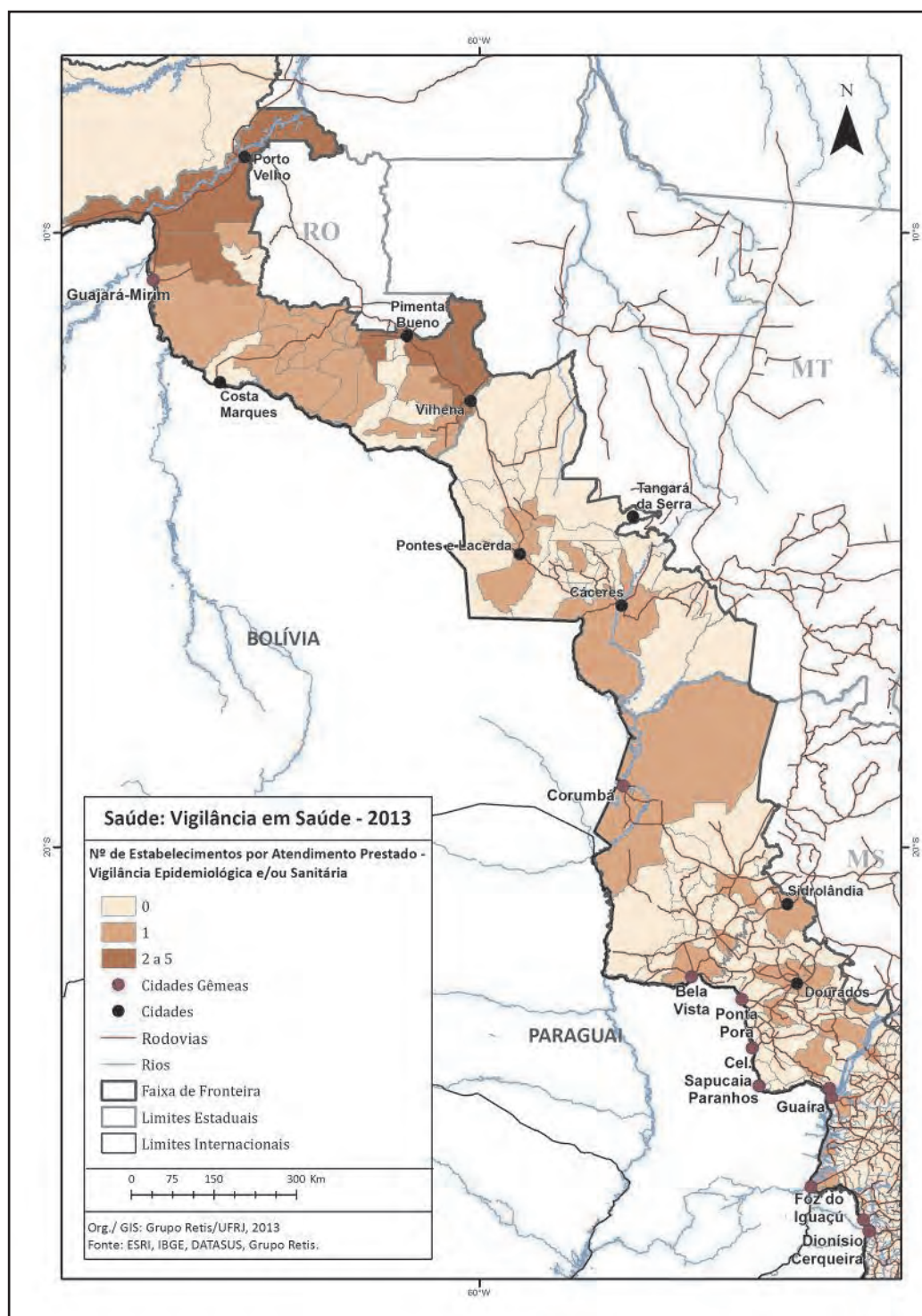
Observa-se que somente 22% dos municípios da Faixa têm unidades de vigilância em saúde. No Arco Norte são um total de 69 unidades (44,5% do total da faixa). Estas unidades concentram-se nas capitais Boa Vista (RR) com 4 unidades, Rio Branco (AC) com 3 unidades, e nos municípios de Amajari (RR), Bonfim (RR), Cantá (RR) e Rorainópolis (RR) e São Luiz cada um deles com 3 unidades (Mapa VII.27).

Mapa VII.27 Arco Norte: Unidades de Vigilância em Saúde, 2013



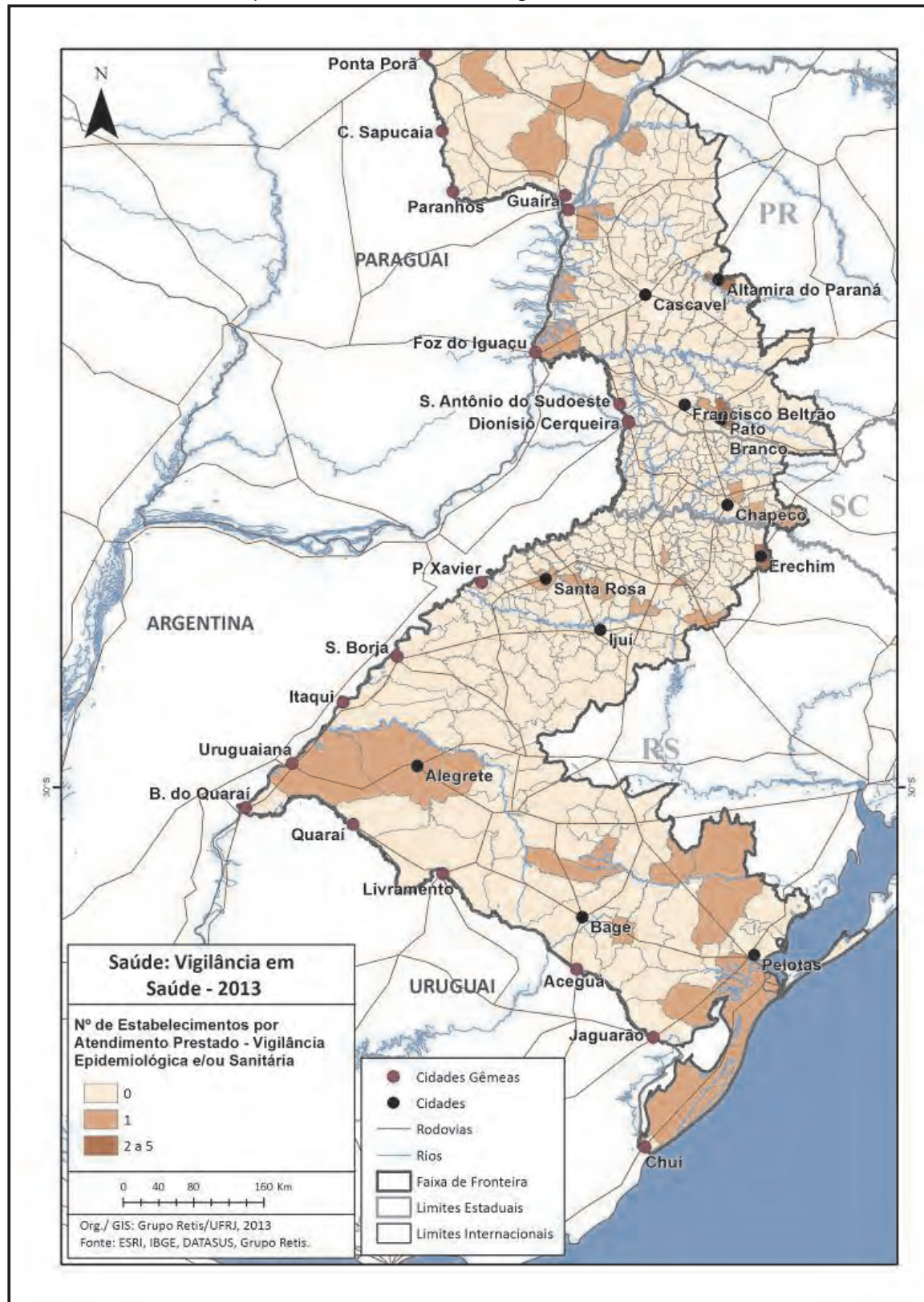
No Arco Central são ao todo 49 unidades de vigilância em saúde (31,6% da faixa) sendo que o município de Pimenta Bueno possui 5 unidades enquanto que Porto Velho, Santa Luzia D'Oeste e Vilhena possuem 3 cada um (Mapa VII.28).

Mapa VII.28 Arco Central: Unidades de Vigilância em Saúde, 2013



No Arco Sul existe um total de 37 unidades de vigilância em saúde (23,9% da faixa) sendo que os municípios de Altamira do Paraná (PR), Pato Branco (PR) e Erechim (SC) possuem duas unidades cada um (Mapa VII.29).

Mapa VII.29 Arco Sul: Unidades de Vigilância em Saúde, 2013



Equipamentos de Saúde Selecionados

Em 2010 havia 1.087 aparelhos de RX na faixa de fronteira (6,85% do total dos 15.861 aparelhos existentes no Brasil). Dos 588 municípios da faixa 220 municípios não possuíam esse equipamento no sistema público de saúde, ou seja, 37,41% dos municípios não tinha esse equipamento de imagem.

A distribuição espacial dos equipamentos de diagnóstico na faixa de fronteira mostra uma grande desigualdade com ampla vantagem para o Arco Sul (Tabela VII.1). Por exemplo, os aparelhos de RX disponíveis para o SUS no Arco Norte representavam apenas 13,34% do total da faixa (145 aparelhos) enquanto que a participação do Arco Sul era de 64,67%.

Tabela VII.1 Equipamentos de diagnóstico selecionados disponíveis no SUS segundo tipo e localização nos Arcos da Fronteira em 2010

Equipo	Arco Norte	%	Arco Central	%	Arco Sul	%	Total FF
Mamógrafo	3	2.56%	21	17.95%	93	79.49%	117
Raio X	145	13.34%	239	21.99%	703	64.67%	1087
Tomógrafo Computadorizado	6	6.32%	12	12.63%	77	81.05%	95
Ressonância Magnética	2	7.14%	7	25.00%	19	67.86%	28
Ultrassom	100	14.68%	170	24.96%	411	60.35%	681
Equipo Odontológico Completo	392	14.29%	544	19.83%	1807	65.88%	2743

O Arco Sul é o melhor equipado com 79,5% dos mamógrafos da fronteira, 64,7% dos aparelhos de RX, 81% dos tomógrafos, 67,9% dos aparelhos de ressonância Magnética, 60,9% dos aparelhos de ultrassom e 65,9% dos equipamentos odontológicos completos. Em contrapartida no Arco Norte a carência de equipamentos é notável com apenas 2,6% dos mamógrafos, 13% dos RX, 6% dos tomógrafos, 7% dos aparelhos de ressonância magnética, 14% de ultrassom e 14% de equipamentos odontológicos.

Transferências do SUS para os municípios da faixa de fronteira

As informações sobre as transferências do SUS para os municípios também denominadas transferência Fundo a Fundo são repasses para os Estados e Municípios que se destinam ao financiamento de programas de saúde pública (SUS) seja para a Atenção Básica seja para procedimentos de Média e Alta Complexidade (como as cirurgias não elegíveis, os tratamentos de doenças crônicas, etc.) e foram estabelecidos pela NOB 01/96 e NOAS 01/2001.

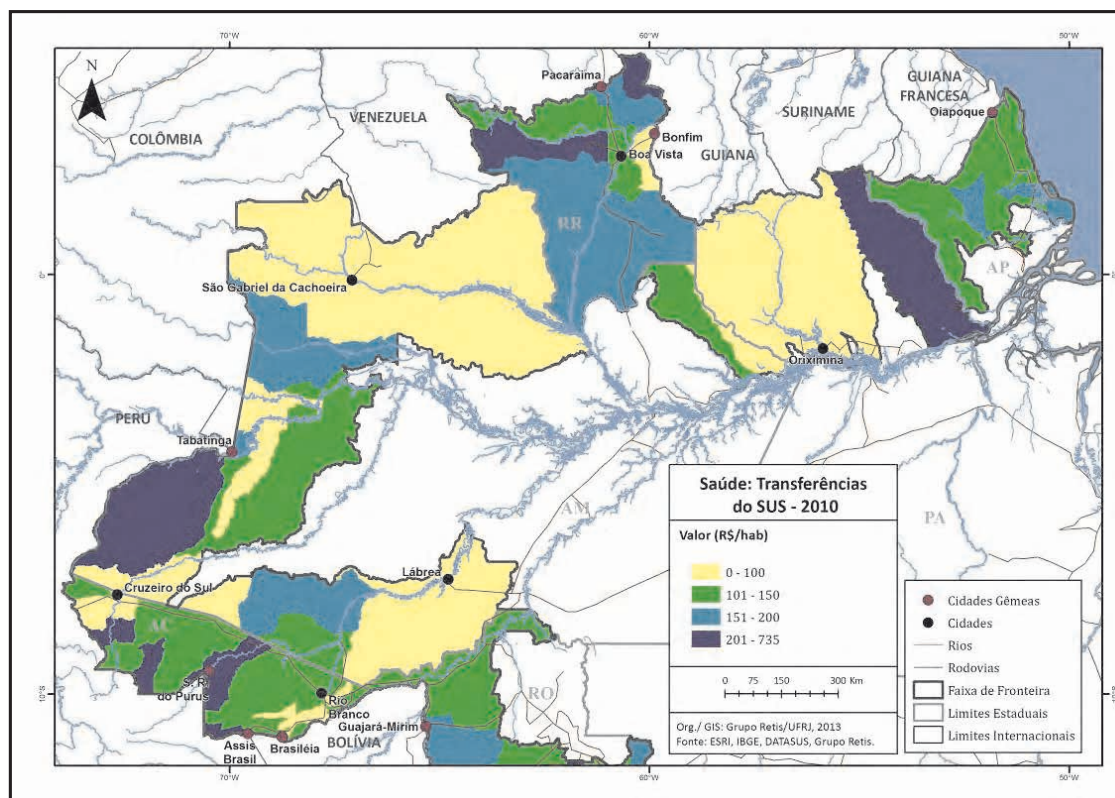
No ano de 2010 foram transferidos do SUS para os municípios da faixa de fronteira o equivalente a R\$ 1.650.337.255(1 bilhão e seiscentos e cinquenta milhões e trezentos e trinta e sete mil e duzentos e cinquenta e cinco reais). Correspondendo a uma média de R\$2.806.696,01 e mediana de R\$ 951.395,50 (Ministério da Saúde. DATASUS, 2013). A média de transferência por habitante da faixa de Fronteira foi R\$ 136,62.

O menor valor de repasse foi de R\$61.335,40 em Santa Margarida do Sul (RS), o maior de R\$128.450.715,00 em Dourados (MS). A mediana foi R\$951.395,00 por ano. Os municípios de Barcelos (AM) e Faro (PA) não receberam repasses do SUS neste ano.

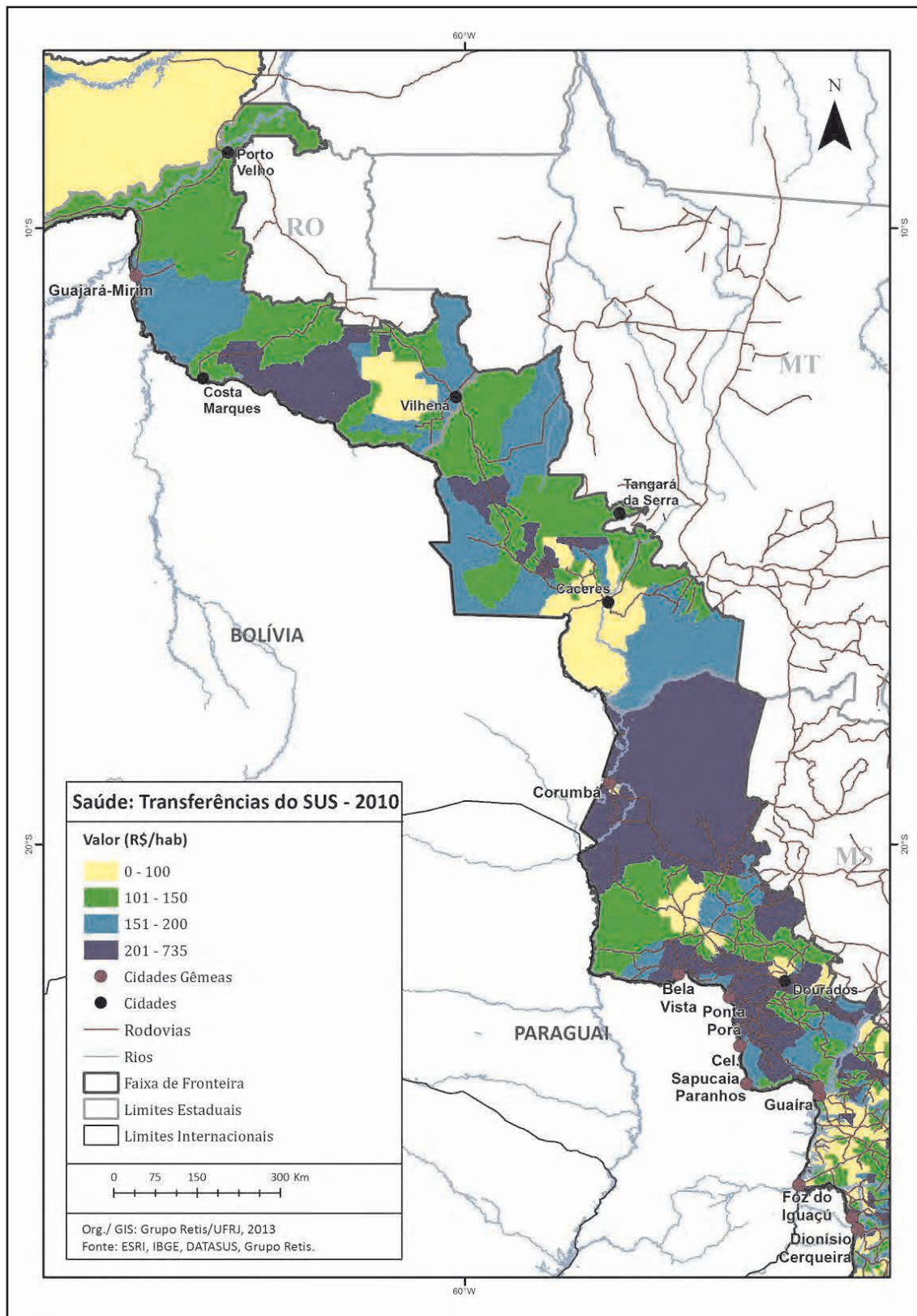
No que se refere ao valor por habitantes, a média foi de R\$153,15 por habitante da faixa de fronteiras, entretanto as discrepâncias são grandes. O maior valor de transferências por habitante foi de R\$735,17 em Laguna Carapã, seguido por Dourados com R\$676,90. Os mínimos foram em Itacurubi (RS) com R\$27,44 por habitante.

O Arco Norte recebeu em 2010 a quantia de R\$ 227.432.010 a título de transferências do SUS, correspondendo a R\$ 115,43 por habitante. Observa-se que o Arco Norte que tem as piores condições de vida da Faixa de Fronteira foi o que recebeu o menor valor de transferências do SUS por habitante (Mapa VII.30). O Arco Central recebeu a quantia de R\$ 484.901.984 correspondendo a R\$ 195,21, por habitante (Mapa VII.31). O Arco Sul recebeu R\$ 938.003.261 correspondendo a R\$ 148,39 por habitantes (Mapa VII.32).

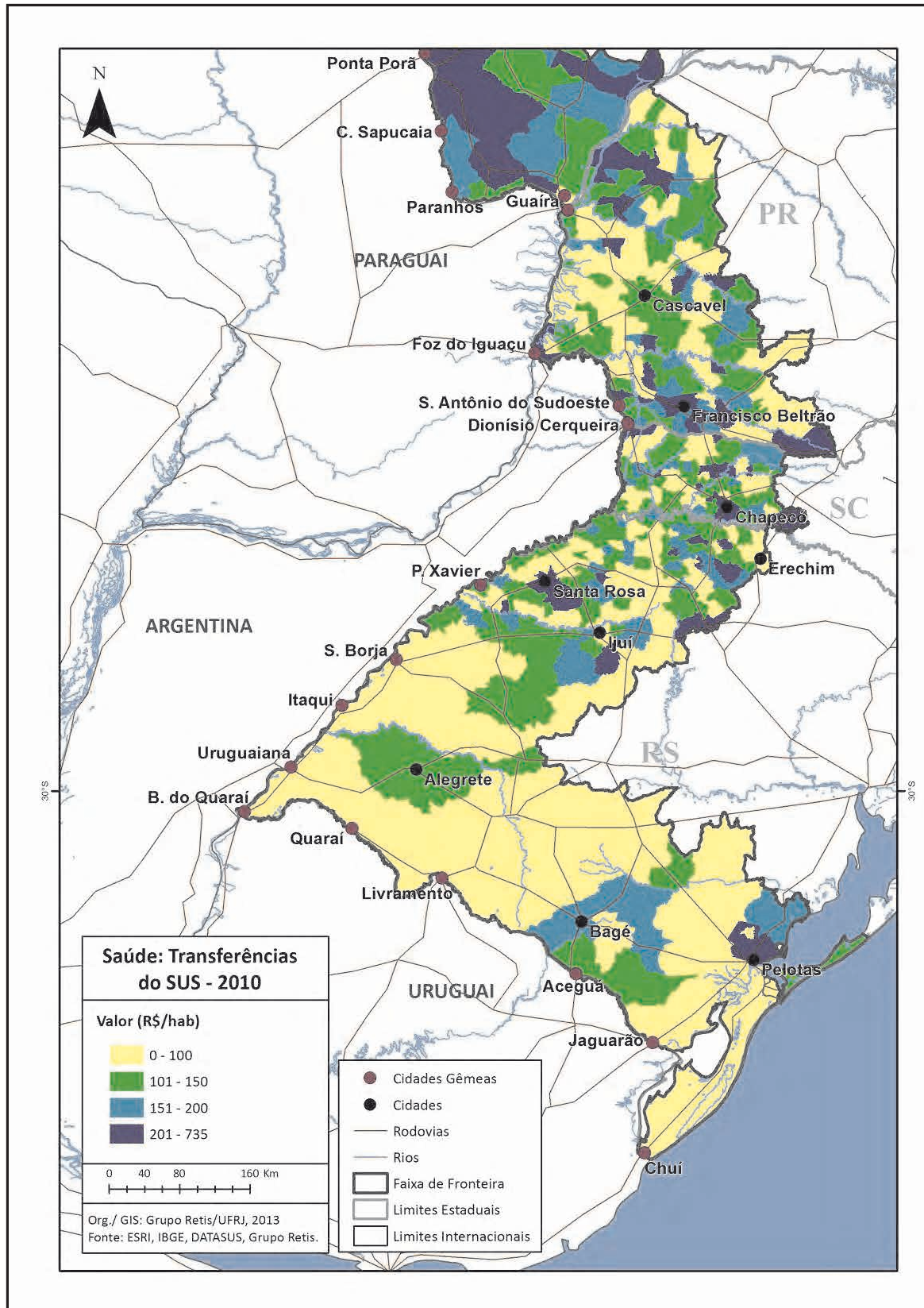
Mapa VII.30 Arco Norte: Transferências do SUS, 2010



Mapa VII.31 Arco Central: Transferências do SUS, 2010



Mapa VII.32 Arco Sul: Transferências do SUS, 2010



SITUAÇÃO DE SAÚDE E PERFIL DE MORBIDADE DA POPULAÇÃO

Doenças relacionadas às condições de vida e vulnerabilidade (institucional, programática e social)

A AIDS, as Hepatites Virais (B e C) e a Tuberculose são doenças infecciosas transmissíveis emergentes e reemergentes que exigem controle constante e atingem parcelas consideráveis da população mundial. No Brasil o quadro é complexo, pois as doenças infecciosas têm apresentado um quadro de persistência, destacando-se as hepatites virais – especialmente as hepatites B e C – e a tuberculose, em função das altas prevalências alcançadas, da ampla distribuição geográfica em todas as regiões e do seu potencial evolutivo para formas graves que podem levar ao óbito.³²

O Brasil possui programas de controle relativamente bem estruturados para o controle destas doenças, entretanto a situação pode variar significativamente segundo as particularidades de cada região e município, revelando as vulnerabilidades das suas populações e do sistema de saúde nos níveis estadual e local.

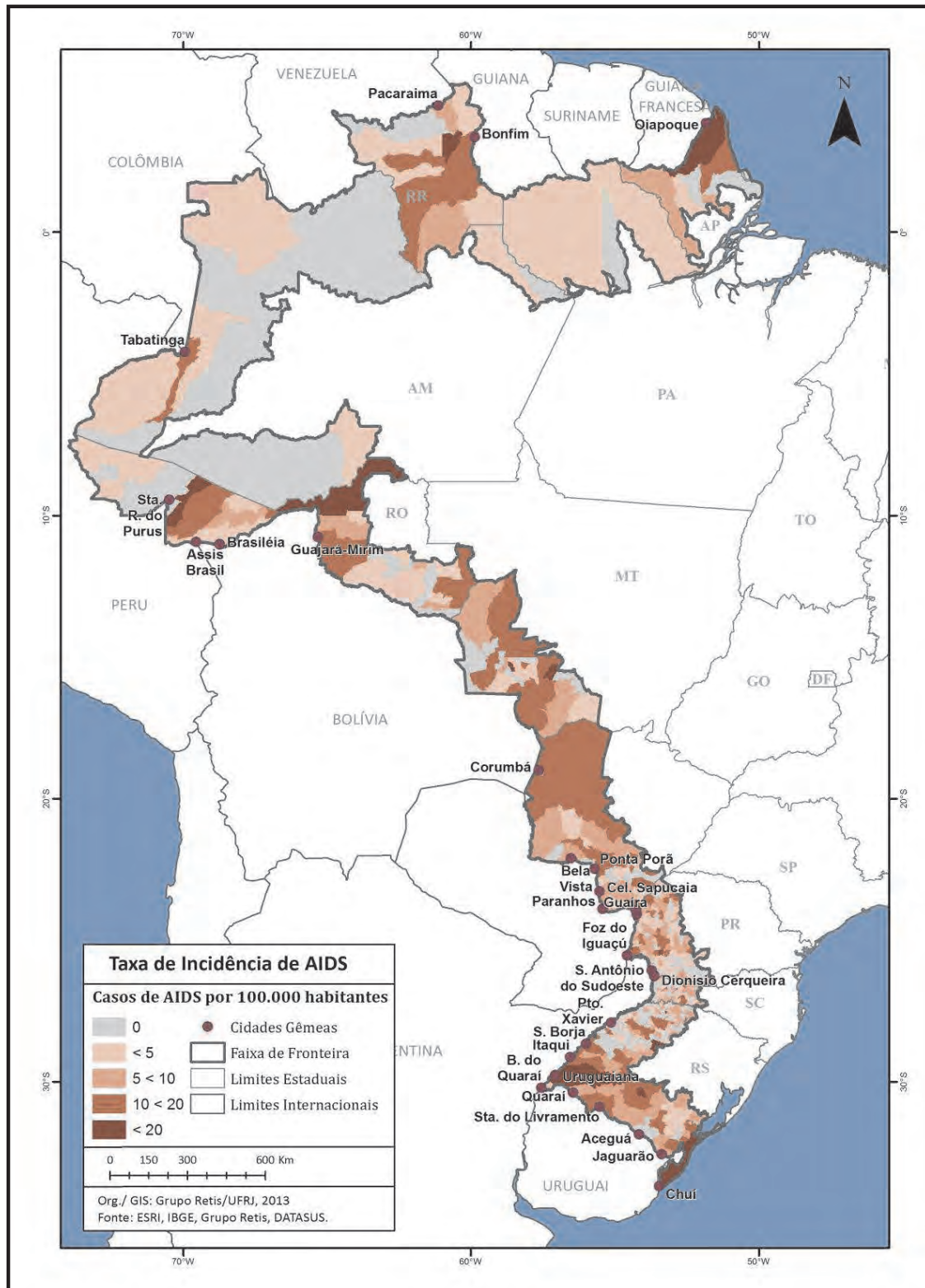
Por esse motivo foram selecionados estes quatro agravos para análise da situação da saúde da fronteira, além de serem doenças que possuem boa disponibilidade de dados.

Incidência de AIDS

No Brasil foram notificados 34.217 casos novos de AIDS em 2010, com taxa de incidência de 17,04/100.000 habitantes. Na Faixa de Fronteira a incidência foi menor 9,8 casos por 100.000 habitantes, com 5.281 casos registrados no quinquênio (média de 1.56 casos por ano) (Mapa VII.33).

³² Barreto M. L., Carmo E. H. Padrões de adoecimento e de morte da população brasileira: os renovados desafios para o Sistema Único de Saúde. *Ciênc. saúde coletiva*. Acessado em 10/12/2013; 12(Suppl): 1179-1790. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000700003&lng=en. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232007000700003>.

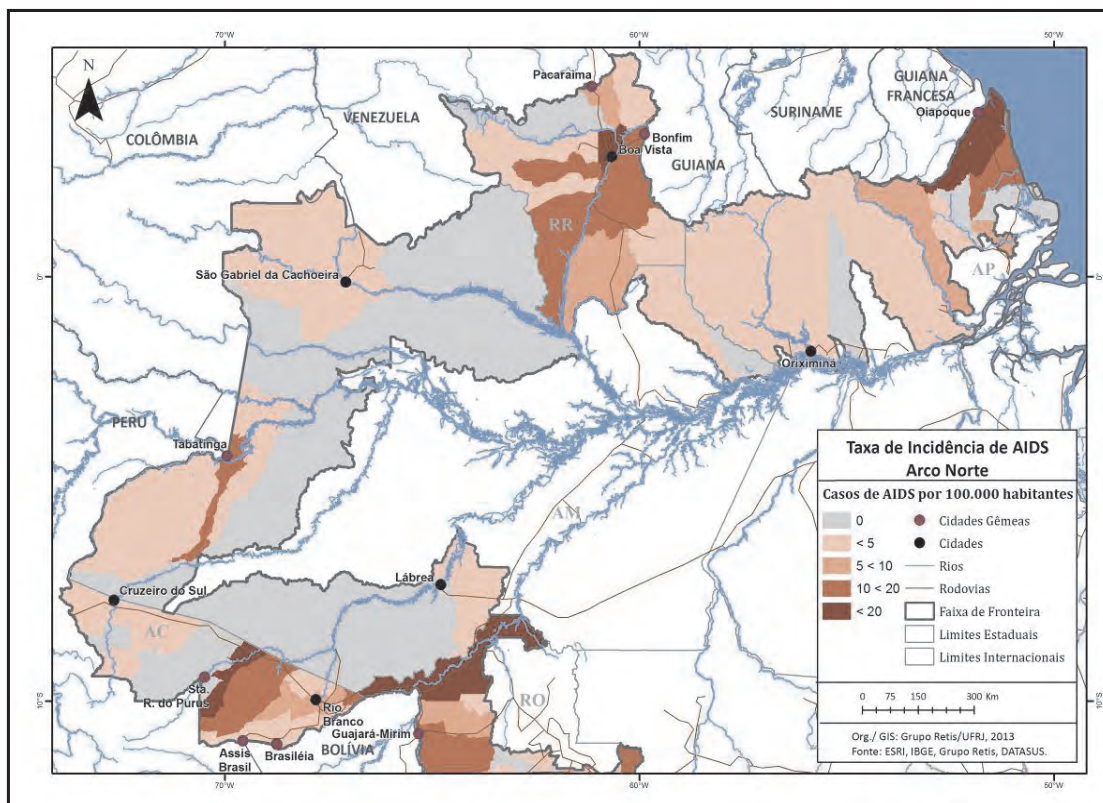
Mapa VII.33 Faixa de Fronteira: Taxa de Incidência de AIDS, 2010



No Arco Norte foram registrados uma média de 157 casos por ano no Período sendo a taxa de incidência igual a 8,0 casos por 100.000 habitantes. Apesar de estar abaixo da taxa de incidência da Faixa de Fronteira geral, é o Arco onde a AIDS tem crescido mais aceleradamente.

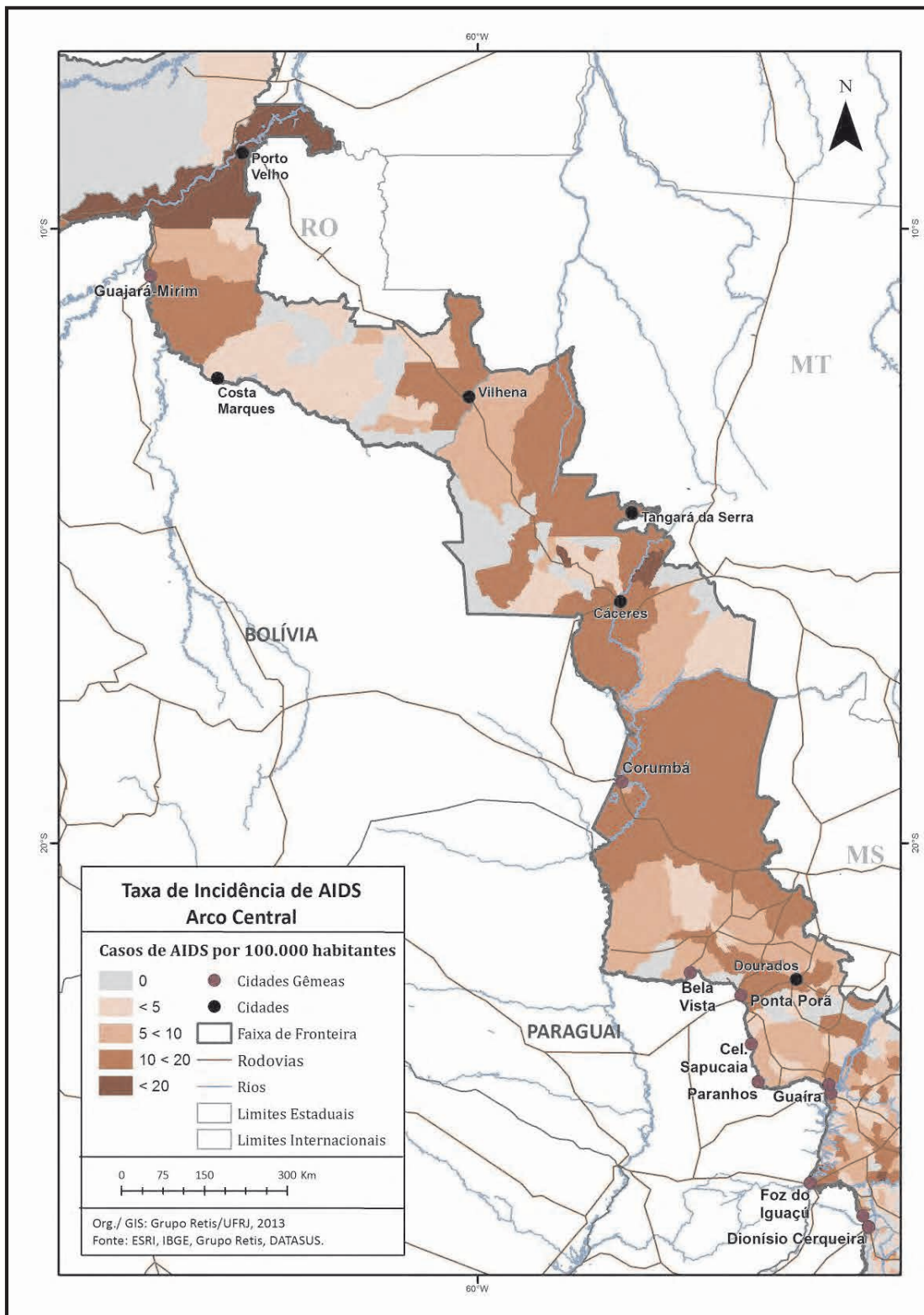
O município de maior taxa foi Manoel Urbano (25,3) no Acre seguido de Boa Vista (20,3) em Roraima e Oiapoque (20,5) no Amapá (Mapa VII.34).

Mapa VII.34 Arco Norte: Taxa de Incidência de AIDS, 2010



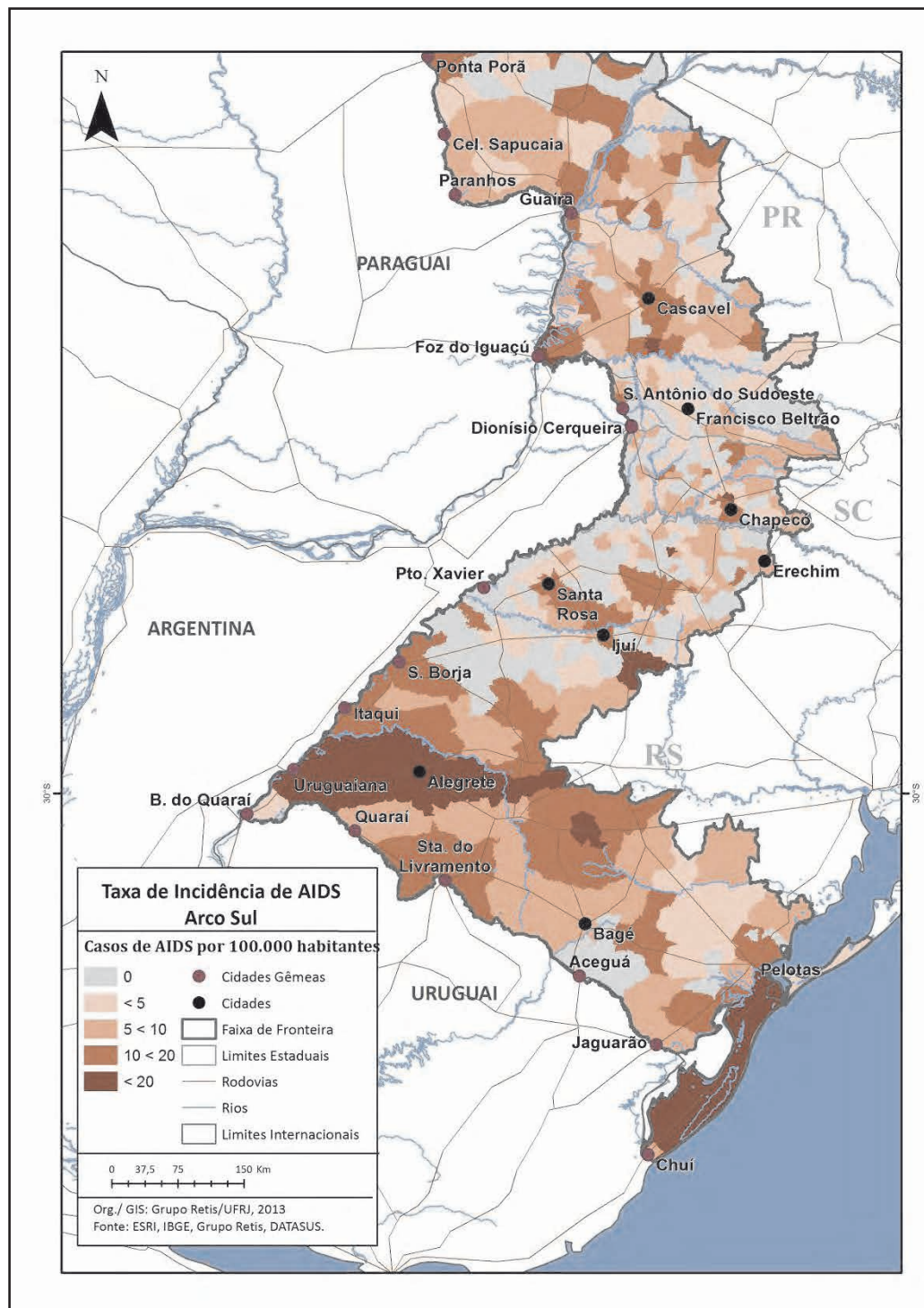
O Arco Central apresenta uma taxa intermediária da AIDS no período de análise de 11,3 casos por 100.000 habitantes (média de 281 casos anuais). As maiores incidências ocorreram nos municípios de Indiavaí (25,0), Porto Velho (23,0) e Porto Estrela (21,9). Foram observados 21 municípios sem registro de casos no período em foco (Mapa VII.35).

Mapa VII.35 Arco Central: Taxa de Incidência de AIDS, 2010



No Arco Sul a taxa de incidência foi a mais elevada entre os Arcos da Fronteira, 9,8/100.000 (uma média de 618 casos novos por ano). Os municípios do Rio Grande do Sul foram os de maiores taxas de toda a fronteira, como Pinhal com 63,7/100.000, Santa Margarida do Sul com 34,0/100.000, Santa Vitoria do Palmar com 31,0/100.000 e Cruz Alta com 28,7/100.000. Destacam-se também os municípios de Foz do Iguaçu-PR (24,8), Rio Grande-RS (23,2), Uruguiana-RS (22,8) e Alegrete-RS (21,4). Neste Arco ocorrem o maior número de registros de AIDS mas a tendência é de estabilização da epidemia, enquanto que nos Arcos Central e Norte há uma tendência de incremento (Mapa VII.36).

Mapa VII.36 Arco Sul: Taxa de Incidência de AIDS, 2010



Cabe salientar que a epidemia de AIDS se relaciona com a tuberculose e com o uso de drogas injetáveis e nos últimos anos observa-se um aumento de casos entre homens jovens (homem que fazem sexo com homens), usuários de drogas e mulheres infectadas pelos seus maridos.

Incidência de Tuberculose

A tuberculose é uma doença causada pelo bacilo de Koch, transmitida principalmente por via aérea e que, além dos pulmões, pode atingir qualquer outro órgão ou tecido do corpo humano. É uma doença infecciosa relacionada com a pobreza, mas sua epidemiologia alterou-se radicalmente e é impulsionada pela epidemia de HIV/AIDS e atualmente é a principal causa de morte de portadores do HIV.

Os trabalhadores da área da Saúde, além dos imunodeficientes, diabéticos, desnutridos ou que vivam em condições de exclusão social são considerados em risco de desenvolver a doença.

As pessoas vivendo em situação de rua, em abrigos, asilos, presídios ou hospitais para portadores de transtornos mentais são mais vulneráveis e tem maior risco de desenvolver a doença. As populações indígenas também são altamente suscetíveis à tuberculose e apresentam taxas de incidência superiores a dos não indígenas.

A tuberculose é uma doença da lista brasileira de causas evitáveis, reduzíveis por ações de imunoprevenção³³. Isto significa que é uma doença evitável ou reduzível por ações efetivas dos serviços de saúde³⁴. É uma doença que tem cura, o diagnóstico e os medicamentos são disponíveis na rede de saúde pública do SUS, que conta com um programa de prevenção e controle específico atuante em todo o território nacional, o Programa Nacional de Controle da Tuberculose³⁵.

No Brasil, os riscos de adoecimento e morte por tuberculose são diferenciados conforme as regiões, estados e municípios³⁶. Estes riscos variam mesmo no interior de uma cidade sendo maior em áreas de concentração de populações em condições de

³³ Malta DC, Duarte EC, Almeida MF, Dias MAS, Moraes Neto OL, Moura L, Ferraz W, Souza MFM. 2007. Lista de causas de mortes evitáveis por intervenções do Sistema Único de Saúde do Brasil. *Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília, 16(4):233-244.

³⁴ As causas de mortes evitáveis ou reduzíveis são definidas como aquelas preveníveis, total ou parcialmente, por ações efetivas dos serviços de saúde que estejam acessíveis em um determinado local e época. Essas causas devem ser revisadas à luz da evolução do conhecimento e tecnologia para prática da atenção à saúde.

³⁵ O controle desta doença é uma prioridade do "Pacto Pela Vida" (2006) (Portaria N.399/GM de 22 de fevereiro de 2006) compromisso assumido pelos gestores da SUS que visa reduzir a incidência e a mortalidade de determinados agravos à saúde no Brasil, com metas preestabelecidas. Está na "Agenda Estratégica" da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS/MS) 2011-2015.

³⁶ Marreiro, L. da Silva; Garcia, F.P.; Toledo, L.M. Tuberculose no Estado do Amazonas. In: Rojas, L.I.; Toledo, L.M. (orgs.). **Espaço e Doença: um olhar sobre o Amazonas**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998. p. II.6.1-10.

vida precárias e onde os fluxos populacionais facilitam a circulação do bacilo, como na periferia das grandes cidades, áreas centrais decadentes ou em bairros de baixa renda de grande aglomeração. Recentemente observou-se uma expansão da Tuberculose no país, em parte causada pela sua associação à AIDS, estimando-se em 50 milhões o número de brasileiros infectados, com possibilidade de desenvolver a doença sob várias formas (a mais importante é a pulmonar), podendo levar à morte³⁷.

Estudo sobre a tuberculose na faixa de fronteira foi desenvolvido por que observou as maiores incidências da tuberculose em cidades mais populosas, em cidades gêmeas da fronteira boliviana, e nos grupos indígenas³⁸.

No Brasil em 2010 foram registrados 71.658 casos novos de tuberculose, correspondendo a uma taxa de incidência de 37,5 casos por 100.000 habitantes.

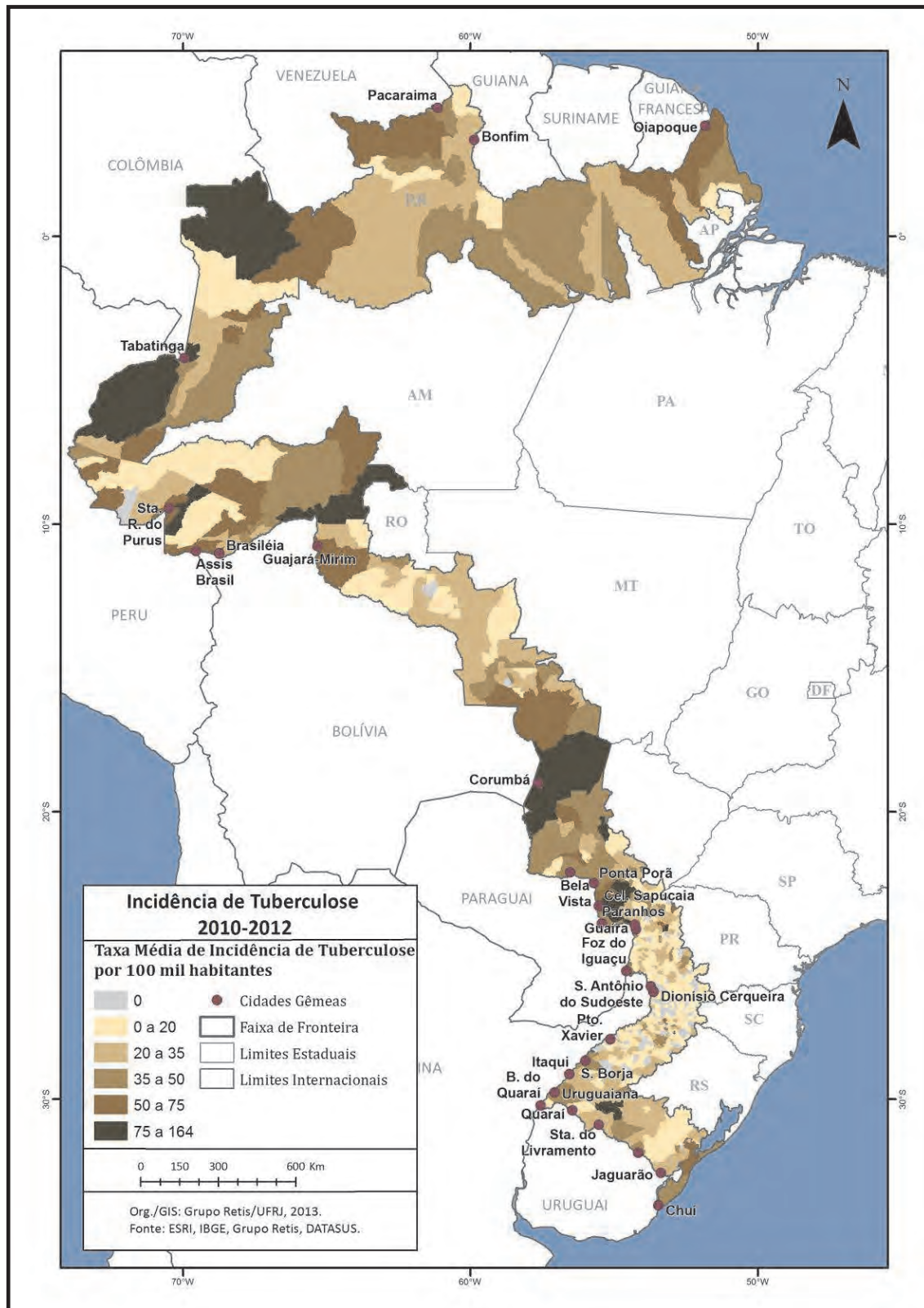
Na faixa de Fronteira no período 2010 a 2012 foram registrados 10.846 casos novos de tuberculose (média de 3.614 casos/ano). A taxa de incidência de tuberculose no período foi de 33,5 casos/100.000 habitantes, portanto um pouco abaixo da média nacional.

O município com a maior taxa foi Coronel Sapucaia (MS) com 69 casos novos de tuberculose no triênio e uma taxa de incidência de 163,5/100.000 habitantes (Mapa VII.37).

³⁷ Peiter, P. C. 2005. A Geografia da Saúde na Faixa de Fronteira Internacional do Brasil na Passagem do Milênio. Tese de doutorado, Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

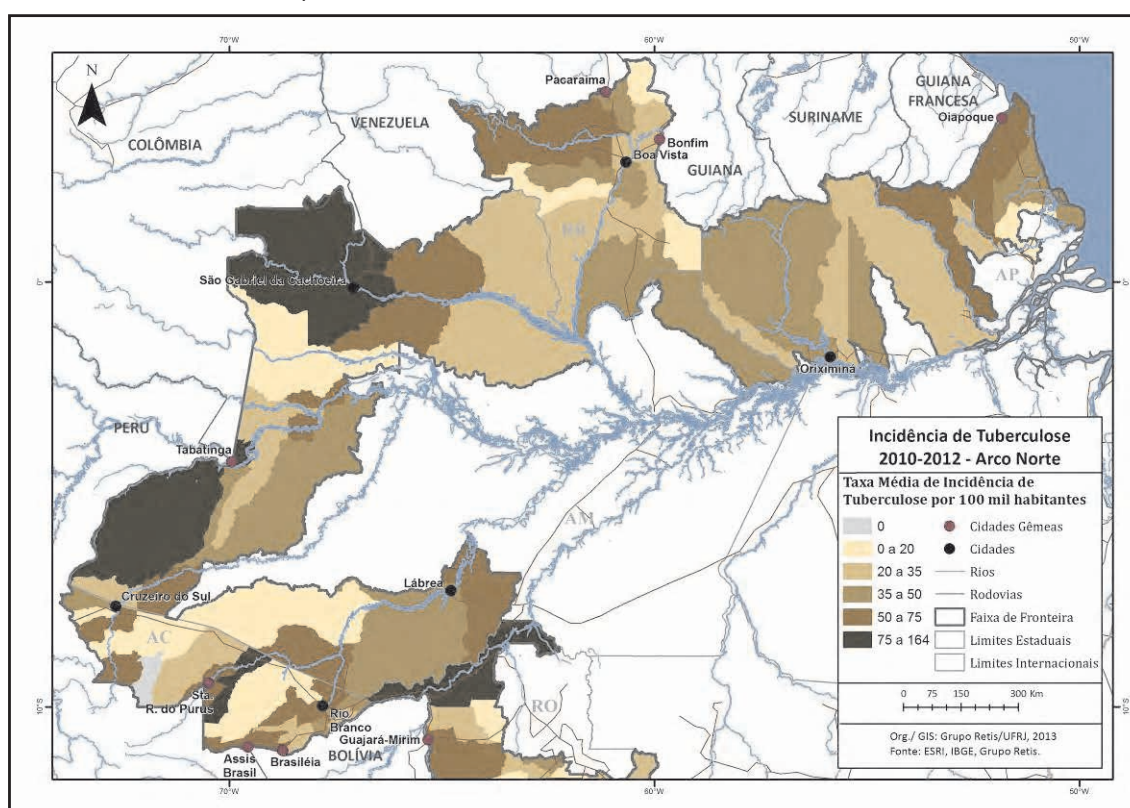
³⁸ *Op. Cit.*

Mapa VII.37 Faixa de Fronteira: Incidência de Tuberculose, 2010-2012



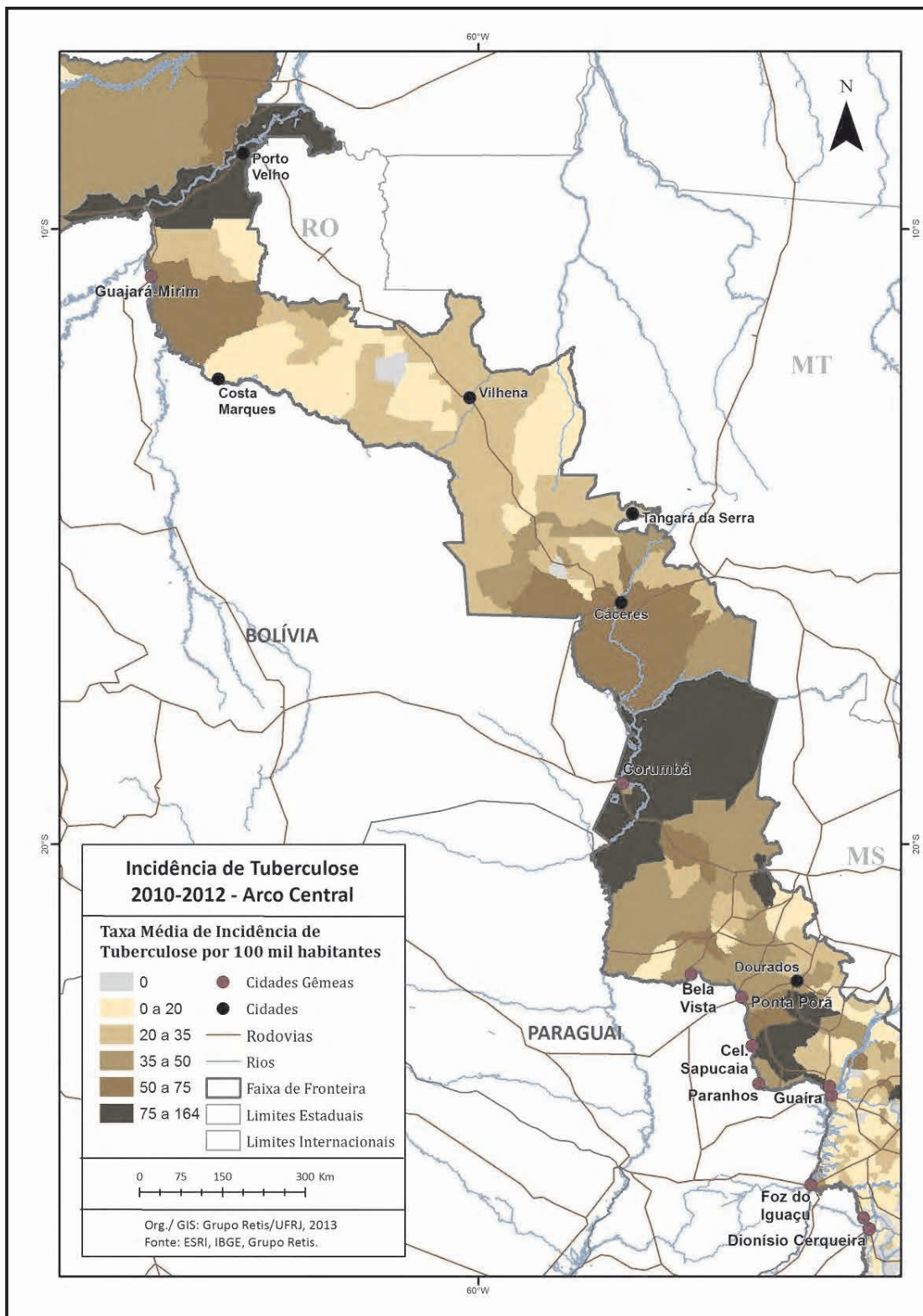
O Arco Norte apresentou uma elevada taxa de incidência de tuberculose (45,1). Os municípios de maior risco são: Atalaia do Norte (105,6) e São Gabriel da Cachoeira (92,4), seguidos por Manoel Urbano (91,9) e Tabatinga (86,7). Exceto por Manoel Urbano pode-se explicar estas elevadas taxas pela maior proporção de população indígena desses municípios (mais de 15% da população). O município de Rio Branco (AC) foi o de maior número de casos no triênio com 689 casos seguido por Boa Vista (RR) com 260 casos e Tabatinga (AM) com 136 casos (Mapa VII.38).

Mapa VII.38 Arco Norte: Incidência de Tuberculose, 2010-2012



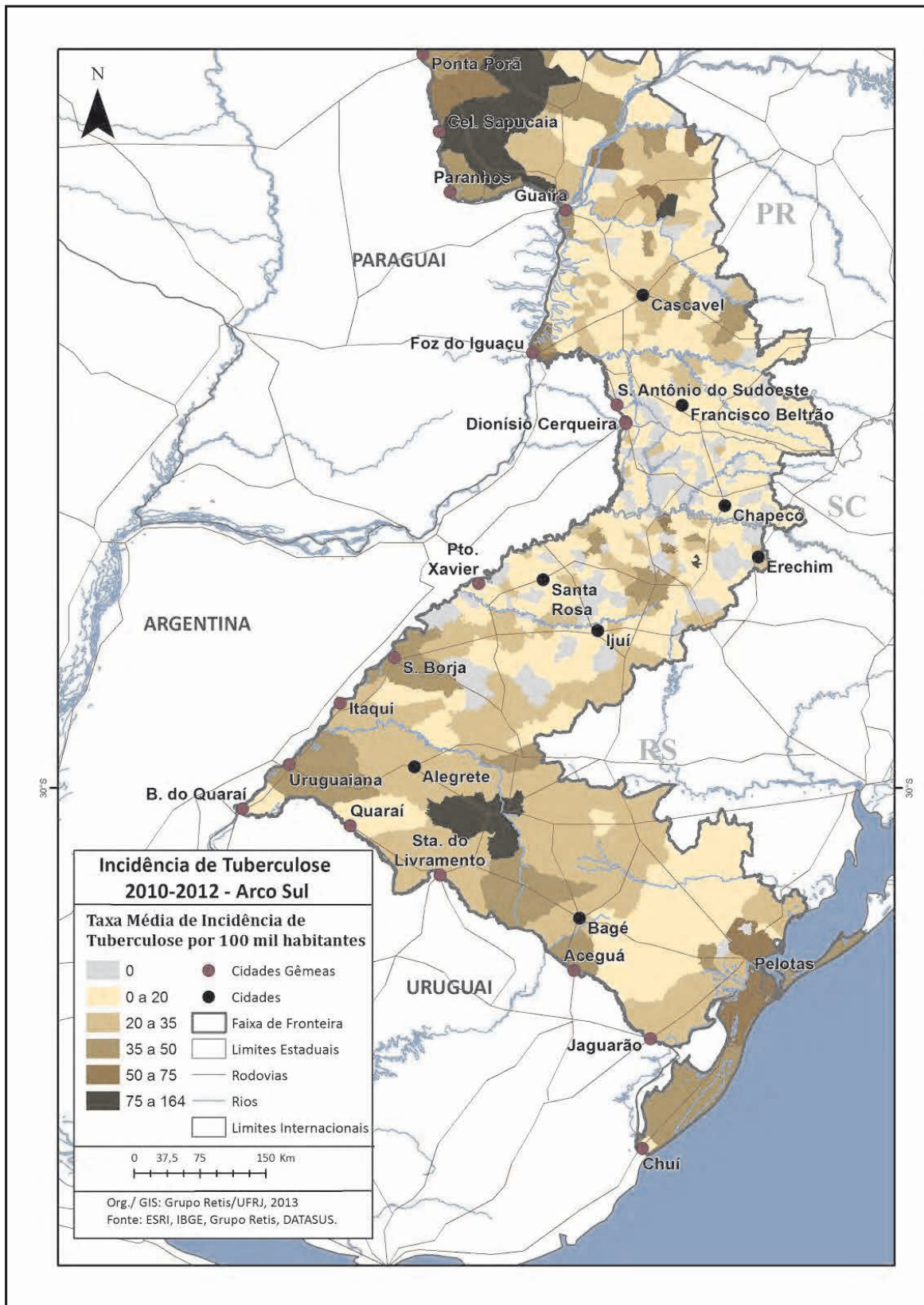
O Arco Central teve a maior taxa de incidência de tuberculose 47,8/100.000 habitantes. Além de Coronel Sapucaia, Amambaí e Tacuru tiveram taxas acima de 100 casos/100.000 habitantes. Em números absolutos Porto Velho foi o município com maior número de casos no triênio 1.105 no total (o maior valor de toda a Faixa de Fronteira), valor muito superior ao do segundo município do arco central em número de casos que foi Dourados com 259 casos no total do triênio, logo à frente de Corumbá (MS) com 255 casos (Mapa VII.39).

Mapa VII.39 Arco Central: Incidência de Tuberculose, 2010-2012



O Arco Sul foi o de menor incidência de tuberculose (24,3). O município de Mariluz (RS) teve a maior taxa 94,5, seguido por Engenho Velho (RS) com 87,3 e Rosário do Sul com 75,6 e Rio Grande com 70,0. Em termos de valor absoluto o município de Pelotas foi o de maior número de casos no triênio com 586 casos novos de tuberculose, seguido por Foz do Iguaçu com 433 casos (Mapa VII.40).

Mapa VII.40 Arco Central: Incidência de Tuberculose, 2010-2012



Hepatites Virais

As hepatites virais principalmente B e C são doenças infecciosas e transmissíveis que vêm apresentando um quadro de persistência no Brasil, caracterizam-se por serem doenças silenciosas. A OMS estima que 520 milhões de pessoas no Mundo sejam portadoras do vírus das hepatites B e C. As hepatites virais principalmente B e C são doenças infecciosas e transmissíveis que vêm apresentando um quadro de persistência no Brasil.

Hepatite B:

A hepatite B é uma doença viral transmitida principalmente por via parenteral percutânea ou permucosa através de sangue ou fluidos orgânicos de pessoas portadoras do vírus. É considerada uma doença sexualmente transmissível pois a transmissão sexual é uma das mais frequentes. As melhores formas de prevenção são o uso de preservativos e a vacinação.

Estima-se que a infecção pelo HBV (sigla do vírus da Hepatite B) atinge um terço da população mundial sendo que 350 milhões apresentam a forma crônica da doença³⁹.

No Brasil foram confirmados 13.778 casos de HBV em 2010, com taxa de detecção de 7,2/100.000.

Recente estudo, realizado em 2010, apontou uma prevalência de 0,37% na população geral na faixa etária de 10 a 69 anos nas capitais e no DF⁴⁰.

Na Faixa de Fronteira a transmissão da hepatite B é considerada elevada, com o registro de em média 3.243 casos anuais entre os anos de 2008 e 2012, o que corresponde a uma taxa de detecção de 30,1/100.000 habitantes.

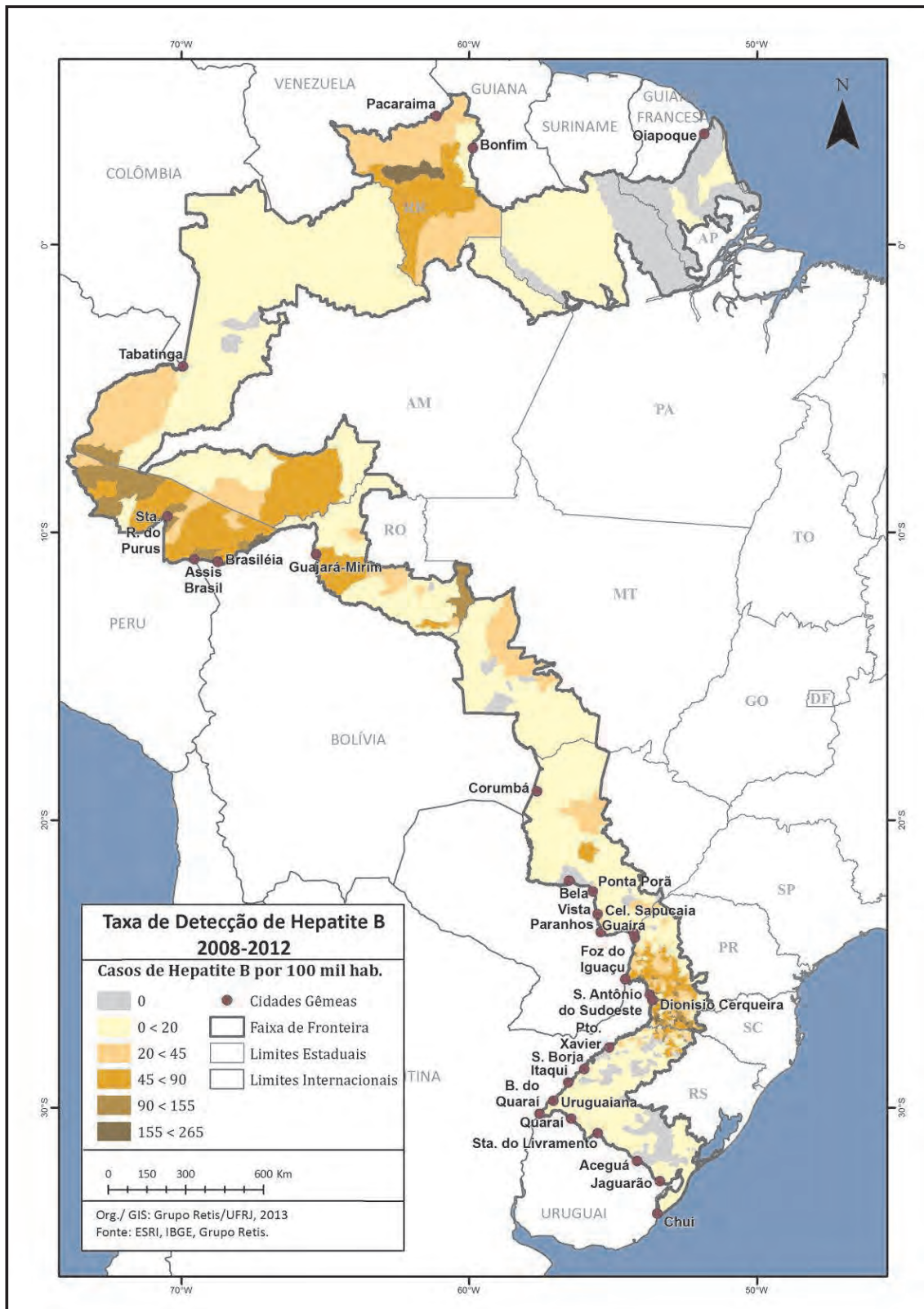
São 44 municípios com taxas de detecção acima de 100/100.000, 22 deles (50%) situam-se nos estados de Santa Catarina, 5 (11%) no Acre. O município com maior taxa de detecção foi Marema (SC) com 263,3 casos por 100 mil habitantes.

Entretanto, existem na Faixa 82 municípios (14%) que não detectaram casos no quinquênio, o que pode indicar deficiências na vigilância epidemiológica nesses municípios (Mapa VII.41).

³⁹ Yoshida CFT, Gaspar AMC, Lewis-Ximenez LL, Oliveira JM de. 2013. Hepatites de Transmissão Parenteral B, Delta e C. Dinâmica das doenças infecciosas e parasitárias. José Rodrigues Coura (org.). 2a Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

⁴⁰ Brasil. Ministério da Saúde. Hepatites Virais. *Boletim Epidemiológico* 3(1). Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

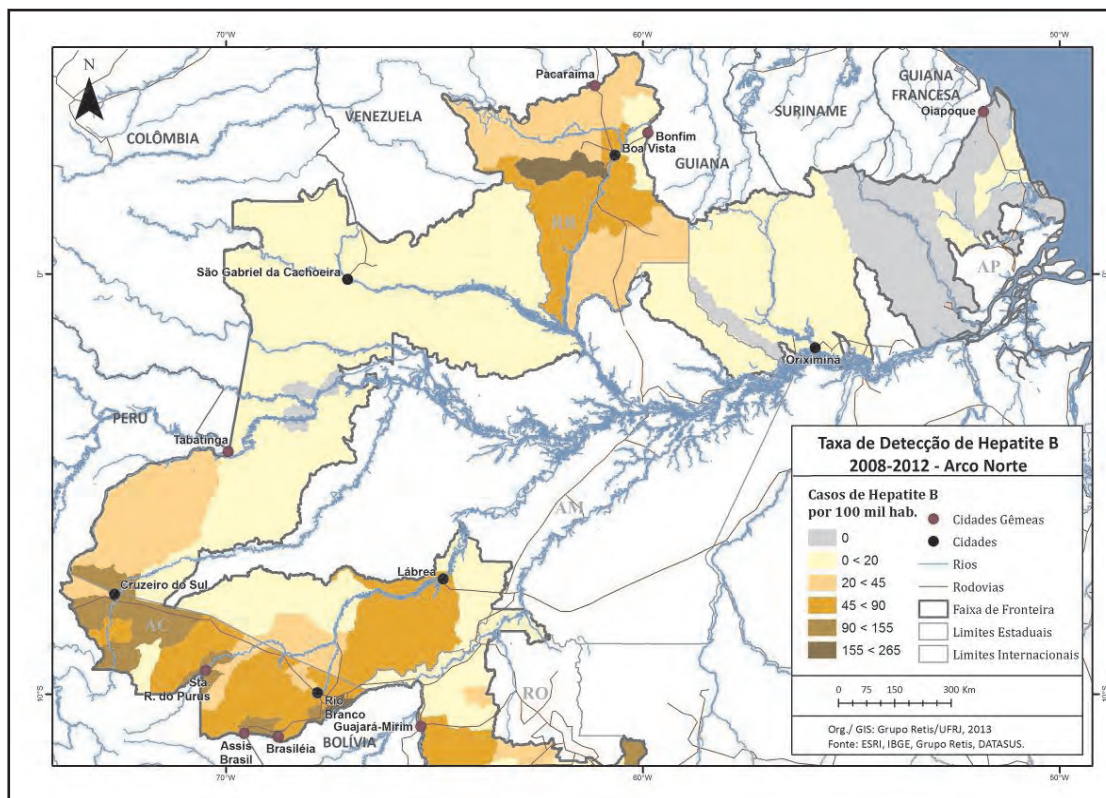
Mapa VII.41 Faixa de Fronteira: Taxa de Detecção de Hepatite B, 2008-2012



No Arco Norte ocorreu 5.226 casos no quinquênio (média de 1.045 casos/ano) com taxa de detecção de 53,0/100.000 habitantes. Nove municípios não detectaram casos de hepatite B apontando provavelmente para problemas de diagnóstico em municípios da região.

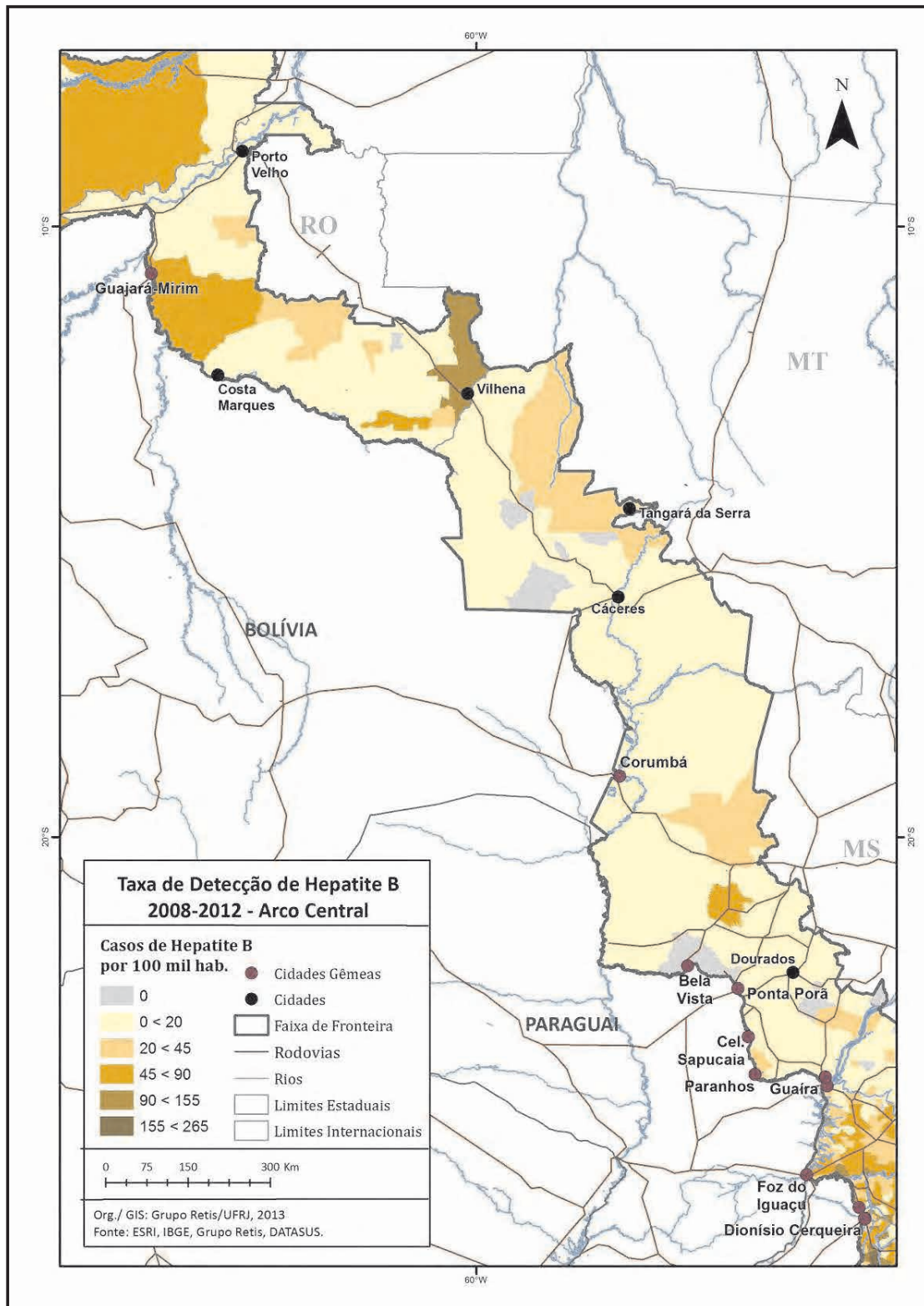
Com mais de 100 casos detectados por 100.000 habitantes tem-se os municípios de Mucajaí (RR) (225,8); Plácido de Castro (AC) (206,9); Cruzeiro do Sul (AC) (153,1), Rodrigues Alves (AC) (136,2); Guajará (AM) (114,5); Tarauacá (AC) (113,0); Brasília (AC) 104,7 e Capixaba (AC) (100,0). Essas altas taxas de detecção apontam para uma grave situação de transmissão de hepatite B no estado do Acre (Mapa VII.42).

Mapa VII.42 Arco Norte: Taxa de Detecção de Hepatite B, 2008-2012



A taxa de detecção do Arco Central foi comparativamente menor que a do Norte com 2.169 casos detectados (434 por ano em média) correspondendo a uma taxa de 17,5/100.000 no período. O município de Vilhena (RO) teve a maior taxa (102,6) a única a superar o patamar de 100 casos por 100.000 habitantes. Os municípios de Guajará-Mirim-RO (81,6/100.000), Nioaque-MS (62,5/100.000) e Cerejeiras-RO (62,2/100.000) situaram-se na classe de detecção imediatamente inferior (de 50 a 100 casos por 100.000 habitantes) (Mapa VII.43).

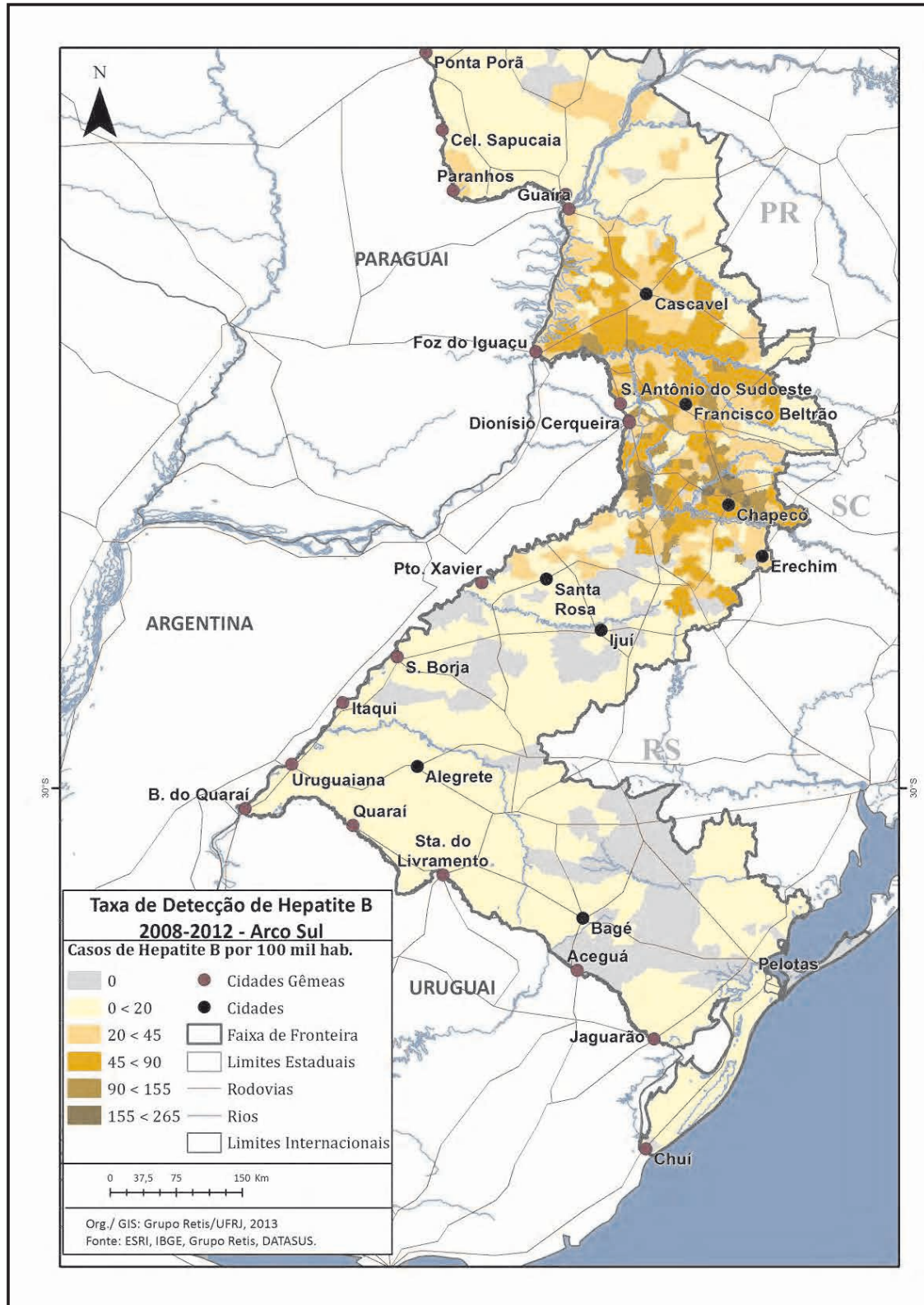
Mapa VII.43 Arco Central: Taxa de Detecção de Hepatite B, 2008-2012



A taxa de detecção do Arco Sul foi a menor de todas– 6,0 casos por 100 mil habitantes, entretanto 35 municípios desse Arco possuíam taxas superiores a 100 no período de análise e três deles (Marema-SC, Nova Itaberaba-SC e Iporã do Oeste-SC)

tiveram taxas superiores a 200. A taxa média do Arco desse modo foi relativamente menor pelo elevado número de municípios que não detectaram casos no período (62 municípios, 15% do total) (Mapa VII.44).

Mapa VII.44 Arco Sul: Taxa de Detecção de Hepatite B, 2008-2012



Hepatite C:

A hepatite C é uma doença infecciosa transmissível viral e a principal forma de transmissão é a sanguínea ou através de compartilhamento de objetos perfuro-cortantes e também pela transfusão de sangue infectado⁴¹.

Observa-se considerável variação temporal e geográfica em relação a incidência e a prevalência da infecção pelo HCV com distintos padrões de transmissão por idade: (a) adultos jovens usuários de drogas injetáveis; (b) idosos infectados por transfusão de sangue no passado quando não havia controle adequado dos bancos de sangue; (c) pessoas de todas as idades infectadas pelo uso inadequado de equipamentos e materiais para procedimentos utilizados nos cuidados aos pacientes em unidades de saúde. O uso de drogas intravenosas ilícita é atualmente a principal fonte de infecção do HCV na maioria dos países desenvolvidos e vem se tornando a maior fonte de infecção também nos países em desenvolvimento, algo em torno de 40% dos infectados.

No mundo estima-se que 130 milhões de pessoas estejam infectadas pelo HCV (OMS) ou seja 3% da população mundial, sendo que de 3 a 4 milhões de pessoas se infectam a cada ano⁴².

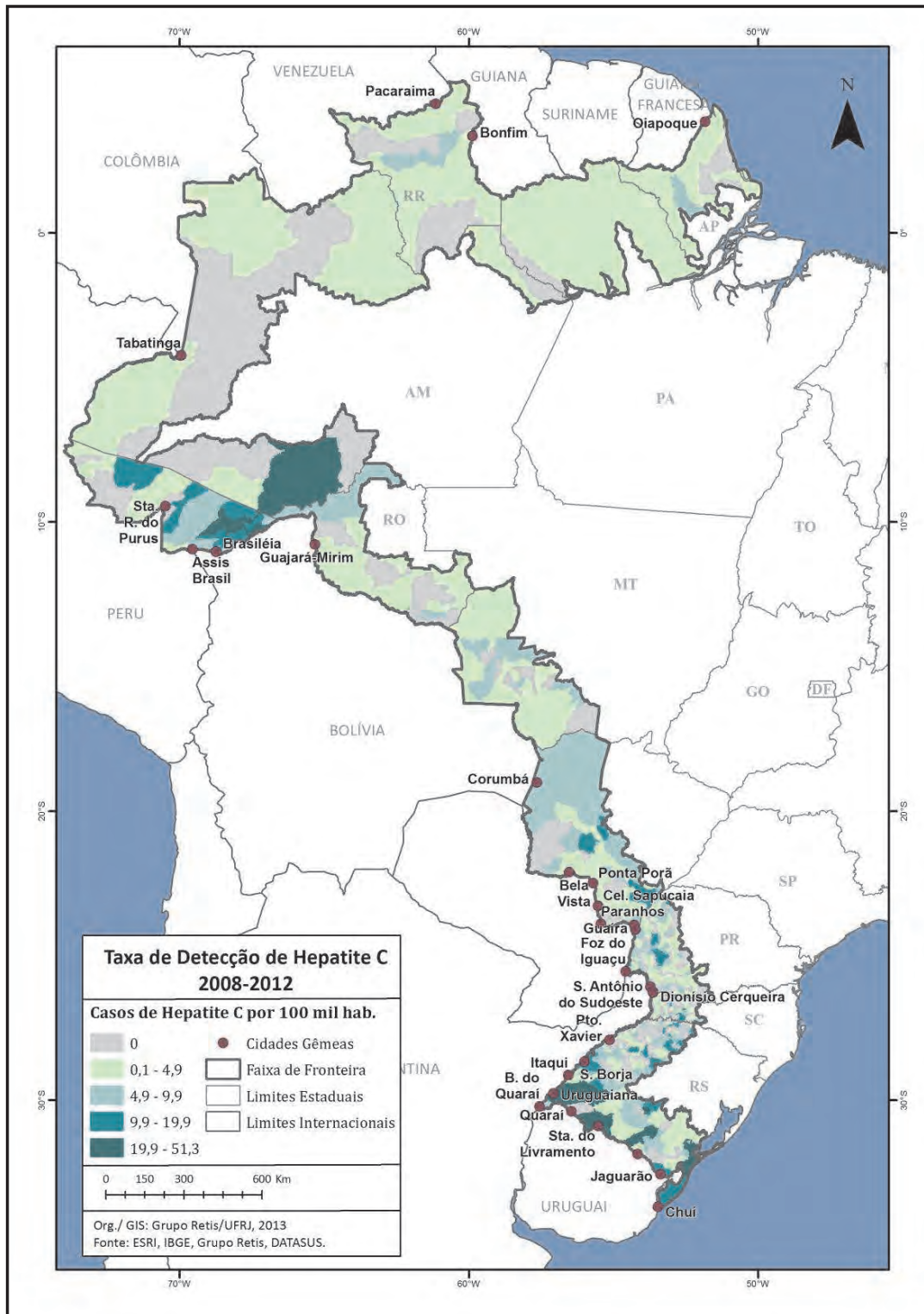
Em 2010, foram notificados 10.321 casos de hepatite C no Brasil, a maioria na Região Sudeste (63,2%) e Sul (24,8%) (Boletim Epidemiológico–Hepatites Virais–Hepatite C, 2012). A taxa de detecção situa-se atualmente em torno de 5,4 por 100.000 habitantes (2010). As principais formas de transmissão são as drogas injetáveis 28,9% e a transfusão 25,2%.

Na faixa de fronteira no período 2008 a 2012 a taxa de detecção foi 3,7 casos confirmados por 100.000 habitantes. Chama a atenção o fato de 259 municípios não terem notificado casos no período (44%), o que indica uma elevada subnotificação. As maiores taxas ocorreram em municípios do Rio Grande do Sul como Bagé (51,2), Uruguaiana (42,1) e Rio Grande (36,3) (Mapa VII.45).

⁴¹ Secretaria de Vigilância em Saúde. Ministério da Saúde. 28 de julho. Dia Mundial de Luta contra a Hepatite. Disponível em: http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/arquivos/pdf/2012/Jul/25/apresentacao_hepatites_200712_12h.pdf. Acesso (1/11/2013).

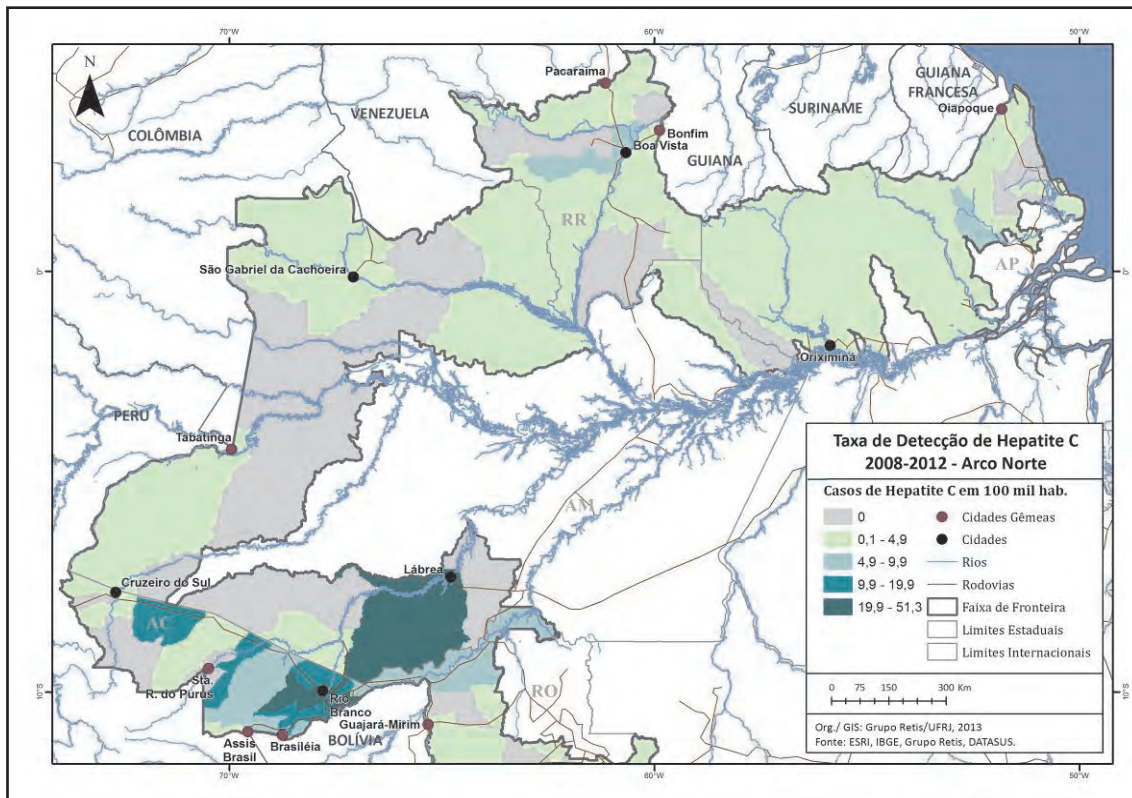
⁴² Yoshida CFT, Gaspar AMC, Lewis-Ximenez LL, Oliveira JM de. 2013 op.cit., 2012.

Mapa VII.45 Faixa de Fronteira: Taxa de Detecção de Hepatite C, 2008-2012



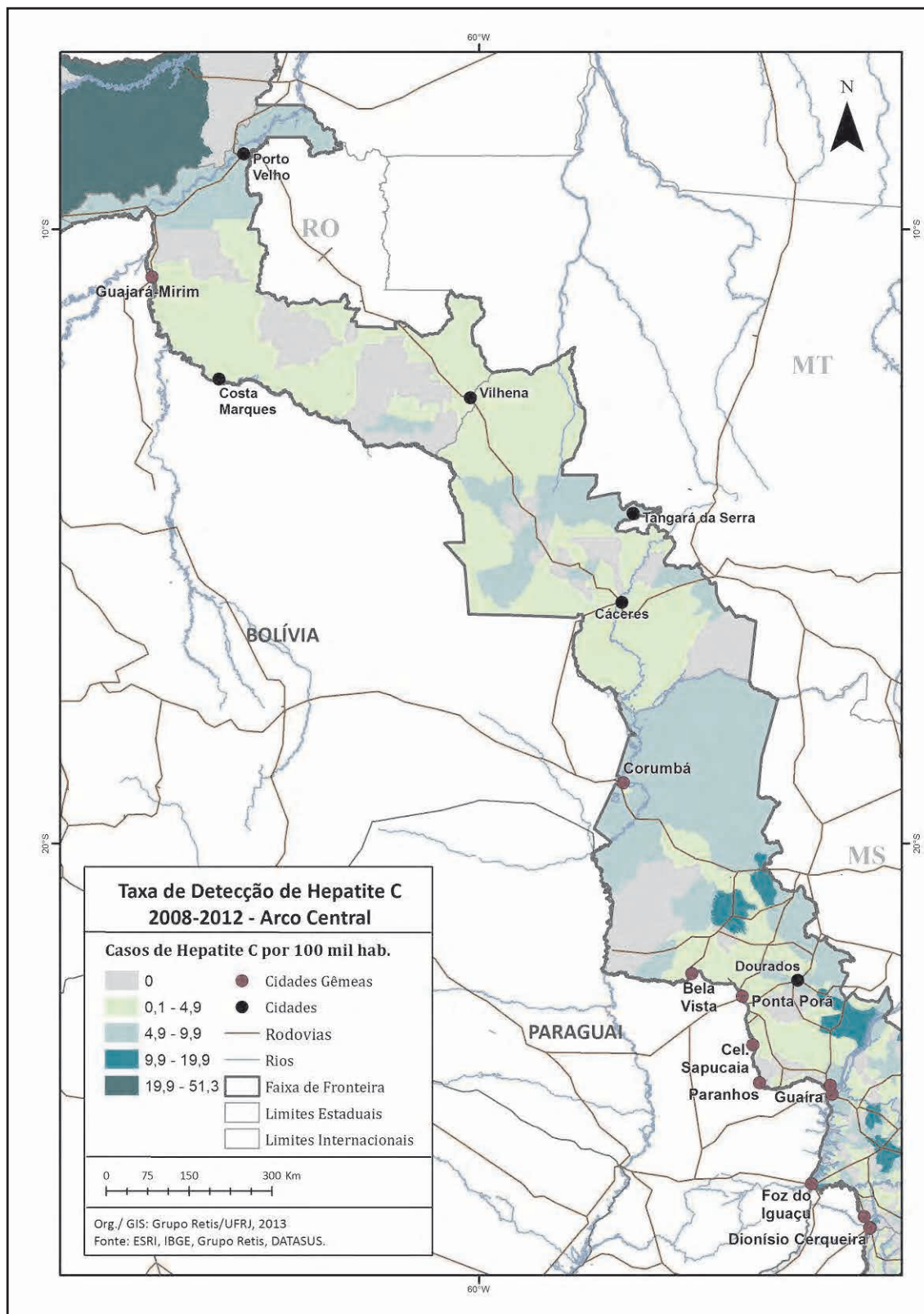
No Arco Norte foram registrados 929 casos no período (média de 186 casos por ano), e uma taxa de detecção de 9,42 por 100.000 habitantes. A maior taxa foi registrada em Rio Branco-AC (34,7), Plácido de Castro-AC (24,4) e Lábrea-AM (22,3) (Mapa VII.46).

Mapa VII.46 Arco Norte: Taxa de Detecção de Hepatite C, 2008-2012



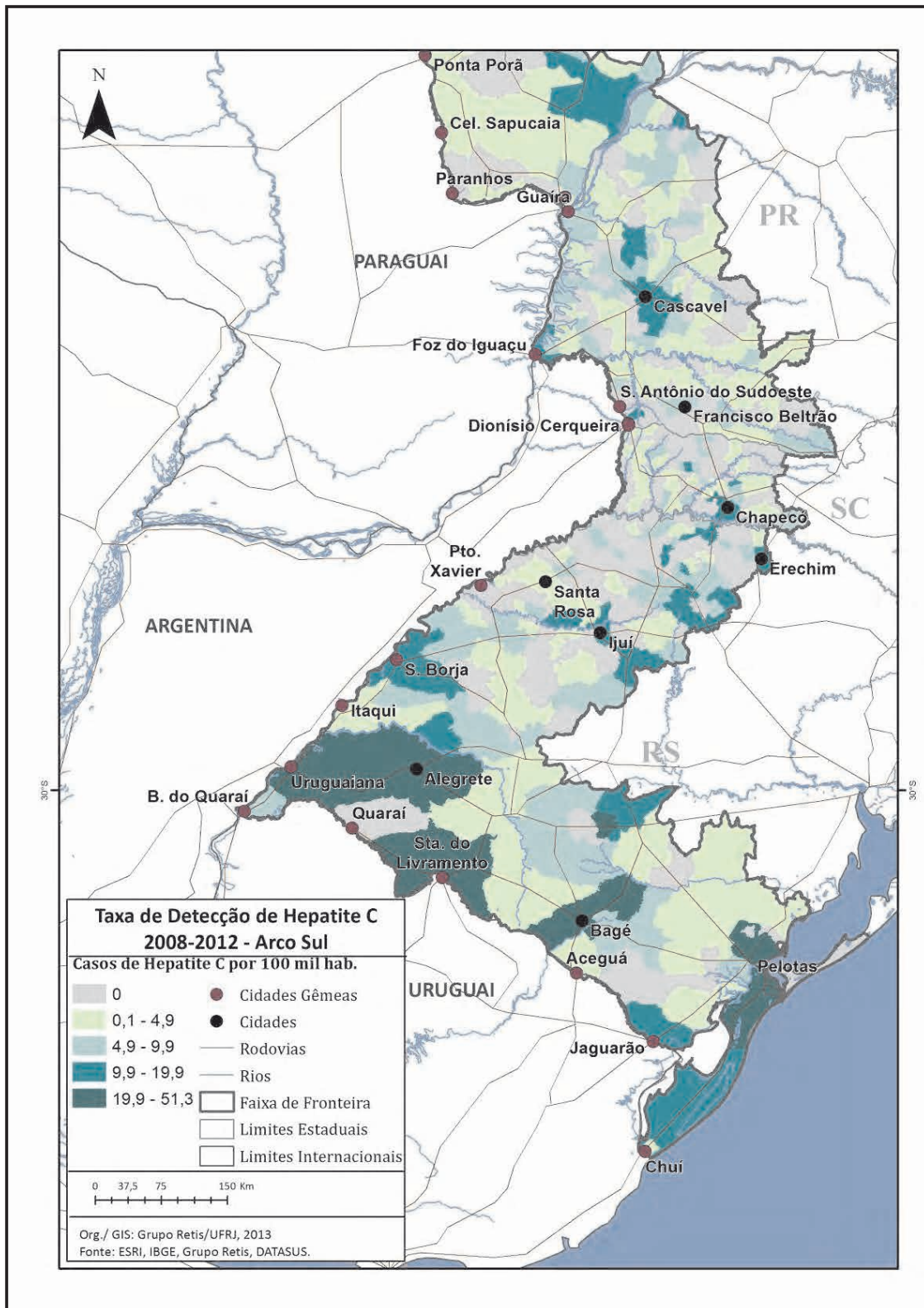
No Arco Central houve um total de 549 casos no quinquênio (média de 110/100.000 por ano). A taxa de detecção do Arco foi 4,42/100.000, com o maior valor em Dois Irmãos do Buriti (19,3), sendo que os municípios do Mato Grosso do Sul de Nioaque, Naviraí, Vicentina e Jateí, também tiveram taxas acima de 10/100.000 (Mapa VII.47)

Mapa VII.47 Arco Central: Taxa de Detecção de Hepatite C, 2008-2012



No Arco Sul registraram-se 3.138 casos no quinquênio (média de 628 anuais). A taxa de detecção do Arco foi 9,93/100.000 a maior entre os Arcos e os municípios de maiores taxas de toda a fronteira se situam nesse Arco, como apontado anteriormente (Mapa VII.48).

Mapa VII.48 Arco Sul: Taxa de Detecção de Hepatite C, 2008-2012



ESCOLARIDADE

A escolaridade é uma variável com significativa oscilação ao longo da Faixa de Fronteira. Para analisar tendências e desvios nos padrões de escolaridade foram selecionadas duas variáveis referentes à qualificação da população por município: 1) População alfabetizada com dez anos ou mais; 2) Dimensão Educação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

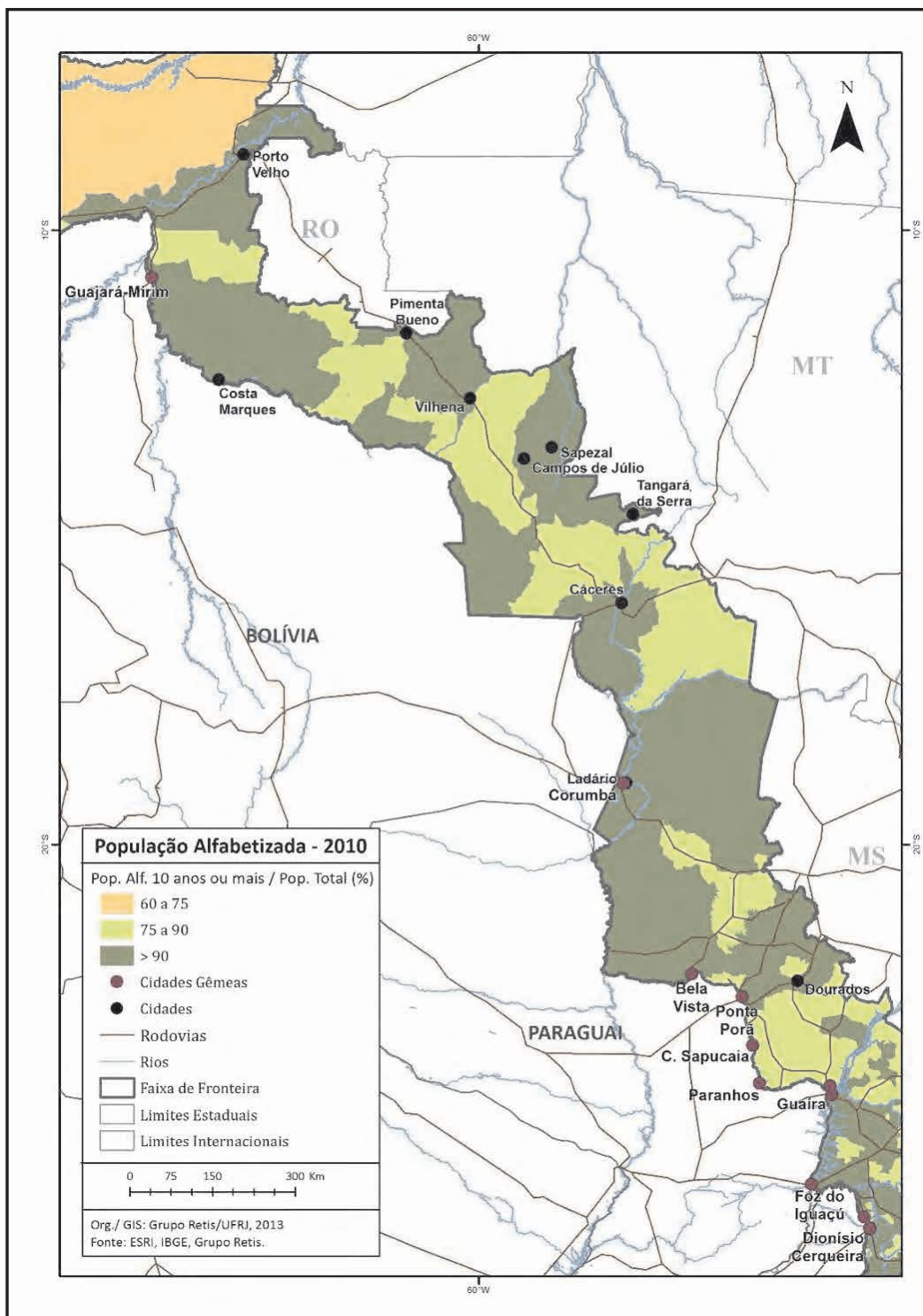
Os dados referentes a população alfabetizada foram coletados através do IBGE e foram divididos pela população total, criando uma porcentagem que nos informa sobre o grau de alfabetismo em cada município fronteiriço. O IDHM, por sua vez, é calculado através de três dimensões e aqui nos interessa especificamente a dimensão educação. Trata-se de um índice obtido por meio da média geométrica de dois subíndices: a frequência de crianças e jovens na escola, com peso de 2/3 no índice, e a escolaridade da população adulta, com peso 1/3. Ao mapear estes dados pode-se identificar as variações na densidade social da Faixa de Fronteira.

População Alfabetizada

A distribuição da população alfabetizada com 10 anos ou mais segue um padrão bastante esperado ao longo da Faixa de Fronteira, apresentando valores mais reduzidos no Arco Norte (Mapa VII.49). No mapa observa-se que alguns locais mais urbanizados, como as capitais Rio Branco (AC), Porto Velho (RO) e Boa Vista (RR), apresentam mais de 90% da população alfabetizada. Outras localidades como os municípios de Uruará (AM), Nhamundá (AM) e Oiapoque (AP) também se destacaram com mais de 90% da população alfabetizada, mas uma parte considerável dos municípios, principalmente do estado do Amazonas, apresentaram valores abaixo de 75% de alfabetização.

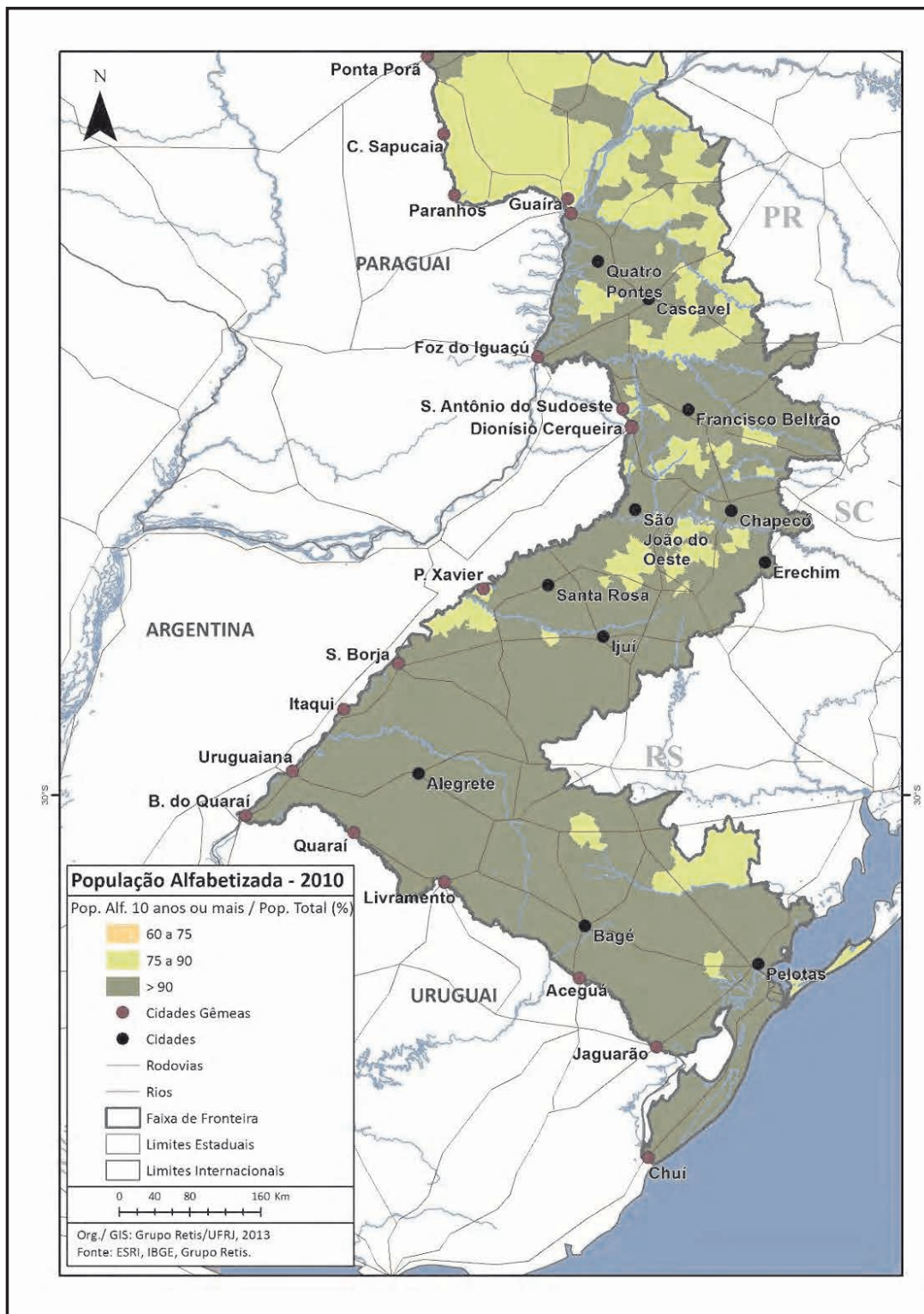
É interessante observar que muitos destes municípios apresentam população rural maior que a urbana, como no caso de Atalaia do Norte, Japurá (ambos com mais de 54% de população rural) e Santa Isabel do Rio Negro (com mais de 62% de sua população no campo). Esta correlação não é sempre verdadeira, pois a casos como o município de Lábrea, com 67% de população rural e uma taxa de alfabetismo inferior a 75% da população. Porém de forma geral, é possível afirmar que os locais com maior concentração populacional e grau de urbanização tendem a apresentar maior porcentagem de população alfabetizada, como fica claro nas capitais dos estados.

Mapa VII.50 Arco Central: População Alfabetizada, 2010



Mas se a existência de municípios com menos de 90% da população alfabetizada não é rara no Arco Central, no Arco Sul a presença desta classe torna-se mais escassa. A partir da fronteira ao sul do Paraná espalha-se uma mancha verde escura, evidenciando como a grande maioria dos municípios tem mais de 90% da população alfabetizada (Mapa VII.51). Tirando algumas exceções, como Cerrito (RS) e Santana da Boa Vista (RS), ambos com menos de 60% de população urbana, quase todos os municípios do Rio Grande do Sul apresentam mais de 90% da população alfabetizada.

Mapa VII.51 Arco Sul: População Alfabetizada, 2010



É interessante observar que mesmo que o Arco Sul apresente áreas com importante contingente populacional vivendo no campo, como na zona de colonização, raros municípios apresentam menos de 90% da população alfabetizada. Esta correlação nos leva a supor que no Arco Sul o acesso à escola é mais fácil inclusive nas áreas rurais, que contam com maior número de escolas e meios de transporte. Mesmo com muitas exceções pontuais, a distribuição da população alfabetizada seguiu uma tendência geral

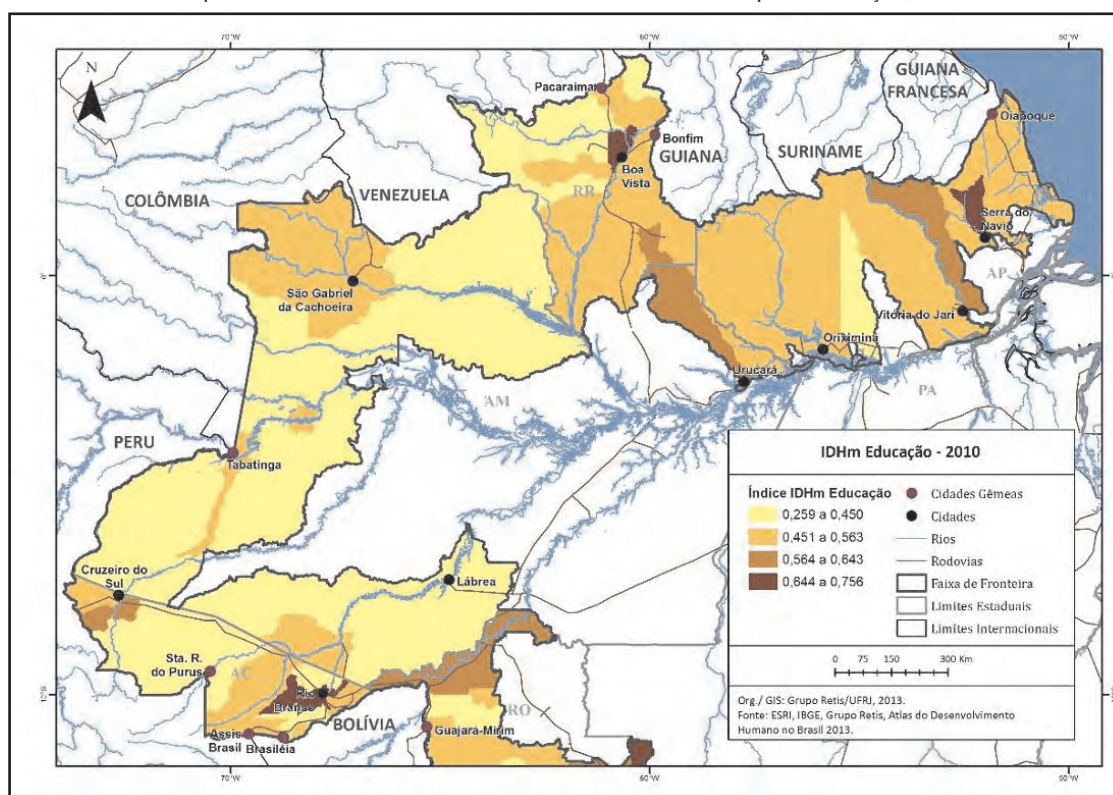
clara, sendo menos intensa no Arco Norte e mais intensa no Arco Sul. O Arco Central parece ser uma transição entre os dois padrões, já que este não tem nenhum município com menos de 75% de sua população alfabetizada, mas apresenta ainda muitos casos onde os valores ficam inferiores a 90%.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Dimensão Educação

A dimensão educação do Índice de Desenvolvimento Humano é um dado interessante pois não é composto apenas pela escolaridade da população mais adulta, mas também pela frequência atual de crianças e jovens na escola. Ao mensurar o desenvolvimento humano presente nos municípios, este dado de frequência nos informando sobre possíveis dinâmicas futuras relativas à escolaridade.

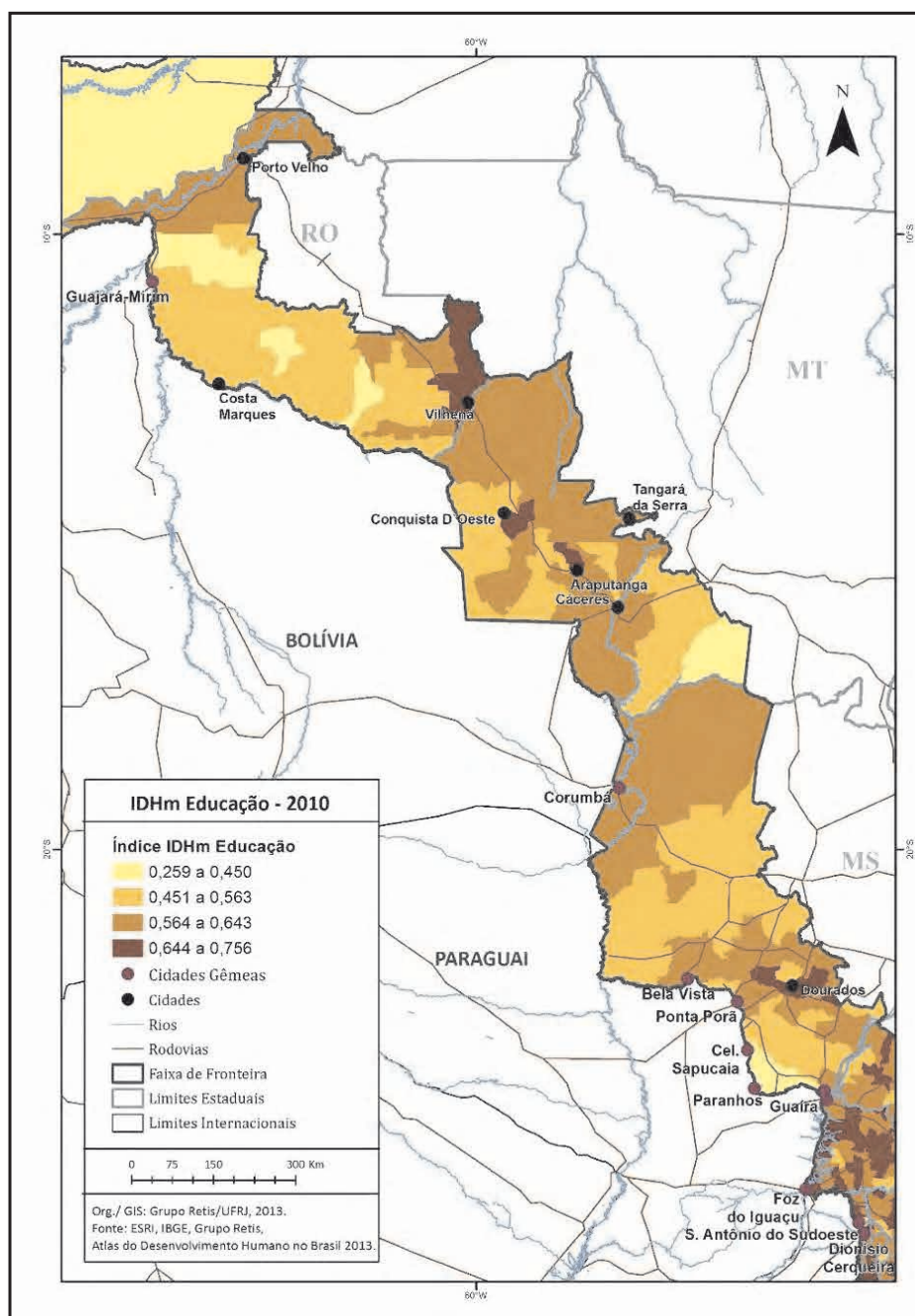
De forma geral os padrões de escolaridade não se alteraram muito se comparados a variável anterior, sendo o Arco Norte a parte da Faixa de Fronteira com valores mais reduzidos (Mapa VII.52). Muitos municípios do estado do Amazonas, que no Mapa VII.49 apareceram com menos de 75% da sua população alfabetizada, foram aqui classificados na menor faixa de IDH (entre 0,259 e 0,450), como no caso de Atalaia do Norte e Japurá. A diferença deste índice ficou por parte da capital Porto Velho (RO) que mesmo sendo urbanizada e apresentando significativo contingente populacional não alcançou a classe mais alta do índice. Um município que surpreendeu bastante foi Serra do Navio (AP) que apresentou um índice alto de IDHM, destacando uma tendência de escolaridade mais consistente no Amapá, onde nenhum município apareceu na última classe do índice.

Mapa VII.52 Arco Norte: Índice de Desenvolvimento Municipal – Educação, 2010



Mantendo-se o padrão observado anteriormente, o Arco Central aparece como uma zona de transição, com escolaridade mais elevada que o Arco Norte, porém com áreas pontuais que ainda apresentam baixo índice de educação (Mapa VII.53). A maioria dos municípios situados na classe mais baixa do índice possui expressiva população rural, como é o caso de Seringueiras (RO) com 62% de população situada no campo, Nova Mamoré com 42% e Campo Novo de Rondônia (RO) com 73%. Como já foi colocado anteriormente é possível fazer uma correlação entre urbanização e escolaridade, mas é importante reconhecer que a população urbana nem sempre é a variável determinante no desempenho dos municípios nos índices educacionais. No caso do Arco Central temos como exceção o município de Sete Quedas (MS) que tem baixo índice de educação, mas apresenta 83% de sua população habitando as cidades.

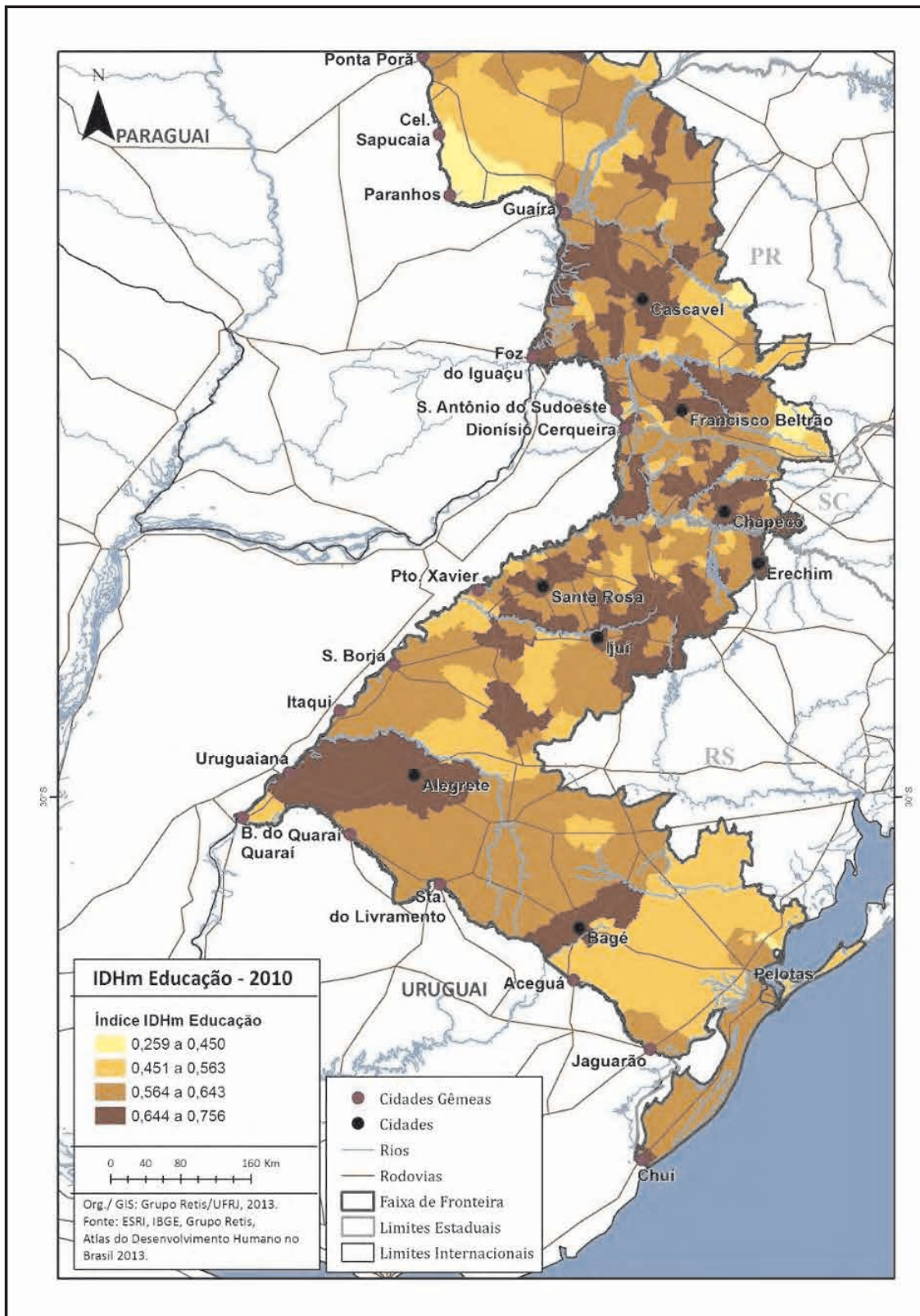
Mapa VII.53 Arco Central: Índice de Desenvolvimento Municipal – Educação, 2010



Considerando a distribuição espacial pelos estados do Arco Central, nota-se uma concentração de municípios em Rondônia, onde estão localizados 3 dos 6 municípios situados na classe mais baixa do índice educacional. O único município que se destaca positivamente no estado é Vilhena (RO) que apresenta 95% da população vivendo na cidade e tem. É interessante observar como importantes cidades como Corumbá (MS) e Cáceres (MT) não alcançaram níveis altos no índice educacional e pequenas localidades como Araputanga (MT) e Conquista D'Oeste foram mais bem avaliadas. Mais ao sul destaca-se o município de Dourados (MS), que possui uma população urbana de 92% e conta com um índice educacional mais elevado.

No Arco Sul observa-se uma elevação no índice educacional que já havia sido constada com o mapeamento da alfabetização (Mapa VII.54). Mais municípios aparecem com a cor da classe mais alta do índice, principalmente na chamada zona de colonização nas fronteiras entre os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A distribuição espacial dos municípios mais destacados evidencia como não há um padrão espacial relacionado ao limite internacional. Apenas 3 municípios em todo o Arco Sul foram classificados no índice mais baixo de escolaridade e muitos municípios com maior concentração populacional como Cascavel (PR) e Chapecó (SC) se destacaram na classe mais alta. De forma geral, o Arco Sul segue com a tendência de concentrar a densidade social na Faixa de Fronteira, apresentando os melhores índices de educação e alfabetização.

Mapa VII.54 Arco Sul: Índice de Desenvolvimento Municipal – Educação, 2010



CRIMINALIDADE, VIOLÊNCIA E CONFLITOS

O presente capítulo busca realizar uma análise espacial da criminalidade, da violência e dos conflitos nos Arcos da fronteira.

HOMICÍDIOS

A violência é a sexta maior causa de internações hospitalares no país, e a terceira causa de mortalidade constituindo-se em um dos mais importantes problemas de saúde pública da atualidade no Brasil⁴³.

Do ponto de vista humano a alta taxa de homicídios tem enormes custos emocionais e sociais desencadeando na sociedade a sensação de insegurança e diversos transtornos de ordem psíquica.⁴⁴

Do ponto de vista econômico ela é responsável por custos para o setor público da ordem de US\$ 9,6 bilhões anuais, segundo estimativas do IPEA.⁴⁵ No setor saúde o SUS arcou com US\$ 39 milhões em 2004 com internações hospitalares devido a agressões em grande parte relacionadas às tentativas de homicídios.

No Brasil os homicídios têm sido os maiores responsáveis pelo aumento da mortalidade por violência nas últimas décadas⁴⁶. A mortalidade subiu de 20,9 por 100.000 pessoas em 1991 para 27,4 por 100.000 em 2011 e 29,0 em 2012. Em comparação com outros países o Brasil apresenta uma taxa de homicídios altíssima. Se compararmos os dados de 2007, quando o Brasil atingiu 26,8 homicídios por 100.000 pessoas, na China a mesma taxa foi de 1,2 por 100.000 e na Argentina 5,2 por 100.000. Naquele ano só foi inferior a taxa de países como a África do Sul (36,5 por 100.000 em 2008) e a Colômbia (38,8 por 100.00 em 2007)⁴⁷.

O perfil epidemiológico e os determinantes e fatores de risco da mortalidade por homicídio apresentam diferenças regionais no Brasil. Nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (áreas de fronteira agrícola e graves conflitos fundiários) se encontram os maiores índices de mortalidade por homicídio, ao passo que nas regiões Sul e Sudeste (as mais densamente povoadas e desenvolvidas) as taxas são menores.

⁴³ Reichenheim ME, Souza ER, Moraes CL, Mello Jorge MHP, Silva CMFP, Minayo MCS. 2011. Violências. In: *Saúde no Brasil: a série The Lancet, 2011*, (Victora CG et.al, orgs), pp147-173, Editora Fiocruz, Rio de Janeiro.

⁴⁴ Affonso *apud* Reichenheim, *op.cit*

⁴⁵ Cerqueira *et al.*, *apud* Reichenheim, *op.cit*

⁴⁶ Reichenheim, *op.cit*

⁴⁷ ONU *apud* Reichenheim, 2011.

Nas regiões Norte e Nordeste as taxas variaram em torno de 35 homicídios por 100.000 pessoas, enquanto que na região Sul varia em torno de 18 por 100.000. A mortalidade por homicídios atinge mais os homens na idade entre 20 e 29 anos.

Especialistas indicam o processo de urbanização intensa com a concentração da população em cidades milionárias (com mais de 1 milhão de habitantes) como um dos elementos explicativos das elevadas taxas de homicídios⁴⁸, outros apontam a desorganização social e a redução da capacidade do sistema judiciário nacional⁴⁹ e há ainda os que acreditam numa forte associação entre homicídio, tráfico de drogas e posse ilegal de armas⁵⁰.

Alguns estudos apontam para uma relação entre as elevadas taxas de homicídios e a falta de controle das armas de fogo⁵¹. No Brasil a taxa de homicídios por arma de fogo (21,9 por 100.000 habitantes em 2012) é muito mais elevada que nos países de alta renda como Canadá, França e Estados Unidos, onde a taxa de homicídios por arma de fogo é menor que 3 por 100.000 habitantes, e mesmo em países de renda comparável como o México onde a taxa é de 7 por 100.000⁵².

Aponta-se que em 2007 no Brasil, as armas de fogo foram usadas em 71,5% dos óbitos por homicídios e 24,4% das internações hospitalares decorrentes de agressões.

A fronteira internacional é uma área muito sensível do ponto de vista da segurança pública por situar-se simultaneamente no encontro entre distintos sistemas jurídico-territoriais nacionais e na periferia dos mesmos. É uma região estratégica para as redes ilícitas de contrabando, tráfico de drogas e armas. Por este motivo, para controlar estas redes e seus efeitos negativos na fronteira (como a violência) é fundamental a integração de informações e de instrumentos legais de repressão ao crime entre os países vizinhos.

As experiências de segurança pública baseadas exclusivamente na repressão e no confronto têm se mostrado pouco eficazes necessitando uma reformulação em prol do compartilhamento da inteligência e prevenção¹⁰.

Nas áreas de fronteira há que se considerar o contrabando de armas de fogo como um elemento preocupante. Muitas das armas ilegais utilizadas para o crime no Brasil vêm dessas áreas e contribuem para as estatísticas gerais de homicídios no país.

⁴⁸ Cano e Ribeiro *apud* Reichenheim, *op.cit.*

⁴⁹ Beato Filho e Marinho *apud* Reichenheim, *op.cit.*

⁵⁰ Zaluar *apud* Reichenheim, *op.cit.*

⁵¹ Fernandes, Rubem César (coordenador). Brasil: as armas e as vítimas. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005

⁵² Waiselfiz, *apud* Reichenheim, *op.cit.*: 153

Os autores do artigo publicado na revista Lancet (2011) fazem um conjunto de recomendações para o combate à violência no Brasil que incluem o reforço e redefinição das ações para combater o tráfico de drogas e o crime em geral, “... *aprendendo com experiências que respeitem e promovam os direitos humanos*”⁵³.

A violência e os homicídios são fenômenos complexos e multicausais envolvendo fatores econômicos, sociais e culturais como o consumo de álcool, nível educacional, emprego, nível de desigualdade social, atividades ilícitas (milícias, tráfico de drogas, contrabando, grilagem de terras), presença de gangues, fraqueza institucional, organização do sistema de segurança pública, informação, eficiência do sistema judiciário, etc.⁵⁴.

As formas e os locais onde este fenômeno aparece também são múltiplos e de caráter distinto (violência urbana, violência rural, violência de gênero, violência sexual, violência étnica, etc.) podendo ou não acarretar o homicídio da vítima⁵⁵.

O estudo dos homicídios implica na própria definição de “homicídios”, cuja forma de análise dos dados envolve vários aspectos difíceis de abordar.

Quando se trabalha com os dados de óbitos registrados nas declarações de óbito–DO (documento indispensável para a realização do sepultamento e outros aspectos legais relativos ao falecido e a sua família) é preciso definir o local de ocorrência do óbito, o que não é simples, pois em muitas situações o local onde ocorreu o fato que levou à morte pode ser diferente do local onde efetivamente aconteceu o falecimento (num hospital, por exemplo). Feridos em “incidentes” levados para hospitais localizados em outros municípios, ou até em outros estados, são contabilizados no “local do falecimento” e não no local do crime, assim municípios com hospitais com ambulatório de emergência “atraem óbitos”⁵⁶.

A definição dos homicídios que utiliza os registros oficiais do sistema de saúde⁵⁷ costuma adotar o Capítulo XX – “Causas Externas” da CID-10 (Décima versão do Código Internacional de Doenças), mais especificamente os agravos relativos aos códigos X85 até Y09 agrupados sob a denominação de “agressões”⁵⁸.

⁵³ Reichenheim, *op.cit* : 167

⁵⁴ Zimring, F. E. 2007. *The great American crime decline*. Oxford: Oxford University Press.

⁵⁵ World Bank. 2013. *Por um Brasil mais seguro: uma análise da dinâmica do crime e da violência*. Washington DC : World Bank. <http://documents.worldbank.org/curated/en/2013/01/17431110/making-brazilians-safer-analyzing-dynamics-violent-crime-por-um-brasil-mais-seguro-uma-analise-da-dinamica-crime-e-da-violencia>

⁵⁶ Serqueira D. *Mapa dos Homicídios Ocultos no Brasil*. Texto para discussão. Rio de Janeiro: Ipea , 2013.

⁵⁷ Ministério da Saúde [Internet]. Secretaria Executiva. DATASUS [acesso em set. 2010]. Informações de Saúde. Estatísticas vitais. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br>>

⁵⁸ Alguns autores que trabalham com a questão da violência e homicídios agregam aos óbitos por agressões os óbitos por intervenções legais e operações de guerra (códigos Y35-36). No caso brasileiro observou-se que estes últimos correspondem a uma parcela menor do total de homicídios, no entanto, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais estes dois códigos constituem uma parcela considerável dos óbitos violentos. Ministério da Saúde [Internet].

Nesta análise optou-se por agrupar os homicídios ocorridos no período de três anos (2009 a 2011) de modo a diminuir as flutuações que costumam acontecer de ano para ano, principalmente quando se trata de municípios de pequena população. Utilizou-se, como população municipal para base do cálculo, a população do meio do período, a saber, a população de 2010 que foi levantada pelo Censo (IBGE, 2011). Calculou-se, a taxa média de homicídios no triênio 2009 a 2011 por serem os últimos anos com dados consolidados. A fórmula empregada foi:

$$\frac{(\sum \text{Homicídios 2009 a 2011}) / 3}{\text{População 2010}} \times 100.000$$

Cabe lembrar que os dados de mortalidade por homicídios foram escolhidos por local de ocorrência.

Os óbitos por homicídios foram agregados por Arco da Faixa de Fronteira (Norte, Central e Sul) e por classe de tamanho da população municipal (menos de 5 mil habitantes, de 5 a 10 mil, de 10 a 50, de 50 a 100 e acima de 100 mil).

Foram analisados os números absolutos de óbitos ocorridos no triênio e a taxa de homicídios. Também foi aplicada a técnica de suavização bayesiana aos dados (taxa de homicídios) para diminuir ainda mais a variabilidade aleatória dos números em municípios de pequena população que compõem a faixa.

Homicídios na Faixa de Fronteira

A taxa média de homicídios do Brasil no período de 2009 a 2011 foi de 27,3 óbitos por 100.000 habitantes. Na faixa de fronteira essa taxa foi menor, 22,3 óbitos por 100.000 habitantes. Contudo, tomando-se como referência os três Arcos é possível observar diferenças significativas. Desagregando os dados para o nível municipal a heterogeneidade é ainda maior.

Em números absolutos, foram 7.220 óbitos por agressões no triênio 2009 a 2011 na faixa de fronteira (média anual de 2.406 óbitos), sendo que 130 municípios (22,1% do total) não tiveram registros mortes por agressão como local de ocorrência no período. Trinta e cinco municípios da faixa tiveram baixas taxas de homicídios (menor de 5/100.000), mas estes correspondem a somente 5,9% dos municípios da faixa. No outro extremo encontram-se 16 municípios (2,7% do total) com taxas de homicídios extremamente elevadas, ou seja, acima de 50/100.000. Ainda em categoria de alto risco para homicídios encontram-se 58 municípios (9,9% do total) que tiveram taxas de homicídios entre 30 e 50/100.000.

Tabela VIII.1 Faixa de Fronteira municípios por classe de risco de homicídios, 2009-2011

Estratificação do Risco	Classes de Taxas de Homicídios (óbitos por 100.000 habitantes)	Número de municípios	% em relação ao total de municípios da Faixa de Fronteira
Muito baixo	0 (sem registro)	130	22,1
	0,1 - 5	35	5,9
Baixo	5 - 15	191	32,5
Médio	15 - 30	158	26,9
Alto	30 - 50	58	9,9
Muito Alto	50 - 105	16	2,7

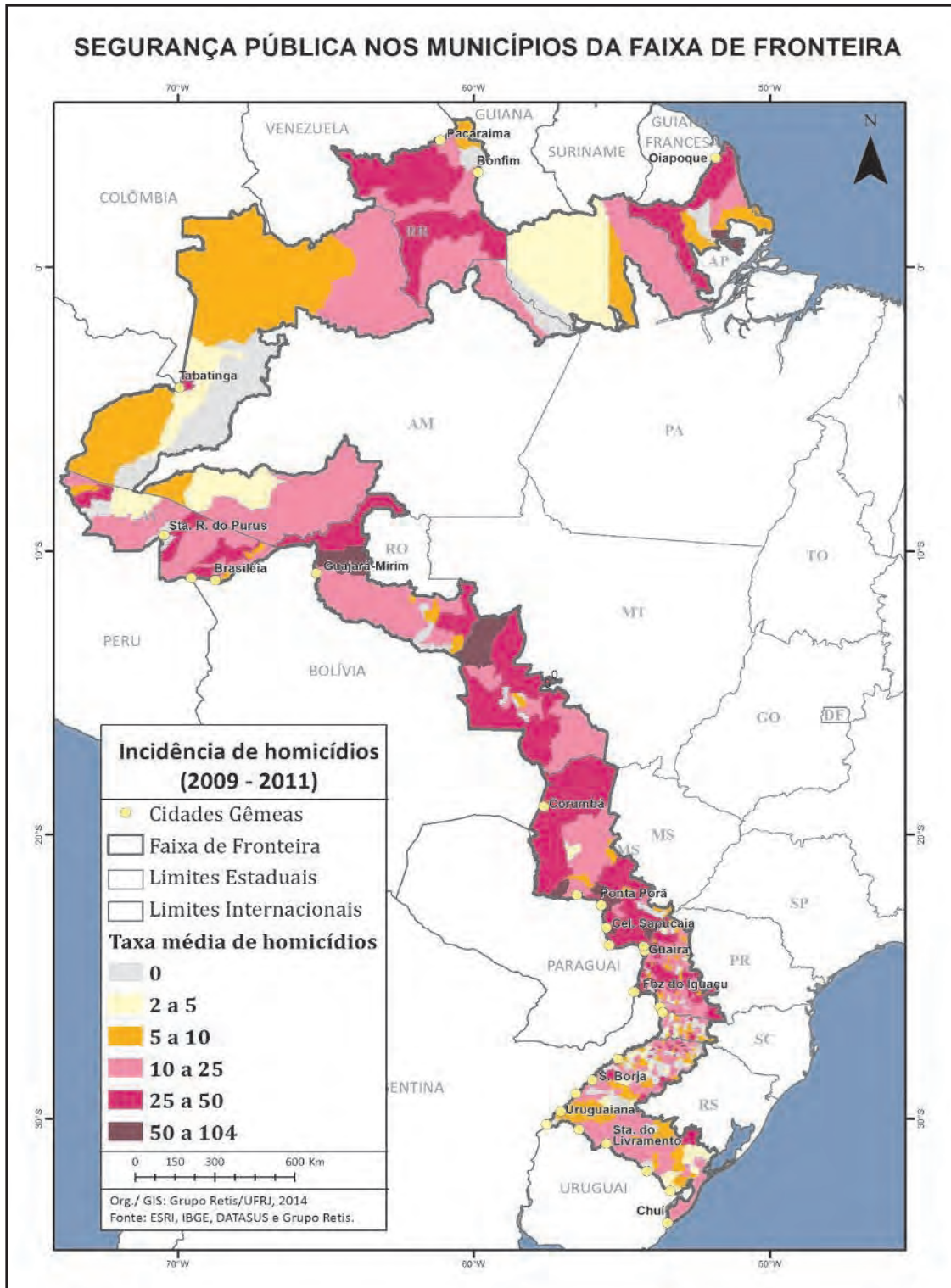
O Mapa VII.1 apresenta a estratificação dos municípios da faixa de fronteira por classes de taxas de homicídios e o Mapa VII.2 mostra a taxa suavizada pelo método bayesiano empírico local, que diminui o efeito das variações aleatórias dos dados, pois ajusta os valores pela média dos municípios vizinhos. Estes mapas permitem observar os padrões de distribuição dos homicídios de forma mais nítida⁵⁹.

Observam-se municípios com taxas elevadas de homicídio na fronteira Brasil-Guiana Francesa, no Arco Norte; na fronteira entre os estados do Acre e de Rondônia e a Bolívia (eixo Porto Velho-Rio Branco), na transição entre o Arco Norte e o Central; na fronteira do estado do Mato Grosso com a Bolívia, com destaque para Comodoro (MT); e na fronteira Brasil-Paraguai ao sul do Mato Grosso do Sul se estendendo até o Oeste do Paraná.

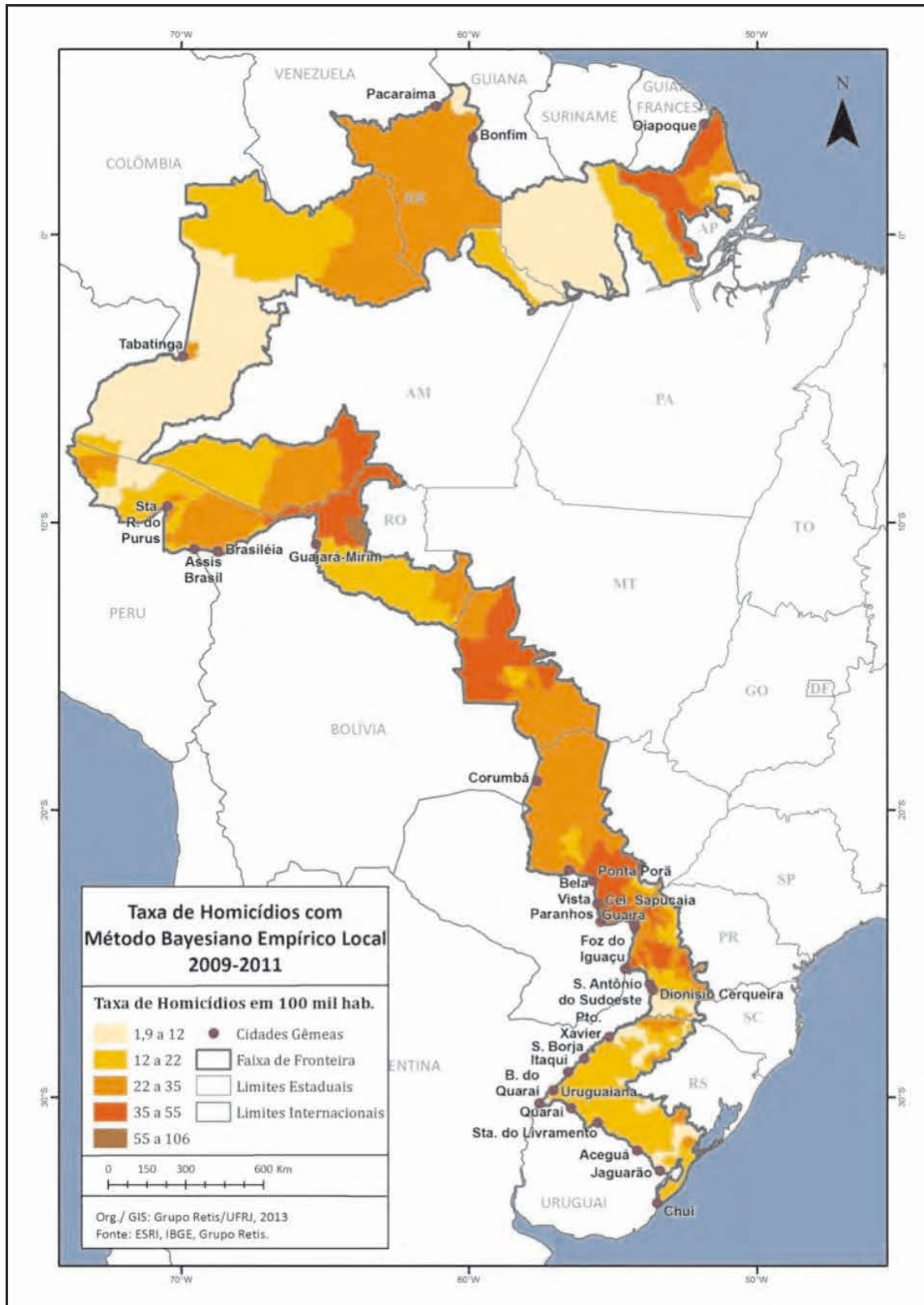
⁵⁹ Souza W.V.; Carvalho M.S.; Cruz, O.G.; Ragoni, V. Análise Espacial de Dados de Áreas. In: Santos, S. E Souza W. (orgs.) Introdução à Estatística Espacial para a Saúde Pública. Série B. Textos Básicos de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

Carvalho AX, Silva GDM, Almeida Júnior GR, Albuquerque PHM. 2012. Taxas bayesianas para o mapeamento de homicídios nos municípios brasileiros. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 28(7):1249-1262.

Mapa VIII.1 Faixa de Fronteira: Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, 2009–2011



Mapa VIII.2 Faixa de Fronteira: Taxa de Homicídios com o Método Bayesiano Empírico Local, 2009–2011



Observam-se municípios com taxas elevadas de homicídio na fronteira Brasil-Guiana Francesa, no Arco Norte; na fronteira entre os estados do Acre e de Rondônia e a Bolívia (eixo Porto Velho-Rio Branco), na transição entre o Arco Norte e o Central; na fronteira do estado do Mato Grosso com a Bolívia, com destaque para Comodoro (MT); e na fronteira Brasil-Paraguai ao sul do Mato Grosso do Sul se estendendo até o Oeste do Paraná.

Homicídios por Arco

A Tabela VIII.2 apresenta a distribuição dos homicídios por arco, com as respectivas taxas de homicídio de cada arco. Embora o Arco Sul apresente maior número de homicídios em termos absolutos, é o Arco Central que se destaca com a maior taxa de homicídio.

Tabela VIII.2 Faixa de Fronteira: Homicídios, 2009–2011

Arco	Total Homicídios 2009-2011 (1)	Média anual de Homicídios (2)	População (3)	Taxa de Homicídios (4)
Norte	1.103	368	1.970.387	18,7
Central	2.416	805	2.483.955	32,4
Sul	3.701	1.234	6.321.394	19,5
Total da Faixa de Fronteira	7.220	2.407	10.775.736	22,3

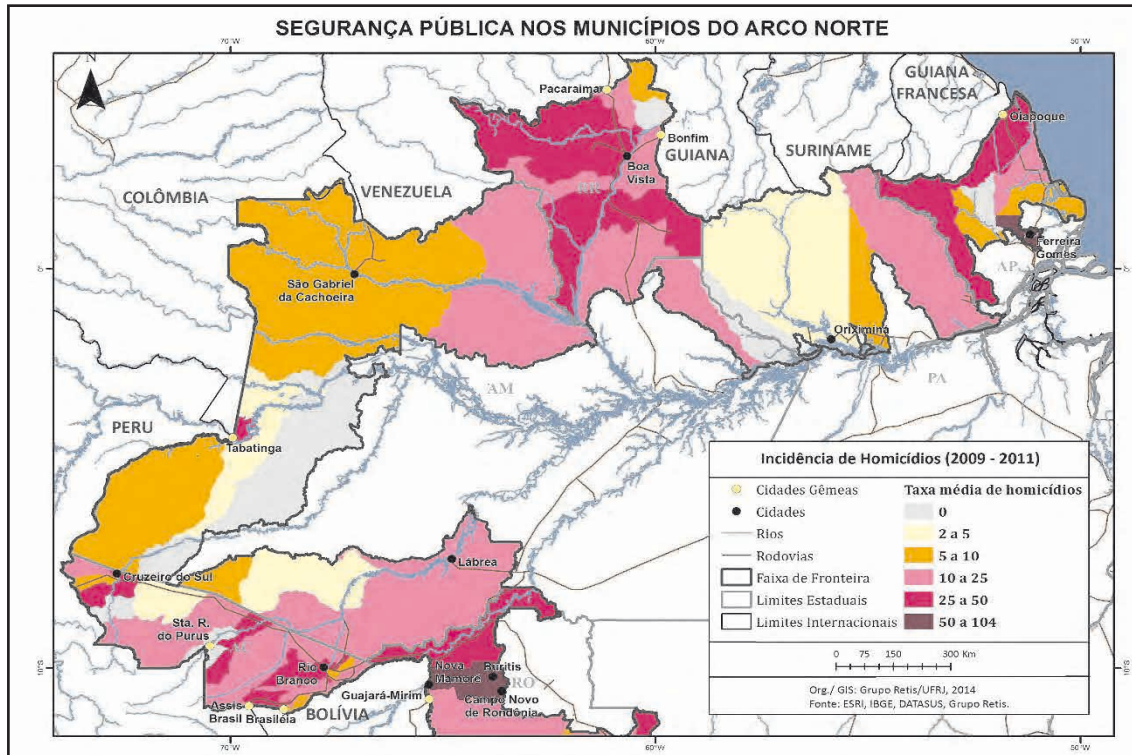
(1) Período 2009 a 2011; (2) Média anual do período 2009 a 2011; (3) População no ano de 2010; (4) taxa média do período 2009 a 2011 óbitos por 100.000 habitantes.

Fonte: SIM/DATASUS, 2013; IBGE, Censo Demográfico, 2010.

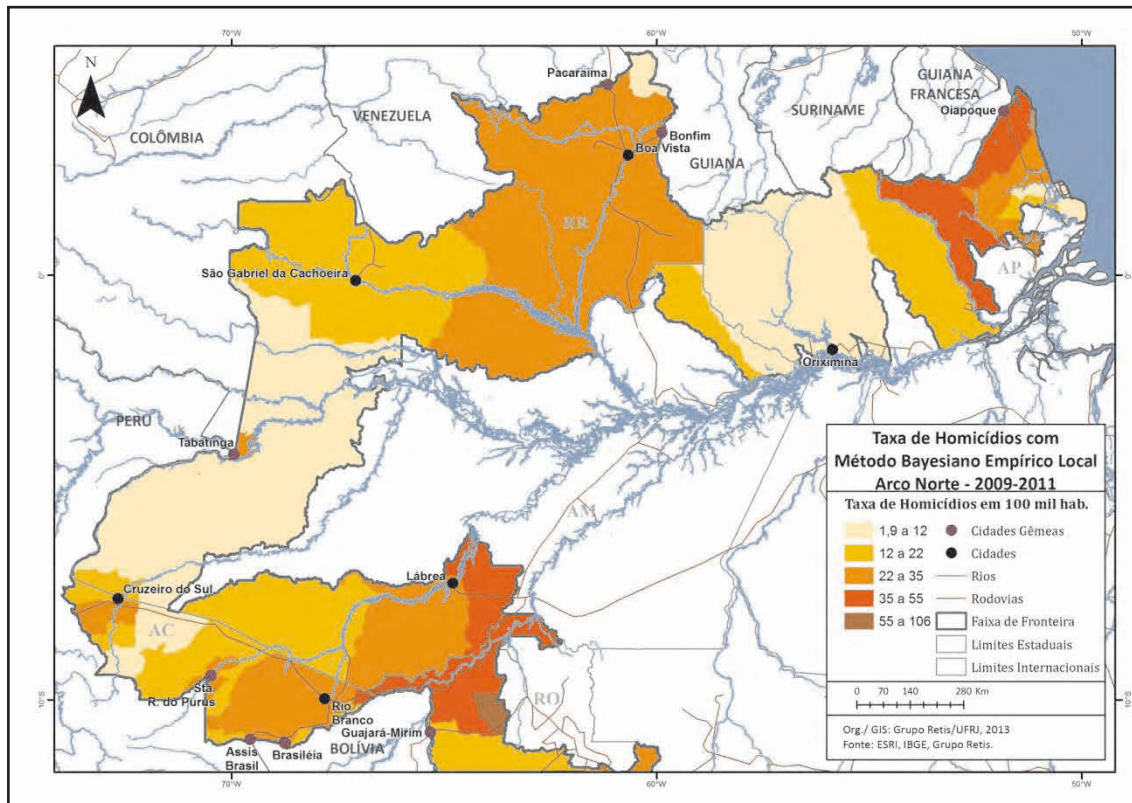
Os mapas VIII.3 ao VIII.8 permitem uma visão mais pormenorizada das taxas de homicídios brutas por Arco. Observa-se uma maior incidência de homicídios nos municípios do Arco Central.

Foram registrados 1.103 homicídios no Arco Norte no período de 2009 a 2011. A taxa média de homicídios foi 18,7 por 100.000 habitantes, a menor taxa entre os Arcos da fronteira. Entretanto, há que se considerar a maior subnotificação dos homicídios nesse Arco devido à carência de médicos e às dificuldades de acesso aos serviços de saúde (Tabela VIII.2). No Arco Norte, sete municípios (10% do total) tiveram taxas maiores de 30 por 100 mil: Ferreira Gomes (AP) 57,5; Laranjal do Jari (AP) 42,6; Caracaraí (RR) 39,9; Mucajá (RR) 36,1; Tabatinga (AM) 35,7; Alto Alegre (RR) 34,5 e Oiapoque (AP) 32,5. As áreas que se destacam com altas taxas de homicídio são a fronteira do Amapá com a Guiana Francesa (Oiapoque, Laranjal do Jari e Ferreira Gomes), o estado de Roraima, o município de Tabatinga (AM) na tríplice fronteira Brasil, Colômbia e Peru, e no Acre os municípios de Manoel Urbano, Cruzeiro do Sul, Rio Branco e Brasiléia (Mapa VIII.3).

Mapa VIII.3 Arco Norte: Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, 2009–2011

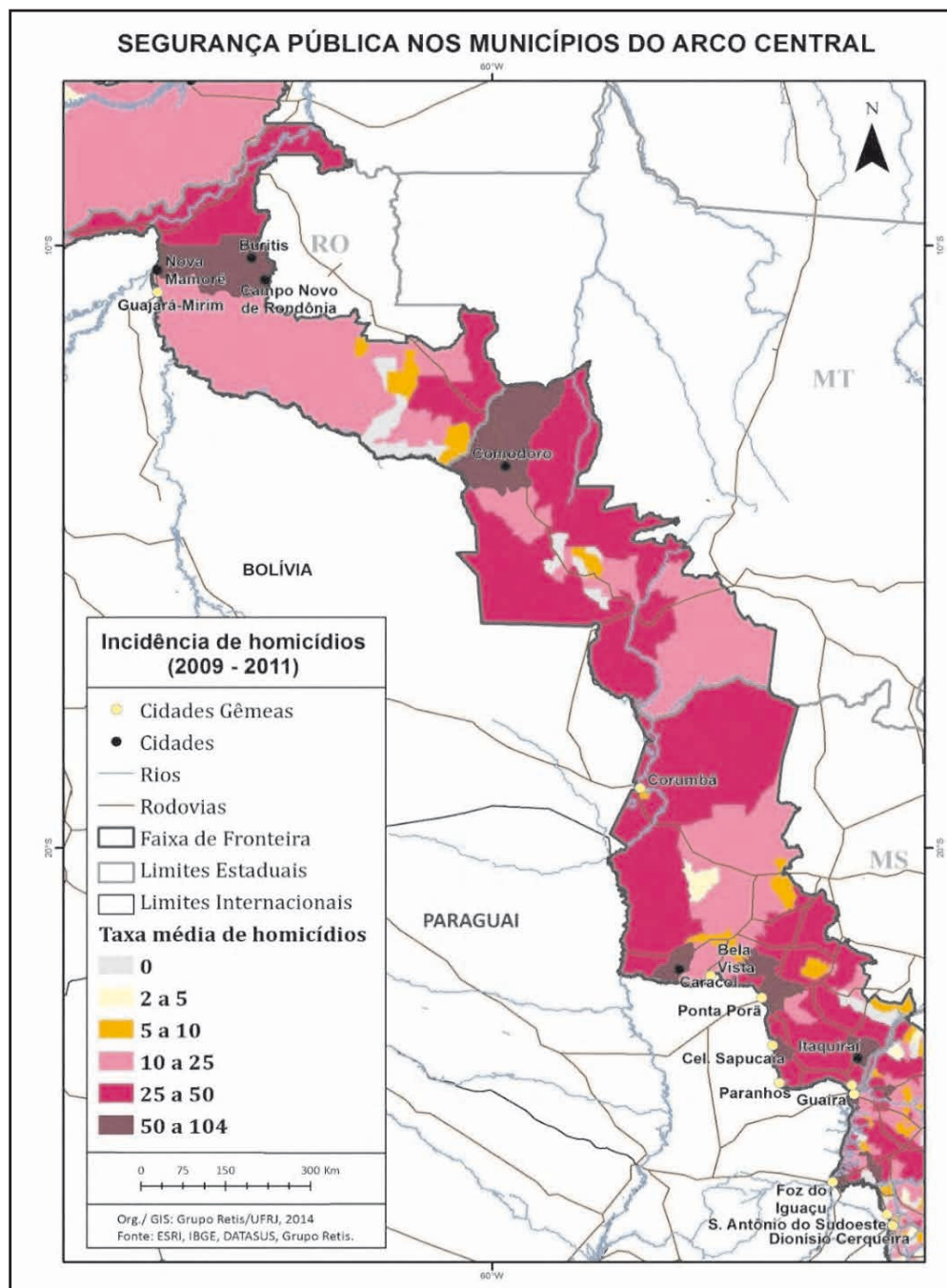


Mapa VIII.4 Arco Norte: Taxa de Homicídios com o Método Bayesiano Empírico Local, 2009–2011

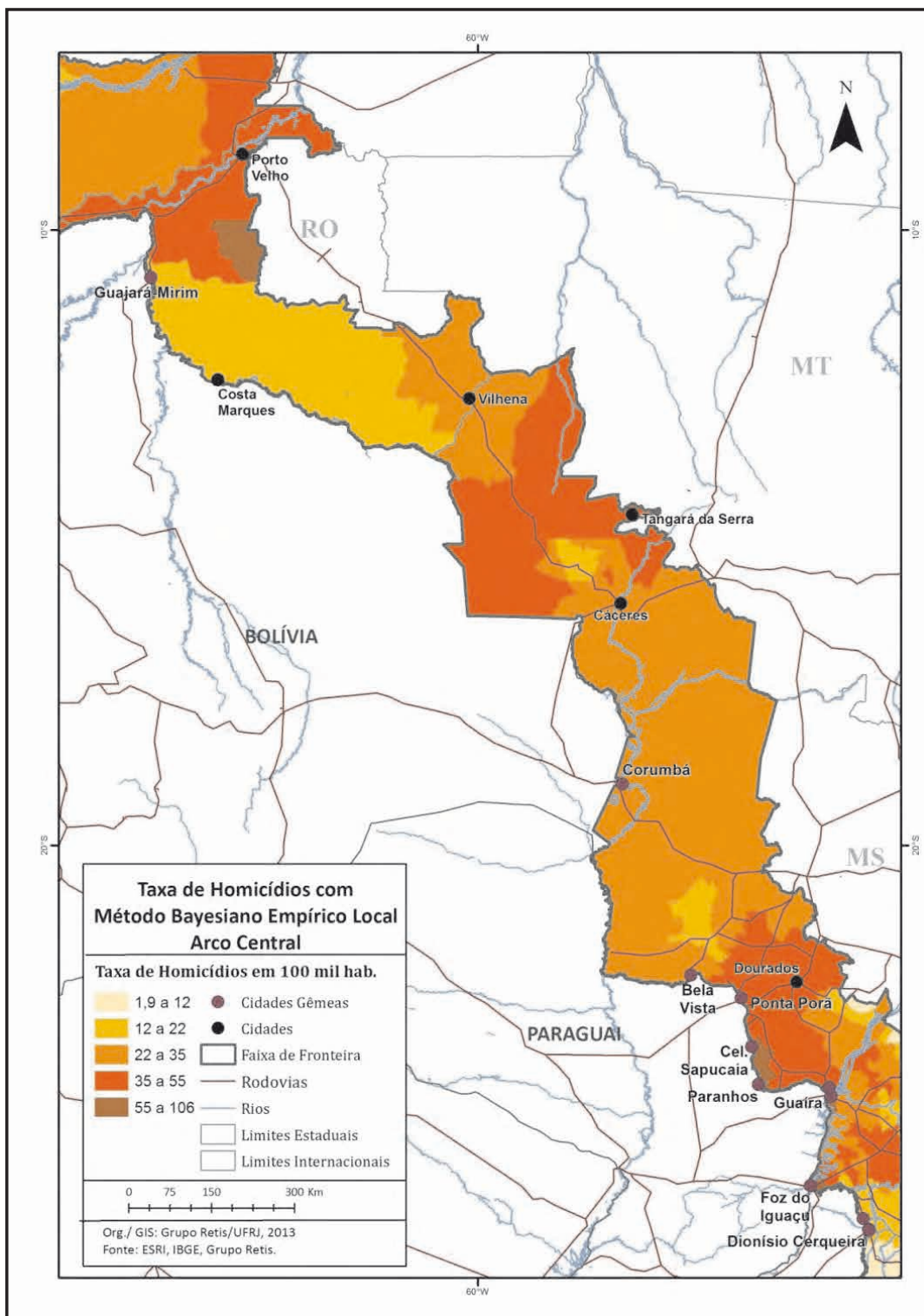


O Arco Central, com 2.416 registros no triênio, apresentou a taxa de homicídios de 32,42 por 100.000 habitantes, a mais elevada dentre os Arcos da fronteira. Foram 29 municípios com taxas superiores a 30 por 100 mil (30% dos municípios do Arco), sendo que as maiores taxas foram 92,4 homicídios por 100 mil habitantes em Coronel Sapucaia (MS), 79,3 em Buritis (RO) e 76,3 em Campo Novo de Rondônia (RO). As altas taxas de homicídio praticamente em todos os municípios da fronteira se destacam ainda em Nova Mamoré (RO), Porto Velho (RO), Comodoro (MT), Pontes e Lacerda (MT), Caracol (MS), Ponta Porã (MS), Itaquiraí (MS), Tacuru (MS), Antonio João (MS), Dourados (MS), Maracaju (MS) e Rio Brillhante (MS). A fronteira entre o Mato Grosso do Sul e o Paraguai é a mais violenta (Mapa VIII.5).

Mapa VIII.5 Arco Central: Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, 2009 – 2011

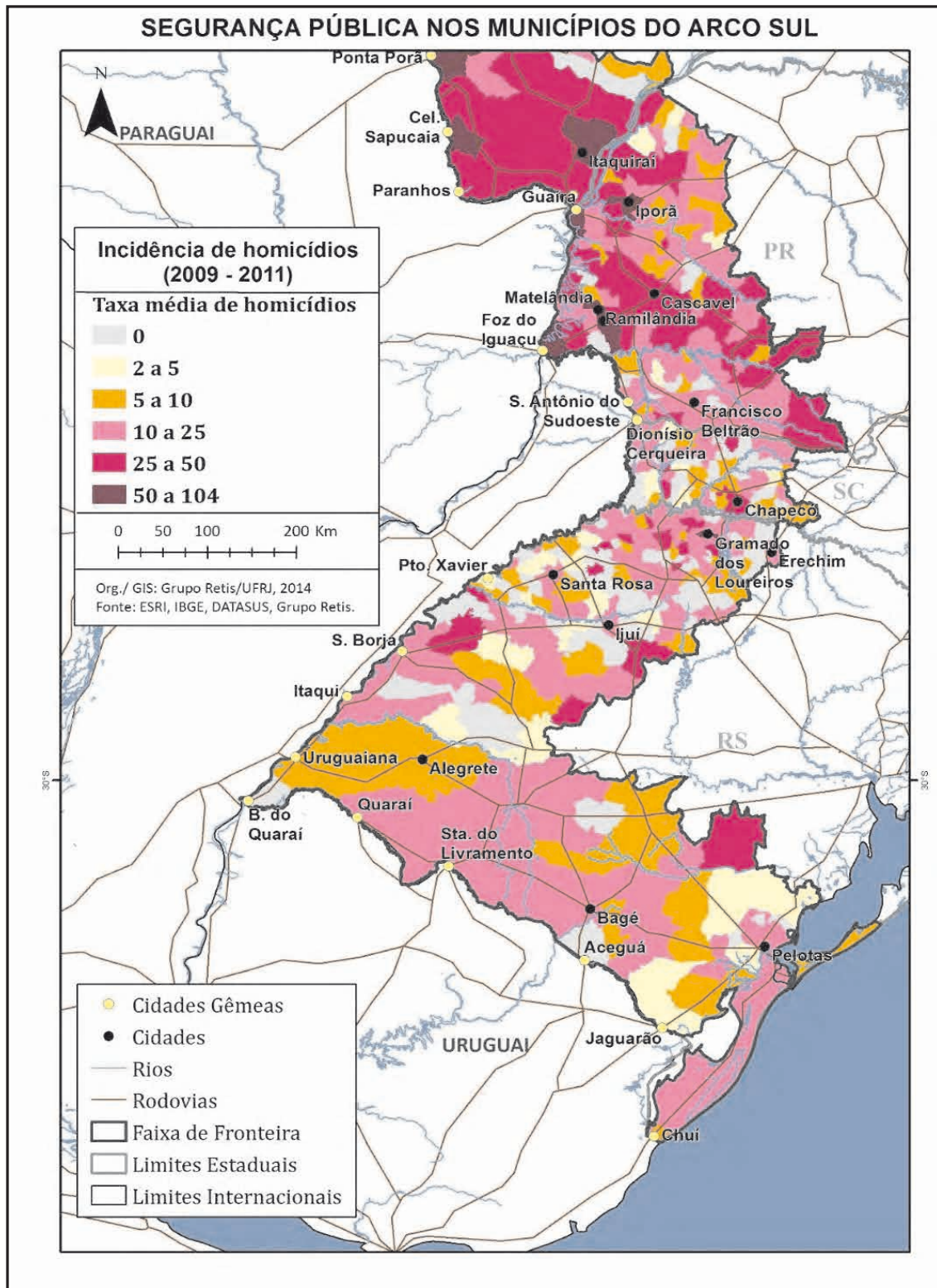


Mapa VIII.6 Arco Central: Taxa de Homicídios com o Método Bayesiano Empírico local, 2009 – 2011

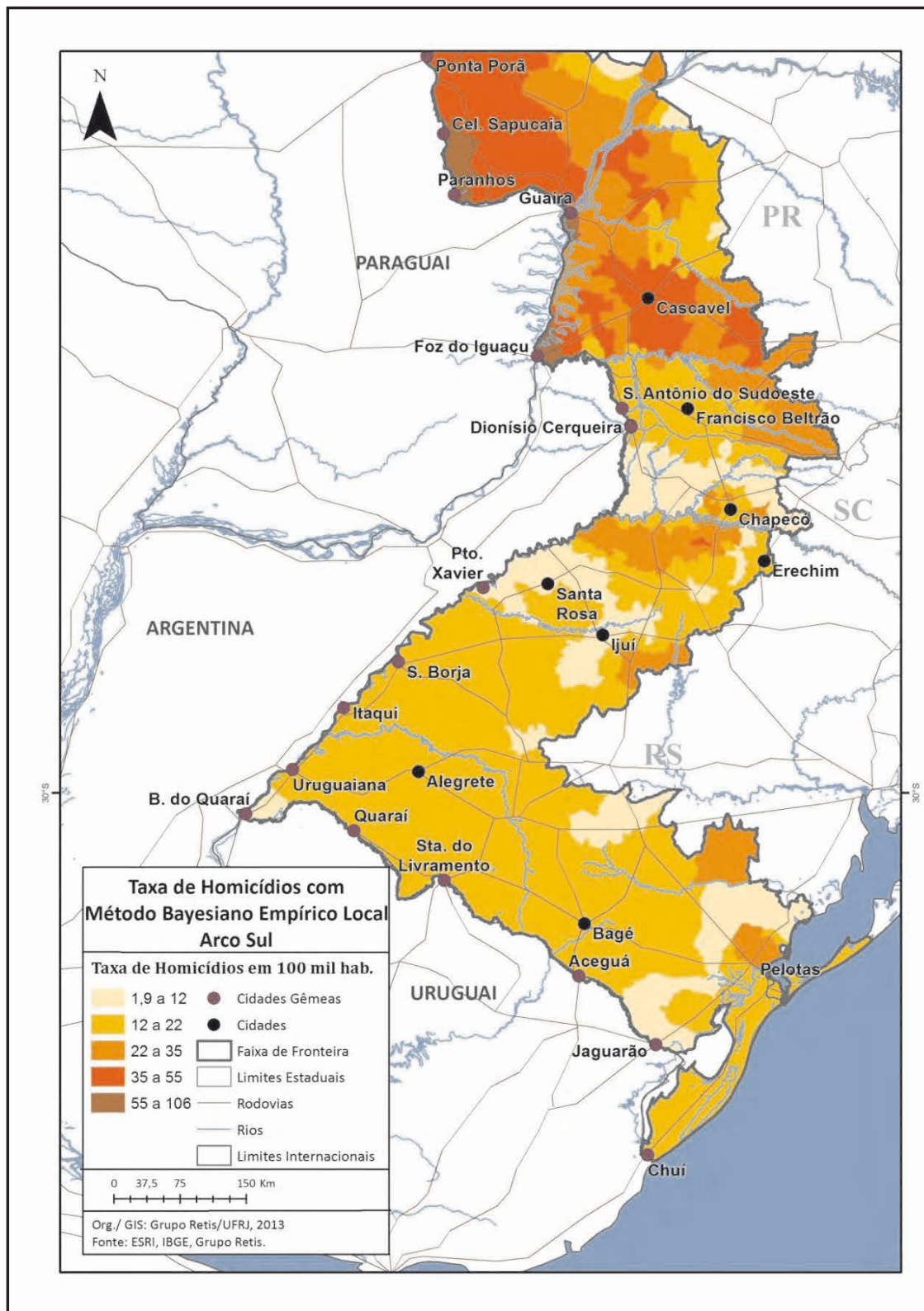


No Arco Sul foram registrados 3.701 homicídios no triênio, correspondendo a uma taxa de 19,5 por 100.000 habitantes (Tabela VIII.2). Foram 38 municípios com taxas iguais ou acima de 30 por 100 mil (9% do total do Arco). Os municípios com maiores taxas foram Guaíra (PR) com 104,2; Gramado dos Loureiros (RS) com 73,5 e Foz do Iguaçu (PR) com 68,6. Outros que se destacam são Ramilândia, Santa Terezinha do Itaipu, Matelândia, Iporã e Cascavel (PR) e Gramado dos Loureiros e Vista Alegre (RS). Em Santa Catarina o único município com taxa relativamente elevada é Flor do Sertão (SC) (Mapa VIII.7).

Mapa VIII.7 Arco Sul: Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, 2009-2011



Mapa VIII.8 Arco Sul: Taxa de Homicídios com o Método Bayesiano Empírico Local, 2009–2011



Análise dos homicídios por tamanho de população municipal

A análise dos homicídios por tamanho da população aponta que os municípios com mais de 100 mil habitantes têm as maiores taxas de homicídios, a saber a média de 33,5 óbitos por 100 mil habitantes, enquanto que os municípios com menos de 10

mil habitantes as taxas situam-se abaixo dos 11 homicídios por 100 mil habitantes. Os municípios médios (entre 10 e 50 mil habitantes) tiveram taxa média de 19,8 óbitos por 100 mil habitantes, portanto um patamar intermediário (Tabela VIII.3).

Tabela VIII.3 Faixa de Fronteira: Taxas de homicídios (por 100 mil habitantes) por tamanho da população municipal, 2009–2011

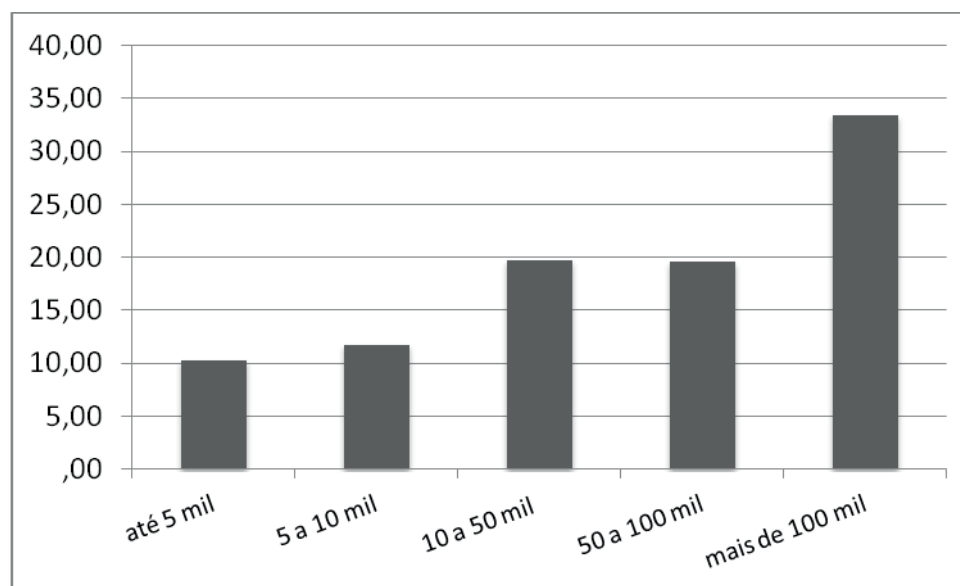
	Número de habitantes					
	Até 5 mil	5 a 10 mil	10 a 50 mil	50 a 100 mil	Mais de 100 mil	Total da Faixa
Número de municípios	184	151	216	23	14	588
Homicídios 2009	61	128	861	355	1035	2440
Homicídios 2010	70	123	884	307	1063	2447
Homicídios 2011	49	127	886	291	980	2333
Total de homicídios 2009 a 2011	180	378	2631	953	3078	7220
População total 2010	538.118	1.071.980	4.438.776	1.619.702	3.062.160	10.730.736
Média de Homicídios por ano no período 2009 a 2011	60	126	877	318	1026	2407
Taxa de homicídios 2009 a 2011	10,3	11,8	19,8	19,6	33,5	22,4

Fonte: SIM/DATASUS, 2013; IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Entre 2009 e 2011, em números absolutos, foram registrados 7.220 homicídios na Faixa de Fronteira, sendo que 42,6% ocorreram nos 14 municípios com mais de 100 mil habitantes, 49,6% ocorreram em 239 municípios classificados na faixa entre 10 e 100 mil habitantes e 7,7% nos 335 municípios com menos de 10 mil habitantes.

Como aponta o Gráfico VIII.1, as diferenças das taxas de homicídios por classe de tamanho da população municipal mostram uma correlação positiva entre tamanho da população e taxa de homicídios.

Gráfico VIII.1 Faixa de Fronteira: Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes por tamanho de população municipal – 2009 a 2011



Fonte: SIM/DATASUS, 2013; IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Em 2010, 583.118 pessoas viviam em municípios com até 5 mil habitantes na faixa de fronteira, o que corresponde a 5,4% da população total. A maior parte destes municípios (90%) está no Arco Sul.

A taxa de homicídios no triênio 2009-2011 nesses municípios foi de 10,3 por 100 mil. Noventa e um municípios dessa categoria não registraram homicídios no período, por outro lado o município de Gramado dos Loureiros (RS) teve uma taxa elevada de 73,5 homicídios por 100 mil habitantes. Além desse há um grupo de sete municípios com menos de 5 mil habitantes que apresenta taxas de homicídios elevadas (maior de 40 por 100 mil) como Ramilândia (RS), Diamante do Sul (PR), Vista Alegre (RS) e Flor do Sertão (RS).

São 151 municípios na faixa de fronteira que apresentam entre 5 e 10 mil habitantes e onde vivem 1.071.980 pessoas. No triênio 2009 a 2011, foram registrados nestes municípios um total 378 óbitos por homicídios (média de 126 por ano), sendo que 32 destes municípios (21% do total) não tiveram nenhum registro. A taxa de homicídios dessa classe de municípios foi próxima a da anterior, cerca de 11,8 por 100 mil habitantes. Em Ferreira Gomes (AP) registrou-se a maior taxa dessa categoria 57,5 óbitos por 100 mil habitantes.

Nos municípios entre 10 a 50 mil habitantes (216 municípios) viviam 4.438.776 pessoas em 2010 (41,4% da população da faixa). O número total de homicídios no triênio foi 2.631 (uma média de 877 por ano), correspondendo a uma taxa de 19,8 por 100 mil. Essa taxa é quase o dobro daquela dos municípios com menos de 10 mil habitantes. O município dessa categoria com a maior taxa de homicídios foi Guaíra (PR) com 104,2

óbitos por 100 mil habitantes, também a maior de toda a Faixa de Fronteira. Em seguida aparecem os municípios de Coronel Sapucaia (MS) com 92,4/100.00; Buritis (RO) com 79,3/100.000 e Campo Novo de Rondônia (RO) com 76,33/100.000.

Os 23 municípios na categoria entre 50 e 100 mil habitantes abrigavam 1.619.702 pessoas (15,1 % da população da faixa). Neles foram registrados no triênio 953 homicídios (em média 318 homicídios/ano), correspondendo a uma taxa de 19,6/100.000. A maior foi a do município de Ponta Porã (MS) com 52,65 homicídios por 100 mil habitantes, seguido por Tabatinga (AM) com 35,71 e Cáceres (MT) com 34,5.

Os 14 municípios com mais de 100 mil habitantes (2,3% do total de municípios da Faixa), abrigavam 3.062.160 pessoas e registraram 3.078 homicídios no triênio (cerca de 1.026 por ano). A taxa média de homicídios dessa categoria município foi de 33,5 por 100 mil habitantes a maior de todas as categorias. O valor máximo foi alcançado em Foz do Iguaçu (PR) com 68,6/100.000, seguido de Cascavel (PR) 45,9; Porto Velho (RO) 45,8 e Dourados (MS) 44,6.

Em suma, observa-se uma relação entre o tamanho da população e a intensidade de ocorrência de homicídios, o que indica que as maiores cidades tendem a ter maior taxa de homicídios. Essa relação é melhor explorada nos Testes de Correlações (Parte II).

Taxas de Homicídios por armas de fogo

Esta seção trata dos homicídios com armas de fogo, pois sua análise pode ajudar na compreensão do fenômeno das mortes violentas na Faixa de Fronteira.

O Mapa da Violência 2013 mostra que houve um enorme crescimento das mortes por armas de fogo (acidentais ou intencionais) no Brasil:

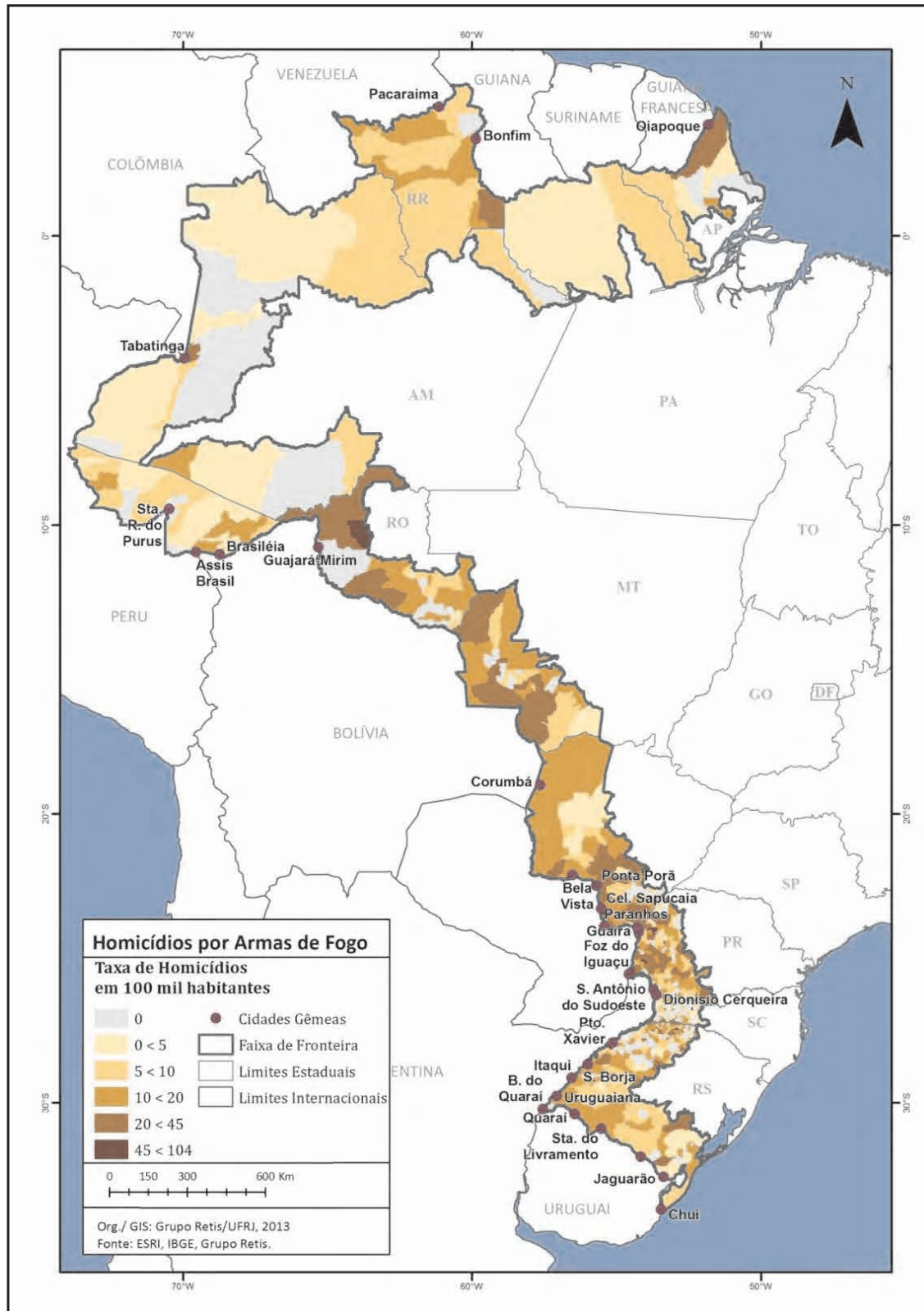
Os registros do SIM permitem verificar que, entre 1980 e 2010, perto de 800 mil cidadãos morreram por disparos de algum tipo de arma de fogo–AF. Nesse período, as vítimas passam de 8.710 no ano de 1980 para 38.892 em 2010, um crescimento de 346,5%. Temos de considerar que, nesse intervalo, a população do país cresceu 60,3%. Mesmo assim, o saldo líquido do crescimento da mortalidade por armas de fogo, descontando o aumento populacional, ainda impressiona, como será visto adiante, no tratamento das taxas de mortalidade.⁶⁰

A Faixa de Fronteira não está fora dessa tendência alarmante, ou seja, a arma de fogo é o principal instrumento da agressão homicida.

⁶⁰ Waiselfisz, J. Mapa da Violência: Mortes matadas por armas de fogo. São Paulo: CEBELA, 2013.

Do Mapa VIII.9 ao Mapa VIII.12 são apresentadas as taxas de homicídios por arma de fogo na Faixa de Fronteira e em cada Arco⁶¹.

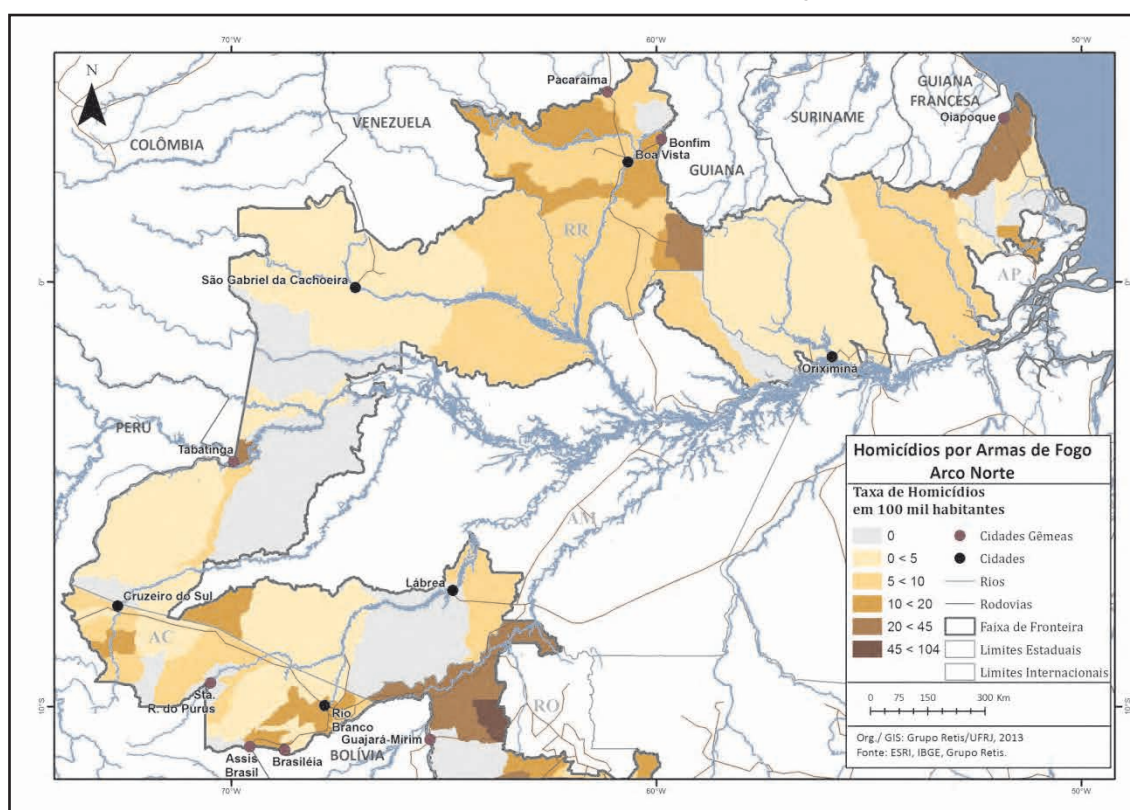
Mapa VIII.9 Faixa de Fronteira: Taxa de Homicídios por Armas de Fogo, 2008 – 2010



⁶¹ Os mapas de homicídios por armas de fogo foram produzidos a partir dos dados do relatório “Mapa da Violência, 2013”, por esse motivo trabalha com o triênio 2008 a 2010.

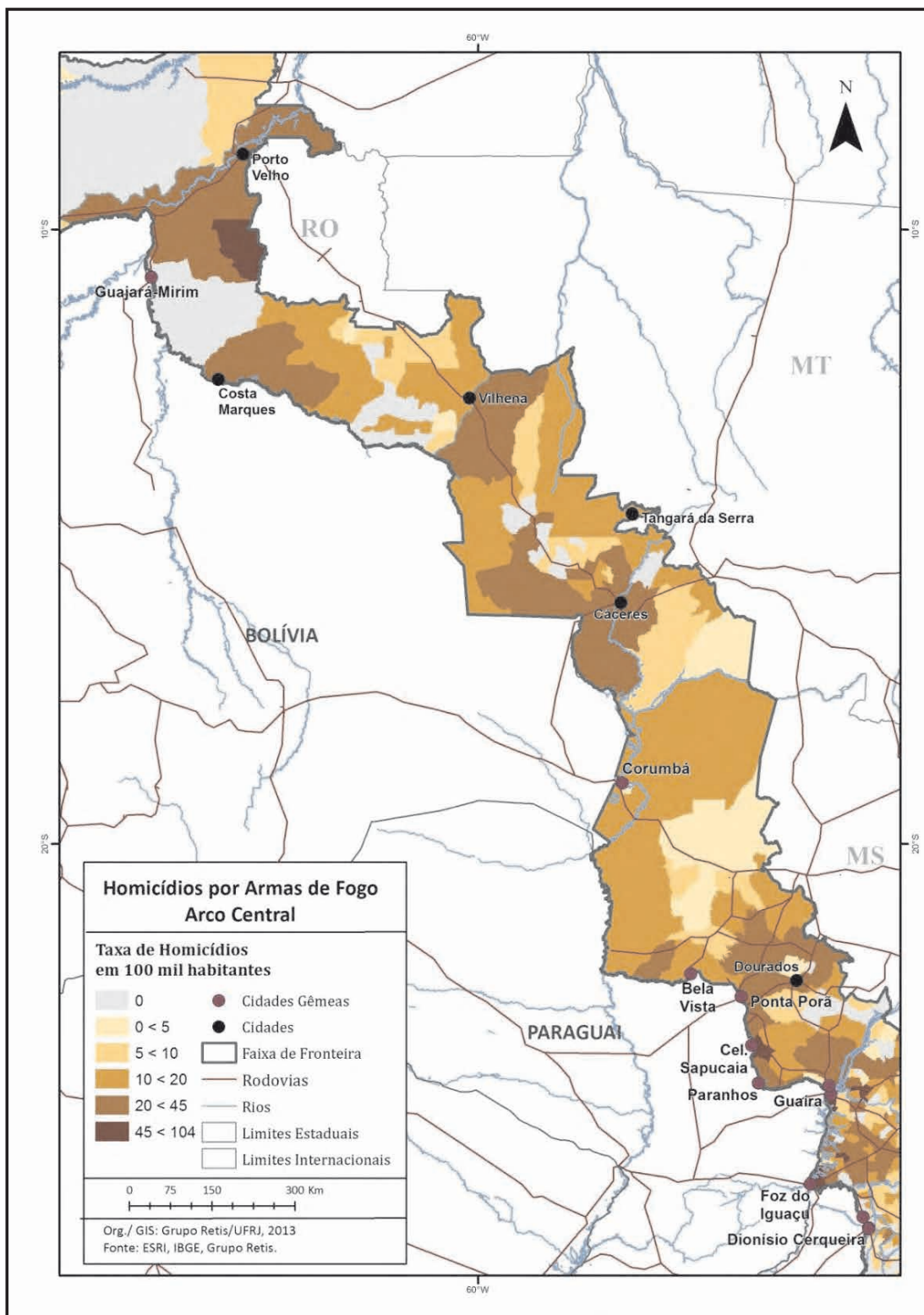
Os padrões espaciais se mantêm praticamente iguais aos dos homicídios totais, ainda que o período dos dados seja 2008-2010 (os mapas de homicídios totais abrangiam o período 2009 a 2011, pois a fonte dos dados era outra). Pode-se interpretar essa pequena variação de padrão pelo fato de que a maior parte dos homicídios registrados nas declarações de óbitos (fonte dos dados do Sistema de Mortalidade do Ministério da Saúde) é cometida com armas de fogo (cerca de 70% dos homicídios no Brasil). As médias trienais são coincidentes em dois anos (2009 e 2010), o que facilita a comparação entre as duas séries trienais.

Mapa VIII.10 Arco Norte: Taxa de Homicídios por Armas de Fogo, 2008 – 2010



Quanto à taxa de homicídios por arma de fogo (2008-2010) chamam a atenção os municípios do Oiapoque (AP), Caroebe (RR) e Tabatinga (AM), com taxas entre 20 e 45 homicídios por 100 mil habitantes.

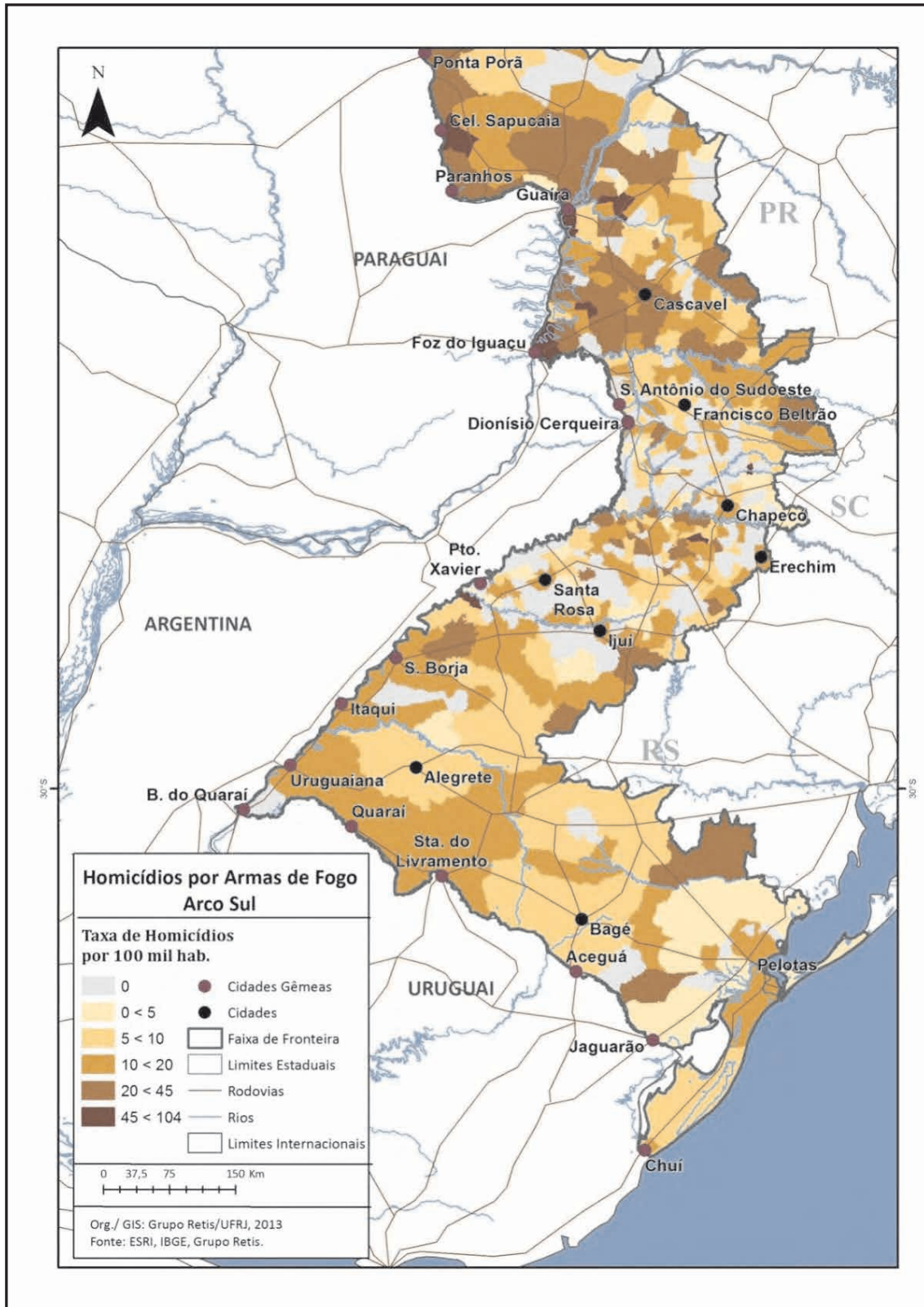
Mapa VIII.11 Arco Central: Taxa de Homicídios por Armas de Fogo, 2008 – 2010



Os municípios de Buritis (onde existem sérios conflitos de terra), Campo Novo de Rondônia, e Costa Marques em Rondônia, além de Coronel Sapucaia, Paranhos, Ponta Porã e Caracol em Mato Grosso do Sul estão na primeira (maior de 40 por 100 mil) e segunda (20 a 40 homicídios/100.000 habitantes) faixas de risco. Destaca-se também a área de influência de Cáceres (Pontes e Lacerda, Porto Esperidião) com alta taxa de homicídio

por arma de fogo. Não é possível afirmar que essas taxas estejam relacionadas ao tráfico de drogas com a Bolívia; se alguma relação existe é com o tráfico de drogas ilegais no próprio território brasileiro.

Mapa VIII.12 Arco Sul: Taxa de Homicídios por Armas de Fogo, 2008 – 2010



A taxa de homicídios por arma de fogo (2008-2010) no Arco Sul (Mapa VIII.12) é elevada em vários municípios do estado do Paraná, com destaque para Guaíra e Foz do Iguaçu (taxa acima de 45 homicídios/100.000 habitantes), além de Santa Terezinha do Itaipu e Iporã. No Rio Grande do Sul, os municípios de Herval (fronteira com Uruguai), Roque Gonzalez (fronteira com a Argentina), Encruzilhada do Sul, Jari, Santo Antonio das Missões, Cruz Alta e Gramado dos Loureiros apresentam taxa de homicídio maior do que 20 homicídios/100.000 habitantes. Outros pequenos municípios do Noroeste rio-grandense não registram homicídios no período. Em Santa Catarina, as taxas são em geral menos elevadas ou inexistentes.

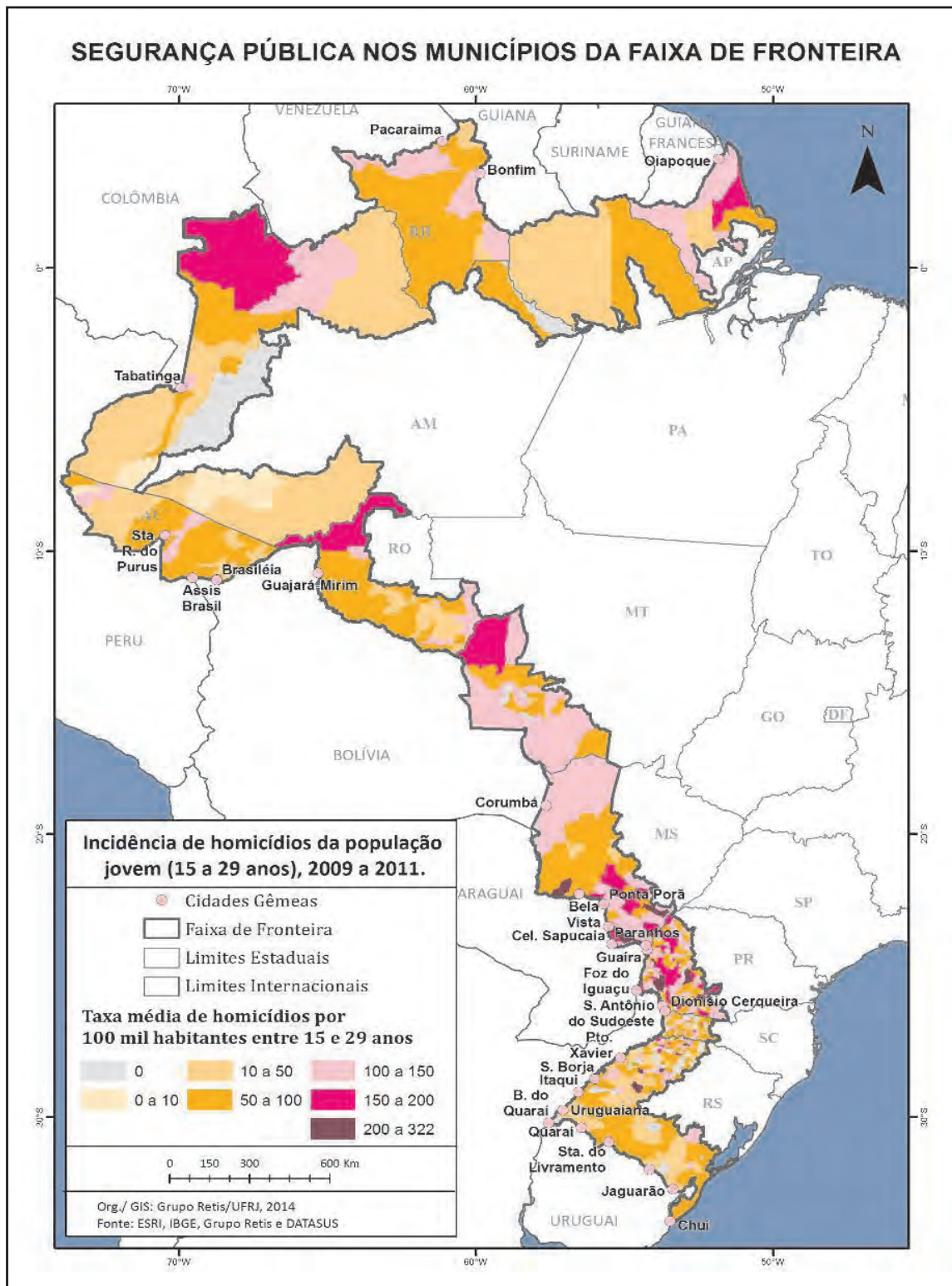
Homicídios na população jovem

Em relação aos aspectos demográficos vinculados à criminalidade e à violência, destaca-se o aumento da vitimização juvenil, tendência observada para todo o país, sobretudo a partir da década de 1980. Trata-se, atualmente, de “um dos grupos mais vulneráveis à violência, seja como agressor, seja como vítima” (Beato, 2012). A análise da estrutura etária dos homicídios no Brasil mostra que, a partir dos 13 anos, o número de óbitos desta natureza cresce rapidamente, atingindo um pico na idade de 20 anos. Depois de 23 anos o número e as taxas de homicídios declinam de forma gradativa (Waiselfisz, 2014). O mapa da violência elaborado especificamente para a faixa etária de 15 a 29 anos mostra que, em 2011, a taxa de homicídios entre os jovens no Brasil foi de 53 por 100 mil habitantes, e chegou a 57,6 em 2012 (Waiselfisz, 2014). É importante destacar que não são os municípios da Faixa de Fronteira que se destacam no quadro geral do país em termos de homicídios de jovens. Ainda de acordo com os dados analisados no Mapa da Violência (2014) alguns estados que possuem parte de seu território na Faixa de Fronteira apresentaram uma redução das taxas de homicídio da população jovem na última década (2002-2012), são eles: Roraima (-26,8%), Rondônia (-22,6%), Mato Grosso do Sul (-19,4%) e Acre (-9,8%) (Waiselfisz, 2014).

Na Faixa de Fronteira, destacam-se os municípios do sul do Mato Grosso do Sul e do oeste do Paraná, no segmento de fronteira com o Paraguai, muitos dos quais apresentam incidência de homicídios de jovens (de 15 a 24 anos)⁶² acima de 100 por 100 mil habitantes. Considerando o ranking nacional elaborado para o Mapa da Violência de 2014 e que considera apenas os municípios com mais de 10 mil habitantes, dois municípios da Faixa de Fronteira estão entre os 100 com maiores taxas de homicídio juvenil (de 15 a 29 anos), são eles: Foz do Iguaçu (48º) Cascavel (64º) (Waiselfisz, 2014).

⁶² Para este relatório, consideramos a população jovem como o segmento etário compreendido entre 15 e 24 anos. Esta escolha foi feita para permitir a comparação com os dados de vulnerabilidade socioeconômica do Atlas do Desenvolvimento Humano (2013).

Mapa VIII.13 Faixa de Fronteira: Homicídios da população jovem, 2009-2011



VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

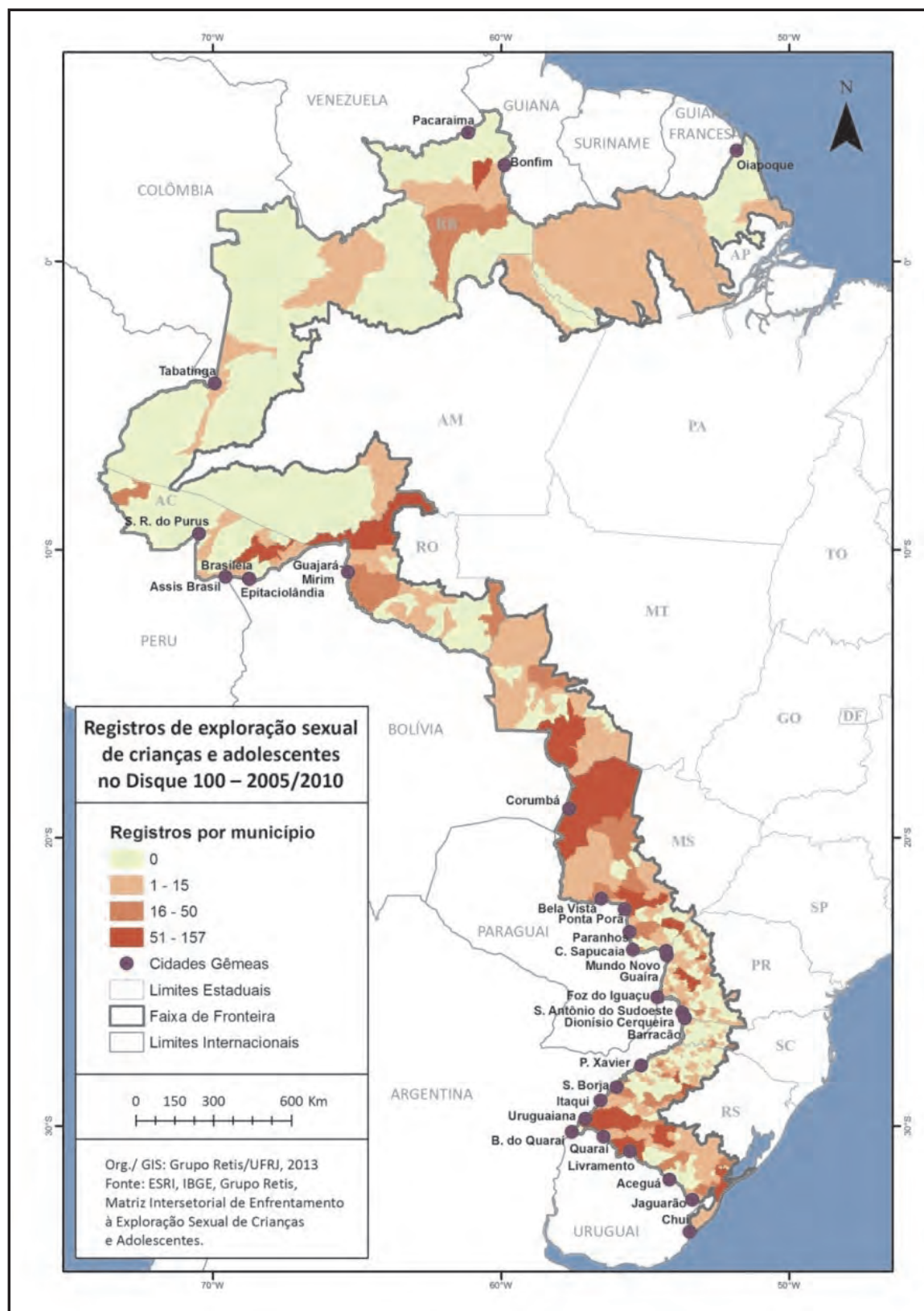
Para analisar a violência contra crianças e adolescentes foram utilizados três dados: 1) as notificações de violência doméstica, sexual e/ou outros tipos de violência disponibilizados pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do DATASUS, na faixa etária entre 0 e 19 anos, de 2009 a 2011; 2) os registros de exploração sexual de crianças e adolescentes no Disque 100, entre 2005 e 2010 e 3) a taxa de ocupação da população infantil sobre o total da população, considerando a faixa etária de 10 a 17 anos, dado disponibilizado pelo Censo do IBGE de 2010. Destes dados, somente os dois primeiros foram utilizados para compor a área crítica de violência contra crianças e adolescentes.

Exploração sexual de crianças e adolescentes (Denúncias do Disque 100)

Uma fonte importante sobre violência sexual contra crianças e adolescentes é a base de informações obtidas do serviço 'Disque 100'. Este é um serviço de utilidade pública da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), vinculado à Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, destinado a receber demandas relativas a violações de Direitos Humanos, em especial as que atingem populações com vulnerabilidade acrescida, como: Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas, Pessoas com Deficiência, LGBT, Pessoas em Situação de Rua e Outros, como quilombolas, ciganos, índios, pessoas em privação de liberdade. As denúncias recebidas na Ouvidoria e no Disque 100 são analisadas, tratadas e encaminhadas aos órgãos responsáveis.⁶³

⁶³ Disponível em <<http://www.sdh.gov.br/disque100>>

Mapa VIII.14 Faixa de Fronteira: Registros de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Disque 100, 2005 – 2010



Os dados são disponibilizados pela Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes⁶⁴. De acordo com o próprio portal do serviço de denúncia

⁶⁴ Disponível em <<http://matriz.sipia.gov.br/relatorios-de-esca/relat%C3%B3rio-fronteira>>.

em 2003 foram 12 registros diários, em 2006 foram 37, e em 2009 foram 82, o que evidenciaria uma maior taxa de conhecimento e divulgação do serviço. Para compor nossa base foram utilizados os dados dos registros anuais, por município, agregados de 2005 a 2010.

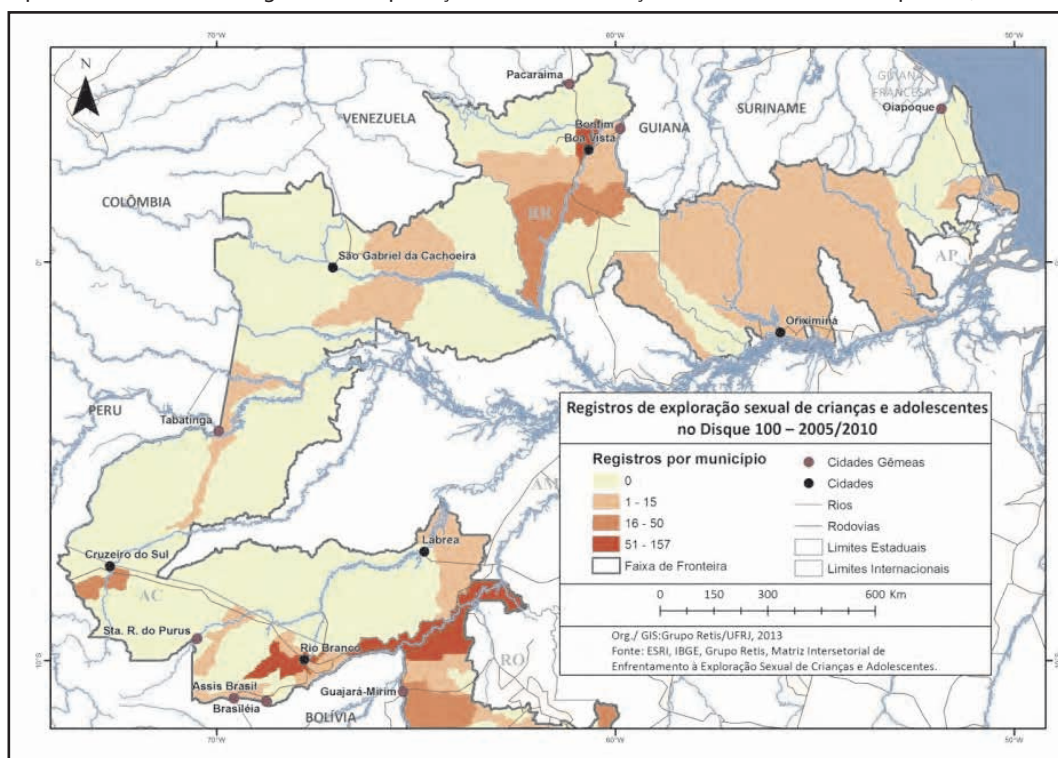
Assim como no caso dos dados do SINAN/DATASUS, a distribuição dos registros do Disque 100 pode ser enviesada pelo alcance diferenciado do serviço nos municípios. A eficiência do sistema depende de sua ampla divulgação.

Dos 588 municípios fronteiriços 351 (ou 60%) não tem nenhum registro no Disque 100 (Mapa VIII.14). Outros 15% tiveram um registro apenas, entre 2005 e 2010. Porém na faixa de 1 a 15 registros existem 37% dos municípios. A classe definida entre 16 e 50 registros teve 15 municípios, e outros 5 tiveram desde 50 até 157 registros.

Nos 71 municípios do Arco Norte foram contabilizados 201 registros entre 2005 e 2010. O Arco Norte acompanha o percentual de municípios (60%) sem registros no Disque 100 da Faixa de Fronteira brasileira, como visualiza-se no Mapa VIII.15.

O segundo ponto a ser destacado é a concentração dos registros: 71% dos 201 são referentes às capitais estaduais Rio Branco (AC, 98 registros) e Boa Vista (RR, 46 registros). Pode-se ressaltar também que todos os oito municípios com mais de 40 mil habitantes do Arco Norte⁶⁵ tiveram registros.

Mapa VIII.15 Arco Norte: Registros de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Disque 100, 2005-2010



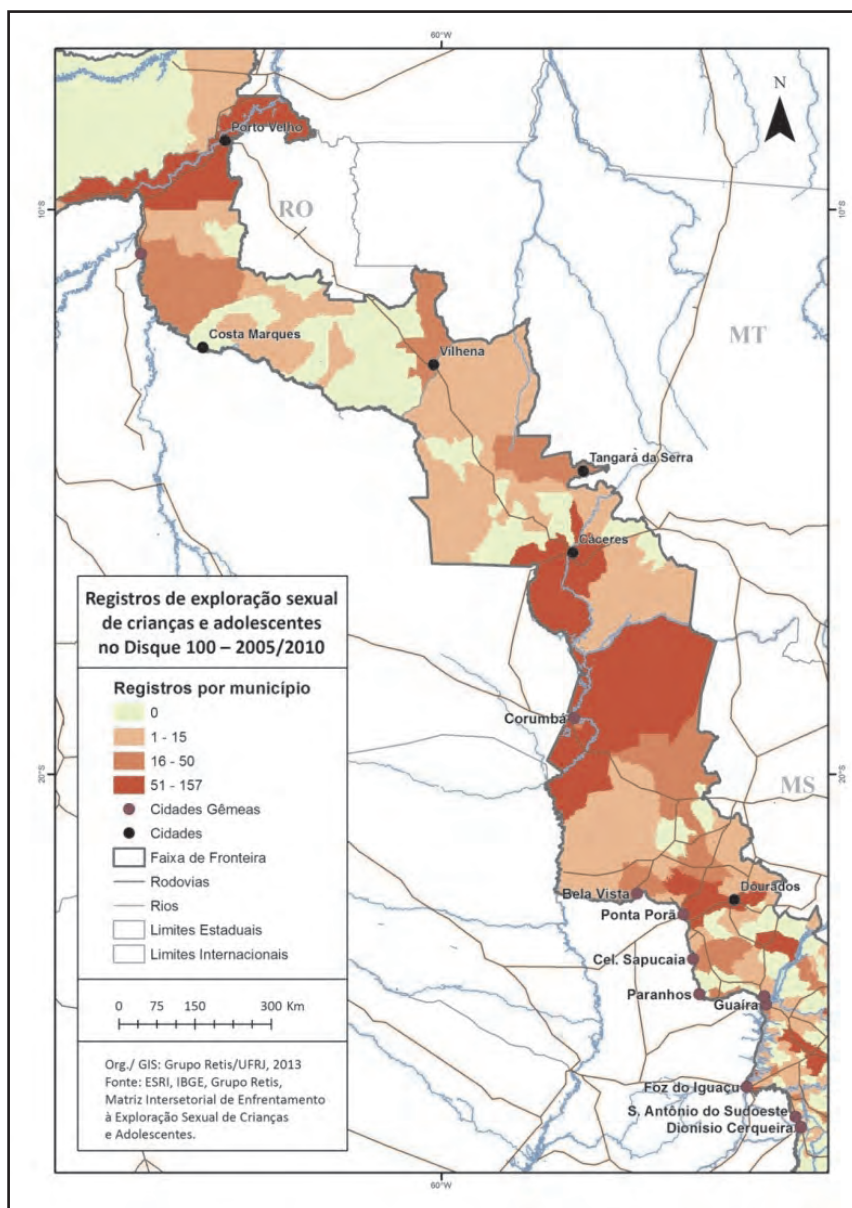
⁶⁵ Em ordem de população total: Cruzeiro do Sul (AC) com 6 registros, Orizimimá (PA) com 3, Alenquer (PA) com 2, Tabatinga (AM) com 1 apenas, Óbidos (PA) com 3 e Laranjal do Jari (AP) com 5.

Por outro lado, devem-se sinalizar três municípios que, em relação à sua pequena população total, tiveram um número bem acima da média: Caracaraí (RR), com sete registros; Amapá (AP), 4 registros; e Iracema (RR), 3 registros. Outros três municípios completam a lista dos que tiveram mais de um registro: Benjamin Constant (AM), com 3 registros; e Plácido de Castro (AC) e Acrelândia (AC), com 2 registros cada.

Além destes destacados, o Arco Norte ainda apresentou 14 municípios com um registro cada. Desses, seis encontram-se no Acre, quatro no Amazonas, três em Roraima e um no Amapá.

No Arco Central, 40% dos municípios não tiveram registros (Mapa VIII.16). Em relação à distribuição por unidade da federação mais da metade dos 518 registros tiveram origem no estado do Mato Grosso do Sul.

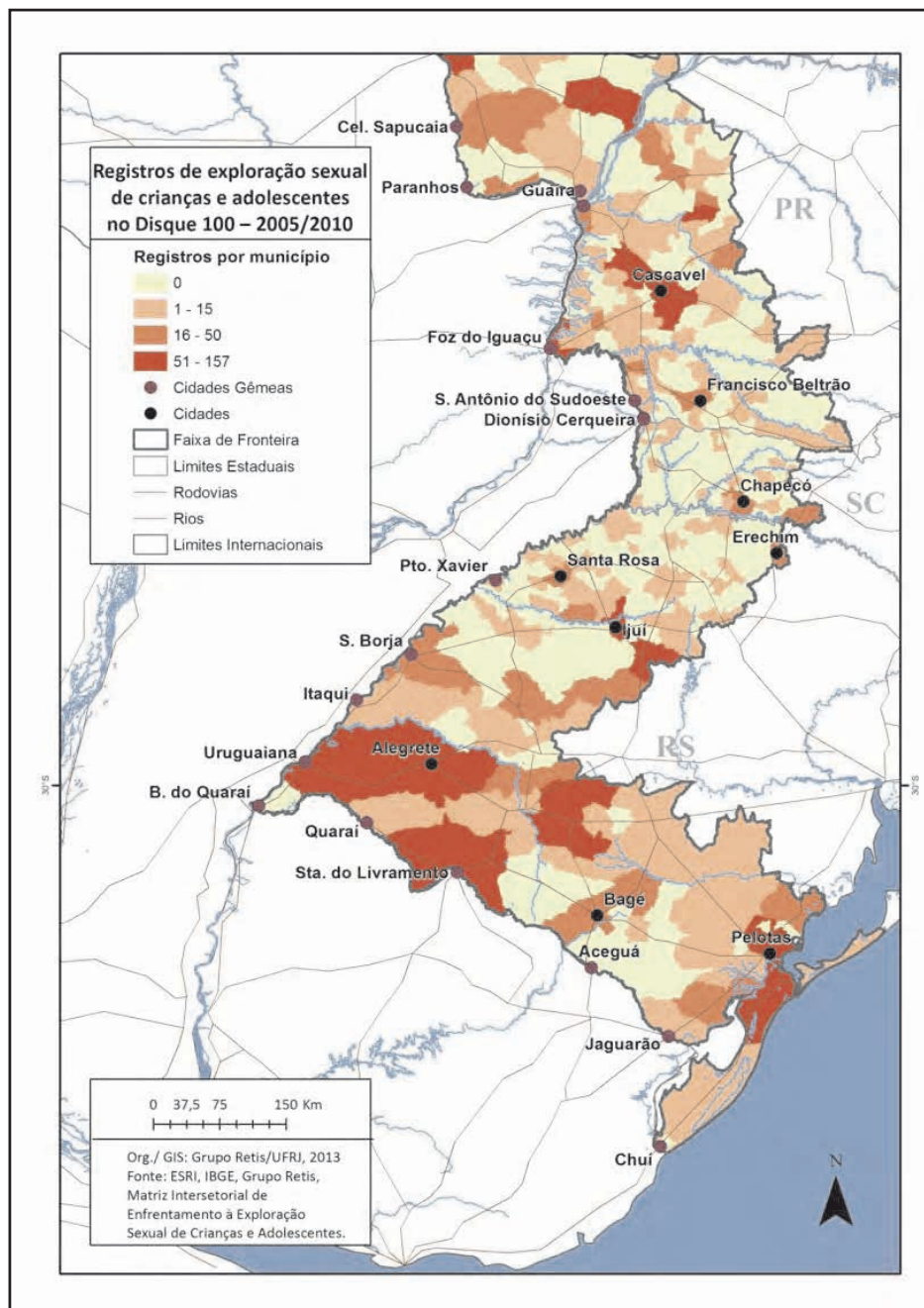
Mapa VIII.16 Arco Central: Registros de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Disque 100 – 2005-2010



Todos os seis municípios que tiveram mais de 15 registros têm mais de 45 mil habitantes. Em primeiro temos a capital Porto Velho (RO), com 157 registros, seguida de Corumbá (MS, 49 registros), Dourados (MS, 41), Ponta Porã (MS, 31), Cáceres (MT, 22), Naviraí (MS, 16). Estes seis municípios concentram 61% dos registros deste Arco.

Outros 53 municípios tiveram entre 1 e 15 registros (Mapa VIII.16). Destes destacamos dez municípios, sendo seis por terem pelo menos 10 registros: Anastácio (MS, com 14 registros), Aquidauana (MS, 13), Maracaju (MS, 12), Tangará da Serra (MT, 12), Coronel Sapucaia (MS, 11), e Guajará-Mirim (RO, 10). E os outros quatro por apresentarem as maiores médias de registros por habitantes: Conquista D'Oeste (MT, com 4 registros), Campos de Júlio (MT, 4), Sete Quedas (MS, 6), e Amambai (MS, 9).

Mapa VIII.17 Arco Sul: Registros de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Disque 100 – 2005-2010



O percentual de municípios sem registro é o maior dentre os arcos: 64%, ou 269 dos 418. Totalizando tem-se 850 registros no Arco Sul. Destes registros 416 estão em 137 municípios com mais de um e menos de 16 (Mapa VIII.17).

Outros 12 municípios têm mais de 15 registros cada, sendo que destes apenas um (Goioerê, PR, com 17 registros) não tem mais de 60 mil habitantes. São eles: Pelotas (RS, com 96 registros), Cascavel (PR, 76), Rio Grande (RS, 52), Foz do Iguaçu (PR, 32), Uruguaiana (RS, 29), Alegrete (RS, 27), Toledo (PR, 27), São Gabriel (RS, 20), Sant'Ana do Livramento (RS,), Cruz Alta (RS,), e Ijuí (RS,).

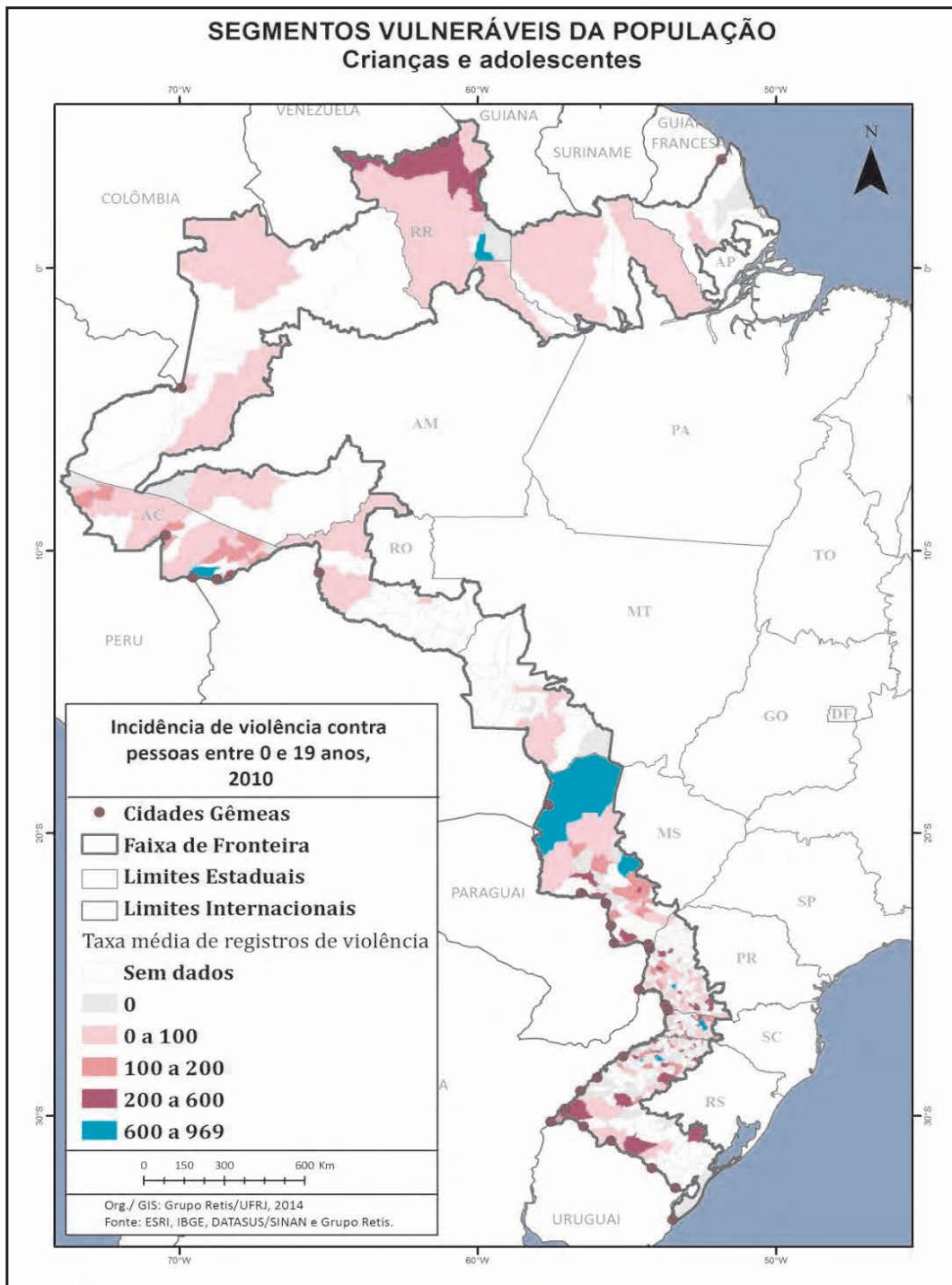
Além destes destacamos os dez municípios com maior média de registros por habitante, em ordem decrescente: Bom Jesus do Sul (PR, com 4 registros), Cacequi (RS, 14), Icaraíma (PR, 8), Lindoeste (PR, 4), Planalto (PR, 10), Moreira Sales (PR, 9), Derrubadas (RS, 2), Jari (RS, 2), Pedro Osório (RS, 4), e Santana da Boa Vista (RS, 4).

Violência contra crianças e adolescentes (Dados do SINAN/DATASUS)

O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do DATASUS apresenta os dados de violência doméstica, sexual e/ou outros tipos de violência desagregados por idade, o que permitiu selecionar os dados relativos à violência contra crianças e adolescentes, entre 2009 e 2011. A base de dados do SINAN é bastante incompleta, com muitos municípios sem dados e municípios com números desproporcionais à população. Com isso, o dado ganha uma dupla conotação. Altos números podem indicar um sistema eficiente de registro ou uma situação crítica de violência, assim como os baixos números podem indicar um registro deficiente no sistema de saúde ou um patamar baixo de violência. A primeira ação a ser tomada, nesse caso, é uniformizar a base de registro do SUS, garantindo condições de aplicação do mesmo critério de registro para todos os municípios.

O problema da ausência de dados é mais significativo nos estados do Amapá, Amazonas, Rondônia e Mato Grosso, além do noroeste do Paraná e do sul do Rio Grande do Sul.

Mapa VIII.18 Faixa de Fronteira: incidência de violência contra pessoas entre 0 e 19 anos, 2010



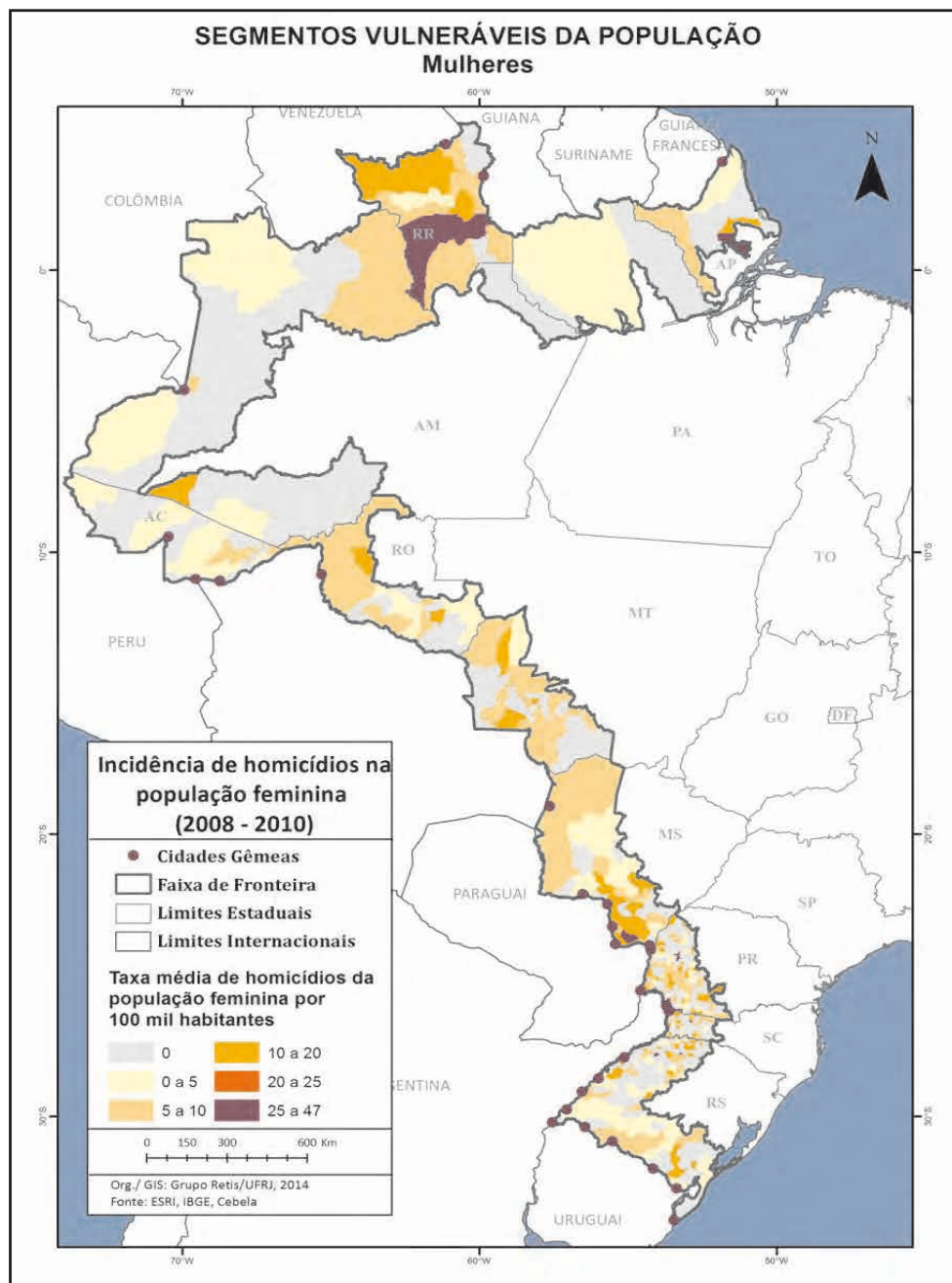
VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

Para estimar a violência contra mulheres utilizamos os dados de homicídios femininos, organizados no Mapa da Violência (CEBELA, 2013) a partir dos dados do SIM/DATASUS, e os dados de violência física, sexual e/ou outros tipos de agressão, do SINAN/DATASUS. Ambos os dados foram utilizados para a composição do índice que identifica as áreas críticas da violência contra mulheres.

Homicídios femininos

Os dados de homicídios femininos contabilizados pelo DATASUS foram organizados no Mapa da Violência (CEBELA, 2013)⁶⁶. Os números de homicídio feminino tendem a ser muito menores do que os de homicídio masculino. Por conta disso, a análise fica comprometida pelo efeito estatístico dos pequenos números, principalmente quando se trata de taxa de homicídio (homicídios relativos à população). Podemos identificar maiores taxas de homicídio feminino no sul do Mato Grosso do Sul – acompanhando a alta taxa de homicídio nessa região – e em Roraima.

Mapa VIII.19 Faixa de Fronteira: incidência de homicídios na população feminina, 2008-2010

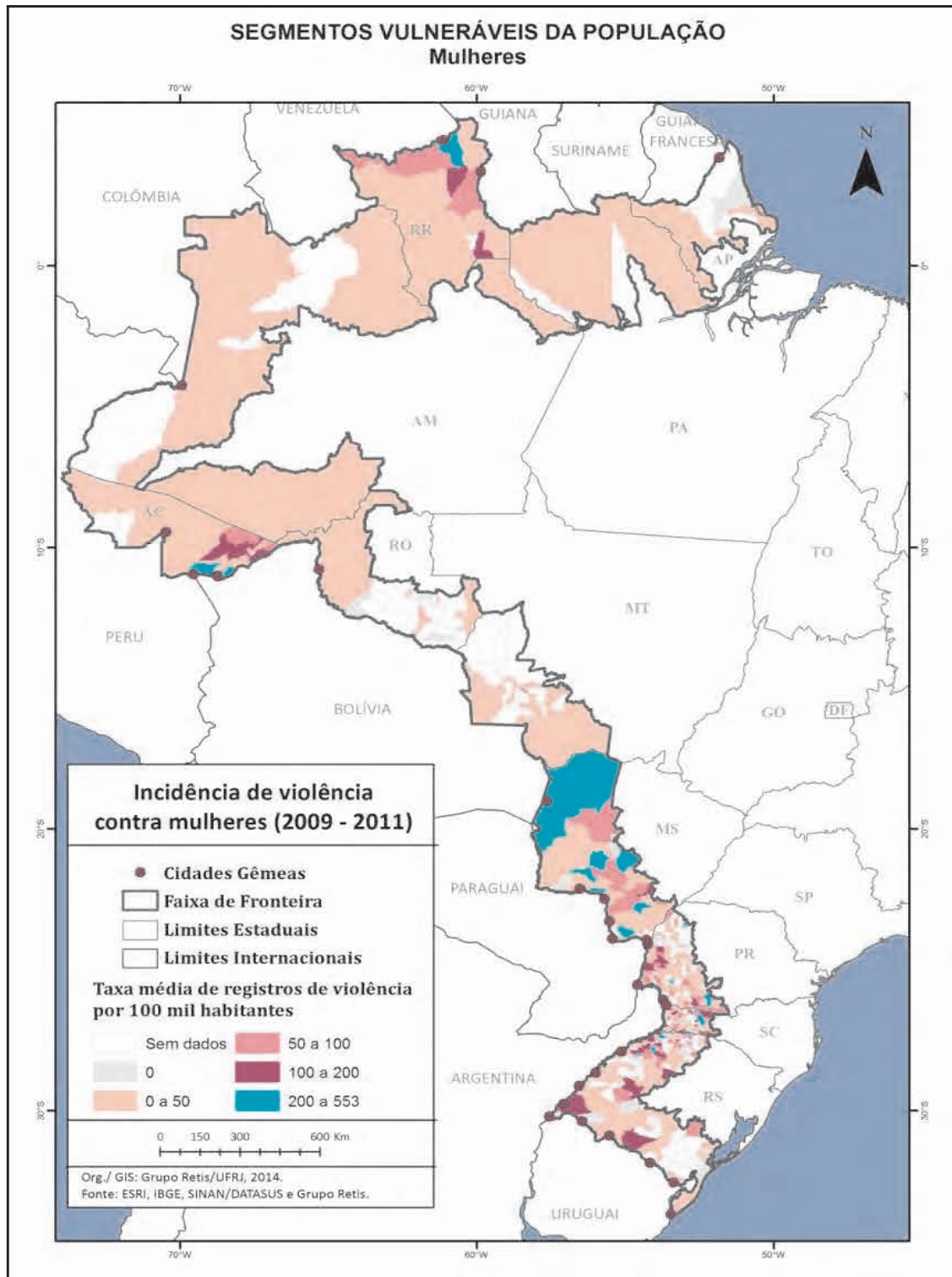


⁶⁶ Disponível em http://mapadaviolencia.org.br/mapa2013_armas.php. Acesso em 10 abr 2014.

Violência sexual e agressões físicas (Dados do SINAN/DATASUS)

Os dados sobre homicídios, no entanto, não possibilitam captar a violência contra a mulher que não resulta em homicídios, como é o caso da violência sexual e das agressões físicas. Esses dados são trazidos pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do DATASUS. A base de dados do SINAN é bastante incompleta, com muitos municípios sem dados e municípios com números desproporcionais à população.

Mapa VIII.20 Faixa de Fronteira: incidência de violência contra mulheres, 2009-2011



VIOLÊNCIA CONTRA INDÍGENAS

A análise acerca da violência sofrida pelos povos indígenas na Faixa de Fronteira foi baseada em dados disponibilizados pelo Relatório “Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2012”, publicado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Em sua metodologia, o CIMI apresenta três grandes classes de violência: violência contra o patrimônio, violência contra a pessoa praticada por particulares e agentes do poder público, e violências provocadas por omissão do poder público. Além destas três categorias o CIMI inclui um capítulo no qual aborda a violência contra Povos Indígenas Isolados e de pouco contato.

A **violência contra o patrimônio** corresponde aos casos de conflitos relativos a direitos territoriais, de invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio, e ainda de omissão e morosidade na regularização de terras. Estes registros têm como unidade o número de casos, e como base territorial as Terras Indígenas. Para compatibilizar tais dados com a unidade espacial adotada pela presente pesquisa, o município, cada registro de caso de violência foi contabilizado em todos os municípios abrangidos pela Terra Indígena de ocorrência. Tal procedimento foi adotado em virtude da impossibilidade de localizar especificamente os municípios nos quais ocorreram os conflitos dentro das Terras Indígenas. Neste sentido os dados por município sobre violência contra o patrimônio, quando totalizados, atingem um número maior do que o total de casos, pois em vários casos as Terras Indígenas abrangem mais de um município. Isto não representa uma perda na qualidade dos dados, pois a maioria dos registros não se refere a acontecimentos pontuais, mas a ameaças que pairam sobre a totalidade da Terra Indígena.

A **violência contra a pessoa praticada por particulares e agentes do poder público** corresponde aos registros de assassinatos, tentativas de assassinato, homicídios culposos, ameaças de morte, ameaças várias, lesões corporais dolosas, abusos de poder, racismo e discriminação étnico culturais, e violência sexual. Nestes registros a unidade é o número de vítimas individuais e o recorte espacial do município. Entretanto em muitos registros a vítima era identificada no Relatório como ‘comunidade’ (excetuando-se os assassinatos, todos individualizados). Nestes casos, dada a impossibilidade de quantificar exatamente o número de vítimas, foi considerado apenas um registro por caso.

As **violências provocadas por omissão do poder público** correspondem aos registros de suicídio e tentativa de suicídio, desassistência na área de saúde, morte por desassistência à saúde, mortalidade na infância, disseminação de bebida alcoólica e outras drogas, desassistência na área de educação escolar indígena, e desassistência geral. Estes registros têm também como unidade espacial, além das Terras Indígenas, os municípios. A unidade escolhida para analisar estes dados foi o número de casos, excetuando-se as categorias suicídio, tentativa de suicídio, e morte por desassistência à saúde, os quais foram analisados em relação ao número de vítimas individuais.

O Relatório do CIMI pesquisou diversas fontes, referenciadas individualmente em cada registro, contudo existem muitos indicativos de subnotificação, como o próprio Relatório admite. Neste sentido, para a presente análise, todos os registros são relevantes, mesmo quando escassos, pois permitem uma aproximação aos reais níveis de violência sofridos pelos povos indígenas brasileiros que vivem na Faixa de Fronteira.

Os estados que compõem a Faixa de Fronteira correspondem, em sua maioria, juntamente com Bahia e Maranhão, às áreas com maior número de conflitos envolvendo indígenas do Brasil. Entretanto em alguns estados com elevado número de registros de violência, como Pará, Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a maioria dos registros estava fora dos municípios da Faixa de Fronteira.

Em relação à **violência contra o patrimônio** os municípios da Faixa de Fronteira totalizam 144 registros, de um total de 257 contabilizados nas Unidades da Federação que possuem parte de seu território na Faixa de Fronteira⁶⁷.

Nos registros de **violência contra a pessoa** a concentração de vítimas é altíssima nos municípios da Faixa de Fronteira. São 520 de um total de 564 contabilizados nas Unidades da Federação total ou parcialmente inseridas na Faixa de Fronteira. Estes registros também são muito representativos em nível nacional, pois o total de registros no Brasil é de 1.276.

No tocante aos registros de **violências provocadas por omissão do poder público**, a concentração dos municípios da Faixa de Fronteira é de 116 registros, em um total de 172 contabilizados nas Unidades da Federação total ou parcialmente inseridas na Faixa de Fronteira. Esses não podem ser comparados com o total do Brasil, porque os registros estão computados em vítimas e não em casos.

Selecionamos trechos do relatório que ressaltam os dados gerais para cada tipo de violência, e outros nos quais áreas da Faixa de Fronteira são abordadas textualmente, por serem consideradas pelos autores do Relatório como áreas bastante problemáticas. Primeiramente sobre o quadro geral mostrado no Relatório:

Em 2012 aumentaram, de modo preocupante, os casos de assassinatos, ameaças de morte, espancamentos, atropelamentos e a omissão do poder público. Faltaram recursos humanos e financeiros para atender as demandas indígenas, além do pouco empenho do governo no que se refere às demarcações, proteção e fiscalização das terras indígenas. (p.13)

⁶⁷ Como foi explicado acima, em virtude do caráter destes registros não é possível compará-los com o restante do país.

Em relação aos casos de omissão e morosidade na regularização de terras foram 54 casos no Brasil, 8 a mais do que em 2011, assim distribuídos: Alagoas (1), Ceará (1), Goiás (1), Maranhão (1), Mato Grosso do Sul (19), Pará (7), Rio Grande do Sul (11), Roraima (7) e Santa Catarina (6) (p.14). Comenta-se no Relatório:

Em todo o ano de 2012 foram homologadas apenas 7 terras indígenas. Levantamentos do CIMI indicam a existência de 339 terras indígenas sem nenhuma providência e 293 terras em estudo, sendo que destas 44 estão engavetadas no Palácio do Planalto, aguardando apenas a assinatura da presidente da República. (p.14)

Nenhuma das homologações assinadas pelo governo federal em 2012 foi referente a comunidades indígenas de Mato Grosso do Sul. (p.14)

Sobre os registros de invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio, indica-se que foram 62 casos em 2012 e 42 em 2011:

Os casos registrados demonstram que ações deliberadas têm sido empreendidas por invasores, especialmente garimpeiros e madeireiros, contra as terras indígenas. A fragilidade e a falta de infraestrutura dos órgãos de fiscalização estimulam o avassalador avanço predatório sobre as terras indígenas, colocando em risco esses poucos espaços territoriais onde ainda há no país preservação ambiental. Chamam atenção os estados do Pará, Mato Grosso e Roraima onde ocorreram 33 casos. Nestas unidades da federação foram registrados desmatamentos, garimpo ilegal, invasões, incêndios provocados, etc. (p.14)

Em relação aos assassinatos de indígenas, foram contabilizados 60 em 2012, e, em 2011, 51 casos:

Também cresceu o número de assassinatos em Mato Grosso do Sul, com o registro de 37 vítimas, contra os 32 casos registrados em 2011. O estado continua à frente no número de casos no país, com mais de 60% das ocorrências. A grande maioria das mortes ocorreu entre indígenas do povo Guarani-Kaiowá, com 34 pessoas assassinadas. (p.15)

O maior número de vítimas é do sexo masculino, com 52 pessoas, enquanto as do sexo feminino somam 8. Do total de vítimas, 12 eram menores e três eram anciãos. Os registros mostram que 15 assassinatos foram resultado de brigas, sendo que em 10 casos houve consumo ou abuso de álcool como elemento facilitador. Foi registrado 1 caso que sugere latrocínio. Três casos envolveram diretamente conflito fundiário. Em 28 casos, o motivo foi registrado como desconhecido ou ignorado. (p.51)

Predomina o uso de armas brancas, com 25 casos. Registraram-se 16 assassinatos com armas de fogo e 8 casos de espancamento. (p.52)

Nos últimos 10 anos, os levantamentos do CIMI mostram que pelo menos 563 indígenas foram assassinados no país. Uma média anual de 56,3 indígenas. Como nos anos anteriores, Mato Grosso do Sul se destaca: 60% das ocorrências em 2012 e 55% das ocorrências nos últimos 10 anos, totalizando, pelos levantamentos do CIMI, 317 vítimas (p.16)

Registramos 21 vítimas de homicídio culposo em 2012, contra as 12 registradas em 2011. Dezenove pessoas foram vítimas de atropelamentos, e em pelo menos 10 casos os condutores fugiram sem prestar socorro. O maior número de casos ocorreu em Mato Grosso do Sul, com 8 vítimas. (p.63)

Lideranças do Conselho da AtyGuasu, do povo Guarani-Kaiowá, vêm denunciando que, naquele estado, indígenas têm sido vítimas de “assassinatos disfarçados em atropelamentos”. Ou seja, vem ocorrendo uma modalidade de crime de homicídio onde se utilizam veículos (motocicletas ou automóveis) como arma letal. Matam e fogem do local do crime, cabendo, horas depois, à Polícia Rodoviária Federal informar que se trata “apenas” de mais um caso de atropelamento. (p.63)

Em relação aos casos de ameaças de morte:

Em 2012 quase dobrou o número de casos de ameaças de morte contra indígenas registrados pelo CIMI: 19 casos, contra os 11 de 2011. Tais ocorrências se deram nos estados do Acre, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e São Paulo. Lidera as ocorrências o estado de Mato Grosso do Sul, com 6 casos e 6 vítimas. (p.66)

Foram ameaçados indivíduos e comunidades inteiras, especialmente em acampamentos situados em Mato Grosso do Sul. (p.70)

E sobre outros tipos de ameaças, destacou-se que:

Constatamos com preocupação que agentes públicos ou terceiros, residentes próximos às terras indígenas, estão retendo cartões bancários e de benefícios de indígenas. Os dados coletados pelo CIMI indicam que esta é uma prática criminosa que se repete ao longo dos anos e visa essencialmente obter dividendos financeiros, lesando indígenas que recebem benefícios sociais, como aposentadorias ou programas assistenciais. (p.16)

Sobre lesões corporais o Relatório indica que em 2012 foram registrados 6 casos de lesões corporais dolosas, com 8 vítimas. Em 2011 foram registrados 13 casos. As lesões corporais foram causadas por agressões físicas e espancamentos (p.74). Em relação aos casos de racismo, “Em 2012, registramos a ocorrência de 11 casos de racismo e discriminação étnica cultural. No decorrer de 2011 foram registrados 20 casos.” (p.16).

Sobre os registros de violência sexual:

Em São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, foi denunciada uma rede de pedofilia. Meninas indígenas de até 10 anos, de famílias muito pobres, seriam vítimas dessa rede, em que, segundo denunciado pelo Conselho Tutelar local, haveria participação de comerciantes da região. Seis meninas aceitaram prestar depoimento à Polícia Federal e passaram a ser protegidas por um programa de proteção a testemunhas (p.80)

Sobre os registros de suicídios, “em 2012 voltou a subir os casos de suicídios entre os Guarani-Kaiowá, com 56 vítimas. Os dados são do próprio Ministério da Saúde (DIASI/DSEI) que indicam 611 casos de suicídios nos últimos 13 anos (2000-2012).” (p.85)

Em relação aos casos de desassistência na área de saúde, foram totalizados 86 casos em 2012 e 53 em 2011. “O descaso do poder público atingiu mais de 80 mil pessoas.” (p.17). O Relatório destaca:

São realmente assustadoras as informações levantadas sobre a precariedade das infraestruturas das casas de saúde indígena. Não há no Brasil uma única casa de saúde indígena que funcione regularmente e que preste assistência e acolhimento adequado. Os dados são dramáticos quanto à falta de higiene, de conservação dos medicamentos e do acompanhamento dos profissionais. (p.17)

Os dados indicam que as comunidades recebem apenas assistência paliativa, não há sequer esboço de uma política de saúde articulada no âmbito dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs). São impactantes e assustadoras as informações sobre a falta de saneamento básico nas comunidades, a falta de água potável, a falta de medicamentos, de veículos e de profissionais capacitados (p.17)

Em 2012, registramos 26 vítimas fatais de crianças menores de 5 anos, mortas por causas facilmente tratáveis. Chamou atenção o maior número de casos no estado do Acre, com 13 vítimas. As crianças morreram acometidas por diarreia aguda e vômito. Os casos se deram na terra indígena Alto Rio Purus. (p.104)

Sobre registros de disseminação de bebidas alcoólicas e outras drogas:

Aumentaram os casos de disseminação de bebida alcoólica e outras drogas em comunidades indígenas. Em 2012 foram registrados 13 casos, contra os 9 listados em 2011. Foram relatados casos nos estados do Acre, Amazonas, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco e Roraima. Apesar da venda de bebidas alcoólicas para indígenas, dentro ou fora de terras indígenas, ser proibida, a disseminação de álcool continua sendo um sério problema para várias comunidades. Continuou em destaque o estado de Roraima, onde registramos 4 casos, sendo 3 na terra indígena Raposa Serra do Sol e 1 caso na terra indígena Yanomami (p.106)

Acerca de casos de desassistência na área de educação escolar indígena, “Em 2012 foram 36 registros de desassistência na área da educação escolar indígena, envolvendo mais de 18 mil vítimas.” (p.108). “O maior número de casos se registrou em Roraima, com 11 ocorrências.” (p.108):

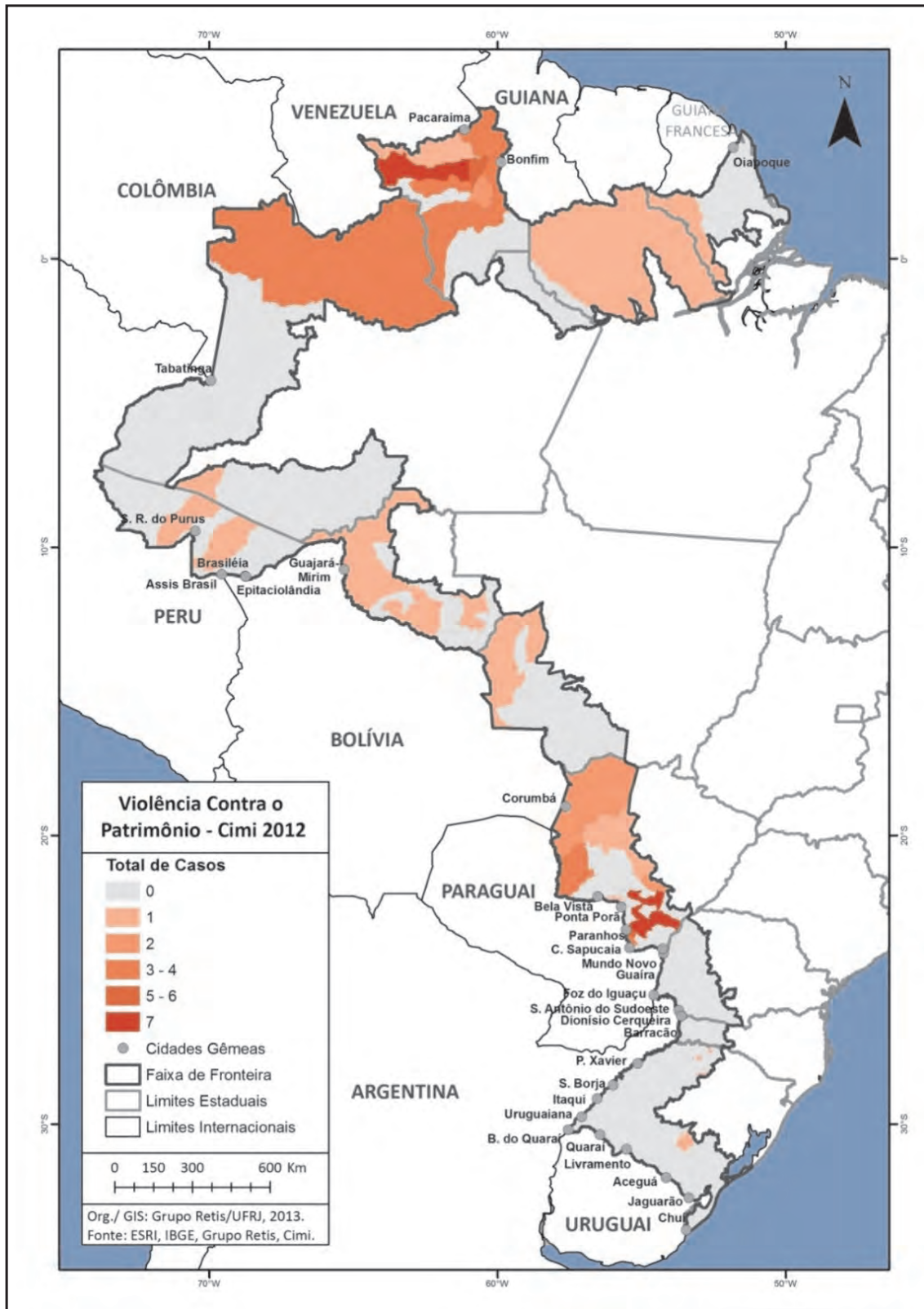
As ocorrências dão conta de que jovens e crianças assistem aulas em barracões improvisados, falta energia elétrica e alunos estudam embaixo de árvores. Os relatos das comunidades indígenas denunciam ainda a falta de investimentos na formação de professores e na garantia de infraestrutura, essencialmente para a construção de escolas, sua manutenção, aquisição de mobiliários, material didático e de informática. Os dados indicam que não há escolas que assegurem a conclusão do ensino fundamental e que, na quase totalidade das comunidades indígenas, não há ensino médio. Impondo, com isso, que os estudantes indígenas frequentem as escolas nos municípios, onde lhes são negados os direitos a uma educação escolar diferenciada. Os dados apresentados pelo Cimi indicam que a política de educação escolar indígena está relegada, basicamente, aos municípios, que impõem as condições, os profissionais e os currículos escolares (p.17)

Em relação aos casos de desassistência geral o Relatório registra que “Em 2012 constatamos a ocorrência de 62 casos, contra as 38 ocorrências listadas em 2011.” (p.115):

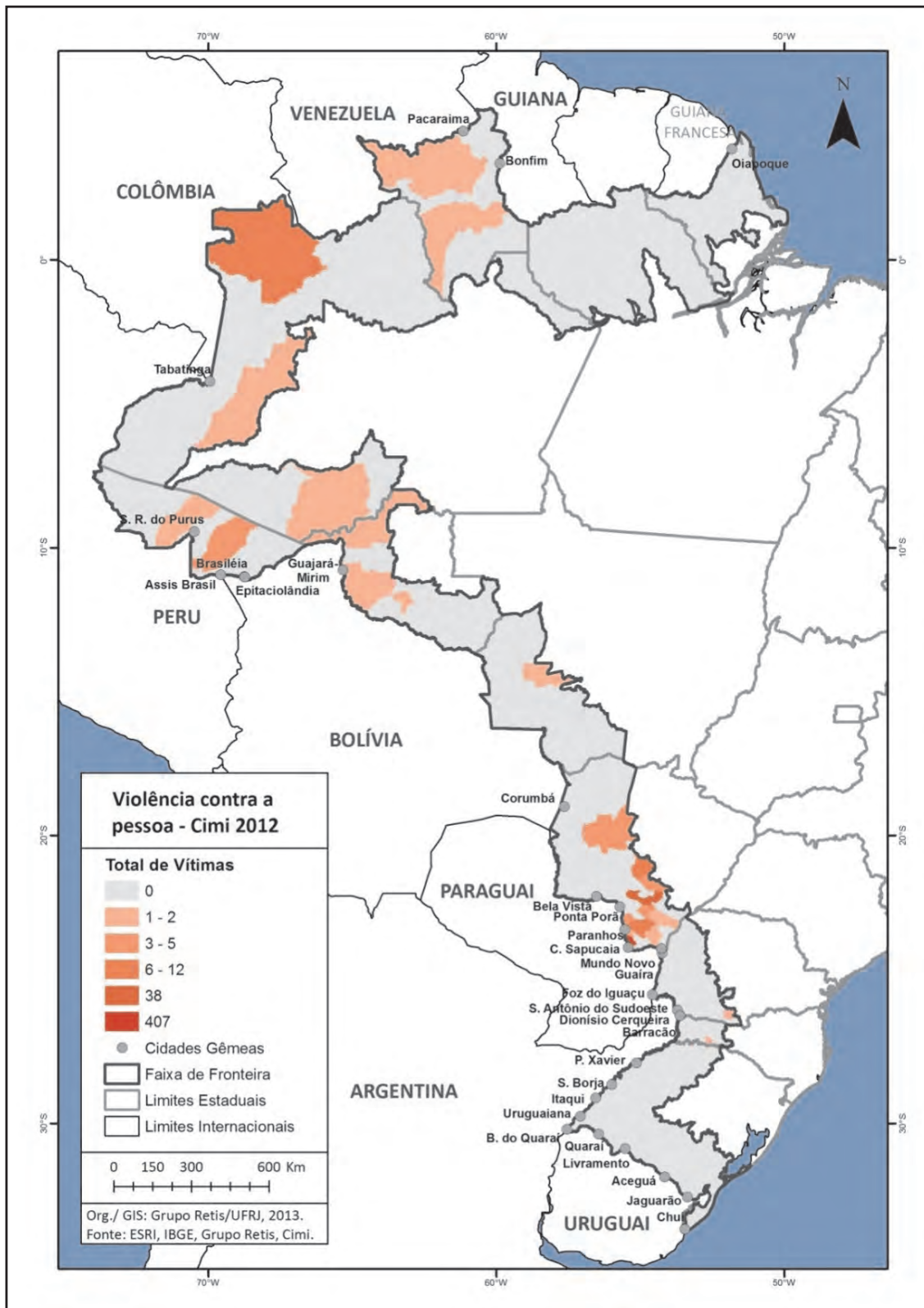
Mato Grosso do Sul continuou liderando, com o maior número de casos: 13 ocorrências. Submetidos a viver em barracos de lona, os Guarani—Kaiowá convivem com a falta de moradia digna. Conforme denunciam os indígenas, a reserva de Dourados está se tornando uma grande favela, com mais de 1.500 famílias sem teto. No período de chuvas e ventos fortes, os barracos de lona ou sapé não resistem e acabam desabando. A mesma realidade é verificada no Rio Grande do Sul, especialmente nas comunidades Guarani Mbya e Kaingang que vivem acampadas nas margens das rodovias, aguardando há décadas pela demarcação de suas terras. Na comunidade indígena Terena, os indígenas bloquearam a BR-262 para cobrar explicações do corte de cestas básicas. Situação também vivenciada pelos Guarani-Kaiowá, da terra indígena de Dourados, onde mais de 3.200 famílias ficaram sem receber as cestas básicas. Foram também registrados em Mato Grosso do Sul, casos de trabalho escravo ou análogo à escravidão. As ocorrências foram registradas no município de Dourados, onde menores indígenas foram contratados com documentos falsos e uma olaria explorava o trabalho infantil. Só perdendo para Mato Grosso do Sul, no estado de Roraima foram registrados 9 casos de desassistência geral. Há reclamações das comunidades indígenas devido à precariedade das estradas, falta de água, existência de lixo sem nenhum tratamento e falta de energia elétrica. (p.115)

As três grandes classes de violência (violência contra o patrimônio, violência contra a pessoa praticada por particulares e agentes do poder público, e violências provocadas por omissão do poder público) em que se estrutura o Relatório do CIMI foram mapeadas individualmente.

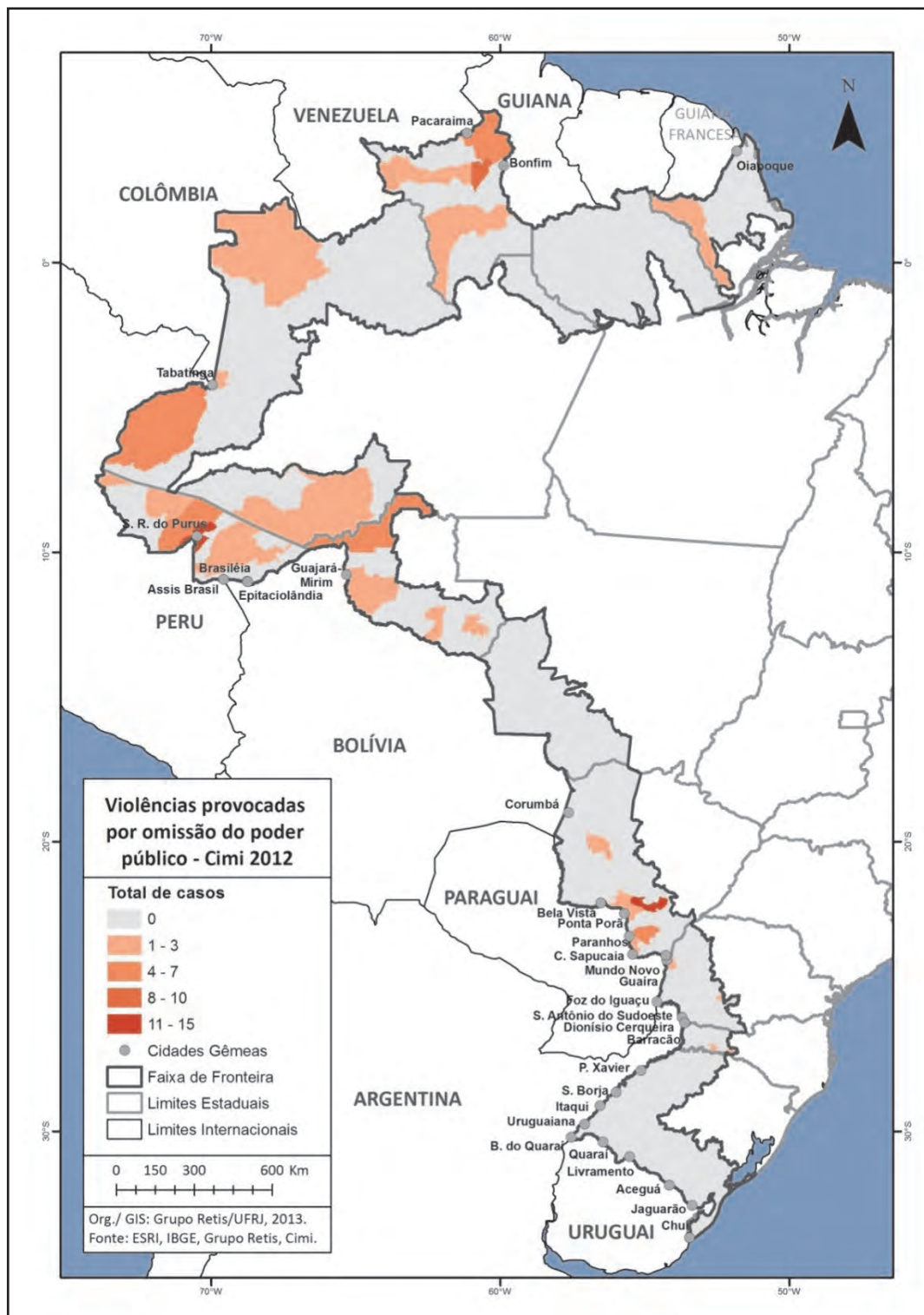
Mapa VIII.21 Faixa de Fronteira: Violência contra o patrimônio, 2012



Mapa VIII.22 Faixa de Fronteira: Violência contra a pessoa, 2012



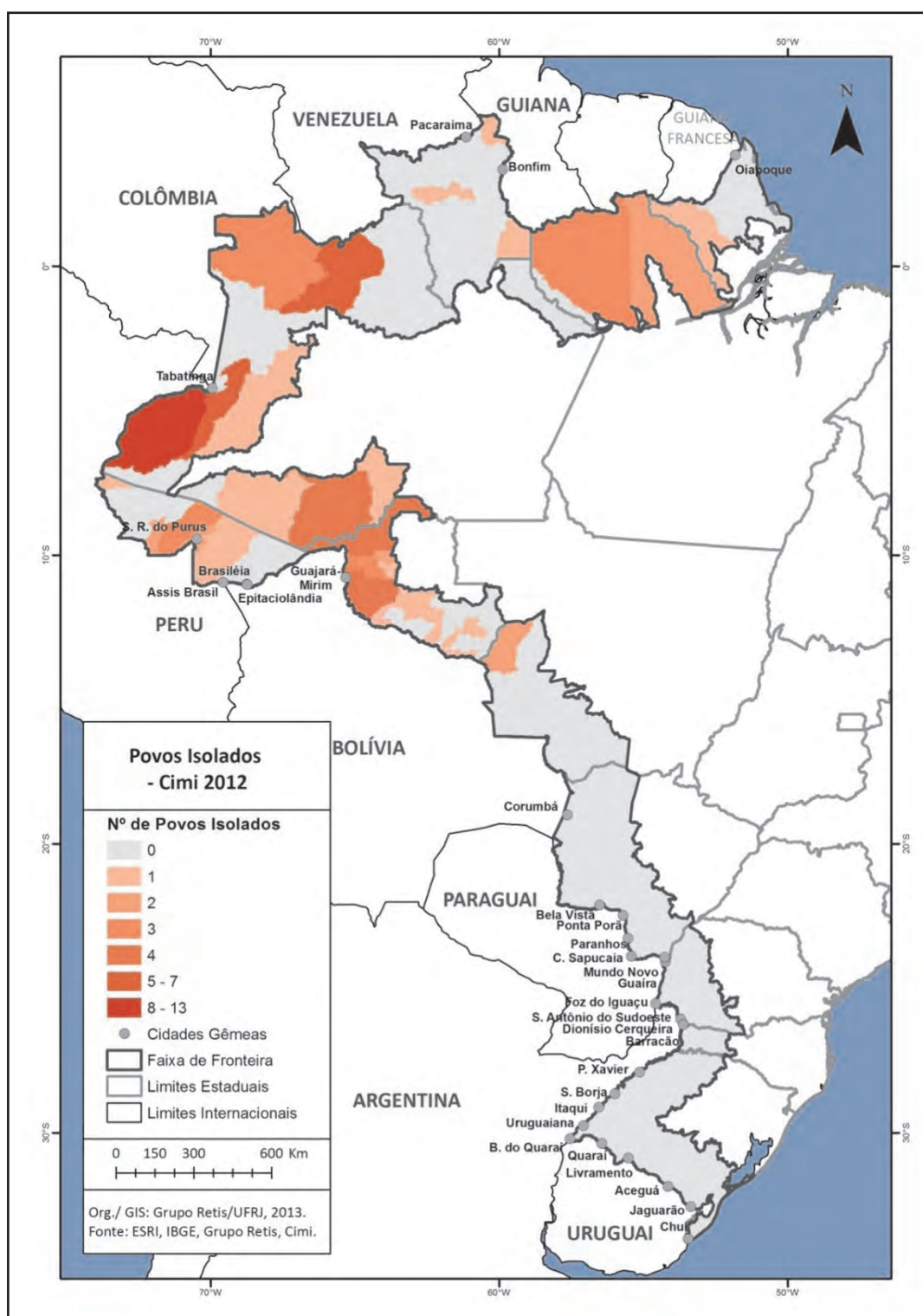
Mapa VIII.23 Faixa de Fronteira: Violências provocadas por omissão do poder público, 2012



Povos indígenas isolados e de pouco contato

O Relatório do CIMI dedica uma seção somente aos povos indígenas isolados e de pouco contato. São relacionados 90 grupos em todo o território nacional. Deste total 56 estão na Faixa de Fronteira, dos quais apenas 22 não têm registro de situação de risco. Esses 22 estão distribuídos em 15 municípios. Os 34 que tem registro de riscos estão distribuídos em 33 municípios da Faixa de Fronteira.

Mapa VIII.24 Faixa de Fronteira: Povos Indígenas Isolados, 2012



TRABALHO ESCRAVO

Para a análise do trabalho análogo a escravo, a principal fonte utilizada foi a *Lista Suja do Trabalho Escravo* desenvolvida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e amplamente divulgada pela ONG Repórter Brasil, membro do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, para dar visibilidade e para dinamizar as ações para

solucionar o problema. Da lista constam as fiscalizações a fazendas e estabelecimentos empregadores, o número de trabalhadores resgatados em cada fiscalização e o município de ocorrência. Esses dados foram levantados por município da Faixa de Fronteira, no período de 2003 a 2012.

Os estabelecimentos flagrados empregando trabalhadores em condições análogas à escravidão são incluídos na *Lista Suja* e lá permanecem por dois anos. O principal objetivo é que outras empresas consultem essa lista para evitar transações com adeptos dessa prática. Além disso, o BNDES exige consulta a *Lista Suja* para aprovação de financiamento. Caso o estabelecimento conste na lista, o crédito é negado.⁶⁸ Para ter o nome retirado da lista, o estabelecimento deve estar com a “ficha limpa”.

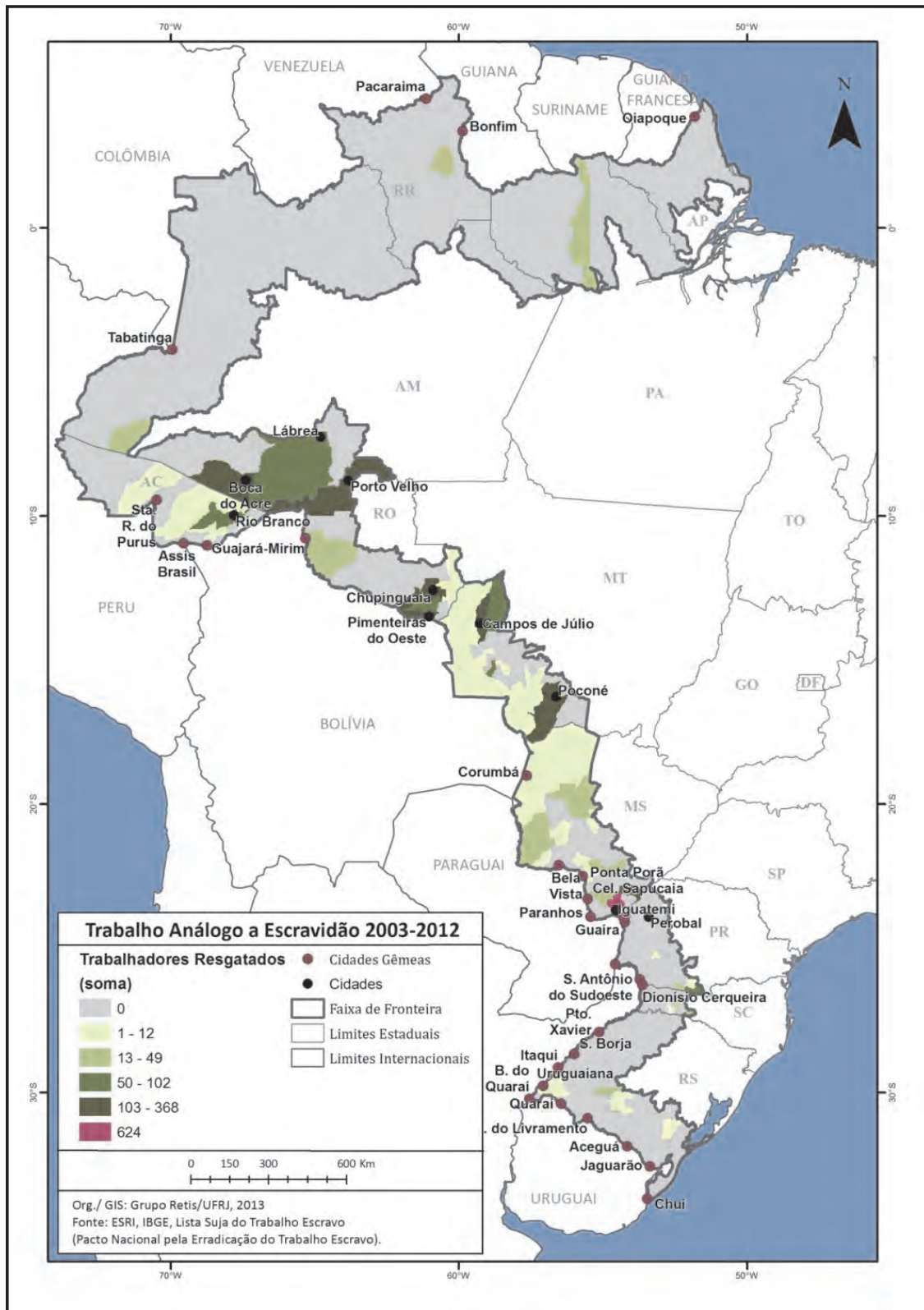
No Brasil, o trabalho escravo está fortemente relacionado às atividades no campo: principalmente o agronegócio, mineração, carvoarias e desmatamento. A principal forma de restrição à liberdade do trabalhador é via cobrança de dívidas. O empregador cobra do trabalhador gastos de transporte, estadia e alimentação, principalmente esta última. O trabalhador é obrigado a comprar seus alimentos na venda da fazenda, a preços exorbitantes. Assim, diante dos baixíssimos (ou inexistentes) salários, o trabalhador adquire uma dívida crescente. Somam-se a isso outras formas de forçar ao trabalho, como a retenção de documentos do trabalhador pelo empregador, além de violência física, vigilância constante e isolamento geográfico do lugar de trabalho. Além disso, a versão contemporânea do trabalho escravo revela uma face mais violenta que a do passado: como o trabalhador não é propriedade do empregador, em muitos casos, após o término da tarefa, os trabalhadores são assassinados para evitar denúncias, cobranças e outros problemas.

Resultados do *Atlas do Trabalho Escravo no Brasil*⁶⁹ reforçam a relação entre atividades agropecuárias e trabalho escravo. Analisando a espacialidade das atividades no campo, em diversos casos há sobreposição com a territorialidade do trabalho escravo, principalmente em relação a desmatamentos, carvoarias e a fronteira econômica da soja no Arco Central (Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul). Segundo os autores do Atlas, o trabalho escravo contemporâneo acompanha a modernização do campo, associando o arcaico e o moderno. Os trabalhadores são empregados em atividades que não são cumpridas pelo maquinário, justamente as mais árduas. Quanto à origem dos trabalhadores escravos, a maior parte é oriunda do Maranhão, Piauí, extremo norte do Tocantins e noroeste do Pará. Há ainda trabalhadores vindos de áreas do Polígono das Secas – Minas Gerais e Bahia; e, em menor volume, centro de Goiás, oeste do Paraná e Santa Catarina, e áreas litorâneas.

⁶⁸ REPORTER BRASIL. BNDES reforça compromisso de vetar empresas da “lista suja” Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. 2008. Disponível em www.reporterbrasil.org.br/pacto/noticias/view/30. Acesso em 07 de Nov. 2013.

⁶⁹ THERY, H., MELLO, N. A., HATO, J., GIRARDI, E. P. O Atlas do Trabalho Escravo no Brasil. São Paulo: Amigos da Terra, 2009.

Mapa VIII.25 Faixa de Fronteira: Resgate de Trabalhadores em Condições Análogas à escravidão, 2003–2012

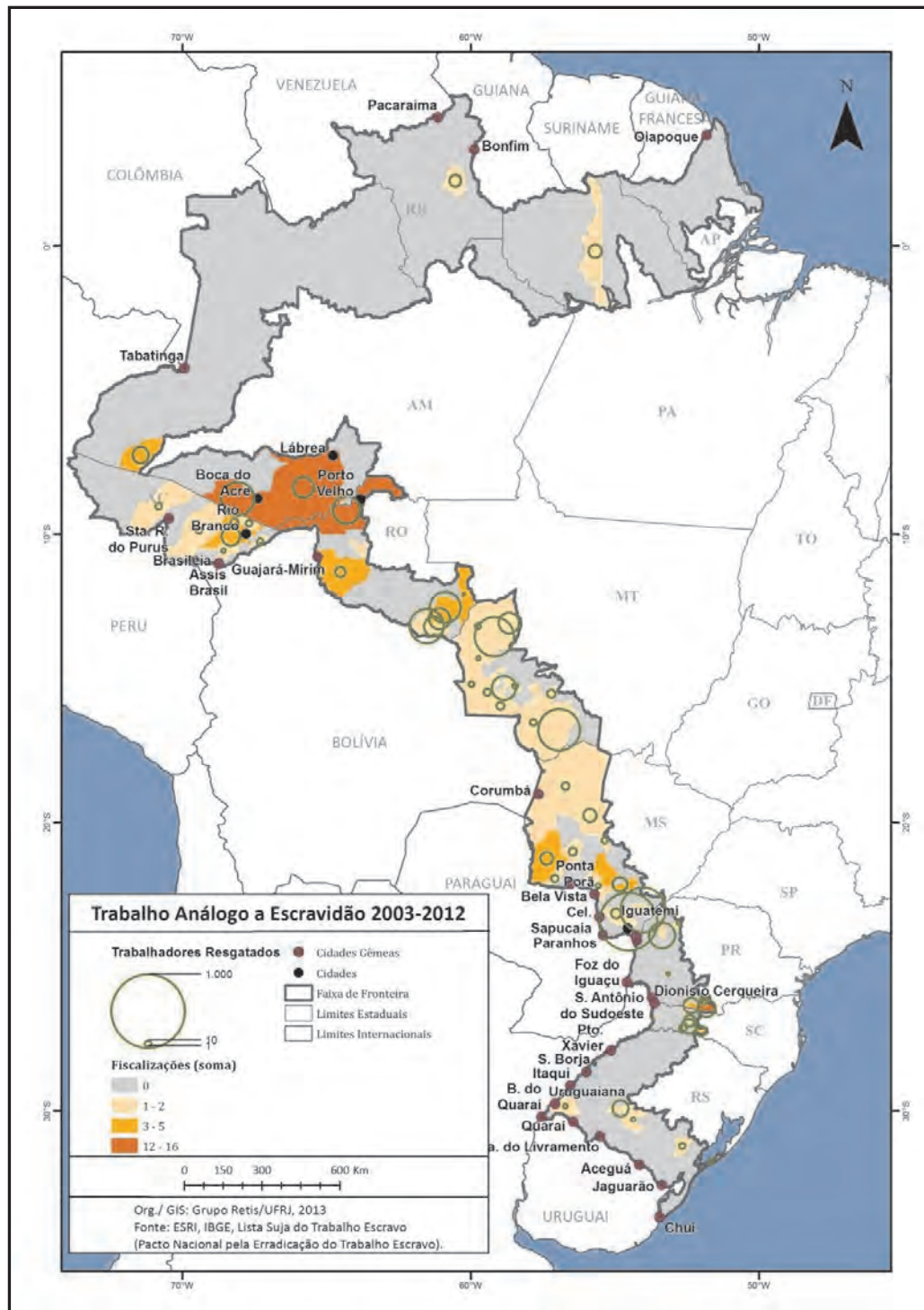


Embora as principais áreas do trabalho escravo sejam fora da Faixa de Fronteira (as maiores ocorrências são no extremo leste do Pará, no limite com Maranhão e Tocantins), o mapeamento dos dados de trabalhadores resgatados e fiscalizações efetuadas revelou alguns padrões na fronteira. Como podemos ver no Mapa VIII.25, referente ao número de

trabalhadores resgatados por município, os maiores valores e ocorrência mais contínua são no Arco Central, onde prevalece o agronegócio. O município de Iguatemi (MS) apresentou valores muito além dos demais.

Há alguns casos isolados de (poucos) trabalhadores resgatados no Arco Sul. O Arco Norte tem alguns casos isolados, sendo que Boca do Acre (AC), Rio Branco (AC) e Lábrea (AM) registram números mais elevados de trabalhadores resgatados do que o restante dos municípios.

Mapa VIII.26 Faixa de Fronteira: Fiscalizações e Trabalhadores Resgatados em Condições Análogas à Escravidão, 2003 – 2012

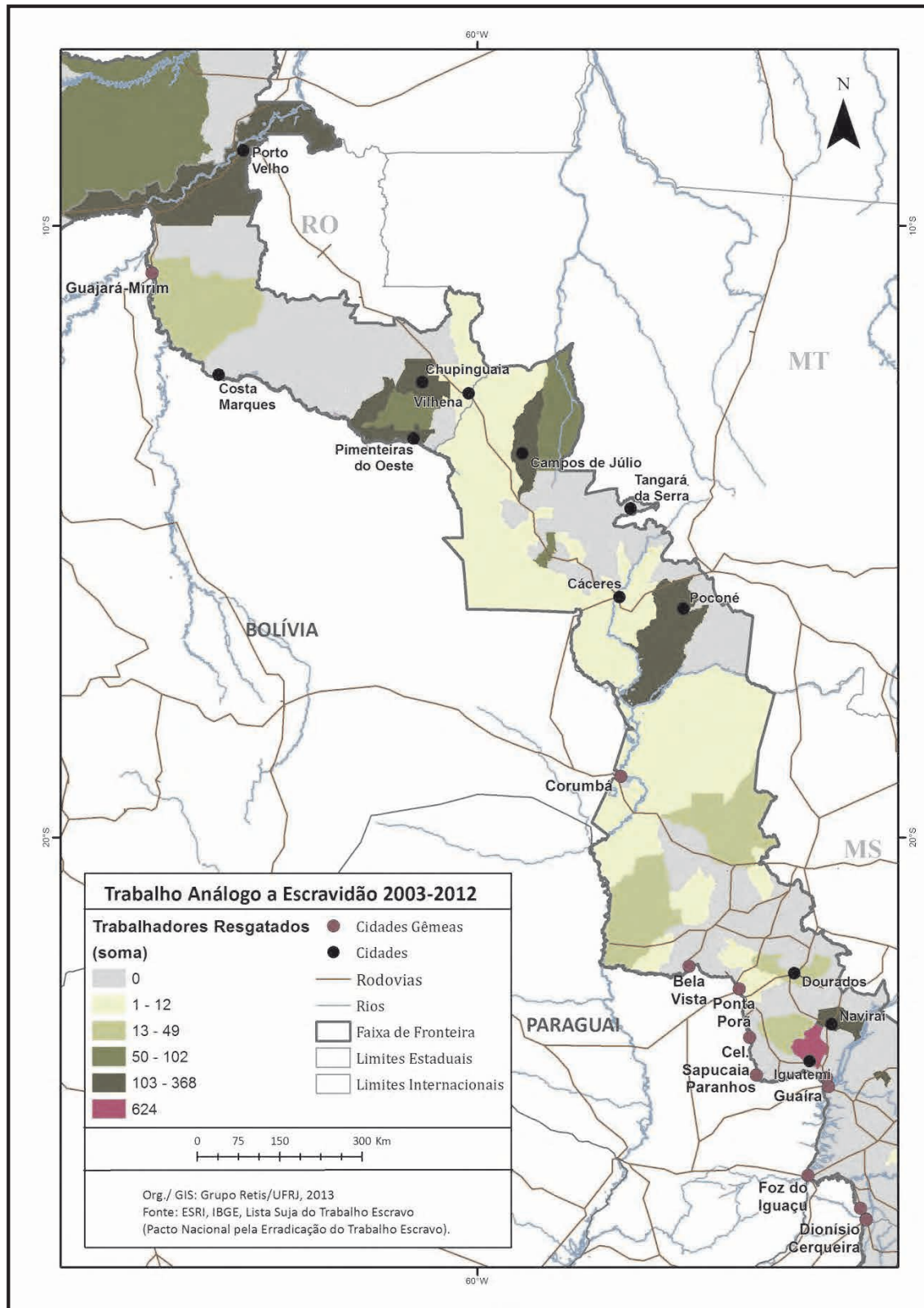


O Mapa VIII.26 representa por polígonos o número de fiscalizações efetuadas, e em círculos proporcionais o número de trabalhadores resgatados. Vê-se que um maior número de fiscalizações não corresponde, necessariamente, a um maior número de trabalhadores resgatados. Há casos em que ocorreram fiscalizações sem quaisquer trabalhadores resgatados enquanto houve casos em que poucas fiscalizações tiveram grande resultado, principalmente no Arco Central.

O Mapa VIII.27 nos permite analisar de forma mais detalhada as especificidades ocorridas no Arco Central. O caso mais extremo é o de Iguatemi (MS), que em apenas duas fiscalizações, em 2006 e 2007, libertaram 624 trabalhadores forçados. Este número é quase o dobro da segunda maior ocorrência. A ONG Repórter Brasil, por meio de uma matéria em seu portal [2009]⁷⁰, revela que a grande maioria desses trabalhadores estava empregada na usina de cana-de-açúcar Dcoil, sendo 150 indígenas, sujeitos a alojamentos superlotados, alimentação precária, sem qualquer higiene e itens de segurança no trabalho, além pagamento atrasado.

⁷⁰ REPÓRTER BRASIL. Acordo costurado pelo Planalto abriga usinas da "lista suja". Repórter Brasil. 2009. Disponível em www.reporterbrasil.org.br/2009/08/acordo-costurado-pelo-planalto-abriga-usinas-da-quot-lista-suja-quot/. Acesso em 13 Nov. 2013.

Mapa VIII.27 Arco Central: Resgate de Trabalhadores em Condições Análogas à escravidão, 2013–2012



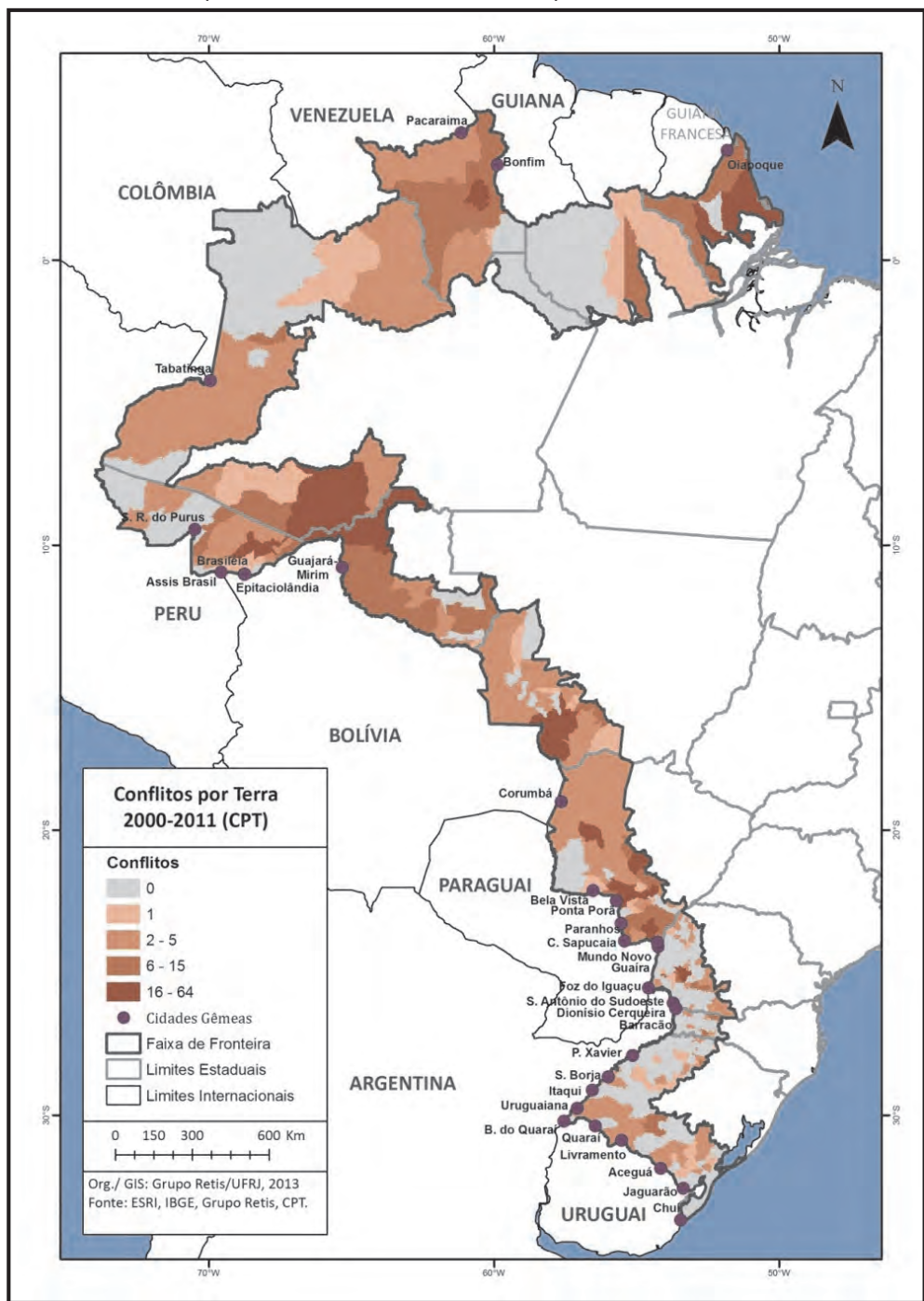
Outro caso que chama atenção é o de Porto Velho (RO). A capital de Rondônia tem taxa de urbanização em torno de 90% e teve 16 fiscalizações, resultando em 140 trabalhadores resgatados no período estudado. Esse quadro de trabalho escravo em um município urbano foge do padrão geral. A ONG Repórter Brasil noticia que o resgate de 38 pessoas ocorreu nas obras da hidrelétrica de Jirau, no Rio Madeira [2009]⁷¹. A construção do complexo hidrelétrico do Rio Madeira teve início em 2008, e nesse mesmo ano iniciou-se uma série de fiscalizações e resgates. Somam-se a essas evidências as sucessivas revoltas dos operários da hidrelétrica reivindicando melhores condições de alojamento e habitação.

CONFLITOS DE TERRA

Para analisar os conflitos por terra existentes na Faixa de Fronteira foram utilizados os dados disponibilizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), de conflitos por município, agregados de 2000 a 2011. O somatório de conflitos por um período de onze anos mostra que vários deles surgem e depois desaparecem, ou seja, essa descontinuidade parece ser uma característica dos conflitos de terra na fronteira brasileira, o que não nega a existência de uma situação de tensão e desacordo sobre questões envolvendo a posse da terra e de seus recursos.

⁷¹ REPÓRTER BRASIL. Trabalho escravo é encontrado em obra ligada a usina do madeira. Repórter Brasil. 2009. Disponível em www.reporterbrasil.org.br/2009/10/trabalho-escravo-e-encontrado-em-obra-ligada-a-usina-do-madeira/. Acesso em 13 Nov. 2013.

Mapa VIII.28 Faixa de Fronteira: Conflitos por Terra, 2000 – 2011

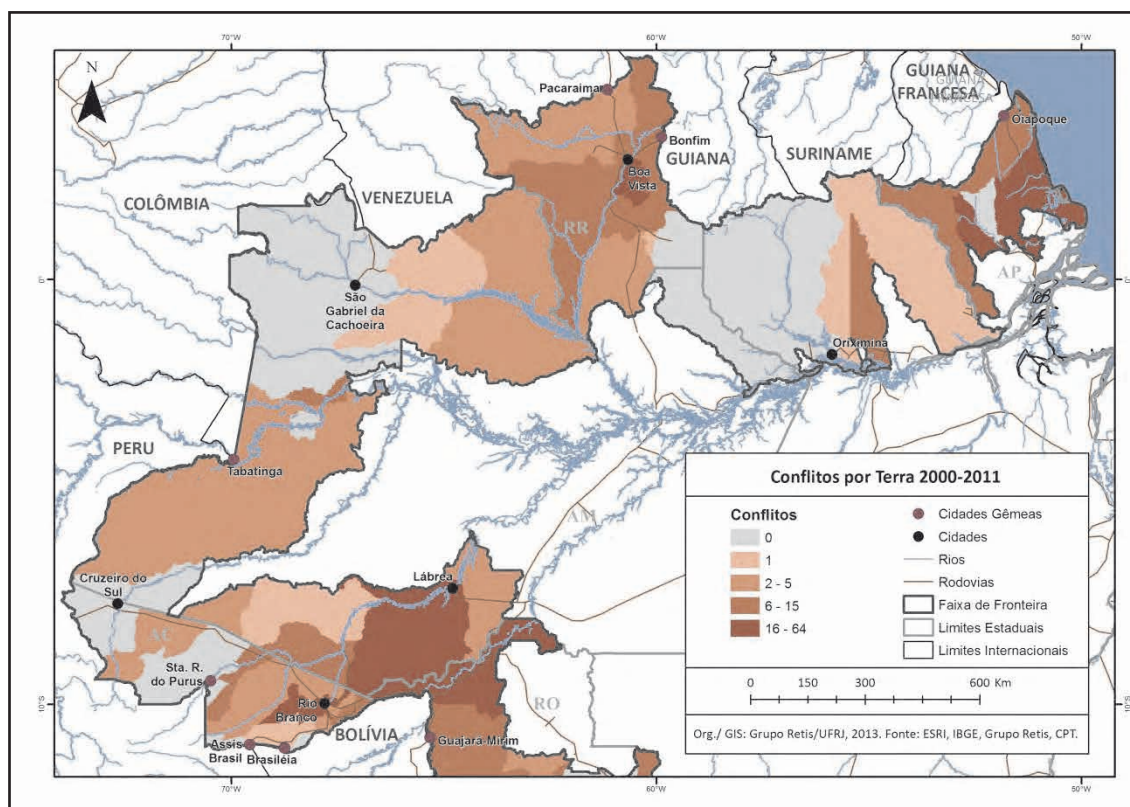


De acordo com tais informações existiram 1.219 conflitos relacionados com a disputa territorial, em 213 municípios da Faixa de Fronteira (Mapa VIII.28). Os 375 municípios restantes (ou 64%) não tiveram registros de conflitos desse tipo contabilizados pela CPT. Desse total de conflitos 44% (ou 535) estão no Arco Central, 34% (ou 419) no Arco Norte e 22% (ou 265) no Arco Sul.

O Arco Norte apresenta alto número de conflitos por terra. Como podemos ver no Mapa VIII.29, dentre os 71 municípios que compõem esse Arco da Faixa de Fronteira 70% (ou 50) tiveram registros de conflito de terra entre 2000 e 2011.

Desses, oito apresentaram entre 16 e 64 registros, sendo eles, em ordem decrescente: Ferreira Gomes (AP, com 64), a capital Rio Branco (AC), Lábrea (AM), Calçoene (AP), Pracuúba (AP), Cantá (RR), Amapá (AP), e Pedra Branca do Amapari (AP).

Mapa VIII.29 Arco Norte: Conflitos por Terra, 2000 – 2011

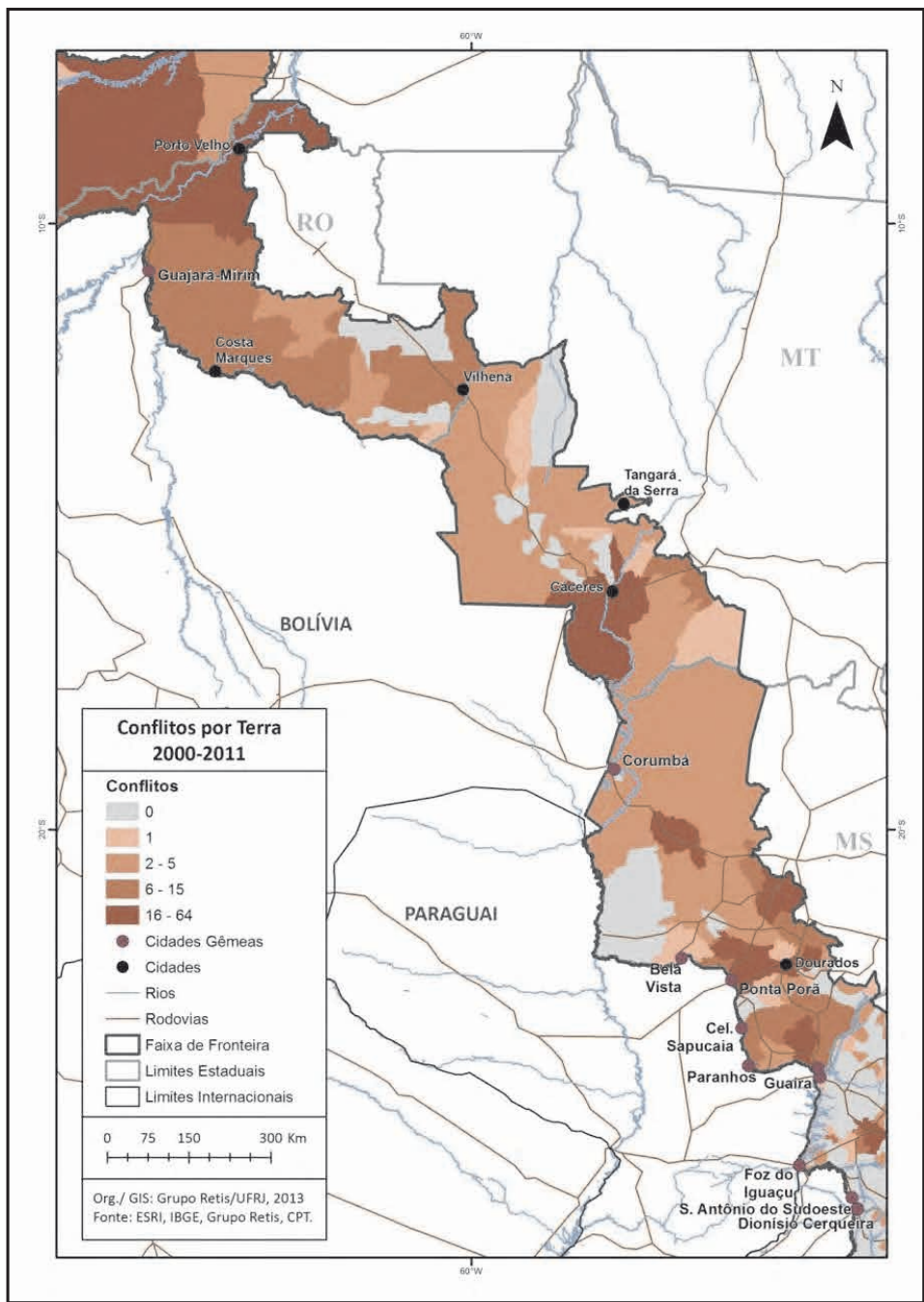


Outros 15 municípios tiveram cada um entre 6 e 15 registros, 20 municípios entre 2 e 5, e sete municípios com um conflito. Apesar dos conflitos espalharem-se pelo Arco todo, destaca-se negativamente o estado do Amapá. O estado de Roraima com 87% de seus municípios com registros de conflito também deve ser sinalizado como problemático em relação às disputas territoriais.

O número de registros do Arco Central é o maior em toda a Faixa de Fronteira: são 535 distribuídos em 75 municípios. Apenas 24% dos municípios desse Arco não tiveram conflitos por terra no período (Mapa VIII.30).

Neste arco, como no Arco Norte, oito municípios tiveram mais de 16 registros, sendo eles, em ordem decrescente, o município da capital, Porto Velho (RO, com 35 registros), Sidrolândia (MS), Iguatemi (MS), Japorã (MS), Ponta Porã (MS), Buritis (RO), Miranda (MS), Cáceres (MT), e Dourados (MS). A predominância, nesta classe, pertence ao Mato Grosso do Sul, com seis dos oito municípios com mais conflitos por terra no Arco Central.

Mapa VIII.30 Arco Central: Conflitos por Terra, 2000 – 2011



Outros 20 municípios tiveram entre 6 e 15 registros (Mapa VIII.30). Desses municípios, 60% são no estado de Rondônia, 35% no Mato Grosso do Sul, e apenas um município no Mato Grosso. Ainda existem registros de conflitos por terra em 46 municípios deste Arco, 35 com entre 2 e 5 registros, e 11 com um registro cada. Nestas classes o predomínio de registros é do Mato Grosso do Sul, seguido do Mato Grosso e Rondônia.

O Arco Sul é o menos conflituoso em relação às disputas territoriais, todavia apresenta 22% (ou 265) dos registros da Faixa de Fronteira, concentrados em 88 municípios. Num panorama contrário aos outros Arcos, no Sul 79% dos municípios não tiveram registros de conflitos de terra (Mapa VIII.31).

PRESSÕES E AMEAÇAS NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO⁷²

Desde o ano 2000, as áreas protegidas do território brasileiro são enquadradas em uma tipologia específica. A Lei nº 9.985, que estabeleceu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e as classificou em dois grupos principais – Unidades de Uso Sustentável e de Proteção Integral. Dentro desses grupos as Unidades se dividem em 12 categorias, sujeitas a normas específicas.

No grupo das Unidades de Conservação de Uso Sustentável, que prevê o uso compartilhado dos recursos com a conservação da natureza, encontram-se as seguintes categorias: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva de Fauna e Reserva Particular do Patrimônio Natural. Já o grupo das Unidades de Conservação de Proteção Integral só admite uso indireto dos recursos naturais evita-se a interferência humana nos ecossistemas. Incluem-se nesse grupo as categorias Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre.

As Unidades de Conservação podem ser geridas pelas esferas federal, estadual ou municipal. Cabe frisar que, apesar do SNUC englobar as áreas protegidas das três esferas, há Unidades de Conservação que ainda não se adequaram às novas categorias, especialmente nas esferas estadual e municipal, como por exemplo os Parques Municipais.

Os dados apresentados a seguir foram coletados predominantemente na base disponibilizada pelo Instituto Socioambiental, além do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, mantido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do site institucional do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Informações adicionais foram obtidas através de levantamento de notícias de diversas mídias e documentos. Institucionais, como os Planos de Manejo das Unidades de Conservação

Distribuição Espacial

Dentro do recorte espacial da Faixa de Fronteira do Brasil encontram-se 153 Unidades de Conservação, distribuídas por diversas categorias do SNUC. A única categoria que não aparece nessa região é a Reserva de Fauna. Do total de unidades, 56% pertencem ao grupo de Uso Sustentável e 44% ao de Proteção Integral. Destaca-se, entretanto, que na linha de fronteira essa proporção se inverte, sendo 67% das Unidades do grupo Proteção Integral, devido a uma política de implantação de zonas tampão ao longo do limite político internacional⁷³.

⁷² Este item foi amplamente baseado em pesquisa em curso na UFRJ sobre Iniciativas de Conservação na Zona de Fronteira do Brasil com os Países Vizinhos, sob coordenação da Profa. Dra. Rebeca Steiman, com participação de Leticia Nascimento Vimeney (Mestranda – PPGG/UFRJ). Os resultados estão prestes a ser publicados.

⁷³ Steiman, R. 2008. Áreas Protegidas nas Zonas de Fronteira Internacional da Amazônia Brasileira. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Dentro dos grupos, as categorias distribuem-se desigualmente, com destaque para os Parques (incluindo os Nacionais, Estaduais e Municipais) no grupo de Proteção Integral e as Florestas (Nacionais e Estaduais) e as Reservas Extrativistas, no grupo de Uso Sustentável.

Gráfico VIII.2 Faixa de Fronteira: Grupos das Unidades de Conservação

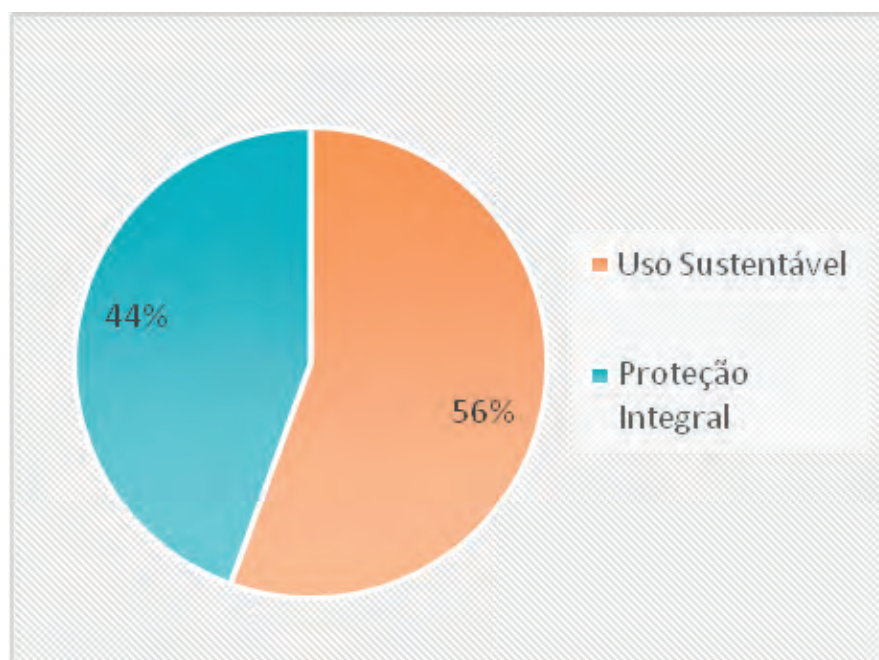


Gráfico VIII.3 Linha de Fronteira: Grupos das Unidades de Conservação

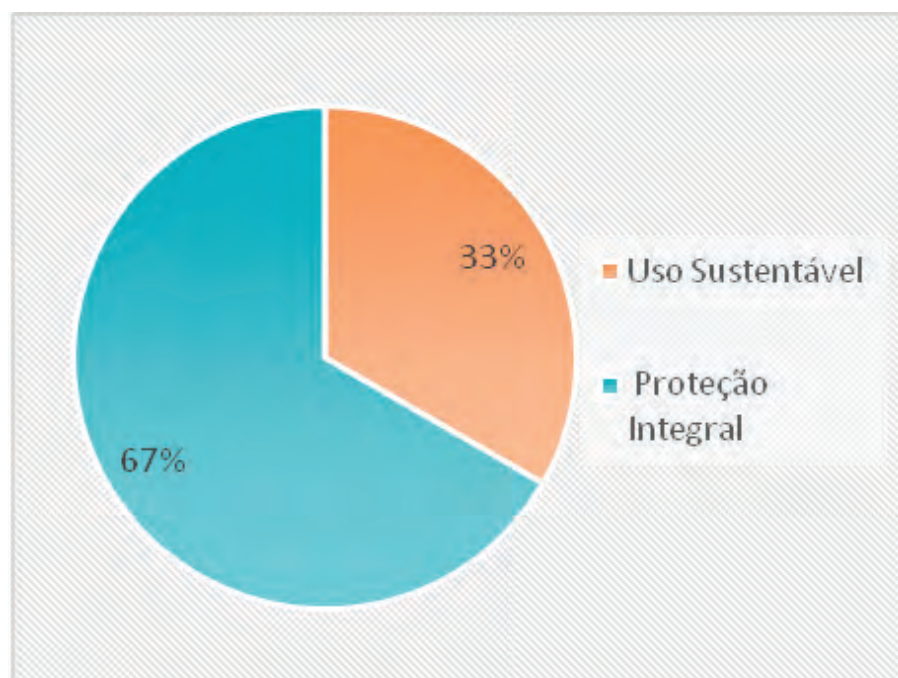
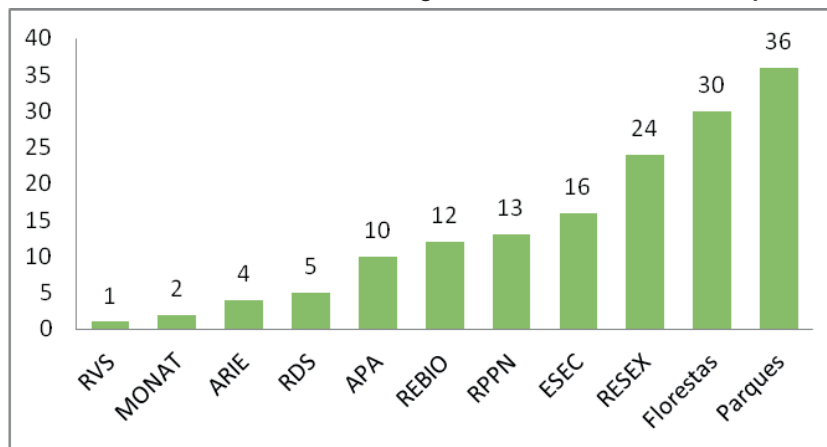
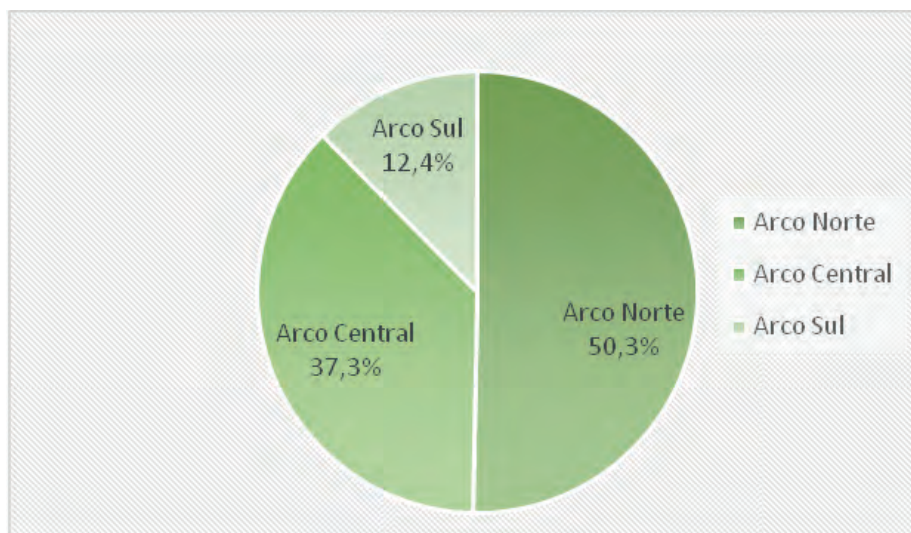


Gráfico VIII.4 Faixa de Fronteira: categorias das Unidades de Conservação



A distribuição das Unidades de Conservação (UCs) entre os Arcos da Faixa de Fronteira não é homogênea, mais da metade situa-se no Arco Norte. No Arco Sul, em contrapartida, só há 19 Unidades. Essa distribuição reflete as pressões diferenciadas às quais as diversas regiões do país são submetidas e remete ao fato da Região Amazônica representar ainda hoje a fronteira de expansão econômica do País.

Gráfico VIII.5–Faixa de Fronteira: Distribuição Espacial das UCs.



Isso não significa que a implantação de unidades de conservação nessa porção da fronteira não encontre resistência, uma vez que envolve uma gama de agentes e interesses distintos. Por um lado, a implantação de UCs no Arco Norte reflete uma preocupação com a conservação do ecossistema frente ao avanço do agronegócio desde o Centro-Oeste. Na escala local, as UCs são frequentemente vistas como empecilho ao desenvolvimento pelos governos municipais ou à extração de recursos por ribeirinhos, pescadores e seringueiros. A sobreposição desses e de outros interesses é apreensível pelas diversas pressões e ameaças a que são submetidas as Unidades de Conservação.

Uma vez que a urbanização e o desmatamento já suprimiram a maior parte de sua vegetação original, o Arco Sul é o arco de menor participação relativa das UCs.

No que tange à distribuição espacial dos grupos de categorias pelos arcos, podemos destacar que no Arco Norte há uma predominância de Unidades de Uso Sustentável (66,2% das 77 Unidades desse Arco), enquanto no Arco Sul o padrão é inverso (78,9% das 19 unidades são de Proteção Integral); o Arco Central tem uma distribuição mais homogênea (52,6% das 57 Unidades são de Uso Sustentável).

Tabela VIII.4 Distribuição por Grupos das UCs nos Arcos

	Uso Sustentável	Proteção Integral	Total
Arco Norte	51	26	77
	66,2%	33,8%	100%
Arco Central	30	27	57
	52,6%	47,4%	100%
Arco Sul	4	15	19
	21,1%	78,9%	100%
TOTAL	85	68	153
	55,6%	44,4%	100%

A relevância das UCs de Uso Sustentável no Arco Norte é justificada pela elevada proporção de Reservas Extrativistas na região. Essa categoria dá conta das áreas protegidas destinadas à preservação das fontes de subsistência de populações tradicionais que vivem do extrativismo vegetal, o que explica sua localização na Região Amazônica do País.

É também o menor índice relativo de desmatamento da Floresta Amazônica em relação aos demais biomas do país que justifica a concentração expressiva da categoria de Florestas Nacionais no Arco Norte, uma vez que esta categoria inclui áreas de espécies predominantemente nativas.

Tabela VIII.5 Categorias de UCs por Arco da Faixa de Fronteira

	Grupo	Norte	Central	Sul
RPPN	US	0	13	0
ARIE	US	3	0	1
RDS	US	5	0	0
APA	US	5	3	2
RESEX	US	14	10	0
Florestas	US	24	5	1
RVS	PI	0	0	1
MONAT	PI	0	2	0
REBIO	PI	5	3	4
ESEC	PI	9	5	2
Parques	PI	12	16	8

Pressões e Ameaças às Unidades de Conservação

No contexto tanto da implementação de novas Unidades de Conservação quanto da manutenção daquelas já existentes, ocorrem conflitos de interesses entre diferentes atores em relação ao uso da terra. Nesse sentido, a distribuição espacial desses conflitos ao longo da Faixa de Fronteira vai refletir particularidades socioeconômicas das regiões (como a possibilidade de exploração de um determinado recurso ou outro, além da existência ou não de certos atores sociais). Esses conflitos tornam-se “pressões” na medida em que ameaçam tanto a integridade dos limites estabelecidos para a área protegida quanto os próprios objetivos de preservação instituídos pela sua criação. Ao falarmos de “conflitos de interesses”, entretanto, é importante ressaltar que muitas das pressões ocorridas resultam da atuação de um agente unicamente em oposição às normas legais da Unidade de Conservação (sendo, então, um conflito entre os interesses do ator e do Estado; e não somente entre dois setores da população).

O levantamento da incidência desses conflitos e ameaças é fundamental para compreender as demandas de determinadas parcelas da sociedade e seu posicionamento quanto à existência ou não das Unidades de Conservação, além de apontar lacunas na atuação institucional que permitem a ocorrência dessas pressões.

Incidência e distribuição espacial

Nesse estudo, foram levantadas pressões e ameaças que apareceram nas Unidades de Conservação no recorte temporal que se inicia no ano 2000; esse recorte foi estabelecido pela publicação que estabelece o SNUC.

As pressões foram categorizadas conforme demonstra o Gráfico VIII.6 a seguir e, sobre algumas, cabe explicitar sua definição particular. Algumas categorias incluem a nomenclatura “ilegal”, tendo por objetivo deixar claro que elas se referem à ocorrência dessas atividades quando vão de encontro às normas das Unidades de Conservação – sendo assim, por exemplo, a categoria “pesca ilegal” não enquadra a pesca quando é realizada dentro das normas vigentes da Unidade em questão. O “turismo ilegal”, da mesma forma, refere-se àquelas Unidades em que a visita não é permitida e, portanto, ocorre de maneira irregular. A “extração ilegal de madeira”, em particular, refere-se aos casos em que há extração, beneficiamento e/ou comercialização ilegal da madeira dentro da Unidade.

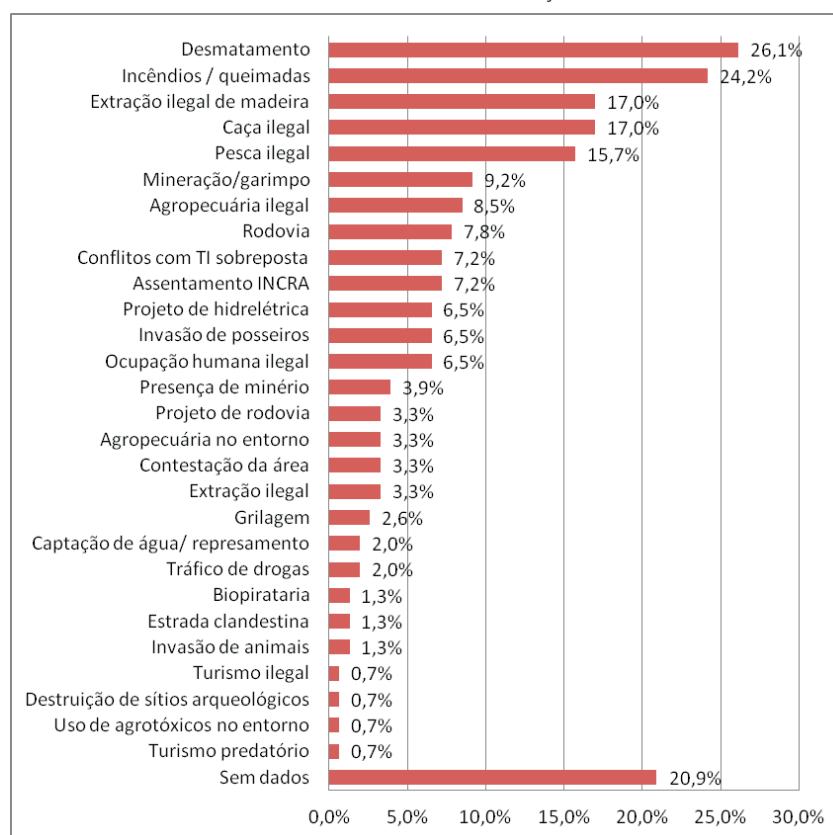
A categoria “Rodovia” refere-se à passagem de uma via legal dentro da Unidade ou mesmo em áreas do entorno que afetem direta ou indiretamente os objetivos de preservação específicos. Em “Conflitos com TI sobreposta”, não englobamos todas as Unidades que têm sobreposição com Terras Indígenas, mas sim aquelas em que essa sobreposição gera conflitos de interesses.

A elevada ocorrência de desmatamento (26,1% das UCs) e de incêndios e queimadas (24,2% das UCs) frente às outras ameaças é atribuída à forte atuação de frentes extrativistas e agropecuárias. Seus efeitos são tanto mais graves uma vez que abrem caminho para uma série de outras pressões e ameaças. A Tabela VIII.6 indica sua incidência espacial tanto nas UCs do Arco Norte (23,4% das UCs), quanto no Arco Central (35,1% das UCs).

As pressões que se seguem abarcam caça ilegal, extração ilegal de madeira, pesca ilegal e mineração/garimpo e são corolárias das duas primeiras. Também afetam mais gravemente as UCs do Arco Norte.

Já a maior incidência de ameaças como agropecuária ilegal e invasão de posseiros no Arco Central reflete justamente a expansão da agropecuária no cerrado, assim como a incidência de rodovias e projetos de rodovias e de hidrelétricas aponta para um avanço dos investimentos em infraestrutura nessa região.

Gráfico VIII.6–Pressões às Unidades de Conservação na Faixa de Fronteira



Ainda nesse aspecto, cabe destacar que os assentamentos do INCRA aparecem exclusivamente no Arco Norte, onde ocorrem em 14,3% das UCs. Não se trata da ausência de projetos de assentamento do INCRA em outros arcos, apenas que o conflito entre os mesmos e a conservação em UCs fronteiriças foi levantado apenas no Arco Norte.

Cabe ainda destacar que, ao analisar os dados absolutos de incidência das pressões pelos Arcos, é preciso considerar a diferença no número de Unidades de Conservação em

cada Arco, relativizando alguns resultados. Assim, apesar de só quatro Unidades no Arco Sul aparecerem ameaçadas pela caça ilegal, essas quatro correspondem a 21,1% das áreas protegidas do Arco. Da mesma forma, os incêndios/queimadas, agropecuária e extração ilegal correspondem a 15,8% de todas as áreas protegidas dessa região (ainda que absolutamente sejam somente três Unidades). Dados esses que apontam o conflito de interesses e pressão tanto pela utilização de recursos natural quanto pelo avanço de áreas agrícolas.

Certas pressões aparecem com uma incidência menor do que a imaginada, como a biopirataria, o tráfico de drogas e as estradas clandestinas, o que se deve provavelmente mais a possíveis falhas no levantamento do que a verdadeira incidência dessas pressões e ameaças.

Vale ressaltar, entre os resultados obtidos, a relevância da categoria sem dados. O Arco Norte foi o único ao qual não se aplica essa afirmação, já que somente uma Unidade não consta na base de dados do Instituto Socioambiental (principal fonte desse trabalho). No Arco Central, 35,1% das Unidades não têm dados, enquanto no Arco Sul essa proporção chega a 57,9%. Essa ausência de dados muitas vezes mascara os resultados obtidos, não apontando com precisão a incidência potencial de certas pressões. O monitoramento do cotidiano das Unidades de Conservação é de fundamental importância para sua manutenção e para que se atinjam os objetivos propostos; esse monitoramento está muito relacionado com a infraestrutura com que conta a UC, ponto que será abordado a seguir.

Tabela VIII.6 Pressões e Ameaças por Arcos da Faixa de Fronteira

Pressão/Ameaça	Norte		Central		Sul		Total
Desmatamento	18	23,4%	20	35,1%	2	10,5%	40
Incêndios / queimadas	18	23,4%	16	28,1%	3	15,8%	37
Caça ilegal	21	27,3%	1	1,8%	4	21,1%	26
Extração ilegal de madeira	16	20,8%	10	17,5%	0	0,0%	26
Pesca ilegal	18	23,4%	3	5,3%	3	15,8%	24
Mineração/garimpo	11	14,3%	3	5,3%	0	0,0%	14
Agropecuária ilegal	4	5,2%	6	10,5%	3	15,8%	13
Rodovia	4	5,2%	7	12,3%	1	5,3%	12
Assentamento INCRA	11	14,3%	0	0,0%	0	0,0%	11
Conflitos com TI sobreposta	7	9,1%	4	7,0%	0	0,0%	11
Ocupação humana ilegal	6	7,8%	4	7,0%	0	0,0%	10
Invasão de posseiros	4	5,2%	6	10,5%	0	0,0%	10
Projeto de hidrelétrica	4	5,2%	6	10,5%	0	0,0%	10
Presença de minério	4	5,2%	1	1,8%	1	5,3%	6
Extração ilegal	2	2,6%	0	0,0%	3	15,8%	5
Contestação da área	5	6,5%	0	0,0%	0	0,0%	5
Agropecuária no entorno	2	2,6%	2	3,5%	1	5,3%	5

Projeto de rodovia	1	1,3%	3	5,3%	1	5,3%	5
Grilagem	3	3,9%	1	1,8%	0	0,0%	4
Tráfico de drogas	2	2,6%	1	1,8%	0	0,0%	3
Captação de água/ represamento	2	2,6%	0	0,0%	1	5,3%	3
Invasão de animais	1	1,3%	1	1,8%	0	0,0%	2
Estrada clandestina	1	1,3%	1	1,8%	0	0,0%	2
Biopirataria	2	2,6%	0	0,0%	0	0,0%	2
Turismo predatório	0	0,0%	0	0,0%	1	5,3%	1
Uso de agrotóxicos no entorno	0	0,0%	1	1,8%	0	0,0%	1
Destruição de sítios arqueológicos	1	1,3%	0	0,0%	0	0,0%	1
Turismo ilegal	1	1,3%	0	0,0%	0	0,0%	1
Sem dados	1	1,3%	20	35,1%	11	57,9%	32
Total	77		57		19		

Crimes Ambientais

Dentre as pressões e ameaças levantadas, algumas se enquadram como crimes ambientais previstos na Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. De acordo com a metodologia utilizada para a organização das pressões e ameaças, estas foram categorizadas nas Seções da Lei de Crimes Ambientais. A relação entre as categorias e os artigos encontra-se na Tabela VIII.7 a seguir.

Tabela VIII.7 Pressões e Crimes contra o Meio-Ambiente por Arco da Faixa de Fronteira

Crimes contra o Meio-Ambiente	Pressão	Norte	Central	Sul	Total
Seção I–Crimes contra a Fauna	Caça ilegal	21	1	4	26
	Pesca ilegal	18	3	3	24
	Incêndios/Queimadas	18	16	3	37
	Desmatamento	18	20	2	40
Seção II–Crimes contra a Flora	Extração ilegal	2	0	3	5
	Extração ilegal de madeira	16	10	0	26
	Mineração/Garimpo	11	3	0	14
Seção IV–Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural	Destruição de sítios arqueológicos	1	0	0	1
	Invasão de posseiros	4	6	0	10
	Ocupação humana ilegal	6	4	0	10
	Sem dados	1	20	11	

Tabela VIII.8 Pressões e Crimes contra o Meio-Ambiente

Crimes contra o Meio Ambiente	Pressão	Lei 9.605	Também se enquadra no artigo:
Seção I – Crimes contra a Fauna	Caça ilegal	Art. 29. Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida; § 4º A pena é aumentada de metade, se o crime é praticado: V–em unidade de conservação;	Seção II: Art. 52. Penetrar em Unidades de Conservação conduzindo substâncias ou instrumentos próprios para caça ou para exploração de produtos ou subprodutos florestais, sem licença da autoridade competente;
	Pesca ilegal	Art. 34. Pescar em período no qual a pesca seja proibida ou em lugares interditados por órgão competente:	
	Incêndios/ Queimadas	Art. 41. Provocar incêndio em mata ou floresta:	
Seção II– Crimes contra a Flora	Desmatamento	Art. 50. A. Desmatar, explorar economicamente ou degradar floresta, plantada ou nativa, em terras de domínio público ou devolutas, sem autorização do órgão competente; Art. 40. Causar dano direto ou indireto às Unidades de Conservação e às áreas de que trata o art. 27 do Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, independentemente de sua localização	
Crimes contra o Meio Ambiente	Pressão	Lei 9.605	Também se enquadra no artigo:
	Extração ilegal	Art. 46. Receber ou adquirir, para fins comerciais ou industriais, madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem exigir a exibição de licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente, e sem munir-se da via que deverá acompanhar o produto até final beneficiamento; Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem vende, expõe à venda, tem em depósito, transporta ou guarda madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem licença válida para todo o tempo da viagem ou do armazenamento, outorgada pela autoridade competente.	Seção III–Da Poluição e outros Crimes Ambientais: Art. 55. Executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida;
	Extração ilegal de madeira		
	Mineração/ Garimpo	Art. 44. Extrair de florestas de domínio público ou consideradas de preservação permanente, sem prévia autorização, pedra, areia, cal ou qualquer espécie de minerais:	

Seção IV–Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural	Destruição de sítios arqueológicos	Art. 63. Alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida:
	Invasão de posseiros	Art. 64. Promover construção em solo não edificável, ou no seu entorno, assim considerado em razão de seu valor paisagístico, ecológico, artístico, turístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida:
	Ocupação humana ilegal	

Ocupação Humana

Em relação à presença de moradores dentro das Unidades de Conservação, as normas de cada categoria diferem em relação ao grau de interdição, quer se trate de visitação, pesquisa ou moradia. Mesmo no grupo de Proteção Integral, a ocupação humana é permitida nas categorias Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. No grupo de Uso Sustentável, todas as categorias permitem a ocupação, algumas delas restringindo essa ocupação às populações tradicionais. Em tais UCs, os objetivos de conservação devem ser compatibilizados com os usos necessários à ocupação desses moradores.

Quando tratamos da ocupação humana ilegal, entretanto, nos referimos àquelas categorias que não permitem a presença de moradores. Em alguns casos, as UCs sofrem com a invasão de agentes interessados na extração de recursos e na agropecuária; em outros, há conflitos entre populações que tradicionalmente habitavam o local e passam a ter sua ocupação proibida pela implantação posterior da Unidade de Conservação.

A Tabela VIII.9 ilustra a ocupação humana pelos arcos da Faixa de Fronteira, baseados nos dados disponíveis do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC). Esses dados não levam em consideração se essa ocupação é ilegal ou não⁷⁴. Dentre as Unidades que têm ocupação humana, observou-se aquelas onde a ocupação ocorre somente no interior da área protegida, somente na área de entorno da UC ou em ambos. Essa divisão é importante, já que os impactos de uma ocupação somente no entorno da Unidade de Conservação podem ser bem distintos dos impactos em uma Unidade que têm moradores em seu interior. Além disso, é comum que as áreas protegidas sejam circundadas por uma área de amortecimento, uma zona de transição entre usos da terra distintos.

⁷⁴ No item a) desse capítulo, entretanto, a pressão “ocupação humana ilegal” restringe-se às situações em que a presença de moradores não é permitida.

Há uma certa correlação do grau de ocupação humana e as categorias de UCs. Assim, no Arco Norte, que possui mais Unidades do grupo de Uso Sustentável, seria cabível observarmos um índice de ocupação bem maior que no Arco Sul (onde somente pouco mais de 20% das Unidades são de Uso Sustentável). A distribuição espacial da população pelo território brasileiro, historicamente mais concentrada no Centro-Sul econômico do país, também interfere nos resultados.

Nesse sentido, cabe destacar mais uma vez a relevância da ausência de dados para essa análise: 36,4% das Unidades do Arco Norte não têm dados registrados no CNUC, enquanto o Arco Sul tem 52,6% de ausência e no Arco Central esse índice chega a 68,4%. A ausência desses dados, dessa forma, pode comprometer significativamente a comparação dos resultados. Outra observação que deve ser feita refere-se ao fato de que os dados referentes a cada Unidade no Cadastro são de anos diferentes, o que dificulta uma precisão metodológica na análise desenvolvida.

Tabela VIII.9—Ocupação Humana por Arco da Faixa de Fronteira

	SIM			NÃO	Sem Dados	Total
	No interior e no entorno da UC	Somente no interior da UC	Somente no entorno da UC			
Norte	24	8	6	11	28	77
	31,2%	10,4%	7,8%	14,3%	36,4%	100%
Central	10	2	3	3	39	57
	17,5%	3,5%	5,3%	5,3%	68,4%	100%
Sul	3	0	3	3	10	19
	15,8%	0,0%	15,8%	15,8%	52,6%	100%
FF	37	10	12	17	77	153

Além de reconhecer a diferença entre as ocupações consideradas irregulares e as que estão dentro das normas previstas pela categoria de cada UC, seria preciso também contemplar quem são os habitantes das UCs. Em muitos casos, a presença de mais de um grupo (como, por exemplo, populações tradicionais e indígenas) em uma mesma UC é por si só fonte de conflitos de uso da terra.

Aspectos operacionais

Um complicador adicional refere-se às condições operacionais das UCs. Muitos dos problemas enfrentados nas mesmas são agravados por fatores como a falta de funcionários para gestão e fiscalização, ausência de plano de manejo, falta de regularização fundiária.

Na Lei 9.985, o capítulo IV, que trata da criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação, estabelece a obrigatoriedade de um Plano de Manejo para todas as Unidades (artigo 27). É nesse Plano de Manejo que devem constar todas as normas referentes à

gestão, administração e utilização tanto dos limites internos da área protegida quanto da sua zona de amortecimento. No Plano são estabelecidas tanto as ações de manejo referentes aos recursos naturais quanto à necessidade de infraestrutura física (instalações, número de funcionários, acessos à Unidade). Nesse sentido, o Plano de Manejo deverá atender às normas básicas estabelecidas para cada categoria prevista no SNUC.

Dada à importância (além da própria obrigatoriedade) de as Unidades contarem com o Plano de Manejo, é fato relevante que somente 25% das Unidades de Conservação da Faixa de Fronteira possuam um. Na distribuição pelos Arcos, destacamos o Arco Central como o mais precário, pois mais de 90% das Unidades não tem Plano. O combate aos crimes ambientais e demais pressões às Unidades de Conservação depende diretamente da gestão, das ações implementadas e de uma infraestrutura eficiente.

Gráfico VIII.7–UCs na Faixa de Fronteira com Plano de Manejo

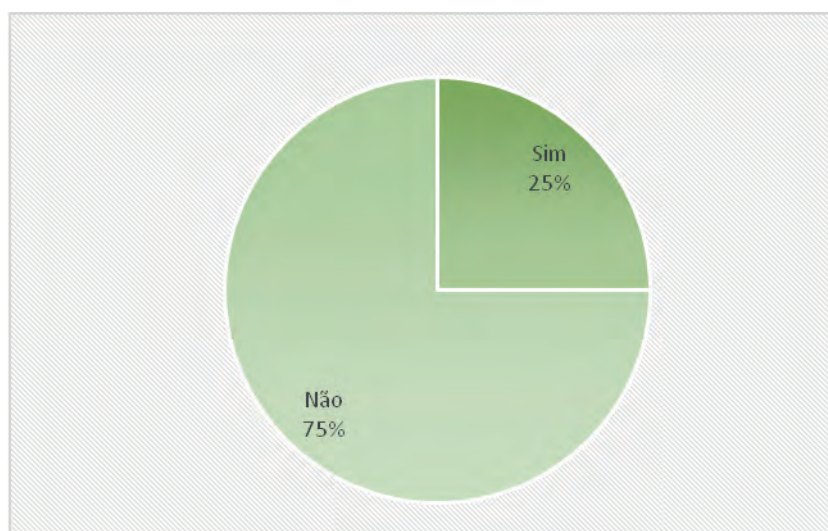
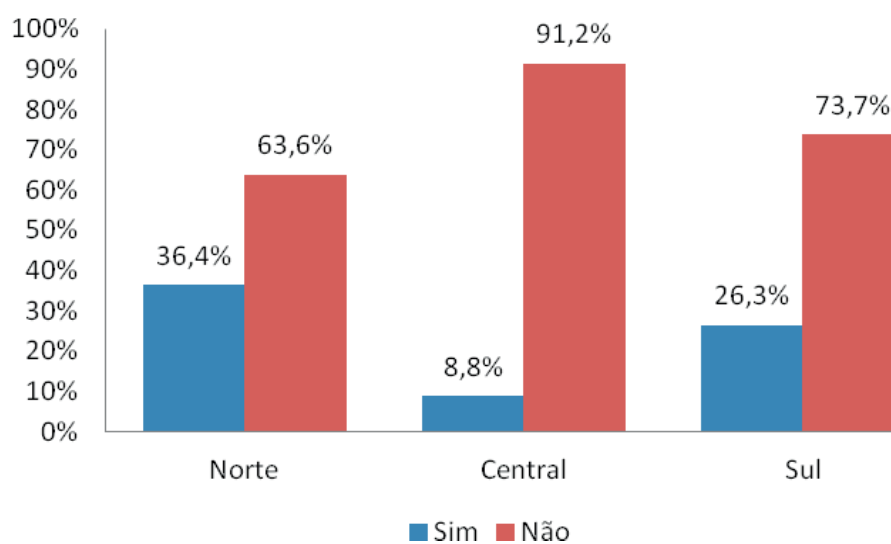


Gráfico VIII.8–UCs com Plano de Manejo por Arco da Faixa de Fronteira



O Plano de Manejo, ao regulamentar todas as normas da Unidade de Conservação, deve contar com a participação da sociedade civil, visto que é a sociedade que vai se beneficiar da visitação e/ou da utilização da Unidade, bem como de seus serviços ambientais. A Lei do SNUC, nesse sentido, prevê que o Plano seja elaborado conjuntamente com os Conselhos Gestores da Unidade. Os Conselhos são presididos pelo chefe da Unidade e se constituem de representantes dos órgãos públicos e representantes da sociedade civil, visando garantir a dita participação na regulamentação da área protegida. Os Conselhos podem ser do tipo Consultivo ou Deliberativo, de acordo como o estabelecido para cada categoria pela Lei 9.985. Todas as categorias do grupo de Proteção Integral obrigatoriamente devem ter Conselho Consultivo; da mesma forma que é mandatório que isso ocorra nas Florestas Nacionais, do Grupo Uso Sustentável. As Reservas Extrativistas e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável devem ter Conselho Deliberativo; as demais categorias têm direito à livre escolha quanto ao tipo de Conselho. A única categoria que sem obrigatoriedade de possuir Conselho é a Reserva de Patrimônio Particular Natural.

Entre as Unidades cujo conselho deve ser consultivo, em apenas 55,7% eles de fato existem. Já naquelas cujo conselho deve ser obrigatoriamente deliberativo, o índice aumenta para 75%. Dentre as categorias que podem optar por um tipo ou outro, é notável o fato de que apenas uma Unidade tenha Conselho Deliberativo (mostrando a opção do gestor pelo menor poder participativo da sociedade civil) – dentre essas, mais de 33% não instituíram um Conselho.

Tabela VIII.10–Existência de Conselhos Gestores pelas Categorias

Categorias em que o Conselho é do tipo:	Consultivo	Deliberativo	Sem conselho	Total
Obrigatoriamente Consultivo	47	0	32	79
	59,5%	0,0%	40,5%	100%
Obrigatoriamente Deliberativo	0	21	7	28
	0,0%	75,0%	25,0%	100%
Livre Escolha	18	1	14	33
	54,5%	3,0%	42,4%	100%

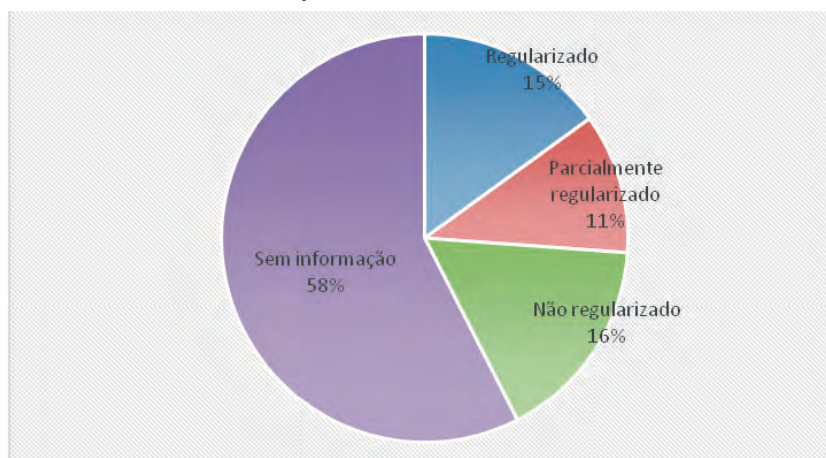
Dessa forma, é importante que se atente para o fato de que, considerando todas as 140 Unidades da Faixa de Fronteira que deveriam contar com um Conselho Gestor (excetuam-se as 13 Reservas de Patrimônio Particular Natural), 24,8% delas ainda não o constituíram. Isso significa que nessas 38 Unidades, a sociedade civil está excluída dos processos decisórios de regulamentação e gestão das áreas, assim como indiretamente dos mecanismos de fiscalização.

Tabela VIII.11 Existência de Conselhos Gestores por Arco

	Norte	Central	Sul	Total	
Conselho Consultivo	41	14	10	62	44,3%
Conselho Deliberativo	17	5	0	21	15,0%
Sem conselho	19	25	9	38	27,1%

Outro dado que nos mostra o quanto a gestão das Unidades de Conservação ainda precisa avançar é referente à sua situação fundiária. A seção do SNUC que trata dos “Aspectos Fundiários” prevê as seguintes situações: “Regularizada”, “Parcialmente Regularizada” e “Não regularizada”. Além de destacar que o número de Unidades com situação fundiária não regularizada é maior que o de regularizadas, é ainda mais relevante o fato de que em 58% dos Cadastros esse dado não está disponível.

Gráfico VIII.9 Situação Fundiária das UCs na Faixa de Fronteira



Assim como em outros índices aqui expostos, o número de Unidades sem dados dificulta a análise dos valores obtidos, na medida em que os resultados que não aparecem no Cadastro alteram significativamente o panorama geral. Nos três Arcos da Faixa de Fronteira, mais da metade das Unidades não têm sua situação fundiária disponível no CNUC, sendo que no Arco Central esse índice chega a 66%. Das Unidades com dados, tanto no Arco Norte quanto no Sul os índices de áreas não regularizadas são maiores que o das regularizadas.

Tabela VIII.12–Situação Fundiária das UCs na Faixa de Fronteira por Arco

Arcos	Regularizado	Parcialmente regularizado	Não regularizado	Sem informação	Total
Norte	10	10	17	40	77
	13,0%	13,0%	22,1%	51,9%	100%
Central	9	6	4	38	57
	15,8%	10,5%	7,0%	66,7%	100%
Sul	4	1	4	10	19
	21,1%	5,3%	21,1%	52,6%	100%

O Cadastro Nacional de Unidades de Conservação apresenta diversas seções de enorme importância para uma análise quantitativa da infraestrutura com que contam as Unidades e, assim, dos elementos de gestão implementados para cumprir as normas e atingir os objetivos de preservação. Entretanto, para uma elaboração precisa dessa análise, seria necessário que o CNUC fosse efetivamente preenchido e atualizado pelas instituições responsáveis.

Os dados relativos ao número de funcionários das Unidades são referentes a anos distintos. A presença de funcionários dentro de uma Unidade é um dado importante para análise da efetividade da gestão, visto que há Unidades sobre as quais podemos dizer que existem somente perante a Lei, posta a ausência absoluta de funcionários para conduzir sua gestão. São os denominados *parques de papel*. Porém, para desenvolver uma metodologia mais adequada de análise desses dados, haveria necessidade da compatibilidade das datas.

Diversos aspectos ligados à infraestrutura, presentes no CNUC, poderiam complementar esse estudo: no Cadastro estão presentes inúmeros dados relativos à estrutura de transportes, comunicação, energia, saneamento básico, estruturas físicas e ainda referentes à visitação da Unidade. Uma metodologia para cruzamento de todos esses aspectos poderia ser desenvolvida em um estudo posterior, porém na medida em que a maioria das Unidades não conta com esses dados, não haveria a precisão desejada na análise.

Pesquisa Segurança Pública nas Fronteiras – SENASP/MJ

PARTE II

ÁREAS CRÍTICAS

ÁREAS CRÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NA FAIXA DE FRONTEIRA

METODOLOGIA

Uma das vantagens de usar mapas para representar variáveis de tipos diferentes é que eles permitem generalizar a informação a ser comunicada, tornando-a visível. É também uma forma de dar sentido à complexidade confusa de fenômenos sociais, econômicos e demográficos presentes em cada lugar no espaço geográfico.

Os Relatórios Parciais (1º e 2º) do Diagnóstico Socioeconômico e Demográfico da Faixa de Fronteira reuniram uma série de mapas produzidos com o intuito de representar a espacialidade geográfica e de variáveis selecionadas a partir do levantamento de mais de 2200 variáveis sobre diferentes aspectos relacionados, direta ou indiretamente, à segurança pública nos 588 municípios da Faixa de Fronteira. Esses mapas foram analisados com base em dois parâmetros: a noção de densidade geográfica (ver Capítulo I) e a diferenciação dos Arcos Norte, Central, Sul (ver PDFF, MI/Grupo Retis, 2005). A base de dados que acompanha a entrega final da pesquisa permitirá ao gestor público acessar essas variáveis e fazer suas próprias combinações e mapeamentos.

Considerando que uma das definições clássicas de “estratégia” é onde concentrar forças/ações, e tendo em vista que esta pesquisa busca justamente atender ao programa **Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras** (ENAFRON), o Relatório 3º utiliza uma ferramenta dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) que permite mapear relações espaciais entre variáveis e grupos de variáveis selecionadas e georreferenciadas a partir de pergunta(s) feita(s) pelo pesquisador.

Aqui nos propusemos responder a seguinte pergunta: que municípios apresentam a pior situação em relação a:

- Incidência de homicídios/registro de violência; Incidência de apreensões de drogas ilícitas (variáveis);
- Rede de proteção em segurança pública; rede de proteção a segmentos vulneráveis da população (grupo de variáveis);
- Vulnerabilidade socioeconômica (grupo de variáveis)

Para estabelecer “qual é a pior situação” são escolhidos limiares para cada variável ou grupo de variáveis a partir dos quais se considera como “crítica” a situação em determinado município. Por exemplo, no caso da incidência de homicídios foi escolhido o limiar de mais de dez homicídios por 100.000 habitantes, estabelecido pela Organização Mundial de Saúde, acima do qual o fenômeno é considerado “epidêmico” (OMS). É evidente que se mudarmos o critério de escolha do limiar, o resultado do que é considerado como *crítico* também se altera.

O modelo

O modelo proposto neste relatório define a criticidade dos municípios da Faixa de Fronteira em relação à segurança pública como função de três fatores: a incidência de homicídios e/ou violência; a rede de proteção (infraestrutura e gestão de segurança pública); e a vulnerabilidade socioeconômica da população:

$$C = f(IRV)$$

Sendo,

I = Incidência de homicídio / registros de violência;

R = Rede de proteção

V = Vulnerabilidade socioeconômica

Tendo em vista a variedade e a segmentação dos padrões de violência e de vulnerabilidade da população, o mapeamento da criticidade foi dividido em três eixos. O primeiro (Cap. IX.B) avalia as condições gerais de segurança nos municípios da Faixa de Fronteira, trabalhando com o fenômeno de forma global. O segundo (Cap. X) avalia as condições de diferentes segmentos da população, considerando a violência sofrida por estes grupos, a existência de redes de proteção específicas e sua vulnerabilidade socioeconômica. O terceiro (Cap. XII) enfoca a relação entre apreensões de drogas e homicídios por arma de fogo.

ANÁLISE DAS ÁREAS CRÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

As áreas críticas em relação à segurança pública na Faixa de Fronteira foram definidas a partir da combinação dos seguintes indicadores: a taxa média de homicídios (2009-2011), o efetivo das Polícias Estaduais (2013), a gestão municipal de segurança (2012) e a vulnerabilidade socioeconômica da população (2010).

Incidência de homicídios

A incidência de homicídios foi escolhida como indicador básico para a definição da criticidade da segurança pública em função de sua maior acuidade em relação a outros indicadores de violência, o que permite uma melhor comparabilidade dos dados. Entretanto, é necessário atentar para o fato de que os homicídios apresentam, em geral, padrões de ocorrência diferentes daqueles observados para outros tipos de criminalidade violenta, em particular os crimes contra a propriedade (Beato, 2012).

A análise dos padrões espaciais da incidência de homicídios nos municípios da Faixa de Fronteira foi detalhada no capítulo VIII. Os resultados encontrados demonstram que, em números absolutos, a incidência de homicídios é um fenômeno espacialmente muito concentrado: apenas 25 municípios respondem por mais de 50% dos óbitos desta natureza ocorridos em toda a Faixa de Fronteira, no triênio de 2009 a 2011. Nota-se

também que 463 municípios (80% do total) registraram menos de 10 homicídios no triênio. Os dados confirmam ainda as análises realizadas para o restante do país, que apontam para a utilização intensiva de armas de fogo e para a *juvenilização* das vítimas de homicídios (Beato, 2012)(Waiselfisz, 2011).

Tabela IX.1 Faixa de Fronteira: População Total, Homicídios e Homicídios por arma de fogo, nos 25 municípios com maior número de homicídios no triênio

Município	UF	População Total (hab.) 2010	Total de homicídios (nº) 2009 – 2011	Total de homicídios por armas de fogo (nº) 2008 – 2010
Porto Velho	RO	428.527	589	393
Foz do Iguaçu	PR	256.088	527	534
Cascavel	PR	286.205	394	294
Rio Branco	AC	336.038	285	124
Dourados	MS	196.035	262	182
Boa Vista	RR	284.313	215	66
Pelotas	RS	328.275	165	118
Chapecó	SC	183.530	139	77
Umuarama	PR	100.676	126	101
Ponta Porã	MS	77.872	123	102
Toledo	PR	119.313	121	120
Corumbá	MS	103.703	100	49
Guaíra	PR	30.704	96	94
Cáceres	MT	87.942	91	66
Buritis	RO	32.383	77	65
Rio Grande	RS	197.228	74	68
Tangará da Serra	MT	83.431	74	46
Cruzeiro do Sul	AC	78.507	67	17
Erechim	RS	96.087	64	46
Vilhena	RO	76.202	64	32
Cruz Alta	RS	62.821	60	52
Tabatinga	AM	52.272	56	42
Pontes e Lacerda	MT	41.408	54	30
Laranjal do Jari	AP	39.942	51	10
Total dos 25 municípios			3874	2728
Total da Faixa de Fronteira			7720	4902

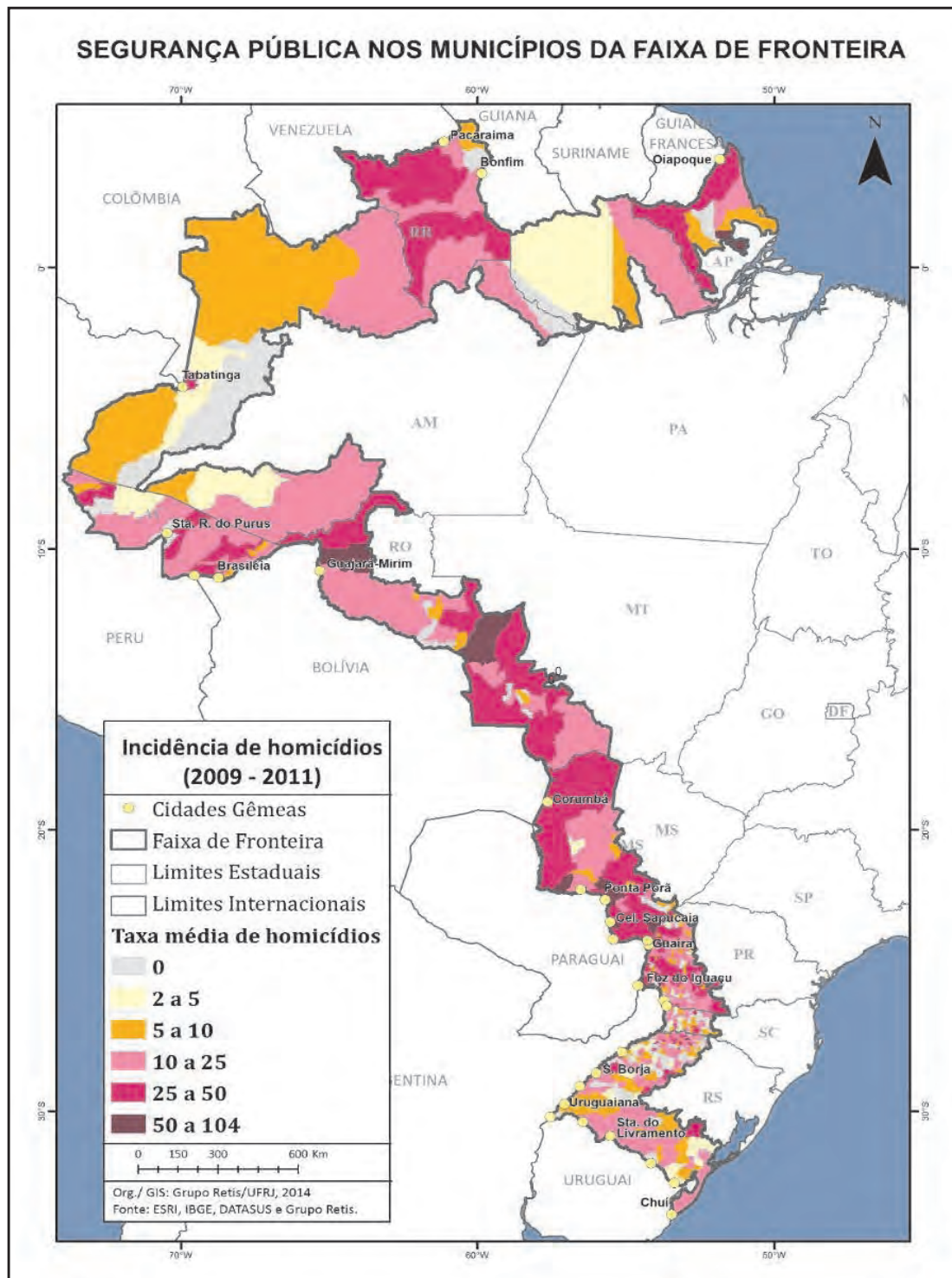
Fonte: IBGE, Datasus, CEBELA.

Em relação aos segmentos fronteiriços, os dados apontam para uma concentração de taxas de homicídio elevadas na fronteira com a Guiana Francesa, no limite entre os

estados do Acre e de Rondônia e a Bolívia (eixo Porto Velho-Rio Branco), no segmento de fronteira do estado do Mato Grosso com a Bolívia, e no segmento de fronteira com o Paraguai, ao sul do Mato Grosso do Sul estendendo-se até o oeste do Paraná.

Para definir o limiar a partir do qual a incidência de homicídios deve ser considerada crítica, foi adotado o patamar proposto pela Organização Mundial da Saúde, de 10 homicídios por 100 mil habitantes, acima do qual o fenômeno é considerado “epidêmico”.

Mapa IX.1 Faixa de Fronteira: incidência de homicídios, 2009-2011



Rede de proteção: efetivo policial e gestão municipal de segurança

Efetivo policial: Polícia Militar estadual e Guarda Municipal

O efetivo policial por habitante é um indicador bastante utilizado para avaliar a presença do Estado na segurança da população. A análise dos padrões espaciais de distribuição do efetivo policial nos municípios da Faixa de Fronteira pode ser consultada no capítulo II. As conclusões mais imediatas que podemos tirar a partir da observação dos dados são: a grande heterogeneidade na alocação do efetivo policial entre as unidades da federação e a inexistência de relação direta, positiva ou negativa, entre o efetivo policial ostensivo e as taxas de criminalidade violenta, em particular, a taxa de homicídios.

Tabela IX.2–Faixa de Fronteira: População, Efetivo policial e Homicídios, por estados

Unidade da Federação	População Total (hab.) 2010	Efetivo Policial* (nº) 2013	Taxa de Homicídios por 100 mil hab. 2009-2011	Efetivo Policial por mil hab. 2013
Amapá	102.267	485	29,3	4,7
Pará	206.544	269	6,1	1,3
Roraima	450.479	1.736	24,8	3,9
Amazonas	477.538	596	10,8	1,2
Acre	733.559	2.737	22,0	3,7
Rondônia	930.364	3.607	34,4	3,9
Mato Grosso	479.294	787	28,9	1,6
Mato Grosso do Sul	1.074.297	1.883	32,3	1,8
Paraná	237.2942	3.184	31,9	1,3
Santa Catarina	828.368	1.337	11,6	1,6
Rio Grande do Sul	3.120.084	6.951	12,2	2,2
Faixa de Fronteira	10.775.736	23.572	22,3	2,2
* Polícia Militar e Guarda Municipal				

Fonte: IBGE, Datasus, PM.

A análise dos efetivos por município permite compreender melhor as lógicas que presidem as decisões acerca da alocação do policiamento ostensivo. No Arco Norte os maiores efetivos e as maiores taxas de policias por mil habitantes – somando-se o efetivo da Polícia Militar ao da Guarda Municipal – são encontradas nas capitais (Boa Vista, Rio Branco) e em algumas cidades-gêmeas (como Oiapoque, Pacaraima, Brasília e Tabatinga). É de se notar que, com exceção de Tabatinga, as demais cidades-gêmeas do Arco Norte não apresentam as maiores taxas de homicídio dos seus respectivos segmentos de fronteira.

Em Rondônia e Mato Grosso o padrão é semelhante: Porto Velho (RO), Guajará-Mirim (RO) e Cáceres (MT) apresentam os maiores efetivos por mil habitantes do segmento estadual de fronteira. Outros municípios, como Pontes e Lacerda (MT), Buritis (RO) e Vilhena (RO), embora apresentem taxas de homicídios muito altas, possuem efetivos policiais por mil habitantes inferiores aos das cidades-gêmeas e ao da capital estadual.

O maior efetivo nas capitais pode ser explicado pelo fato de que nestes municípios há um número considerável de agentes envolvidos em atividades administrativas e outros tipos de policiamento além do policiamento ostensivo. Já as taxas elevadas de efetivos policiais por mil habitantes em cidades gêmeas parecem responder a outra lógica: associa a esta situação geográfica um ou mais fatores criminológicos específicos (Carstens & Periotto, 2010).

Tabela IX.3– Faixa de Fronteira: População, Homicídios e Efetivo Policial nas Cidades Gêmeas

Município	UF	País	População Total (hab.) 2010	Média de Homicídios (nº) 2009-2011	Taxa de Homicídios por 100 mil hab. 2009-2011	Efetivo policial total* 2013	Efetivo policial por mil hab. 2013
Guajará-Mirim	RO	BO	41.656	7,3	17,6	229	5,5
Brasília	AC	BO	21.398	6,0	28,0	93	4,3
Aceguá	RS	UR	4.394	0,0	0,0	19	4,3
Cáceres	MT	BO	87.942	30,3	34,5	327	3,7
Guaíra	PR	PG	30.704	32,0	104,2	114	3,7
S. do Livramento	RS	UR	82.464	10,3	12,5	304	3,7
Corumbá	MS	BO	103.703	33,3	32,1	373	3,6
Oiapoque	AP	GF	20.509	6,7	32,5	71	3,5
Barra do Quaraí	RS	UR	4.012	0,0	0,0	12	3,0
Assis Brasil	AC	BO-PE	6.072	0,7	11,0	18	3,0
Pacaraima	RR	VZ	10.433	1,3	12,8	30	2,9
Jaguarão	RS	UR	27.931	1,0	3,6	77	2,8
Chuí	RS	UR	5.917	0,3	5,6	16	2,7
Foz do Iguaçu	PR	PG-AR	256.088	175,7	68,6	640	2,5
Dionísio Cerqueira	SC	AR	14.811	2,7	18,0	35	2,4
Uruguaiana	RS	PG	125.435	12,0	9,6	276	2,2
Tabatinga	AM	CO	52.272	18,7	35,7	114	2,2
São Borja	RS	AR	61.671	8,3	13,5	120	1,9
Santa R. do Purus	AC	PE	4.691	0,0	0,0	9	1,9

Município	UF	País	População Total (hab.) 2010	Média de Homicídios (nº) 2009-2011	Taxa de Homicídios por 100 mil hab. 2009-2011	Efetivo policial total* 2013	Efetivo policial por mil hab. 2013
Quaraí	RS	UR	23.021	4,0	17,4	42	1,8
Barracão	PR	AR	9.735	1,7	17,1	17	1,7
Mundo Novo	MS	PG	17.043	5,3	31,3	27	1,6
Ponta Porã	MS	PG	77.872	41,0	52,7	111	1,4
Porto Xavier	RS	AR	10.558	0,3	3,2	15	1,4
Itaqui	RS	AR	38.159	4,7	12,2	47	1,2
Bela Vista	MS	PG	23.181	4,7	20,1	26	1,1
Bonfim	RR	GU	10.943	2,0	18,3	10	0,9
S. Antonio do Sudoeste	PR	AR	18.893	2,0	10,6	14	0,7
Paranhos	MS	PG	12.350	5,0	40,5	9	0,7
Coronel Sapucaia	MS	PG	14.064	13,0	92,4	10	0,7
Epitaciolândia	AC	BO	15.100	1,0	6,6	0	0,0

* Polícia Militar e Guarda Municipal

Fonte: IBGE, Datasus, PM.

A situação parece ser mais aguda em determinados segmentos fronteiriços. Nas cidades-gêmeas situadas na fronteira com a Bolívia ou próximo a ela (Brasiléia, Guajará-Mirim, Cáceres e Corumbá) os efetivos policiais por habitante se destacam em relação aos demais municípios das respectivas unidades da federação, com taxas superiores a 3 policiais por mil habitantes.

Já o segmento fronteiriço com o Paraguai apresenta uma situação diversa. Enquanto as cidades-gêmeas de Guaíra (PR) e Foz do Iguazu (PR) apresentam efetivos policiais elevados (3,7 e 2,5 policiais por mil habitantes, respectivamente), as cidades-gêmeas do Mato Grosso do Sul situadas no mesmo segmento possuem contingentes policiais baixos, sobretudo se considerarmos as altas taxas de homicídio nestes municípios.

Observemos nas tabelas a situação dos municípios fronteiriços do Mato Grosso do Sul e do Paraná, considerando apenas os municípios que apresentaram uma taxa de homicídios superior a 10 por 100 mil habitantes e uma média de homicídios superior a 3 no triênio de 2009 a 2011 (ou seja, acima do limiar de criticidade definido, neste diagnóstico, para a incidência de homicídios). Trata-se dos dois estados que apresentam as maiores taxas de homicídio da Faixa de Fronteira. Ambos apresentam diversos municípios com altas taxas de homicídio e baixo efetivo policial (menos de 1 policial por mil habitantes).

Tabela IX.4– Faixa de Fronteira do Mato Grosso do Sul: População, Homicídios e Efetivo Policial nos municípios com taxas de homicídio superiores a 10 por 100 mil habitantes

Município	UF	SIT*	População Total (hab.) 2010	Média de Homicídios (no) 2009-2011	Taxa de Homicídios por 100 mil hab. 2009-2011	Efetivo policial total** 2013	Efetivo policial por mil hab. 2013
Coronel Sapucaia	MS	1	14.064	13,0	92,4	10	0,7
Caracol	MS	2	5.398	3,0	55,6	8	1,5
Ponta Porã	MS	1	77.872	41,0	52,7	111	1,4
Itaquiraí	MS	3	18.614	9,3	50,1	16	0,9
Tacuru	MS	3	10.215	4,7	45,7	8	0,8
Antônio João	MS	2	8.208	3,7	44,7	4	0,5
Dourados	MS	3	196.035	87,3	44,5	327	1,7
Maracaju	MS	3	37.405	16,3	43,7	27	0,7
Rio Brilhante	MS	3	30.663	13,3	43,5	25	0,8
Paranhos	MS	1	12.350	5,0	40,5	9	0,7
Caarapó	MS	3	25.767	10,0	38,8	25	1,0
Amambai	MS	3	34.730	13,0	37,4	53	1,5
Iguatemi	MS	3	14.875	5,3	35,9	12	0,8
Sete Quedas	MS	2	10.780	3,7	34,0	9	0,8
Aral Moreira	MS	2	10.251	3,3	32,5	6	0,6
Corumbá	MS	1	103.703	33,3	32,1	373	3,6
Mundo Novo	MS	1	17.043	5,3	31,3	27	1,6
Japorã	MS	2	7.731	2,3	30,2	12	1,6
Eldorado	MS	3	11.694	3,3	28,5	19	1,6
Juti	MS	3	5.900	1,7	28,2	7	1,2
Porto Murtinho	MS	2	15.372	4,3	28,2	16	1,0
Sidrolândia	MS	3	42.132	11,0	26,1	35	0,8
Naviraí	MS	3	46.424	11,7	25,1	78	1,7
Fátima do Sul	MS	3	19.035	4,0	21,0	48	2,5
Bela Vista	MS	1	23.181	4,7	20,1	26	1,1
Deodápolis	MS	3	12.139	2,3	19,2	17	1,4
Aquidauana	MS	3	45.614	8,7	19,0	106	2,3
Anastácio	MS	3	23.835	4,3	18,2	32	1,3
Nioaque	MS	3	14.391	2,3	16,2	26	1,8
Guia Lopes da Laguna	MS	3	10.366	1,7	16,1	14	1,4
Miranda	MS	3	25.595	3,3	13,0	22	0,9
Bonito	MS	3	19.587	2,0	10,2	45	2,3

Município	UF	SIT*	População Total (hab.) 2010	Média de Homicídios (no) 2009-2011	Taxa de Homicídios por 100 mil hab. 2009-2011	Efetivo policial total** 2013	Efetivo policial por mil hab. 2013
* Situação geográfica: 1 – cidade-gêmea; 2 – município situado na linha de fronteira; 3 – demais municípios situados na Faixa de Fronteira							
** Polícia Militar e Guarda Municipal							

Fonte: IBGE, Datasus, PM.

Tabela IX.5– Faixa de Fronteira do Paraná: População, Homicídios e Efetivo Policial nos municípios com taxas de homicídio superiores a 10 por 100 mil habitantes

Município	UF	SIT*	População Total (hab.) 2010	Média de Homicídios (nº) 2009-2011	Taxa de Homicídios por 100 mil hab. 2009-2011	Efetivo policial total** 2013	Efetivo policial por mil hab. 2013
Guaíra	PR	1	30.704	32,0	104,2	114	3,7
Foz do Iguaçu	PR	1	256.088	175,7	68,6	640	2,5
Ramilândia	PR	3	4.134	2,7	64,5	5	1,2
S. T. de Itaipu	PR	3	20.841	12,7	60,8	10	0,5
Matelândia	PR	3	16.078	9,7	60,1	12	0,7
Iporã	PR	3	14.981	8,3	55,6	26	1,7
Diamante do Sul	PR	3	3.510	1,7	47,5	3	0,9
Cascavel	PR	3	286.205	131,3	45,9	216	0,8
Xambê	PR	3	6.012	2,7	44,4	5	0,8
Laranjeiras do Sul	PR	3	30.777	13,3	43,3	24	0,8
Boa V. da Aparecida	PR	3	7.911	3,3	42,1	6	0,8
Umuarama	PR	3	100.676	42,0	41,7	138	1,4
C. Domingos Soares	PR	3	7.238	3,0	41,4	7	1,0
São Miguel do Iguaçu	PR	2	25.769	10,3	40,1	39	1,5
Sulina	PR	3	3.394	1,3	39,3	7	2,1
Chopinzinho	PR	3	19.679	7,3	37,3	12	0,6
Santa Helena	PR	2	23.413	8,7	37,0	7	0,3
Guaraniaçu	PR	3	14.582	5,3	36,6	12	0,8
Rio Bonito do Iguaçu	PR	3	13.661	4,7	34,2	7	0,5
Toledo	PR	3	119.313	40,3	33,8	304	2,5
Céu Azul	PR	3	11.032	3,7	33,2	7	0,6
Palmas	PR	3	42.888	14,0	32,6	32	0,7

Município	UF	SIT*	População Total (hab.) 2010	Média de Homicídios (nº) 2009-2011	Taxa de Homicídios por 100 mil hab. 2009-2011	Efetivo policial total** 2013	Efetivo policial por mil hab. 2013
M. Cândido Rondon	PR	2	46.819	14,7	31,3	205	4,4
Querência do Norte	PR	3	11.729	3,7	31,3	5	0,4
Três B. do Paraná	PR	3	11.824	3,7	31,0	7	0,6
Catanduvas	PR	3	10.202	3,0	29,4	9	0,9
Ouro Verde do Oeste	PR	3	5.692	1,7	29,3	4	0,7
Palotina	PR	3	28.683	8,3	29,1	4	0,1
S. Tereza do Oeste	PR	3	10.332	3,0	29,0	8	0,8
Candói	PR	3	14.983	4,3	28,9	7	0,5
E. Alto do Iguaçu	PR	3	4.677	1,3	28,5	4	0,9
Flor da Serra do Sul	PR	3	4.726	1,3	28,2	4	0,8
Maria Helena	PR	3	5.956	1,7	28,0	5	0,8
Altônia	PR	3	20.516	5,7	27,6	19	0,9
Laranjal	PR	3	6.360	1,7	26,2	8	1,3
Francisco Alves	PR	3	6.418	1,7	26,0	5	0,8
São Pedro do Iguaçu	PR	3	6.491	1,7	25,7	1	0,2
C. Leônidas Marques	PR	3	14.970	3,7	24,5	10	0,7
Cidade Gaúcha	PR	3	11.062	2,7	24,1	7	0,6
Campina da Lagoa	PR	3	15.394	3,7	23,8	7	0,5
Nova Laranjeiras	PR	3	11.241	2,7	23,7	8	0,7
Mangueirinha	PR	3	17.048	4,0	23,5	8	0,5
Goioerê	PR	3	29.018	6,7	23,0	33	1,1
Quedas do Iguaçu	PR	3	30.605	7,0	22,9	15	0,5
Mariluz	PR	3	10.224	2,3	22,8	8	0,8
Corbélia	PR	3	16.312	3,7	22,5	18	1,1
Salto do Lontra	PR	3	13.689	3,0	21,9	1	0,1
Terra Roxa	PR	3	16.759	3,7	21,9	1	0,1
Ampére	PR	3	17.308	3,7	21,2	5	0,3
Pato Branco	PR	3	72.370	14,3	19,8	80	1,1
Nova Aurora	PR	3	11.866	2,3	19,7	1	0,1

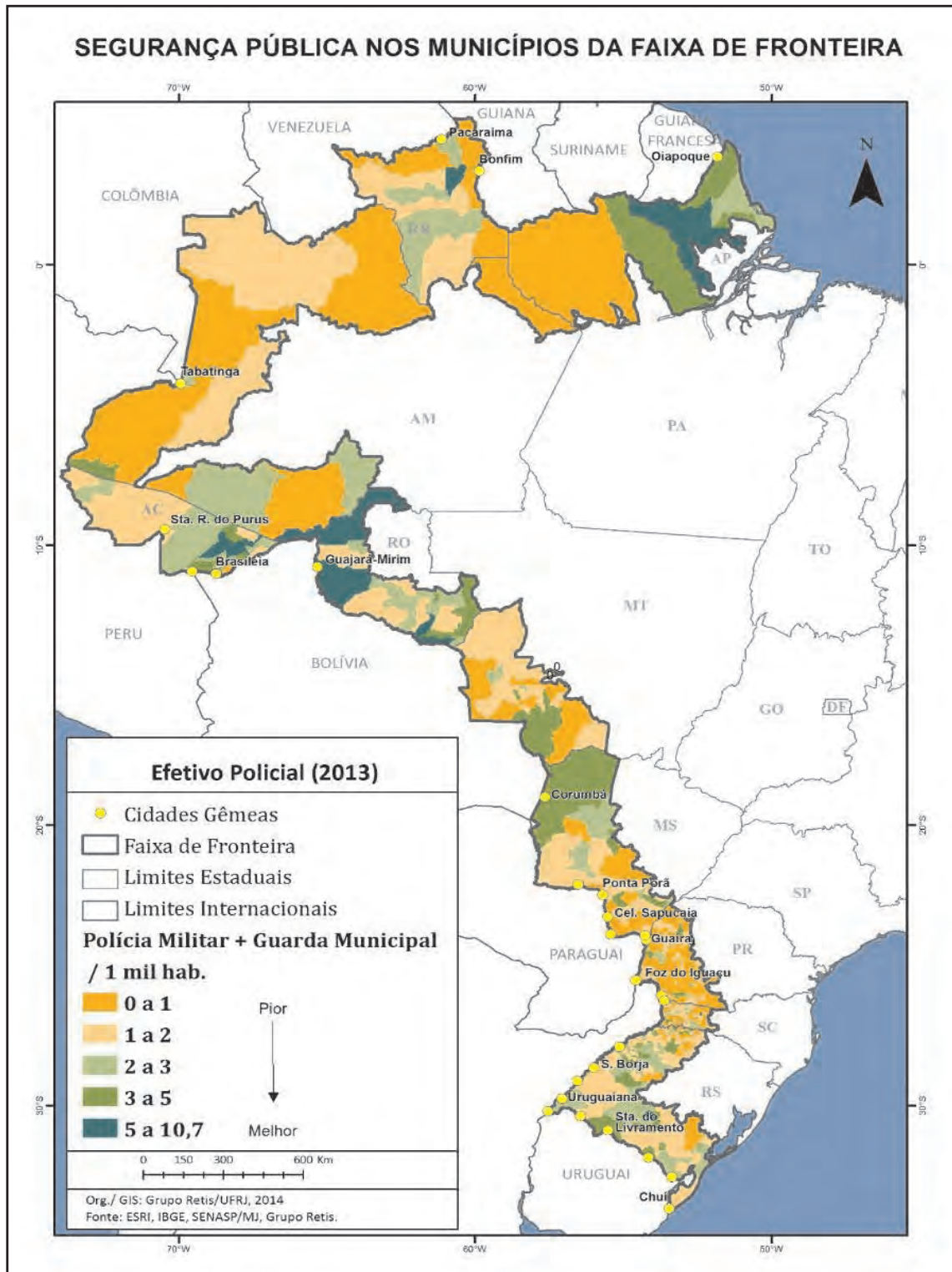
Município	UF	SIT*	População Total (hab.) 2010	Média de Homicídios (nº) 2009-2011	Taxa de Homicídios por 100 mil hab. 2009-2011	Efetivo policial total** 2013	Efetivo policial por mil hab. 2013
Tuneiras do Oeste	PR	3	8.695	1,7	19,2	9	1,0
Missal	PR	3	10.474	2,0	19,1	11	1,1
Itapejara d'Oeste	PR	3	10.531	2,0	19,0	8	0,8
Cruzeiro do Oeste	PR	3	20.416	3,7	18,0	90	4,4
Formosa do Oeste	PR	3	7.541	1,3	17,7	8	1,1
Dois Vizinhos	PR	3	36.179	6,3	17,5	32	0,9
Francisco Beltrão	PR	3	78.943	13,7	17,3	380	4,8
Barracão	PR	1	9.735	1,7	17,1	17	1,7
Coronel Vivida	PR	3	21.749	3,7	16,9	19	0,9
Medianeira	PR	3	41.817	7,0	16,7	32	0,8
Realeza	PR	3	16.338	2,7	16,3	12	0,7
Assis Chateaubriand	PR	3	33.025	5,0	15,1	41	1,2
Vera Cruz do Oeste	PR	3	8.973	1,3	14,9	8	0,9
Pérola	PR	3	10.208	1,3	13,1	7	0,7
Nova Prata do Iguaçu	PR	3	10.377	1,3	12,8	2	0,2
São João	PR	3	10.599	1,3	12,6	7	0,7
Marmeleiro	PR	3	13.900	1,7	12,0	8	0,6
Clevelândia	PR	3	17.240	2,0	11,6	9	0,5
Ubiratã	PR	3	21.558	2,3	10,8	8	0,4
S. Antonio do Sudoeste	PR	1	18.893	2,0	10,6	14	0,7
* Situação geográfica: 1 – cidade-gêmea; 2 – município situado na linha de fronteira; 3 – demais municípios situados na Faixa de Fronteira							
** Polícia Militar e Guarda Municipal							

Fonte: IBGE, Datasus, PM.

A partir da análise dos dados apresentados nas Tabelas IX.4 e IX.5, é possível afirmar que a alocação do efetivo policial na Faixa de Fronteira obedece a uma lógica que tende a privilegiar as cidades-gêmeas, o que nem sempre corresponde aos padrões de criminalidade violenta observados. Neste sentido, para a definição de criticidade relativo ao efetivo policial, decidiu-se adotar um **limiar único** no intuito de tornar visível a situação de alguns municípios que, embora apresentem altas taxas de homicídios e população considerável, não possuem efetivo policial significativo. É o caso, por exemplo, de Cruzeiro do Sul (AC), Tangará da Serra (MT), Dourados (MS) e Cascavel (PR).

Em relação ao policiamento ostensivo descrito acima, considerou-se o somatório dos efetivos da Polícia Militar e da Guarda Municipal. Adotou-se o limiar de 2 policiais por mil habitantes para a definição da criticidade em relação a este item. Este patamar é muito próximo ao efetivo por mil habitantes de toda a Faixa de Fronteira (2,2) e um pouco abaixo da média nacional, de 1 policial militar por 472 habitantes.

Mapa IX.2 – Faixa de Fronteira: Efetivo da Polícia Militar e da Guarda Municipal, 2013



Efetivo Policial: Polícia Civil

Como já foi discutido no Capítulo II, a distribuição do efetivo da Polícia Civil, em virtude de suas próprias atribuições, apresenta um padrão bastante diverso daquele observado para o policiamento ostensivo. Tendo em vista sua função investigativa, a Polícia Civil requer um efetivo menor e sua alocação tende a ser muito mais concentrada, obedecendo à hierarquia administrativa das cidades. De fato, como é possível observar na Tabela IX.6, os estados cujas capitais estão situadas na Faixa de Fronteira são aqueles que apresentam os maiores efetivos da polícia civil por mil habitantes em seus segmentos fronteiriços (como é o caso de Roraima, Acre e Rondônia).

Tabela IX.6 – Faixa de Fronteira: População, Efetivo da polícia civil e Homicídios, por estados

Unidade da Federação	População Total (hab.) 2010	Efetivo da Polícia Civil total 2013	Taxa de Homicídios por 100 mil hab. 2009-2011	Efetivo de Polícia Civil por mil hab. 2013
Amapá	102.267	109	29,3	1,1
Pará	206.544	24	6,1	0,1
Roraima	450.479	829	24,8	1,8
Amazonas	477.538	48	10,8	0,1
Acre	733.559	945	22,0	1,3
Rondônia	930.364	1.845	34,4	2,0
Mato Grosso	479.294	304	28,9	0,6
Mato Grosso do Sul	1.074.297	583	32,3	0,5
Paraná	237.2942	804	31,9	0,3
Santa Catarina	828.368	360	11,6	0,4
Rio Grande do Sul	3.120.084	1.469	12,2	0,5
Faixa de Fronteira	10.775.736	7.320	22,3	0,7

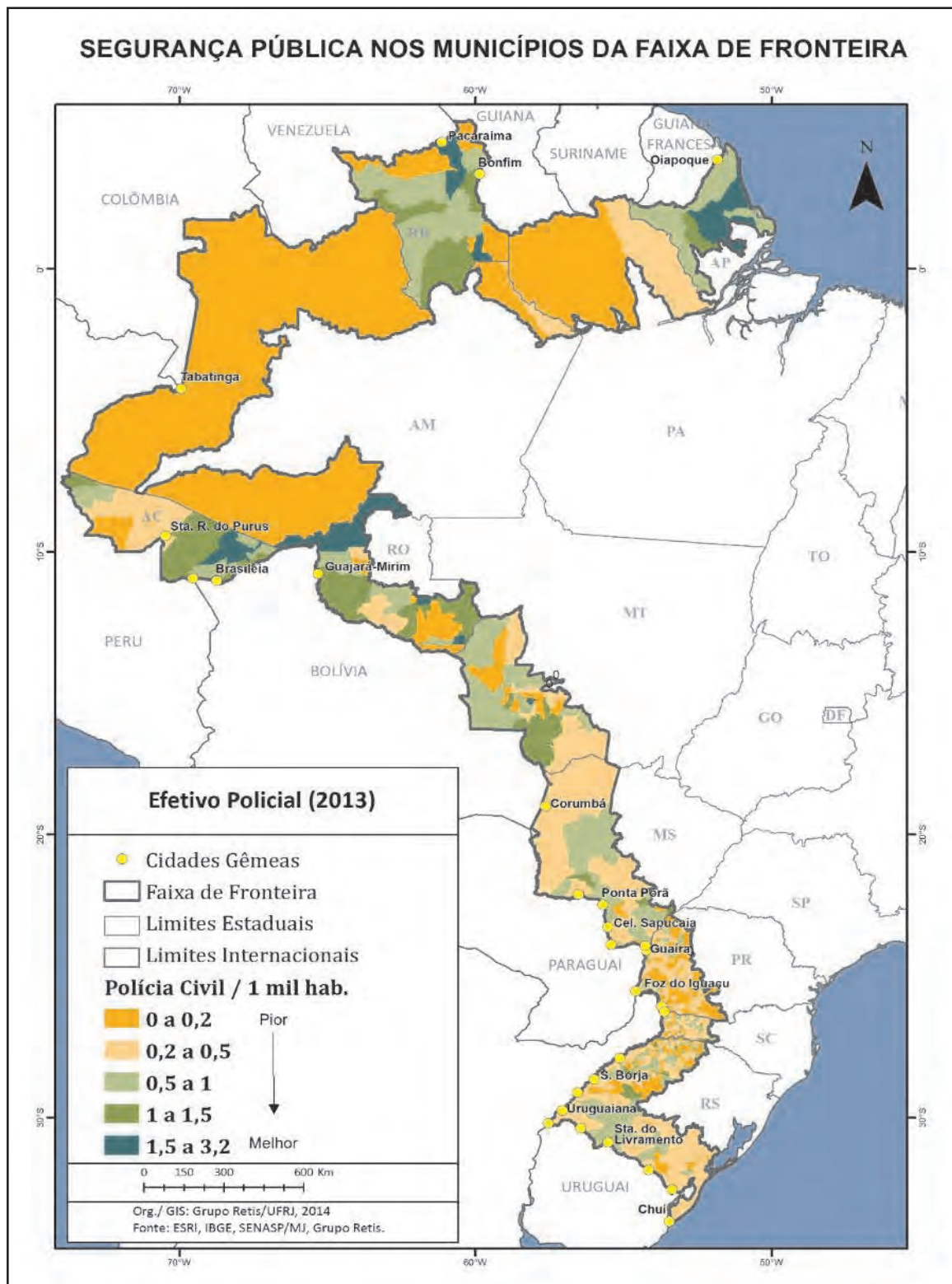
Fonte: IBGE, Datasus, PM.

Neste sentido, adotou-se o **limiar** de 0,5 policiais civis por mil habitantes como patamar mínimo para a definição de áreas críticas em relação a este indicador. Note-se que, no intuito de suavizar o peso dos contingentes policiais localizados nas capitais estaduais que fazem parte do universo analisado, foi utilizado um patamar um pouco inferior àquele observado para toda a Faixa de Fronteira (0,7).

Entretanto, ainda em relação a este item, é importante enfatizar que para melhor compreender o papel desempenhado pelo policiamento investigativo na criticidade dos municípios em relação à segurança pública, seria necessário acrescentar aos dados do efetivo policial, informações relativas à **taxa de elucidação de crimes**⁷⁵.

⁷⁵ Esse é um problema que merece atenção especial. Só existem dados para alguns estados e as séries são

Mapa IX.3 – Faixa de Fronteira: Efetivo da Polícia Civil, 2013



incompletas. Dados de uma pesquisa da Associação Brasileira de Criminalística de 2011, publicado pelo Conselho Nacional do Ministério Público, “Diagnóstico da Investigação de Homicídios no Brasil, 2012” estima que o índice de elucidação dos crimes de homicídio no Brasil varia entre 5% e 8%, quando este percentual é de 65% nos Estados Unidos e de 90% no Reino Unido. Ver também Michel Misse (Org.) O Inquérito Policial no Brasil: uma pesquisa empírica, 2010.

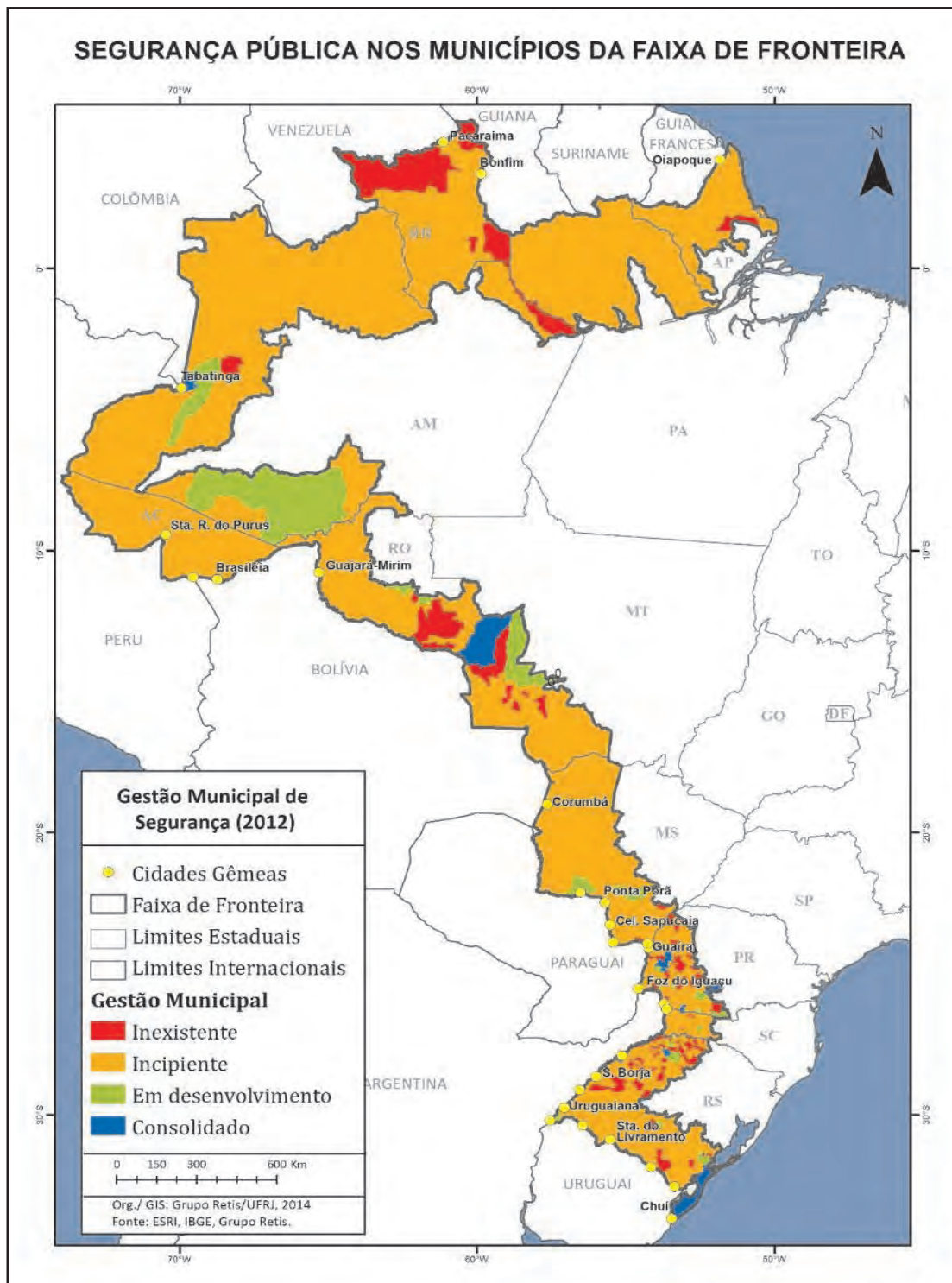
Gestão Municipal de Segurança Pública

O segundo tema utilizado para avaliar a criticidade da rede de proteção nos municípios da Faixa de Fronteira foi a *gestão municipal de segurança*. A discussão sobre o tema e a análise de seus padrões espaciais pode ser consultada no Capítulo II. A partir desta análise foi elaborado um índice que classifica a gestão municipal de segurança em função de três itens: o Plano Municipal de Segurança, o Conselho Municipal de Segurança e o Fundo Municipal de Segurança. A presença dos três itens caracteriza uma gestão “**Consolidada**”, a incidência de dois itens indica gestão “**Em Desenvolvimento**”, apenas um item, “**Incipiente**” e nenhum item, “**Inexistente**”.

A diferenciação entre os Arcos em relação a este indicador é evidente. Os Arcos Norte e Central se caracterizam, de modo geral, por uma baixa institucionalização municipal da segurança. Já o Arco Sul é o que apresenta maior tendência à institucionalização da segurança municipal, embora a situação “**Incipiente**” ainda seja predominante.

Para a composição das Áreas Críticas foram incluídos os municípios nos quais a gestão municipal de segurança é **inexistente** ou **incipiente**.

Mapa IX.4 Faixa de Fronteira: Gestão Municipal de Segurança, 2012



Vulnerabilidade socioeconômica

Para estimar o papel da vulnerabilidade socioeconômica na definição das Áreas Críticas de segurança pública partimos de dois pressupostos básicos. O primeiro é de que a vulnerabilidade da população à violência constitui uma condição multicausal. O segundo é de que certos segmentos da população são mais suscetíveis à violência. Considerando estes dois pressupostos, foi elaborado um *Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica Municipal (IVSE-M)* a partir das seguintes dimensões e variáveis:

Tabela IX.7 – Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica (IVSE-M): dimensões e variáveis

DIMENSÃO	VARIÁVEL	ANO
Pobreza	Percentual de pobres (proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais)	2010
Desigualdade	Razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres da população total	2010
Ocupação	Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade	2010
	Percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	2010
Vulnerabilidade da população jovem	Percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza	2010

A justificativa para a escolha das variáveis que compõem o IVSE-M estão expostas no Capítulo VI.

O índice de vulnerabilidade socioeconômica foi composto a partir do somatório dos valores destas variáveis acima descritas, sem atribuição de pesos diferenciados. Os percentuais foram convertidos em escala logarítmica para que o índice pudesse ser apresentado em uma escala que varia entre 0 e 10 (sendo 10 a pior situação).

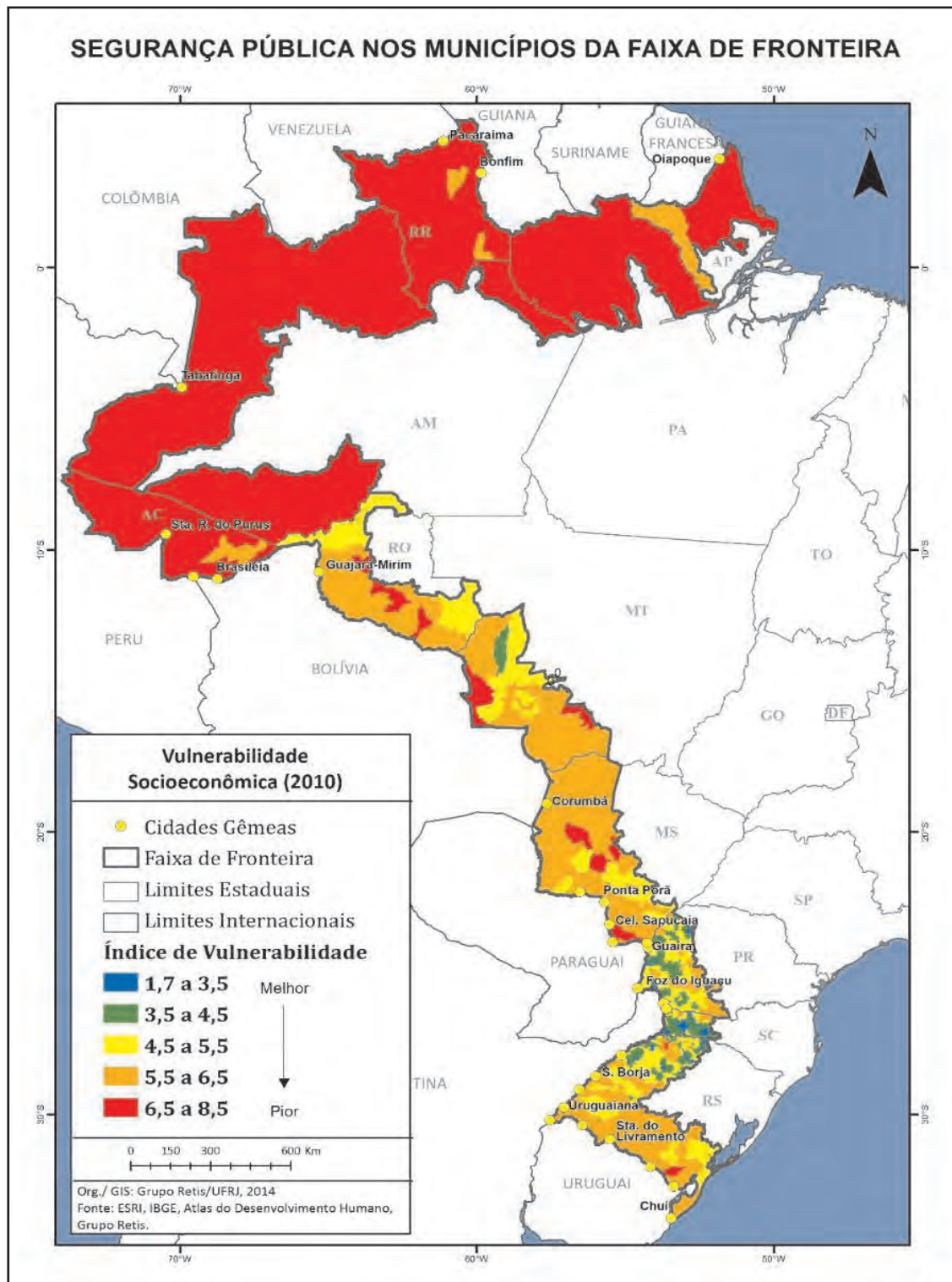
A distribuição espacial do IVSE-M segundo os municípios da Faixa de Fronteira evidencia, primeiramente, a grande homogeneidade do Arco Norte. Com exceção de pouquíssimos municípios, toda a região apresenta níveis muito elevados de vulnerabilidade socioeconômica (entre 6,5 e 8,5), com altos índices de pobreza, forte concentração da renda, alto percentual de desocupação e informalidade, e elevada vulnerabilidade da população jovem.

No Arco Central o patamar médio de vulnerabilidade é um pouco mais baixo (entre 5,5 e 6,5) do que o do Arco Norte e a situação dos municípios apresenta uma diferenciação maior. Em algumas áreas mais interiorizadas (em relação ao limite internacional) de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, de forte atividade agroindustrial, há municípios com índices médios de vulnerabilidade, o que se deve, principalmente, aos menores percentuais de pobreza.

Finalmente, no Arco Sul observa-se uma forte diferenciação entre a região que se estende do oeste paranaense até o noroeste do Rio Grande do Sul, na qual predominam valores médios e baixos de vulnerabilidade (com destaque para o oeste de Santa Catarina, onde há uma forte concentração de municípios com vulnerabilidade socioeconômica baixa e muito baixa) e a campanha gaúcha, onde predomina a vulnerabilidade alta (entre 5,5 e 6,5).

Para a definição do limiar crítico de vulnerabilidade adotou-se a média aproximada dos índices para a Faixa de Fronteira: 5,0. De acordo com o cálculo utilizado, este limiar também corresponderia a uma situação hipotética na qual os valores de cada uma das variáveis individuais que compõem o índice seriam iguais ou superiores a 10%, ou seja, mostram uma situação negativa.

Mapa IX.5 – Faixa de Fronteira: Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica, 2010



Áreas Críticas de Segurança Pública: resultado final

A definição das áreas críticas a partir dos indicadores elencados e analisados acima foi realizada por meio de uma consulta (*query*) ao banco de dados georreferenciado elaborado especificamente para este projeto. Para cada indicador foram definidos os limiares de criticidade discutidos previamente. A Tabela IX.8 a seguir apresenta o quadro síntese dos indicadores e seus respectivos limiares.

Tabela IX.8 – Áreas Críticas de Segurança Pública: indicadores e limiares

Indicador	LIMIAR	ANO
Taxa de Homicídios	Taxa de homicídios > 10 por 100 mil habitantes e mais de 3 homicídios entre 2009 e 2011	2009 – 2011
Efetivo Policial	Efetivo da Polícia Militar + Guarda Municipal < que 2 por 1 mil habitantes	2013
	Efetivo da Polícia Civil < 0,5 por 1 mil habitantes	2013
Gestão Municipal de Segurança	Gestão Municipal de Segurança = <i>Inexistente</i> ou <i>Incipiente</i>	2012
Vulnerabilidade Socioeconômica	Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica > 5	2010

A consulta foi feita a partir de uma fórmula textual que busca, no banco de dados, as unidades espaciais (no caso, os municípios) que atendem a *todas* as condições expressas nos limiares definidos. No total, 69 municípios satisfazem a *todas* as condições. Eles estão representados no Mapa IX.6 em vermelho.

No entanto, tendo em vista o objetivo primordial do Diagnóstico de contribuir para a orientação de políticas públicas de segurança para a Faixa de Fronteira, objetivo primordial desta pesquisa, foram acrescentados às “Áreas Críticas” os municípios que, embora não satisfizessem a todas as condições definidas, apresentam uma taxa de homicídios superior à média nacional de 2011, a saber, 27,1 homicídios por 100 mil habitantes e mais de três homicídios no triênio analisado (para descartar municípios com altas taxas por causa de baixíssimo contingente populacional). Julgamos essencial acrescentar esses municípios por apresentarem altas taxas de criminalidade violenta embora a rede de proteção e a vulnerabilidade socioeconômica não atinjam os limiares críticos definidos na pesquisa. Os 66 municípios que se encontram nesta situação estão representados no Mapa IX.6 em roxo.

Na Tabela IX.9 estão listados os municípios classificados como **áreas críticas**, quer porque atendem a *todas* as condições do modelo (IRV), quer porque apresentam taxa de homicídio superior a 27 por 100 mil habitantes no triênio de 2009 a 2011 (H27). As **condições de criticidade** também estão assinaladas na tabela: Incidência de homicídios (HOM); Rede de proteção (REDE) e Vulnerabilidade socioeconômica (VSE). O IRV corresponde à relação entre HOM, REDE e VSE.

Tabela IX.9 – Faixa de Fronteira: Indicadores de Criticidade e Áreas Críticas

Município	UF	SIT	População Total (2010)	Criticidade			Áreas Críticas	
				HOM	REDE	VSE	IRV	H27
Porto Velho	RO	2	428.527	X		X		X
Rio Branco	AC	3	336.038	X		X		X
Pelotas	RS	3	328.275	X		X		
Cascavel	PR	3	286.205	X	X			X
Boa Vista	RR	3	284.313	X		X		
Foz do Iguaçu	PR	1	256.088	X		X		X
Rio Grande	RS	3	197.228	X		X		
Dourados	MS	3	196.035	X				X
Chapecó	SC	3	183.530	X	X			
Uruguaiana	RS	1	125.435			X		
Toledo	PR	3	119.313	X	X			X
Bagé	RS	2	116.794	X		X		
Corumbá	MS	1	103.703	X		X		X
Umuarama	PR	3	100.676	X	X			X
Erechim	RS	3	96.087	X				
Cáceres	MT	2	87.942	X		X		X
Tangará da Serra	MT	3	83.431	X		X		X
Sant'Ana do Livramento	RS	1	82.464	X		X		
Francisco Beltrão	PR	3	78.943	X	X			
Ijuí	RS	3	78.915	X	X			
Cruzeiro do Sul	AC	2	78.507	X		X		X
Ponta Porã	MS	1	77.872	X		X		X
Alegrete	RS	3	77.653		X	X		
Santo Ângelo	RS	3	76.275	X				
Vilhena	RO	3	76.202	X		X		X
Pato Branco	PR	3	72.370	X	X			
Concórdia	SC	3	68.621		X			
Santa Rosa	RS	3	68.587	X				
Cruz Alta	RS	3	62.821	X		X		X
Oriximiná	PA	2	62.794		X	X		
São Borja	RS	1	61.671	X	X	X	X	
São Gabriel	RS	3	60.425	X		X		
Carazinho	RS	3	59.317	X		X		

Município	UF	SIT	População Total (2010)	Criticidade			Áreas Críticas	
				HOM	REDE	VSE	IRV	H27
Canguçu	RS	3	53.259		X	X		
Alenquer	PA	3	52.626		X	X		
Tabatinga	AM	1	52.272	X		X		X
Rolim de Moura	RO	3	50.648	X		X		
Óbidos	PA	2	49.333		X	X		
Santiago	RS	3	49.071			X		
Marechal Cândido Rondon	PR	2	46.819	X	X			X
Naviraí	MS	3	46.424	X		X		
Aquidauana	MS	3	45.614	X		X		
Xanxerê	SC	3	44.128	X				
São Lourenço do Sul	RS	3	43.111		X			
Palmas	PR	3	42.888	X		X		X
Sidrolândia	MS	3	42.132	X	X	X	X	
Medianeira	PR	3	41.817	X	X			
Guajará-Mirim	RO	1	41.656	X		X		
Pontes e Lacerda	MT	3	41.408	X		X		X
Laranjal do Jari	AP	2	39.942	X		X		X
Rosário do Sul	RS	3	39.707	X		X		
Dom Pedrito	RS	2	38.898	X	X	X	X	
Itaqui	RS	1	38.159	X	X	X	X	
Panambi	RS	3	38.058		X			
Sena Madureira	AC	3	38.029	X		X		
São Gabriel da Cachoeira	AM	2	37.896		X	X		
Lábrea	AM	3	37.701	X		X		
Maracaju	MS	3	37.405	X	X			X
São Miguel do Oeste	SC	3	36.306	X	X			
Dois Vizinhos	PR	3	36.179	X	X			
Tarauacá	AC	3	35.590		X	X		
Amambai	MS	3	34.730	X	X	X	X	X
São Luiz Gonzaga	RS	3	34.556	X		X		
Palmeira das Missões	RS	3	34.328	X		X		
Pimenta Bueno	RO	3	33.822	X		X		
Caçapava do Sul	RS	3	33.690		X	X		
Almeirim	PA	2	33.614	X		X		

Município	UF	SIT	População Total (2010)	Criticidade			Áreas Críticas	
				HOM	REDE	VSE	IRV	H27
Benjamin Constant	AM	2	33.411		X	X		
Assis Chateaubriand	PR	3	33.025	X	X			
Feijó	AC	2	32.412	X	X	X	X	
Buritis	RO	3	32.383	X		X		X
Barra do Bugres	MT	3	31.793	X	X	X	X	X
Poconé	MT	3	31.779	X	X	X	X	
São Paulo de Olivença	AM	3	31.422			X		
Santa Vitória do Palmar	RS	2	30.990	X		X		
Laranjeiras do Sul	PR	3	30.777	X		X		X
Guáira	PR	1	30.704	X		X		X
Rio Brillhante	MS	3	30.663	X	X	X	X	X
Boca do Acre	AM	3	30.632	X		X		
Quedas do Iguaçu	PR	3	30.605	X	X	X	X	
Goioerê	PR	3	29.018	X	X			
Frederico Westphalen	RS	3	28.843	X	X			
Palotina	PR	3	28.683	X	X			X
Jaguarão	RS	1	27.931		X	X		
São Miguel do Iguaçu	PR	2	25.769	X		X		X
Caarapó	MS	3	25.767	X	X	X	X	X
Barcelos	AM	2	25.718	X	X	X	X	
Xaxim	SC	3	25.713	X				
Miranda	MS	3	25.595	X		X		
São José do Norte	RS	3	25.503			X		
Mirassol d'Oeste	MT	3	25.299	X	X	X	X	
Encruzilhada do Sul	RS	3	24.534	X	X	X	X	X
Santo Antônio do Içá	AM	2	24.481		X	X		
Alta Floresta D'Oeste	RO	2	24.392	X		X		
Jardim	MS	3	24.346			X		
Capão do Leão	RS	3	24.298		X	X		
Rorainópolis	RR	3	24.279	X		X		
Três Passos	RS	3	23.965	X				
Anastácio	MS	3	23.835	X		X		
São Sepé	RS	3	23.798		X	X		
Três de Maio	RS	3	23.726					

Município	UF	SIT	População Total (2010)	Criticidade			Áreas Críticas	
				HOM	REDE	VSE	IRV	H27
Santa Helena	PR	2	23.413	X	X			X
Bela Vista	MS	1	23.181	X		X		
Quaraí	RS	1	23.021	X	X	X	X	
Nova Mamoré	RO	2	22.546	X		X		X
Tupanciretã	RS	3	22.281	X	X	X	X	
Ipixuna	AM	3	22.254		X	X		
Maravilha	SC	3	22.101		X			
São Miguel do Guaporé	RO	3	21.828	X		X		
São Lourenço do Oeste	SC	3	21.792	X				
Coronel Vivida	PR	3	21.749	X	X			
Ubiratã	PR	3	21.558	X	X	X	X	
Brasiléia	AC	1	21.398	X		X		X
Sarandi	RS	3	21.285		X			
Itaporã	MS	3	20.865		X	X		
Santa Terezinha de Itaipu	PR	3	20.841	X	X			X
Altônia	PR	3	20.516	X	X			X
Oiapoque	AP	1	20.509	X		X		X
Cruzeiro do Oeste	PR	3	20.416	X				
Senador Guimard	AC	2	20.179		X	X		
Nova Brasilândia D'Oeste	RO	3	19.874	X		X		
Piratini	RS	3	19.841		X	X		
Chopinzinho	PR	3	19.679	X		X		X
Ladário	MS	3	19.617			X		
Bonito	MS	3	19.587	X		X		
Ibirubá	RS	3	19.310		X			
São Francisco de Assis	RS	3	19.254		X	X		
Fátima do Sul	MS	3	19.035	X		X		
São José dos Quatro Marcos	MT	3	18.998	X		X		
Santo Antônio do Sudoeste	PR	1	18.893	X	X	X	X	
Itaquiraí	MS	3	18.614	X	X	X	X	X
Colorado do Oeste	RO	3	18.591		X	X		
Capanema	PR	2	18.526		X			
Arroio Grande	RS	3	18.470		X	X		

Município	UF	SIT	População Total (2010)	Criticidade			Áreas Críticas	
				HOM	REDE	VSE	IRV	H27
Caracará	RR	2	18.398	X		X		X
Horizontina	RS	3	18.348		X			
Nhamundá	AM	3	18.278		X	X		
Comodoro	MT	2	18.178	X		X		X
Pauini	AM	3	18.166		X	X		
Santa Isabel do Rio Negro	AM	2	18.146		X	X		
Sapezal	MT	3	18.094	X				X
Jutaí	AM	3	17.992		X	X		
Ampére	PR	3	17.308	X	X			
Clevelândia	PR	3	17.240	X	X	X	X	
Plácido de Castro	AC	2	17.209	X		X		
Abelardo Luz	SC	3	17.100	X	X	X	X	
Urucará	AM	3	17.094	X	X	X	X	
Tonantins	AM	3	17.079		X	X		
Giruá	RS	3	17.075		X	X		
Mangueirinha	PR	3	17.048	X	X	X	X	
Mundo Novo	MS	1	17.043	X		X		X
Cerejeiras	RO	3	17.029	X		X		
Seara	SC	3	16.936		X			
Alvorada D'Oeste	RO	3	16.853	X		X		
Terra Roxa	PR	3	16.759	X	X			
Alto Alegre	RR	2	16.448	X		X		X
Realeza	PR	3	16.338	X	X			
Envira	AM	3	16.338		X	X		
Pinhalzinho	SC	3	16.332		X			
Corbélia	PR	3	16.312	X	X			
Xapuri	AC	2	16.091	X		X		
Matelândia	PR	3	16.078	X	X			X
São Francisco do Guaporé	RO	2	16.035	X	X	X	X	
Palmitos	SC	3	16.020		X			
Itapiranga	SC	2	15.409		X			
Campina da Lagoa	PR	3	15.394	X	X	X	X	
Porto Murinho	MS	2	15.372	X	X	X	X	X
Araputanga	MT	3	15.342			X		

Município	UF	SIT	População Total (2010)	Criticidade			Áreas Críticas	
				HOM	REDE	VSE	IRV	H27
Mâncio Lima	AC	2	15.206	X		X		
Atalaia do Norte	AM	2	15.153		X	X		
Epitaciolândia	AC	1	15.100		X	X		
Candói	PR	3	14.983	X		X		X
Iporã	PR	3	14.981	X	X			X
Capitão Leônidas Marques	PR	3	14.970	X	X	X	X	
Porto Acre	AC	3	14.880	X		X		
Iguatemi	MS	3	14.875	X		X		X
Dionísio Cerqueira	SC	1	14.811	X		X		
Mucajá	RR	3	14.792	X		X		X
Cafelândia	PR	3	14.662		X			
Tapejara	PR	3	14.598		X			
Guaraniaçu	PR	3	14.582	X	X	X	X	X
Vila Bela da S. Trindade	MT	2	14.493	X		X		X
Nioaque	MS	3	14.391	X	X	X	X	
Rodrigues Alves	AC	2	14.389		X	X		
Santo Cristo	RS	3	14.378		X			
Marechal Thaumaturgo	AC	2	14.227	X	X	X	X	
Crissiumal	RS	2	14.084		X			
Coronel Sapucaia	MS	1	14.064	X	X	X	X	X
Guajará	AM	3	13.974		X	X		
Santo Augusto	RS	3	13.968			X		
Cantá	RR	3	13.902	X		X		
Marmeleiro	PR	3	13.900	X		X		
Tenente Portela	RS	3	13.719	X	X	X	X	
Salto do Lontra	PR	3	13.689	X	X			
São José do Cedro	SC	2	13.684	X				
Costa Marques	RO	2	13.678	X		X		
Cacequi	RS	3	13.676	X		X		
Rio Bonito do Iguaçu	PR	3	13.661	X	X	X	X	X
Planalto	PR	2	13.654		X			
Cerro Largo	RS	3	13.289		X			
Santa Izabel do Oeste	PR	3	13.132		X	X		
Alto Alegre dos Parecis	RO	2	12.816	X	X	X	X	

Município	UF	SIT	População Total (2010)	Criticidade			Áreas Críticas	
				HOM	REDE	VSE	IRV	H27
Pinheiro Machado	RS	3	12.780	X	X	X	X	
Canutama	AM	3	12.738	X		X		
Campo Novo de Rondônia	RO	3	12.665	X	X	X	X	X
Moreira Sales	PR	3	12.606		X	X		
Acrelândia	AC	2	12.538	X		X		
Paranhos	MS	1	12.350	X	X	X	X	X
Deodápolis	MS	3	12.139	X		X		
Nonoai	RS	3	12.074	X		X		
Nova Aurora	PR	3	11.866	X	X	X	X	
Três Barras do Paraná	PR	3	11.824	X	X	X	X	X
Querência do Norte	PR	3	11.729	X	X	X	X	X
Eldorado	MS	3	11.694	X		X		X
Seringueiras	RO	3	11.629	X	X	X	X	
Nossa Senhora do Livramento	MT	3	11.609	X		X		
Jaguari	RS	3	11.473		X			
Nova Laranjeiras	PR	3	11.241	X	X	X	X	
Santo Antônio das Missões	RS	3	11.210	X		X		
Cidade Gaúcha	PR	3	11.062	X	X			
Céu Azul	PR	3	11.032	X	X			X
Porto Esperidião	MT	2	11.031	X		X		X
Bonfim	RR	1	10.943	X		X		
Seberi	RS	3	10.897	X	X	X	X	X
Sete Quedas	MS	2	10.780	X		X		X
Pedra Branca do Amapari	AP	3	10.772		X	X		
Faxinal dos Guedes	SC	3	10.661		X			
Cunha Porã	SC	3	10.613		X			
São João	PR	3	10.599	X	X			
Porto Xavier	RS	1	10.558					
Itapejara d'Oeste	PR	3	10.531	X	X			
Planalto	RS	3	10.524	X	X			X
Guaraciaba	SC	2	10.498	X	X			
Missal	PR	3	10.474	X	X			
Jauru	MT	3	10.455	X		X		

Município	UF	SIT	População Total (2010)	Críticidade			Áreas Críticas	
				HOM	REDE	VSE	IRV	H27
Pacaraima	RR	1	10.433	X		X		
Nova Prata do Iguaçú	PR	3	10.377	X	X			
Guia Lopes da Laguna	MS	3	10.366	X		X		
Dois Irmãos do Buriti	MS	3	10.363			X		
Santa Tereza do Oeste	PR	3	10.332	X	X			X
São Carlos	SC	3	10.291		X			
Aral Moreira	MS	2	10.251	X		X		X
Quilombo	SC	3	10.248					
Novo Horizonte do Oeste	RO	3	10.240		X	X		
Mondaí	SC	3	10.231		X			
Mariluz	PR	3	10.224	X	X	X	X	
Redentora	RS	3	10.222	X	X	X	X	
Ronda Alta	RS	3	10.221		X	X		
Tacuru	MS	3	10.215	X	X	X	X	X
Coronel Freitas	SC	3	10.213		X			
Pérola	PR	3	10.208	X	X			
Catanduvas	PR	3	10.202	X	X	X	X	X
Alto Piquiri	PR	3	10.179		X	X		
Glória de Dourados	MS	3	9.927			X		
Constantina	RS	3	9.752			X		
Barracão	PR	1	9.735	X		X		
São Domingos	SC	3	9.491		X			
Amaturá	AM	3	9.467		X	X		
Chapada	RS	3	9.377		X			
Campo Erê	SC	3	9.370		X	X		
Amajari	RR	2	9.327	X	X	X	X	
Catuípe	RS	3	9.323		X	X		
Porto Walter	AC	3	9.176		X	X		
São Jorge d'Oeste	PR	3	9.085		X	X		
Itaipulândia	PR	3	9.026		X			
Saudades	SC	3	9.016		X			
Jesuítas	PR	3	9.001		X			
Calçoene	AP	3	9.000	X		X		
Rondon	PR	3	8.996		X			

Município	UF	SIT	População Total (2010)	Criticidade			Áreas Críticas	
				HOM	REDE	VSE	IRV	H27
Vera Cruz do Oeste	PR	3	8.973	X	X	X	X	
Normandia	RR	2	8.940		X	X		
Entre-Ijuís	RS	3	8.938		X	X		
Santa Luzia D'Oeste	RO	3	8.886		X	X		
Icaraíma	PR	3	8.839			X		
Santa Bárbara do Sul	RS	3	8.829		X	X		
Capixaba	AC	2	8.798	X		X		
Corumbiara	RO	3	8.783	X	X	X	X	
Candiota	RS	3	8.771	X		X		
Santa Isabel do Ivaí	PR	3	8.760		X			
Iracema	RR	2	8.696	X		X		
Tuneiras do Oeste	PR	3	8.695	X	X			
Descanso	SC	3	8.634		X			
Tuparendi	RS	3	8.557		X			
Bujari	AC	3	8.471			X		
São Vicente do Sul	RS	3	8.440			X		
Iporã do Oeste	SC	3	8.409		X			
Uiramutã	RR	2	8.375		X	X		
Jóia	RS	3	8.331		X	X		
Chupinguaia	RO	3	8.301	X	X	X	X	X
Santana da Boa Vista	RS	3	8.242	X	X	X	X	
Antônio João	MS	2	8.208	X		X		X
Faro	PA	3	8.177		X	X		
Guarani das Missões	RS	3	8.115		X			
Caroebe	RR	2	8.114	X	X	X	X	X
Santa Cruz de Monte Castelo	PR	3	8.092		X			
Iraí	RS	3	8.078		X	X		
Amapá	AP	3	8.069			X		
Alpestre	RS	3	8.027	X	X			
Tupãssi	PR	3	7.997		X			
Bodoquena	MS	3	7.985			X		
Manoel Urbano	AC	2	7.981	X		X		X
Boa Vista da Aparecida	PR	3	7.911	X		X		X

Município	UF	SIT	População Total (2010)	Criticidade			Áreas Críticas	
				HOM	REDE	VSE	IRV	H27
Erval Seco	RS	3	7.878	X		X		
Verê	PR	3	7.878		X			
Pedro Osório	RS	3	7.811			X		
Palma Sola	SC	3	7.765		X	X		
Coronel Bicaco	RS	3	7.748	X		X		
Japorã	MS	2	7.731	X	X	X	X	X
Lavras do Sul	RS	3	7.679		X	X		
Juranda	PR	3	7.641		X	X		
Nova Santa Rosa	PR	3	7.626		X			
Barão de Melgaço	MT	3	7.591	X	X	X	X	
Formosa do Oeste	PR	3	7.541	X	X			
Ivaté	PR	3	7.514		X			
Douradina	PR	3	7.445		X			
São Miguel das Missões	RS	3	7.421	X		X		
Japurá	AM	2	7.326		X	X		
Ametista do Sul	RS	3	7.323	X	X	X	X	
Ajuricaba	RS	3	7.255		X			
Coronel Domingos Soares	PR	3	7.238	X	X	X	X	X
Ipumirim	SC	3	7.220	X	X			
Roque Gonzales	RS	2	7.203		X	X		
Augusto Pestana	RS	3	7.096		X			
Manoel Viana	RS	3	7.072		X	X		
Alecrim	RS	2	7.045		X			
Palmitinho	RS	3	6.920		X			
Bossoroca	RS	3	6.884		X	X		
Renascença	PR	3	6.812		X	X		
Ipuaçu	SC	3	6.798		X	X		
São João da Baliza	RR	3	6.769		X	X		
Pérola d'Oeste	PR	2	6.761		X			
Herval	RS	2	6.753		X	X		
São Luiz	RR	3	6.750	X	X	X	X	
Independência	RS	3	6.618		X			
Jordão	AC	2	6.577		X	X		
Boa Vista do Buricá	RS	3	6.574		X			

Município	UF	SIT	População Total (2010)	Criticidade			Áreas Críticas	
				HOM	REDE	VSE	IRV	H27
Aratiba	RS	3	6.565		X			
Condor	RS	3	6.552		X			
Cândido Godói	RS	3	6.535		X			
Janiópolis	PR	3	6.532		X	X		
Barão de Cotegipe	RS	3	6.529		X			
Vitorino	PR	3	6.513		X			
São Pedro do Iguaçu	PR	3	6.491	X		X		
Laguna Carapã	MS	3	6.491			X		
Tiradentes do Sul	RS	2	6.461		X			
Itá	SC	3	6.426		X			
Francisco Alves	PR	3	6.418	X	X	X	X	
Cerrito	RS	3	6.402	X	X	X	X	
Anchieta	SC	3	6.380		X			
São Paulo das Missões	RS	3	6.364		X			
Laranjal	PR	3	6.360	X	X	X	X	
Cabixi	RO	2	6.313		X	X		
Mariópolis	PR	3	6.268		X	X		
Morro Redondo	RS	3	6.227		X	X		
Caibi	SC	3	6.219		X			
Campina das Missões	RS	3	6.117		X			
Águas de Chapecó	SC	3	6.110		X			
Enéas Marques	PR	3	6.103		X			
Assis Brasil	AC	1	6.072		X	X		
Ibema	PR	3	6.066		X	X		
Hulha Negra	RS	3	6.043		X	X		
São Jorge do Patrocínio	PR	3	6.041		X			
São João do Oeste	SC	3	6.036		X			
São Felipe D'Oeste	RO	3	6.018		X	X		
Xambrê	PR	3	6.012	X		X		X
Maria Helena	PR	3	5.956	X	X			X
Honório Serpa	PR	3	5.955		X	X		
Chuí	RS	1	5.917			X		
Vicentina	MS	3	5.901			X		
Juti	MS	3	5.900	X		X		X

Município	UF	SIT	População Total (2010)	Criticidade			Áreas Críticas	
				HOM	REDE	VSE	IRV	H27
Tucunduva	RS	3	5.898		X			
Tapira	PR	3	5.836		X			
Ferreira Gomes	AP	3	5.802	X		X		X
Trindade do Sul	RS	3	5.787	X	X	X	X	
Liberato Salzano	RS	3	5.780		X			
São Martinho	RS	3	5.773		X			
Rodeio Bonito	RS	3	5.743					
Braganey	PR	3	5.735		X	X		
São Nicolau	RS	2	5.727		X	X		
Ouro Verde do Oeste	PR	3	5.692	X	X			X
Maripá	PR	3	5.684		X			
Perobal	PR	3	5.653		X			
Pranchita	PR	2	5.628		X			
Romelândia	SC	3	5.551		X			
Rondinha	RS	3	5.518	X	X			
Campinas do Sul	RS	3	5.506		X			
Nova Olímpia	PR	3	5.503		X			
Campo Novo	RS	3	5.459		X	X		
Nova Lacerda	MT	3	5.436		X	X		
Lambari D'Oeste	MT	3	5.431	X	X	X	X	
Porto Lucena	RS	2	5.413					
Caracol	MS	2	5.398	X		X		X
Douradina	MS	3	5.364			X		
Lindoeste	PR	3	5.361		X	X		
Doutor Maurício Cardoso	RS	2	5.313		X			
Vicente Dutra	RS	3	5.285		X	X		
Ervál Grande	RS	3	5.163		X			
Campos de Júlio	MT	3	5.154	X	X			
Nova Esperança do Sudoeste	PR	3	5.098		X			
Caiçara	RS	3	5.071		X			
Rio Branco	MT	3	5.070			X		
Mercedes	PR	2	5.046		X			
Saudade do Iguaçu	PR	3	5.028		X	X		

Município	UF	SIT	População Total (2010)	Críticidade			Áreas Críticas	
				HOM	REDE	VSE	IRV	H27
Diamante D'Oeste	PR	3	5.027		X	X		
Caibaté	RS	3	4.954		X			
Novo Horizonte do Sul	MS	3	4.940		X			
Humaitá	RS	3	4.919	X	X			X
Guarujá do Sul	SC	3	4.908		X			
Curvelândia	MT	3	4.866		X	X		
Quarto Centenário	PR	3	4.856		X	X		
Miraguaí	RS	3	4.855	X	X	X	X	X
Riqueza	SC	3	4.838	X	X			X
Pato Bragado	PR	2	4.822		X			
Parecis	RO	3	4.810		X	X		
Maçambará	RS	3	4.738		X	X		
Flor da Serra do Sul	PR	3	4.726	X	X			X
Santa Rosa do Purus	AC	1	4.691		X	X		
Guatambú	SC	3	4.679		X			
Espigão Alto do Iguaçu	PR	3	4.677	X	X	X	X	X
Nova Esperança do Sul	RS	3	4.671		X			
Tunápolis	SC	2	4.633		X			
Boa Esperança	PR	3	4.568		X	X		
Serranópolis do Iguaçu	PR	2	4.568		X			
Pinheirinho do Vale	RS	3	4.497		X			
Caxambu do Sul	SC	3	4.411		X			
Campo Bonito	PR	3	4.407		X	X		
Salgado Filho	PR	3	4.403		X			
Aceguá	RS	1	4.394		X	X		
Três Palmeiras	RS	3	4.381	X	X	X	X	X
Serra do Navio	AP	3	4.380		X	X		
Altamira do Paraná	PR	3	4.306		X	X		
Alegria	RS	3	4.301	X				X
Cafezal do Sul	PR	3	4.290		X			
Cruzeiro do Iguaçu	PR	3	4.278		X	X		
Nova Erechim	SC	3	4.275		X			
Nova Itaberaba	SC	3	4.267		X			
Iraceminha	SC	3	4.253		X			

Município	UF	SIT	População Total (2010)	Criticidade			Áreas Críticas	
				HOM	REDE	VSE	IRV	H27
Vila Nova do Sul	RS	3	4.221			X		
Arabutã	SC	3	4.193		X			
Itatiba do Sul	RS	3	4.171		X			
Xavantina	SC	3	4.142		X			
Ramilândia	PR	3	4.134	X	X	X	X	X
Jaboticaba	RS	3	4.098		X	X		
Paraíso	SC	2	4.080		X			
Modelo	SC	3	4.045					
Chiapetta	RS	3	4.044		X	X		
Barra do Quaraí	RS	1	4.012		X	X		
Jateí	MS	3	4.011			X		
Novo Barreiro	RS	3	3.978		X	X		
Pejuçara	RS	3	3.973					
Saltinho	SC	3	3.961		X			
Bela Vista da Caroba	PR	3	3.945		X	X		
Entre Rios do Oeste	PR	2	3.926		X			
Santa Lúcia	PR	3	3.925		X			
Novo Machado	RS	2	3.925		X			
Salto do Céu	MT	3	3.908		X	X		
Pontão	RS	3	3.857		X			
São José das Palmeiras	PR	3	3.830		X	X		
Quatro Pontes	PR	3	3.803		X			
Figueirópolis D'Oeste	MT	3	3.796		X	X		
Bom Jesus do Sul	PR	2	3.796		X	X		
Pracuúba	AP	3	3.793			X		
Cordilheira Alta	SC	3	3.767		X			
Braga	RS	3	3.702			X		
Porto Barreiro	PR	3	3.663		X	X		
Porto Estrela	MT	3	3.649		X	X		
Jacutinga	RS	3	3.633		X			
São Valentim	RS	3	3.632					
Rio dos Índios	RS	3	3.616		X	X		
Jari	RS	3	3.575	X		X		X
Santa Mônica	PR	3	3.571		X			

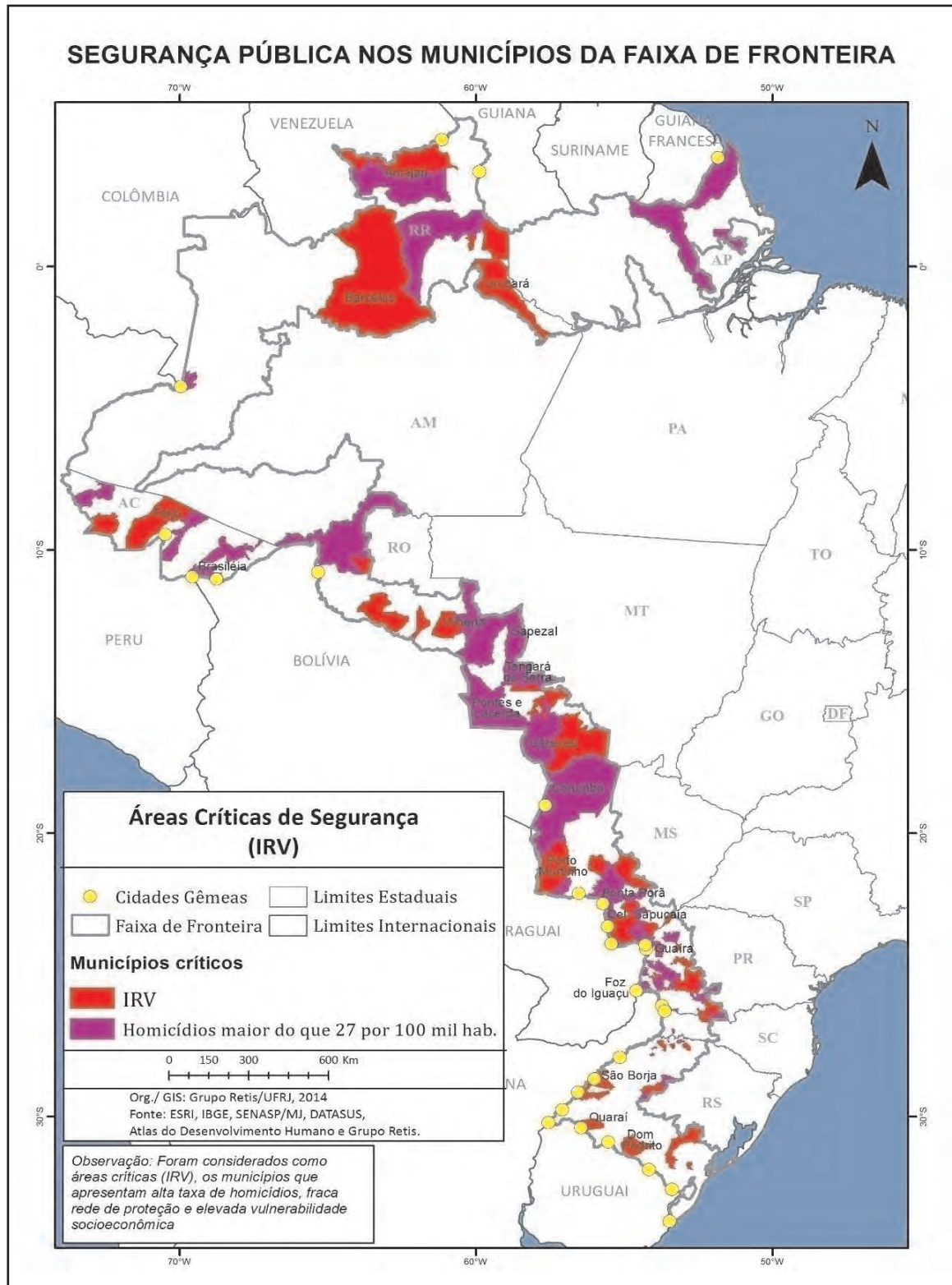
Município	UF	SIT	População Total (2010)	Criticidade			Áreas Críticas	
				HOM	REDE	VSE	IRV	H27
Vargeão	SC	3	3.532		X	X		
Primavera de Rondônia	RO	3	3.524		X	X		
Turuçu	RS	3	3.522			X		
Taquarussu	MS	3	3.518			X		
Diamante do Sul	PR	3	3.510	X	X	X	X	X
Vitória das Missões	RS	3	3.485			X		
Galvão	SC	3	3.472		X			
Itacurubi	RS	3	3.441		X			
Sulina	PR	3	3.394	X		X		X
Conquista D'Oeste	MT	3	3.385			X		
Bom Sucesso do Sul	PR	3	3.293			X		
Serra Alta	SC	3	3.285		X			
Esperança do Sul	RS	2	3.272					
Garruchos	RS	2	3.234		X	X		
Brasilândia do Sul	PR	3	3.209		X	X		
Alto Paraíso	PR	3	3.206		X	X		
Derrubadas	RS	2	3.190		X	X		
Glória D'Oeste	MT	3	3.135		X	X		
Manfrinópolis	PR	3	3.127		X	X		
Capão do Cipó	RS	3	3.104		X	X		
Barra do Guarita	RS	3	3.089		X			
Entre Rios do Sul	RS	3	3.080					
Vale de São Domingos	MT	3	3.052		X	X		
Entre Rios	SC	3	3.018		X			
Sede Nova	RS	3	3.011		X	X		
Taquaruçu do Sul	RS	3	2.966					
União do Oeste	SC	3	2.910		X			
Bandeirante	SC	2	2.906		X			
Santa Terezinha do Progresso	SC	3	2.896		X	X		
Anahy	PR	3	2.874		X			
São Pedro do Butiá	RS	3	2.873		X			
Saldanha Marinho	RS	3	2.869		X			
Dezesseis de Novembro	RS	3	2.866			X		

Município	UF	SIT	População Total (2010)	Criticidade			Áreas Críticas	
				HOM	REDE	VSE	IRV	H27
Rancho Alegre D'Oeste	PR	3	2.847		X	X		
Vista Alegre	RS	3	2.832	X				X
Cristal do Sul	RS	3	2.826		X			
Senador Salgado Filho	RS	3	2.814					
Eugênio de Castro	RS	3	2.798		X	X		
Sul Brasil	SC	3	2.766		X			
Boa Esperança do Iguaçu	PR	3	2.764		X			
Vista Gaúcha	RS	3	2.759		X			
Princesa	SC	2	2.758		X			
Pirapó	RS	2	2.757			X		
Nova Candelária	RS	3	2.751		X			
Novo Horizonte	SC	3	2.750		X			
Arroio do Padre	RS	3	2.730		X			
São José das Missões	RS	3	2.720		X	X		
São Bernardino	SC	3	2.677		X			
Salvador das Missões	RS	3	2.669					
Planalto Alegre	SC	3	2.654		X			
São Valério do Sul	RS	3	2.647		X	X		
Belmonte	SC	2	2.635		X			
Pinhal de São Bento	PR	3	2.625		X			
Formosa do Sul	SC	3	2.601		X			
Sagrada Família	RS	3	2.595		X	X		
Iracema do Oeste	PR	3	2.578		X			
Reserva do Cabaçal	MT	3	2.572			X		
Faxinalzinho	RS	3	2.567		X	X		
Rolador	RS	3	2.546		X			
Porto Mauá	RS	2	2.542					
Bom Jesus	SC	3	2.526		X	X		
Pinhal	RS	3	2.513					
Lajeado do Bugre	RS	3	2.487		X	X		
Coronel Barros	RS	3	2.459		X			
Coronel Martins	SC	3	2.458		X			X
Coqueiros do Sul	RS	3	2.457		X			

Município	UF	SIT	População Total (2010)	Criticidade			Áreas Críticas	
				HOM	REDE	VSE	IRV	H27
Unistalda	RS	3	2.450			X		
Boa Vista do Cadeado	RS	3	2.441		X			
Nova Ramada	RS	3	2.437		X			
Águas Frias	SC	3	2.424		X			
Cerro Grande	RS	3	2.417		X			X
Indiavaí	MT	3	2.397			X		
Santa Helena	SC	2	2.382					
Barra Funda	RS	3	2.367		X			
Santa Margarida do Sul	RS	3	2.352			X		
Bom Progresso	RS	3	2.328		X	X		
Pimenteiras do Oeste	RO	2	2.315		X	X		
Benjamin Constant do Sul	RS	3	2.307		X	X		
Ubiretama	RS	3	2.296					
Novo Tiradentes	RS	3	2.277		X			
Ouro Verde	SC	3	2.271		X	X		
Gramado dos Loureiros	RS	3	2.269	X	X	X	X	X
Inhacorá	RS	3	2.267		X	X		
Arvoredo	SC	3	2.260		X			
Iguatu	PR	3	2.234		X	X		
Pedras Altas	RS	2	2.212			X		
Marema	SC	3	2.203		X			
Bozano	RS	3	2.200					
São José do Inhacorá	RS	3	2.200					
Paulo Bento	RS	3	2.196		X			
Dois Irmãos das Missões	RS	3	2.157		X	X		
Jupia	SC	3	2.148		X	X		
Cruzaltense	RS	3	2.141		X			
Bom Jesus do Oeste	SC	3	2.132		X			
Sete de Setembro	RS	3	2.124			X		
Boa Vista das Missões	RS	3	2.114		X	X		
Irati	SC	3	2.096		X			
Almirante Tamandaré do Sul	RS	3	2.067		X			
Barra do Rio Azul	RS	3	2.003		X			

Município	UF	SIT	População Total (2010)	Criticidade			Áreas Críticas	
				HOM	REDE	VSE	IRV	H27
Esperança Nova	PR	3	1.970		X			
Nova Boa Vista	RS	3	1.960		X			
São Miguel da Boa Vista	SC	3	1.904					
São Pedro das Missões	RS	3	1.886		X	X		
Cunhataí	SC	3	1.882		X			
Barra Bonita	SC	3	1.878					
Porto Vera Cruz	RS	2	1.852					
Mato Queimado	RS	3	1.799			X		
Quatro Irmãos	RS	3	1.775		X	X		
Jardinópolis	SC	3	1.766		X			
Paial	SC	3	1.763					
Tigrinhos	SC	3	1.757					
Novo Xingu	RS	3	1.757		X			
Ponte Preta	RS	3	1.750		X			
Flor do Sertão	SC	3	1.588		X			
Engenho Velho	RS	3	1.527		X	X		
Lajeado Grande	SC	3	1.490		X			
Santiago do Sul	SC	3	1.465		X			
Org.: Grupo Retis/UFRJ, 2014.								

Mapa IX.6 – Faixa de Fronteira: Áreas Críticas de Segurança Pública (IRV)



Padrão espacial dos municípios críticos

Na interpretação do Mapa IX.6 é preciso considerar que a grande extensão territorial de muitos municípios do Arco Norte induz o leitor a considerar extremamente crítico o IRV nesse segmento, o que não espelha a real gravidade da situação de segurança pública, tendo em vista a baixa densidade demográfica e pequena população de alguns deles (Barcelos, Uruará). O mesmo fato se repete no Arco Central para alguns municípios, caso de Porto Murtinho (MS) e Corumbá (MS). Já no Arco Sul, a maior densidade da malha municipal mostra um quadro bem mais complexo nos dois casos—municípios críticos—IRV e municípios que são críticos apenas por apresentar alta taxa de homicídio. Cabe lembrar que o cálculo de taxas de homicídio por 100.000 habitantes é bastante problemático em municípios de pequena população, pois nesses casos pequenos números absolutos podem resultar em taxas muito altas com uma relevância estatística apenas aparente.

Em termos gerais, o Arco Central apresenta a pior situação nos dois casos (IRV e alta taxa de homicídio).

Tabela IX.10—Síntese das áreas críticas de segurança pública, por Arco e UF

Arco	UF	Municípios críticos IRV (1)	Taxa de homicídios > 27 (2)	Municípios selecionados (1 e/ou 2)	Total de municípios na FF	% do total de municípios na FF
Arco Norte	AP	0	3	3	8	37,5%
	PA	0	0	0	5	0,0%
	RR	3	3	5	15	33,3%
	AM	2	1	3	21	14,3%
	AC	2	4	6	22	27,3%
Arco Central	RO	6	5	9	27	33,3%
	MT	5	8	12	28	42,8%
	MS	11	20	22	44	50,0%
Arco Sul	PR	22	29	42	139	30,2%
	SC	1	1	2	82	2,4%
	RS	17	7	19	197	9,6%

Org. Grupo Retis, 2014.

SEGMENTOS VULNERÁVEIS DA POPULAÇÃO

A metodologia utilizada para as áreas críticas de violência contra segmentos vulneráveis da população é a mesma descrita no Capítulo IX, porém com variáveis específicas para alguns segmentos destacados da população, a saber: mulheres, crianças e adolescentes e indígenas.

Uma abordagem dos segmentos vulneráveis da população parte do pressuposto de que diferentes tipos de crime e perfis de vitimização devem ser tratados com diferentes enfoques pelas políticas de segurança pública.

No caso das mulheres, as recentes políticas de enfrentamento à violência contra a mulher têm buscado evidenciar a violência contra esse segmento da população e estimular políticas públicas que atendam a essa demanda de segurança. A criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, vinculada à Presidência da República (SPM/PR), em 2003, e a Lei 11.340 (Lei Maria da Penha), de 2006, foram alguns marcos no avanço institucional do combate à violência contra a mulher. A recente publicação da *Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher* (SPM/PR, 2011) traz um panorama bastante completo sobre a situação atual e alerta que embora a violência contra a mulher “seja um fenômeno reconhecidamente presente na vida de milhões de brasileiras, não existem estatísticas sistemáticas e oficiais que apontem para a magnitude desse fenômeno” (SPM/PR, 2011, p.12).

No caso de crianças e adolescentes, o enfoque específico para a situação de vulnerabilidade desse segmento já é mais antigo. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi instituído em 1990 e incorpora diversos parâmetros internacionais definidos nos anos 1980 para o tratamento adequado dos menores de idade. Um reflexo da institucionalização do enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes aparece na maior ubiquidade da rede de proteção a esse segmento, como se vê no caso do Conselho Tutelar, presente em todos os municípios da Faixa de Fronteira. Os dados de incidência da violência contra crianças e adolescentes ainda são muito inconstantes.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Para mapear as áreas críticas do segmento de crianças e adolescentes, seguimos também a proposta do IRV. Nesse caso, a Incidência se refere aos dados da violência contra crianças e adolescentes (SINAN) e às denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes (Disque 100/SDH); a Rede de Proteção se refere à existência de Conselho Tutelar, Juizado de Menores, Delegacia de Proteção a Criança e Adolescente e Núcleo de Defensoria Pública especializado (Perfil Municipal/IBGE, 2012); a Vulnerabilidade se refere aos dados de trabalho infantil e crianças fora da escola.

Registro de violência

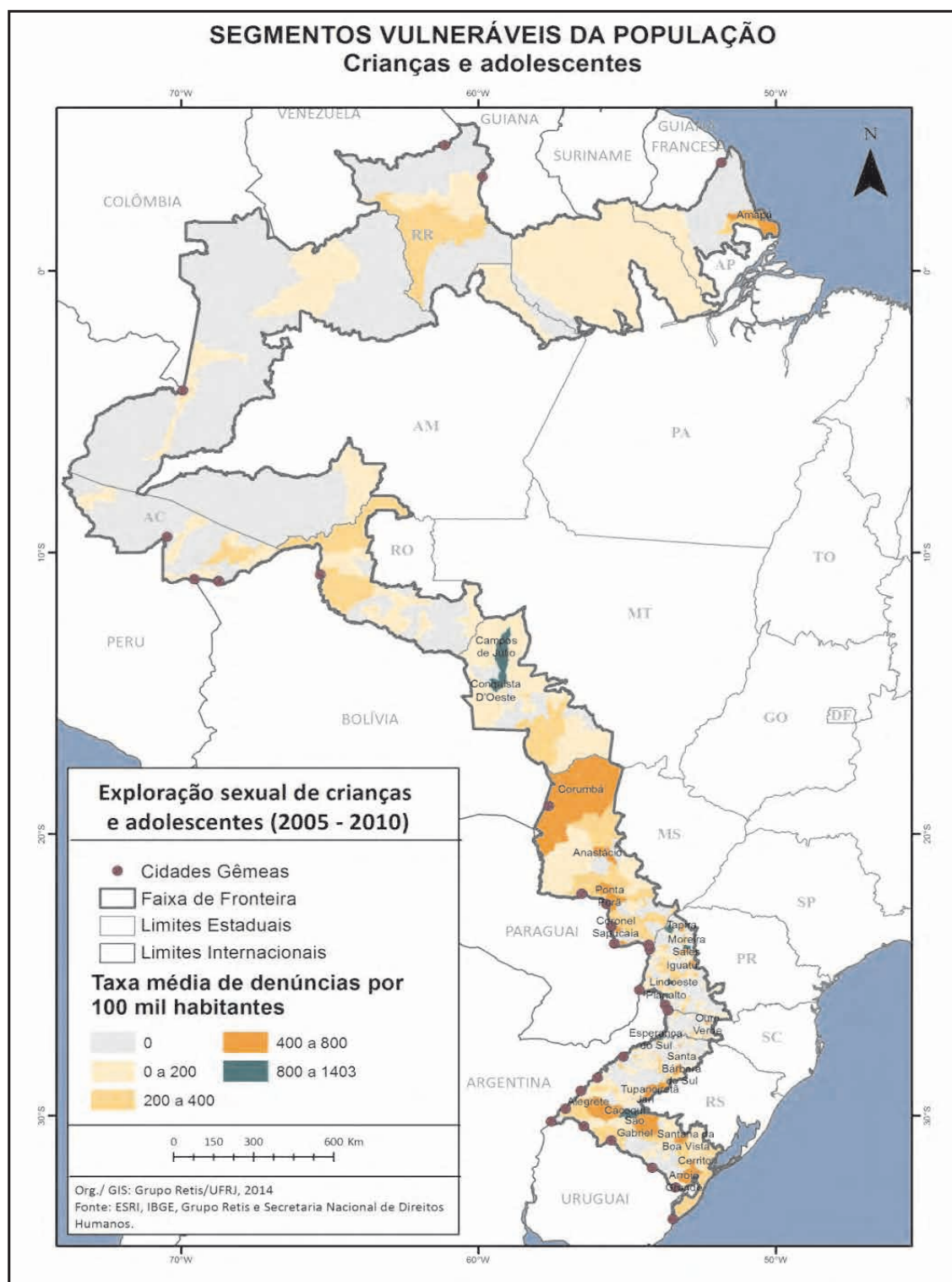
Em primeiro lugar, consideramos as denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes, obtidas a partir do Disque 100 (Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes)⁷⁶, com o percentual de denúncias sobre o total da população até 18 anos. Muitos municípios aparecem sem registros de denúncias,

⁷⁶ Disponível em <http://matriz.sipia.gov.br/relatorios-de-esca/relat%C3%B3rio-fronteira>. Acesso 13 abr 2014.

mas não há distinção entre municípios sem dados e municípios sem registro. A análise dos mapas referentes a esse tema está detalhada no Capítulo VIII.B. O mapa foi feito para evidenciar o limiar adotado para a composição da área crítica.

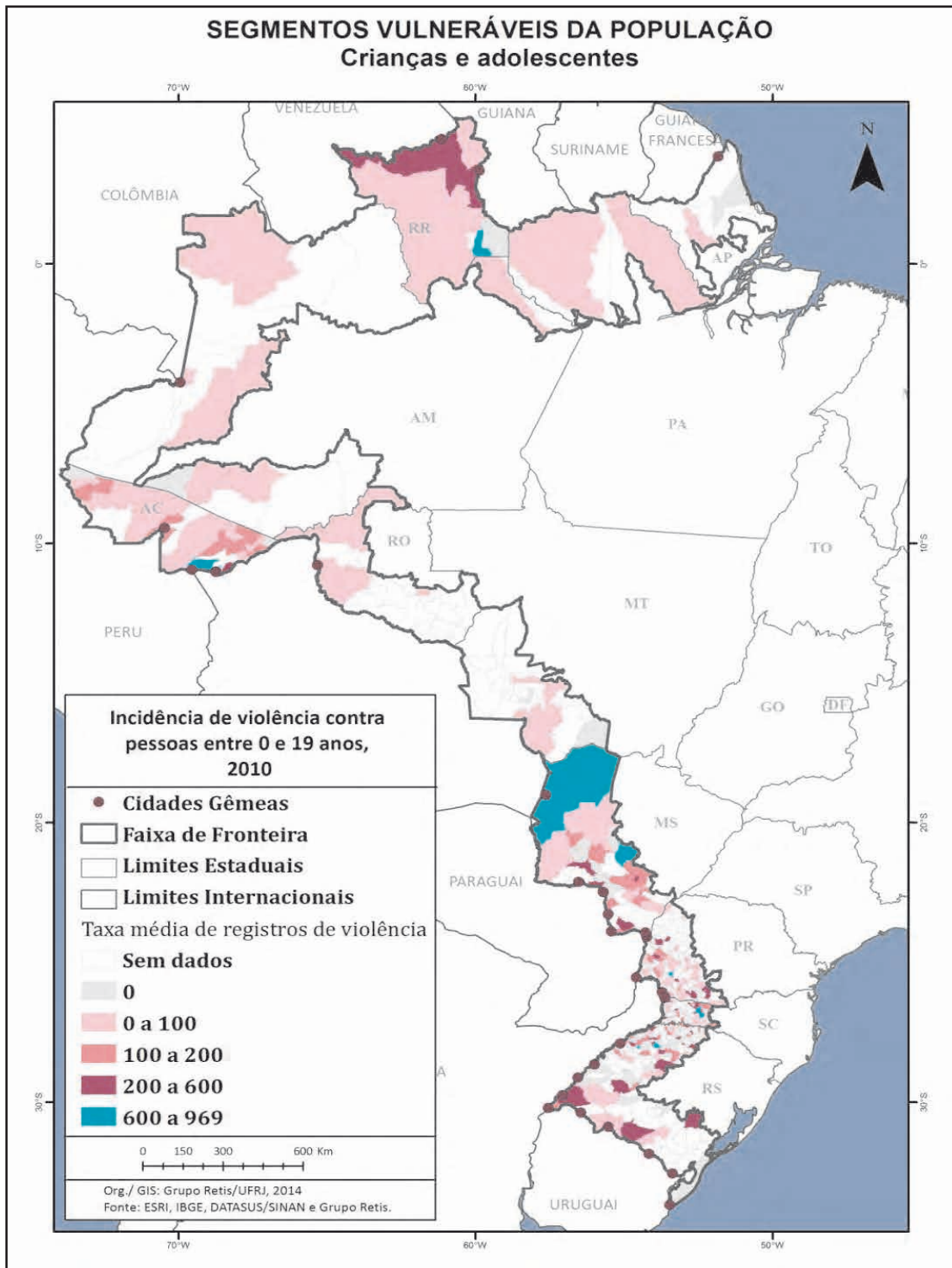
A primeira variável selecionada para a violência contra criança e adolescente foi a média anual de denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes (2005-2010) por 100 mil habitantes na faixa etária de 0 a 18 anos > 200.

Mapa X.1 – Faixa de Fronteira: Exploração sexual de crianças e adolescentes, 2005-2010



Acrescentamos os dados de violência contra crianças e adolescentes (SINAN), entre 2009 e 2011, considerando aqueles que apresentaram taxa de incidência maior do que 100 por 100 mil habitantes da mesma faixa etária e os municípios sem dados no SINAN.

Mapa X.2 Faixa de Fronteira: incidência de violência contra pessoas entre 0 e 19 anos, 2010



Assim ficaram definidas as variáveis para compor a incidência de violência contra crianças e adolescentes nas áreas críticas:

- Média anual de denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes (2005-2010) por 100 mil habitantes na faixa etária de 0 a 18 anos > 200.

ou

- Média anual de registros de violência contra população na faixa etária de 0 a 19 anos (2009-2011) por 100 mil habitantes na mesma faixa etária > 100;

ou

- Municípios sem dados do SINAN (170 municípios)

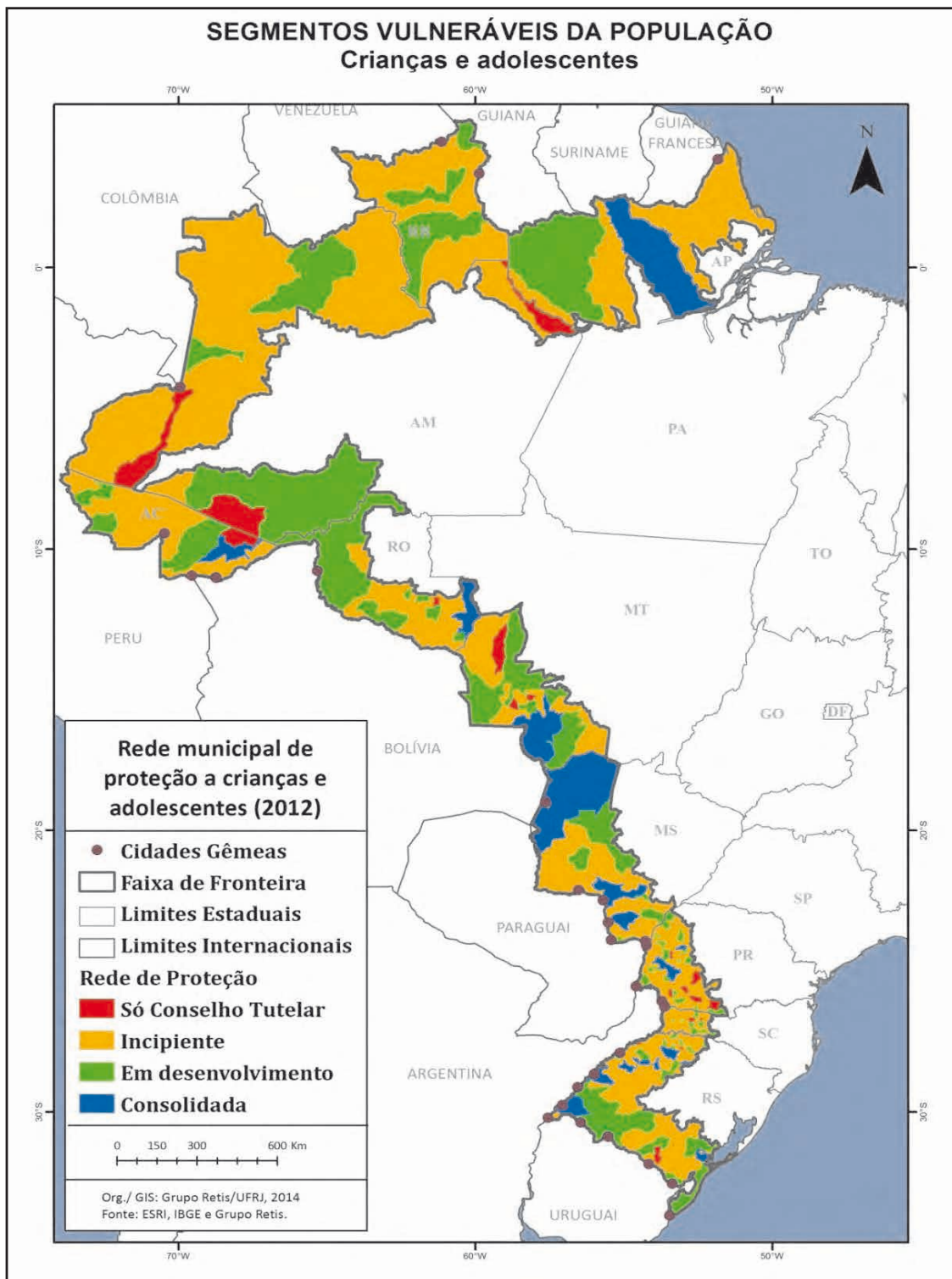
Rede de proteção

A caracterização da rede de proteção a crianças e adolescentes foi feita no Capítulo II, relacionando as seguintes variáveis:

- Conselho Tutelar
- Delegacia de Proteção a Criança e Adolescente;
- Juizado de Menores;
- Núcleo de Defensoria Pública especializado em crianças e adolescentes.

Como a rede de proteção de crianças e adolescentes é mais desenvolvida, consideramos como críticos aqueles municípios com rede limitada ao Conselho Tutelar e uma das outras três organizações. Com exceção de um pequeno segmento entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, os municípios com rede de proteção inexistente estão distribuídos de forma mais ou menos homogênea em toda a Faixa de Fronteira.

Mapa X.3 Faixa de Fronteira: rede municipal de proteção a crianças e adolescentes, 2012



Vulnerabilidade socioeconômica

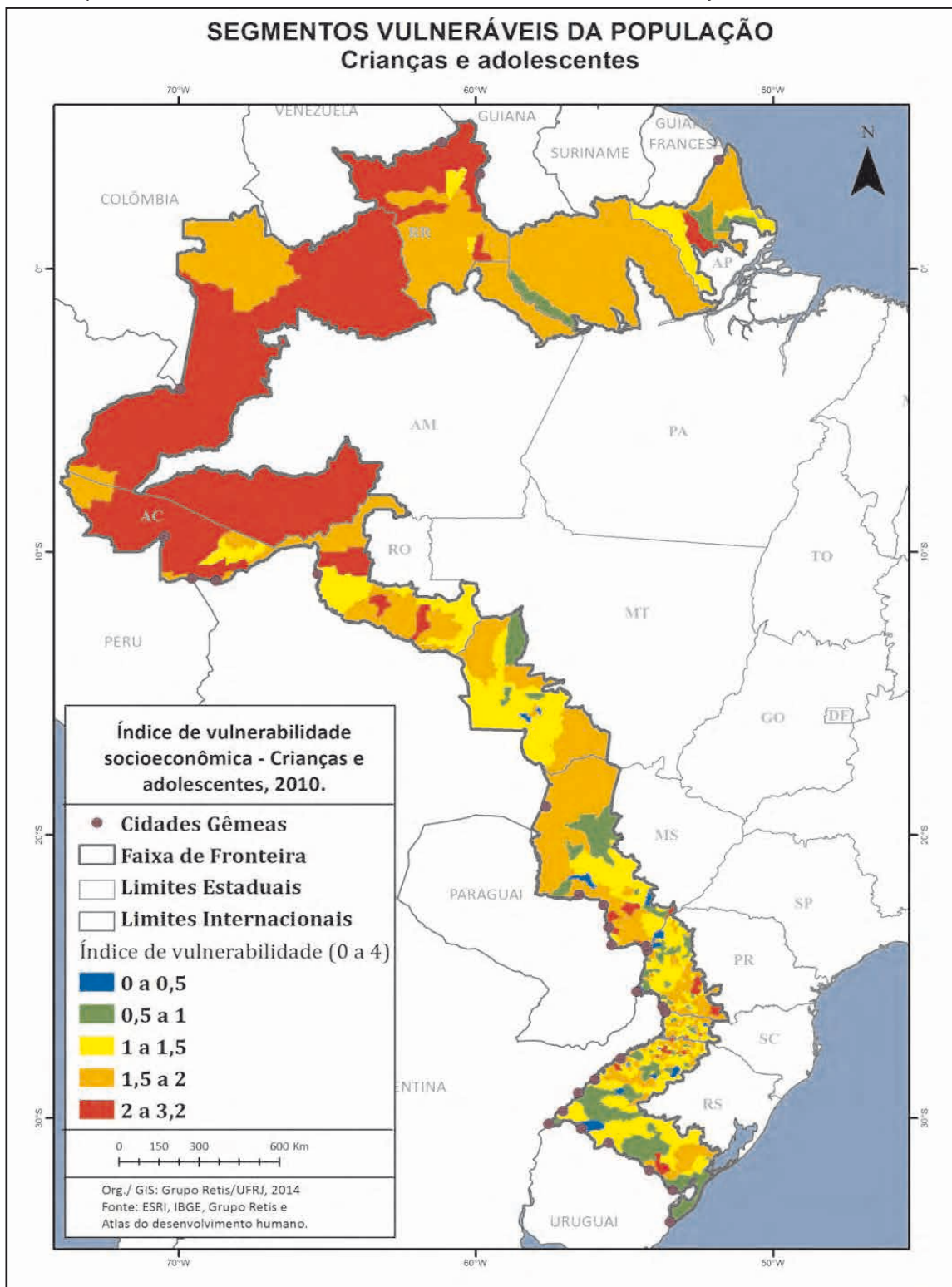
O índice de vulnerabilidade socioeconômica relacionada a crianças e adolescentes foi obtido a partir dos dados do Censo do IBGE (2010) referentes a crianças fora da escola e trabalho infantil (ver Capítulo VIII).

As duas variáveis selecionadas foram as seguintes:

- Razão entre as crianças de 6 a 14 anos que não frequentam a escola e o total de crianças nesta faixa etária multiplicado por 100.
- Razão entre as pessoas de 10 a 13 anos de idade que eram economicamente ativas, ou seja, que estavam ocupadas ou desocupadas na semana de referência do Censo e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100. Considera-se desocupada a pessoa que, não estando ocupada na semana de referência, havia procurado trabalho no mês anterior a essa pesquisa.

Foram 271 municípios acima de 1,5 no índice de vulnerabilidade (0 a 4). O índice se refere à soma das duas variáveis, cada uma de 0 a 2. O Mapa X.4 indica uma vulnerabilidade mais acentuada nos municípios do Arco Norte. Os municípios do Arco Central e o sul do Paraná apresentam uma situação intermediária, com índice de vulnerabilidade entre 1,5 e 2.

Mapa X.4 Faixa de Fronteira: índice de vulnerabilidade socioeconômica – crianças e adolescentes, 2010



IRV Crianças e Adolescentes

O IRV Crianças e Adolescentes busca sintetizar os mapas anteriores, destacando os municípios que atendem às seguintes condições:

- Média anual de denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes (2005-2010) por 100 mil habitantes na faixa etária de 0 a 18 anos > 200 e Média anual de registros de violência contra população na faixa etária de 0 a 19 anos (2005-2010) por 100 mil habitantes na mesma faixa etária > 100
- ou
- Municípios sem dados do SINAN (170 municípios)
- e
- Rede de proteção inexistente ou incipiente
- e
- Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica > 1,5

Dos 134 municípios selecionados pelo IRV Crianças e Adolescentes, podemos identificar áreas críticas concentradas entre os estados de Mato Grosso e Rondônia, além de um padrão disperso nos estados de Roraima, Acre (principalmente municípios da região do Alto Acre e Abunã, limítrofes à Bolívia), Mato Grosso do Sul (porção meridional), Paraná, Santa Catarina e noroeste do Rio Grande do Sul. A grande incidência de áreas críticas no Arco Sul, principalmente no Rio Grande do Sul, pode estar relacionada à incidência de trabalho infantil, captada pela variável da população de 10 a 13 anos considerada economicamente ativa.

Mapa X.5 Faixa de Fronteira: IRV Crianças e Adolescentes (mapa síntese)

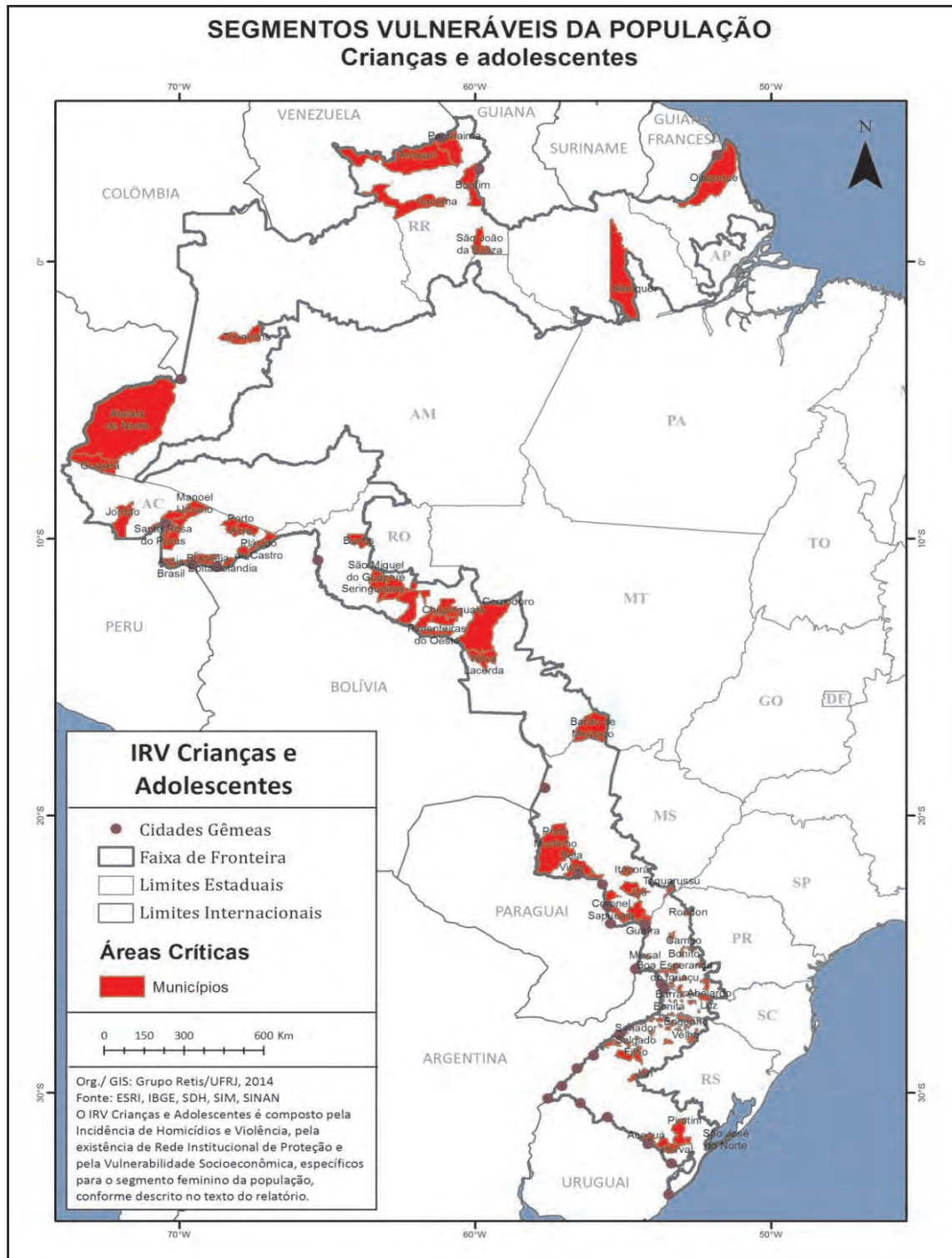


Tabela X.1 – Síntese das áreas críticas de violência contra crianças e adolescentes, por Arco e Unidade da Federação

Arco	UF	IRV Crianças e Adolescentes	Total de municípios na FF	% do total de municípios na FF
Arco Norte	AP	1	8	12,5%
	PA	1	5	20,0%
	RR	5	15	33,3%
	AM	3	21	14,3%
	AC	11	22	50,0%
Arco Central	RO	9	27	33,3%
	MT	3	28	10,7%
	MS	13	44	29,5%
Arco Sul	PR	21	139	15,1%
	SC	16	82	19,5%
	RS	51	197	25,9%

MULHERES

Para mapear as áreas críticas do segmento feminino da população, utilizamos estrutura similar à utilizada para a segurança pública nos municípios. No caso das mulheres, consideramos como Incidência os dados de homicídios femininos (DATASUS/CEBELA) e os dados da violência contra a mulher (SINAN); como Rede de Proteção, a existência de Juizado de Mulheres, Delegacia da Mulher, Núcleo de Defensoria Pública especializado, organizações cadastradas na SPM/PR e núcleos de atendimento do Programa Mulher Viver sem Violência (SPM/PR); como vulnerabilidade, os dados de mulheres de 15 a 17 anos de idade que tiveram filhos e mulheres que são responsáveis pelo domicílio, não têm o ensino fundamental completo e têm pelo menos 1 filho de idade inferior a 15 anos morando no domicílio.

Incidência de homicídios femininos e violência contra a mulher

Em primeiro lugar, consideramos os dados de homicídios femininos contabilizados pelo DATASUS e organizados no Mapa da Violência (CEBELA, 2013)⁷⁷. Os números de homicídio feminino tendem a ser muito menores do que os de homicídio masculino. Por conta disso, a análise fica comprometida pelo efeito dos pequenos números. O limiar escolhido para definir a criticidade foi acima da média anual de 2 homicídios femininos por 100 mil mulheres. Para eliminar os municípios em que essa média corresponde a números absolutos muito baixos – e que se destacam pela alta taxa somente por conta da população muito pequena – consideramos somente os municípios com número

⁷⁷ Disponível em http://mapadaviolencia.org.br/mapa2013_armas.php. Acesso em 10 abr 2014.

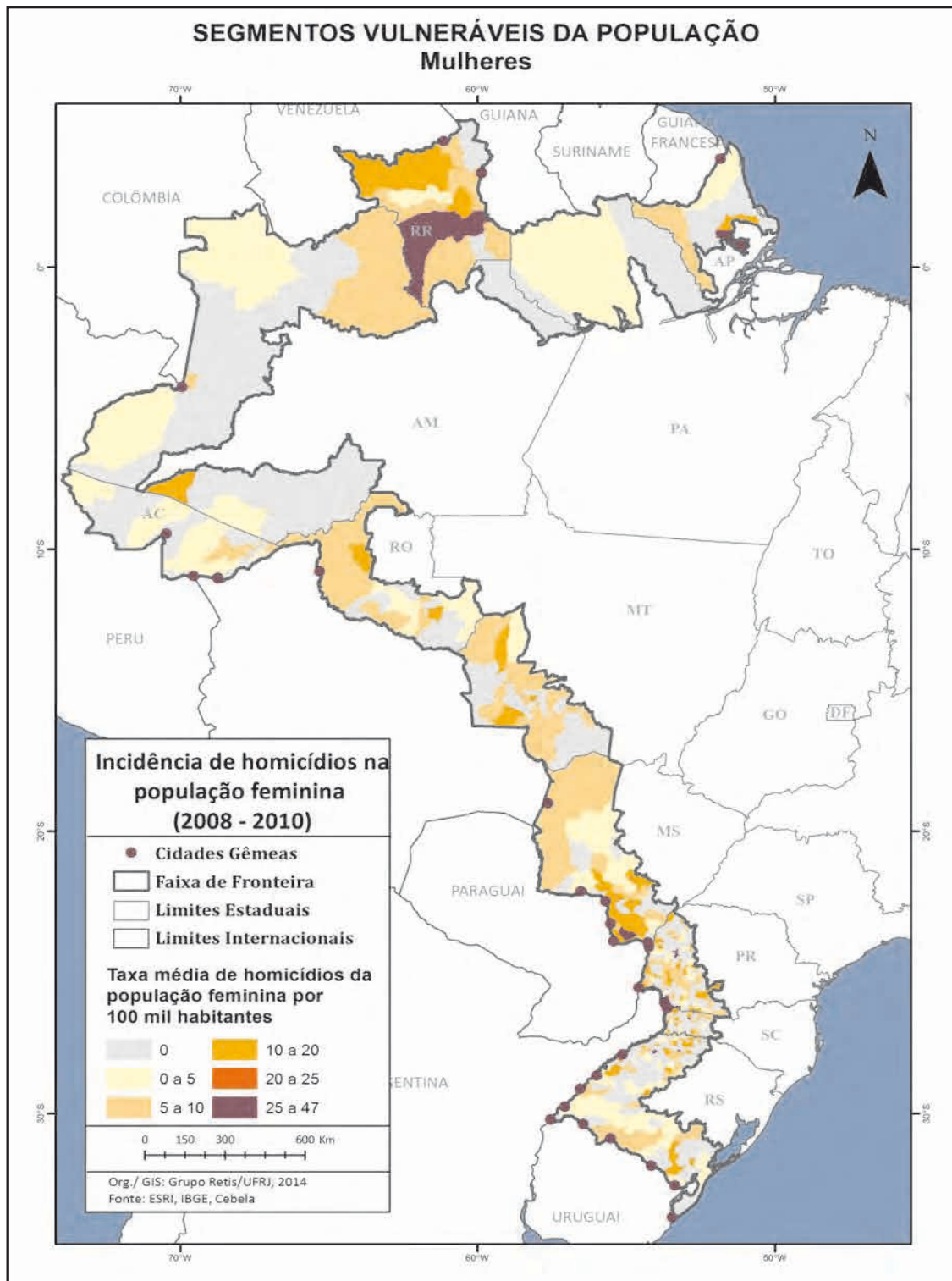
total de homicídios femininos (2008-2010) maior do que 2, isto é, municípios com pelo menos um homicídio feminino por ano. Esse critério por si só já bastaria, pois nenhum município fora dessa faixa atendia à variável anterior.

No total, 73 municípios foram selecionados por esse critério. No Mapa VIII.19 podemos identificar maiores taxas de homicídio feminino no sul do Mato Grosso do Sul – acompanhando a alta taxa de homicídio nessa região – e em Roraima.

Resumindo, as duas variáveis selecionadas para homicídios femininos foram:

- Média anual de homicídios femininos (2008-2010) por 100 mil mulheres (2010) > 2 (226 municípios)
- e
- Número total de homicídios femininos (2008-2010) > 2 (73 municípios).

Mapa X.6 Faixa de Fronteira: incidência de homicídios na população feminina, 2008-2010



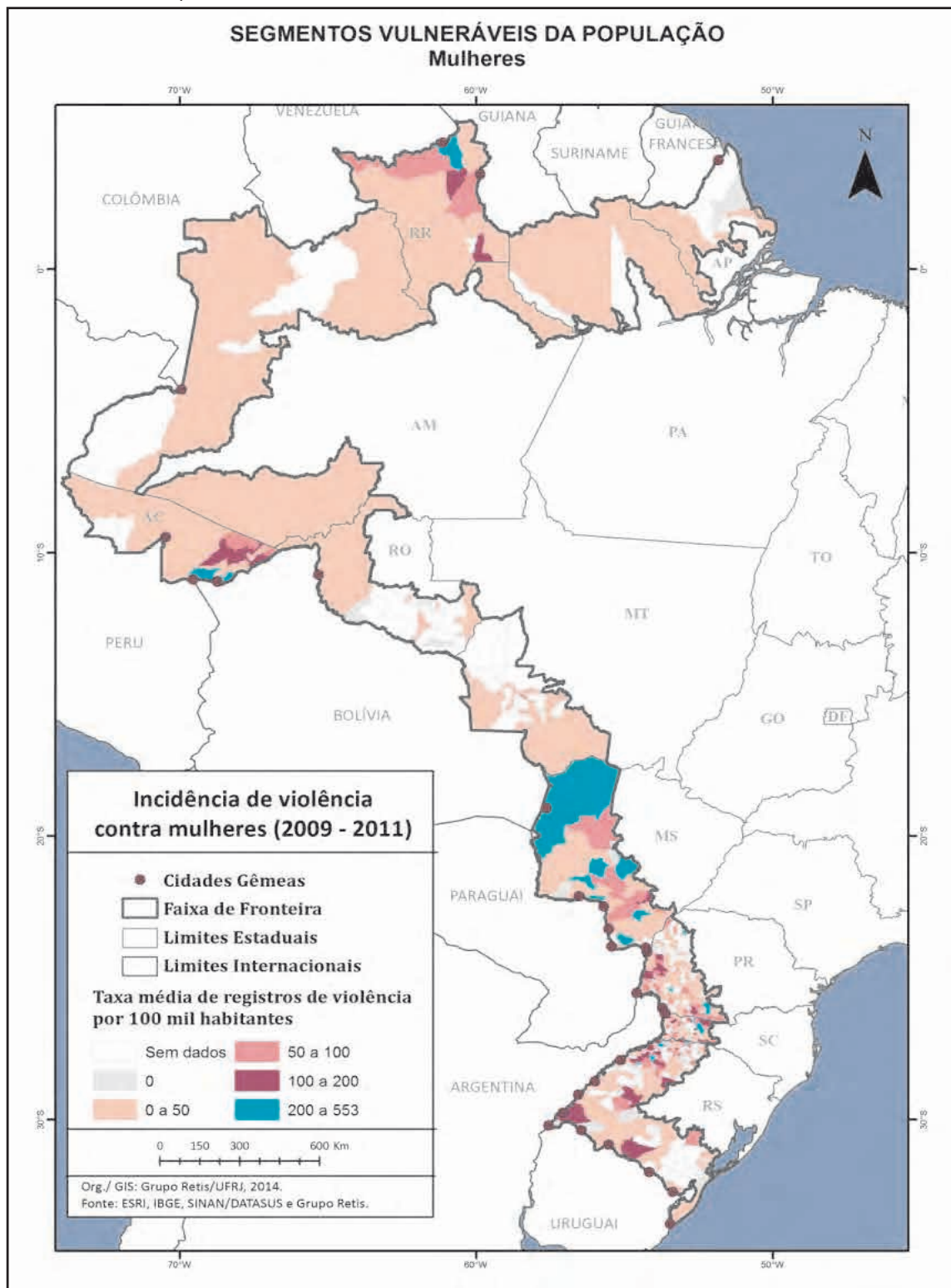
Os dados sobre homicídios, no entanto, não possibilitam captar a violência contra a mulher que não resulta em homicídios, como é o caso da violência sexual e das agressões físicas. Esses dados são trazidos pelo Sistema Nacional de Agravos de Notificação (SINAN), do DATASUS. A base de dados do SINAN é bastante incompleta, com muitos municípios sem dados e municípios com números desproporcionais à população. Por conta disso, os resultados do SINAN foram somados aos dados de homicídios. Os 170 municípios

sem dados (em branco, no Mapa X.7) foram incluídos como indicador de criticidade, pois consideramos que a inexistência de registros indica uma situação negativa. Rondônia, Mato Grosso e o sul do Rio Grande do Sul apresentam um grande número de municípios com ausência de notificação de dados de violência no SINAN. O norte de Roraima, o entorno de Rio Branco, no Acre, e o Mato Grosso do Sul apresentam altas taxas de violência contra a mulher.

Resumindo, as duas variáveis selecionadas para violência contra a mulher foram:

- Média anual dos registros de violência contra mulher (2009-2011) por 100 mil mulheres (2010) > 50
- e**
- Número total de registros de violência contra mulheres (2009-2011) > 6 (2 por ano)
- ou**
- Municípios sem dados do SINAN (170 municípios)

Mapa X.7 Faixa de Fronteira: incidência de violência contra mulheres, 2009-2011



O resultado final indica 316 municípios que apresentam taxa de homicídio acima da média ou alta incidência de violência contra mulheres registradas no SINAN ou sem dados registrados no SINAN.

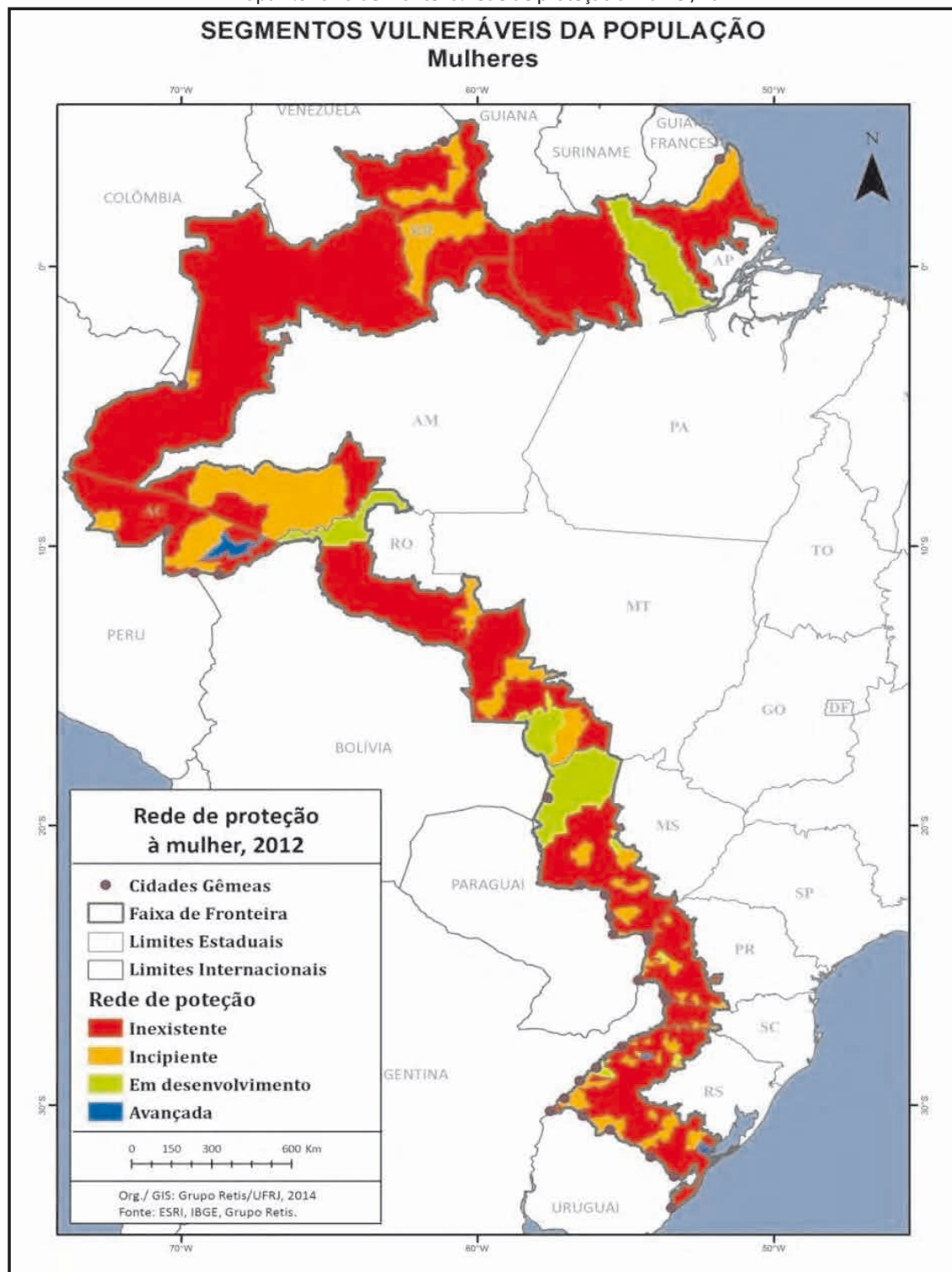
Rede de proteção

A caracterização da rede de proteção a mulheres foi apresentada no Capítulo II.D, relacionando as seguintes variáveis:

- Delegacia da Mulher;
- Juizado de Mulheres;
- Núcleo de Defensoria Pública especializado em mulheres;
- Organizações cadastradas na Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM/PR)
- Núcleo de Atendimento relacionado ao Programa Mulher, Viver Sem Violência (SPM/PR)

Como a rede de proteção é bastante incipiente em toda a Faixa de Fronteira, consideramos a inexistência de qualquer organização direcionada para a proteção de mulheres (518 municípios) como um fator crítico. Com exceção de um pequeno segmento entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, os municípios com rede de proteção inexistente estão distribuídos de forma mais ou menos homogênea em toda a Faixa de Fronteira. As capitais estaduais Rio Branco (AC) e Porto Velho (RO) apresentam uma rede de proteção avançada ou em desenvolvimento.

Mapa X.8 Faixa de Fronteira: rede de proteção à mulher, 2012



Vulnerabilidade socioeconômica

A Vulnerabilidade Socioeconômica específica de mulheres foi obtida a partir dos dados do Censo do IBGE (2010) referentes ao percentual de mulheres de 15 a 17 anos de idade que tiveram filhos e ao percentual de mães chefes de família, sem fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade. O número de mulheres em ambas as situações é muito pequeno.

As duas variáveis estão especificadas abaixo:

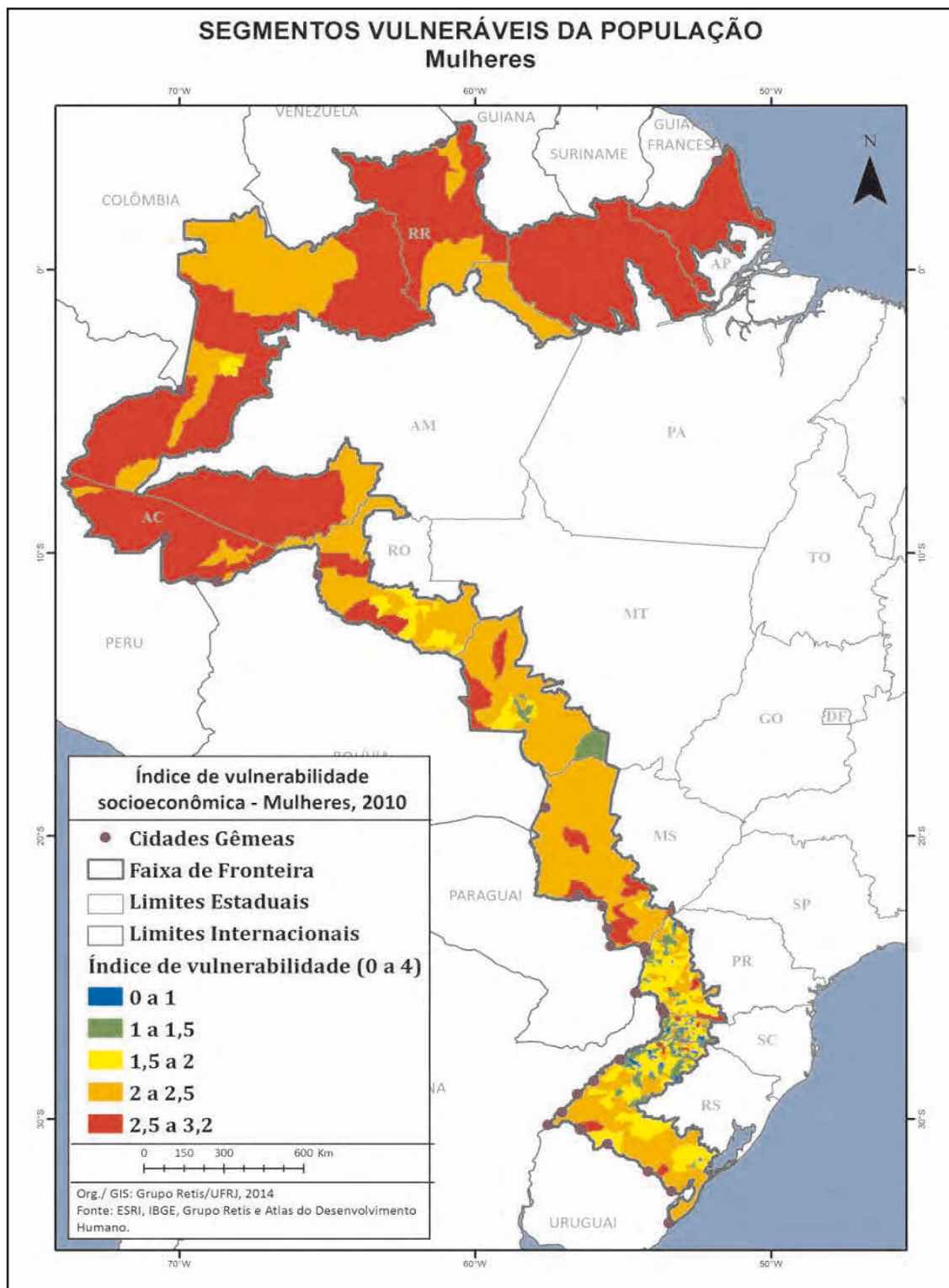
- Razão entre as mulheres de 15 a 17 anos de idade que tiveram filhos e o total de mulheres nesta faixa etária multiplicado por 100.

e

- Razão entre o número de mulheres que são responsáveis pelo domicílio, não têm o ensino fundamental completo e têm pelo menos 1 filho de idade inferior a 15 anos morando no domicílio e o número total de mulheres chefes de família multiplicado por 100. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.

Foram 272 municípios acima de 2 no índice de vulnerabilidade (0 a 4). O índice se refere à soma das duas variáveis, cada uma de 0 a 2.

Mapa X.9 Índice de vulnerabilidade socioeconômica – Mulheres, 2010



O Mapa X.9 indica uma vulnerabilidade mais acentuada nos municípios do Arco Norte. Os municípios do Arco Central apresentam uma situação intermediária, com índice de vulnerabilidade entre 2 e 2,5. Já no Arco Sul são pouquíssimos municípios acima de 2,5, e uma concentração de municípios em situação intermediária (entre 2 e 2,5) na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai.

O IRV Mulheres busca sintetizar os mapas anteriores, destacando os municípios que atendem às seguintes condições:

- Média anual de homicídios femininos (2008-2010) por 100 mil mulheres (2010) > 2 e Número total de homicídios femininos (2008-2010) > 2
- ou
- Média anual dos registros de violência contra mulher (2009-2011) por 100 mil mulheres (2010) > 50 e Número total de registros de violência contra mulheres (2009-2011) > 6 (2 por ano) ou Municípios sem dados do SINAN
- e
- Rede de proteção inexistente
- e
- Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica > 2

Dos 132 municípios selecionados pelo IRV Mulheres, podemos identificar áreas críticas concentradas no Arco Norte e no Arco Central, com estados que apresentam mais de 40% dos municípios em situação crítica. Nos estados de Rondônia e Mato Grosso e no sul do Rio Grande do Sul, a ausência de dados de violência no SINAN contribuiu para a inclusão de um grande número de municípios como críticos. Já no Mato Grosso do Sul é possível notar uma sobreposição entre áreas com alta notificação de violência, alta vulnerabilidade socioeconômica e ausência de rede de proteção.

Mapa X.10 Faixa de Fronteira: IRV Mulheres (mapa síntese)

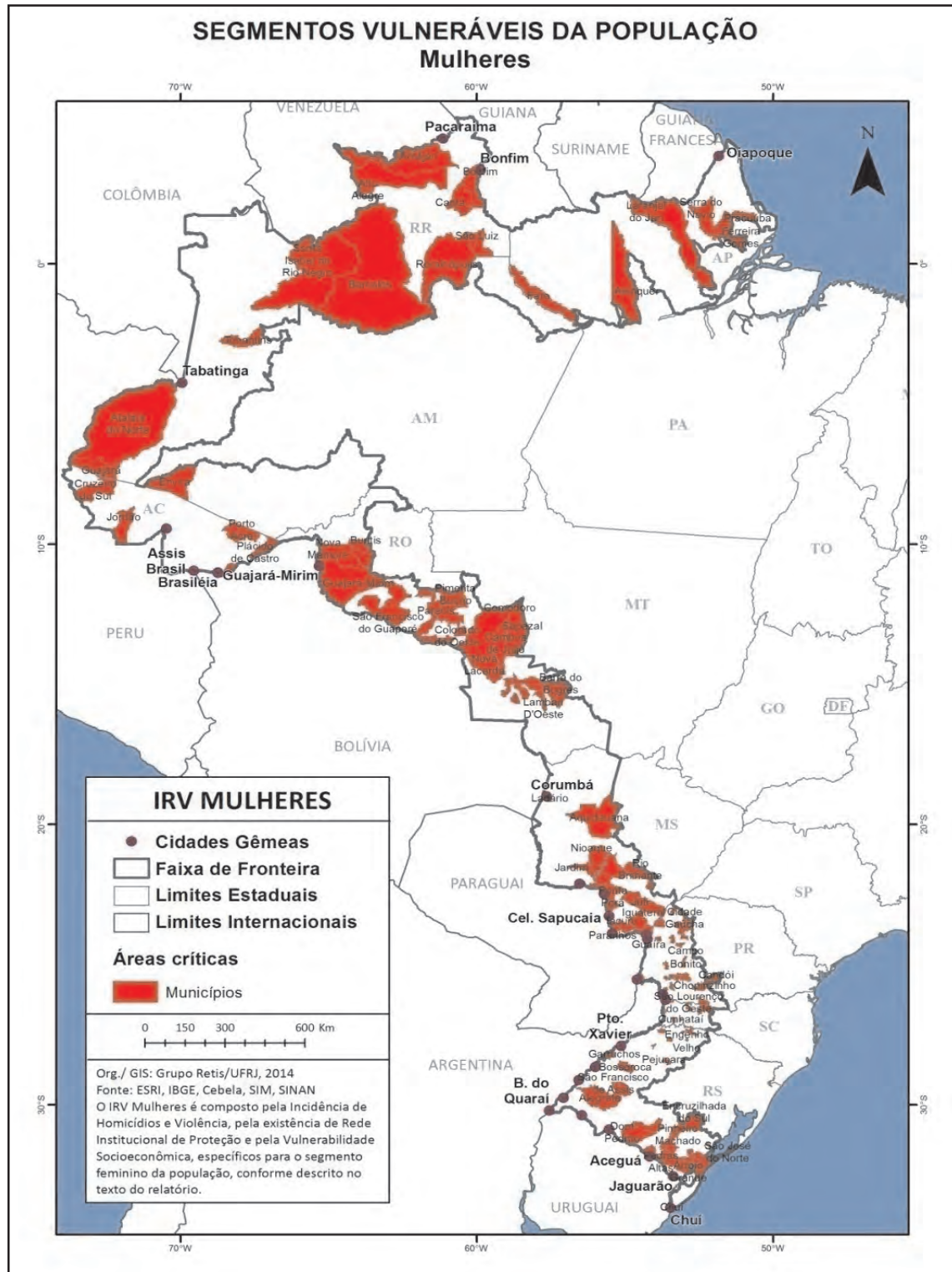


Tabela X.2–Síntese das áreas críticas de violência contra mulheres, por Arco e UF

Arco	UF	Municípios críticos IRV mulheres	Total de municípios na FF	% do total de municípios da FF
Arco Norte	AP	4	8	50,0%
	PA	2	5	40,0%
	RR	7	15	46,7%
	AM	6	21	28,6%
	AC	7	22	31,8%
Arco Central	RO	13	27	48,1%
	MT	12	28	42,9%
	MS	20	44	45,5%
Arco Sul	PR	25	139	18,0%
	SC	8	82	9,8%
	RS	28	197	14,2%

INDÍGENAS

Para mapear as áreas críticas em relação aos povos indígenas foi elaborado um índice a partir das seguintes dimensões: presença de população indígena; rede de proteção; e violência contra indígenas. No total foram selecionadas 11 variáveis e atribuídas notas às classes dos valores encontrados.

A principal fonte para a elaboração desta seção foi o *Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2012*, publicado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Foram agregados ainda os dados do Censo de 2010 (IBGE) e de outras fontes governamentais.

Presença de população indígena

Em relação à população indígena recenseada em 2010 foram selecionadas duas variáveis: a **população residente indígena absoluta** (Variável 1) e o **percentual de população residente indígena** (Variável 2). A primeira funcionou também como variável definidora de municípios nos quais o índice de criticidade deveria ser igual a zero, ou seja, aqueles em que não houve registros de indígenas no recenseamento de 2010⁷⁸.

⁷⁸ Há apenas três exceções a esta regra. Trata-se de municípios que embora não tenham população indígena no Censo 2010, tiveram registros de outras variáveis que compõem o índice: Alenquer (PA) possui duas Terras Indígenas (TI Parque do Tumucumaque e TI Rio Paru D’Este), dois registros de povos isolados e um registro de violência contra o patrimônio (“Invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio”); Caçapava do Sul (RS), com um registro de violência contra o patrimônio (“Omissão e morosidade na regularização de terras”); e Rodrigues Alves (AC) que possui uma Terra Indígena (TI Jaminawa do Igarapé Preto).

Para estas duas variáveis foram definidas classes que determinaram a atribuição das notas, como especificado a seguir:

Tabela X.3 – Faixa de Fronteira: Classes e notas para as variáveis da população indígena

Notas	População Indígena Total		População Indígena Percentual	
	Classes	Número de municípios	Classes	Número de municípios
10	>10.000	4	>60	4
9	5.001-10.000	15	50-60	3
8	3.001-5.000	12	40-50	9
7	1.001-3.000	29	30-40	5
6	501-1.000	30	20-30	9
5	101-500	55	10-20	19
4	51-100	30	5-10	26
3	11-50	86	1-5	45
2	1-10	110	0-1	251
1	Zero	217	Zero	217

Fonte: Elaboração do autor com base em: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Rede de proteção

A Variável 3 refere-se à **presença de Terras Indígenas no município**. Estes dados foram obtidos no formato *shapefile* na página eletrônica da FUNAI (2013) e tabulados por município. Para a composição do índice de criticidade foi utilizada a variável *presença de Terra Indígena, sim ou não*. Uma vez que aos municípios sem registros de indígenas foi automaticamente atribuído índice zero, optou-se por atribuir nota 10 aos municípios sem Terras Indígenas e nota 1 aos municípios com ao menos uma Terra Indígena. Desta maneira foi reforçada a hipótese de que municípios com população indígena registrada no Censo e sem nenhuma Terra Indígena estão em situação mais crítica. Para esta Variável 3 foram totalizados 124 municípios na Faixa de Fronteira com nota 1, e 462 com nota 10.

As três variáveis seguintes são relativas à **rede de proteção aos povos indígenas**. Duas delas referem-se às unidades da FUNAI: Coordenação Técnica Local (Variável 4) e Coordenação Regional (Variável 5). Foi incluída ainda a informação sobre o Núcleo de Defensoria Pública especializado em Indígenas (Variável 6), dado disponível no Perfil Municipal (IBGE, 2012). Para a atribuição de notas a estas três variáveis foi utilizado o mesmo método: a atribuição de nota 10 aos municípios sem nenhum registro de unidade da FUNAI, e nota 1 aos municípios com ao menos uma unidade. Neste sentido a atribuição das notas acompanha a hipótese de que quanto mais desenvolvida a rede de proteção menor a criticidade do município.

Como os valores destas três variáveis é muito baixo (a Variável 4 teve 71 registros com nota 1, a Variável 5 teve 10, e a Variável 6 teve 11), para não deformar o resultado final do índice de criticidade optou-se por juntá-las em um sub-índice de rede de proteção. Tal sub-índice foi composto pela média simples dessas três variáveis. O sub-índice revelou a existência de 19 municípios com dois registros de unidades da FUNAI dentre as três variáveis (os quais receberam nota 4), 54 municípios com apenas um registro de unidade (os quais receberam nota 7), e 515 municípios sem nenhum registro (os quais receberam nota 10).

Incidência da violência contra indígenas

A partir dos dados do Relatório “Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2012”, publicado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a incidência de violência contra o indígena foi detalhada no Capítulo 8.D. As classes de violência aqui utilizadas foram violência contra o patrimônio, violência contra a pessoa praticada por particulares e agentes do poder público, e violências provocadas por omissão do poder público, além da violência contra Povos Indígenas Isolados e de pouco contato.

As Variáveis 7, 8 e 9 do índice de criticidade são relativas aos registros de violência do relatório do CIMI/2012. A Variável 7 contabiliza os registros de violência contra o patrimônio (total de casos), a Variável 8 os registros de violência contra a pessoa praticada por particulares e agentes do poder público (total de vítimas), e a Variável 9 os registros de violências provocadas por omissão do poder público (total de casos).

Tabela X.4 – Faixa de Fronteira: Classes e notas para as variáveis de registro de violência

Notas	Violência contra o patrimônio (Total de casos)		Violência contra a pessoa praticada por particulares e agentes do poder público (Total de vítimas)		Violências provocadas por omissão do poder público (Total de casos)	
	Classes	Nº de municípios	Classes	Nº de municípios	Classes	Nº de municípios
10	7	8	> 37	2	> 14	2
9	6	1	12	1	10	1
8	5	1	8	1	7	1
7	4	2	7	1	6	2
6	3	9	5	1	5	3
5	2	3	4	1	4	1
4	1	36	3	4	3	3
3	-	-	2	7	2	9
2	-	-	1	13	1	12
1	0	528	0	557	0	554

Fonte: Elaboração de Tomás Paoliello Pacheco de Oliveira com base em CIMI (2012)

Quanto aos povos indígenas isolados e de pouco contato, 56 dos 90 existentes no Brasil estão na Faixa de Fronteira, dos quais 34 têm registro de riscos e estão distribuídos em 33 municípios da Faixa de Fronteira. Duas variáveis relacionadas aos Povos Indígenas isolados e de pouco contato compõem o índice de criticidade. A Variável 10 aborda os registros de violência contra povos indígenas isolados e de pouco contato, e a Variável 11 os registros sobre a presença de povos indígenas isolados. Optou-se pela criação de um sub-índice de isolados, que abrangesse as duas variáveis. Na elaboração deste sub-índice a Variável 10 recebeu peso 2 (por ser um indicativo direto de conflito) e a Variável 11, peso 1.

Tabela X.5 – Faixa de Fronteira: Classes e notas para as variáveis de povos isolados

Notas	Registros de Violência		Registros de Presença	
	Classes	Número de municípios	Classes	Número de municípios
10	8	1	13	1
9	7	2	7	2
8	4	3	6	1
7	3	2	4	3
6	2	4	3	5
5	1	16	2	6
4	-	-	1	22
1	0	560	0	548

Fonte: Elaboração de T. P. P. de Oliveira com base em CIMI (2012).

Indígenas: Áreas Críticas de segurança pública

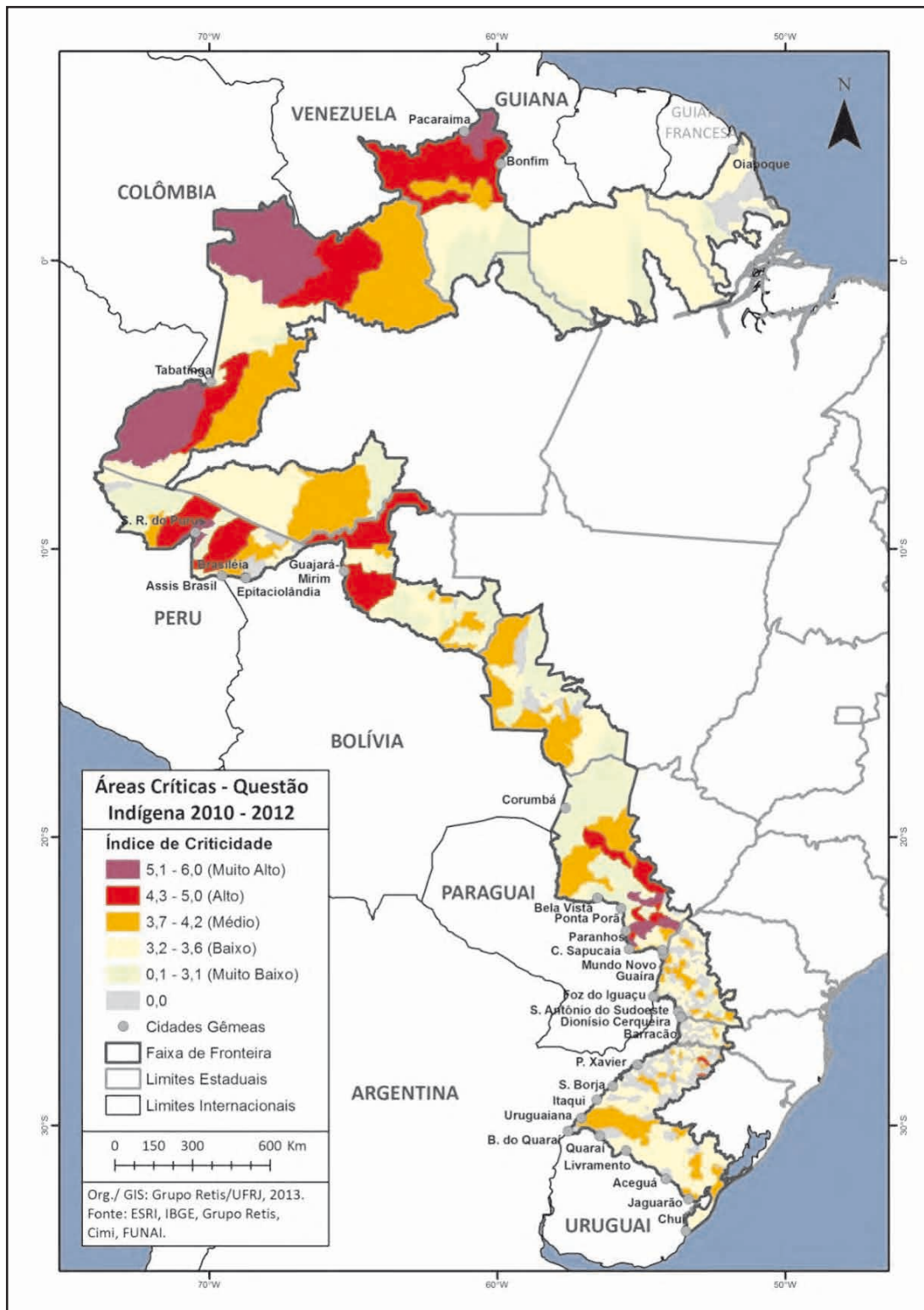
Para a contabilização final do índice de criticidade foi feita a média simples das Variáveis 1, 2, 3, 7, e 8 e dos sub-índices de rede de proteção e de isolados. Neste cálculo o município com maior índice foi igual a 6,00. Nos mapas os municípios foram classificados ainda em índice muito alto, alto, médio, baixo, muito baixo e zero.

Tabela X.6–Definição de faixas e classes do índice de criticidade

Índice de Criticidade		
Faixas de valores	Classes	Número de municípios
5,01–6	Muito Alto	9
4,25–5	Alto	28
3,64–4,24	Médio	68
3,20–3,63	Baixo	213
2,13–3,19	Muito Baixo	55
0	Zero	215

Fonte: Elaboração de T. P. P. Oliveira

Mapa X.11 Faixa de Fronteira: Índice de Críticidade-Índigenas



TESTES DE CORRELAÇÃO

Neste capítulo exploramos alguns testes de correlação entre variáveis sócio demográficas e a taxa de homicídios por 100 mil habitantes, que expressa a medida básica da violência, adotada pela pesquisa. Como explicado anteriormente, a taxa de homicídios foi escolhida como a variável básica da análise da violência em razão da sua maior acuidade e abrangência temporal. Devemos destacar, logo de início, que nenhum dos testes de correlação aqui apresentados pretendem ser explicações determinantes e causais para o valor da taxa de homicídios municipal; o que se deseja é explorar as diferentes situações da ocorrência dos homicídios e entender a diversidade desse fenômeno em uma região tão extensa quanto a Faixa de Fronteira.

Um ponto de partida para explorar as relações entre condições sócio demográficas dos municípios da Faixa de Fronteira e a taxa de homicídios é a constatação de que crimes contra o patrimônio estão diretamente associados ao maior desenvolvimento econômico local; enquanto crimes violentos contra a pessoa, como os homicídios, estão concentrados em locais menos desenvolvidos (Beato, 2012).

As variáveis selecionadas para correlação com a taxa média de homicídios (2009 – 2011) foram: grau de urbanização (2010), proporção da população da faixa etária entre 15 e 24 anos (2010), proporção de homens da faixa etária entre 15 e 24 anos (2010) e proporção de migrantes com menos de 2 anos de residência (2010).

Com estas variáveis procuramos investigar as seguintes hipóteses: a) municípios com maior população urbana estão mais sujeitos a altas taxas de homicídios do que aqueles com maior população rural; b) municípios com maior proporção de jovens, especialmente jovens do sexo masculino, têm maiores taxas de homicídios do que aqueles com população mais velha, pois nesta faixa etária e gênero está concentrada a maior parte dos homicídios; c) municípios com maior proporção de migrantes recentes estão mais sujeitos à violência, em razão da instabilidade pela qual estes municípios passam ao receber fluxos populacionais.

Tendo em vista que a taxa de homicídios varia fortemente em razão do tamanho populacional dos municípios, dividimos os municípios da Faixa de Fronteira em seis classes populacionais. Pretendemos assim analisar com maior precisão as características de cada uma destas correlações.

Tabela XI.1 – Faixa de Fronteira: Coeficiente de correlação (R^2) com a taxa média de homicídios por 100 mil habitantes, 2009 – 2011

	Até 5 mil hab.	5 a 10 mil hab.	10 a 20 mil hab.	20 a 50 mil hab.	50 a 100 mil hab.	Acima de 100 mil hab.
Grau de urbanização	-0,012	-0,010	-0,062	0,114	0,247	0,359
Migrantes com menos de 2 anos de residência	-0,009	0,255	0,246	0,484	0,404	0,538
População entre 15 e 24 anos	-0,017	0,273	0,031	0,110	0,463	0,469
Homens entre 15 e 24 anos	-0,030	0,266	0,006	0,067	0,389	0,461

A Tabela XI.1 apresenta o coeficiente de correlação (R^2) das quatro variáveis sócio demográficas selecionadas com a taxa média de homicídios por 100 mil habitantes para a Faixa de Fronteira. O coeficiente de correlação varia entre -1 até +1, sendo que quanto mais próximo de -1 a correlação é linear e negativa, quanto mais próxima de +1 a correlação é linear e positiva, e quanto mais próximo de zero a correlação é inexistente.

Nota-se que para todas as variáveis as correlações são negativas nos municípios com população até 5 mil habitantes. Por outro lado, as correlações tornam-se positivas a partir da classe populacional acima de 50 mil habitantes.

Há alta correlação entre a variável migrantes com menos de 2 anos de residência e a taxa média de homicídios nos municípios com população a partir de 20 mil habitantes. Valores entre 0,4 e 0,53 podem corroborar a hipótese de que em municípios que recebem maior número de imigrantes as taxas de homicídios apresentam uma elevação, pelo menos no curto prazo. Esta hipótese pode indicar que a chegada de novos habitantes em um município pode causar um desequilíbrio social e econômico, com consequente aumento da taxa de homicídios até que estas condições se estabilizem. Porém, para avaliar a diversidade espacial dessa relação analisaremos as correlações por Arcos da Faixa de Fronteira.

A Tabela XI.2 mostra os dados para o Arco Norte. A ressalva que deve ser feita é que, quanto menor o número de municípios, a correlação será mais próxima de -1 ou +1, portanto, as correlações nas classes acima de 50 mil habitantes não podem ser consideradas muito relevantes.

Neste Arco, novamente, a variável sociodemográfica com correlação mais forte em mais de uma classe populacional foi a de migrantes com menos de 2 anos de residência.

Tabela XI.2 – Arco Norte: Coeficiente de correlação (R^2) com a taxa média de homicídios, 2009 – 2011

	Até 5 mil hab.	5 a 10 mil hab.	10 a 20 mil hab.	20 a 50 mil hab.	50 a 100 mil hab.	Acima de 100 mil hab. ²
Grau de urbanização	0,002	0,190	-0,196	0,707	0,781	-1
Migrantes com menos de 2 anos de residência	0,189	0,591	0,496	0,530	0,982	-1
População entre 15 e 24 anos	-0,760	-0,152	-0,605	0,171	0,979	-1
Homens entre 15 e 24 anos	-0,712	0,056	-0,502	0,199	0,966	-1

Na classe entre 20 e 50 mil habitantes dois municípios que se destacam pelas altas porcentagens de migrantes recentes e alta taxa de homicídios foram Oiapoque (AP) e Rorainópolis (RR). O primeiro tem 16% de sua população constituída por migrantes recentes e uma taxa de homicídios de 32,5 homicídios por 100 mil habitantes. O segundo apresenta valores de 15% de migrantes recentes e 21,9 homicídios por 100 mil habitantes.

No Arco Norte e na classe populacional entre 10 e 20 mil habitantes os municípios com maior taxa de homicídios estão localizados no estado de Roraima e alguns apresentaram grande proporção de migrantes residentes a menos de 2 anos, como indicado a seguir: Caracará (39,8; 12%), Mucajaí (36; 9,8%), Alto Alegre (34,4; 8,2%) e Cantá (23,9; 18,8). Outra região em que municípios tiveram altos valores nestas duas variáveis foi o leste do Acre: os municípios de Porto Acre (22,4; 14%), Acrelândia (15,9; 11,6%) e Plácido de Castro (15,5; 10,4%). Outros municípios se sobressaíram por tornar a correlação negativa; no sentido de que eles possuem uma pequena taxa de homicídios, mas elevada proporção de migrantes residentes a menos de 2 anos: são os casos de Epitaciolândia (AC) e Pedra Branca do Amapari (AP).

A classe populacional entre 5 e 10 mil habitantes que teve coeficiente de correlação (R^2) de 0,591 entre a taxa de homicídios por 100 mil habitantes e proporção de migrantes recentes também deve esta forte correlação aos valores dos estados de Roraima, Acre e Amapá. (conforme analisado no Relatório 2). No primeiro estado, o município de Caroebe teve uma taxa de homicídios de 28,7 mortes por 100 mil habitantes e 15% da população são de migrantes recentes. No Acre, Bujari teve uma incidência de 11,8 homicídios e 16,29% da população de migrantes recentes. Por fim, no Amapá, o município de Ferreira Gomes, que tem a maior taxa de homicídios do Arco Norte, com 57,4 homicídios para 100 mil habitantes, tem 13,8% da sua população constituída por migrantes recentes.

Outra variável que mostrou correlação positiva foi a de grau de urbanização. Porém isto ocorreu apenas para a classe de população de 20 a 50 mil habitantes. No geral, nesta classe populacional, o Arco Norte possui municípios com graus de urbanização que variam entre 50% e 60%. Os três municípios com maior grau de urbanização nesta classe

também possuem as maiores taxas de homicídios, sendo que dois deles são cidades gêmeas. Os municípios em questão, com as suas respectivas taxas de homicídios e graus de urbanização são: no Amapá, Laranjal do Jari (42,5; 94,9%) e Oiapoque (32,5; 67,5%); no Acre, Brasiléia (28; 66,6%).

Por fim, no Arco Norte as correlações que foram feitas com a porcentagem de população jovem, entre 15 e 24 anos, foram muito fracas ou com correlação linear negativa. Isto se deve à grande porcentagem de população jovem nos municípios deste segmento da Faixa de Fronteira. A média da população da Faixa de Fronteira nesta faixa etária é de 17%. No Arco Norte esta média é de 20%.

Tabela XI.3 – Arco Central: Coeficiente de correlação (R^2) com a taxa média de homicídios, 2009 – 2011

	Até 5 mil hab.	5 a 10 mil hab.	10 a 20 mil hab.	20 a 50 mil hab.	50 a 100 mil hab.	Acima de 100 mil hab.
Grau de urbanização	-0,026	0,102	-0,105	-0,168	-0,304	0,808
Migrantes com menos de 2 anos de residência	-0,221	0,078	0,045	0,576	-0,401	0,807
População entre 15 e 24 anos	0,331	0,571	0,024	0,384	-0,893	0,540
Homens entre 15 e 24 anos	0,318	0,391	-0,071	0,250	-0,923	0,161

A Tabela XI.3 mostra as correlações para as variáveis sócio demográficas do Arco Central. Distintamente do Arco Norte, no Arco Central a variável de migrações recentes não apresenta uma forte correlação com a taxa de homicídios. Porém, a relação entre homicídios e a faixa etária da população é mais significativa.

Na classe populacional de 20 a 50 mil habitantes os municípios com algumas das mais altas taxas de homicídios da Faixa de Fronteira também possuem uma proporção de jovens maior do que a média do Arco. Este é o caso dos municípios de Buritis (RO) e Nova Mamoré (RO) que possuem, respectivamente, 19,3% e 18,2% da sua população constituída por jovens entre 15 e 24 anos. Estes dois municípios também fazem com que a correlação entre homicídios e migrantes recentes seja positiva nesta classe populacional. Eles tem 13,3% e 17,6% de sua população residente a menos de 2 anos. Vale frisar que estes municípios são vizinhos, na região norte do estado de Rondônia, o que pode indicar que a alta incidência de homicídios está ligada a razões em comum, contudo o aprofundamento desta relação demandaria um estudo de caso específico nesta região.

Na classe entre 5 a 10 mil habitantes, a Faixa de Fronteira do Mato Grosso do Sul possui as maiores taxas de homicídios por 100 mil habitantes e grande participação de jovens na sua população. Destacam-se municípios como Caracol, Antônio João e Japorã

que possuem taxa de homicídios de, respectivamente, 55,5; 44,6 e 30,1 homicídios por 100 mil habitantes.

A exceção a este padrão é a classe de população de 50 a 100 mil habitantes por duas razões: este segmento da Faixa de Fronteira possui apenas 5 municípios nesta classe populacional e o município de Ponta Porã (MS) causa uma grande discrepância na correlação. Este município possui uma das maiores taxas de homicídios da Faixa de Fronteira, 52,6 homicídios por 100 mil habitantes, e possui uma porcentagem de jovens similar a dos outros municípios.

Na classe populacional entre 10 a 20 mil habitantes, grande parte dos municípios apresenta correlação positiva entre elevadas taxa de homicídio e proporção da população jovem na população total. Coronel Sapucaia (MS) e Campo Novo de Rondônia (RO), que estão entre as 5 maiores taxas de homicídios da Faixa de Fronteira, respectivamente, 92,4 e 76,3 homicídios por 100 mil habitantes, mas não apresentam alta proporção de população jovem na população total.

Tabela XI.4 – Arco Sul: Coeficiente de correlação (R^2) com a taxa média de homicídios, 2009 – 2011

	Até 5 mil hab.	5 a 10 mil hab.	10 a 20 mil hab.	20 a 50 mil hab.	50 a 100 mil hab.	Acima de 100 mil hab.
Grau de urbanização	-0,003	-0,090	-0,057	0,022	0,564	0,518
Migrantes com menos de 2 anos de residência	0,023	0,068	0,100	0,349	0,316	0,484
População entre 15 e 24 anos	-0,009	0,159	0,207	0,256	0,426	0,676
Homens entre 15 e 24 anos	-0,022	0,142	0,157	0,211	0,284	0,620

A Tabela XI.4 apresenta o Arco Sul da Faixa de Fronteira. Nesta região os dados para as classes populacionais acima de 50 mil habitantes são mais significativos, pois neste arco os municípios dessa classe populacional são mais numerosos. Observa-se que para as quatro variáveis consideradas, o coeficiente aumenta acompanhando as classes populacionais, quase linearmente.

A variável porcentagem de população jovem, para a classe de população acima de 100 mil habitantes apresenta correlação entre a alta taxa de homicídios e a alta proporção de população jovem nos municípios do estado do Paraná como por exemplo Foz do Iguaçu e Cascavel. Ao contrário, nos municípios do Rio Grande do Sul não há correlação entre a alta taxa de homicídios e a alta proporção de população jovem. O estado de Santa Catarina se situa em uma posição intermediária.

A classe populacional entre 50 e 100 mil habitantes é a única em que os municípios do Paraná têm menor incidência de homicídios do que os do Rio Grande do Sul. Os dois municípios gaúchos que se destacam, em razão da elevada taxa de homicídios, são Cruz Alta e Erechim. Nas demais classes populacionais os municípios do Paraná têm altas taxas de homicídios e grande porcentagem de população entre 15 e 24 anos.

No Arco Sul outra variável que mostrou maior relevância do que nos demais foi o grau de urbanização. Na classe acima de 100 mil habitantes o município com maior porcentagem da população vivendo na área urbana (99,1%), Foz do Iguaçu (PR), também tem a maior taxa de homicídios do Arco (68,6 homicídios por 100 mil habitantes). Na classe entre 50 e 100 mil habitantes o município de Cruz Alta (RS) se destaca com 96,4% da população residindo na área urbana e uma taxa de homicídios de 31,8 por 100 mil habitantes.

Conclusão sobre os testes de correlação

Os testes de correlações aqui apresentados não pretendem estabelecer relações causais para a incidência de homicídios na Faixa de Fronteira, apenas sugerem correlações com a diversidade demográfica.

No Arco Norte os municípios com maior proporção de migrantes recentes estão relacionados com as taxas de homicídios mais elevadas. No Arco Central a participação da população jovem na relação com a taxa de homicídios foi mais significativa do que nos outros Arcos, principalmente nos estados de Rondônia e Mato Grosso do Sul. No Arco Sul, principalmente no Paraná, a relação entre população jovem e homicídios é significativa.

APREENSÕES DE ILÍCITOS NA FAIXA DE FRONTEIRA

As ações de apreensão por parte das forças de segurança são justificadas pela legislação e normas que regulam o que é permitido e o que não é, ou seja, é a existência de leis e normas específicas de um país que determina se um produto e/ou seu comércio são considerados ilícitos/ilegais⁷⁹. De acordo com os fundamentos legais das ações de apreensão realizadas pelas forças de segurança na faixa de fronteira, grosso modo, existem dois grupos de ilícitos no momento presente.

O primeiro grupo abrange mercadorias ilegais, ou seja, mercadorias cujo comércio e uso são considerados ilícitos (ou controlados, como no caso de algumas drogas sintéticas) pela legislação do país. É o caso das *drogas*: drogas de origem orgânica (cocaína e seus precursores, como pasta base de cocaína; crack; cannabis; haxixe); e drogas sintéticas (anfetaminas; barbitúricos, etc.).

⁷⁹ Não existe clareza sobre a diferença entre ilícito e ilegal na maior parte dos países. É suficiente aqui mencionar que a origem etimológica do termo *ilícito* é “não permitido” enquanto o termo *ilegal* designa tudo aquilo que é “contrário às leis estabelecidas”.

O segundo grande grupo é formado pelo comércio ilegal de mercadorias legais. Nesse caso estão armas e munições e um leque de outras mercadorias (cigarros, pneus, bebida, eletrônicos e produtos de informática, combustíveis, madeira, etc.) cujo comércio pode configurar *contrabando* e/ou *descaminho*. O contrabando se configura quando uma mercadoria entra ou sai de um país sem o pagamento de direitos alfandegários, ou seja, está relacionado ao campo bem mais extenso da *evasão fiscal*. Como a maior parte das pessoas na história e na geografia do mundo não gosta de pagar impostos é provável que esse seja o motivo para a tolerância secular em relação ao contrabando.

Mudança de paradigma

Qual é o objetivo das atividades de apreensão de drogas e contrabando pelas forças de segurança? No mundo atual, vários governos, inclusive o governo brasileiro, reconhecem como problema sociopolítico grave a conexão entre o comércio de ilícitos e o *crime organizado*⁸⁰ e o *crime transnacional*⁸¹.

O reconhecimento desta conexão, real ou potencial, com grandes organizações extremamente sofisticadas e capazes de integrar atividades ilegais à esfera legal é um dos principais responsáveis pela mudança de paradigma nas políticas públicas de controle de atividades ilícitas, principalmente no caso do comércio de drogas.

No caso das drogas consideradas ilícitas a anterior ênfase na repressão ao tráfico e ao consumo individual de drogas defendido pela política da “guerra às drogas” do final do século XX está sendo ampliada (possivelmente substituída) para uma política abrangente, mais atenta aos laços entre atividades ilegais e atividades legais e menos ao consumo.

Essa mudança de paradigma pode ser interpretada como uma resposta à própria evolução dos negócios ilícitos, hoje técnica e economicamente mais sofisticada, alimentada pelo aumento dos lucros, diversificação de atividades e maior capacidade de estabelecer alianças funcionais com vários setores da economia e da política, nacional e internacionalmente.

⁸⁰ Existem dezenas de tentativas de definição de “crime organizado”. A ONU entende como tal atividades criminosas complexas, atuantes em grande escala, forte ou fracamente organizadas, com frequência conectada à corrupção política, cujo objetivo é estabelecer, suprir e explorar mercados ilegais. O Sage Dictionary of Criminology define como atividades de grupos envolvidos na produção, suprimento e financiamento de mercados ilegais de mercadorias e serviços. A legislação brasileira pela Lei n.12.850/2013 considera como organização criminosa “a associação de quatro ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a quatro anos, ou que sejam de caráter transnacional”.

⁸¹ Os “crimes transnacionais” são violações da lei envolvendo mais de um país, tanto no planejamento, execução ou no impacto. Podem ser agrupados em três grandes categorias: oferta de mercadorias ilegais (tráfico de drogas, tráfico de mercadorias roubadas, tráfico de armas, dinheiro falsificado), serviços ilegais (tráfico de pessoas) e infiltração de empresas e de governos (fraude, lavagem de dinheiro, corrupção, espionagem, etc.).

infiltração de empresas e de governos (fraude, lavagem de dinheiro, corrupção, sificado), serviços ilegais (tráfico de pessoas) e infiltração de empresas e de governos (fraude, lavagem de dinheiro, corrupção, etc.).

Apreensões de ilícitos e território

A apreensão de ilícitos, principalmente de drogas e armas, se dá num contexto tão fluido e de complexidade crescente que as polícias tradicionalmente encarregadas das apreensões não têm condições de analisar os dados primários obtidos em campo. São os serviços de inteligência os responsáveis por conectar e dar sentido às informações obtidas de fontes diferenciadas.

No decorrer da pesquisa realizada pelo Grupo Retis para a ENAFRON/SENASP/MJ o próprio contratante disponibilizou dados de apreensões realizadas por forças de segurança – Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Polícias estaduais.

Para deixar claras as diferenças quanto ao tipo e qualidade das informações disponibilizadas, as apreensões foram classificadas, primeiro, pelo órgão responsável e, segundo, pelo tipo de produto.

Uma observação preliminar: não existem estimativas confiáveis do que representa a quantidade de drogas apreendida por todos os departamentos de segurança pública no Brasil em relação ao tráfico em geral. Uma das recomendações para a ENAFRON é o contato permanente com os órgãos encarregados de analisar a economia ilícita de drogas de origem orgânica e sintética dos países vizinhos e outros países para se chegar a uma estimativa quanto à quantidade de drogas dirigidas ao Brasil, atualmente desconhecida.

DEPARTAMENTO DA POLÍCIA FEDERAL (DPF)

O Departamento da Polícia Federal (DPF) disponibilizou os dados sobre as apreensões de droga por estado. Isso dificulta saber qual parte corresponde aos municípios pertencentes à faixa de fronteira.

Uma busca suplementar por dados nos relatórios anuais do DPF (por estado) sobre os municípios onde foram feitas as apreensões revelou que a maioria absoluta dos relatórios não localiza geograficamente os lugares de apreensão. É desejável não só que os relatórios deixem claro quais os municípios/estradas onde foram feitas apreensões como também que a base de dados do DPF disponibilizasse dados sobre apreensões de pasta base de cocaína anualmente, como era feito até o passado recente.

Apreensão de cocaína e precursores químicos

As apreensões de cocaína pelo DPF no período 2000-2012 mostram que as maiores apreensões ocorreram nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo, seguido pelos estados de Rondônia, Amazonas e Paraná. Já os estados de São Paulo e Amazonas se destacam nas apreensões de produtos químicos utilizados no processamento da pasta base de cocaína.

Considerando a gama de precursores químicos necessários ao processamento da pasta base e o fato notório do aumento de “laboratórios” ou “cozinhas” em território brasileiro, as apreensões de precursores são irrisórias.

A incidência espacial das apreensões de cocaína e de produtos químicos ilegalmente comercializados confirmam alguns aspectos conhecidos da rede de tráfico de drogas no Brasil:

- a. a proximidade dos países produtores de coca/pasta base/cocaína (Peru, Bolívia, Colômbia) faz dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Amazonas e Rondônia verdadeiros “corredores” de trânsito de cocaína para a costa atlântica; as operações especiais levadas a cabo pelo DPF e FF.AA. registram a presença de “laboratórios” ou “cozinhas” em território brasileiro, a começar pela faixa de fronteira, ou seja, já não se trata mais só de tráfico e sim de produção;
- b. o estado do Paraná também registra um volume grande de apreensões (cloridrato, crack), tanto em função do mercado interno como pela facilidade de exportar cocaína pelo porto de Paranaguá;
- c. as maiores apreensões foram registradas no estado de São Paulo, grande mercado distribuidor e consumidor de drogas, e fabricante de produtos químicos; neste estado está situado o porto de Santos e importantes aeroportos internacionais, o que lhe confere um papel importante como *plataforma de exportação*;
- d. os mapas sobre Apreensões de Cocaína (XII.3) e Apreensões de Produtos Químicos (XII.2) indicam uma concentração nos estados do Amazonas e São Paulo⁸². Apesar de ‘produtos químicos’ abranger um largo espectro de componentes, ressalta-se que muitos deles são utilizados não só no processamento da pasta base de cocaína como também na fabricação do crack (bicarbonato, amoníaco).

O DPF também participa de operações especiais, levadas a cabo em conjunto com outras forças de segurança. Por exemplo, a Polícia Federal do Brasil e a Polícia Nacional do Peru realizaram a terceira edição da *Operação Trapézio* (inserida no Plano Estratégico de Fronteiras/Governo Federal) a partir de Tabatinga (Alto Solimões) e tendo como alvo a produção de cocaína no lado peruano. Na ocasião foram “desarticulados” 28 laboratórios de cocaína na região de fronteira de Caballococha no Peru, e apreendidas 123 toneladas de insumos químicos utilizados no refino⁸³. Não são operações secretas e sim direcionadas para

⁸² Em abril de 2013, durante uma operação da Polícia Federal destinada a coibir o comércio ilegal de produtos químicos controlados e que teve como alvo oito cidades paulistas e o município de Pouso Alegre (MG), foi localizado um único “laboratório” de refino de cocaína em Diadema, município do ABCD paulista. <http://www.paginaunica.com.br/TNX/conteudo.php?cid=9137&sid=44>

⁸³ <http://new.d24am.com/noticias/amazonas/destroi-laboratorios-producao-14-quilos-cocaina/97118>

lugares conhecidos de produção. O esquema abaixo foi publicado no diário La República (Peru) em 2012, o que mostra que era de conhecimento geral a localização da bacia cocalera. Em edições anteriores das operações especiais foram destruídos 12 “laboratórios” de refino de cocaína e uma área considerável de plantação de coca no Peru⁸⁴.

Mapa XII.1 Bacias cocaleras no Trapézio Amazônico

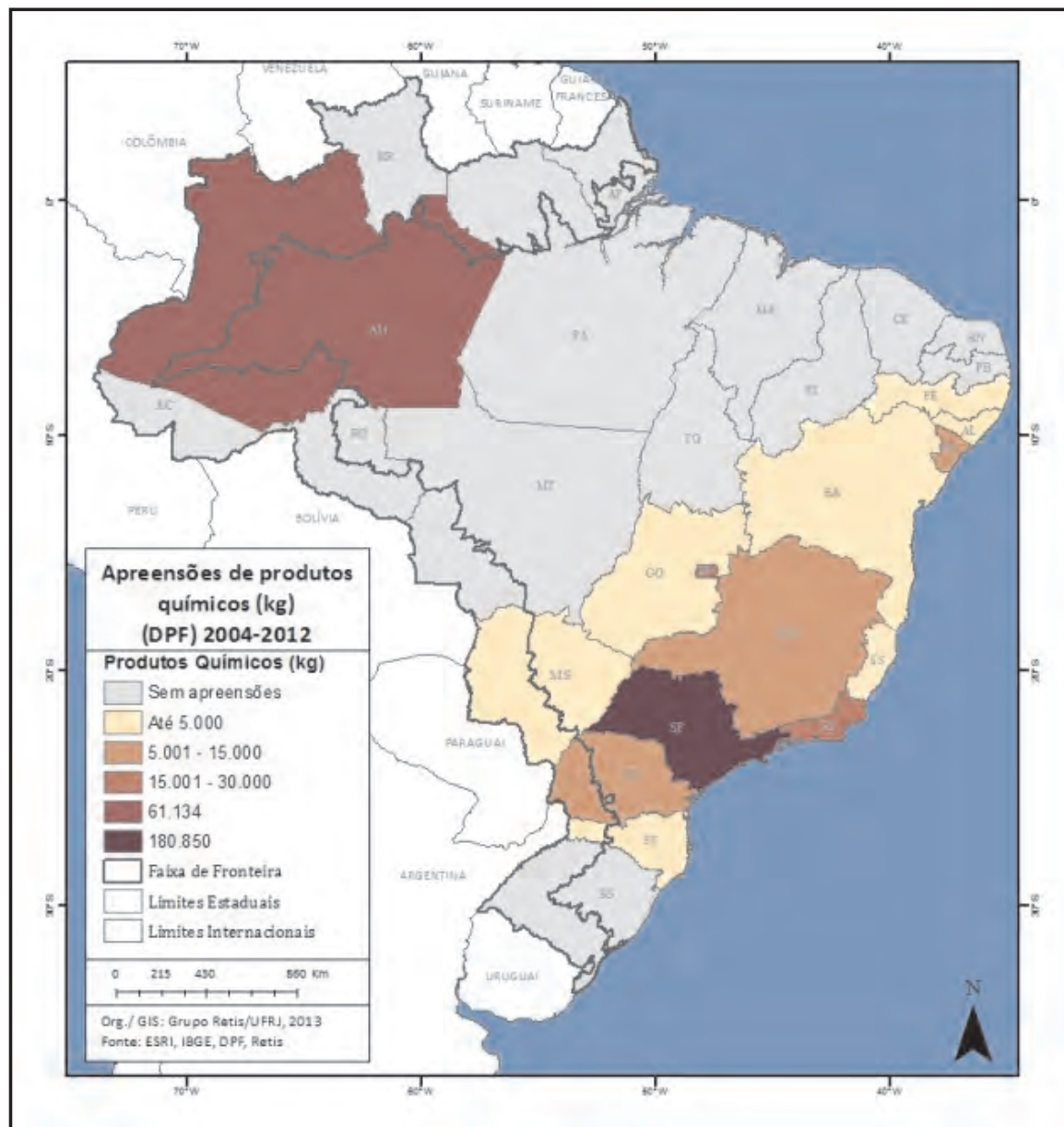


Em 2012, a Polícia Federal e o Exército fizeram apreensões de 248.619 kg de pasta base de cocaína em Tabatinga, e em 2013 (3ª Operação Trapézio) a quantidade apreendida dobrou; ainda em 2013 o Exército publicou uma nota manifestando preocupação com o aparecimento no Trapézio Amazônico de uma variedade de planta de coca, modificada para resistir ao clima úmido ao longo da faixa fronteira com o Peru (vale do Javari)⁸⁵.

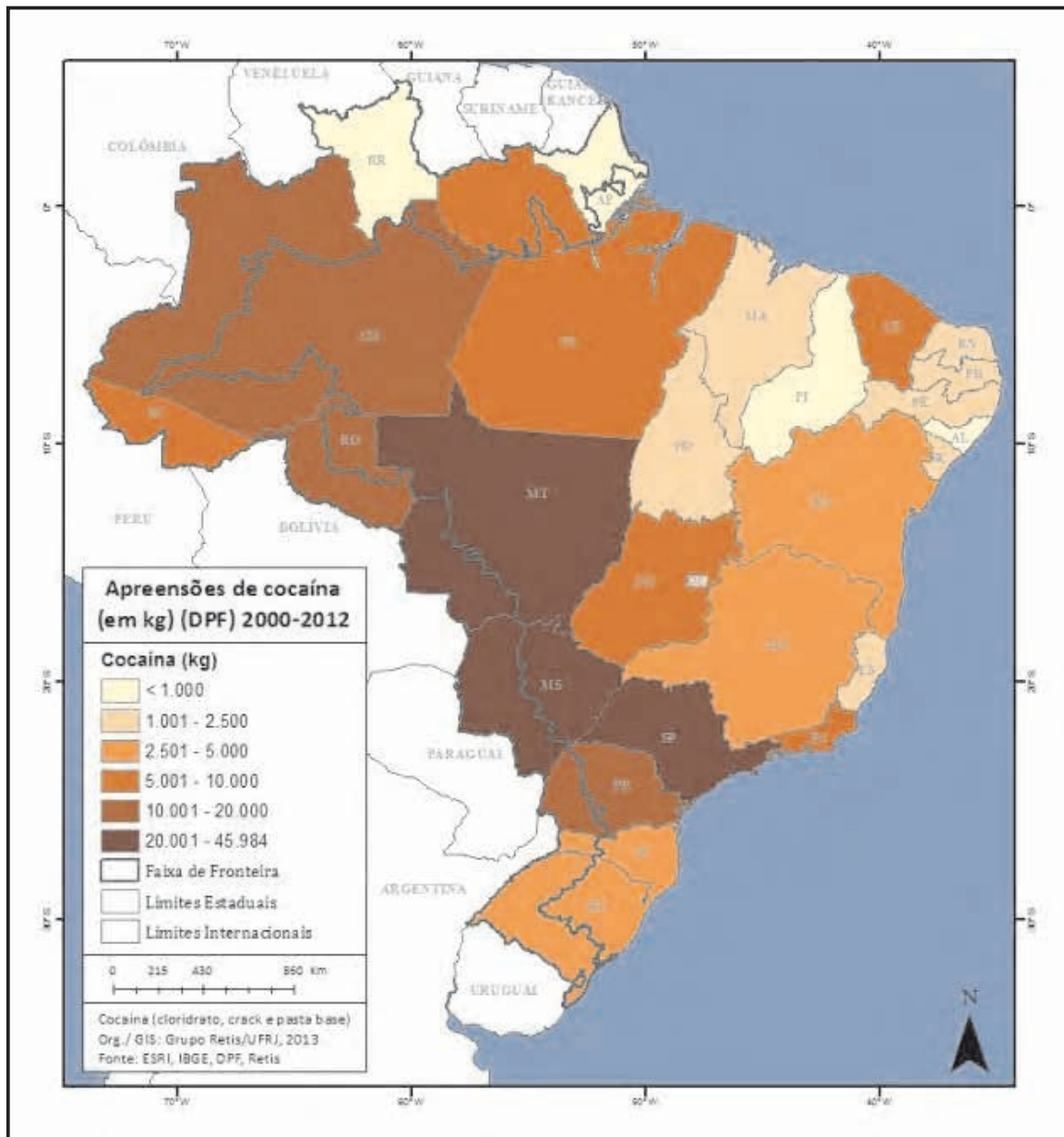
Mapa XII.2 Apreensões de produtos químicos pelo DPF, 2004-2012

⁸⁴ <http://www.justica.gov.br/portal/ministerio-da-justica/pf-e-policia-peruana-combatem-o-traffic-de-cocaina-na-fronteira.htm>

⁸⁵ <http://www.cbnfoz.com.br/editorial/brasil/oraima/09122013-56128-exercito-teme-que-plantacao-de-coca-do-peru-transborde-para-o-brasil>

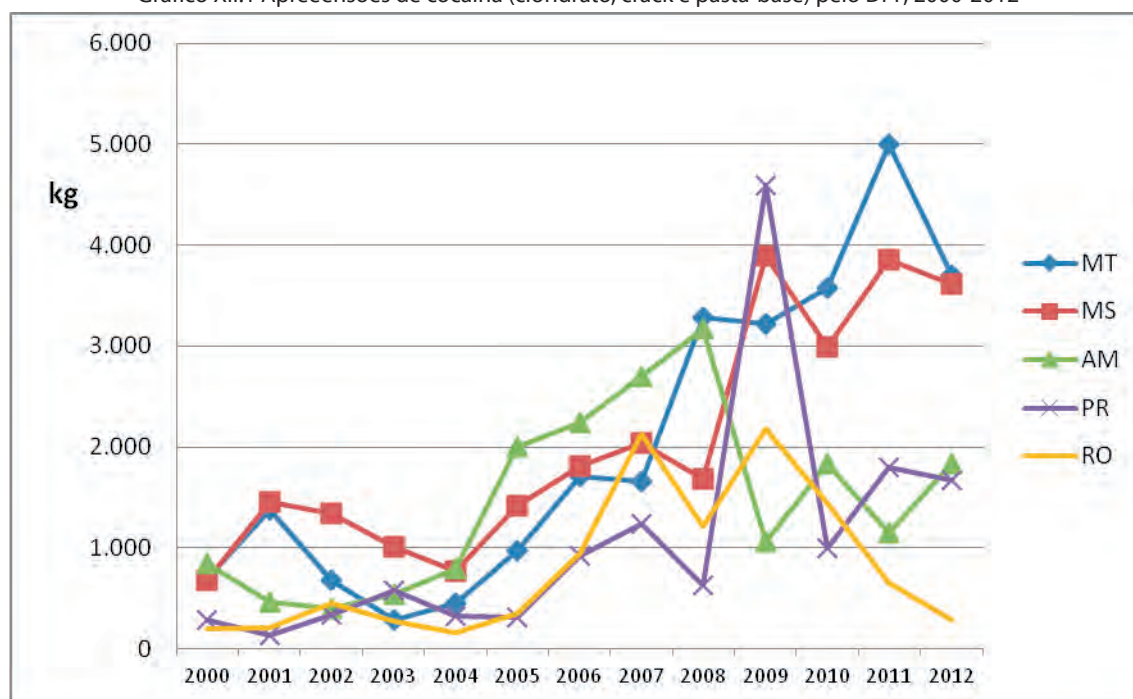


Mapa XII.3 Apreensões de cocaína pelo DPF, 2000-2012



O Gráfico XII.1 mostra a evolução das apreensões de cocaína pela Polícia Federal (aí incluídos cloridrato, crack e pasta base) no período de 2000 a 2012.

Gráfico XII.1 Apreensões de cocaína (cloridrato, crack e pasta-base) pelo DPF, 2000-2012



Observa-se uma tendência de alta nas apreensões em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o que pode indicar tanto a concentração nesses estados de operações da Polícia Federal como o crescimento do tráfico. A queda de apreensões no Amazonas e em Rondônia pode ter motivos diferentes, se desconsiderada a possibilidade de enxugamento das operações nesses dois estados: a cocaína que transita pelo Amazonas vinha principalmente da Colômbia, porém desde meados da década de 2000, a produção de cocaína nesse país tem diminuído (embora esteja em trajetória de alta em 2014-2015). Outra questão é a reduzida apreensão de pequenos aviões pela PF, embora seja esse um dos preferidos meios para o tráfico de cocaína na Amazônia sul-americana.

Já em Rondônia, a queda das apreensões depois de 2009 é difícil de explicar, se considerada a importância da BR-364 e da bacia do Madeira-Mamoré nas redes de tráfico boliviana, e a conexão rodoviária entre Rondônia, o Acre e o Peru.

A *disposição geográfica* das redes de tráfico no espaço geográfico sugere algumas questões para os serviços de inteligência da PF elucidar:

Primeiro, o maior número de apreensões em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul confirmaria a existência nesses estados de grandes “corredores” por onde passa os maiores fluxos de tráfico, enquanto nos outros estados fronteiriços predominaria o tráfico “formiga”, muito mais difícil de ser apreendido devido à multiplicidade de rotas e as pequenas quantidades traficadas?

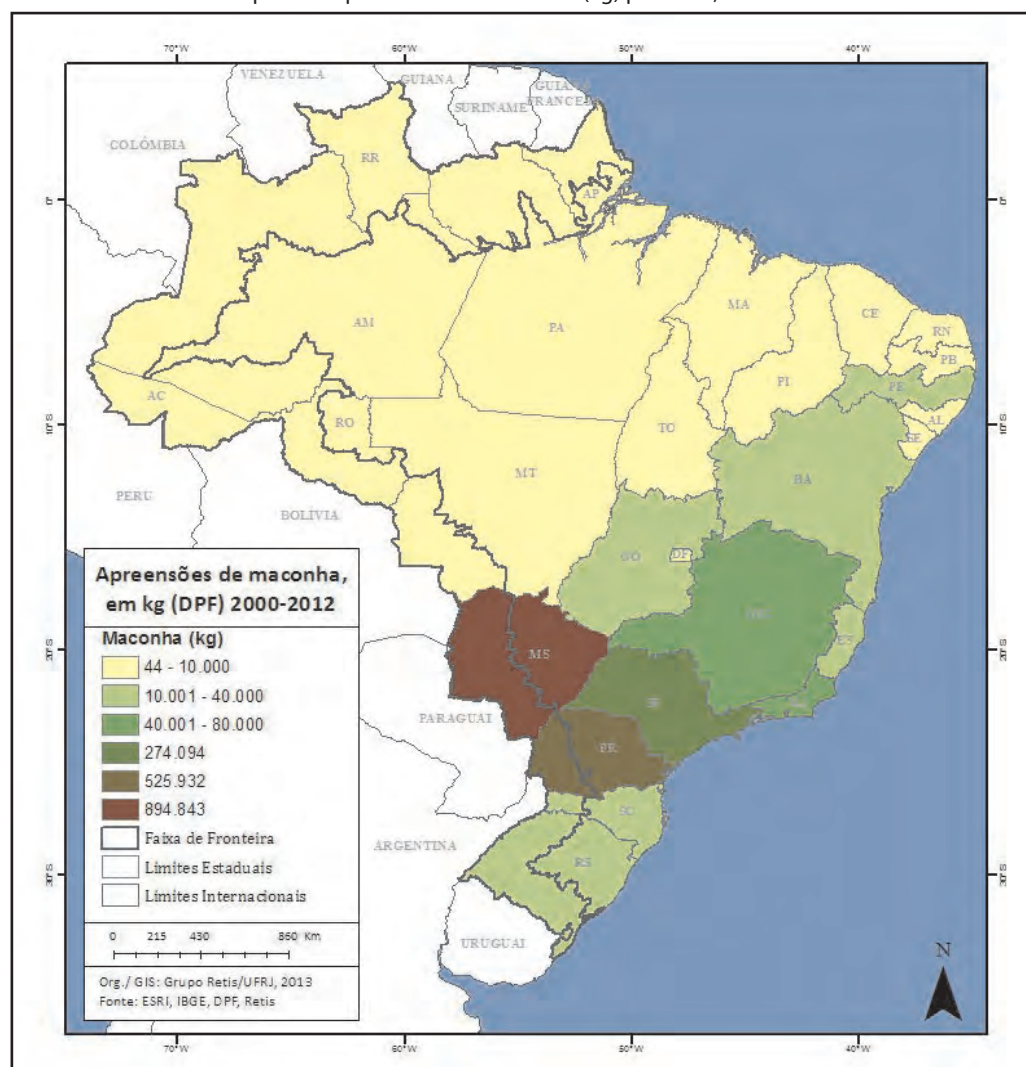
Segundo, se existem na atualidade duas formas de organização das redes de tráfico, qual seja, a droga em trânsito para o mercado externo passaria pelos “corredores” enquanto o tráfico “formiga” destina-se ao mercado interno é possível trabalhar com a hipótese de que ambas as formas de organização se entrelaçam em determinados lugares e de lá são redistribuídos para o mercado interno e externo.

A resposta a essas questões dependerá da estratégia adotada nas operações de apreensão, dos recursos dos órgãos encarregados das apreensões, e do mapeamento das rotas do tráfico “formiga” pelo serviço de inteligência da Polícia Federal.

Apreensões de cannabis sativa (maconha)

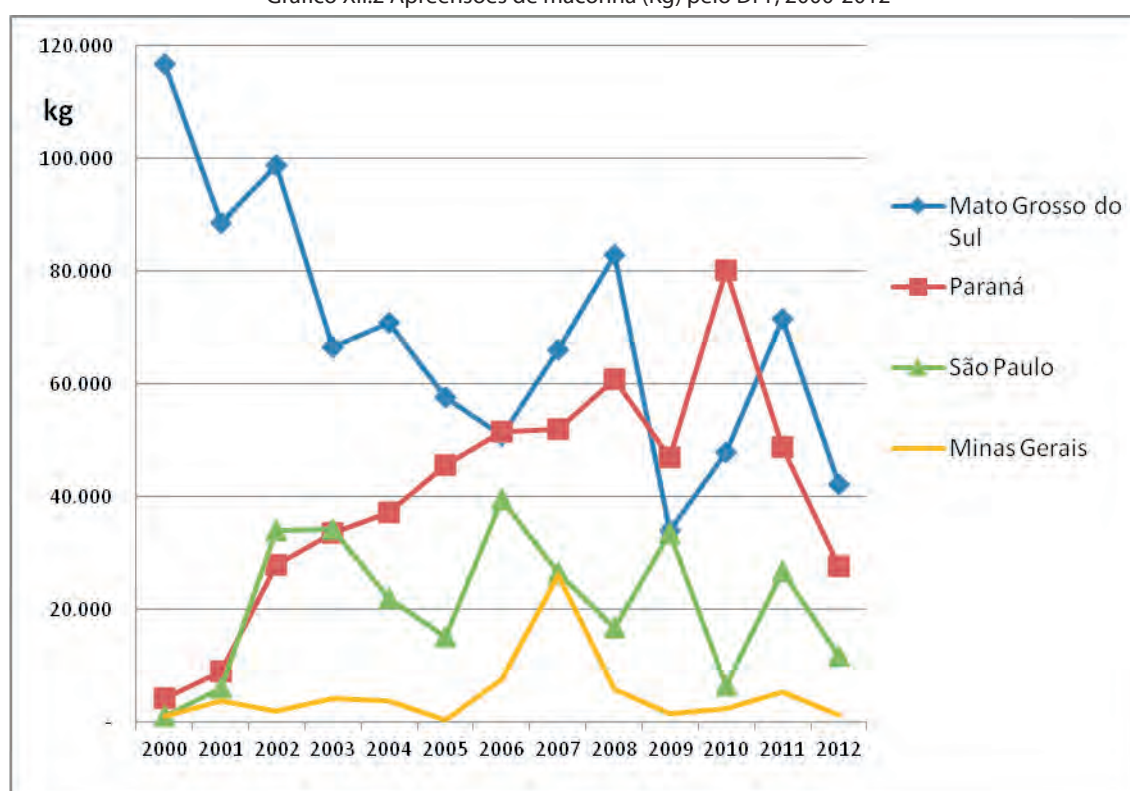
As apreensões de maconha pela Polícia Federal estão concentradas nos estados de Mato Grosso do Sul e Paraná, como previsível: a maior parte da maconha consumida no Brasil é originária do Paraguai. Embora a proximidade geográfica do país vizinho seja um fator relevante, de modo geral a maconha é uma planta que não exige condições especiais de plantio, o que explica sua dispersão por todo o território nacional. Ao contrário da cocaína, o Brasil não é um país de trânsito de cannabis para o exterior.

Mapa XII.4 Apreensões de maconha (kg) pelo DPF, 2000-2012



O Gráfico XII.2 mostra uma tendência para baixo nos quatro estados com dados disponibilizados pela PF. Esse decréscimo pode ser atribuído à combinação de dois fatores: o crescimento do tráfico “formiga” e o desinteresse por parte da DPF pelas apreensões de maconha nesses estados. Mesmo assim, os estados de Mato Grosso do Sul e Paraná permanecem importantes como corredores do tráfico de *cannabis*.

Gráfico XII.2 Apreensões de maconha (Kg) pelo DPF, 2000-2012



DEPARTAMENTO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL (DPRF) – APREENSÕES DE DROGAS

Os dados fornecidos pelo DPRF (período 2012 a 1º sem de 2013) permitem contabilizar o número de ocorrências de apreensão de drogas no período (cocaína, crack, maconha, haxixe, sintéticos) por município. É importante enfatizar que a referência ao município corresponde ao lugar de ocorrência e/ou apreensão em rodovias que cortam determinado município.

Isso abre várias possibilidades: o município é *lugar de passagem* (rota); o município é *consumidor*; o município é *lugar de armazenagem*; o município é *distribuidor*; o município é *lugar de processamento*; ou, o que não é incomum, uma combinação de mais de uma dessas funções (Machado, 2001; 2003).

Considerando que os períodos com dados disponíveis não são longos e que o leque de funções não é simples de verificar, apresentamos aqui apenas uma análise de tendência, ou seja, um indicativo de um quadro muito mais complexo.

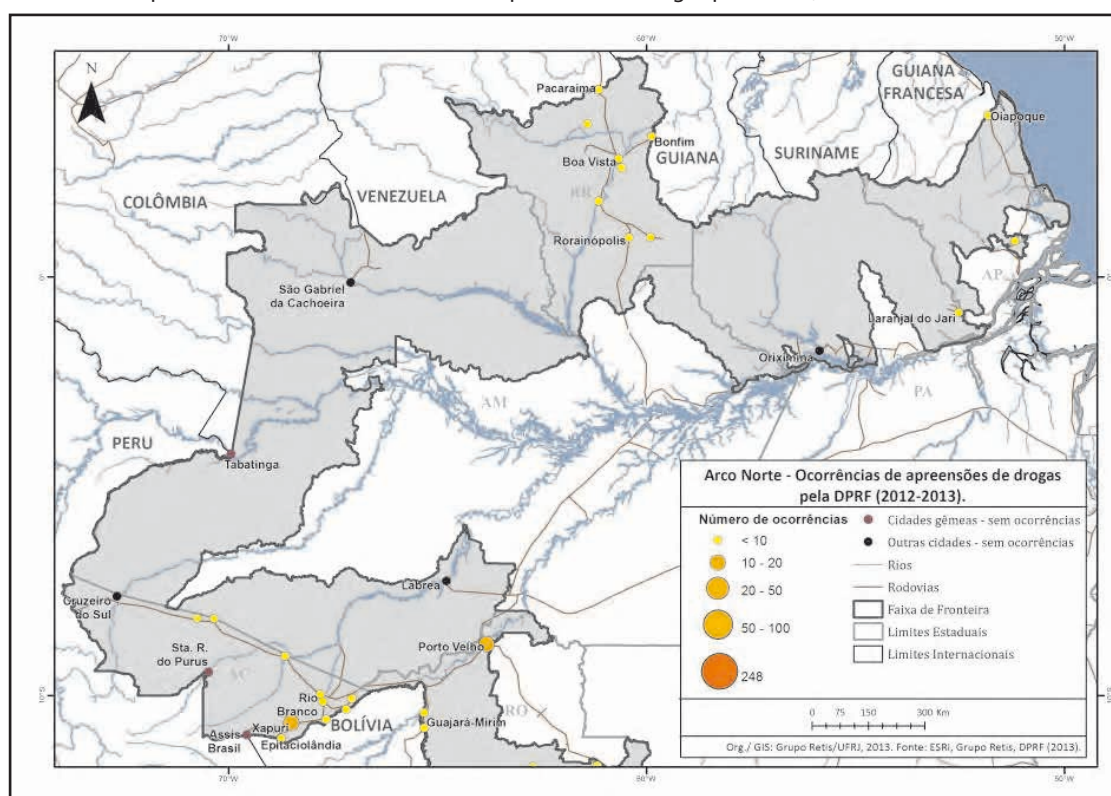
Para a produção dos mapas de apreensões do DPRF, foram considerados apenas os dados referentes ao número de ocorrências de apreensões (desconsiderando o volume total apreendido em cada município).

Cabem aqui algumas observações: a) no caso do DPRF foi feito o somatório das operações de apreensão para vários tipos de drogas (maconha, cocaína, crack, sintéticos), uma vez que o volume apreendido para cada tipo de droga era, na maioria dos casos, muito pequeno; b) o DPRF não registrou apreensões de pasta base de cocaína; c) a inexistência ou baixa densidade de rodovias federais nos estados amazônicos.

Arco Norte

Os rios amazônicos, muitos deles transfronteiriços, constituem um dos principais meios de transporte de cocaína (e pasta base de cocaína) na região Amazônica, tendo em vista que a malha rodoviária é praticamente inexistente na região. Isso é confirmado tanto pela bibliografia como por trabalhos de campo anteriores realizados pelo Grupo Retis/UFRJ na fronteira internacional amazônica.

Mapa XII.5 Arco Norte: ocorrências de apreensão de drogas pelo DPRF, 2012- 1º sem. 2013



Além da malha fluvial, também avionetas são utilizadas para a circulação de drogas ilícitas na região. Dados da ANAC (2012) mostram que, por exemplo, o município de São Gabriel da Cachoeira (AM), no Noroeste amazônico, tem 12 aeródromos públicos; os municípios de Pacaraima (RR) e Uiramutã (RR) têm, respectivamente, 20 e 38 aeródromos

privados, e existem vários aeródromos privados espalhados em outros municípios. É óbvio que os aeródromos podem ser e são usados por fazendeiros e gestores públicos, porém é igualmente razoável supor que são utilizados para outros fins. No Arco Norte existem 4 aeroportos internacionais (Boa Vista (RR), Tabatinga (AM), Cruzeiro do Sul e Rio Branco (AC) (Ver 2º Relatório, p.139), controlados pela Polícia Federal. É provável que o SIVAM tenha conhecimento da localização de pistas ilegais na região, porém esses dados não foram disponibilizados.

O Mapa XII.5 mostra as ocorrências do DPRF em operações na BR-174, que conecta Manaus com a Venezuela e a Guiana atravessando o estado de Roraima, e operações na BR-364, que conecta vários municípios do estado do Acre a Rondônia e deste estado até a região Sudeste do Brasil.

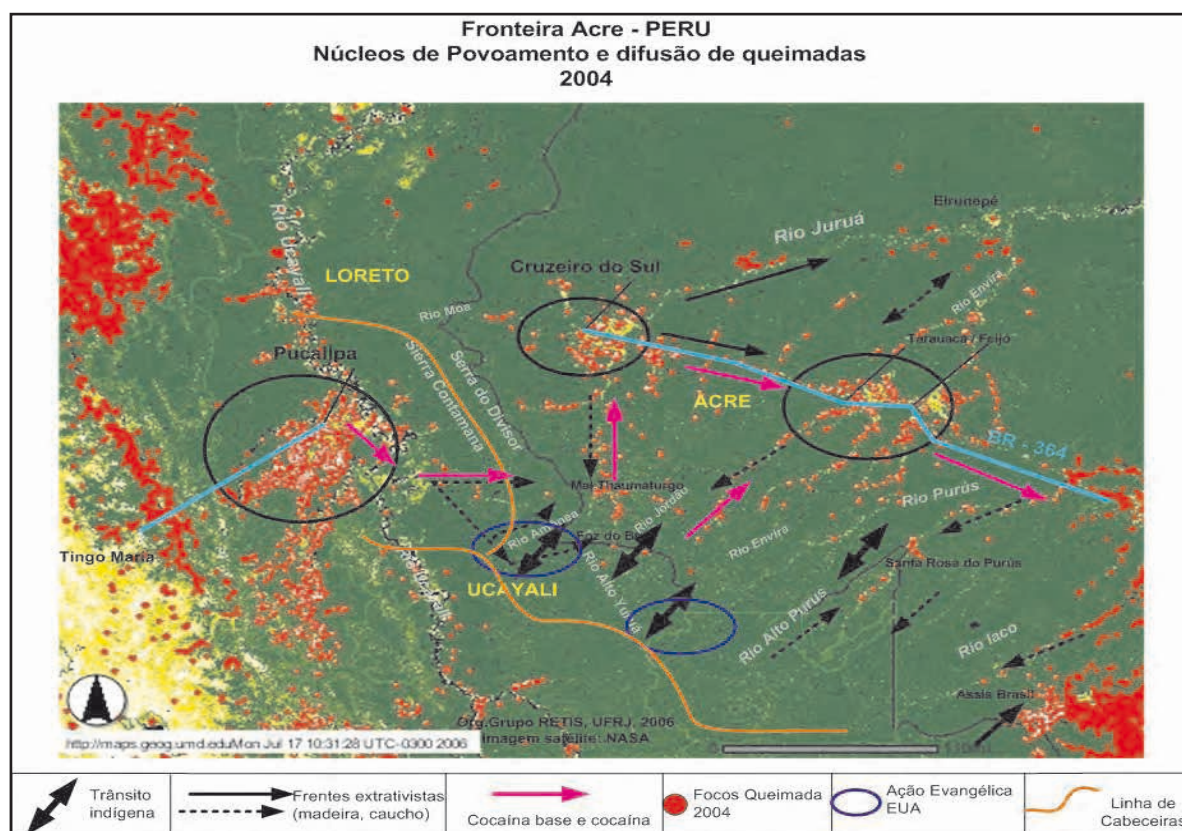
No caso do Acre fica patente a insuficiência de dados do DPRF. Isso se deve em parte à inexistência de malha rodoviária na maior parte do segmento de fronteira do Acre com o Peru. Porém na BR-317, onde atua o DPRF, o número de ocorrências é bem abaixo do esperado. Cabe lembrar que as rodovias federais do Acre são atendidas pela Superintendência do DPRF de Rondônia. Logo, é provável que o movimento do tráfico de drogas ilícitas no estado do Acre seja muito maior do que as ocorrências de apreensões registradas pelo DPRF, tendo em vista a proximidade deste estado às regiões produtoras de coca/pasta base e cocaína do Peru, atualmente o maior plantador de coca da América do Sul.

A mesma afirmação vale para a fronteira Amazônica de modo geral, pois além do Peru também os países vizinhos - Colômbia, Bolívia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa - estão envolvidos nas redes internacionais de tráfico.

O Acre “importa” maconha paraguaia de rotas que passam por Rondônia e Mato Grosso, e usa a maconha como forma de pagamento para a compra de cocaína; a cocaína, por sua vez, entra principalmente por Cruzeiro do Sul, Santa Rosa do Purus e Assis Brasil, tendo Sena Madureira como centro de “captura”, ou seja, este município concentra regionalmente os fluxos de drogas ilícitas⁸⁶. Curiosamente, apenas Xapuri apresenta um maior número de ocorrências, enquanto Cruzeiro do Sul não registra nenhuma ocorrência no período, apesar de ser antigo e ativo entreposto do tráfico de drogas ilícitas oriundas do Peru (Pucallpa).

⁸⁶ Entrevista com o Secretário de Segurança Pública do Acre, Ildor Graebner, agosto 2012, Trabalho de campo do Grupo Retis, UFRJ/CNPq.

Mapa XII.6–Fronteira Acre (BR)–Departamento de Ucayali (Peru)⁸⁷



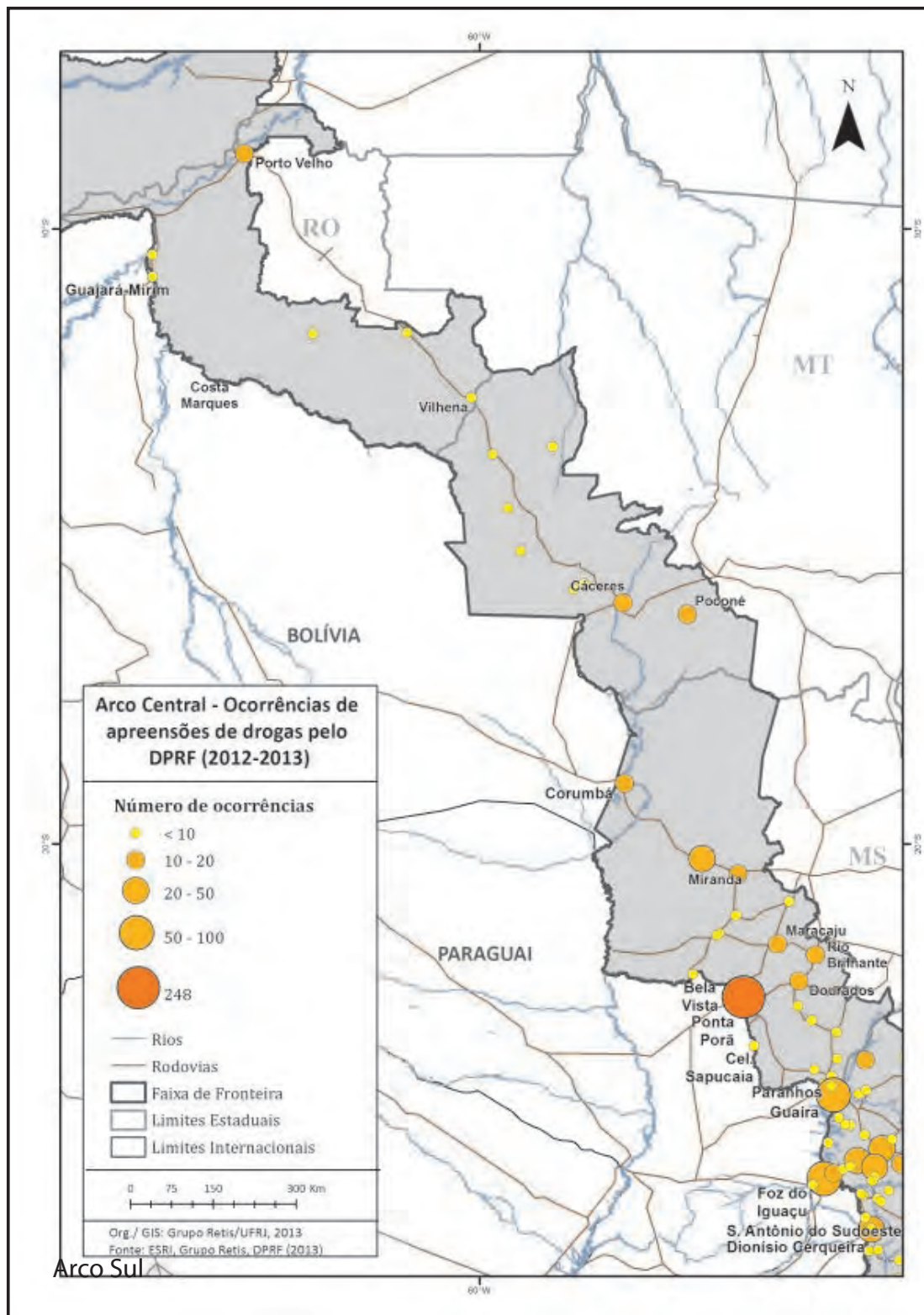
Arco Central

Os dados do DPRF (2012 a 1º semestre 2013) para o Arco Central mostram que a principal área com ocorrências em apreensão de drogas ilícitas é o sul do estado de Mato Grosso do Sul, principalmente em Ponta Porã (MS) e arredores (dado o pequeno número de ocorrências e das pequenas quantidades apreendidas foi feito o somatório de ocorrências de apreensão de cocaína, crack, maconha, haxixe, sintéticos). O município de Ponta Porã, com maior número de ocorrências de apreensão, é limítrofe ao Departamento de Amambay (PY), conhecido produtor e lugar de passagem dos traficantes de *cannabis* (maconha e haxixe).

Apesar da rede de tráfico de *cannabis* entre Paraguai e Brasil ser antiga, pouco se conhece sobre sua organização. Trabalhos de campo nessa área indicam que os maiores traficantes são de nacionalidade brasileira.

⁸⁷ Lia O. Machado. Repensar a Fronteira. Trabalho apresentado ao VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, SAEI, Brasília, 2007.

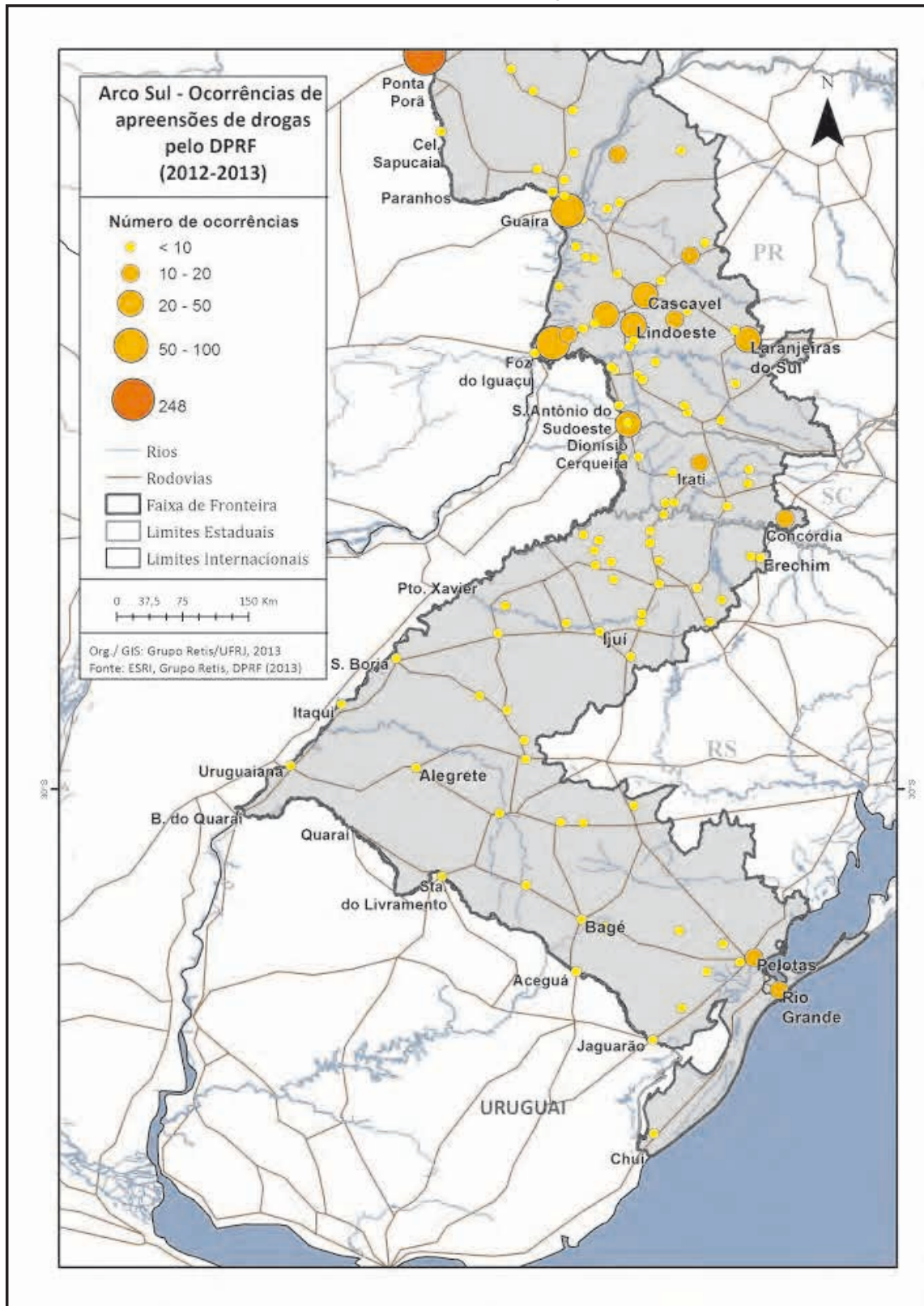
Mapa XII.7–Arco Central: ocorrências de apreensões de drogas pelo DPRF, 2012-1º sem. 2013



O maior número de ocorrências de apreensão de drogas ilícitas feitas pelo DPRF foi registrado nos estados do Paraná e em Santa Catarina. No Paraná, destacam-se Guaira, no extremo noroeste, e o eixo rodoviário que conecta Foz do Iguaçu a Maringá (esta última fora da FF), passando por S. Terezinha de Itaipu, S. Miguel do Iguaçu, Céu Azul e Cascavel. Em Santa Catarina, os municípios de Dionísio Cerqueira/Barracão (cidade gêmea com

Bernardo de Irigoyen (AR)), além de municípios localizados ao longo do eixo rodoviário das BR-163 e BR-282 até Florianópolis, se destacam, principalmente no que se refere à apreensão de crack e maconha.

Mapa XII.8–Arco Sul: ocorrências de apreensões de drogas pelo DPRF, 2012-1º sem. 2013



No Rio Grande do Sul, o número de ocorrências é muito menor, porém sua distribuição geográfica mostra uma variedade de rotas do tráfico de drogas (cocaína e maconha principalmente) que cruzam vários municípios da Faixa de Fronteira rio-grandense, até Pelotas e Rio Grande no litoral (estes dois municípios estão na classe entre 10 e 20 ocorrências). A disposição geográfica difusa das ocorrências sugere que as apreensões atingem principalmente o tráfico “formiga”, porém seria de se esperar que o porto do Rio Grande, o quarto maior em volume de carga do Brasil, registrasse maior número de ocorrências.

POLÍCIAS ESTADUAIS (PEs): APREENSÕES DE DROGAS

Os dados das PEs permitem distinguir os diversos tipos de droga. Infelizmente nem todos os estados disponibilizaram dados: o estado do Paraná (Arco Sul) não disponibilizou a quantidade de drogas apreendidas, apenas as ocorrências de apreensões; e os estados do Acre, Amapá, e Pará (Arco Norte) não disponibilizaram nem quantidade nem ocorrência. Em Roraima há dados de apreensão somente para Boa Vista, capital do estado. *Esse fato nos leva a recomendar que a SENASP considere esses estados como “áreas críticas” em termos de ausência de informação.*

Arco Norte

As apreensões de pasta base de cocaína (somatório 2008-2013) são geralmente muito pequenas. Destacamos a ausência de Tabatinga (AM), provavelmente um dos principais pontos de entrada de pasta base de cocaína (e de cocaína), tanto proveniente da Colômbia como do Peru.

A maioria dos municípios onde foram feitas apreensões de pasta base de cocaína e de cocaína pela PEs⁸⁸ se situa ao longo de conhecidas rotas fluviais: São Gabriel da Cachoeira e Barcelos no rio Negro (rio Uaupés na Colômbia); Japurá no rio do mesmo nome (rio Caquetá na Colômbia); Tabatinga (subnotificado tanto em apreensão de pasta base como de cocaína), São Paulo de Olivença, Amaturá, Tonantins, Jutaí, todos ao longo do rio Solimões (que nasce no Peru com o nome de rio Marañon); Benjamin Constant e Atalaia do Norte no rio Javari (fronteira com o Peru).

O município de Jutaí (AM) se destaca por registrar a maior quantidade de cocaína apreendida do Arco Norte, similar a de Porto Velho (RO) (Arco Central) e maior do que a de Boa Vista (RR). Uma das apreensões divulgadas em sites de mídia eletrônica foi de 33 kg, feita num barco ancorado na sede municipal, em operação conjunta da Polícia Civil e da Polícia Militar em outubro de 2012 (Figura XII.1).

⁸⁸ As apreensões da Polícia Militar Estadual no estado do Amazonas contam às vezes com a participação da Polícia Civil estadual. Em 2011, o quilo da pasta base de cocaína custava em média R\$ 5 mil e o quilo de cocaína em pó custava em média R\$ 16 mil. Em Miami (EUA), o quilo da cocaína é vendido por cerca de 25 mil dólares (preço 2014).

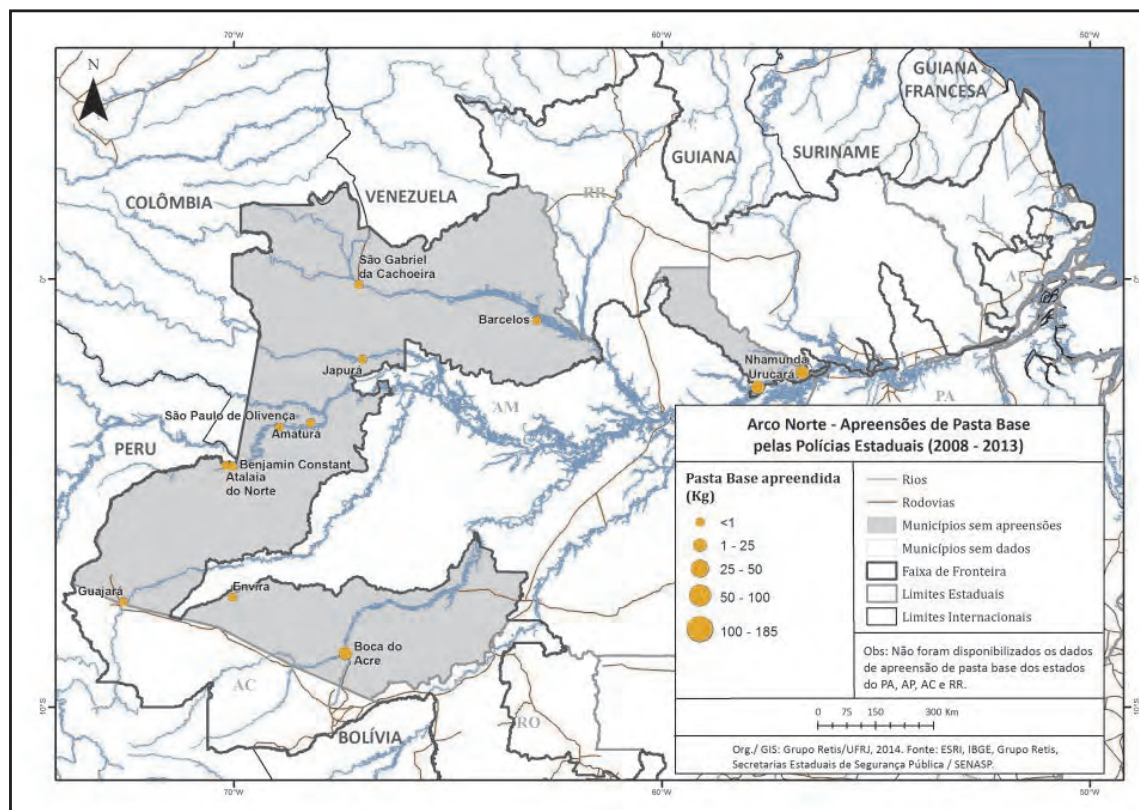
Figura XII.1 Cocaína apreendida em Jutai (rio Solimões) em 2012⁸⁹



Ainda no estado do Amazonas ocorreram apreensões de pasta base e de cocaína em Ipixuna e Envira (rio Juruá e afluente) e em Boca do Acre e Lábrea (rio Purus).

Tendo em vista a antiga e atual importância do Acre no tráfico de drogas ilícitas é provável que exista uma conexão desses lugares com Cruzeiro do Sul e a BR-364, provavelmente traficando pasta base e cocaína provenientes do Peru, além dos negócios com maconha provenientes do sul do país, como mencionado acima⁹⁰.

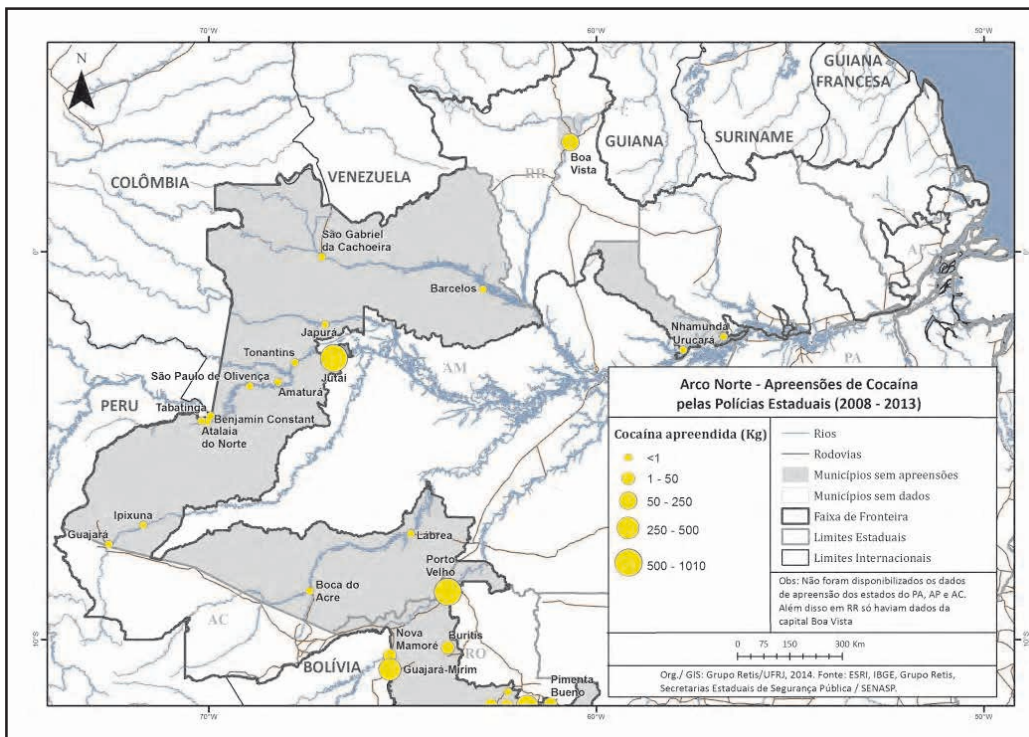
Mapa XII.9–Arco Norte: apreensões de pasta base pelas Polícias Estaduais, 2008-2013



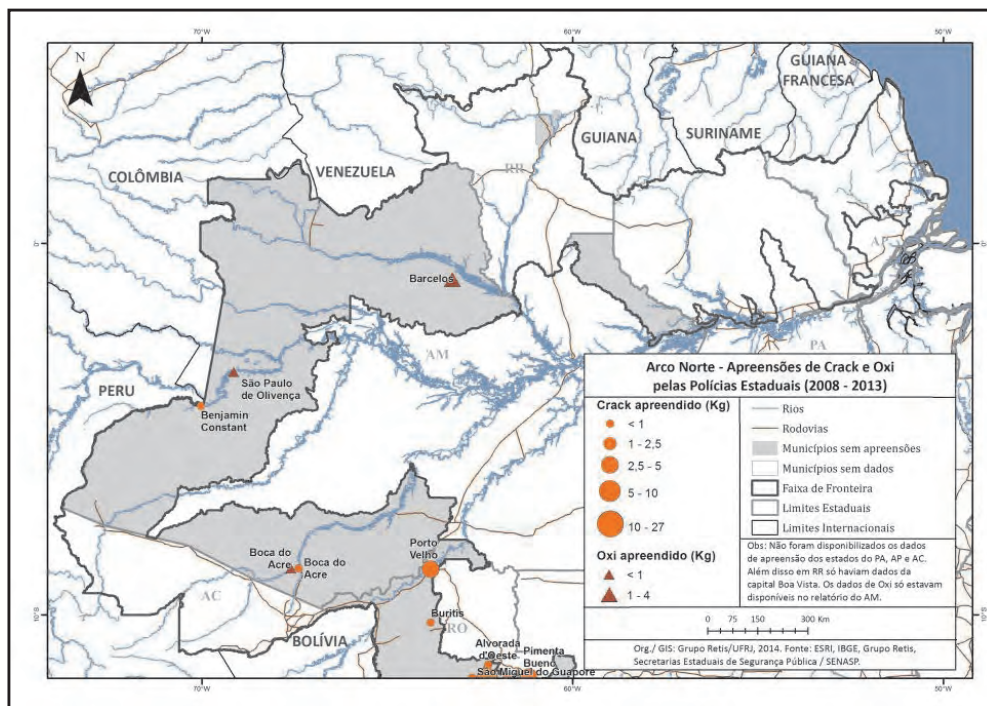
⁸⁹ <http://acritica.uol.com/tema/jutai.html>

⁹⁰ Em 2013, um promotor de Justiça do Acre declarou que Xapuri, Brasiléia e Epitaciolândia estavam se transformando em mercado consumidor de cocaína. Ver O Globo, edição 9/12/2013

Mapa XII.10 -Arco Norte: apreensões de cocaína pelas Polícias Estaduais, 2008-2013



Nos Mapas XII.11 e XII.12 estão localizados os lugares de apreensão de crack e de oxi⁹¹ e de maconha/haxixe. Em 2005 foi reportado o consumo de oxi no estado do Acre por camadas mais pobres da população, principalmente em Brasília e Epitaciolândia na fronteira com a Bolívia⁹². Não há informações suficientes sobre as rotas e os lugares de produção de crack no estado do Amazonas.

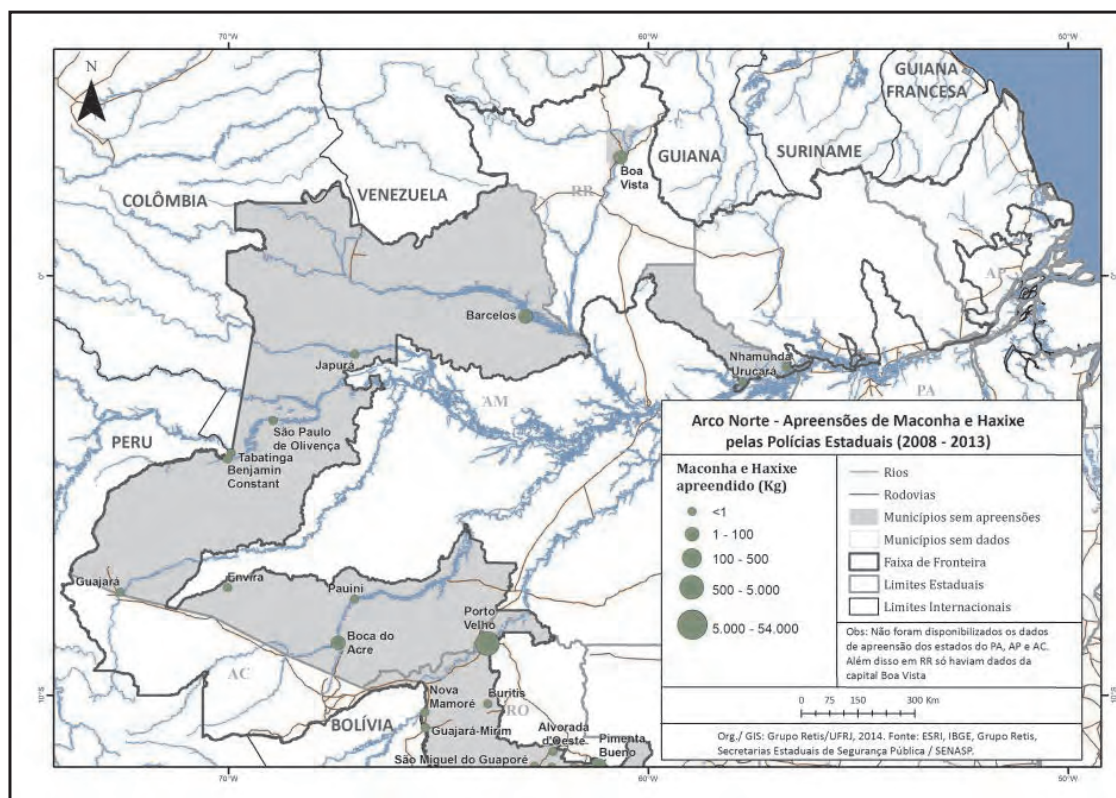


Mapa XII.11 -Arco Norte: apreensões de crack e oxi pelas Polícias Estaduais, 2008-2013

⁹¹ O "oxi" ou óxido é obtido da mistura da pasta base de cocaína com querosene, cal virgem ou solvente. Distingue-se do crack por usar solventes mais tóxicos, além de custar mais barato. Ver <http://www.infoescola.com/drogas/oxi/>

⁹² Ver www.narconews.com/lssues37/artigo1288.html

Mapa XII.12–Arco Norte: apreensões de maconha e haxixe pelas Polícias Estaduais, 2008-2013



Arco Central

Os dados das PEs (2008-2013) permitem o melhor detalhamento do tráfico dos diferentes tipos de drogas no Arco Central, embora seja estranha a falta de dados sobre apreensões de pasta base de cocaína no estado de Rondônia. Este estado tem tido altos e baixos como lugar de passagem da cocaína e lugar de beneficiamento (“laboratórios”) da pasta base desde a década de 1980, quando se destacava como um dos principais parceiros de traficantes da Bolívia nesse negócio. Em trabalho de campo do Grupo Retis/UFRJ na fronteira com a Bolívia no início da década de 2000 foi constatada a queda das interações transfronteiriças referentes à cocaína, porém em anos posteriores diversas fontes registram o aumento do tráfico de pasta base de cocaína⁹³.

⁹³ A eleição de Evo Morales ao governo da Bolívia gerou uma “geopolítica fragmentada” (ver Machado, L. O., Ribeiro, L. P. Rego Monteiro, L. C. Geopolítica fragmentada: interações transfronteiriças entre o Acre (BR), o Peru e a Bolívia. *Revista Colombiana de Geografia* 23: 2. 2014, disponível em www.retis.igeo.ufrj.br) acompanhado por uma “guerra” na imprensa e na mídia eletrônica contra o governo boliviano. No primeiro momento, tanto os EUA como as Nações Unidas e até o Brasil acusaram o governo Morales (ele próprio excocaleiro do Chapare) de sustar a “luta antidrogas” no país; no entanto, nos últimos anos a própria Nações Unidas reconhece que o governo boliviano reduziu as áreas plantadas de coca, e os governos do Brasil e da Bolívia estabeleceram uma cooperação no controle do tráfico, inclusive com o uso de Vant (veículo aéreo não tripulado) ou *drones* para o monitoramento de áreas cocaleiras. Em 2010 estava previsto o empenho de 350 milhões de dólares para a compra de 14 Vants fabricada em Israel, destinadas a operações de vigilância na Amazônia e nas regiões de fronteira, embora esta compra não tenha sido confirmada. Em 2013, a secretaria antidroga da Bolívia creditou às Vants brasileiras a detecção de 240 “laboratórios” de droga ao longo da fronteira com o Brasil (ver www.globalpost.com).

Uma pesquisa realizada pelo **Instituto de Criminalística da Polícia Federal** para os estados, feita a partir das apreensões de cocaína entre 2010 e 2011, mostra a origem da droga (“DNA”) em porcentagem, concluindo que 54,3% do total da cocaína apreendida no Brasil são procedentes da Bolívia⁹⁴.

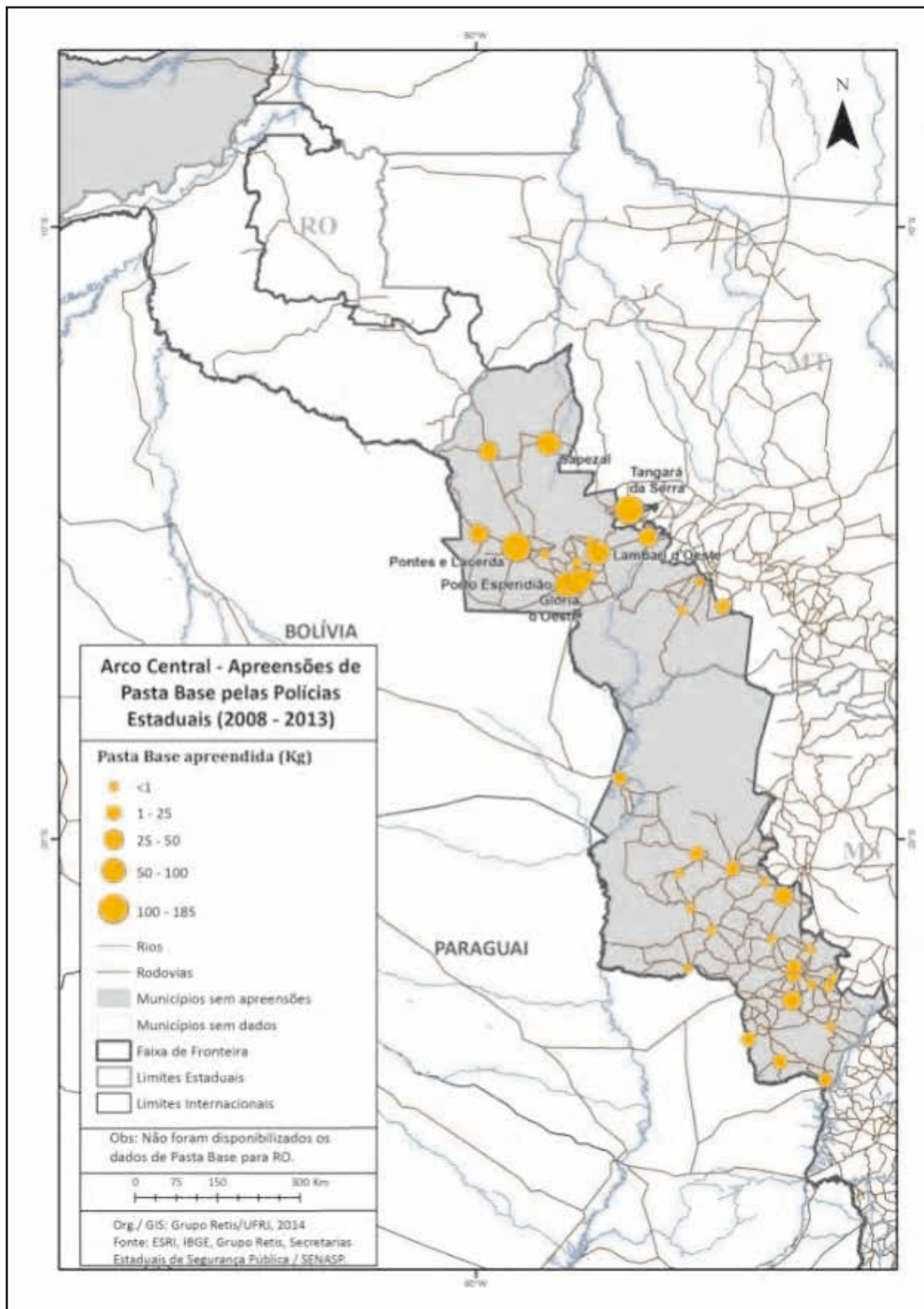
Para o estado de Rondônia, a mesma pesquisa do ICPF calculou que 10% da cocaína são originárias da Colômbia, 60% do Peru e 30% da Bolívia. Para o estado de Mato Grosso, o ICPF calculou que 44% da cocaína procedem do Peru e 56% da Bolívia. Para o estado de Mato Grosso do Sul, 7% procedem da Colômbia, 43% do Peru e 50% da Bolívia.

O crescimento do mercado de consumo de drogas, principalmente do crack no Brasil, a melhoria da circulação terrestre com os países vizinhos e as políticas desiguais e intermitentes de vigilância e controle na Bolívia, na Colômbia e no Peru sugerem que a exportação de pasta base de cocaína para o Brasil aumentou nos últimos anos. Nossa recomendação para a SENASP é a inclusão dos resultados das pesquisas do ICPF em suas avaliações e que se dê especial atenção às apreensões de pasta base de cocaína.

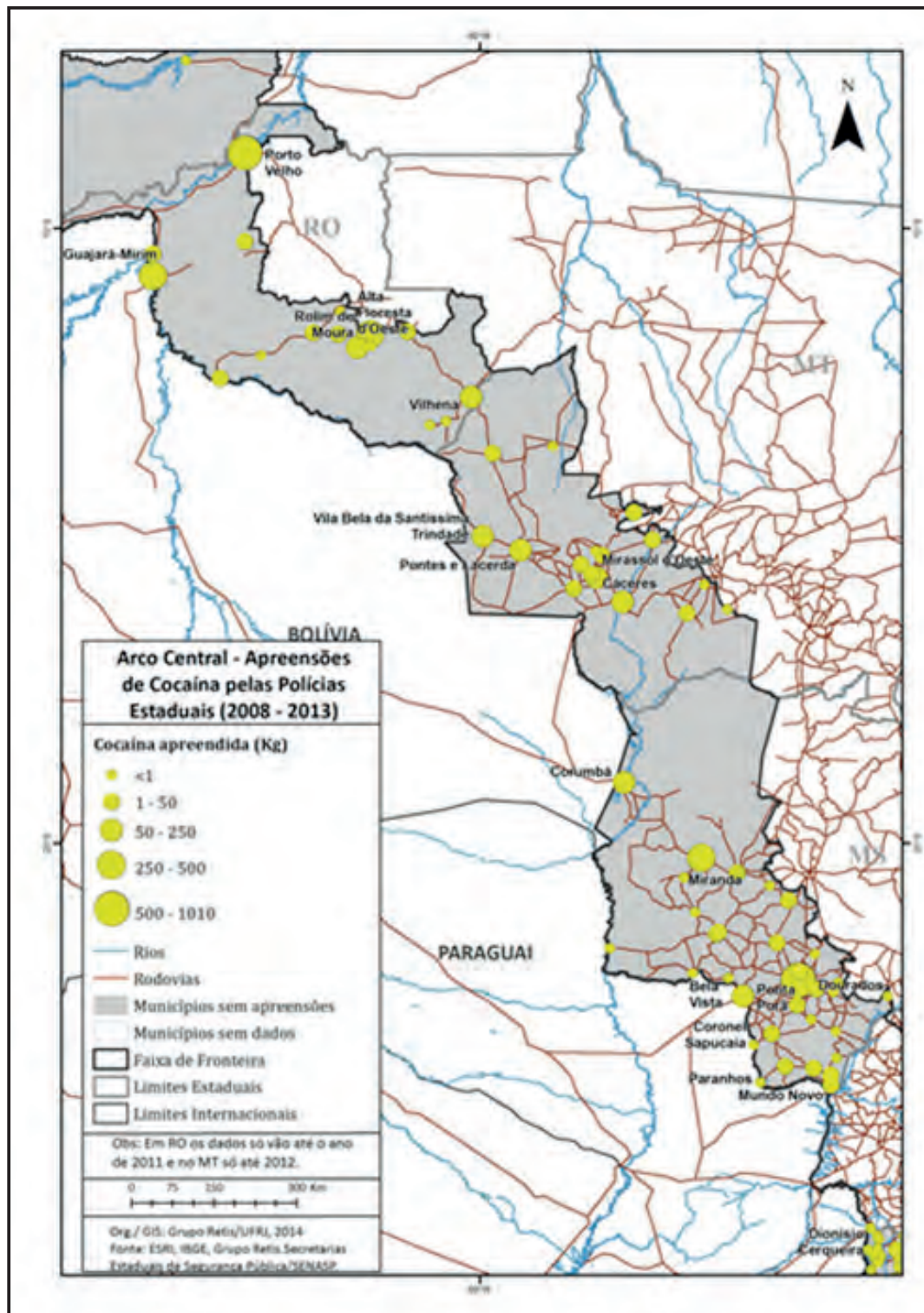
Os Mapas XII.13 e XII.14 mostram as apreensões de pasta base de cocaína e de cocaína pelas PEs no Arco Central.

⁹⁴ FSP 1/7/2012

Mapa XII.13–Arco Central: apreensões de pasta base pelas Polícias Estaduais, 2008-2013



Mapa XII.14–Arco Central: apreensões de cocaína pelas Polícias Estaduais, 2008-2013



Com base na pesquisa do ICPF é possível afirmar que grande parte da pasta base de cocaína apreendida em Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul se origina na Bolívia, provavelmente por transporte multimodal: fluvial (rio Guaporé) e rodoviário (BR-364/BR-174/BR-070).

Uma parte da produção de coca/cocaína na Bolívia, originalmente restrita às regiões de Yungas (Departamento de La Paz) e Chapare (Departamento de Cochabamba), se deslocou para o Departamento de Santa Cruz a leste, na fronteira com o Brasil⁹⁵.

Comparando os Mapas XII.13 e XII.14, conclui-se que:

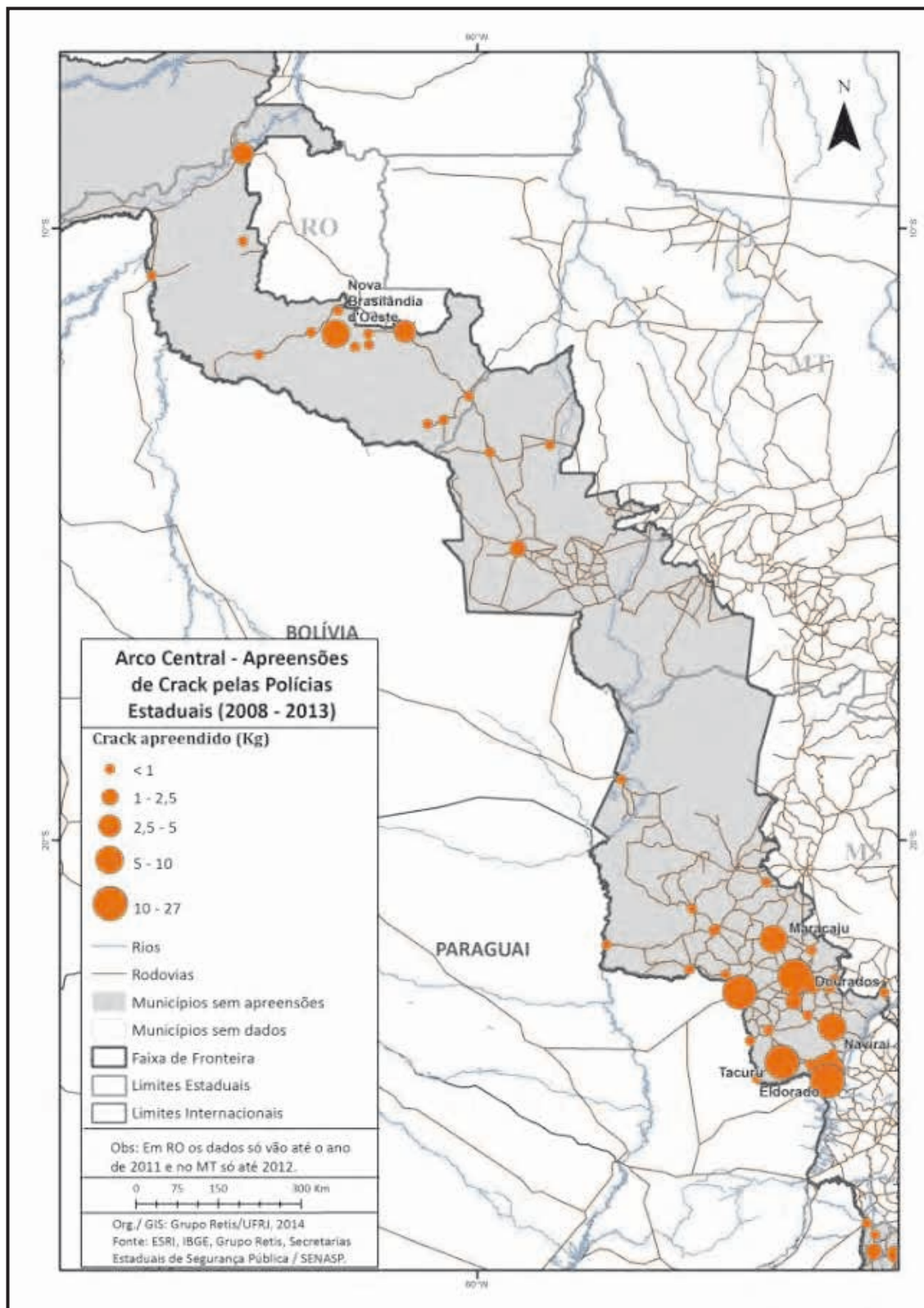
- a. a quantidade de pasta base de cocaína apreendida em Mato Grosso é pequena;
- b. as apreensões de cocaína em Corumbá e na BR-262, que conecta Corumbá a Campo Grande em Mato Grosso do Sul (passando por Miranda), além de Ponta Porã (MS), estão provavelmente subnotificadas pelas PEs;
- c. o polo urbano-regional de Dourados na Faixa de Fronteira se destaca nas apreensões de cocaína no sul de Mato Grosso do Sul;
- d. as rotas rodoviárias no sul de MS em direção ao Paraná (passando por Mundo Novo e Eldorado) são eixos do tráfico de drogas, que acompanham o fluxo de carga de mercadorias em geral;
- e. a densidade de estradas no sul de MS permite grande flexibilidade das rotas de tráfico.

Também no Arco Central existe um número considerável de aeródromos, além de pistas ilegais. Vila Bela da Santíssima Trindade (MT), município localizado na linha divisória com a Bolívia tem 22 aeródromos, enquanto Pontes e Lacerda (MT) e Porto Esperidião (MT), ambos na fronteira de Mato Grosso com a Bolívia tem 18 aeródromos. No entanto, Tangará da Serra (MT) com maior população que os municípios citados tem 6 aeródromos.

As apreensões de crack pelas PEs no Arco Central se concentram na porção sul do estado de Mato Grosso do Sul, em Rondônia, mas ínfimas em Mato Grosso.

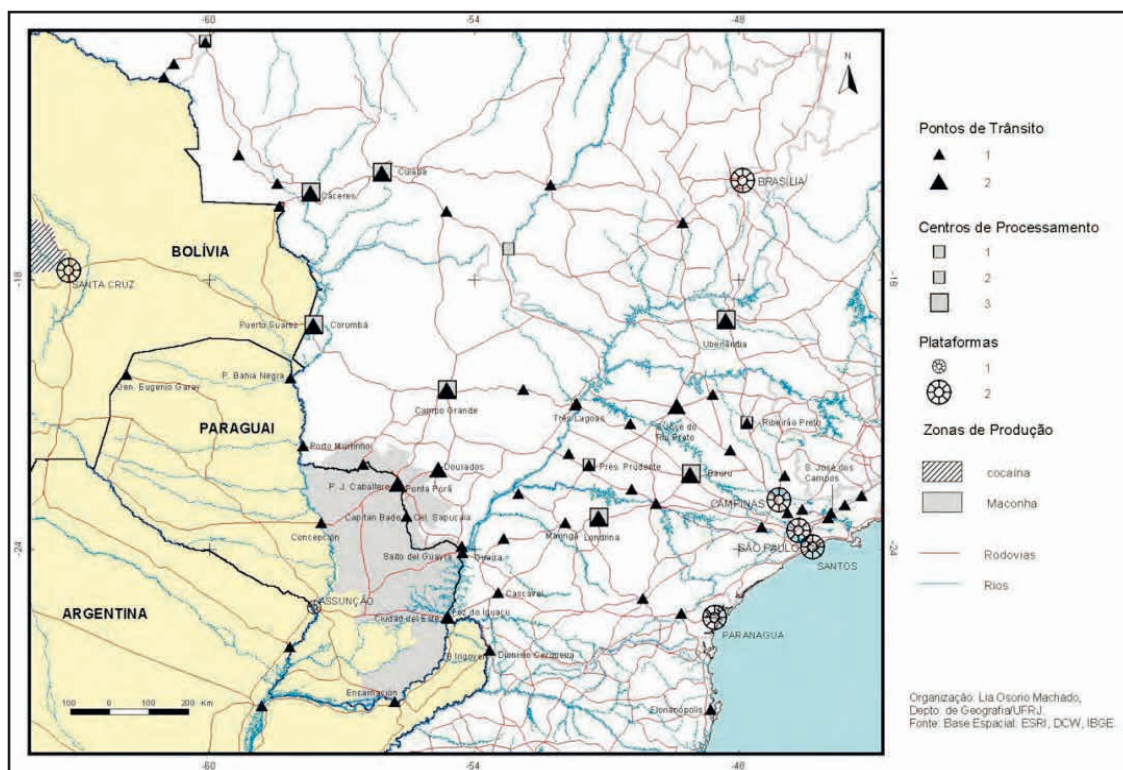
⁹⁵ Nas localidades de San German e Nuevo Horizonte (município de Yapacani, noroeste de Santa Cruz) mais de duzentos “laboratórios” de cocaína teriam sido destruídos pelas forças especiais antidrogas bolivianas em 2012. Essa área do Departamento de Santa Cruz teria exportado para o Brasil a cada vinte dias 360 quilos de cocaína, afora abrigar os “laboratórios” de pasta base de cocaína, também exportada para o Brasil. Ver www.wfad.se

Mapa XII.15–Arco Central: apreensões de crack pelas Polícias Estaduais, 2008-2013



As apreensões de *cannabis* no sul de Mato Grosso do Sul confirmam o que já é de conhecimento geral: a proximidade dessa região de fronteira com as zonas produtoras do Paraguai facilita sua entrada. Lembramos que a maconha é uma erva fácil de plantar, não exigindo condições climáticas especiais. O que distingue o Paraguai é o volume da produção e o padrão espacial de concentração ao longo da fronteira brasileira⁹⁶.

Mapa XII.16–Paraguai e Sudeste do Brasil: produção de cannabis e rotas de tráfico⁹⁷



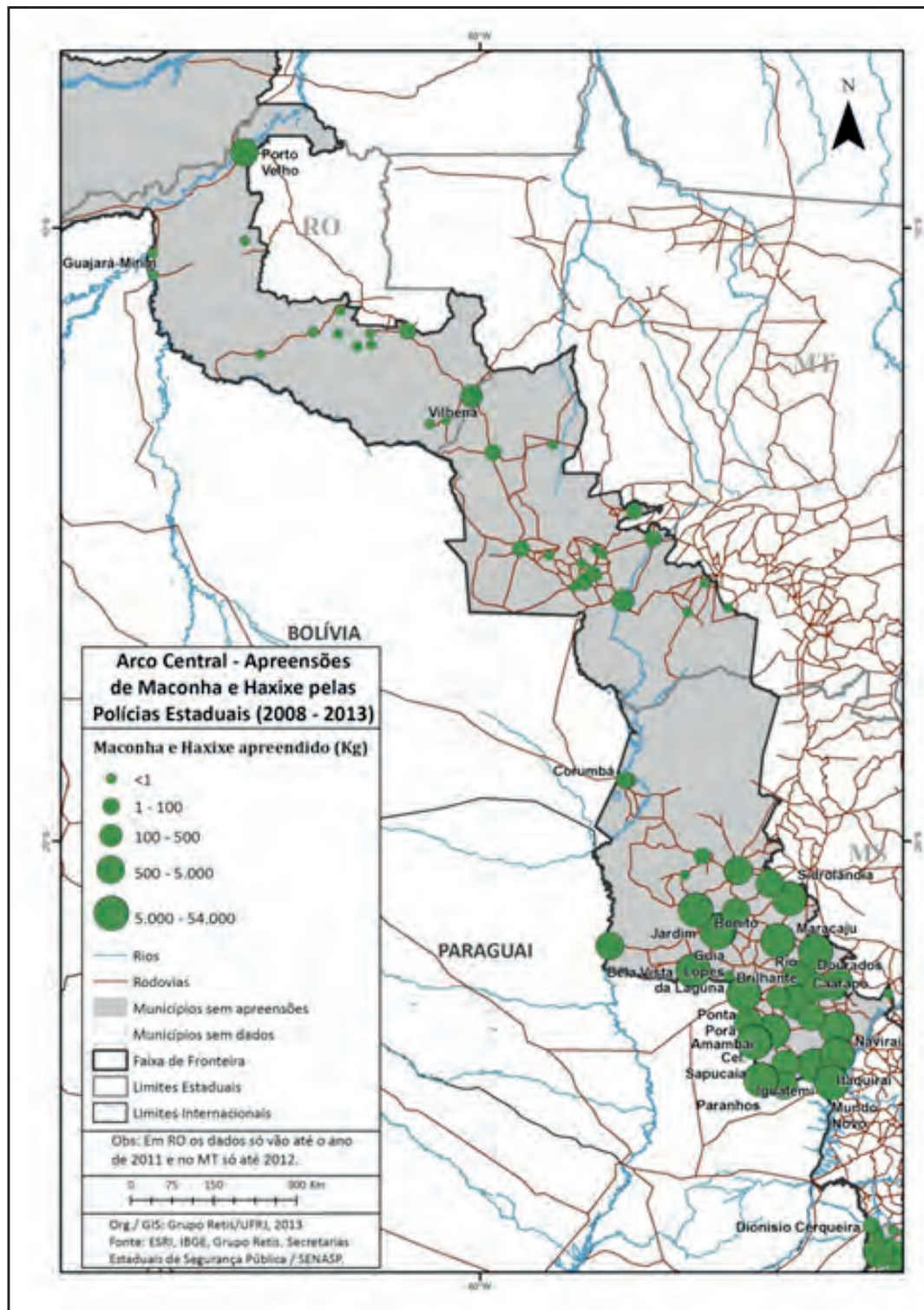
É interessante o padrão geográfico difuso das apreensões das PEs em Rondônia e Mato Grosso: sugere tanto a existência de pequenos mercados locais (similar ao do crack) como a facilidade com que as diversas polícias “mostram serviço” apreendendo pequenas quantidades aqui e ali, em rotas conhecidas. O Mato Grosso do Sul é a região por excelência das rotas de passagem para o tráfico de *cannabis* na Faixa de Fronteira.

No momento atual, vários países, como os EUA (onde vários estados descriminalizaram/regulamentaram o uso medicinal e individual da maconha) e o Uruguai, estão mudando sua percepção da maconha como “droga pesada”, no que se refere ao consumo. Contudo, a possível descriminalização do consumo no Brasil e em outros países não impedirá que o tráfico de maconha continue sendo um grande negócio, cujos lucros permite alimentar uma vasta cadeia de corrupção.

⁹⁶ Mais recentemente, a SENAD do Paraguai informou que o país também está produzindo cocaína a partir da pasta base de cocaína boliviana e destinada ao mercado brasileiro; laboratórios foram descobertos em Ciudad del Este (vizinha a Foz do Iguazu) e Pedro Juan Caballero (vizinha a Ponta Porã).

⁹⁷ L.O.Machado. “Fronteira Brasil-Paraguai. Perspectivas de desenvolvimento econômico e social”. Apresentação ao CEBRI, outubro 2007.

Mapa XII.17–Arco Central: apreensões de maconha e haxixe pelas Polícias Estaduais, 2008-2013

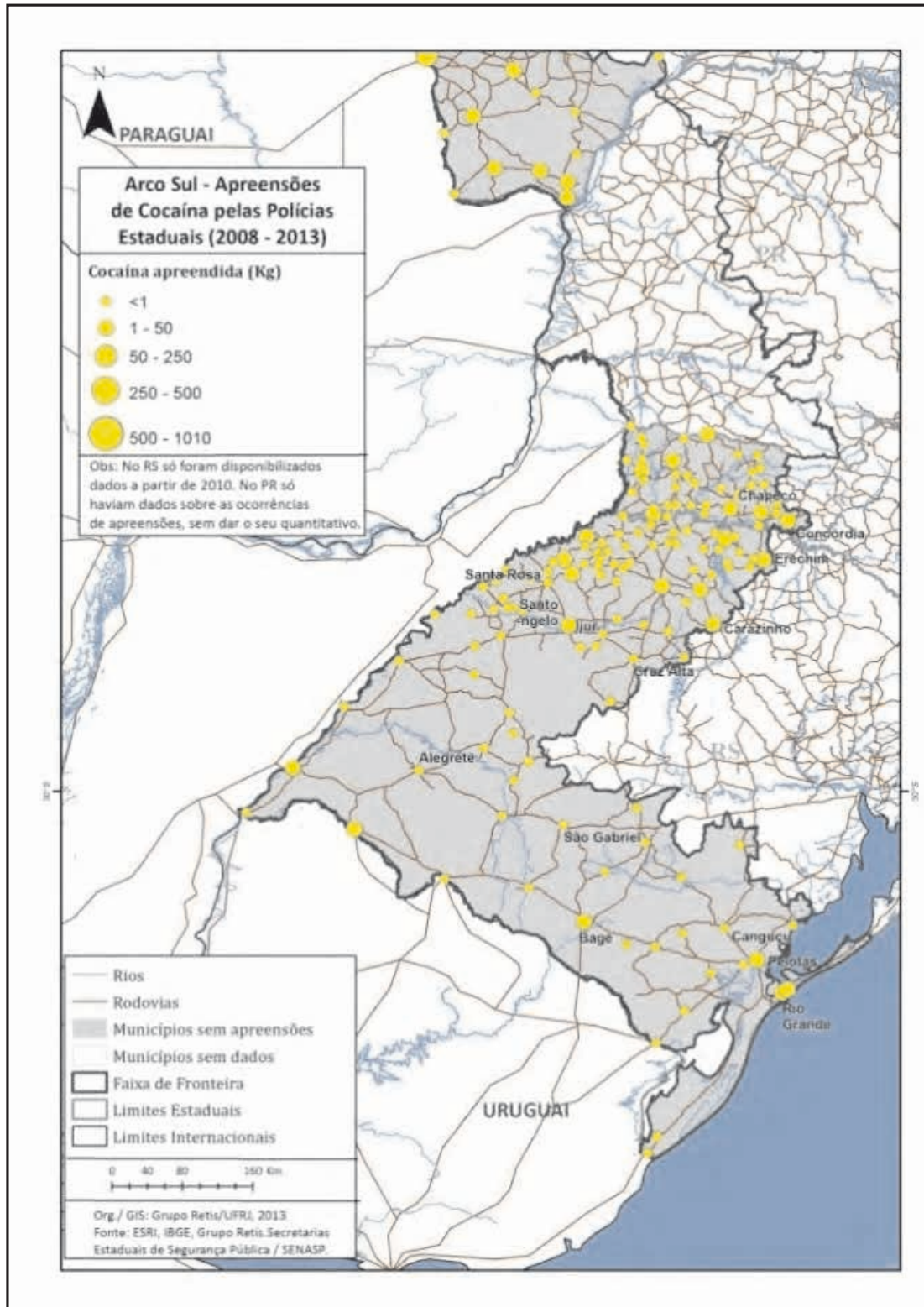


Arco Sul

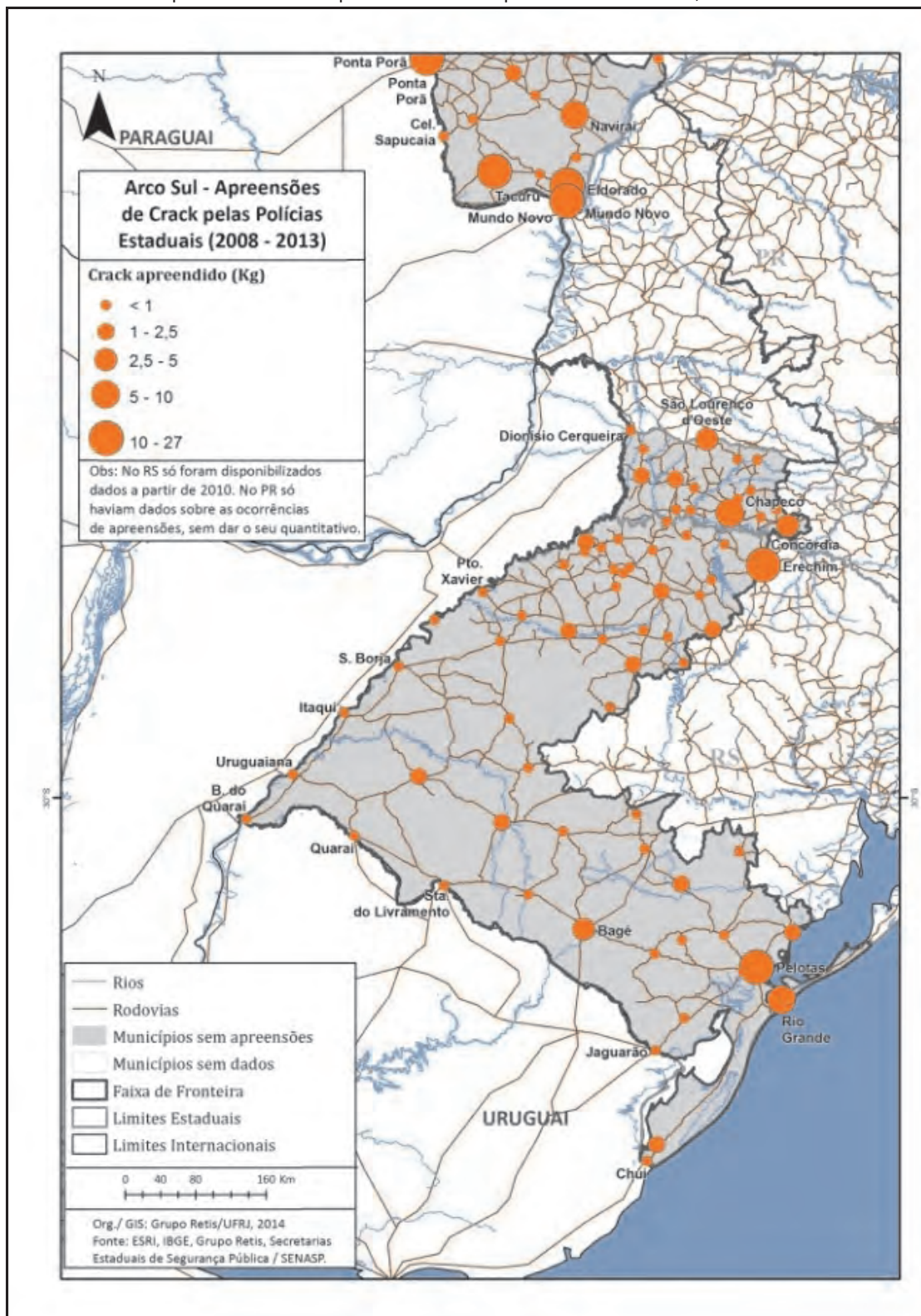
A quantidade de cocaína apreendida no Arco Sul é ínfima considerando que menos de 50 quilos foram apreendidos no período 2008-2013, e menor ainda é a quantidade apreendida de crack. Não houve apreensão nesse período de pasta base de cocaína. É difícil afirmar se a pequena quantidade apreendida dessas drogas no Rio Grande do Sul e Santa Catarina resulta do consumo ser ínfimo ou se a ação das PEs é limitada.

As apreensões de cocaína e crack das PEs foram relativamente maiores em Pelotas e Rio Grande assim como em Erechim (noroeste RS), Chapecó e Concórdia (SC).

Mapa XII.18–Arco Sul: Apreensões de Cocaína pelas Polícias Estaduais, 2008-2013

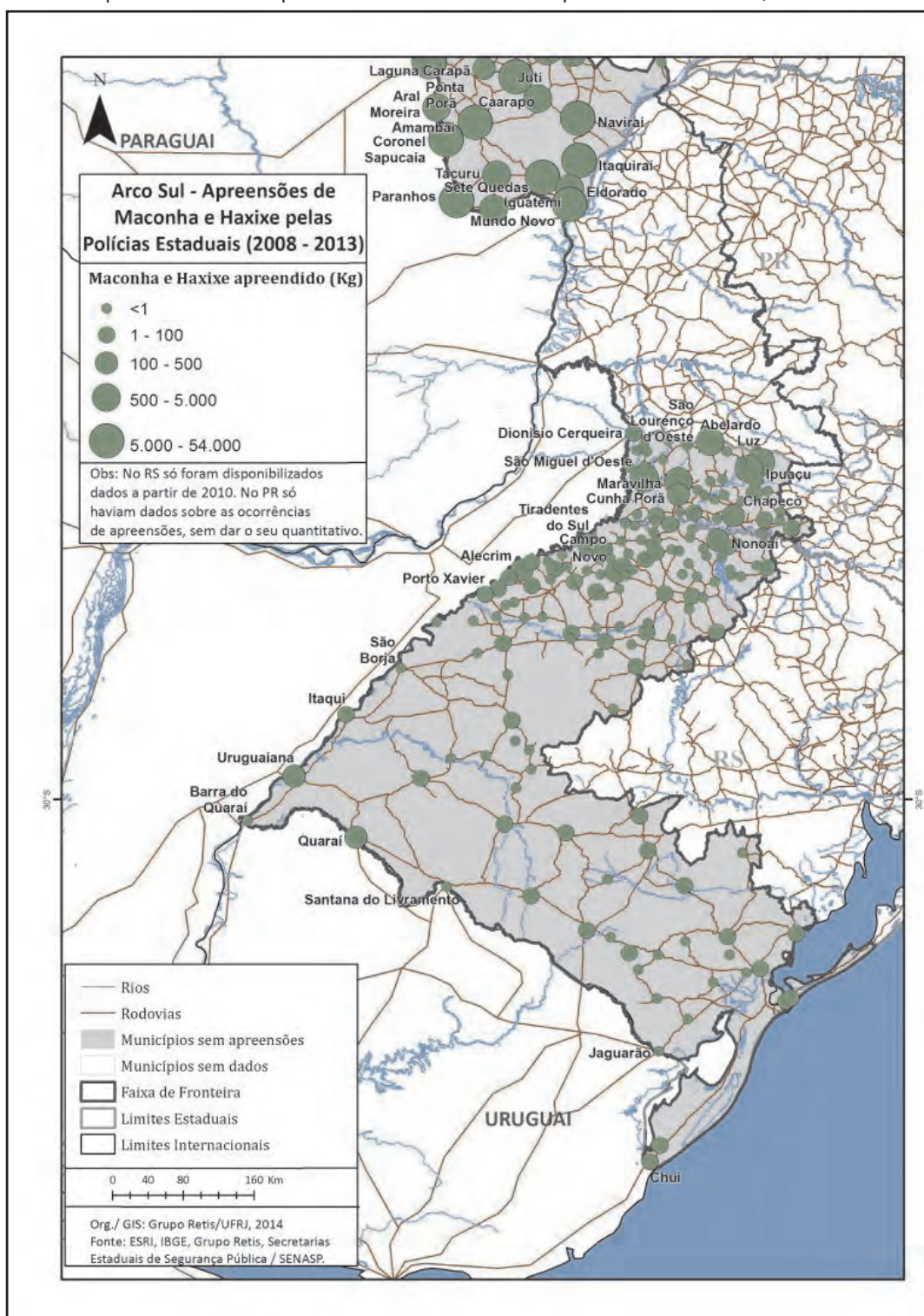


Mapa XII.19–Arco Sul: apreensões de Crack pelas Polícias Estaduais, 2008-2013



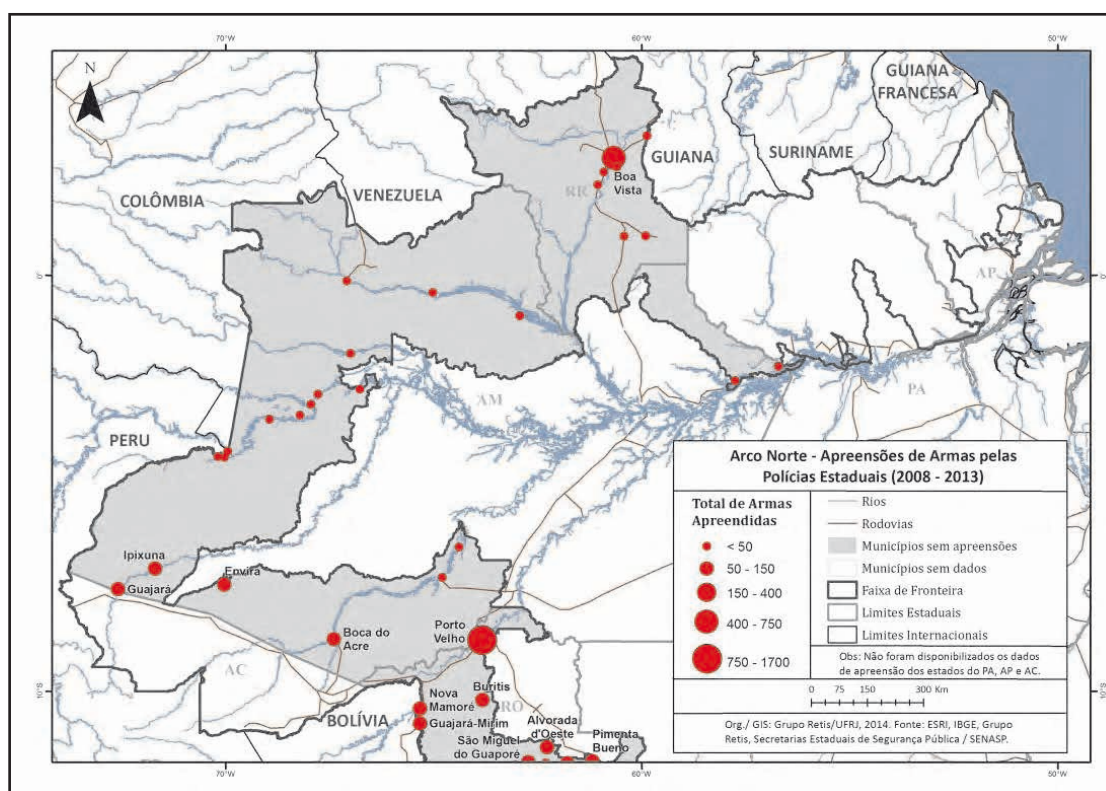
A distribuição geográfica das apreensões de maconha pelas PEs nos estados de Rio Grande do Sul e Santa Catarina é similar às anteriores, reafirmando o que observamos acima, ou seja, que a malha municipal e de vias de circulação terrestre cria um padrão espacial mais denso. Os municípios da metade sul do RS são muito maiores e com menor densidade de estradas.

Mapa XII.20–Arco Sul–apreensões de maconha e haxixe pelas Polícias Estaduais, 2008-2013



APRENSÕES DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÕES (DPRF E POLÍCIAS ESTADUAIS)

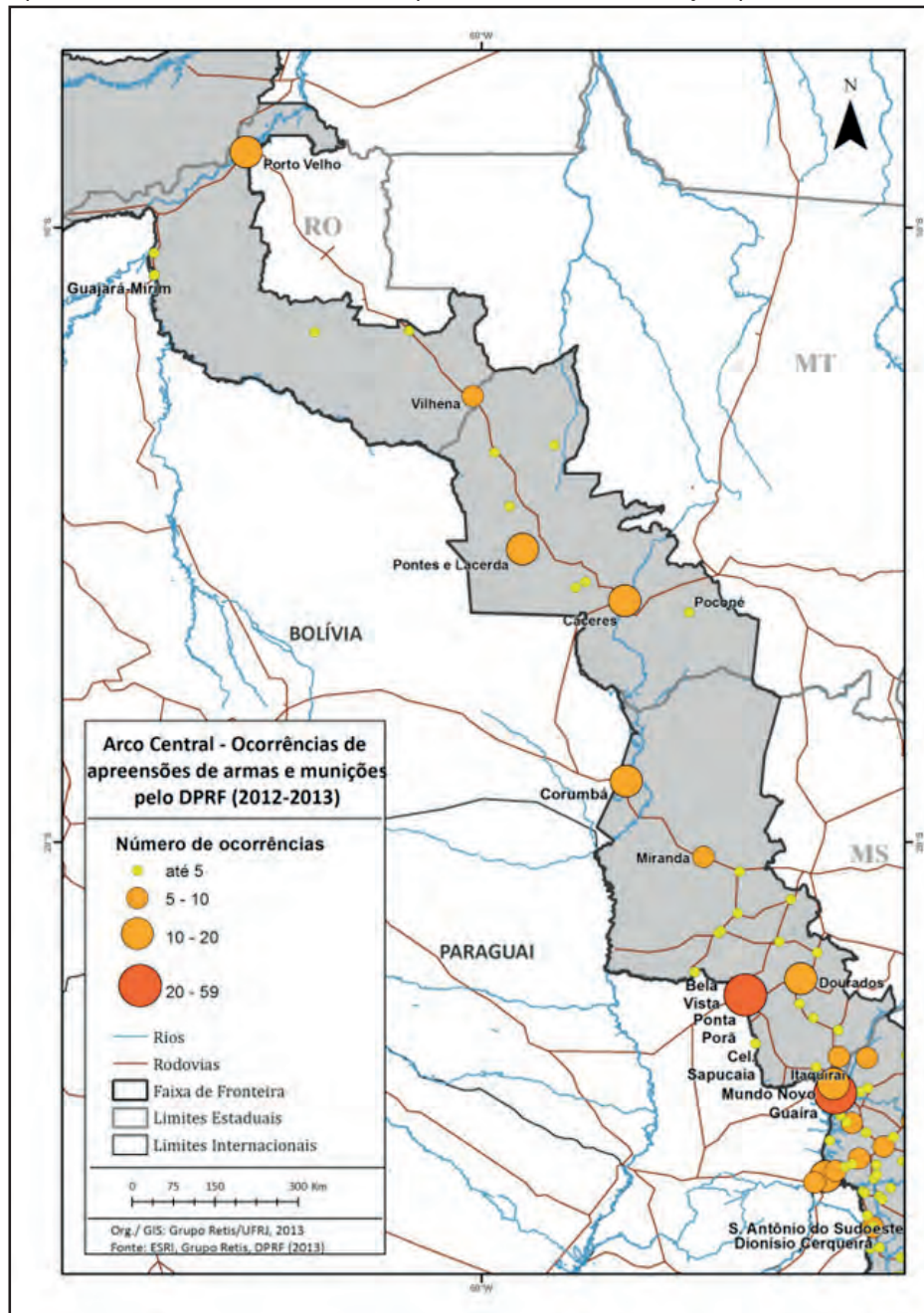
Os Mapas XII.21 e XII.22 mostram os lugares de apreensão de armas de fogo pelo DPRF (2012- 1º sem. 2013) e pelas PEs (2008-2013), e a taxa de homicídios (2008-2010)



O mapa de ocorrências de apreensões de armas de fogo e munições pelo DPRF no Arco Central (Mapa XII.23) mostra Porto Velho (RO), Pontes e Lacerda e Cáceres (MT), Corumbá, Ponta Porã e Dourados (MS) como municípios com maior número de ocorrências. É provável que os dados de apreensão de munições e arma de fogo para Mato Grosso pelo DPRF esteja subnotificado, considerando a razoável densidade de estradas nesse estado.

O mapa também mostra que em Guairá, no extremo noroeste do estado do Paraná (Arco Sul), foram registradas ocorrências similares a de Ponta Porã (MS).

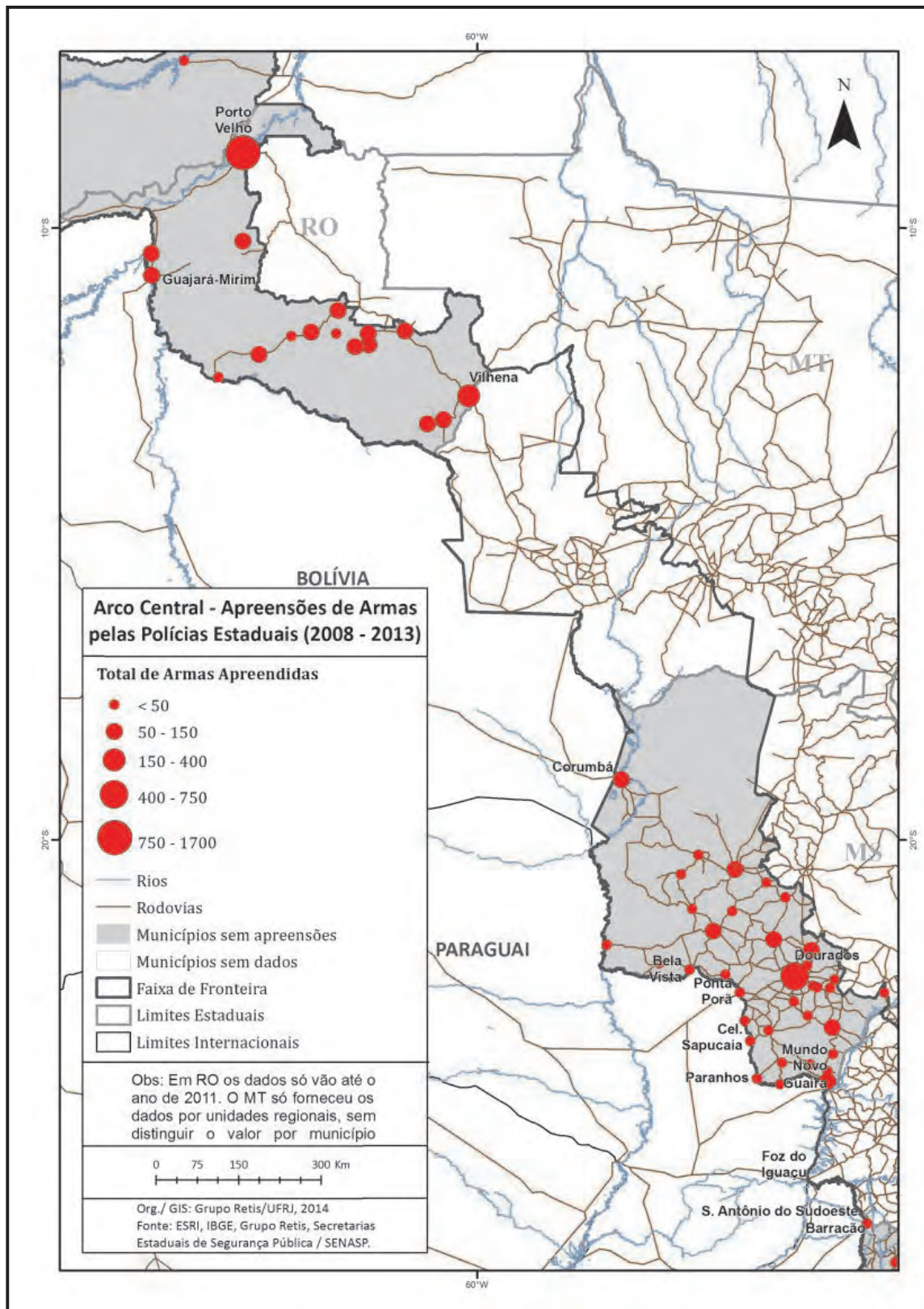
Mapa XII.23–Arco Central: ocorrências de apreensões de armas e munições pelo DPRF, 2008-2013



A apreensão de armas de fogo pelas PEs no Arco Central mostra uma dispersão geográfica das ocorrências, tanto em Rondônia como em Mato Grosso do Sul. As PEs de Mato Grosso não enviaram dados sobre apreensões de armas de fogo.

O Mapa XII.24 mostra diversos municípios de Rondônia com pequenas apreensões de armas de fogo (considerando-se que são seis anos de apreensões). Destacam-se Porto Velho (capital), além de vários municípios ao longo da BR-429, que conecta a BR-364 a Costa Marques, localizado na margem do rio Guaporé, no limite internacional com a Bolívia. A BR-429, difícil de trafegar na época de chuvas, é uma antiga rota do tráfico de cocaína (quando ainda não existia uma estrada digna do nome). Em Mato Grosso do Sul, Dourados lidera a quantidade de armas apreendidas.

Mapa XII.24–Arco Central: apreensões de armas pelas Polícias Estaduais, 2008-2013



Outro aspecto a destacar é que municípios na linha de fronteira (onde se localizam “cidades gêmeas” com pequenas cidades do lado paraguaio), como Bela Vista, Coronel Sapucaia, Paranhos foram locais de apreensão de pequenas quantidades de armas.

Permanece uma incógnita: Qual é o mercado para essas armas e munições: é o mercado local/regional ou é um tráfico “formiga” com destino a outras regiões do país?

No Brasil, o conhecimento circunstanciado do tráfico de armas e munições é uma “caixa preta”: a quantidade de estudos sobre esse tráfico permanece aquém de sua importância, considerando que o contrabando de armas e munições é um dos negócios mais rentáveis do mundo. O Brasil é produtor de armas e munições, porém é sabido que entram no mercado brasileiro armas de outros países, a maior parte por portos e aeroportos. No caso da Faixa de Fronteira, é necessário investigar a participação dos países vizinhos (Paraguai, Suriname, Colômbia, Venezuela, Argentina, etc.) no tráfico de armas e sua conexão com o Brasil.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (2006), que investigou o tráfico de armamentos no país com dados fornecidos pela PF, concluiu que 66% do material bélico contrabandeado vêm do Paraguai via Porto de Paranaguá. Isso se explica pelo fato do Paraguai não ter porto e, por acordo diplomático com o Brasil, utilizar o porto de Paranaguá para exportação e, principalmente, importação de mercadorias.

Considerando o uso de armas de fogo no país e a necessidade de um fluxo constante de reposição de munições, os resultados das ocorrências de apreensões realizadas pelo DPRF e pelas PEs são modestos. Em estudo recente foi estimado que 9,6 milhões de armas de fogo estão em situação de ilegalidade no país, porém os autores enfatizam que a maioria dessas armas é fabricada no Brasil⁹⁹.

No Arco Sul, o padrão espacial das ocorrências de apreensão de armas e munições pelo DPRF é muito mais distribuído do que no caso das apreensões de drogas, porém o município com maior número de apreensões é também Guaíra (extremo noroeste do Paraná), cidade gêmea com Salto de Guayrá (PY) e Mundo Novo (MS).

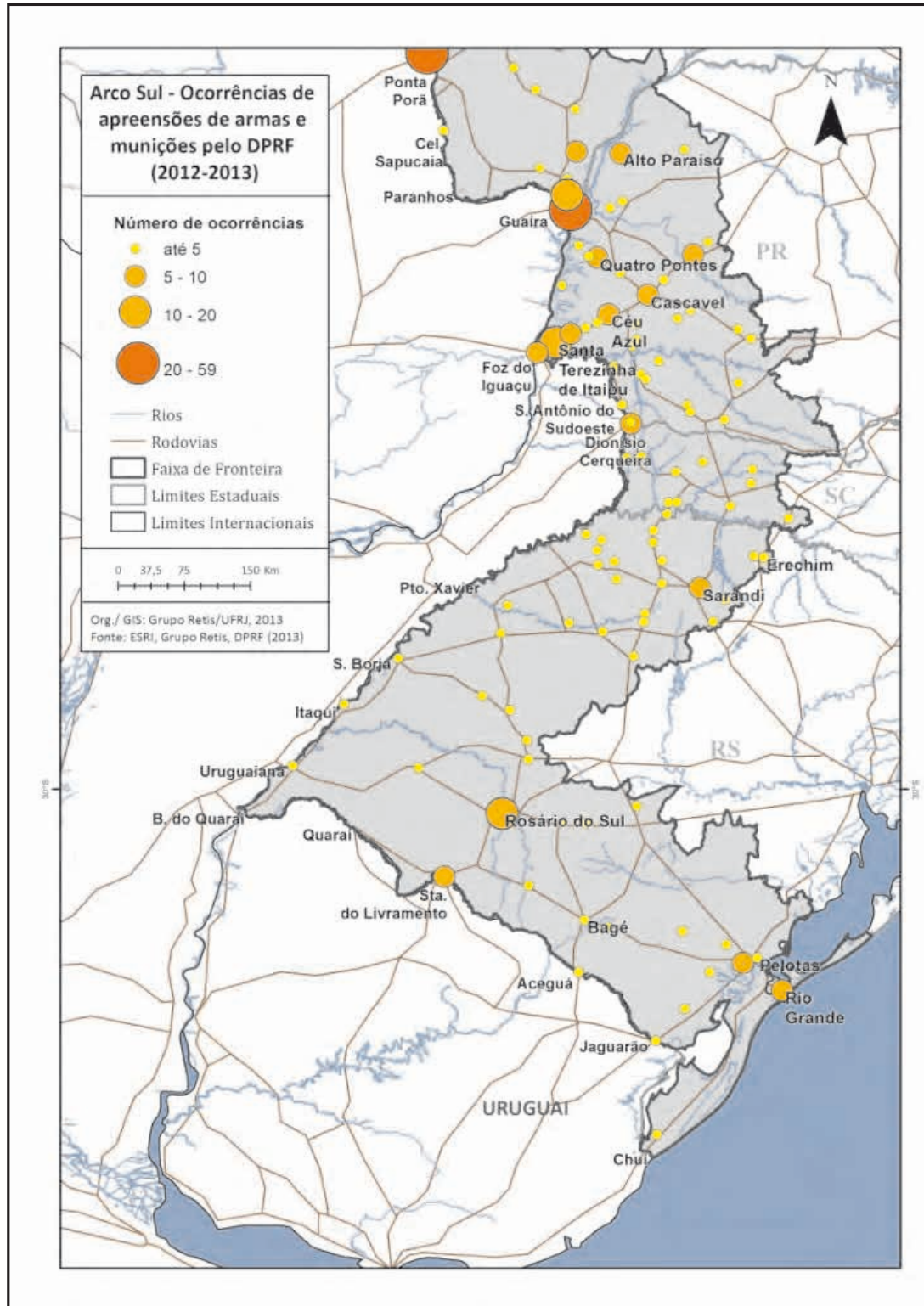
Também similar ao tráfico de drogas, a rota preferencial de tráfico de armas e munições parece ser a BR-277, que conecta Foz do Iguaçu (e Ciudad del Este) à São Paulo, passando por Santa Terezinha de Itaipu, Céu Azul, Cascavel e Maringá, onde o DPRF registrou várias ocorrências ao longo da via. Em Santa Catarina, Dionísio Cerqueira, lugar já destacado nas apreensões de droga também aparece nas apreensões de armas e munições.

No Rio Grande do Sul, a despeito do padrão espacial disperso das ocorrências, cidades como Rosário do Sul, Sarandi e Santana do Livramento apresentam as maiores ocorrências, além de Pelotas e Rio Grande. A concentração nesses lugares pode indicar

⁹⁹ Ver Robert Muggah, Gustavo Diniz: Protegendo as fronteiras: o Brasil e sua estratégia “América do Sul como prioridade” contra o crime organizado transnacional. Instituto Igarapé, Artigo Estratégico 5, out. 2013.

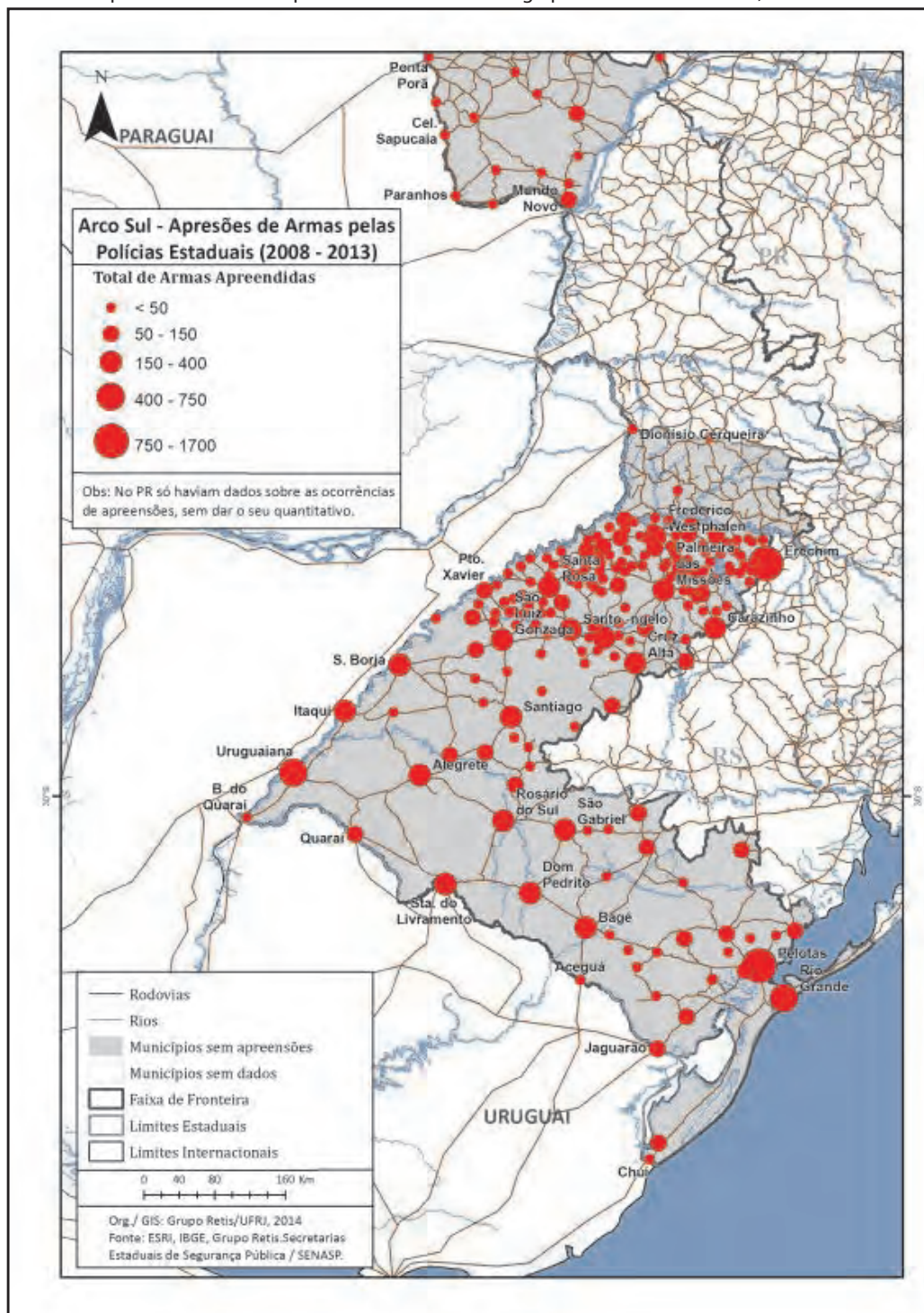
tanto uma escolha do DPRF na localização de barreiras como pode indicar serem essas cidades lugares com certa relevância nas rotas do tráfico de armas e munições. Registra-se que neste estado estão localizadas unidades fabris de armas e munições (CBC, Taurus, E.R. Amantino).

Mapa XII.25 – Ocorrências de apreensão de armas e munições pelo DPRF, 2012-1º sem. 2013



O resultado das apreensões de armas das PEs no Arco Sul (sem o estado do Paraná) é bem mais expressivo do que o do DPRF, por que se refere a um período maior (2008-2013). Erechim, Pelotas e Rio Grande (RS) são os municípios com maior número de apreensões. Há uma concentração maior no Noroeste do Rio Grande do Sul e nos municípios na linha de fronteira com cidades-gêmeas, alguns com pequenas quantidades de armas apreendidas (Porto Xavier, Barra do Quaraí, Quaraí, Aceguá, Jaguarão e Chuí) e outros com maiores quantidades (São Borja, Itaqui, Uruguai, Santana do Livramento).

Mapa XII.26–Arco Sul: Apreensões de armas de fogo pelas Polícias Estaduais, 2008-2013

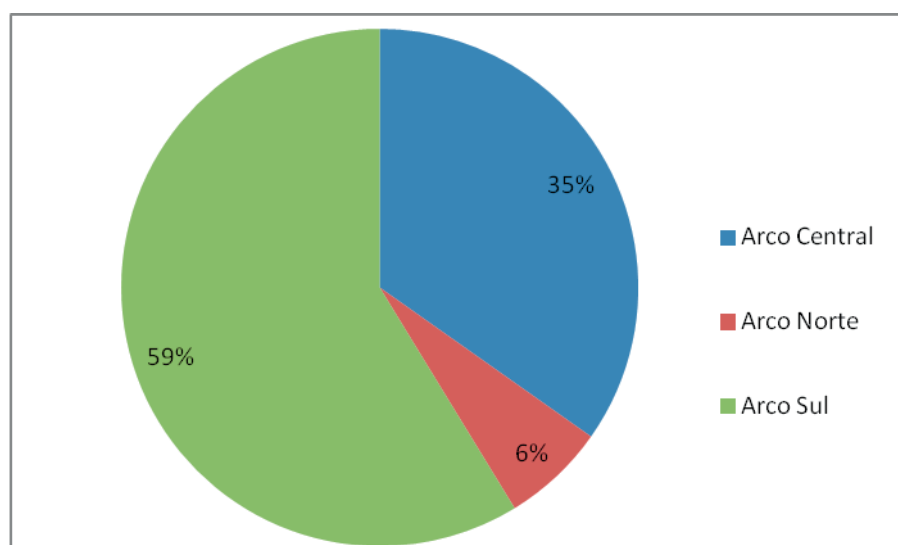


APREENSÕES DE CONTRABANDO (DPRF)

Grosso modo, a legislação brasileira considera como “contrabando” as mercadorias de procedência estrangeira introduzida de forma clandestina no país, ou seja, desacompanhada de documentação legal, ou acompanhada de documentos que sabe serem falsos. No entanto, o termo contrabando também se refere a qualquer bem cuja importação ou exportação possa se revelar inconveniente ao interesse público. No conceito de “interesse público” estão incluídos bens juridicamente protegidos: a saúde, a indústria nacional, o mercado nacional de bens e serviços, o meio ambiente, etc.

O Gráfico XII.3 mostra que a maior parte das ocorrências foi no Arco Sul e no Arco Central, ambos muito visados pela DPRF, não só por terem uma rede de estradas mais densa como pela proximidade com o Paraguai. Como acontece no tráfico de drogas e armas, o número de apreensões de contrabando no Arco Norte é baixo, compatível com a baixa densidade de estradas.

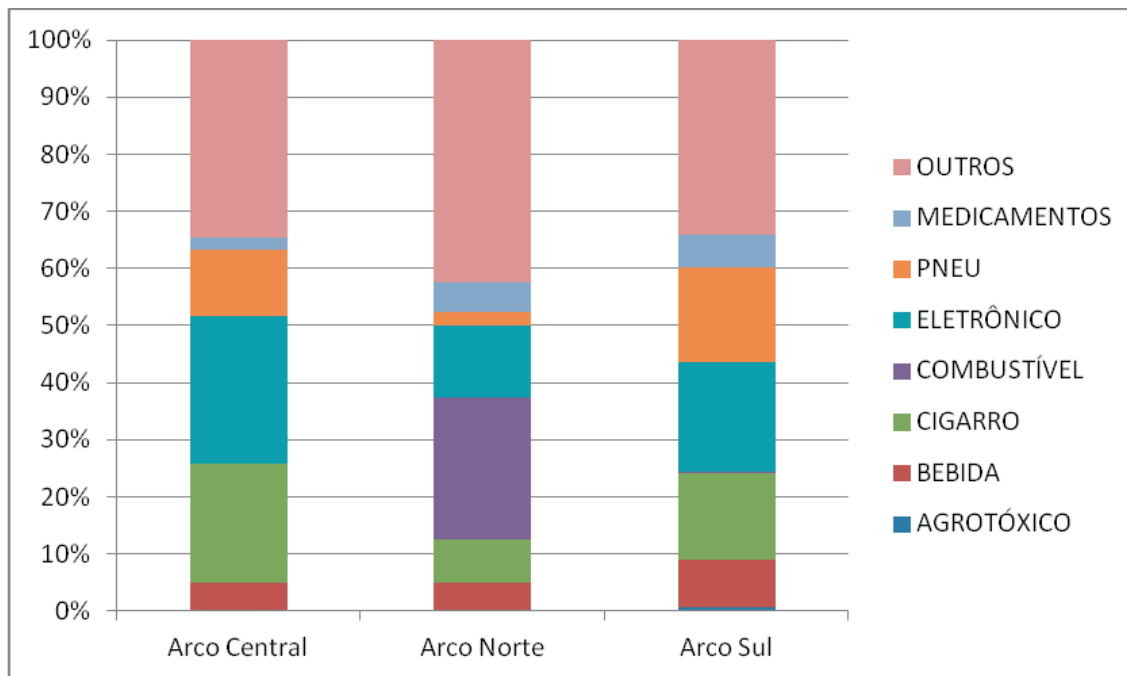
Gráfico XII.3 Faixa de Fronteira: número de ocorrências de apreensão de contrabando pelo DPRF, 2012-1º sem. 2013



Se for considerado o tipo de mercadoria apreendida, o Gráfico XII.4 mostra que a categoria “Outros”, que reúne pacotes com um largo espectro de produtos sem o domínio de nenhum, domina nos três arcos. Também nos três arcos se destaca o conjunto de objetos contrabandeados formado por eletrônicos, equipamentos de informática, CDs, DVDs, etc., seguido por cigarro. Merece atenção que o contrabando de combustível se destaca apenas no Arco Norte, provavelmente em quantidades subestimadas, considerando que as apreensões foram feitas apenas na BR-364 no Acre e na BR-174 em Roraima. A principal via de contrabando de mercadorias no Arco Norte ainda é a rede fluvial amazônica. Por outro lado, somente no Arco Sul aparece apreensões de agrotóxico, em quantidades pequenas, provavelmente subestimado¹⁰⁰.

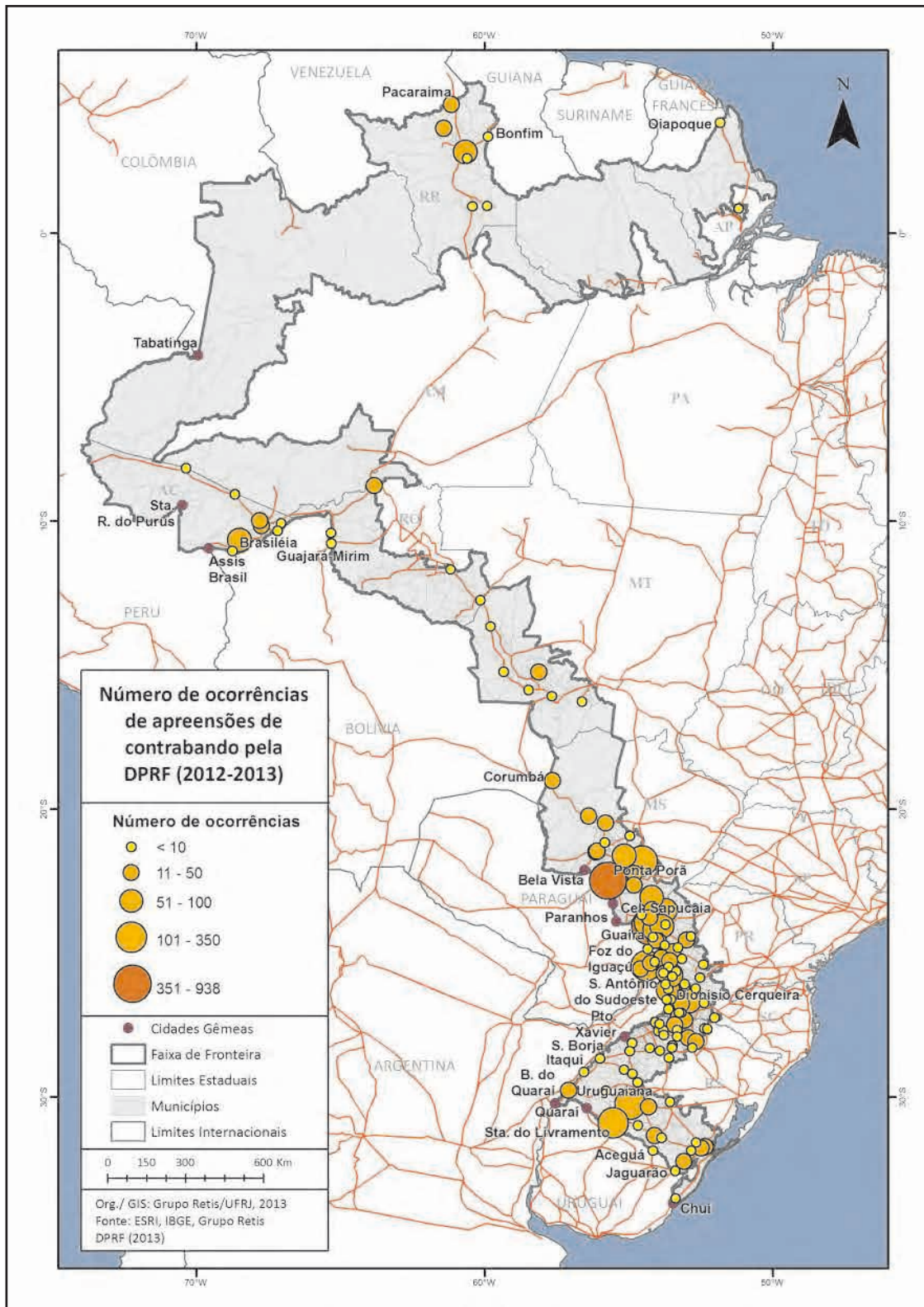
¹⁰⁰ Ver A.Dorfman; *Contrabandistas na fronteira gaúcha: escalas geográficas e representações textuais*. Tese de Doutorado, PPGG, Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

Gráfico XII.4 Faixa de Fronteira: ocorrências de apreensão de contrabando pelo DPRF por tipo de mercadoria, 2012-1º sem. 2013



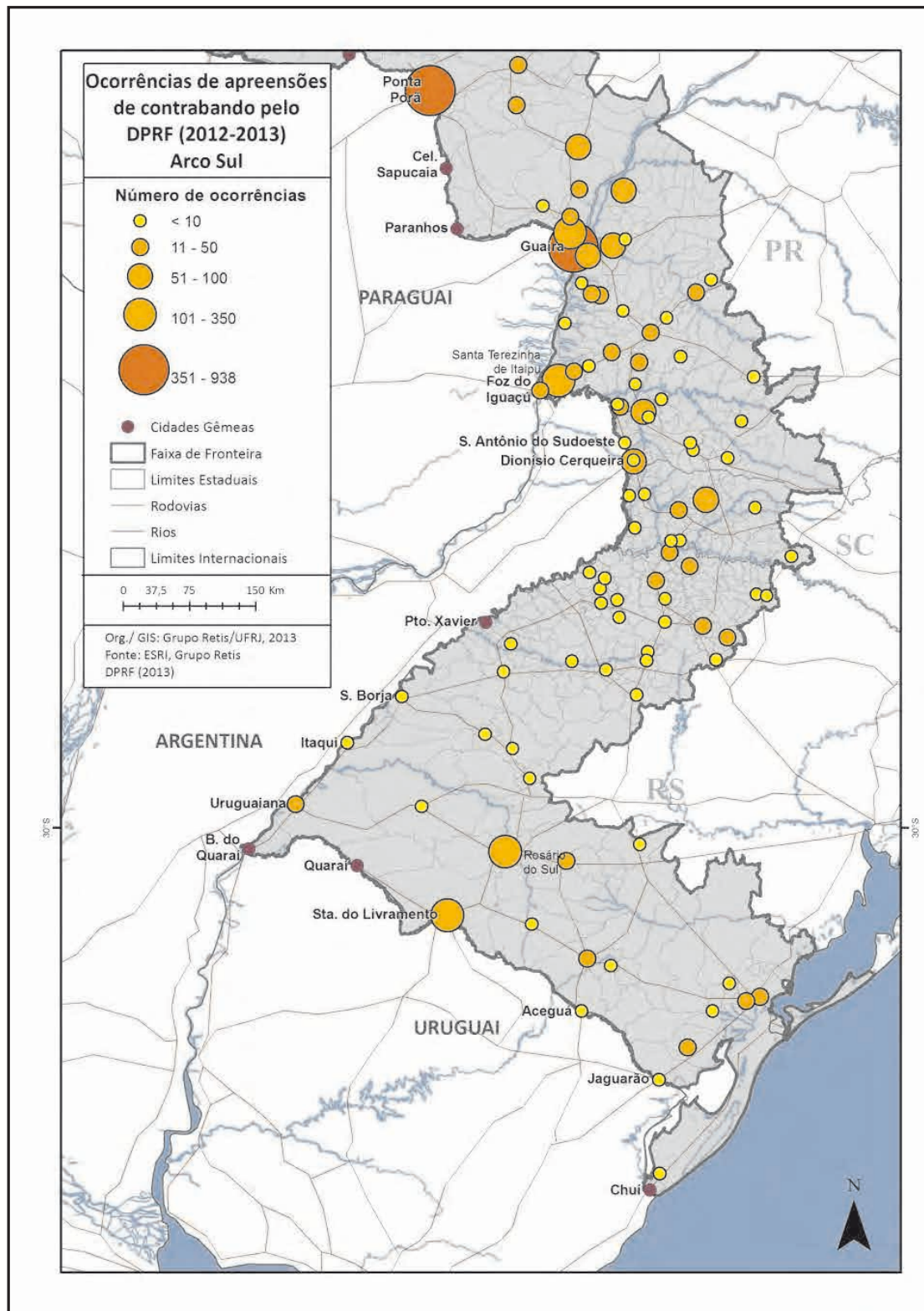
A distribuição geográfica das ocorrências de apreensões de contrabando pelo DPRF na Faixa de Fronteira mostra uma concentração de operações no sul do estado de Mato Grosso do Sul e no Arco Sul.

Mapa XII.27 Faixa de Fronteira: número de ocorrências de apreensões de contrabando pela DPRF, 2012-1º sem. 2013



O Mapa XII.28 mostra que o maior número de ocorrências foi em Ponta Porã (MS) e Guaíra (PR), seguido por Mundo Novo (MS), Foz do Iguaçu (PR), Rosário do Sul (RS) e Santana do Livramento (RS) (não foram incluídos roubos de veículos e tráfico humano).

Mapa XII.28 Arco Sul: ocorrências de apreensões de contrabando pelo DPRF, 2012 a 1º sem. 2013



Os mapas sobre contrabando estão longe de apresentar um quadro realista das rotas de contrabando na fronteira, por um conjunto de fatores. O principal deles é que o contrabando de mercadorias alimenta uma economia subterrânea no Brasil que foi estimada em aproximadamente R\$697 bilhões, o que seria equivalente a cerca de 17%

do PIB nacional¹⁰¹. A multiplicação de feiras de camelôs em pequenas e grandes cidades do país é um exemplo visível dessa articulação, que envolve tanto o circuito inferior como o circuito superior da economia urbana. Resta saber qual será o impacto da criação de free-shops em cidades fronteiriças brasileiras, como está previsto, nas rotas e volume de contrabando.

SÍNTESE DAS ÁREAS CRÍTICAS DE TRÁFICO DE DROGAS E HOMICÍDIOS POR ARMAS DE FOGO

Para determinar as áreas críticas de tráfico de drogas e homicídios por armas de fogo, um índice foi elaborado. Foram agregados os dados de homicídios por arma de fogo (DATASUS, 2008-2010), da quantidade de droga apreendida pelas Polícias Estaduais (2008-2013) e das ocorrências de apreensões pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal (2012-1º sem 2013).

No caso dos homicídios por arma de fogo, foi considerado como limiar crítico a ocorrência de 3 óbitos por arma de fogo entre os anos 2008 e 2010 em números absolutos, o que equivale a 1 (um) homicídio/por ano (para eliminar distorções em municípios com população muito pequena) e taxa média anual de 6 óbitos por arma de fogo por 100 mil habitantes entre 2008 e 2010. O limiar de 6 homicídios por arma de fogo por 100 mil habitantes foi definido a partir do percentual de homicídios por arma de fogo sobre o total de homicídios na Faixa de Fronteira (63,5%). Foram 191 municípios selecionados por esse critério.

Quanto às apreensões de drogas, a disponibilidade de dados em cada estado da Faixa da Fronteira é desigual. Foram solicitados às Secretarias Estaduais de Segurança Pública os dados de apreensões dos diversos tipos de drogas, desagregados por município, entre os anos 2008 e 2013. Na maior parte dos estados, os dados foram enviados por volume total de apreensões por cada tipo de droga.

Infelizmente houve exceções. O estado do Paraná enviou apenas o número total de ocorrências de apreensões por cada tipo de droga e por esse motivo não aparecem nos mapas de apreensão de drogas ilícitas das polícias estaduais. Além disso, alguns estados não enviaram dados (casos do Acre, Amapá e Pará), enquanto outros não disponibilizaram todos os anos da série. A Tabela XII.1 indica a disponibilidade de dados por estado e por ano.

No caso do DPRF foram enviados os dados de ocorrências de apreensão, juntamente com os volumes apreendidos, referentes aos anos de 2012 e primeiro semestre de 2013. As apreensões de drogas nos estados do Arco Norte ficaram sub-representadas por

¹⁰¹ Ver R.Muggah, G.Diniz. op.cit. p.5

conta da menor cobertura do DPRF em função da baixa densidade de estradas (casos do Pará, Amazonas, oeste do Acre, Roraima e Amapá), da ausência de dados das Polícias Estaduais (Acre, Amapá e Pará), e da subnotificação dos dados das Polícias Estaduais do Amazonas e de Roraima.

Diante dessa desigualdade das fontes de dados, alguns ajustes foram feitos para possibilitar a comparação entre os estados e chegar a uma síntese. É sem dúvida uma síntese parcial devido às limitações evidentes de tais ajustes.

Três tipos de drogas ilícitas foram selecionados: cocaína, crack e cannabis. Somamos os dados disponibilizados pelas Polícias Estaduais e chegamos a uma média anual de apreensões por cada tipo de droga. Essa média anual permitiu comparar estados com séries anuais completas (2008 a 2013) ou incompletas. Nos casos em que não havia dados da Polícia Estadual, foram considerados somente os dados do DPRF. O Pará foi o único estado sem dados de nenhuma das fontes, logo ficou excluído da análise. Considerando a precariedade da base de dados do Arco Norte, só é viável fazer uma análise dos Arcos Central e Sul.

Tabela XII.1–Dados recebidos das Polícias Estaduais e do DPRF em janeiro de 2014

Unidade da Federação	DPRF	Polícias estaduais (Civil e Militar)					
	2012-2013*	2008	2009	2010	2011	2012	2013
ACRE	X						
AMAPÁ	X						
AMAZONAS		X	X	X	X	X	X
MATO GROSSO	X	X	X	X	X	X	
MATO GROSSO DO SUL	X	X	X	X	X	X	X
PARÁ							
PARANÁ **	X	X	X	X	X	X	X
RIO GRANDE DO SUL	X			X	X	X	X
RONDÔNIA	X	X	X	X	X		
RORAIMA	X	X	X	X	X	X	X
SANTA CATARINA	X	X	X	X	X	X	X

*Os dados do DPRF para 2013 se referem somente ao 1º semestre.

**O Paraná só possui dados sobre o número de ocorrências de apreensões, sem considerar o volume.

Para as apreensões de cannabis, consideramos como limiar crítico a média anual acima de 2 kg apreendidos entre 2008 e 2013 pelas Polícias Estaduais (80 municípios) ou acima de 1 ocorrência de apreensão pelo DPRF no período 2012 ao 1º semestre de 2013 (56 municípios). No caso especial do Paraná foi considerado a média anual acima de 6 ocorrências de apreensão de cannabis entre 2008 e 2013 pelas Polícias Estaduais (48 municípios). Com esse critério, foram determinados 183 municípios como área crítica do tráfico de cannabis, pois cumpriam pelo menos um desses requisitos.

Para as apreensões de cocaína, o limiar crítico foi a média anual de apreensões acima de 200 gramas de cocaína entre 2008 e 2013 (65 municípios) pelas Polícias Estaduais, ou acima de 1 ocorrência de apreensão pelo DPRF no período (2012 e 1º semestre de 2013) (30 municípios). No caso do Paraná foi considerada a média anual acima de 2 ocorrências de apreensão de cocaína pelas Polícias Estaduais entre 2008 e 2013 (27 municípios). Com esse critério, foram determinados 101 municípios como área crítica do tráfico de cocaína, pois cumpriam pelo menos um desses requisitos.

Para as apreensões de crack, o limiar crítico foi a média anual de apreensões acima de 100 gramas de crack entre 2008 e 2013 (44 municípios) ou acima de 1 ocorrência de apreensão pelo DPRF no período (2012 e 1º semestre de 2013) (16 municípios). No caso do Paraná foi considerado a média anual acima de 3 ocorrências de apreensão de cocaína pelas Polícias Estaduais entre 2008 e 2013 (38 municípios). Com esse critério, foram determinados 91 municípios como área crítica do tráfico de crack, pois cumpriam pelo menos um desses requisitos.

Somando os resultados das áreas críticas de tráfico de cannabis, cocaína e crack, foram determinados 216 municípios, que se destacam nas apreensões de pelo menos um desses três tipos de drogas ilícitas.

O resultado final para a Faixa de Fronteira é a interseção entre as áreas críticas de homicídios por arma de fogo (2008-2010) (191 municípios) e as áreas críticas de apreensões de drogas (2008-2013) (216 municípios): 128 municípios se destacam como áreas críticas da violência associada ao tráfico de drogas.

Arco Norte

Diante da indisponibilidade e da insuficiência de dados de quase todos os estados do Arco Norte, não só das Polícias Estaduais como também da Polícia Rodoviária Federal, esses limiares não permitiram chegar a maiores conclusões sobre a criticidade dos municípios. Ao utilizarmos os critérios definidos para identificar as áreas críticas, constatamos a ausência de municípios do Arco Norte, o que expressa muito mais a debilidade da infraestrutura de registros de ocorrências de apreensões do que um quadro positivo dessa região. Essa constatação fica evidente quando municípios reconhecidamente problemáticos em tráficos de drogas como Tabatinga (AM) e Cruzeiro do Sul (AC) não foram selecionados pelos limiares estabelecidos. Diante dessa conclusão, optamos por não incluir o Arco Norte na análise das áreas críticas de tráfico de drogas e homicídios por arma de fogo.

Arco Central

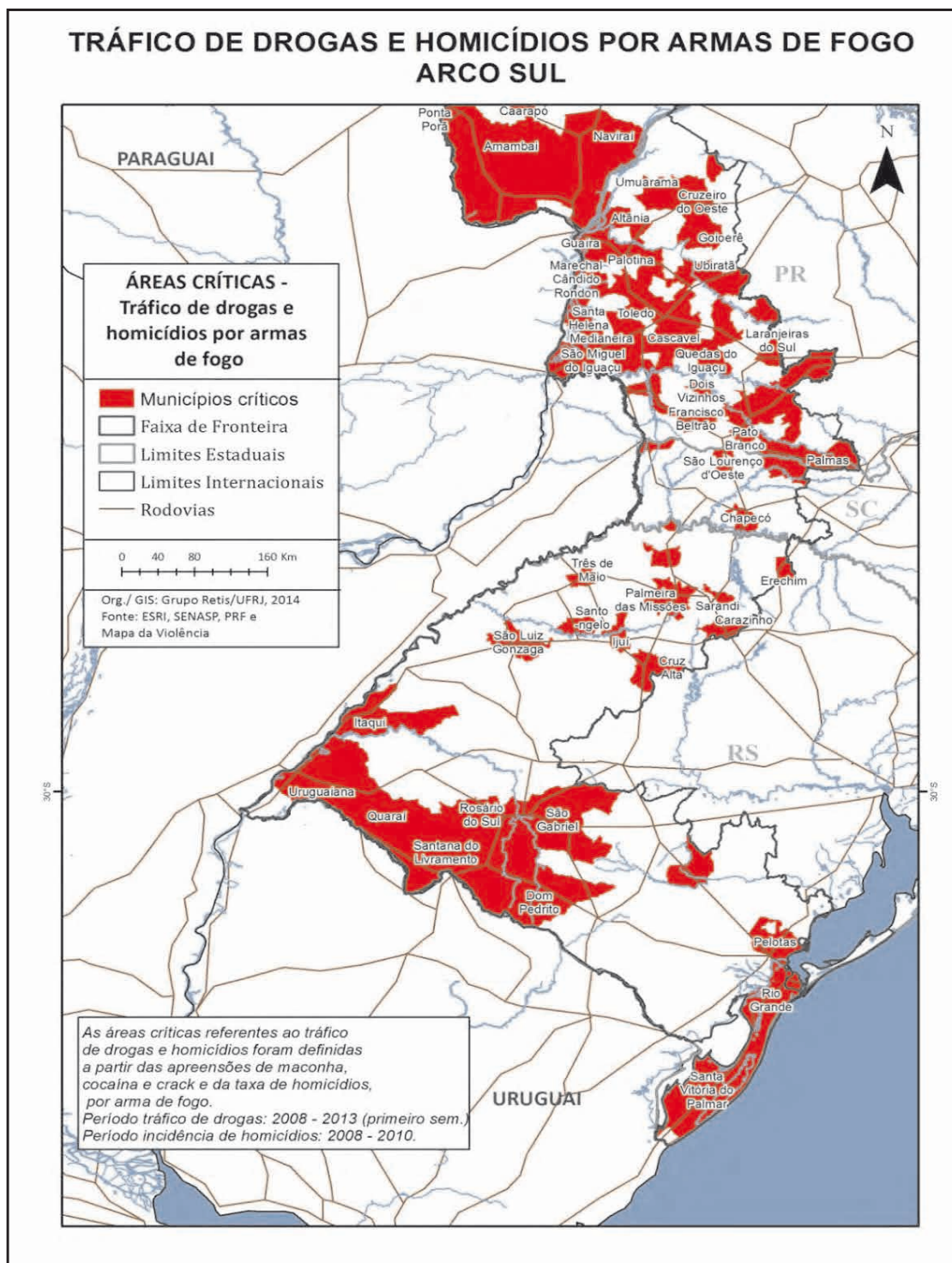
O Arco Central apresenta alto percentual de municípios críticos em apreensões de drogas (58,6%) e em taxas de homicídios por arma de fogo (57,6%), dos quais 46 do total de 99 municípios do Arco se destacam em ambos, constituindo as áreas críticas de tráfico de drogas e homicídios por arma de fogo. O estado do Mato Grosso do Sul registra a pior situação com 26 dos 44 municípios selecionados em situação crítica.

Em Rondônia, dos 16 municípios que registram uma taxa de homicídio por arma de fogo elevada, somente 9 podem ser associados ao tráfico de drogas. Com isso, infere-se que a violência local em alguns municípios de Rondônia não está relacionada ao tráfico de drogas, mas a outros fatores, como conflitos de terra. Esse parece ser o caso dos municípios de Chupinguaia (RO), São Francisco do Guaporé (RO) e Seringueiras (RO), onde se encontram registros de conflitos de terra e homicídios por arma de fogo. Nos casos do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a coincidência é bastante alta, mais de 84% dos municípios com alta taxa de homicídio por arma de fogo se destacaram também em tráfico de drogas.

Em relação aos tipos de droga apreendidas, há uma clara divisão no Arco Central: as apreensões de cocaína tendem a predominar em Rondônia e Mato Grosso, enquanto apreensões de cannabis se concentram no Mato Grosso do Sul. A situação geográfica em relação ao limite internacional também faz diferença: em Rondônia somente 4 dos 9 municípios limítrofes são áreas críticas, enquanto em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul a maior parte dos municípios limítrofes é área crítica. Cabe destacar que Guajará-Mirim (RO) ficou fora das áreas críticas por não ter registrado nenhum homicídio por arma de fogo no período entre 2008 e 2010, o que parece estranho para uma cidade-gêmea.

da Faixa de Fronteira). No Paraná, 85% dos municípios críticos em taxa de homicídios por arma de fogo são também críticos em apreensões de droga, enquanto essa proporção é de 50% em Santa Catarina e 53% no Rio Grande do Sul. Com isso, infere-se que a dinâmica do tráfico de drogas tende a ter um impacto maior na violência local no estado do Paraná do que nos outros estados do Arco Sul.

Mapa XII.30–Arco Sul: áreas críticas do tráfico de drogas e de homicídios por arma de fogo



Em relação ao tráfico de drogas, no Arco Sul como um todo predomina o tráfico de cannabis, de forma mais acentuada no Paraná, devido à sua importância não só como mercado regional, mas também como corredor de entrada da cannabis oriunda do Paraguai. Nos três estados do Arco Sul as apreensões de crack aparecem em mais municípios do que as de cocaína, enquanto nos três estados do Arco Central essa relação é invertida, com maior importância da cocaína do que do crack.

O estado de Santa Catarina aparece como um destaque positivo, com apenas 4 municípios críticos (11,9% do total do estado). Chapecó, Concórdia e São Miguel do Oeste aparecem com apreensões de cannabis, cocaína e crack, mas a taxa de homicídios por arma de fogo só é alta em Chapecó, município com cerca de 180 mil habitantes, ou seja, com problemas de criminalidade urbana típicos de cidades médias. Outro município que se destaca como crítico é Dionísio Cerqueira, cidade-gêmea de Barracão (PR) e Bernardo de Yrigoyen (AR). Apesar de ser uma cidade pequena (cerca de 15 mil habitantes) mantém intensa relação com a dinâmica do contrabando e do tráfico de drogas oriundos do segmento paranaense da fronteira do Paraguai.

O Rio Grande do Sul apresenta uma situação intermediária, nem tão crítico quanto o Paraná, nem tão bom quanto Santa Catarina. O segmento fronteiro com a Argentina apresenta bem poucos municípios críticos, uma situação similar à de Santa Catarina. Os municípios críticos se concentram na fronteira da metade sul do Rio Grande do Sul. Itaqui, Uruguaiana, no segmento argentino, e Quaraí e Sant'ana do Livramento, no segmento uruguaio são as cidades-gêmeas que se destacam como municípios críticos.

Rio Grande (RS), Santa Vitória do Palmar (RS) e Pelotas (RS) aparecem também como áreas críticas, na porção do estado mais distante da linha de fronteira e mais próxima ao litoral. No caso de Pelotas (RS), o tamanho populacional (328 mil habitantes) tende a ser o fator mais importante para definir sua situação crítica. Já o município de Rio Grande (RS) agrega tanto o tamanho populacional (197 mil habitantes) quanto sua importância como porto, lugar de intensa circulação de mercadorias.

Tabela XII.2–Síntese das áreas críticas de homicídio por arma de fogo e tráfico de drogas, por Arco e UF

UF	Total de municípios na FF	Maconha	Cocaína	Crack	Drogas	Homicídio por arma de fogo	Áreas críticas - síntese
RO	27	2	11	5	11	16	9
		7,4%	40,7%	18,5%	40,7%	59,3%	33,3%
MT	28	5	12	1	13	13	11
		17,9%	42,9%	3,6%	46,4%	46,4%	39,3%
MS	44	33	17	9	34	28	26
		75,0%	38,6%	20,5%	77,3%	63,6%	59,1%
Arco Central	99	40	40	15	58	57	46
		40,4%	40,4%	15,2%	58,6%	57,6%	46,5%
PR	139	92	30	42	92	60	51
		66,2%	21,6%	30,2%	66,2%	43,2%	36,7%
SC	82	11	6	7	12	8	4
		13,4%	7,3%	8,5%	14,6%	9,8%	4,9%
RS	197	33	20	25	44	43	23
		16,8%	10,2%	12,7%	22,3%	21,8%	11,7%
Arco Sul	418	136	56	74	148	111	78
		32,5%	13,4%	17,7%	35,4%	26,6%	18,7%

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO M. L.; CARMO E. H. Padrões de adoecimento e de morte da população brasileira: os renovados desafios para o Sistema Único de Saúde. Ciênc. saúde coletiva. Acessado em 10/12/2013; 12(Suppl): 1179-1790. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000700003&lng=en. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232007000700003>.

BEATO, C. *Crime e Cidades*. Belo Horizonte: UFMG, 2012

BIGO, Didier. Globalized (in)security: the field and the Ban-opticon. Conferences. Center for European Studies, Harvard, 2006. Disponível em <http://www.ces.fas.harvard.edu/conferences/muslims/Bigo.pdf>

BRASIL. Constituição Federal, 1988

BRASIL. Lei 10.867

BRASIL. Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha)

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. *Proposta de reestruturação do programa de desenvolvimento da Faixa de Fronteira*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005

BRASIL. Plano Estratégico de Fronteiras. Decreto 7.496/2011

BRASIL. Política de Defesa Nacional, 2005

BRASIL. Presidência da República. Secretaria especial de políticas para as mulheres. *Política Nacional de Enfrentamento à violência contra a mulher*, 2011. Disponível em: <http://www.campanhapontofinal.com.br/download/informativo_03.pdf>. Acessado em: 10 out. 2014

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/busca/?q=conveniente&x=-946&y=-4>. Acesso em 10 de Outubro de 2013

CARSTENS, P.; PERIOTTO, A. Efetivo policial militar: paradigmas e propostas metodológicas para cálculo de necessidades. Em: B. Peixe *et. all.* (orgs.). *Formulação e Gestão de Políticas Públicas no Paraná: Reflexões, Experiências e Contribuições*–Volume II. Curitiba: Secretaria da administração e da previdência, Escola de Governo do estado do Paraná, 2011

CARVALHO A.; SILVA G.; ALMEIDA Júnior G.; ALBUQUERQUE, P. Taxas bayesianas para o mapeamento de homicídios nos municípios brasileiros. Cad. Saúde Pública, Rio de

Janeiro, 28(7), 2012

CIMI. Conselho Indigenista Missionário. *Violência contra os povos indígenas no Brasil*, 2012. Disponível em: <<http://www.cimi.org.br/pub/viol/viol2012.pdf>>. Acessado em: 10 out. 2014.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Disponível em <http://www.cgu.gov.br/acessoinformacao/convenios.asp>. Acesso em 12 de Setembro de 2013

DATASUS, 2013. Disponível em: http://siops-asp.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?siops\siops_indic\municipio\anual\prvbr.def, Acesso em 9/06/13.

DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SUS (DATASUS)/ Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (Decreto Nº 7.530 de 21 de julho de 2011)

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL. Portaria 3.233/2012

FERNANDES, Rubem César (coord.). *Brasil: as armas e as vítimas*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005

FURNAS. Usina hidrelétrica Foz do Chapecó. Furnas System. 2013. Disponível em: www.furnas.com.br/hotsites/sistemafurnas/usina_hidr_fozchapeco.asp. Acesso em 2 de Nov. 2013

LOUSADA, J. R. T. As Transferências Governamentais Obrigatórias da União para os Estados, Distrito Federal e Municípios. Fontes, Aplicação e Fiscalização. *Revista Organização Sistêmica* | vol.2 n.1 | jul– dez. 2012

MACHADO, L. The Eastern Amazon Basin and the Coca-Cocaine Complex. *International Social Science Journal*. v. 53, p. 387-395, 2001.

_____. Região, cidades e redes ilegais. Geografias alternativas na Amazônia Sul-americana. Em: M. F. Gonçalves; C. A. Brandão; A.C. Galvão. (Org.). *Regiões e Cidades, cidades nas regiões. O desafio urbano-regional*. 1ed. São Paulo: Editora UNESP, 2003

_____. Fronteira Brasil-Paraguai. Perspectivas de desenvolvimento econômico e social. Apresentação ao CEBRI, outubro 2007.

_____. Repensar a Fronteira. Trabalho apresentado ao VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, SAEI, Brasília, 2007.

_____. Espaços transversos: tráfico de drogas ilícitas e a geopolítica da segurança. *Geopolítica das Drogas (Textos Acadêmicos)*. Fundação Alexandre de Gusmão/MRE, 2011. Disponível em <http://www.retis.igeo.ufrj.br/index.php/pesquisa/geografia-das-drogas->

ilicittassistema-bancario-financeiro-e-a-geopolitica-da-seguranca/espacos-transversos-
traficode-drogas-ilicidas-e-a-geopolitica-da-seguranca/#ixzz2p4UtFWsr

MACHADO, L.; RIBEIRO, L. P.; REGO MONTEIRO, L. C. Geopolítica fragmentada: interações transfronteiriças entre o Acre (BR), o Peru e a Bolívia. *Revista Colombiana de Geografia* 23: 2, 2014

MALTA D. C., DUARTE E. C., ALMEIDA M. F., DIAS M. A. S., MORAES NETO O. L., MOURA L., FERRAZ W., SOUZA M. F. M. 2007. Lista de causas de mortes evitáveis por intervenções do Sistema Único de Saúde do Brasil. *Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília*, 16(4):233-244.

MARREIRO, L. da Silva; GARCIA, F.P.; TOLEDO, L.M. Tuberculose no Estado do Amazonas. In: Rojas, L.I.; Toledo, L.M. (orgs.). Espaço e Doença: um olhar sobre o Amazonas. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998

MATTA G.C., MOROSINI M.V.G. Atenção Primária à Saúde. *Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 2009.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Plano Nacional de Segurança Pública, 2003

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Programa Nacional de Segurança com Cidadania, 2007

MINISTÉRIO DA SAÚDE Hepatites Virais. *Boletim Epidemiológico* 3(1). Brasília: Ministério da Saúde, 2012

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde/Ministério da Saúde. 28 de julho. Dia Mundial de Luta contra a Hepatite, 2007. Disponível em: http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/arquivos/pdf/2012/Jul/25/apresentacao_hepatites_200712_12h.pdf. Acesso (1/11/2013).

MISSE, M. (org.). *O Inquérito Policial no Brasil: uma pesquisa empírica*. Rio de Janeiro: Booklink/Fenapef, 2010

MONKEN M.; BATISTELLA C. Vigilância em Saúde. In: Pereira IB. *Dicionário da educação profissional em saúde/Isabel Brasil Pereira e Júlio César França Lima*. 2ª ed. rev. Ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2009

MUGGAH, R.; DINIZ, G. Protegendo as fronteiras: o Brasil e sua estratégia "América do Sul como prioridade" contra o crime organizado transnacional. Instituto Igarapé, *Artigo Estratégico* 5, out. 2013

PAIM, J. S. 2011. O Sistema de Saúde Brasileiro. In: VICTORA, C. G. et al. (Org.). *Saúde no Brasil: a série The Lancet*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011

PEITER, P. C. A Geografia da Saúde na Faixa de Fronteira Internacional do Brasil na Passagem do Milênio. Tese de doutorado, Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005

PINHEIRO, R. S; ESCOSTEGUY, C. C. Epidemiologia e serviços de saúde. In: Epidemiologia. R. A., MEDRONHO (ed.). São Paulo: Editora Atheneu, 2009

Portaria da SENASP N° 16, de 27 de maio de 2011. Criação de Grupo de Trabalho para elaborar a regulamentação do Art. 144, § 8º da Constituição Federal (Guarda Municipal). Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=121411>.

Portaria GM 648/2006, Política Nacional de Atenção Básica (2006)

Portaria N.399/GM de 22 de fevereiro de 2006. Pacto Pela Vida (2006)

REGO MONTEIRO, L. C. Políticas territoriais do Estado brasileiro na Amazônia e seus efeitos na zona de fronteira Brasil-Colômbia: controle estatal e ameaças transnacionais. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009

_____. O Programa Calha Norte: redefinição das Políticas de Segurança e Defesa nas Fronteiras Internacionais da Amazônia Brasileira. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. V.13, N.2. 2012

REICHENHEIM M. E.; SOUZA, E. R.; MORAES C. L.; MELLO J. M. H. P., SILVA, C. M. F. P., MINAYO, M. C. S. Violências. In: Saúde no Brasil: a série The Lancet. In: VICTORA, C. G. et al. (orgs). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011

REPÓRTER BRASIL. Acordo costurado pelo Planalto abriga usinas da "lista suja". Repórter Brasil. 2009. Disponível em www.reporterbrasil.org.br/2009/08/acordo-costurado-pelo-planalto-abriga-usinas-da-quot-lista-suja-quot/. Acesso em 13 Nov. 2013.

REPORTER BRASIL. BNDES reforça compromisso de vetar empresas da "lista suja" Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. 2008. Disponível em www.reporterbrasil.org.br/pacto/noticias/view/30. Acesso em 07 de Nov. 2013.

REPÓRTER BRASIL. Trabalho escravo é encontrado em obra ligada a usina do Madeira. Repórter Brasil. 2009. Disponível em www.reporterbrasil.org.br/2009/10/trabalho-escravo-e-encontrado-em-obra-ligada-a-usina-do-madeira/. Acesso em 13 Nov. 2013

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 2001

SERQUEIRA D. Mapa dos Homicídios Ocultos no Brasil. Texto para discussão. Rio de Janeiro: Ipea, 2013

SOARES, Luis Eduardo. A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. *Estud. av.* vol.21 no.61 São Paulo Sept./Dec. 2007.

SOUZA W.V.; CARVALHO M.S.; CRUZ, O.G.; RAGONI, V. Análise Espacial de Dados de Áreas. In: SANTOS, S. e SOUZA W. (Orgs.) *Introdução à Estatística Espacial para a Saúde Pública. Série B. Textos Básicos de Saúde.* Brasília: Ministério da Saúde, 2007

SECRETARIA DE POLÍTICA PARA MULHERES. Rede de Enfrentamento à Violência contra Mulheres. Brasília, 2011. Disponível em <http://spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/rede-de-enfrentamento>

STEIMAN, R. Áreas Protegidas nas Zonas de Fronteira Internacional da Amazônia Brasileira. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008

THERY, H., MELLO, N. A., HATO, J., GIRARDI, E. P. O Atlas do Trabalho Escravo no Brasil. São Paulo: Amigos da Terra, 2009

TUFTE, E. The visual display of quantitative information. 1999

WASELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil.* São Paulo: Instituto Sangari, 2011. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/>, Acessado em: 10 out. 2014

_____. Mapa da Violência: Mortes matadas por armas de fogo. São Paulo: CEBELA/FLACSO, 2013. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/>, Acessado em: 10 out. 2014

WORLD BANK. Por um Brasil mais seguro: uma análise da dinâmica do crime e da violência. Washington DC: World Bank, 2013. <http://documents.worldbank.org/curated/en/2013/01/17431110/making-brazilians-safer-analyzing-dynamics-violent-crime-por-um-brasil-mais-seguro-uma-analise-da-dinamica-crime-e-da-violencia>

YOSHIDA C. F. T.; GASPAR A. M. C.; LEWIS-XIMENEZ LL; OLIVEIRA J.M. Hepatites de Transmissão Parenteral B, Delta e C. Dinâmica das doenças infecciosas e parasitárias. In: COURA, J. R. (org.). 2a Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013

ZIMRING, F. E. The great American crime decline. Oxford: Oxford University Press, 2007

ANEXO

Encontros técnicos e atores dos Órgãos Federais e dos Estados de Fronteira que participaram das discussões e apoio na execução do Projeto

Secretários de Segurança Pública dos Estados de Fronteira

Alexandre Bustamante dos Santos (Mato Grosso)
Paulo Roberto Vital de Menezes (Amazonas)
Marcos Roberto Marques da Silva (Amapá - 2011-2014)
Wantuir Francisco Brasil Jacini (Mato Grosso do Sul)
Cid Marcus Vasques (Paraná - 2012-2014)
Marcelo Nascimento Bessa (Rondônia - 2010-2014)
Francisco Sá Cavalcante (Roraima - 2012 -2014)
Airton Aloisio Michels (Rio Grande do Sul)
César Augusto Grubba (Santa Catarina)
Ildor Reni Graebner (Acre)
Luiz Fernandes Rocha (Pará)

Diretora-Geral da Polícia Rodoviária Federal

Maria Alice Nascimento Souza

Diretor-Geral da Polícia Federal

Leandro Daiello Coimbra

Interlocutores da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras, Secretários Executivos dos Gabinetes de Gestão Integrada Estaduais, Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras e Coordenadores das Câmaras Temáticas de Fronteiras

Participantes

Alberto da Paixão Nascimento (Interlocutor da ENAFRON no Estado do Acre)
Almir Lopes de Souza (Secretário Executivo do GGI-E no Estado do Acre)
André Luiz Glanert (Interlocutor da ENAFRON no Estado de Rondônia)
Ary Renato Oliveira da Silva (Interlocutor da ENAFRON no Estado do Amazonas)
Átila Wanderley da Silva (Secretário Executivo do GGI-E no Estado de Mato Grosso)
Bernardo Trojan Neto (Interlocutor da ENAFRON no Estado do Rio Grande do Sul)
Carlos Roberto Sant'ana da Rosa (Secretário Executivo do GGI-F no Estado do Rio Grande do Sul)
Cleaci Gertrudes de Andrade (Coordenador da Câmara Temática de Fronteira do Amazonas)
Eneas Soares de Freitas (Coordenador da Câmara Temática de Fronteira no Estado de Rondônia)

Erich Wagner Osternack (Interlocutor da ENAFRON no Estado do Paraná)
Geraldo Garcia Orti (Interlocutor da ENAFRON no Estado do Mato Grosso do Sul)
Henua Patrícia Lima Andrade (Secretária Executiva do GGI-E de Roraima)
Jimmy Santana de Carvalho segundo (Interlocutor da ENAFRON no Estado de Roraima)
Jorge Cajango (Coordenador da Câmara Temática de Fronteira no Estado do Pará)
José Paulo Matias dos Santos (Interlocutor da ENAFRON no Estado do Amapá)
José Roberto Pereira Damasceno (Interlocutor da ENAFRON no Estado do Pará)
Jurandir Pereira Rebouças (Coordenador da Câmara Temática do Estado de Roraima)
Márcio Skovronski (Secretário Executivo do GGI-F no Estado do Paraná)
Marcos Roberto Weber Hübner (Interlocutor da ENAFRON no Estado do Mato Grosso)
Moisés Dionísio da Silva - Inspetor e interlocutor da Polícia Rodoviária Federal
Luciano Walfredo Pinho (Interlocutor da ENAFRON no Estado de Santa Catarina)
Ronaldo Nazareno da Silva Coelho (Secretário Estadual do GGI-E no Estado do Amapá)
Tatiana Klein Samuel (Coordenadora da Câmara Temática de Fronteira do Estado de Santa Catarina)
Valter Godoy Rojas (Secretário Executivo do GGIF no Estado do Mato Grosso do Sul)

Gestores e especialistas dos Órgãos Federais Ocasão: I Encontro Técnico da Pesquisa, Brasília – DF, 23 de fevereiro de 2012

Participantes

Virgina Toniatti – Embaixadora e Assessora Internacional/MJ
João Luiz Pereira Pinto – Embaixador Diretor do DAS – I MRE
Everton Lucero – Coordenador-Geral de Combate aos Ilícitos Transnacionais - MRE
Cristina Gross Villanova – Diretora do DEPRO / SENASP
Alexandre Augusto Aragon – Diretor do DFNSP / SENASP
Cristina Neme – Coordenadora-Geral de Pesquisa / SENASP
Alex Jorge das Neves – Gerente do Programa ENAFRON / SENASP
Marcelo Barros de Oliveira – Coordenador Geral de Inteligência da SENASP
Oslain Campos Santana – Diretor de Combate ao Crime Organizado da PF/MJ
Luis Felipe de Barros de Oliveira – Receita Federal / MF
Waltoedson Dourado de Arruda - Receita Federal / MF
Rodney Portilho – Departamento de Polícia Rodoviária Federal / MJ
Lorena de Oliveira Lopes – Departamento de Polícia Rodoviária Federal
José Alberto Maciel Costa – Departamento de Polícia Federal / MJ
Rafael Gomes França – Ministério da Integração Nacional
Suzana Lena Lins Góis – Ministério da Integração Nacional
Danniel Gobbi Franga da Silva – Presidência da República
Thiago Gehre Galvão – Presidência da República
José Carlos Martins da Cunha – Agência Brasileira de Inteligência
Edgar Ribeiro Dias – Agência Brasileira de Inteligência

João Paulo de Freitas Lamas – Agência Brasileira de Inteligência
Thomás Simões Sottili – Fundação Nacional do Índio
Victor Martins Pimenta – Secretaria Executiva do Ministério da Justiça
Arnaldo José Alves Silveira – Secretaria Nacional de Justiça / MJ
André Fagundes – Coordenação Geral de Inteligência da SENASP
Alexandre Herculano – Departamento de Políticas, Programas e Projetos / SENASP
Flávio Sapha – Ministério das Relações Exteriores
Marcelo Berdet – Departamento de Políticas, Programas e Projetos / SENASP
Patricia Moellman – Departamento de Políticas, Programas e Projetos / SENASP
Hernany Bueno – Departamento de Políticas, Programas e Projetos / SENASP
Gileno Euzébio da Silva – Departamento de Políticas, Programas e Projetos / SENASP
Rodrigo Quintino – Departamento de Políticas, Programas e Projetos / SENASP
Rodolfo Farah Valente Filho – Departamento de Políticas, Programas e Projetos / SENASP

Gestores e especialistas dos Órgãos Federais e Estaduais

Ocasião: II Encontro Técnico da Pesquisa, Ministério da Justiça, Brasília – DF, 01 de março de 2013

Participantes

Isabel Seixas de Figueiredo – Diretora do DEPAID
Cristina Gross Villanova – Diretora do DEPRO
Cristina Neme – Coordenadora-Geral de Pesquisa do DEPAID
Cristiane Torisu – Coordenadora de Pesquisa do DEPAID
Raphael Carvalho – Secretaria Executiva do MJ
Alex Jorge das Neves – Gerente do Programa ENAFRON
Lia Osório Machado – Coordenadora do Grupo Retis – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Michel Misse – Coordenador do NECVU – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rebeca Steimann – Pesquisadora Grupo Retis – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Luís Felipe Zilli – Pesquisador NECVU - Universidade Federal do Rio de Janeiro
Fernando Rabossi – Pesquisador NECVU - Universidade Federal do Rio de Janeiro
Edivaldo Fortunato Pereira – Equipe técnica da ENAFRON/DEPRO/SENASP
Cléverson Luis Müller – Equipe Técnica da ENAFRON/DEPRO/SENASP
Patrícia Moellmann - Equipe Técnica da ENAFRON/DEPRO/SENASP
Antonio Ricardo de Alcântara Lima - Estado Maior Conjunto das Forças Armadas
Cejana Brasil Cirilo Passos – Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas/MJ
Edison Benedito da Silva Filho – Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada
Joana Akiyo Nemoto – Comissão Permanente de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira
Marcelo Giavoni - Comissão Permanente de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira

Maria Lais do Socorro Chaves Costa – Receita Federal
Mariana Siqueira de Carvalho – Secretaria Nacional de Justiça/MJ
Rodrigo Fracalossi de Moraes - Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada
Severino Moreira as Silva – Departamento de Polícia Federal
Stênio Pires Benevides – Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Aline Yamamoto – Secretaria de Políticas para Mulheres – Presidência da República
Fernando H. Lima Martins – Departamento Penitenciário Nacional
Márcio Gimene – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Lucicléia S. e Silva – Secretaria Nacional de Justiça / MJ
André Sousa de Sena - Secretaria Executiva Adjunta / MJ
Alberto da Paixão Nascimento – Interlocutor da ENAFRON no Estado do Acre
Sérgio de Jesus Braga – Secretaria de Segurança Pública do Acre
José Paulo Matias dos Santos - Interlocutor da ENAFRON no Estado do Amapá
Marcos Roberto Fonseca Magalhães – Secretaria de Segurança Pública do Amapá
José Almir Cavalcante Rodrigues – Secretaria de Segurança Pública do Amazonas
José Camilo da Silva – Secretaria de Segurança Pública do Amazonas
Marcos Roberto Webner Hübner - Interlocutor da ENAFRON no Estado de Mato Grosso
Tatiana Eloá Pilger – Secretaria de Segurança Pública de Mato Grosso
Geraldo Garcia Orti - Interlocutor da ENAFRON no Estado de Mato Grosso do Sul
Francisco Duarte de Almeida – Secretaria de Segurança Pública e Justiça de Mato Grosso do Sul
José Roberto Pereira Damasceno - Interlocutor da ENAFRON no Estado do Pará
Brenno Moraes Miranda – Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Pará
Erich Wagner Osternack - Interlocutor da ENAFRON no Estado do Paraná
Bernardo Trojan Neto - Interlocutor da ENAFRON no Estado do Rio Grande do Sul
Carlos Roberto Sant’Ana da Rosa – Secretário Executivo do GGIF do Rio Grande do Sul
Enéas Soares de Freitas – Coordenador da Câmara Temática de Fronteira de Rondônia
Antônio Vicente Cocco Cargnin – Secretário Executivo do GGIE de Rondônia
Jimmy S. de Carvalho Segundo - Interlocutor da ENAFRON no Estado do Paraná
Henua Patrícia Lima Andrade – Secretária Executiva do GGIE de Roraima
Luciano Walfredo Pinho – Interlocutor Substituto da ENAFRON no Estado de Santa Catarina
Davi Novelo – Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina

Coordenadores Regionais da Pesquisa

Ocasão: IX Encontro Técnico da ENAFRON – Chapecó, Dionísio Cerqueira e São Miguel do Oeste – SC, 26 a 28 de novembro de 2013

Participantes

Cintia Liara Engel - Coordenadora de Pesquisa do DEPAID
Alex Jorge das Neves – Gerente do Programa ENAFRON – Cap PMGO

Michel Misse – Coordenador-Geral da Pesquisa sobre Segurança Pública nas Fronteiras (NECVU-UFRJ)

Rebeca Steiman – Pesquisadora do Grupo Retis - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Luís Felipe Zilli – NECVU/ Universidade Federal do Rio de Janeiro

Fernando Rabossi- NECVU – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Brigida Renoldi - NECVU/UFRJ e CONISET

Daniel Hirata – NECVU/Universidade Federal do Rio de Janeiro

Lício Caetano do Rego Monteiro – RETIS/Universidade Federal do Rio de Janeiro

Naldson Ramos da Costa – Universidade Federal de Mato Grosso

Jânia Perla Diógenes de Aquino - Universidade Federal do Ceará

Wilson José Barp – Universidade Federal do Pará

Raquel Wiggers – Universidade Federal do Amazonas

Adriana Dorffman - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SECRETARIA NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E CIDADANIA

